



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3374

Sexta-feira - 08 de Janeiro de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Faxinal dos Guedes.....	438	Mafra	762
Água Doce.....	4	Flor do Sertão.....	460	Maracajá	766
Águas de Chapecó.....	8	Formosa do Sul.....	461	Maravilha.....	767
Águas Mornas.....	12	Forquilha.....	462	Massaranduba.....	773
Alfredo Wagner.....	13	Fraiburgo.....	465	Matos Costa.....	774
Alto Bela Vista.....	15	Frei Rogério.....	485	Mondaí.....	779
Anchieta.....	22	Garopaba.....	486	Monte Carlo.....	780
Angelina.....	45	Garuva.....	491	Monte Castelo.....	803
Anitápolis.....	50	Gaspar.....	493	Morro Grande.....	860
Apiuna.....	52	Governador Celso Ramos.....	494	Navegantes.....	861
Arabutã.....	53	Grão Pará.....	500	Nova Erechim.....	872
Arroio Trinta.....	55	Gravatal.....	504	Nova Itaberaba.....	874
Atalanta.....	66	Guaraciaba.....	521	Nova Trento.....	877
Balneário Arroio do Silva.....	67	Guaramirim.....	522	Nova Veneza.....	887
Balneário Camboriú.....	70	Guarujá do Sul.....	523	Novo Horizonte.....	913
Balneário Piçarras.....	72	Herval d'Oeste.....	559	Ouro.....	992
Barra Bonita.....	74	Ibiam.....	573	Ouro Verde.....	997
Bela Vista do Toldo.....	93	Ibicaré.....	579	Palhoça.....	1001
Belmonte.....	103	Ibirama.....	580	Palma Sola.....	1021
Benedito Novo.....	108	Ilhota.....	581	Papanduva.....	1078
Biguaçu.....	109	Imarui.....	582	Paraíso.....	1084
Blumenau.....	125	Imbituba.....	583	Passos Maia.....	1086
Bom Jesus.....	168	Indaial.....	597	Paulo Lopes.....	1088
Bom Jesus do Oeste.....	172	Iomerê.....	600	Penha.....	1089
Bom Retiro.....	174	Iporã do Oeste.....	607	Pescaria Brava.....	1155
Botuvera.....	199	Ipuaçu.....	611	Petrolândia.....	1159
Brusque.....	202	Ipumirim.....	618	Pinhalzinho.....	1160
Caçador.....	217	Iraceminha.....	626	Pinheiro Preto.....	1162
Caibi.....	223	Irani.....	633	Piratuba.....	1172
Camboriú.....	231	Iratí.....	659	Planalto Alegre.....	1174
Campo Alegre.....	240	Irineópolis.....	660	Ponte Alta do Norte.....	1178
Campo Erê.....	252	Itá.....	667	Porto Belo.....	1181
Campos Novos.....	253	Itapema.....	672	Porto União.....	1183
Capinzal.....	254	Itapiranga.....	673	Pouso Redondo.....	1185
Catanduvas.....	257	Itapoá.....	675	Praia Grande.....	1189
Celso Ramos.....	258	Ituporanga.....	679	Presidente Castello Branco.....	1191
Chapadão do Lageado.....	269	Jaborá.....	683	Presidente Getúlio.....	1192
Chapecó.....	271	Jacinto Machado.....	684	Presidente Nereu.....	1197
Cocal do Sul.....	280	Jaraguá do Sul.....	687	Princesa.....	1219
Concórdia.....	282	Joaçaba.....	692	Quilombo.....	1229
Cordilheira Alta.....	328	Jupia.....	725	Rancho Queimado.....	1231
Coronel Freitas.....	380	Lages.....	726	Rio do Campo.....	1232
Correia Pinto.....	385	Laguna.....	728	Rio do Oeste.....	1236
Cunha Porã.....	389	Lajeado Grande.....	732	Rio dos Cedros.....	1255
Cunhataí.....	400	Lauro Muller.....	735	Rio do Sul.....	1244
Curitibanos.....	401	Lebon Regis.....	739	Rio Negrinho.....	1261
Descanso.....	413	Lindóia do Sul.....	747	Rio Rufino.....	1262
Dionísio Cerqueira.....	421	Lontras.....	758	Romelândia.....	1269
Ermo.....	431	Luzerna.....	759	Salto Veloso.....	1271

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3374

Sexta-feira - 08 de Janeiro de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Santa Cecília	1272	São José do Cedro.....	1466	Timbé do Sul	1568
Santa Helena	1274	São Lourenço do Oeste.....	1473	Timbó	1572
Santa Terezinha do Progresso	1275	São Ludgero	1481	Três Barras	1581
Santiago do Sul.....	1282	São Miguel da Boa Vista	1482	Treviso	1583
Santo Amaro da Imperatriz	1285	São Miguel do Oeste.....	1483	Treze Tílias	1586
São Bento do Sul.....	1346	São Pedro de Alcântara.....	1500	Tunápolis	1589
São Bernardino	1359	Saudades.....	1522	União do Oeste	1658
São Bonifácio	1411	Schroeder	1530	Urubici	1660
São Carlos	1414	Seara	1533	Urussanga	1666
São Cristóvão do Sul.....	1415	Serra Alta	1540	Vargem Bonita	1667
São Domingos.....	1419	Siderópolis.....	1545	Vidal Ramos.....	1668
São Francisco do Sul.....	1423	Sombrio	1546	Videira.....	1670
São João Batista.....	1432	Sul Brasil	1547	Vitor Meireles.....	1674
São João do Oeste	1435	Taió.....	1555	Witmarsum	1675
São João do Sul	1436	Tangará	1556	Xanxerê.....	1678
São Joaquim	1438	Tigrinhos	1558	Zortéa	1695
São José.....	1447	Tijucas	1566		

Associações

AMERIOS.....	1696	AMNOROESTE.....	1697	AMOSC.....	1697
--------------	------	-----------------	------	------------	------

Consórcios

AGIR	1698
ARIS	1698
CIDEMA.....	1699
CIGA	1699
CINCATARINA	1701
CIS/AMARP	1705
CIS/AMOSC	1705
CIS/AMVI	1706
CISAMREC	1712
CISNORDESTE	1713
IBERE.....	1714
CIM-AMREC	1714
CIGAMERIOS	1714
CIS/AMERIOS	1715
CIASS.....	1716



Agrônômica

PREFEITURA

009/2021

Publicação Nº 2797122

PORTARIA n.º 009/2021 DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores, se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores,

Considerando ainda, o disposto no Art. 37, seus incisos e Parágrafos, Art. 38 e incisos Art. 39 e parágrafos da CF/88 bem como as Emendas Constitucionais correlatas,

RESOLVE:

1-) Revoga os efeitos da portaria nº 002/2021 de 05 de janeiro de 2021.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete Do Prefeito, 08 de janeiro de 2021

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 030/2021

Publicação Nº 2796267

PORTARIA Nº 030/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhora GISLAINE BREZOLIN TONIAL, inscrita no CPF sob o nº 000.184.789-99 para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Serviços Gerais do Município de Água Doce.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 031/2021

Publicação Nº 2796270

PORTARIA Nº 031/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor CLAIR ANTÔNIO GEMELLI, inscrito no CPF sob o nº 806.997.079-00 para exercer o cargo de Secretário de Administração e Fazenda do Município de Água Doce.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 032/2021

Publicação Nº 2796273

PORTARIA Nº 032/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhora VALDERLEA APARECIDA PRESTES PEREIRA, inscrita no CPF sob o nº 494.802.869-04 para exercer o cargo de Diretora do Departamento de Meio Ambiente do Município de Água Doce.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 033/2021

Publicação Nº 2796276

PORTARIA Nº 033/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021
“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 022/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material cometido na Portaria nº 022/2021.

Onde se lê no art. 1º:

“PERÍODO DE 05/01/2021 ATÉ 24/02/2021”

Leia-se:

“PERÍODO DE 05/01/2021 ATÉ 24/01/2021”

Onde se lê no art. 3º:

“com efeitos retroativos a 05/01/2020”

Leia-se:

“com efeitos retroativos a 05/01/2021”

PASSA A VALER COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

Artigo 1º Conceder férias a servidora VERA LÚCIA DARÓS BALESTRIN, inscrita no CPF nº 027.692.789-32, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 05/01/2021 até 24/01/2021, período 19/20.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 034/2021

Publicação Nº 2796277

PORTARIA Nº 034/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021
“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 021/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material cometido na Portaria nº 021/2021.

Onde se lê no art. 3º:

“com efeitos retroativos a 03/01/2020”

Leia-se:

“com efeitos retroativos a 03/01/2021”

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 021/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 035/2021

Publicação N° 2796279

PORTARIA N° 035/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 023/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material cometido na Portaria nº 023/2021.

Onde se lê no art. 3º:

“com efeitos retroativos a 04/01/2020”

Leia-se:

“com efeitos retroativos a 04/01/2021”

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 023/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 036/2021

Publicação N° 2796281

PORTARIA N° 036/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 024/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material cometido na Portaria nº 024/2021.

Onde se lê no art. 3º:

“com efeitos retroativos a 04/01/2020”

Leia-se:

“com efeitos retroativos a 04/01/2021”

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 024/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

PORTARIA 037/2021

Publicação N° 2796284

PORTARIA N° 037/2021 – DE 07 DE JANEIRO DE 2021

“CORRIGE ERRO MATERIAL DA PORTARIA 025/2021”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º. Corrigir erro material cometido na Portaria nº 025/2021.

Onde se lê no art. 3º:

“com efeitos retroativos a 04/01/2020”

Leia-se:

“com efeitos retroativos a 04/01/2021”

Art. 2º. Continuam inalterados os demais dispositivos constantes na Portaria nº 025/2021.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de janeiro de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Departamento de
Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 196 - 2020, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796344

DECRETO Nº 196/2020 De 15 de Dezembro de 2020	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALMOR FOLLMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;
--	--

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no orçamento da Entidade 01 – MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7
Unidade	Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente	3
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Agricultura, Pesca e Meio Ambiente	9
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal – FUNDAMA	2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(109)	3.3.90 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		18.000,00

Art. 2º Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão utilizados os recursos das contas a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	7
Unidade	Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente	3
Função	Agricultura	20
Sub-função	Abastecimento	605
Programa	Agricultura, Pesca e Meio Ambiente	9
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal – FUNDAMA	2.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(108)	3.1.90 - Aplicação Direta	1.000 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
Águas de Chapecó/SC, em 15 de Dezembro de 2020.

VALMOR FOLLMANN
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e Publique-se.

DECRETO Nº 002 - 2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795122

DECRETO Nº 002/2021 De 07 de janeiro de 2021	DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e de conformidade com o estabelecido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitações do Município de Águas de Chapecó, os seguintes membros:

I Daiara Eichelberger – CPF: 061.403.779-43 - Presidente;
II Fernanda Luiza Dos Santos – CPF: 021.631.260-48 - Membro;
III Janaine Maria Golfetto – CPF: 010.049.040-96 - Membro;
IV Vinícius Pilatti – CPF: 069.055.729-93 – Membro;
V Jéssica Simões Pires Guidoni – CPF: 089.436.919-98 – Membro.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação adicional nos respectivos vencimentos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 029, de 17 de fevereiro de 2020.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de janeiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

DECRETO Nº 003 - 2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795123

DECRETO Nº 003/2021 De 07 de janeiro de 2021	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 10.520/2002, e demais disposições legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados o pregoeiro e os membros de apoio do município de Águas de Chapecó, para desempenhar a função sem prejuízo de suas atribuições, quando da realização de licitações na modalidade de pregão:

I – PREGOEIRO:

Daiara Eichelberger – CPF: 061.403.779-43.

II - PREGOEIRO SUPLENTE:

Genor Antônio Moterle – CPF: 400.494.189-04.

III - EQUIPE DE APOIO:

Fernanda Luiza dos Santos – CPF: 021.631.260-48;
Jéssica Simões Pires Guidoni – CPF: 089.436.919-98;
Vinícius Pilatti – CPF: 069.055.729-93;
Janaine Maria Golfetto – CPF: 010.049.040-96

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação adicional nos respectivos vencimentos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 088, de 03 de junho de 2020.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de janeiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e publique-se

DECRETO Nº 004 - 2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795473

DECRETO Nº 004/2021 De 07 de janeiro de 2021	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEIS POR AUTENTICAR DOCUMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, III e VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 995/93 E Lei Federal nº 8.666/93, e demais disposições legais vigentes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores Daiara Eichelberger chefe de setor matrícula sob nº 10.892, Jéssica Simões Pires Guidoni chefe de gabinete matrícula sob nº 10.890 e Vinícius Pilatti assessor de planejamento matrícula sob nº 10.867, ambos lotados na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, para exercerem as funções de responsáveis pela autenticação de documentos.

Art. 2º As atribuições, responsabilidades e proibições dos atos de autenticação de documentos, ficam restritas as regras da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em especial o art. 32.

Art. 3º As funções atribuídas pelo presente são consideradas serviços de caráter público relevante ao município, não lhe atribuindo qualquer remuneração, bem como, não caracterizando nenhum tipo de vínculo empregatício.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 131, de 05 de agosto de 2020.

Gabinete do prefeito do município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de janeiro de 2021.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal
Registre e Publique-se

EXTRATO DE 6º TERMO DE AJUSTE DE VALOR A ATA DE REGISTRO Nº01/2020,PROCESSO ADM Nº05/2020

Publicação Nº 2795031

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE 6º TERMO DE AJUSTE DE VALOR	
Ata de Registro De preços	Nº 01/2020
Licitação...:	PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2020
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada:	AUTO POSTO FABRIS EIRELI
Objeto...:	FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL
Valor...:	Item 01) Gasolina Comum: R\$ 4,59 o litro Item 02) Óleo Diesel S10: R\$ 3,68 o litro
ÁGUAS DE CHAPECÓ, 07 janeiro de 2021	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 003/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021 QUE NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2795020

PORTARIA Nº. 003/2021
De 07 de janeiro de 2021

QUE NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONI DA CUNHA, Presidente da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial as contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal e na Lei Orgânica do Município de Águas de Chapecó.

CONSIDERANDO: O princípio da separação dos poderes, que garante à administração das atividades inerentes ao legislativo confiada a sua própria estrutura administrativa;

CONSIDERANDO: A inexistência de Servidores Efetivos no quadro funcional da Câmara Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Águas de Chapecó – (SC), composta pelos Servidores: SÉRGIO PATEL - Presidente, LISANDRE DREBEL – Membro e ANDRIZA FERREIRA ORTIZ – Membro.

Art. 2º. - A mencionada Comissão terá validade pelo período de 01 (um) ano e deve ter participação ativa em todas as Licitações, em todas as modalidades que se apresente, de necessidade da Câmara Municipal, por todos os seus membros.

Art. 3º - Por considerar os serviços aqui atribuídos, relevantes ao Poder Legislativo Municipal, não atribui-se qualquer outro tipo de remuneração aos Servidores designados.

Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições em contrário.

Águas de Chapecó – (SC), em 07 de janeiro de 2020.

LEONI DA CUNHA
Presidente
Publicada e registrada
em local de costume.

Águas Mornas

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Publicação Nº 2797068

Aviso de Dispensa de Licitação nº 02/2021. Objeto: Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA. Valor: R\$ 35.640,00. Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA. Prazo: até 31/12/2021. Águas Mornas, 04 de janeiro de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 2797067

Aviso de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2021. Objeto: Aquisição de passes de ônibus, parcelado conforme necessidade. Valor estimado: R\$ 90.000,00. Contratado: Auto Viação Imperatriz através do SETUF (Sindicato das Emp. Trans. Urbanos de Passag. da Grande Fpolis.) Prazo: 04/01/2021 a 31/12/2021. Águas Mornas, 04 de janeiro de 2021. Omero Prim – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO N. 4 AO CONTRATO N. 06/2017

Publicação Nº 2795348

Publicação Resumida 4º Termo Aditivo ao contrato nº 06/2017. Contratado: Clínica Saúde & Bem Estar LTDA - ME. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2021. Processo de Licitação: nº 62/2016. Águas Mornas, 18 de dezembro de 2020. Omero Prim – Prefeito Municipal.

Alfredo Wagner**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2021 NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2794983

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2.021

“NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e constitucionais, e ainda:

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de licitações nas modalidades de Concorrência, Tomada de preços, Convite, Concurso, Leilão e Pregão;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para comporem a Comissão Permanente de Licitação para o exercício de 2021, os seguintes servidores:

Presidente: Patrícia Ramos

Membros: Ilson Neri dos Santos

Membros: Leila da Silva Alves de Jesus

Parágrafo único – Os membros da presente Comissão serão gratificados nos termos da Resolução nº 012/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, 06 de janeiro de 2021.

Moacir Hames

Presidente

Sérgio Adonis da Cruz

1º Secretário

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 06 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2021 CONCEDE GRATIFICAÇÃO PATRICIA

Publicação Nº 2794986

Decreto Legislativo Nº 008/2.021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA PATRÍCIA RAMOS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 50, Item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, Item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida de acordo com a Resolução nº 012/2.017, de 20 de Fevereiro de 2.017, gratificação no valor de R\$ 391,73, (trezentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), à Servidora Patrícia Ramos, para integrar a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner para o exercício de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 04 de Janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner em 06 de Janeiro de 2020.

Moacir Hames

Presidente

Sérgio Adonis da Cruz

1º Secretário

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 06 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 009 2021 CONCEDE GRATIFICAÇÃO ILSON

Publicação Nº 2794989

Decreto Legislativo Nº 009/2.021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR ILSON NERI DOS SANTOS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 50, Item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, Item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida de acordo com a Resolução nº 012/2.017, de 20 de Fevereiro de 2.017, gratificação no valor de R\$ 391,73, (trezentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), ao Servidor Ilson Neri dos Santos, para integrar a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner para o exercício de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner em 06 de janeiro de 2021.

Moacir Hames
Presidente

Sérgio Adonis da Cruz
1º Secretário

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 06 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 010 2021 CONCEDE GRATIFICAÇÃO LEILA

Publicação Nº 2794991

Decreto Legislativo Nº 010/2.021

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA LEILA DA SILVA ALVES DE JESUS PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ALFREDO WAGNER, A PARTIR DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner, no uso das atribuições que lhe conferem o Artigo 50, Item VII, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 22, Item III, de seu Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida de acordo com a Resolução nº 012/2.017, de 20 de Fevereiro de 2.017, gratificação no valor de R\$ 391,73, (trezentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), à Servidora Leila da Silva Alves de Jesus, para integrar a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner para o exercício de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroativos a 04 de Janeiro de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Alfredo Wagner em 06 de Janeiro de 2020.

Moacir Hames
Presidente

Sérgio Adonis da Cruz
1º Secretário

PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA EM 06 DE JANEIRO DE 2021.

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.173, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795071

DESIGNA PREGOEIRO MUNICIPAL, EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Art 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados Pregoeiro Municipal e equipe de apoio, nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006 e suas alterações, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, as pessoas abaixo identificadas:

I – Marcelo Contessoto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo que será o Pregoeiro;

II – Alguerth Heris Rollwagen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que será membro e/ou pregoeiro substituto;

III – Juliana Teixeira, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador Administrativo Educacional, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

IV – Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

V – Vanusa Provin – ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica 20 horas, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

VI – Danival Ramiro Ribeiro - ocupante do cargo de provimento em comissão de coordenador infraestrutura, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

VII – José Luiz Rettore - ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinadas com a lei 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c e as estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006 e suas alterações.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 3.174, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795075

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Alguerth Heris Rollwagen, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, que será o presidente;

II – Marcelo Contessoto, ocupante do cargo de provimento de Agente Administrativo, que será membro;

III – Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que será membro;

VI – Juliana Teixeira - ocupante do cargo de provimento em comissão de coordenador administrativo educacional, que será Membro; e

V - Vinicius Fazolo - ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro civil, que será Membro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando o Decreto nº 2.907, de 08 de novembro de 2019, e as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.
ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 3.175, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795235

ALTERA O ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.004, DE 24 DE ABRIL DE 2020.

Elton Mattes, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 2º da Lei Complementar nº 014, de janeiro de 2005 e suas alterações;

Considerando a necessidade de nomeação de novos servidores para atuarem como fiscais dos contratos públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto Municipal nº 2.971, de 27 de fevereiro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Gerência de Administração:

1. Elsi Ines Kr-ger
2. Eunice Henn Detoni
3. Edson Steckling
4. Vinicius Fazolo

Gerência de Agricultura e Meio Ambiente:

1. Daniel Antonio Engel
2. Neudi Mauro Weirich
3. Nédio Leonir Gastmann
4. Marcio Vendruscolo

Gerência de Assistência Social e Habitação:

1. Fabiola Prudente Spricigo
2. Camila Seibt de Oliveira
3. Eduarda Júlia Nicolli Miotto
4. Sonia Kirsten Gossenhiemer

Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico:

1. Nadia Eliane Fischer Rech

Gerência de Educação e Esportes:

1. Natália Cristina Zonta
2. Vanda Marise Lautert
2. Carline Funckler
3. Juliana Teixeira
4. Lucas Almir Schwanke

Gerência de Infraestrutura:

1. Lauri Fischer
2. Danival Ramiro Ribeiro
3. Edson Gonçalves

Gerência de Planejamento e Finanças:

1. Jacqueline Milena de Borba Weirich
2. Josi Vitória Lermen Finger

Gerência de Saúde:

1. Francarlo Gouvea
2. Daiane de Oliveira
3. Vanusa Provin
4. Dionilara de Oliveira

Conselho Tutelar:

1. Diane H-bner
2. Alice Hoffmann Maltauro

Gabinete Executivo:

1. Vania Pedroso

Art. 2º Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Decreto nº 2.971, de 27 de fevereiro de 2020, fica revogado o decreto n.º 3.004 de 24 de Abril de 2020.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC,
em 06 de Janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável Pelas Publicações

DECRETO Nº 3.176, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795242

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO BEM IMÓVEL QUE IDENTIFICA, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando o disposto na Lei Municipal 641 de 04/06/2014, c/c o art. 14, § 1º, da Lei Orgânica do Município e art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 002/2020, de 11 de Outubro de 2019;

Considerando por fim, a necessidade de avaliação do imóvel que abaixo identifica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída comissão especial de avaliação, para fins de locação, do seguinte bem: imóvel residencial com 121,50 m2 (cento e vinte e um metros e cinquenta centímetros quadrados), sito a Rua Alexandre Maltauro, S/N, matrícula nº 15994, Alto Bela Vista/SC, para fins de utilização como moradia residencial do Profissional Médico Cubano que está atuando no Município através do Programa "Mais Médicos" do Governo Federal.

Art. 2º. A comissão de que trata o artigo anterior é constituída por:

I – Marinho Sergio Castro;

II – Tania Catarina Nilson;

III – Marcia Schneider Nordt.

§ 1º A Comissão poderá designar um servidor público municipal para que faça os serviços de secretaria dos trabalhos decorrentes deste mandato, bem como, valer-se de pareceres imobiliários a fim de estabelecer parâmetros seguros para a presente avaliação.

§ 2º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo ou modalidade de remuneração pelo desempenho das atribuições conferidas por este Decreto.

§ 3º A Comissão Especial de Avaliação terá o prazo de cinco dias úteis para submeter ao Prefeito Municipal o resultado conclusivo da avaliação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista (SC), em 06 de Janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 007, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795200

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 085 de 12 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao Sr. TARCISIO GOSSENHEIMER Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, a função de confiança de RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO E ENVIO DOS DADOS AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE, conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 085 de 12 de junho de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC, 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 008, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795204

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 085 de 12 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor JOSI VITORIA LERMEN FINGER, Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a função de confiança de SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR E DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, conforme Anexo IV da Lei complementar nº 085, de 12 de junho de 2017,

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 009, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795215

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 085 de 12 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN, Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a função de confiança de PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, conforme Anexo IV da Lei complementar nº 085, de 12 de junho de 2017,

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 010, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795216

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 085 de 12 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH, Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de TESOUREIRA, a função de confiança de MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO, conforme Anexo IV da Lei complementar nº 085, de 12 de junho de 2017,

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 011, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795222

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO”

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 085 de 12 de junho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor JOELSON ROBERTO WUADEN, Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a função de confiança de RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO – SSB, conforme Anexo IV da Lei complementar nº 085, de 12 de junho de 2017,

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista em 06 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 012, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795225

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

ELTON MATTES, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE

Art. 1º Exonerar servidor Público Municipal ARNALDO ARNILDO KRUG, ocupante de cargo de provimento efetivo de INSEMINADOR, matrícula nº 115, lotado na Gerência de Agricultura, a pedido do servidor por requerimento, conforme protocolo nº 05/2021 de 06 de janeiro de 2021, retroativo a 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista, em 07 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 013, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795231

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES

ELTON MATTES, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Art. 82, inciso VIII e seção VIII, art. 100-102 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005; que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar assuntos particulares sem remuneração a Servidor Público Municipal MARCELO CONTESSOTTO ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO a contar do dia 06 de janeiro de 2021 até 20 de janeiro de 2021, a pedido do servidor através de requerimento protocolado no dia 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista em 07 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALINE MONICA LOHMANN
Responsável pelas publicações

PREGÃO PRESENCIAL PR01/2021

Publicação Nº 2796547

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR1/2021, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços destinado a possível aquisição de gasolina comum, diesel comum e diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota de veículos e máquinas do Fundo Municipal de Saúde e do Município.

Data de entrega dos envelopes: 20/01/2021 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Data de abertura dos envelopes: 20/01/2021 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000.

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 6 de janeiro de 2021.

ELTON MATTES
Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO N. 008/2021

Publicação Nº 2794990

DECRETO Nº. 008/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designadas as servidoras públicas municipais: Idenes Fiorentin Schena, Marieli Wending e Robson Swirke, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 001/2021.

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 06 de janeiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

DECRETO N. 009/2021

Publicação Nº 2795253

DECRETO Nº. 009/2020, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) e contém outras providências. O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.517, de 20 de novembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.517, de 20 de novembro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0008.2.015 – ADM. GERAL DOS BENS E SERVIÇOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

(161) 4.4.90.00.00.00.00.2704 -Aplicações Diretas R\$ 103.000,00

Total R\$ 103.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato, fica utilizada a importância de até R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais) concernentes ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2020, após deduzidos os Restos a Pagar, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, conforme a tabela abaixo:

BANCO/CONTA	RECURSO	UTILIZAÇÃO NESTE ATO
B.B. - Transferência Especial Educação - C.C 14.283-2 Código Reduzido: 73132	704/2704	R\$ 103.000,00
TOTAL SUPERÁVIT FINANCEIRO		R\$ 103.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, em conformidade com o disposto neste ato, a fonte de recurso sob o número 2704 (00.03.0704) Transferência Especial do Estado - Emenda Impositiva - Bens de Informática- Superávit Financeiro;

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.515, de 20 de novembro de 2020, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao crédito e redução introduzidos no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 07 de janeiro 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA N. 001/2021 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2795001

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA CHAMADA PÚBLICA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO PARA ATUAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar nº 038/2012 e Lei Complementar nº 077/2019, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo de Chamada Pública destinado a contratação para admissão temporária, de servidores para o quadro da administração direta do município de Anchieta, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes.

O presente Edital de Chamada Pública está sendo realizado para o cargo de Auxiliar Administrativo, tendo em vista a vacância do cargo, pela concessão de aposentadoria da servidora efetiva, bem como da exoneração a pedido de servidora efetiva, que exercia a função de atendente/telefonista na Unidade Básica de Saúde do Centro.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Chamada pública é regido pela Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 031/2011, Lei Complementar nº 032/2011, Lei Complementar nº 033/2011, Lei Complementar nº 038/2012 e Lei Complementar nº 077/2019 e demais legislação vigente.

1.1.2. A Chamada pública será regida por este edital, executado pela Prefeitura Municipal, com endereço à Avenida Anchieta, 838, Centro, Anchieta-SC, fone (49)3653 3200, endereço eletrônico administracao@anchieta.sc.gov.br ou site www.anchieta.sc.gov.br.

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao chamamento público serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC e no diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

1.1.4. A inscrição no Processo de Chamada Pública implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo de Chamada Pública para certificar-se de que possui todas as condições e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.6. O presente edital de chamada pública será VÁLIDO ATÉ A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO.

1.1.7. São condições para participação no presente Processo de Chamada Pública:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º);
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;



c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital;

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para a inscrição;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. A classificação dos inscritos será realizada nas modalidades de Títulos e Tempo de Serviço.

1.2. Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. A vaga destina-se ao cargo abaixo delineado e deverá ser preenchida por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, com as seguintes especificações:

QUADRO I					
Cargo/ Função	Nº Vagas	Vencimento 40h/sem	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Auxiliar Administrativo	01	1.150,04	40h/sem	Ensino Médio	Títulos e Tempo Experiência

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o Processo de Chamada Pública serão efetuadas presencialmente no período das 7h30min, às 11h30min e das 13h às 17, do dia 07 à 12 de janeiro de 2021.

2.2. Os candidatos interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal da Administração e Gestão, junto a Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente.

2.3. As inscrições serão gratuitas;

2.4. No momento da inscrição o candidato deverá preencher ficha de inscrição e entregar todas as cópias dos documentos para comprovação da habilitação e tempo de serviço, assim como, trazer os originais dos documentos para comprovação.

2.4.1. Não serão efetuadas cópias de documentos.

3. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

3.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, e no site oficial do município www.anchieta.sc.gov.br.

3.3. O prazo para a interposição de recursos é de 13 a 15 de janeiro de 2021, na Secretaria Municipal da Administração e Gestão – Prefeitura Municipal de Anchieta. Após este prazo e a análise dos recursos, será divulgado resultado final do certame.

4. DA PROVA DE TÍTULOS

Para o cargo descrito neste edital, critério para apuração dos pontos:

Títulos	Valor do Título
Ensino Médio	1 Ponto
Total de títulos	

4.1. Os pontos destinados aos títulos somente serão válidos com apresentação de diploma ou Certificado de Conclusão da Instituição de Ensino.

4.2. As cópias dos documentos para Prova de Títulos deverão ser entregues no ato da inscrição para o processo de Chamada Pública, juntamente com a original para conferência (ficarão retidas somente as cópias).

4.3. Os Títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento.

4.4. Os cursos incompletos não têm validade como curso de aperfeiçoamento, para este Processo de Chamada Pública.

4.5. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de títulos implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

4.5.1. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

4.6. DA PROVA DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA - Valendo até 2,00 (dois) pontos, sendo considerado tempo de serviço:

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
Auxiliar Administrativo ou áreas afins	200	0,01 ponto	2
TOTAL	200		2,00

4.6.1. Para receber a pontuação relativa ao título de tempo de serviço o candidato deverá comprovar através de:

4.6.2. O valor de 0,01 (zero vírgula zero um) ponto para cada mês de efetivo exercício de trabalho municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições.

4.6.3. A data de contagem do tempo de experiência será considerada como data fim 30 de dezembro de 2020.

4.6.4. No cálculo de pontos por tempo de experiência computar-se-á a fração de 15 (quinze) dias ou mais, como 1(um) mês.

4.6.5. A comprovação de Tempo de serviço será avaliada mediante apresentação de Certidão específica, emitidas pelo órgão correspondente ou Carteira de trabalho.

4.6.6. Entende-se por Tempo de Serviço o tempo que o candidato exerceu atribuições em função que tenha relação direta com a função para o qual se inscreveu.

4.6.7. Havendo apresentação de mais de uma certidão específica, que tenha tempo de experiência na função concomitante em um determinado período, será totalizado o tempo de experiência de apenas uma certidão.

4.6.8. A certidão não poderá conter rasuras.

4.6.9. Não será computado para efeito de pontuação de tempo de serviço, o tempo de experiência do servidor aposentado.

4.6.10. As cópias dos documentos para a prova de tempo de serviço, devidamente preenchidos e assinados, deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Administração e Gestão da Prefeitura Municipal de Anchieta, sito à Avenida Anchieta, nº 838, Centro, Anchieta – SC, durante as inscrições, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5. DO EMPATE NA NOTA FINAL

5.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) Tiver mais tempo de serviço;
- b) O candidato de maior idade;
- c) Sorteio.

6. DOS RECURSOS

6.1. É admitido recurso quanto a divergências:

a) A não homologação ou indeferimento da inscrição com sua respectiva pontuação será no dia 12 de janeiro de 2021.

6.2. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

6.3. O recurso deverá ser entregue na Secretaria Municipal da Administração e Gestão no horário de expediente, para julgamento da Comissão nomeada, nos dias 13 e 15 de janeiro de 2021.

7. DO RESULTADO FINAL

7.1 O Resultado Final será divulgado no dia 15 de janeiro de 2021, a partir das 17h, no site: www.anchieta.sc.gov.br E, também, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.

8. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

8.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

8.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) Cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) Atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) Comprovante de Residência;
- d) Alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- e) Declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- f) Demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

8.3. O candidato classificado e nomeado estará regido pelo Regime Jurídico Estatutário, e demais determinações legais.

8.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.

8.5. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. As publicações sobre a Chamada Pública serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Anchieta – SC e no endereço eletrônico: www.anchieta.sc.gov.br

9.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange à Chamada Pública em questão, serão resolvidos pela Comissão nomeada.

9.3. O Chefe do Poder Executivo de Anchieta – SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo de Chamamento Público mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

9.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo de Chamamento público é o da Comarca de Anchieta – SC.

9.5. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Cronograma;

ANEXO II – Atribuições dos Cargos;

ANEXO III – Formulário de Prova de Título;

ANEXO IV – Formulário de Tempo de Experiência;

ANEXO V – Decreto que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

9.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 07 de janeiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei
Advogado do Município de Anchieta

ANEXO I
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2021

CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	07/01/2021	No site do município de Anchieta www.anchieta.sc.gov.br E, também, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.
Inscrições com apresentação de documentos para Prova de títulos e Tempo de Experiência.	07 à 12/01/2021	Na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Anchieta SC.
Publicação do Resultado Parcial	12/01/2021	O Resultado Parcial será publicado, a partir das 17h, no site: www.anchieta.sc.gov.br E, também, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.
Período para recursos	13 e 15/01/2021	Na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Anchieta SC.

Publicação do Resultado Final	15/01/2021	O Resultado Final será publicado, a partir das 17h, no site: www.anchieta.sc.gov.br E, também, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC.
-------------------------------	------------	---

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: Auxiliar Administrativo
CÓDIGO: 31.05
ATRIBUIÇÕES: prestar assessoramento administrativo aos dirigentes de órgãos municipais, agentes políticos e servidores; realizar estudos no campo da Administração Pública; executar trabalhos relacionados com operações em aparelhos e mesas de ligação telefônica; receber, informar e atender o público em geral, conferência de medidas de lotes e construções existentes com a finalidade de atualização do cadastro imobiliário; realização de atividades rotineira envolvendo a circulação de correspondência oficial, processos ou quaisquer documentos nas repartições públicas; auxílio para os serviços contábeis, de média complexidade, analisar e elaborar laudos técnicos; ter conhecimentos básicos em informática, em rotinas administrativas e operacionais da área de trabalho, bem como da legislação e das normas técnicas; coordenação e supervisão de bibliotecas; supervisão de trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos; atendimento aos serviços da Junta de Alistamento Militar, expedição de carteira Profissional do trabalho – CTPS, emissão de Carteira de Identidade – CI, recepção e preenchimento do cadastro do INCRA; arquivamento de processos, publicações e documentos; requisição de materiais necessários aos seus serviços; orientação e encaminhamento ao público em geral; arquivamento de processos, publicações e documentos; recebimento e transmissão de mensagens e correspondências; recebimento, distribuição, postagem e endereçamento; ofícios, portarias e decretos, arquivos, informática, processos licitatórios; postura profissional e apresentação pessoal; legislação (administração) relacionamento humano; princípios fundamentais e técnicas de atendimento ao público; recepção telefônica; princípios básicos de administração pública; atos administrativos; elaboração de projetos, planejamento; prestação de contas dos recursos recebidos; programa de trabalho, fases, previsão, execução e avaliação de trabalho; documentação escolar; desempenhar e outras atribuições similares.
REGIME DE TRABALHO: Estatutário
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Médio

ANEXO III

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA PROVA DE TÍTULOS

Nome: _____ Inscrição: _____

Função: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital de Chamada Pública nº 001/2021.

Títulos	Nº de Títulos	Valor do Título	Total
Comprovante de Ensino Médio			
Total de títulos			

AValiação PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Anchieta/SC, _____ de _____ de 2021.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA nº001/2021

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTOS TEMPO DE EXPERIÊNCIA

Nome: _____ Inscrição: _____

Função: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de tempo de experiência, de acordo com o Edital nº 001/2021.

Tempo de Experiência Profissional	Nº máx. de mês	Valor do Mês	Total
Auxiliar Administrativo e áreas afins: o valor de 0,01 (zero vírgula zero um) pontos para cada mês de efetivo exercício municipal, estadual, particular, filantrópica ou outras instituições de ensino.		0,01	
TOTAL		-	

AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de tempo de experiência em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizados em _____ pontos.

Anchieta/SC, _____ de _____ de 2021.

Assinatura responsável recebimento Assinatura do candidato

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021
COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designadas as servidoras públicas municipais: Idenes Fiorentin Schena, Marieli Wending e Robson Swirke, sob a presidência da primeira, para comporem a comissão municipal para acompanhamento do Processo de Chamada Pública nº 001/2021.

Art. 2º - Compete a Comissão avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital, a Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 06 de janeiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baronio Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N. 049/2021

Publicação Nº 2796510

PORTARIA Nº 049/2021
De, 07 de janeiro de 2021

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a Lei Complementar nº 031/2011 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
Considerando a Comunicação Interna nº 004/2020, encaminhada pelo Secretário Municipal de Saúde de Anchieta, Sr. Martinhos Scantamburlo, informando que no dia 18 de dezembro de 2020, por volta das 14h07min, o Servidor, Motorista da Saúde, Maicon Joel Masena, estava transitando com o veículo Ducato Van, Placas MKZ 4422, de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, na Rua Guaporé sentido Oeste/Leste, Chapecó/SC, quando colidiu em outro veículo.

Considerando os deveres do servidor público descritos no Art. 93 da Lei Complementar nº 031/2011 e as proibições e infrações conforme Art. 94 da Lei Complementar nº 031/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, em face de MAICON JOEL MASENA, ocupante do cargo de Motorista, Portaria de Nomeação nº 88/2019, Matrícula nº 2634, tendo em vista seu envolvimento no acidente de trânsito, ocorrido no dia 18 de dezembro de 2020, com o veículo Fiat Ducato Van, Placas MKZ-4422, de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, no Município de Chapecó, conforme Boletim de Ocorrência, Protocolo n. 629329.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, nomeada conforme Decreto Municipal nº 216/2019 e Decreto nº 095/2020, como sendo:

I) KELLIN DAL RI, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, Portaria nº 307/2013, Presidente;

II) FABIANA GUSEN MULLER, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, Portaria nº 291/2016, Membro;

III) TIANE DALMORO, servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo de Monitora Social, Portaria nº 118/2015, Membro.

Art. 3º Determino a apuração dos fatos comunicados com base no Art. 93 e Art. 94 da Lei Complementar nº 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/SC;

Art. 4º O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 07 de janeiro de 2021

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi publicado no Diário Oficial do Município: www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N. 050/2021

Publicação N° 2796514

PORTARIA N° 050/2021

De, 07 de janeiro de 2021

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Considerando a Lei Complementar nº 031/2011 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; Considerando a Comunicação Interna nº 005/2020, encaminhada pelo Secretário Municipal de Saúde de Anchieta, Sr. Martinhos Scantamburlo, informando que no dia 26 de dezembro de 2020, por volta das 5h20min, o Servidor, Motorista da Saúde, Maicon Joel Masena, estava transitando com o veículo Chevi/Spin 1.8 MT LTZ, Placas QJA 9335, de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, na Linha Bom Princípio, Município de Romelândia, perdeu o controle do veículo, vindo a capotar.

Considerando os deveres do servidor público descritos no Art. 93 da Lei Complementar nº 031/2011 e as proibições e infrações conforme Art. 94 da Lei Complementar nº 031/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, em face de MAICON JOEL MASENA, ocupante do cargo de Motorista, Portaria de Nomeação nº 88/2019, Matrícula nº 2634, tendo em vista seu envolvimento no acidente de trânsito, ocorrido no dia 26 de dezembro de 2020, com o Chevi/Spin 1.8 MT LTZ, Placas QJA 9335, de propriedade do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, no município de Romelândia/SC, conforme Boletim de Ocorrência, Protocolo n. 6317942.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, nomeada conforme Decreto Municipal nº 216/2019 e Decreto nº 095/2020, como sendo:

I) KELLIN DAL RI, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, Portaria nº 307/2013, Presidente;

II) FABIANA GUSEN MULLER, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, Portaria nº 291/2016, Membro;

III) TIANE DALMORO, servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo de Monitora Social, Portaria nº 118/2015, Membro.

Art. 3º Determino a apuração dos fatos comunicados com base no Art. 93 e Art. 94 da Lei Complementar nº 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anchieta/SC;

Art. 4º O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar é de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 07 de janeiro de 2021

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato foi publicado no Diário Oficial do Município: www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio – Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA N° 022/2021

Publicação N° 2796065

PORTARIA nº. 23/2021

De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Valdionara Alves de Moraes Putton, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 103, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietense, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019 serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 023/2021

Publicação Nº 2796067

PORTARIA nº. 23/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Valdionara Alves de Moraes Putton, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 103, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietense, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019 serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 024/2021

Publicação Nº 2796069

PORTARIA nº. 24/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Luciana Iaronka, ocupante do cargo de Gari, matrícula 2539, lotada na Secretaria Municipal da Infraestrutura, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019 e 2019/2020, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 025/2021

Publicação Nº 2796073

PORTARIA nº. 25/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Sirlei de Oliveira Tabaldi, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2149, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.
Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 026/2021

Publicação Nº 2796076

PORTARIA nº. 26/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Elizabete Ana Steffens, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2535, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, serem gozadas no período de 04/01/2021 à 13/01/2021, perfazendo um total de 10 (dez) dias de gozo de férias.
Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 027/2021

Publicação Nº 2796079

PORTARIA nº. 27/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Gessi Fátima Meneghini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 1921, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2017/2018, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 028/2021

Publicação Nº 2796082

PORTARIA nº. 28/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Dulce Stobbe Wolff Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 2165, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 029/2021

Publicação Nº 2796085

PORTARIA nº. 29/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Sandra Regina Roth, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 1914, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 21/01/2021, perfazendo um total de 18 (dezoito) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 030/2021

Publicação Nº 2796090

PORTARIA nº. 30/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Daiana Ortolan, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 2400, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 21/01/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 031/2021

Publicação Nº 2796092

PORTARIA nº. 31/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Edgar Rossato, ocupante do cargo de Operador I, matrícula 897, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 20/01/2021, perfazendo um total de 16 (dezesesseis) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 032/2021

Publicação Nº 2796097

PORTARIA nº. 32/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Fabiane Gusen Muller, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula 2418, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 11/01/2021 à 30/01/2021, perfazendo um total de 20 (vinte) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 033/2021

Publicação Nº 2796101

PORTARIA nº. 33/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Cristiano Graff, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 2419, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020, a serem gozadas no período de 07/01/2021 à 21/01/2021, perfazendo um total de 15 (quinze) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 034/2021

Publicação Nº 2796105

PORTARIA nº. 34/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Operador II, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 734, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2016/2017, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 035/2021

Publicação Nº 2796110

PORTARIA nº. 35/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para os Servidores Públicos: Ademir João Iago, Alcimar Ceolin, Joseandro Dala Rosa, Maico Jone Machado de Souza, Ronaldo Adriano da Rosa e Vilson Baggio, ocupantes do cargo de Motorista - Transporte Escolar, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 036/2021

Publicação Nº 2796112

PORTARIA nº. 36/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para os Servidores Públicos: Abimael de Oliveira de Jesus, Alexandre Eckert, Carmen Justina Górczveski, Cerlei Maria Prevedello, Claudete Prior Watte, Cleidiane Watte, Dario Edson Signor, Elisangela Contini, Ivete Teresinha Junges Schú, Ivone Maria Rizzotto Kraemer, Lenir Marilene Lucas, Liliana Maria Martini Lenhardt, Liliane Muller Schaeffer, Luciana do Amaral Crestani, Maira Kossmann, Marcia Aparecida Câmara, Marcia Back, Marcia Maria Parmezani, Maria Roseli Lucas, Matília Mattanna, Neli da Costa Thums, Patrick Juliano Guardini, Rafael Schenkel, Rosane Grabin Caumo, Rosângela Maria Stefanello, Sandra Giuliani Canci, Sheila Fernanda Dornelles, Taise Vanessa Sampaio e Vera Lucia Suffedini da Costa, ocupantes do cargo de Professor de Séries - Ensino Fundamental, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 037/2021

Publicação Nº 2796116

PORTARIA nº. 37/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para as Servidoras Públicas: Adriana Vieira Braga, Ana Paula Milan, Andrea Ana Assolini, Andreia Milani de Souza, Andreia Paula Fernandes, Arieli Pulga Dal Castel, Celeste Piccoli Rostirolla, Celia Terezinha Hubert Stanga, Cladi Perin Baggio, Claudete Prior Watte, Dalila Aparecida Izoton, Gilvana Maria Guerini, Idianara Cavagnoli, Ioná Polese Piccoli, Ivete Snigura Fabonato, Janete Sobiski Barth, Lucia anita Foresti Cocco, Luciana Presotto, Maira Kossmann, Marinice Machado da Silva, Marisane dos Santos, Noeli lourdes Stefanello Signor, Simone Fátima da Silva e Sheila Fernanda Dorneles ocupantes do cargo de Professoras de Educação Infantil, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 038/2021

Publicação Nº 2796125

PORTARIA nº. 38/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para as Servidoras Públicas: Erni Contini, Maria Beatriz Junges Alves Rei, Cidiane do Amaral Dias Teles, Daniane do Amaral dos Santos de Lara, Dione Ana Prevedello, Geovane Negri, Gessi Alves da Silva Teles, Katiane Wanzing de Lima, Luciana Aparecida Snigur Di Domenico, Margarete Wibrantz, Marivete dos Santos Dalmoro, Marizete dos Santos, Neilimara Brustolin, Rosa Maria Camargo, Sylvania Terezinha Graff e Solange de Abreu Canalle, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Merendeiras e Zeladoras, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 039/2021

Publicação Nº 2796127

PORTARIA nº. 39/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para as Servidoras Públicas: Ana Paula Sikorski, Fernanda Kinsel Wanzing, Ivanete Maria Gubert, Ivania Vaz Pinheiro, Silvane de Gois Snigura e Vera Lucia dos Santos Moraes de Bortoli, ocupantes do cargo de Monitor de Creche, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 040/2021

Publicação Nº 2796129

PORTARIA nº. 40/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Carla Regina Izoton, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 37, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2019/2020 serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 041/2021

Publicação Nº 2796132

PORTARIA nº. 41/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Rudimar Lasarotto, ocupante do cargo de Motorista, matrícula 112, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas ao período de 2018/2019, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 042/2021

Publicação Nº 2796133

PORTARIA nº. 42/2021
De, 04 de janeiro de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para os Servidores Públicos: Alcione José Lago e Itamar Berté, ocupantes do cargo de Monitor Desportivo, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, a serem gozadas no período de 04/01/2021 à 02/02/2021, perfazendo um total de 30 (trinta) dias de gozo de férias.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 04 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 043/2021

Publicação Nº 2796137

PORTARIA nº. 43/2021
De, 05 de janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Vanira Suzana Moresco, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente do Movimento Econômico, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 05 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 045/2021

Publicação Nº 2796140

PORTARIA Nº. 45/2021
De, 07 de janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Mário Luiz Signor, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Infraestrutura, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 046/2021

Publicação Nº 2796147

PORTARIA Nº. 46/2021
De, 07 de janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Martinhos Scantamburlo, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Saúde Pública, lotado na Secretaria Municipal da Saúde Pública, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 047/2021

Publicação Nº 2796152

PORTARIA Nº. 47/2021
De, 07 de janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares números 068 e 070/2018,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor Rudimar Borcioni, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Jurídico, lotado no Gabinete do Prefeito, percebendo os vencimentos mensais previstos em lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 07 de janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 048/2021

Publicação Nº 2796319

PORTARIA nº. 048/2021
De, 07 de Janeiro de 2021.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar Responsáveis,

Art. 1º - Ficam designados como responsáveis pela assinatura nas contas abaixo enumeradas constantes do CNPJ 11.243.552/0001-47 – Fundo Municipal da Saúde - FMS, o Secretário de Saúde Martinhos Scantamburlo e o Tesoureiro, senhor Robson Swirke.

Art. 2º - As contas correntes são as seguintes: 14.009-0, 11.124-4, 11.223-2, 11.279-8, 11.952-0, 12.053-7, 12.054-5, 12.185-1, 12.359-5, 12.443-5, 12.475-3, 12.665-9, 12.666-7, 12.726-4, 13.151-2, 13.152-0, 13.559-0, 13.362-0, 13.485-6, 13.522-4, 13.523-2, 13.525-9, 13.526-7, 13.528-3, 13.529-1, 13.530-5, 13.531-3, 13.578-X, 13.600-X, 13.606-9, 13.610-7, 13.640-9, 13.655-7, 13.666-2, 13.847-9, 13.855-X, 13.858-4, 14.011-2, 14.049-X, 14.060-0, 14.071-6, 14.145-3, 14.217-4, 14.234-4, 14.253-0, 14.262-X, 14.293-X e 14.319-7.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de Janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL 003/2021-PM

Publicação Nº 2795897

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2021

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para: Registro de Preço visando a contratação de empresa, para prestação de serviços de mão de obra com Máquina Rompedor e equipamentos necessários, à serem utilizados parceladamente pela Administração Pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 26/01/2021. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – Feira, ou pelo site: www.anchieta.sc.gov.br
Anchieta, 07 de Janeiro de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº001/2021**

Publicação Nº 2795826

DECRETO LEGISLATIVO Nº001/2021**INSTITUI PERFIL NO INSTAGRAN E FACEBOOK COMO REDES SOCIAIS OFICIAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE ANCHIETA, SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

A Presidenta da Câmara de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno instituído pela Resolução n. 011, de 16 de dezembro de 2010 e,

CONSIDERANDO que a compreensão e o envolvimento dos cidadãos com a democracia não se limita aos pleitos eleitorais;

CONSIDERANDO que as mídias sociais são ferramentas da internet que democratizam as informações de modo geral, servindo de veículo eficiente para a transparência da gestão dos órgãos públicos, com tom menos formal e mais humanizado; e

CONSIDERANDO que há necessidade de dar mais transparências às ações e procedimentos da Câmara de Vereadores para maior proximidade da população com o Poder Legislativo com compreensão, entendimento do trabalho e o envolvimento das pessoas.

DECRETA:

Art. 1º - com o objetivo de ampliar a transparência e o conhecimento da sociedade sobre o trabalho legislativo, a cidadania, a democracia e os direitos humanos, nos moldes definidos pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.965, de 23 de abril de 2014), a Câmara de Vereadores de Anchieta, Estado de Santa Catarina participará de redes sociais na internet, inicialmente nas seguintes mídias e conta/perfil: Instagram – camaradevereadoresanchieta e Facebook – Câmara de Vereadores de Anchieta – SC.

Parágrafo único – As diretrizes desse decreto servirão para participação de formas semelhantes de comunicação que venham a ser criadas

Art. 2º. A atuação da Câmara de Vereadores se dará de acordo com as características do órgão e a postagem se dará sob orientação e supervisão da Presidência;

Art. 3º. São responsabilidades dos operadores das redes sociais da Câmara de Vereadores de Anchieta:

I - seguir as determinações do planejamento do perfil de rede social em que atue;

II - prestar informações sobre as atividades executadas, alertar imediatamente à Presidência da Câmara e coordenador de perfil a ocorrência de mensagens atípicas e situações incomuns;

III - Quando houver dúvida, o operador recorrerá Presidência da Câmara e coordenador de perfil;

IV - portar-se sempre como servidor público, nunca polemizar com o cidadão e só responder o que for da Câmara de Vereadores;

V - tratar o interlocutor com respeito, cordialidade e objetividade, ainda que ele tenha utilizado termos pejorativos;

VI - adotar um banco de respostas frequentes a fim de facilitar e uniformizar o trabalho, além de evitar erros;

VII – avaliar possíveis repercussões da resposta, levando em consideração o perfil do órgão e o assunto tratado;

VIII - responder de imediato, sempre que possível e informar ao interessado quando a resposta demanda mais tempo de pesquisa ou remeter-lhe a fonte para pesquisa;

IX - agradecer sempre o contato feito;

X – Apagar imediatamente assuntos postados pelos leitores que não se relacionem com o tema publicado, bem como postagens que contenham promoção pessoal ou comercial;

Art. 4º As redes sociais devem ser usadas pela Câmara de Vereadores para:

I - publicar a cobertura jornalística das atividades legislativas e institucionais;

II - divulgar campanhas, programas e serviços institucionais;

III - estimular a participação do cidadão ao abrir canais de diálogo com a sociedade;

IV - contribuir para a valorização da imagem do órgão e de seus integrantes;

V - promover a cidadania, a democracia, os direitos humanos e os princípios da Constituição federal;

VI – divulgar a tramitação das proposições normativas.

Art. 5º. Se houver erro de ortografia, informação ou redação em uma publicação deve-se apagar a informação incorreta e publicar a correção, se possível, justificar o procedimento.

Parágrafo único – no caso de erro seja na imagem (que não pode ser editada) e não comprometer a compreensão da mensagem, a publicação poderá ser excepcionalmente mantida, com um alerta aos cidadãos.

Art. 6º. A Presidência da Câmara e gestor do perfil deve buscar ler o maior número possível de comentários. Os que forem considerados inapropriados ou ofensivos poderão ser removidos e, em caso de reincidência, o perfil de quem os postar poderá ser bloqueado.

Art. 7º Comentário difamatório, que moleste, ameace ou, de qualquer forma, viole direitos de terceiros, será retirado e encaminhado à Polícia Judiciária.

Art. 8 º O encerramento de conta ou perfil deve ser comunicado ao público com antecedência e, sempre que possível, oferecer formas alternativas de contato.

Art. 9º. Os órgãos de comunicação instituídos por esse decreto não substituirão as publicações legais e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Legislativo do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina publicados no Diário Oficial dos Municípios, veiculado no endereço eletrônico **www.diariomunicipal.sc.gov.br**, na rede mundial de computadores – Internet, adotado pelo Decreto Legislativo nº 001/2014, de 10 de janeiro de 2014.

Art.10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta (SC), 05 de janeiro de 2021.

CLAUDETE TERESINHA JUNGES

Presidenta da Câmara de Vereadores de Anchieta

Certifico que o presente Decreto Legislativo
Foi publicado na forma da lei na data supra.

Mateus Pedretti Delai
Chefe de Gabinete

Angelina**PREFEITURA****CONTRATO Nº 002/2021 - CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 2795067

CONTRATO Nº: 002/2021

LOCATÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA

CNPJ nº 04.656.359/0001-72

LOCADOR: MATHEUS COSTA 09498821941

CNPJ nº 33.453.898/0001-02

OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de informática - suporte ao site, manutenção e publicação do conteúdo, pela prática dos referidos atos perante a Câmara Municipal de Angelina.

VALOR TOTAL: R\$ 4.620,00 (quatro mil e seiscentos e vinte reais)

VALOR MENSAL: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais)

PRAZO: 31/12/2021

DATA: 07/01/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº 002/2021

CONTRATO Nº 003/2021 - CÂMARA DE VEREADORES

Publicação Nº 2795103

CONTRATO Nº: 003/2021

LOCATÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA

CNPJ nº 04.656.359/0001-72

LOCADOR: ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI

CNPJ nº 26.453.080/0001-24

OBJETO: Contratação de empresa de serviços técnicos especializados de consultoria contábil aplicada ao setor público.

VALOR TOTAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

VALOR MENSAL: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

PRAZO: 31/12/2021

DATA: 07/01/2021

PROCESSO LICITATÓRIO nº 003/2021

DECRETO Nº 01 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795999

DECRETO Nº 01 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

PRORROGA ATÉ 28 DE FEVEREIRO DE 2021 O DECRETO 22, DE 06 DE ABRIL DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANGELINA, ROSELI ANDERLE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Legislação Vigente do município e, ainda,

CONSIDERANDO que, em 30 de dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal ao analisar MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ADI 6625 MC/DF, em que é Relator o MIN. RICARDO LEWANDOWSKI, deferiu parcialmente tutela antecipada, para conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 8º da Lei nº 13.979/2020, com a redação dada pela Lei 14.035/2020, a fim de excluir de seu âmbito de aplicação as medidas extraordinárias previstas nos arts. 3º, 3º-A, 3º-B, 3º-C, 3º-D, 3º-E, 3º-F, 3º-G, 3º-H e 3º-J, inclusive dos respectivos parágrafos, incisos e alíneas;

CONSIDERANDO que, no dia 18 de dezembro de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 1027, por meio do qual declarou "estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19, até 28 de fevereiro de 2021";

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS (com público superior a cem pessoas);

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março

de 2020; N° 562, de 17 de abril de 2020 , n. 890/2020 e n 1027/2020

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado n° 1664 do TCE/SC;

CONSIDERANDO que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n° 022 de 06 de abril de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública;
DECRETA:

Art.1º. Fica decretada a Prorrogação da Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Angelina, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus, até 28 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, prorroga-se até 28 de fevereiro de 2021, as medidas estabelecidas nos decretos municipais n. 022/2020; 020/2020/ 030/2020, 050/2020 e 054/2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 07 de janeiro de 2021

ROSELI ANDERLE

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 017/2021

Publicação N° 2794914

PORTARIA N° 017/2021

Concede Função Gratificada.

Roseli Anderle, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 146 da lei complementar n° 021/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Motorista da Saúde (transporte de passageiros fora do município em modo diário) aos servidores: Anísio Altair Alexandre, Valcésio de Souza, Jonas Assunção Júnior, Manoel Albino de Oliveira, respectivamente ocupantes do cargo de Motorista do quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 05 de janeiro de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 018/2021

Publicação N° 2794949

PORTARIA N° 018/2021

Concede Função Gratificada.

Roseli Anderle, Prefeita Municipal de Angelina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 146 da lei complementar n° 021/2013 de 23/12/2013,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Gratificação de Motorista de Ambulância aos servidores: Antônio Marcos da Cunha, Daniel Heck, Irio Schmitt, respectivamente ocupantes do cargo de Motorista do quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Angelina, 05 de janeiro de 2021.

Roseli Anderle

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 012/2021

Publicação N° 2794910

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

PORTARIA MUNICIPAL N° 012/2021

CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DE SINDICÂNCIAS, DESIGNA SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSELI ANDERLE, Prefeita do Município de Angelina, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos moldes do art. 142, da Lei Complementar n. 21/2013,

RESOLVE

Art. 1º Fica constituída Comissão Administrativa de Processo Disciplinar e de Sindicância, cujas atribuições estão dispostas no § 6º, do art. 142, da Lei Complementar n. 21/2013 e legislação extravagante.

Art. 2º A Comissão constituída terá vigência de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por mais duas vezes, por períodos iguais e sucessivos (§ 1º, art. 142, Lei Complementar 21/2013).

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação deverá ser formulado pelo presidente da Comissão ao Secretário de Administração e Finanças, que decidirá de forma fundamentada.

Art. 3º Ficam designados para compor a Comissão, os seguintes servidores:

I. MICHAEL SOARES – Matrícula: 1191 – Cargo: Agente Operacional; como presidente da Comissão;

II. MARCIA VENTURA HAMMES – Matrícula: 1207 – Cargo: Assistente Administrativo;

III. JESSICA MARTINS OTTO – Matrícula: 1239 – Cargo: Especialista em Educação,

Art. 4º Fica assegurada, aos servidores designados para participarem como membros titulares da Comissão, a concessão de gratificação individual de R\$ 30,00(trinta reais), pela participação efetiva e ativa, a cada uma das reuniões da comissão, limitada ao máximo de seis reuniões mensais (§ 4º, art. 142, Lei Complementar 21/2013).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Intime-se.

Angelina, 05 de janeiro de 2021

Roseli Anderle
Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021 - CÂMARA DE VEREADORES

Publicação Nº 2795063

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DA FINALIDADE: Contratação de empresa para prestação de serviços TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE INFORMÁTICA - SUPORTE AO SITE, MANUTENÇÃO E PUBLICAÇÃO DO CONTEÚDO.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de informática - suporte ao site, manutenção e publicação do conteúdo, pela prática dos referidos atos perante a Câmara Municipal de Angelina, a partir de 04 de janeiro de 2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA, pessoa jurídica de Direito público, cadastrada no CNPJ sob nº 04.656.359/0001-72, com sede na Rua Manoel Lino Koerich, nº 80, Centro, município de Angelina/SC, CEP 88.460-000, neste ato representado pelo senhor Presidente Alcício Antônio Hang, Presidente da Câmara, domiciliado no endereço supra indicado.

CONTRATADA: MATHEUS COSTA, empresário individual, inscrito no CNPJ sob nº 33.453.898/0001-02, estabelecido na Rua Nossa Senhora das Dores, nº 731, Bairro Vila Santana, município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, CEP 88.140-000, neste ato representado pelo empresário, MATHEUS COSTA, portador da C.I. nº 6.135.292, inscrito no CPF sob nº 094.988.219-41, domiciliado no endereço supra indicado.

DA JUSTIFICATIVA: A dispensa da licitação se justifica em razão da necessidade da contratação de serviços técnicos especializados de informática - suporte ao site, manutenção e publicação do conteúdo, pela prática dos referidos atos perante a Câmara Municipal de Angelina, bem como pelo fato do valor dos serviços a serem prestados ficarem abaixo do limite de 10% previsto na alínea □a□, do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, sendo possível a sua contratação através do processo de dispensa de licitação.

DO RESPALDO: A dispensa da licitação tem respaldo no art. 24 Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cópia do Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial;

b) Cópia do RG e CPF do empresário;

REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

b) Certidão negativa de débitos federal;

c) Certidão negativa de débitos estadual;

d) Certidão negativa de débitos (FGTS)

e) Certidão negativa de débitos (INSS)

f) Certidão negativa de débitos Trabalhistas

DO VALOR TOTAL: R\$ 4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais) o valor total do contrato, sendo R\$ 385,00 (trezentos e setenta reais) por mês.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, atendendo totalmente as especificações mínimas estabelecidas no Contrato. Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos ao Contrato, ainda que a requerimento do CONTRATADO.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos de programas nas seguintes dotações orçamentaria: 03.2.001.3.3.90.00.00.00.00 - Manutenção e funcionamento da Câmara.

Angelina, 07 de janeiro de 2.021.

ALÍCIO ANTÔNIO HANG

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021 - CÂMARA DE VEREADORES

Publicação Nº 2795100

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ANGELINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2021

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DA FINALIDADE: Contratação de empresa para prestação de serviços TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de consultoria contábil aplicada ao setor público, para acompanhamento e orientação na área financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa, dirigida aos servidores responsáveis pela prática dos referidos atos perante a Câmara Municipal de Angelina, pelo período de 05 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELINA, pessoa jurídica de Direito público, cadastrada no CNPJ sob nº 04.656.359/0001-72, com sede na Rua Manoel Lino Koerich, nº 80, Centro, município de Angelina/SC, neste ato representado pelo senhor Presidente Alício Antônio Hang, presidente da câmara, domiciliado no endereço supra indicado.

CONTRATADA: ASSESSORE CONSULTORIA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 26.453.080/0001-24, estabelecida na Rua José Gonçalves, nº 53, sala 2, Centro, município de Ilhota/SC, neste ato representada pela empresária CRISTIANE ALEXANDRE, domiciliada no endereço supra indicado.

DA JUSTIFICATIVA: A dispensa da licitação se justifica em razão da necessidade da contratação de serviços de assessoria especializada na área contábil para acompanhamento e orientação na área financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa, dirigida aos servidores responsáveis pela prática dos referidos atos perante a Câmara Municipal de Angelina, bem como pelo fato do valor dos serviços a serem prestados ficarem abaixo do limite de 10% previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei 8.666/93, sendo possível a sua contratação através do processo de dispensa de licitação.

DO RESPALDO: A dispensa da licitação tem respaldo no art. 24 Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Cópia do Contrato Social em vigor, devidamente registrado na junta comercial;
- b) Cópia do RG e CPF da empresária;

REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Certidão negativa de débitos federal;
- c) Certidão negativa de débitos estadual;
- d) Certidão negativa de débitos (FGTS)
- e) Certidão negativa de débitos (INSS)
- f) Certidão negativa de débitos Trabalhistas

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais) o valor total do contrato, sendo R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por mês.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento deveser efetuado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante

apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada, atendo totalmente as especificações mínimas estabelecidas no Contrato. Não será concedida antecipação de pagamento dos créditos relativos ao Contrato, ainda que a requerimento da CONTRATADA.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas relativas a esta contratação correrão por conta de recursos de programas nas seguintes dotações orçamentaria: 03.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 – Manutenção e funcionamento da Câmara.

Angelina, 07 de janeiro de 2021.

ALÍCIO ANTÔNIO HANG
PRESIDENTE DA CÂMARA

Anitápolis

PREFEITURA

DECRETO 087.2020 - SUPLEMENTAÇÃO PMA

Publicação N° 2795139

DECRETO N° 087/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 135.325,56 (cento e trinta e cinco mil trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) a dotação abaixo relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.001.2.004.3.3.50.0.1.000/29 R\$ 713,00
12.001.2.036.3.1.90.0.1.000/64 R\$ 19.375,06
13.001.2.048.3.1.90.0.1.018/104 R\$ 9.808,30
13.001.2.034.3.1.90.0.1.018/112 R\$ 97.245,76
13.001.2.034.3.1.91.0.1.018/113 R\$ 7.884,38
14.003.2.041.3.1.90.0.1.000/178 R\$ 299,06

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação da fonte de recursos no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 15 de dezembro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 15 de dezembro de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

DECRETO 088.2020 - SUPLEMENTAÇÃO PMA

Publicação N° 2795156

DECRETO N° 088/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 233.247,00 (duzentos e trinta e três mil duzentos e quarenta e sete reais) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.3.90.0.1.000/3 R\$ 44.000,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.3.90.0.1.000/25 R\$ 53.000,00
10.02.04.123.0012.2.007.3.3.90.0.1.000/34 R\$ 40.000,00
11.01.20.606.0013.2.010.3.3.90.0.1.000/44 R\$ 80.000,00
12.01.26.782.0022.2.016.3.3.90.0.1.000/66 R\$ 16.247,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.90.0.1.000/1 R\$ 40.000,00
02.01.04.122.0006.2.001.3.1.91.0.1.000/2 R\$ 4.000,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.90.0.1.000/22 R\$ 50.000,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.91.0.1.000/23 R\$ 3.000,00

10.02.04.123.0012.2.007.3.1.90.0.1.000/32 R\$ 40.000,00
11.01.20.606.0013.2.010.3.1.90.0.1.000/42 R\$ 80.000,00
12.01.26.782.0022.2.016.3.1.90.0.1.000/64 R\$ 10.000,00
12.01.26.782.0022.2.016.3.1.91.0.1.000/65 R\$ 4.000,00
12.01.26.782.0022.2.016.4.4.90.0.1.000/67 R\$ 2.247,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 15 de dezembro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 15 de dezembro de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

DECRETO 092.2020 - SUPLEMENTAÇÃO PMA

Publicação Nº 2795158

DECRETO Nº 092/2020

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº. 1014/19 de 20 de dezembro de 2019:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 713,00 (setecentos e treze reais) a dotação abaixo relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.001.2.048.3.1.90.0.1.018/104 R\$ 33.332,08
14.003.2.041.3.1.90.0.1.000/178 R\$ 296,86

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.001.2.048.3.1.91.0.1.018/105 R\$ 33.332,08
14.003.2.041.3.1.91.0.1.000/179 R\$ 296,86

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 22 de dezembro de 2020.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 22 de dezembro de 2020.

Fernanda Coelho Raimundo
Chefe de Gabinete

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/2018

Publicação Nº 2795903

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do Terceiro Termo aditivo ao contrato nº 029/2018. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Marlene Van de Sand Weiss. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 31/12/2021 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 07/01/2021. Marcelo Boeing – Secretário Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Apiuna

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO SÉTIMO COLOCADO ITEM 03, PP 144/2019

Publicação Nº 2793124

PREFEITURA DE APIÚNA

CONVOCAÇÃO DE SÉTIMO COLOCADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2019

ITEM 03 – (APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, QUENTE E FRIO, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA PROCEL A, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS NODOS REFRIGERACAO, AQUECIMENTO, DESUMIDIFICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DEVENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/ DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO)

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE APARELHOS AR CONDICIONADOS PARA TODAS AS SECRETARIAS

CONVOCADO: MAC CARLESSO ELETRO ME CNPJ: 26.074.486/0001-04

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, 204, Bairro Centro, CEP 89.135-000 – Estado de Santa Catarina, devido ao aceite de pedido de desistência do primeiro colocado do item 03 - (APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS, QUENTE E FRIO, FILTRO QUE ELIMINE NO MINIMO 90% DE VIRUS E BACTÉRIAS DO AR, SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA PROCEL A, TENSAO PARA 220V, NA COR BRANCA, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DISPLAY EM LCD OU SUPERIOR, COM NO MINIMO OS NODOS REFRIGERACAO, AQUECIMENTO, DESUMIDIFICACAO E VENTILACAO, GAS REFRIGERANTE R-410-A, SILENCIOSO, COM REGULAGEM DE VELOCIDADE DEVENTILACAO, SLEEP, SWING, PROGRAMADOR LIGA/ DESLIGA, GARANTIA MINIMA DE 01 ANO), do Pregão Presencial nº 144/2019, e obedecendo orientação do Setor Jurídico, convocamos a MAC CARLESSO ELETRO ME, CNPJ: 26.074.486/0001-04, na condição de sétima colocada no referido item, se o aceita nas mesmas condições do primeiro, com o valor de R\$ 1.205,24.

Prazo para manifestação: 02 (dois) dias úteis a contar da publicação desta.

E-MAIL:licitacao@apiuna.sc.gov.br ou licita@apiuna.sc.gov.br. TELEFONE: 47 3353 2000. Edital disponível nos sites www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna.

Arabutã

PREFEITURA

01/2021

Publicação Nº 2796368

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2021.
Processo Administrativo 001/2021

RESUMO: Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, desenvolve atividades voltadas a atendimento hospitalar de urgência e emergência, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR OSVALDO CRUZ, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

OBJETO: A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, propiciando o atendimento à população de Arabutã, nos serviços de atendimento hospitalar em urgência em saúde pública entre outros através do repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e nos termos do Art. 6º, § 2º, Anexo II e III, da Lei Municipal nº 764/2013.

Parágrafo único. Integra no Termo de Colaboração o Plano de Trabalho e Aplicação aprovados, independente de sua transcrição.

VALOR DOS RECURSOS: Total de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta reais), sendo 12 (doze) parcelas de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2021.

Arabutã – SC, 09 de Janeiro de 2021.

CLEITON JAIR LERMEN
GESTOR DO CONVÊNIO

FRACASSO LICITAÇÃO 66.2020

Publicação Nº 2796513

Processo: 097/2020

Licitação: Pregão Presencial nº. 066/2020

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de internação de longa duração, de paciente em clínica psiquiátrica, referente ao Processo Judicial 0900025-68.2018.8.24.0242.

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

A pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados do resultado do Pregão Presencial nº 066/2020, que objetiva Contratação de empresa para prestação de serviço de internação de longa duração, de paciente em clínica psiquiátrica, referente ao Processo Judicial 0900025-68.2018.8.24.0242, que no dia da sessão a licitante participante foi inabilitada por não apresentar prova de registro da proponente junto ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, conforme alínea “g”, do item 6 do referido edital..

Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado FRACASSADO.

Arabutã SC, 07 de Janeiro de 2021.

CLAUDIA RAFAELA WEIMER
Pregoeira

PORTARIA 006/2021 RETIFICADA

Publicação Nº 2796287

PORTARIA Nº 006/2021(retificada)
NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 05 de janeiro de 2021, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "E", EVELACIO LEIDOW, inscrito no CPF-MF sob nº 538.431.699-34, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviços e Meio Ambiente.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 04 de janeiro de 2021.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Claudia Rafaela Weimer

Responsável pela publicação.

PORTARIA 011/2021

Publicação Nº 2796289

PORTARIA Nº 011/2021
NOMEIA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 08 de janeiro de 2021, com base na Lei Complementar nº 123 de 01 de março de 2013, conforme anexo I "D'", MARCOS MARINHO WEIMER, inscrito no CPF-MF sob nº 024.002.989-55, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Transportes

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Arabutã/SC, 07 de janeiro de 2021.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Claudia Rafaela Weimer

Responsável pela publicação.

PORTARIA 10/2021

Publicação Nº 2794909

PORTARIA Nº10/2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a autônoma RAQUEL CRISTINA MUTZENBERG, inscrita no CPF sob nº. 018.800.529-38, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, férias referentes ao período aquisitivo de 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2021, para serem gozadas no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2021.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 07 de janeiro de 2021.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Claudia Rafaela Weimer

Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO 0003/2021

Publicação Nº 2795226

CONTRATO Nº 0003/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA, COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado por sua Gestora, a Senhora, JULIANA SERIGHELLI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 044.849.119-22 e CI nº 10/R-4.623.680, residente e domiciliada na Rua Madalena Massaroli Nórdio, 121, no município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa COMPANHIA ULTRAGÁZ, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.602.199.0232-44, com sede À Rua Antônio F. Ozanân, 1655, Brigadeira, Município de Canos - RS, neste ato representada pelo procurador, Senhor JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 490.821.910-91, residente e domiciliado no Município de Canos - RS, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL 0053/2020, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer GÁS DE COZINHA, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme Pregão PRESENCIAL nº 0053/2020, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	28098 - Gás de cozinha, acondicionado em botijões de 13 kg (somente a carga).	Botijão	115	79,33	9.122,95
9.122,95					

1.2. O gás de cozinha deverá ser entregue nas diversas repartições da Administração Municipal, em horário de expediente, no prazo máximo de 1 (uma) hora após recebimento da autorização de fornecimento.

1.3. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0147/2020 - PR, Pregão Presencial nº 0053/2020 – PR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2021, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
99 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será realizado quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual os Secretários Municipais em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

- a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.
- b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.
- c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.
- d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura 04/01/2021 até 31/12/2021.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE

JULIANA SERIGHELLI

COMPANHIA ULTRAGÁZ

CNPJ nº 61.602.199.0232-44

JOSÉ VILMAR DE OLIVEIRA

CPF nº 050.308.019-52

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0003/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA

CONTRATADA: CIA ULTRAGAZ S/A

VALOR: R\$9.122,95

CONTRATO Nº 0001/2021

Publicação Nº 2795163

CONTRATO Nº 0001/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA, POSTO SERIBA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado por sua Gestora, a Senhora, JULIANA SERIGHELLI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 044.849.119-22 e CI nº 10/R-4.623.680, residente e domiciliada na Rua Madalena Massaroli Nórdio, 121, no município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.400.242/0001-08, com inscrição estadual nº 250.490.340, com sede á Rua XV de novembro, 349, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo procurador, Senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.611.889-72, residente e domiciliado à Rua Pasqual Nava, nº 192 em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL 0053/2020, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer ÓLEO DIESEL E ARLA, PARA OS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, PARA O EXERCÍCIO DE 2021, COM FORNECIMENTO CONTINUADO E PROGRAMADO, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, conforme Pregão PRESENCIAL nº 0053/2020, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
2	27534 - Óleo Diesel S-10	L	147.878,5	3,77	557.501,94
4	27533 - Óleo Diesel S-500	L	79.120	3,75	296.700,00
5	27535 - Arla 32	L	2.530	2,00	5.060,00
859.261,94					

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria.

1.3. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0147/2020 - PR, Pregão Presencial nº 0053/2020 – PR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2021, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 99 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

- 4.1. O pagamento será realizado quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.
- 4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação
- 4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.
- 4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

- 5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.
- 5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.
- 5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

- 6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:
- 6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6. Não mantiver a proposta;
- 6.1.7. Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.
- 6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 6.3.1. Advertência;
- 6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.
- 6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.
- 6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo

Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual os Secretários Municipais em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.

b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.

c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura 04/01/2021 até 31/12/2021.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
JULIANA SERIGHELLI

POSTO SERIBA LTDA
CNPJ 83.400.242/0001-08
SIDNEI SERIGUELI
Contratada

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0001/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,
CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA
VALOR: R\$154.331,79

CONTRATO Nº 0002/2021

Publicação Nº 2795191

CONTRATO Nº 0002/2021, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s.n.º, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina, e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado por sua Gestora, a Senhora, JULIANA SERIGHELLI, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 044.849.119-22 e CI nº 10/R-4.623.680, residente e domiciliada na Rua Madalena Massaroli Nórdio, 121, no município de Arroio Trinta – Santa Catarina, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede a Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo senhor LUCAS NAVA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF nº 045.824.619-05, e RG 10/R-4.369.991/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua XV de Novembro nº 380, em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0147/2020, PREGÃO PRESENCIAL 0053/2020, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer gasolina para as máquinas, veículos e equipamentos da contratante, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0053/2020, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
3	27536 - Gasolina	L	33.333	4,63	154.331,79
154.331,79					

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria.

1.3. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0147/2020 - PR, Pregão Presencial nº 0053/2020 – PR.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2021, conforme segue:

94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
99 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será realizado quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero

vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

7.3. Ficam designados para a fiscalização da execução contratual os Secretários Municipais em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.1 – O Fiscal será assessorado tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

7.3.2 – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto lícito.

7.3.3 O fiscal do contrato deverá, por ocasião do recebimento:

- a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação ao produto que estará sendo entregue pelo Licitante vencedor.
- b) Confrontar a marca e fabricante do produto a ser entregue com relação à marca e fabricante do produto constante na Autorização de Fornecimento, de forma a constatar o cumprimento, por parte do Licitante Vencedor, da sua proposta de preços vencedora, habilitada, adjudicada e homologada.
- c) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.
- d) Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura 04/01/2021 até 31/12/2021.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
JULIANA SERIGHELLI
CONTRATANTE

POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA
CNPJ nº 81.777.492/0001-28
LUCAS NAVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0002/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00147/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053/2020
OBJETO: FORNECIMENTO DE GASOLINA PARA VEÍCULOS
CONTRATADAS: POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA
VALOR: R\$154.331,79

DECRETO Nº 2064

Publicação Nº 2796490

DECRETO Nº 2064, de 07 de janeiro de 2021.

Autoriza o chefe do poder executivo, servidores públicos municipais a realizar movimentações financeiras em instituições financeiras, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 100, VIII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o agente político ALCIDIR FELCHILCHER, ocupante do cargo eletivo de Prefeito, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. O agente político designado no caput terá os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 2º - Fica autorizado à servidora pública municipal TAISE MARTA PAZIN, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Financeiro, nível superior e designada para exercer as funções de Tesoureira, servidora pública municipal MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo e o servidor público municipal VALCIR AFONSO SERIGHELLI, ocupante do cargo comissionado de Supervisor de Finanças, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem contas bancárias.

Parágrafo único. Os servidores designados no caput terão os seguintes poderes específicos: solicitar saldos e extratos; sustar/contratar cheques; cancelar cheques; baixar cheque; efetuar resgates/aplicações financeiras; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; efetuar movimentação financeira no RPG; consultar contas/aplicações programa repasse; liberar arquivos de

pagamentos no GFN/ASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade - meio eletrônico; consultar saldo/extrato de Conta Judicial Unificada; abrir contas de depósito; autorizar aplicação em fundos de investimentos; autorizar aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; encerrar contas depósito; consultar obrigações de débito direto autorizado; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos.

Art. 3º - Os poderes elencados nos incisos a seguir efetivar-se-ão mediante 02 (duas) assinaturas, sendo que obrigatoriamente as transações serão assinadas por qualquer dos servidores citados nos artigos 1º e 2º:

- I - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- II - Efetuar transferências por meio eletrônico
- III - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- IV - Abrir contas de depósito;
- V - Liberar arquivos de pagamento de pagamento no GFN/ASP;
- VI - Emitir cheques;

Art. 4º - As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º e 2º deste decreto, referem - se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ:

- I – 82.826.462/0001-27 - Município de Arroio Trinta-SC;
- II – 10.479.381/0001-97 - Fundo Municipal de Saúde - FMS;
- III – 20.154.996/0001-05 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- IV – 21.253.567/0001-40 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arroio Trinta;
- V – 30.997.915/0001-84 – Secretaria Municipal de Educação

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 2063/2021.

Arroio Trinta - SC, 07 de janeiro de 2021.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Juliana Serighelli
Secretária Municipal de Saúde

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 1/2021

Publicação Nº 2795276

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 1/2021

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AOS OBJETIVOS EXPRESSOS NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, NOTADAMENTE NAS ÁREAS DE:

INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA ANIMAL DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS E DEFINIÇÕES DA SANIDADE AGROPECUÁRIA, DENTRO DOS PADRÕES E NORMAS TÉCNICAS DO SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA);

EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL, COMPARTILHAMENTO OU O USO EM COMUM DE INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE DE GESTÃO, DE MANUTENÇÃO, DE INFORMÁTICA E DE PESSOAL TÉCNICO; PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES OU DE ESTUDOS TÉCNICOS; APOIO E FOMENTO DO INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E DE INFORMAÇÕES ENTRE OS ENTES CONSORCIADOS;

DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA REGIÃO, ESPECIALMENTE MEDIANTE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS EM PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA APROVADO JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO;

INFRAESTRUTURA, MEDIANTE EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PROJETO RECUPERAR DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA;

SANEAMENTO BÁSICO, ESPECIFICAMENTE RELACIONADOS À COLETA, TRANSPORTE, GESTÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, COMPOSTAGEM, SELEÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE DE PROCESSAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

VIGÊNCIA: DE 4 DE JANEIRO DE 2021 A 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

VALOR: CONFORME CONTRATO DE RATEIO Nº 2/2021.

ATALANTA, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL – PREFEITO MUNICIPAL.

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021

Publicação Nº 2795078

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2021

OBJETO: Contratação de Empresa tecnicamente especializada na Locação de Sanitários Portáteis para uso em locais indicados pela Administração, conforme termo de referência.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09h00min, do dia 20 de janeiro de 2021, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de janeiro de 2021.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021

Publicação Nº 2795726

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

TERMO DE RATIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil para a reforma e substituição dos materiais da Quadra Central situada na Praça Agustinelli, conforme termo de referência.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: O presente processo tem por objetivo a reforma da quadra central, a qual se encontra interditada até o presente momento pela falta de manutenção.

Considerando a necessidade de desinterdição da quadra para uso dos Municípios, bem como, os turistas que frequentam o município. Ademais, a escolha recai na empresa MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP, em função da pesquisa de preços realizada, com empresas especializadas na prestação de serviços de engenharia, pelo setor responsável. Constatada a experiência da empresa na área de exigência do serviço.

Por fim, a presente contratação se justifica pela realização de dois processos licitatórios nos meses anteriores, sendo que restaram desertos, assim com a necessidade de uma intervenção urgente na obra e o valor apresentado dentro do limite estabelecido por Lei.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O valor da contratação da empresa MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP para a reforma na Estrutura da Quadra Central, situada na Praça Agustinelli será no Valor Global de R\$ 28.600,00. O valor global para o serviço está dentro do valor de mercado para a complexidade do serviço.

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso I, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a "Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos de Engenharia Civil para a reforma e substituição dos materiais da Quadra Central situada na Praça Agustinelli, conforme termo de referência".

RATIFICO: nos termos do artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 02/2021, em conformidade com o Termo de Referência e Justificativa.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de janeiro de 2021.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021

Publicação Nº 2795730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2021
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura "Aquisição parcelada de Gás de Cozinha (GLP) para abastecimento das escolas da Rede de Educação Básica e do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital".

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14h30min, do dia 20 de janeiro de 2021, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: licitacao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de janeiro de 2021.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2021

Publicação Nº 2796936

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020

O Município de Balneário Arroio do Silva/SC torna público que, o Prefeito Municipal, no uso do poder que lhe é conferido, tendo em vista a inviabilidade de competição para contratação de profissionais do setor artístico solicitados pelo Departamento de Turismo, Eventos e Lazer, resolve: "Inexigir" a Licitação, para: Contratação do fornecedor EDUARDO MEDEIROS NUNES, inscrito no CPF sob o nº 044.460.309-30, portador no RG sob o 5707726 SSP/SC, residente e domiciliado no município de Araranguá/SC, detém representação para as apresentações de Shows Artísticos e é integrante "Mistura Fina Jazz Trio", com duração mínima de 02h00min, que abrilhantará "MÚSICA NA PRAÇA", que será realizada no dia 9 de janeiro de 2020, neste Município. VALOR GLOBAL: 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), AMPARO LEGAL – A presente Inexigibilidade de Licitação foi feita com base no Artigo 25, Inciso III da Lei Federal 8.666/93, que reza: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. OBJETIVOS: Apresentar artistas reconhecidamente de prestígio e que satisfaçam os anseios dos munícipes, veranistas e turistas; Manter viva a tradição de realizar as Festividades da Temporada de Verão, neste Município; Proporcionar momentos de diversão e lazer aos munícipes arroiosilvenses e demais visitantes; Também tem por finalidade proporcionar uma atividade diferente a quem não tem a oportunidade de participar de eventos fechados ou viajar. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: CÓDIGO REDUZIDO: 76 - 33.90.36.99.00.00.00. JUSTIFICATIVA: A presente Inexigibilidade de Licitação justifica-se pela opção da Administração Municipal por Shows Artísticos de renome, reconhecidos e consagrados pela opinião pública e crítica especializada, com execução de músicas compatíveis com as características do evento, sendo que os preços contratados estão de acordo com os valores praticados pelo mercado da região. DISPOSIÇÕES FINAIS: Para formalização do contrato a empresa fica obrigada a apresentar a Comissão de Licitação os seguintes documentos: a) Cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou do Contrato Social da empresa, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, provando que a mesma pode fornecer os serviços a ser contratado; b) Documento de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ); c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros); d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual); e) Certidão Negativa da Fazenda Municipal, da sede da licitante, através de certidão expedida pelo órgão competente, no máximo há 60 (sessenta) dias da abertura das propostas, ou que esteja dentro do prazo de validade, expresso na própria certidão; f)

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990. g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT). h) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelos distribuidores da sede do juízo da comarca da pessoa jurídica. Este processo de Inexigibilidade de Licitação será remetido de imediato à Assessoria Jurídica Municipal para que dele emita o seu parecer, após será remetido à autoridade superior para ratificação e posteriormente ser publicado na imprensa oficial, no prazo máximo de cinco dias, como condição para eficácia do ato.

Balneário Arroio do Silva/SC, 07 de janeiro de 2021.

EVANDRO SCAINI
Prefeito Municipal

Balneário Camboriú**PREFEITURA****CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 7622/2020**

Publicação Nº 2796602

**CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL DE
INSTALAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú torna público que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) Licença Ambiental de Instalação nº 7622/2020. A Licença Ambiental de Instalação é válida por 48 meses para obra de alimentação artificial da Praia Central de Balneário Camboriú



Av. Mauro Ramos, 428 - Centro, Florianópolis - SC, 88020-302

Fone: + 55 48 3216 1700

E-mail: ima@ima.sc.gov.br

www.fatma.sc.gov.br

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 002/2021 – PMBC

Publicação Nº 2796181

(resumo para publicação)

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 002/2021 – PMBC

OBJETO: A Secretaria de Inclusão Social solicita residência inclusiva emergencial em cumprimento imediato de determinação Judicial nº 0900317-51.2019.8.24.0005 - MP/SC para vaga em residência inclusiva da interessada Thainara da Silva Saragoça pelo período de 180 dias conforme documentação anexa aos autos.

Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA

CNPJ sob o nº 19.354.317/0001-54

Prazo de vigência: 06 meses;

Valor global: R\$ 36.600,00

Forma de Pagamento: mensal até 07 dias após emissão da nota fiscal;

Amparo legal: Artigo 24, IV da Lei Federal Nº 8.666/93;

Motivação/anexos: Ofício nº 216/2020 – Sec. Inclusão Social; Formulário Geral de Pedido; Solicitação nº 003/2021 – PMBC; Parecer orçamentário; Orçamentos; Certidões, declarações e demais documentos pertinentes ao processo.

Balneário Camboriú, 08 de janeiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

DISPENSA Nº 001/2020 - PMBC

Publicação Nº 2796732

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 002/2021 – PMBC

OBJETO: A Secretaria de Inclusão Social solicita residência inclusiva emergencial em cumprimento imediato de determinação Judicial nº 0055857-85.2014.8.24.0005 - MP/SC para vaga em residência inclusiva do interessado Leonardo Fagundes de Souza pelo período de 180 dias conforme documentação anexa aos autos.

Contratada: PONTO DE APOIO DESPERTAR JOVEM

CNPJ sob o nº 80.988.249/0001-96

Prazo de vigência: 06 meses;

Valor global: R\$ 28.800,00

Forma de Pagamento: Mensal até 07 dias após emissão da nota fiscal;

Amparo legal: Artigo 24, IV da Lei Federal Nº 8.666/93;

Motivação/anexos: Ofício nº 159/2020 – Sec. Inclusão Social; Formulário Geral de Pedido; Solicitação nº 002/2021 – PMBC; Parecer orçamentário; Orçamentos; Certidões, declarações e demais documentos pertinentes ao processo.

Balneário Camboriú, 08 de janeiro de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 028/2021

Publicação Nº 2795346

PORTARIA N.º 028/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pelo FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL, cumulativamente ao seu cargo atual, a Sra. GLADYS BRODERSEN, portadora do RG sob o nº 664012, CPF sob o nº 559.240.779-34, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 04 de janeiro de 2021

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 029/2021

Publicação Nº 2796288

PORTARIA N.º 029/2021

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso V e VII, combinado com o inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, assinar e responder pelo FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, cumulativamente ao seu cargo atual, Sr. PAULO RICARDO DEBATIN, portador do RG sob o nº 28037747-2, CPF sob o nº 271.258.508-98, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE
Balneário Piçarras (SC), 04 de janeiro de 2021

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretário Municipal de Administração

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 099/2020 CONCORRENCIA 007/2020

Publicação Nº 2796042

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 099/2020 - PMBP
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2020 – PMBP

OBJETO: Tem como objeto a execução das obras da orla da praia de piçarras etapa – área central e beira rio.

TERMO DE REVOGAÇÃO

O Prefeito Municipal, requer a revogação do Processo Administrativo nº 099/2020 PMBP - Concorrência nº 007/2020 PMBP pautado na discricionariedade e no interesse público.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade com fulcro no art. 49 da Lei 8.666/93 e na súmula nº 473 do STF;

CONSIDERANDO a revogação do processo de concorrência nº 003/2020 cujo objeto era o mesmo da presente licitação, inclusive com a mesma planilha de valores para execução da obra;

Considerando que as propostas apresentadas no processo licitatório foram baseadas em planilha desatualizada que foi elaborada em junho de 2018, e as variações de valores dos insumos no decorrer do ano de 2020 devido a pandemia de Covid-19;

Decido pela revogação da Concorrência nº 007/2020 PMBP nos seguintes termos:

A lei geral de licitações o art. 49 estabelece que os processos poderão ser revogados por motivo de interesse público e fato superveniente. Pois bem, a administração observou que o processo foi lançado com uma planilha desatualizada o que inviabiliza a execução dos serviços.

Ademais, o fato é superveniente a este gestor que assumiu a chefia do executivo no dia 01 de janeiro do presente ano, portanto em momento posterior a ocorrência da licitação –21 de dezembro de 2020- que se encontra em fase de abertura de propostas.

O processo em epígrafe iniciou-se em 19/11/2020 com a publicação nos diários oficiais, porém a planilha de valores utilizada para a formação de preço remonta junho de 2018, o que a torna desatualizada frente à alteração de valor dos insumos até a presente data, inclusive o impacto da pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Ademais, o processo em pauta é sucedâneo da Concorrência nº 003/2020, objeto de avença judicial pautado no valor que mostrava-se desatualizado. Este processo foi revogado em novembro de 2020 devido a inviabilidade técnica de execução da obra nos moldes em que foi apresentado.

Nestes termos, por razões de interesse público, devido a publicação de edital com uma planilha de valores desatualizada e que já ensejou demanda judicial, infere-se a inviabilidade de manter o processo licitatório de Concorrência nº 007/2020 pelos motivos apontados.

Decido REVOGAR o processo licitatório, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado nos autos do certame. Nos termos da Lei 8.666/93, art. 49, § 3º fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, assim dê ciência aos licitantes para exercerem seu direito, se conveniente.

Retornem-se os autos à Comissão de Licitação para fins de publicação do presente Ato. Após, arquivem-se.

Balneário Piçarras, 04 de janeiro de 2021.

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

Barra Bonita**PREFEITURA****DECRETO N. 1289/2021**

Publicação N° 2794921

DECRETO N°_1289/2021

DELEGA AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS COMPETENCIAS ADMINISTRATIVAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 73, Inciso XLIII, da Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997, e,

CONSIDERANDO que a Administração Municipal tem o poder/dever de prestar serviços públicos com eficiência e racionalidade nos recursos públicos.

CONSIDERANDO que a Administração Municipal deve ser descentralizada na busca de eficiência no préstimo do serviço público.

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegadas aos Secretários Municipais as seguintes atribuições competências do art. 73, da Lei Orgânica Municipal:

I - Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM;

II - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM;

IV - Secretaria Municipal de Saúde as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM;

V - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Transporte e Turismo as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM;

VI - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM;

VII - Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos as competências e atribuições constantes nos incisos VII, XIV e XXIII, do art. 73, LOM.

Art. 2º No âmbito do Município de Barra Bonita, são competentes para ordenar as despesas os Secretários Municipais, sem prejuízo do pleno emprego da competência originária do Prefeito Municipal, que a exercerá sempre que entender necessário.

Parágrafo Único. Entende-se por ordenador de despesa a autoridade administrativa cujo ato resulte em emissão de empenho, liquidação ou autorização de pagamento.

Art. 3º A delegação de competência conferida aos Secretários Municipais abrange também a determinação de realização de licitação, inexigibilidade ou dispensa, adjudicar e homologar os referidos atos, observando as normas legais pertinentes, bem como assinar autorização de fornecimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 1287/2021.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC, 07 de janeiro de 2021.

AGNALDO DERESZ
Prefeito Municipal

Narjara Soder Pelissari
Advogada Assessora

DECRETO Nº 1290/2021 DEFESA CIVIL

Publicação Nº 2797207

DECRETO Nº 1290/2021

"ALTERA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AGNALDO DERESZ, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 685/2013 de 20 de dezembro de 2013 e, inciso VI do art.73 da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997;

DECRETA

Art.1º. Fica alterado a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, com os seguintes membros:

COORDENADOR: Paulo Sergio Boff

SECRETÁRIO: Leliandra Luciana Vilanova

CONSELHO MUNICIPAL:

I – Neir Izidoro Mittmann - Presidente da Câmara de Vereadores;

II –Eliane Alves de Oliveira, representante do Conselho Tutelar;

III – Davi Zacarron, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV– Genésio Trevisan, representante da Secretaria Municipal da Agricultura;

V - Jaciara Viviane Sehnem Sturmer, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSELHO TÉCNICO:

I – Sanir Francisco Bedin, Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;

II – Aurélia Terezinha Boff Dos Santos, Secretária Municipal de Saúde;

III – Vali Rost Zangalli, Secretária Municipal de Assistência Social.

IV – Neura Maria Schonardie Deres, Secretária de Educação Esporte Cultura e Turismo;

V – Jeovana Berti, representante do Corpo de Engenharia municipal;

VI - Claudinei Isoton, representante da Epagri.

CONSELHO COMUNITÁRIO:

I – Valdir Tepe Sargento, representante do Destacamento de Polícia Militar do Município;

II– José Boff, representante das associações comunitárias;

III –Edineia Carboni representante Agente comunitário de Saúde;

IV –Maria Elia de Paula, representante Agente comunitário de Saúde;

V – Márcia Polla - representante Agente comunitário de Saúde;

VI – Marinês Tavella representante Agente comunitário de Saúde;

VII – Juliane Defaci representante Agente comunitário de Saúde;

VIII – Marilei Julia Koserski, representante Agente comunitário de Saúde;

AGENTES DA DEFESA CIVIL:

I – Giovane Luiz Vogel.

Art. 2º O presente Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e em especial, o Decreto Municipal nº1270/2020

Barra Bonita/SC, 07 de janeiro de 2021.

AGNALDO DERESZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º030 , DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795042

PORTARIA N.º030 , de 07 de janeiro de 2021.

"Designa servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo , de acordo com o Artigo 68 da Lei Complementar 049, de 08 de novembro de 2013, e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Designar a servidora, Bruna Leticia Costa Oliveira, matrícula nº430201, ocupante do cargo de Assessora de Administração e Planejamento com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para exercer a função de Gestor Municipal de Convenio e Contratos de repasse de recursos públicos, junto à Caixa Econômica Federal.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 06 de janeiro de 2021.

Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N°.029 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2796163

PORTARIA N°.029 de 06 de janeiro de 2021.**Autoriza a realização e pagamento de horas extras.**

Agnaldo Deresz, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, de acordo com o Decreto n°1036/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de eventuais horas extras, para atender situações excepcional e necessidade de interesse publico aos servidores públicos municipais, no período de 06 a 21 de janeiro de 2021, conforme previsão em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 06 de janeiro de 2021.

Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: AGRICULTURA		
Servidor: SERGIO JOSE KUNRATH Função: OPERADOR DE MAQUINA		
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 a 20/01/2021.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
<input type="checkbox"/>	Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: AUMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE SILAGENS.		
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador CRISTINA FABIANA BONESS LAUTHART SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		

SERGIO JOSE KUNRATH
Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

AGNALDO DERES
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 04/01/2021.

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: AGRICULTURA		
Servidor: EDINA PAULA SCHEFER		Função: MED. VETÉRINARIA
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 a 20/01/2021.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
Opção pelo banco de horas		X Opção pelo pagamento
Justificativa: ATENDIMENTO VETÉRINARIO AOS AGRICULTORES DO MUNICIPIO.		
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador CRISTINA FABIANA BONESS LAUTHART SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA		

EDINA PAULA SCHEFER
Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

AGNALDO DERES
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 04/01/2021.

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: AGRICULTURA	
Servidor: ANTONINHO NUNES DE ARNOTE	Função: OPERADOR DE MAQUINA
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2001 a 20/01/2021.	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: AUMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE SILAGENS.	
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador CRISTINA FABIANA BONESS LAUTHART SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	

ANTONINHO NUNES DE ARNOTE
Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

AGNALDO DERES
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 04/01/2021.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2)**

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: AGRICULTURA	
Servidor: EDER BONATTO	Função: OPERADOR DE MAQUINA
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 a 20/01/2021.	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: AUMENTO DA DEMANDA DE SERVIÇOS DE SILAGENS.	
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador CRISTINA FABIANA BONESS LAUTHART SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	

EDER BONATTO
Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

AGNALDO DERES
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 04/01/2021.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Sec/ Fundo Municipal: AGRICULTURA	
Servidor: GENESIO TREVISAN	Função: TECNICO EM AGROPECUARIA
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 a 20/01/2021..	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: ACOMPANHAMENTO TECNICO NA CONFECCAO DE SERVIÇOS DE SILAGENS.	
Cargo/Assinatura do autorizador CRISTINA FABIANA BONESS LAUTHART SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	

GENESIO TREVISAN
Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

AGNALDO DERES
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 04/01/2021.

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: Anderson Caneppele	Função: Motorista
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021 _____.	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador _____ Cargo _____ Assinatura	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
Nome do Servidor: CLAUDENIR NATAL STELLA		Função: OPERADOR
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021 _____.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
<input type="checkbox"/>	Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS		
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador _____ Cargo _____ Assinatura		

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
Nome do Servidor: ROGER TESSER		Função: OPERADOR
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021 _____.		
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas		
<input type="checkbox"/>	Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS		
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.		
Cargo/Assinatura do autorizador		

Cargo		

Assinatura		

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras.

(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: CLEDER CLEITON BONATTO	Função: MOTORISTA
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS.	
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador <hr/> Cargo <hr/> Assinatura	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto n° 1094/2019).**

10

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: GIOVANI REGINATTO	Função: OPERADOR
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador Cargo Assinatura	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto n° 1094/2019).**

11

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: JULIO TEO	Função: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador Cargo _____ Assinatura _____	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: LEANDRO ZILIO	Função: MECANICO
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador <hr/> Cargo <hr/> Assinatura	

Ciente do servidor**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: PAULO SERGIO CHRISTOFOLLI	Função: OPERADOR
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador Cargo Assinatura	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto n° 1094/2019).**

14

ANEXO II**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal: OBRAS VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS	
Nome do Servidor: Lauri Luiz Mazardo	Função: OPERADOR
Período previsto para realização das horas extras: De: 04/01/2021 à 20/01/2021	
Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	
<u>Autorização</u> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
Cargo/Assinatura do autorizador Cargo Assinatura	

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Prefeito Municipal

Barra Bonita, __/__/202__.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. **(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

PORTARIA Nº 031, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795899

PORTARIA Nº 031, de 07 de janeiro de 2021.
Convoca servidor em férias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades a servidora Jeovana Berti, que se encontra em férias a partir de 11 de janeiro de 2021, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 07 de janeiro de 2021.

Aginaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 879/2020

Publicação Nº 2795415

DECRETO Nº879/2020 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1449/2020, de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA:

1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
112.15.452.0007-2.023	2.023	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$100.000,00 (Cem mil reais), referente a Convênio 2020TR001559 firmado com a Secretaria de Estado da infraestrutura e mobilidade para aquisição de veículo utilitário para a Secretaria de Municipal de Infraestrutura

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 23 de dezembro de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 880/2020

Publicação Nº 2795418

DECRETO Nº880/2020 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1449/2020, de 23 de dezembro de 2020.

DECRETA:

1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
112.15.452.0007-2.023	2.023	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$100.000,00 (Cem mil reais), referente a Convênio 2020TR001559 firmado com a Secretaria de Estado da infraestrutura e mobilidade para aquisição de veículo utilitário para a Secretaria de Municipal de Infraestrutura

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 23 de dezembro de 2020.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1449/2020

Publicação Nº 2795448

LEI Nº1449/2020 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 67, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

LEI:

1o Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
112.15.452.0007-2.023	2.023	Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
TOTAL GERAL	100.000,00		

Artigo 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$100.000,00 (Cem mil reais), referente a Convênio 2020TR001559 firmado com a Secretaria de Estado da infraestrutura e mobilidade para aquisição de veículo utilitário para a Secretaria de Municipal de Infraestrutura

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 23 de dezembro de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

PORTARIAS 001-004/2021

Publicação Nº 2794881

PORTARIA nº. 001/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Provimento do Poder Executivo Municipal.

MATRÍCULA	FUNCIONÁRIO	PERÍODO DE FÉRIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1978	JOAO FRANCISCO SPITZNER	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
1689	DENILZE SOARES DA SILVEIRA	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
1875	CARMEN LUCIA DOMINGOS PINTO	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1588	CLAUDINEI DA SILVA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
292	CLAUDIO MOISES DAMASO DA SILVEIRA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
24	EDILSON TABORDA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1586	EMERSON OMAR SZABELSKI	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1569	EROILDO MUNHOZ	05/01/2021 à 19/01/2021	2018/2019
1685	GILMAR MIRANDA	11/01/2021 à 09/02/2021	2018/2019
1684	GILSONE LUIZ DA SILVEIRA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1876	ISABEL MARIA DE REZENDE	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
58	JOSE PEDRO PEREIRA DE LIMA	05/01/2021 à 03/02/2021	2018/2019
20	LUIZ SOARES DE LIMA	05/01/2021 à 19/01/2021	2017/2018
35	MIGUEL DA SILVA	05/01/2021 à 03/02/2021	2020/2021
286	MIGUEL SOARES DE LIMA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1579	VENIR DE JESUS DE LIMA	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020
1670	VILMAR PRADO	05/01/2021 à 19/01/2021	2019/2020

1671	JOAO MARIA FERREIRA	05/01/2021 à 03/02/2021	2017/2018
1688	LUCIMARA FERREIRA DOS SANTOS	05/01/2021 à 03/02/2021	2017/2018
1578	RUDNEI DE LIMA	05/01/2021 à 03/02/2021	2018/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 04 de Janeiro de 2021.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

PORTARIA nº. 002/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município, resolve expedir a presente para:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, do Quadro de Provimento do Poder Executivo Municipal.

MATRÍCULA	FUNCIONÁRIO	PERÍODO DE FÉRIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2300	ANGELO SCHIESSL	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2288	DENIZE DE FATIMA LEFCHACK	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2302	EDERSON JOAO KUBIAK	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2295	GILMAR FERREIRA	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2289	IVONETE CARVALHO DE LIMA	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2021
2323	JANINE ELIZANE SEMPKOSKI	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2287	JOAO ALBINO KUCARZ	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2292	JOCELI IACHITZ KRULL	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2290	JOCELI VOZNIACK DE BARROS	05/01/2021 à 03/02/2021	2018/2019
2371	JOSIANE APARECIDA DREHER IARROCHESKI	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2298	JOSIANE DE LIMA	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2299	MARCIA REZENDE SAMPAIO MILKE	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2293	VALDECI SCHIESSL MASSANEIRO	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020
2301	ZILAIDE CAMARGO	05/01/2021 à 03/02/2021	2019/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de Janeiro de 2021.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra

PORTARIA Nº 003/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

“NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 6º, Inciso XVI e 51 da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Fica nomeada por esta Portaria, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, a qual passará a ser integrada pelos seguintes membros:

I– SORLENE DA GLÓRIA VIEIRA SCHERMACK, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

II- ELOIR JOSÉ MARTINS DE CARVALHO, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

III- DANIEL SOARES DE LIMA, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art.2º. A Comissão nomeada por esta Portaria será presidida pela Servidora SORLENE DA GLÓRIA VIEIRA SCHERMACK, e terá como membros os Servidores ELOIR JOSÉ MARTINS DE CARVALHO e DANIEL SOARES DE LIMA.

Art.3º. À Comissão nomeada por esta Portaria, dentre outras atribuições previstas em lei, compete especialmente:

I- realizar a abertura dos processos, a publicação dos editais, o convite e a convocação dos licitantes interessados na participação em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública, identificando os processos licitatórios em ordem cronológica, de acordo com as orientações formuladas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

PORTARIA Nº 003/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

FL.02

II- promover o recebimento, a análise e julgamento dos documentos de habilitação dos licitantes em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública;

III- proceder o recebimento, análise e julgamento das propostas apresentadas pelos licitantes em todos os processos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, em todas as modalidades, com a finalidade de realização de compras, realização de obras, alienações, locações, contratação de serviços e outros atos administrativos que dependam da realização de licitação pública;

IV- conferir, rubricar e assinar todos os documentos relacionados com a habilitação e a apresentação de propostas pelos licitantes;

V- lavrar atas relativas ao recebimento dos documentos de habilitação e do julgamento das propostas, bem como de outros documentos integrantes dos processos licitatórios promovidos pela administração municipal;

VI- selecionar as propostas mais vantajosas para o Município em todos os processos licitatórios realizados, sugerindo ao Prefeito Municipal a homologação do resultado e a adjudicação do objeto licitado;

VII- submeter os editais e os processos licitatórios a análise da assessoria jurídica do Município, para assinatura e emissão de parecer;

VIII- promover a avaliação de bens imóveis de propriedade do Município e de terceiros, para efeito de alienação, aquisição e desapropriação;

IX- realizar a avaliação de bens móveis inservíveis, obsoletos, excedentes e de alto custo de manutenção de propriedade do Município, para efeito de doação e alienação;

X- receber recursos administrativos interpostos entorno dos processos licitatórios e encaminhar às autoridades competentes, para análise, parecer e decisão;

PORTARIA Nº 003/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

FL.03

XI- organizar, sistematizar, arquivar e manter sobre a sua guarda, cuidado e conservação, todos os documentos e processos licitatórios realizados pela administração municipal;

XII- solicitar, quando necessário, ao Prefeito Municipal o apoio técnico e jurídico, bem como a melhoria das condições físicas e estruturais, para a realização das suas competências e atribuições, com estrita obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XIII- desempenhar outras funções, atividades, competências, previstas na legislação que disciplina a realização das licitações públicas que estejam na sua órbita de atuação e competência e que lhe forem atribuídas e solicitadas pelo Prefeito Municipal.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo-SC, 05 de Janeiro de 2021.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

PORTARIA Nº 004/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA PREGOEIRO E A RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE PREGÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 6º, Inciso XVI e 51 da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam nomeados por esta Portaria, o Pregoeiro e a respectiva Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, a qual passará a ser integrada pelos seguintes membros:

I– OINDERSON DAMASO, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

II – MARCOS PINTO, Servidor Público Municipal, investido no Cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal;

III – ALINE MARIA KOHLER KUYAVSKI, Servidora Pública Municipal, investida no Cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal.

Art.2º. A Comissão nomeada por esta Portaria será presidida pelo Servidor OINDERSON DAMASO, e terá como membros os Servidores MARCOS PINTO e ALINE MARIA KOHLER KUYAVSKI.

Art.3º. A equipe nomeada por esta Portaria, dentre outras atribuições previstas na Lei Federal Nº 10.520/2002, competindo a esta efetuar todos os atos necessários para os Processos Licitatórios que forem realizados na Modalidade de Pregão, pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

PORTARIA Nº 004/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.
FL.02

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo-SC, 05 de Janeiro de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

PORTARIAS 007-008 2021

Publicação Nº 2796383

PORTARIA nº. 007/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, inciso II, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art. 1º. NOMEAR OINDERSON DAMASO, para exercer o cargo de Provimento em Comissão e Confiança de Secretário Municipal de Governo, Articulação e Desenvolvimento Sustentável, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração correspondente ao Código ou Nível de Referência Salarial CC-1, fixado no anexo 01 da Lei Municipal nº 978 de julho de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de Janeiro de 2021.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra. PORTARIA nº. 008/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas art. 67, incisos XXIV e XXV, da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 978 de julho de 2013, resolve:

Art.1º. EXONERAR a servidora MARILUCI MARTINISKI MIELKE, investida no cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Comunicação, a partir desta data.

Art.2º. EXONERAR a servidora TAINÁ ANDRECOVICZ RIBEIRO, investida no cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Gabinete, a partir desta data.

Art.3º. EXONERAR a servidora KARINA WOIDELE RODRIGUES, investida no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Patrimônio, a partir desta data.

Art.4º. EXONERAR o servidor LUCINEI GOMES DOS SANTOS, investido no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, a partir desta data.

Art.5º. EXONERAR a servidora JACOMINA APARECIDA SCHIMBOSKI, investida no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, a partir desta data.

Art.6º. EXONERAR a servidora RAFAELE DAMASO DA SILVEIRA, investida no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, a partir desta data.

Art.7º. EXONERAR o servidor EMERSON CAMARGO DE OLIVEIRA, investido no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Estabelecimento de Ensino, a partir desta data.

Art.8º. EXONERAR a servidora DANIELE VOREL, investida no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Estabelecimento de Ensino, a partir desta data.

Art.9º. EXONERAR a servidora JÓICE VITÓRIA CARVALHO, investida no cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Estabelecimento de Ensino, a partir desta data.

Art.10º. EXONERAR a servidora JUCELIA MARTINS CORDEIRO, investida no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Alimentação Escolar, a partir desta data.

Art.11º. EXONERAR a servidora SULINE KOGI, investida no cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Turismo, a partir desta data.

Art.12º. EXONERAR a servidora ROSEMARI MUNHOZ DE LIMA, investida no cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Cultura, a partir desta data.

Art. 13º. EXONERAR o servidor WIEGANDO ANTONIO WIECZORKIEWCZ, investido no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Turismo, a partir desta data.

Art. 14º. EXONERAR a servidora MARGARIDA APARECIDA DA ROCHA MIRANDA, investida no cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 15º. EXONERAR a servidora BRUNA JOANA WOIDELE, investida no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Turismo, a partir desta data.

Art. 16º. EXONERAR a servidora FERNANDA MONTEGUTE, investido no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Esporte e Lazer, a partir desta data.

Art. 17º. EXONERAR a servidora MIRIELI SCHIESSL, investida no cargo de Provimento em Comissão de Gestora Municipal de Saúde e de Unidades Descentralizadas de Atendimento, a partir desta data.

Art. 18º. EXONERAR a servidora ROBERTA CATARINA FUCK, investida no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Saúde e de Unidades Descentralizadas de Atendimento, a partir desta data.

Art. 19º. EXONERAR o servidor WANDERLEI RIBEIRO DA SILVA, investido no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Controle e Informação, a partir desta data.

Art. 20º. EXONERAR o servidor JOÃO AIRTON DE CASTRO, investido no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Assistência Social, a partir desta data.

Art. 21º. EXONERAR a servidora GABRIELE CECÍLIA IENDRAS DE LIMA, investida no cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Setor de Habitação, a partir desta data.

Art. 22º. EXONERAR o servidor ALCEMIR VOZNIACK, investido no cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a partir desta data.

Art. 23º. EXONERAR a servidora JUCIMARA SCHIESSL, investida no cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Meio Ambiente, a partir desta data.

Art. 24º. EXONERAR o servidor JOSE LUIZ TISCHLER, investido no cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Agricultura e

Desenvolvimento Rural, a partir desta data.

Art. 25º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 06 de Janeiro de 2020.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 19 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2795839

PORTARIA N° 19 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Sandro Mielke foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA N° 20 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2795856

PORTARIA N° 20 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Valdecir Kraus foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 21 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795863

PORTARIA Nº 21 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Elcio Vieira Magalhães foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 22 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795879

PORTARIA Nº 22 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Joaquim do Prado foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 23 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795888

PORTARIA Nº 23 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Antonio Alberti foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 24 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795892

PORTARIA Nº 24 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereadora Siomara Izabel Stelzner Damaso da Silveira foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS

Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 25 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795904

PORTARIA Nº 25 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Dauvã Mizwa foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS

Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA Nº 26 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795913

PORTARIA Nº 26 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Osni Carlos Stelzner foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS

Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

PORTARIA N° 27 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2795920

PORTARIA N° 27 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A OCUPAÇÃO DO CARGO DA VEREANÇA MANDATO ELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SANDRO MIELKE, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Bela Vista do Toldo/SC, no uso de suas atribuições legais;

DECLARA

Artigo 1º. Que o Mandato Eletivo do Vereador Cirineu Iarrocheski foi do dia 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Artigo. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo/SC, em 22 de dezembro de 2020.

SANDRO MIELKE VALDECIR KRAUSS
Presidente 1º Secretário

Registrada e publicada na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, em 23/12/2020.

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 2795058

MUNICIPIO DE BELMONTE

Aviso de licitação

Dispensa de licitação nº 01/2020

Objeto: o objeto de que prestação dos serviços de acolhimento de longa permanência de idosos, a secretaria municipal de assistência social contratará a empresa ELOIDE APARECIDA ODY – ME (CASA LAR ACONCHEGO), sito a rua padre Vendelino Seidel, nº 64-s, centro, município de Iporã do Oeste, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 24.524.358/0001-81, Por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 FMS

Publicação Nº 2795126

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Objeto: O objeto de que trata contratação da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A no valor estimado de R\$ 35.000,00 no pagamento de taxas e faturas de energia elétrica da secretaria municipal de saúde e unidade básica de saúde, para o exercício de 2021. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Simone Radke.
Gestora Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Publicação Nº 2795060

MUNICIPIO DE BELMONTE

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contratação de locação e cessão de uso de sistema TR RURAL (bloco de produtor rural), versão AMEOSC período 2021, destinados aos serviços da administração da secretaria municipal de agricultura, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 FMS

Publicação Nº 2795130

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Objeto: O objeto de que trata contratação da COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN no valor estimado de R\$ 5.200,00, pagamento de taxas e faturas de água na secretaria municipal de saúde e unidade básica de saúde, para o exercício de 2021. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Simone Radke
Gestora Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Publicação Nº 2795064

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente a contratação de prestação de serviços de acolhimento institucional para crianças que serão acolhidas no lar APRISCO de São José do Cedro – SC, situado na Rua Odilo Antônio Linck, 1.621, fundos, na cidade de São José do Cedro - SC, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de dezembro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021 FMS

Publicação Nº 2795132

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contratação de 10 und de linhas de telefonia móvel ilimitadas (ligações, internet, SMS, deslocamento e roaming) destinadas às diversas áreas da secretaria municipal de saúde por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Simone Radke
Gestora Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

Publicação Nº 2795082

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

Objeto: O objeto de que trata contratação da CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A no valor estimado de R\$ 145.950,00 no pagamento de tarifa de energia elétrica para os diversos secretarias e departamentos da administração municipal de Belmonte/SC, para o exercício financeiro de 2021. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

Publicação Nº 2795085

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

Objeto: O objeto de que trata contratação da COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN no valor estimado de R\$ 26.400,00 no pagamento de tarifa de água para exercício financeiro de 2021, das diversas secretarias municipais e departamentos da municipalidade. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXII, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

Publicação Nº 2795089

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contratação de 17 und de linhas de telefonia móvel ilimitadas (ligações, internet, sms, deslocamento e roaming) destinadas as diversas áreas da administração municipal de Belmonte por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

Publicação Nº 2795092

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contrato de rateio/custeio administrativo termo de contrato que entre si celebram o município de Belmonte SC e o consórcio interestadual e intermunicipal de municípios - Paraná e Santa Catarina - de segurança alimentar, atenção à sanidade agropecuária e desenvolvimento local - CONSAD. por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2021

Publicação Nº 2795094

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contrato de rateio de despesas do consórcio intermunicipal de desenvolvimento regional - CONDER, entre os consorciados nos termos do art. 8º da lei nº. 11.107/05, objetivando a instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição, remuneração emp. por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

Publicação Nº 2795095

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

Objeto: O objeto de que trata o presente é a contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do programa de "gestão ambiental" que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021

Publicação Nº 2795096

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2021

Objeto: o objeto de que trata a presente contratação aluguel social para famílias atingidas pelo vendaval /tornado, onde tiveram suas casas interditadas pela defesa civil, corpo de bombeiro e departamento de engenharia do município, sendo necessária a locação de casa para as famílias afetadas, conforme decreto nº 60/2020 de 11/06/2020, estudo social e documentos, por dispensa do certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2021

Publicação Nº 2795101

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2021

Objeto: o objeto de que trata a presente contratação aluguel social para família do senhor Sidinei Gonçalves de castro CPF: 062.322.969-23, atingida por incêndio casa totalmente destruída, sendo necessária a locação de casa para a família afetada, conforme boletim de ocorrência, estudo social e outros documentos, por dispensa do certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso IV, da lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 2795110

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Objeto: contratação de empresa: OI S.A, serviços de telefonia fixa comutada, nas diversas secretarias municipais setores da administração publica municipal, referente exercício de 2021. Extinguindo a competição, caracterizando a inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 FMS

Publicação Nº 2795135

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Objeto: contratação de empresa: OI S.A, serviços de telefonia fixa comutada, na secretaria municipal de saúde, referente exercício de 2021. Extinguindo a competição, caracterizando a inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Simone Radke
Gestora Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Publicação Nº 2795113

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021

Objeto: contratação de empresa: TELEFONICA BRASIL S.A, serviços de telefonia fixa comutada, nas diversas secretarias municipais, setores da administração pública municipal referente exercício de 2021. Extinguindo a competição, caracterizando a inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.
Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 FMS

Publicação Nº 2795138

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

Objeto: contratação de empresa: TELEFONICA BRASIL S.A, serviços de telefonia fixa comutada, secretaria municipal de saúde, referente exercício de 2021. Extinguindo a competição, caracterizando a inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, caput, da lei n.º 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.
Belmonte/SC, 04 de janeiro de 2021.

Simone Radke
Gestora Fundo do Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

Publicação Nº 2795115

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2021

AVISO DE CREDENCIAMENTO

Objetivo: encontra-se aberto o credenciamento para prestação de serviços mecanizados com tratores de pneus com grade aradora e ensiladeira, para atender o programa de incentivos a agricultura e produção vegetal, em caráter de subsídio, conforme leis municipais nº 1906/2017, nº 1911/2017 e nº 1934/2017, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Dpto. De licitações da prefeitura municipal, a rua engenheiro Francisco Passos, 133, no horário de atendimento das 07h: 30min às 11h: 30min e das 13h: 00min às 17h: 00min. Informações pelo fone (49) 3625-0066.

Belmonte- SC, 04 de janeiro de 2021.

Jair Antonio Giumbelli
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

Publicação Nº 2791489

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 1/2021

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)

CONTRATADO: VILMAR GURSKE (017.550.859-31)

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA TIFA TONOLLI, RIBEIRÃO TIGRE NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE VILMAR GURSKE, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS.

VALOR TOTAL: R\$ 19.680,00 (dezenove mil, seiscentos e oitenta reais)

VALOR MENSAL: R\$ 1.640,00 (mil e seiscentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

Benedito Novo, 04 de janeiro de 2021.

ARRABEL A. L. MURARA – Prefeita

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 21/2021

Publicação Nº 2795720

PORTARIA nº 21 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MARILDA VANINI GUIMARÃES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE FAZENDÁRIO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22/2021

Publicação Nº 2795724

PORTARIA nº 22 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, CAROLINE RUBIK, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23/2021

Publicação Nº 2796339

PORTARIA nº 23 de 07 de janeiro de 2021

Prorrogar o prazo do Processo Disciplinar, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Disciplinar, instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a), ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL, por meio da Portaria nº 2539/2020, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 23.290/2020.
Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 27/12/2020 a 25/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24/2021

Publicação Nº 2795728

PORTARIA nº 24 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, STEPHANIE FORTUNATO DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 25/2021

Publicação Nº 2795729

PORTARIA nº 25 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, LUISA CHIQUETTI HENRIQUE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 26/2021

Publicação Nº 2795731

PORTARIA nº 26 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, JANAÍNA MARIA SIMÃO LEONEL, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 27/2021

Publicação Nº 2795732

PORTARIA nº 27 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ROSA ELIZABETH SAVEDRA PERES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28/2021

Publicação Nº 2795733

PORTARIA nº 28 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MANOELA CARREIRÃO DE MENEZES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO ESPECIALISTA VII (INFECTOLOGISTA), com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 29/2021

Publicação Nº 2795735

PORTARIA nº 29 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, AMANDA ROMIE GUIMARÃES MOURA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de MÉDICO ESPECIALISTA IV (PEDIATRA), com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30/2021

Publicação Nº 2795737

PORTARIA nº 30 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, SOLANGE CAROLINE STEFFENS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 31/2021

Publicação Nº 2795740

PORTARIA nº 31 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ALESSANDRA MEDEIROS BELZER, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 32/2021

Publicação Nº 2795741

PORTARIA nº 32 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, JOVELINA ELIETE DA COSTA BITTENCOURT, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 33/2021

Publicação Nº 2795743

PORTARIA nº 33 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, JACIARA MULLER SIMÕES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 34/2021

Publicação Nº 2795744

PORTARIA nº 34 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GIORDANA ORIGE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 35/2021

Publicação Nº 2795746

PORTARIA nº 35 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 36/2021

Publicação Nº 2795750

PORTARIA nº 36 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MAITUANE VIEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 37/2021

Publicação Nº 2795752

PORTARIA nº 37 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MARIA APARECIDA FAVARIN RODRIGUES RITA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 38/2021

Publicação Nº 2795753

PORTARIA nº 38 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, RAQUEL KRAPP DO NASCIMENTO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 39/2021

Publicação Nº 2795755

PORTARIA nº 39 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, PAULO ANDRÉ MORAES DE ASSUNÇÃO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III – LIBRAS, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 40/2021

Publicação Nº 2795756

PORTARIA nº 40 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MÁRCIA IVETE COLLET CIMA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III – LÍNGUA PORTUGUESA, com jornada de 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 41/2021

Publicação Nº 2795758

PORTARIA nº 41 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, BIANCA SALESE DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 42/2021

Publicação Nº 2795760

PORTARIA nº 42 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ROBERTA ROQUE DA SILVA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 43/2021

Publicação Nº 2796074

PORTARIA nº 43 de 07 de janeiro de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão de Pregão, com a finalidade de processar e julgar as licitações da Prefeitura Municipal de Biguaçu, Secretaria Municipal de Saúde, Fundação Municipal do Meio Ambiente e Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Biguaçu - PREVBI-GUAÇU, nos termos do art. 51, caput da Lei nº 8666/1993.

§1º A Comissão será composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo efetivo, do quadro da Prefeitura Municipal de Biguaçu: FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, HILDEGARD DENISE MARQUES, SUELEN DE MELLO MARTINS, ZILSA ROSENY CORRÊA E RAFAEL EMILIO POLLMANN.

§2º Designar os servidores GERSON DA SILVA e MIRELLA DA CONCEIÇÃO para exercer a atividade de Pregoeiro.

Art. 2º - Os membros da CPL também atuarão na equipe de apoio do pregão, nos termos do art. 114, caput da LC 47/2011, observadas as disposições da Lei Federal 10.520/2002.

Art. 3º - Fica autorizado ao Pregoeiro a denominar sua equipe de apoio, de no mínimo 03 membros, para cada Pregão Oficial aberto.
Art. 4º Autorizar o pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular da CPL, nos termos do art. 114, caput da LC 47/2011 e da Gratificação pelo Exercício das Atividades de Pregoeiro, nos termos do art. 111 caputs da LC 47/2011.
Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 927/2020, bem como, todas as disposições em contrário.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 07/01/2021.
Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 44/2021

Publicação Nº 2796078

PORTARIA nº 44 de 07 de janeiro de 2021
Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JONAS DE JESUS, brasileiro (a) para exercer o cargo de ASSISTENTE DA SAÚDE – CC5, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 07/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 45/2021

Publicação Nº 2796080

PORTARIA nº 45 de 07 de janeiro de 2021
Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, DEBORA REGINA DE AMORIM, brasileiro (a) para exercer o cargo de CORREGEDOR MUNICIPAL – CC2, na Controladoria Geral do Município, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 46/2021

Publicação Nº 2796083

PORTARIA nº 46 de 07 de janeiro de 2021
Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOÃO DOMINGOS ZIMMERMANN, brasileiro (a) para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DA DEFESA CIVIL – CC2, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 47/2021

Publicação Nº 2796087

PORTARIA nº 47 de 07 de janeiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JEFERSON BINHOTTI, brasileiro (a) para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – CC2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 48/2021

Publicação Nº 2796091

PORTARIA nº 48 de 07 de janeiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) LORIDADE GASPERI ORSI, detentor do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III 30 HS – EDUCAÇÃO ESPECIAL, para exercer a Função de Confiança de DIRETOR EXECUTIVO E GERAL DE ENSINO DA EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 49/2021

Publicação Nº 2796096

PORTARIA nº 49 de 07 de janeiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) GISELI MARIA NUERNBERG, detentor do cargo de provimento efetivo de ESCRITURÁRIO, para exercer a Função de Confiança de DIRETOR ADMINISTRATIVO OPERACIONAL, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 50/2021

Publicação Nº 2796341

PORTARIA nº 50 de 07 de janeiro de 2021

Prorrogar o prazo da Sindicância, nos termos do art. 209, parágrafo único da Lei Complementar nº 54/2012 e art. 12 do Decreto nº 71/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo da Sindicância, instaurada para apurar elementos indiciários quanto a autoria e/ou materialidade da irregularidade funcional, por meio da Portaria nº 2910/2020, nos termos do art. 209, parágrafo único da Lei Complementar nº 54/2012 e art. 12 do Decreto nº 71/2019, conforme solicitado pela Presidente da Comissão de Sindicância, por meio do Memorando nº 23.290/2020.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 08/01/2021 a 07/02/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 51/2021

Publicação Nº 2796800

PORTARIA nº 51/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARION MENEZES BATISTA, ocupante do cargo temporário de FARMACÊUTICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14952/2020 em anexo, no período de 03/12/2020 a 17/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 52/2021

Publicação Nº 2796802

PORTARIA nº 52/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TATIANE DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15078/2020 em anexo, no período de 07/12/2020 a 12/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 53/2021

Publicação Nº 2796803

PORTARIA nº 53/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANICE CARMEM FERREIRA STEIMBACH, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRO I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15106/2020 em anexo, no período de 04/12/2020 a 08/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 54/2021

Publicação Nº 2796804

PORTARIA nº 54/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), BRUNO PEREIRA DAL PAZ, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRO I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14595/2020 em anexo, no período de 26/11/2020 a 03/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 55/2021

Publicação Nº 2796805

PORTARIA nº 55/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIANE MIRANDA, ocupante do cargo temporário de ENFERMEIRO I – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14394/2020 em anexo, no período de 17/11/2020 a 23/11/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 56/2021

Publicação Nº 2796807

PORTARIA nº 56/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14231/2020 em anexo, no período de 11/11/2020 a 23/11/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 57/2021

Publicação Nº 2796810

PORTARIA nº 57/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA OLIVEIRA BOTELHO, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MELENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14660/2020 em anexo, no período de 25/11/2020 a 09/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 58/2021

Publicação Nº 2796811

PORTARIA nº 58/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ISRAEL SAULO DE BRITO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14673/2020 em anexo, no período de 24/11/2020 a 27/11/2020 e 03/12/2020 a 16/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 59/2021

Publicação Nº 2796813

PORTARIA nº 59/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15082/2020 em anexo, no período de 09/11/2020 a 06/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 60/2021

Publicação Nº 2796814

PORTARIA nº 60/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), DEBORA COELHO DE JESUS, ocupante do cargo efetivo de ALMOXARIFE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14656/2020 em anexo, no período de 27/11/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 61/2021

Publicação Nº 2796815

PORTARIA nº 61/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LISIANE STEFFENON, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15089/2020

em anexo, no período de 30/11/2020 a 11/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 62/2021

Publicação Nº 2796817

PORTARIA nº 62/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MAIRA RIBEIRO MELO, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 14835/2020 em anexo, no período de 02/12/2020 a 15/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 63/2021

Publicação Nº 2796819

PORTARIA nº 63/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JANAINA PEREIRA GUIMARÃES CUNHA, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 15015/2020 em anexo, no período de 07/12/2020 a 23/12/2020.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 64/2021

Publicação Nº 2796825

PORTARIA nº 64/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), REGIANE MARIA PEREIRA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 14902/2020, no período de 03/12/2020 a 31/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 65/2021

Publicação Nº 2796826

PORTARIA nº 65 de 07 de janeiro de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) CAROLINA MOMM, detentor do cargo de provimento efetivo de CONTADOR, para exercer a Função de Confiança de CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO, na Controladoria Geral do Município, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 66/2021

Publicação Nº 2796827

PORTARIA nº 66 de 07 de janeiro de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MATEUS CRISPIM JOÃO, brasileiro (a) para exercer o cargo de PROCURADOR ADJUNTO – CC3, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 04/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/01/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 67/2021

Publicação Nº 2796828

PORTARIA nº 67 de 07 de janeiro de 2021

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;

CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;

CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;

CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público."

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ADENILSON LUIZ COELHO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

ADRIANO MEDEIROS FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);

ALEXANDRE FRANCO MATOS PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira);

ANA CLAUDIA MACIEL DA MAIA DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Atendente da Criança e do Adolescente;

ANA CRISTINA ESPÍNDOLA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;

ANDERSON KLEITON DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;

ANDRÉ LEAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico;

ARNALDO GRANDO, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

ARTHUR FABIANO DE OLIVEIRA FARIAS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

AURILIO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

BRUNO CÉLIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;

BRUNO RAFAEL CARNEIRO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;

CARLOS EDUARDO FUZZI, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;

CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

CAROLINA MOMM, ocupante do Cargo Efetivo de Contador;

CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;

CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Plantonista;

CESAR VALMOR EIGI FUZINO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CINTIA ROSA DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Monitor do Transporte Escolar;
CLAUDIO ADÃO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVI NUNES DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
EDEGAR CHIQUETTI, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);
EDERSON KREMER DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Participativa;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO JOSÉ MENDES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
EDUARDO NAU RODRIGUES, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista I (B – Veículos Leves);
ENIO BOLL, ocupante do Cargo Efetivo Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
EURICO RILLO DE CAMPOS JÚNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
EVANDRO DE OLIVEIRA DANTAS, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
FABIO ARAUJO MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);
FILLIPE PEREIRA FAGUNDES, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
FRANCIS BARP REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GEDIR PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
GUSTAVO FREDERICO MARDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GUILHERME ORLI DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;
HAMILTON REIS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
ISRAEL SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
JANAINA PEREIRA GUIMARÃES CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;
JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo Efetivo de Pintor;
JEAN CARLO GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
JEAN CARLOS SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JOÃO JOSÉ MORFIM NETO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras;
JOEL AROLDO PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Saneamento;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceteiro;
JONAS DE JESUS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente da Saúde;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
JORGE LUIZ COUTINHO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
JOSE LUIZ ALVES, ocupante do Cargo Efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais;
JOSE RICARDO BIM GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Em Enfermagem Plantonista;
LEANDRO DE SOUZA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
LEANDRO KROTH BASTIANELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
LUIS CLAUDIO SANTANA DAS MERCES, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
LUIS ANDRE PIMENTEL MACEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOEL JOSÉ DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Armador;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MARCELO CONRAT, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;
MARCONDES RODRIGUES BORBA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente da FAMABI;
MARCOS VINÍCIOS GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Procurador Geral do Município;
MARIANA MARIA KONS HOFFMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Obras e Posturas;
MARJORY BIANCA TERNES TRAEBERT FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem;
MAYARA VOLPINI TURRA, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheira Civil;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MILTON JOÃO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
MOISES FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;
OSMAR ESPINDOLA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
OSNI GILBERTO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;

PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
PEDRO KARPINSKI NETO, ocupante do Cargo Temporário de Guarda Patrimonial;
PEDRO LUIZ DE AQUINO NAU, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura;
PEDRO RODRIGUEZ SUAREZ GOMES, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo;
PETERSON de SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
RAFAEL ROBERTO ROMAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
RICARDO ANDRE DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
RICARDO LUIZ DA ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
RICARDO ROBERTO VARGAS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Patrôla;
ROBERTO ANDRADE DA SOLEDADE, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
ROBERVAL REIS DE SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
RODRIGO JAIR MARTINS, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
ROGGERS JOSE DE MELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários);
RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Retroescavadeira;
RONEI JOSE DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Trator Agrícola;
SÁLVIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Governo;
SIDNEI ALVES MOREIRA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais I;
THOMAS SCHROEDER, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina de Corte;
VINICIUS HAMILTON DO AMARAL, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Administração;
WILLYAN LUCIANO, ocupante do Cargo Efetivo de Guarda Patrimonial;
WYLLIANN SILVA TEIXEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Motorista II (C – Veículos Leves e Utilitários).

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 18/2021.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

SALMIR DA SILVA

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO - PP 38/2020-PMB

Publicação Nº 2796259

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 38/2020 - PMB, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS PARA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER - SECETUL (itens desertos e fracassados do PP 05/2020-PMB) CONFORME ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA, por razões de oportunidade e conveniências Administrativas.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2020.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO PE 34/2020-PMB

Publicação Nº 2796380

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 34/2020 - PMB, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓDULOS DE ABRIGO PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS PARA O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, por razões de oportunidade e conveniências Administrativas.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2020.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL

Secretário de Administração

REVOGAÇÃO IL99/2020-FMS

Publicação Nº 2796241

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

DESPACHO DE REVOGAÇÃO

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório **CHAMADA PÚBLICA 99/2020-FMS**, objetivando “a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos em laboratório clínico, dos referidos grupos, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, para complementar os serviços da rede municipal de saúde, conforme Termo de Referência, parte integrante deste edital”, tendo em vista a falta de empresas interessadas em participar do certame.

Biguaçu, 07 de janeiro de 2021.

**SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**

**Por delegação- Vinicius Hamilton do Amaral
Secretário de Administração**

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.989/2021

Publicação Nº 2796700

DECRETO Nº 12.989, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

IDENTIFICA BENEFICIÁRIA LEGITIMADA A ADQUIRIR IMÓVEL POR MEIO DO PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.827, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1990, CONSOANTE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 4.715, DE 11 DE SETEMBRO DE 1996.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, e na forma do art. 75, I, "m", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO que se encontram satisfeitas, pela beneficiária a seguir arrolada, as exigências previstas na Lei Municipal nº 3.827, de 21 de dezembro de 1990, para fins de alienação de imóvel através do Programa Habitacional de Interesse Social,

CONSIDERANDO a autorização legislativa para outorga de escritura pública de compra e venda contida na Lei Municipal nº 4.715, de 11 de setembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica identificada a beneficiária do Programa de Habitacional de Interesse Social a seguir arrolada, bem como o respectivo lote a ela alienado, referente ao Conjunto Habitacional Loteamento Itoupavazinha, registrado no R-5-13.136 junto ao 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, para fins de escrituração:

ERTA KLEINE, brasileira, doméstica, separada judicialmente, portadora do RG nº 725.040 – SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 649.272.619-72, o terreno situado na Rua Ângela Grassmann, lote nº 107, com a área de 194,60m² (duzentos e vinte e quatro metros e sessenta centímetros quadrados).

Art. 2º As despesas de escrituração e registro correrão por conta dos adquirentes do imóvel.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.991/2021

Publicação Nº 2796705

DECRETO Nº 12.991, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

PRORROGA O MANDATO DOS ATUAIS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS (GESTÃO 2018/2020).

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, V e VII, e na forma do art. 75, I, "o", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

CONSIDERANDO a justificativa encaminhada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 052/2020/CMS, de 23/11/2020;

CONSIDERANDO as orientações encaminhadas pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina, através do Ofício nº 024/2020, de 09/12/2020;

CONSIDERANDO, que o mandato dos atuais Conselheiros encerrou-se em 16 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Saúde – CMS (Gestão 2018/2020), em caráter excepcional, até 30 de junho de 2021.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos praticados pelos membros do atual conselho – gestão 2018/2020, com mandato prorrogado, por força do caput deste artigo, praticados no exercício da função anteriormente à edição deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.801/2021

Publicação Nº 2796708

PORTARIA Nº 24.801, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR DENÚNCIA OFERECIDA PELA 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BLUMENAU/SC, PELO DESCUMPRIMENTO DE FUNÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS, LOTADOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e

Considerando a requisição de instauração de processo de sindicância, referente ao Processo Administrativo nº 09.2019.00005257-3, efetuada pelo Promotor de Justiça da 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau/SC, através do Ofício n. 0627/2020/13PJ/BLU, de 02/12/2020, ao Procurador-Geral do Município, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 17.341, 21/10/2013, 22.832, de 17/07/2019 e 23.459, de 14/10/2019, para apurar denúncia de descumprimento de funções por parte de servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.804/2021

Publicação Nº 2796711

PORTARIA Nº 24.804, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

EXONERA ODAIR JOSÉ DA SILVA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 06 de janeiro de 2021, ODAIR JOSÉ DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social - SECOM, nomeado pela Portaria nº 24.715, de 02/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.805/2021

Publicação Nº 2796715

PORTARIA Nº 24.805, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

NOMEIA ODAIR JOSÉ DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ACERVO DOCUMENTAL, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 07 de janeiro de 2021,

ODAIR JOSÉ DA SILVA, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Acervo Documental, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.809/2021

Publicação Nº 2796717

PORTARIA Nº 24.809, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA MOGK DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE COORDENADOR PEDAGÓGICO, DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07:

DISPENSAR, no dia 10 de janeiro de 2021, a servidora pública municipal SANDRA MOGK DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Curricular - FGC de 70%, na Secretaria Municipal de Educação, designada pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 24.810/2021

Publicação Nº 2796720

PORTARIA Nº 24.810, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

NOMEIA EDILAINE KALESKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 06 de janeiro de 2021,

EDILAINE KALESKI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Imprensa, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Comunicação Social – SECOM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de janeiro de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 03-082/2020

Publicação Nº 2796728

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 082/20

OBJETO: Contratação empresa especializada para execução de obra de infraestrutura em pavimentação em lajotas, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas: Itapuí, Carlos Splitter e Mario Cabral e Silva, Bairro: Garcia, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de Recursos Próprios - SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 10 de fevereiro de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 07/01/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CONCORRÊNCIA Nº 03-083/2020

Publicação Nº 2796733

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 083/20

OBJETO: Contratação empresa para execução de obra de infraestrutura com pavimentação em lajotas, drenagem pluvial e sinalização viária da Rua: Carlos Splitter, Bairro: Garcia, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio de Emenda Parlamentar /Impositiva /Transferência Especial nº SCC 4685/2020 - LOA do Governo do estado de Santa Catarina e contrapartida com Recursos Próprios - SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 11 de fevereiro de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 07/01/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATOS DE TERMO DE COMPROMISSO - EDITAL DE PROJETOS DE EMERGÊNCIA CULTURAL Nº 003/2020

Publicação Nº 2796741



MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SMC
LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC (LEI FEDERAL N. 14.017/2020)
EDITAL DE PROJETOS DE EMERGÊNCIA CULTURAL N. 003/2020

EXTRATOS DOS TERMOS DE COMPROMISSO

ORDEN	TERMO DE COMPROMISSO/CONTRATO ID	ANO	SIGNATÁRIO CONTRATANTE	SIGNATÁRIO CONTRATADO	PROJETO	OBJETO	VALOR	PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COMPROMISSO	DATA DA ASSINATURA DOS TERMOS DE COMPROMISSO	PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO
1	1517	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ADEMIR ELIAS	REINO DAS CORES - QUANDO O TEATRO VIRA LIVRO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
2	1516	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ADEMIR ELIAS	VOCÊ É ESPECIAL - QUANDO O TEATRO VIRA LIVRO ADEMIR ELIAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
3	1430	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ADRIANA TOLEDO SIEWERT	LIVE SHOW CIRANDINHA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

7	1454	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ALEXANDRE VICTOR MACHADO	ACIDENTAL - E AGORA VIDEOCLÍPE - EU PRECISO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
8	999	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ALEXANDRE VICTOR MACHADO	ACIDENTAL - VIDEOCLÍPE MESMO QUE MUDE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
9	1339	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ALISSON SOUSA CASTRO	PUBLICAÇÃO DO LIVRO PERSONAGENS NATALINOS NO VALE DO ITAJAÍ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
10	1364	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ALISSON SOUSA CASTRO	PUBLICAÇÃO DO LIVRO REGIMES DE CIDADE - TURISMO E CRESCIMENTO URBANO NO VALE DO ITAJAÍ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

11	1495	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	AMIL AGÊNCIA DE CULTURA 14500374000180	LIVE BATE-PAPO COM LEO VIEIRA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
12	1487	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	AMIL AGÊNCIA DE CULTURA 14500374000180	LIVE PARTILHA & SOLIDÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
13	1509	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ANA ACÁCIA SCHWARZ SCHULER 06430199959	M & M - UTILIDADE PÚBLICA EM: O PASSAPORTE DO LAZER	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
14	1508	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ANA ACÁCIA SCHWARZ SCHULER 06430199959	PINOIA ENTREVISTA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

15	619	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ANA PAULA MARCELLINO	SÉRIE ELEFANTES BRANCOS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
16	504	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ANDRÉ GUSTAVO SOBERANSKI 05297090903 34226976000107	AUTOR-ALL: AUTO GESTÃO E PRODUÇÃO NO MERCADO MUSICAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
17	1530	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ANGIE CAVALHEIRO RODRIGUES 09974464986	PEDRAL: CRIAÇÃO DO CURTAMETRAGEM	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
18	933	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ARIEL DA SILVA SCHLOEGEL	EGO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

19	1544	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ARIEL DA SILVA SCHLOEGEL 07652078938	NEW BRANCO, NEM PRETO - PODCAST	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
20	1449	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA CULTURAL PHILARMONIA BRUSQUE 38409059000100	MINIATURAS BRASILEIRAS PARA ORQUESTRA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
21	568	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ASSOCIAÇÃO MUSICAL CAMERATA VOCALE 79374948000167	VIVA A VOZ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
22	1534	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	BEATRIZ MAY VENDRAMI	PANDEMIA ANO UM E ANO DOIS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

23	1490	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	BEATRIZ MAY VENDRAMI	PERSPECTIVAS TEATRAIS EM DUAS GERAÇÕES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
24	1374	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	BRUNA HEDLER	CONCERTO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
25	1422	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	BRUNO ZAMBONINI SOARES	OFICINA DE METAIS; REPARO PREVENTIVO DE INSTRUMENTOS DE METAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
26	317	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CARLOS EDUARDO BUCCI	LANÇAMENTO EP FONOGRAFICO DIGITAL STREAMING	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

27	461	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CARLOS EDUARDO BUCCI	LIVES DE DIS PRODUTORES CULTURAIS DE NÚCLEOS DA CIDADE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
28	1535	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CARLOS HENRIQUE VENTURA	LIVE RAÍZES - A INFLUÊNCIA DA MÚSICA AFRICANA NO SAMBA E NO CHORO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
29	1536	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CARLOS HENRIQUE VENTURA	EP - SARA DUARTE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
30	794	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CATHERINE BALLMANN DO NASCIMENTO MEI 28304309000194	PUBLICAÇÃO LIVRO REENCONTRO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

31	1388	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CATHERINE KRAETZER GRASMUK 08259047900	100 ANOS DE HISTÓRIA: UM REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS IGREJAS CENTENÁRIAS DE BLUMENAU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
32	1404	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CATHERINE KRAETZER GRASMUK 08259047900	COR & AMOR: OFICINA DE AQUARELA EM BLUMENAU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
33	1559	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CENICAS PRODUCOES LTDA	NO PALCO E NA TELA - EQUIPANDO ATORES ENTRAREM NO UNIVERSO VIRTUAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
34	1525	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CENICAS PRODUCOES LTDA	SOM E AÇÃO - POR UM TEATRO COM MÚSICA DE QUALIDADE NO CENÁRIO TEATRAL DO VALE DO ITAJÁ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

35	1550	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CLAUDIO FERNANDO ROMERO	A FOLHA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
36	519	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	COMUNHÃO MARTIM LUTERO	ARTE EM CASA - XÔ COVID!	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
37	695	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	COMUNHÃO MARTIM LUTERO	ATUALIZAÇÃO BIBLIOTECA - CENTRO DE CONVIVÊNCIA CATARINA VON BORA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
38	1346	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	CRISTIANO MACHADO LEOCADIO 30890256000182	BRINQUEDO SAGRADO: DIÁLOGOS ENTRE MARACATU DE BAQUE VIRADO, RELIGIOSIDADE E DIVERSIDADE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

39	1400	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DÉBORA KELINE DA SILVA DÉBORA AMORIM	CONHECIMENTO CRUZADO - MÚSICA E YOGA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
40	927	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DÉBORA KELINE DA SILVA DÉBORA AMORIM 23607965000142	DOCUMENTÁRIO SOLO VIOLETA - POPULARIZANDO A MÚSICA ERUDITA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
41	1399	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DEISY LARA EHMKE BOAVENTURA CAETANO	SHOW LIVE ESTRELA DEMOCRÁTICA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
42	1504	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DESIREE LESLIE SILVEIRA 03490938909	ENCONTROS FORMATIVOS: A IMAGEM COMO REFLEXO DA CULTURA ABORDAGEM NA LITERATURA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

43	1501	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DESIREE LESUE SILVEIRA 03490938909	TRAJETOS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
44	1439	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DIEGO ALEX PLAUTZ 06767780979	MAR ESCURO - REINVENÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
45	1553	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DIEGO DAMBROWSKI 00462702995 17074835000199	PEDRA DA FOME	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
46	1447	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DIEGO LOTTIN 07024953950	FAÇA SUA LIVE - COM STREAMYARD	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

47	1279	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DIEGO LOTTIN 07024953950	FALA, PRODUTOR!	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
48	1301	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DOLORES MARQUES FIRMO SCHRAM 69257973972	LITERATURA INFANTIL: UMA HISTÓRIA DE NATAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
49	635	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	DOUGLAS MAURÍCIO ZUNINO 45087180949	O VISIONÁRIO VIDEO POEMAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
50	1352	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	EDUARDO FRANCISCO HILCHER 08586512974 29052539000176	O TEATRO E A COMUNIDADE: A RELAÇÃO ENTRE A ARTE TEATRAL E A POPULAÇÃO BLUMENAUENSE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

51	556	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	EDUARDO VINÍCIUS DE SOUZA OLIVEIRA 09425766916	ROTEIRO PEDAGÓGICO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
52	1423	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	EMANUELLA SCOZ	MODA E MEMÓRIAS DO VALE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
53	1473	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	EMANUELLA SCOZ 04547671966	ATELIÊ DE ARTE E ARTESANATO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
54	515	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	EMERSON MAINHARDT 89419170934	ROCK A GALOPE - VIDRO FUMÊ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

55	1522	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABIANA LANGE BRANDES	OFICINA DE ESCRITA AFETIVA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
56	1542	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABIANA LANGE BRANDES 05343286950	GESALBA, A ELEFANTA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
57	949	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABIANO SEVEGNANI 03493035926	CLIQUE CLAREAR - BANDA POROROCA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
58	1554	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABRICIO GUSTAVO GESSER CARDOSO	CICLO DE FORMAÇÃO - DIÁLOGOS EM CINEMA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

59	1475	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABRICIO THEISS 00493760989	CURSO PROFESSOR/ARTISTA 2: POSSIBILIDADES ENTRE O TEATRO CONTEMPORÂNEO E A ESCOLA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
60	1431	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FABRICIO THEISS 00493760989	RESIDÊNCIAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
61	1524	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FELIPE DA COSTA	AFROFUTURISM	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
62	1138	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	: FERNANDA DINIZ 05040864990 32800265000160	QUERO MAIS É POESIA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

63	1464	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FERNANDA DINIZ 05040864990 32800265000160	ESPETÁCULO VIRTUAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
64	1444	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FERNANDO CESAR MESCHKE 04592931920	FESTIVAL VIRTUAL DE MÚSICA - PROFESSORES ONLINE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
65	1445	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FERNANDO CESAR MESCHKE 04592931920	OFICINAS DE MÚSICA PARA BANDAS E FANFARRAS DE BLUMENAU SC	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
66	1169	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	FRANCIELE CAROLINA LONGEN MUELLER 01000855988	ELITE DANÇA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

67	1455	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	GABRIEL MANTOANELL	MONTAGEM VÍDEO TEATRO "OS IRMÃOS": UMA REPRESENTAÇÃO MUSICAL PARA OS CLÁSSICOS DOS IRMÃOS GRIMMS!	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
68	1150	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	GILBERTO FRANCISCO DE OLIVEIRA (GIBA DE OLIVEIRA) 51713403900	MUSICLOWN	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
69	296	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	GISELE DIEL	MINI CASA ENXAIMEL - PRÁTICA EDUCATIVA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
70	1546	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	GREGORI SCHLINGMANN	EP - KARRIE KING	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

71	1521	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	GRUPO ELEMENTOS EM CENA 04441308000123	HISTÓRIA REVELADA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
72	300	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	HÉLCIO DIETER LIESENBERG	MÚSICA EM FAMÍLIA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
73	1548	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	IRIS BÜLLAU ELIAS	PARA VER DE CASA - INTERVENÇÃO ONLINE COM FANTOCHES PARA PEQUENOS ESPECTADORES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
74	1555	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	IRIS BÜLLAU ELIAS	CHÃO DE ESCOLA - MEMÓRIAS E APRENDIZADOS DE 20 ANOS DE TEATRO NAS ESCOLAS DO VALE DO ITAJAÍ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

75	1471	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JACKSON CARLOS DE FREITAS 05102849905	BORDÕES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
76	1378	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JAMES PIERRE BECK 90219236968	PALHACES PANDÊMIQUES - O DOCUMENTÁRIO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
77	1348	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JAMES PIERRE BECK 90219236968 39753912000147	REVISTA CARONA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
78	1469	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JANE MARY SCHMITZ LIESENBERG	COSTURANDO CONHECIMENTO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

79	1194	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JAQUELINE RANGEL	MÚSICA TÍPICA ALEMÃ PARA IDOSOS EM CASAS DE REPOUCO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
80	1012	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JAQUELINE RANGEL	WORKSHOP DE MÚSICA INSTRUMENTAL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
81	1485	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	: JEMESON BOAVENTURA CAETANO - BONA 05207239961	SHOW LIVE B.O.N.A	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
82	1450	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JESSICA MARTA DORNELLES 08472062970	PROCESSOS PANDÊMICOS: UMA POÉTICA PARA A DANÇA-TEATRO EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS.	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

83	1357	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOÃO CARLOS ALVES JUNIOR 09704172923	COR-PÓ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
84	1434	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOÃO CARLOS ALVES JUNIOR 09704172923	POEMAS DECLAMADOS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
85	1256	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOÃO PAULO DE SOUZA	LAR DOS SONHOS - LIVE SHOW	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
86	1496	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOAO PEDRO MARTINS SPECKART 07969829961	ARTIVISMO EM FOCO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

87	1479	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOAO PEDRO MARTINS SPECKART 07969829961	REKALK	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
88	1181	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOHN MUELLER	GRAVAÇÃO SINGLE "A GENTE PRECISA DESSE CARNAVAL"	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
89	1274	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOSÉ OLIVEIRA DIAS 06623069968	GRUPO DE TERMO DE REIS FAMÍLIA DIAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
90	1502	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOSEANE DE SOUZA 04172534945	FILMAGEM DO ESPETÁCULO CAÇA AO TESOURO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

91	354	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOZICLEYBSON ALEX DO NASCIMENTO	PINTANDO O SETE - FORMAÇÃO DE NOVOS ARTE EDUCADORES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
92	653	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JOZUE OLIVEIRA DOS SANTOS JUNIOR 05482425932	PROVOCAÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
93	1367	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	JULIAN MICHEL RUEDIGER	A MODERNIZAÇÃO DA TRADIÇÃO - FAZENDO A RODA GIRAR	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
94	1540	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	KATHLEEN SHANNON UNGARATTI	MENTIRA, AINDA NÃO ACABOU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

95	1325	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LEONARDO FELIX MACIEL 09861708952	FESTIVAL ON-LINE FICAÍ 03ª EDIÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
96	1486	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LEONARDO LUIS LAPIS 00597338965 27971273000130	ENQUANTO O CÉU DEVORA OS DIAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
97	350	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUANA APPEL DOS SANTOS	MULHERES NA PRODUÇÃO DE NORTE A SUL	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
98	1415	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUCAS LUIZ DA SILVA	THE DIVAS TOUR - O GRANDE SHOW!	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

99	1499	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUCAS LUIZ DA SILVA	TÁ RINDO DO QUÊ?	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
100	1474	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUCAS MOREIRA ARAUJO 22978936800	ESTE CORPO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
101	1510	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUIZ ALBERTO VICENTINI	CANÇÕES QUE MARCARAM ÉPOCA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
102	1507	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	LUIZA PINHEIRO FUCHS RAMOS 09036509912	CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: BOTTATÁ	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

103	1552	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	MAICON MARCOS DOS SANTOS 05046914905	RUAN MUELLER CONVIDA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
104	454	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	MAICON TENFEN	IMPRESSÃO DO LIVRO A BIBLIOTECA, DE SUBTERRÂNEA, DE MAICON TENFEN	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
105	1532	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	MARCOS FRANCISCO NASCIMENTO SILVA 60930023957	A CELA DO POETA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
106	1465	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	MARIA LUIZA FONSECA DA SILVA	ELA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

107	303	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	MIKE DA SILVA 10626920981	MAZIN SILVA - BALAIÓ DE GATO VOL.2 - CD	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
108	1350	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	NANE PEREIRA COMUNICAÇÃO E ARTE	GRAVAÇÃO DVD JOHN MUELLER E MAZIN SILVA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
109	1557	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	NANE PEREIRA COMUNICAÇÃO E ARTE	REDES, DIVULGAÇÃO COMO MECANISMO DE CULTURA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
110	1361	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	NIIZA P. VIEIRA DA ROSA 37659003000141	BORDADO MAYER E SUAS TRADIÇÕES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

111	1523	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	NOELI APOLÔNIO 70426570987	BORDADO SÍMBOLO DE BLUMENAU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
112	1420	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	OSCAR BERNARDO DA SILVA	TRIO CHORO ELÉTRICO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
113	575	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PAULA MICHELLE HENRIQUE MACEDO GAMA	FESTIVAL TEATRO PARA TODOS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
114	873	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PAULO ANDRÉ VIEIRA	MÚSICA DAQUI	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

115	1541	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PAULO JOSÉ DA SILVA-MEI	AGONIADA: FLORES DE ISA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
116	1538	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PAULO JOSÉ DA SILVA-MEI	MAURO POETA GALVÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
117	352	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PEDRO GOTTARDI 06575221980	PEMBA 7: PESQUISA E CRIAÇÃO DE POÉTICAS VISUAIS E RITUALIZADAS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
118	1457	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PEDRO GOTTARDI 06575221980	I SALÃO EMERGENTE EM ARTES VISUAIS DE BLUMENAU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

119	1244	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PEDRO MAURICIO DIAS 38253976968	ARTE EDUCAÇÃO PRÁTICAS E SABERES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
120	517	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	PRISCILA GILINSKI MACHADO	WORKSHOP DE ILUMINAÇÃO PARA TEATRO LAMBE-LAMBE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
121	1482	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RAFAEL KOEHLER (ME)	DRAMA EM LEITURA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
122	1480	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RAFAEL KOEHLER (ME)	TBT TRAJETÓRIA - CAPÍTULO 01	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

123	1491	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RICARDO BRANDES	MÉDIO ORIENTE-SE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
124	1488	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RICARDO BRANDES	HISTÓRIAS DE OKTOBER: RESGATE DA TRADIÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
125	1513	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ROBERTO MORAUER	CONTANDO SUA HISTÓRIA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
126	1514	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ROBERTO MORAUER 63459434953	UMA LIVE COM VÓ DULCE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

127	1432	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RODRIGO PARUCKER 05733795999	EXPOSIÇÃO FOTOGRAFIA EM CENA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
128	1529	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RUAN ROGÊ MUELLER	LIVE - BATERIA AFRO-BRASILEIRA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
129	1526	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	RUAN ROGÊ MUELLER 07844030909	EP - SINESTESIA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
130	1297	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SABRINA MARTHENDAL 05590188946	MULHERES NA FOTOGRAFIA - POSSÍVEIS NARRATIVAS PARA O AGORA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

131	1409	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SABRINA MARTHENDAL 05590188946	TBT 15 ANOS: REVISTANDO A HISTÓRIA – PARTE 2	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
132	1418	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SHARA PETERMANN	JIMMY ALLAN - S/T - CD	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
133	1468	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SHIRLEI FABIANA SILVA - CREATE EDUCACIONAL 26949926000111	OLAKUNDE O VALOROSO CHEGOU	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
134	1494	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SHIRLEI FABIANA SILVA - CREATE EDUCACIONAL 26949926000111	PAPO COM A NEGRITA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

135	1483	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SIDNEY MICHAEL DIETRICH 07447130990	DE PÁGINA EM ANIMAÇÃO)	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
136	1481	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SIDNEY MICHAEL DIETRICH 07447130990	OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE MÁSCARAS COM ARGILA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
137	1151	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	SOCIEDADE DRAMÁTICO MUSICAL CARLOS GOMES 82653403000102	CONCERTOS DE SOPROS A MÚSICA NOS CONECTA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
138	1341	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	T&E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA	DOANDO AMOR NA PÁSCOA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

139	1492	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TACIANA GESSER	BALLET CLÁSSICO – 3 PRINCÍPIOS BÁSICOS.	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
140	1498	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TACIANA GESSER	ESPETÁCULO DE DANÇA CINDERELA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
141	1424	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TALITA CRISTIANE SUTTER	A DANÇA CIRCULAR COMO PRÁTICA INTEGRATIVA EM GRUPOS DE IDOSOS.	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
142	1489	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TALITA CRISTIANE SUTTER	CAPACITAÇÃO BÁSICA DE DANÇA CIRCULAR: COREOGRAFIAS PARA FOCALIZADORES INICIANTE.	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	5.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

143	548	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS 29439160802	GRAVAÇÃO VIDEOCLIP RUDEBOY	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
144	1493	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TIAGO ELIAS	CANTA MAIS ALTO - GRAVANDO AS MÚSICAS GUARDADAS NA GAVETA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
145	1547	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TIAGO ELIAS	CONFUSOFONIA - TEATRO PARA VER DE OLHOS FECHADOS E OUVIR DE OUVIDOS TAMPADOS	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
146	1556	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TIMÓTEO ELIAS	POR TRÁS DA AUTARKEIA - A PARTILHA DO PROCESSO DE CRIAÇÃO QUE UNE CINEMA, DESENHO E CANÇÃO, FILOSOFIA, TECNOLOGIA E AÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

147	1362	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	TIMÓTEO ELIAS	TEATRO JÁ - CRIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS CONSCIENTES PARA O FAZER TEATRAL EM MEIO A PANDEMIA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
148	1467	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	VANESSA DAIANE NEUBER	CURSO DE COLAGEM SENSITIVA - ARTE E MEDITAÇÃO	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
149	1476	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	VANESSA DAIANE NEUBER	CURSO DE PROCESSOS CRIATIVOS EM PUBLICAÇÕES INDEPENDENTES	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
150	558	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	VILA DE BREMEN ENTRETENIMENTO, COMÉRCIO E ALIMENTAÇÃO LTDA	CIRCO NA VILA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

151	516	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	VILA DE BREMEN ENTRETENIMENTO, COMÉRCIO E ALIMENTAÇÃO LTDA	OS NOVOS MÚSICOS DE BREMEN	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	10.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
152	1358	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	VOLKSTANZGRUPPE GRÜNES TAL	CONHEÇA BLUMENAU ATRAVÉS DE UMA DANÇA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
153	1238	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	WILLIAM DINIZ DOS SANTOS 09345492909	EP 'AULAZ'	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
154	1397	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	WILSON SCHAADE 31108695949	MUSICAL EIN PROSIT - SHOW	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	3.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

155	1001	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	WILSON SCHAADE 31108695949	VIDEOCLIQUE BANDA GERMÂNICA	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
156	1505	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ZANZA FRANÇA - ELISANGELA MARIA FRANÇA 04843564966	P O D R E	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias
157	1425	2020	MUNICÍPIO DE BLUMENAU POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DE BLUMENAU	ZANZA FRANÇA - ELISANGELA MARIA FRANÇA 04843564966 E	MULHERES DO TEATRO BLUMENAUENSE	Objeto deste termo é o conjunto de ações prevista no Projeto Cultural proposto e selecionado para receber recursos do Edital SMC nº 003/2020, da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020).	15.000,00	5 meses	15/12/2020	90 dias

Bom Jesus

PREFEITURA

CHAMAMENTO PUBLICO 001/2021

Publicação Nº 2795307

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENFERMAGEM Nº 001/2021

O Município de Bom Jesus, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público o Processo Seletivo Simplificado para contratação por prazo determinado, nos termos do inciso IX do art. 37 da CF/88 e Lei Complementar Municipal 002/2011 e Lei Complementar nº002/2020 e o Decreto nº033/2020 de 20/03/2020 e demais atos relacionados a Pandemia do COVID-19.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo destina-se à seleção de profissional, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, durante o período de Enfrentamento a Pandemia do COVID-19, para atendimento junto a unidade de saúde do Município com carga horária de 40 horas semanais.

2. DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Processo de Chamamento Público dar-se-á através do Mural Público Municipal de Avisos da sede da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, situada à Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, Centro, na internet (www.bomjesus.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM).

3. REQUISITOS BÁSICOS

- Ter nacionalidade brasileira, ou estrangeira, desde que sua situação no país esteja regularizada e permita o exercício de atividades laborativas remuneradas;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- Comprovar a escolaridade necessária, conforme disposto no item 4.1;
- Não se enquadrar nas vedações dos incisos XVI, XVII e §10 do art. 37 da CF de 1988.

4. CARGOS, REQUISITOS MÍNIMOS, VENCIMENTOS E VAGAS

4.1. O cargo, requisitos mínimos exigidos, remuneração e as vagas são os estabelecidos no quadro a seguir:

Profissional/Prestador de Serviços	Requisitos mínimos	Remuneração	Jornada de trabalho	Nº Vagas
ENFERMEIRO	Curso Superior na Área de Enfermagem com Registro Conselho Regional Saúde - (COREN)	R\$ 4.184,77	40 horas semanais	01

5. QUADRO DE ATRIBUIÇÕES

PROFISSIONAL	ATRIBUIÇÕES
ENFERMEIRO (A)	<p>ENFERMEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde. Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição. Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem. Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição. Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem. Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais. Prestar assessoria quando solicitado. Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas. Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada. Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado. Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição. Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida. Fazer notificação de doenças transmissíveis. Participar das atividades de vigilância epidemiológica. Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição. Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde. Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade. Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos. Elaborar informes técnicos para divulgação. Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação. Desempenhar outras funções afins. Atuação na frente de prevenção ao combate do COVID-19.

6. INSCRIÇÃO

6.1. As inscrições serão realizadas no dia de 13/01/2021 das 07h:00 as 13h:00, na Prefeitura Municipal de Bom Jesus.

6.2. Não será cobrada taxa de inscrição.

6.3. A inscrição do candidato implicará no reconhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza.

6.4. No ato da inscrição o candidato deverá comparecer ao local determinado no item 6.1, informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir, devidamente autenticadas ou apresentar documentos originais juntamente com as cópias;

- a. Carteira de identidade;
- b. CPF;
- c. Título de eleitor e comprovante de última votação;
- d. Comprovante de endereço;
- e. Certificado de reservista (se for o caso)
- f. Comprovante da escolaridade;

Atenção: a não apresentação de qualquer documento acima relacionando implicará na desclassificação do candidato.

6.5. Após preencher a ficha de inscrição, o candidato deverá anexá-la aos documentos e entrega-la ao atendimento, que deverá conferi-la e depositá-la em envelope, identificado e lacrado, na presença do candidato ou seu procurador.

6.6. No ato da entrega da documentação, o candidato receberá o comprovante de inscrição (cópia da ficha de inscrição declarada como verdadeira por servidor do Município).

6.7. É obrigação do candidato conferir as informações citadas nos subitens do item 6 deste Edital.

6.8. Não serão aceitos documentos entregues fora do prazo, por fax, por internet ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

6.9. Não deverão ser entregues documentos originais.

6.10. Serão recusados, liminarmente, os documentos que não atenderem as exigências deste edital.

7. DA SELEÇÃO, LOCAL E DATA DA PROVA.

7.1. A classificação será realizada no dia 14 de Janeiro de 2021, às 9h:00 tendo como local a Prefeitura Municipal de Bom Jesus, localizada na rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus – SC.

7.2. A seleção será realizada por Comissão composta de servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Bom Jesus e previamente nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

7.3. O presente Processo de Chamamento Público consistirá na apresentação de títulos, conforme quadro abaixo:

Experiência na área atuação para cada ano de tempo de serviço apresentado com declaração de tempo de serviço, comprovante da carteira de trabalho devidamente assinada, Portarias e outros.	1,00 ponto (limitado a 05 pontos)
Pós-Graduação na área de Enfermagem	5,00 pontos
Especialização em Enfermagem do Trabalho (área voltada a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho e a exposição de servidores ao Covid)*	5,00 pontos

* No somatório de pontuação no caso da especialização deverá ser considerado a Pós Graduação mais a especialização, ou seja, 10 pontos.

8. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Havendo empate na totalidade dos pontos, por cargo, terá preferência o candidato com maior idade dentre os inscritos obedecendo dia, mês e ano e hora do nascimento.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. Os candidatos habilitados serão classificados na ordem decrescente do total de pontos obtidos.

10. DOS RECURSOS

10.1. À publicação do resultado admitir-se-á o pedido de revisão na contagem de pontos, no prazo de 24 horas após divulgação do resultado oficial.

10.2. O recurso poderá ser apresentado em formato livre para presidente da Comissão através endereço eletrônico

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do Processo de Chamamento será homologado pelo Prefeito Municipal e o Decreto de Homologação será publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, no Diário Oficial dos Municípios e no Site Oficial do Município de Bom Jesus (www.bomjesus.sc.gov.br).

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 O candidato selecionado no presente Processo de Chamamento será convocado por meio de edital, que será publicado no mural público da Prefeitura Municipal de Bom Jesus, e no site Oficial do Município (www.bomjesus.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, para assinatura de contrato de prestação de serviços, sendo que atuará na Secretaria Municipal de Saúde.

12.2. Serão encaminhados e-mail, contato telefônico ao candidato selecionado, devendo ser observado o item 11 deste edital.

12.3. O candidato será contratado de acordo com a ordem de classificação, durante o período de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em razão do enfrentamento a Pandemia do COVID-19, ou rescindo a qualquer momento verificado o normalização dos atendimentos junto a Unidade de Saúde.

12.4. O candidato convocado deverá comparecer no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar do Edital de Convocação, munido da documentação constante no item 12.5, para prestar os serviços, sob pena de sua desídia a ser considerada renúncia ao objeto do certame, à relação jurídica e ao direito de contratar com a municipalidade, sendo convocado o próximo classificado da lista.

12.5. Por ocasião da contratação serão exigidos do candidato classificados os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor;
- c) Comprovante de última votação;
- d) CPF;
- e) PIS/PASEP;
- f) Comprovante de escolaridade (original e cópia) – Diploma, Histórico e declaração utilizada (diploma esta em vias de registro);
- g) Carteira de Trabalho – 1ª Página (foto e a qualificação civil);
- h) Certificado de Alistamento Militar (se for do sexo masculino);
- i) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- j) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- k) Comprovante de endereço;
- l) Declaração de que não está vinculado a outro órgão público, como servidor público.
- m) Declaração de Bens.

12.6. A rescisão do contrato administrativo ocorrerá:

- a) A pedido do contratado;
- b) Pela conveniência da administração, a juízo da autoridade que procedeu a contratação ou por interesse público justificável;
- c) Pelo cometimento da infração contratual, apurada em processo sumário;
- d) Pelo decurso dos prazos estabelecidos neste edital;

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A Seleção neste Processo de Chamamento Público, assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Processo.

13.2. A contratação não gerará vínculo trabalhista com o Município de Bom Jesus/SC, sendo o contratado prestador de serviços.

13.3. O prazo de validade do Processo de Chamamento Público para contratação de Enfermeiro (a) Padrão para exclusivo enfrentamento a Pandemia do COVID-19.

13.3.1. Todos os classificados ficam cientes que o prazo contratual poderá ser inferior a um ano.

13.4. O acompanhamento das publicações de editais, avisos e comunicados relacionados ao Processo de Seleção é de responsabilidade exclusiva do candidato.

13.5. As comunicações feitas por intermédio dos Correios não eximem o candidato da responsabilidade de acompanhamento no Diário Oficial do Município na internet e Mural de aviso da Prefeitura Municipal.

13.6. Na desistência, renúncia ou eliminação de algum candidato selecionado dentro do número de vagas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, obedecendo-se a ordem de classificação.

13.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo de Chamamento Público, no que couber.

Município de Bom Jesus, 06 de Janeiro de 2021.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

MARIZA ANGONESE
Secretaria Municipal de Saúde

CHAMAMENTO PUBLICO 001/2021

Publicação N° 2795306

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENFERMAGEM N° 001/2021

RAFAEL CALZA, Prefeito Municipal de Bom Jesus - SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos, da Legislação vigente TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições, no dia 13/01/2021, do CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFISSIONAL DA ÁREA DE ENFERMAGEM N°001/2021 para atender a demanda temporária no setor de Saúde no atendimento ao COVID-19, informações poderão ser obtidas junto a prefeitura de Bom Jesus, e o Edital estará disponível no Mural Público da Prefeitura e site www.bomjesus.sc.gov.br

Bom Jesus – SC, 06 de Janeiro de 2021.

RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2021

Publicação Nº 2795077

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2021.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Rodrigo Zanella Serviços de Inseminação MEI.

Objeto: Contratação de serviços de inseminação artificial em gado leiteiro e de corte, para o rebanho dos agricultores do município.

Dispensa por Limite nº. 03/2021.

Valor: R\$ R\$ 11.000,00 (onze mil reais)

Vigência: 31/12/2021.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5546-2020

Publicação Nº 2795321

DECRETO Nº 5546/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

"ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 5529/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica:

DECRETA:

Art.1º. Fica alterado o Art. 2º do Decreto Municipal nº 5529/2020 de 27 de novembro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

2º. Os servidores vinculados a secretaria municipal de saúde, realizarão seus serviços em horário normal de atendimento, sendo das 07:30 minutos as 11:30 minutos e das 13h00 minutos as 17h00 minutos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 05 de janeiro de 2021.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Registre-se, publique-se, cumpra-se

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 004/2021 EXONERACAO SIDNEI**

Publicação Nº 2795341

PORTARIA Nº004/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

EXONERA SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIO JOSÉ STORCK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando que o Servidor na data de hoje apresentou requerimento de exoneração a pedido ,fica:

Art. 1º. Fica pela presente Portaria EXONERADO a partir de 07/01/2021, o Secretário Sidnei Luiz Walker, matriculado sob o nº 49-3, Portador do CPF/MF sob. nº 035,258.379-76, nascido em 29/01/1983, lotado junto a Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, no Cargo de Secretário, com carga horária de 40 horas semanais, admitido em 21 de agosto de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 07 de janeiro de 2021.

MARCIO JOSÉ STORCK
Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Loreni Seider
1º Secretária da Mesa Diretora

PORTARIA Nº 005/2021- FERIAS JAQUELINE

Publicação Nº 2795757

PORTARIA Nº005/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIO JOSÉ STORCK, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sr. JAQUELINE SELIG GERHARDT, matrícula nº 21/3 portador do CIC sob. nº 034.504.039-23, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, período aquisitivo de 06 de março de 2019 a 05 de março de 2020, período de concessão de 08 de janeiro de 2021 á 17 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, aos 07 de janeiro de 2021.

MARCIO JOSÉ STORCK
Presidente da Câmara Municipal
Loreni Seider
1º Secretária da Mesa Diretora

Bom Retiro

PREFEITURA

001.01.21 - P. JOCEMAR DA SILVA

Publicação N° 2796977

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 001/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 830/16 de 13.09.16

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 830/16 de 13.09.16, que concedeu gratificação para responder pela Chefia do Setor das Carteiras de Trabalho, Junta de Serviço Militar e Identidade ao servidor Jocemar da Silva, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

002.01.21 - P. DESIGNA CRITIAN DA SILVA

Publicação N° 2796978

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 002/21 de 04.01.21

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO SETOR DE IDENTIDADE E JUNTA DE SERVIÇO MILITAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando estar a mesma sem titular da pasta, em função de pedido de exoneração.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Designar o servidor CRISTIAN DA SILVA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, para responder pelo Setor da Junta de Serviço Militar e Setor de Carteira de Trabalho e Identidades a partir da presente data. Pela acumulação do cargo descrito, não decorrerá ao nomeado o direito de acréscimo aos seus vencimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA
Sec. Mun. Administração e Fazenda

003.01.21 - P. NOM. RAFAEL DE SOUZA

Publicação N° 2796979

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 003/21 de 04.01.21

Nomeia em Comissão

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Rafael de Souza para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Gabinete do Prefeito – Nível 36, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

004.01.21 - P. NOM. CARLOS E. LEPKALN

Publicação N° 2796980

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 004/21 de 04.01.21

Nomeia em Comissão

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Carlos Eduardo Lepkalin para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador Geral do Município - Nível 37 do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

005.01.21 - P. NOM. VICTOR S. VIEIRA

Publicação N° 2796981

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 005/21 de 04.01.21

Nomeia em Comissão

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear Victor de Souza Vieira para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviços – Nível 30, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício no Gabinete do Prefeito, a contar do dia 05 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

006.01.21 - P. DES. AUX. ENF. SHEYLA AP. SOUZA

Publicação N° 2796983

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 006/21 de 04.01.21

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sheila Aparecida de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem – nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde, no período de 05 de janeiro com término no dia 05 de junho de 2021, para Contratação de Auxiliar de Enfermagem - ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Auxiliar de Enfermagem – Padrão I, Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: em virtude do excepcional interesse público, causado pela pandemia de Covid-19. Obs. Sem Processo Seletivo e conforme Parecer Jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

007.01.21 - P. GRATIFICAÇÃO SHEILA AP. SOUZA

Publicação N° 2796985

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N° 007/21, de 04.01.2021.

Concede gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar n.º 78/19 de 10.07.19 (Institui Horário Especial da Jornada de Trabalho, Institui o pagamento de gratificação de exercício funcional em regime de tempo integral e dedicação exclusiva – GTIDE e dá outras providências):

RESOLVE:

CONCEDER gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva - GTIDE, a servidora Sheila Aparecida de Souza, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Bairro Capistrano, sendo acompanhante no deslocamento de pacientes do Município de Bom Retiro para outros centros de tratamento médico hospitalar, de acordo com a Lei Municipal nº. 78/19, de 10 de julho de 2019, a partir de 05 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

008.01.21- P. INSALUBRIDADE SHEILA AP. SOUZA

Publicação N° 2796986

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 008/21 de 04.01.21

CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDORA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 62/17 de 22.02.17 que alterou o art. 62 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

Considerando: o Laudo Técnico de Condições ambientais de Trabalho LTCAT, emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet:

RESOLVE:

Conceder de acordo com o Laudo pericial o adicional de Insalubridade de 20% (Vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente nacional, na forma da Lei e com base no Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho emitido pela empresa de Assessoria e Clínica de Medicina do Trabalho AMT & Climet, contratada pelo Município a Servidora Sheila Aparecida de Souza, Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a contar de 05.01.21.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

009.01.21- P. LIC. ATRIBUI GRAT. SHEILA AP. SOUZA

Publicação Nº 2796987

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 009/21 de 04.01.21

Atribui Gratificação

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo a funcionária Sheila Aparecida de Souza, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 05 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

010.01.21 - P. FÉRIAS ARGEU J. G. PADILHA

Publicação Nº 2796988

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 010/21 de 04.01.21

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário Argeu Jurandi Gonçalves Padilha, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, a contar do dia 04 de janeiro com término no dia 13 de janeiro de 2021 e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 14 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021, conforme requerimento n.º 04/21 de 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

011.01.21 - P. FÉRIAS LINDOMAR PEREIRA

Publicação Nº 2796989

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 011/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário Lindomar Pereira, ocupante do cargo de Motorista – Padrão I – Nível 04, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

012.01.21 - P. FÉRIAS LUCAS M. C. PASSOS

Publicação Nº 2796990

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 012/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) ao funcionário Lucas Mateus Correa dos Passos, ocupante do cargo de Operador de Máquinas - Padrão 1 – Nível 5, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

013.01.21 - P. REMANEJAMENTO VOULIR DA SILVA

Publicação Nº 2796992

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 013/21 de 04.01.21

REMANEJA SERVIDOR PÚBLICO DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar o servidor Voulir da Silva, Ocupante do cargo de Motorista, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir do dia 05 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

014.01.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JOSÉ C. PEREIRA

Publicação Nº 2796993

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 014/21 de 04.01.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 04 de janeiro com término no 08 de janeiro de 2021, ao funcionário José Carlos Pereira, Ocupante do cargo de Agente Municipal de Defesa e Salvamento, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

015.01.21 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SAULO STEIMBACH

Publicação Nº 2796994

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 015/21 de 04.01.21
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 04 de janeiro de 2021, ao funcionário Saulo Steimbach, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I – Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

016.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ALCEU DOS SANTOS

Publicação N° 2796995

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 016/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) ao Alceu dos Santos, ocupante do cargo de Zelador - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a contar de 05 de janeiro com término no dia 03 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

017.01.21 - P. EXON. ADEMAR STOCK

Publicação N° 2796997

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 017/21 de 04.01.21

Exonera Servidor

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 36 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder Exoneração ao servidor Ademar Stok, do Cargo de Trabalhador Braçal – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 319/19 de 13.02.2019, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 04 de janeiro de 2021, conforme pedido de exoneração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

018.01.21 - P. CESSA EF. 288.20

Publicação N° 2796998

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 018/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 288/20 de 10.02.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 288/20 de 10.02.20, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria

Municipal de Saúde a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

019.01.21 - P. CESSA EF. 453.20

Publicação Nº 2796999

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 019/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 453/20 de 11.03.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 453/20 de 11.03.20, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

020.01.21 - P. CESSA EF. 584.20

Publicação Nº 2797000

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 020/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 584/20 de 13.04.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 584/20 de 13.04.20, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

021.01.21 - P. CESSA EF. 710.20

Publicação Nº 2797001

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 021/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 710/20 de 09.06.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 710/20 de 09.06.20, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

022.01.21 - P. CESSA EF. 790.20

Publicação Nº 2797002

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 022/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 790/20 de 21.07.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 790/20 de 21.07.20, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

023.01.21 - P. CESSA EF. 870.20

Publicação Nº 2797003

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 023/21 de 04.01.21

Cessa Efeitos da Portaria N.º 870/20 de 24.08.20

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n. 870/20 de 24.08.2020, que Autorizou excepcionalmente os Servidores efetivos e comissionados da Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Turismo a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC., a contar do mês de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

024.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ADRIANA Z. CAPISTRANO

Publicação N° 2797004

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 024/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

025.01.21 - P. FÉRIAS ANT. JANIA CASTANHEIRO

Publicação N° 2797005

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 025/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Jânia Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

026.01.21 - P. FÉRIAS ANT. MARIA L. HENKEMAIER

Publicação Nº 2797006

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 026/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Maria Lunalva Henckmaier, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

027.01.21 - P. FÉRIAS IZABEL AP. T. SERAFIM

Publicação Nº 2797007

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 027/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

028.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ZILMARA G. ROSAR

Publicação Nº 2797008

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 028/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) ao funcionário a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

029.01.21 - P. FÉRIAS GEAN K. M. VIEIRA

Publicação Nº 2797009

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 029/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Gean Karla Melo Vieira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

030.01.21 - P. FÉRIAS TATIANI D. BERNIERI

Publicação Nº 2797010

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 030/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Tatiani Deucher Bernieri, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

031.01.21 - P. FÉRIAS ANT. TAINA F. OLIVEIRA

Publicação N° 2797011

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 031/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Tainá Fernanda de Oliveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

032.01.21 - P. FÉRIAS ANT. MARIZETE AP. B. M. BARRETO

Publicação N° 2797012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 032/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Marizete Aparecida Benke Mena Barreto, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

033.01.21 - P. FÉRIAS ANT. IARA DEUCHER

Publicação N° 2797013

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 033/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Iara Deucher, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

034.01.21 - P. FÉRIAS ANT. NEIDE M. SILVEIRA

Publicação Nº 2797014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 034/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Neide Maria Silveira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

035.01.21 - P. FÉRIAS ANT. SUZY M. B. NECKEL

Publicação Nº 2797015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 035/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Suzi Mara Broering Neckel, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

036.01.21 - P. FÉRIAS TAYSE T. S. GERBER

Publicação N° 2797016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 036/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Tayse Trento Serafim Gerber, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

037.01.21 - P. FÉRIAS ANT. FABIANA D. SILVA

Publicação N° 2797017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 037/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Fabiana Duarte da Silva, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

038.01.21 - P. FÉRIAS ANT. VIVIANE R. PIRES

Publicação N° 2797018

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 038/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Viviane Rosar Pires, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

039.01.21 - P. FÉRIAS ANT. VERA M. C. VIEIRA

Publicação Nº 2797019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 039/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Vera Márcia Cabral Vieira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

040.01.21 - P. FÉRIAS FERNANDA R. GORGES

Publicação Nº 2797020

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 040/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

041.01.21 - P. FÉRIAS ANT. MICHELLI P. P. BOELL

Publicação N° 2797021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 041/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Michelli Paula Polmann Boell, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

042.01.21 - P. FÉRIAS ANT. MAICON D. B. CHIQUETTI

Publicação N° 2797022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 042/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) ao Funcionário Maicon Douglas Barth Chiquetti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

043.01.21 - P. FÉRIAS ANT. TEREZINHA AP. P. GOEDERT

Publicação N° 2797023

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 043/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

044.01.21 - P. FÉRIAS MARIA N. B. SCHLEMPER

Publicação Nº 2797024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 044/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2018 (Dois Mil e Dezoito) a 2019 (Dois Mil Dezenove) a funcionária Maria Neusa Branco Schlemper, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

045.01.21 - P. FÉRIAS ANT. NAIARA L. DEINANI

Publicação Nº 2797026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 045/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Naiara Luci Deinani, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

046.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ANDREIA C. O. DEUCHER

Publicação Nº 2797027

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 046/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Andreia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

a

047.01.21 - P. FÉRIAS ANT. JULIANA M. SILVA

Publicação Nº 2797028

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 047/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Juliana Madruga da Silva, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

048.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ROSA O. V. FERREIRA

Publicação Nº 2797029

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 048/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Rosa Olivia Vieira Ferreira, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

049.01.21 - P. FÉRIAS MARIANA DEUCHER

Publicação N° 2797030

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 049/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Mariana Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

050.01.21 - P. FÉRIAS ANT. LUCINA P. JESUS

Publicação N° 2797031

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 050/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Luciana do Patrocínio de Jesus, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

051.01.21 - P. FÉRIAS ANT. THAYRA D. BARBOSA

Publicação Nº 2797032

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 051/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Thayra Doralice Barbosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

052.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ANGELITA AP. BORGES

Publicação Nº 2797033

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 052/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Angelita Aparecida Borges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

053.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ROSEMARI AP. POGGERE

Publicação Nº 2797034

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 053/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Rosemari Aparecida Poggere, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

054.01.21 - P. FÉRIAS PATRICIA M. HOFFMANN

Publicação Nº 2797035

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 054/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Patrícia Michels Hoffmann, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

055.01.21 - P. FÉRIAS ANT. MAGDALENA M. T. DEUCHER

Publicação Nº 2797036

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 055/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Magdalena Magali Aparecida Tavares Deucher, Ocupante do cargo de Professor I - 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ercleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

056.01.21 - P. FÉRIAS ANT. GABRIELA M. S. TRENTIN

Publicação N° 2797037

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 056/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Gabriela Moretti de Souza Trentin, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I - Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

057.01.21 - P. FÉRIAS ANT. JANETE AP. P. JESUS

Publicação N° 2797038

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 057/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Janete Aparecida Paim de Jesus, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

058.01.21 - P. FÉRIAS ANA C. B. MORETTI

Publicação N° 2797039

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 058/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Ana Claudia Bruder Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

059.01.21 - P. FÉRIAS DALISE B. VAZ

Publicação Nº 2797040

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 059/21 de 04.01.21
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2019 (Dois Mil e Dezenove) a 2020 (Dois Mil e Vinte) a funcionária Dalise Buratto Vaz, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

060.01.21 - P. FÉRIAS ANT. ADRIANA STEIMBACH

Publicação Nº 2797044

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 060/21 de 04.01.21
Concede Férias Antecipadas

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2020 (Dois Mil e Vinte) a 2021 (Dois Mil e Vinte e Um) a funcionária Adriana Steimbach, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira, para gozá-las a contar de 04 de janeiro com término no dia 02 de fevereiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
04 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Ericleia Faustino da Mota
Sec. Mun. Administração e Fazenda

MINUTA PE 01/2021

Publicação Nº 2795301

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 09h30min do dia 25 de janeiro de 2021, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 01/2021, objetivando a Aquisição de gêneros alimentícios, para atender a demanda das Secretarias e Fundos municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 08 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

MINUTA PE 02/2021

Publicação Nº 2795302

MINUTA EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021 SRP

O Município de Bom Retiro, através do Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14h30min do dia 25 de janeiro de 2021, no seguinte endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 1413/2019, realizarão a abertura do Pregão Eletrônico 02/2021, objetivando a Aquisição de materiais de higiene e limpeza, para manutenção das Secretarias e Fundos Municipais, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto nº 7.892/13, Decreto Federal nº 5.450/05 e Lei nº 123/06, todos com sua redação atual. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 08 de janeiro de 2021.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO N 2652 2021

Publicação Nº 2796084

DECRETO Nº 2652/2021

CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos VI e VII do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, e assim como em observância às disposições constantes da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO o Decreto n. 562, de 17 de abril de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que, em seu artigo 36, autoriza os municípios catarinenses estabelecerem medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as nele previstas, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios,

CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 3º da Lei n. 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019", estabelece que as medidas nela previstas "somente poderão ser determinadas com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e deverão ser limitadas no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública",

CONSIDERANDO a elevação da curva de contágio observada pelo monitoramento epidemiológico da Secretaria Municipal de Saúde, e a Matriz de Risco Potencial da região de Risco Alto para Risco Grave, divulgado no dia 04/11/2020 pela Secretaria de Estado da Saúde de SC, que perdura até a presente data;

CONSIDERANDO as portarias e decretos estaduais vigentes no Enfrentamento da Pandemia.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto consolida e estabelece as medidas para o enfrentamento, no âmbito do Município de Botuverá, do estado de calamidade pública e da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus.

Art. 2º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

I – pelo período de 14 (catorze) dias, contados de 07/01/2021, fica permitido:

- a) o funcionamento de academias, clubes sociais e afins com 30% da capacidade de acordo com a Portaria SES;
- b) a realização de missas e cultos em igrejas ou templos de qualquer culto, com 30% da capacidade condicionado ao cumprimento das regras dispostas na Portaria SES;
- c) a realização de eventos sociais: Em caso de realização em residências, sítios, chácaras, áreas de festas privada, no máximo 10 (dez) pessoas.
- d) o comércio de vestuário condicionado ao cumprimento das regras estabelecidas pela Portaria SES.
- e) as atividades escolares e sua retomada presencial desde que as escolas estabeleçam critérios de retorno de forma escalonada e de acordo com a aprovação dos planos de retomada as aulas pela Comissão Municipal de Retorno as aulas.
- f) o funcionamento de Parques Aquáticos com 30% da capacidade conforme a Portaria SES;

II – por prazo indeterminado, fica proibido:

- a) a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza.
- b) a realização de festas, reuniões ou encontros de qualquer natureza em residências, sítios, chácaras, áreas de festas privada com mais de 10 (dez) pessoas.
- c) a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público;
- d) Praças, quadras de esporte, academias ao ar livre, parques (incluindo o parque das grutas e museu), deverão permanecer fechados e inacessíveis ao público por tempo indeterminado.
- e) o futebol recreativo, torneios e competições esportivas principalmente em relação a proibição de público e permanência e/ou circulação de torcedores nas áreas externas ou contíguas aos locais do evento ou competição.

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), pelo período de 14 dias:

I - o comércio em geral poderá funcionar devendo-se respeitar as seguintes exigências:

- a) limitação de permanência dentro do estabelecimento de 1 (um) cliente por atendente e de 1 pessoa para cada 4m² (quatro metros quadrados) de área do local;
- b) observar a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- c) garantir a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- d) organizar as filas externas, com a permanência de 1 (uma) pessoa a cada 1,5m (um metro e meio);
- e) assegurar que todos os clientes, antes de adentrarem no estabelecimento, higienizem suas mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) e utilizem máscaras;
- f) fica proibido o consumo de qualquer produto (bebidas e alimentos), em todo e qualquer comércio do município
- g) Bares, lanchonetes e similares poderão permanecer abertos ao consumo interno até as 22 horas, com 30% (trinta por cento) da capacidade, sendo após este horário somente permitido o sistema delivery.

II – Hotéis e Pousadas poderão funcionar com 30% (cinquenta por cento) da capacidade, incluindo o restaurante para atendimento externo.

Art. 4º. Fica ressalvada o disposto no artigo 5º deste Decreto, observadas as restrições e medidas sanitárias estabelecidas pelas Secretarias Estadual e Municipal de Saúde, a atividade de assistência à saúde em clínicas e consultórios.

Art. 5º. Fica estabelecido, no âmbito do Município de Botuverá, a permanência do uso obrigatório, por prazo indeterminado, de máscaras para acesso, permanência e circulação em:

I – logradouros, vias e repartições públicas;

II – estabelecimentos que fornecem produtos e serviços privados, essenciais ou não;

III – transporte coletivo urbano de passageiros, táxi e transporte remunerado privado individual de passageiros;

IV – áreas comuns de condomínios, residenciais ou não.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, poderão ser usadas máscaras de pano (tecido algodão), confeccionadas manualmente, conforme o manual "Orientações Gerais - Máscaras de uso não profissional", publicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, em 03 de abril de 2020.

§ 2º Ficam dispensadas do cumprimento do disposto no caput deste artigo, as crianças menores de 2 (dois) anos e as pessoas com problemas respiratórios que sejam incapazes de remover a máscara sem assistência.

Art.6º. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I – Do distanciamento:

- a) a organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e diminuir o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo;
- b) deve ser mantida distância mínima de um metro entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público;
- c) a organização deve priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;
- d) a organização deve priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;
- e) a organização deve promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;
- f) devem ser evitadas reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de um metro e meio entre os trabalhadores.

Art. 7º. A fiscalização das medidas de enfrentamento previstas neste Decreto será realizada de forma conjunta pelas Secretarias Municipais, em especial Vigilância Sanitária, Polícia Militar e Defesa Civil.

Parágrafo único. Os órgãos municipais previstos no caput poderão solicitar apoio em suas ações à Polícia Militar e ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. O descumprimento do disposto neste Decreto implica na aplicação das penalidades sanitárias previstas na Lei Estadual n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, e no Código Sanitário Municipal, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo Primeiro: As pessoas naturais ou jurídicas que descumprirem as medidas de enfrentamento à COVID-19, sujeitar-se-ão à penalidade de multa no valor de R\$ 300,00 a R\$ 10.000,00 (Código Sanitário Municipal - Lei Complementar n.º 31/2016, artigo 88), cujo montante será fixado pela autoridade sanitária municipal competente para a reprovação e prevenção da infração sanitária, de acordo:

I – com a gradação da infração;

II – circunstâncias agravantes e atenuantes;

III – gravidade do fato;

IV – antecedentes e capacidade econômica do infrator.

Parágrafo Segundo: A penalidade prescrita no caput deste artigo será imposta sem embargo de outras previstas na legislação.

Art. 9º. As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 10. Permanecem em vigor as medidas de prevenção e combate à Pandemia de Covid-19 previstas nos Decretos anteriores que não contrariem o disposto neste Decreto. Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 11. Deverão ser observadas as regras mais restritivas impostas por normas e atos expedidos pelos Governo Estado e Federal.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Botuverá, 07 de janeiro de 2021

ALCIR MERIZIO

Prefeito Municipal de Botuverá

Brusque

PREFEITURA

EDITAL N° 003-2020 - TERMO DE CONVOCAÇÃO-SAMAE

Publicação N° 2796581

EDITAL 003/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

1ª CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 14/01/2021, em horário comercial para apresentação de documentos conforme disposto no item 12 do edital 003/2020 e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supracitado.

AGENTE DE ETA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Nº INSCRIÇÃO
1º	VALMIR GONÇALVES JUNIOR	040
2º	VALMIR VALENTIM AGUIRRES	007
3º	PAULO MOTTA	032

AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	Nº INSCRIÇÃO
1º	CRISTIANO LOPES DE MELLO	002
2º	MÁRCIO ZUQUI	021
3º	ANTÔNIO PAULO MIGUEL	015

Brusque, 07 de janeiro de 2021.

LUCIANO CAMARGO
Diretor Presidente

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 135-2020

Publicação N° 2796584

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 135/2020

TOMADA DE PREÇO N° 012/2020

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DA COBERTURA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIOS DE SOL I, LOCALIZADA CIDADE DE BRUSQUE.

DECISÃO RECURSO: PELO EXPOSTO, RECEBE-SE O RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, PARA NO MÉRITO CONSIDERÁ-LO IMPROCEDENTE, MANTENDO-SE A SUA DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CERTAME LICITATÓRIO, NOS TERMOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO COMISSÃO DE LICITAÇÃO VIGENTE NA ÉPOCA. SUBMETO A PRESENTE DECISÃO À AUTORIDADE SUPERIOR PARA APRECIACÃO E POSTERIOR RATIFICAÇÃO OU REFORMA (ART. 109, § 4º DA LEI 8.666/93). BRUSQUE, 06/01/2021.

JOSEANA PAES LOPES. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO. PORTARIA N. 13.596/2021.

DESPACHO: EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 109, § 4º, DA LEI 8.666/93, RATIFICO A PRESENTE DECISÃO. BRUSQUE/SC, 07/01/2021.

ANDREA PATRÍCIA VOLKMANN. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA. PORTARIA N. 13.584/2021

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO. PORTARIA N. 13.583/2021

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001-2021

Publicação Nº 2796976

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E A CÂMARA DE VEREADORES DE BRUSQUE, OBJETIVANDO CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS. Objeto: cooperação operacional da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL para com a CÂMARA DE VEREADORES, por meio de cessão, sem ônus para o Cedente, de até 03 (três) servidores, pertencentes ao Quadro Funcional desta municipalidade, para atuação nas áreas de vigilância, serviços gerais e assessoria parlamentar. Prazo de Vigência: jan/21 a dez/21, podendo ser renovado. Prefeitura Municipal de Brusque-SC, 06 de janeiro de 2021. Pelo Município de Brusque: ARI JOSE VEQUI, Prefeito de Brusque; Câmara de Vereadores, ALESSANDRO ANDRE MOREIRA SIMAS.

PORTARIA N. 13.616 -2021-ERRATA

Publicação Nº 2796597

ERRATA

Na Portaria nº 13.616, de 04 de janeiro de 2021, publicada em 05 de janeiro de 2021, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, onde se lê:

“Art. 1º Nomear DIJALMA FREDERICO VIEIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor do Terminal Urbano e Rodoviária, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio.”

Leia-se

“Art. 1º Nomear DIJALMA FREDERICO VIEIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor do Patrimônio, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio.”

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.652 - 2021

Publicação Nº 2796944

PORTARIA N. 13.652, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WALDIR DA SILVA NETO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor de Desenvolvimento Econômico e Apoio ao Empreendedor, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.659 -2021

Publicação Nº 2796599

PORTARIA N. 13.659, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322/2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GILSON MACHADO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor do Terminal Urbano e Rodoviária, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.660-2021

Publicação Nº 2796601

PORTARIA N. 13.660, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

Prorroga mandato dos conselheiros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea e do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 3.666, de 13 de novembro de 2013,

Considerando o contido no Ofício n. 06/2020/CONDEF, expedido pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o mandato dos conselheiros governamentais e não governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDEF, até 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.661-2021

Publicação Nº 2796603

PORTARIA N. 13.661, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir a servidora Jenifer Cardozo Schweigert, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, como membro da Comissão Permanente de Licitações – exercício 2021, instituída por meio da Portaria n. 13.596/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.662-2021

Publicação Nº 2796605

PORTARIA N. 13.662, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir a servidora Jenifer Cardozo Schweigert, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, como membro da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Brusque, instituída por meio da Portaria n. 13.597/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.663-2021

Publicação Nº 2796609

PORTARIA N. 13.663, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 174, de 20 de setembro de 2011, e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Antonio Carlos Cerchiari Junior, matrícula 1080938-1, titular do cargo efetivo de Contador, cedido com ônus ao Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV, para movimentar as contas bancárias e gerir os recursos do regime próprio de previdência do

município.

Art. 2º Fica mantida a gratificação de função de confiança concedida ao servidor designado no artigo anterior, prevista na Portaria IBPREV nº 005/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VECHI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.664 - 2021

Publicação Nº 2796946

PORTARIA N. 13.664, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IVANETE LAGO GROH para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.665- 2021

Publicação Nº 2796949

PORTARIA N. 13.665, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA IVONE CRESPI NOLDIN para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora de Educação Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.666 - 2021

Publicação Nº 2796951

PORTARIA N. 13.666, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOÃO LUIZ DE LIMA MOREIRA para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe do Centro Municipal de Inclusão Digital - CMID, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.667 - 2021

Publicação Nº 2796953

PORTARIA N. 13.667, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RUBENS ZIMMERMANN para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Infraestrutura Tecnológica, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.668 - 2021

Publicação Nº 2796954

PORTARIA N. 13.668, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CAMILA PAOLI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe Administrativo-Financeiro da Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.669 - 2021

Publicação Nº 2796955

PORTARIA N. 13.669, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMIR GARCIA FERNANDES para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Desenvolvimento Econômico, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.670 - 2021

Publicação Nº 2796956

PORTARIA N. 13.670, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DÉBORA CRISTINA DOERNER para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Contratos e Compras da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.671 - 2021

Publicação Nº 2796958

PORTARIA N. 13.671, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCOS WENDEL FUMAGALLI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe Administrativo-Financeiro de Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.672 - 2021

Publicação Nº 2796959

PORTARIA N. 13.672, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VICTOR MARCELINO DE ALMEIDA SARDO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Tecnologia da Informação da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.673 - 2021

Publicação Nº 2796960

PORTARIA N. 13.673, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JONATHAN ODAIR MARTINS para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Licitações, lotado na Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Patrimônio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.674 - 2021

Publicação Nº 2796961

PORTARIA N. 13.674, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAURICIO HOSTINS JUNIOR para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Transportes Universitários, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.675 - 2021

Publicação Nº 2796962

PORTARIA N. 13.675, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo IV – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCIELLE DA CAMINO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Estudos Ambientais, lotada na Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.676 - 2021

Publicação Nº 2796963

PORTARIA N. 13.676, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRACEMA SCHWARTZ para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe Administrativo da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.677 - 2021

Publicação Nº 2796991

PORTARIA N. 13.677, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão no Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo V - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FÁBIO PETERMANN para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, no Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.679 - 2021

Publicação Nº 2796965

PORTARIA N. 13.679, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão na Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009, Anexo IV – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear IRINEU BENTO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Fiscalização Ambiental, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.680 - 2021

Publicação Nº 2796967

PORTARIA N. 13.680, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão no Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 174, de 20 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOZENISE NEVES DOS SANTOS para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Assessora do Instituto Brusquense de Previdência – IBPREV.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.681 - 2021

Publicação Nº 2796970

PORTARIA N. 13.681, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GUSTAVO DE OLIVEIRA MINATTI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Projetos Estratégicos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.682 - 2021

Publicação Nº 2796971

PORTARIA N. 13.682, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VINÍCIUS MATEUS ANDRADE para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Assessor de Transportes Universitários, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.683 - 2021

Publicação Nº 2796972

PORTARIA N. 13.683, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DENIS MORESCO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, como Assessor de Monitoramento, Avaliação e Riscos de Projetos Estratégicos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura Estratégica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.684 - 2021

Publicação Nº 2796973

PORTARIA N. 13.684, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RAFAEL CAVICHIOLO para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Manutenção Patrimonial da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.685 - 2021

Publicação Nº 2796974

PORTARIA N. 13.685, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CHARLES RONCELLI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe do Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 13.686 - 2021

Publicação Nº 2796975

PORTARIA N. 13.686, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de cargo de provimento em comissão.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 322, de 22 de dezembro de 2020, Anexo I,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear PATRICIA BERNARDI SASSI para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Chefe de Atenção Farmacêutica, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de janeiro de 2021.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 002-2021-IBPREV

Publicação Nº 2796594

Portaria nº 002/2021

Concede benefício de Pensão por morte a
Lucia Pereira Damascena Rodrigues

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 111, inciso II, alínea 'a' e §1º da Lei Orgânica Municipal de Brusque, c/c o Decreto Municipal nº 8.436/2019, e Portaria nº 13.587 de 01 de janeiro de 2021 e os arts. 1º, §1º, e art. 31, §3º, VI, e com fundamento no art. 33, II, "a" e art. 47, caput, I, da Lei Complementar Municipal nº 174, de 20/09/11,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº 207/2020, benefício de pensão por morte a LUCIA PEREIRA DAMASCENA RODRIGUES, CPF: 100.630.048-10, dependente do servidor inativo falecido LEOPOLDO RODRIGUES, CPF: 003.752.658-80.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23/11/2020, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 07 de janeiro de 2021.

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Diretor-Presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 008-2021-SAMAE

Publicação Nº 2796590

PORTARIA Nº 008/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando a necessidade de movimentação bancária por parte do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para movimentar/assinar as contas bancárias da autarquia municipal:

1- Luciano Camargo

CPF: 030.822.769-70

Cargo: Diretor Presidente

2- Leandro Bolognini

CPF: 020.371.679-54

Cargo: Auxiliar de Escritório

3- Claudete Marques Baumgartner

CPF: 631.128.339-53

Cargo: Assistente Administrativo

4- Ernâni Bolognini

CPF: 029.109.069-90

Cargo: Contador

§1º As contas bancárias da autarquia municipal serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

§2º Sendo permitido apenas as seguintes formas de movimentação: Luciano Camargo assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Leandro Bolognini assina com Claudete Marques Baumgartner ou Ernâni Bolognini, Luciano Camargo nunca assina com Leandro Bolognini e Claudete Marques Baumgartner nunca assina com Ernâni Bolognini.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 06 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, em 06 de Janeiro de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LUCIANO CAMARGO

Diretor Presidente do SAMAE

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - FMS

Publicação Nº 2794090

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 02/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO – 01/2021 – FMS

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE MATERIAL/RESÍDUOS BIOLÓGICOS/INFECTANTES E DE MEDICAMENTOS E QUÍMICOS FORA DA DATA DE VALIDADE.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DO DIA 08/01/2021 A PARTIR DAS 14H00MIN ATÉ O DIA 20/01/2021 ÀS 14H00MIN.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: DIA 20/01/2021 ÀS 14H00MIN.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: DIA 20/01/2021 ÀS 14H05MIN.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.
Caçador-SC, 06 de janeiro de 2021.

ROBERTO MARTON MORAES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE SUSPENSÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2018

Publicação Nº 2795537

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31
AV. SANTA CATARINA, 195
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2018

O Município de Caçador/SC torna pública a Suspensão do Processo Licitatório Nº92/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 02/2018, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR /SC, para análise de impugnação.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 07 de janeiro de 2021.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 9.133

Publicação Nº 2796839

DECRETO Nº 9.133, de 7 de janeiro de 2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.642, de 22 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2021.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 5.140,00 (cinco mil, cento e quarenta reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2006 – SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO

13.122.30.2.44 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

3.3.90.00.00 - 0.3.42 - Aplicações Diretas (324) R\$ 5.140,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro alcançado no exercício anterior na Fonte de Recursos TCE - 0.1.42 – Outras Transferências Legais e Constitucionais – União no valor de R\$ 5.140,00 (cinco mil, cento e quarenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 9.133

Publicação Nº 2796858

DECRETO Nº 9.133, de 7 de janeiro de 2021.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município, exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 16, incisos I, II, III da Lei nº 3.642, de 18 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar na importância de R\$ 5.140,00 (cinco mil, cento e quarenta reais) no orçamento geral do Município, conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2006 – SECRETARIA DE CULTURA ESPORTES E TURISMO

13.122.30.2.44 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

3.3.90.00.00 - 0.3.42 - Aplicações Diretas (324) R\$ 5.140,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro alcançado no exercício anterior na Fonte de Recursos TCE - 0.1.42 – Outras Transferências Legais e Constitucionais – União.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 7 de janeiro de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019

Publicação Nº 2796586

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2019 - FAMPEC - CONTRATADA: PLADISA PLANOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.897.995/0001-38 com sede na cidade de Videira, SC, neste ato representada pelo Sr. Renato Michael Carneiro Borges, brasileiro, diretor comercial, inscrito no CPF sob o nº 732.709.979-49, residente e domiciliado em Videira, SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 01/2019, datado de 17 de dezembro de 2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – ANS, COM O PRODUTO DE MODALIDADE COLETIVO EMPRESARIAL, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE ALTA COMPLEXIDADE, SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICOS EM GERAL, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TERAPIAS EM GERAL E INTERNAÇÕES EM ACOMODAÇÃO COLETIVA, NA MODALIDADE PRÉ-PAGAMENTO E DE REDE PRÓPRIA E/OU CREDENCIADA, PARA SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR E SEUS DEPENDENTES, referente ao processo licitatório nº 02/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2019. O objeto do presente aditivo é a renovação contratual, conforme solicitação da Secretaria de Administração e mediante Parecer Jurídico favorável nº 241/2020, documentos em anexo ao presente, estando o mesmo de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de dezembro de 2020 e findando em 17 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado para os exercícios seguintes, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 274.739,31 (duzentos e setenta e quatro mil e setecentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2796593

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019 - FAMPEC - CONTRATADA: UNIMED CACADOR COOP. TRABALHO MED. REG. CONTEST, inscrita no CNPJ sob o nº 01.569.902/0001-06 com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. Marcio Aurélio Pinha, brasileiro, presidente, inscrito no CPF sob o nº 797.294.799-68, residente e domiciliado em Caçador, SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 02/2019, datado de 17 de dezembro de 2019, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE – ANS, COM O PRODUTO DE MODALIDADE COLETIVO EMPRESARIAL, VISANDO À DISPONIBILIZAÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE ALTA COMPLEXIDADE, SERVIÇOS AUXILIARES DE DIAGNÓSTICOS EM GERAL, ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, TERAPIAS EM GERAL E INTERNAÇÕES EM ACOMODAÇÃO COLETIVA, NA MODALIDADE PRÉ-PAGAMENTO E DE REDE PRÓPRIA E/OU CREDENCIADA, PARA SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR E SEUS DEPENDENTES, referente ao processo licitatório nº 02/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2019. O objeto do presente aditivo é a renovação contratual, conforme solicitação da Secretaria de Administração e mediante Parecer Jurídico favorável nº 241/2020, documentos em anexo ao presente, estando o mesmo de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de dezembro de 2020 e findando em 17 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado para os exercícios seguintes, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 742.290,77 (setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa reais e setenta e sete centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2018

Publicação Nº 2796469

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2018 - CONTRATADA: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação de fins não econômicos inscrita no CNPJ sob o nº 33.621.384/0001-19, com sede administrativa na SGAN Quadra 608, Módulo C, L2 Norte, bairro Asa Norte, município de Brasília, DF, neste ato representa pelo senhor Alexandre José dos Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 305.572.247-72, residente e domiciliado na cidade de Niterói/RJ; Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 122/2018 datado de 13 de novembro de 2018, cujo objeto é a locação de imóvel para funcionamento de uma escola em tempo integral e polo para funcionamento de equipe multidisciplinar da rede municipal de educação de Caçador - SC, referente ao processo licitatório nº 157/2018, na modalidade de Dispensa nº 22/2018. O presente aditivo tem por objeto a renovação contratual com reajuste pelo índice IGPM, conforme solicitação e justificativa elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e mediante parecer jurídico favorável nº 245/2020, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente instrumento é para 12 (doze) meses, contados de 31 de dezembro de 2020 e findando dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado havendo interesse das partes nos termos na Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 76.716,38 (setenta e seis mil setecentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos), sendo o valor mensal de R\$ 6.393,03 (seis mil trezentos e noventa e três reais e três centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2018

Publicação Nº 2796529

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2018 - CONTRATADA: RADIO CAÇANJURE LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.057.794/0001-57, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. MARILENE CAREGNATO, brasileiro, gerente administrativo, inscrito no CPF sob nº 558.302.269-87, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 145/2018, datado de 02 de outubro de 2018, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DESTINADOS A COBERTURA JORNALÍSTICA DA PREFEITURA DE CAÇADOR-SC, referente ao processo licitatório nº 171/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 113/2018. O objeto do presente aditivo é a renovação contratual, conforme solicitação da Secretaria de Administração e mediante Parecer Jurídico favorável nº 248/2020, documentos em anexo ao presente, estando o mesmo de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 31 de dezembro de 2020 e findando em 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado para os exercícios seguintes, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. O preço certo a ajustado para a totalidade do presente aditivo é de R\$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018 - FMS

Publicação Nº 2796544

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2018 - FMS - CONTRATADA: ONOFRE BERTON, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 6.290.940, expedida pela SSP-SC e inscrito no CPF sob nº 201.515.780-87, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 18/2017 datado de 20 de junho de 2018, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE OFICINAS DE TEATRO, PARA ATUAÇÃO NO CAPS II E CAPS AD. O presente Termo aditivo tem por finalidade a renovação contratual, conforme solicitação do Fundo Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 236/2020, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais. O prazo de vigência do presente aditivo inicia em 31 de dezembro de 2020 e finda em 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado ainda no caso de interesse público devidamente justificado nos termos da Lei. O valor do presente aditivo é de R\$ 51.676,20 (cinquenta e um mil e seiscentos e setenta e seis reais e vinte centavos). A CONTRATANTE pagará mensalmente ao CONTRATADO pelos serviços efetivamente prestados pelo item 01, sendo que o valor a ser pago por mês será de R\$ 4.306,35 (quatro mil trezentos e seis reais e trinta e cinco centavos). As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2017

Publicação Nº 2796446

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2017 - CONTRATADA: FAHDO THOME NETO, pessoa física, inscrita no CPF nº 030.128.849-63, neste ato representados pelo administrador de imóveis, senhor LEANDRO BELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 542.781.559-72, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC; Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 78/2017, datado de 18 de dezembro de 2017, cujo o objeto é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO/ LOCADOR, COM ÁREA TOTAL DE 1.115 M2, LOCALIZADO NA RUA ALFREDO GIOPOPO, Nº 2.800, BAIRRO CHAMPAGNAT, PARA FUNCIONAMENTO DO DEPÓSITO DE MATERIAIS ESCOLARES E EXPEDIENTE, ALÉM DE ALIMENTOS PARA A MERENDA ESCOLAR, referente ao processo licitatório nº158/2017, Pregão Presencial nº 27/2017. O presente instrumento tem por objeto a Renovação Contratual e reajuste pelo índice IGPM, para a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Educação e mediante parecer jurídico favorável nº 246/2020, documentos estes anexos ao presente, para todos fins e efeitos legais, estando o mesmo de acordo com o que estabelece o artigo 57, §1º, II da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 18 de dezembro de 2020 e findando em 18 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ainda no caso de interesse público devidamente justificado nos termos da Lei. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente aditivo é de R\$ 84.808,54 (oitenta e quatro mil oitocentos e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a serem pagos mensalmente no valor de R\$ 7.067,38 (sete mil e sessenta e sete reais e trinta e oito centavos) estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2018

Publicação Nº 2796578

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2018 - CONTRATADA: WEB RAST LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.693.103/0001-99 com sede na cidade de Americana, SP, neste ato representada pelo Sr. JOÃO VANDERLEI DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 078.815.738-08, residente e domiciliado na cidade de Sumaré, SP. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 144/2018, datado de 02 de outubro de 2018, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE POR GPS/GSM/GPRS, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO DE MÓDULOS RASTREADORES EM COMODATO E A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB PARA GESTÃO DE FROTA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE COMODATO, COMPONENTES E LICENÇA DE USO DE SOFTWARE E OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO, referente ao processo licitatório nº 127/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 84/2018. O objeto do presente aditivo é a renovação contratual, conforme solicitação da Coordenadoria

de Patrimônio e mediante Parecer Jurídico favorável nº 252/2020, documentos em anexo ao presente, estando o mesmo de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 52.404,72 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quatro reais e setenta e dois centavos), sendo que o valor mensal total será de, R\$ 4.367,06 (quatro mil trezentos e sessenta e sete reais e seis centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 31 de dezembro de 2020 e findando em 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado para os exercícios seguintes, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2017

Publicação Nº 2796535

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2017 - CONTRATADA: PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.646.973-0001-56, com sede na cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Sr. MURILO ROSO, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF sob nº 036.009.259-46, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 52/2017, datado de 22 de agosto de 2017, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PUBLICIDADE INSTITUCIONAL ATRAVÉS DE SITES DESTINADA A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, referente ao processo licitatório nº 91/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 48/2017. O objeto do presente aditivo é a renovação contratual, conforme solicitação da Secretaria de Administração e mediante Parecer Jurídico favorável nº 247/2020 documentos em anexo ao presente, estando o mesmo de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 31 de dezembro de 2020 e findando em 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado para os exercícios seguintes, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. O preço certo e ajustado para a totalidade do presente aditivo é de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 176/2020

Publicação Nº 2796727

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 176/2020 – FORNECEDOR: MINEROCHA CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.720.984/0001-00, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. BRUNO HAYMUSSI FONTANA, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob nº 006.412.119-45, residente e domiciliado na cidade de Caçador, SC. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CBUQ COM E SEM FORNECIMENTO DE VIBROACABADORA E OPERADOR, DESTINADO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA NA PAVIMENTAÇÃO, REPERFILAMENTO E TAPA BURACO, DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC. Fica consignado que o preço registrado na presente ata é válido pelo prazo de 12 meses, a contar da data da assinatura. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo do (a) servidor (a) Jorge Luiz Antunes de Oliveira.

Data Adjudicac	Item	Material/Serviço	Unid med	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
11/12/2020	1	72452 - Massa Asfáltica (CBUQ). Concreto betuminoso usinado a quente. A granulometria da Massa Asfáltica CBUQ deverá seguir o método DNER 89/94 conforme faixa V do item 2.5.2 da tabela na página 4 do arquivo - Anexo II. (Documento este emitido pelo Deinfra-SC ES-P 05/16 aprovado pelo conselho administrativo em 23/02/2016 Resolução nº 0036/2016). A entrega deverá ocorrer no perímetro urbano do município de Caçador/SC.	TN	1.000	430,00	430.000,00
11/12/2020	2	72453 - Massa Asfáltica (CBUQ). Concreto betuminoso usinado a quente, aplicado a Faixa C do DNIT, preparado com agregados de petróleo Cap – 50/70, a ser entregue no perímetro urbano do município de Caçador/SC.	TN	250	393,00	98.250,00
11/12/2020	3	72452 - Massa Asfáltica (CBUQ). Concreto betuminoso usinado a quente. A granulometria da Massa Asfáltica CBUQ deverá seguir o método DNER 89/94 conforme faixa V do item 2.5.2 da tabela na página 4 do arquivo - Anexo II. (Documento este emitido pelo Deinfra-SC ES-P 05/16 aprovado pelo conselho administrativo em 23/02/2016 Resolução nº 0036/2016). A entrega deverá ocorrer no perímetro urbano do município de Caçador/SC.	TN	3.000	430,00	1.290.000,00
11/12/2020	4	72453 - Massa Asfáltica (CBUQ). Concreto betuminoso usinado a quente, aplicado a Faixa C do DNIT, preparado com agregados de petróleo Cap – 50/70, a ser entregue no perímetro urbano do município de Caçador/SC.	TN	750	393,00	294.750,00
TOTAL						
2.113.000,00						

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020 - FMAS

Publicação Nº 2796660

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 – FMAS - RDC Nº 01/2020 – FMAS - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA AMPLIAÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR/SC. CONTRATADO: OTTIMIZZARE ENGENHARIA INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.295.741/0001-59, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representada pelo Sr. JEAN PIERRE PIVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 004.725.889-66, residente e domiciliada no município de Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 37.402,76 (trinta e sete mil quatrocentos e dois reais e setenata seis centavos), ou seja, pelo valor unitário constantes nos orçamentos analíticos apresentadas na proposta de preços. Os prazos serão: a) Vigência do Contrato – 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura e publicação do presente instrumento. b) Execução – 02 (dois) meses, contados do recebimento da Ordem de Serviço, e cumprimento da garantia contratual.

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020 - FMS

Publicação Nº 2796671

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 – FMS - INEXIGIBILIDADE 14/2020 - CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2020 - CONTRATAÇÃO DE PROFICIONAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA E EMISSÃO DE LAUDO CONTRATADO: GABRIELA SOSNITZKI ELEUTERIO ROSA BORTOLI, pessoa física, brasileira, casada, médica, inscrita no CPF sob nº 059.334.229-29, residente e domiciliada na cidade de Caçador, SC. O presente Contrato tem o prazo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste e findando em 16 de dezembro de 2021, podendo ser renovado ou prorrogado conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	300	Exames Ultrassonografia de Mama	R\$ 62,37
02	250	Exames Ultrassonografia Transvaginal	R\$ 62,37
03	100	Exames Ultrassonografia Pélvica Ginecológica	R\$ 62,37

Caibi

PREFEITURA

028/2021

Publicação Nº 2797074

PORTARIA Nº 028/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. MARTINA DE BONA, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/201, para o cargo de Diretor II, nível CC-3-1, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Aq-icultura e Meio Ambiente, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

029/2021

Publicação Nº 2797075

PORTARIA Nº 029/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, o Sr. MAURICIO CERUTTI, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/201, para o cargo de Supervisor, nível CC-07, com lotação no Departamento Municipal de Administração, e carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

030/2021

Publicação Nº 2797077

PORTARIA Nº 030/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. PATRICIA BERGMANN, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/201, para o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com lotação no Departamento de Saúde, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

031/2021

Publicação Nº 2797079

PORTARIA Nº 031/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. MARIA HELENA FAGUNDES DA ROSA SPILMANN, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/201, para o cargo de Supervisor I, nível CC-08, com lotação no Departamento Municipal de Administração, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

032/2021

Publicação Nº 2797080

PORTARIA Nº 032/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE 60%, nível F.G. – 3, em conformidade com o art. 64 da Lei Complementar n. 011/2004, à Servidora SILVANE FURLANETTO, ocupante do Cargo de Professora de Artes, por motivo de exercer o cargo de Diretora de Escola – Ensino Fundamental na unidade escolar Escola Municipal Reunida Pedro Ivo Campos.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

033/2021

Publicação Nº 2797081

PORTARIA Nº 033/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE 60%, nível F.G. – 3, em conformidade com o art. 64 da Lei Complementar n. 011/2004, à Servidora GLAUCIA FIOR TRENTIN, ocupante do Cargo de Professora de Pré-Escolar, por motivo de exercer o cargo de Diretora de Educação Infantil nas unidades escolares do Centro de Educação Infantil ABC.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

034/2021

Publicação Nº 2797082

PORTARIA Nº 034/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE 60%, nível F.G. – 3, em conformidade com o art. 64 da Lei Complementar n. 011/2004, à Servidora MARILETE ANA NOWOTNY PEROSA, ocupante do Cargo de Professora de Pré-Escolar, por motivo de exercer o cargo de Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil nas unidades escolares do Centro de Educação Infantil ABC.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

035/2021

Publicação Nº 2797083

PORTARIA Nº 035/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE 60%, nível F.G. – 3, em conformidade com o art. 64 da Lei Complementar n. 011/2004, à Servidora SOLANGE MARIA PRIOR, ocupante do Cargo de Professora de 1ª a 4ª série, por motivo de exercer o cargo de Coordenadora Pedagógica de Ensino Fundamental na unidade escolar Escola Municipal Reunida Pedro Ivo Campos.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

036/2021

Publicação Nº 2797084

PORTARIA Nº 036/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE 50%, nível F.G. – 3, em conformidade com o art. 64 da Lei Complementar n. 011/2004, à Servidora CAROLINA PAULA MARIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Classe, por motivo de exercer o cargo de Orientadora Educacional nas unidades escolares do Centro de Educação Infantil ABC.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

037/2021

Publicação Nº 2797085

PORTARIA Nº 037/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. BEATRIZ ANDREOLLI, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de Diretor, nível CC-3-1 com lotação no Departamento de Educação, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

038/2021

Publicação Nº 2797087

PORTARIA Nº 038/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, a Sra. CARLA ANDRESSA LORENZATTO ALBERTI, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de Chefe de Setor, nível CC-06 com lotação no Gabinete do Prefeito – Assessoria de Comunicação Social, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

039/2021

Publicação Nº 2797088

PORTARIA Nº 039/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

REVOGAR todas as Gratificações por Função de Confiança concedidas até 31 de dezembro de 2020.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato, o qual retroage seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021. Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE DISPENSA POR LIMITE N° 003/2021

Publicação N° 2796982

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2020

DISPENSA POR LIMITE N. 003/2020

Respaldo Legal: Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93 consolidada.

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

O Município de Caibi pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.940.776/0001-56 torna público que está realizando despesa no valor total estimado em R\$ 14.400,00(quatorze mil e quatrocentos reais) com a contratação do proponente: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 28.474.582/0001-67, com sede a Rua General Liberato Bittencourt, n° 1885 – Salas 301 e 302 – Canto – Florianópolis/SC – CEP 88.070-800, sendo o objeto desta dispensa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSAIS "ON LINE". Determino a publicação do extrato deste processo de Licitação nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada para que desta forma surta todos os seus efeitos legais com respaldo no art. 24, Inciso II da lei 8.666/93.

Caibi -SC, em 07 de Janeiro de 2021.

Eder Picoli

Prefeito Municipal

DECRETO N° 007/2021

Publicação N° 2795080

DECRETO N° 007/2021, de 06 de Janeiro de 2021

Dispõe sobre a Homologação da decisão da Comissão de Licitação do objeto do Chamamento Público N° 003/2017 do Fundo Municipal de Saúde de Caibi –SC.

ELOI JOSÉ LIBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei N° 8.883/94,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto N° 001/2021 de 05/01/21, que tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, AO PREÇO DA TABELA SUS

Art. 2º. Fica homologado o objeto do Chamamento Público em favor do proponente abaixo relacionado:

FAIMA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA EPP

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante do Chamamento Público supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi – SC, 06 de Janeiro de 2021.

Eder Picoli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Miguel Piccoli

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 013/2021

Publicação Nº 2796943

DECRETO Nº 013/2021, de 07 de Janeiro 2021.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

EDER PICOLI Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados pelo presente Decreto, os senhores (as): DANDARA JEANE GALLON, MARQUELINE DE ARUDE E MAGNO GALON para comporem a Comissão Julgadora Permanente de Licitações como membros titulares para proferirem julgamentos dos Processos Licitatórios realizados pelo Município de Caibi e como membros suplentes IDEVALDO ANTONIO DAL CERO, RUBENS RODRIGUES DINIZ E LUÍZA FERRONATO.

Art. 2º. Fica designada a Sra. DANDARA JEANE GALLON, como presidente da Comissão Permanente de Licitação e como suplente de Presidente o Sr. MAGNO GALON , nomeadas pelo presente Decreto.

Art. 3º. Na falta ou impossibilidade de participação de um ou mais membros titulares serão convocados os respectivos suplentes.

Art. 4º. Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas atividades sem ônus para o Município, sendo considerados serviços de caráter relevante.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Art 6º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 001/2021 de 05 de janeiro de 2021, e as disposições em contrario
Registre-se e publique-se

Município de Caibi– SC, 07 de Janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

MIGUEL PICCOLI
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 014/2021

Publicação Nº 2796945

DECRETO Nº 014/2021, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação da Pregoeira (o) e Equipe de Apoio e dá outras providencias.

EDER PICOLI Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Servidora DANDARA JEANE GALLON para desempenhar a função de PREGOEIRA nomeada pelo presente Decreto cuja atribuição inclui entre outras o recebimento das propostas e lances a análise de sua aceitabilidade e sua classificação bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º. Ficam nomeados pelo presente Decreto, os senhores (as): MAGNO GALON, MARQUELINE DE ARUDE E MIGUEL PICCOLI para comporem a Equipe de Apoio como membros titulares e, IDEVALDO ANTONIO DAL CERO, RUBENS RODRIGUES DINIZ e LUIZA FERRONATO como membros suplentes.

Art. 3º. Na falta ou impossibilidade de participação de um ou mais membros titulares serão convocados os respectivos suplentes.

Art. 4º. Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas atividades sem ônus para o Município, sendo considerados serviços de caráter relevante.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 6º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 002/2021 de 05 de janeiro de 2021, e as disposições em contrario

Registre-se e publique-se

Município de Caibi– SC, 07 de Janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 015/2021

Publicação Nº 2796964

DECRETO Nº 015/2021, de 07 de Janeiro de 2021

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Registro Cadastral e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados pelo presente Decreto, os senhores (as): EDSON ANTONIO CARLESSO, IDEVALDO ANTONIO DAL CERO e DANDARA JEANE GALLON para comporem a comissão de Registro Cadastral como membros titulares para avaliação de documentação e emissão de Certificados de Registro Cadastral para fornecedores junto a Prefeitura Municipal de Caibi /SC e MARQUELINE DE ARUDE, LEONADO LUIZ VANZETO E SAULO LUIZ VALDUGA como membros suplentes.

Art. 2º. Fica designado a Senhora DANDARA JEANE GALLON como presidente da Comissão de Registro Cadastral e como suplente de presidente a Sr. EDSON ANTONIO CARLESSO, nomeada pelo presente Decreto.

Art. 3º. Na falta ou impossibilidade de participação de um ou mais membros titulares serão convocados os respectivos suplentes.

Art. 4º. Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas atividades sem ônus para o Município, sendo considerados serviços de caráter relevante.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 6º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 004/2021 de 06 de janeiro de 2021, e as disposições em contrario

Prefeitura Municipal de Caibi –SC, 07 de Janeiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Miguel Piccoli

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 016/2021

Publicação Nº 2796966

DECRETO Nº 016/2021, de 07 de Janeiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação da Leiloeira e membros da Comissão de Leilão e dá outras providências.

EDER PICOLI Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados pelo presente Decreto, os senhores(as): MAGNO GALON, MARQUELINE DE ARUDE E DANDARA JEANE GALLON para comporem a comissão de Leilão para proferirem julgamentos dos leilões realizados pelo Município de Caibi como membros titulares e, RUBENS RODRIGUES DINIZ, EMERSON VANIO PICOLI E BEATRIZ ANDREOLLI como membros suplentes.

Art. 2º. Fica designada a Senhora DANDARA JEANE GALLON, como Leiloeira nomeada pelo presente Decreto e como suplente de leiloeira a Sta. MARQUELINE DE ARUDE.

Art. 3º. Na falta ou impossibilidade de participação de um ou mais membros titulares serão convocados os respectivos suplentes.

Art. 4º. Os membros nomeados pelo presente Decreto exercerão suas atividades sem ônus para o Município, sendo considerados serviços de caráter relevante.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 6º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 005/2021 de 06 de janeiro de 2021, e as disposições em contrario

Prefeitura Municipal de Caibi –SC, 07 de Janeiro de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 017/2021

Publicação Nº 2796969

DECRETO Nº 017/2021, de 07 de Janeiro de 2021

Dispõe sobre nomeação dos membros da Comissão Municipal de recebimento definitivo de obras, e dá outras providências.

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, nomeados os senhores: IDELSO PICOLI e DIVAIR GALLON E LEONARDO LUIZ VANZETO para comporem a Comissão Municipal encarregada do recebimento definitivo de obras do município de Caibi e MIGUEL PICCOLI, LUIZ ANTONIO DAI PRAI E IDEVALDO ANTONIO DALCEIRO e como membros suplentes.

Art. 2º - O Serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre o Município de Caibi e seus membros.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º. Revoga-se o Decreto Municipal nº 006/2021 de 06 de janeiro de 2021, e as disposições em contrario

Prefeitura Municipal de Caibi SC, 07 de Janeiro de 2021.

EDER PICOLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC.

Miguel Piccoli
Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA POR LIMITE Nº 003/2021

Publicação Nº 2796984

PROCESSO Nº 003/2020

DISPENSA POR LIMITE Nº003/2020

Respaldo Legal: artigo 24 é dispensável a licitação, inciso II da Lei 8.666/93

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO DO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSAIS "ON LINE"

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a celebração de contrato com a pessoa jurídica : IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 28.474.582/0001-67, com sede a Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885 – Salas 301 e 302 – Canto – Florianópolis/SC – CEP 88.070-800,, autorizo o empenho da despesa no valor total estimado em R\$ 14.400,00(quatorze mil e quatrocentos reais) com a realização de Dispensa de Licitação com respaldo legal nos termos do artigo 24 é dispensável a licitação, inciso II da Lei 8.666/93 , observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Caibi –SC 07 de Janeiro de 2021.

Eder Picoli
Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.789/2020

Publicação Nº 2795421

DECRETO N.º 3.789/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

Função: 017 – Saneamento

Sub-função: 512 – Saneamento Básico Urbano

Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.047 – Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5006 – Recursos Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos

Código Reduzido: 290

VALOR: R\$ 35.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de novembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.790/2020

Publicação Nº 2795424

DECRETO N.º 3.790/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 004 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Nova Gestão Pública
Atividade: 2.015 – Manutenção dos Encargos Gerais do Município
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 52
VALOR: R\$ 130.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 03 – Secretaria de Administração
Função: 004 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Nova Gestão Pública
Atividade: 2.015 – Manutenção dos Encargos Gerais do Município
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 50
VALOR: R\$ 130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 19 de novembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.792/2020

Publicação N° 2795426

DECRETO N.º 3.792/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 10 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
Função: 020 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0007 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.066 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 131
VALOR: R\$ 26.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 10 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
Função: 020 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0007 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.066 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 132
VALOR: R\$ 26.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 23 de novembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.793/2020

Publicação Nº 2795430

DECRETO N.º 3.793/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil reais) no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Camboriú
Função: 01 – Legislativa
Sub-função: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 01
VALOR: R\$ 282.000,00

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Camboriú
Função: 01 – Legislativa
Sub-função: 031 – Ação Legislativa
Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo
Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 04

VALOR: R\$ 80.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Câmara Municipal, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 01 – Câmara Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 01 – Câmara Municipal de Camboriú

Função: 01 – Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Gestão do Processo Legislativo

Atividade: 2.001 – Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 05

VALOR: R\$ 362.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 23 de novembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.794/2020

Publicação N° 2795428

DECRETO N.º 3.794/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Função: 012 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos

Atividade: 2.039 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5019 – Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 194

VALOR: R\$ 800.000,00

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Função: 012 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos

Atividade: 2.040 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.5019 – Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 206

VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Função: 012 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos
Atividade: 2.039 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5018 – Transferências do FUNDEB - 60%
Código Reduzido: 193
VALOR: R\$ 800.000,00

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação
Função: 012 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0009 – Gestão das Ações da Educação com Qualidade para Todos
Atividade: 2.040 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5018 – Transferências do FUNDEB - 60%
Código Reduzido: 205
VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 23 de novembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.796/2020

Publicação N° 2795436

DECRETO N.º 3.796/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinq-enta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função: 004 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 0002 – Nova Gestão Pública
Atividade: 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 9

VALOR: R\$ 125.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
Função: 028 – Encargos Especiais
Sub-função: 846 – Outros encargos Especiais
Programa: 0000 – Encargos Especiais e Dívida Pública
Atividade: 0.003 – Pagamento de Precatórios e Ações Judiciais
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 7
VALOR: R\$ 100.000,00
Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 10 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário
Função: 020 – Agricultura
Sub-função: 606 – Extensão Rural
Programa: 0007 – Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura
Atividade: 2.066 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 128
VALOR: R\$ 30.000,00

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 015 – Urbanismo
Sub-função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.022 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 107
VALOR: R\$ 200.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Ordinários no valor de R\$ 455.000,00 (quatrocentos e cinq-enta e cinco mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 01 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.797/2020

Publicação Nº 2795437

DECRETO N.º 3.797/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Função: 017 – Saneamento
Sub-função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.047 – Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5006 – Recursos Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
Código Reduzido: 290
VALOR: R\$ 15.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Função: 017 – Saneamento
Sub-função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.047 – Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5006 – Recursos Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
Código Reduzido: 291
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme preceituam os artigos 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 01 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.798/2020

Publicação Nº 2795438

DECRETO N.º 3.798/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura.

Órgão: 11 – Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura
Função: 013 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0004 – Gestão das Ações na Área da Cultura
Atividade: 2.062 – Manutenção das Ações do Departamento de Cultura

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 296
VALOR: R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 11 – Fundação Municipal de Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Cultura
Função: 013 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0004 – Gestão das Ações na Área da Cultura
Atividade: 2.062 – Manutenção das Ações do Departamento de Cultura
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 302
VALOR: R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 01 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

DECRETO N.º 3.799/2020

Publicação Nº 2795439

DECRETO N.º 3.799/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Meio Ambiente.

Órgão: 09 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Função: 018 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.063 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 276
VALOR: R\$ 19.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Fundação Municipal de Cultura, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.208, de 11 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 09 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Função: 018 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.063 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 – Aplicações Diretas Operações Intra Orçamentárias
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 277
VALOR: R\$ 13.000,00

Órgão: 09 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente
Função: 018 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0003 – Gestão do Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.063 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 282
VALOR: R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 01 de dezembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.494 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795338

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.494 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob o nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, na Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA À SAÚDE, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.799,17 (um mil, setecentos e noventa e nove reais, dezessete centavos) mensal, Código nº 16, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O pagamento da Função Gratificada de que trata o caput do art. 1º deste Decreto, não se incorporará à remuneração da Servidora Pública Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 06 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.496 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795304

DECRETO Nº 13.496 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVO NO DECRETO Nº 12.736, DE 16 DE MARÇO DE 2020, CRIA O COMITE MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19), NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Alterar a redação dos Incisos do Artigo 1º do Decreto nº 12.736 de 16 de março de 2020, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

- I – Jeison Fabiano de Souza Ossovski, Chefe de Gabinete;
- II – Rosana Emília Greipel, Secretária Municipal de Saúde;
- III – Sirlone de Souza Carneiro, Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde;
- IV – Sandro Bueno Franco, Fiscal da Vigilância Sanitária;
- V – Eroncleiton Carneiro Ribas, Médico;
- VI – Tatiane Fabíola Arenhart, Enfermeira;
- VII – Carla Fuckner Kotovicz, Secretária Municipal de Educação;
- VIII – Ana Lúcia Piski, Secretária Municipal de Assistência Social;

IX – Joceli de Souza Cothovisky, Secretária Municipal de Administração;
X – Antonio Zauri Correa Vilmez, Coordenador da Defesa Civil.

Art. 2º Incluir o Inciso XI no Artigo 1º do Decreto nº 12.736 de 16 de março de 2020, com a seguinte redação:
XI – Vanessa Aparecida Maiewski Leite.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.497 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795339

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.497 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, COORDENADOR DE CULTURA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe conferidas em especial pelo inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e o disposto no Inciso II do Art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas alterações; Decreta:

Art. 1º Nomear JULIANO FERREIRA, registro no sistema sob nº 956082, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Cultura, Código 11, do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006/02 dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para exercer as atribuições definidas no Anexo II-A, da Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O Coordenador de Cultura, perceberá a remuneração fixada em Lei, em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas respectivas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.498 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796118

GABINETE DA PREFEITA**DECRETO Nº 13.498 DE 07 DE JANEIRO DE 2021****DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO.**

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Art. 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990, §2º do art. 7º, e art. 29 a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e Lei Complementar Municipal nº 072 de 29 de dezembro de 2009; Decreta:

Art. 1º Nomear o Servidor Público Municipal IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, registro no sistema sob nº 955153, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Administração, Código 16, do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Por opção o Servidor Público, fará jus ao recebimento dos vencimentos do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo III, acrescido da gratificação de 50% (cincoenta por cento), do cargo de Diretor de Administração, no disposto do art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, sobre o vencimento originário conforme estabelece o §1º inciso II do art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a partir de 19 de abril de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.499 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796177

GABINETE DO PREFEITO**DECRETO Nº 13.499 DE 07 DE JANEIRO DE 2021****REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 13.474 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.**

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica do Município, promulgada em data de 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º Revogar todas as disposições do Decreto Municipal nº 13.474 de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.500 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796347

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.500 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ, registro no sistema sob nº 956074, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Educação, lotada na respectiva Secretaria Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º A Secretária Municipal de Educação, perceberá o Subsídio de Secretária Municipal fixado em Lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.501 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796351

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.501 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ, matrícula funcional nº 000600, registro no sistema sob nº 124240, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.799,17 (um mil, setecentos e noventa e nove reais, dezessete centavos) mensal, Código nº 04, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O pagamento da Função Gratificada de que trata o caput do art. 1º deste Decreto, não se incorporará à remuneração da Servidora Pública Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.
ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeitura

DECRETO Nº 13.502 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796356

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.502 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal ANA FLAVIA MARCINIAC ROCHA, matrícula funcional nº 000777, registro no sistema sob nº 955396, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE PATRIMÔNIO, SEGURANÇA, PROTOCOLO E ARQUIVO, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.799,17 (um mil, setecentos e noventa e nove reais, dezessete centavos) mensal, Código nº 02, Função Gratificada FG-1 constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O pagamento da Função Gratificada de que trata o caput do art. 1º deste Decreto, não se incorporará à remuneração da Servidora Pública Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeitura

DECRETO Nº 13.503 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796905

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.503 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, COORDENADOR DE TURISMO.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe conferidas em especial pelo inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e o disposto no Inciso II do Art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas alterações; Decreta:

Art. 1º Nomear MATEUS GABRIEL GORNIACK, registro no sistema sob nº 956083, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Turismo, Código 10, do Anexo II, da Lei Complementar Municipal nº 006/02 dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para exercer as atribuições definidas no Anexo II-A, da Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O Coordenador de Turismo, perceberá a remuneração fixada em Lei, em conformidade com o Anexo II da Lei Complementar

Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002 e suas respectivas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.504 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796906

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.504 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe conferidas em especial pelo inciso VII do Art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e o disposto no Inciso II do Art. 29 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear LUCINEI JOSÉ ODIA, registro no sistema sob nº 956084, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Serviços de Obras e Engenharia, Código 13 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006/02, com dedicação em tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º O Assessor de Serviços de Obras e Engenharia perceberá a remuneração fixada em Lei, conforme disposto no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.505 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796924

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 13.505 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CHEFE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial o Inciso IX do Art. 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de

setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Nomear o Servidor Público Municipal RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, matrícula funcional nº 000824, registro no sistema sob nº 955497, ocupante do Cargo Público e na Função de Motorista de Transporte de Pessoas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, para exercer o Cargo de Função Gratificada de CHEFE DO SERVIÇO DE TRANSPORTE E FROTA, percebendo o valor pecuniário de R\$ 1.799,17 (um mil, setecentos e noventa e nove reais, dezessete centavos) mensal, Código nº 06, Função Gratificada FG-1, constante do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, com as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º O pagamento da Função Gratificada de que trata o caput do art. 1º deste Decreto, não se incorporará à remuneração do Servidor Público Municipal e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da Função Gratificada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

DECRETO Nº 13.506 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796926

DECRETO Nº 13.506 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA O CAPUT DO ART. 2º DO DECRETO Nº 13.491 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

A Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art. 1º O caput artigo 2º do Decreto nº 13.491, de 06 de janeiro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Por opção o Servidor Público, fará jus ao recebimento dos vencimentos do Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, acrescido da gratificação de 50% (cincoenta por cento), do Cargo de Coordenador de Esporte e Lazer, conforme disposto do art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, sobre o vencimento originário conforme estabelece o §1º inciso II do art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º As demais disposições previstas no Decreto nº 13.491 de 06 de janeiro de 2021, permanecem vigentes na íntegra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Alegre/SC., 07 de janeiro de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/01/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

TERMO DE POSSE Nº 022/2021

Publicação Nº 2795317

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE nº 022/2020

WILLIAM COTHOVISKY

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor WILLIAM COTHOVISKY, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.491 de 06 de janeiro de 2021, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER, Código 12 do Anexo II na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

WILLIAM COTHOVISKY

TERMO DE POSSE Nº 025/2021

Publicação Nº 2795322

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 025/2021

SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.494 de 06 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Chefe do Serviço de Vigilância à Saúde, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Função Gratificada – FG-1, Código nº 16 do Anexo III e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela nomeada ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO

TERMO DE POSSE Nº 026/2021

Publicação Nº 2795323

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 026/2021

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.498 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Diretor de Administração, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Provimento em Comissão, Código 16 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006, e suas respectivas alterações, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, § 2º, Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

TERMO DE POSSE Nº 027/2021

Publicação Nº 2795324

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 027/2021

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.501 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Chefe do Serviço de Suprimentos, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Função Gratificada – FG-1, Código nº 04 do Anexo III e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela nomeada ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

TERMO DE POSSE Nº 028/2021

Publicação Nº 2795325

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 028/2021

ANA FLAVIA MARCINIAK ROCHA

Aos quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora ANA FLAVIA MARCINIAK ROCHA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.502 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Função Gratificada – FG-1, Código nº 02 do Anexo III e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

A nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela nomeada ora empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

ANA FLAVIA MARCINIAK ROCHA

TERMO DE POSSE Nº 030/2020

Publicação Nº 2795340

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 030/2020

JULIANO FERREIRA

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor JULIANO FERREIRA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.497 de 06 de janeiro de 2021, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE CULTURA, Código 11 do Anexo II na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JULIANO FERREIRA

TERMO DE POSSE Nº 031/2021

Publicação Nº 2796013

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 031/2020

MATEUS GABRIEL GORNIACK

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor MATEUS GABRIEL GORNIACK, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.503 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE TURISMO, Código 10 do Anexo II na Lei Complementar Municipal nº 006/02, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 050 de 18 de setembro de 2007 que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

MATEUS GABRIEL GORNIACK

TERMO DE POSSE Nº 032/2021

Publicação Nº 2796016

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 032/2021

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse a senhora CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.500 de 07 de janeiro de 2021, no cargo de Secretária Municipal de Educação, Cargo de Provimento em Comissão, previsto na Lei Municipal nº 2.683, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Secretária Municipal nomeada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições.

Em cumprimento as alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31 da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pela Secretária Municipal nomeada e empossada.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

CARLA LUCIANE FUCKNER KOTOVICZ

TERMO DE POSSE Nº 033/2021

Publicação Nº 2796921

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 033/2021

LUCINEI JOSÉ ODIA

Aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor LUCINEI JOSÉ ODIA, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.504 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Assessor de Serviços de Obras e Engenharia, Regime Jurídico Especial, Cargo de Provimento em Comissão, Código 13 do Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas, § 2º, Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

LUCINEI JOSÉ ODIA

TERMO DE POSSE Nº 034/2021

Publicação Nº 2796928

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE POSSE Nº 034/2021

RODRIGO HRUSCHKA CUBAS

Aos seis dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, ALICE BAYERL GROSSKOPF, dá posse ao senhor RODRIGO HRUSCHKA CUBAS, nomeado pelo Decreto Municipal nº 13.505 de 07 de janeiro de 2021, no Cargo Público de Chefe do Serviço de Transporte e Frota, Regime Jurídico Estatutário, Cargo de Função Gratificada – FG-1, Código nº 06 do Anexo III e atribuições previstas no Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2012, que autorizou a sua criação, com dedicação em tempo integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

O nomeado ora empossado declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas do § 2º e Incisos I, II, III do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pela Senhora Prefeita Municipal e pelo nomeado ora empossado.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

RODRIGO HRUSCHKA CUBAS

Campo Erê

PREFEITURA

DECRETO 2072/2021

Publicação N° 2795333

DECRETO N°. 2.072, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

FIXA FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Prefeita Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado os dias de feriados e os dias de ponto facultativo no ano de 2021, para cumprimento pelos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal:

- I – 01 de janeiro, confraternização universal (feriado);
- II – 15 e 16 de fevereiro, Carnaval (ponto facultativo);
- III – 17 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até as 13.30 h.);
- IV – 02 de abril, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- V – 21 de abril, Tiradentes (feriado nacional);
- VI – 1º de maio, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VII – 03 e 04 de junho, Corpus Christi (ponto facultativo);
- VIII – 25 de julho, Dia do Evangélico (feriado Municipal) Lei 2.006/2017.
- IX – 27 de julho, Emancipação Político-administrativa do Município (feriado municipal);
- X – 07 de setembro, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XI – 12 de outubro, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XII – 28 de outubro, Dia do Servidor Público (ponto facultativo);
- XIII – 01 de novembro (ponto facultativo)
- XIV – 02 de novembro, Finados (feriado nacional);
- XV – 15 de novembro, Proclamação da República (feriado nacional);
- XVI – 08 de dezembro, Assunção de Nossa Senhora da Conceição (feriado municipal);
- XVII – 24 de dezembro (ponto facultativo);
- XVIII – 25 de dezembro, Natal (feriado nacional);
- XIX – 31 de dezembro (ponto facultativo).

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 06 de Janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se

ROZANE BORTONCELLO MOREIRA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DÁRIO FERLIN

Técnico em Contabilidade- Matr. 00784-6

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N. 13/2020

Publicação Nº 2795140



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 13/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Vereadores para atuar durante o recesso parlamentar, de 23 à 31 de dezembro de 2020, conforme prevê o Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º Compete a Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo e pela observância da Constituição e das garantias nela consignadas;

II - convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva Pasta, previamente determinados;

III - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se afastarem do estado ou do País;

IV - resolver sobre licença de Vereador;

V - exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;

VI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VIII - designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional.

Art. 3º Designo os vereadores Darcy Rodrigo Pedroso, Adavilson Telles e Marciano Dalmolin para fazerem parte da referida Comissão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Camara Municipal de Vereadores, 22 de dezembro de 2020.

Maurílio Castro Campagnoni
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracampnosnovos.sc.gov.br
www.camaracampnosnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#1#3#2020#1#0#0#1

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2021

Publicação Nº 2795053

DECRETO Nº 001, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Reestabelece horário normal de funcionamento na Secretaria de Saúde, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO ao número de atendimentos à Saúde devido ao período de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

DECRETA:

Art. 1º Fica reestabelecido o horário normal de funcionamento nas repartições públicas da Secretaria de Saúde, a partir do dia 11 de janeiro de 2021, sendo das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, devendo ser garantida a circulação de ar externo nos prédios municipais, preferencialmente mantendo-se as janelas abertas e sem a utilização de aparelhos de ar condicionados.

Parágrafo Único. Os Servidores deverão intensificar os protocolos de higiene, higienizando as mãos com álcool em gel 70% (setenta por cento), utilizando máscaras, mantendo o distanciamento controlado e seguir as demais orientações das autoridades de Saúde pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 7 de janeiro de 2021.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

EDITAL Nº 002/2021

Publicação Nº 2795152

EDITAL Nº 002, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Notifica recurso recebido do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recurso financeiro no valor de R\$ 279.289,60 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), na conta vinculada ao Termo de Compromisso nº 0352423-44/2011, firmado com o Município de Capinzal, assinado em 28/10/2011, no âmbito do Programa URB.REG.INT.ASS, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Regional, que tem por objeto "Obras de Infraestrutura Produção de 162 UH pelo MCMV, Construção de 01 (um) Centro de Convivência e Geração de Rendas".

Capinzal - SC, 7 de janeiro de 2021.

Nilvo Dorini
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues
Secretário da Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 3/2021**

Publicação Nº 2795208

PORTARIA Nº 3, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia servidor em cargo de provimento em comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal/SC, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base no artigo 17, inciso III da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 53, inciso III, alínea "b" e artigo 54, inciso II do Regimento Interno, decide e edita a seguinte

PORTARIA

Art. 1º. Nomeia o Sr. Diogenes Carvalho da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 4.755.167 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 009.489.229-66, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor da Mesa Diretora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, 06 de janeiro de 2021.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Presidente

PORTARIA Nº 4/2021

Publicação Nº 2795209

PORTARIA Nº 4, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia servidor em cargo de provimento em comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal/SC, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base no artigo 17, inciso III da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 53, inciso III, alínea "b" e artigo 54, inciso II do Regimento Interno, decide e edita a seguinte

PORTARIA

Art. 1º. Nomeia a Sra. Carla Terezinha Giumbelli Boareto, portadora da Cédula de Identidade nº 3.808.673 – SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob o nº 026.243.339-75, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora Legislativa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Capinzal/SC, 06 de janeiro de 2021.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Rafael Edgar Tonial
Presidente

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2021**

Publicação Nº 2795258

SIMAE
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DI01/2021

PROCESSO Nº CAO/0004/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC

FORNECEDOR CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CNPJ DO CONTRATADO: 08.336.783/0001-90

OBJETO: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AO CONSUMO ESTIMADO DA AUTARQUIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.400.000,00 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 24, INC. XXII DA LEI 8666/93.

CAPINZAL/SC, 08 DE JANEIRO DE 2021.

SIDNEI PENZO

DIRETOR GERAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/01/2021

Publicação Nº 2797158

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/01/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: ATENA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI - ME

CNPJ DO CONTRATADO: 15.074.920/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE TI.

VALOR: R\$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS) MENSAIS.

DATA DA ASSINATURA: 04/01/2021

VIGÊNCIA: 04/01/2021 A 31/12/2021

PELA CONTRATANTE: SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA CONTRATADA: ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO - SÓCIO ADMINISTRADOR

REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º CAO/10/2020

Publicação Nº 2795289

REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º CAO/10/2020.

Diante dos termos contidos no Processo Licitatório Nº CAO/0110/2020, fica o mesmo revogado com fundamento no item 17.1 do Edital de Pregão Presencial n.º CAO/10/2020 e no art. 49, caput, da Lei n.º 8.666/93, com a consequente revogação/anulação do Empenho n.º 372/2020 e rescisão do Contrato n.º CAO/25/2020, com fundamento nos itens 11.3 e 11.4 do Edital, na alínea "e" da Cláusula X do próprio Contrato e no art. 78, inc. XII, c/c o art. 79, inc. I, da Lei n.º 8.666/93.

Capinzal, 08 de janeiro de 2021.

Sidnei Penzo
Diretor Geral.

Catanduvas

PREFEITURA

REVOGAÇÃO -: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2020 FMS - PREGÃO Nº 0009/2020 FMS

Publicação Nº 2797066

Processo nº 0020/2020 - FMS

Pregão Presencial nº 0009/2020 - FMS

Objeto: Contratação de empresa (pessoa jurídica) ou de profissional liberal da área de Arquitetura e Urbanismo para desenvolvimento completo de projeto de interiores, mobiliário e acessórios, conforme detalhamento descrito no Termo de Referência, visando à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde do município de Catanduvas – SC.

Considerando a constatação de que ocorre vícios de descritivo em alguns itens dos objetos licitados no processo licitatório em pauta, entende-se que não há razão para seu prosseguimento neste momento.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE

Declarar REVOGADO o Processo Licitatório nº 0020/2020 - FMS, na modalidade Pregão Presencial nº 0009/2020 - FMS, em razão do interesse público, pelo motivo supracitado.

Catanduvas – SC, 07 de janeiro de 2021.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

CRENCIAMENTO 06/2020

Publicação Nº 2795511

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2021
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021
SERVIÇOS FUNERÁRIOS

O Município de Celso Ramos torna público, representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUIZANGELO GRASSI, que a partir da data de 07/01/2020, estará recebendo em sua sede na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, a respectiva DOCUMENTAÇÃO das empresas interessadas em efetuar o fornecimento de serviços funerários a pessoas carentes do Município, nos termos da Lei Municipal nº 992/2018 e de acordo com as condições adiante estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS FUNERÁRIAS interessadas em prestar serviços à Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Lei Municipal nº 992/2018, Constituição Federal, Lei 8.666/93 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO, compreendido como um benefício eventual concedido aos cidadãos de baixa renda do Município, mediante compatibilização das necessidades e a disponibilidade de recursos financeiros da Prefeitura Municipal.

2 – CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento e respectivo fornecimento de serviços funerários a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos ou no site www.celsoramos.sc.gov.br.

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, de segunda à sexta-feira, das 12h às 18 horas.

3 – DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. Para credenciamento as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014);
- Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.);
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão – sistemas: EPROC E E-SAJ;
- Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- Solicitação de Credenciamento onde conste a razão social da empresa, o telefone, o e-mail, o nome e a assinatura do responsável pelo Contrato, e o item no qual pretende se credenciar, concordando com os preços propostos pelo Município;

3.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por Servidor Público, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão de imprensa oficial, sendo que para os impressos via internet, não há necessidade de autenticação.

4 – CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

4.1. A Secretaria de Assistência Social efetuará a autorização de fornecimento dos serviços fúnebres, acompanhado da solicitação do beneficiário do auxílio funeral e do parecer social que ateste a necessidade de percepção do benefício.

4.2. O auxílio funeral atenderá despesas de: urna funerária – tipo: cascão, vestimentas, kit velas, 01 coroa, 01 véu, translado e demais serviços pertinentes.

4.3. O valor conferido ao auxílio funeral será de um salário mínimo e meio vigente e o Município arcará com o valor total dos gastos.

4.4. O Município pagará a importância de R\$ 3,00 (três reais) por Km rodado, em caso de necessidade de translado.

5 – DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento será efetuado em favor da empresa credenciada, em até 30 dias após o envio da respectiva Nota Fiscal/Fatura ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento de serviços fúnebres objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021.

6 – INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 07 de janeiro de 2021.

LUIZANGELO GRASSI
Prefeito Municipal

ANEXO I**SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

A empresa, com sede administrativa a rua nº. bairro , na cidade de, inscrita no CNPJ sob nº. neste ato representado por seu representante legal, inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, estado de, solicita credenciamento para a prestação de serviços funerários, conforme segue:

NOME:
TELEFONE:
E-MAIL:

Local, data

Assinatura

EDITAL 01 SAUDE

Publicação Nº 2796334

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2021
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021
LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Celso Ramos, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento dos laboratórios interessados na realização de exames de análises clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela SUS, durante o exercício de 2021.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados a partir de 08 de janeiro de 2021 e a respectiva documentação deverá ser entregue no horário de expediente em vigor, das 12 às 18 horas, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, localizada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, Celso Ramos – SC.

Os serviços a serem prestados são os constantes da tabela abaixo:

0202110023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	2,01
0202110112	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	2,01
202110120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85
0202110139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	9,00
0202110147	DOSAGEM DE ALDOLASE	3,68
0202110155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	3,68
0202110163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3,68
0202110171	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	3,68
0202110180	DOSAGEM DE AMILASE	2,25
0202110198	DOSAGEM DE AMONIA	3,51
0202110201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01
0202110210	DOSAGEM DE CALCIO	1,85

0202110228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	3,51
0202110260	DOSAGEM DE CLORETO	1,85
0202110279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51
0202110287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51
0202110295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85
0202110317	DOSAGEM DE CREATININA	1,85
0202110325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68
0202110333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4,12
0202110341	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	3,51
0202110350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	3,51
0202110368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68
0202110376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	3,68
0202110384	DOSAGEM DE FERRITINA	15,59
0202110392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51
0202110406	DOSAGEM DE FOLATO	15,65
0202110414	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	2,01
0202110422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01
0202110430	DOSAGEM DE FOSFORO	1,85
0202110457	DOSAGEM DE GALACTOSE	3,51
0202110465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51
0202110473	DOSAGEM DE GLICOSE	1,85
0202110481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3,68
0202110503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86
0202110538	DOSAGEM DE LACTATO	3,68
0202110562	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01
0202110570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2,01
0202110589	DOSAGEM DE PIRUVATO	3,68
202110600	DOSAGEM DE POTASSIO	1,85
0202110619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40
0202110627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85
202110635	DOSAGEM DE SODIO	1,85
0202110643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01
202110651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01
0202110660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12
0202110678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3,51
0202110686	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	3,51
0202110694	DOSAGEM DE UREA	1,85
0202110708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24
0202110716	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	3,68
0202110724	ELETROFORESE DE PROTEINAS	4,42
202120029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	2,73
0202120037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2,73
0202120070	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	2,73
0202120088	DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	2,73
0202120096	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	2,73
0202120100	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	9,00
0202120118	DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	5,79
0202120126	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	2,85
0202120134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77
202120142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73

0202120210	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73
0202120290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	4,60
0202120304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1,53
0202120355	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	5,41
0202120363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	2,73
0202120371	HEMATOCRITO	1,53
0202120380	HEMOGRAMA COMPLETO	4,11
0202120398	LEUCOGRAMA	2,73
0202120444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73
0202140038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3,04
202140127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	1,65
0202150017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	3,70
0202150025	CLEARANCE DE CREATININA	3,51
0202150033	CLEARANCE DE FOSFATO	3,51
0202150041	CLEARANCE DE UREIA	3,51
0202150092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12
0202150106	DOSAGEM DE OXALATO	3,68
0202150114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04
0202150300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	4,44
0202160098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	11,89
0202160136	DOSAGEM DE CORTISOL	9,86
0202160144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11,25
0202160152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	11,71
0202160160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	10,15
0202160179	DOSAGEM DE ESTRIOL	11,55
0202160187	DOSAGEM DE ESTRONA	11,12
0202160217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7,85
0202160225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10,21
0202160233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7,89
0202160241	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97
0202160250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96
0202160268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17
0202160276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	43,13
0202160284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	15,35
0202160292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22
0202160306	DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15
0202160322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35
0202160330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13,11
0202160349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43
0202160357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13,11
0202160365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35
0202160373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76
0202160381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60
202160390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71
0202170050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	15,65
0202170255	DOSAGEM DE LITIO	2,25
0202180021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13,33
0202180072	BACTEROSCOPIA (GRAM)	2,80
0202180080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62
0202180145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,80

202180161	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5,63
0202190221	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	2,01
0202190302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1,89
202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37
0202130067	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	9,25
0202130075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2,83
0202130083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25
0202130091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15,06
0202130105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42
0202130113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	13,55
0202130121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	17,16
0202130130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	17,16
0202130148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	2,83
0202130156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16
0202130164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9,25
0202130180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16
0202130202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83
0202130229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	17,16
0202130300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	10,00
0202130326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	17,16
0202130342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	17,16
0202130350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	18,55
0202130369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	18,55
0202130474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	2,83
0202130490	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	17,16
0202130636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18,55
0202130644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18,55
0202130679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18,55
0202130687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	18,55
0202130741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11,00
202130768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97
0202130784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HB-C-IGG)	18,55
0202130806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55
0202130814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16
0202130857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61
0202130873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55
0202130890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	18,55
0202130911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55
0202130920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16
0202130962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13,35
0202130970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18,55
0202130989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18,55
0202131020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	10,00
0202131039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	9,25
0202131110	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2,83

II – DA PROPOSTA

Os credenciados deverão efetuar os atendimentos para o Fundo Municipal de Saúde, através da coleta de material e realização dos exames,

em estabelecimento próprio, conforme indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, tendo obrigação do fornecimento dos devidos laudos, que serão retirados pelos próprios pacientes ou pessoas por eles designadas, no próprio laboratório.

III – DAS INSCRIÇÕES

Os Laboratórios interessados no credenciamento deverão apresentar junto ao Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos os seguintes documentos para fins de habilitação:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN no 1.751, de 02/10/2014);
- c. Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.);
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA EMITIDA PELO SISTEMA ESAJ E PELO SISTEMA EPROC, AMBOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE QUANDO EXPRESSO NA PRÓPRIA CERTIDÃO;
- h. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

IV – EXIGÊNCIAS MÍNIMAS (conforme modelo no final do edital)

- 1 - O(s) Laboratório(s) credenciado(s) deverá possuir em seu estabelecimento no mínimo 01 (um) profissional Bioquímico, além de equipamentos e materiais necessários para a realização dos exames que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde.
 - 2 - Possuir programa controle de Qualidade, interno ou externo;
 - 3 - A coleta de materiais será realizada, pelo Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos- SC, que enviará os materiais coletados para análise, todavia, a coleta também poderá ser efetuada no (s) Laboratório (s) credenciado (s);
 - 4 -O (s) Laboratório (s) credenciado (s) será (ao) responsável (is) pela emissão de Laudo Médico dos exames realizados, devendo entregá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Os exames considerados de urgência / emergência deverão ser realizados no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da data da autorização, sendo o Laudo Médico entregue no prazo máximo também de até 24 (vinte e quatro) horas;
 - 5 - As exigências mínimas deverão ser declaradas em documento firmado pelo Laboratório de Análises Clínicas, com a afirmação de que irão disponibilizar os profissionais, dependências físicas e materiais necessários durante o prazo de credenciamento.
- Celso Ramos, 09 de janeiro de 2021.

LUIZANGELO GRASSI
Prefeito Municipal

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 00/2021

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Rua Jose Martinelli, 198, na cidade de Celso Ramos-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 14.608.771/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito LUIZANGELO GRASSI.

CONTRATADA:

A empresa inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0000-00, com sede à
....., na cidade de, representada neste ato pelo (a) seu (ua) Administrador/Procurador (a)
....., CPF nº, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos da Inexigibilidade de Licitação Nº 02/2021 – processo: 02/2021, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações e demais legislação pertinente a matéria, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços constantes de sua Proposta Comercial, conforme segue:

0202110023	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	2,01
0202110112	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	2,01
202110120	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85
0202110139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	9,00
0202110147	DOSAGEM DE ALDOLASE	3,68
0202110155	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	3,68
0202110163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3,68
0202110171	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	3,68

0202110180	DOSAGEM DE AMILASE	2,25
0202110198	DOSAGEM DE AMONIA	3,51
0202110201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01
0202110210	DOSAGEM DE CALCIO	1,85
0202110228	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	3,51
0202110260	DOSAGEM DE CLORETO	1,85
0202110279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51
0202110287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51
0202110295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85
0202110317	DOSAGEM DE CREATININA	1,85
0202110325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68
0202110333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	4,12
0202110341	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	3,51
0202110350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	3,51
0202110368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68
0202110376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	3,68
0202110384	DOSAGEM DE FERRITINA	15,59
0202110392	DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51
0202110406	DOSAGEM DE FOLATO	15,65
0202110414	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	2,01
0202110422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01
0202110430	DOSAGEM DE FOSFORO	1,85
0202110457	DOSAGEM DE GALACTOSE	3,51
0202110465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51
0202110473	DOSAGEM DE GLICOSE	1,85
0202110481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3,68
0202110503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86
0202110538	DOSAGEM DE LACTATO	3,68
0202110562	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01
0202110570	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2,01
0202110589	DOSAGEM DE PIRUVATO	3,68
202110600	DOSAGEM DE POTASSIO	1,85
0202110619	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40
0202110627	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85
202110635	DOSAGEM DE SODIO	1,85
0202110643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2,01
202110651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	2,01
0202110660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	4,12
0202110678	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	3,51
0202110686	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	3,51
0202110694	DOSAGEM DE UREA	1,85
0202110708	DOSAGEM DE VITAMINA B12	15,24
0202110716	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	3,68
0202110724	ELETROFORESE DE PROTEINAS	4,42
202120029	CONTAGEM DE PLAQUETAS	2,73
0202120037	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	2,73
0202120070	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	2,73
0202120088	DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	2,73
0202120096	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	2,73
0202120100	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	9,00

0202120118	DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	5,79
0202120126	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	2,85
0202120134	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	5,77
202120142	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2,73
0202120210	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	2,73
0202120290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	4,60
0202120304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1,53
0202120355	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	5,41
0202120363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	2,73
0202120371	HEMATOCRITO	1,53
0202120380	HEMOGRAMA COMPLETO	4,11
0202120398	LEUCOGRAMA	2,73
0202120444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	2,73
0202140038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3,04
202140127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	1,65
0202150017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	3,70
0202150025	CLEARANCE DE CREATININA	3,51
0202150033	CLEARANCE DE FOSFATO	3,51
0202150041	CLEARANCE DE UREIA	3,51
0202150092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12
0202150106	DOSAGEM DE OXALATO	3,68
0202150114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04
0202150300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETOFORESE)	4,44
0202160098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	11,89
0202160136	DOSAGEM DE CORTISOL	9,86
0202160144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	11,25
0202160152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	11,71
0202160160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	10,15
0202160179	DOSAGEM DE ESTRIOL	11,55
0202160187	DOSAGEM DE ESTRONA	11,12
0202160217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7,85
0202160225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10,21
0202160233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7,89
0202160241	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97
0202160250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96
0202160268	DOSAGEM DE INSULINA	10,17
0202160276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	43,13
0202160284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	15,35
0202160292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22
0202160306	DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15
0202160322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	15,35
0202160330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13,11
0202160349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43
0202160357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13,11
0202160365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	15,35
0202160373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76
0202160381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60
202160390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71
0202170050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	15,65
0202170255	DOSAGEM DE LITIO	2,25

0202180021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	13,33
0202180072	BACTEROSCOPIA (GRAM)	2,80
0202180080	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62
0202180145	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	2,80
202180161	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	5,63
0202190221	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA	2,01
0202190302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1,89
202120023	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	1,37
0202120082	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37
0202130067	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	9,25
0202130075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	2,83
0202130083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	9,25
0202130091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15,06
0202130105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	16,42
0202130113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	13,55
0202130121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	17,16
0202130130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	17,16
0202130148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	2,83
0202130156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	17,16
0202130164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	9,25
0202130180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	17,16
0202130202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	2,83
0202130229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	17,16
0202130300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	10,00
0202130326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	17,16
0202130342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	17,16
0202130350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	18,55
0202130369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	18,55
0202130474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	2,83
0202130490	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA	17,16
0202130636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18,55
0202130644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18,55
0202130679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18,55
0202130687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	18,55
0202130741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11,00
202130768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97
0202130784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HB-C-IGG)	18,55
0202130806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55
0202130814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16
0202130857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61
0202130873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	18,55
0202130890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HB-C-IGM)	18,55
0202130911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55
0202130920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	17,16
0202130962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13,35
0202130970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18,55
0202130989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18,55
0202131020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	10,00

0202131039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	9,25
0202131110	TESTE DE VDRL P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	2,83

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Credenciamento Nº 04/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 – A CONTRATADA deverá entregar os produtos conforme segue:

2.1.1. O pagamento pela aquisição do objeto da presente Inexigibilidade que originou o presente contrato será feito mensalmente em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

2.1.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

2.1.3. O pagamento será efetuado em trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal;

2.1.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

2.1.5. Os serviços, objeto deste Contrato, deverão ser realizados em até 05 dias contados da data de recebimento da autorização de fornecimento;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência da data de assinatura até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor a ser pago pelos exames será de acordo com a Tabela estabelecida no Objeto deste edital e contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Contrato à CONTRATADA, em até 15 dias após a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável, mediante a entrega dos mesmos.

5.2. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte verba orçamentária:

10 – 3.3.90.00.00.00.00.0202 e 25 - 3.3.90.00.00.00.00.0066

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

8.1.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do(s) alimento(s) não entregue(s).

8.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 – O presente contrato será fiscalizado pelo Secretário Municipal da Saúde, seguindo as disposições da Legislação vigente, bem como, as condições previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Anita Garibaldi, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Celso Ramos,de de 2021.

LUIZANGELO GRASSI
CONTRATANTE

PROPONENTE VENCEDORA
CNPJ

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DO EDITAL

A empresa _____, CNPJ sob nº _____, por seu representante Sr. _____, RG nº. _____ e CPF nº. _____, declara que cumpre plenamente os requisitos:

ITEM 01 - O (s) Laboratório (s) credenciado (s) deverá possuir em seu estabelecimento no mínimo 01 (um) profissional Bioquímico, além de equipamentos e materiais necessários para a realização dos exames que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde.

ITEM 02 - Possuir programa controle de Qualidade, interno ou externo;

ITEM 03 - A coleta de materiais será realizada, pelo Fundo Municipal de Saúde de Celso Ramos- SC, que enviará os materiais coletados para análise, todavia, a coleta também poderá ser efetuada no (s) Laboratório (s) credenciado (s);

ITEM 04 -O (s) Laboratório (s) credenciado (s) será (ao) responsável (is) pela emissão de Laudo Médico dos exames realizados, devendo entregá-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias. Os exames considerados de urgência / emergência deverão ser realizados no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da data da autorização, sendo o Laudo Médico entregue no prazo máximo também de até 24 (vinte e quatro) horas;

ITEM 05 - Disponibilizará os profissionais, dependências físicas e materiais necessários durante o prazo de credenciamento.

Local e data: _____ de _____ de 2021.

Representante legal: _____

EDITAL 05/2021

Publicação N° 2796213

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL: 05/2021

PROCESSO: 05/2021

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL 01/2021, tipo MENOR PREÇO objetivando o REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 21/01/2021, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 07 DE JANEIRO DE 2021.

LUIZANGELO GRASSI – PREFEITO MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ATA Nº 4 - COMISSÃO TÉCNICA AVALIADORA - PROCESSO LICITATÓRIO 112-2020 - PREGÃO PRESENCIAL 75-2020 - CONVOCAÇÃO NOVA DATA

Publicação Nº 2797025

ATA Nº4
Aos sete dias de janeiro de 2021, às 11:20 horas, reuniram-se o presidente da Comissão de Avaliação, Giovani Anacleto, o Prefeito Municipal, Abel da Silva, e Neusa Francisco Luckmann, com o intuito de definir o andamento da avaliação das conformidades dos sistemas. Levando em consideração que o expediente interno da Prefeitura retorna por completo somente no dia 11 de janeiro de 2021, que o quadro de funcionários foi alterado e que os novos membros da comissão precisam ser definidos, ficou decidido o seguinte:
- As apresentações do sistema da empresa IPM Sistemas, que estavam agendadas para o dia 11/01/2021, ficam remarçadas para iniciar no dia 18/01/2021, às 08:00 horas, seguindo o cronograma pré-definido.

Giovani Anacleto
Presidente da Comissão

Abel da Silva
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021

Publicação Nº 2795065

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2021
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021
CRENCIAMENTO

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CRENCIAMENTO de prestadores de serviço de saúde para atendimento aos usuários referenciados pela rede básica de saúde, nos termos e condições constantes em Edital e na Lei n. 8.666/1993. Credenciamento de prestadores de serviços ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE sendo LABORATÓRIOS para realização de EXAMES LABORATORIAIS sempre que for necessário, com a finalidade de suprir as necessidades apresentadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado, conforme preço estabelecido na Tabela SUS e Tabela Extra SUS - anexo I. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitações, no período de 08 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: www.chapadaodolageado.sc.gov.br, ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 08 de janeiro de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 021/2021

Publicação Nº 2794992

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 021/2021

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o art.40, Inciso V e art. 47 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) aos servidores relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Saúde, conforme Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

PORTARIA Nº	NOME
007/2021	Rosildo José Pereira
008/2021	Marcelo de Souza
009/2021	Clobson Scheidt
010/2021	Alessandro de Souza

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 04.01.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 07 de janeiro de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO 39922

Publicação Nº 2796829

DECRETO Nº 39.922, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001, art. 4º do Decreto 10.865, de 10 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida Licença Especial, no período de 04 de janeiro de 2021 a 03 de janeiro de 2022, à servidora pública municipal VANETE CASAGRANDE, matrícula 38.527, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 39923

Publicação Nº 2796830

DECRETO Nº. 39.923, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001, art. 4º do Decreto 10.865, de 10 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 03 de janeiro de 2021 a 02 de janeiro de 2022, o Decreto nº. 33.532, de 09 de janeiro de 2017, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal ALINE GROSSINI MONTEIRO, matrícula 12.921, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Magistério.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 39924

Publicação Nº 2796831

DECRETO Nº 39.924, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001, art. 4º do Decreto 10.865, de 10 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 08 de fevereiro de 2021 a 07 de fevereiro de 2022, o Decreto nº. 36.710, de 22 de fevereiro de 2019, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal ROSILEI DE FATIMA SILVA SOARES, matrícula 77.534, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 39925

Publicação Nº 2797089

DECRETO Nº. 39.925, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 07 de fevereiro de 2021 à 06 de fevereiro de 2022, o Decreto nº 36.627 de 04 de fevereiro de 2019, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal MARA CRISTINA GABIATTI GROLI, matrícula 77.479, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 39926

Publicação Nº 2796833

DECRETO Nº 39.926, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre prorrogação de Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, de acordo com art. nº 86 e Lei Complementar nº 130/2001, art. 4º do Decreto 10.865, de 10 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado, a pedido, no período de 02 de fevereiro de 2021 a 01 de fevereiro de 2022, o Decreto nº. 27.424, de 07 de fevereiro de 2013, que concedeu Licença Especial, à servidora pública municipal JULIANA FRIGHETTO SIVE, matrícula 45.797, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

DECRETO 39927-39940

Publicação Nº 2796834

DECRETO Nº 39.927, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal JÉSSICA LAÍS LORENSATO, para ocupar o cargo

de provimento em comissão de Gerente de Prestação de Contas e Convênios.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.928, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal RAFAEL DALLA ROSA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Execução de Convênios.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.929, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal DEIVID WILLIAN ROSSA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Captação Recursos e Acompanhamento de Projetos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.930, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal JEANICE XAVIER BAEZ, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretora de Proteção Social Especial.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.931, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal GRACIELA NOVAKOWSKI HECKLER, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.932, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal RAFAEL JOSÉ MORANDI, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.933, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal BRUNA PIZZOLATTO RAUPP, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Consultor Jurídico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.934, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal BRUNA SCHUSTER MARTINS PASTÓRIO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.935, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal NELSON PINTO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.936, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal ALBERI JOSÉ PACASSA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.937, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal GUSTAVO FENGLER SOETHE, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor Executivo de Secretária.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.938, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal SILVIA APARECIDA SCHUMANN RESTELLO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.939, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal KARINA TRENTIN DE LIMA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39.940, DE 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação de servidor público municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor(a) público(a) municipal JUNIOR SLIVINSKI, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assistente de Diretoria e Gerência.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

DECRETO 39941

Publicação Nº 2796838

DECRETO Nº 39.941, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Delega competência ao servidor público municipal nomeando a Autoridade Municipal de Trânsito.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO a competência atribuída aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art.1º Fica delegada a competência de Dirigente Máximo do Órgão Executivo de Trânsito do Município de Chapecó ao servidor público municipal CLÓVIS ARI LEUZE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Segurança.

Art.2º Fica nomeado o servidor público municipal CLÓVIS ARI LEUZE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Segurança, como Autoridade Municipal de Trânsito.

Art.3º Este Decreto retroage a data de nomeação prevista no Decreto nº 39.875 de 04 de janeiro de 2021, para 01 de janeiro de 2021, do servidor público municipal CLÓVIS ARI LEUZE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Segurança.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2021.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 38.688/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 9708

Publicação Nº 2796841

PORTARIA Nº 9.708 , DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Adicional de Responsabilidade – AR.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar n.º 130/01,

RESOLVE:

I - Conceder, a partir de 04 de janeiro de 2021, Adicional de Responsabilidade - AR, no valor de 981,0000 UFRMs (novecentos e oitenta e uma Unidades Fiscais de Referência Municipal), a servidora pública municipal JANETE APARECIDA DE OLIVEIRA GRANELLA, matrícula 29100, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração.

II - Fixar as atribuições de responsabilidade a servidora para responder pela Diretoria de Tributos Imobiliários.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

PORTARIA 9709

Publicação Nº 2796842

PORTARIA Nº.9.709, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Designa servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece as Leis Complementares nº. 130, de 5 de dezembro de 2001 e nº 498, de 17 de dezembro de 2012,

RESOLVE :

I – Designar, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor público municipal ALAOR GALVÃO DO AMARAL, matrícula 24.198, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Municipal de Trânsito, para responder pelo cargo de Gerente de Fiscalização de Trânsito, com acréscimo em suas remunerações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

PORTARIA 9710

Publicação Nº 2796843

PORTARIA Nº.9.710, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Designa servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece as Leis Complementares nº. 130, de 5 de dezembro de 2001 e nº 498, de 17 de dezembro de 2012,

RESOLVE :

I – Designar, a partir de 04 de janeiro de 2021, a servidora pública municipal ROGER NATAN DE LIMA, matrícula 48.249, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal para responder pelo cargo de Comandante da Guarda Municipal, com acréscimo em suas

remunerações.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

PORTARIA 9711

Publicação N° 2796844

PORTARIA N°.9.711, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Designa servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece as Leis Complementares n°. 130, de 5 de dezembro de 2001 e n° 498, de 17 de dezembro de 2012,

RESOLVE :

I – Designar, a partir de 04 de janeiro de 2021, a servidora pública municipal ISABEL CRISTINA TRIERVEILER MACHADO, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Comunicação Social, para responder, cumulativamente e sem acréscimo em seus vencimentos, pelo cargo de Secretária de Comunicação Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 26/2021

Publicação N° 2796870

Portaria N° 26/21

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal do Poder Legislativo ROSELEI PEDROSO, ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 07 de janeiro de 2021.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 07 de janeiro de 2021

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

PORTARIA 27/2021

Publicação N° 2796871

Portaria N° 27/21

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora TATIANE BORTOLETTI FERREIRA para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, com vencimento de R\$ 3.689,88 (Três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de janeiro de 2021.

Gabinete do Presidente, em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

PORTARIA 28/2021

Publicação N° 2796872

Portaria N° 28/21

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor IVAN FELIPI BIAZUS para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento de R\$ 3.689,88 (Três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de janeiro de 2021.

Gabinete do Presidente, em 07 de janeiro de 2021.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 02/21

Publicação Nº 2795262

DECRETO SAF/Nº. 02/21, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

FERNANDO DE FAVERI, portador do CPF nº. 799.584.869-20, para responder INTERINAMENTE aos cargos em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE e SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2021.

FERNANDO DE FAVERI
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 03/21

Publicação Nº 2795254

DECRETO SAF/Nº. 03/21, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

ERIK PEREIRA ZEFERINO, portador do CPF nº. 040.020.669-24, para responder INTERINAMENTE aos cargos em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIRETOR DO SAMAE, e DIRETOR DA AUTARQUIA DE DESPORTO, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2021.

FERNANDO DE FAVERI
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 04/21

Publicação Nº 2795265

DECRETO SAF/Nº. 04/21, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

EDUARDO ROCHA SOUZA, portador do CPF nº. 432.629.109-53, no cargo em comissão de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, do quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de janeiro de 2021.

FERNANDO DE FAVERI
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 08/21

Publicação N° 2795275

DECRETO SAF/Nº. 08/21, de 06 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

RAQUEL ROMAGNA QUAREZEMIN, portadora do CPF nº. 942.418.999-00, no cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de janeiro de 2021.

FERNANDO DE FAVERI

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

DECRETO SAF/N. 09/21

Publicação N° 2797235

DECRETO SAF/Nº. 09/21, de 06 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

LUIS CARLOS DE MELO, portador do CPF nº. 029.624.249-70, para o cargo em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, 40 horas semanais, para atuar no Gabinete do Prefeito, a partir de 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 06 de janeiro de 2021.

FERNANDO DE FAVERI

Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS

Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - FMS

Publicação Nº 2796467

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021 - FMS
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de seringas e agulhas para a aplicação de imunizantes como a "vacina contra a COVID-19", visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme as descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Forma de Pregão: Eletrônico
Tipo: Menor Preço por Item
Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 15/01/2021.
Início da Sessão: dia 15/01/2021 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 7 de janeiro de 2021.

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Gestor do FMS

COMUNICAÇÃO DE FASE RECURSAL PREGÃO ELETRÔNICO 70/2020 PMC

Publicação Nº 2796391

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação e operação de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Município de Concórdia, Fundos, Bombeiros Militares, Polícia Civil e Polícia Militar, em rede de estabelecimentos especializados e credenciados para aquisição de peças, acessórios e serviços de oficina mecânica em geral, conforme especificações técnicas e descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

COMUNICAÇÃO DE FASE RECURSAL

Para fins do disposto no inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e, posteriores alterações, comunicamos às licitantes participantes do processo licitatório em epígrafe que está aberto o prazo recursal. Os recursos deverão ser encaminhados no prazo de 3 (três) dias úteis. Findado o prazo recursal, ficam ainda intimadas de que, inicia-se o prazo de contrarrazões, também de 3 (três) dias úteis.
Concórdia, SC, 07 de janeiro de 2021.

ANGELO BENINI FANTIN
Pregoeiro

DECRETO Nº 1.129/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795692

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.129/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.
Concede gozo de licença-prêmio ao servidor JAIME SAVOLDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de janeiro de 2021, ao servidor JAIME SAVOLDI, ocupante do cargo de Engenheiro, o gozo de um mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de janeiro



de 1989 a 31 de dezembro de 1993.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de dezembro de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1.130/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795698

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1.130/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Prorroga a validade do Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 10 de setembro de 2019.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando a Lei nº 5.485, de 28 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, para o ano letivo de 2021, a validade do Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 10 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de dezembro de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 1/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795561

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 1/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA no cargo de Secretária Municipal de Administração.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Administração, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 10/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795634

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 10/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia EDILA GRACIELI SOUZA no cargo de Secretária Municipal de Comunicação Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora EDILA GRACIELI SOUZA, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Comunicação Social, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 11/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795643

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 11/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia JOÃO VALMOR REITEL no cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura Rural.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JOÃO VALMOR REITEL, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura Rural, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 12/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795650

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 12/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia MARCIANO CORADI no cargo de Controlador Geral do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor MARCIANO CORADI, para exercer o cargo de Controlador Geral do Município – Controladoria Geral do Município, percebendo remuneração própria do cargo, nível CC1, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 13/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795655

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 13/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia ADEMIR PEDRO GRANDO no cargo de Assessor de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ADEMIR PEDRO GRANDO, para exercer o cargo de Assessor de Logística – Gabinete do Prefeito, percebendo remuneração própria do cargo, nível CC3, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 2/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795572

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 2/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO no cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para exercer o cargo de Diretor Administrativo – Secretaria Municipal de Administração, percebendo remuneração própria do cargo, nível FG2, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 21/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795660

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 21/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia SILVIOMAR BERNARDI no cargo de Assessor de Gabinete.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor SILVIOMAR BERNARDI, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete – Gabinete do Prefeito, percebendo remuneração própria do cargo, nível CC2, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 22/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795664

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 22/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia LEANDRO BOEIRA ZORZAN no cargo de Secretário Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 36, de 9 de dezembro de 1991 e 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor LEANDRO BOEIRA ZORZAN, ocupante do cargo de Contador, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designado o referido servidor, Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 23/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795668

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 23/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o desligamento do servidor OSVALDO JOSE FAUTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, o servidor OSVALDO JOSE FAUTH, ocupante do cargo de Agente de Obras, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 24/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795669

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 24/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA, ocupante do cargo de Enfermeiro, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 25/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795673

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 25/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARIZA ANDREONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, a servidora MARIZA ANDREONI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, matrícula 99007-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Fica declarada vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo

DECRETO Nº 29/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795676

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 29/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Delega competência a servidores e dispõe sobre a movimentação das contas bancárias do Município, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal da Fazenda, senhor ENORI ANTONIO BOLSI e à Diretora Fazendária, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, para atuarem como Ordenadores de Despesas do Município de Concórdia, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Ficam designados os servidores ALAN CARLOS PELLIZZARO e LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, ocupantes do cargo de Tesoureiro, para responder pela Tesouraria do Município de Concórdia.

Art. 3º A movimentação e controle das contas bancárias do Município de Concórdia, será efetuada mediante assinatura, em conjunto, do Secretário Municipal da Fazenda, senhor ENORI ANTONIO BOLSI e da Diretora Fazendária, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI e de um dos Tesoueiros, senhor ALAN CARLOS PELLIZZARO e senhora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 409/2020, de 31 de março de 2020.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 3/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795578

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 3/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia ENORI ANTONIO BOLSI no cargo de Secretário Municipal da Fazenda.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ENORI ANTONIO BOLSI, para exercer o cargo de Secretário Municipal da Fazenda, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 5/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795590

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia JAIME ESTEVÃO BERNARDI no cargo de Secretário Municipal de Assistência Social.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JAIME ESTEVÃO BERNARDI, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito MunicipalNEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo**DECRETO Nº 6.594, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2795703

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.594, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 5.327, de 20 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.001	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 15.000,00
Órgão	03	GABINETE DO VICE-PREFEITO
Unidade Orçamentária	03.01	Gabinete do Vice-Prefeito – GAV
Projeto/Atividade	0004.0122.0007.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice- Prefeito – GAV
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 2.000,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.01	Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Projeto/Atividade	0012.0122.0018.2012	Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 17.000,00
Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEDAGRO

Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário – SEDAGRO
Projeto/Atividade	0004.0122.0026.2022	Manutenção das Atividades-Meio da SEDAGRO
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 8.000,00
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RURAL – SEMUR
Unidade Orçamentária	11.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural – SEMUR
Projeto/Atividade	0026.0122.0054.2040	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUR
Elemento	3.3.90.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 26.000,00
TOTAL ANULADO		R\$ 68.000,00

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividade do orçamento vigente:

Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária	01.01	Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade	01.0031.0001.2001	Manutenção das Atividades Legislativas
Elemento	3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 15.000,00
Órgão	03	GABINETE DO VICE-PREFEITO
Unidade Orçamentária	03.01	Gabinete do Vice-Prefeito – GAV
Projeto/Atividade	0004.0122.0007.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice- Prefeito – GAV
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 2.000,00
Órgão	06	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária	06.01	Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Projeto/Atividade	0012.0122.0018.2012	Manutenção das Atividades-Meio da SEMED
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01.010000	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação R\$ 17.000,00
Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO – SEDAGRO
Unidade Orçamentária	07.01	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Agropecuário – SEDAGRO
Projeto/Atividade	0004.0122.0026.2022	Manutenção das Atividades-Meio da SEDAGRO
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 8.000,00
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RURAL – SEMUR
Unidade Orçamentária	11.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural – SEMUR
Projeto/Atividade	0026.0122.0054.2040	Manutenção das Atividades-Meio da SEMUR
Elemento	3.1.90.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	01000001	Recursos Ordinários – PMC R\$ 26.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 68.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ENORI ANTONIO BOLSI
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de dezembro de 2020.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 6/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795595

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia MAURO MARTINI no cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Agropecuário e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 134, de 16 de dezembro de 1997 e alterações e 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor MAURO MARTINI, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, para exercer o cargo de Secretário Municipal do Desenvolvimento Agropecuário, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designado o referido servidor, Administrador-Geral e Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária – FUMDEAGRO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 7/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795605

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 7/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia NEURI COMIN no cargo de Secretário Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor NEURI COMIN, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 8/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795617

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 8/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER no cargo de Secretário Municipal de Desporto e Cultura.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desporto e Cultura, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

DECRETO Nº 9/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795625

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 9/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia DANIEL FAGANELLO no cargo de Secretário Municipal de Planejamento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor DANIEL FAGANELLO, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

ECRETO Nº 4/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795585

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 4/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia CLAITON CASAGRANDE no cargo de Secretário Municipal de Gestão Urbana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 788, de 21 de fevereiro de 2020 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor CLAITON CASAGRANDE, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Gestão Urbana, Agente Político, percebendo subsídio previsto na legislação vigente, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de janeiro de 2021.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2021 - ERRATA

Publicação Nº 2795279

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2021 - ERRATA

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio CASAN 611-2013/Tapa Buraco, no valor de R\$ 21.148,58 (vinte e um mil e cento e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Concórdia SC, 04 de janeiro de 2021.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal da Fazenda

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 271/2020

Publicação Nº 2796424

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 271/2020

Na publicação do Extrato de Contrato nº 271/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, edição nº 3337 de 30 de novembro de 2020, onde lê-se:

“Vigência: Início: 01/12/2020 Término: 30/12/2021.”

leia-se:

“Vigência: Início: 01/12/2020 Término: 31/11/2021.”

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 63/2019 - PMC

Publicação Nº 2797159

Contrato Nº : 63/2019
Aditivo Nº : 2AP CTR 63/2019/2020
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 16/2018
Objeto : Contratação de empresa especializada, para a elaboração de projetos de engenharia rodoviária, em regime de empreitada global, para implantação das vias de Contorno Sul, Oeste e acesso a empresa BRF - Brasil Foods, no Município, com recursos oriundos da Operação de Crédito com o BRDE, CCB SC- 43.523/CEF/PRÓ-TRANSPORTE-SETOR PÚBLICO, de acordo com as especificações do Anexo "A" deste Edital.
Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 23/02/2021
Assinatura : 28/12/2020
Valor R\$: 49.550,00 (Quarenta e Nove Mil e Quinhentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 388 - 34.001.1009.3449051800000000000.01000001

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 02/2020

Publicação Nº 2796399

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA – DIRETORIA DE CULTURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO
APÓS APRECIACÃO DE RECURSO INTERPOSTO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA – SEDEC / DIRETORIA DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, Concórdia, SC, por intermédio do Secretário Municipal de Desporto e Cultura - SEDEC, Neuri Comin, e do Diretor de Cultura, Júlio Gomes, considerando análise e deliberação do Comitê Municipal da Lei Aldir Blanc, nomeado pelo Decreto nº 749 de 19 de agosto de 2020, torna público a homologação do resultado do edital de Chamada Pública nº 02/2020 – Prêmio Multilinguagem Cultural de Concórdia, após apreciação de recurso interposto, conforme relação dos selecionados nas tabelas constantes no Portal do Município de Concórdia.

Informações complementares: A homologação do resultado deste Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, Portal do Município de Concórdia, link "Diversos", "Editais", "Chamadas Públicas", "2020", "PMC", "Chamada Pública 02/2020 PMC". Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Diretoria de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3442 3930, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 23 de dezembro de 2020.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

JÚLIO GOMES
Diretor de Cultura

EXTRATO DO CONTRATO Nº 310/2020 - PMC

Publicação Nº 2797165

Contrato Nº : 311/2020
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME
Licitação : Dispensa de Licitação 32/2020
Objeto : Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores para a modalidade Pregão Eletrônico.
Vigência : Início: 04/01/2021 Término: 03/01/2022
Assinatura : 30/12/2020
Valor R\$: 0,00 (Zero)

Fiscal Técnico-Administrativo: CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

PORTARIA Nº 1/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795566

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 1/2021, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas na CI SEMED ADM 747, da Secretaria Municipal de Educação, nas CIs SEMUS 347 e 350/2020, da Secretaria Municipal de Saúde e nas CIs SEPLAN 002 e 003/2021, da Secretaria Municipal de Planejamento.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, na forma abaixo:

- I – ALDO ADRIANO SCHNEIDER, ocupante do cargo de Médico, matrícula 59218-05, a partir de 19 de janeiro de 2021;
- II – ARLETE DILDA MASSON, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 4 a 18 de janeiro de 2021;
- III – GABRIELE SIEGA, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 6 de janeiro de 2021;
- IV – JEAN PAULO DA SILVA, ocupante do cargo de Nutricionista, a partir de 25 de janeiro de 2021;
- V – MARA BEATRIS CZERNAIK COSTA SAMPAIO, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 18 de janeiro de 2021;
- VI – NEIVA JOANA SCHMIDT GASPERIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 19 de janeiro de 2021;
- VII – NELSON NELDO LUDESCHE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 18 de janeiro de 2021;
- VIII – REGINA APARECIDA FORNARI TECCHIO, ocupante do cargo de Engenheiro, a partir de 14 de janeiro de 2021;
- IX – SANDRA DE LURDES RENOSTO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 4 a 18 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 232/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795682

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 232/2020, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base, às servidoras abaixo relacionadas:

I – com efeitos retroativos a 1º de dezembro de 2020:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	91219-02	Cirlei Giombelli	Especialista em Educação

II – a partir de 1º de janeiro de 2021:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	97365-00	Clair Nelsi Sonntag	Professor
2	91880-00	Ieda Salete Pagliochi	Professor
3	91880-01	Ieda Salete Pagliochi	Professor
4	96105-02	Luciana da Silva Hilger	Professor
5	96105-04	Luciana da Silva Hilger	Professor
6	61590-00	Margudt Hassmer Pottratz	Professor
7	10251-01	Marilisa Zonin	Professor
8	10251-03	Marilisa Zonin	Professor
9	94994-01	Marioni Bortolini Ramos	Professor
10	59528-00	Maristela Isganzela Schwingel	Professor
11	59528-03	Maristela Isganzela Schwingel	Professor
12	40932-01	Maritania Rodio Schmidt	Professor
13	27022-01	Marlene Luisa Lanzarin	Professor
14	27022-09	Marlene Luisa Lanzarin	Professor
15	91324-00	Raquel Buratto Siega	Professor
16	90280-00	Rosane Dick Hermes	Professor
17	90280-02	Rosane Dick Hermes	Professor
18	15768-01	Roselei Martini Vitto	Professor
19	96563-04	Sandra Helena Poletto	Professor
20	96970-00	Sirlei Ferreira Longo Bortoli	Professor
21	93203-01	Vania Angelina Biesus	Professor

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2795712

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2019, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019**

O Município de Concórdia, pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, considerando:

- a CI SEMED PEDAGÓGICO 01, de 4 de janeiro de 2021, protocolizada sob nº 212/2021;
- a Lei nº 5.485, de 28 de dezembro de 2020, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação da validade do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 10 de setembro de 2019;
- o Decreto nº 1.130/2020, de 30 de dezembro de 2020, que prorroga a validade do Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 10 de setembro de 2019,

TORNA PÚBLICA as datas da Escolha de Vagas e o Quadro de Vagas, **para o ano letivo de 2021**, relativos ao Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 10 de setembro de 2019, na forma abaixo:

1. A Escolha de Vagas, para o ano letivo de 2021, na forma do Anexo I, desta publicação.
2. O Quadro de Vagas, para o ano letivo de 2021, na forma do Anexo II, desta publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,
aos 6 dias do mês de janeiro de 2021.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ANEXO I

ESCOLHA DE VAGAS

1. A escolha de vagas ocorrerá nos dias **12, 13, 14 e 15 de janeiro de 2021**, na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, situada na Rua 29 de Julho, 1786, Bairro Itaíba, Concórdia, SC, na forma abaixo:

1.1 Dia 12 de janeiro de 2021:

- a) 8h30min - Laboratório Pedagógico II de Matemática;
- b) 8h45min - Laboratório Pedagógico II de Língua Portuguesa;
- c) 9h - Laboratório de Informática;
- d) 9h15min - Laboratório Pedagógico I;
- e) 9h30min - Ensino Religioso;
- f) 10h - Arte;
- g) 13h45min - Educação Infantil.

1.2 Dia 13 de janeiro de 2021:

- a) 8h30min - Educação Física;
- b) 13h30min - Ciências;
- c) 14h15min - Matemática;
- d) 15h - Geografia;
- e) 15h45min - História;

1.3 Dia 14 de janeiro de 2021:

- a) 8h30min - Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- b) 13h30min - Língua Italiana;
- c) 13h45min - Língua Portuguesa;
- d) 14h30min - Língua Inglesa;
- e) 15h30min - Língua Espanhola;

1.4 Dia 15 de janeiro de 2021:

- a) 8h30min - Literatura Dramatizada;
- b) 13h30min - Braille e Libras;
- c) 13h45min - Educação Especial.

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LÍNGUA PORTUGUESA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Ângelo Ary Biezus EBM Elizabetha Pavan	40h	Mat/Vesp	V.V Flávia Tibola - afastamento assuntos particulares (Vesp)	
EBM Giuseppe Sette EBM Imigrantes EBM Irmão Miguel	30h	Mat/Vesp	V.V Sidney de Oliveira (20h) - readaptado	
EBM Romeu de Sisti	20h	Mat	V.V Daiane Curioletti - lic doutorado	
EBM Santa Rita	20h	Mat/Vesp	V.V FrancieleFantin - lic doutorado	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Concórdia	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Concórdia	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Concórdia	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Concórdia (mat) – ADS EBM Concórdia (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Parque de Exposições (mat) -ADS EBM Eugênio Pozzo (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Natureza	20h	Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Natureza	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Cipriano Schardon (mat) EBM Romeu de Sisti (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Anna Zamarchi Coldebella	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Zamarchi Coldebella	20h	Mat	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Ângelo Ary Biezus	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Ângelo Ary Biezus	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Ângelo Ary Biezus	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Ângelo Ary Biezus (mat) - ADS EBM Ângelo Ary Biezus (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Petrópolis	20h	Mat	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Petrópolis (mat) EBM Waldemar Pfeiffer (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Professora Nelly	20h	Mat	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Professora Nelly (mat) EBM Giuseppe Sette (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Irmão Miguel	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Nova Brasília	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Nova Brasília	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
GEM Salete	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Salete	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Salete (mat) - ADS GEM Salete (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
GEM Cinquentenário	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Waldemar Pfeiffer - ADS	20h	Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Elizabetha Pavan (mat) EBM Waldemar Pfeiffer (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Melvin Jones (mat) EBM Waldemar Pfeiffer (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Santa Cruz	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Santa Cruz	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Melvin Jones (mat) EBM Santa Cruz (vesp) - ADS	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Melvin Jones (mat) - ADS EBM Santa Cruz (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Santa Rita	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Melvin Jones	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Nações	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Nações	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Nações (mat) EBM Nações (vesp)-ADS	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM João Theobaldo Magarinos (mat) – ADS EBM João Theobaldo Magarinos (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM João Theobaldo Magarinos	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM João Theobaldo Magarinos	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Maria Petrolí	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Santa Cruz (mat)- ADS EBM Giuseppe Sette (vesp) – ADS	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	
EBM Nações (mat) - ADS EBM Giuseppe Sette (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2021					
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)	
EBM Anna Zamarchi Coldebella (mat) EBM Giuseppe Sette (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Waldemar Pfeiffer (mat) EBM Giuseppe Sette (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Giuseppe Sette	20h	Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	V. V Lacita Amant - gestora	
EBM Giuseppe Sette	20h	Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Eugênio Pozzo	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Elizabetha Pavan (mat) EBM Eugênio Pozzo (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Imigrantes (mat) EBM Eugênio Pozzo (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
GEM Maria Melânia Siqueira	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Imigrantes	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		
EBM Imigrantes	20h	Mat	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO INFANTIL - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella (extensão Engenho Velho)	20h	Mat		
EBM Frei Cipriano Chardon Romeu de Sisti	40h	Mat/Vesp	V.V. Julyana Petry - readaptada V.V. Vânia Bernardi - gestora (Vesp)	
EBM Irmão Miguel (extensão Barra Bonita)	40h	Mat/Vesp	V.V. Denise Mausolf - readaptada	
EBM Irmão Miguel (extensão Barra do Tigre)	20h	Vesp		
EBM João Theobaldo Magarinos	20h	Vesp	V.V. Clarice Cenci - restrição médica	
EBM João Theobaldo Magarinos	20h	Vesp	V.V. Maristela Schwingel - restrição médica	
EBM Santa Rita	40h	Mat/Vesp	V.V. Fernanda Pellizzaro (vesp) - gestora	
EBM Santa Rita (extensão Kenedy) GEM Cinquentenário (extensão Deodoro)	40h	Mat/Vesp	V.V. Clarice Gasparetto - gestora (Vesp)	
CMEI Antônio C. Galeazzi (Mat) CMEI Regina Piola	40h	Mat/Vesp	V.V. Andréia Kafer – coord. CMEI (mat)	
CMEI Amigo da Criança	20h	Vesp	V.V. Andriara Sgarabotto – coord. CMEI	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO INFANTIL - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
CMEI Antônio C. Galeazzi	40h	Mat/Vesp	V.V Eliane Franchini – coord. CMEI	
CMEI Dr Zoé	40h	Mat/Vesp	V.V Derceli Allievi – coord. CMEI (vesp) V.V Maria Freitag– coord. CMEI (mat)	
CMEI Frei Lency	20h	Vesp		
CMEI Itália Chiuchetta	40h	Mat/Vesp	V.V Soleandra Vosnhak – coord. CMEI	
CMEI Maria Fracasso	20h	Vesp	V.V Cristiane Perondi– coord. CMEI	
CMEI Mundo da Criança	20h	Vesp	V.V Fátima Jank– coord. CMEI	
CMEI Natureza	20h	Vesp	V.V Márcia Lino – coord. CMEI	
CMEI Orozimbo	20h	Vesp		
CMEI Petrópolis	40h	Mat/Vesp	V.V Maria Freitag – coord. CMEI (Vesp)	
CMEI Regina Piola	40h	Mat/Vesp	V.V Vania Balbinot – gestora (vesp)	
CMEI Sonhos de Criança	20h	Vesp	Andréia Kafer – coord. CMEI	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO DE VAGAS - ANOS INICIAIS - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella	20h	Vesp		
EBM Anna Z. Coldebella	20h	Vesp		
EBM Concórdia	40h	Mat/Vesp	V.V Raquel Fazolo V.V Elaine Redin - Projeto Estrangeiros	
EBM Concórdia	20h	Vesp		
EBM Concórdia (Projeto Estrangeiros)	40h	Mat/Ves		
EBM Elizabetha Pavan Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	V.V Ivete Ferreira - gestora (Vesp)	
EBM Eugênio Pozzo	40h	Mat/Vesp		
EBM Eugênio Pozzo	20h	Vesp		
EBM Giuseppe Sette	20h	Vesp		
EBM Giuseppe Sette	20h	Vesp	V.V Zulamar Maria Costa - readaptada	
EBM Imigrantes	20h	Vesp	V.V Jandira Lorensetti - gestora	
EBM João Theobaldo Magarinos Imigrantes	40h	Mat/Ves		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - ANOS INICIAIS - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM João Theobaldo Magarinos	40h	Mat/Ves	V. V Vilse Dal Puppo - readaptada	
EBM João Theobaldo Magarinos	40h	Mat/Ves	V. V Cladisnei Gruhlke - readaptada	
EBM Maria Petroli	40h	Mat/Vesp	V. V Luciane Garcia - gestora (Mat)	
EBM Maria Petroli	20h	Vesp	V. V Eliane Jacovas - lic assuntos particulares até 21/09/2021	
EBM Nações	20h	Vesp		
EBM Natureza	40h	Mat/Vesp	V. V Ivanir Dahmer - gestora (Mat)	
EBM Natureza	20h	Vesp		
EBM Santa Rita	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita	20h	Mat/Vesp		
EBM Waldemar Pfeiffer	40h	Mat/Vesp	V. V Simone Talin - SEDEC	
EBM Waldemar Pfeiffer	20h	Vesp		
EBM Waldemar Pfeiffer	20h	Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ANOS INICIAIS - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EMC Elvira Schell	20h	Vesp		
GEM Maria Melânia Siqueira	20h	Vesp	V.V Eliane Camillo - gestora	
GEM Nelly M. de Lima	40h	Mat/Vesp		
GEM Nelly M. de Lima Nossa Senhora da Salette	40h	Mat/Vesp	V.V Miriam Dornelles - Coord. CMEI V.V Roselei Vitto - gestora	
GEM Nova Brasília	20h	Vesp	V.V Silvana Cechin - Coord. CMEI	
GEM Nova Brasília	40h	Mat/Vesp	V.V Lucivânia Silva (Vesp) - gestora	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LITERATURA DRAMATIZADA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella (escola e extensão de Eng. Velho)	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Concórdia	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Eugênio Pozzo EBM Melvin Jones	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - LITERATURA DRAMATIZADA - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Giuseppe Sette	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Imigrantes EBM Ângelo Ary Biezus	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Irmão Miguel (escola + extensão Barra Bonita e Barra do Tigre)	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM João Theobaldo Magarinos EBM Frei Cipriano Chardon	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Maria Petrolí EBM Natureza	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Nações (escola e extensão Walter Fontana)	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Parque de Exposições Santa Cruz	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Santa Rita (escola + extensão Kenedy + 3 almoços)	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
EBM Waldemar Pfeiffer (escola + extensão La Salle)	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
GEM Cinquentenário (escola + extensão Deodoro + extensão Mansueto Boff)	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LITERATURA DRAMATIZADA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
GEM Maria Melânia Siqueira	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
GEM Nova Brasília (c/ 3 almoços)	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
GEM Nossa Senhora da Salette GEM Petrópolis	40h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Acalanto	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Acalanto (mat) CMEI Mundo da Criança (vesp)	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Antônio Carlos Galeazzi	30h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Criança Feliz CMEI Regina Piola	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Dr Zoé	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Frei Lency	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Itália	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Itália CMEI Dr Zoé	20h	Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI José Garghetti	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
QUADRO DE VAGAS - LITERATURA DRAMATIZADA - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
CMEI Lua de Cristal	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Lua de Cristal	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Maria Fracasso	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Mundo da Criança	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Natureza	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Orozimbo	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Orozimbo	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Pequeno Príncipe	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Petrópolis CMEI Primeiros Passos	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Primeiros Passos	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Regina Piola	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Santa Rita CMEI Maria Fracasso	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LITERATURA DRAMATIZADA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
CMEI Sonhos de Criança	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Zilda Neves	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Zilda Neves	40 h	Mat/Vesp	Atendimento LC 640/2013	
CMEI Zilda Neves	20h	Vesp	Atendimento LC 640/2013	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ARTE - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Concórdia EBM Santa Cruz	20h	Mat/Vesp		
EBM Eugênio Pozzo EBM João Theobaldo Magarinos	40h	Mat/Vesp	V.V Renata Gartner - SEDEC V.V Idione da Silva - readaptada	
EBM Anna Z. Coldebella EBM Giuseppe Sette GEM Petrópolis	40h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - ARTE - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Nações GEM Salete GEM Cinquentenário	30h	Mat/Vesp		
EBM Natureza	20h	Mat/Vesp		
EBM Romeu de Sisti (Arte c/ Lit. Dram) EMC Elvira Schell (Arte c/ Lit Dramat)	30h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita c/ 4 almoços	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita - Arte/Artesanato c/ 2 almoços	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita - Arte/Artesanato c/ 2 almoços	40h	Mat/Vesp		
GEM Nelly M. de Lima (c/ Lit Dramat)	20h	Mat/Vesp		
GEM Nova Brasília (Arte/Desenho/Teatro c/ 2 almoços)	40h	Mat/Vesp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - HISTÓRIA - 2021			
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	PROFESSOR (A)

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - HISTÓRIA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Giuseppe Sette	40h	Mat/Vesp		
EBM Irmão Miguel	30h	Mat/Vesp		
EBM João Theobaldo Magarinos				
EBM Santa Cruz				
EBM Waldemar Pfeiffer (Hist + Ens Religioso)	40h	Mat/Vesp		
EBM Eugênio Pozzo				
EBM Concórdia				

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - GEOGRAFIA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Giuseppe Sette	40h	Mat/Vesp	V.V Silvana Riva - gestora	
EBM Nações	30h	Mat		
EBM Santa Cruz				
EBM Eugênio Pozzo				
EBM Romeu de Sisti	20h	Mat	V.V Juliano de Santi	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - GEOGRAFIA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Waldemar Pfeiffer Theobaldo Magarinos	EBM João 40h	Mat/Vesp	V.V Marisa Richard - gestora V.V Teresinha Sgarbossa - gestora	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ESPANHOL - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Eugênio Pozzo EBM Concórdia	40h	Mat/Vesp	V.V Cleusa Todescatto - gestora	
EBM Natureza EBM Parque de Exposições EMC Elvira Schell	40h	Mat/Vesp		
EBM Waldemar Pfeiffer (escola + extensão La Salle) EBM Nações (escola e extensão Walter Fontana)	40h	Mat/Vesp		
GEM Cinquentenário (escola + extensão Deodoro + extensão Mansueto Boff) EBM Romeu de Sisti	40h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ESPANHOL - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
GEM Maria Melânia Siqueira GEM Nova Brasília (extensões de Sede Brum e Tamanduá)	40h	Mat/Vesp	V.V Emanuele Soares - lic. acomp. conjugê (20h)	
GEM Petrópolis EBM Santa Rita (extensão Kenedy)	20h	Mat/Vesp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - INGLÊS - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Ângelo Ary Biezus Elizabetha Pavan	30h	Mat/Vesp		
EBM Concórdia EBM Anna Z. Coldebella EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp		
EBM Eugênio Pozzo EBM Irmão Miguel	30h	Mat/Vesp		
EBM Frei Cipriano Chardon Maria Petroli	30h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - INGLÊS - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Melvin Jones Nações Imigrantes	EBM EBM	40h	Mat/Vesp	
EBM Natureza Santa Cruz	EBM	30h	Mat/Vesp	
EBM Waldemar Pfeiffer		30h	Mat/Vesp	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ITALIANO - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella (escola e extensão de Eng. Velho)	20h	Mat/Vesp	V.V Marize da Rosa - gestora	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - ENSINO RELIGIOSO - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella EBM Irmão Miguel EBM João Theobaldo Magarinos EBM Imigrantes	30h	Mat/Vesp		
EBM Nações EBM Santa Rita EBM Melvin Jones EBM Maria Petrolí EBM Giuseppe Sette	30h	Mat/Vesp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO FÍSICA/XADREZ 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella (escola e extensão de Eng. Velho)	30h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO FÍSICA/XADREZ 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Ângelo Ary Biezus EBM Frei Cipriano Chardon EBM Imigrantes EBM Nações (extensão Walter Fontana)	30h	Mat/Vesp		
EBM Eugênio Pozzo EBM Natureza	40h	Mat/Vesp	V.V Lizandra Zuanazzi - cedido SEDEC	
EBM Giuseppe Sette	20h	Mat	V.V Franciele Stedille (20h) - cedido SEDEC	
EBM Imigrantes EBM Waldemar Pfeiffer	40h	Mat/Vesp	V.V Tania da Silva - cedido SEDEC V.V Inês Tecchio - readaptada	
EBM Irmão Miguel (extensão Barra Bonita e Barra do Tigre) CMEI Antônio C. Galeazzi	20h	Mat/Vesp	V.V Artemio Artifon - cedido SEDEC	
EBM Maria Petrolí EBM João Theobaldo Magarinos	30h	Mat/Vesp	V.V Maurício Kirst (20h)- cedido SEDEC	
EBM Melvin Jones CMEI Primeiros Passos	40h	Mat/Vesp	V.V Gerson Angnes - cedido SEDEC	
EBM Nações	40h	Mat/Vesp	V.V Ana Paula Deitos (Vesp) - cedido SEDEC	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO FÍSICA/XADREZ 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Parque de Exposições	40h	Mat/Vesp	V.V Elisandra Gozzi (Mat/Vesp)	
EBM Romeu de Sisti	30h	Mat/Vesp		
EBM Santa Cruz CMEI José Garghetti	30h	Mat/Vesp	V.V Claudiomir Hoeckler - gestor(Mat)	
EBM Santa Rita (Tênis/Esportes c/ 2 almoços)	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita (escola e extensão de Kenedy)	20h	Mat/Vesp	V.V Tayson Baseggio - lic mestrado	
EBM Waldemar Pfeiffer (escola + extensão La Salle)	40h	Mat/Vesp	V.V Madalena Ferri - readaptada	
GEM Cinquentenário (extensão Deodoro + extensão Mansueto Boff) CMEI Regina Piola	20h	Mat/Vesp	V.V Denilson Chiapetti - cedido SEDEC	
GEM Maria Melânia Siqueira	40	Mat/Vesp	V.V Naira Dalla Costa - readaptada V.V Leandra Slongo - readaptada	
GEM Nelly M. de Lima CMEI Frei Lency	40h	Mat/Vesp		
GEM Nova Brasília (extensão de Tamanduá e Sede Brum ECM Elvira Schell + 1 almoço)	20h	Mat/Vesp	Mat somente 1 manhã inicia 11h15	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
QUADRO DE VAGAS - EDUCAÇÃO FÍSICA/XADREZ 2021					
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)	
GEM Nova Brasília (Esportes Coletivos c/ 2 almoços)	40h	Mat/Vesp			
GEM Nova Brasília (Dança c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp			
GEM Nova Brasília	20h	Mat	V.V Ana Paula Deitos - cedido SEDEC		
CMEI Lua de Cristal CMEI Dr Zoé CMEI Zilda Neves	40h	Mat/Vesp			
CMEI Acalanto CMEI Amigo CMEI Santa Rita	20h	Vesp			
CMEI Maria Fracasso CMEI Mundo da Criança	20h	Vesp			
CMEI Itália Chiuchetta CMEI Sonhos de Criança	20h	Vesp			

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - MATEMÁTICA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella EBM Giuseppe Sette EBM Irmão Miguel EBM Imigrantes EBM Melvin Jones	40h	Mat/V esp		
EBM João Theobaldo Magarinos	20h	Mat	V.V Nelson Corezolla - readaptado	
EBM João Theobaldo Magarinos	20h	Vesp	V.V Lucilene Lazzarotti - lic. Assuntos particulares até 30/05/2021	
EBM Imigrantes	20h	Mat		
EBM Santa Rita EBM Waldemar Pfeiffer	40h	Mat/V esp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - BRAILLE - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Giuseppe Sette (vesp)	20h	Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LIBRAS - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Nações (mat) GEM Siqueira (vesp)	40h	Mat/Vesp	Atendimento ao art.59da LDB e Resolução 08/2010	

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
GEM NovaBrasília (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita (c/ 2 almoços)	40h	Mat/Vesp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LABORATÓRIO PEDAGÓGICO II - LÍNGUA PORTUGUESA- 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Santa Rita (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LABORATÓRIO PEDAGÓGICO II - MATEMÁTICA - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Santa Rita (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
QUADRO DE VAGAS - LABORATÓRIO PEDAGÓGICO I - ANOS INICIAIS - 2021				
UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Santa Rita (c/ 2 almoços)	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		
EBM Santa Rita (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		
GEM Nova Brasília (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		
GEM Nova Brasília (c/ 4 almoços)	40h	Mat/Vesp		

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUADRO DE VAGAS - CIÊNCIAS - 2021

UNIDADE ESCOLAR	CH	TURNO	JUSTIFICATIVA	PROFESSOR (A)
EBM Anna Z. Coldebella	20h	Mat		
EBM Eugênio Pozzo EBM João Theobaldo Magarinos	20h	Vesp		
EBM Natureza EBM Ângelo Ary Biezus	30h	Mat/Vesp	V. V Fernanda Bisollo (20h) - Lic acompanhamento de conjuge	
EBM Waldemar Pfeiffer	30h	Mat/Vesp	V. V Márcia Bet - readaptada	
GEM Nova Brasília (Ciências/Desenvolvimento Sustentável c/ 2 almoços)	20h	Mat/Vesp		

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 003/2021

Publicação Nº 2795293

DECRETO Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMPOR a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70, inc. V, da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade pregão do Município de Cordilheira Alta os seguintes servidores:

I - Pregoeiro Oficial:

a) TITULAR: Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 408902.

II - Equipe de Apoio:

a) TITULAR: Flaviano Perim - matrícula n. 1334802;

b) TITULAR: Marga Angela Mocellin Giacomini - matrícula n. 29102;

c) 1º SUPLENTE: Emerson Verdi - matrícula n.1372601;

d) 2º SUPLENTE: Kely Cristina Ranzan - matrícula n. 194701.

§ 1º Quando da ausência do Pregoeiro Oficial, caberá ao servidor Flaviano Perim a sua substituição.

§ 2º Os titulares da Equipe de Apoio serão representados, quando ausentes, por qualquer dos suplentes que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/01/2021.

Cordilheira Alta/SC, 04 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2021

Publicação Nº 2795294

DECRETO Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS PARA COMPOR a Comissão Permanente de Licitações DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 70, inc. V, da Lei Orgânica do Município de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitações do Município de Cordilheira Alta, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios e os registros cadastrais deste Município, os seguintes servidores:

I – Titulares:

a) PRESIDENTE: Emerson Verdi - matrícula n. 1372601;

b) 1º MEMBRO: Marga Angela Mocellin Giacomini - matrícula n. 29102;

c) 2º MEMBRO: Kelly Cristina Ranzan - matrícula n. 194701.

II – Suplentes:

a) 1º SUPLENTE: Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 4089-01;

b) 2º SUPLENTE: André Rodrigues - matrícula n. 1346701;

c) 3º SUPLENTE: Flaviano Perim - matrícula n. 1334802.

Parágrafo único. Os titulares da Comissão serão representados, quando ausentes, por qualquer dos suplentes que se fizerem presentes,

respeitando-se a ordem de designação.

Art. 2º As decisões da Comissão serão tomadas com a presença de 03 (três) integrantes, no mínimo, e mediante voto singular de cada um deles.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/01/2021.

Cordilheira Alta/SC, 04 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 013/2021

Publicação Nº 2796676

DECRETO Nº 013, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

"ATRIBUI RESPONSABILIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL PARA REALIZAR OS SERVIÇOS DE TESOUREARIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o cargo de provimento efetivo de tesoureiro da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta encontra-se vago;

Considerando a solicitação formulada pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta, por meio do Ofício n. 01/2021, para que o Município, "excepcionalmente e temporariamente até 31/12/2021, atribua função de responsabilidade a servidor estável do seu quadro de pessoal, que não o tesoureiro, desde que o mesmo preencha os requisitos de investidura previstos na Lei Complementar n. 165/2018, para desempenhar os serviços de tesouraria da Câmara de Vereadores";

Considerando o posicionamento firmado pela 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, no sentido de que "não há, do ponto de vista legal, óbice para que outro servidor do Município de Cordilheira Alta, não ocupante do cargo de Tesoureiro do âmbito do Poder Executivo, seja cedido para exercer tal função no âmbito do Poder Legislativo, desde que preencha, por óbvio, os requisitos previstos em lei para investidura em tal cargo público";

Considerando a interpretação analógica do Prejulgado n. 1277 do TCE/SC, que dispõe "Excepcionalmente, caso não exista o cargo de contador nos quadros de servidores efetivos da Prefeitura Municipal ou da Câmara de Vereadores, ou houver vacância ou afastamento temporário do contador ocupante de cargo efetivo, as seguintes medidas podem ser tomadas, desde que devidamente justificadas e em caráter temporário, até que se conclua, em ato contínuo, os procedimentos de criação e provimento do cargo de contador da unidade: [...]c) Atribuir a responsabilidade pelos serviços contábeis a servidor efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, Legislativo ou na administração indireta, com formação superior em Contabilidade, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade e regular em suas obrigações - que não o Contador desses órgãos - sendo vedada a acumulação remunerada, permitido, no entanto, o pagamento de gratificação atribuída por lei municipal e de responsabilidade do órgão que utilizar os serviços do servidor.";

DECRETA:

Art. 1º Atribui responsabilidade ao servidor municipal Sr. ANDRE RODRIGUES, matrícula n. 1346701, ocupante do cargo de fiscal de tributos, obras e vigilância sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, para realizar, cumulativamente com suas funções, até a data de 31/12/2021, os serviços de tesouraria da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 05 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001/2021

Publicação Nº 2795885

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta Sr. Clodoaldo Briancini, torna público a ratificação da dispensa de licitação 001/2021, nos termos do Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, para aquisição emergencial combustível para manutenção dos serviços essenciais prestados pelo Município de Cordilheira Alta, a favor da empresa Nilo Tozzo Combustíveis Ltda., inscrita no CNPJ nº 19.434.376/0001-32, sendo o valor total de R\$ 15.530,00 (Quinze mil quinhentos e trinta reais).

Cordilheira Alta, 04 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 2795146

DECRETO Nº 012, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

“FIXA O PREÇO PÚBLICO PARA UTILIZAÇÃO DOS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO, PARA FINS ESPORTIVOS, NO ANO DE 2021, NOS TERMOS DA LEI N. 672/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o preço público a ser cobrado pela hora de utilização dos Centros Integrados de Educação para fins esportivos, para o exercício de 2021, nos termos do artigo 1º da Lei n. 672/2005, utilizando-se como índice de correção o IGP-M de 24,52% (vinte e quatro vírgula cinquenta e dois por cento) acumulados nos meses (Dezembro/2019 – Novembro/2020), totalizando a importância de R\$ 27,48 (vinte e sete reais com quarenta e oito centavos)

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 05 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2021

Publicação Nº 2795295

PORTARIA Nº 34/2021

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal Sr. GUSTAVO TSUJISAKI, matrícula nº 1368101, ocupante do cargo de Médico, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03.02.2020 a 02.02.2021, que serão gozadas a partir do dia 11/01/2021.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 07 de janeiro de 2021.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

GUSTAVO TSUJISAKI
Ciente em: ____/____/____

Publicação Nº 2797112

R\$ 1,00

CLODOALDO BRIANCIN	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC023417/0-8	CONTADOR INTERNO

FONTE:

R\$ 1,00

CLODOALDO BRIANCINI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC0234/170-8	CONTORLADOR INTERNO

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	3.672.920,81
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.000.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	3.672.920,81
DEDUÇÕES (II)	5.681.482,00	5.628.754,72	7.172.840,30	7.557.672,48
Disponibilidade de Caixa	5.658.967,68	5.621.772,19	7.158.179,91	7.544.023,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.702.067,28	7.328.863,79	8.682.169,19	7.544.759,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	43.099,60	1.707.091,60	1.523.989,28	735,51
Demais Haveres Financeiros	22.514,32	6.982,53	14.660,39	13.648,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.681.482,00	-4.128.754,72	-5.672.840,30	-3.884.751,67
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.102.277,86	27.238.342,03	28.116.460,11	28.958.892,78
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	300.000,00	400.000,00	480.041,65	280.133,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.802.277,86	26.838.342,03	27.636.418,46	28.678.758,92
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,73%	5,59%	5,43%	12,81%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-17,47%	-15,38%	-20,53%	-13,55%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	32.162.733,43	32.206.010,44	33.163.702,15	34.414.510,70
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	28.946.460,09	28.985.409,39	29.847.331,94	30.973.059,63
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	180.473,79	174.554,71	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	3.228.409,73	4.237.567,69	6.551.428,79	4.546.916,17
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

FONTE:

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	27.102.277,86	27.238.342,03	28.116.460,11	28.958.892,78
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	300.000,00	400.000,00	480.041,65	280.133,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	26.802.277,86	26.838.342,03	27.636.418,46	28.678.758,92
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	5.962.501,13	5.992.435,25	6.185.621,22	6.370.956,41
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	5.366.251,02	5.393.191,73	5.567.059,10	5.733.860,77

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:**FONTE:**

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	28.958.892,78	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	280.133,86	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.678.758,92	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	4.588.601,43	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	4.129.741,28	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.007.513,12	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
 CONTORLADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LÍQUIDOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b) + (c) + (d) - (f)	(h)			(i) = (g) - (h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	4.113.479,23	735,51	0,00	0,00	0,00	0,00	4.112.743,72	974.466,96	0,00	0,00	3.138.276,76
	Recursos Ordinários	4.113.479,23	735,51	0,00	0,00	0,00	0,00	4.112.743,72	974.466,96	0,00	3.138.276,76
	Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.431.280,26	0,00	0,00	124.887,05	0,00	0,00	3.306.413,21	3.447.582,16	0,00	0,00	(141.168,95)
TOTAL (III) = (I + II)	Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Et	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Alienação de Bens/Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	3.431.280,26	0,00	0,00	124.887,05	0,00	0,00	3.306.413,21	3.447.582,16	0,00	0,00	(141.168,95)
TOTAL (III) = (I + II)	7.544.759,49	735,51	0,00	124.887,05	0,00	0,00	7.419.156,93	4.422.049,12	0,00	0,00	2.997.107,81

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOLDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGONI FAVERO
CONTADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	28.958.892,78	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.678.758,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	28.445.858,92	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.741.987,16	44,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	17.067.515,35	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	16.214.139,58	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	15.360.763,82	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.884.751,67	-13,55
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.414.510,70	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.370.956,41	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.633.422,84	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.027.122,49	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.422.049,12	2.997.107,81

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 06/2020

Publicação Nº 2797118

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.968.049,30	28.968.049,30	7.985.330,70	27,57	32.258.268,29	111,36	-3.290.218,99
RECEITAS CORRENTES	28.894.849,30	28.894.849,30	5.586.479,11	19,33	29.191.792,78	101,03	-296.943,48
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.991.300,00	2.991.300,00	732.241,86	24,48	4.004.852,99	133,88	-1.013.552,99
IMPOSTOS	2.786.300,00	2.786.300,00	696.230,17	25,06	3.674.528,01	131,86	-888.228,01
TAXAS	205.000,00	205.000,00	34.011,69	16,59	330.324,98	161,13	-125.324,98
CONTRIBUIÇÕES	480.000,00	480.000,00	49.008,12	10,21	391.431,57	81,55	88.568,43
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	480.000,00	480.000,00	49.008,12	10,21	391.431,57	81,55	88.568,43
RECEITA PATRIMONIAL	118.855,00	118.855,00	3.068,31	2,58	32.463,16	27,31	86.391,84
VALORES MOBILIÁRIOS	118.855,00	118.855,00	3.068,31	2,58	32.463,16	27,31	86.391,84
RECEITA DE SERVIÇOS	879.200,00	879.200,00	253.060,63	28,78	1.425.995,22	162,19	-546.795,22
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	200,00	200,00	0,00	0,00	421,87	210,94	-221,87
OUTROS SERVIÇOS	879.000,00	879.000,00	253.060,63	28,79	1.425.573,35	162,18	-546.573,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.378.294,30	24.378.294,30	4.541.205,21	18,63	23.267.218,25	95,44	1.111.076,05
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.569.059,30	10.569.059,30	2.072.117,17	19,61	10.281.855,38	97,28	287.202,92
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	10.879.235,00	10.879.235,00	1.943.444,26	17,86	10.204.901,25	93,80	674.333,75
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.930.000,00	2.930.000,00	522.643,78	17,84	2.777.460,62	94,79	152.539,38
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	47.200,00	47.200,00	7.894,98	16,73	69.831,59	147,95	-22.631,59
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	11.358,46	31,55	24.641,54
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	11.200,00	11.200,00	7.894,98	70,49	58.473,13	522,08	-47.273,13
RECEITAS DE CAPITAL	73.200,00	73.200,00	2.398.851,59	3,277,12	3.066.475,51	4.189,17	-2.993.275,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.400,00	4.400,00	2.150.325,99	48,871,05	2.530.326,62	57,507,42	-2.525.926,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	4.400,00	4.400,00	2.150.325,99	48,871,05	2.530.326,62	57,507,42	-2.525.926,62
ALIEAÇÃO DE BENS	2.700,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	2.700,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	48.000,00	48.000,00	47,918	1,00	18.102,47	37,71	29.897,53
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.100,00	18.100,00	248.046,42	1,370,42	518.046,42	2.862,13	-499.946,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	16.000,00	16.000,00	48.046,42	300,29	148.046,42	925,29	-132.046,42
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	2.100,00	2.100,00	200.000,00	9.523,81	370.000,00	17.619,05	-367.900,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	28.968.049,30	28.968.049,30	7.985.330,70	27,57	32.258.268,29	111,36	-3.290.218,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Contratual			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	28.968.049,30	28.968.049,30	7.985.330,70	27,57	32.258.269,29	111,36	-3.290.218,99
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	28.968.049,30	28.968.049,30	7.985.330,70	27,57	32.258.269,29	111,36	-3.290.218,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	2.227.895,58	—	—	2.227.895,58	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	2.227.895,58	—	—	2.227.895,58	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	6.770.521,14	7.682.390,26	27.269.669,31	11.192.570,26	27.269.669,31	4.422.049,12
DESPESAS CORRENTES	26.825.018,60	28.706.239,92	3.463.675,18	23.450.157,03	5.256.082,89	4.684.016,45	23.196.929,16	5.509.310,76	23.196.929,16	253.227,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.327.800,00	14.219.696,04	2.866.166,64	12.766.703,97	1.452.992,07	2.871.957,08	12.766.703,97	1.452.992,07	12.766.703,97	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	115.000,00	115.000,00	0,00	115.000,00	0,00	29.053,40	110.294,21	4.705,79	110.294,21	4.705,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.362.218,60	14.371.543,88	607.508,54	10.568.453,06	3.803.090,82	1.783.005,97	10.319.930,98	4.051.612,90	10.319.930,98	248.522,08
DESPESAS DE CAPITAL	2.043.030,70	9.655.999,65	1.359.859,00	8.241.561,40	1.414.438,25	2.998.373,81	4.072.740,15	5.583.259,50	4.072.740,15	4.168.821,25
INVESTIMENTOS	1.763.030,70	9.375.999,65	1.359.859,00	8.241.561,40	1.134.438,25	2.998.373,81	4.072.740,15	5.303.259,50	4.072.740,15	4.168.821,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00	280.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	6.770.521,14	7.682.390,26	27.269.669,31	11.192.570,26	27.269.669,31	4.422.049,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	6.770.521,14	7.682.390,26	27.269.669,31	11.192.570,26	27.269.669,31	4.422.049,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	566.549,86	—	—	4.988.598,98	—	4.988.598,98	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	32.258.268,29	—	7.682.390,26	32.258.268,29	—	32.258.268,29	4.422.049,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.988.598,98

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOLDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADOR - CRO/SC023417/O-8	SILVANAMAGIONI FAVERO CONTORLADOR INTERNO
--	--	--

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FA
CONTORLADOR INTE

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		17.700,00	304,44				17.395,56	
Receita de Alienação De Bens Móveis		2.700,00	0,00				2.700,00	
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00				0,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		15.000,00	304,44				14.695,56	
DESPESAS								
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital		1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
Investimentos		1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
		1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (b - (II + IIg))					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		0,00	304,44					304,44
FONTE:								

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC/SC023417/O-8	CONTORLADOR INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				2.786.300,00	2.786.300,00	3.676.596,93	131,95
Recelita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				613.000,00	613.000,00	658.385,12	107,40
IPTU				500.000,00	500.000,00	522.066,14	104,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU				113.000,00	113.000,00	136.318,98	120,64
Recelita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				319.800,00	319.800,00	931.202,81	291,18
ITBI				319.800,00	319.800,00	627.433,48	196,20
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI				0,00	0,00	303.769,33	0,00
Recelita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				1.463.500,00	1.463.500,00	1.476.708,15	100,90
ISS				1.380.000,00	1.380.000,00	1.425.238,04	103,28
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS				83.500,00	83.500,00	51.470,11	61,64
Recelita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF				390.000,00	390.000,00	610.300,85	156,49
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				21.635.171,30	21.635.171,30	19.318.225,05	89,29
Cota-Parte FPM				8.488.571,30	8.488.571,30	7.046.317,58	83,01
Cota-Parte ITR				1.600,00	1.600,00	9.667,54	604,22
Cota-Parte IPVA				930.000,00	930.000,00	855.400,04	91,98
Cota-Parte ICMS				12.000.000,00	12.000.000,00	11.253.184,12	93,78
Cota-Parte IPI-Exportação				160.000,00	160.000,00	153.655,77	96,03
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/86)				55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II				24.421.471,30	24.421.471,30	22.994.821,98	94,16
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.105.223,50	5.195.299,17	4.683.505,64	90,15	4.683.392,15	90,15	113,49
Despesas Correntes	4.956.623,50	4.974.099,17	4.576.932,06	92,02	4.576.818,57	92,01	113,49
Despesas de Capital	148.600,00	221.200,00	106.573,58	48,18	106.573,58	48,18	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	70.000,00	70.000,00	60.000,00	85,71	60.000,00	85,71	0,00
Despesas Correntes	70.000,00	70.000,00	60.000,00	85,71	60.000,00	85,71	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página 2/5

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.223.223,50	5.313.299,17	4.743.505,64	89,28	4.743.392,15	89,27	4.743.392,15	89,27	113,49
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)									
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)									
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)									
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)									
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)									
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)									
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)									
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)									
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)									
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)									
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012									
Diferença de limite não cumprido em 2020 Diferença de limite não cumprido em 2019 Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores			LIMITE NÃO CUMPRIDO					Saldo Final (não aplicado) ¹ (= h - (i ou j))	
			Saldo Inicial (no exercício atual) (h)		Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Pagas (k)		
			Empenhadas (i)		Liquidadas (j)				
			-		-		-		
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)									

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total Inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP cancelados ou a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (iv)		Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	
						Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)	PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA (e)			RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100	
							Até o Bimestre (b)			

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.001.700,00	2.601.353,13	1.811.991,58	69,66	1.807.176,08	69,47	1.807.176,08	69,47	4.815,50
Despesas Correntes	962.900,00	2.554.839,27	1.776.615,59	69,54	1.771.800,09	69,35	1.771.800,09	69,35	4.815,50
Despesas de Capital	38.800,00	46.513,86	35.375,99	76,05	35.375,99	76,05	35.375,99	76,05	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	45.100,00	149.549,42	74.557,40	49,85	74.557,40	49,85	74.557,40	49,85	0,00
Despesas Correntes	45.000,00	103.773,54	53.124,40	51,19	53.124,40	51,19	53.124,40	51,19	0,00
Despesas de Capital	100,00	45.775,88	21.433,00	46,82	21.433,00	46,82	21.433,00	46,82	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.046.800,00	2.750.902,55	1.886.546,98	68,58	1.881.733,48	68,40	1.881.733,48	68,40	4.815,50

Página 5/5

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	6.107.923,50	7.797.652,30	6.495.497,22	83,30	6.490.568,23	83,24	6.490.568,23	83,24	4.928,99
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	70.000,00	70.000,00	60.000,00	85,71	60.000,00	85,71	60.000,00	85,71	0,00
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	93.100,00	197.549,42	74.557,40	37,74	74.557,40	37,74	74.557,40	37,74	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.271.023,50	8.065.201,72	6.630.054,62	82,21	6.625.125,63	82,14	6.625.125,63	82,14	4.928,99
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	6.271.023,50	8.065.201,72	6.630.054,62	82,21	6.625.125,63	82,14	6.625.125,63	82,14	4.928,99

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC023417/O-8	SILVANA MAGIONI FAVERO CONTORLADOR INTERNO
---	---	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Até o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas Provisórias	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE PPP	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DO ENTE FEDERADO EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (I.1 + I.2)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições (I.1)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acontizável (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (I.1 + I.2)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acontizável (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (II) = (I + II)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	28.958.862,78	28.958.862,78	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	-	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CUDIVALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELE CELIA TOZZO
CONTADOR(A) - CROSO284770-8SILVANA MAGONI FARIAS
CONTADOR(A) INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			28.968.049,30	
Previsão Atualizada			28.968.049,30	
Receitas Realizadas			32.258.268,29	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			2.227.895,58	
DESPESAS				
Dotação Inicial			28.968.049,30	
Créditos Adicionais			9.494.190,27	
Dotação Atualizada			38.462.239,57	
Despesas Empenhadas			31.691.718,43	
Despesas Liquidadas			27.269.669,31	
Despesas pagas			27.269.669,31	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			4.422.049,12	
Superavit Orçamentário			4.988.598,98	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			31.691.718,43	
Liquidadas			27.269.669,31	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			4.422.049,12	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			28.958.892,78	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			28.678.758,92	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			28.445.858,92	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			263,49	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			263,49	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-705.851,69	0,00
Resultado Primário		0,00	-628.020,64	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	3.228.409,73	0,00	3.103.542,68	124.867,05
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	3.228.409,73	0,00	3.103.542,68	124.867,05
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	43.099,60	0,00	42.364,09	735,51
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	43.099,60	0,00	42.364,09	735,51
TOTAL:	3.271.509,33	0,00	3.145.906,77	125.602,56

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.200.297,83	25%	26,24
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.461.865,16	60%	88,64
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			2.672.920,81	-2.668.520,81
Despesa de Capital Líquida			8.241.561,40	1.414.438,25
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			304,44	17.395,56
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1.400,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		4.743.505,64	15,00	20,63
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

Município de Cortiñeira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre			Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	100,00	7.682.390,26	27.269.669,31	11.192.570,26	4.422.049,12	
Legislativa	1.001.125,00	1.001.125,00	91.865,11	791.409,40	2,50	129.677,09	785.009,40	216.115,60	6.400,00	
Ação Legislativa	1.001.125,00	1.001.125,00	91.865,11	791.409,40	2,50	129.677,09	785.009,40	216.115,60	6.400,00	
Administração	3.243.070,00	3.595.498,40	629.702,39	3.349.539,70	10,57	768.135,32	3.338.766,82	266.731,58	10.772,88	
Administração Geral	3.243.070,00	3.595.498,40	629.702,39	3.349.539,70	10,57	768.135,32	3.338.766,82	266.731,58	10.772,88	
Assistência Social	937.000,00	1.252.919,46	128.940,79	714.666,48	2,26	164.299,47	714.482,63	538.436,83	183,85	
Assistência Comunitária	937.000,00	1.252.919,46	128.940,79	714.666,48	2,26	164.299,47	714.482,63	538.436,83	183,85	
Saúde	6.271.023,50	8.065.201,72	748.910,99	6.630.054,62	20,92	1.258.285,82	6.625.125,63	1.440.076,09	4.928,99	
Atenção Básica	6.107.923,50	7.797.652,30	749.803,11	6.495.497,22	20,50	1.239.134,86	6.490.588,23	1.307.064,07	4.928,99	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.000,00	70.000,00	0,00	60.000,00	0,19	10.000,00	60.000,00	10.000,00	0,00	
Vigilância Sanitária	93.100,00	197.549,42	-892,12	74.557,40	0,24	122.992,02	74.557,40	122.992,02	0,00	
Educação	7.513.125,70	7.468.816,01	1.136.294,69	5.537.078,94	17,47	1.921.737,07	5.263.995,85	2.195.220,16	273.483,09	
Alimentação e Nutrição	330.000,00	189.688,37	-13.404,59	115.734,94	0,37	27.833,25	115.734,94	73.933,43	0,00	
Ensino Fundamental	6.152.270,00	6.228.991,94	1.010.830,36	4.939.844,79	15,59	1.185.744,22	4.817.861,70	1.411.130,24	121.983,09	
Ensino Médio	770.100,00	428.100,00	0,00	81.152,11	0,26	346.947,89	81.152,11	346.947,89	0,00	
Educação Infantil	173.755,70	525.055,70	138.869,12	334.094,35	1,05	190.961,35	182.594,35	342.461,35	151.500,00	
Educação de Jovens e Adultos	21.000,00	21.000,00	0,00	1.176,50	0,00	19.823,50	1.176,50	19.823,50	0,00	
Educação Especial	66.000,00	66.000,00	0,00	65.076,25	0,21	923,75	65.076,25	923,75	0,00	
Cultura	210.825,00	55.825,00	0,00	3.039,00	0,01	52.786,00	3.039,00	52.786,00	0,00	
Diffusão Cultural	210.825,00	55.825,00	0,00	3.039,00	0,01	52.786,00	3.039,00	52.786,00	0,00	
Direitos da Cidadania	19.000,00	24.295,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.295,80	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	19.000,00	24.295,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.295,80	0,00	
Urbanismo	3.506.505,00	9.497.873,08	700.854,44	8.514.598,14	26,87	2.661.773,33	5.443.992,44	4.053.880,64	3.070.605,70	
Infra-Estrutura Urbana	16.100,00	5.203.099,34	402.855,21	5.020.097,33	15,84	183.002,01	2.150.325,99	3.052.773,35	2.869.771,34	
Serviços Urbanos	3.490.405,00	4.294.773,74	297.999,23	3.494.500,81	11,03	800.272,93	3.293.666,45	1.001.107,29	200.834,36	
Habituação	26.900,00	26.900,00	0,00	0,00	0,00	26.900,00	0,00	26.900,00	0,00	
Habituação Rural	11.825,00	11.825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.825,00	0,00	
Habituação Urbana	15.075,00	15.075,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.075,00	0,00	
Saneamento	1.833.700,00	2.014.700,00	323.649,03	1.916.832,59	6,05	578.368,21	1.644.305,17	370.394,83	272.527,42	
Saneamento Básico Urbano	1.833.700,00	2.014.700,00	323.649,03	1.916.832,59	6,05	578.368,21	1.644.305,17	370.394,83	272.527,42	
Agricultura	2.617.375,10	3.177.735,10	718.043,39	2.721.061,26	8,59	436.366,11	2.277.192,53	900.542,57	443.888,73	
Defesa Sanitária Animal	89.000,00	89.000,00	1.666,38	53.153,07	0,17	3.716,38	53.153,07	35.846,93	0,00	
Extensão Rural	2.528.375,10	3.088.735,10	716.377,01	2.667.908,19	8,42	432.649,73	2.224.039,46	864.695,64	443.888,73	
Energia	480.200,00	713.200,00	-35.499,71	461.503,45	1,46	254.889,43	435.552,17	277.647,83	25.951,28	
Energia Elétrica	480.200,00	713.200,00	-35.499,71	461.503,45	1,46	254.889,43	435.552,17	277.647,83	25.951,28	
Desporto e Lazer	451.200,00	670.200,00	329.817,44	572.583,20	1,81	97.616,80	298.413,83	371.786,17	274.169,37	
Desporto Comunitário	451.200,00	670.200,00	329.817,44	572.583,20	1,81	97.616,80	298.413,83	371.786,17	274.169,37	
Encargos Especiais	757.000,00	807.950,00	50.955,42	479.351,65	1,51	328.598,35	440.193,84	367.756,16	39.157,81	
Administração Geral	23.000,00	23.950,00	5.595,12	23.949,68	0,08	0,32	23.949,68	0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Interna	395.000,00	395.000,00	0,00	115.000,00	0,36	280.000,00	110.294,21	284.705,79	4.705,79	
Serviço da Dívida Interna	339.000,00	389.000,00	45.360,30	340.401,97	1,07	48.598,03	305.949,95	83.050,05	34.452,02	

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	100,00	6.770.521,14	7.682.390,26	27.269.669,31	100,00	11.192.570,26	4.422.049,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	28.968.049,30	38.462.239,57	4.823.534,18	31.691.718,43	100,00	6.770.521,14	7.682.390,26	27.269.669,31	100,00	11.192.570,26	4.422.049,12

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.436.579,43	2.835.707,59	2.848.664,75	2.238.326,22	2.278.679,55	2.378.964,42	3.251.600,69	2.701.411,61	2.711.861,65	2.816.606,49	2.873.810,81	3.446.730,26	32.822.543,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	155.763,83	314.566,15	596.873,06	246.016,10	292.800,34	280.951,87	338.833,20	260.436,92	403.282,59	383.088,07	354.365,08	377.876,78	4.004.852,99
I.P.T.U.	10.966,92	58.905,55	306.241,36	21.488,33	50.635,11	50.553,10	41.691,14	11.188,15	22.426,60	50.464,04	23.440,77	8.123,13	656.166,20
I.R.R.F.	0,00	45.288,40	39.544,48	49.916,36	48.340,34	48.671,11	50.897,81	46.572,01	48.974,51	50.641,91	51.161,84	126.333,08	610.300,85
I.S.S.	86.900,62	114.983,92	127.904,71	86.816,93	104.116,85	88.055,30	112.916,10	141.270,56	143.326,81	140.132,87	136.577,23	194.704,25	1.476.708,15
I.T.B.I.	37.337,27	62.437,39	47.571,75	34.746,41	66.546,77	76.671,17	112.238,37	46.494,17	173.561,52	115.856,12	123.099,93	132.769,94	931.352,81
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	20.539,02	32.952,89	75.810,76	53.040,07	23.159,27	17.046,19	21.089,78	10.912,03	15.991,15	25.973,13	13.926,38	330.324,98	205.000,00
Contribuições	28.061,75	42.480,52	60.933,76	17.883,78	31.577,35	31.134,84	35.278,95	29.900,25	30.752,11	34.418,14	31.006,89	16.001,23	391.437,77
Recita Patrimonial	5721,80	4714,81	4.804,12	2.693,01	2.831,72	2.596,35	2.373,98	1.368,51	953,15	1.338,40	1.564,27	1.504,04	118.855,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeira	5721,80	4714,81	4.804,12	2.693,01	2.831,72	2.596,35	2.373,98	1.368,51	953,15	1.338,40	1.564,27	1.504,04	118.855,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	109.158,61	114.048,85	108.742,13	109.304,65	117.567,10	111.257,10	131.666,47	133.957,20	110.550,47	126.682,01	113.202,96	139.857,67	1.425.995,22
Transferências Correntes	2.131.494,47	2.354.467,31	2.070.293,03	1.857.769,50	1.820.551,25	1.946.669,51	2.738.767,77	2.265.891,40	2.163.257,56	2.266.550,97	2.371.135,89	2.909.131,28	26.897.998,94
Cota-Parte do FPM	646.959,94	933.381,83	545.774,19	534.975,53	559.932,49	455.001,03	784.375,24	496.252,06	401.346,03	540.052,44	715.798,61	1.067.311,01	9.368.371,30
Cota-Parte do ICMS	1.069.911,07	1.021.323,08	964.742,30	735.082,65	666.374,86	759.033,05	915.936,52	941.622,14	995.474,65	1.053.474,65	978.893,49	1.142.051,45	11.253.184,12
Cota-Parte do IPVA	47.792,51	54.773,09	91.011,26	86.916,36	89.550,03	81.061,01	100.839,09	76.944,43	79.810,88	73.899,77	42.032,92	26.769,69	855.400,04
Cota-Parte do ITR	62,28	112,89	16,39	46,60	47,30	68,64	31,09	2,016,46	2,016,46	6,944,49	226,46	67,74	9.667,54
Outras Transferências Correntes	107.196,61	75.280,47	218.276,73	303.813,96	312.550,12	463.823,23	702.202,47	505.065,40	435.703,51	308.255,63	370.852,45	374.472,87	4.167.433,45
Transferências da LC 87/1995	11.023,58	11.924,69	11.004,75	9.875,87	9.846,85	8.855,19	10.637,55	12.302,50	14.450,76	16.538,33	18.128,85	19.006,85	153.655,77
Transferências da LC 87/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	252.546,48	257.671,26	239.465,41	187.100,13	181.250,10	190.816,36	224.729,60	229.671,78	234.177,06	257.385,66	246.213,11	277.430,67	2.777.480,62
Outras Receitas Correntes	6.378,97	5.426,95	7.016,65	3.263,18	13.351,79	4.365,75	4.681,32	9.857,33	3.065,77	4.528,90	4.535,72	3.359,26	69.831,59
DEDUÇÕES (II)	354.346,47	404.302,91	322.590,00	273.370,68	265.350,01	260.803,77	298.814,32	306.230,66	298.675,18	346.181,73	351.021,98	388.039,98	3.863.650,69
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	354.346,47	404.302,91	322.590,00	273.370,68	265.350,01	260.803,77	298.814,32	306.230,66	298.675,18	346.181,73	351.021,98	388.039,98	3.863.650,69
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.082.232,96	2.431.404,68	2.526.074,75	1.964.955,54	2.013.329,54	2.118.160,65	2.952.786,37	2.395.180,95	2.413.186,47	2.470.424,76	2.522.788,83	3.061.690,28	28.959.892,78
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENCAMENTAMENTO (V) = (III - IV):	2.082.232,96	2.431.404,68	2.526.074,75	1.964.955,54	2.013.329,54	2.118.160,65	2.952.786,37	2.395.180,95	2.413.186,47	2.470.424,76	2.522.788,83	3.061.690,28	28.959.892,78
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Lancada (art. 166, § 1º, da CF) (V):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - W):	2.082.232,96	2.431.404,68	2.526.074,75	1.964.955,54	2.013.329,54	2.118.160,65	2.952.786,37	2.395.180,95	2.413.186,47	2.470.424,76	2.522.788,83	3.061.690,28	28.959.892,78
FONTE:													
Cordilheira Alta, 07/01/2021													
CLAUDIO BRANCINI	EMANUELLE CELLA TOZZO	SILVANA MAGIONI FAVERO											
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORIA - CRC/SC0234170-8	CONTADORIA INTERNO											



Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)			263,49	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados				0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais				0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial				0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços				0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	263,49	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	263,49	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				185.909,98
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	185.909,98
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	263,49	185.909,98

Continua 1/3

Contín

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V):	0,00	0,00	263,49	185.909,98	263,49	185.909,98	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor			0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor			0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS			0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2020		2019			
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00		0,00	
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00		0,00	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00		0,00	

Continua 2/3

Contín

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre/2019					
			Até o Bimestre/2020	0,00				
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00				
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
					Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		
					Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		
					Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

FONTE:
Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI

EMANUELLE CELLA TOZZO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADORA - CRC/SC023417/O- CONTORLADOR INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Out 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.000.000,00	1.522.594,82	3.672.920,81
DEDUÇÕES (II)	5.658.967,68	7.531.109,04	7.544.023,98
Disponibilidade de Caixa	5.658.967,68	7.531.109,04	7.544.023,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.702.067,28	8.870.591,12	7.544.759,49
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	43.099,60	1.339.482,08	735,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.000.000,00	1.522.594,82	3.672.920,81
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.000.000,00	-1.522.594,82	-3.672.920,81

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2020 (VIc - VIa)
VALOR	-2.150.325,99	-2.672.920,81

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	28.894.849,30	29.191.792,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.991.300,00	4.004.852,99
I.P.T.U.	613.000,00	656.166,20
I.S.S.	1.463.500,00	1.476.708,15
I.T.B.I.	319.800,00	931.352,81
I.R.R.F.	390.000,00	610.300,85
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	205.000,00	330.324,98
Contribuições	480.000,00	391.431,57
Receita Patrimonial	118.855,00	32.463,16
Aplicações Financeiras (II)	118.855,00	32.463,16
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	24.378.294,30	23.267.218,25
Cota-Parte do FPM	7.670.857,24	6.271.904,21
Cota-Parte do ICMS	9.600.000,00	9.002.540,18
Cota-Parte do IPVA	744.000,00	684.321,06
Cota-Parte do ITR	1.280,00	7.734,14
Transferências da LC 87/1995	44.000,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	128.000,00	122.924,59
Transferências do FUNDEB	2.930.000,00	2.777.460,62
Outras Transferências Correntes	3.260.157,06	4.400.333,45
Demais Receitas Correntes	926.400,00	1.495.826,81
Outras Receitas Financeiras (III)	11.000,00	114,81
Receitas Correntes Restantes	915.400,00	1.495.712,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	28.764.994,30	29.159.214,81
RECEITAS DE CAPITAL (V)	73.200,00	3.066.475,51
Operação de Crédito (VI)	4.400,00	2.530.326,62
Amortização de Empréstimos (VII)	48.000,00	18.102,47
Alienação de Bens	2.700,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	28.706.239,92	23.450.157,03	23.196.929,16	23.196.929,16	17.364,09	4.688,46	4.688,46
Pessoal e Encargos Sociais	14.219.696,04	12.766.703,97	12.766.703,97	12.766.703,97	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	115.000,00	115.000,00	110.294,21	110.294,21	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14.371.543,88	10.568.453,06	10.319.930,98	10.319.930,98	17.364,09	4.688,46	4.688,46
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	14.371.543,88	10.568.453,06	10.319.930,98	10.319.930,98	17.364,09	4.688,46	4.688,46
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	28.591.239,92	23.335.157,03	23.086.634,95	23.086.634,95	17.364,09	4.688,46	4.688,46
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	9.655.999,65	8.241.561,40	4.072.740,15	4.072.740,15	25.000,00	3.098.854,22	3.098.854,22
Investimentos	9.375.999,65	8.241.561,40	4.072.740,15	4.072.740,15	25.000,00	3.098.854,22	3.098.854,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	9.375.999,65	8.241.561,40	4.072.740,15	4.072.740,15	25.000,00	3.098.854,22	3.098.854,22

Continua 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	38.067.239,57	31.576.718,43	27.159.375,10	27.159.375,10	42.364,09	3.103.542,68	3.103.542,68	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
-628.020,64								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								
216.600,00								
Juros Nominais								
Até o Bimestre/2020								
VALOR INCORRIDO								
32.463,16								
110.294,21								
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)								
-705.851,69								
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL								
VALOR CORRENTE								
212.745,00								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								
ABAIXO DA LINHA								
SALDO								
Em 31 Dez 2019(a)								
Até o Bimestre/2020(b)								
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)								
3.672.920,81								
DEDUÇÕES (XXIX)								
7.557.672,48								
Disponibilidade de Caixa								
7.544.023,98								
Disponibilidade de Caixa Bruta								
7.544.759,49								
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)								
735,51								
Demais Haveres Financeiros								
13.648,50								
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXXI)								
-3.884.751,67								
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)								
-796.730,33								

Continua 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	42.364,09
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-839.094,42
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-761.263,37
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	2.227.895,58
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2.227.895,58
	0,00

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC023417/O-8	SILVANA MAGIONI FAVERO CONTORLADOR INTERNO
---	---	---

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020(BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO)

REDO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					RS,1.0	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L=(e+k)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)	(c)	(d)	(e)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)	(h)	(i)	(j)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	43.099,60	42.364,09	-	735,51	-	3.228.409,73	3.103.542,68	3.103.542,68	-	124.867,05	125.602,56
EXECUTIVO		0,00	43.099,60	42.364,09	0,00	735,51	0,00	3.228.409,73	3.103.542,68	3.103.542,68	0,00	124.867,05	125.602,56
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	43.099,60	42.364,09	0,00	735,51	0,00	3.228.409,73	3.103.542,68	3.103.542,68	0,00	124.867,05	125.602,56
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	16.831,80	16.831,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	815,39	815,39	815,39	0,00	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128.002,41	127.999,97	127.999,97	0,00	2,44	2,44
Sec. Munic. da Agric., Ind. e Comercio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407,69	407,69	407,69	0,00	0,00	0,00
Sec. Munic. da Infra-Estrutura		0,00	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	2.287.643,93	2.287.643,93	2.287.643,93	0,00	0,03	0,03
Secretaria Munic. da Educação		0,00	735,51	0,00	0,00	735,51	0,00	811.132,59	686.268,01	686.268,01	0,00	124.864,58	125.600,09
Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	407,69	407,69	407,69	0,00	0,00	0,00
Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico		0,00	532,29	532,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	43.099,60	42.364,09	0,00	735,51	0,00	3.228.409,73	3.103.542,68	3.103.542,68	0,00	124.867,05	125.602,56
NOTA:													

FONTE:

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOLDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADOR - CRC/SC023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTROLIADOR INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.786.300,00	2.786.300,00	3.674.528,01	131,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	613.000,00	613.000,00	656.166,20	107,04
1.1.1- IPTU	500.000,00	500.000,00	519.847,22	103,97
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	113.000,00	113.000,00	136.318,98	120,64
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	319.800,00	319.800,00	931.352,81	291,23
1.2.1- ITBI	319.800,00	319.800,00	627.433,48	196,20
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	303.919,33	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.463.500,00	1.463.500,00	1.476.708,15	100,90
1.3.1- ISS	1.380.000,00	1.380.000,00	1.425.238,04	103,28
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	83.500,00	83.500,00	51.470,11	61,64
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	390.000,00	390.000,00	610.300,85	156,49
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.515.171,30	22.515.171,30	19.953.074,87	88,62
2.1- Cota-Parte FPM	9.368.571,30	9.368.571,30	7.681.167,40	81,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.488.571,30	8.488.571,30	7.046.317,58	83,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	480.000,00	480.000,00	317.086,89	66,06
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	400.000,00	400.000,00	317.762,93	79,44
2.2- Cota-Parte ICMS	12.000.000,00	12.000.000,00	11.253.184,12	93,78
2.3- ICMS-Desoneração - L. C. nº87/1996	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	160.000,00	160.000,00	153.655,77	96,03
2.5- Cota-Parte ITR	1.600,00	1.600,00	9.667,54	604,22
2.6- Cota-Parte IPVA	930.000,00	930.000,00	855.400,04	91,98
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	25.301.471,30	25.301.471,30	23.627.602,88	93,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	484.100,00	484.100,00	406.723,48	84,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	320.000,00	320.000,00	264.816,49	82,76
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	70.000,00	70.000,00	70.624,40	100,89
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	71.085,31	88,86
5.5- Outras Transferências do FNDE	14.100,00	14.100,00	197,28	1,40
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	180.000,00	180.000,00	42.120,99	23,40
6.1- Transferências de Convênios	180.000,00	180.000,00	42.120,99	23,40
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	49.000,00	49.000,00	350.971,61	716,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	713.100,00	713.100,00	799.816,08	112,16
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.316.034,06	4.316.034,06	3.863.650,69	89,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.697.714,06	1.697.714,06	1.409.263,19	83,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.400.000,00	2.400.000,00	2.250.643,94	93,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	32.000,00	32.000,00	30.731,18	96,03
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	320,00	320,00	1.933,40	604,19
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	186.000,00	186.000,00	171.078,98	91,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.930.000,00	2.930.000,00	2.777.460,62	94,79
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.930.000,00	2.930.000,00	2.777.460,62	94,79
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.386.034,06	-1.386.034,06	-1.086.190,07	78,37
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.559.000,00	2.640.021,94	2.461.865,16	93,25	2.461.865,16	93,25	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	2.559.000,00	2.640.021,94	2.461.865,16	93,25	2.461.865,16	93,25	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	380.000,00	380.000,00	286.356,13	75,36	286.356,13	75,36	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	380.000,00	380.000,00	286.356,13	75,36	286.356,13	75,36	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.939.000,00	3.020.021,94	2.748.221,29	91,00	2.748.221,29	91,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							2.748.221,29
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							88,64
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							10,31
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,05
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							81.021,91
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							81.021,91
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	151.955,70	356.386,05	334.094,35	93,75	182.594,35	51,23	151.500,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	5.738.225,00	5.814.946,94	4.780.013,41	82,20	4.658.030,32	80,10	121.983,09
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.939.000,00	3.020.021,94	2.748.221,29	91,00	2.748.221,29	91,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.799.225,00	2.794.925,00	2.031.792,12	72,70	1.909.809,03	68,33	121.983,09
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.890.180,70	6.171.332,99	5.114.107,76	82,87	4.840.824,67	78,44	273.483,09
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.086.190,07
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.086.190,07
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							6.200.297,83
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							26,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.578.945,00	1.243.483,02	422.971,18	34,02	422.971,18	34,02	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.622.945,00	1.287.483,02	422.971,18	32,85	422.971,18	32,85	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	7.513.125,70	7.458.816,01	5.537.078,94	74,24	5.263.595,85	70,57	273.483,09

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.777.460,62	264.816,49
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		2.777.460,62	264.816,49
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		2.777.460,62	264.816,49

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	4.400,00	2.672.920,81	-2.668.520,81
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	9.655.999,65	8.241.561,40	1.414.438,25
Investimentos	9.375.999,65	8.241.561,40	1.134.438,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	280.000,00	0,00	280.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.655.999,65	8.241.561,40	1.414.438,25
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	9.651.599,65	5.568.640,59	4.082.959,06

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
CONTORLADOR INTERNO

TF 012/2020

Publicação Nº 2796663

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 01/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.596,27
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	957,76
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	638,51

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 02/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.220,84
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.332,50
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	888,34

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 03/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.938,30
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.762,98
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.175,32

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 04/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		76.191,38
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	8.400,00
4.1.7.1.8.03.11.42.00	Incentivo Financeiro combate endemias - Vig em Saúde	2.800,00
4.1.7.1.8.03.31.01.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	1.000,00
4.1.7.1.8.03.41.01.00	Programa de Assist. Farmácia Básica	2.189,39
4.1.7.1.8.03.91.04.00	Transferência recursos CORONAVÍRUS (COVID-19) - SAF	60.000,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.081,19
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	720,80

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 07/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.038,05
4.1.7.1.8.03.21.02.00	Transf. do FNS BLMAC	3.729,63
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	785,05
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	523,37

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 08/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.245,21
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	747,13
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	498,08

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 09/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		318.994,07
4.1.7.1.8.01.31.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios - DEZEN	237.815,17
4.1.7.1.8.01.31.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios - DEZEN	79.271,72
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.144,31
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	762,87

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 10/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		407.626,56
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	213.841,85
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	106.920,93
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	75.240,65
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	35,36
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	17,69
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	12,45
4.1.7.1.8.03.11.01.00	Incentivo para Ações Estratégicas	13.653,00
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	16.800,00
4.1.7.1.8.03.11.03.00	Saúde da Família - SF	11.130,00
4.1.7.1.8.03.11.07.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.1.8.03.11.10.00	PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	9.703,96
4.1.7.1.8.03.11.11.00	Transferência de Recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	17.552,67
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	11.701,78
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-79.200,68
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-13,10

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8



Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 11/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.853,84
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.712,30
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.141,54

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 14/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		50.788,35
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	4.263,57
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	27.914,87
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	18.609,91

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 15/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		92.354,30
4.1.7.1.8.03.31.01.00	Ações Estruturantes em Vigilância Sanitária	1.516,80
4.1.7.1.8.05.41.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	1.832,86
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	53.402,78
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	35.601,86

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 16/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.200,42
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	21,20
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.907,53
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.271,69

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 17/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.291,85
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	3.893,60
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.438,95
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	959,30

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 18/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		145.872,08
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	69.968,70
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	34.984,35
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	24.618,62
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	6,54
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	3,27
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	2,30
4.1.7.1.8.05.11.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	23.478,76
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	2.505,60
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	4.200,12
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	7.212,34
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	4.808,22
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-25.914,32
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-2,42

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 21/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.045,26
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.027,16
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.018,10

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 22/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.282,26
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	9.726,18
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.733,65
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.822,43

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 23/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		80.771,03
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	15.254,14
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	8.400,00
4.1.7.1.8.03.11.03.00	Saúde da Família - SF	11.130,00
4.1.7.1.8.03.11.07.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.1.8.03.11.10.00	PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	9.703,96
4.1.7.1.8.03.11.11.00	Transferência de Recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.1.8.12.11.03.00	Transf. de Recurso FNAS-PSB PROTEÇÃO SOCIAL BÁS	9.142,04
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	3.522,58
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	8.032,99
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	5.355,32

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 24/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		26.004,88
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	240,87
4.1.7.1.8.12.11.02.00	Transf. de Recurso FNAS- IGD-BF	2.860,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	13.742,41
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	9.161,60

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 28/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.460,42
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.476,25
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.984,17

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 29/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.957,87
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.774,72
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.183,15

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 30/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		194.998,18
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	121.310,47
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	60.655,24
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	42.683,31
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	6,55
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	3,28
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	2,30
4.1.7.1.8.03.11.47.00	Transf MAC - Rede Cegonha	56,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	9.127,95
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	6.085,30
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-44.929,80
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-2,42

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 31/12/2020

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.651,52
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.590,91
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.060,61

Cordilheira Alta, 07/01/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO 8927/2021

Publicação Nº 2795021

DECRETO Nº. 8.927, 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Elisangela Da Silva, para o cargo de Diretora de Saúde, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8928/2021

Publicação Nº 2795044

DECRETO Nº. 8.928, 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Patricia Chemin, para o cargo de Diretora de Administração e Finanças, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8929/2021

Publicação Nº 2795047

DECRETO Nº. 8.929, 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeada Sidiane Panisson, para o cargo de Diretora de Compras, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro
Prefeito Municipal
Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8930/2021

Publicação Nº 2795055

DECRETO Nº. 8.930, 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Emanuela Cristina Grando, para o cargo de Secretária de Administração e Finanças, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro
Prefeito Municipal
Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8931/2021

Publicação Nº 2795059

DECRETO Nº. 8.931, 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Nilséia aparecida Bento Piva, para o cargo de Secretária de Educação, Cultura e Esportes, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8932/2021

Publicação Nº 2795066

DECRETO Nº. 8.932, 04 de Janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Carlise Cavazotto golo, para o cargo de Diretora do Departamento de Serviços Urbanos, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 11 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8933/2021

Publicação Nº 2795069

DECRETO Nº. 8.933, 04 de Janeiro de 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica – nomeado Claudedir Brunetto, para o cargo de Diretor De Obras, conforme anexo III da Lei Municipal Nº. 2.079/2015, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando.

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8934/2021

Publicação Nº 2795083

DECRETO Nº. 8934, 04 DE Janeiro DE 2021.

Decreta situação de EMERGÊNCIA da ponte sobre o Rio Chapecó localizada na Linha Cotovelo NO MUNICÍPIO de Coronel Freitas.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Delir Cassaro, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e especialmente,

CONSIDERANDO, o disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 que estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos entes federados;

CONSIDERANDO, que nos últimos 08 dias a Defesa Civil do Município detectou a existência de queda de dois pilares de sustentação da Ponte;

CONSIDERANDO, que a gravidade da situação da ponte que corre risco iminente de rompimento da estrutura inferior de sustentação do piso;

CONSIDERANDO, que a situação vem sendo agravada no decorrer dos anos em virtude de situações climáticas, intenso tráfego de veículos, trânsito de veículos pesados, desgaste natural, necessitando de reparos emergenciais;

CONSIDERANDO, que a referida ponte é uma importante via de acesso da população para as cidades da região (União Do Oeste, Jardinópolis, Aguas Frias) necessitando de reparos emergenciais;

CONSIDERANDO, que os veículos da frota municipal que realizam o transporte para atendimento das necessidades e serviços das secretarias de educação, assistência social e obras, terão um percurso de deslocamento superior, gerando diversos transtornos como: aumento no consumo de combustível, aumento do tempo de viagem, desgaste dos veículos em virtude da utilização de estradas de chão e etc;

CONSIDERANDO, que a estrada de acesso é utilizada por veículos da Secretaria Municipal e Saúde (ambulância, SAMU) para o transporte de paciente e outras situações emergenciais;

CONSIDERANDO, que o Laudo Técnico e relatório fotográfico elaborados pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal e pela Defesa Civil que opinam pela declaração de Situação de Emergência para fins de interdição da Ponte;

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada a situação de emergência da Ponte Sobre o Rio Chapecó Localizada na Linha Cotovelo, que liga a cidade de Coronel as cidades de União Do Oeste, Jardinópolis e Aguas Frias em decorrência da situação precária da queda de dois pilares de sustentação do piso da Ponte.

Art. 2º – Em decorrência da declaração de emergência descrita no art.1º, fica decretada a interdição total da referida Ponte pelo prazo de 30 (trinta) dias para execução de análise Técnica por especialistas para posterior recuperação.

Paragrafo Único: O prazo de 30 (trinta) dias previsto no caput poderá ser reduzido ou ampliado de acordo com andamento dos trabalhos de análise e recuperação.

Art. 3º – A interdição da referida Ponte deverá ser oficialmente comunicada aos órgãos públicos (Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, Ministério Público, DEINFRA, Prefeitura de União Do Oeste, Jardinópolis e Aguas Frias), Polícia Civil e Militar, dando-se ampla divulgação da situação para o conhecimento de toda a população.

Art. 4º – As Secretarias Municipais deverão atuar de forma integrada e em regime de cooperação de forma a minimizar os transtornos e as dificuldades de transporte durante o período de interdição da Ponte.

Art. 5º – Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam dispensados de licitação as aquisições de serviços necessários à execução de recuperação da ponte, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização de situação de emergência, vedados a prorrogação dos contratos.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias.

Gabinete do Prefeito, 04 de Janeiro de 2021.

Delir Cassaro

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Emanuela Cristina Grando

Secretária de Administração e Finanças.

Correia Pinto

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1691/2021

Publicação Nº 2796765

DECRETO Nº 1691/2021
DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO - UFRM PARA 2021”.

EDILSON GERMINIANI DOS SANTOS, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o valor da Unidade Fiscal de Referência do Município - UFRM, para o exercício de 2021, correspondente ao valor de R\$ 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos), com base de cálculo do IGP-M acumulado no exercício de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2021.

EDILSON GERMINIANI DOS SANTOS
Prefeito
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 0002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2796318



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

**PORTARIA Nº 0002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO EM CARÁTER EFETIVO E CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018 DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO/SC.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 54, VII, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

CONSIDERANDO, o Concurso Público 001/2018 realizado pela Câmara de Vereadores de Correia Pinto, com resultado homologado pelo Decreto 012/2018;

CONSIDERANDO, o teor do artigo 10, § 2º, da Lei Complementar n. 173/2020;

CONSIDERANDO, o teor da Lei Complementar n. 0220/2020;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais da Câmara de Vereadores de Correia Pinto, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º. Fica Nomeado o Aprovado no Concurso Público, constantes do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º O nomeado constante no Anexo I desta Portaria deverá comparecer na Secretaria da Câmara de Vereadores de Correia, situada na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, piso superior, Correia Pinto-SC, no horário das 14:00h às 18:00h, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

1. Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
2. Cópia da certidão de casamento;
3. Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
4. Cópia **AUTENTICADA** do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma de Conclusão de Curso, para os cargos de nível médio: Diploma e histórico do Ensino Médio)
5. Cópia do RG e CPF;
6. Cópia do título de eleitor;

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 1

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 21010716230389E74



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



7. Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
8. Cópia do PIS/PASEP;
9. Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
10. Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
11. Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens **(Preenchida na Secretaria)**;
12. Cópia do registro no órgão de classe (para o cargo de Contador);
13. Certidão negativa de antecedentes criminais e civis – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos
14. Certidão de quitação eleitoral – **Cartório Eleitoral** (www.tse.gov.br);
15. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
16. Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios **(Preenchida na Secretaria)**;
17. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição **(Preenchida na Secretaria)**;
18. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
19. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto a Caixa Econômica Federal, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
20. 01 foto 3 X 4 **RECENTE**.
21. Exame Médico Admissional

ART. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

ART. 4º O nomeado constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse no prazo do artigo 18, §1º da Lei Municipal 497/93, a contar da publicação desta Portaria, estará renunciando, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo da Mesa Diretora convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º O nomeado constante no Anexo I desta Portaria que não desejar ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível na Secretaria da Câmara encaminhando o mesmo, mediante protocolo, à Mesa Diretora.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de janeiro de 2021.

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 2

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 21010716230389E74



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO



Osni Antonio do Amaral Duarte (PSD)
Presidente

Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)
Vice-Presidente

Vilso Rostirolla (MDB)
1º Secretário

Everaldo da Silva (Prego) (PSD)
2º Secretário

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: camaracorreiapinto@gmail.com

Página 3

www.camaracorreiapinto.sc.gov.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/ceer>, informe o código: 21010716230389E74

Cunha Porã

PREFEITURA

PORTARIA Nº 034, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795019

PORTARIANº 034, de 06 de janeiro de 2021.

AUTORIZA A SERVIDORA ELISA HUBNER KUTTNER PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL A CONDUZIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são legalmente conferidas em especial, o parágrafo único, do artigo 96, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa nº 02/2013;

CONSIDERANDO que as funções dos cargos técnicos e administrativos exigem a realização de diligências e deslocamentos necessários à eficiente execução dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR ELISA HUBNER KUTTNER, Professora de Ensino Fundamental, Lotada na Secretaria de Educação Cultura e Desporto, Matrícula Nº 563-0, RG nº2433386, CPF nº 703.112.349-68, Carteira Nacional de Habilitação nº 01003130149, categoria AB, a conduzir os veículos oficiais do Município de Cunha Porã, para diligências e deslocamentos neste e em outros municípios, para execução dos trabalhos da Administração Municipal.

Art.2º. Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ela praticados na condução de veículo oficial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 035, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795027

PORTARIANº 035, de 06 de janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL DILSON MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 10 (dez) dias, de 11 de janeiro de 2021 a 20 de janeiro de 2021, ao servidor Municipal DILSON MULLER, Técnico em Agropecuária, Matrícula nº 12050, referente ao período aquisitivo de 19.08.19 a 18.08.20;

Art. 2º - O servidor retornara as atividades na data do dia 18 de janeiro de 2021, pois já usufruiu do período aquisitivo de 04(quatro) dias conforme requerimentos solicitados.

Art. 3º - . Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 036, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795029

PORTARIANº 036, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL GERSON STRAUSS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

CONSIDERANDO a escala de trabalhos do Corpo de Bombeiros;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 01 de Janeiro de 2021 até 30 de Janeiro de 2021 ao servidor Municipal GERSON STRAUSS, matrícula 3000-7, Agente de Defesa Civil, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 22.02.2019 a 21.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 01 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 037, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795043

PORTARIANº 037, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ANA PAULA WEBER DA ROSA.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 23 de Janeiro de 2021 a servidora Municipal ANA PAULA WEBER DA ROSA, matrícula 3082-1, Fiscal de Vigilância Sanitária, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 19.09.2019 a 18.09.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 038, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795048

PORTARIAN° 038, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL MARTA SCHENKEL.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal MARTA SCHENKEL, matrícula 345-0, Telefonista, referente ao período aquisitivo de 05.01.2019 a 04.01.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 039, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795054

PORTARIAN° 039, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANA FERNANDES SIQUEIRA.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal LUCIANA FERNANDES SIQUEIRA, matrícula 2183-0, Recepcionista, referente ao período aquisitivo de 19.06.2019 a 18.06.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 040, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795057

PORTARIAN° 040, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL SERGIO I H ABREU.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal SERGIO ISRAEL FERNANDES ABREU, matrícula 1968-2, Médico ESF, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01.06.2019 a 31.05.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 041, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795062

PORTARIANº 041, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ERICH A HUF.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal ERICH ARNALDO HUF, matrícula 1964-0, Operador de Maquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 02.06.2019 a 01.06.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 042, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795073

PORTARIANº 042, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL TEREZINHA I RAMPI.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal TEREZINHA INÊS RAMPI, matrícula 719-6, Assistente Social, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07.04.2019 a 06.04.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 043, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795087

PORTARIANº 043, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL SERGIO R TREBIEN .

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal SERGIO ROBERTO TREBIEN, matrícula 1952-6, Vigia, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 01.06.2019 a 31.05.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 044, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795093

PORTARIANº 044, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ALEXANDRE L FAGUNDES .

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, matrícula 229-1, Bioquímico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 18.07.2018 a 17.07.2019.

Art. 2º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 04 de Janeiro de 2021 até 02 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, matrícula nº 247-0, Bioquímico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos período aquisitivo de 16.03.2019 a 15.03.2020.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04 de janeiro de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 045, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795239

PORTARIANº 045, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL CEBIDIO FREITAG.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 06 de Janeiro de 2021 até 04 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal CEBIDIO FREITAG, matrícula 24-8, Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01.07.2019 a 30.06.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 046, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795249

PORTARIANº 046, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ODAIR M KROTH.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 07 de Janeiro de 2021 até 05 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal ODAIR MIGUEL KROTH, matrícula 1314-5, Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 30.10.2019 a 29.10.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 047, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795267

PORTARIANº 047, de 06 de janeiro de 2021.

AUTORIZA O SERVIDOR MUNICIPAL DILSON MÜLLER A CONDUZIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas em especial, o parágrafo único, do artigo 96, XXIV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as disposições da Instrução Normativa nº 02/2013;

CONSIDERANDO que as funções dos cargos técnicos e administrativos exigem a realização de diligências e deslocamentos necessários à eficiente execução dos trabalhos;

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR o servidor Municipal, DILSON MÜLLER, Técnico Agrícola, Matrícula Nº 3888-1, RG nº 2859733, CPF nº 779.794.359-15, Carteira Nacional de Habilitação nº 02692728955, categoria AB , a conduzir os veículos oficiais do Município de Cunha Porã, para diligências e deslocamentos neste e em outros municípios, para execução dos trabalhos da Administração Municipal.

Art.2º. Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ela praticados na condução de veículo oficial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA Nº 048, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795286

PORTARIANº 048, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL PAOLA DE C SPESSATO.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 30 de Janeiro de 2021 a servidora Municipal PAOLA DE CASSIA SPESSATO, matrícula 3478-9, Odontólogo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02.07.2019 a 01.07.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 049, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795300

PORTARIANº 049, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL SIRLEI SCHNEIDER.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 30 de Janeiro de 2021 a servidora Municipal SIRLEI SCHNEIDER, matrícula 1127-4, Técnico em enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01.08.2019 a 31.07.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 050, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795589

PORTARIANº 050, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL AMILTON VERGOTTE.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 15 (quinze dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 25 de Janeiro de 2021 ao servidor Municipal AMILTON VERGOTTE, matrícula 3872-5, Operador de Maquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 23.06.2020 a 22.06.2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 051, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795657

PORTARIANº 051, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ANA S SECCHI.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 09 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal ANA SCHEGUSCHEVSKI SECCHI, matrícula 711-0, Técnico em enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 12.03.2019 a 11.03.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 052, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795678

PORTARIANº 052, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ILEINI V F F LOPES.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 09 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal ILEINI VENILDA FRIEDRICH FERREIRA LOPES, matrícula 1957-7, Auxiliar de Odontologia, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 02.06.2019 a 01.06.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 053, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795734

PORTARIANº 053, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ARLANDO NILSON.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 09 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal ARLANDO NILSON, matrícula 1327-7, Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 07.02.2019 a 06.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 054, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795748

PORTARIANº 054, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL DEISY GAUER.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 20 (vinte dias) a partir de 11 de Janeiro de 2021 até 30 de Janeiro de 2021 a servidora Municipal DEISY GAUER, matrícula 678-5, Agente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao período aquisitivo de 05.02.2019 a 04.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 055, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795759

PORTARIANº 055, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL SHEILA PLETSCH.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 10 (dez dias) a partir de 14 de Janeiro de 2021 até 23 de Janeiro de 2021 a servidora Municipal SHEILA PLETSCH, matrícula 3063-5, Farmacêutica, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01.06.2019 a 31.05.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 056, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795765

PORTARIANº 056, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL SIMONE S DUMKE.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 18 de Janeiro de 2021 até 16 de Fevereiro de 2021 a servidora Municipal SIMONE STOLL DUMKE, matrícula 1143-6, Técnica em enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01.09.2019 a 31.08.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA Nº 057, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795771

PORTARIANº 057, de 06 de Janeiro de 2021.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL PAULO VALDEMAR FRIEDRICH.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 18 de Janeiro de 2021 até 16 de Fevereiro de 2021 ao servidor Municipal PAULO VALDEMAR FRIEDRICH, matrícula 3547-5, Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04.02.2019 a 03.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de Janeiro de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA N° 014/2021

Publicação N° 2795754

PORTARIA N°. 014/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a concessão de férias a servidora pública municipal, estabelecendo o nome da servidora, o período aquisitivo e o período de gozo, da ocupante do cargo de provimento comissionado, conforme segue:

Efetivos:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
KARINE WARKEN	13/01/2020 A 12/01/2021	28/01/2021 A 26/02/2021	30

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam - se as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 07 de janeiro 2021.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 514/2020

Publicação Nº 2795781

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 514/2020

Aditivo Nº : 514/2020 - Contrato Nº: 419/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: INOVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI
CPF/CNPJ : 34.389.644/0001-35
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 11/01/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 119/2020
Recursos : Dotação: 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (102), 1.029.4.4.90.00.00.00.00.00 (159)
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 517/2020

Publicação Nº 2795787

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 517/2020

Aditivo Nº : 517/2020 - Contrato Nº: 488/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CPF/CNPJ : 83.665.141/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 17/02/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 208/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) NA RUA VIRGILIO DE OLIVEIRA LEMOS COM EXTENSÃO TOTAL DE 669,00 M, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 867014/2018, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES/ CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 522/2020

Publicação Nº 2795791

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 522/2020

Aditivo Nº : 522/2020 - Contrato Nº: 386/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ACM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME
CPF/CNPJ : 18.976.492/0001-10
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 10/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE ADEQUAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 545/2020

Publicação Nº 2795792

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 545/2020

Aditivo Nº : 545/2020 - Contrato Nº: 384/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME
CPF/CNPJ : 14.003.169/0001-00
Valor : 11.897,50 (onze mil oitocentos e noventa e sete reais e cinq-enta centavos)
Vigência : Início: 22/12/2020 Término: 22/01/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (92) Saldo: 159.428,64
Objeto : ADITIVO DE PRAZO E VALOR PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 557/2020

Publicação Nº 2795794

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 557/2020

Aditivo Nº : 557/2020 - Contrato Nº: 242/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA
CPF/CNPJ : 85.395.853/0001-22
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 03/03/2021
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 12/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NO JARDIM BOTÂNICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 558/2020

Publicação Nº 2795796

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 558/2020

Aditivo Nº : 558/2020 - Contrato Nº: 133/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA

CPF/CNPJ : 01.703.684/0001-50

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 25/01/2021

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, NO JARDIM BOTÂNICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 564/2020

Publicação Nº 2795801

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 564/2020

Aditivo Nº : 564/2020 - Contrato Nº: 186/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 23/12/2020 Término: 05/03/2021

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2020

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE "CAMINHOS", NO JARDIM BOTÂNICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 565/2020

Publicação Nº 2795807

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 565/2020

Aditivo Nº : 565/2020 - Contrato Nº: 399/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: INOVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI

CPF/CNPJ : 34.389.644/0001-35

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 20/03/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 106/2020

Recursos : Dotação: 1.025.4.4.90.00.00.00.00 (144) Saldo: 92.428,66

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CAIXAS COLETORAS, MEIO FIO EM CONCRETO ARMADO E TAMPAS EM CONCRETO ARMADO NO LOTEAMENTO NOVA ALVORADA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 573/2020

Publicação Nº 2795812

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 573/2020

Aditivo Nº : 573/2020 - Contrato Nº: 194/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: JAQUELINE APARECIDA VIEIRA
CPF/CNPJ : 22.601.761/0001-31
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES NO ANO DE 2020. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 574/2020

Publicação Nº 2795814

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 574/2020

Contrato Nº.: 574/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CLINICA VETERINARIA TOCA DOS BICHOS LTDA - ME
CPF/CNPJ : 26.171.343/0001-02
Valor : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 32/2019
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00 (70) Saldo: 8.939,68
Objeto : Contratação de Clínicas Veterinárias interessadas na prestação de serviços de esterilização (castração) de cães e gatos e aplicação de microchip, no município de Curitiba, durante o ano de 2019 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 575/2020

Publicação Nº 2795842

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 575/2020

Contrato Nº.: 575/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: MESQUITA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA - ME.
CPF/CNPJ : 15.190.568/0001-90
Valor : 7.800,20 (sete mil e oitocentos reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 02/12/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 188/2020

Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 18.833,20
Objeto : AQUISIÇÃO DE LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE DE ANTIVÍRUS E ANTISPAN, PARA USO NOS COMPUTADORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 576/2020

Publicação Nº 2795844

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 576/2020

Contrato Nº.: 576/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FONTANA & JOAQUIM LTDA
CPF/CNPJ : 31.381.381/0001-20
Valor : 410,20 (quatrocentos e dez reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/07/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 86/2020
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (4), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.00 (41), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (132)
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA USO NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME MODELOS E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 577/2020

Publicação Nº 2795846

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 577/2020

Contrato Nº.: 577/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: ANIMALTAG TECNOLOGIA EM IDENTIFICACAO LTDA
CPF/CNPJ : 13.382.681/0001-41
Valor : 1.200,00 (um mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 04/02/2021
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 202/2020
Recursos : Dotação: 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (70) Saldo: 6.202,68
Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PROMOVER CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 217/2019, TENDO EM VISTA QUE NAO HOUVE INTERESSADOS NO PREGÃO Nº 190/2020, CONFORME ART. 24, INCISO V DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 578/2020

Publicação Nº 2795851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 578/2020

Aditivo Nº : 578/2020 - Contrato Nº: 526/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 24/01/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 183/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO SÃO LUIZ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 579/2020

Publicação Nº 2795857

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 579/2020

Aditivo Nº : 579/2020 - Contrato Nº: 451/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 18.345.650/0001-34
Valor : 14.178,93 (quatorze mil cento e setenta e oito reais e noventa e três centavos)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 30/12/2020
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 113/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : SUPRESSÃO DE VALOR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 580/2020

Publicação Nº 2795859

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 580/2020

Contrato Nº.: 580/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SORDI PECAS E SERVICOS DIESEL LTDA
CPF/CNPJ : 83.039.115/0001-17
Valor : 18.698,10 (dezoito mil seiscentos e noventa e oito reais e dez centavos)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 04/02/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 187/2020
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (97), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (146)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE MAQUINÁRIO DE USO DO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 581/2020

Publicação Nº 2795864

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 581/2020

Aditivo Nº : 581/2020 - Contrato Nº: 451/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: ENGEGRU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 18.345.650/0001-34
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 28/02/2021
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 113/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 582/2020

Publicação Nº 2795868

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 582/2020

Contrato Nº.: 582/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: FT PETTIRINI LTDA
CPF/CNPJ : 08.283.314/0001-50
Valor : 12.778,90 (doze mil setecentos e setenta e oito reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 09/12/2021
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 191/2020
Recursos : Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00 (20), 2.010.4.4.90.00.00.00.00 (43)
Objeto : AQUISIÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA DIGITAL E ROTEADOR WIFI PARA USO NA 24ª CIRETRAN E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RESPECTIVAMENTE, CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 583/2020

Publicação Nº 2795872

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 583/2020

Aditivo Nº : 583/2020 - Contrato Nº: 419/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: INOVA CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI
CPF/CNPJ : 34.389.644/0001-35
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 23/12/2020 Término: 18/02/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 119/2020
Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 584/2020

Publicação N° 2795882

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 584/2020

Contrato N°.: 584/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TFI ENGENHARIA LTDA
CPF/CNPJ : 27.723.924/0001-72
Valor : 450.000,00 (quatrocentos e cinq-enta mil e reais)
Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 09/06/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 121/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO MUSEU HISTÓRICO ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 585/2020

Publicação N° 2795887

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 585/2020

Aditivo N° : 585/2020 - Contrato N°: 539/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A
CPF/CNPJ : 83.665.141/0001-50
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 25/12/2020 Término: 02/02/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 139/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DE DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 586/2020

Publicação N° 2795900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 586/2020

Aditivo N° : 586/2020 - Contrato N°: 29/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
CPF/CNPJ : 00.456.865/0001-67
Valor : 1.859,74 (um mil oitocentos e cinq-enta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 31/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : SUPRESSÃO DE VALOR PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS, BEM COMO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TECNICO E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, QUE GARANTAM AS ALTERAÇÕES LEGAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA. CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 587/2020

Publicação Nº 2795910

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 587/2020

Contrato Nº.: 587/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 83.750.703/0001-64
Valor : 6.350,00 (seis mil trezentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 02/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 203/2019
Recursos : Dotação: 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (97) Saldo: 5.532,39
Objeto : O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 588/2020

Publicação Nº 2795945

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 588/2020

Contrato Nº.: 588/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: A SEMANA EDITORA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 81.632.135/0001-71
Valor : 17.000,00 (dezessete mil reais)
Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 17/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 247/2019
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 663.031,06
Objeto : AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 589/2020

Publicação Nº 2795949

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 589/2020

Aditivo Nº : 589/2020 - Contrato Nº: 384/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME

CPF/CNPJ : 14.003.169/0001-00

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 04/03/2021

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2020

Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (92) Saldo: 159.428,64

Objeto : ADITIVO DE PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECONSTRUÇÃO DE CALÇADAS NO TRECHO DE CONSTRUÇÃO DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - ETAPA I E II, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 590/2020

Publicação Nº 2795954

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 590/2020

Contrato Nº.: 590/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA

CPF/CNPJ : 13.745.092/0001-80

Valor : 148.449,00 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais)

Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 10/12/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 169/2020

Recursos : Dotação: 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (60), 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00 (140)

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO DE SUCO DE UVA COM TRATAMENTO ENZIMÁTICO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE N. 892338/2019 JUNTO AO MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 591/2020

Publicação Nº 2795958

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibaanos – SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 591/2020

Aditivo Nº : 591/2020 - Contrato Nº: 473/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP

CPF/CNPJ : 06.099.082/0001-50

Valor : 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 16/01/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 243/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : SUPRESSÃO DE VALOR PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E CONFECÇÃO DE RUAS PELO PERÍODO DE 01 ANO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 592/2020

Publicação N° 2795965

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 592/2020

Aditivo N° : 592/2020 - Contrato N°: 466/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: TECHNO SOLUCOES EIRELI
CPF/CNPJ : 27.499.665/0001-48
Valor : 697,30 (seiscentos e noventa e sete reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 08/10/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°: 141/2020
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (114), 2.064.4.4.90.00.00.00.00.00 (115)
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE DE INFORMÁTICA PARA USO NO AEROPORTO MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO TÉCNICO E ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 593/2020

Publicação N° 2795968

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 593/2020

Contrato N°...: 593/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: IRAN LUIZ BEZUTTI
CPF/CNPJ : 15.474.959/0001-36
Valor : 580,00 (quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 17/11/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°: 156/2020
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (31) Saldo: 2.067,02
Objeto : CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR NAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 594/2020

Publicação N° 2795973

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 594/2020

Contrato N°...: 594/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada...: AUTO MECANICA LTDA - EPP
CPF/CNPJ : 83.750.703/0001-64
Valor : 3.168,00 (três mil cento e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 15/02/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°: 192/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (92) Saldo: 54.063,25

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 595/2020

Publicação Nº 2795976

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 595/2020

Contrato Nº.: 595/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: FOCUS SERVIÇOS EIRELI ME
CPF/CNPJ : 14.003.169/0001-00
Valor : 55.002,16 (cinquenta e cinco mil e dois reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 17/02/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 175/2020
Recursos : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (132) Saldo: 71.402,91
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DA PISTA DE SKATE, LOCALIZADA JUNTO AO ESTADIO MUNICIPAL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO 598/2020

Publicação Nº 2795981

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC DEZEMBRO/2020

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 598/2020

Contrato Nº.: 598/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
Contratada.: TFI ENGENHARIA LTDA
CPF/CNPJ : 27.723.924/0001-72
Valor : 103.779,24 (cento e três mil setecentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos)
Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 18/03/2021
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 196/2020
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO, PASSEIO PÚBLICO E ACESSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Descanso

PREFEITURA

RELAÇÃO MENSAL DE COMPRAS FMS - DEZEMBRO 2020

Publicação Nº 2796283

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DESCANSO
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGOSTINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	ENGATE FLEXIVEL 30CM	1825	1,000	7,1200	7,12
AGOSTINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	ENGATE FLEXIVEL 60CM.	1825	1,000	15,6800	15,68
AGOSTINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	FITA VEDA ROSCA 18MM X 10METROS.	1825	1,000	3,9200	3,92
AGOSTINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	SIFÃO FLEXIVEL, 1,5MTS.	1825	1,000	18,8000	18,80
AGOSTINI MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	SIFÃO SIMPLES 0,80M	1825	1,000	16,4600	16,46
BREGOMAR VEICULOS LTDA.	MAO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PASTILHAS DE FREIO.	1829	1,000	91,0000	91,00
BREGOMAR VEICULOS LTDA.	PATILHA DE FREIO DIANTEIRA, 52131193.	1829	1,000	537,2400	537,24
BREGOMAR VEICULOS LTDA.	SERVIÇO DE DIAGNOSTICO E SUBSTITUIÇÃO DE VALVULA SOLENOIDE QUE APRESENTAVA BARULHOS.	1867	1,000	100,1000	100,10
BREGOMAR VEICULOS LTDA.	VALVULA SOLENOIDE CO. 96985666.	1867	1,000	129,8200	129,82
C.H. OLIVEIRA DO AMARAL & CIA LTDA - ME	MAO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONserto EM REFRIGERADOR INDREAL - RVV22D.	1929	1,000	300,0000	300,00
CIS-AMEOSC	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO-SERVIÇOS DE SAUDE	3,237	3,237	11,338,6500	36,700,00
DOUGLAS COSTENARO 08858406907	SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE AMALGAMADOR..	1853	1,000	70,0000	70,00
ERMINIO ANTOCEFF 13312170915	CONserto DE VAZAMENTO SISTEMA HIDRALICO UBS ITAJUBÁ	1908	1,000	250,0000	250,00
ERMINIO ANTOCEFF 13312170915	MAO DE OBRA PARA DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTONA UNIDADE DE SAUDE.	1838	1,000	150,0000	150,00
FARMACIA VIDORI LTDA - EPP	APIXABANA 5MG, CONTENDO 60 COMPRIMIDOS CADA CAIXA.	1823	6,000	247,2800	1.483,68
FARMACIA VIDORI LTDA - EPP	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/ML, SERINGA.	1903	32,000	45,5000	1.456,00
JOACIR ANTONIO CEREZER - ME	MAO DE OBRA PARA DESMONTAR BANCO, SOLDA EM BASE E MONTAGEM DO MESMO NO VEICULO.	1852	1,000	180,0000	180,00
KACIELE KASPER - ME	CONJUNTO ROLETES TRACIONADOR IMPRESSORA HP PRO 400.	1850	1,000	129,0000	129,00
KACIELE KASPER - ME	MOUSE OPTICO USB	1850	1,000	30,0000	30,00
KACIELE KASPER - ME	ROTEADOR WIFI 3 ANTENAS - AC750.	1850	1,000	249,0000	249,00
LEA REGINA CONRADO COSTA LIMA EIRELI	CAPTOPRIL 1MG/KG, COM 50ML. (USO PARA 50 DIAS - 0,9ML).	1902	2,000	52,7000	105,40
LEA REGINA CONRADO COSTA LIMA EIRELI	CARVEDILOL 0,5MG/KG, COM 225ML (USO PARA 50 DIAS - 4,5ML).	1902	2,000	79,8000	159,60
M. CONSTRUER LTDA - EPP	VALVULA PARA PIA EM INOX.	1826	3,000	27,9000	83,70
MECANICA QUATORZE LTDA - ME	BOBINA DE FITA TACOGRAFO SEVA.	1824	2,000	45,0000	90,00
ROBERTO LASTA - ME	AUTOMATICO 12V	1837	1,000	175,0000	175,00
ROBERTO LASTA - ME	FLUIDO TETRAFLURETADO R134A (GÁS REFRIGERANTE).	1839	1,200	275,0000	330,00
Total Geral do Mês ---->					42.861,52

RELAÇÃO MENSAL DE COMPRAS PMD - DEZEMBRO 2020

Publicação Nº 2796285

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABRA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA -	CORREIA AR CONDICIONADO A46.	4157	1,000	68,0000	68,00
ANGELO MARCOS ROSIN - ME	ADESIVO IMPRESSO COM VERNIZ PADRÃO "ESCOLAR", INSTALADO NO VEICULO.	4200	7,000	120,0000	840,00
AUTO PECAS ITABERABA LTDA - ME	MOLA DIANTEIRA 7.	4212	1,000	140,0000	140,00
AUTO VAN'S PECAS EIRELI	EIXO TRASEIRO TRUCK COMPLETO REMANUFATURADO, CONTENDO CUIÇAS DUPLAS COM ESTACIONARIO, CUBOS, TAMBOR COM 10 FUIROS, ACOMPANHADO COM OS PARAFUSOS, ADAPTAVEL NO CAMINHÃO CITADO, COM GARANTIA DE 6 MESES.	4184	1,000	3,000,0000	3,000,00
CARLOS REINOLDO KESKE HAPPKE EIRELI - ME	FILTRO OLEO MOTOR	4234	1,000	39,9500	39,95
CARLOS REINOLDO KESKE HAPPKE EIRELI - ME	FILTRO OLEO REFIL.	4234	1,000	32,1100	32,11
CARLOS REINOLDO KESKE HAPPKE EIRELI - ME	MAO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE FILTROS.	4234	1,000	45,0000	45,00
CARLOS REINOLDO KESKE HAPPKE EIRELI - ME	OLEO ATF G1M - DIREÇÃO HIDRAULICA.	4234	2,500	36,8000	92,00
COMERCIO DE PECAS SAO LUIZ LTDA - EPP	CONJUNTO PNEUMÁTICO TRUCK COMPLETO UNIVERSAL ADAPTAVEL NO CAMINHÃO (SUPORTE, BALÃO E GRAMPO).	4185	1,000	1,750,0000	1,750,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	75	2,000,000	4,2600	8,520,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	76	2,200,000	4,2600	9,372,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	77	3,000,000	4,2600	12,780,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	80	1,000,000	4,2600	4,260,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	81	4,000,000	4,2600	17,040,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	84	3,200,000	4,2600	13,632,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	86	2,500,000	4,2600	10,650,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	89	2,500,000	4,2600	10,650,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	91	1,300,000	4,2600	5,538,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	19	1,450,000	4,2600	6,177,00
COOPERATIVA A1 POSTO	GASOLINA COMUM, FILTRADA.	20	17,550,000	4,2600	74,763,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO S-500.	78	10,000,000	3,3800	33,800,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO S-500.	82	80,000,000	3,3800	270,400,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO S-500.	85	12,000,000	3,3800	40,560,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO S-500.	87	16,000,000	3,3800	54,080,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO S-500.	21	7,000,000	3,3800	23,660,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO, S10.	79	15,000,000	3,4200	51,300,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO, S10.	83	42,000,000	3,4200	143,640,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO, S10.	88	25,000,000	3,4200	85,500,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO, S10.	90	8,000,000	3,4200	27,360,00
COOPERATIVA A1 POSTO	OLEO DIESEL FILTRADO E CENTRIFUGADO, S10.	22	15,000,000	3,4200	51,300,00
CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	TERMINAL DE DIREÇÃO, L.D, 84314929.	4223	1,000	834,2700	834,27
CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	TERMINAL DE DIREÇÃO, L.E, 84314929.	4223	1,000	834,2700	834,27
DANIEL HAJDUK 00516558960	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PELICULA EM PARABRISA DE RETROESCAVADEIRA.	4205	1,000	100,0000	100,00
DEGLIOR TOSINI 05929616990	CONCERTO DE CARREGADOR DE IMPRESSORA.	4392	1,000	40,0000	40,00
DEGLIOR TOSINI 05929616990		4392	1,000	35,0000	35,00

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO ÚNICO EM AGRILICO NA COR AZUL.	4179	10,000	1,5000	15,00
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	CANETA PARA RETRO PROJETOR CORES VARIADAS, 1.0.	4179	3,000	7,9000	23,70
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	CANETA RETRATIL 0,7, NA COR PRETA.	4179	3,000	6,9000	20,70
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	COLCHETE LATONADO Nº 15, COM 72 UNIDADES.	4179	3,000	9,9000	29,70
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	ENVELOPE KRAFT NATURAL 80G, MEDINDO 18 X 25.	4179	12,000	69,0000	828,00
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	LIVRO DE ATAS C/ 50FLS. CAPA DURA.	4179	1,000	12,9000	12,90
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	PERCEVEJO LATONADO, COM 100 UNIDADES.	4179	1,000	4,0000	4,00
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	PLASTICO 80 X 110 PARA PLASTIFICAÇÃO/IRG.	4179	1,000	28,0000	28,00
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	PRANCHETA POLIESTIRENO, A4.	4179	1,000	25,0000	25,00
DIRCINHA ANA GRASSIOLI - ME	REGUA ACRILICA COM 30 CM.	4179	3,000	4,5000	13,50
EDMAR JOSÉ BUSSOLOTTTO-ME	CAPA 5/8 4 TRAMAS	4197	2,000	27,0000	54,00
EDMAR JOSÉ BUSSOLOTTTO-ME	MANGUEIRA 5/8 4 TRAMAS.	4197	1,600	150,0000	240,00
EDMAR JOSÉ BUSSOLOTTTO-ME	TERMINAL MSP 12-10	4197	1,000	25,0000	25,00
EDMAR JOSÉ BUSSOLOTTTO-ME	TERMINAL SP 12X10	4197	1,000	33,0000	33,00
ENGE W CONSTRUCOES EIRELI	EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO MORRO DO CRISTO, SITO A RUA PEDRO LORENSKI, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS	4197	0,052	278.999,0500	14.551,35
ENGE W CONSTRUCOES EIRELI	EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO MORRO DO CRISTO, SITO A RUA PEDRO LORENSKI, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS		0,074	278.999,0500	20.602,20
ENGE W CONSTRUCOES EIRELI	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE 19,50M² DOS BANHEIROS DO GINÁSIO JAROSSEKI, COMPREENDENDO AMPLIAÇÃO DO BANHEIRO MASCULINO E AS ADEQUAÇÕES PARA UM BANHEIRO ACESSÍVEL, CONFORME AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE NBR 9060 E NORMAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, EXIGIDAS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE SANTA CATARINA. COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.	4482	1,000	64.420,7500	64.420,75
FERRARI PEÇAS E MÁQUINAS LTDA-ME	ARRASTADOR TRINQUETE PARA ROÇADEIRA	4180	1,000	30,0000	30,00
FERRARI PEÇAS E MÁQUINAS LTDA-ME	FILTRO GASOLINA (ROÇADEIRA).	4198	1,000	15,0000	15,00
FERRARI PEÇAS E MÁQUINAS LTDA-ME	MAO DE OBRA PARA CONserto E REVISÃO EM ROÇADEIRA.	4180	1,000	35,0000	35,00
FERRARI PEÇAS E MÁQUINAS LTDA-ME	MAO DE OBRA PARA CONserto E REVISÃO EM ROÇADEIRA.	4198	1,000	50,0000	50,00
FERRARI PEÇAS E MÁQUINAS LTDA-ME	POLIMATIC	4198	1,000	39,0000	39,00
FOLMER PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA	PINO DE CENTRO 9/16 X 10.	4211	2,000	32,0000	64,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	PINO DE CENTRO 9/16 X 10.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AValiação DO LOTE URBANO Nº 04, DESDOBRADO DE PARTE DA CHÁCARA Nº 17-A, COM ÁREA DE 3.895,50 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA SANTO ESTANISLAU, CONFORME MATRÍCULA Nº 5.666.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AValiação DO LOTE URBANO Nº 05 COM ÁREA DE 335,00 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA ANTÔNIO LAUER, ESQUINA COM AVENIDA MARECHAL DEODORO, CONFORME MATRÍCULA Nº 6.416.				

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 07-G (ÁREA INSTITUCIONAL) DESMEMBRADO DA GLEBA Nº 07, COM ÁREA DE 360,36 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA ANTONIO WRONSKI, CONFORME MATRÍCULA Nº 6.990.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 100 DESDOBRADO DAS CHÁCARAS NºS 17-A E 99-A, COM ÁREA DE 2.926,70 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA SANTO ESTANISLAU, CONFORME MATRÍCULA Nº 3.939.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 12 (ÁREA INSTITUCIONAL) DO LOTEAMENTO HORIZONTE, COM ÁREA DE 360,61 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA ANTONIO WRONSKI, CONFORME MATRÍCULA Nº 6.962.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 29 (ÁREA INSTITUCIONAL) COM ÁREA DE 980,48 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA FELIX JAROSKI, LOTEAMENTO NOVA AURORA, CONFORME MATRÍCULA Nº 33.216.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 34 (ÁREA INSTITUCIONAL) COM ÁREA DE 381,60 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA DA REPÚBLICA, LOTEAMENTO NOVA AURORA, CONFORME MATRÍCULA Nº 33.217.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 80 (ÁREA INSTITUCIONAL) DO LOTEAMENTO FORCELINI, COM ÁREA DE 1.820,59 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA PROJETADA Nº 04, CONFORME MATRÍCULA Nº 8.111.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO LOTE URBANO Nº 99 DESDOBRADO DAS CHÁCARAS NºS 17-A E 99-A, COM ÁREA DE 2.925,00 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NA RUA SANTO ESTANISLAU, CONFORME MATRÍCULA Nº 3.938.	4160	1,000	300,0000	300,00
GASPERIN IMOVEIS LTDA	AVALIAÇÃO DO PARTE DE GLEBA Nº 02 DA SUBDIVISÃO DO LOTE RURAL Nº 10, COM ÁREA DE 4.758,12 M², SEM CONSTRUÇÕES, SITO NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE DESCANSO, CONFORME MATRÍCULA Nº 7.957.	4160	1,000	300,0000	300,00
IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	EXECUÇÃO DE OBRA DE 1.521,20 M² DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA RUA JOÃO LEMOS, CENTRO, CIDADE DE DESCANSO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.		0,042	124,459,2900	5,205,79
IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA - ME	EXECUÇÃO DE OBRA DE 1.521,20 M² DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA RUA JOÃO LEMOS, CENTRO, CIDADE DE DESCANSO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.		0,147	242,875,2500	35,720,98
KACIELE KASPER - ME	DEZEMBRO, PADRE FRANCISCO MASURE E VEREADOR LUIS A. BRIEDIS, NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.	4236	1,000	229,0000	229,00
KACIELE KASPER - ME	PLACA FONTE IMPRESSORA HP M1132.	4201	1,000	249,0000	249,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	ROTEADOR WIFI 3 ANTENAS - AC750.	4250	4,000	26,5000	106,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	ANEL, 2G8741.	4250	4,000	6,2200	24,88
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	ANEL, 9M2092.	4250	4,000	52,5000	210,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	ARRUELA, 2G8615.	4250	2,000	72,5600	145,12
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	ARRUELAS, 2G8626.	4250	2,000	106,2700	212,54
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	BUCHA, 1461842.	4250	2,000	106,2700	212,54
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	BUCHA, 1461843.	4250	2,000	106,2700	212,54

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	MAO DE OBRA PARA DESMONTAGEM EM PRENSA, DIAGNOSTICO E MONTAGEM DE EMBUCHAMENTO DOS CUBOS DIANTEIROS DA MOTONIVELADORA.	4250	1,000	720,0000	720,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	PARAFUSO LAMINA, 5,4773.	4250	52,000	6,0300	313,56
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	PINO, 8W5293.	4250	4,000	103,1200	412,48
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	PONTEIRA BARRA, 1313738.	4250	1,000	454,0200	454,02
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	PONTEIRA CILINDRO, 1313736.	4250	1,000	422,5200	422,52
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	PORCA LAMINA, 229011219.	4250	52,000	3,1300	162,76
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	RETENTOR, 2G8777.	4250	4,000	73,2500	293,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	RETENTOR, 5P8890.	4250	2,000	14,9400	29,88
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	SERVICO ESPECIALIZADO EM TORNO CARCACEIRO PARA PREENCHIMENTO E RECUPERAÇÃO DOS ALOJAMENTOS DAS BASES DE EMBUCHAMENTO EM FERRO FUNDIDO.	4250	1,000	1,200,0000	1,200,00
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	TIRA BRONZE, 1636074.	4250	1,000	80,2600	80,26
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	TIRA BRONZE, 1781686.	4250	1,000	238,1400	238,14
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	TIRA BRONZE, 6G4524.	4250	9,000	91,0700	819,63
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	TIRA BRONZE, 6G4525.	4250	4,000	140,8800	563,52
KON MAQUINAS COMERCIO DE PECAS E SERVIÇOS	UNHA ESCARIFICADOR, 1U3202.	4250	5,000	66,6000	333,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO DE FILTRO DE OLEO HIDRAULICO XCMG.	4225	1,000	490,0000	490,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	ELEMENTO DE FILTRO DE AR - 803190294.	4225	1,000	89,0000	89,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL - XCMG 800141037.	4225	1,000	186,0000	186,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL SEDIMENTADOR COM SENSOR FS-19816.	4225	1,000	165,0000	165,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO COMBUSTIVEL SEPARADOR - XCMG.	4225	1,000	222,0000	222,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTRO LUBRIFICANTE - XCMG 803164538.	4225	1,000	74,6000	74,60
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	FILTROS AR - XCMG.	4225	1,000	192,0000	192,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	LAMINA CORTE - AR1, MEDINDO 1.83M COM 13 FUIROS.	4225	2,000	746,0000	1,492,00
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PARAFUSO LAMINA XCMG.	4225	26,000	4,1000	106,60
MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	PORCA PARA LAMINA XCMG.	4225	26,000	3,5000	91,00
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	ANEL, TZ500D203900.	4388	1,000	812,0900	812,09
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	ANEL, TZ500D203900.	4388	1,000	581,4900	581,49
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	EIXO, TZ600D200201.	4388	1,000	1,879,9400	1,879,94
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	FILTRO HIDRAULICO, 14X6031150.	4388	1,000	539,8900	539,89
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	MAO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM DE MOTOR DE ESTEIRA, COM 1 ANO DE GARANTIA.	4455	8,000	230,0000	1,840,00
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	PINO, 22B7011310.	4388	1,000	2,957,7000	2,957,70
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	PLACA PECA MAN., TZ600D200901.	4388	1,000	2,477,3200	2,477,32
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	PLACA, TZ600D200300B.	4388	1,000	2,101,0000	2,101,00
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	PLACA, TZ600D201500.	4388	3,000	778,1800	2,334,54
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	PLACA, TZ600D201600.	4388	4,000	370,4000	1,481,60
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	REPARO BRAÇO, 7079938780.	4388	1,000	939,5200	939,52
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	RETENTOR, TZ600D200701.	4388	1,000	850,5500	850,55

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	ROLAMENTO, 06000-06304.	4388	1,000	230,5900	230,59
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	ROLAMENTO, TZJB15216328.	4388	1,000	197,9000	197,90
MANTOMAC COM DE PECAS E SERVICOS LTDA	TZTCZ284810113.	4388	1,000	491,1600	491,16
MECANICA E CHAPEACAO BERTECAR LTDA	BUCHA MOLA TRASEIRA.	4203	8,000	15,6200	124,96
MECANICA E CHAPEACAO BERTECAR LTDA	JUNTA DESLIZANTE CAIXA	4206	1,000	190,0000	190,00
MECANICA E CHAPEACAO BERTECAR LTDA	REPARO FEIXE DE MOLAS TRASEIRO.	4203	1,000	38,0000	38,00
NATIVA PROJETOS E CONTRUCAO EIRELI	REFORMA DE 164,54M² NO GRAS DE DESCANSO, COMPREENDENDO A TROCA DE REVESTIMENTOS E ESQUADRIAS, NOVO SISTEMA ELÉTRICO, HIDRÁULICO E DE TRATAMENTO DE ESGOTO, EXECUÇÃO DE BANHEIRO ACESSÍVEL E PINTURA DA EDIFICAÇÃO, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.	4484	1,000	79.151,6300	79.151,63
ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTO:	AGUA MINERAL SEM GÁS, COM 20 LITROS, SEM O CASCO.	4237	20,000	14,9000	298,00
NOAR TURISMO EIRELI	PASSAGEM AEREA DE BRASILIA, A CHAPECO INCLUSO TAXAS.	4166	1,000	1.192,4300	1.192,43
NOAR TURISMO EIRELI	PASSAGEM AEREA DE CHAPECO A BRASILIA, INCLUSO TAXAS.	4166	1,000	1.428,3700	1.428,37
PARANA EQUIPAMENTOS S A	BORDA DA LÂMINA 9,3657	4252	4,000	731,6200	2.926,48
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	BARRA DE DIREÇÃO, 2T0/422803.	4454	1,000	538,8600	538,86
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	BIELETA TRASEIRA, 46836399.	4253	2,000	176,0400	352,08
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	BUCHA BANDEJA D/D, 52018851.	4253	2,000	48,1600	96,32
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA DIANTEIRA, 46470776.	4253	2,000	32,3700	64,74
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	BUCHA BORRACHA TIRANTE TRASEIRA, 2T0/115179.	4454	12,000	26,0300	312,36
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COBERTURA DE VENTILADOR, A6955050155.	4196	1,000	438,9300	438,93
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COXIM BANDEJA D/T L.D.	4253	1,000	66,2300	66,23
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COXIM BANDEJA D/T L.E., 464774414.	4253	1,000	70,1600	70,16
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COXIM INFERIOR, 51847678.	4253	1,000	340,9400	340,94
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COXIM MOTOR L.D., 51872059.	4253	1,000	403,1000	403,10
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	COXIM MOTOR L.E., 51847616.	4253	1,000	683,9600	683,96
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	CUBO TRASEIRO, 51965295.	4253	2,000	346,1100	692,22
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	LONAS FREIO ESP-C/R, 2P0/698075/A.	4454	1,000	378,1100	378,11
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	PARAFUSO DO TIRANTE 2TC/699181.	4454	2,000	67,3300	134,66
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	PIVO, 7082812.	4253	2,000	85,4600	170,92
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	PORCA DO PARAFUSO, 2RR/599185/A.	4454	2,000	7,0200	14,04
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	SUPORTE BALÃO LADO DIREITO, 2T0/511535/A.	4159	1,000	236,1500	236,15
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	TERMINAL DE DIREÇÃO L.E. T16/415712/A.	4454	1,000	128,0000	128,00
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	TERMINAL DE DIREÇÃO L.D. 2RP/415712.	4454	1,000	128,0000	128,00
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	TUBO ENCH. VARETA OLEO, 2T2/115308/R.	4159	1,000	108,3800	108,38
PECACOM PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTI	TUBO GUIA VARETA OLEO, 2T2/115629/N.	4159	1,000	26,9100	26,91
ROBERTO LASTA - ME	BOBINA DE CAMPO.	4214	1,000	440,0000	440,00
ROBERTO LASTA - ME	CABO PARA BATERIA 50MM.	4214	2,800	85,0000	238,00
ROBERTO LASTA - ME	CHICOTE ELÉTRICO BASE PARA RELE COM PORTA FUSÍVEL.	4390	1,000	45,0000	45,00

Página: 6/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DESCANSO - PREFEITURA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Dezembro/2020**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROBERTO LASTA - ME	CILINDRO IGNIÇÃO COM CHAVE.	4167	1,000	67,0000	67,00
ROBERTO LASTA - ME	COMPRESSOR ACD 24V, 10P15 8 ORELHAS, COM POLIA 8PK.	4390	1,000	2.390,0000	2.390,00
ROBERTO LASTA - ME	CONTATO IGNIÇÃO.	4167	1,000	135,0000	135,00
ROBERTO LASTA - ME	CORREIA 8PK 1550	4390	1,000	148,0000	148,00
ROBERTO LASTA - ME	FAROL AUXILIAR 16LED, 48W QUADRADO.	4390	2,000	140,0000	280,00
ROBERTO LASTA - ME	FILTRO CABINE	4390	1,000	25,0000	25,00
ROBERTO LASTA - ME	FILTRO SECADOR ACD (4807).	4220	1,000	220,0000	220,00
ROBERTO LASTA - ME	FLUIDO TETRAFLURETADO R134A (GÁS REFRIGERANTE).	4220	1,500	275,0000	412,50
ROBERTO LASTA - ME	FLUIDO TETRAFLURETADO R134A (GÁS REFRIGERANTE).	4390	0,700	275,0000	192,50
ROBERTO LASTA - ME	INTERRUPTOR LIGA/DESLIGA	4390	1,000	15,0000	15,00
ROBERTO LASTA - ME	PORTA ESCOVAS DO MOTOR DE PARTIDA	4214	1,000	240,0000	240,00
ROBERTO LASTA - ME	PRESSOSTATO ACD - ALTA/BAIXA, UNIVERSAL MACHO.	4220	1,000	180,0000	180,00
ROBERTO LASTA - ME	REGULADOR DE VOLTAGEM	4214	1,000	140,0000	140,00
ROBERTO LASTA - ME	RELÉ AUXILIAR COM SUPORTE UNIVERSAL 24V	4390	1,000	35,0000	35,00
RODRIGO SOARES SALA 10289611970	. IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, COM SISTEMA TANQUE DE TINTA 100% SEM CARTUCHOS, COM CONEXÕES USB E WI-FI, COM RENDIMENTO DE 4.500 CÓPIAS EM PRETO E 7.500 CÓPIAS COLORIDO, COM FUNÇÕES IMPRIMIR, COPIAR E DIGITALIZAR, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE IMPRESSÃO DE 33PPM EM PRETO E 15PPM EM 15PPM. SCANNER COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1200 X 2400 DPI, INCLUSOS TINTAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO, CD DE INSTALAÇÃO E CABO USB, BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	4217	1,000	1.310,0000	1.310,00
ROLEPEÇAS PECAS E ROLAMENTOS LTDA - EPF	REPARO LANÇA TRASEIRA LEVANTAMENTO, PROFUNDIDADE, 84155594.	4182	1,000	352,5400	352,54
RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	CALÇA OPERACIONAL FLEX - PADRÃO PMSC.	4178	6,000	230,0000	1.380,00
RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	CINTO BDU BÉLICA.	4178	6,000	55,0000	330,00
RRT COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA	CINTO LISO COM FIVELA DE METAL - PMSC.	4178	5,000	35,0000	175,00
SIDIMAR MATTIELLO 09438053921	CABO PP 4X1,50MM	4218	5,000	3,4000	17,00
SIDIMAR MATTIELLO 09438053921	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADOR DE AR SPLIT 12.000BTUS, INCLUINDO MATERIAIS NECESSARIOS.	4218	2,000	200,0000	400,00
SIDIMAR MATTIELLO 09438053921	MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADOR DE AR SPLIT 9.000BTUS	4218	1,000	180,0000	180,00
SIDIMAR MATTIELLO 09438053921	TUBO DE COBRE 1/4", ISOLADO.	4218	5,000	30,0740	150,37
SIDIMAR MATTIELLO 09438053921	TUBO EM COBRE 1/2", ISOLADO.	4218	5,000	36,5260	182,63
Total Geral do Mês ---->					1.238.588,99

CÂMARA MUNICIPAL**ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA A GESTÃO 2021/2024**

Publicação Nº 2797072

ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA A GESTÃO 2021/2024.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos, do dia 01 de janeiro do ano dois mil e vinte e um, tendo como local o Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin, da Câmara de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, sito à Rua José Bonifácio, número 455, reuniram-se em Sessão Solene os Vereadores do município de Descanso, sob a presidência da Vereadora ODETE MARIA ANDRIONI NORA: FABIANA PASOLINI CAPELESSO, GIOVANI BUNELLO VIEIRA, JULIANO JUNIOR KASPER, MARISE TERESINHA PREVIDE GIOMBELLI, MATEUS BOLSONI, PAULO HENRIQUE BURIN, VLADEMIR ORO e VOLMIR ADELAR CASAGRANDE, com a finalidade de dar posse a SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso – SC e a IVANEI BRUGNEROTTO, Vice-Prefeito de Descanso, eleitos em 15 de novembro de 2020 para a gestão 2021/2024. Juntamente com os Vereadores eleitos compoendo a Mesa de Honra esteve o Sr. MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO – Presidente da Câmara no período 2020. A Presidente, Vereadora ODETE declarou aberto o presente Ato Solene, solicitando ao Prefeito eleito, Sr. SADI INÁCIO BONAMIGO e ao Vice-Prefeito eleito, Sr. IVANEI BRUGNEROTTO, apresentarem seus Diplomas e Declarações de Bens. Obedecendo ao disposto no Artigo 73º da Lei Orgânica Municipal o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos proferiram o Termo de Compromisso, ao final do qual, a Presidente os declarou empossados para a gestão que se inicia neste dia 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, no cargo de Prefeito SADI INÁCIO BONAMIGO e no cargo de Vice-Prefeito do Município de Descanso o Senhor IVANEI BRUGNEROTTO. Na sequência os Vereadores eleitos fizeram seus pronunciamentos pelo tempo de três minutos e para concluir foi acompanhada a execução do hino do município de Descanso. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente Sessão Solene, lavrada esta ata que após lida e achada conforme segue assinada pelos presentes:

ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM QUINZE DE NOVEMBRO DE 2020 PARA A 17ª LEGISLATURA PELO PERÍODO 2021/2024

Publicação Nº 2797071

ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS VEREADORES ELEITOS EM QUINZE DE NOVEMBRO DE 2020 PARA A 17ª LEGISLATURA PELO PERÍODO 2021/2024.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos, do dia 01 de janeiro do ano dois mil e vinte e um, tendo como local o Salão Nobre Prefeito Ângelo Bedin, da Câmara de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, sito à Rua José Bonifácio, número 455, reuniram-se em Sessão Solene os Vereadores eleitos no pleito eleitoral do dia 15 de novembro de 2020: FABIANA PASOLINI CAPELESSO, GIOVANI BUNELLO VIEIRA, JULIANO JUNIOR KASPER, MARISE TERESINHA PREVIDE GIOMBELLI, MATEUS BOLSONI, ODETE MARIA ANDRIONI NORA, PAULO HENRIQUE BURIN, VLADEMIR ORO e VOLMIR ADELAR CASAGRANDE. Juntamente com os Vereadores eleitos compoendo a Mesa de Honra estiveram o Sr. MÁRCIO MAXIMINO BORTOLOTO – Presidente da Câmara no período 2020, Sr. SADI INACIO BONAMIGO - Prefeito reeleito para a gestão 2021/2024 e Sr. IVANEI BRUGNEROTTO, Vice-Prefeito eleito para a gestão 2021/2024. Conforme preconiza os Artigos 16º da Lei Orgânica Municipal e 9º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, inicialmente a presidência dos trabalhos ficou a cargo do Sr. MATEUS BOLSONI, Vereador mais votado no pleito eleitoral de novembro, o qual declarou aberto o presente ato solene de posse. Passou-se a execução do Hino Nacional Brasileiro. Em obediência a Legislação em vigor, o Presidente solicitou aos demais Vereadores a apresentação de seus Diplomas e Declarações de Bens, apresentando também os seus. Em concordância com o Artigo 10º do Regimento Interno Cameral, os Vereadores eleitos proferiram o Termo de Compromisso de Posse, ao final do qual, o Presidente MATEUS BOLSONI os declarou empossados no cargo pelo período de 01/01/2021 à 31/12/2024. Na sequência passou-se a eleição da Mesa Diretora para o período de 2021. Deste modo, à medida que foram chamados nominalmente, em ordem alfabética, cada Vereador depositou seu voto junto à urna. Concluindo votou o Vereador VOLMIR ADELAR CASAGRANDE. Primeiramente a eleição se deu para o cargo de Presidente. Para escrutinadores dos votos o Presidente convocou os Vereadores Juliano, Fabiana e Giovani. Escrutinados os sufrágios, o resultado obtido foi o seguinte: 05 (cinco) votos para ODETE MARIA ANDRIONI NORA e 04 (quatro) votos para MATEUS BOLSONI. Da mesma forma passou-se a eleição para a escolha do Vice-Presidente da Mesa Diretora, para escrutinadores dos votos o Presidente convocou os Vereadores Marise, Volmir e Paulo, obtendo-se o seguinte resultado: 05 (cinco) votos para JULIANO JUNIOR KASPER e 04 (quatro) votos para GIOVANI BUSNELLO VIEIRA. Para a função de 1º Secretário da Mesa, foram convocados para escrutinadores os vereadores Vlademir, Odete e Fabiana, tendo sido eleita a Vereadora FABIANA PASOLINI CAPELESSO com 06 (seis) votos, contra 02 (dois) votos recebidos por MATEUS BOLSONI e 01 (um) voto recebido por JULIANO JUNIOR KASPER. Para a função de 2º Secretário da Mesa, foram convocados para escrutinadores os vereadores Giovani, Volmir e Marise, sendo eleito o Vereador VOLMIR ADELAR CASAGRANDE com 04 (quatro) votos, contra 02 (dois) votos recebidos por PAULO HENRIQUE BURIN, 02 (dois) votos recebidos por MATEUS BOLSONI e 01 (um) voto recebido por VLADEMIR ORO. A Mesa eleita para o período de 2021 ficou assim constituída: PRESIDENTE – Vereadora ODETE MARIA ANDRIONI NORA, VICE-PRESIDENTE – Vereador JULIANO JUNIOR KASPER, 1º SECRETÁRIO – Vereadora FABIANA PASOLINI CAPELESSO, 2º Secretário – Vereador VOLMIR ADELAR CASAGRANDE. O Vereador MATEUS BOLSONI declarou empossada a Mesa Diretora para o período de 2021 e passou a condução dos trabalhos à Presidente Eleita, Vereadora ODETE MARIA ANDRIONI NORA. Nada mais havendo a tratar o Presidente declarou encerrada a presente sessão solene, lavrada esta ata que após lida e achada conforme segue assinada pelos Vereadores presentes:

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO ERRATA EDITAL 129-2020 - REPUBLICAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 2795184

ALTERAÇÃO do EDITAL e REPUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2020

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, altera o edital, a data de abertura e julgamento Processo Licitatório nº 129/2020, Edital de Pregão Nº 129/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500 E ÓLEO DIESEL S10, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, tendo em vista, que o edital foi alterado. Recebimento, abertura e julgamento às 10:00 horas do dia 20/01/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. DIONÍSIO CERQUEIRA/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 48-2020 - FMS

Publicação Nº 2795149

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/20

HOMOLOGAÇÃO: 07/01/21

CONTRATADO: LADIR LUIZ PAULETTI 01639362932

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, E LIMPEZA, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CAPS, NASF, ESF'S, LABORATORIO MUNICIPAL E SAMU DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.766,50 (dez mil setecentos e sessenta e seis reais e cinq-enta centavos)

DATA: 07/01/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/20

HOMOLOGAÇÃO: 07/01/21

CONTRATADO: BUGRE COMERCIAL EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, E LIMPEZA, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CAPS, NASF, ESF'S, LABORATORIO MUNICIPAL E SAMU DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.730,80 (um mil setecentos e trinta reais e oitenta centavos)

DATA: 07/01/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/20

HOMOLOGAÇÃO: 07/01/21

CONTRATADO: LEANDRO APARECIDO DE PAULA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, E LIMPEZA, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CAPS, NASF, ESF'S, LABORATORIO MUNICIPAL E SAMU DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.116,55 (três mil cento e dezesseis reais
e cinq-enta e cinco centavos)

DATA: 07/01/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2020 - PREGÃO 48-2020 - FMS

Publicação Nº 2795144

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 1/8
 Processo Nº.: 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2020

No dia 7 do mês de Janeiro do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.265.919/0001-23, com sede administrativa localizada na RUA DOM PEDRO II, Nº 969, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 48/2020, Processo Licitatório nº. 48/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, E LIMPEZA, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CAPS, NASF, ESF'S, LABORATORIO MUNICIPAL E SAMU DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8690	BUGRE COMERCIAL EIRELI	11, 17, 23, 26
8234	LADIR LUIZ PAULETTI 01639362932	2, 4, 5, 7, 10, 14, 18
8752	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	3, 6, 22, 24, 27
6739	OLMIRO ROSA DOS SANTOS - ME	
6255	ROSA & ROSA CIA LTDA - ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BUGRE COMERCIAL EIRELI	35.088.051/0001-00	DJONATAN PEDRO OST RICHETTI	092.529.269-92
LADIR LUIZ PAULETTI 01639362932	20.202.544/0001-43	LADIR LUIZ PAULETTI	016.393.629-32
LEANDRO APARECIDO DE PAULA	19.634.481/0001-15	LEANDRO APARECIDO DE PAULA	009.925.610-00
OLMIRO ROSA DOS SANTOS - ME	02.813.796/0001-27		. . .
ROSA & ROSA CIA LTDA - ME	82.699.000/0001-96		. . .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, E LIMPEZA, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CAPS, NASF, ESF'S, LABORATORIO MUNICIPAL E SAMU DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 2/8
 Processo Nº.: 48/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020

Fornecedor: 8234 - LADIR LUIZ PAULETTI 01639362932

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Papel Toalha Interfolhada: cor: branca, textura, folha simples - gofrado - alta resistência, Gramatura: 27 a 28 g/m², matéria prima: 100% de fibras celulósicas, formato: Folhas intercaladas - 2 dobras, contam 1.000 fls, 2 dobras cada. Dimensões: 23 x21 cm	PCT	SORT	1.000,000	7,0000	7.000,00
4	Água Sanitária 5lt: com cloro ativo à base de hipoclorito de sódio de 2 a 2,5% P/P, estabilizante, alcalinizante, com ação desinfetante e bactericida, para limpeza de pisos e paredes em geral e eliminação de bactérias. O produto deve estar devidamente registrado na anvisa, com tampa de rosca e lacre.	UN	JJ GUIMARAE	500,000	4,0500	2.025,00
5	Papel Higiênico: Neutro com 08 Rolos folha simples branco, 30m x 10cm	FDO	BOUR BOM	100,000	3,5500	355,00
7	pano de chão: 80 x 90cm: 100% fibra flanelada com no brilhex	UN	BRILHEX	100,000	6,1000	610,00
10	Esponha: para louça tipo dupla face, sendo uma em espuma verde (dupla face) com 3 un	PCT	SCOT BRIT	100,000	2,4900	249,00
14	Luva de borracha, 30 tam P, 35 tam M, 35 tam G. Isenta de costuras, essa luva é altamente impermeável, proporcionando maior segurança quando você manusear produtos químicos ou quando realizar tarefas em objetos frágeis ou lisos.	PAR	SANRO	50,000	4,9500	247,50
18	Rodo de espuma: com no mínimo 40cm, com cabo a base de madeira, revestido com plástico rosqueável.	UN	DULAR	40,000	7,0000	280,00

Fornecedor: 8690 - BUGRE COMERCIAL EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Sabão Em Pó: composição tensoativo aniônico tamponantes, coadjuvantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, essência, água, alvejante e carga, embalagem 500g.	UN	GOTA LIMPA	100,000	4,4500	445,00
17	Vassoura: plástica de nylon com cerdas macias de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica.	UN	MILEVA	25,000	5,9800	149,50
23	Saco de lixo 100L: saco plástico para lixo doméstico em polietileno, com capacidade de 100 litros com estaque suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, sem rasgar, rolo picotado, material extra reforçado com 50 unidades por rolo.	RLO	BRAIMPACK	150,000	6,7900	1.018,50
26	Rodo de Borracha: rodo de borracha dupla EPDM, com no mínimo 40cm, com cabo rosqueável de 1,5m.	UN	LOCATELI	20,000	5,8900	117,80

Fornecedor: 8752 - LEANDRO APARECIDO DE PAULA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Desinfetante Multiuso 1 5LT: para banheiro e utensílios, líquido (cloro de alquil, benzil amônio) diversos aromas. O produto de ter registro na ANVISA.	UN	glamour	200,000	4,4500	890,00
6	Sapólio líquido 300ml	UN	glamour	200,000	2,1800	436,00
22	Saco de lixo 50L: saco plástico para lixo doméstico em polietileno, com capacidade de 50 litros com estaque suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, sem rasgar, rolo picotado, material extra reforçado com 50 unidades por rolo.	RLO	rool	150,000	6,8500	1.027,50
24	Saco de lixo 30L: saco plástico para lixo doméstico em polietileno, com capacidade de 30 litros com estaque suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, sem rasgar, rolo picotado, material extra reforçado com 50 unidades por rolo.	RLO	rool	100,000	6,4500	645,00
27	Sabão líquido 5 Lt: composição química: ácido dadecil benzeno sulfônico, tensoativoanionico, espessante, alcalinizante, conservante, corante, essência e veículo. O produto deve estar devidamente registrado na anvisa, com tampa de rosca e lacre.	UN	glamour	15,000	7,8700	118,05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 48/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 48/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 48/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

Página: 6/8
Processo N°. 48/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 48/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 48/2020**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/8

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**Processo Nº.: 48/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2020**

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 7 de Janeiro de 2021.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BUGRE COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 35.088.051/0001-00	_____
LADIR LUIZ PAULETTI 01639362932	CNPJ: 20.202.544/0001-43	_____
LEANDRO APARECIDO DE PAULA	CNPJ: 19.634.481/0001-15	_____
OLMIRO ROSA DOS SANTOS - ME	CNPJ: 02.813.796/0001-27	_____
ROSA & ROSA CIA LTDA - ME	CNPJ: 82.699.000/0001-96	_____

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 006, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797125

DECRETO N.º 006, de 06 de janeiro de 2021.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

DECRETA:

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo, o servidor: CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO.

Art. 2º Designar para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Ermo, os servidores: Giane Pires Leonardo, matrícula 363 e Kátia Aparecida Pereira, matrícula 518;

Art. 3º Pelos serviços prestados consoante este Decreto, os servidores designados não receberam nenhuma gratificação ou adicional, sendo os serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º Fica Revogado o Decreto 064, de 24 de agosto de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 007, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797128

DECRETO N.º 007, de 06 de janeiro de 2021.

Nomeia Membros da Comissão de Licitação Permanente e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 4º, do Art. 51, da Lei Nº. 8666/93, de 21 de Junho de 1993 e Alterações complementares;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Clayton Nazário Américo, Giane Pires Leonardo e Kátia Aparecida Pereira, para sob a Presidência do primeiro e Secretariada pelo segundo, constituírem a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento das Licitações e de Pedido de Inscrição no Cadastro de Fornecedores, expedidas pela municipalidade.

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros acima nomeados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 065, de 24 de agosto de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 008, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2797131

DECRETO N.º 008, de 06 de janeiro de 2021.

Dispõe Sobre a Prorrogação de Processo Seletivo N°. 001/2018 e N°. 002/2018 para Contratação de Servidores em Caráter Temporário e Estabelece Outras Providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a seleção de Processo Seletivo dos Editais de nº. 001/2018 e nº 002/2018, ambos de 21 de novembro de 2018, Homologados no dia 01 de fevereiro de 2019, por mais 02 (dois) meses a contar da data estabelecida no Decreto nº 005, de 31 de janeiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ERMO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação N° 2795890

Estado de Santa Catarina
Município de Ermo
Fundo Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de combustíveis para consumo emergencial em veículos do Fundo Municipal de Saúde de Ermo, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 108, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 11.258.199/0001-79, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Sr. RONILDO DOS SANTOS SOARES, portador do CPF nº 887.468.529-72.

Contratado: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA, com sede na Rod. SC 448, 65 – km 06, no centro do município de Ermo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.522.125/0001-79, neste ato representado pelo Sócio Administrador, Sr. SIDNEI DAMINELLI, portador do CPF nº 617.921.799-87.

Valor: O valor global estimado é de R\$ 13.915,80 (treze mil, novecentos e quinze reais e oitenta centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Ermo/SC, 07 de janeiro de 2021.

Tayná Tomazzi
Diretora de Saúde

PORTARIA N° 023, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2797099

PORTARIA N° 023, de 05 de janeiro de 2021.

Designar Procurador Municipal para Recebimento de Notificações, Intimações e Citações Judiciais e Extrajudiciais.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Srta. JULIETE PAULINO MEZZARI, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB-SC nº 40.889, contratada pelo Município, para receber Notificações e Intimações Extrajudiciais, bem como, Citações e Intimações Judiciais em nome do Município de Ermo e em nome do Prefeito Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 024, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797100

PORTARIA Nº 024, de 05 de janeiro de 2021.
Concede Licença Prêmio aos Servidores que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 15 (quinze) dias aos servidores, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 04 de janeiro de 2021 a 18 de janeiro de 2021, conforme abaixo especificados:

Roque Fabiano Bristot – Matrícula nº 350;
Adilson Daminelli – Matrícula nº 565.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 025, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797101

PORTARIA Nº 025, de 05 de janeiro de 2021.
Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora MARCIA MARIA DA SILVA, Matrícula nº 147, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 04 de janeiro de 2021 a 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 026, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797103

PORTARIA Nº 026, de 05 de janeiro de 2021.

Altera Carga Horária de Servidor Admitido em Caráter Temporário (ACT) que Especifica e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;
Considerando a necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a carga horária da servidora BRUNA SARTOR MARCON, Matrícula nº 1131, ocupante da função de Farmacêutica Admitida em Caráter Temporário (ACT), de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais e vencimentos estabelecidos em Lei conforme Portaria nº 038, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 027, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797105

PORTARIA Nº 027, de 05 de janeiro de 2021.

Revoga Licença Prêmio concedida a Servidor que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 89-B, da Lei nº 038, de 04 de Novembro de 1997 e alteração pela Lei Complementar PE nº. 024/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a licença Prêmio concedida ao servidor AGNEL DA SILVA COELHO - matrícula nº 531 conforme Portaria nº 019, de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 05 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 029, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797107

PORTARIA Nº 029, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAICON SIMÃO EMERIM, CPF nº 051.481.449-71 para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE CONTABILIDADE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 030, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797109

PORTARIA Nº 030, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSÉ FERNANDO LOPES CARDOSO, CPF nº 024.994.489-89 para exercer o cargo em Comissão de DIRETOR DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 031, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797110

PORTARIA Nº 031, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear BRUNA FLOR DOS SANTOS, CPF nº 084.055.219-09 para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 032, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797114

PORTARIA Nº 032, de 07 de janeiro de 2021.
Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOÃO BORGES, CPF nº 828.365.909-04 para exercer o cargo em Comissão de DIRETOR DE AGRICULTURA, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 034, DE 08 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797120

PORTARIA Nº 034, de 08 de janeiro de 2021.
Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SAMUEL DE VARGAS MACHADO, CPF nº 034.023.599-36, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Motorista I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 08 de janeiro de 2021, encerrando-se em 07 de março de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 033, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797117

PORTARIA Nº. 033, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar GIANE PIRES LEONARDO, Matrícula nº 363, do cargo de DIRETOR DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, Nível DASU-2, dos Cargos de Provisão em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado(a) pela Portaria Nº 027, de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de janeiro de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2795411

Estado de Santa Catarina

Município de Ermo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021 – INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo e assistência técnica na área de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Ermo e seus Fundos, para o exercício de 2021, conforme Termo de Referência – Anexo Único.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERMO, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO DELLA VECCHIA, brasileiro, casado, residente na cidade de Ermo, Santa Catarina, portador do CPF nº 999.910.129-15.

Contratado: Maria das Graças Conti Fagundes ME, com sede na Av. Municipal, 333 – São Cristóvão, no município de Turvo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 15.392.739/0001-63, neste ato representada por seu Titular, Sra. Maria Das Graças Conti Fagundes, portadora do CPF nº 733.254.909-30, CRC/SC nº SC-022859/O-5.

Valor: O valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), resultante num valor total do contrato de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Fundamento Legal: Artigo 25, II, da Lei nº 8.666/93, c/c Art. 25, § 1º, do Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei nº 14.039, de 17/08/2020.

Ermo/SC, 04 de janeiro de 2021.

Clayton Nazario Américo

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 2795773

Estado de Santa Catarina

Município de Ermo

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de combustíveis para consumo emergencial em veículos do Município de Ermo, pelo período de 60 (sessenta) dias.

Contratante: MUNICÍPIO DE ERMO, sede na Rod. SC 448, km 06, nº 120, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº 01.608.905/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO DELLA VECCHIA, brasileiro, casado, residente na cidade de Ermo, Santa Catarina, portador do CPF nº 999.910.129-15.

Contratado: AUTO POSTO DAMINELLI LTDA, com sede na Rod. SC 448, 65 – km 06, no centro do município de Ermo/SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.522.125/0001-79, neste ato representado pelo Sócio Administrador, Sr. SIDNEI DAMINELLI, portador do CPF nº 617.921.799-87.

Valor: O valor global é de R\$ 68.074,40 (sessenta e oito mil, setenta e quatro reais e quarenta centavos)

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Ermo/SC, 07 de janeiro de 2021.

Clayton Nazário Américo

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO N. 0001/2020-FMS - EXAMES LABORATORIAIS

Publicação Nº 2794977

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0002/2021 – FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
CHAMADA PÚBLICA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 0001/2021-FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob n. 10.496.698/0001-31, com amparo legal no Art. 199, da Constituição Federal, e no uso de suas atribuições, consoante com as disposições da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, TORNA PÚBLICO que abrirá inscrição para CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, desde que atendidas as exigências do presente Edital e seus Anexos:

1. DO OBJETO

O objeto do presente Edital é o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE DE LABORATÓRIO CLÍNICO, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes.

ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	MÊS	12	ATENDIMENTO DE PESSOA JURÍDICA, NA ÁREA DE SAÚDE, ESPECIALIZADA EM LABOORATÓRIO CLÍNICO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.	R\$ 7.931,21	R\$ 95.174,52

Os procedimentos e seus respectivos valores são extraídos da "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde - SUS", que está disponível através do site: <http://sigtap.datasus.gov.br>.

As quantidades de exames contratados serão variáveis, limitadas às quantidades mensais máximas fornecidas pela Secretária de Saúde.

2. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1 Poderão buscar credenciamento pessoas jurídicas, desde que apresentem toda a documentação necessária. O credenciamento se dará após a aprovação do pedido de inscrição na forma deste edital, com análise técnica e deferimento do requerimento.

3. DA REMUNERAÇÃO

3.1 A remuneração devida aos prestadores credenciados será produto dos exames autorizados mensalmente, levando em consideração a Tabela SUS limitado ao valor máximo descrito no item 1.

3.2 O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

4. DOS PAGAMENTOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.1 O Contratado deverá entregar a produção até o décimo quinto dia de cada mês, relativo com a produção do mês anterior para a Secretaria Municipal de Saúde, acompanhado das guias autorizadas, contendo o nome do usuário, assinatura do usuário, e o valor do exame credenciado, para posterior faturamento;

4.2 Os pagamentos serão efetuados no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após a apresentação da respectiva nota fiscal.

5. DO CREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA DIVISÃO DOS SERVIÇOS

5.1 O Credenciamento será exclusivo aos profissionais que Não fazem parte da Rede de Atenção Básica de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes;

5.2 Os exames não serão cumulativos de um mês para outro;

5.3 As condições do Credenciamento de prestadores de serviços de saúde são universais e, portanto idêntica a todos. O credenciamento acontecerá após a aprovação da inscrição que dar-se-á com base na avaliação da regularidade da documentação solicitada no item 6 deste Edital.

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

6.1 Os interessados em buscar credenciamento junto ao Município deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Relação dos exames a serem prestados e que tenha interesse em credenciar-se, e concordando com as condições do Edital de Credenciamento, conforme modelo do Anexo III;
- b) Cópia do Contrato Social, declaração da firma individual ou Estatuto Social devidamente registrado no Órgão Competente, bem como da última alteração (se houver);
- c) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- d) Certidão Negativa da Fazenda Municipal;
- e) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual;
- f) Certidão de Regularização Fiscal RFB/PGFN;
- g) Declaração de que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos em cumprimento do dispositivo no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 (modelo Anexo II).
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- i) Certidão negativa de Falência ou recuperação judicial, expedidas pelos cartórios distribuidores da sede da Licitante.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome e em favor da empresa licitante, comprovando ter realizado serviços similares, compatíveis em características, quantidades de atendimento e prazos compatíveis com o objeto deste termo de referência. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser devidamente assinado(s), carimbado(s) e em papel timbrado da empresa ou órgão público, compatível com o objeto a ser licitado.
- b. Certificado de registro da proponente no Conselho Regional de Farmácia ou de Medicina do respectivo estado, conforme estabelecido na Lei 6839/80. Art. 1º;
- c. Certificado de registro do profissional técnico responsável pela instituição no Conselho Regional da respectiva categoria profissional;
- d. Diploma do profissional responsável com habilitação em análises clínicas (no caso de farmacêutico) ou patologia (no caso de médico);
- e. Alvará expedido pela Vigilância Sanitária dos locais de coleta vigente e o respectivo comprovante de pagamento;
- f. Alvará de localização e funcionamento dos locais de coleta vigente e o respectivo comprovante de pagamento;
- g. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES- como laboratório de análises clínicas ou patologia clínica.
- h. Documento que comprove a vinculação do profissional responsável técnico à proponente;
- i. Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 306 de 07/12/2004.
- j. Contrato com empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos de saúde.
- k. Licença Ambiental da empresa responsável pela coleta, transporte e destinação final dos resíduos de saúde.

6.2 A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para indeferimento do credenciamento;

6.3 Os documentos, quando não originais, deverão ser autenticados por cartório competente ou por servidor da Administração Pública Municipal (no caso do último, os interessados deverão dirigir-se ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal munidos da cópia e original do documento);

6.4 A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Rio Grande do Sul, 458 - Centro. Deverão constar na parte externa no invólucro dos seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
CREDENCIAMENTO N. 0001/2021-FMS
SERVIÇO DE
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

6.5 A conferência da documentação requerida será realizada pelo setor de Licitações.

6.6 Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços será convocado para firmar o devido Contrato, sendo que, a negativa ou o não comparecimento, num prazo de dois dias após o recebimento da convocação, acarretará na anulação da inscrição.

7. DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 Os serviços deverão ser realizados em consultório contratado;

7.2 Os exames das especialidades serão autorizadas pela Contratante, sendo que o Credenciado deverá atender somente pacientes com encaminhamento médico das Unidades de Saúde autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes;

7.3 Os serviços credenciado terão vigência até 31 de Dezembro de 2021, vedada sua prorrogação de que trata o dispositivo no art.57, II da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1 – Prestar os serviços, rigorosamente em conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste edital

8.2 - Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente ao Município de Faxinal dos Guedes/SC, ou a terceiros, decorrentes de acontecimentos na prestação dos serviços.

8.3 – Atender somente usuários com requisições do SUS e autorizadas pela Secretaria de Saúde de Faxinal dos Guedes/SC, devidamente preenchidas, carimbadas e assinadas por profissional de saúde habilitado, conforme protocolos da secretaria municipal.

8.4 - A realização dos exames e a distribuição dos resultados serão de responsabilidade da empresa credenciada, que assumirá todos os ônus decorrentes dos procedimentos.

8.5 - A empresa credenciada será responsável pelo material necessário às coletas, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento imprescindível para a realização do procedimento.

8.6 - Não rasurar, acrescentar ou excluir exames das requisições.

8.7 - Apresentar as guias de requisição devidamente autorizadas e relatório com nome do paciente, exames realizados e respectivos valores e deixar a disposição para conferência na Secretaria de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes/SC.

8.8- Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

8.9- Responsabilizarem-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas dos serviços realizados por força dos serviços a serem contratados, ocorrerão a conta do orçamento para o exercício de 2021.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
APLICAÇÕES DIRETAS

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Os Credenciados deverão cumprir com o Agendamento dos exames médicos requisitados pelos médicos da Secretaria Municipal de Saúde, no menor espaço de tempo;

10.2 Duvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta, formulada por escrito e/ou enviado por e-mail, através do e-mail: saude_fx@faxinal.sc.gov.br;

10.3 o Município reserva-se o direito de anular ou revogar (antes da assinatura do Contrato) o presente Edital de Credenciamento;

10.4 Fazem parte do presente Edital:

10.4.1 Anexo I – Minuta do Contrato de Prestação de Serviços

10.4.2 Anexo II – Modelo da Declaração de Não Emprego de Menores;

10.4.3 Anexo III – Relação dos exames a serem prestados.

10.4.4 Anexo IV – Descrição dos Serviços Prestados;

Faxinal dos Guedes – SC, 07 de Janeiro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I
MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO N. xx/2021

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES E A EMPRESA xxxxxxxx, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE xxxxxxxxxxxxxxxx.

Contrato que entre si celebram o FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, 458, centro, inscrito no CNPJ sob o n. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, Senhor xxxxxx, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n. xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, com sede jurídica na xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxx, Cidade de xxxxxxxxxxxx, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob n. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, neste ato representado por xxxxxxxxxxxx Senhor xxxxxxxx, brasileiro, xxxxxxxx, com endereço profissional xxxxxxxxxxxx, Cidade de xxxxxxxxxxxx, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF/MF sob n. xxx.xxx.xxx-xx e, portador da Cédula de Identidade sob n. x.xxx.xxx, expedida pela SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade CREDENCIAMENTO N. 0001/2021, , mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Federal n. 8.666, de 21/06/93 e suas posteriores alterações, Lei Complementar n. 123/2006 e legislação vigente pertinente à matéria, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a Serviços Especializados em Laboratório Clínico para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde,

no âmbito do Município de Faxinal dos Guedes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: Indireta/Preço Unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Do preço

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ xx.xxxx,xx (xxxxxxxxxx), divididos em parcelas, mensais, iguais e consecutivas, no importe de R\$ X.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxx), pagáveis no mês subsequente à prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente recebida e liquidada pelo fiscal do presente contrato.

4.1.1.1. O pagamento será efetivado em conta corrente bancária indicada pela Contratada após a conclusão dos serviços realizados, mediante autorização de pagamento por parte da Secretaria Municipal Saúde, juntamente com as respectivas notas fiscais, devidamente, recebida e aceita pela Secretária Municipal de Saúde.

4.1.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida;

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

OS PREÇOS COTADOS NÃO SOFRERÃO NENHUMA ESPÉCIE DE REAJUSTES.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de execução será da data da assinatura do presente instrumento contratual até 31 de Dezembro de 2021, ficando vedada sua prorrogação.

6.2 - O início dos serviços dar-se-á a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução deste Contrato será acompanhado e fiscalizado por um representante do CONTRATANTE especialmente designado.

7.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, no local dos serviços, para representá-la na execução deste Contrato.

7.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites

permitidos no § 1º, do Artigo 65 da Lei N. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

8.1.2 - Por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

8.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida à prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

- a) advertência por escrito;
- b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;
- c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;
- d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;
- e) multa de até 1% (um por cento) calculados sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;
- f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei Nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações;
- h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovado, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

9.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pelo MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

9.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome do CONTRATANTE, assegurado o direito de defesa de que tratam o § 2º, do artigo 87, da Lei N. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

9.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e o CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral do CONTRATANTE:

10.1.1 - O CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 - O CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado no início dos serviços;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, à cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo ao CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pelo CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados ao CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, o CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;

d) caso o CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte do CONTRATANTE, dos serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

10.2.2 - Nestes casos, o CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

10.3.1 - Tanto o CONTRATANTE como a CONTRATADA, poderá rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita à outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

11.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

11.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não-recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

11.1.2 – Obriga-se a CONTRATADA a manter-se em dia com as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais, apresentando na Tesouraria do Município, por ocasião de cada recebimento, uma cópia autenticada da folha de pagamento de seus funcionários ou declaração de que não possuem funcionários, e ainda, das guias de recolhimento do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior.

11.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e ao CONTRATANTE.

11.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.3.1 - Caso haja condenação do CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12 - A não utilização por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO

13 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, xx de xxxxxxxxx de 2021.

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
CPF/MF sob n. xxx.xxx.xxx-xx
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref. Credenciamento n. 0001/2021-FMS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade Nº. _____ e do CPF Nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 2021.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

ANEXO III RELAÇÃO DOS EXAMES A SEREM PRESTADOS.

Faxinal dos Guedes, SC, de de 2021.

A _____, estabelecida à _____, cidade de _____, inscrita no CNPJ sob nº
_____, neste ato representado por _____, sócio administrador inscrito no CPF/MF sob nº
_____, vem por meio deste credenciar-se o profissional abaixo:

Dr (a):
Especialidade:
CRM nº

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS			
Relatório de Procedimentos Laboratoriais – SUS			
Código	Procedimento	Valor	
02.02.01.001-5	CLEARANCE OSMOLAR	R\$ 3,51	
02.02.01.002-3	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	R\$ 2,01	
02.02.01.003-1	DETERMINACAO DE CROMATOGRRAFIA DE AMINOACIDOS	R\$ 15,65	
02.02.01.004-0	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)	R\$ 3,63	
02.02.01.005-8	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5 DOSAGENS)	R\$ 6,55	
02.02.01.006-6	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4 DOSAGENS)	R\$ 3,68	
02.02.01.007-4	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	R\$ 10,00	
02.02.01.008-2	DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	R\$ 3,51	
02.02.01.009-0	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	R\$ 3,51	
02.02.01.010-4	DOSAGEM DE ACETONA	R\$ 1,85	
02.02.01.011-2	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	R\$ 2,01	
02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO	R\$ 1,85	
02.02.01.013-9	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	R\$ 9,00	
02.02.01.014-7	DOSAGEM DE ALDOLASE	R\$ 3,68	
02.02.01.015-5	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	R\$ 3,68	
02.02.01.016-3	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	R\$ 3,68	
02.02.01.017-1	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	R\$ 3,68	
02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	R\$ 2,25	
02.02.01.019-8	DOSAGEM DE AMONIA	R\$ 3,51	
02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	R\$ 2,01	
02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	R\$ 1,85	
02.02.01.022-8	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	R\$ 3,51	
02.02.01.023-6	DOSAGEM DE CAROTENO	R\$ 2,01	
02.02.01.024-4	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS	R\$ 0,00	
02.02.01.025-2	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	R\$ 3,68	

02.02.01.026-0	DOSAGEM DE CLORETO	R\$ 1,85
02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	R\$ 3,51
02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	R\$ 3,51
02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	R\$ 1,85
02.02.01.030-9	DOSAGEM DE COLINESTERASE	R\$ 3,68
02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	R\$ 1,85
02.02.01.032-5	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	R\$ 3,68
02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	R\$ 4,12
02.02.01.034-1	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	R\$ 3,51
02.02.01.035-0	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	R\$ 3,51
02.02.01.036-8	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	R\$ 3,68
02.02.01.037-6	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	R\$ 3,68
02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	R\$ 15,59
02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	R\$ 3,51
02.02.01.040-6	DOSAGEM DE FOLATO	R\$ 15,65
02.02.01.041-4	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	R\$ 2,01
02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	R\$ 2,01
02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO	R\$ 1,85
02.02.01.044-9	DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	R\$ 2,01
02.02.01.045-7	DOSAGEM DE GALACTOSE	R\$ 3,51
02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	R\$ 3,51
02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	R\$ 1,85
02.02.01.048-1	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	R\$ 3,68
02.02.01.049-0	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	R\$ 3,68
02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	R\$ 7,86
02.02.01.051-1	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	R\$ 3,68
02.02.01.052-0	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	R\$ 3,51
02.02.01.053-8	DOSAGEM DE LACTATO	R\$ 3,68
02.02.01.054-6	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	R\$ 3,51
02.02.01.055-4	DOSAGEM DE LIPASE	R\$ 2,25
02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO	R\$ 2,01
02.02.01.057-0	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	R\$ 2,01
02.02.01.058-9	DOSAGEM DE PIRUVATO	R\$ 3,68
02.02.01.059-7	DOSAGEM DE PORFIRINAS	R\$ 3,51
02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	R\$ 1,85
02.02.01.061-9	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	R\$ 1,40
02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	R\$ 1,85
02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	R\$ 1,85
02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	R\$ 2,01
02.02.01.065-1	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	R\$ 2,01
02.02.01.066-0	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	R\$ 4,12
02.02.01.067-8	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	R\$ 3,51
02.02.01.068-6	DOSAGEM DE TRIPTOFANO	R\$ 3,51
02.02.01.069-4	DOSAGEM DE UREIA	R\$ 1,85
02.02.01.070-8	DOSAGEM DE VITAMINA B12	R\$ 15,24
02.02.01.071-6	ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	R\$ 3,68
02.02.01.072-4	ELETROFORESE DE PROTEINAS	R\$ 4,42
02.02.01.073-2	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	R\$ 15,65
02.02.01.074-0	PROVA DA D-XILOSE	R\$ 3,68
02.02.01.075-9	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS	R\$ 6,55
02.02.01.076-7	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	R\$ 15,24
02.02.01.077-5	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	R\$ 1,53

02.02.01.078-3	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)	R\$ 3,04
02.02.01.079-1	DOSAGEM DE PEPTÍDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT-PROBNP)	R\$ 27,00
02.02.02.001-0	CITOQUÍMICA HEMATOLOGICA	R\$ 6,48
02.02.02.002-9	CONTAGEM DE PLAQUETAS	R\$ 2,73
02.02.02.003-7	CONTAGEM DE RETICULOCITOS	R\$ 2,73
02.02.02.004-5	DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR	R\$ 2,73
02.02.02.005-3	DETERMINAÇÃO DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS (CADA)	R\$ 2,73
02.02.02.006-1	DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	R\$ 2,73
02.02.02.007-0	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	R\$ 2,73
02.02.02.008-8	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	R\$ 2,73
02.02.02.009-6	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	R\$ 2,73
02.02.02.010-0	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	R\$ 9,00
02.02.02.011-8	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS	R\$ 5,79
02.02.02.012-6	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	R\$ 2,85
02.02.02.013-4	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	R\$ 5,77
02.02.02.014-2	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	R\$ 2,73
02.02.02.015-0	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	R\$ 2,73
02.02.02.016-9	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	R\$ 4,11
02.02.02.017-7	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	R\$ 6,48
02.02.02.018-5	DOSAGEM DE FATOR II	R\$ 5,31
02.02.02.019-3	DOSAGEM DE FATOR IX	R\$ 7,61
02.02.02.020-7	DOSAGEM DE FATOR V	R\$ 4,73
02.02.02.021-5	DOSAGEM DE FATOR VII	R\$ 8,09
02.02.02.022-3	DOSAGEM DE FATOR VIII	R\$ 6,63
02.02.02.023-1	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	R\$ 15,00
02.02.02.024-0	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	R\$ 18,91
02.02.02.025-8	DOSAGEM DE FATOR X	R\$ 6,66
02.02.02.026-6	DOSAGEM DE FATOR XI	R\$ 9,11
02.02.02.027-4	DOSAGEM DE FATOR XII	R\$ 10,51
02.02.02.028-2	DOSAGEM DE FATOR XIII	R\$ 6,66
02.02.02.029-0	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	R\$ 4,60
02.02.02.030-4	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	R\$ 1,53
02.02.02.031-2	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	R\$ 2,73
02.02.02.032-0	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	R\$ 2,73
02.02.02.033-9	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	R\$ 2,73
02.02.02.034-7	DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	R\$ 4,11
02.02.02.035-5	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	R\$ 5,41
02.02.02.036-3	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	R\$ 2,73
02.02.02.037-1	HEMATOCRITO	R\$ 1,53
02.02.02.038-0	HEMOGRAMA COMPLETO	R\$ 4,11
02.02.02.039-8	LEUCOGRAMA	R\$ 2,73
02.02.02.040-1	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	R\$ 25,00
02.02.02.041-0	PESQUISA DE CELULAS LE	R\$ 4,11
02.02.02.042-8	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	R\$ 2,73
02.02.02.043-6	PESQUISA DE FILARIA	R\$ 2,73
02.02.02.044-4	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	R\$ 2,73
02.02.02.045-2	PESQUISA DE PLASMODIO	R\$ 0,00
02.02.02.046-0	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	R\$ 2,73
02.02.02.047-9	PROVA DE COMPATIBILIDADE PRE-TRANSFUSIONAL (MEIOS SALINOS, ALBUMINOSO E COOMBS)	R\$ 0,00
02.02.02.048-7	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	R\$ 4,11
02.02.02.049-5	PROVA DE RETRAÇÃO DO COAGULO	R\$ 2,73
02.02.02.050-9	PROVA DO LACO	R\$ 2,73

02.02.02.051-7	RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	R\$ 2,73
02.02.02.052-5	TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	R\$ 12,00
02.02.02.053-3	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	R\$ 2,73
02.02.02.054-1	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	R\$ 2,73
02.02.03.051-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00
02.02.03.052-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 17,16
02.02.03.053-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	R\$ 4,10
02.02.03.054-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	R\$ 5,50
02.02.03.055-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16
02.02.03.056-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R\$ 17,16
02.02.03.057-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R\$ 17,16
02.02.03.058-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R\$ 17,16
02.02.03.059-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R\$ 17,16
02.02.03.060-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R\$ 17,16
02.02.03.011-3	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	R\$ 13,55
02.02.03.012-1	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	R\$ 17,16
02.02.03.013-0	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	R\$ 17,16
02.02.03.014-8	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	R\$ 2,83
02.02.03.015-6	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	R\$ 17,16
02.02.03.016-4	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	R\$ 9,25
02.02.03.017-2	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	R\$ 0,00
02.02.03.018-0	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	R\$ 17,16
02.02.03.019-9	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	R\$ 9,25
02.02.03.020-2	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	R\$ 2,83
02.02.03.021-0	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	R\$ 298,48
02.02.03.022-9	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	R\$ 17,16
02.02.03.023-7	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	R\$ 80,00
02.02.03.024-5	INTRADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)	R\$ 0,00
02.02.03.025-3	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	R\$ 10,00
02.02.03.026-1	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	R\$ 10,00
02.02.03.027-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	R\$ 8,67
02.02.03.028-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	R\$ 17,16
02.02.03.029-6	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	R\$ 85,00
02.02.03.030-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	R\$ 10,00
02.02.03.031-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	R\$ 18,55
02.02.03.032-6	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	R\$ 17,16
02.02.03.033-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	R\$ 5,74
02.02.03.034-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	R\$ 17,16
02.02.03.035-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	R\$ 18,55
02.02.03.036-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	R\$ 18,55
02.02.03.037-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	R\$ 9,25
02.02.03.038-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	R\$ 10,00
02.02.03.039-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	R\$ 9,25
02.02.03.040-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	R\$ 3,70
02.02.03.041-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	R\$ 5,83
02.02.03.042-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCEN- CIA)	R\$ 10,00
02.02.03.043-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEIX SUPRARENAL	R\$ 17,16
02.02.03.044-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	R\$ 9,25
02.02.03.045-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	R\$ 10,00
02.02.03.046-6	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	R\$ 9,70
02.02.03.047-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	R\$ 2,83
02.02.03.048-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	R\$ 10,00
02.02.03.050-4	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	R\$ 10,00

02.02.03.051-2	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	R\$ 10,00
02.02.03.052-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	R\$ 17,16
02.02.03.053-9	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	R\$ 4,10
02.02.03.054-7	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	R\$ 5,50
02.02.03.055-5	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	R\$ 17,16
02.02.03.056-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	R\$ 17,16
02.02.03.057-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	R\$ 17,16
02.02.03.058-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	R\$ 17,16
02.02.03.059-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	R\$ 17,16
02.02.03.060-1	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	R\$ 17,16
02.02.03.061-0	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	R\$ 10,00
02.02.03.062-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	R\$ 17,16
02.02.03.063-6	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	R\$ 18,55
02.02.03.064-4	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	R\$ 18,55
02.02.03.065-2	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	R\$ 7,78
02.02.03.066-0	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	R\$ 9,71
02.02.03.067-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	R\$ 18,55
02.02.03.068-7	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	R\$ 18,55
02.02.03.069-5	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	R\$ 9,25
02.02.03.070-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	R\$ 4,10
02.02.03.071-7	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCIAL RESPIRATORIO	R\$ 18,55
02.02.03.072-5	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	R\$ 17,16
02.02.03.073-3	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 2,83
02.02.03.074-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,00
02.02.03.075-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	R\$ 9,25
02.02.03.076-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	R\$ 16,97
02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
02.02.03.078-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	R\$ 18,55
02.02.03.079-2	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS	R\$ 30,00
02.02.03.080-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
02.02.03.081-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
02.02.03.082-2	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	R\$ 17,16
02.02.03.083-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16
02.02.03.084-9	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	R\$ 17,16
02.02.03.085-7	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	R\$ 11,61
02.02.03.086-5	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	R\$ 10,00
02.02.03.087-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	R\$ 18,55
02.02.03.088-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	R\$ 9,25
02.02.03.089-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	R\$ 18,55
02.02.03.090-3	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS	R\$ 20,00
02.02.03.091-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	R\$ 18,55
02.02.03.092-0	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	R\$ 17,16
02.02.03.093-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	R\$ 17,16
02.02.03.094-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	R\$ 17,16

02.02.03.095-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	R\$ 17,16
02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	R\$ 13,35
02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	R\$ 18,55
02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	R\$ 18,55
02.02.03.099-7	DETECÇÃO DE CLAMÍDIA E GONOCOCO POR BIOLOGIA MOLECULAR	R\$ 60,00
02.02.03.100-4	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	R\$ 2,83
02.02.03.101-2	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	R\$ 4,10
02.02.03.102-0	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	R\$ 10,00
02.02.03.103-9	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	R\$ 9,25
02.02.03.104-7	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	R\$ 10,00
02.02.03.105-5	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	R\$ 1,77
02.02.03.106-3	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANA	R\$ 1,77
02.02.03.107-1	QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	R\$ 18,00
02.02.03.108-0	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	R\$ 168,48
02.02.03.109-8	TESTE TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 4,10
02.02.03.110-1	REACAO DE MONTENEGRO ID	R\$ 2,83
02.02.03.111-0	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS	R\$ 2,83
02.02.03.112-8	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
02.02.03.113-6	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	R\$ 10,00
02.02.03.114-4	TESTES ALERGICOS DE CONTATO	R\$ 1,77
02.02.03.115-2	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	R\$ 1,77
02.14.01.007-4	TESTE RÁPIDO PARA SÍFILIS	R\$ 1,00
02.14.01.008-2	TESTE RÁPIDO PARA SÍFILIS EM GESTANTE PAI/ PARCEIRO	R\$ 0,00
02.02.03.117-9	TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTES	R\$ 2,83
02.02.03.118-7	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	R\$ 18,55
02.02.03.119-5	DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	R\$ 17,16
02.02.03.120-9	DOSAGEM DE TROPONINA	R\$ 9,00
02.02.03.121-7	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	R\$ 13,35
02.02.03.122-5	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER I	R\$ 80,00
02.02.03.123-3	EXAME LABORATORIAL PARA DOENÇA DE GAUCHER II	R\$ 120,00
02.02.03.124-1	GENOTIPAGEM DO HIV	R\$ 0,00
02.02.03.125-0	DETECÇÃO DE RNA DO HTLV-1	R\$ 65,00
02.02.03.126-8	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 (WESTERN-BLOT)	R\$ 85,00
02.02.03.127-6	DOSAGEM DE ADENOSINA-DESAMINASE (ADA)	R\$ 13,06
02.02.04.001-1	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	R\$ 1,65
02.02.04.002-0	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	R\$ 3,04
02.02.04.003-8	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	R\$ 3,04
02.02.04.004-6	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	R\$ 1,65
02.02.04.005-4	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	R\$ 1,65
02.02.04.006-2	PESQUISA DE EOSINOFILOS	R\$ 1,65
02.02.04.007-0	PESQUISA DE GORDURA FECAL	R\$ 1,65
02.02.04.008-9	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.009-7	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.010-0	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.011-9	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	R\$ 1,65
02.02.04.012-7	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	R\$ 1,65
02.02.04.013-5	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	R\$ 10,25
02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.015-1	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.016-0	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	R\$ 1,65
02.02.04.017-8	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	R\$ 1,65

02.02.05.001-7	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	R\$ 3,70
02.02.05.002-5	CLEARANCE DE CREATININA	R\$ 3,51
02.02.05.003-3	CLEARANCE DE FOSFATO	R\$ 3,51
02.02.05.004-1	CLEARANCE DE UREIA	R\$ 3,51
02.02.05.005-0	CONTAGEM DE ADDIS	R\$ 2,04
02.02.05.006-8	DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	R\$ 3,70
02.02.05.007-6	DENTIFICAÇÃO DE GLICÍDIOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	R\$ 3,70
02.02.05.008-4	DOSAGEM DE CITRATO	R\$ 2,01
02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	R\$ 8,12
02.02.05.010-6	DOSAGEM DE OXALATO	R\$ 3,68
02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	R\$ 2,04
02.02.05.012-2	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	R\$ 3,04
02.02.05.013-0	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	R\$ 3,70
02.02.05.014-9	PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	R\$ 3,70
02.02.05.015-7	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.016-5	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	R\$ 3,70
02.02.05.017-3	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	R\$ 2,04
02.02.05.018-1	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	R\$ 2,40
02.02.05.019-0	PESQUISA DE CISTINA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.020-3	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.021-1	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	R\$ 3,70
02.02.05.022-0	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.025-4	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA	R\$ 0,00
02.02.05.026-2	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.027-0	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.028-9	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	R\$ 3,70
02.02.05.029-7	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.030-0	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	R\$ 4,44
02.02.05.031-9	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	R\$ 2,04
02.02.05.032-7	PROVA DE DILUICAO (URINA)	R\$ 2,04
02.02.06.001-2	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	R\$ 12,54
02.02.06.002-0	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	R\$ 12,54
02.02.06.003-9	DETERMINACAO DE T3 REVERSO	R\$ 14,69
02.02.06.004-7	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	R\$ 10,20
02.02.06.005-5	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	R\$ 6,72
02.02.06.006-3	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	R\$ 6,72
02.02.06.007-1	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	R\$ 6,72
02.02.06.008-0	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	R\$ 14,12
02.02.06.009-8	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	R\$ 11,89
02.02.06.010-1	DOSAGEM DE AMP CICLICO	R\$ 12,01
02.02.06.011-0	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	R\$ 11,53
02.02.06.012-8	DOSAGEM DE CALCITONINA	R\$ 14,38
02.02.06.013-6	DOSAGEM DE CORTISOL	R\$ 9,86
02.02.06.014-4	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	R\$ 11,25
02.02.06.015-2	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	R\$ 11,71
02.02.06.016-0	DOSAGEM DE ESTRADIOL	R\$ 10,15
02.02.06.018-7	DOSAGEM DE ESTRONA	R\$ 11,12
02.02.06.019-5	DOSAGEM DE GASTRINA	R\$ 14,15
02.02.06.020-9	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	R\$ 15,35
02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	R\$ 7,85
02.02.06.022-5	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	R\$ 10,21

02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	R\$ 7,89
02.02.06.024-1	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	R\$ 8,97
02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	R\$ 8,96
02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	R\$ 10,17
02.02.06.027-6	DOSAGEM DE PARATORMONIO	R\$ 43,13
02.02.06.028-4	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	R\$ 15,35
02.02.06.029-2	DOSAGEM DE PROGESTERONA	R\$ 10,22
02.02.06.030-6	DOSAGEM DE PROLACTINA	R\$ 10,15
02.02.06.031-4	DOSAGEM DE RENINA	R\$ 13,19
02.02.06.032-2	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	R\$ 15,35
02.02.06.033-0	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	R\$ 13,11
02.02.06.034-9	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	R\$ 10,43
02.02.06.035-7	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	R\$ 13,11
02.02.06.036-5	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	R\$ 15,35
02.02.06.037-3	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	R\$ 8,76
02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	R\$ 11,60
02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	R\$ 8,71
02.02.06.040-3	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	R\$ 12,01
02.02.06.041-1	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	R\$ 12,01
02.02.06.042-0	TESTE DE ESTIMULO COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	R\$ 12,01
02.02.06.043-8	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	R\$ 12,01
02.02.06.044-6	TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	R\$ 12,01
02.02.06.045-4	TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	R\$ 12,01
02.02.06.046-2	TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	R\$ 8,43
02.02.06.047-0	PESQUISA DE MACROPROLACTINA	R\$ 12,15
02.02.07.001-8	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	R\$ 2,06
02.02.07.002-6	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	R\$ 2,23
02.02.07.003-4	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	R\$ 3,68
02.02.07.004-2	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	R\$ 2,04
02.02.07.005-0	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	R\$ 15,65
02.02.07.006-9	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	R\$ 3,51
02.02.07.007-7	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	R\$ 2,01
02.02.07.008-5	DOSAGEM DE ALUMINIO	R\$ 27,50
02.02.07.009-3	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	R\$ 10,00
02.02.07.010-7	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	R\$ 10,00
02.02.07.011-5	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	R\$ 10,00
02.02.07.012-3	DOSAGEM DE BARBITURATOS	R\$ 13,13
02.02.07.013-1	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	R\$ 13,48
02.02.07.014-0	DOSAGEM DE CADMIO	R\$ 6,55
02.02.07.015-8	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	R\$ 17,53
02.02.07.016-6	DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	R\$ 4,11
02.02.07.017-4	DOSAGEM DE CHUMBO	R\$ 8,83
02.02.07.018-2	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	R\$ 58,61
02.02.07.019-0	DOSAGEM DE COBRE	R\$ 3,51
02.02.07.020-4	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	R\$ 8,97
02.02.07.021-2	DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	R\$ 15,65
02.02.07.022-0	DOSAGEM DE FENITOINA	R\$ 35,22
02.02.07.023-9	DOSAGEM DE FENOL	R\$ 2,05
02.02.07.024-7	DOSAGEM DE FORMALDEIDO	R\$ 3,51
02.02.07.025-5	DOSAGEM DE LITIO	R\$ 2,25
02.02.07.026-3	DOSAGEM DE MERCURIO	R\$ 2,04
02.02.07.027-1	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	R\$ 4,11
02.02.07.028-0	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	R\$ 10,00

02.02.07.029-8	DOSAGEM DE METOTREXATO	R\$ 10,00
02.02.07.030-1	DOSAGEM DE QUINIDINA	R\$ 10,00
02.02.07.031-0	DOSAGEM DE SALICILATOS	R\$ 2,01
02.02.07.032-8	DOSAGEM DE SULFATOS	R\$ 3,51
02.02.07.033-6	DOSAGEM DE TEOFILINA	R\$ 15,65
02.02.07.034-4	DOSAGEM DE TIOCIANATO	R\$ 3,68
02.02.07.035-2	DOSAGEM DE ZINCO	R\$ 15,65
02.02.08.001-3	ANTIBIOGRAMA	R\$ 4,98
02.02.08.002-1	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	R\$ 13,33
02.02.08.003-0	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS	R\$ 13,33
02.02.08.004-8	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	R\$ 4,20
02.02.08.005-6	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	R\$ 4,20
02.02.08.006-4	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	R\$ 4,20
02.02.08.007-2	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	R\$ 2,80
02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	R\$ 5,62
02.02.08.009-9	CULTURA DO LEITE HUMANO (POS-PASTEURIZAÇÃO)	R\$ 5,62
02.02.08.010-2	CULTURA P/ HERPESVIRUS	R\$ 4,33
02.02.08.011-0	CULTURA PARA BAAR	R\$ 5,63
02.02.08.012-9	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	R\$ 10,25
02.02.08.013-7	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	R\$ 4,19
02.02.08.014-5	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	R\$ 2,80
02.02.08.015-3	HEMOCULTURA	R\$ 11,49
02.02.08.016-1	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	R\$ 5,63
02.02.08.017-0	PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	R\$ 4,33
02.02.08.018-8	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	R\$ 2,80
02.02.08.019-6	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	R\$ 4,33
02.02.08.020-0	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	R\$ 2,80
02.02.08.021-8	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	R\$ 4,33
02.02.08.022-6	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	R\$ 2,80
02.02.08.023-4	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	R\$ 5,04
02.02.08.024-2	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES	R\$ 5,62
02.02.09.001-9	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
02.02.09.002-7	ADENOGRAMA	R\$ 5,79
02.02.09.003-5	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	R\$ 4,33
02.02.09.004-3	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	R\$ 4,33
02.02.09.005-1	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	R\$ 1,89
02.02.09.006-0	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	R\$ 1,89
02.02.09.007-8	DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGO-MIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	R\$ 6,56
02.02.09.009-4	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	R\$ 2,01
02.02.09.010-8	DOSAGEM DE FRUTOSE	R\$ 2,01
02.02.09.011-6	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	R\$ 2,01
02.02.09.012-4	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
02.02.09.013-2	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
02.02.09.014-0	DOSAGEM DE SODIO E CLORO NO SUOR (C/ COLETA)	R\$ 0,00
02.02.09.015-9	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	R\$ 5,23
02.02.09.016-7	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	R\$ 6,56
02.02.09.017-5	ESPLENOGRAMA	R\$ 5,79
02.02.09.018-3	EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CELULAS	R\$ 1,89
02.02.09.019-1	MIELOGRAMA	R\$ 5,79
02.02.09.021-3	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDEOS (ELISA)	R\$ 9,70
02.02.09.022-1	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	R\$ 2,01

02.02.09.023-0	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	R\$ 1,89
02.02.09.024-8	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	R\$ 1,89
02.02.09.025-6	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	R\$ 1,89
02.02.09.026-4	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDEOS (APOS VASECTOMIA)	R\$ 4,80
02.02.09.027-2	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
02.02.09.028-0	PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	R\$ 9,70
02.02.09.029-9	ROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIPOS A, B, C)	R\$ 1,89
02.02.09.030-2	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	R\$ 1,89
02.02.09.031-0	REACAO DE PANDY	R\$ 1,89
02.02.09.032-9	REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	R\$ 1,89
02.02.09.033-7	TESTE DE CLEMENTS	R\$ 1,89
02.02.09.034-5	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	R\$ 4,69
02.02.09.035-3	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	R\$ 4,69
02.02.09.036-1	TESTE MOLECULAR PARA A DETECÇÃO DO COMPLEXO MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS	R\$ 0,00
02.02.10.001-4	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$ 180,00
02.02.10.002-2	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$ 160,00
02.02.10.003-0	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$ 160,00
02.02.10.004-9	QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER-2	R\$ 120,00
02.02.10.005-7	FOCALIZAÇÃO ISOELÉTRICA DA TRANSFERRINA	R\$ 0,00
02.02.10.006-5	ANÁLISE DE DNA PELA TÉCNICA DE SOUTHERN BLOT	R\$ 0,00
02.02.10.007-3	ANÁLISE DE DNA POR MLPA	R\$ 0,00
02.02.10.008-1	IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO/REARRANJOS POR PCR, PCR SENSÍVEL A METILAÇÃO, QPCR E QPCR SENSÍVEL A METILAÇÃO	R\$ 0,00
02.02.10.009-0	FISH EM METÁFASE OU NÚCLEO INTERFÁSICO, POR DOENÇA	R\$ 0,00
02.02.10.010-3	IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CROMOSSÔNICA SUBMICROSCÓPICA POR ARRAY-CGH	R\$ 0,00
02.02.10.011-1	IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO POR SEQUENCIAMENTO POR AMPLICON ATÉ 500 PARES DE BASES	R\$ 0,00
02.02.10.002-2	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$ 160,00
02.02.10.003-0	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA DE BANDAS)	R\$ 160,00
02.02.10.004-9	QUANTIFICAÇÃO/AMPLIFICAÇÃO DO HER-2	R\$ 120,00
02.02.10.005-7	FOCALIZAÇÃO ISOELÉTRICA DA TRANSFERRINA	R\$ 0,00
02.02.10.006-5	ANÁLISE DE DNA PELA TÉCNICA DE SOUTHERN BLOT	R\$ 0,00
02.02.10.007-3	ANÁLISE DE DNA POR MLPA	R\$ 0,00
02.02.10.008-1	IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO/REARRANJOS POR PCR, PCR SENSÍVEL A METILAÇÃO, QPCR E QPCR SENSÍVEL A METILAÇÃO	R\$ 0,00
02.02.10.009-0	FISH EM METÁFASE OU NÚCLEO INTERFÁSICO, POR DOENÇA	R\$ 0,00
02.02.10.010-3	IDENTIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CROMOSSÔNICA SUBMICROSCÓPICA POR ARRAY-CGH	R\$ 0,00
02.02.10.011-1	IDENTIFICAÇÃO DE MUTAÇÃO POR SEQUENCIAMENTO POR AMPLICON ATÉ 500 PARES DE BASES	R\$ 0,00
02.02.10.012-0	IDENTIFICAÇÃO DE GLICOSAMINOGLICANOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA EM CAMADA DELGADA , ELETROFORESE E DOSAGEM QUANTITATIVA	R\$ 0,00
02.02.10.013-8	IDENTIFICAÇÃO DE OLIGOSSACARÍDEOS E SIALOSSACARÍDEOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	R\$ 0,00
02.02.10.014-6	DOSAGEM QUANTITATIVA DE CARNITINA, PERFIL DE ACILCARNITINAS	R\$ 0,00
02.02.10.015-4	DOSAGEM QUANTITATIVA DE AMINOÁCIDOS	R\$ 0,00
02.02.10.016-2	DOSAGEM QUANTITATIVA DE ÁCIDOS ORGÂNICOS	R\$ 0,00
02.02.10.017-0	ENSAIOS ENZIMÁTICOS NO PLASMA E LEUCÓCITOS PARA DIAGNÓSTICO DE ERROS INATOS DO METABOLISMO	R\$ 0,00

02.02.10.019-7		ENSAIOS ENZIMÁTICOS EM TECIDO CULTIVADO PARA DIAGNÓSTICO DE ERROS INATOS DO METABOLISMO	R\$ 0,00
02.02.12.001-5		DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	R\$ 10,65
02.02.12.002-3		DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	R\$ 1,37
02.02.12.003-1		FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	R\$ 10,65
02.02.12.004-0		IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	R\$ 10,65
02.02.12.005-8		PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	R\$ 5,79
02.02.12.006-6		PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37OC	R\$ 5,79
02.02.12.007-4		PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIIO	R\$ 5,79
02.02.12.008-2		PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	R\$ 1,37
02.02.12.009-0		TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	R\$ 2,73
02.02.12.010-4		TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	R\$ 5,79
02.02.11.001-0		DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	R\$ 8,80
02.02.11.002-8		DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	R\$ 66,00
02.02.11.003-6		DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	R\$ 66,00
02.02.11.004-4		DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	R\$ 5,50
02.02.11.005-2		DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	R\$ 12,10
02.02.11.006-0		DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 20,90
02.02.11.007-9		DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 5,50
02.02.11.008-7		DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	R\$ 13,20
02.02.11.009-5		DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 8,00
02.02.11.010-9		DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	R\$ 5,50
02.02.11.011-7		DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO	R\$ 137,00
02.02.11.012-5		DETECCÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA	R\$ 66,00
02.02.11.013-3		DETECCÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE	R\$ 66,00
02.02.11.014-1		DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR	R\$ 150,00

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que tomamos conhecimento e aceitamos integralmente todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital de Chamamento Público.

..... /

Razão Social
Assinatura
Carimbo

EXTRATO DE CONTRATO N. 0001/2021

Publicação Nº 2795717

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0001/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato: é o serviço para EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO NA COHAB – DISTRITO DA BARRA GRANDE, CONFORME PROJETOS TÉCNICO CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é da ordem de R\$ 98.374,47 (noventa e oito mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), sendo R\$ 66.226,19 (sessenta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e dezenove

centavos) de material e R\$ 32.148,28 (trinta e dois mil cento e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos) de serviços de mão de obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0002/2021

Publicação Nº 2795727

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0002/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato: é o serviço para EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO DE REDE DE ALTA TENSÃO NO BAIRRO ERVATAL, CONFORME PROJETOS TÉCNICO CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é da ordem de R\$ 64.342,02 (sessenta e quatro mil trezentos e quarenta e dois reais e dois centavos), sendo R\$ 49.134,01 (quarenta e nove mil cento e trinta e quatro reais e um centavos) de material e R\$ 15.208,01 (quinze mil duzentos e oito reais e um centavos) de serviços de mão de obra..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0003/2021

Publicação Nº 2795749

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0003/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DO SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL - SISTEMA INTEGRADO LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS, PLATAFORMA DIGITAL, PARA ALUNOS E PROFESSORES, COM RECURSOS VOLTADOS PARA A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, COM ACESSORAMENTO PEDAGÓGICO COM CARGA HORÁRIA DE 96 (NOVENTA E SEIS) HORAS (A DISTÂNCIA OU PRESENCIAL), PARA O APERFEIÇOAMENTO E A QUALIDADE DOS PROFESSORES E PARA EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO OFERECIDA PELAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, COM AÇÕES SUBSIDIADAS POR PLANOS DE ESTUDOS CONSISTENTES, CUJA INTENÇÃO É DE QUE OS ALUNOS ALCANÇEM MELHORES RESULTADOS AO LONGO DA VIDA ESCOLAR LIVROS DIDÁTICOS SÃO DIVIDIDOS POR GRUPOS E FORAM ELABORADOS A PARTIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL VIGENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA E DA EDUCAÇÃO, BEM COMO HÁBIL (AVALIAÇÃO EXTERNA DE APRENDIZAGEM), COM TESTES, NAS MODALIDADES IMPRESSA OU ON-LINE, NOS COMPONENTES CURRICULARES DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS, EXCLUSIVAMENTE PARA ALUNOS DO 4º E 8º ANOS (EM ANOS PARES) E 3º E 7º ANOS (EM ANOS ÍMPARES), E AINDA, O SIMEB – SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL DO BRASIL.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATANTE repassará a CONTRATADA, repassará os seguintes valores abaixo relacionados, para atender todos os aspectos

didáticos, pedagógicos, metodológicos e curriculares:

EDUCAÇÃO INFANTIL:

- R\$ 353,29 para o Grupo G1 – Creche – Idade 0 a 1 ano e 11 meses, para aproximadamente 55 crianças – volume anual;
- R\$ 353,29 para o Grupo G2 – Creche – Idade 2 anos, para aproximadamente 55 crianças – volume anual;
- R\$ 212,28 para o Grupo G3 – Maternal – Idade 3 anos, para aproximadamente 128 crianças – volume semestral;
- R\$ 106,14 para o Grupo G4 – Nível I – Idade 4 anos, para aproximadamente 126 crianças – volume bimestral;
- R\$ 106,14 para o Grupo G5 – Nível II – Idade 5 anos, para aproximadamente 126 crianças – volume bimestral;

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS:

- R\$ 114,40 para alunos do 1º ano, com idade 6 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;
- R\$ 114,40 para alunos do 2º ano, com idade 7 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;
- R\$ 114,40 para alunos do 3º ano, com idade 8 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;
- R\$ 114,40 para alunos do 4º ano, com idade 9 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;
- R\$ 114,40 para alunos do 5º ano, com idade 10 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS:

- R\$ 124,80 para alunos do 6º ano, com idade 11 anos, para aproximadamente 164 crianças – volume bimestral;
- R\$ 124,80 para alunos do 7º ano, com idade 12 anos, para aproximadamente 122 adolescentes – volume bimestral;
- R\$ 124,80 para alunos do 8º ano, com idade 13 anos, para aproximadamente 122 adolescentes – volume bimestral;
- R\$ 124,80 para alunos do 9º ano, com idade 14 anos, para aproximadamente 122 adolescentes – volume bimestral;

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo sofrer acréscimos ou supressões, conforme o Art. 65, I e II, §1º, da Lei 8.666/93, bem como prorrogação de prazo, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0004/2021

Publicação Nº 2795763

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE RATEIO N. 0004/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO.

1.2. A finalidade é o custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital do CONTRATADO, para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU88/01

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES

2.1. O CONTRATANTE entregará ao CONTRATADO durante o exercício de 2021 o valor total de R\$ 44.760,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e sessenta reais) divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 3.730,00 (Três mil setecentos e trinta reais).

2.2. Os valores para o exercício de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral do Consórcio Público, realizada em 31 de julho de 2020 e publicada no órgão de publicação oficial (DOM) através da Resolução n. 053/2020

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal-

EXTRATO DE CONTRATO N. 0005/2021

Publicação Nº 2795764

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0005/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: ILDA FLORENTINA FRANCO BEBBER

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento contratual é a exploração de cascalho do imóvel rural de propriedade da CONTRATADA localizada na Linha Foz das Táboas, interior do Município de Faxinal dos Guedes/SC, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê-SC sob n. R.2/24.953.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, independente pela quantidade de cargas a serem extraídas da cascalheira imóvel descrito na cláusula primeira, o preço certo e ajustado que é da ordem de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), mais, o pagamento das faturas de luz, pagáveis na assinatura do presente instrumento contratual, junto a conta corrente indicada, mediante recibo do CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Xanxerê/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N. 0006/2021

Publicação Nº 2795770

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0006/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho – PAT.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), divididos em 08 parcelas, iguais, mensais e consecutivas no valor de R\$ 4.375,00 (quatro mil trezentos e setenta e cinco reais) repassado no período de vigência desse contrato..

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo Contratual em quatro (4) vias de igual teor e forma, sem emendas, rasuras entrelinhas, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal-

EXTRATO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 0053/2019

Publicação Nº 2795789

EXTRATO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO N. 02,
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0053/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: BELLACATARINA VIAGENS, TURISMO EIRELI

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 – Prorrogar o prazo de vigência pelo prazo de mais 12 (doze) meses, contados de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido na Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Administrativo Originário, com o Termo Aditivo n. 01 permanecem em pleno vigor, ficando eleito o Foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimência de quaisquer questões fundadas no presente instrumento, com renúncia expressa de quaisquer outros por mais privilegiados que possa ser.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de Janeiro de 2021.

GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 031/2020

Publicação Nº 2796823

	PORTARIA Nº 031/2021
	DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria DESIGNADO o Servidor Municipal EDUARDO JOSÉ VALER, ocupante do Cargo de Auxiliar de Administração, para desempenhar o cargo de SUPERINTENDENTE DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, passando sua Lotação para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 08 dias do mês de Janeiro de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 5178/2021

Publicação N° 2795767

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5178 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE ANTONIO COMUNELLO Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal DIVONEI DE CEZARO, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a serem gozadas no período de 11/01/2021 à 09/02/2021, relativas ao período aquisitivo de 21/08/2019 à 20/08/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de janeiro de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 018/2021

Publicação Nº 2795934

DECRETO Nº. 18 DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 11, Inciso I, Alínea "c" da Lei Municipal nº 2.455 de 24 de novembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2021, o valor de R\$ 159.515,96 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e quinze reais, noventa e seis centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

1.019 – Implantação e Manutenção do Centro Cultural

244 – 3390.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 43.353,48

245 – 3390.00.06.94 – Aplicações DiretasR\$ 115.962,48

TOTALR\$ 159.515,96

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos o superávit apurado no exercício anterior, já deduzidos os Restos a Pagar, conforme saldo da conta bancária nº 26.431-8, agência Banco do Brasil S/A no valor de R\$ 159.515,96 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e quinze reais, noventa e seis centavos).

TOTALR\$ 159.515,96

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício de 2021, no valor de R\$ 240.000,00 (cento e oitenta mil reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.060 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

018 – 3390.00.06.71 – Aplicações DiretasR\$ 240.000,00

TOTALR\$ 240.000,00

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos parte do superávit apurado no exercício anterior, já deduzidos os Restos a Pagar, conforme saldo da conta bancária nº 624.014-7, agência Caixa Econômica Federal, no valor

de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), relacionados especificamente aos recursos recebidos e lançados na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.04.00.00 – Transferências Coronavírus - Portaria MS nº 2067/2020.

TOTALR\$ 240.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 4 de janeiro de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 4 de janeiro de 2021.

DECRETO Nº. 018, DE 4 DE JANEIRO DE 2021.

CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, ADOTA O PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA LICITAÇÕES NA CITADA MODALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nos 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação - CPL, composta por 3 (três) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios do Município de Forquilha, até o dia 31 de janeiro de 2021.

Art. 2º Para comporem a Comissão ficam designados os seguintes membros: Valdecir Tiscoski, Rosinete Menegon Zanivan Warmling e Henrique de Oliveira Santos.

§ 1º A Comissão será presidida por Valdecir Tiscoski.

§ 2º Substituirá o Presidente da Comissão, em suas ausências e impedimentos, a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 3º À Comissão de Licitação compete, privativamente:

I - Deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;

II - Receber todas as propostas para a participação em licitação pública;

III - Proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º À Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I - Concorrência;

II - Tomada de Preço;

III - Convite;

IV - Concurso, e.

V - Leilão.

Art. 5º O presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º A Administração Pública Direta do Município de Forquilha poderá adotar, nos casos que entender cabíveis, a modalidade de licitação denominada Pregão.

Art. 7º Nos casos em que for adotada, a modalidade Pregão será realizada na forma presencial ou eletrônico.

Art. 8º A Licitação na modalidade Pregão é juridicamente condicionada aos princípios constitucionais da Administração Pública, entre eles os da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, bem assim, aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade; além de ser condicionada aos ditames da Lei Federal nº. 10.520/2002 e, subsidiariamente, à Lei Federal nº. 8.666/1993. Parágrafo único. As normas disciplinadoras do Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segura contratação.

Art. 9º Fica designada como pregoeira a servidora Erika de Luca Tiscoski Back.

Art. 10. A equipe de apoio à pregoeira será composta pelos seguintes servidores: Adilson Venson e Valéria de Bona Tiscoski.

Parágrafo único. Os membros da equipe de apoio atuarão nos procedimentos licitatórios de acordo com suas respectivas funções administrativas.

Art. 11. Substituirá a Pregoeira, em suas ausências, o servidor Valdecir Tiscoski.

Art. 12. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, investidos nas respectivas funções por 1(um) ano, exercerão todas as atribuições definidas pela Lei Federal nº. 10.520/2002.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 4 de janeiro de 2021.

JOSÉ CLÁUDIO GONÇALVES

Prefeito

Publicado no mural e registrado em 4 de janeiro de 2021.

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Publicação Nº 2795978

PUBLICAÇÃO DE DECISAO

Nos termos do Art. 148 do Código Tributário Nacional, pelo presente, FICAM INTIMADOS os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento de decisão, cujo conteúdo pode ser acessado pelos interessados no Setor de Tributação.

NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO
MARCIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS	Decisão do protocolo nº 4703/2020

Forquilha/SC, 05 de janeiro de 2020.

Nilzete Locks de Souza

Fiscal de Tributos

Mat 2968

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PMF 154/2020

Publicação N° 2794998

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Dimas Kammer, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente em vigor, especialmente pela lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente licitação nestes termos:

Processo nº 154/2020

Licitação nº 154/2020 – TP

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços Engenharia

Data de Homologação: 23/12/2020

Data da Adjudicação: 23/12/2020

Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução da pavimentação asfáltica com extensão de 703,53 metros em vias públicas urbanas do Bairro Santa Clara, Município de Forquilha/SC, por meio do Convênio nº. 9000458/2020, Operação nº. 1070638-40/2020, firmado junto ao Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR).

Fornecedor: JV TUTTEL TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Valor Global: R\$ 812.119,30

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.

Dotações: 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (127), 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (128)

Forquilha, 23 de dezembro de 2020.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004_2021-FMS COVID

Publicação Nº 2796874

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2021 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0004/2021 – FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Município de Fraiburgo (SC), através do Fundo Municipal de Saúde – FMS, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, torna público a Dispensa de Licitação nº 0004/2021, nos seguintes termos: Objeto: Dispensa de Licitação para aquisição de testes rápidos IGG/IGM e AG Antígenos destinados a realização de testes para detecção da COVID-19. Contratada: H4 PROSPERA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA, inscrita no CNPJ sob nº 36.877.185/0001-64 Prazo de Vigência: 01 janeiro a 28 de fevereiro de 2021. Valor Total: R\$ 45.080,00 (quarenta e cinco mil e oitenta reais). Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e Lei Federal 13.979/2020.

Fraiburgo(SC), 07 de janeiro de 2021.

Edson Luiz Medeiros – Secretário de Saúde

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO

Publicação Nº 2797357

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de 2021, às 10:00 horas, no Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal, onde se achavam presentes os senhores vereadores, secretários municipais, outras autoridades, servidores municipais e populares, ocasião em que a Senhora Claudete Gheller Mathias transmite o cargo de Prefeita Municipal ao Senhor Wilson Ribeiro Cardoso Junior, Prefeito eleito para a legislatura de 2021/2024, cumprindo assim as formalidades legais. Em cumprimento aos princípios do estado democrático e de transparência dos atos da administração pública, foram entregues ao Prefeito todos os documentos legais pertinentes ao processo sucessório na chefia do Poder Executivo Municipal, sendo: Balancetes do mês de Dezembro/2020 e seus anexos, das diversas unidades gestoras; Relação dos credores inscritos em restos a pagar; Demonstrativo das disponibilidades de caixa calculada na forma estabelecida no artigo 42, parágrafo único da LRF; Quadro demonstrativo dos contratos de empréstimos e financiamentos em dívida fundada; Quadro demonstrativo dos créditos inscritos em dívida ativa; Balanço Geral Consolidado será apresentado durante o mês de janeiro/2021, contendo relação com todas as informações e anexos que o compõem; Relatório de Frotas; Inventário dos bens móveis e imóveis com relatório completo por secretaria/entidade; Informações sobre a situação das certidões do município perante órgãos Estadual e Federal; Relação dos Servidores Municipais com indicação do vínculo funcional; Relação dos convênios em execução; Lei Orçamentária para 2021, Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual e suas alterações, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 de todas as unidades gestoras; Livro Ata nº 001 de Transição Democrática do Governo do Município de Fraiburgo no ano de 2020, onde encontram-se registradas atas de 08 reuniões, relatórios, anotações, declarações, decisões e ocorrências envolvendo todas as secretarias e entidades que compõem a estrutura administrativa do município. Os arquivos foram entregues todos em mídia. Em seguida foram apresentadas declaração de bens do Prefeito as quais ficam devidamente arquivadas. Nada mais havendo a tratar, para constar, lavrou-se o presente termo que vai assinado, por mim Francine de Souza Correia que o lavrei, pelo Prefeito e demais autoridades e pessoas presentes que assim o queiram. Cumpridas assim as formalidades para que surtam os efeitos legais.

Fraiburgo 01 de janeiro de 2021.

EXTRATO_DOM_07.01.2021 FME

Publicação Nº 2796231

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20FME44

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada.: FRAIBURGO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Valor : R\$47.460,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 79/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-6000-4,39-26.340,00; 2-6000-3,52-21.120,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FME17 - Contrato Nº: CT17FME06 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, de comum acordo, em conformidade com o Art. 57 da Lei 8.666/93, ajustam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Oitava do contrato até o dia 31 de dezembro de 2021, renovando ☐ se os quantitativos inicialmente previstos.

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada...: SEGMENTE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSÃO, DEMISSÃO, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FME17/17A - Contrato Nº: CT17FME06 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para aos meses de janeiro a dezembro de 2021, o valor de R\$ 6.415,26 (seis mil quatrocentos e quinze reais e vinte e seis centavos) para o exercício de 2021.

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada...: SEGMENTE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Valor : R\$6.415,26 (seis mil quatrocentos e quinze reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSÃO, DEMISSÃO, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF96-FME

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$4.440,00 (quatro mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 25/2020

Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 11-1200-3,70-4.440,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_07.01.2021 FMS

Publicação Nº 2796233

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS63 - Contrato Nº: CT20PMF85-FMS - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforme consta na cláusula quinta, para até o dia 30 de abril de 2021.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada...: FEPESE - FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECO

Vigência : Início: 31/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 18/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : CONT.FEPESE PARA PREST. DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO (PMF), (FMS) E (SANEFRA), MEDIANTE AVALIAÇÃO POR TÍTULOS E PROVA PRÁTICA, DESTINADAS A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS70 - Contrato Nº: CT16FMS06 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 30 de abril de 2021.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 30/04/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 3/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE MAMOGRAFIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2016 ☐ FMS E COM A DELIBERAÇÃO Nº 02/CMS/2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS70/70A - Contrato Nº: CT16FMS06 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato de R\$ 28.350,00 (vinte e oito mil trezentos e cinquenta reais) para aos meses de janeiro a abril de 2021.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA

Valor : R\$28.350,00 (vinte e oito mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 30/04/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 3/2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE MAMOGRAFIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0001/2016 ☐ FMS E COM A DELIBERAÇÃO Nº 02/CMS/2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-390-70,00-27.300,00; 2-30-35,00-1.050,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS71 - Contrato Nº: CT19FMS26 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas, em conformidade com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Décima Primeira para o dia 31 de dezembro de 2021;

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: EMERSON L. DALAGNOL & CIA LTDA ME

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 18/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, REEMBASAMENTO E CONCERTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CUJOS PROCEDIMENTOS E VALORES CONSTAM NA ☐ TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, ☐ DISPONÍVEL NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) ☐ SIGTAP DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTP://SIGTAP.DAT

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS71/71A - Contrato Nº: CT19FMS26 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Diante da prorrogação, fica renovado o valor contratual de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais).

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: EMERSON L. DALAGNOL & CIA LTDA ME

Valor : R\$198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais)

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 18/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO, REEMBASAMENTO E CONCERTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, CUJOS PROCEDIMENTOS E VALORES CONSTAM NA ☐ TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS ☐ , DISPONÍVEL NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) ☐ SIGTAP DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: HTTP://SIGTAP.DAT

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-198.000,00-198.000,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS72 - Contrato Nº: CT17FMS23 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, de comum acordo, em conformidade com o Art. 57 da Lei 8.666/93, ajustam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Oitava do contrato até o dia 31 de dezembro de 2021, renovando ☐ se os quantitativos inicialmente previstos.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SEGMENTE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS72/72A - Contrato Nº: CT17FMS23 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para aos meses de janeiro a dezembro de 2021, o valor de R\$ 26.568,45 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), para o exercício de 2021.

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SEGMENTE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Valor : R\$26.568,45 (vinte e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: AT20FMS60

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: POSTO MAÇÃ LTDA

Valor : R\$648.900,00 (seiscentos e quarenta e oito mil novecentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 79/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 5-85000-4,44-377.400,00; 6-75000-3,62-271.500,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS73 - Contrato Nº: CT17FMS12 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, nos termos da previsão contida na Cláusula Oitava, prorrogam o seu prazo de vigência para até a data de 31 de março de 2021.

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SERVIÇOS MÉDICOS JANARA LTDA EPP

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/03/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 10/2017

Objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ☐ CLÍNICA GERAL NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 20:00 HORAS, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS, NAS SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE COM A DELIBERAÇÃO 003/CMS/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (ANEXO VIII DO EDITAL).

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21FMS03

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

Valor : R\$5.812,80 (cinco mil oitocentos e doze reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 1/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO CONTROLE DE QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DURANTE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-484,40-5.812,80;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20FMS73/73A - Contrato Nº: CT17FMS12 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, nos termos da previsão contida na Cláusula Oitava, prorrogam o seu prazo de vigência para até a data de 31 de março de 2021.

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SERVIÇOS MÉDICOS JANARA LTDA EPP

Valor : R\$183.060,00 (cento e oitenta e três mil sessenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/03/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 10/2017

Objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ☐ CLÍNICA GERAL NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, NO HORÁRIO DAS 08:00 ÀS 20:00 HORAS, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ☐ SUS, NAS SITUAÇÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, EM CONFORMIDADE COM A DELIBERAÇÃO 003/CMS/2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (ANEXO VIII DO EDITAL).

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1620-113,00-183.060,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21FMS04

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: HGL TECNOLOGIA LTDA

Valor : R\$2.966,64 (dois mil novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 3/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA O SISTEMA DE CONTROLE OPERACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - COVS, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-247,22-2.966,64;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF96-FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$44.400,00 (quarenta e quatro mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 25/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 9-12000-3,70-44.400,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21FMS01

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Valor : R\$33.516,00 (trinta e três mil quinhentos e dezesseis reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 2/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DO "CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE PROGRAMA 05/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2021, BEM COMO O RATEIO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-2.793,00-33.516,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21FMS02

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO

Valor : R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 2/2021

Objeto : CONTRATAÇÃO DO "CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP" PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME CONTRATO DE PROGRAMA 05/2010, PARA O EXERCÍCIO DE 2021, BEM COMO O RATEIO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 2-1-550.000,00-550.000,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20FMS61

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: SULLAB DISTRIB PROD DIAGNOSTICOS HOSP E FARM LTDA

Valor : R\$20.495,99 (vinte mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 27/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 9/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 113-30-219,39-6.581,70; 114-20-41,57-831,40; 115-40-40,14-1.605,60; 116-20-232,28-4.645,60; 117-20-196,23-3.924,60; 118-5-510,87-2.554,35; 119-6-58,79-352,74;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20FMS62

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS

Valor : R\$72.435,00 (setenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais)

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 27/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 9/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 14-10000-0,69-6.900,00; 15-5000-0,45-2.250,00; 16-10000-0,44-4.400,00; 17-2000-0,50-1.000,00; 18-10000-0,71-7.100,00; 19-10000-0,96-9.600,00; 20-5000-0,45-2.250,00; 36-300-33,66-10.098,00; 37-300-33,67-10.101,00; 38-10-0,14-1,40; 39-10-29,96-299,60; 54-3-21,20-63,60; 55-2-12,42-24,84; 56-3-39,64-118,92; 57-10-43,24-432,40; 58-15-48,16-722,40; 59-12-15,66-187,92; 60-30-32,41-972,30; 61-6-69,32-415,92; 62-10-63,17-631,70; 76-15000-0,20-3.000,00; 77-15000-0,18-2.700,00; 78-20000-0,17-3.400,00; 79-400-0,50-200,00; 80-400-0,50-200,00; 81-100-50,00-5.000,00; 87-1-365,00-365,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20FMS63

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA

Valor : R\$33.164,50 (trinta e três mil cento e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 27/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 9/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 8-800-0,25-200,00; 9-300-7,15-2.145,00; 10-2000-0,09-180,00; 11-2000-0,14-280,00; 12-500-0,24-120,00; 13-500-0,55-275,00; 21-2-48,60-97,20; 22-2-101,45-202,90; 23-2-17,85-35,70; 24-10000-0,15-1.500,00; 25-15-4,88-73,20; 26-300-1,97-591,00; 33-5-68,90-344,50; 34-2-490,00-980,00; 35-30-190,00-5.700,00; 45-5-5,50-27,50; 46-5-5,86-29,30; 47-5-8,33-41,65; 48-100-8,87-887,00; 49-100-8,69-869,00; 50-1-197,80-197,80; 51-1-94,71-94,71; 52-20-3,90-78,00; 53-6-35,84-215,04; 63-2-35,99-71,98; 64-3-38,99-116,97; 65-2-28,99-57,98; 66-2-20,99-41,98; 67-1-359,90-359,90; 68-1-131,96-131,96; 69-20-57,98-1.159,60; 70-110-102,97-11.326,70; 71-7-18,99-132,93; 72-5-21,60-108,00; 73-4-137,47-549,88; 74-30-15,71-471,30; 75-3-56,94-170,82; 89-1000-0,23-230,00; 90-1000-0,23-230,00; 91-1000-0,23-230,00; 92-1000-0,23-230,00; 93-1000-0,23-230,00; 94-1000-0,23-230,00; 95-1000-0,24-240,00; 96-1000-0,24-240,00; 97-1000-0,24-240,00; 98-1000-0,24-240,00; 99-1000-0,24-240,00; 100-1000-0,24-240,00; 101-1000-0,24-240,00; 102-1000-0,24-240,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20FMS64

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MUNDIAL SOLUÇÕES LABORATORIAIS LTDA EPP

Valor : R\$93.270,00 (noventa e três mil duzentos e setenta reais)

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 27/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 9/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-15000-0,21-3.150,00; 2-9000-0,96-8.640,00; 3-9000-0,96-8.640,00; 4-9000-0,95-8.550,00; 5-500-3,99-1.995,00; 6-500-4,99-2.495,00; 7-1-10,00-10,00; 27-1-266,67-266,67; 28-1-266,67-266,67; 29-1-266,66-266,66; 30-3-1.981,14-5.943,42; 31-2-396,17-792,34; 32-2-1.882,12-3.764,24; 40-4-29,20-116,80; 41-10-29,22-292,20; 42-10-29,22-292,20; 43-15-42,85-642,75; 44-5-29,21-146,05; 82-2000-5,03-10.060,00; 83-3000-4,85-14.550,00; 84-50-17,90-895,00; 85-2-47,50-95,00; 86-20-120,00-2.400,00; 88-10000-0,70-7.000,00; 104-3-114,94-344,82; 105-500-7,66-3.830,00; 106-6-95,77-574,62; 107-6-19,15-114,90; 108-100-11,50-1.150,00; 109-3-239,43-718,29; 110-2-239,43-478,86; 111-1-2.394,25-2.394,25; 112-1-2.394,26-2.394,26;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

EDSON LUIZ MEDEIROS - SECRETÁRIO DE SAÚDE

EXTRATO_DOM_07.01.2021 PMF

Publicação Nº 2796236

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF175 - Contrato Nº: CT18PMF08

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CIGA - CONSÓRCIO DE INF. NA GESTÃO PUBL.MUNICIPAL



Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 5/2018

Objeto : DISPENSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISPONIBILIZADO PELO CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA, DURANTE O ANO DE 2018.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF151 - Contrato Nº: CT20PMF59 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato que consta na cláusula 2ª, para até o dia 31 de dezembro de 2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 20/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DO IDOSO NELSO MAIA DOS SANTOS, BRASILEIRO, NASCIDO EM 15/09/1954, NA CIDADE DE CAMPOS NOVOS - SC.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF151/151A - Contrato Nº: CT20PMF59 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor mensal do contrato em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), sendo que totaliza R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais);

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Valor : R\$38.400,00 (trinta e oito mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 20/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DO IDOSO NELSO MAIA DOS SANTOS, BRASILEIRO, NASCIDO EM 15/09/1954, NA CIDADE DE CAMPOS NOVOS - SC.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-3.200,00-38.400,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF152 - Contrato Nº: CT20PMF18 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato que consta na cláusula 2ª, para até o dia 31 de dezembro de 2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 9/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DA IDOSA SEBASTIANA DOMINGUES RIBEIRO, BRASILEIRA, NASCIDA EM 18/08/1935, NA CIDADE DE VIDEIRA - SC.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF152/152A - Contrato Nº: CT20PMF18 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor mensal do contrato em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), sendo que totaliza R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais);

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Valor : R\$38.400,00 (trinta e oito mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 9/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DA IDOSA SEBASTIANA DOMINGUES RIBEIRO, BRASILEIRA, NASCIDA EM 18/08/1935, NA CIDADE DE VIDEIRA - SC.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-3.200,00-38.400,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF153 - Contrato Nº: CT20PMF58 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato que consta na cláusula 2ª, para até o dia 31 de dezembro de 2021.

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 19/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DA IDOSA TEREZINHA FREITAS DA SILVA, BRASILEIRA, NASCIDA EM 27/12/1943, NA CIDADE DE CAÇADOR - SC.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF153/153A - Contrato Nº: CT20PMF58 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor mensal do contrato em R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), sendo que totaliza R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais);

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: GRAZIELA PEREIRA DO AMARAL EIRELI - ME

Valor : R\$38.400,00 (trinta e oito mil quatrocentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 19/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DA IDOSA TEREZINHA FREITAS DA SILVA, BRASILEIRA, NASCIDA EM 27/12/1943, NA CIDADE DE CAÇADOR - SC.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-3.200,00-38.400,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF156 - Contrato Nº: CT20PMF85 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato acima epigrafado, ajustam a inserção na cláusula primeira ☐ DO OBJETO ☐ das seguintes atividades e obrigações para o processo seletivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Fraiburgo:

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FEPESE - FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECO

Vigência : Início: 31/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 18/2020

Objeto : CONT.FEPESE PARA PREST. DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO (PMF), (FMS) E (SANEFRA), MEDIANTE AVALIAÇÃO POR TÍTULOS E PROVA PRÁTICA, DESTINADAS A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF92

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ

Valor : R\$72.120,00 (setenta e dois mil cento e vinte reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 21/2020

Objeto : CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETO A ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO. A FINALIDADE É O CUSTEIO DAS DESPESAS DE PESSOAL CORRENTES E DE CAPITAL DO CONTRATADO, P/ ATEND. DO TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - TU93/01.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-3.625,00-43.500,00; 2-12-1.885,00-22.620,00; 3-12-500,00-6.000,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF95

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PROFESSORA GEORGETE

Valor : R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 24/2020

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO ABRIGAMENTO DA MENOR TALITA RIBEIRO, BRASILEIRA, NASCIDA EM 01 DE MARÇO DE 2001, NA CIDADE DE MONTE CARLO/SC

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-2.000,00-24.000,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF169 - Contrato Nº: CT17PMF44 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, em conformidade com o disposto no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos da previsão contida na Cláusula Segunda, item 2.1 do contrato, prorrogam o prazo de vigência até a data de 31.12.2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA.

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 21/2017

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FINS EDUCACIONAIS (SENAI), SENDO UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM DOIS PAVIMENTOS, COBERTA COM CHAPAS DE FIBROCIMENTO, MEDINDO 1.700,00 M² SOBRE OS LOTES NºS 0004 E 0012, E LOTES 03 E 13 SEM BENFEITORIAS, DE USO EXCLUSIVO PARA ESTACIONAMENTO, TODO CERCADO, AMBOS DA QUADRA 597, LOCALIZADOS NAS RUAS JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS E CARLOS ALBERTO SCHWEITZER NO BAIRRO PORTAL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO/SC, LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FINS EDUCACIONAIS (SENAI), SENDO UMA EDIFICAÇÃO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF169/169A - Contrato Nº: CT17PMF44 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para aos meses de janeiro a dezembro de 2021, o valor de R\$ 234.946,92 (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos), a ser pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 19.578,91 (dezenove mil quinhentos e setenta e oito

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA.

Valor : R\$234.946,92 (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 21/2017

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FINS EDUCACIONAIS (SENAI), SENDO UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM DOIS PAVIMENTOS, COBERTA COM CHAPAS DE FIBROCIMENTO, MEDINDO 1.700,00 M² SOBRE OS LOTES NºS 0004 E 0012, E LOTES 03 E 13 SEM BENFEITORIAS, DE USO EXCLUSIVO PARA ESTACIONAMENTO, TODO CERCADO, AMBOS DA QUADRA 597, LOCALIZADOS NAS RUAS JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS E CARLOS ALBERTO SCHWEITZER NO BAIRRO PORTAL, NESTA CIDADE DE FRAIBURGO/SC, LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FINS EDUCACIONAIS (SENAI), SENDO UMA EDIFICAÇÃO

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-19.578,91-234.946,92;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF174 - Contrato Nº: CT19PMF02 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, em conformidade com o disposto no Art.57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e nos termos da previsão contida na Cláusula Sexta, item 6.1, prorrogam prazo de vigência do contrato para até a data de 31 de dezembro de 2021;

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CILIA TECNOLOGIA LTDA

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 1/2019

Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMA "ON LINE" DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA, BANCO DE DADOS COM INFORMAÇÕES RELATIVAS A PEÇAS E SERVIÇOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES, PERMITINDO A CONSULTA A CATÁLOGO DOS VALORES DAS PEÇAS AUTOMOTIVAS DE NO MÍNIMO 33 MONTADORAS, COM DESENHOS E CÓDIGOS GENUÍNOS DAS PEÇAS.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF174/174A - Contrato Nº: CT19PMF02 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Diante da prorrogação contratual e nos termos insertos no item 7.1 do contrato, fica reajustado com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses, no percentual de 5,20%, passando o valor contratual de R\$ 6.460,42 (seis mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos), para R\$ 6

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CILIA TECNOLOGIA LTDA

Valor : R\$6.796,36 (seis mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 1/2019

Objeto : LOCAÇÃO DE SISTEMA "ON LINE" DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA, BANCO DE DADOS COM INFORMAÇÕES RELATIVAS A PEÇAS E SERVIÇOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES, PERMITINDO A CONSULTA A CATÁLOGO DOS VALORES DAS PEÇAS AUTOMOTIVAS DE NO MÍNIMO 33 MONTADORAS, COM DESENHOS E CÓDIGOS GENUÍNOS DAS PEÇAS.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-6.796,36-6.796,36;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF176 - Contrato Nº: CT18PMF64 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, em conformidade com o disposto no Art.57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, prorroga o prazo de vigência do contrato para até a data de 31 de dezembro de 2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FAE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS LTDA - ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 65/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA A GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF176/176A - Contrato Nº: CT18PMF64 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Diante da prorrogação contratual e nos termos insertos no item 8.2 do contrato, fica reajustado com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses, no percentual de 5,20 %, passando o valor mensal de R\$ R\$ 692,56 (seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos), para R\$ 728,57

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FAE SUPRIMENTOS E LOCACAO DE SISTEMAS LTDA - ME

Valor : R\$8.742,84 (oito mil setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 65/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA O FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE SISTEMA (SOFTWARE) PARA A GESTÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-728,57-8.742,84;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF172 - Contrato Nº: CT18PMF19 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, em conformidade com o disposto no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e nos termos da previsão contida na Cláusula Nona do contrato, prorrogam o prazo de vigência até a data de 30.06.2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: CONSORCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATÁ

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 30/06/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 9/2018

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF177 - Contrato Nº: CT19PMF09 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, em conformidade com o disposto no Art.57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e nos termos da previsão contida na Cláusula Segunda, prorrogam prazo de vigência do contrato para até a data de 31 de dezembro de 2021;

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 6/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS A SEREM PRESTADOS PELO SESI PARA O ATENDIMENTO DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CURSOS DE ENSINO FUNDAMENTAL I ETAPA (1ª A 5ª SÉRIE/FASE) E ENSINO FUNDAMENTAL ☐ II ETAPA (6ª A 9ª SÉRIE/FASE) E APOIO ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF177/177A - Contrato Nº: CT19PMF09 - Ata N.º: Art. 3º ☐ O valor total do contrato para 2021 é de R\$ 233.933,70 (duzentos e trinta e três mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos)

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Valor : R\$233.933,70 (duzentos e trinta e três mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 6/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS A SEREM PRESTADOS PELO SESI PARA O ATENDIMENTO DE ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS CURSOS DE ENSINO FUNDAMENTAL I ETAPA (1ª A 5ª SÉRIE/FASE) E ENSINO FUNDAMENTAL ☐ II ETAPA (6ª A 9ª SÉRIE/FASE) E APOIO ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-11-21.266,70-233.933,70;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF182 - Contrato Nº: CT17PMF167 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, de comum acordo, em conformidade com o Art. 57 da Lei 8.666/93, ajustam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Oitava do contrato até o dia 31 de dezembro de 2021, renovando ☐ se os quantitativos inicialmente previstos.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Vigência : Início: 02/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF182/182A - Contrato Nº: CT17PMF167 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para aos meses de janeiro a dezembro de 2021, o valor de R\$ 113.753,58 (cento e treze mil setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos) para o exercício de 2021.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Valor : R\$113.753,58 (cento e treze mil setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, SANEFRAI, FMS FME

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF130

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAIBURGO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Valor : R\$1.085.053,00 (um milhão oitenta e cinco mil cinquenta e três reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 79/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-46700-4,39-205.013,00; 2-132000-3,52-464.640,00; 3-88000-3,50-308.000,00; 4-30000-3,58-107.400,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF96

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$186.036,00 (cento e oitenta e seis mil trinta e seis reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 25/2020

Objeto : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-6000-3,70-22.200,00; 2-1200-3,70-4.440,00; 3-1200-3,70-4.440,00; 4-3600-3,70-13.320,00; 5-10800-3,70-39.960,00; 6-8400-3,70-31.080,00; 7-9600-3,70-35.520,00; 8-3600-3,70-13.320,00; 12-3600-3,70-13.320,00; 13-1200-3,70-4.440,00; 14-1080-3,70-3.996,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF181 - Contrato Nº: CT19PMF188 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta na Cláusula Oitava do contrato para até a data de 31.12.2021.

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 34/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDA NAS UNIDADES ESCOLARES (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL L, ANOS INICIAIS E LL, ANOS FINAIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FRAIBURGO ☐ SC

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF181/181A - Contrato Nº: CT19PMF188 - Ata N.º: Art. 2º ☐ O valor total do contrato para 2021 fica renovado no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais);

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA

Valor : R\$37.500,00 (trinta e sete mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 34/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NO ATENDIMENTO A EDUCAÇÃO ESPECIAL INSERIDA NAS UNIDADES ESCOLARES (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL L, ANOS INICIAIS E LL, ANOS FINAIS) DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE FRAIBURGO ☐ SC

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-150-250,00-37.500,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF133

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor : R\$314.050,00 (trezentos e quatorze mil cinquenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 74/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO ☐ SC, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO O Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2021/2022.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 80-5550-2,17-12.043,50; 81-6050-2,17-13.128,50; 82-4350-4,04-17.574,00; 83-2000-3,60-7.200,00; 84-2000-3,50-7.000,00; 85-400-5,86-2.344,00; 86-3000-4,50-13.500,00; 93-27000-4,84-130.680,00; 94-9000-7,24-65.160,00; 95-4000-7,25-29.000,00; 96-2000-8,21-16.420,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF134

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA

Valor : R\$32.770,80 (trinta e dois mil setecentos e setenta reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 74/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO □ SC, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO O Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2021/2022.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 78-2280-12,36-28.180,80; 79-400-4,67-1.868,00; 102-200-9,45-1.890,00; 103-200-4,16-832,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF135

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: ROTA FRAY PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor : R\$577.289,20 (quinhentos e setenta e sete mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 74/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO □ SC, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO O Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2021/2022.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 37-45800-3,60-164.880,00; 38-5100-3,84-19.584,00; 44-5800-25,34-146.972,00; 45-600-26,19-15.714,00; 46-190-27,91-5.302,90; 87-2400-4,76-11.424,00; 88-500-9,51-4.755,00; 89-160-11,90-1.904,00; 90-700-4,77-3.339,00; 91-700-4,76-3.332,00; 92-1900-5,55-10.545,00; 97-700-5,50-3.850,00; 98-1800-9,93-17.874,00; 99-80-10,82-865,60; 100-1030-25,00-25.750,00; 101-60-20,00-1.200,00; 104-515-138,48-71.317,20; 105-465-147,70-68.680,50;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF136

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI

Valor : R\$3.196.004,44 (três milhões cento e noventa e seis mil quatro reais e quarenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 74/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO □ SC, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO O Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2021/2022.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1500-1,74-2.610,00; 2-4100-2,99-12.259,00; 3-225-19,92-4.482,00; 4-1450-2,49-3.610,50; 5-8410-3,98-33.471,80; 6-4300-2,99-12.857,00; 7-4918-3,49-17.163,82; 8-6665-2,99-19.928,35; 9-4550-2,99-13.604,50; 10-5100-2,99-15.249,00; 11-3830-1,25-4.787,50; 12-4018-3,49-14.022,82; 13-2465-1,59-3.919,35; 14-6850-4,48-30.688,00; 15-2290-7,97-18.251,30; 16-3000-0,50-1.500,00; 17-8820-1,74-15.346,80; 18-7900-1,74-13.746,00; 19-600-4,98-2.988,00; 20-2500-4,98-12.450,00; 21-34900-3,49-121.801,00; 22-11500-2,99-34.385,00; 23-9050-4,48-40.544,00; 24-3000-1,49-4.470,00; 25-3050-7,96-24.278,00; 26-204000-0,55-112.200,00; 27-30000-0,49-14.700,00; 28-36000-0,24-8.640,00; 29-7700-5,98-46.046,00; 30-2000-19,00-38.000,00; 31-2550-9,00-22.950,00; 32-15000-13,00-195.000,00; 33-13300-13,00-172.900,00; 34-15050-28,50-428.925,00; 35-7000-27,50-192.500,00; 36-11100-28,50-316.350,00; 39-14500-6,00-87.000,00; 40-800-8,00-6.400,00; 41-400-2,00-800,00; 42-250-2,00-500,00; 43-250-5,00-1.250,00; 47-15300-3,24-49.572,00; 48-200-9,25-1.850,00; 49-70-13,85-969,50; 50-615-10,20-6.273,00; 51-2180-16,64-36.275,20;

52-2000-2,77-5.540,00; 53-2110-4,62-9.748,20; 54-3610-4,16-15.017,60; 55-350-3,70-1.295,00; 56-1780-12,94-23.033,20; 57-1780-8,32-14.809,60; 58-8450-6,47-54.671,50; 59-5520-9,25-51.060,00; 60-3165-1,18-3.734,70; 61-1700-3,70-6.290,00; 62-1000-2,54-2.540,00; 63-150-3,71-556,50; 64-1000-5,55-5.550,00; 65-350-6,47-2.264,50; 66-1640-5,09-8.347,60; 67-3500-3,70-12.950,00; 68-300-4,16-1.248,00; 69-500-3,70-1.850,00; 70-250-2,77-692,50; 71-250-2,76-690,00; 72-20-13,87-277,40; 73-150-7,40-1.110,00; 74-300-4,16-1.248,00; 75-4600-3,21-14.766,00; 76-3600-4,62-16.632,00; 77-1800-7,16-12.888,00; 106-2300-13,19-30.337,00; 107-2330-13,20-30.756,00; 108-275-9,96-2.739,00; 109-800-13,44-10.752,00; 110-1400-13,44-18.816,00; 111-7200-0,50-3.600,00; 112-12330-10,99-135.506,70; 113-4330-9,95-43.083,50; 114-5330-9,95-53.033,50; 115-4300-14,97-64.371,00; 116-500-17,00-8.500,00; 117-140-11,80-1.652,00; 118-130-11,80-1.534,00; 119-10000-4,23-42.300,00; 120-6750-4,34-29.295,00; 121-3500-2,57-8.995,00; 122-1750-2,52-4.410,00; 123-10500-2,93-30.765,00; 124-2000-24,38-48.760,00; 125-700-24,39-17.073,00; 126-1700-26,82-45.594,00; 127-2900-26,83-77.807,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20PMF137

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: FUNERÁRIA CELLARIUS LTDA ME

Valor : R\$24.700,00 (vinte e quatro mil setecentos reais)

Vigência : Início: 22/12/2020 Término: 21/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 80/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇOS DE EXUMAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DOS RESTOS MORTAIS DOS LOTES/CARNEIRAS PARA O OSSUÁRIO MUNICIPAL, INCLUINDO ABERTURA DAS CARNEIRAS E/OU BURACOS E RETIRADA DOS MATERIAIS INUTILIZADOS SENDO OS MESMOS DEPOSITADOS JUNTO AO LIXEIRO ANEXO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-130-190,00-24.700,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF186 - Contrato Nº: CT19PMF153 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Segunda para mais 12 meses, para até o dia 31 de dezembro de 2021.

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: OI S/A

Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 16/2019

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 24 II, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 0800, VINCULADO À TELEFONIA FIXA PÓS-PAGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF186/186A - Contrato Nº: CT19PMF153 - Ata N.º: Art.3º ☐ Fica renovado o valor do contrato para janeiro a dezembro de 2021 no valor total de R\$ 2.057,40 (dois mil e cinquenta e sete reais e quarenta centavos);

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: OI S/A

Valor : R\$2.057,40 (dois mil cinquenta e sete reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 16/2019

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 24 II, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 0800, VINCULADO À TELEFONIA FIXA PÓS-PAGO, PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-63,45-761,40; 2-12-108,00-1.296,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA21PMF01 - Contrato Nº: CT20PMF03

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: CONSTRUTORA EDIFICACAO LTDA

Vigência : Início: 05/01/2021 Término: 21/01/2021

Licitação : Tomada de preço p/obras e serv.engenharia Nº.: 11/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.E.I SANTO ANTÔNIO, LOCALIZADO NA RUA PRESIDENTE HERMES DA FONSECA, S/N, BAIRRO SANTO ANTÔNIO. LOTE 6-7-8, QUADRA 123, CONFORME PROJETOS,

MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL) E PARTE DELE INTEGRANTE.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF187 - Contrato Nº: CT17PMF108 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 31 de dezembro de 2021;

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 2/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARES, FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES E DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS PARA SERVIÇOS ESPECIAIS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20PMF187/187A - Contrato Nº: CT17PMF108 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para R\$ 120.613,71 (cento e vinte mil seiscientos e treze reais e setenta e um centavos), conforme dotações específicas;

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Valor : R\$120.613,71 (cento e vinte mil seiscientos e treze reais e setenta e um centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 2/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARES, FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES E DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS PARA SERVIÇOS ESPECIAIS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21PMF01

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: ALTINO LUIZ MIGUEL 10376755920 (MEI)

Valor : R\$8.256,72 (oito mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 1/2021

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, CONSERTOS, REVISÕES E ADAPTAÇÕES REFERENTE À MANUTENÇÃO DE RE-TRANSMISSORAS DE TELEVISÃO DA REDE RECORD E CANÇÃO NOVA, NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-688,06-8.256,72;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT21PMF02

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME

Valor : R\$515.573,28 (quinhentos e quinze mil quinhentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 1/2021

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE 14 (QUATORZE) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, INSTALADOS NAS LOCALIDADES: FB/01 ASSENT. DANDARA, FB/02 POMAR RENÉ FREY, FB/04 BEIRA, FB/03 MORAIS, FB/09 VILA REFLOR - BUTIÁ VERDE, FB/12 FAXINAL DOS DOMINGUES, FB/18 ASSENT. RIO MANSINHO - FB/21 LINHA BRASÍLIA, FB/28 NOSSA SRA DA SAÚDE, FB/29 BARRO PRETO, FB/30 BAÍA, FB/14 MACIEIRA, FB/15 TABÃO, FB/33 SÃO MIGUEL.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-7601,5-64,21-488.092,32; 2-12-2.290,08-27.480,96;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JÚNIOR - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO_DOM_07.01.2021 SF

Publicação Nº 2796239

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20SF33
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada.: SANESOLUTI COMERCIO DE INSTRUMENTACAO E CONTROLE L
Valor : R\$11.800,00 (onze mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 26/02/2021
Licitação : Pregão eletrônico Nº.: 26/2020
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE DETECÇÃO DE VAZAMENTOS NÃO VISÍVEIS (GEOPHONE), INCLUINDO TREINAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS DA SANEFRAI
Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-11.800,00-11.800,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF41 - Contrato Nº: CT20PMF85-SF - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforma consta na cláusula quinta, para até o dia 30 de abril de 2021.
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada.: FEPESE - FUNDACAO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECO
Vigência : Início: 31/12/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 18/2020
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : CONT.FEPESE PARA PREST. DE SERVIÇOS PARA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO (PMF), (FMS) E (SANEFRA), MEDIANTE AVALIAÇÃO POR TÍTULOS E PROVA PRÁTICA, DESTINADAS A ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF44 - Contrato Nº: CT19SF16 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, de comum acordo e em conformidade com o previsto na Cláusula quinta e com fulcro no art. 57 inc. II da Lei nº 8.666/93 e alterações, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência contratual para até o dia 31 de dezembro de 2021.

Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada.: APARÍCIO DIAS DE MORAIS
Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 3/2019
Objeto : LOCAÇÃO DE 3 (TRÊS) POÇOS ARTESIANOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO SÃO MIGUEL, DE PROPRIEDADE DO SR. APARÍCIO DIAS DE MORAIS, LOCALIZADO EM SEU TERRENO RURAL, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BOM FUTURO, NA FAZENDA BUTIÁ VERDE, NESTE MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF44/44A - Contrato Nº: CT19SF16 - Ata N.º: Art. 2º ☐ O valor da locação mensal é de R\$ 8.439,06 (oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e seis centavos), restando para empenhar o valor de R\$ 101.268,72 (cento e um mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos) para o ano de 2021;

Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada.: APARÍCIO DIAS DE MORAIS
Valor : R\$101.268,72 (cento e um mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos)
Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 3/2019

Objeto : LOCAÇÃO DE 3 (TRÊS) POÇOS ARTESIANOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO BAIRRO SÃO MIGUEL, DE PROPRIEDADE DO SR. APARÍCIO DIAS DE MORAIS, LOCALIZADO EM SEU TERRENO RURAL, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO BOM FUTURO, NA FAZENDA BUTIÁ VERDE, NESTE MUNICÍPIO.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-8.439,06-101.268,72;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF42 - Contrato Nº: CT18SF09 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas, em conformidade com o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula oitava para o dia 31 de dezembro de 2021;

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: ITACIR RODRIGUES DOS SANTOS - ME

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 3/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA DO RAMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA NOS LOCAIS: P7 POÇO TIEPPO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P10 POÇO APARÍCIO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P14 POÇO PORTAL NO LOTEAMENTO PORTAL II E CAPTAÇÃO RIO MANSINHO NO BAIRRO LIBERATA É PELO FATO DE ESTAREM LOCALIZADOS EM LOCAIS SUSCETÍVEIS A OCORRÊNCIA DE VANDALISMOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, CONFORME A NECESSIDADE DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADA A

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF42-42A - Contrato Nº: CT18SF09 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Diante da prorrogação contratual e nos termos insertos na cláusula décima do contrato, fica reajustado com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses, no percentual de 5,20%, passando o valor contratual de R\$ 11.185,32 (onze mil cento e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), par

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: ITACIR RODRIGUES DOS SANTOS - ME

Valor : R\$11.766,96 (onze mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 3/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO DE EMPRESA DO RAMO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA MONITORADA NOS LOCAIS: P7 POÇO TIEPPO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P10 POÇO APARÍCIO NO BAIRRO SÃO MIGUEL, P14 POÇO PORTAL NO LOTEAMENTO PORTAL II E CAPTAÇÃO RIO MANSINHO NO BAIRRO LIBERATA É PELO FATO DE ESTAREM LOCALIZADOS EM LOCAIS SUSCETÍVEIS A OCORRÊNCIA DE VANDALISMOS NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, CONFORME A NECESSIDADE DURANTE O PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADA A

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-12-980,58-11.766,96;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20SF81

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: FRAIBURGO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Valor : R\$300.500,00 (trezentos mil quinhentos reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 79/2020

Entid.Gestora: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, ETANOL, BIODIESEL S10 E S500), DE FORMA PARCELADA, PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME, FMS), DURANTE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-30000-4,39-131.700,00; 2-40000-3,52-140.800,00; 3-8000-3,50-28.000,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF46 - Contrato Nº: CT17SF44 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes do contrato epigrafado, de comum acordo, em conformidade com o Art. 57 da Lei 8.666/93, ajustam a prorrogação do prazo de vigência que consta da Cláusula Oitava do contrato até o dia 31 de dezembro de 2021, renovando ☐ se os quantitativos inicialmente previstos.

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, CONSTANTES DO LOTE 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF46/46A - Contrato Nº: CT17SF44 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para aos meses de janeiro a dezembro de 2021, o valor de R\$ 9.090,22 (nove mil e noventa reais e vinte e dois centavos), para o exercício de 2021.

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: SEGMETRE ASSESSORIA S/S LTDA - EPP

Valor : R\$9.090,22 (nove mil noventa reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 136/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS SENDO: ADMISSIONAL, DEMISSSIONAL, PERIÓDICO, RETORNO AO TRABALHO E CONSULTAS MÉDICAS DE ACIDENTE DE TRABALHO, AOS AGENTES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E ELABORAÇÃO DO PCMSO ☐ PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, CONSTANTES DO LOTE 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT20PMF96-SF

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: SANTA TERESINHA TRANSP. E TURISMO LTDA

Valor : R\$31.080,00 (trinta e um mil oitenta reais)

Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 25/2020

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto : FORNECIMENTO DE CRÉDITOS PARA O TRANSPORTE DE FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA CONCESSÃO DE PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA MODALIDADE CONVENCIONAL REGULAR E SELETIVO, POR ÔNIBUS, CONFORME CT12PMF121.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 10-8400-3,70-31.080,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT20SF84

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA ME

Valor : R\$670.831,00 (seiscentos e setenta mil oitocentos e trinta e um reais)

Vigência : Início: 29/12/2020 Término: 28/12/2021

Licitação : Pregão presencial Nº.: 35/2020

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÉPTICOS; SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO COMBINADO; E SERVIÇO COM CAMINHÃO AUTO VÁCUO PARA SUCCÃO E DESENTUPIMENTO DE REDES COM LIMPEZA DE TANQUES DE ELEVATÓRIAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A SANE-FRAI, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-600-343,35-206.010,00; 2-700-374,28-261.996,00; 3-700-289,75-202.825,00;

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.

RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF47 - Contrato Nº: CT17SF26 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas ajustam e contratam a prorrogação do prazo de vigência do contrato para até o dia 31 de dezembro de 2021.
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME
Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 2/2017
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARES, FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES E DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS PARA SERVIÇOS ESPECIAIS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA20SF47/47A - Contrato Nº: CT17SF26 - Ata N.º: Art. 2º ☐ Fica renovado o valor do contrato para R\$ 7.367,35 (sete mil trezentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme dotações específicas;
Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI
Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME
Valor : R\$7.367,35 (sete mil trezentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos)
Vigência : Início: 01/01/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 2/2017
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE WEBSITES, SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARES, FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO, DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES E DISPONIBILIZAÇÃO DE HORAS TÉCNICAS PARA SERVIÇOS ESPECIAIS PARA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Fraiburgo, 7 de janeiro de 2021.
RICARDO REHNOLT MEYER - PRESIDENTE

PORTARIA 00442021

Publicação Nº 2796436

PORTARIA Nº 0044, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 560.017.119-68, contratada em caráter de Regime Especial de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SÃO MIGUEL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de janeiro de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 1149/2021 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2795989

DECRETO Nº 1149/2021, 07 DE JANEIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 05, inciso III, da lei nº 935/2019 de 29 de outubro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito no orçamento na Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	02	Departamento de Cultura, Esportes e Turismo.	
Proj./Ativ.	1.065	Obras de Infraestrutura Turística	
140	4.4.90.00.00.00.00.00.01300	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 112.694,00 (Cento e doze mil e seiscentos e noventa e quatro reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	02	Departamento de Cultura, Esportes e Turismo.	
Proj./Ativ.	1.065	Obras de Infraestrutura Turística	
140	4.4.90.00.00.00.00.00.01300	Aplicações Diretas	
	Total		R\$ 112.694,00

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos próprios do superávit financeiro de exercício de 2020 no valor R\$ 112.694,00 (Cento e doze mil e seiscentos e noventa e quatro reais) para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 07 de janeiro de 2021.

JAIR DA SILVA RIBERIO
Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ERRATA Nº 2: EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2021

Publicação Nº 2796749

ERRATA Nº 2: EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2021.

O Prefeito Municipal, Junior de Abreu Bento, no uso de suas atribuições, torna pública a seguinte alteração no EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DA TAXA DE COLETA DE LIXO E DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO EXERCÍCIO DE 2021, datado de 01/01/2021, Publicado no DOM/SC em 11/12/2020, Edição nº 3348, ato nº 2754040, páginas nº 475 e 476.

Onde se lê (item 1):

1. LANÇAMENTO:

1.1.O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto, nos termos do artigo 112, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Municipal.

1.2 A notificação de lançamento conterà (CTM, artigo 114):

- a) O endereço do imóvel tributado;
- b) O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- c) A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- d) O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- e) O prazo de recolhimento;
- f) O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

Leia-se:

1.10 contribuinte será notificado do lançamento do tributo forma global e impessoal, através de publicação única de edital, nos termos do artigo 112, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Municipal, observando-se:

- a) As datas de vencimento do imposto para pagamento em parcela única e do vencimento das parcelas em caso de pagamento parcelado, conforme disposto no Item 2.2, alíneas "a" e "b" do edital.
- b) A impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço www.garopaba.sc.gov.br, após o dia 08/01/2021, conforme disposto no Item 2.2, alínea "c" do edital.
- c) Caso seja impossível o acesso via internet, o contribuinte poderá solicitar o carnê do pagamento no prazo de 18/01/2021 à 29/01/2021, junto às escolas municipais em cada bairro do município de Garopaba, no seguinte no horário de atendimento:
HORÁRIO DE ATENDIMENTO
A segunda à sexta-feira das 13h às 17h
- d) Para todos os efeitos de direito, presume-se feita a notificação do lançamento, e regularmente constituído o crédito tributário correspondente, 10 (dez) dias após o final do prazo previsto na alínea "c".

1.2 A notificação de lançamento conterà (CTM, artigo 114):

- a) O endereço do imóvel tributado;
- b) O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- c) A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- d) O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo; e
- e) O prazo de recolhimento.

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 07 de janeiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado a presente Errata do Edital no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº2.284, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796799

LEI Nº 2.284, DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Correspondente à variação do IPCA de Dezembro de 2019 a Novembro de 2020 e incidente sobre os vencimentos de Janeiro de 2021, fica concedido de acordo com o art. 37, X, da Constituição Federal, revisão geral anual de 4,24% (quatro inteiros e vinte e quatro décimos por cento) aos servidores ativos, inativos, pensionistas, comissionados, e agentes políticos, do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba.

Art. 2º. A Revisão prevista na presente Lei será concedida em parcela única, no mês de janeiro do ano de 2021.

Art. 3º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revoga-se a Lei 2.281/2020 e demais disposições em contrário.

Garopaba, 07 de janeiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 062/2021

Publicação Nº 2796907

PORTARIA N.º 062, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 10, "caput" da Lei nº. 1374, de 2009, LEANDRA CARINE DA COSTA, CPF n.º ***.***.989-92, para exercer o cargo comissionado de COORDENADOR PEDAGÓGICO da Secretaria de Educação e Cultura, com atribuições de: Dirigir sob ordenação do Secretário Municipal de Educação a organização administrativa das unidades de ensino básico no Município, participar do planejamento do Ensino Básico, coordenar e dar orientação técnico-administrativa nos processos e serviços públicos relacionados ao Ensino Básico, promover reuniões periódicas com os servidores do órgão, visando estabelecer o atendimento de metas e produção, gerenciar de forma concorrente o patrimônio municipal da Educação Básica, chefiar a elaboração de programas, projetos e atividades para melhorar a qualidade do serviço público de educação básica, coordenar grupos ou equipes de trabalhos, para atendimento de demanda específica no Ensino Básico, apurar, fiscalizar e sugerir soluções aos fatos jurídicos ocorridos no âmbito de sua unidade, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 063/2021

Publicação Nº 2796908

PORTARIA N.º 063, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, DENISE DE OLIVEIRA AMORIM, CPF n.º ***.***.069-01, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO da Secretaria de Fazenda, com atribuições de: Assessorar na elaboração da política administrativa e organizacional, minutar despachos, documentos e expedientes em geral, prestar assessoria na elaboração de relatórios atender e responder pedidos e protocolos, prestar informações sobre as suas atividades, gerir e manter registro atualizado das ações executadas, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 064/2021

Publicação Nº 2796909

PORTARIA N.º 064, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, JANINE DE ABREU BENTO, CPF n.º ***.***.429-99, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR EXECUTIVO DE CONVÊNIOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS da Secretaria de Administração, com atribuições de orientar, acompanhar e agilizar o andamento dos contratos com a CEF; facilitar o relacionamento entre a Prefeitura, a CAIXA e as empresas executoras dos contratos; conhecer os Programas de Governo para as Prefeituras; orientar e operacionalizar o Sistema SICONV; Orientar todas as partes envolvidas no decorrer de cada fase do contrato, cadastro, contratação, aprovação de projeto, licitação, execução, liberação de recursos e prestação de contas dos Convênios Federais; orientar e apoiar a contratação e execução de financiamentos junto ao Badesc; orientar os setores e contatar Ministérios e Assessorias Parlamentares, visando o cadastro/aprovação de proposta; orientar e apoiar as entidades e as comissões nos processos de aprovação das Parcerias municipais de acordo com a lei 13.019/2014 - Marco Regulatório; gestão/ controle das CNDs e CAUC; elaboração de Ofícios e justificativas; apoio as demais secretarias na elaboração e cadastro de projetos, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 065/2021

Publicação Nº 2796910

PORTARIA N.º 065, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO, nos termos do art. 140 da Lei nº. 1000/2005, a Servidora EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, Auxiliar Administrativo, matrícula funcional nº. 8776, por período indeterminado de ocupação de cargo comissionado, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Na forma prevista no §2º do art. 140 da Lei nº. 1000/2005, enquanto estiver no cargo comissionado o servidor permanecerá contribuindo para o IPREGOBA sobre a remuneração de contribuição decorrente de seu cargo efetivo.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 066/2021

Publicação Nº 2796911

PORTARIA N.º 066 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º e do art. 83, ambos da Lei nº. 1000/2005, EMANUELE BARCELLOS CANDIDO, Matrícula nº. 8776, para exercer as funções do cargo de COORDENADOR DE CADASTRO DE CONTRIBUINTE da Secretaria Municipal da Fazenda com Gratificação Especial de 80% do cargo ocupado, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Fica mantido o período de Estágio Probatório definido no §2º do art. 77 da Lei Complementar n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de janeiro de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 067/2021

Publicação Nº 2796912

PORTARIA N.º 067, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA OCUPAR CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. LICENCIAR DO CARGO EFETIVO, nos termos do §5º do art. 6º da Lei n.º 1000/2005, SAIONARA SANTOS, Matrícula nº. 806, para exercer as funções do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a remuneração definida para o cargo, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 068/2021

Publicação N° 2796913

PORTARIA N.º 068 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do Art. 6º, da Lei n.º 1000/2005, SAIONARA SANTOS, CPF n.º ***.***.179-87, para exercer as funções do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 07/01/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 07/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de Janeiro de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 069/2021

Publicação N° 2796914

PORTARIA Nº. 069, DE 07 DE JANEIRO DE 2021
REVOGA A PORTARIA Nº. 058, DE 06 DE JANEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 06/01/2021, a Portaria nº. 058 de 06 de janeiro de 2021, que nomeia PERSIO DA SILVA, CPF nº. ***.***.939-16, no cargo de Assistente de Direção.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 06/01/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de janeiro de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/01/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

TESTE SELETIVO Nº 10/2020 - FARMACÊUTICO - GABARITO

Publicação Nº 2795290

GABARITO PROVA FARMACÊUTICO – EDITAL TESTE SELETIVO 010/2020

GABARITO - 07/01/2020

- 1 – D
- 2 – A
- 3 – D
- 4 – D
- 5 – C

Isabela Aragão Pereira
Presidente da Comissão
Portaria 131/2020

Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro – Garuva/
CEP 89248-000 – Fone: 3445-8200

TESTE SELETIVO Nº 16/2019 - ODONTÓLOGO - CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 2795297

CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 16/2019

Ilmo (a) Sr. (a)
MARCIO ANDRE CARLON
Garuva, 07 de janeiro de 2021.

Senhor (a) Candidato (a),
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para tratar da contratação temporária para o cargo ODONTOLOGO conforme classificação do Processo Seletivo nº 16/2019.
O prazo para demonstrar interesse na vaga é de 02 (dois) dias úteis a partir da data desta publicação, no endereço de e-mail rh@garuva.sc.gov.br.
Salientamos que a ausência do interesse no prazo determinado implicará na perda automática da vaga.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 01/2021

Publicação Nº 2796336

Resolução nº 0001/2021
Dispõe sobre a movimentação bancária do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Garuva, usando de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados a Presidente da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal, Sra. Marli Terezinha Leandro Simmermam e o Servidor do quadro efetivo do Poder Legislativo, Sr. José Carlos Schutz a efetuar as operações bancárias na Conta Corrente do Poder Legislativo Municipal no Banco do Brasil, Conta corrente 50.005-4, Ag. 4648-5, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Autorizar Cobrança
- 3 - Solicitar Saldos e Extratos
- 4 - Requisitar Talonários de Cheques
- 5 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 6 - Cancelar Cheques
- 7 - Baixar Cheques
- 8 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 9 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 10 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 11 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 12 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro

- 13 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 14 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 15 - Emitir Comprovantes
- 16 - Autorizar débitos.
- 17 - Cadastrar favorecidos contas correntes.

Art. 2º As operações dos itens 1, 2, 10, 11, 12, 13, 16, mencionadas no art. 1º, serão realizadas sempre em conjunto, com as duas assinaturas e as demais operações dos itens do art. 1º, poderão ser efetuados individualmente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Resolução 31/2020.

Garuva, 7 de janeiro de 2021.

Marli Terezinha Leandro Simmermam

Presidente da Câmara

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 6.577, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2760247

PORTARIA Nº 6.577, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE EMPRESA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIRMADAS NO CONTRATO SAF Nº 79/2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA, Secretário de Planejamento Territorial do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, considerando o disposto no artigo 5º da Portaria nº 6.503, de 06 de outubro de 2020, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Especial,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de janeiro de 2021, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial designada através da Portaria nº 6.503, de 06 de outubro de 2020, em relação ao Processo Administrativo nº 07/2020, que apura a responsabilidade de empresa por descumprimento das obrigações firmadas no contrato SAF nº 79/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de dezembro de 2020.

CLEVERTON JOÃO BATISTA

Secretário de Planejamento Territorial

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 001/2021 - TERMO DO CONTRATO Nº 001/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MA

Publicação Nº 2795005

CONTRATO 001/2021

TERMO DO CONTRATO Nº 001/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BÁSICOS INERENTES A ESTES SERVIÇOS, BEM COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DAS SECRETARIAS QUE PERTENCEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL RP N.º 104/2019, PROCESSO 104/2019.

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, empresa AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, estabelecida à Rua PELOTAS, 207, FLORESTA, PORTO ALEGRE/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o 01.402.427/0001-89, neste ato representado pelo (a) VICENTE JOSÉ DE SOUZA JUNIOR, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 786.324.630-04, portador(a) do RG n.º1058663293 infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente contrato vincula-se ao Pregão Presencial 104/2019 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (atualizada pela lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994), e, especialmente, pelo que consta do capítulo III (arts. 54-80) e dos termos do edital de licitação de Pregão Presencial nº 104/2019, que passa a fazer parte integrante deste contrato, e, bem assim, do que está insculpido na proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - A assistência técnica dos computadores pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC e suas secretarias deverá iniciar em 48 (quarenta e oito) horas após a Autorização de Fornecimento.

2.2 - Quanto à entrega dos equipamentos locados, estes deverão ser instalados em até 15 (quinze) dias após a Autorização de Fornecimento.

2.3 – A contratada deverá executar os serviços em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital.

2.4 – Os serviços serão solicitados conforme necessidade e demanda dos órgãos do Município de Governador Celso Ramos e será solicitado por servidor designado pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BÁSICOS INERENTES A ESTES SERVIÇOS, BEM COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DAS SECRETARIAS QUE PERTENCEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento do município de Governador Celso Ramos, para o exercício 2021, por meio dos órgãos da administração direta e indireta.

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
04.01	2.005	3390391200(16)

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1.Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R 318.965,20 (trezentos e dezoito mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO MENSAL DE MICROCOMPUTADOR TIPO I (conforme especificações) COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA.*	60	UNIDADE	R\$ 288,41	R\$ 17.304,60
2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA MENSAL DO PARQUE COMPUTACIONAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO AS SECRETARIAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA.	12	SERVIÇO MENSAL	R\$ 4.972,50	R\$ 59.670,00
4	HORA PLANTÃO** PREFEITURA	12	SERVIÇO POR HORA	R\$ 89,50	R\$ 1074,00

ESTIMATIVA DE CUSTOS

MATERIAL DE CONSUMO – PEÇAS HARDWARE	R\$ 62.500,00
--------------------------------------	---------------

5.1.1 - Por se tratar de mera estimativa de gastos, não se constitui em hipótese alguma compromisso futuro para a contratada, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo. A contratação será de acordo com a necessidade da contratante, sem que isso justifique qualquer indenização à contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Será admitido reajuste dos valores propostos de acordo com o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC, não poderá ser aplicado com periodicidade inferior a 1 (um) ano da assinatura deste instrumento.

6.2. Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá início na data de sua assinatura, pelas Partes, e sua vigência será de 12 (doze) meses, podendo, por interesse das Secretarias, mediante termo aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

8.1. O CONTRATADO se obriga a reparar ou refazer os serviços que se apresentarem com vício de qualidade, fornecendo todos os materiais eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Além das especificações previstas no Anexo I do Edital, o pagamento será feito pelo Município de Governador Celso Ramos com prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da Autorização de Fornecimento e comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período, conforme previsto no Edital.

9.2. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

9.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas do fornecimento dos produtos, nem implicará em aceitação dos produtos em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos.

9.4. O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

I. Paralisação do fornecimento por parte da CONTRATADA, até o reinício.

II. Entrega de produtos com prazo de validade vencidos até que sejam trocados.

III. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.

IV. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

9.5. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

9.6. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

NOTA: Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, descritos no Anexo único dos Protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A supervisão do presente contrato será feita pela Contratante consoante especificação contida no Anexo I do Edital, através da Secretaria solicitante, ao qual se incumbirá das anotações e posterior comunicação dos atos praticados pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

11.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato, além do contido no Anexo I do Edital:

I -Modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II -Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III -Fiscalizar lhe a execução;

IV -Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

I. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta pela recusa injustificada em assinar ou retirar o respectivo instrumento contratual;

II. Multa moratória, não compensatória, de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, expresso em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

III. Multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em reais, pela rescisão determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. São obrigações do CONTRATADO, além do previsto no Anexo I do Edital:

I. Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;

II. Dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;

III. Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação;

IV. Entregar os produtos contados exatamente como consta em sua proposta e neste Edital.

V. Fica a Contratada responsável por todos e quaisquer danos causados à Contratante durante a vigência do contrato, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais inerentes ao contrato, nos termos da Seção IV - da execução dos contratos, artigos 66-71 e parágrafos, da lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. São obrigações do CONTRATANTE, além do previsto no Anexo I do Edital:

I. Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III. Notificar o contratado por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

16.1. Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8.666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

III. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

17.1. Os representantes do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, serão o titular da secretaria solicitante ou os servidores por ele designados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de Biguaçu, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Governador Celso Ramos (SC), 06 de Janeiro de 2021

Representante da Empresa
Contratada

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 002/2021 - TERMO DO CONTRATO Nº 002/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANU

Publicação Nº 2795006

CONTRATO 002/2021

TERMO DO CONTRATO Nº 002/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BÁSICOS INERENTES A ESTES SERVIÇOS, BEM COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DAS SECRETARIAS QUE PERTENCEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL RP N.º 104/2019, PROCESSO 104/2019.

Município de Governador Celso Ramos, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representado por seu Prefeito, Sr. Marcos Henrique da Silva doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, empresa AALLFAX TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, estabelecida à Rua PELOTAS, 207, FLORESTA, PORTO ALEGRE/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o 01.402.427/0001-89, neste ato representado pelo (a) VICENTE JOSÉ DE SOUZA JUNIOR, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 786.324.630-04, portador(a) do RG n.º1058663293 infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente contrato vincula-se ao Pregão Presencial 104/2019 e à proposta vencedora, sujeitando-se o CONTRATANTE e o CONTRATADO à Lei nº n. 8.666, de 21 de junho de 1993 (atualizada pela lei n. 8.883, de 08 de junho de 1994), e, especialmente, pelo que consta do capítulo III (arts. 54-80) e dos termos do edital de licitação de Pregão Presencial nº 104/2019, que passa a fazer parte integrante deste contrato, e, bem assim, do que está insculpido na proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 - A assistência técnica dos computadores pertencentes à PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC e suas secretarias deverá iniciar em 48 (quarenta e oito) horas após a Autorização de Fornecimento.

2.2 - Quanto à entrega dos equipamentos locados, estes deverão ser instalados em até 15 (quinze) dias após a Autorização de Fornecimento.

2.3 – A contratada deverá executar os serviços em conformidade com o descrito no Anexo I do Edital.

2.4 – Os serviços serão solicitados conforme necessidade e demanda dos órgãos do Município de Governador Celso Ramos e será solicitado por servidor designado pelo órgão solicitante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

3.1. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA (MICROCOMPUTADORES), INCLUÍDA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA COM FORNECIMENTO DE INSUMOS BÁSICOS INERENTES A ESTES SERVIÇOS, BEM COMO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARQUE COMPUTACIONAL DAS SECRETARIAS QUE PERTENCEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1.O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta do Orçamento do município de Governador Celso Ramos, para o exercício 2021, por meio dos órgãos da administração direta e indireta.

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
07.02	2.005	3390391200(16)

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1.Pelo objeto descrito na Cláusula Terceira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 311.874,00 (trezentos e onze mil oitocentos e setenta e quatro reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO MENSAL DE MICROCOMPUTADOR TIPO I (conforme especificações) COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA.*	50	UNIDADE	R\$ 288,41	R\$ 14.420,50
2	ASSISTÊNCIA TÉCNICA MENSAL DO PARQUE COMPUTACIONAL DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA. Quantidade de Equipamentos: 96 computadores e 08 notebooks..	12	SERVIÇO MENSAL	R\$ 4.972,50	R\$ 59.670,00
4	HORA PLANTÃO** SAUDE	25	SERVIÇO POR HORA	R\$ 89,50	R\$ 2.237,50

ESTIMATIVA DE CUSTOS

MATERIAL DE CONSUMO – PEÇAS HARDWARE	R\$ 62.500,00
--------------------------------------	---------------

5.1.1 - Por se tratar de mera estimativa de gastos, não se constitui em hipótese alguma compromisso futuro para a contratada, razão pela qual não poderá ser exigida, nem considerada como valor para pagamento mínimo. A contratação será de acordo com a necessidade da contratante, sem que isso justifique qualquer indenização à contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Será admitido reajuste dos valores propostos de acordo com o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR – INPC, não poderá ser aplicado com periodicidade inferior a 1 (um) ano da assinatura deste instrumento.

6.2. Os preços contratados somente poderão ser alterados, excepcionalmente, em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato terá início na data de sua assinatura, pelas Partes, e sua vigência será de 12 (doze) meses, podendo, por interesse das Secretarias, mediante termo aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos em conformidade com o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

8.1. O CONTRATADO se obriga a reparar ou refazer os serviços que se apresentarem com vício de qualidade, fornecendo todos os materiais eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Além das especificações previstas no Anexo I do Edital, o pagamento será feito pelo Município de Governador Celso Ramos com prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da Autorização de Fornecimento e comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada e respectiva emissão da Nota Fiscal referente ao período, conforme previsto no Edital.

9.2. Quando houver erro, de qualquer natureza, na emissão da nota fiscal/fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de nota de correção, não devendo ser computado esse intervalo de tempo, para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratado.

9.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações advindas do fornecimento dos produtos, nem implicará em aceitação dos produtos em desacordo com o previsto neste Edital e seus anexos.

9.4. O Município poderá sustar o pagamento da nota fiscal/fatura, nos seguintes casos:

I. Paralisação do fornecimento por parte da CONTRATADA, até o reinício.

II. Entrega de produtos com prazo de validade vencidos até que sejam trocados.

III. Existência de qualquer débito para com o Município até que seja efetivamente pago ou descontado de eventuais créditos que a CONTRATADA tenha perante o Município.

IV. Não atendimento de qualquer obrigação contratual ou exigências da Fiscalização do Município.

9.5. No pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos devidos na forma da legislação, em especial o INSS e ISS.

9.6. A contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, junto com a Nota Fiscal, no original ou em fotocópia autenticada, comprovante de recolhimento referente ao FGTS e INSS.

NOTA: Para as empresas, cujos produtos e serviços estejam enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, descritos no Anexo único dos Protocolos ICMS 42 de 03/07/2009 e ICMS 82 de 26/03/2010, que estabelece a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, estas deverão se adequar ao disposto nos referidos protocolos.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A supervisão do presente contrato será feita pela Contratante consoante especificação contida no Anexo I do Edital, através da Secretaria solicitante, ao qual se incumbirá das anotações e posterior comunicação dos atos praticados pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

11.1. O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato, além do contido no Anexo I do Edital:

I -Modificar-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do CONTRATADO;

II -Rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III -Fiscalizar lhe a execução;

IV -Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 - Sem prejuízo das demais sanções previstas em Lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

- I. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta pela recusa injustificada em assinar ou retirar o respectivo instrumento contratual;
- II. Multa moratória, não compensatória, de até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, expresso em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;
- III. Multa compensatória equivalente ao valor integral do contrato, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em reais, pela rescisão determinada por ato unilateral do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. São obrigações do CONTRATADO, além do previsto no Anexo I do Edital:

- I. Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução do Contrato;
- II. Dar fiel execução ao objeto do Contrato, bem como, providenciar às suas expensas e a contento do CONTRATANTE, todas as substituições e correções que se fizerem necessárias;
- III. Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação;
- IV. Entregar os produtos contados exatamente como consta em sua proposta e neste Edital.
- V. Fica a Contratada responsável por todos e quaisquer danos causados à Contratante durante a vigência do contrato, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais inerentes ao contrato, nos termos da Secção IV - da execução dos contratos, artigos 66-71 e parágrafos, da lei n. 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. São obrigações do CONTRATANTE, além do previsto no Anexo I do Edital:

- I. Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- II. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- III. Notificar o contratado por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

15.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

16.1. Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8.666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

- I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- III. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

17.1. Os representantes do CONTRATANTE, para os fins deste Contrato, serão o titular da secretaria solicitante ou os servidores por ele designados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de Biguaçu, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais, pertinentes à execução presente Contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Governador Celso Ramos (SC), 06 de Janeiro de 2021

Representante da Empresa Contratada
--

MARCOS HENRIQUE DA SILVA
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO 13/2021 - NOMEIA EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Publicação Nº 2796904

DECRETO N. 13, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"NOMEIA EXATOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GRÃO-PARÁ PARA ATUAR JUNTO A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

HÉLIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito do Município de Grão-Pará e Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Nomear EMIR MULLER BRATTI, EXATOR do Município de Grão-Pará, para, juntamente com a Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, DAIANA BELTRAME MULLER, atuar junto a Instituições Financeiras, sendo responsável pelas seguintes atribuições, para, em conjunto: emitir cheques, abrir contas de depósito, utilizar o crédito aberto na forma e condições, autorizar cobrança, solicitar saldos e extratos, receber, passar recibo e dar quitação, requisitar talonários de cheques, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheque, sustar/contratar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, efetuar pagamentos, transferências por qualquer meio, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques – conta correntes, efetuar saques – poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP, consultar contas/aplicações de programas e repasse de recursos federais, liberar arquivos de pagamentos, solicitar saldos/extratos, investimentos e operações de crédito, solicitar saldos/extratos de investimentos, efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar proposta de empréstimo/ financiamento e assinar contrato de abertura de crédito, assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços, referentes às contas mantidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito CNPJ sob o nº 01.458.972/0001-97

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará, 07 de janeiro de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDMAR KEMPER NANDI

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATO N 02-2021 GISELY H. PERIN

Publicação Nº 2796806

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 02/2021

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE APROX. 215 M², PARA

FUNCIONAMENTO DE UMA EXTENSÃO DO CENTRO DE RECREAÇÃO INFANTIL TIO PATINHAS.

Locadora: GISELY HEIDEMANN PERIN MEURER

CPF: 029.495.289-61.

Data de Assinatura do Contrato: 05/01/2021.

Valor do Contrato: R\$ 15.000,00.

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2021.

Grão-Pará/SC, 05 de janeiro de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N 03-2021 HELENA B DELLA GIUSTINA

Publicação Nº 2796809

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 03/2021

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE APROX. 60 M², PARA

FUNCIONAMENTO, DO INSTITUTO CATARINENSE DE SANIDADE AGROPECUÁRIA - ICASA.

Locadora: HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA

CPF: 871.556.729-04.

Data de Assinatura do Contrato: 05/01/2021.

Valor do Contrato: R\$ 9.600,00.
Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2021.
Grão-Pará/SC, 05 de janeiro de 2021.
HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N 04-2021 DOMICIO FABRE OENNING

Publicação Nº 2796812

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ
EXTRATO DO CONTRATO N. 04/2021
Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE APROX. 12 M², PARA
FUNCIONAMENTO, DO POSTO DE ATENDIMENTO DOS CORREIOS NO DISTRITO DE AIURÊ.
Locador: DOMICIO FABRE OENNING
CPF: 375.309.929/53.
Data de Assinatura do Contrato: 05/01/2021.
Valor do Contrato: R\$ 3.588,00.
Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2021.
Grão-Pará/SC, 05 de janeiro de 2021.
HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

PORTARIAS 010 A 029-2021

Publicação Nº 2796117

PORTARIA Nº. 0010 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000
RESOLVE: Contratar SIMONI GUIZONI DE BONA, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Técnico em Contabilidade código 2.04, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, para ter exercício na Secretaria da Administração e Fazenda, por extrema necessidade de serviço, até a realização de concurso público e/ou processo seletivo.
PORTARIA Nº. 0011 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000
RESOLVE: Nomear, a partir de 05/01/2021, JOSE SCHMITT BUSSOLO para ocupar o Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.
PORTARIA Nº. 0012 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000
RESOLVE: Nomear, a partir de 05/01/2021, RAMOM SOMBRIO DACOREGGIO para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Departamento da Agricultura, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS.
PORTARIA Nº. 0013 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000
RESOLVE: Conceder férias regulamentares, a partir de 05/01/2021, a funcionária MARIA EDUARDA SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ACS, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde e Saneamento, conforme Solicitação Administrativa
PORTARIA Nº. 0014 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000
RESOLVE: Conceder férias regulamentares, a partir de 01/02/2021, a funcionária SOLANGE ANTUNES BERTO, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ACS, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde e Saneamento, conforme Solicitação Administrativa
PORTARIA Nº. 0015 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009
RESOLVE: Contratar, BEATRIZ PERIN SOARES, para, a partir de 04/01/2021, exercer a função de Estagiaria, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento.
PORTARIA Nº. 0016 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021
HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000
RESOLVE: Contratar, BRUNA ANTUNES KEMPER, para, a partir desta data, exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, código 2.01, com carga horária de 40 horas semanais, por extrema necessidade de serviço, até a realização de concurso público e/ou processo seletivo, para ter exercício na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento,

PORTARIA Nº. 0017 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Designar a funcionária IRACILDA DA SILVA DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor, nível III, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Cento de Educação Infantil Tio Patinhas, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão da Educação, fazendo jus a gratificação FG-03, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0018 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Designar a funcionária MARILETI BADZIAK PERIN, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício no Cento de Educação Infantil Tio Patinhas, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão da Educação, fazendo jus a gratificação FG-03, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0019 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Designar a funcionária PATRICIA HEIDEMANN INÁCIO, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Divisão da Cultura, fazendo jus a gratificação

FG-03, a partir desta data, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0020 / 2021 DE 04 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder férias regulamentares, a partir de 11/01/2021, a VALDEMIR GUIZONI WESSLER, ocupante do cargo de Instrutor de Esportes, código 3.02, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria do Esporte e Turismo, conforme Solicitação Administrativa, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0021 / 2021 DE 05 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000

RESOLVE: Nomear, a partir desta data LOURIVAL GOUDINHO, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Transportes, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0022 / 2021 DE 05 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar, a partir desta data, OSNI NEVES MARQUES, para, temporariamente, ocupar o cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício no Conselho Tutelar, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, até a realização de concurso público e/ou processo seletivo, conforme Solicitação Administrativa

PORTARIA Nº. 0023 / 2021 DE 05 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar JUSTINA GIL NIEHUNS, para ocupar, temporariamente, o cargo de cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria da Saúde e Saneamento, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, por extrema necessidade de serviço, a partir desta data, por não ter candidato classificado em Processo Seletivo.

PORTARIA Nº. 0024 / 2021 DE 05 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Contratar VITOR ROHLING DACOREGIO, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Auxiliar Administrativo, código 3.04, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Fazenda, por extrema necessidade de serviço, até a realização de concurso público e/ou processo seletivo, conforme solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0025 / 2021 DE 06 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE: Conceder 10 (dez) dias de férias regulamentares, a partir desta data, a EMIR MULLER BRATTI, ocupante do cargo de Exator, Código 3.09, com exercício na Secretaria de Administração e Fazenda, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0026 / 2021 DE 06 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Designar OSMAR LUIZ DA COREGIO SMAR LUIZ DA COREGIO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tributação, código 3.07, para ocupar o cargo de Fiscal Fazendário, código 3.08, para responder pela função de Fiscal Fazendário, com poderes para fiscalizar as medidas restritivas impostas pelo Poder Público Municipal para combate ao enfrentamento da Pandemia Covid-19, em substituição a titular, designada para cargo em comissão, conforme portaria 002/2021, a partir desta data, enquanto perdurar o período da designação.

PORTARIA Nº. 0027 / 2021 DE 06 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000

RESOLVE: Nomear DAIANA BELTRAME MULLER, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Família e Desenvolvimento Social, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal. sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0028 / 2021 DE 06 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000

RESOLVE: Designar o funcionário VALMIR JACINTO BALLMANN, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, código 3.08, 30 horas semanais, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão de Recursos Humanos, fazendo jus a função gratificada FG-03, a partir desta data.

PORTARIA Nº. 0029 / 2021 DE 06 de JANEIRO de 2021

HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal n.º 991/2000, de 04.04.2000

RESOLVE: Designar JOSIANE HERECK MARCOS, ocupante do cargo de Telefonista, código 4.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir desta data, ocupar o cargo em comissão de Diretora do Departamento da Agricultura, nível DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, conforme solicitação administrativa.

Gravatal

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018 - PONTO SAT CONECT LTDA - FMS

Publicação Nº 2795926

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

OBJETO: "III TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 06/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA PONTO SAT CONECT LTDA-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DE LINK 24 HORAS, PARA ACESSO À INTERNET, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SERVIDOR DE INTERNET, HOMOLOGADO PELA ANATEL, SEM LIMITE DE TRAFEGO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: PONTO SAT CONECT LTDA-ME.

ENDEREÇO: Rua Emiliano Sá, nº 119 - Bairro centro Armazém/SC.

CNPJ: 08.780.186/0001-50.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, a partir de 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas decorrentes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 10 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 01/2021 - SISTEMA NUVEM

Publicação Nº 2797222

MUNICIPIO DE GRAVATAL. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021. PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021. O Prefeito Municipal de Gravatal, Sr. CLEINILS RODRIGUES DA SILVA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLO-BAL, Lei Federal Nº 8666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/2006 e alterações e 10.520/2002, abertura dia 20 de janeiro de 2021, às 09:00hs, objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM NUVEM COM USUÁRIOS ILIMITADO, INCLUINDO SERVIÇOS NECESSÁRIOS A SUA IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO LEGAL, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DEMAIS FUNDOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA." Mais informações e retirada de Edital disponíveis na Rua Eng. Annes Gualberto, Nº 121, Centro, (048) 3648-8022, E-mail licitacao@gravatal.sc.gov.br ou site do Portal Transparência https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-066/con_licitacoes.faces Gravatal, 07 de janeiro de 2021. CLEINILS RODRIGUES DA SILVA Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2017 - BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - PMG

Publicação Nº 2795906

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2017
TOMADA DE PREÇO N.º 02/2017

OBJETO: "X TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017 REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO A LAJOTA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1023767/2015 JUNTO AO MINISTERIO DAS CIDADES CONFORME RUAS antonio domingos da silva, valmor veronez E maria madalena prá COM ÁREA TOTAL DE 4.073M2".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP.

ENDEREÇO: Rod. Br. 101 KM 354, s/nº - Bairro Morro Azul, Jaguaruna/SC.

CNPJ: 04.834.318/0001-29.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: previsão contida na cláusula 5.3 do contrato aditado e o art. 57, § 1º, inciso I da Lei 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017 - LUIZ DO AMARAL - PMG

Publicação Nº 2795995

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 02/2017 REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA ENGº ANNES GUALBERTO, Nº 121, BAIRRO CENTRO, GRAVATAL-SC, DESTINADO Á INSTALAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: LUIZ DO AMARAL

CNPJ: 03.364.300/0001-48.

ENDEREÇO: Estrada Geral do Variante, s/n, bairro Bela Vista - Gravatal/SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021 iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 e 3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 16 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020 - MAUÁ SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - FMS

Publicação Nº 2795963

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM PEDIATRIA, A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA MAUÁ SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI ABAIXO INDICADA, CREDENCIADA NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: MAUÁ SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI

ENDEREÇO: Rua Bernardo Locks, nº 29, Sala 101 e 102 - Centro da cidade de Braço do Norte.

CNPJ: 32.457.198/0001-23.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula IX do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais

informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.
Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020 - CLÍNICA MÉDICA BRAÇONORTENSE LTDA - FMS

Publicação Nº 2795956

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM GINECOLOGIA, A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE GRAVATAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA CLÍNICA MÉDICA BRAÇONORTENSE LTDA ABAIXO INDICADA, CREDENCIADA NOS TERMOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: CLÍNICA MÉDICA BRAÇONORTENSE LTDA.

ENDEREÇO: Rua Bernardo Locks, nº 46, Sala 02 - Centro da cidade de Braço do Norte/SC.

CNPJ: 11.304.091/0001-75.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2020 - PITFALL SISTEMAS - PMG

Publicação Nº 2796003

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 04/2020, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA PITFALL SISTEMAS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADA: PITFALL SISTEMAS

CNPJ: 24897642/0001-01.

ENDEREÇO: Rua Coronel Lica Ramos, nº 94, bairro Sagrado Coração de Jesus - Lages/SC.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/06/2021 iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 7 do contrato aditado e nos termos do inciso IV, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020 - L & B - SERVIÇO DE SOMATO CONSERVAÇÃO - FMS

Publicação Nº 2795948

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 05/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E A EMPRESA L & B SERVIÇOS DE SOMATO CONSERVAÇÃO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS DE ANATOMIA PATOLÓGICA."

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: L & B – SERVIÇOS DE SOMATO CONSERVAÇÃO

ENDEREÇO: Rua Germano Siebert nº 244 Centro Tubarão SC

CNPJ: 11.076.986/0001-08.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 13.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020 - RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - PMG

Publicação Nº 2795804

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 40/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020 PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NA RUA FRANCISCO KNABEN BAIRRO TERMAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 868336/2018, CONFORME PROJETOS EM ANEXO."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CNPJ Nº 72.269.012/0001-27.

ENDEREÇO: Rua 1.054, s/nº – Bairro: Área Industrial – Armazém/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de execução da obra para 31/01/2021 e de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e o art.57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020 - INTELLIBR SISTEMAS LTDA - PMG

Publicação Nº 2795979

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2020, PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE/SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA INTELLIBR SISTEMAS LTDA".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Juvenal Pereira, nº 53, Bairro Kobrasol, São José/SC.

CNPJ: 08.982.125/0001-76.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 14 de dezembro de 2020.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020 - SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA - FMS

Publicação Nº 2795875

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 05/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, LOCALIZADO NA ESTRADA BELA VISTA DE CIMA, MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER A PROPOSTA Nº 11347.5180001/18-001 JUNTO AO SUS, CONFORME PROJETOS EM ANEXO."

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12

CONTRATADO: SEM PARADA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ Nº 26.236.045/0001-53.

ENDEREÇO: Rua Tereza Martins de Brito, nº 141 – sala 02 – Bairro: Revoredo – Tubarão/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e o art.57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020 - JOEL DE OLIVEIRA DO SANTOS - PMG

Publicação Nº 2796008

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 10/2020 DE LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL MEDINDO 27 METROS QUADRADOS, SITUADO NA RUA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO, Nº 60, CENTRO, GRAVATAL-SC, DESTINADO À UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE GRAVATAL".

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: JOEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS.

CPF: 004.665.779-74

ENDEREÇO: Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 60 - Centro, Gravatal-SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 15 de dezembro de 2020.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 - NSA ODONTOLOGIA LTDA - FMS

Publicação Nº 2795940

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS REFERENTE AO PROGRAMA LABORATÓRIO REGIONAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS – LRPD, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: NSA ODONTOLOGIA LTDA

ENDEREÇO: Av. dos Imigrantes nº 2.379 – Rio Maina – Criciúma/SC

CNPJ: 36.404.340/0001-25

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 13.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020 - TERMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - PMG

Publicação Nº 2796048

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 14/2020 REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA JOAQUIM CARDOSO DUARTE, S/Nº, BAIRRO TRAVESSÃO, GRAVATAL-SC, DESTINADO À UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GRAVATAL PARA EXTENSÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MICKEYLÂNDIA CHAMADO VÓ MILOCA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: TERMAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 03.364.300/0001-48.

ENDEREÇO: Rua Antônio Pedro Mendonça, s/n, bairro Termas do Gravatal - Gravatal/SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/06/2021 iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 e 3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 15 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2020 - MARLISE GISELA NUNES - PMG

Publicação Nº 2795993

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 16/2020 REFERENTE À LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MEDINDO 360,60 METROS QUADRADOS, SITUADO NA RUA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO, Nº 371 - CENTRO, GRAVATAL-SC, DESTINADO À UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE GRAVATAL."

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: MARLISE GISELA NUNES.

ENDEREÇO: Rua Conselheiro Mafra, nº 52 - Centro, Tubarão/SC.

CPF: 754.730.899-68.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/06/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 11 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2020 - RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTO - PMG

Publicação Nº 2795833

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2020
PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 18/2020 PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NA RUA ANTÔNIO PEDRO MENDONÇA TRECHO I BAIRRO TERMAS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 869935/2018, CONFORME PROJETOS EM ANEXO."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: RODRIGUES ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA CNPJ Nº 72.269.012/0001-27.

ENDEREÇO: Rua 1.054, s/nº – Bairro: Área Industrial – Armazém/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e o art.57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020 - SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTOS LTDA - PMG

Publicação Nº 2795837

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020
PROCESSO LICITATORIO Nº 19/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO E EXECUÇÃO PARA PAVIMENTAÇÃO

ASFÁLTICA, DRENAGEM E ACESSIBILIDADE NA RUA FRANCISCO GOMES, BAIRRO SERTÃO DOS MEDEIROS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 885663/2019/MDR/CAIXA, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: SANTPAV TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA CNPJ Nº 31.088.105/0001-78.

ENDEREÇO: Rua João Ernesto Ramos, nº 259 – Bairro: Centro – Capivari de Baixo/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato até o dia 12/04/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e o art.57, inciso VI, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020 - L. CONSTRUÇÕES LTDA - PMG

Publicação Nº 2795886

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 27/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2020

OBJETO: “I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO A LAJOTA E PAVER NAS RUAS JOAQUIM CARDOSO DUARTE, MARIA MADALENA PRÁ E PADRE JOSÉ PEREIRA KUNZ, PARA ATENDER AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO PRÓ-TRANSPORTE Nº 0414357-63/2016, CONFORME PROJETO BÁSICO.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: L. CONSTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ Nº 04.481.877/0001-00.

ENDEREÇO: Rua Almir Santos Miranda, nº 517 – Bairro: Dehon – Tubarão/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e o art.57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2020 - ALISSON LUIS ULRICH - PMG

Publicação Nº 2795841

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2020

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2020

OBJETO: “I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE ACADÊMIAS “AO AR LIVRE”, NAS COMUNIDADES DE SERTÃO DOS MEDEIROS, ILHOTA GRANDE, RIACHO E INDAIAL MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER REPASSE DE EMENDA ESPECIAL Nº 0044 DO GOVERNO DE ESTADO, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ALISSON LUIS ULRICH

ENDEREÇO: Estrada Linha Cinco, s/nº Galpão 3– Bairro Interior, Ibiruba/RS.

CNPJ: 05.607.354/0001-12.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de execução e vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, § 1º do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.
Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2020 - ASCARI CONSTRUÇÕES LTDA - PMG

Publicação Nº 2795847

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2020
TOMADA DE PREÇO N.º 08/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2020 PARA PAVIMENTAÇÃO A LAJOTA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS, NAS RUAS JACOB ARNOLDO MAY E ADILIO PEDRO ILIBIO, PARA ATENDER EMENDA IMPOSITIVA Nº 1124 JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO, CONFORME PROJETO BÁSICO."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ASCARI CONSTRUÇÕES LTDA ME.

ENDEREÇO: Estrada Geral Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo, Orleans/SC.

CNPJ: 35.653.808/0001-52.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de execução da obra até 10/01/2021 e vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e nos termos do § 1º inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2020 - ASCARI CONSTRUÇÕES LTDA - PMG

Publicação Nº 2795860

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2020
TOMADA DE PREÇO N.º 11/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020 PARA PAVIMENTAÇÃO DE BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO (PAVER) NA RUA MANOEL JOSE LEANDRO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETOS EM ANEXO".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ASCARI CONSTRUÇÕES LTDA ME.

ENDEREÇO: Estrada Geral Rio Novo, s/nº - Bairro Rio Novo, Orleans/SC.

CNPJ: 35.653.808/0001-52.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e nos termos do § 1º inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2020 - ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - PMG

Publicação Nº 2796056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 12/2020

OBJETO: "I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2020 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO DE REFORMA PARA TROCA DA COBERTURA DO CEI ZILDA LUCK NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETOS EM ANEXO, PARA ATENDER A EMENDA ESPECIAL Nº 1033 JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

ENDEREÇO: Rua Adolfo Gerônimo da Silva, nº 180 - Bairro Rio Bonito, Braço do Norte/SC.

CNPJ: 21.083.542/0001-45.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato para até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2019 - ABC CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - PMG

Publicação Nº 2796167

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

OBJETO: "II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2019 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO."

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: ABC CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA

CNPJ: 73.215.741/0001-63

ENDEREÇO: Av. Pedro Zappelini, nº 196 – sala 17, piso 2, bairro Termas do Gravatal - Gravatal/SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021 iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 e 3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 18 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2019 - RACLI LIMPEZA URBANA LTDA - PMG

Publicação Nº 2796018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

OBJETO: "I TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA RACLI LIMPEZA URBANA LTDA, TENDO COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE LIXOS RECICLÁVEIS GERADOS NA ÁREA URBANA E PRINCIPAIS LOCALIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, ESTIMADA EM APROXIMADAMENTE 10 TONELADAS POR MÊS. AS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ENCONTRAM-SE NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.

ENDEREÇO: Av. Carlos Pinto Sampaio nº 15 – bairro São Luiz, na cidade de Criciúma/SC.

CNPJ: 26.093.870/0001-46.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo para execução dos serviços até o dia 31/12/2021, iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 14 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2018 - PRISCILA MARTINS AMADEU TANCREDO 05283385957 - PMG

Publicação Nº 2796038

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018

OBJETO: "III TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 35/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA PRISCILA MARTINS AMADEU TANCREDO 05283385957, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO JUNTO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A PREFEITURA DE GRAVATAL".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: PRISCILA MARTINS AMADEU TANCREDO 05283385957.

ENDEREÇO: Rua Vereador Manoel Brigdo Costa, nº 47, Bairro Humaitá, município de Tubarão/SC.

CNPJ: 21.056.799/0001-08.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/06/2021, iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 10 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018 - PAULO KINDERMANN - FMS

Publicação Nº 2795936

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2018

OBJETO: "IV TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 04/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRAVATAL E O Sr. PAULO KINDERMANN, PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO À RUA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO,

Nº 297 – CENTRO – GRAVATAL - SC, DESTINADO A INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE”.

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

LOCADOR: PAULO KINDERMANN.

ENDEREÇO: Rodovia SC 370, nº 8.520 - Centro, Gravatal (SC).

CPF: 122.505.389-72.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula IV – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2019 - ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - PMG

Publicação Nº 2796066

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

TOMADA DE PREÇO N.º 03/2019

OBJETO: “IV TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE OGU: Nº 863011/2017, CONFORME PROJETOS EM ANEXO”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

ENDEREÇO: Rua Adolfo Gerônimo da Silva, nº 180 - Bairro Rio Bonito, Braço do Norte/SC.

CNPJ: 21.083.542/0001-45.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de execução até o dia 12/04/2021 e vigência do contrato para até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 23 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2018 - PONTO SAT CONECT LTDA - PMG

Publicação Nº 2795988

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2018

OBJETO: “IV TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 33/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA PONTO SAT CONECT LTDA-ME, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DE LINK 24 HORAS, PARA ACESSO À INTERNET”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: PONTO SAT CONECT LTDA-ME.

ENDEREÇO: Rua Emiliano Sá, nº 119 - Bairro Centro, Armazém/SC.

CNPJ: 08.780.186/0001-50.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso IV, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 10 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2017 - GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS - PMG

Publicação Nº 2795970

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 64/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017

OBJETO: "IV TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 64/2017 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DENOMINADO BRINCARTE".

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

CNPJ: 85.138.824/0001-85.

ENDEREÇO: Av. Pedro Zappellini, 51, bairro Termas do Gravatal /SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/06/2021 iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II –As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 e 3 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 17 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2017 - DÉBORA MACHADO DA LUZ - FMS

Publicação Nº 2795931

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

OBJETO: "V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2017 DE LOCAÇÃO DO IMÓVEL SITUADO NA RUA GETÚLIO LUIZ FERNANDES, Nº 1.212, MEDINDO 90 MT², DESTINADO A INSTALAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO BELA VISTA".

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

LOCADOR: DÉBORA MACHADO DA LUZ.

ENDEREÇO: Rua Getulio Luiz Fernandes, Nº 1.212 - Bela Vista, Gravatal.

CPF: 019.540.769-59.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021.

Cláusula II - As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZARIO CANDIDO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2017 - DENISIA FERNANDES KINDERMANN - PMG

Publicação Nº 2795982

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

OBJETO: "V TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 06/2017 REFERENTE À LOCAÇÃO DO IMÓVEL MEDINDO 35,48 METROS QUADRADOS CONTENDO 2 (DUAS) SALAS, SITUADO NA RUA ENGENHEIRO ANNES GUALBERTO, S/N, CENTRO, GRAVATAL-SC, DESTINADO À UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL."

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

LOCADOR: DENISIA FERNANDES KINDERMANN.

CPF: 802.341.199-34

ENDEREÇO: Rua Engenheiro Annes Gualberto, nº 151 - Centro, Gravatal/SC.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 31/12/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste correrão a conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 10 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2018 - BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA - PMG

Publicação Nº 2795911

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018
TOMADA DE PREÇO N.º 02/2018

OBJETO: "V TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2018 PARA PAVIMENTAÇÃO A LAJOTA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE NA RUA ANGELO SIZENANDO PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE: Nº 1029449/2016 JUNTO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: BRANCO PEDRAS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP.

ENDEREÇO: Rod. Br. 101 KM 354, s/nº - Bairro Morro Azul, Jaguaruna/SC. CNPJ: 04.834.318/0001-29.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e nos termos do § 2º do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016 - SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS

Publicação Nº 2795918

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL
FUNDO DE SAÚDE

EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2016
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2016

OBJETO: "VI TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2016 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE MATERIAL

PARA ARMAZENAGEM COM COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SAÚDE GRUPOS A, B e E CONFORME RDC 306 DA ANVISA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL”.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CNPJ: 11.347.518/0001-12.

CONTRATADO: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS.

ENDEREÇO: Linha São Roque, Caixa Postal 77, Interior, Chapecó/SC.

CNPJ: 03.392.348/0001-60.

Cláusula I - Fica a presente avença prorrogada até o dia 30/05/2021, iniciando-se em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas resultantes deste aditivo correrão por conta da Dotação Orçamentária do exercício de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 3.1 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 09 de dezembro de 2020.

JAISON NAZÁRIO CANDIDO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2018 - PAVIMENTADORA ALFA LTDA - PMG

Publicação Nº 2795915

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 16/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2018

OBJETO: "VII TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2018 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA REALIZAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS COM ACESSIBILIDADE PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE: Nº 1029450/2016 JUNTO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, RUA: LUIZ PEDRO ONOFRE, ÁREA TOTAL DE 2.477,05M², QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA PAVIMENTADORA ALFA LTDA.”

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: PAVIMENTADORA ALFA LTDA

CNPJ Nº 03.823.578/0001-36.

ENDEREÇO: Rua Severiano Albino Correia, s/n – Bairro: Oficinas – Tubarão/SC

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal, a previsão contida na cláusula 5.3 do contrato aditado e o art.57, inciso VI, § 1º da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 23 de dezembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2018 - PMG

Publicação Nº 2795893

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2018

TOMADA DE PREÇO N.º 05/2018

OBJETO: "VIII TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2018 PARA CONSTRUÇÃO DE PORTAL COM SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO TRECHO GRAVATAL/BRAÇO DO NORTE PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1037094-69/2016 JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA”.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Juliano Lucchi, nº 134 – Área Industrial, Palhoça/SC.

CNPJ: 07.150.434/0001-17.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 5.1 do contrato aditado e nos termos do inciso VI, § 1º do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2016 - SERRANA ENGENHARIA LTDA - PMG

Publicação Nº 2795984

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

TOMADA DE PREÇO N.º 05/2016

OBJETO: "IX TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2016 PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO, REFERENTE À DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMICILIARES DESTE MUNICÍPIO".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

ENDEREÇO: Rua Ottokar Doerffel, 841, Bairro Atiradores, no município de Joinville /SC.

CNPJ: 83.073.536/0001-64.

Cláusula I – Fica a presente avença prorrogada até o dia 21/08/2021, iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II – As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula III - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 10 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2016 - RACLI LIMPEZA URBANA LTDA - PMG

Publicação Nº 2796027

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

TOMADA DE PREÇO N.º 05/2016

OBJETO: "IX TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2016 PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA QUE CONSISTEM EM COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA RACLI LIMPEZA URBANA LTDA".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: RACLI LIMPEZA URBANA LTDA.

ENDEREÇO: Rua Raymundo Pucher nº 322 – bairro São Luiz, na cidade de Criciúma/SC.

CNPJ: 26.093.870/0001-46.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo para execução dos serviços até o dia 21/08/2021, iniciando em 01/01/2021.

Cláusula II – O valor da tonelada para o exercício de 2021 será de R\$ 260,97/t Reais (Duzentos e sessenta Reais e noventa e sete centavos), com coleta prevista em 170 t/mês ficando o valor do contrato estimado em R\$ 354.919,20 (Trezentos e cinq-enta e quatro mil, novecentos e dezenove reais e vinte centavos), de acordo com o índice IGPDÍ dos últimos 12 meses o valor percentual de 24,2714%.

Cláusula III – As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária de 2021.

Cláusula IV - As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: Previsão contida na cláusula 2 do contrato aditado e nos termos do inciso II, do art. 57 e a cláusula 4.4 do contrato, art. 65 § 8º, da Lei Federal 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 14 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2018 - SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA - PMG

Publicação Nº 2795902

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 37/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2018
TOMADA DE PREÇO N.º 04/2018

OBJETO: "IX TERMO ADITIVO PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2018 PARA CONSTRUÇÃO DE PORTAL COM SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NO TRECHO GRAVATAL/TUBARÃO PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 1037050-42/2016 JUNTO AO MINISTÉRIO DO TURISMO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

ENDEREÇO: Rua Juliano Lucchi, nº 134 – Área Industrial, Palhoça/SC.

CNPJ: 07.150.434/0001-17.

Cláusula I – Fica aditivado o prazo de vigência do contrato até o dia 30/06/2021.

Cláusula II – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Fundamento Legal: a previsão contida na cláusula 5, Item 5.1 do contrato aditado e o art. 57, § 2º da Lei 8.666/93. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de dezembro de 2020.

Wanderlei Nazário Marega
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2795303

GRAVATAL, 07 DE JANEIRO DE 2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Vereador RAFAEL FERNANDES MACHADO, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 20, inciso III, especialmente o que dispõe a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do julgamento conclusivo exarado pela leiloeira, em ata do dia 21 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 01/2020, Pregão Presencial nº 01/2020, cujo objeto foi a aquisição de um veículo zero quilômetro, em virtude ter transcorrido o prazo de recurso para eventuais impugnações do resultado que declarou vencedora do certame a Empresa Sul Peças e Veículos Ltda (Fiat Duna), com o valor de R\$ 62.900,00 (sessenta e dois mil e novecentos reais).

Fica autorizado a secretaria da Câmara Municipal emitir a competente autorização de fornecimento.

Publique-se o presente Termo no Diário Oficial dos Municípios para que surta seus legais efeitos.

Câmara Municipal de Gravatal, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL FERNANDES MACHADO
Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 07 de janeiro de 2021.

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 08 E 09.2021 FMS

Publicação N° 2795513

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 08/2021

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO
EXTREMO OESTE

Valor : 19.759,68 (dezenove mil setecentos e cinq-enta e nove reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 1/2021

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2021. Contribuição mensal de R\$3,00 por habitante/mes, conforme Lei 3138/2018.

Contrato N°.: 09/2021

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO
EXTREMO OESTE

Valor : 341.176,36 (trezentos e quarenta e um mil cento e setenta e seis reais e trinta e seis centavos)

Vigência : Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 1/2021

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2021. Contribuição mensal de R\$3,00 por habitante/mes, conforme Lei 3138/2018.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 08.2021 FMS

Publicação N° 2795502

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 1/2021

PROCESSO N° 8/2021 HOMOLOGAÇÃO: 07/01/2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO COM OBJETIVO DE ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA, DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA PARA O ANO DE 2021. Contribuição mensal de R\$3,00 por habitante/mes, conforme Lei 3138/2018.

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO EXTREMO OESTE

VALOR DA DESPESA: R\$ 360.936,00 (trezentos e sessenta mil novecentos e trinta e seis reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XXVI da Lei de Licitações.

=====

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 49/2019 PMG

Publicação N° 2797183

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 49/2019 - PMG

Processo de Licitação: 91/2019 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO (PADRÃO FNDE) DA EMEF E PE IARO EUGENIO HANSCH.

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, bairro Centro, Guaramirim/SC, CEP 89.270-000.

Contratada: METAL BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.703.799/0001-12, com sede na Rodovia SC 350, nº 1860, fundos, galpão 02, bairro Barragem, em Taió - SC, CEP 89.190-000.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Sexta do Contrato Original.

O prazo de execução se estende até o dia 23 de junho de 2021.

Considerando a Cláusula Décima Oitava e em consequência ao disposto nos itens acima, o prazo de vigência do Contrato Original se estende até o dia 07 de agosto de 2021.

Data da assinatura: 20/11/2020

Vigência: Início: 08/01/2021 Término: 07/08/2021

Guaramirim (SC), 20 de novembro de 2020.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - 03/2021 PREF

Publicação N° 2795285

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N°. 04/2021

PROCESSO LICITATORIO N°. 63/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N°.39/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: TECHIO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresas para prestação de serviços na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais do Governo Municipal de Guarujá do Sul e prestação de serviços assessoramento na área de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

MUNICIPIO DE GUARUJA DO SUL – PREF

ITEM 1 - Serviços na elaboração e acompanhamento de projetos, planos e programas de captação de recursos junto aos órgãos da União, Estado, Fundos e Bancos Oficiais

VALOR R\$ 47.400,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR TOTAL: R\$ 865.920,00

ITEM 2 - Serviços de Assessoria e Consultoria na área de saúde, para manutenção e atualização dos programas de saúde e demais atividades de capacitação das Equipes da Saúde, na Unidade Básica de Saúde

VALOR TOTAL R\$ 48.000.00

VIGENCIA: 31/12/2021

Guarujá do Sul, SC, 07 de janeiro de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal

RGF 3QUA

Publicação Nº 2795000

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC - Poder Executivo
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL		LÍQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)												R\$	
		Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020		
DESPESAS COM PESSOAL (I)	Pessoal Ativo	833.722,37	874.801,93	930.024,56	931.934,69	837.180,38	852.270,53	1.071.440,29	832.612,73	877.367,73	832.397,00	861.658,40	1.369.197,28	11.105.007,89	0,00
	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	825.902,51	859.351,10	914.656,41	906.228,20	818.073,89	829.008,88	1.051.162,46	810.574,90	858.849,90	803.319,17	845.420,57	1.351.559,55	10.873.307,34	0,00
	Obrigações Patronais	690.366,83	701.035,83	762.457,42	759.835,91	665.926,05	681.334,23	903.733,77	663.288,63	708.631,72	657.477,11	691.561,37	1.081.563,85	8.968.202,72	0,00
	Benefícios Previdenciários	135.535,88	156.715,27	152.368,99	146.392,29	152.147,84	147.674,45	147.428,09	150.218,18	150.218,18	145.842,06	153.469,20	289.985,70	1.905.104,62	0,00
	Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aposentadorias, Reservas e Reformas	7.819,86	8.402,54	7.819,86	7.819,86	7.819,86	8.985,22	8.111,20	8.111,20	8.111,20	8.111,20	8.111,20	9.144,47	98.337,67	0,00
	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.337,67	0,00
	Despesas de pessoal decorrentes de terceiros ou contratação formal indireta § 1º do art. 18 da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesas NÃO COMPUTADAS § 1º do art. 19 da LRF (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM PESSOAL (II) = (I) + (II)		833.722,37	874.801,93	930.024,56	931.934,69	837.180,38	852.270,53	1.071.440,29	832.612,73	877.367,73	832.397,00	861.658,40	1.369.197,28	11.105.007,89	0,00
PURIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR												% SOBRE ARCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		23.775.187,50												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (Vi) 166 da CF (Vi)		520.302,82												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de iniciativa (art. 169, § 1º da CF) (Vii)		0,00												-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - Vi - Vii)		23.254.884,68												-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (II) + (III)		11.105.007,89												47,75	
LIMITE MÁXIMO (IX) (Índice I, II e III, art. 20 da LRF)		12.557.637,84												54,00	
LIMITE PRELIMINAR (X) = 0,95 x IX (parágrafo único do art. 22 da LRF)		11.929.755,95												51,30	
LIMITE DE ALERTA (XI) = 0,90 x IX (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		11.301.874,06												48,60	

GUARUJÁ DO SUL - 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR MESCHENHEU DEISEMIN FRANCO
Prefeito Municipal

Contador CRC 0281740-0

FOITE:



MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.992.999,90	2.262.651,97	5.362.363,05	5.726.121,66
Disponibilidade de Caixa	1.979.249,90	2.248.901,97	5.348.613,05	5.712.371,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.020.228,84	3.037.927,20	6.019.153,87	5.745.115,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	40.978,94	789.025,23	670.540,82	32.744,13
Demais Haveres Financeiros	13.750,00	13.750,00	13.750,00	13.750,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.992.999,90	-2.262.651,97	-5.362.363,05	-5.726.121,66
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.311.288,68	21.815.072,98	23.381.828,99	23.775.187,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	100.000,00	400.000,00	400.154,53	520.302,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	21.211.288,68	21.415.072,98	22.981.674,46	23.254.884,88
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-9,40%	-10,57%	-23,33%	-24,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	25.453.546,42	25.698.087,58	27.578.009,35	27.905.861,86
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	22.908.191,77	23.128.278,82	24.820.208,42	25.115.275,67
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	7.112,61	164.899,68	174.920,94	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	210.589,99	5.269.631,44	6.322.641,48	1.337.348,44
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	21.311.288,68	21.815.072,98	23.381.828,99	23.775.187,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	100.000,00	400.000,00	400.154,53	520.302,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	21.211.288,68	21.415.072,98	22.981.674,46	23.254.884,88
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.688.483,51	4.799.316,06	5.144.002,38	5.230.541,25
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.219.635,16	4.319.384,45	4.629.602,14	4.707.487,13

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 02/01/2021

 CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

 DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.775.187,50	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	520.302,62	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	23.254.884,88	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.720.781,58	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.348.703,42	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.627.841,94	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.857.918,23	0,00	32.744,13	20.948,10	0,00	0,00	2.804.226,00	129.191,86	0,00	2.475.034,14
Recursos Ordinários	2.815.051,51	0,00	28.499,50	0,00	0,00	0,00	2.586.552,01	129.191,86	0,00	2.457.360,15
Outros Recursos não Vinculados	42.866,72	0,00	4.244,63	20.948,10	0,00	0,00	17.673,99	0,00	0,00	17.673,99
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.087.197,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.087.197,56	1.187.208,48	0,00	1.899.989,08
Recalculas de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	26.975,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.975,99	0,00	0,00	26.975,99
Outros Recursos Vinculados à Educação	8.014,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.014,72	0,00	0,00	8.014,72
Recalculas de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	48.518,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.518,11	0,00	0,00	48.518,11
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Aterção de Bens/Ativos	24.163,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.163,84	0,00	0,00	24.163,84
Outros Recursos Vinculados	2.979.524,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.979.524,90	1.187.208,48	0,00	1.792.316,42
TOTAL (III) = (I + II)	5.745.115,79	0,00	32.744,13	20.948,10	0,00	0,00	5.691.423,56	1.316.400,34	0,00	4.375.023,22

GUARUJÁ DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		23.775.187,50	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		23.254.884,88	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		23.254.884,88	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		11.105.007,89	47,75
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		12.557.637,84	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		11.929.755,95	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>		11.301.874,06	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		-5.726.121,66	-24,62
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		27.905.861,86	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		5.230.541,25	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		3.804.030,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		1.664.263,13	7,00
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		1.316.400,34	4.375.023,22

FONTE:

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

RREO 6BIM

Publicação Nº 2794972

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.201.117,72	22.201.117,72	5.788.133,39	26,07	26.498.961,36	119,36	-4.297.843,64
RECEITAS CORRENTES	22.087.617,72	22.087.617,72	4.653.568,09	21,07	23.775.187,50	107,84	-1.687.569,78
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.944.050,00	1.944.050,00	465.229,66	23,93	1.913.364,30	98,42	30.685,70
IMPOSTOS	1.499.300,00	1.499.300,00	394.688,84	26,32	1.560.497,64	104,08	-61.197,64
TAXAS	364.750,00	364.750,00	70.590,82	19,34	352.866,66	96,74	11.883,34
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
CONTRIBUIÇÕES	350.000,00	350.000,00	49.030,50	14,01	287.944,58	82,27	62.055,42
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	350.000,00	350.000,00	49.030,50	14,01	287.944,58	82,27	62.055,42
RECEITA PATRIMONIAL	103.150,00	103.150,00	2.621,86	2,54	16.159,82	15,67	86.990,18
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	11.750,00	11.750,00	647,72	5,51	2.775,75	23,62	8.974,25
VALORES MOBILIÁRIOS	91.400,00	91.400,00	1.974,16	2,16	13.384,07	14,84	78.015,93
RECEITA DE SERVIÇOS	239.200,00	239.200,00	24.950,24	10,43	154.697,49	64,67	84.502,51
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	239.200,00	239.200,00	24.950,24	10,43	154.697,49	64,67	84.502,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.432.209,24	19.432.209,24	4.074.104,40	20,97	21.340.223,93	109,82	-1.908.014,69
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.129.777,24	9.129.777,24	2.065.156,06	22,62	10.949.281,48	119,93	-1.819.504,24
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.702.432,00	6.702.432,00	1.367.593,05	20,40	6.982.871,44	104,18	-280.439,44
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.600.000,00	3.600.000,00	641.355,29	17,82	3.408.071,01	94,67	191.928,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.008,48	19.008,48	37.631,41	197,97	62.797,38	330,37	-43.788,90
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	8.710,10	0,00	-8.710,10
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	15.100,00	15.100,00	35.853,89	237,44	41.394,73	274,14	-26.294,73
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00	5.842,74	0,00	-5.842,74
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	3.908,48	3.908,48	1.777,52	45,48	6.849,81	175,26	-2.941,33
RECEITAS DE CAPITAL	113.500,00	113.500,00	1.134.565,30	995,62	2.723.773,86	2.399,80	-2.610.273,86
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	11.974,20	11,97	88.025,80
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	11.974,20	0,00	-11.974,20
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.500,00	13.500,00	1.134.565,30	8.404,19	2.711.799,66	20.087,40	-2.698.299,66
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	946.300,00	0,00	1.733.313,74	0,00	-1.733.313,74
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	13.500,00	13.500,00	188.265,30	1,394,56	97.485,92	7.248,04	-964.985,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.201.117,72	22.201.117,72	5.788.133,39	26,07	26.498.961,36	119,36	-4.297.843,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	22.201.117,72	22.201.117,72	5.788.133,39	26,07	26.498.961,36	119,36	-4.297.843,64
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	22.201.117,72	22.201.117,72	5.788.133,39	26,07	26.498.961,36	119,36	-4.297.843,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	6.111.318,92	4.771.520,38	22.569.744,46	7.427.719,26	22.537.000,33	1.316.400,34
DESPESAS CORRENTES	20.591.247,31	24.687.545,61	1.810.446,27	20.117.727,79	4.569.817,82	4.180.444,37	20.031.317,37	4.656.228,24	19.998.573,24	86.410,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.763.766,48	13.205.228,31	2.344.685,72	11.708.104,37	1.496.123,94	2.355.324,72	11.708.104,37	1.496.123,94	11.708.104,37	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.827.480,83	11.482.317,30	534.239,45	8.408.623,42	3.073.693,88	1.825.119,65	8.322.213,00	3.160.104,30	8.289.468,87	86.410,42
DESPESAS DE CAPITAL	1.589.870,41	5.289.918,11	-246.794,29	3.768.417,01	1.521.501,10	591.076,01	2.538.427,09	2.751.491,02	2.538.427,09	1.229.989,92
INVESTIMENTOS	1.589.870,41	5.289.918,11	-246.794,29	3.768.417,01	1.521.501,10	591.076,01	2.538.427,09	2.751.491,02	2.538.427,09	1.229.989,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	6.111.318,92	4.771.520,38	22.569.744,46	7.427.719,26	22.537.000,33	1.316.400,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	6.111.318,92	4.771.520,38	22.569.744,46	7.427.719,26	22.537.000,33	1.316.400,34
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	2.612.816,56	—	—	3.929.216,90	—	3.961.961,03	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	26.498.961,36	—	4.771.520,38	26.498.961,36	—	26.498.961,36	1.316.400,34
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.929.216,90

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis	102.000,00	12.105,67				89.894,33	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	100.000,00	0,00				100.000,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	11.974,20				-11.974,20	
	2.000,00	131,47				1.868,53	
DESPESAS							
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital	221.930,62	100.715,44	100.715,44	100.715,44	0,00	121.215,18	
Investimentos	221.930,62	100.715,44	100.715,44	100.715,44	0,00	121.215,18	
	221.930,62	100.715,44	100.715,44	100.715,44	0,00	121.215,18	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (b - (II + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIij)	
Valor(III)							
	134.339,90	-88.609,77				45.730,13	
FONTE:							

GUARUJÁ DO SUL , 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito MunicipalDEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				1.499.300,00	1.499.300,00	1.560.497,64	104,08
Recella Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				430.800,00	430.800,00	385.269,62	89,43
IPTU				379.500,00	379.500,00	329.131,55	86,73
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU				51.300,00	51.300,00	56.138,07	109,43
Recella Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				250.000,00	250.000,00	232.151,75	92,86
ITBI				250.000,00	250.000,00	232.151,75	92,86
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI				0,00	0,00	0,00	0,00
Recella Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				398.500,00	398.500,00	452.827,70	113,63
ISS				391.500,00	391.500,00	439.249,37	112,20
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS				7.000,00	7.000,00	13.578,33	193,98
Recella Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF				420.000,00	420.000,00	490.248,57	116,73
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				16.186.500,00	16.186.500,00	14.426.666,49	89,13
Cota-Parte FPM				8.170.000,00	8.170.000,00	7.046.317,58	86,25
Cota-Parte ITR				5.500,00	5.500,00	6.868,75	124,89
Cota-Parte IPVA				650.000,00	650.000,00	617.852,99	95,05
Cota-Parte ICMS				7.280.000,00	7.280.000,00	6.663.676,41	91,53
Cota-Parte IPI-Exportação				80.000,00	80.000,00	91.950,76	114,94
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/86)				1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II				17.685.800,00	17.685.800,00	15.987.164,13	90,40
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	%(d/c)*100	Até Bimestre (f)	%(f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.766.409,28	3.594.416,60	2.864.225,96	79,69	2.859.981,33	79,57	0,00
Despesas Correntes	3.586.989,28	3.402.416,60	2.690.225,96	79,07	2.685.981,33	78,94	0,00
Despesas de Capital	179.420,00	192.000,00	174.000,00	90,63	174.000,00	90,63	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	178.058,80	178.058,80	74.999,02	42,12	74.999,02	42,12	0,00
Despesas Correntes	178.058,80	178.058,80	74.999,02	42,12	74.999,02	42,12	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.946.468,08	3.774.475,40	2.939.224,98	77,87	2.939.224,98	77,87	2.934.980,35	77,76	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			2.939.224,98		2.939.224,98		2.934.980,35		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00		
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			2.939.224,98		2.939.224,98		2.934.980,35		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							2.398.074,62		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			541.150,36		541.150,36		-		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			0,00		-		-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			18,38		18,38		-		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)* (F - h - (i ou j))	
		Empenhadas (i)	Liquidadaas (j)		Pagas (k)
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIc)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (iv)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)	PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
	0,00			0,00			0,00		0,00	
	0,00			0,00			0,00		0,00	
	0,00			0,00			0,00		0,00	
0,00			0,00			0,00		0,00		
0,00			0,00			0,00		0,00		
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO O DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)				0,00			0,00			0,00

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.289.563,64	3.988.733,39	3.228.728,23	80,95	3.102.055,23	77,77	3.102.055,23	77,77	126.673,00
Despesas Correntes	1.278.613,64	3.687.317,54	2.947.060,23	79,92	2.947.060,23	79,92	2.947.060,23	79,92	0,00
Despesas de Capital	10.950,00	301.415,85	281.668,00	93,45	154.995,00	51,42	154.995,00	51,42	126.673,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	28.300,00	38.315,82	17.786,08	46,42	17.786,08	46,42	17.786,08	46,42	0,00
Despesas Correntes	25.800,00	35.815,82	17.786,08	49,66	17.786,08	49,66	17.786,08	49,66	0,00
Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	23.513,38	45.712,72	34.996,37	76,56	34.996,37	76,56	34.996,37	76,56	0,00
Despesas Correntes	23.013,38	45.212,72	34.996,37	77,40	34.996,37	77,40	34.996,37	77,40	0,00
Despesas de Capital	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.341.377,02	4.072.761,93	3.281.510,68	80,57	3.154.837,68	77,46	3.154.837,68	77,46	126.673,00

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	5.073.124,04	7.600.301,11	6.110.105,31	80,39	5.983.432,31	78,73	5.979.187,68	78,67	126.673,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	206.358,80	216.374,62	92.785,10	42,88	92.785,10	42,88	92.785,10	42,88	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	25.513,38	47.712,72	34.996,37	73,35	34.996,37	73,35	34.996,37	73,35	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	5.304.996,22	7.864.388,45	6.237.886,78	79,32	6.111.213,78	77,71	6.106.969,15	77,65	126.673,00
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	5.304.996,22	7.864.388,45	6.237.886,78	79,32	6.111.213,78	77,71	6.106.969,15	77,65	126.673,00

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÃO DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PRÉO - Anexo 13 (Lei nº 11.079 de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Ano o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões de PPP	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Provisões	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Concedidas	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contribuintes (I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contrair (I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contrair (II.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	23.775.187,50	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (V) = (I) / (IV)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARUJÃO DO SUL - 02/12/2021	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

CLAUDIO JUNIOR MESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Controlador CRC 028.1740-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			22.201.117,72	
Previsão Atualizada			22.201.117,72	
Receitas Realizadas			26.498.961,36	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			22.201.117,72	
Créditos Adicionais			7.796.346,00	
Dotação Atualizada			29.997.463,72	
Despesas Empenhadas			23.886.144,80	
Despesas Liquidadas			22.569.744,46	
Despesas pagas			22.537.000,33	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			1.316.400,34	
Superavit Orçamentário			3.929.216,90	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			23.886.144,80	
Liquidadas			22.569.744,46	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			1.316.400,34	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			23.775.187,50	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			23.254.884,88	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			23.254.884,88	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			1.437.392,86	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			1.437.392,86	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	3.731.999,56	0,00
Resultado Primário		0,00	3.718.615,49	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	210.589,99	659,36	188.982,53	20.948,10
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	210.589,99	659,36	188.982,53	20.948,10
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	40.978,94	0,00	40.978,94	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	40.978,94	0,00	40.978,94	0,00
TOTAL:	251.568,93	659,36	229.961,47	20.948,10

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.313.977,12	25%	13,92
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.501.353,91	60%	44,04
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			3.768.417,01	1.521.501,10
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			12.105,67	89.894,33
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			100.715,44	121.215,18
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.939.224,98	15,00	18,38
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
 Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre		
				(b/Total b)			(d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	100,00	4.771.520,38	22.569.744,46	7.427.719,26	1.316.400,34
Legislativa	1.020.000,00	1.020.000,00	154.903,89	733.275,13	3,07	160.883,36	733.275,13	286.724,87	0,00
Ação Legislativa	1.020.000,00	1.020.000,00	154.903,89	733.275,13	3,07	160.883,36	733.275,13	286.724,87	0,00
Administração	2.077.891,74	2.098.194,38	136.356,90	1.850.703,35	7,75	396.295,12	1.846.619,42	209.574,92	2.083,93
Administração Geral	1.1.017.519,50	1.094.624,19	76.931,51	981.284,26	4,11	218.512,83	979.200,33	115.423,86	2.083,93
Administração Financeira	855.337,94	845.671,14	100.206,27	768.587,24	3,22	157.131,58	768.587,24	77.083,90	0,00
Controle Interno	115.034,30	117.899,05	19.221,12	100.831,85	0,42	20.650,71	100.831,85	17.067,20	0,00
Segurança Pública	50.700,00	103.199,37	17.313,51	77.847,26	0,33	26.175,50	77.847,26	25.352,11	0,00
Policiamento	35.700,00	88.199,37	17.313,51	77.847,26	0,33	26.175,50	77.847,26	25.352,11	0,00
Defesa Civil	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Assistência Social	1.551.114,35	1.713.977,00	-606,19	1.309.818,29	5,48	283.153,80	1.300.487,73	413.489,27	9.330,56
Assistência ao Idoso	183.223,52	158.776,59	-5.819,65	106.353,89	0,45	25.196,40	100.438,49	58.338,10	5.915,40
Assistência ao Portador de Deficiência	110.000,00	99.400,00	0,00	99.323,50	0,42	28.000,00	99.323,50	76,50	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	164.840,18	175.807,49	22.842,54	158.376,77	0,66	36.851,08	158.376,77	17.430,72	0,00
Assistência Comunitária	1.093.050,65	1.279.992,92	-17.632,08	945.764,13	3,96	193.106,32	942.348,97	337.643,95	3.415,16
Saúde	5.304.996,22	7.864.388,45	565.860,76	6.237.886,78	26,12	1.192.433,04	6.111.213,78	1.753.174,67	126.673,00
Atenção Básica	5.073.124,04	7.600.301,11	577.429,41	6.110.105,31	25,58	1.184.363,49	5.963.432,31	1.616.866,80	126.673,00
Vigilância Sanitária	206.398,80	216.374,62	-3739,66	92.785,10	0,39	5.780,51	92.785,10	123.589,52	0,00
Vigilância Epidemiológica	25.513,38	47.712,72	-7.826,99	34.996,37	0,15	2.289,04	34.996,37	12.716,35	0,00
Educação	6.146.535,72	6.734.428,84	480.673,62	5.306.329,40	22,22	1.018.401,31	5.306.329,40	1.428.100,44	0,00
Alimentação e Nutrição	219.018,00	230.946,94	-66.933,50	81.038,20	0,34	42.095,55	81.038,20	149.910,74	0,00
E ensino Fundamental	3.784.385,53	4.218.683,77	192.856,82	3.188.120,36	13,35	595.095,62	3.188.120,36	1.030.953,41	0,00
Educação Infantil	2.163.132,19	2.284.797,13	354.756,30	2.037.170,84	8,53	381.210,14	2.037.170,84	247.626,29	0,00
Cultura	201.000,00	266.794,38	82.250,22	131.858,79	0,55	134.935,59	131.858,79	134.935,59	0,00
Diffusão Cultural	201.000,00	266.794,38	82.250,22	131.858,79	0,55	134.935,59	131.858,79	134.935,59	0,00
Urbanismo	1.700.500,00	5.304.671,84	-258.917,56	3.763.360,30	15,84	721.466,68	2.805.047,45	2.699.624,39	1.178.312,85
Infra-Estrutura Urbana	698.000,00	3.662.351,55	-230.696,29	2.806.281,58	11,75	486.229,23	1.706.310,66	1.956.040,89	1.099.970,92
Serviços Urbanos	1.002.500,00	1.642.320,29	-28.221,27	977.078,72	4,09	235.237,45	898.736,79	743.593,50	78.341,93
Habituação	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
Habituação Urbana	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
Saneamento	32.000,00	83.450,89	0,00	68.670,80	0,29	0,00	68.670,80	14.780,09	0,00
Saneamento Básico Rural	27.000,00	78.450,89	0,00	68.670,80	0,29	0,00	68.670,80	9.780,09	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Gestão Ambiental	26.772,00	26.772,00	0,00	26.119,44	0,11	4.353,24	26.119,44	652,56	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	26.772,00	26.772,00	0,00	26.119,44	0,11	4.353,24	26.119,44	652,56	0,00
Agricultura	1.240.285,80	1.672.558,07	144.669,74	1.580.390,29	6,62	261.498,73	1.580.390,29	92.167,78	0,00
Extensão Rural	1.235.285,80	1.667.558,07	144.669,74	1.580.390,29	6,62	261.498,73	1.580.390,29	87.167,78	0,00
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Indústria	64.500,00	64.500,00	-536,44	31.210,15	0,13	9.253,56	31.210,15	33.289,85	0,00
Promoção Industrial	64.500,00	64.500,00	-536,44	31.210,15	0,13	9.253,56	31.210,15	33.289,85	0,00
Comunicações	195.500,00	226.500,00	779,75	215.345,41	0,90	55.278,74	215.345,41	11.154,59	0,00
Telecomunicações	195.500,00	226.500,00	779,75	215.345,41	0,90	55.278,74	215.345,41	11.154,59	0,00
Transporte	1.983.201,80	2.260.546,06	263.137,35	2.154.009,97	9,02	453.034,91	2.154.009,97	106.536,09	0,00
Transporte Rodoviário	1.983.201,80	2.260.546,06	263.137,35	2.154.009,97	9,02	453.034,91	2.154.009,97	106.536,09	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	6.111.318,92	4.771.520,38	22.566.744,46	7.427.719,26	1.316.400,34
Desporto e Lazer	247.420,09	232.420,09	-80.208,87	100.671,24	131.748,85	11.590,30	100.671,24	131.748,85	0,00
Desporto Comunitário	242.420,09	227.420,09	-80.208,87	100.671,24	126.748,85	11.590,30	100.671,24	126.748,85	0,00
Lazer	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Encargos Especiais	306.700,00	313.061,35	-1.832,70	278.648,20	34.413,15	59.576,29	278.648,20	34.413,15	0,00
Outros Encargos Especiais	306.700,00	313.061,35	-1.832,70	278.648,20	34.413,15	59.576,29	278.648,20	34.413,15	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.201.117,72	29.997.463,72	1.563.651,98	23.886.144,80	6.111.318,92	4.771.520,38	22.566.744,46	7.427.719,26	1.316.400,34
FONTE									

GUARUJA DO SUL , 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020	
ESPECIFICAÇÃO		Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.866.483,06	2.188.131,15	1.808.781,74	1.946.539,12	1.836.325,80	2.522.147,78	2.532.563,47	2.806.015,39	2.182.732,51	2.151.122,54	2.195.725,42	3.014.339,07	26.660.937,05	25.323.517,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		52.325,81	105.429,34	78.407,72	76.949,64	77.051,52	189.037,34	348.666,71	146.003,35	172.566,44	172.566,44	163.999,67	301.229,99	1.913.364,30	1.944.050,00
I.P.T.U.		3.753,77	5.766,07	4.975,97	3.866,79	5.142,88	61.463,51	165.199,21	31.846,50	34.701,59	34.701,59	27.783,07	8.328,33	385.299,62	430.000,00
I.R.R.F.		0,00	27.766,31	42.246,69	33.737,38	33.737,38	35.720,45	37.721,65	39.964,88	39.138,45	39.138,45	38.522,22	126.213,26	490.248,57	430.000,00
I.S.S.		26.979,06	25.645,46	22.176,83	23.422,46	23.802,88	22.004,76	44.361,77	34.661,77	75.923,98	42.639,26	48.958,73	62.292,70	398.500,00	420.000,00
I.T.B.I.		11.567,71	28.032,00	1.200,00	10.305,20	9.295,20	14.864,47	42.140,00	7.540,00	24.256,94	38.297,70	27.620,53	54.980,00	232.151,75	250.000,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		10.025,27	16.199,50	7.800,23	5.617,81	8.389,53	54.962,15	97.204,04	33.028,20	27.646,46	19.424,83	21.115,12	48.445,70	352.866,06	444.150,00
Contribuições		23.954,59	21.781,16	23.959,46	22.508,28	23.563,52	23.683,74	28.015,31	24.453,53	24.085,54	23.459,95	24.332,00	28.944,58	330.000,00	330.000,00
Recita Patrimonial		2.891,45	2.030,47	1.989,30	1.168,57	999,09	1.178,61	1.266,72	715,90	740,32	558,51	1.104,40	1.517,48	16.159,82	103.150,00
Outras Recitas Patrimoniais		740,99	290,79	352,66	259,73	123,74	0,00	0,00	0,00	216,80	144,32	376,48	271,24	2.775,75	11.750,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		2.150,46	1.739,68	1.536,64	908,84	875,35	1.178,61	1.266,72	715,90	524,32	414,19	727,92	1.246,24	13.384,07	91.400,00
Recita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços		11.317,50	30.395,71	15.799,87	3.966,76	13.145,21	15.398,97	9.587,96	12.506,42	10.688,41	6.950,44	9.178,17	15.772,07	154.687,46	239.200,00
Transferências Correntes		1.775.079,05	2.037.514,23	1.686.711,31	1.835.051,17	1.520.211,51	2.292.310,05	2.144.417,74	2.413.120,30	1.944.538,16	1.946.402,16	1.961.647,49	2.669.973,31	24.225.973,48	22.688.509,24
Cota-Parte de FPM.		646.958,94	933.381,83	545.774,19	534.979,53	558.932,49	455.001,03	784.375,24	498.250,06	401.348,03	540.052,44	715.798,61	1.067.311,01	7.681.167,40	8.870.000,00
Cota-Parte do ICMS.		631.004,63	607.357,47	570.552,18	434.491,66	394.922,80	448.404,58	542.634,06	557.851,17	589.917,79	630.041,02	575.956,25	676.592,80	6.963.676,41	7.290.000,00
Cota-Parte do PVA.		47.702,60	34.357,94	51.929,23	55.847,31	59.552,92	77.647,77	83.055,75	57.946,09	60.532,41	51.989,26	26.696,47	10.569,11	617.852,99	650.000,00
Cota-Parte do ITR.		0,00	13,90	0,00	0,00	196,33	0,00	68,96	374,36	1.701,73	3.977,78	461,25	56,44	6.868,75	5.500,00
Outras Transferências Correntes		134.040,64	139.091,59	218.032,94	574.220,90	278.316,38	1.071.825,00	462.144,61	1.009.495,17	595.024,47	394.597,58	327.006,92	562.397,96	5.756.386,16	2.182.009,24
Transferências da LC 87/1995		6.996,74	7.135,98	6.955,47	5.909,94	5.892,56	5.299,09	6.365,72	7.362,07	8.647,83	9.896,87	10.848,71	11.409,98	91.950,76	80.000,00
Transferências do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Correntes		309.775,50	316.175,52	293.837,30	229.575,70	222.396,03	234.132,58	275.772,40	281.837,38	287.366,10	316.847,21	300.909,28	340.446,01	3.408.071,01	3.600.000,00
DEDUÇÕES (II)		266.252,35	316.445,24	235.315,07	206.299,71	203.972,82	197.270,28	219.746,74	224.397,35	212.429,31	247.191,28	266.746,10	288.770,30	2.885.749,55	3.237.300,00
Dedução da Recita Para Formação do FUNDEB		266.252,35	316.445,24	235.315,07	206.299,71	203.972,82	197.270,28	219.746,74	224.397,35	212.429,31	247.191,28	266.746,10	288.770,30	2.885.749,55	3.237.300,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)		1.600.240,71	1.881.681,91	1.573.466,67	1.740.289,41	1.432.352,98	2.324.877,50	2.312.816,73	2.381.658,04	1.970.303,20	1.903.931,26	1.928.979,32	2.724.568,77	23.775.197,50	22.086.817,72
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF) (IV).		0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	3,94	81,83	68,76	58,13	39,91	24,61	220.035,44	520.302,62	500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (V) = (III) - (IV):		1.600.240,71	1.881.681,91	1.573.466,67	1.440.289,41	1.432.352,98	2.324.873,56	2.312.734,90	2.381.589,28	1.970.245,07	1.903.891,35	1.928.954,71	2.504.563,33	23.254.894,88	22.086.117,72
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 § 1º, da CF) (V):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V) - (V):		1.600.240,71	1.881.681,91	1.573.466,67	1.440.289,41	1.432.352,98	2.324.873,56	2.312.734,90	2.381.589,28	1.970.245,07	1.903.891,35	1.928.954,71	2.504.563,33	23.254.894,88	22.086.817,72
FONTE:															
GUARUJÁ DO SUL - 02/01/2021															
CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER Prefeito Municipal															
DEISI CEMIN FRANCO Contador CRC 0281740-0															



Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020 BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recetta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial				
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços				
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	1.437.392,86	133.714,28
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	1.437.392,86	133.714,28
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	1.437.392,86	133.714,28

Continua 1/3

Contín

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V):	0,00	0,00	1.437.392,86	133.714,28	1.437.392,86	133.714,28	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Valor								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2020		2019			
Caixa e equivalentes de caixa					0,00			0,00
Investimentos e Aplicações					0,00			0,00
Outros Bens e Direitos					0,00			0,00

Continua 2/3

Contir

Fonte:

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFEL DEISI CEMIN FRANCO
 Contador CRC 028174/O-0
 Prefeito Municipal

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Out 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.979.249,90	4.871.676,41	5.712.371,66
Disponibilidade de Caixa	1.979.249,90	4.871.676,41	5.712.371,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.020.228,84	5.545.487,80	5.745.115,79
(-) Restos a Pagar Processados (Exceeto Precatórios)	40.978,94	673.811,39	32.744,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Dez 2020 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	22.087.617,72	23.775.187,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.944.050,00	1.913.364,30
I.P.T.U.	430.800,00	385.269,62
I.S.S.	398.500,00	452.827,70
I.T.B.I.	250.000,00	232.151,75
I.R.R.F.	420.000,00	490.248,57
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	444.750,00	352.866,66
Contribuições	350.000,00	287.944,58
Receita Patrimonial	103.150,00	16.159,82
Aplicações Financeiras (II)	91.400,00	13.384,07
Outras Receitas Patrimoniais	11.750,00	2.775,75
Transferências Correntes	19.432.209,24	21.340.223,93
Cota-Parte do FPM	7.236.000,00	6.271.904,21
Cota-Parte do ICMS	5.824.000,00	5.330.942,23
Cota-Parte do IPVA	520.000,00	493.864,70
Cota-Parte do ITR	4.400,00	5.495,03
Transferências da LC 87/1995	800,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	64.000,00	73.560,59
Transferências do FUNDEB	3.600.000,00	3.408.071,01
Outras Transferências Correntes	2.183.009,24	5.756.386,16
Demais Receitas Correntes	258.208,48	217.494,87
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	258.208,48	217.494,87
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	21.996.217,72	23.761.803,43
RECEITAS DE CAPITAL (V)	113.500,00	2.723.773,86
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	100.000,00	11.974,20
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Outras Alienações de Bens	100.000,00	11.974,20
Transferências de Capital	13.500,00	2.711.799,66
Convênios	13.500,00	1.735.354,54
Outras Transferências de Capital	0,00	976.445,12
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	113.500,00	2.723.773,86
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	22.109.717,72	26.485.577,29

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
DESPESAS CORRENTES (XII)	24.687.545,61	20.117.727,79	20.031.317,37	19.998.573,24	40.978,94
Pessoal e Encargos Sociais	13.205.228,31	11.709.104,37	11.709.104,37	11.709.104,37	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.482.317,30	8.408.623,42	8.322.213,00	8.289.468,87	40.978,94
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	11.482.317,30	8.408.623,42	8.322.213,00	8.289.468,87	40.978,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	24.687.545,61	20.117.727,79	20.031.317,37	19.998.573,24	40.978,94
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.289.918,11	3.768.417,01	2.538.427,09	2.538.427,09	0,00
Investimentos	5.289.918,11	3.768.417,01	2.538.427,09	2.538.427,09	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	5.289.918,11	3.768.417,01	2.538.427,09	2.538.427,09	0,00
					187.435,67
					187.435,67

Continua 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	29.997.463,72	23.886.144,80	22.569.744,46	22.537.000,33	40.978,94	188.982,53	188.982,53
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		3.718.615,49					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		13.384,07					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.731.999,56					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-91.400,00					
ABAIXO DA LINHA		SALDO					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2019(a)		Até o Bimestre/2020(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00			
DEDUÇÕES (XXIX)		1.992.999,90		5.726.121,66			
Disponibilidade de Caixa		1.979.249,90		5.712.371,66			
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.020.228,84		5.745.115,79			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		40.978,94		32.744,13			
Demais Haveres Financeiros		13.750,00		13.750,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-1.992.999,90		-5.726.121,66			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		3.733.121,76					

Continua 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)		8.234,81
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		3.724.886,95
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		3.711.502,88
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS							RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (h+j) - (i)	L = (e+k)	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)														
EXECUTIVO														
ADMINISTRAÇÃO DIRETA														
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - EMF														
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.														
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO														
SECRETARIA DA AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE I														
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA														
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT														
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS														
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)														
TOTAL (III) = (I + II):														
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,53	659,36	20.948,10	20.948,10	
		0,00	40.978,94	40.978,94	0,00	0,00	0,00	210.589,99	188.982,53	188.982,				

GUARUJÁ DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR MESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 02817/40-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.499.300,00	1.499.300,00	1.560.497,64	104,08
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	430.800,00	430.800,00	385.269,62	89,43
1.1.1- IPTU	379.500,00	379.500,00	329.131,55	86,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	51.300,00	51.300,00	56.138,07	109,43
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	250.000,00	250.000,00	232.151,75	92,86
1.2.1- ITBI	250.000,00	250.000,00	232.151,75	92,86
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	398.500,00	398.500,00	452.627,70	113,63
1.3.1- ISS	391.500,00	391.500,00	439.249,37	112,20
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	7.000,00	7.000,00	13.578,33	193,98
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	490.248,57	116,73
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.886.500,00	16.886.500,00	15.061.516,31	89,19
2.1- Cota-Parte FPM	8.870.000,00	8.870.000,00	7.681.167,40	86,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.170.000,00	8.170.000,00	7.046.317,58	86,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	350.000,00	350.000,00	317.086,89	90,60
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	350.000,00	350.000,00	317.762,93	90,79
2.2- Cota-Parte ICMS	7.280.000,00	7.280.000,00	6.663.676,41	91,53
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	91.950,76	114,94
2.5- Cota-Parte ITR	5.500,00	5.500,00	6.868,75	124,89
2.6- Cota-Parte IPVA	650.000,00	650.000,00	617.852,99	95,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.385.800,00	18.385.800,00	16.622.013,95	90,41

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	32.000,00	32.000,00	17.682,88	55,26
6.1- Transferências de Convênios	32.000,00	32.000,00	17.682,88	55,26
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	591.327,10	591.327,10	595.366,22	100,68
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	623.327,10	623.327,10	613.049,10	98,35

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.237.300,00	3.237.300,00	2.885.749,55	89,14
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.634.000,00	1.634.000,00	1.409.263,19	86,25
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.456.000,00	1.456.000,00	1.332.734,18	91,53
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	200,00	200,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	18.390,17	114,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.100,00	1.100,00	1.373,72	124,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	130.000,00	130.000,00	123.988,29	95,38
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.610.000,00	3.610.000,00	3.408.691,87	94,42
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.600.000,00	3.600.000,00	3.408.071,01	94,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	620,86	6,21
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	362.700,00	362.700,00	522.321,46	144,01

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.166.000,00	3.218.521,62	3.126.158,01	97,13	3.126.158,01	97,13	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.586.000,00	1.638.521,62	1.624.804,10	99,16	1.624.804,10	99,16	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	580.000,00	1.580.000,00	1.501.353,91	95,02	1.501.353,91	95,02	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.444.000,00	413.143,32	277.222,81	67,10	277.222,81	67,10	0,00
14.1- Com Educação Infantil	98.000,00	67.143,32	55.670,50	82,91	55.670,50	82,91	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.346.000,00	346.000,00	221.552,31	64,03	221.552,31	64,03	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.610.000,00	3.631.664,94	3.403.380,82	93,71	3.403.380,82	93,71	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							21.664,94
17.1 - FUNDEB 60%							21.664,94
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							21.664,94
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.381.715,88
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							91,08
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							8,13
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,79
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							21.664,94
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.158.132,19	2.279.797,13	2.037.170,84	89,36	2.037.170,84	89,36	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.160.848,01	3.505.848,01	2.842.488,54	81,08	2.842.488,54	81,08	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.926.000,00	1.926.000,00	1.722.906,22	89,46	1.722.906,22	89,46	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.234.848,01	1.579.848,01	1.119.582,32	70,87	1.119.582,32	70,87	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.318.980,20	5.785.645,14	4.879.659,38	84,34	4.879.659,38	84,34	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							522.321,46
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							522.321,46
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							4.357.337,92
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							26,21

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.500,00	452.795,17	183.794,75	40,59	183.794,75	40,59	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	70.309,10	76.286,07	16.027,59	21,01	16.027,59	21,01	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	430.809,10	529.081,24	199.822,34	37,77	199.822,34	37,77	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	5.749.789,30	6.314.726,38	5.079.481,72	80,44	5.079.481,72	80,44	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
Entidade: MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - PREFEITURA

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.408.071,01	0,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.403.380,82	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		3.403.380,82	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		620,86	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		5.311,05	0,00
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1.(+) Retenções		0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		5.311,05	0,00

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	5.289.918,11	3.768.417,01	1.521.501,10
Investimentos	5.289.918,11	3.768.417,01	1.521.501,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.289.918,11	3.768.417,01	1.521.501,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	5.289.918,11	3.768.417,01	1.521.501,10

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL, 02/01/2021

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4324/2020

Publicação Nº 2796606

DECRETO Nº 4324/2020.

REGULAMENTA A MODALIDADE PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei no. 8.666/93, na Lei nº 10.520/2002, e suas posteriores alterações, no Decreto Federal nº 10.024/2019 e na Instrução Normativa nº 206/2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentada, na forma disposta neste Decreto e em seus Anexos I e II, a modalidade pregão, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Herval d'Oeste (SC).

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º. Os contratos celebrados pelo Município, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º. A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º. Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º. Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º. A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 8º. À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I – aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;
- II – designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- III – decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- IV – adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- V – homologar o resultado da licitação; e
- VI – promover a celebração do contrato.

Art. 9º. A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

- I – previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- II – designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- III – elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem o procedimentos e a minuta do contrato, quando for o caso.

Parágrafo único. As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.

Art. 10. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição que reúna perfil adequados, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I – coordenar o processo licitatório;
- II – elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade Competente;
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- IV – conduzir a sessão pública;

V – verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII – indicar o vencedor do certame;

VIII – adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

IX – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X – encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação, nos termos da legislação licitatória vigente.

II – do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III – do edital constarão todos os elementos definidos na forma do artigo 40, da Lei 8.666/93;

IV – o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados enviarem suas propostas;

V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento;

VI – encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

VII – constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor;

VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

X - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XI - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

XII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XV – se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14. A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

II – Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III – Certidão negativa ou Positiva com efeitos de negativa para com as Fazenda Nacional, Estaduais e Municipal, quando for o caso;

§ 1º O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômica-financeira, nos termos do artigo 27 a 31, da Lei 8.666/93.

§ 2º O licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do Município ou daqueles aceito pelo edital poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º Os documentos que não constarem do Certificado de Registro Cadastral da licitante deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos da legislação licitatória vigente.

§ 4º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante a União;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e será nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49, da Lei 8.666/93.

Art. 19. Até dois dias úteis da data fixada para o término do recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

Art. 20. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22. O Município publicará, no Diário Oficial respectivo, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8.666/93.

Art. 23. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - planilhas de custo, quando for o caso;

II - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

III - autorização de abertura da licitação;

IV - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

V - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VI - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VII - parecer jurídico;

VIII - documentação exigida para a habilitação;

IX - ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

X - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24. Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II deste Decreto.

Art. 25. Compete a Secretaria de Administração e Finanças estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2577/2009.

Herval d'Oeste (SC), 25 de novembro de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL NA FORMA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 206 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Art. 1º. Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º. A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I – no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei.

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao pregoeiro os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro

classificará as melhores propostas subseq-entes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seq-encial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais;

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será solicitado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

XI - os documentos a que se referem o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório;

XII - os atos posteriores serão em consonância com o disposto no artigo 13, inciso VI a XV deste Decreto.

Art. 3º. A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

ANEXO II

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019

Art. 1º. Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º. Para efeito deste Anexo considera-se:

I - Plataforma de Compras: portal de compras municipais, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação.

II - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico da Plataforma de Compras.

Art. 3º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios, através da Plataforma de Compras, para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. Serão previamente credenciados perante a Plataforma de Compras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao Cidade Compras.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante da Plataforma de Compras.

§ 3º A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se na Plataforma de Compras para certames promovidos por órgãos ou entidades pertencentes ao Município, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado na Plataforma de Compras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º. A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com a Plataforma de

Compras.

Art. 8º. A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada na Plataforma de Compras utilizada pelo Município, bem como junto ao site oficial deste Ente Público.

§ 1º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º A publicação referida neste artigo será efetuada na Plataforma de Compras e poderá ser feita conjuntamente em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

§ 3º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal na Plataforma de Compras – e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

Parágrafo único. Somente a autoridade que registrou as penalidades na Plataforma de Compras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18. Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico da plataforma de compras utilizada para a realização

do pregão, bem como junto ao site oficial do Município.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

Para efeitos da adoção da modalidade de licitação denominada pregão, consideram-se:

BENS COMUNS

1. Bens de Consumo:

- 1.1 1.1 Água mineral;
- 1.2 1.2 Combustível e lubrificante;
- 1.3 1.3 Gás;
- 1.4 1.4 Gênero alimentício;
- 1.5 1.5 Material de expediente;
- 1.6 1.6 Material hospitalar, médico e de laboratório;
- 1.7 1.7 Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos;
- 1.8 1.8 Material de limpeza e conservação;
- 1.9 1.9 Oxigênio;
- 1.10 Uniforme;
- 1.11 Emulsão asfáltica;
- 1.12 Concreto asfáltico.

2. Bens Permanentes:

- 2.1 Mobiliário;
- 2.2 Equipamentos em geral, exceto de informática;
- 2.3 Utensílios de uso geral, exceto informática;
- 2.4 Veículos automotivos em geral;
- 2.5 Microcomputador de mesa ou portátil (notebook), monitor de vídeo e impressora;

3. Bens do Sistema Elétrico:

- 3.1 Material e equipamentos do sistema de distribuição, transmissão, subestação e geração de energia.

SERVIÇOS COMUNS

1. Serviços de Apoio Administrativo;

2. Serviços de Apoio à Atividade de Informática:

- 2.1 Digitação;
- 2.2 Manutenção;

3. Serviços de Assinaturas:

- 3.1 Jornal;
- 3.2 Periódico;
- 3.3 Revista;
- 3.4 Televisão via satélite;
- 3.5 Televisão a cabo;

4. 4. Serviços de Assistência:

- 4.1 4.1 Hospitalar;
- 4.2 4.2 Médica;
- 4.3 4.3 Odontológica;

5. Serviços de Atividades Terceirizadas:

- 5.1 Ascensorista;
- 5.2 Copeira;
- 5.3 Cozinheiro;
- 5.4 Digitador;
- 5.5 Garçom;
- 5.6 Jardineiro;
- 5.7 Marceneiro;
- 5.8 Mecânico;
- 5.9 Office-boy;
- 5.10 Recepcionista;
- 5.11 Servente;
- 5.12 Telefonista;
- 5.13 Vigilante;
- 5.14 Zelador;

6. Serviços de Confecção de Uniformes;
7. Serviços de Copeiragem;
8. Serviços de Eventos;
9. Serviços de Filmagem;
10. Serviços de Fotografia;
11. Serviços de Gás Natural;
12. Serviços de Gás Liquefeito de Petróleo;
13. Serviços Gráficos;
14. Serviços de Hotelaria;
15. Serviços de Jardinagem;
16. Serviços de Lavanderia;
17. Serviços de Limpeza e Conservação;
18. Serviços de Locação de Bens Móveis;
19. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis;
20. Serviços de Manutenção de Bens Móveis;
21. Serviços de Remoção de Bens Móveis;
22. Serviços de Microfilmagem;
23. Serviços de Reprografia;
24. Serviços de Seguro Saúde;
25. Serviços de Degravação;
26. Serviços de Tradução;
27. Serviços de Telecomunicações de Dados;
28. Serviços de Telecomunicações de Imagem;
29. Serviços de Telecomunicações de Voz;
30. Serviços de Telefonia Fixa;
31. Serviços de Telefonia Móvel;
32. Serviços de Transporte;
33. Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva;
34. Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica;
35. Serviços de Apoio Marítimo;
36. Serviço de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento;
37. Serviços de Vale Refeição;
38. Serviços de Leitura e Medição;
39. Serviço de administração da folha dos servidores, com ou sem uso do espaço público;
40. Serviço de Seguro de Veículos Automotores;
41. Serviços de Perícias Médicas;

DECRETO Nº 4354/2021

Publicação Nº 2796662

DECRETO Nº 4.354/2021.

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE COLETA DE LIXO A ELE AGREGADA PARA O EXERCÍCIO DE 2021".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art.1º O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxa de Coleta de Lixo a ele agregada, no exercício de 2021, será lançado e arrecadado em Parcela Única com 10% (dez por cento) de desconto somente sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, ou em até 06 (seis) parcelas mensais, sem desconto, com os seguintes vencimentos:

Parcela Única com vencimento em 10 de março de 2021.

- a) 1ª Parcela com vencimento em 10 de março de 2021.
- b) 2ª Parcela com vencimento em 10 de abril de 2021.
- c) 3ª Parcela com vencimento em 10 de maio de 2021.
- d) 4ª Parcela com vencimento em 10 de junho de 2021.
- e) 5ª Parcela com vencimento em 10 de julho de 2021.
- f) 6ª Parcela com vencimento em 10 de agosto de 2021.

Art.2º A emissão dos carnês de IPTU será feita via internet no site da Administração Municipal (www.hervaldoeste.sc.gov.br), sendo de responsabilidade do contribuinte a emissão do mesmo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste (SC), em 07 de janeiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito

DECRETO Nº 4354/2021

Publicação Nº 2796672

DECRETO Nº 4.359/2021.

"REVOGA EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2020/H.O E POR CONSEQUENCIA QUALQUER ATO VINCULADO AO MESMO, POR SER MEDIDA DE CONVENIENCIA E OPORTUNIDADE DISCRICIONÁRIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito do Município de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/H.O. e por consequência todo e qualquer ato vinculado ao mesmo, por ser medida de conveniência e oportunidade discricionária do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º Fica igualmente revogado o Decreto Municipal nº 4.157/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste (SC), 07 de janeiro de 2021.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito
Herval d' Oeste

DECRETO Nº 4358/2021

Publicação Nº 2796667

DECRETO Nº 4.358

"FIXA DATA DE VENCIMENTO PARA O PAGAMENTO DA TAXA DE ALVARÁ SANITÁRIO E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN DE OFÍCIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021."

Mauro Sérgio Martini, Prefeito do Município de Herval d' Oeste-SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O vencimento da Taxa de Alvará Sanitário, em parcela única para o exercício de 2021, será o dia 28/02/2021.

Art. 2º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISSQN de ofício, referente ao exercício de 2021, será o dia 28/02/2021.

Art. 3º A emissão da Guia referente a Taxa de Alvará Sanitária e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, serão feitas via internet no site da Administração Municipal (www.hervaldoeste.sc.gov.br) sendo da responsabilidade do contribuinte a emissão das mesmas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste-SC, 07 de janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

ORDEN DE SERVIÇO Nº 023/2020

Publicação Nº 2794880

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0110/2020
TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2020
CONTRATO Nº 070/2020
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CONTRATADA: ELOI HILARIO BRANDT CONSTRUTORA

ORDEN DE SERVIÇO Nº 023/2020 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

MAURO SÉRGIO MARTINI Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa ELOI HILARIO BRANDT CONSTRUTORA no CNPJ sob o nº 32.668.510/0001-28 em conformidade com o contrato nº 070/2020 de 11/12/2020 a iniciar a execução de Pintura dos CMEI's Tio Zezinho e Valdete Nodari, Ginásio de Esportes da Escola Cruz e Sousa e de Quadra Poliesportiva do Bairro Santo Antônio com o Fornecimento de Material e mão de obra.

Localização:

CMEI Tio Zezinho – Travessa Sarandi nº 70 – Bairro Santo Antônio

CMEI Valdete de Souza Nodari – Rua Itororó nº 135 – Bairro Nossa Senhora Aparecida

Ginásio de Esportes da Escola de Educação Básica Cruz e Sousa – Rua 1º de Janeiro nº 283 – São Jorge

Quadra Poliesportiva do Bairro Santo Antônio - Travessa Sarandi S/nº – Bairro Santo Antônio

Características: Limpeza de superfície, raspagem de pintura antiga, aplicação de massa corrida, aplicação de fundo selador, aplicação de pintura, revestimentos acrílico texturizado, em conformidade com os projetos e memoriais descritivos.

Especificação	Valor Unitário
Pintura Externa do CMEI Tio Zezinho	R\$ 10.264,31
Pintura Interna do CMEI Valdete Nodari	R\$ 34.961,37
Pintura Interna e Externa Quadra Santo Antônio	R\$ 17.708,40
Pintura Interna e Esquadrias Ginásio Cruz e Sousa	R\$ 42.247,79

Valor Total: R\$ 105.181,87 (cento e cinco mil cento e oitenta e um reais e oitenta e sete centavos)

Prazo de Conclusão: 60 dias após publicação da presente ordem de serviço

Herval d'Oeste (SC) 21 de dezembro de 2020.
MAURO SÉRGIO MARTINI ELOI HILÁRIO BRANDT
Prefeito Titular
CPF: 713.164.509-53 CPF: 853.916.389-68
Contratante Contratada

PORTARIA Nº 100/2021

Publicação Nº 2796430

PORTARIA Nº 100/2021

Mauro Sérgio Martini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, aos servidores abaixo relacionados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para serem usufruídas a partir de 04 de janeiro de 2021 a 02 de fevereiro de 2021, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

MATRÍCULA	NOME
219	ADRIANA LUCIA GANDIN PARIZZI
4059	ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI
597	ADRIANE BERNARDO
5040	ALESSANDRA COLUSSO
3772	ALINI ALVES CABRAL
1523	ANA FERNANDA MARTINAZZO GIACOMINI
3722	ANA PIOVESAM
3884	ANALIE PASQUALI
4260/4412	ANDREIA APARECIDA SCALABRIN

3028/4411	ANGELA CRISTINA BILIBIO
4898	ARIANE DE OLIVEIRA BERTUSSO
3723	ARLETE TREVISOL GUINDANI
3643	CARLA APARECIDA VARGAS CORREA
1550	CLAUDETE BERTOTTI
1085	CLAUDIA ANDRÉA DAHMER ROSSI
3882	CLECI LEONETE MARAFON CANTELLI
3739	CLEUSA CAMPAGNOLLO CECATTO
3732	CRISTIANE CANUTO BERTELLE
532	CRISTIANE ZABOTT GARVIN
3733	CRISTINA WASSERBERG
3831	DAIANA FACHIN
2952	EDNA SCALABRIN
2576	ELAINE ZANEZI
1012	ELENARI APARECIDA CASSUL DE MENEZES
4063	ELIETE ADRIANA CASANOVA TEDESCO
4061	ELIANE PAVIANI GAB
2564	FÁTIMA APARECIDA PINHEIRO
3740	FRANCIA TALITA CYRINO RAMOS
3642	FRANCIELI PRANDO DACAS LOKSTEIN
568	GISELE BULH
2565	IEDA SALETE VERGANI BARBOSA
486	INEZITA ROSANA DEURLING
2562	IVO GUINDANI
4482	IVONETE MARCON
574	JAEI MARIA RIBEIRO DOS SANTOS CARLETTI
1042	JANAINA DAVID PALOSCHI
4254	JANELISE BRESSAN DE LAZARO
2573	JAQUELINE BRESSAN DA SILVA
2570	JORGE ADRIANO DOS SANTOS
4726	JULIANA BISATTO MAIER
44	JULIO ROMANO HERMES
4902	JULIO PASQUAL RIGO
4728	KEITY MARA GAZZOLA
1103	KELI MINEIA CAMAROTO BACALTCHUK
2575	LARIANE ASSIS XAVIER SANTOS DE CARVALHO
4710	LARISSA BEZERRA FRIO
2578	LEILA CEZAR
3742	LENIR TEREZINHA BEGNINI
3741	LIVONIR MENDES BALESTRIN
3721	LOURDES FERREIRA BRANDÃO
4214	LUANA LAIS FERRONATO DE MORAES
3094	LUCIANA SORAIA COSTENARO CARRER
4213	LUCIANE FERREIRA BRANDÃO
2579	LUCILA BRINKMANN
423	LUCINÉIA REGINA MACHADO
4895	MAIARA ZAMBIAZZI
91	MAIRA RITA PARIZE ALBERGUINI
58	MARA TEREZINHA RIBEIRO SANTOS
34	MÁRCIA GONÇALVES
3737	MÁRCIA PRONER REBELATTO
1013	MARGARETE VOLPATO PRONER
4106	MARIANA SCHUCK DALCIN
3590	MARILENE DE LURDES ALVES
3736	MARISA LORENZONI
57	MARISTELA CRESTANI
4711	MARISTELA DA SILVA MATOS
3746	MARIZETE COMARETTO
4481	MARLENE DOLSAN
363	MICHELE DA SILVA COELHO
3743	MICHELE DEOLA
3744	MAIARA SEGALIN TRUCCULO
4712	NEUSA DE FÁTIMA GERVÁSIO
2560	NILCE BORTOLUZI

4253	NOELI LOURDES BALESTRIN DEPELEGRIN
4715	PATRÍCIA DE SORDI PAIANO
4484	RAFAELA DARTORA DOS SANTOS
3898	REGINA INÊS REISDORFER
3883	REJANE APARECIDA SEVERGNINI KREMER
1569	RENATA PARENTI
2577	ROSANE APARECIDA PEREIRA
4901	ROSALI SILVA SANTOS
3734	ROSANGELA MARIA LAMPERTI KIELING
2567	ROSEMILDA HERICKS RAMPON
1826	ROSILENE ELEUTÉRIO BRANDALISE
603	ROSI MARIA HILLA
3881	ROSINALDA GRASSI DALPIZZOL DORINI
590	ROZEMARI APARECIDA DANIELI HACK
3156/4429	SABRINA ROVER
4900	SANDRA ANDRINO
4261	SANDRA KANGERSKI BOTTEGA
3731	SANDRA MARA PILATTI SERENA
4483	SANDRA MARIA BERTELLI
4727/4899	SAYONARA APARECIDA TESSER MIGNONI
3735	SILVIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA
4713	SILVANA SCALABRIN
4060	SILVANA MARIA MUSSULINE
911	SILVANA TREVISOL GAB
370/1010	SIMARA PASINATO
4500	SIMONE APARECIDA BORSOI
233	SIMONE APARECIDA RADAVELLI
1808	SIMONE ROSELI MARTINS
2572	SIRLANDA MARIA RODRIGUES PASINATO
1824	SONIAMAR SEBEN WASEN
3738	TALITA PEREIRA DIAS DE MORAES
4095	TAIZE SABEI
2555	VALDECIR PEREIRA DA SILVA
4897	VERIDIANA APARECIDA FILGUEIRA CORDEIRO
88/492	VILMAR VARELLA DE OLIVEIRA
575	VIVIANE APARECIDA CAMPANHOL SBRUSI
4934	WILLAN FLAGNER DE OLIVEIRA FERREIRA
45	WILSON ROBERTO DE MATTOS

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 04 de janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 101/2021

Publicação Nº 2796698

PORTARIA Nº 101/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR A COMISSÃO ESPECIAL para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº 001/2021/HO, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias ao fiel cumprimento legal e do respectivo edital.

- PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ (MATRÍCULA 516) – Presidente
- NEUSA APARECIDA CAMPOS (MATRÍCULA 4889) – Membro
- IGOR HOFFMANN MOREIRA (MATRÍCULA 5069) – Membro
- LUCIANI DONDONI GAZONI (MATRÍCULA 4891) – Membro
- WILLIAM CÉSAR GAVASSO (MATRÍCULA 2751) - Membro
- EDUARDO JANIR DE SOUZA (MATRÍCULA 4054) - Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 05 de janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 102/2021

Publicação Nº 2796718

PORTARIA Nº 102/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao Servidor DANIEL MEIRA (MATRÍCULA 4395), ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, Nível – DAS-1, Anexo I da Lei Complementar nº 378/2018, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2019 e 01 de janeiro de 2020, para serem usufruídas a partir de 05 de janeiro de 2021 a 03 de fevereiro de 2021, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 05 de janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 103/2021

Publicação Nº 2796721

PORTARIA Nº 103/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, VERA LÚCIA DA SILVA BILIBIO (MATRÍCULA 5356), para ocupar o cargo em provimento em comissão de DIRETOR DE GESTÃO E PATRIMÔNIO, Nível – DAS - 3, Anexo I da LC Nº 374/2018, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 05 de janeiro de 2021, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 374/2018. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 05 de janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 104/2021

Publicação Nº 2796722

PORTARIA Nº 104/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 06 de janeiro de 2021, o servidor DANIEL MEIRA (MATRÍCULA 4395), ocupante do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO, Nível – DAS-1, Anexo I da Lei Complementar nº 378/2018, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 105/2021

Publicação Nº 2796723

PORTARIA Nº 105/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 06 de janeiro de 2021, o servidor LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO (MATRÍCULA 4122), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível – 6/2, Referência "B", Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 106/2021

Publicação Nº 2796724

PORTARIA Nº 106/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora GABRIELA STANG (MATRÍCULA 5322), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Assistente Social, Nível – 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se o mesmo pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a contar de 06 de janeiro de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Janeiro de 2021.
Mauro Sérgio Martini
Prefeito

PORTARIA Nº 107/2021

Publicação Nº 2796725

PORTARIA Nº 107/2021

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1425/2020, E EXONERAR, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor EUCLIDES FILIPINI (MATRÍCULA 4834), o qual ocupa o cargo em provimento em comissão de SECRETÁRIO DE OBRAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, Nível – AGENTE POLÍTICO, Anexo I da LC Nº 374/2018, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2021.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de janeiro de 2021.

Mauro Sérgio Martini

Prefeito

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO OZIEL CORDEIRO

Publicação Nº 2796438

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Eu, OZIEL CORDEIRO, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Fritz Luchtz, nr. 83, Bairro Vila Pedrini - Joaçaba/SC, inscrito no CPF sob o nº 025.416.069-74, RG nº 3.747.275, aprovado e classificado em 15º (décimo quinto) lugar na vaga de MOTORISTA – 40 horas semanais, no Concurso Público nº 001/2017 e Decreto de Homologação nº 3.793/2017, prorrogado pelo Decreto nº 4.355/2020, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, a fim de requerer a RECLASSIFICAÇÃO do cargo para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

OZIEL CORDEIRO

Herval d'Oeste/SC, 06 de janeiro de 2021.

Ibiam**PREFEITURA****PORTARIA Nº 001/2021**

Publicação Nº 2795343

PORTARIA Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adilce Rinaldi	16.01.2019 a 15.01.2020	04.01.2021 a 18.01.2021
Flávia Lenita Pelentir	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 13.01.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 002/2021

Publicação Nº 2795344

PORTARIA Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Macir de Jesus Gomes Ribeiro	19.06.2019 a 18.06.2020	04.01.2021 a 08.01.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 003/2021

Publicação Nº 2795345

PORTARIA Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Claudinei Peretti	02.01.2020 a 01.01.2021	04.01.2021 a 02.02.2021
Irley Luiz Lamperti	12.03.2019 a 11.03.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Ivair Ceron	02.01.2020 a 01.01.2021	04.01.2021 a 02.02.2021
Juarez Siqueira	01.03.2019 a 29.02.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Severino Antunes	16.09.2019 a 15.09.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Waldemar Cordeiro	02.07.2019 a 01.07.2020	04.01.2021 a 02.02.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. _____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 004/2021

Publicação Nº 2795350

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Adriana de Andrade Soares Taiba	01.03.2020 a 28.02.2021	04.01.2021 a 23.01.2021
Arquilino Antonio de Moraes	27.03.2020 a 26.03.2021	04.01.2021 a 02.02.2021
Cácia Aparecida Gonzatto Araldi	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Caio Murilo Tragancin Rinaldi	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Clarice Aparecida Escuciato Moreira	01.02.2020 a 31.01.2021	04.01.2021 a 02.02.2021
Elaine Mariza Piovesan Zanin	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Eliane Maria Piovesan Recalcatti	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Elizete Moraes dos Santos	08.12.2019 a 07.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Fátima Fontana Gonzatto	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Ildo Trevisol	10.08.2019 a 09.08.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Itamar Romanatto	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Lorizete Teresinha Lutkemeier Gonzatto	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Lucila Dalmolin Ciarnoschi	18.02.2019 a 17.02.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Lucimar Aparecida Trevisol Bairos	01.11.2019 a 31.10.2020	04.01.2021 a 23.01.2021
Mônica Tragancin Holleweger	14.01.2020 a 13.01.2021	04.01.2021 a 02.02.2021
Odete Gonçalves Walter Wille	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Rodrigo Felicetti Perosa	10.02.2019 a 09.02.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Salette Maria da Silva Andrique	06.10.2019 a 05.10.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Sandra Regina Boesing	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Sandra Trevisol	01.01.2020 a 31.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVIOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 005/2021

Publicação Nº 2795351

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Gelson Trevisol	02.01.2020 a 01.01.2021	04.01.2021 a 02.02.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 006/2021

Publicação Nº 2795352

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
José Roberto Gonzatto	22.02.2019 a 21.02.2020	04.01.2021 a 23.01.2021
Liandro Mengatto	30.06.2019 a 29.06.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Rose Mari Kowalczyk	01.06.2019 a 31.05.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Simone Meira de Castro	05.09.2019 a 04.09.2020	04.01.2021 a 02.02.2021
Verônica da Costa Silva	04.12.2019 a 03.12.2020	04.01.2021 a 02.02.2021

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 007/2021

Publicação Nº 2795353

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 14 de agosto de 2019, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JANETE TERRES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência B, 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 12.12.2012 a 07.07.2018.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 209 (duzentos e nove) dias, conforme determina os § 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 04 a 18 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 008/2021

Publicação Nº 2795354

PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 14 de agosto de 2019, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora KELLYN REGINA DE OLIVEIRA REINEHER, ocupante do cargo efetivo de Dentista – Nível 13 – Referência E, 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 13.02.2014 a 02.04.2019.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 51 (cinquenta e um) dias, conforme determina os § 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 04 a 18 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 009/2021

Publicação Nº 2795355

PORTARIA Nº 009, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA A SRA. CARMELITA CHIESA TRAGANCIN PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 15, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Recursos Humanos – Nível CC-2 – Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, a Sra. CARMELITA CHIESA TRAGANCIN, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 2795356

PORTARIA Nº 010, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

"CONSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o Processo Seletivo - Edital nº 001/2021, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo – Edital nº 001 de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Designar, os membros a seguir relacionados, para comporem a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo:

I – Caio Murilo Tragancin Rinaldi, Diretor do Centro Educacional Eliziane Titon – Presidente;

II – Rodrigo Felicetti Perosa, Técnico Educacional - Secretário; e,

III – Mônica Tragancin Holleweiger, Orientadora Educacional – Membro.

Art. 3º. A Comissão supervisionará todo o Processo Seletivo - Edital nº 001/2021, que será executado pela Empresa GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 286/2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 05 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 011/2021

Publicação Nº 2795357

PORTARIA Nº 011, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

“NOMEIA O SR. RAFAEL GONZATTO ARALDI, PARA O CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 5º, da Lei Complementar nº 028, de 14 de fevereiro de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. RAFAEL GONZATTO ARALDI – OAB/SC 32.184, para exercer o cargo de provimento em comissão de Procurador Geral do Município de Ibiã – Nível CC-4, criado pela Lei Complementar nº 028, de 14.02.2013, com os vencimentos fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 2795358

PORTARIA Nº 012, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

“NOMEIA O SR. ALCINDO PEROSA PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei nº 584, de 07 de junho de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. ALCINDO PEROSA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Administração e da Fazenda – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

PORTARIA Nº 013/2021

Publicação Nº 2796607

PORTARIA Nº 13, 06 DE JANEIRO DE 2021.

“ESTABELECE A UNIDADE FISCAL MUNICIPAL PARA O ANO DE 2021”

JOARES TREVISOL, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no § 2º do art. 81 da LC nº 44/2018, RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecida para efeito de lançamento e cobrança de tributos municipais para o exercício financeiro de 2021 a Unidade Fiscal Municipal no valor de R\$ 215,64 (duzentos e quinze reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE JANEIRO DE 2021.

JOARES TREVISOL

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia ____/____/____, Edição nº. ____ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

PORTARIA Nº 006-2021

Publicação Nº 2795033

PORTARIA Nº 006, de 07 de janeiro de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ao servidor VALDOMIRO CELZLEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos – Trator de Esteiras, nível 12, classe “C”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 07 de janeiro de 2021 à 05 de fevereiro de 2021, referentes ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 07 de janeiro de 2021.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 007-2021

Publicação Nº 2795034

PORTARIA Nº 007, de 07 de janeiro de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor ao servidor VALDECIR VERRUCK, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, nível 12, Classe “G”, Anexo II – Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 07 de janeiro de 2021 à 05 de fevereiro de 2021, referentes ao período aquisitivo de 02 de dezembro de 2019 a 01 de dezembro de 2020, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 07 de janeiro de 2021.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 01/2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2795628

MUNICIPIO DE IBIRAMA
F. M. SAÚDE

Contrato Nº: 01/2021

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI – número inscrição 09.069.217/0001-22

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a disponibilização, ao MUNICÍPIO, de consultas médicas em atenção especializada e procedimentos de referência de média e alta complexidade mediante Credenciamento Universal e ainda a realização de licitação compartilhada para aquisição, pelo MUNICÍPIO, de medicamentos e suplementos alimentares e de demais materiais, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

Vigência: Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 07/01/2021

Valor R\$: 250.000,00 (Duzentos e Cinquenta Mil Reais)

FISCAL: IZABEL PETERSEN

CONTRATO Nº: 02/2021 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBIRAMA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2795709

MUNICIPIO DE IBIRAMA
F. M. SAÚDE

Contrato Nº: 02/2021

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contratada: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI - número inscrição 09.069.217/0001-22

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o rateio de despesas administrativas e de pessoal do CIS-AMAVI para execução das finalidades previstas no Contrato de Programa CIS-AMAVI nº 01/2020, formalizado no Município como Contrato nº 01/2021.

Vigência: Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021

Assinatura: 07/01/2021

Valor R\$: 8.400,00 (Oito Mil e Quatrocentos Reais)

FISCAL: IZABEL PETERSEN

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 691

Publicação Nº 2795008

DECRETO Nº 691, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Fixa a jornada diária de trabalho dos servidores públicos municipais dos órgãos da administração municipal.

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos incisos IV e V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e no artigo 183 da Lei Complementar 5/2002,

Decreta:

Art. 1º É fixada em 8 (oito) horas diárias a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais que atuam nas estruturas administrativas dos órgãos da administração municipal.

Art. 2º A jornada de trabalho fixada no artigo 1º deste Decreto será cumprida das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, totalizando 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A prestação de serviço extraordinário pelos servidores abrangidos pelo expediente de trabalho estabelecido neste Decreto somente será permitida mediante prévia e expressa autorização do Secretário da pasta.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 11/01/2021.

Ilhota, 7 de janeiro de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

LEI 158

Publicação Nº 2795298

Lei Complementar nº 158/2020

Republicação por erro. A lei publicada em 01/04/2020 trouxe o número 155 quando o correto é 158.

MAJORA REMUNERAÇÃO DOS ENFERMEIROS E TÉCNICOS EM ENFERMAGEM DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os vencimentos dos cargos de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Estratégia Saúde da Família, previstos no anexo I da Lei Complementar 41/2013, passam a ser de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) e R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), respectivamente.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 02 de abril de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL PMI N° 001/2021

Publicação N° 2795326

AVISO PREGÃO PRESENCIAL PMI N° 001/2021

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preço para o fornecimento de combustível (gasolina comum, diesel comum e diesel S-10) para veículos, máquinas e equipamentos do Município de Imaruí. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 21/01/2021 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h00min do dia 21/01/2021 no Setor de Licitações da Prefeitura. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação por mídia digital ou no site www.imarui.sc.gov.br. Dúvidas no e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo fone 48 3643-0213.

PATRICK CORREA
Prefeito de Imaruí
Imaruí, 07 de janeiro de 2021.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797061

DECRETO PMI Nº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre horários de funcionamento de bares, restaurantes entre os dias 07 de janeiro de 2021 a 31 de janeiro de 2021, e estabelece outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense.

CONSIDERANDO a situação de emergência decretada no município de Imbituba, em razão da COVID-19 nos termos do Decreto Municipal n.º 029 de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO a retomada por parte do Governo do Estado no que tange a edição de regramentos para as atividades econômicas e enfrentamento à Covid-19;

CONSIDERANDO a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada para contenção da pandemia na Região de Laguna, classificada atualmente como de RISCO POTENCIAL GRAVE conforme demonstra a matriz de Risco do Estado de Santa Catarina em 07 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da manutenção das atividades sociais e econômicas respeitando a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção do contágio pela COVID-19.

CONSIDERANDO a vigência do Decreto PMI nº 277 de 19 de dezembro de 2020, que estabelece o regramento para temporada de verão 2020/2021.

DECRETA:

Art. 1º O comércio em geral incluindo os estabelecimentos de alimentação, tais como restaurantes, bares, cafeterias, pub's, sushi bar, pizarias, lojas de conveniências, lanchonetes e afins funcionarão até as 02:00h da manhã no período 07/01/2021 a 31/01/2021.

§1 Após o encerramento dos atendimentos presenciais em cumprimento ao horário estabelecido, os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo, somente funcionarão pelo sistema de delivery, ficando expressamente vedada a utilização do sistema de retirada no balcão, excetuando-se da restrição as lojas de conveniências localizadas as margens de Rodovias Federais e Estaduais.

Art. 2º Fica ressalvada a aplicação automática de horário mais restritivo, conforme regramentos publicados pelo Governo do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 003, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797065

DECRETO PMI Nº 003, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pelas Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 03 (três) membros titulares, que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Os membros que irão compor a Comissão ora constituída serão: Cristina Stemposki Fagundes, Fernando Melo da Silva e Jefferson Leal

§ 1º A referida comissão será presidida pela Sr. Fernando Melo da Silva e Secretariada pelo Sr. Jefferson Leal

§2º Na ausência ou impedimento do Presidente da Comissão, assumirá a função Cristina Stemposki Fagundes.

Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

I – examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes;

II – deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços;

III – receber as propostas dos participantes em licitações públicas;

IV - proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas; e

V – encaminhar as propostas julgadas à autoridade superior para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

I – Concorrência Pública;

II – Tomada de Preços;

III – Convite;

IV – Leilão;

V – Dispensa de Licitação;

VI – Inexigibilidade de Licitação;

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei Complementar nº 4.405, de 23 de maio de 2014.

Art.7º Fica revogado o Decreto PMI nº 200, de 11 de novembro de 2019.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

ERRATA À LEI N.º 5.183, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795824

ERRATA À LEI N.º 5.183, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Publica-se a presente errata para retificar a publicação originalmente efetuada na Edição nº 3.371, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC, em 05 de janeiro de 2021, por erro de digitação.

Onde se lê: Imbituba, 17 de dezembro de 2020;

Leia-se: Imbituba, 04 de janeiro de 2021.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Luciano Alves Zanini

Administrador

EXTRATO DE ATA 365/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação N° 2795641

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 365/2020

DO PP Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: EKOMOB COMERCIO LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 18.145,00

VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 26 de outubro de 2020
ROSINETE DELFINO LAURINDO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 366/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795651

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 366/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: RICHESSE MÓVEIS EIRELI - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 2.800,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
ROSINETE DELFINO LAURINDO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 367/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795633

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 367/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 22.237,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
ROSINETE DELFINO LAURINDO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 368/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795648

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 368/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.116,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
ROSINETE DELFINO LAURINDO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 369/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795645

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 369/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: NORMÉLIA LOTTERMANN
VALOR TOTAL: R\$ 30.679,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
ROSINETE DELFINO LAURINDO
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 370/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795637

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 370/2020

DO PP Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: EKOMOB COMÉRCIO LTDA EPP

VALOR TOTAL: R\$ 9.640,00

VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 26 de outubro de 2020

ROSINETE DELFINO LAURINDO

SECRETÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO

EXTRATO DE ATA 372/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795656

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 372/2020

DO PP Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP

VALOR TOTAL: R\$ 8.675,00

VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 26 de outubro de 2020

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

EXTRATO DE ATA 373/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795654

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 373/2020

DO PP Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA – ME

VALOR TOTAL: R\$ 10.110,00

VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 26 de outubro de 2020

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

EXTRATO DE ATA 376/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795659

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 376/2020

DO PP Nº 31/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI – ME

VALOR TOTAL: R\$ 13.764,00

VIGÊNCIA: 12 meses

Imbituba, 26 de outubro de 2020

EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

EXTRATO DE ATA 377/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795621

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 381/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: SUPRIMÓVEIS MOBILIÁRIO CORPORATIVO LTDA - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 7.400,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 378/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795580

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 378/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: EKOMOB COMERCIO LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 2.070,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 379/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795613

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 379/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: RICHESSE MÓVEIS EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 3.340,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 380/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795603

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 380/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: VICENTE DEPARTAMENTOS EIREI - ME
VALOR TOTAL: R\$ 2.599,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 381/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 381/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 6.320,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 382/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795609

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 382/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.191,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE ATA 383/2020 PP 31/2020 - PROC 71/2020

Publicação Nº 2795599

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 383/2020
DO PP Nº 31/2020
OBJETO: AQUISIÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE IMBITUBA E ENTIDADES, NA FORMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EMPRESA: NORMÉLIA LOTTERMANN
VALOR TOTAL: R\$ 20.930,00
VIGÊNCIA: 12 meses
Imbituba, 26 de outubro de 2020
JULIANO BAESSO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 02 2021 TP 01 2021 SEDUCE

Publicação Nº 2796737

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEINFRA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2021
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão Permanente de Licitação através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 26 de janeiro de 2021, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 Decreto Municipal nº 211/2020 e suas alterações, para a "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA DE OBRAS CIVIS COM FORNECIMENTO DE "MATERIAL E MÃO DE OBRA" PARA CONSTRUÇÃO/REFORMA DE UM ANEXO DA ESCOLA MUNICIPAL PROF BELARMINDA DE SOUZA".

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de janeiro de 2021.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

LEI N.º 5.183, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795803

LEI N.º 5.183, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a obrigatoriedade de licenciamento e emplacamento no Município de Imbituba dos veículos locados para prestarem serviços ao Poder Público Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ª Os veículos utilizados na prestação do serviço das empresas concessionárias, permissionárias e os veículos contratados, locados para a prestação de serviço junto à Administração Pública direta ou indireta e ao Poder Legislativo, ficam obrigadas a emplacar e licenciar os veículos no Município de Imbituba e cadastrá-los no Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina - DETRAN-SC.

Art. 2º A partir da publicação desta Lei, os contratos novos celebrados e, no caso de renovação contratual, deverão conter cláusula própria mencionando a presente Lei e consignando que a empresa deverá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, emplacar, licenciar e cadastrar os veículos conforme artigo 1º.

Art. 3º Fica excluída da obrigatoriedade prevista no artigo 1º as empresas cujo prazo de vigência do contrato seja igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, computando-se todas as eventuais prorrogações.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 5º O descumprimento ao disposto na presente Lei sujeitará os infratores às penalidades de rescisão do contrato de prestação de serviço, a bem do interesse público.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Luciano Alves Zanini
Administrador

LEI N.º 5.184, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795912

LEI N.º 5.184, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Denomina Bento Pedro Felizardo de Mello o Mirante de Guaiúba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Bento Pedro Felizardo de Mello o Mirante construído na Rua Vergilino Soares, às margens da Lagoa Mirim, na localidade de Guaiúba, neste município de Imbituba.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento Vigente do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Luciano Alves Zanini
Administrador

PORTARIA PMI/SEAD N° 15/2021

Publicação N° 2795790

PORTARIA PMI/SEAD N° 15, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda todo o exposto no Protocolo nº 082/2021,

RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, o abaixo relacionado, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD N° 733/2020, admitido em 07 de agosto de 2020, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Lenício Oliveira Alves Júnior	Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19	055.578.869-58	04/01/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de janeiro de 2021.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD N° 16/2021

Publicação N° 2795901

PORTARIA PMI/SEAD N° 16, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a Revogação da exoneração dos servidores de carreira, de suas respectivas funções gratificadas no âmbito do Programa do Executivo Fiscal, expedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1060, de 31 de dezembro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017; Lei Complementar n.º 5.043, de 19 de julho de 2019; ainda, considerando a alteração da redação da Lei nº 2.904, de 25 de maio de 2006 dada pela Lei nº 4.819, de 28 de junho de 2017; considerando o Memorando nº 232/2021, ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a exoneração dos servidores de carreira, de suas respectivas funções gratificadas no âmbito do Programa do Executivo Fiscal, expedida através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1060, de 31 de dezembro de 2020, mantendo-se em andamento os serviços prestados pelos servidores à disposição do Juízo da Comarca de Imbituba, do sistema geral de recuperação dos créditos tributários, cartorário e de conciliações.

MATR.	NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
1873	ADRIANO ELPÍDIO DUARTE	PGM	Oficial de Justiça
4451	LUIZ OCTÁVIO RIBEIRO DE CASTRO ROCHA	PGM	Oficial de Justiça
4772	RAMON PEREIRA SILVA	PGM	Oficial de Justiça
5429	CARLOS AUGUSTO DA SILVA	PGM	Assistente de Cartório
8618	CRISTINA DA SILVA MARTINS	PGM	Assistente de Cartório
5523	JOSIANE DOS SANTOS	PGM	Assistente de Cartório
8512	LICARIANE DE ANDRADE MARTINS	PGM	Assistente de Cartório
647	ERICO JOSÉ LAURENTINO	PGM	Conciliador
201	JAILSON MARIA	PGM	Assistente de Dívida Ativa
263	LADJANE BELLINA BITTENCOURT	PGM	Cooperadora de Dívida Ativa

Art. 2º Demais orientações e dispositivos contempladas junto a PORTARIA PMI/SEAD nº 1060, de 31 de dezembro de 2020, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito Municipal

(Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD Nº 17/2021

Publicação Nº 2795992

PORTARIA PMI/SEAD Nº 17, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 934, de 26 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o Memorando nº 239/2021 e todo o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 934, de 26 de setembro de 2019, da servidora, Sra. CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 730.160.049-68, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 105, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	03.05.2021 a 01.07.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de setembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 934, de 26 de setembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PORTARIA PMI/SEAD Nº 18/2021

Publicação Nº 2796712

PORTARIA PMI/SEAD Nº 18, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 181, de 27 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o Memorando nº 262/2021 e todo o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 934, de 26 de setembro de 2019, da servidora, Sra. ELIANE APARECIDA MOREIRA SILVÉRIO, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 578.457.789-15, admitida em 04 de fevereiro de 1985, contrato nº 131, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	07.02.2022 a 07.04.2022 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de fevereiro de 2020, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 181, de 27 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

PPE - PMI/SEAD Nº 09/2021

Publicação Nº 2796299

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 09/2021

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 11, de 05 de janeiro de 2021, para exercer o cargo de DIRETORA DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR, junto a Procuradoria Geral do Município – PGM.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
CRISTIANE COSTA PEGORARA	DIRETORA DE DEFESA E PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR	008.647.789-70

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 08/01/2021.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de janeiro de 2021.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 001/2021

Publicação Nº 2796845

Ato da Presidência nº 01/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 143 do Regimento Interno e a ELOM nº 003, de 29 de junho de 2004, divulga o CALENDÁRIO DE SESSÕES ORDINÁRIAS DE 2021, referente à 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, a realizarem-se às 19h30min, nas datas a seguir especificadas:

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2021 (1º Semestre)				
Fevereiro				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	Dia	Semana	Local
1ª	1ª	01	Segunda-feira	Sede
2ª	2ª	08	Segunda-feira	Sede
3ª	3ª	22	Segunda-feira	Sede
4ª	4ª	25	Quinta-feira	Sede
Março				
5ª	1ª	08	Segunda-feira	Sede
6ª	2ª	15	Segunda-feira	Sede
7ª	3ª	22	Segunda-feira	Sede
8ª	4ª	29	Segunda-feira	Sede
Abril				
9ª	1ª	05	Segunda-feira	Sede
10ª	2ª	12	Segunda-feira	Sede
11ª	3ª	19	Segunda-feira	Sede
12ª	4ª	26	Segunda-feira	Sede

Maio				
13ª	1ª	03	Segunda-feira	Sede
14ª	2ª	10	Segunda-feira	Sede
15ª	3ª	17	Segunda-feira	Sede
16ª	4ª	24	Segunda-feira	Sede
Junho				
17ª	1ª	01	Terça-feira	Sede
18ª	2ª	07	Segunda-feira	Sede
19ª	3ª	14	Segunda-feira	Sede
20ª	4ª	28	Segunda-feira	Sede
Julho				
21ª	1ª	05	Segunda-feira	Sede
22ª	2ª	08	Quinta-feira	Sede
23ª	3ª	12	Segunda-feira	Sede
24ª	4ª	15	Quinta-feira	Sede
CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS – 2021 (2º Semestre)				
Agosto				
Nº DE ORDEM				
Anual	Mensal	DIA	Semana	
25ª	1ª	02	Segunda-feira	Sede
26ª	2ª	09	Segunda-feira	Sede
27ª	3ª	16	Segunda-feira	Sede
28ª	4ª	23	Segunda-feira	Sede
Setembro				
29ª	1ª	08	Quarta-feira	Sede
30ª	2ª	13	Segunda-feira	Sede
31ª	3ª	20	Segunda-feira	Sede
32ª	4ª	27	Segunda-feira	Sede
Outubro				
33ª	1ª	04	Segunda-feira	Sede
34ª	2ª	13	Quarta-feira	Sede
35ª	3ª	18	Segunda-feira	Sede
36ª	4ª	25	Segunda-feira	Sede
Novembro				
37ª	1ª	08	Segunda-feira	Sede
38ª	2ª	16	Terça-feira	Sede
39ª	3ª	22	Segunda-feira	Sede
40ª	4ª	29	Segunda-feira	Sede
Dezembro				
41ª	1ª	06	Segunda-feira	Sede
42ª	2ª	09	Quinta-feira	Sede
43ª	3ª	13	Segunda-feira	Sede
44ª	4ª	16	Quinta-feira	Sede

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 04 de janeiro de 2021.
Humberto Carlos dos Santos
Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04/01/2021 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 002/2021

Publicação Nº 2796846

Ato da Presidência nº 002/2021

Dispõe sobre o funcionamento da Câmara de Vereadores de Imbituba, em caráter excepcional e temporário, para o fim de prevenção à infecção e à propagação do novo coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno, e
CONSIDERANDO os avanços da pandemia do COVID-19 (Coronavírus) e os protocolos emitidos pela Organização Mundial de Saúde e pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a declaração de calamidade pública em todo o território catarinense para fins enfrentamento à epidemia da COVID 19 – e a obrigatoriedade da adoção de medidas de combate e enfrentamento da pandemia da COVID-19 estabelecidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, conforme Decreto 562, de 17 de abril de 2020, entre eles a adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº. 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19 em Santa Catarina e a Portaria SES nº. 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece a classificação semanal como balizadora das medidas a serem adotadas.

CONSIDERANDO a Resolução nº 003, de 16 de abril de 2020, que Convalidou o Sistema de Deliberação Digital (SDD), instrumento excepcional e temporário de discussão e votação digital de matérias sujeitas à apreciação do Plenário e das Comissões Permanentes da Câmara de Vereadores de Imbituba, relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente à COVID-19, ressalvadas outras matérias, conforme acordo dos Líderes, instituído pelo Ato da Presidência nº 013/2020;

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir com os esforços para contenção da proliferação do COVID-19, resguardando os cidadãos Imbitubenses, servidores do legislativo e Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º As Sessões Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas de modo presencial ou por videoconferência conforme o Mapa da Matriz de Risco Potencial para a região (Laguna) definido pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

§1º O Presidente do Poder Legislativo Municipal definirá no Ato da Presidência que divulga a Ordem do Dia de cada sessão ordinária ou extraordinária se a mesma ocorrerá virtualmente ou de forma presencial.

§2º Quando a região estiver classificada com risco Potencial Gravíssimo (Vermelho), as sessões serão realizadas, obrigatoriamente, através do sistema de videoconferência e quando estiver com risco potencial Grave (Laranja) poderão ser realizadas de forma presencial, vedada a presença do público no plenário, sendo que somente terão acesso ao plenário os agentes políticos, os servidores indispensáveis ao trabalho e os membros da imprensa e observatório social, desde que devidamente autorizados pela Secretaria Administrativa ou de Gabinete.

§3º Quando a região estiver classificada como Risco Potencial Alto (Amarelo), as sessões serão realizadas de forma presencial, com a presença limitada do público, cuja capacidade de ocupação o plenário será definida no Ato da Presidência que divulga a Ordem do Dia da respectiva Sessão.

Art. 2º As reuniões das Comissões Permanentes poderão, a critério do Presidente de cada Comissão, ser realizadas por meio do Sistema de Deliberação Digital (SDD) instituído pelo Ato da Presidência nº 013/2020 e convalidado pelo plenário da Câmara de Vereadores de Imbituba, através da Resolução nº 003, de 16 de abril de 2020, ou de forma presencial na sede da Câmara de Vereadores de Imbituba.

Art. 3º As Audiências Públicas no âmbito da Câmara de Vereadores de Imbituba permanecem sendo realizadas de forma virtual, como medida excepcional a ser adotada para possibilitar a discussão de assuntos e instrução de matérias de relevante interesse público.

§1º As Audiências Públicas ocorrerão por meio de videoconferência, na mesma plataforma digital utilizada para a realização das reuniões das Comissões, e serão conduzidas pelo Presidente da Comissão Permanente ou pelo Vereador proponente.

§2º A participação popular será assegurada por meio do WhatsApp, cujo número de contato da Câmara será disponibilizado durante a transmissão da Audiência, sendo que somente serão lidos os questionamentos ou contribuições do público que estiverem relacionados ao tema da Audiência Pública.

Art. 4º Os setores administrativos da Câmara de Vereadores de Imbituba ficam autorizados a executar suas atividades de forma presencial, no limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos setores, levando sempre em consideração a Matriz de risco potencial para a região.

§ 1º Compete ao Chefe de cada Departamento, ao Diretor de área, conforme o caso, sob a orientação do Secretário Administrativo, a definição das atividades que podem ser desenvolvidas por meio de trabalho remoto, de forma que não haja prejuízo ao serviço público.

§ 2º Deverão, obrigatoriamente, exercer suas atividades de forma remota os agentes públicos que convivem com:

I - pessoas acometidas pela COVID-19; ou

II - pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 3º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos:

I - que apresentem doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico devidamente comprovadas através de atestado médico apresentado ao Departamento Administrativo;

II - com 60 anos ou mais;

III - gestantes; e

IV - que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas.

§ 4º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão os Chefes de Departamento ou Diretores de áreas adotarem mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, a ampliação do horário do expediente administrativo e a adoção de regime misto, presencial e remoto.

Art. 5º No âmbito dos gabinetes de Vereadores, além do Vereador, poderão permanecer, no máximo, 1 (um) assessor de Vereador.

Parágrafo único. Deverá o Departamento Administrativo promover consulta junto aos Vereadores para estabelecer a escala de revezamento de Vereadores e assessores por Gabinete, visando o cumprimento do caput deste artigo.

Art. 6º O acesso do Público aos Departamentos e Gabinetes dos Vereadores, Secretarias e sala da presidência será controlado pela recepção da Câmara de Vereadores que deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias, como uso obrigatório de máscaras e álcool em gel, bem como distanciamento.

Art. 7º O Departamento Administrativo deverá assegurar a higienização constante dos ambientes, além de providenciar a aquisição e instalação de dispensadores de álcool gel nas áreas de circulação e no acesso as salas de reuniões e gabinetes.

Art. 8º Os agentes políticos e públicos sintomáticos em relação ao COVID-19 serão afastados administrativamente por até 14 (quatorze)

dias, devendo seguir os protocolos de saúde pública determinados pela autoridade sanitária.

Parágrafo único. Sempre que possível, o afastamento dos agentes públicos dar-se-á sob o regime de trabalho remoto, visando o aproveitamento máximo da capacidade de trabalho.

Art. 9º A protocolização de proposições e de outros expedientes de origem dos Poderes Executivo e Legislativo permanecem sendo realizadas remotamente, vedada a protocolização presencial.

Art. 10. A protocolização remota de proposições de iniciativa dos parlamentares, Comissões e Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Imbituba, bem como dos documentos que as acompanham, se for o caso, será efetuada por intermédio do e-mail institucional ou pessoal do próprio Parlamentar ou de e-mail institucional do assessor parlamentar de seu gabinete.

§ 1º Para os fins deste Ato, consideram-se proposições, aquelas a que se refere o art. 104 do Regimento Interno.

§ 2º Será dada prioridade para a tramitação das proposições relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente à COVID-19.

Art. 11. Para a protocolização de proposições de autoria dos parlamentares, observar-se-á o seguinte:

I – o arquivo deve ser dirigido ao e-mail legislativo@cmi.sc.gov.br;

II – no campo "assunto" deve ser especificado que o e-mail se refere à proposição, indicando-se a autoria;

III – o e-mail deverá conter a espécie de proposição, sua ementa e descrição do conteúdo; e

IV – o arquivo deve ser anexado em dois formatos, um em arquivo de texto editável (.doc ou .odt) e, o outro, assinado pelo Vereador proponente, em formato de arquivo PDF (.pdf).

§ 1º No caso de proposição de múltipla autoria, deverá constar, no arquivo em formato PDF, a assinatura de todos os autores que a subcrevem.

§ 2º A assinatura a que se refere o inciso IV e o § 1º, excepcionalmente, poderá ser digitalizada.

§ 3º Atendidos todos os requisitos de que trata este artigo, o Departamento Legislativo expedirá e-mail de confirmação ao remetente, atestando a protocolização, até o primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.

§ 4º Para figurar no Grande Expediente da Ordem do Dia da Sessão Ordinária, a proposição deverá ser encaminhada ao e-mail do Departamento Legislativo (legislativo@cmi.sc.gov.br), até às 19h da sexta-feira anterior à Sessão ou dia útil que antecede ao dia da realização da Sessão Ordinária.

Art. 12. A protocolização remota de proposições e dos documentos respectivos, bem como de outros expedientes de origem do Executivo Municipal, será efetuada por intermédio do e-mail institucional do Prefeito ou de e-mail institucional de seu gabinete.

Parágrafo único. Será dada prioridade para a tramitação das proposições relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente à COVID-19.

Art. 13. Para a protocolização de proposições e outros expedientes pelo Executivo, observar-se-á o seguinte:

I – o arquivo deve ser dirigido ao e-mail legislativo@cmi.sc.gov.br;

II – no campo "assunto" deve ser especificado que o e-mail se refere à proposição;

III – o e-mail deverá conter a espécie de proposição, sua ementa e descrição do conteúdo; e

IV – o arquivo deve ser anexado em dois formatos, um em arquivo de texto editável (.doc ou .odt) e, o outro, assinado digitalmente pelo Chefe do Poder Executivo, em formato de arquivo PDF(.pdf).

Parágrafo único. Atendidos todos os requisitos de que trata este artigo, o Departamento Legislativo expedirá e-mail de confirmação ao remetente, atestando a protocolização, até o primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.

Art. 14. A protocolização de documentos de origem externa, ou seja, de cidadão, será realizada através do site da Câmara de Vereadores de Imbituba em www.imbituba.sc.leg.br, no campo próprio para protocolos, devendo o Requerente observar o seguinte:

I – completar devidamente os campos com Nome completo do Requerente, E-mail, Número de Identidade, Assunto;

II – anexar no campo próprio, arquivo do documento de identidade do Requerente digitalizado, em formato de arquivo PDF(.pdf); e

III – anexar o documento a ser protocolizado, devidamente assinado pelo Requerente e digitalizado, em formato de arquivo PDF (.pdf).

Parágrafo único. Atendidos todos os requisitos de que trata este artigo, o Departamento Legislativo expedirá e-mail de confirmação ao Requerente, atestando a protocolização, até o primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.

Art. 15. Permanece suspensa a realização, nas dependências da Câmara de Vereadores de Imbituba, de eventos coletivos de qualquer natureza, bem como a realização, inclusive fora das dependências da Câmara, de Audiências Públicas, de eventos e cursos realizados pela Escola do Legislativo e as Sessões e reuniões da Câmara Mirim.

Art. 16. O Departamento Administrativo fica autorizado a adotar outras providências administrativas necessárias para evitar a propagação interna do vírus COVID-19, bem como para o cumprimento deste Ato, devendo qualquer medida ser adotada por meio de Portaria Administrativa previamente submetida à aprovação da Presidência da Câmara de Vereadores.

Art. 17. Os casos omissos serão submetidos à consideração da Presidência para proferir decisão.

Art. 18. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021 e perdurando até o dia 31 de janeiro de 2021 ou até que outro ato o prorrogue ou o revogue.

Imbituba, 04 de janeiro de 2021.

Humberto Carlos dos Santos

Presidente da Câmara de Vereadores de Imbituba

PORTARIA CMI – LEG Nº 002/2021

Publicação Nº 2796847

PORTARIA CMI – LEG Nº 002/2021

Constitui as Comissões Permanentes para a 1ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve designar os seguintes Vereadores, para as respectivas funções, nas seguintes Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Imbituba.

I – Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Presidente: Eduardo Faustina da Rosa
- b) Vice-Presidente: Michell Nunes
- c) Membro: Bruno Pacheco da Costa

II – Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização:

- a) Presidente: Thiago da Rosa
- b) Vice-Presidente: Rafael Mello da Silva
- c) Membro: Renato Carlos de Figueiredo

III – Comissão de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social:

- a) Presidente: Deivid Rafael Aquino
- b) Vice-Presidente: Bruno Pacheco da Costa
- c) Membro: Elísio Sgrott

IV - Comissão Permanente de Legislação Participativa:

- a) Presidente: Matheus Paladini Pereira
- b) Vice-Presidente: Michell Nunes
- c) Membro: Thiago da Rosa

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de janeiro de 2021.

Humberto Carlos dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/01/2021 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

ATA ELEIÇÃO MESA DIRETORA E COMISSÕES PERMANENTES - BIÊNIO 2021/2022

Publicação Nº 2796915

Ata da Reunião Para Eleição da Mesa Diretora e Comissões Técnicas Para o Período de 2021/2022 da Câmara Municipal de Indaial, realizada no 1º Período Legislativo de 2021, da Primeira Sessão Legislativa.

Em 01 de janeiro de 2021, às 18h, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Indaial para Eleição da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas para o Período de 2021/2022. Devido a pandemia da COVID-19, a sessão foi realizada adotando-se as normas de segurança, e diretrizes previstas na Resolução Legislativa nº 20, de 2020. Além disso, a sessão não teve transmissão ao vivo, porém gravada em áudio, que permanece arquivado conforme determina resolução desta Casa. Inicialmente o Assessor Legislativo da Câmara, senhor Sidnei Vieira, fez a chamada nominal dos vereadores anteriormente empossados, sendo: Ana Paula Reiter; Anderson Luz dos Santos; Diego Pandini; Diogo de Pinho; Elton Marcos Possamai; Fernanda dos Santos Cattoni; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Márcio Moisés Selhorst; Remir José de Faveri; Roger Michel Knipers, e Valentim Blasius. Presentes todos os vereadores. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Indaial, em seu artigo 46, e Regimento Interno da Câmara, em seu artigo 11, o vereador Flavio Augusto Ferri Molinari, mais votado na eleição de 15 de novembro de 2020, tomou assento para presidir a sessão, dando por aberta esta e comunicando que a eleição dos membros da Mesa Diretora, conforme determina o Regimento Interno em seu artigo 17, inciso II, se dará através de maioria simples, ou seja, metade mais um – sete votos, observado ainda o disposto no artigo 17, inciso VI do mesmo Regimento, com as alterações do artigo 52, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município, onde determinado que a votação será por voto aberto. Solicitou ainda que cada partido indicasse seu líder, conforme previsto no Regimento Interno da Câmara, artigo 17, inciso IV, sendo indicados: PP – Líder: vereador Diego Pandini; MDB – Líder: vereador Roger Michel Knipers; PSD – Líder: vereador Valentim Blasius; PODEMOS – Líder: vereadora Fernanda dos Santos Cattoni; PSC – Líder: vereadora Ana Paula Reiter e PSDB – Líder: Lindomar Lindner. Ato contínuo, o Senhor Presidente solicitou que, conforme determina o Regimento Interno em seu artigo 17, inciso V, os líderes dos partidos encaminhassem à Mesa, para registro, as chapas completas ou as candidaturas avulsas, para eleição da Mesa Diretora, informando que a composição da chapa à Mesa Diretora deverá contemplar nomes para preencher os seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário. O vereador Anderson Luz dos Santos, em nome da bancada do PP, apresentou o nome do vereador Diego Pandini, como candidatura avulsa para o cargo de Presidente da Mesa Diretora. O vereador Lindomar Lindner, líder da bancada do PSDB, apresentou a seguinte composição de chapa: Presidente: Flávio Augusto Ferri Molinari; Vice-Presidente: Jonas Luiz de Lima; 1º Secretário: Diogo de Pinho; 2º Secretário: Remir José de Faveri. Tendo em vista a apresentação de duas chapas, uma com candidatura avulsa ao cargo de presidente e a segunda composta por presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, o vereador Flavio Augusto Ferri Molinari, presidente, pediu ao Assessor Legislativo, senhor Sidnei Vieira, que efetuasse a leitura e apresentação da chapa e candidatura avulsa apresentadas à Mesa Diretora, conforme descrito acima. De acordo com parágrafo 2º do artigo 52 da Lei Orgânica do Município, o Senhor Presidente iniciou votação nominal e aberta, identificando a CHAPA 1 com a seguinte composição: Presidente: Flávio Augusto Ferri Molinari; Vice-Presidente: Jonas Luiz de Lima; 1º Secretário: Diogo de Pinho; 2º Secretário: Remir José de Faveri. E a CANDIDATURA AVULSA para Presidente: Vereador Diego Pandini. Votaram a favor da CHAPA 1 os vereadores Diogo de Pinho; Elton Marcos Possamai; Fernanda dos Santos Cattoni; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Márcio Moisés Selhorst; Remir José de Faveri e Valentim Blasius. Votaram a favor da CANDIDATURA AVULSA os vereadores Ana Paula Reiter; Anderson Luz dos Santos; Diego Pandini e Roger Michel Knipers. Portanto, com nove votos a favor a CHAPA 1 foi declarada vencedora. Com este resultado o Senhor Presidente homologou o resultado e declarou empossados e investidos nas respectivas funções, os membros da Mesa Diretora, para o Biênio 2021/2022: Presidente: Flávio Augusto Ferri Molinari; Vice-Presidente: Jonas Luiz de Lima; 1º Secretário: Diogo de Pinho; 2º Secretário: Remir José de Faveri. O vereador Flávio Augusto Ferri Molinari, presidente ora empossado, agradeceu o apoio dos vereadores, comprometendo-se a dirigir os trabalhos e presidir o Legislativo Indaialense com ética e honestidade, defendendo os interesses populares. Cumprimentou aos demais membros da Mesa Diretora. Prosseguindo, o Senhor Presidente, abriu espaço aos líderes de partidos para apresentação das chapas para composição das Comissões Técnicas Permanentes, conforme previsto no artigo 58 do Regimento Interno da Câmara, esclarecendo que as mesmas são compostas por três vereadores. Conforme consta do artigo 53 do Regimento Interno, as Comissões Técnicas são as seguintes: Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Públicos; Educação, Saúde, Esportes e Assistência Social; Trânsito e Segurança Pública. O vereador Diogo de Pinho apresentou as seguintes chapas para composição das Comissões Técnicas, ressaltando que cada comissão se reunirá posteriormente para definir o cargo que cada membro das respectivas comissões irá ocupar:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	
Membro	Vereadora Fernanda dos Santos Cattoni
Membro	Vereador Jonas Luiz de Lima
Membro	Vereador Márcio Moisés Selhorst
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
Membro	Vereador Diogo de Pinho
Membro	Vereador Elton Marcos Possamai
Membro	Vereador Lindomar Lindner
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Membro	Vereadora Ana Paula Reiter
Membro	Vereador Diogo de Pinho
Membro	Vereador Elton Marcos Possamai
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Membro	Vereador Lindomar Lindner
Membro	Vereador Roger Michel Knipers
Membro	Vereador Valentim Blasius

COMISSÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA	
Membro	Vereador Diego Pandini
Membro	Vereadora Fernanda dos Santos Cattoni
Membro	Vereador Remir José de Faveri

O Senhor Presidente consultou os demais líderes sobre o registro de outras chapas para as Comissões Técnicas. O vereador Anderson Luz dos Santos, em nome da bancada do PP, apresentou chapa para composição da Comissão de Justiça e Redação, indicando os vereadores:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	
Membro	Vereadora Ana Paula Reiter
Membro	Vereador Anderson Luz dos Santos
Membro	Vereador Fernanda dos Santos Cattoni

Diante da apresentação de duas chapas para composição da Comissão de Justiça e Redação, o Senhor Presidente identificou como CHAPA 1 a nominata apresentada pelo vereador Diogo de Pinho e CHAPA 2 a nominata apresentada pelo vereador Anderson Luz dos Santos. Esclareceu, o Senhor Presidente, que a votação será nominal e aberta, procedendo a seguir a mesma. Votaram a favor da CHAPA 1 os vereadores: Diogo de Pinho; Elton Marcos Possamai; Fernanda dos Santos Cattoni; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Márcio Moisés Selhorst; Remir José de Faveri e Valentim Blasius. Votaram a favor da CHAPA 2 os vereadores: Ana Paula Reiter; Anderson Luz dos Santos; Diego Pandini e Roger Michel Knipers. Com nove votos a favor a CHAPA 1 foi declarada vencedora. Prosseguindo, o Senhor Presidente pediu ao Assessor Legislativo, senhor Sidnei Vieira, que efetuassem a leitura da composição das demais Comissões, conforme chapa apresentada pelo vereador Diogo de Pinho, e mencionada acima. Após a leitura, a vereadora Ana Paula Reiter solicitou a retirada de seu nome na composição da Comissão de Educação, Saúde, Esporte e Assistência Social. Acatando a solicitação, o vereador presidente, Flávio Augusto Ferri Molinari consultou o vereador Diogo de Pinho sobre a indicação de outro vereador para compor a Comissão. Concordou em integrar a Comissão de Educação, Saúde, Esporte e Assistência Social o vereador Jonas Luiz de Lima. O vereador Diego Pandini também solicitou a retirada de seu nome na composição da Comissão de Trânsito e Segurança Pública. Acatando a solicitação, o vereador presidente, Flávio Augusto Ferri Molinari consultou o vereador Diogo de Pinho sobre a indicação de outro vereador para compor a Comissão. Concordeu em integrar a Comissão de Trânsito e Segurança Pública o vereador Valentim Blasius. Não havendo mais nenhuma objeção, o Senhor Presidente solicitou ao Assessor Legislativo, Sidnei Vieira, que fizesse a leitura da chapa para composição das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras e Serviços Públicos; Educação, Saúde, Esportes e Assistência Social; Trânsito e Segurança Pública, com as devidas alterações. Feita a leitura, o Senhor Presidente iniciou votação nominal e aberta para manifestação a favor ou não das chapas apresentadas. Manifestaram-se a favor das chapas os vereadores Ana Paula Reiter; Anderson Luz dos Santos; Diogo de Pinho; Elton Marcos Possamai; Fernanda dos Santos Cattoni; Flávio Augusto Ferri Molinari; Jonas Luiz de Lima; Lindomar Lindner; Márcio Moisés Selhorst; Remir José de Faveri; Roger Michel Knipers, e Valentim Blasius. O vereador Diego Pandini absteve-se de votar. Com este resultado o presidente, vereador Flávio Augusto Ferri Molinari, homologou o resultado da eleição das Comissões Técnicas, para o Biênio 2021/2022, com a seguinte composição:

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO	
Membro	Vereadora Fernanda dos Santos Cattoni
Membro	Vereador Jonas Luiz de Lima
Membro	Vereador Márcio Moisés Selhorst

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	
Membro	Vereador Diogo de Pinho
Membro	Vereador Elton Marcos Possamai
Membro	Vereador Lindomar Lindner

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Membro	Vereador Diogo de Pinho
Membro	Vereador Elton Marcos Possamai
Membro	Vereador Jonas Luiz de Lima

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Membro	Vereador Lindomar Lindner
Membro	Vereador Roger Michel Knipers
Membro	Vereador Valentim Blasius

COMISSÃO DE TRÂNSITO E SEGURANÇA PÚBLICA	
Membro	Vereadora Fernanda dos Santos Cattoni
Membro	Vereador Remir José de Faveri
Membro	Vereador Valentim Blasius

O presidente da Mesa, vereador Flávio Augusto Ferri Molinari, destacou que cada comissão se reunirá posteriormente para escolha / eleição para os respectivos cargos (presidente, vice-presidente e membro), declarando empossados e investidos nas respectivas funções, os membros das Comissões. O vereador Anderson Luz dos Santos solicitou a eleição de um vereador para Corregedor da Câmara, conforme determina o artigo 5º do Código de Ética e Decoro Parlamentar, sendo informado que o Código de Ética está sendo reformulado, devendo no início de fevereiro vir a plenário para apreciação desta Casa. Diante desta informação, os vereadores concordaram em adiar a escolha do Corregedor. O vereador presidente Flávio Augusto Ferri Molinari, atendendo o que determina o Regimento Interno desta Casa, em seu

artigo 57, solicitou aos líderes de bancada que indicassem três vereadores para compor a Comissão Representativa que atuará no recesso de janeiro de 2021, sendo escolhidos os vereadores: Anderson Luz dos Santos (PP); Roger Michel Knipers (MDB) e Remir José de Faveri. Ato contínuo, o Senhor Presidente, sugeriu ao plenário que a primeira reunião de fevereiro seja realizada no dia 1º, obtendo aquiescência de todos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião convocando a todos para o dia 1º de fevereiro de 2021, às 18h30, em reunião presencial ou reunião remota, conforme o grau de classificação da pandemia da COVID-19, no município de Indaial, reafirmando que todos serão devidamente informados com antecedência.

Sala das Sessões em 1º de janeiro de 2021.

ANA PAULA REITER	:	
ANDERSON LUZ DOS SANTOS	:	
DIEGO PANDINI	:	
DIOGO DE PINHO	:	
ELTON MARCOS POSSAMAI	:	
FERNANDA DOS SANTOS CATTONI	:	
FLÁVIO AUGUSTO FERRI MOLINARI	:	
JONAS LUIZ DE LIMA	:	
LINDOMAR LINDNER	:	
MARCIO MOISES SELHORST	:	
REMIR JOSÉ DE FAVERI	:	
ROGER MICHEL KNIPERS	:	
VALENTIM BLASIUS	:	

Iomerê

PREFEITURA

CONTRATO Nº 01/2021 - PMI

Publicação Nº 2795452

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA. CT21/001

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr. LUCÍ PERETTI, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BRANDALISE CLINICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 07.127.755/0001-09, com sede na Rua Brasil, nº 457 – Térreo - Centro, na cidade de Videira/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de assessoria na área de medicina ocupacional e a elaboração e implantação dos seguintes serviços, diretamente prestados na sede da Prefeitura, pela CONTRATADA, através de profissionais habilitados e capazes:

- PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho. Levantamento técnico para fins de insalubridade, salubridade e periculosidade;
- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- ASO – Exames de atestado de saúde ocupacional (admissional, demissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho);
- Treinamento quando ao uso correto dos EPIs equipamento de proteção individual;
- Audiometria conforme solicitação médica;
- PPP perfil profissiográfico previdenciário quando solicitado para aposentadoria.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PAGAMENTO

O valor total deste contrato é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser pago a CONTRATADA através de 12 (doze) parcelas de R\$ 1.125,00 (um mil cento e vinte e cinco reais) mensais, mediante emissão e apresentação de documento fiscal (nota) pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente contrato passa a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2021 com duração até 31 de dezembro de 2021, podendo ser renovado por igual período, caso haja concordância e ajuste expresso da CONTRATANTE, sendo utilizado índice oficial INPC para correção anual.

CLÁUSULA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

I – Caberá ao CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda;
- b) manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial, a ser designada pelo Prefeito Municipal, visando a fiscalização dos trabalhos;
- c) encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, no DOM dentro dos prazos legais;
- d) arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato e seus aditivos, se ocorrerem;
- e) as demais responsabilidades determinadas no contrato.

II – Caberá à CONTRATADA:

- a) executar os serviços objeto do presente contrato, de acordo com cláusulas enunciadas;
- b) arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros que forem necessários à execução do contrato;
- c) facilitar todas as atividades de fiscalização da pessoa ou Comissão da CONTRATANTE;
- d) fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que a pessoa designada ou a Comissão solicitar, inclusive laudo técnico de profissional qualificado;
- e) responder civil e criminalmente pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade com a fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE ou qualquer outro órgão fiscalizador;
- f) compor o quadro de funcionários com pessoal capacitado para o exercício das funções.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS
Complem. Elemento	3390.3999 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários
Reduzido	09

CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES

- I – Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitações, impedimento de contratar com o Município por prazo não superior a 02 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- II – A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da notificação, implicará multa de 10%(dez por cento) do valor do contrato.
- III – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- IV – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei, em especial no Capítulo III, Seção V, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, pelos motivos enumerados no artigo 78, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- b) consensualmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- d) no caso de dolo ou culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;
- e) quando, pela reiteração de impugnações feitas pelo CONTRATANTE, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir sua execução;
- f) se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique o fornecimento do material contratado;
- g) se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem a prévia autorização expressa do CONTRATANTE;
- h) o descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Único: Ficam reconhecidos, nos termos da lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO

- I – O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto deste contrato, a qualquer hora, pelo órgão competente do Município, ou por meio de pessoa designada ou através de uma Comissão, especialmente designada para este fim.
- II – A fiscalização exercida não reduz, nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.
- III – O Município de Iomerê poderá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do presente contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda, fazer relatórios sobre o comportamento do contrato, sendo permitida aplicação de multas por infrações cometidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA: DOS RECURSOS

Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do capítulo V, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, se dirigidos diretamente ao Prefeito, e protocolados na sede da Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula, não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS ENCARGOS

Os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, necessários para a prestação dos serviços, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, ficando esta ainda, responsável pela correta aplicação das normas de segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS CONDIÇÕES GERAIS

- I – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e pelos princípios de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.
- II – Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando o contrário estiver explicitamente exposto.
- III – Só se iniciam e se vencem prazos, nos dias em que houver expediente normal da Prefeitura Municipal de Iomerê.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo de cada Secretaria Municipal de Administração, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento da mercadoria/serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, SC., para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. E por estarem assim acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em duas vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Iomerê-SC, 04 de janeiro de 2021.
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

BRANDALISE CLINICA ASSESSORIA
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

Suzana Testa Mugnol
OAB/SC 28328

CONTRATO Nº 02/2021 - PMI

Publicação Nº 2795453

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

CT21/002

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Luci Peretti, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 02.064.763/0001-21, com endereço na Rua Saul Brandalise, nº 400 Centro na cidade de Videira-SC, denominado de CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gasolina aditivada e comum para abastecimento de veículo da frota do Município de Iomerê, para o período de janeiro de 2021, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR R\$	VALOR TOTAL R\$
01	200	Lts	Gasolina aditivada		4,259	851,80
02	2300	Lts	Gasolina comum		4,259	9.795,70

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Os preços não poderão ser revistos até o término desse contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato será feito em favor da CONTRATADA mediante depósito bancário em sua conta corrente, após a entrega do objeto, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Será de responsabilidade da Contratada:

Fornecer os combustíveis, objetos deste contrato, de acordo com as especificações técnicas do Departamento Nacional de Combustíveis;

Apresentar, sempre que solicitado pelo Município, documentos relacionados ao cumprimento do objeto do contrato, em especial, certidões negativas.

Assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

Obriga-se a manter durante todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; a declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município poderá aplicar a contratada as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

A demora na entrega do objeto do contrato, ou justificativas inaceitáveis pela demora, ensejarão a rescisão imediata do presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato, correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2021 de cada secretaria solicitante.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O contrato inicia na sua assinatura e término em 05 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo das Secretarias Municipais, através de seu secretário. Será responsável também para atestar as notas fiscais, com o recebimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, 06 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ
CONTRATANTE

AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Suzana Testa Mugnol
OAB.SC 28328

PORTARIA N° 3684/2021

Publicação N° 2796457

PORTARIA N° 3684 DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

Altera portaria n° 3593 de 07 de julho de 2020 que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal.

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE,

Art. 1º Alterar a portaria n° 3593 de 07 de julho de 2020, que autoriza servidores a conduzirem veículos da frota municipal. Ficando autorizados a partir desta data os seguintes servidores:

Gabinete do Prefeito
Emanuel Sipp
Luci Peretti
Rubia Rodrigues Scandiel
Suzana Testa Mugnol

Secretaria de Administração e Finanças
Helin Perazzoli Bogoni
Jaqueline Terezinha Deon
Joselito Luiz Munaro
Josnei Bavaresco
Jucilene Consoni Rech
Jurandir Crestani Nunes
Luiz Carlos Bondicz
Tiago Henrique Litrento

Secretaria de Educação
Carla Candiago
Ederson Leobet
Henrique Locatelli
Marines Maksimavic Colissi
Marines Zanetti Zago
Macleise Trento
Olivir Pagno
Ronaldo Harz
Sarajane Helena Pazin Gonçalves Dias
Simone Cantu Centofanti
Valério Peretti

Secretaria de Agricultura
Alex de Souza Machado
Helio Miguel de Jesus
Juares Vieira de Barros
Leandro Zamboni
Luciane Wickert
Luiz Antonio Mugnol
Marcos Antonio Ribeiro de Lima
Moacir Ernesto Crestani
Valdecir Brugnago

Secretaria de Infraestrutura
Ferminio Sovrani
Juarez Antonio Lima
Leonor Odilo Kaiser
Maikon Quagliotto
Maikon Turmina
Marildo Fantinel
Odacir Antonio Menegatt
Silvio Maksimavic
Valdenir Pereti

Secretaria de Saúde e Ação Social
Augusto Ebeling
Cleide Colombo Nava
Daiana Amália Chaves
Daniele Wilmsen
Edina Maria Amann Paloschi
Eduardo Mario Zanini
Eduardo Paulo Riedtmann da Silva
Elizete Buffon Balbinot
Elizeu Massaneiro
Fabiola Ansiliero de Paula
Grazielle Faletti
Iriberto Antonio Volpato
Isabela Rech Biscaro
Ivanir Perosa Pelle
José Fernando Escandiel
Leonardo Vanim
Leonilde F. Faccin

Loreci Maria Pereti
Luana Alves Pereira
Marcelo Maraninchi Pavesi
Marisa Oss Cenci
Maristela Brugnago Crestani
Michele Reus Elias
Neila Kenia Pires de Lima
Odir Pagno
Rodrigo Jakobczynski
Rosenilda Aparecida Vitali dos Santos
Shaiane Harz
Sibele Orsatto
Sibeli Aparecida Morelato Fiorentin
Simara Cividini
Valdir Foschiera
Valeria Grifante
Vanessa Verona
Vera Lúcia Lauermann
Veriano Modena.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do servidor estar habilitado para condução do veículo dentro da sua respectiva categoria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
Iomerê, 06 de janeiro de 2021.
LUCI PERETTI
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 3685/2021

Publicação Nº 2795206

PORTARIA Nº 3685 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

A Prefeita de Iomerê - SC, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas no artigo 88, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Iomerê;

Considerando o disposto na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

CONSIDERANDO os Princípios Constitucionais da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Pública, da Eficiência e da Publicidade que regem a Administração Pública.

CONSIDERANDO a necessidade de executar de maneira eficiente e eficaz os procedimentos licitatórios que envolvam a Municipalidade;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal Nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que preconiza seu artigo 51, que exige a necessidade de existência de comissão permanente ou especial de licitação para processamento ou julgamento da habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral ou cancelamento e o processamento das propostas das licitações promovidas pela Administração Pública;

CONSIDERANDO, ainda a necessidade de reformulação da Comissão Permanente de Licitação; resolve:

Art. 1º. Nomear os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitação do Município de Iomerê – SC:

Presidente: Josnei Bavaresco – Servidor Efetivo;

Secretária: Marines Maksimavic Colissi – Servidora Comissionada,

Membro: Joselito Luiz Munaro – Servidor Efetivo;

Membro: Luciane Wickert – Servidora Efetiva;

Membro: Fabiola Ansiliero de Paula Servidora Comissionada.

Art. 2º. Compete a Comissão Permanente de Licitação, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislação e atos normativos que disciplina ou vierem a disciplinar a matéria, processar e julgar as licitações referente as aquisições de bens, contratação de serviços, obras e locação de bens móveis no âmbito do Município de Iomerê.

Parágrafo Único: Competirá, ainda, observar todas as regulamentações internas e apresentar a autoridade superior relatório anual dos trabalhos realizados pela Comissão, além de outros que vierem a ser solicitados a depender da necessidade.

Art. 3º. O período de vigência da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nos termos do § 4º do artigo 51 da Lei 8.666/93, será de 01 (um) ano a contar da data de sua publicação.

Art. 4º. Os membros da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeados nesta portaria farão parte da equipe de apoio nos certames licitatórios realizados sob a modalidade pregão.

Art. 5º. Nos impedimentos e/ou afastamento eventuais do Presidente da Comissão, responderá por este, o 1º membro, na ordem acima estabelecida, e assim sucessivamente.

Art. 6º. Na modalidade de licitação denominada Leilão, o Presidente desta Comissão fica designado como Leiloeiro, conforme artigo 53 da lei nº 8.666/93.

Art. 7º. Em hipótese da aplicação da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, Decreto Lei nº 5450/2005 e demais legislação que se referem a espécie, fica designado o Pregoeiro Josnei Bavaresco, Servidor Efetivo, para realizar Pregões Presenciais e Eletrônicos.

Art. 6º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 08/01/2022, revogando quaisquer disposição em contrário.

Iomerê (SC, 07 de janeiro de 2021.
LUCI PERETTI
Prefeita do Município de Iomerê

PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2021

Publicação N° 2796365

MUNICÍPIO DE IOMERÊ**Edital de Pregão Presencial nº 01/2021**

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 01/2021 para aquisição de gêneros de alimentação. A abertura das propostas se dará no dia 21/01/2021 às 09h na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 08 de janeiro de 2021.
Luci Peretti
Prefeita Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/20212020

Publicação Nº 2796254

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Adélio Marx, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 099/2020, homologadas no dia 5 de janeiro de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS E ARLA PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MOTORIZADA DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para o item cotado são as seguintes:

Fornecedor: POSTO DO FAISCA LTDA

Item	Produto Código	Produto – Descrição	Unidade	Quantidade	Valor-Unitário	Valor Total
1	13234	GASOLINA COMUM FILTRADA	Litro	100.000,00	3,90	390.000,00
2	52	OLEO DIESEL COMUM FILTRADO	Litro	300.000,00	3,20	960.000,00
3	39873	Óleo Diesel S10	Litro	250.000,00	3,23	807.500,00
4	38984	ARLA 32 20LT	Galão	150,00	44,00	6.600,00
						TOTAL R\$ 2.164.100,00

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4.2.1. O valor do reajuste quando solicitado pelas empresas vencedoras NÃO poderá ser maior que o preço A VISTA praticado na bomba de combustível, sob pena de notificação e advertências.

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Processo Administrativo nº 099/2020 - Pregão Presencial nº 035/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA

4.1. O fornecimento dos combustíveis deverá ser feito de forma parcelada e continuada, diariamente, conforme a necessidade do contratante (veículo individualizado), em local apropriado e localizado dentro do perímetro urbano do Município de Iporã do Oeste/SC, diretamente nos tanques e/ou reservatórios de seus veículos e máquinas, devendo ser observadas as condições e regras estabelecidas na portaria

116/2000 da Agencia Nacional de Petróleo – ANP.

4.1.2. A empresa vencedora SEMPRE deverá dispor de uma reserva de combustível para o município de Iporã do Oeste de no mínimo 500 litros para o item 01, de 1.500 litros para o item 02 e de 1.500 litros para o item 03.

4.2. O item 04 – ARLA 32 deverá ser entregue NOS LOCAIS DEFINIDOS pelas Secretarias Municipais, em até 05 (cinco) dias uteis após o recebimento da Ordem de Fornecimento com as quantidades solicitadas.

4.3. O valor do reajuste quando solicitado pelas empresas vencedoras NÃO poderá ser maior que o preço A VISTA praticado na bomba de combustível, sob pena de notificação e advertências.

4.4. As quantidades constantes neste termo de referência são meras estimativas de consumo, não ficando obrigada a Administração à aquisição total, tendo até 12 (doze) meses para efetuar a aquisição dos produtos.

4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor lícitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor lícitado e aprovado.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os produtos de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos produtos não entregues ao município e realize a cobrança financeira que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela entrega dos produtos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;

- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 5 de Janeiro de 2021.

ADELIO MARX
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

POSTO DO FAISCA LTDA – CNPJ nº 38.030.442/0001-53

CONTRATO 007-2021

Publicação N° 2795816

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE
Extrato CONTRATO N° 007/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0101/2020

Pregão Presencial N° 037/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte adjudicação e homologação da contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, A SER UTILIZADA PELAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais)

DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste – SC – CNPJ nº 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: HAMMES PAPELARIA E INFORMATICA LTDA – ME - Cnpj nº 10.248.224/0001-70

DA VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de Dezembro de 2021.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 7 de Janeiro de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal

Ipuaçu

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2021

Publicação Nº 2796142

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 67/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 29/2020

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 32.241.030/0001-86

OBJETO: Aquisição de materiais e utensílios de cozinha para a execução de programas sociais para a Secretaria da Assistência Social do Município de Ipuaçu/SC, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021 e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 01/2021

Publicação Nº 2795553

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 01/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 12.014.370/0001-67.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 02/2021

Publicação Nº 2795556

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 02/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 00.802.002/0001-02.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 03/2021

Publicação Nº 2795558

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 03/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 82.291.311/0001-11.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 04/2021

Publicação Nº 2795562

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 04/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob Nº 11.776.334/0001-78.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no

Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 05/2021

Publicação Nº 2795564

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 05/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 83.157.032/0001-22.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 06/2021

Publicação Nº 2795569

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 06/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 69/2020.

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 31/2020.

CONTRATADA: PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 17.184.520/0001-02.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 10/2021

Publicação Nº 2796030

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 10/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 66/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 28/2020

CONTRATADA: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.847.687/0001-55

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 11/2021

Publicação Nº 2796033

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 11/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 66/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 28/2020

CONTRATADA: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob nº 17.609.784/0001-52.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº 12/2021

Publicação Nº 2796037

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 12/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 66/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 28/2020

CONTRATADA: TUPY PRÉ-MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 79.297.339/0001-51.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 07/2021

Publicação Nº 2795869

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 07/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 62/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 25/2020

CONTRATADA: DARU INDUSTRIA TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 37.020.966/0001-09.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja, de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 08/2021

Publicação Nº 2795873

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 08/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 62/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 25/2020

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.241.030/0001-86.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja, de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 09/2021

Publicação Nº 2795876

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREF Nº. 09/2021.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF n. 62/2020

PREGÃO PRESENCIAL PREF n. 25/2020

CONTRATADA: TECIMAI COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.816.922/0001-34.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

PRAZO: A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano a contar da data da assinatura da presente ata, ou seja, de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 01/2021

Publicação Nº 2795479

CONTRATO PREF Nº 01 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 12.014.370/0001-67.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 01/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 16.498,00 (Dezesseis mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 02/2021

Publicação Nº 2795496

CONTRATO PREF Nº 02 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 00.802.002/0001-02.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 02/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 10.995,00 (Dez mil, novecentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 03/2021

Publicação Nº 2795507

CONTRATO PREF Nº 03 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 82.291.311/0001-11.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 03/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 45.250,00 (quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 04/2021

Publicação Nº 2795519

CONTRATO PREF Nº 04 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI, inscrita no CNPJ sob Nº 11.776.334/0001-78.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 04/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 32.996,00 (trinta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 05/2021

Publicação Nº 2795526

CONTRATO PREF Nº 05 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 83.157.032/0001-22.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 05/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares

da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 6.428,00 (seis mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 06/2021

Publicação Nº 2795539

CONTRATO PREF Nº 06 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA ENFRENTAMENTO AO COVID 19 PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: PRO CIRURGICA CHAPECÓ PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 17.184.520/0001-02.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, Lei n.13.979/2020, e também Processo Licitatório PREF n. 69/2020 Pregão Presencial PREF n. 31/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 06/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais de EPI (Equipamento de Proteção Individual) para enfrentamento ao Covid 19 para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e para a Secretaria da Assistência Social na execução de programas sociais, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 21.936,00 (vinte e um mil, novecentos e trinta e seis reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 07/2021

Publicação Nº 2795880

CONTRATO PREF Nº. 07 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E ARTESANATO PARA AS SECRETARIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: DARU INDUSTRIA TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 37.020.966/0001-09.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 62/2020 Pregão Presencial PREF n. 25/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 07/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 7.580,00 (sete mil, quinhentos e oitenta reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 08/2021

Publicação Nº 2795884

CONTRATO PREF Nº. 08 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E ARTESANATO PARA AS SECRETARIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 32.241.030/0001-86.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 62/2020 Pregão Presencial PREF n. 25/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 07/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 44.415,70 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quinze reais com setenta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 09/2021

Publicação Nº 2795898

CONTRATO PREF Nº. 09 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E ARTESANATO PARA AS SECRETARIAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: TECIMAIIS COMÉRCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 01.816.922/0001-34.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo

Licitatório PREF n. 62/2020 Pregão Presencial PREF n. 25/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n. 07/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a Aquisição de Tecidos, Aviamentos e Artesanato para as Secretarias da Assistência Social, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 161.735,30 (cento e sessenta e um mil, setescentos e trinta e cinco reais, e trinta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 10.2021

Publicação Nº 2796047

CONTRATO PREF Nº. 10 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO TAMANHOS DIVERSOS PARA USO DA PREFEITURA E DEPARTAMENTOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.847.687/0001-55.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 66/2020 Pregão Presencial PREF n. 28/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n.10/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 11.2021

Publicação Nº 2796053

CONTRATO PREF Nº. 11 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO TAMANHOS DIVERSOS PARA USO DA PREFEITURA E DEPARTAMENTOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, inscrita no CNPJ sob nº 17.609.784/0001-52.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 66/2020 Pregão Presencial PREF n. 28/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n.10/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 179.115,00,00 (cento e setenta e nove mil, cento e quinze reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 12/2021

Publicação Nº 2796061

CONTRATO PREF Nº. 12 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO TUBOS DE CONCRETO TAMANHOS DIVERSOS PARA USO DA PREFEITURA E DEPARTAMENTOS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: TUPY PRÉ-MOLDADOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 79.297.339/0001-51.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF n. 66/2020 Pregão Presencial PREF n. 28/2020 e Ata de Registro de Preços PREF n.10/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Tem por objeto o presente edital, a seleção de propostas para a aquisição tubos de concreto tamanhos diversos para uso da Prefeitura e departamentos, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

CONTRATO PREF Nº 13/2021

Publicação Nº 2796149

CONTRATO PREF Nº 13 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS PARA A SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: DISTRIBUIDORA LIMA LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 32.241.030/0001-86.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo

Licitatório PREF n. 67/2020 Pregão Presencial PREF n. 29/2020 e Ata de Registro de Preços PREF nº. 13/2021 datada de 06 de janeiro de 2021.

OBJETO: Aquisição de materiais e utensílios de cozinha para a execução de programas sociais para a Secretaria da Assistência Social do Município de Ipuauçu/SC, conforme descrições contidas no Anexo I – termo de referências deste edital.

VALOR: O Município pagará ao Contratado em moeda corrente o valor de até R\$ 23.496,30 (vinte e três mil, quatrocentos e noventa e seis reais e trinta centavos).

PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 06 de janeiro de 2021, e perdurará até a data de 06 de janeiro de 2022.

DECRETO Nº 015 DE 06 DE JANEIRO DE 2021. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2796875

DECRETO Nº 015

DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 8 e 9 da Lei 932 de 03 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 143.311,59 (cento e quarenta e três reais e cinquenta e nove centavos) nas seguintes programações de despesa:

08.00 – Secretaria de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.0801.2.055 - Cofinanciamento Programas Sociais Estado

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.3.65.0001 – Superávit Financeiro Benefícios Eventuais Estado – Covid19

Despesa: 70 – R\$ 43.311,59

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.031 – Manutenção da Atenção Básica

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.3.38.0001 – Superávit Financeiro Repasse SUS – Covid19

Despesa: 9 – R\$ 100.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 0.3.65.0001 – Superávit Financeiro Benefícios Eventuais Estado – Covid19 e 0.3.38.0001 – Superávit Financeiro Repasse SUS – Covid19.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 06 de janeiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 01.2021, EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2797049

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina comunica que se encontra aberto o Processo Licitatório PREF nº. 01.2021, Edital de Chamamento Público para cadastro de fornecedores conforme previsão no Art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e em virtude da realização frequente de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto ao Município de Ipuauçu - SC.

Fundamento legal é a Lei n. 8.666 1993 consolidada, e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos no site oficial do município, ou junto a Prefeitura Municipal sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 04 de janeiro de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2021 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2021/PM**

Publicação Nº 2796168

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2021
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2021

HILARIO REFFATTI - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 21/01/2021, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 21/01/2021. Objeto da licitação: aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 07/01/2021
HILARIO REFFATTI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 1º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 51, PP 15- ÓLEO LUB. E HIDR.-RODAMAX

Publicação Nº 2795030

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO 51/2020

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020, do PROCESSO Nº 51/2020, homologado aos 12 de agosto de 2020, cujo objeto é: registro de preço de óleo lubrificantes e hidráulico, para a manutenção preventiva da frota municipal, conforme as características e quantidades anexo III do Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2020.51.10656
de 13 de agosto de 2020

FORNECEDOR: RODOMAX COMÉRCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS LTDA ME, situada na RUA CORONEL NECO JANUÁRIO, Nº 1180, SALA B, BAIRRO: CENTRO, CEP: 97.900-000, Município de CERRO LARGO-RS, inscrita no CNPJ sob n. 20.519.809/0001-31 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 030/0044305, representado pelo Senhor ALLAN JEISON LUNKES MAYER, CPF:013.774.680-62.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Conforme solicitação recebido da empresa acima mencionada e protocolado sob o protocolo da Prefeitura Municipal sob o número 9/2021 de 5 de janeiro de 2021, às 15:hs23min, e parecer Jurídico anexo, solicitando o aumento de preço dos itens do óleo lubrificante, que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, visando a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total	% aumento do item
2	TDH óleo especial (fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulica) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.	BAL	15,00	IPIRANGA	391,73	5.875,95	32,88%
4	Óleo Hidráulico ISO 68 que atenda as normas DIN.51524, parte 2/ categoria HLP, AFNOR NF E 48600, categoria HM, CETOP RP 91H BS 4231, categoria HSD, DENISON HF2, VDMA 24318, FZG FORD M6C32, em balde de 20 litros.	BAL	100,00	IPIRANGA	301,76	30.176,00	38,55%
6	Óleo para transmissão SAE 90 com nível de desempenho API GL-5, com propriedades de extrema pressão, atendendo a norma MIL - L - 2105D, em balde de 20 litros.	BAL	10,00	IPIRANGA	340,20	3.402,00	30,90%

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total	% aumento do item
7	Óleo lubrificante universal para tratores agrícolas, multi-usuais, adequado para uso em transmissões, sistemas hidráulicos, freios banhados a óleo, comandos finais e sistemas de arranque. Atende API GL-4; SAE 30; ALLISON, balde de 20 litros.	BAL	15,00	IPIRANGA	360,64	5.409,60	33,62%
16	Óleo hidráulico de alto desempenho, com índice de viscosidade elevado e baixo ponto de fluidez, desenvolvido especialmente para sistemas que operem em condições severas de pressão e grandes variações de temperatura. Atendendo as especificações ISO 46, DIN 51524 parte 3 HLPV. Denison HF-0, HF-1 e HF-2; General Motors LS-2; ISO 11158 Categoria HM e HV. BALDE DE 20 LITROS.	BAL	20,00	IPIRANGA	407,48	8.149,60	31,66%
17	Lubrificante mineral, atenda a lubrificação de equipamentos pesados que utilizam um único fluido para transmissão, diferencial, sistema hidráulico e freios úmidos. Atende especificação API GL4 10w30, John Deere J20C, AGCO MS 1145, CNH MAT 3525, Allison C-4.. Balde de 20 litros.	BAL	35,00	IPIRANGA	391,73	13.710,55	32,88%
Valor Total Registrado						R\$ 66.723,70	

O presente extrato da Ata de Registro de Preços acima citado, passa a ter vigência, na data de sua assinatura até 13 de agosto de 2021.

EXTRATO DO 1º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 72, PP 25- AMAURI ZANCHETT-ÓLEO DIESEL

Publicação Nº 2795035

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO 72/2020

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020, do PROCESSO Nº 72/2020, 15 de dezembro de 2020, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2021, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2020.72.10717
AMAURI ZANCHETT -ÓLEO DIESEL

FORNECEDOR: AMAURI ZANCHETT, situada na LINHA LIMEIRA S/N, BAIRRO: INTERIOR, CEP: 89.825-000, município de XAXIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 30.095.205/0001-69 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 260.010.189, representado pelo Senhor AMAURI ZANCHETT, CPF: 666.668.139-87.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Conforme solicitação recebida da empresa acima menciona e protocolada sob o nº 4/2021, às 09:hs-54min, de 04 de janeiro de 2021, e parecer Jurídico anexo, solicitando o aumento do preço do óleo diesel, que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, visando a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço passando o valor de R\$ 2,97(dois reais e noventa e sete centavos) para R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL S 10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST. S/A	3,15	630.000,00
Valor Total Registrado					R\$ 630.000,00	

O presente extrato da Ata de Registro de Preços acima citado, passa a ter vigência, na data de sua assinatura até 15 de dezembro de 2021.

EXTRATO DO 1º T. ADIT. A ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 72, PP 25- BIFFI & BIFFI-GASOLINA

Publicação Nº 2795036

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020
PROCESSO DE LICITAÇÃO 72/2020

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2020, do aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2021, conforme especificações anexas ao Edital, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2020.72.6007
BIFFI & BIFFI LTDA-GASOLINA

FORNECEDOR: BIFFI & BIFFI LTDA., situada na RUA D. PEDRO II, 444, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 83.576.892/0002-81 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.829.606, representado pelo Senhor DIOGO BIFFI, CPF: 054.931.059-26.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Conforme solicitação recebido da empresa acima mencionada e protocolado sob o protocolo da Prefeitura Municipal sob o número 5/2021 de 5 de janeiro de 2021, às 10:hs33min, e parecer Jurídico anexo, referente o aumento do referido item da gasolina comum, que compõem o objeto da ata de registro de preço ora aditado, visando a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro de que trata o Art. 65 em seu inciso II, letra d, da Lei 8.666/93, altera-se o preço passando o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para R\$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos), conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	L	25.000,00	SHELL	4,59	114.750,00
Valor Total Registrado					R\$114.750,00	

O presente extrato da Ata de Registro de Preços acima citado, passa a ter vigência, na data de sua assinatura até 15 de dezembro de 2021.

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES 02/2021

Publicação Nº 2795176

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM-SC

MODALIDADE: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES 02/2021.

HILARIO REFFATTI, PREFEITO MUNICIPAL DE IPUMIRIM, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto a partir do dia 18 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021, o cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos, para o exercício de 2021. Cópia do edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria de Agricultura, no horário de expediente, pelo telefone (0XX49) 3438-3429 ou 3438-3422 e pelo e-mail compras@ipumirim.sc.gov.br.

Ipumirim-SC, em 07 de janeiro de 2.021

HILARIO REFFATTI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 17-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO ALISON

Publicação Nº 2795245

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 17/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a ALISON BIANCHESI, ocupante do cargo de Servente, admitido por concurso público, gratificação de função de 70% (setenta por cento) sobre o piso salarial do município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 291/2015, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.

HILARIO REFFATTI

Prefeito Municipal

PORTARIA 18-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO ADRIANA BORTOLANZA

Publicação Nº 2795246

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 18/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a ADRIANA BORTOLANZA, ocupante do cargo de Enfermeira, admitida por concurso público, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município, devido a necessidade de plantões de sobreaviso, com freq-entes chamadas para coleta de exames para corona vírus (Sars-Cov2), orientações de pacientes com casos confirmados e suspeitos bem como seus familiares, além de outras atividades inerentes a vigilância epidemiológica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 302/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2021.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 19-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO MILANIA

Publicação Nº 2795250

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 19/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a MILANIA ZUCHI PATZLAFF, ocupante do cargo de Enfermeira, admitida por concurso público, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município, devido a necessidade de plantões de sobreaviso, com freq-entes chamadas para coleta de exames para corona vírus (Sars-Cov2), orientações de pacientes com casos confirmados e suspeitos bem como seus familiares, além de outras atividades inerentes a vigilância epidemiológica.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 302/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2021.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 20-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO LUCIANA

Publicação Nº 2795252

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 20/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a LUCIANA DEZZANETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, admitida por concurso público, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 113/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir

de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 21-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO MARCIA

Publicação N° 2795257

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM
PORTARIA N°. 21/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a MARCIA BARON SERAFIN, ocupante do cargo de Agente de vigilância Sanitária, admitida por concurso público, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município, devido a necessidade de ações de fiscalização e plantões de sobreaviso da vigilância sanitária em finais de semana, para ações de combate ao corona vírus (Sars-Cov-2).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 439/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 22-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO JANIEL

Publicação N° 2795261

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA N°. 22/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a JANIEL GIRON, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária – Ensino Superior, admitido por concurso público, gratificação de função de 100% (cem por cento) sobre o piso salarial do município, devido a necessidade de ações de fiscalização e plantões de sobreaviso da vigilância sanitária em finais de semana, para ações de combate ao corona vírus (Sars-Cov-2).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 439/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 23-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO ROSELEI

Publicação Nº 2795263

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 23/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a ROSELEI REGERT, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA LATO SENSU, com carga horária de 30 horas semanais, constante do ANEXO I, Quadro Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, da Lei Complementar n.º 003/2002, passando como Professora Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos de acordo com o termo de compromisso n.º 002/2016, com gratificação de função de 45% (quarenta e cinco por cento) do piso salarial da Prefeitura até a vigência do presente termo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 140/2017, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2021.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 24-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO MARISA

Publicação Nº 2795264

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 24/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a MARISA PICK BALLER, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas, como COORDENADORA DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO concedendo gratificação de função de 50% (cinquenta por cento) do piso inicial da Prefeitura.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 387/2018, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2021.
HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 25-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO DILVIANA

Publicação Nº 2795268

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 25/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a DILVIANA CASON, no Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA – CATEGORIA “ENSINO SUPERIOR”, com carga horária de 40 horas semanais, gratificação de função no valor de 60% (sessenta por cento) sobre o nível inicial do professor nível superior constante no anexo III – 40 horas, para exercer o cargo de Diretora no NEM Professor Claudino Locatelli.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 513/2020, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 26-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO ROSANE

Publicação Nº 2795273

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 26/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a ROSANE HEEMANN, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA – CATEGORIA “LATU SENSU”, com carga horária de 40 horas semanais, gratificação de função no valor de 40% (quarenta por cento) sobre o nível inicial do professor nível superior constante no anexo III – 40 horas, para exercer o cargo de Direção da Creche Municipal Danilo João Cason.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 84/2019, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA 27-2021 REVOGA GRATIFICAÇÃO ROSMERI

Publicação Nº 2795277

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO MUNICIPAL DE IPUMIRIM

PORTARIA Nº. 27/2021 de 07 de Janeiro de 2021.

REVOGA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

HILÁRIO REFFATTI, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

R E V O G A.

Art. 1º - Fica revogada a Gratificação de função que foi concedida a ROSMERI GUERINI FALABRETTI, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSORA – CATEGORIA “LATU SENSU” 40 HORAS, gratificação de função Nível fg-03 40% sobre o nível inicial do professor nível superior constante no anexo III – 40 horas, para exercer o cargo de Direção do Núcleo Educacional Municipal João Canton.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria 85/2019, a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Ipumirim - SC, 07 de Janeiro de 2.021.

HILARIO REFFATTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2021/CMV

Publicação Nº 2794980

PORTARIA Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Contrata Servidora para ocupar Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso VII, do art. 34 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º - Fica contratada a Senhora Jacira Bonissoni Rech, brasileira, casada, nascida em 06/11/1974, portadora da Cédula de Identidade nº 2.135.880 e CPF nº 949.964.589-68, para o Cargo de DIRETORA CONTÁBIL E FINANCEIRA – DCF, Nível CC 02, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, com vencimentos previstos no Anexo IV, da Lei Complementar nº 005/2002, de 29 de setembro de 2002 - que Dispõe Sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Poder Legislativo do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º- A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, aos 4 dias do mês de janeiro de 2021

Marineide Pick Pilatti
Presidente

Clodomar Carlos Zanella
Vice-Presidente

Marlon Pichler
Primeiro Secretário

Milton José Schutz
Segundo Secretário

Registra-se e publica-se em
4 de janeiro de 2021

Adriane Cagol Zanella
Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2021/CMV

Publicação Nº 2794988

PORTARIA Nº 2, DE 4 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre a concessão de férias regulamentares a servidora ocupante de cargo de Provimento Efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. Fica concedido período de férias regulamentares de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2019 a 31/10/2020 e período de gozo de 4 de janeiro a 2 de fevereiro de 2021, à Servidora Irene Siebeneichler Mosconi, nascida em 18/11/1974, portadora da RG nº 14/C 2.135.730, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, lotada na função de Agente de Serviços de Copa e Cozinha, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, aos 4 dias do mês de janeiro de 2021

Marineide Pick Pilatti
Presidente

Registra-se em publica-se
Em 4 de janeiro de 2021

Adriane Cagol Zanella
Auxiliar Administrativo

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PL 004/2021 PP 03/2021

Publicação Nº 2794952

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de uma CAMIONETE PICK-UP CABINE DUPLA 4x4 DIESEL (USADA), com ano de fabricação não inferior a 2018, de acordo com as especificações detalhadas no Anexo I, para uso na manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 20/01/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 08 de Janeiro de 2021.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO PL 005/2021 TP 01/2021

Publicação Nº 2795175

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 005/2021
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Objeto: Contratação de empresa de construção civil para CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO INDUSTRIAL, com área total a ser construído de 803,53 m², na Área Industrial, situada na BR 282, Km 617 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.

Modalidade: Tomada de Preços.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 25/01/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 08 de janeiro de 2021.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECRETO 006 2021

Publicação N° 2794976

DECRETO N° 000006/21 de 5 de Janeiro de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001466/20 de 1 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 272.282,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

07.01.10.301.1006.2.062-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	150.429,13
07.01.10.304.1006.2.059-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.568,62
07.01.10.301.1006.2.062-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	61.624,27
07.01.10.301.1006.2.061-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	46.710,17
07.01.10.301.1006.2.062-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.950,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro	272.282,19
----------------------	------------

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Janeiro de 2021

JEAN CARLOS NYLAND**Prefeito Municipal**

DECRETO 007 2021

Publicação N° 2795025

DECRETO N° 000007/21 de 5 de Janeiro de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de IRACEMINHA e autorização contida na Lei Municipal nº 001466/20 de 1 de Dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.171.676,04 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

02.01.04.122.1001.2.002-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 177.000,00

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA**03.08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO GERAL**

03.08.06.181.1002.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.828,99

04 - SECRET MUN EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO**04.02 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

04.02.12.361.1003.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.126,34

04.02.12.306.1003.2.036-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 17.322,72

04.02.12.361.1003.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 142.448,60

04.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA

04.04.13.392.1004.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.033,20

04.02 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

04.02.12.361.1003.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3,20

04.02.12.361.1003.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 55.361,55

04.02.12.361.1003.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.060,60

06 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PLANEJAMENTO**06.02 - DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

06.02.15.452.1009.2.055-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.182,09

06.01 - DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES

06.01.26.782.1011.2.051-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 51.919,24

06.01.26.782.1011.1.029-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.975,42

08 - SECRETARIA DE IND, COMERCIO E DESENV ECONOMICO**08.01 - DEPTO DE INDUSTRIA, COM E DESENVOLVIMENTO ECONOMIC**

08.01.22.661.1010.1.039-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 380.000,00

09 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

09.01.08.244.1008.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 247.414,09

10 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

10.01.28.843.1013.0.002-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

46.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

1.171.676,04

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 5 de Janeiro de 2021

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 004/2021 - FMS

Publicação Nº 2794884

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 004/2021
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
Contratada.: LUANA SAQUET JAHNKE LTDA
Valor.: 310.800,00 (trezentos e dez mil oitocentos reais)
Vigência.: Início: 07/01/2021 Término: 07/01/2022
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2020
Recursos.: Dotação:
Objeto.: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE
PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação
de serviços médicos, compreendendo serviços médicos de Clínica Geral
com Regulação, cumprindo os protocolos do Sistema Único de Saúde
(SUS), e registrando todas as informações no Sistema de Informação
utilizada pelo Município para manutenção das atividades da ESF, com
carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme as
especificações constantes neste Edital Convocatório.
Iraceminha, 7 de Janeiro de 2021

EXTRATO DE CONTRATO 005/2021 - FMS

Publicação Nº 2797198

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 005/2021
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA
Contratada.: CIS AMERIOS CONS.INTERMUNIC.DE SAUDE
Valor.: 154.308,00 (cento e cinquenta e quatro mil trezentos e oito reais)
Vigência.: Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021
Recursos.: Dotação:
Objeto.: Repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento, conforme estabelecem as cláusulas oitava, II e Décima do Contrato de Consórcio Público.
Iraceminha, 8 de Janeiro de 2021

EXTRATO DE CONTRATO 005A/2021 - FMS

Publicação Nº 2797204

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 005A/2021

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA

Contratada.: CIS AMERIOS CONS.INTERMUNIC.DE SAUDE

Valor.: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Vigência.: Início: 07/01/2021 Término: 31/12/2021

Recursos.: Dotação:

Objeto.: Repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento, conforme estabelecem as cláusulas oitava, II e Décima do Contrato de Consórcio Público, QUE poderá repassar mais R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) correspondente aos EXCEDENTES a serem utilizados pelo município caso haja necessidade.

Iraceminha, 8 de Janeiro de 2021

Irani

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 - FMS

Publicação Nº 2795960

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2021 – FMS

OBJETO: Credenciamento de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de exames laboratoriais de Análises Clínicas aos usuários do SUS do Município de Irani/SC, de acordo com os preços da Tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde e PPI da Assistência Ambulatorial com recursos financeiros do SUS e ainda sobreaviso de coleta, mais exames laboratoriais para o Pronto Atendimento Municipal, conforme Deliberação CIB 005/04, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde. VIGÊNCIA: 07/01/2021 a 31/12/2021.

Bernardete Lucia Grisa – Gestora do Fundo Mun. de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2021

Publicação Nº 2797182

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021 - OUTRAS MODALIDADES Nº 001/2021 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021

O Município de Irani torna público, que se encontra aberta CHAMADA PÚBLICA para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e do empreendedor rural familiar, destinados a compor a alimentação das unidades de ensino (escolas e creches) da rede municipal, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches – PNAC, para o PRIMEIRO semestre do ano de 2021. Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 01/02/2021. Abertura: às 09h00min do dia 01/02/2021. Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br. Irani, SC, 08 de janeiro de 2021. Maria Inez De Bastiani – Secretária de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº 776 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796370

PORTARIA Nº. 776/2020.

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO a recomendação MPT nº 8021/2020 do Ministério Público do Trabalho;

CONSIDERANDO que a servidora está no período gestacional de 8 semanas e 6 dias (+5 dias), conforme laudo da ultrassonografia datado em 27 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO temporário do local de trabalho a servidora Chérie Rech, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.958.615 e CPF nº 007.907.641-64, ocupante do cargo de provimento temporário de Enfermeira do Pronto Atendimento, atuando na Unidade Sanitária João Gilberto Medeiros dos Santos, carga horária de 44 horas semanais, matrícula nº 2345, em virtude do estado gestacional, com remuneração assegurada, durante o período de transmissão comunitária do novo coronavírus em todo o território nacional.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani/SC, 03 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 793 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796763

PORTARIA Nº 793/2020

DESIGNA SERVIDORES PARA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, ÓRGÃO TÉCNICO E GESTOR DO TERMO DE FOMENTO 01/2019

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 13.019 de 31 de Julho de 2014 e Decreto Municipal nº 080/2017.

RESOLVE:

Art. 1º- Designa os seguintes servidores para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, da parceria celebrada com a Organização da Sociedade Civil denominada SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA APARECIDA DE LINHA PIGOSSO prevista no Termo de Fomento 001/2019, Cláusula décima Sexta, II e em atendimento ao art. 35, alínea "h" da Lei 13.019/2014:

- a) Flavio de Melo – que presidirá a Comissão;
- b) Gilson Moreira Leite – Membro;
- c) Carine Mineiro – Membro.

Art. 2º- Fica também responsável pelo ÓRGÃO TÉCNICO da parceria a Sra Tais Vicenzi Schneider.

Art. 3º - Ainda, atendendo a Cláusula décima Sexta, II e ao art. 35, alínea "g" da Lei 13.019/2014, fica nomeado como GESTOR DA PARCEIRA o Sr. VONEI JORVANI FABRICIO.

Gabinete do Prefeito, Irani/SC, 21 de Dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

PORTARIA Nº 802 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796185

PORTARIA Nº 802/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDETE DEITOS GONZAGA, Secretária Municipal de Assistência Social, do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, expedido em 22 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Aline Bonamigo, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.621.450 e CPF nº 051.119.079-47, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula nº 1838, carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 a 28 de novembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos em 23 de novembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

CLAUDETE DEITOS GONZAGA

Secretária Mun. de Assistência Social.

PORTARIA Nº 803 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796187

PORTARIA Nº 803/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, CRM/SC 84742, expedido em 25 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder a servidora Leticia Lemos das Neves, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.893.300 e do CPF nº 058.432.579-75, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº 2296, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico, no período de 25 de novembro de 2020 a 1º de dezembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 25 de novembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 804 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796192

PORTARIA Nº 804/2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pelo Dr. João Manoel Lunardy Sperry, expedido em 30 de novembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Claides Maria Deponti Martinazzo, casada, portadora do RG nº 6.853.181-0 e do CPF nº 000.354.549-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2268, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 30 de novembro de 2020 a 14 de dezembro de 2020, conforme atestado médico, mediante remuneração pelo Município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 30 de novembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 805 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796199

PORTARIA Nº 805/2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLAUDETE DEITOS GONZAGA, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86 da Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, expedido em 02 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Amanda Caroline Ramos dos Santos, brasileira, solteira, portadora do RG nº 6.855.052 e do CPF nº 377.395.928-11, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 1910, atuando na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme atestado médico, no período de 02 a 08 de dezembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

CLAUDETE DEITOS GONZAGA

Secretário Mun. de Assistência Social

PORTARIA Nº 806 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796202

PORTARIA Nº 806/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, CRM/MG 84742, expedido em 07 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora Bruna Boeno Tibes, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.995.184 e CPF nº 093.669.219-73, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº 2301, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico, no período de 07 a 13 de dezembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 07 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 807 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796204

PORTARIA Nº 807/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, CRM/MG 84742, expedido em 07 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à servidora Joceane Colle, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.036.614 e CPF nº 037.323.929-70, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº 2302, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico, no período de 07 a 13 de dezembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 07 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 808 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796205

PORTARIA Nº 808/2020.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com o Art. 85 e 86, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o atestado médico subscrito pela Dra. Miyake Adriana Souza Cirqueira, expedido em 08 de dezembro de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Juliana Cordeiro Paz, casada, portadora do RG nº 5.896.999 e do CPF nº 079.765.709-60, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, matrícula nº 2258, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 08 a 14 de dezembro de 2020, mediante remuneração pelo município.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 809 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796209

PORTARIA Nº. 809/2020.

“PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARGARIDA GAZONI ZENARO, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019, combinado com a Lei Complementar nº 029, de 27 de abril de 2007 e suas alterações;

CONSIDERANDO que no período de 18 de março até 06 de maio as atividades escolares foram suspensas em virtude da COVID-19. Sendo que a carga horária dos alunos estabelece conforme Lei Federal que seja cumprida 800 horas aulas durante o ano letivo. O calendário escolar das escolas e creches foi reformulado e a data final será 23 de dezembro de 2020, para que seja cumprida às 800 horas aulas;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação das servidoras, abaixo relacionadas:

MATRÍCULA	SERVIDOR	ÁREA DE ATUAÇÃO
4963	Camila Moreira Cardoso	Segundo Professor
4981	Cristiane Knebel	Segundo Professor
4941	Daiana Paula de Ávila	Educação Física
4935	Elaini Rothmann Botega	Atendimento Educ. Especializado
5008	Fernanda Rubia Petini	Educação Infantil
4980	Helena Maria da costa Santin	Segundo Professor
4952	Ivania Zenaro	Segundo Professor
4942	Jocemar Kades	Ensino Fundamental 1
4953	Jussimara Antonia Rossi	Português
4933	Karina Luzia Neis	Ciências
4999	Leni Maria Vieira	Ensino Fundamental 1
4934	Lidiane Tressino Lorenzi	Artes
5010	Lucia T. Wiggers Tortelli	Educação Religiosa
4930	Lucinara Silvestre	Ensino Fundamental 1
4946	Maria Inez de Bastiani	Leitura
4945	Mariluz Martins Ferreira	Educação Infantil
5020	Roselei Bragherolli Mello	Inglês
4936	Saloani Caroline C. França	Português
4947	Silvana Santos Lemos	Artes
4939	Suzane Longo Peruzzo	Educação Infantil

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 21 de dezembro de 2020.

MARGARIDA GAZONI ZENARO

Secretária Mun. de Educação, Cultura e Esportes.

PORTARIA Nº 810 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796237

PORTARIA Nº. 810/2020.

"RECONHECE A ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º - RECONHECER A ESTABILIDADE funcional no serviço público municipal ao servidor Joel Deola, Motorista, matrícula nº 2327 empossado em 16/11/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício em 16/11/2020, no cargo o qual foi nomeado e aprovado no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani-SC, 21 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 811 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796246

PORTARIA Nº. 811/2020.

"RECONHECE A ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º - RECONHECER A ESTABILIDADE funcional no serviço público municipal ao servidor Marcelo Bandeira, Operador de Máquina Rodoviária, matrícula nº 4406, empossado em 1º/12/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício em 1º/12/2020, no cargo o qual foi nomeado e aprovado no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani-SC, 21 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 812 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796250

PORTARIA Nº. 812/2020.

"RECONHECE A ESTABILIDADE FUNCIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL APROVADO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º - RECONHECER A ESTABILIDADE funcional no serviço público municipal ao servidor Jaisson Luiz de Marco, Operador de Máquina Rodoviária, matrícula nº 4430, empossado em 18/12/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício em 18/12/2020, no cargo o qual foi nomeado e aprovado no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani-SC, 21 de dezembro de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 813 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796262

PORTARIA Nº. 813/2020.

“RECONHECE A ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e nos termos da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º - RECONHECER A ESTABILIDADE funcional no serviço público municipal à servidora Simone Regina Scalco, Técnico de Enfermagem, matrícula nº 2242, empossada em 26/12/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 03 (três) anos de efetivo exercício 26/12/2020, no cargo o qual foi nomeada e aprovada no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani-SC, 21 de dezembro de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 814 DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796266

PORTARIA Nº. 814/2020.

“REVOGA O ART. 13º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar o Art. 13º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Dilce Salete Zenaro, brasileira, casada, portadora do CPF nº 649.776.509-30, matrícula nº 1900, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, retornado a partir desta data a atuar no seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani/ SC, 24 de dezembro de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 815 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796272

PORTARIA Nº. 815/2020.

"REVOGA A PORTARIA Nº 586/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e combinado com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar a Portaria nº 586/2020 de 31 de agosto de 2020, que alterou temporariamente o local de trabalho do servidor Leocir Spadotto, portador do RG nº 2.694.835 e CPF nº 014.754.659-12, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula nº 4789, carga horária 40 horas semanais, retornando a partir desta data a atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani/ SC, 28 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 816 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796274

PORTARIA Nº 816/2020.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, em conformidade com o Art. 78 e Art. 80 da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Adriana Paula Franceschina, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.182.090 e do CPF nº 005.981.049-17, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, matrícula nº 1952, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 05 de dezembro de 2019 a 04 de dezembro de 2020, para serem gozadas no período de 28 de dezembro de 2020 a 26 de janeiro de 2021.

.Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 28 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 817 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796278

PORTARIA Nº 817/2020.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Art. 78 e 80, da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Dilce Salete Zenaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.594.616 e do CPF nº 649.776.509-30, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, matrícula nº 1900, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04 de dezembro de 2018 a 03 de dezembro de 2019, para serem gozadas no período de 28 de dezembro de 2020 a 26 de janeiro de 2021.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 28 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 818 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796282

PORTARIA Nº 818/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Bárbara Patrícia de Mello, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.832.578 e CPF nº 038.154.259-99, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Art. 10º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 819 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796286

PORTARIA Nº. 819/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora Eronilda de Fátima dos Santos, brasileira, união estável, portadora do RG nº 4.525.061 e CPF nº 047.705.999-60, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Programas Sociais, matrícula nº 1921, com carga horária de 40h semanais, nomeada através do Art. 12º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 820 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796291

PORTARIA Nº. 820/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora Claudete Deitos Gonzaga, brasileira, casada, portadora do RG nº 935.898 e CPF nº 384.217.559-00, ocupante do cargo em comissão de Secretária Municipal de Assistência, matrícula nº 1914, carga horária de 40h semanais, nomeada através do Art. 9º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 821 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796295

PORTARIA Nº. 821/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Rosimeri Fátima Spazini, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.928.911 e CPF nº 037.761.129-41, atuando na Secretaria de Planejamento e Gestão de Projetos, ocupante do cargo em comissão de Secretária de Planejamento e Gestão de Projetos, matrícula nº 4144, carga horária de 40h semanais, nomeada através do Art. 23º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 822 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796298

PORTARIA Nº. 822/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora Leandra Camila Zenaro, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 4.036.898 e CPF nº 008.615.059-64, atuando na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão de Projetos, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Projetos, Matrícula nº 4134, carga horária de 40h semanais, nomeada através do Art. 24º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 823 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796301

PORTARIA Nº. 823/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR o servidor Gilson Moreira Leite, brasileiro, casado, portador do RG nº 4165.627 e CPF nº 035.598.039-85, atuando na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, ocupante do cargo em comissão de Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo, Matrícula nº 4553, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através do Art. 20º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 824 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796305

PORTARIA Nº. 824/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Adair Tedesco, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.614.624 e CPF nº 028.153.229-00, atuando na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Transportes e Obras, Matrícula nº 5029, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através da Portaria nº 656/2000 de 06 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 825 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796312

PORTARIA Nº. 825/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Otacílio Tieppo, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.553.526 e CPF nº 385.081.419-04, atuando na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Manutenção, Matrícula nº 4906, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através do Art. 22º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 826 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796314

PORTARIA Nº. 826/2020.

"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Bianca Dias Hunter, brasileira, solteira, portadora do RG nº 4.896.876 e do CPF nº 065.075.549-95, atuando na Secretaria de Administração e Gestão, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Compras e Licitações, Matrícula nº 5023, carga horária de 40 horas semanais, nomeada através da Portaria 588/2020 de 1º de setembro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 827 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796320

PORTARIA Nº. 827/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Ari Antônio Rafaelli, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.704.352 e CPF nº 534.749.709-25, atuando na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, ocupante do cargo de provimento em comissão de Coordenador Fiscal Agrícola, Matrícula nº 5014, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através da Portaria nº 494/2020 de 06 de julho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 828 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796327

PORTARIA Nº. 828/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Antonio Carlos Mello, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.699.630 e CPF nº 736.347.789-20, atuando no cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicações, Matrícula nº 4452, carga horária de 40 horas semanais, nomeado através do Art. 3º da Portaria nº456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 829 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796330

PORTARIA Nº. 829/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Rafael Tarcisio Cassol, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.691.184 e CPF nº 063.466.059-41, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Fazenda e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 5013, nomeado através da Portaria nº 457/2020 de 1º de Junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 830 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796342

PORTARIA Nº. 830/2020.

"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Vanderlei de Azevedo, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.189.447 e CPF nº 023.948.039-24, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Tributação, com carga de 40 horas semanais, matrícula nº 4018, nomeado através do Art. 7º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 831 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796373

PORTARIA Nº. 831/2020.

"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais do seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR a servidora Graciele Ricci Lemes, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.975.456 e CPF nº 089.518.639-05, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Contratos e Atos Administrativos, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 4739, nomeada através do Art. 8º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 832 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796385

PORTARIA Nº. 832/2020.
"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Luana Deola, brasileira, solteira, portadora do RG nº 6.501.471 e CPF nº 100.982.719-70, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Recursos Humanos, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 5011, nomeada através da Portaria nº 458/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA Nº 833 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796388

PORTARIA Nº. 833/2020.
"EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora Carine Mineiro, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.097.496 e CPF nº 099.642.689-20, matrícula nº 4835, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo (designada Diretora de Administração), com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Art. 5º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 834 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796394

PORTARIA Nº. 834/2020.
"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Elizer Ronsoni, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.189.240 e CPF nº 027.454.049-54, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Atividades Esportivas, Matrícula nº 4016, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado através do Art. 33º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA N° 835 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2796395

PORTARIA N°. 835/2020.
"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Marilene Schmidt, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.075.050-0 e CPF nº 055.390.249-07, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Acompanhamento ao Estudante, Matrícula nº 4795, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Art. 34º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal de Irani

PORTARIA N° 836 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2796398

PORTARIA N°. 836/2020.
"EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Fabiano Calza, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.186.641 e CPF nº 821.736.480-04, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Esportes, Matrícula nº 4142, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado através do Art. 32º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 837 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2796403

PORTARIA N°. 837/2020.
"EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Silvia Webber Prior, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.510.446 e CPF nº 486.196.049-53, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Art.31 da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 838 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796421

PORTARIA Nº. 838/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Neusa Salete Prior, brasileira, solteira, portadora do RG nº 1.302.715 e CPF nº 473.873.359-15, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Acompanhamento ao Estudante, Matrícula nº 4010, carga horária de 40 horas semanais, nomeada através do Art. 30º da Portaria nº 456/2020 de 01º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 839 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796432

PORTARIA Nº. 839/2020.

“EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o servidor Vonei Jorvani Fabricio, brasileiro, amasiado, portador do RG nº 2.136.624-1 e CPF nº 647.057.229-49, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes e Lazer, Matrícula nº 4141, com carga horária de 40h semanais, nomeado através do Art. 29º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796443

PORTARIA Nº. 840/2020.

“EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora Manuella Mazzocco, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.743616 e CPF nº 963.837.120-04, ocupante do cargo de provimento em comissão de Consultor Jurídico, Matrícula nº 3978, com carga horária de 40h semanais, nomeada através do Art. 4º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 841 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796453

PORTARIA Nº. 841/2020

“REVOGA O ART. 27º DA PORTARIA 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 27º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Joice Aparecida Gonçalves Lins, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.693.873 e CPF nº 907.361.099-00, matrículas nº 98 e 503, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, para exercer funções no cargo comissionado de Gerente de Assuntos Pedagógicos, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 842 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796464

PORTARIA Nº. 842/2020.

“REVOGA O ART. 28º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 28º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Luciani Fátima de Oliveira da Silva, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 2.695.076 e CPF nº 907.362.069-49, matrícula nº 9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Recepção, para exercer funções no cargo comissionado de Diretora de Cultura, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 843 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796473

PORTARIA Nº. 843/2020.

"REVOGA O ART. 26º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 26º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Rosicler Regina Mistura Deitos, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.184.761 e CPF nº 998.480.239-68, matrículas nº 131 e 2415, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, para exercer funções no cargo comissionado de Diretora de Educação, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 844 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796496

PORTARIA Nº. 844/2020

"REVOGA O ART. 25º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 25º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Margarida Gazoni Zenaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.073.994 e CPF nº 477.061.129-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Artes, Matrícula 667, para exercer funções no cargo em comissão de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 845 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796501

PORTARIA Nº. 845/2020

"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 715/2020 de 16 de novembro de 2020, que designou o servidor Flavio de Mello, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 4.615.732 e CPF nº 009.687.709-08, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, para exercer as funções no cargo de Secretário Municipal de Administração e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 846 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796505

PORTARIA Nº. 846/2020.

“REVOGA O ART. 14º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 14º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Cleide Wilhner de Moraes, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.693.936 e CPF nº 790.071.639-49, matrícula nº 517, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer funções no cargo comissionado de Diretora de Saúde, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 847 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796523

PORTARIA Nº. 847/2020.

“REVOGA O ART. 15º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 15º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Rubia Magnabosco, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.184.758-7 e do CPF nº 022.088.039-57, matrícula nº 1941, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer funções no cargo comissionado de Gerente de Administração Operacional, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 848 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796527

PORTARIA Nº. 848/2020.

"REVOGA O ART. 16º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 16º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou a servidora Fernanda Salete Lorenzatto dos Santos, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.498.720 e do CPF nº 046.333.079-08, matrícula nº 1950, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer funções no cargo comissionado de Coordenadora de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 849 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796540

PORTARIA Nº. 849/2020.

"REVOGA O ART. 18º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 18º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou o servidor Leonir Guimarães, brasileiro, casado, portador do RG nº 2.690.557-4 e do CPF nº 760.806.179-00, matrícula nº 2516, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, para exercer funções no cargo comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 850 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796738

PORTARIA Nº. 850/2020.

"REVOGA O ART. 19º DA PORTARIA Nº 456/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR o Art. 19º da Portaria nº 456/2020 de 1º de junho de 2020, que designou o servidor Gilberto Trombetta, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.181.654 e do CPF nº 016.790.509-07, matrícula nº 810, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Agropecuária, para exercer funções no cargo comissionado de Diretor de Desenvolvimento Rural, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 851 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796740

PORTARIA Nº 851/2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILSON MOREIRA LEITE, Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e Art. 80, Parágrafo Único da Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias ao servidor Ari João Dalberti, brasileiro, casado, portador do CPF nº 469.686.289-53, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais (designado Operador de Máquinas Rodoviárias), matrícula nº 255, referente ao período aquisitivo de 03 de abril de 2019 a 02 de abril de 2020, para serem gozadas em três etapas de períodos de 10(dez) dias cada um, gozo da segunda etapa no período de 17 a 26 de dezembro de 2020, a última etapa será gozada em comum acordo com a administração pública.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 17 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
GILSON MOREIRA LEITE
Secretário Mun. de Transportes, Obras e Urbanismo.

PORTARIA Nº 852 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796742

PORTARIA Nº 852/2020.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias a servidora Luana Marcele Munareto, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 064.107.219-86 e RG nº 4.319.969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, matrícula nº 2243, atuando na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08 de janeiro de 2019 a 07 de janeiro de 2020, para serem gozadas em três etapas de períodos de 10 (dez) dias cada um, gozo da segunda etapa no período de 28 de dezembro de 2020 a 06 de janeiro de 2020, a demais etapas serão gozadas em comum acordo com a administração pública.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 28 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 853 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796743

PORTARIA Nº. 853/2020.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 19/2017 de 02 de janeiro de 2017, que designou a servidora Magali Cristina da Silva, brasileira, amasiada, portadora do RG nº 3.180.868 e CPF nº 927.604.069-20, matrículas 800 e 2490, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Ensino Fundamental I, para responder pelas funções de Diretor de Escola, na Escola Municipal de Educação Básica Prefeito Valdecir Ângelo Zampieri, carga horária 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 854 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796744

PORTARIA Nº. 854/2020.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 117/2018 de 1º de janeiro de 2018, que designou o servidor Jucemar Antonio Souza da Luz, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.182.598 e CPF nº 947.356.899-15, matrículas 99 e 1605, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor na área de História, para responder pelas funções de Secretário de Escola, na Escola Municipal de Educação Básica Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 855 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796745

PORTARIA Nº. 856/2020.

“REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 18/2017 de 02 de janeiro de 2017, que designou o servidor Claudimir Basso, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2.071.067 e CPF nº 649.783.979-87, matrícula 179, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Ensino Fundamental I, para responder pelas funções de Diretor de Escola, na Escola Municipal de Educação Básica Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 856 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796747

PORTARIA Nº. 856/2020.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 18/2017 de 02 de janeiro de 2017, que designou o servidor Claudimir Basso, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 2.071.067 e CPF nº 649.783.979-87, matrícula 179, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Ensino Fundamental I, para responder pelas funções de Diretor de Escola, na Escola Municipal de Educação Básica Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 857 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796748

PORTARIA Nº. 857/2020.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 21/2017 de 02 de janeiro de 2017, que designou a servidora Marise Gonçalves de Meira Basso, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.138.294 e CPF nº 649.776.689-87, matrícula 702, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor do Ensino Fundamental I, para responder pelas funções de Diretor de Escola, na Escola Municipal de Educação Básica Santo Antônio, carga horária 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 858 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796750

PORTARIA Nº. 858/2020.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 483/2019 de 22 de julho de 2019, que designou a servidora Ivanete Pedroso Braghirolli, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.694.829 e CPF nº 790.073.419-87, matrícula nº 2807, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para responder pelas funções do cargo de Diretor de Creche, na Creche Municipal Raio de Luz, carga horária 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 859 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796752

PORTARIA Nº. 859/2020.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 482/2019 de 22 de julho de 2019, que designou a servidora Dilce Aparecida de Vargas, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.704.359 e CPF nº 026.079.679-45, matrículas nº 662, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para responder pelas funções do cargo de Diretor de Creche, na Creche Municipal Um Pedacinho de Céu, carga horária 40 horas semanais,

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 860 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796753

PORTARIA Nº. 860/2020.
"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 768/2020 de 1º de dezembro de 2020, que designou a servidora Thalia Alessandra de Marco, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.831.428 e CPF nº 096.708.689-20, matrícula nº 2213, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer funções no cargo comissionado de Gerente de Atenção Básica, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796755

PORTARIA Nº. 861/2020.
"PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se em estado gestacional de 10-12, conforme exame BETA HCG, emitido pelo Laboratório de Análises Clínicas Irani, datado em 14 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico Nº 46/2020, que opinou por manter a servidora gestante contratada temporariamente em seu cargo, tendo em vista a estabilidade provisória, até 5(cinco) meses após o parto;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação da servidora Edemila Bosio, brasileira, casada, portadora do RG nº 5.398.375-0 e CPF nº 070.078.679-10, contratada através da Portaria nº 161/2020 de 03 de fevereiro de 2020, em caráter temporário, no cargo de Professor na área de Educação Infantil, para atuar na Creche Municipal Neri Terezinha Guareschi, carga horária de 40 horas semanais, vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível "BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da prorrogação da contratação de 18 de dezembro de 2020 até o 5º mês após o parto, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 862 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796756

PORTARIA Nº. 862/2020.

"PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se em prorrogação da licença maternidade concedida através da Portaria nº 763/2020;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico Nº 46/2020, que opinou por manter a servidora em gozo de licença no seu cargo até o término da mesma, tendo em vista a estabilidade provisória;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação da servidora Simone Gomes de Oliveira, brasileira, união estável, portadora do RG nº 3.643.123 e CPF nº 038.570.719-31, contratada através da Portaria nº 153/2020 de 03 de fevereiro de 2020, em caráter temporário, no cargo de Professor na área de Educação Infantil, para atuar no período vespertino na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Valdecir Ângelo Zampieri, carga horária de 20 horas semanais, vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível "BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, período da prorrogação da contratação de 15 de dezembro de 2020 até 27 de janeiro de 2021, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 14 de dezembro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796759

PORTARIA Nº. 863/2020.

"PRORROGA PRAZO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se em prorrogação da licença maternidade concedida através da Portaria nº 767/2020;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico Nº 46/2020, que opinou por manter a servidora em gozo de licença no seu cargo até o término da mesma, tendo em vista a estabilidade provisória;

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR o prazo da contratação da servidora Juliana Zuchi da Rosa, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.895.548 e CPF nº 040.866.129-17, contratada através da Portaria nº 147/2020 de 03 de fevereiro de 2020, em caráter temporário, no cargo de Professor na área de Língua Inglesa (Inglês), para atuar na Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza, carga horária de 20 horas semanais e vencimentos previstos no Anexo III- Tabela de Vencimentos dos Membros do Magistério Público Municipal, Função: Professor, Categoria: Nível Superior, Nível "BASE" da Lei Complementar nº 001/98 de 29/12/98, prorrogação da contratação até 29 de janeiro de 2021, aplicando-se no que couber a Lei Complementar nº 030, de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2796760

PORTARIA Nº. 864/2020

"REVOGA PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 460/2020 de 1º de junho de 2020, que designou temporariamente a servidora Susane Devens, brasileira, casada, portadora do RG nº 4.732.868-1 e CPF nº 053.674.979-50, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador Adjunto, para exercer funções no cargo de Agente de Controle Interno, com carga horária de 40h semanais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani, SC, 30 de dezembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021 - FMS

Publicação Nº 2797152

AVISO DE RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021/FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021/FMS

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos, para atender a Estratégia de Saúde da Família - ESF, em regime de 8 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira quando úteis, no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h30 às 17h30.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: D. S. DIAS DA SILVA, CNPJ Nº 10.934.258/0001-19.

VALOR TOTAL: R\$ 87.576,42 (oitenta e sete mil quinhentos e setenta e seis reais com quarenta e dois centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 180 dias.

Irani, SC, 05 de janeiro de 2021.

Bernardete Lucia Grisa – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 003/2020-PMI - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE EDUCADOR FÍSICO 20 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER O SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E PAIF – PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Publicação Nº 2796072

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 006/2021

Processo Licitatório Nº 006/2021

Edital: Pregão Presencial Nº 003/2021

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE EDUCADOR FÍSICO 20 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER O SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E PAIF – PROTEÇÃO E ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE IRATI/SC.

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 21.01.2021

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 21.01.2021

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 07 de janeiro de 2021.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 3952/2020

Publicação Nº 2795269

Decreto 3.952 de 18 de Dezembro de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 79.959,37 (setenta e nove mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos), conforme discriminação seguinte:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS - FMEI		
12.365.0041.1.012 - Obras ref. e Ampliação de Escolas e Quadras - Ensino Infantil. Creche		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (71)	Aplicações Diretas	R\$ 79.959,37

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir especificadas:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS - FMEI		
12.361.0042.2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.00.0194 (44)	Aplicações Diretas	R\$ 24.085,41
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (49)	Aplicações Diretas	R\$ 480,32
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (57)	Aplicações Diretas	R\$ 6.669,13
12.365.0041.2.011 - Manutenção do Ensino Infantil - Pré Escola		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (83)	Aplicações Diretas	R\$ 13.498,24
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (88)	Aplicações Diretas	R\$ 20.574,00
12.365.0041.2.067 - Manutenção do Ensino Infantil - Creche		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (98)	Aplicações Diretas	R\$ 255,27
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (102)	Aplicações Diretas	R\$ 5.774,00
12.366.0042.2.008 – Ensino Fundamental Para Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0194 (110)	Aplicações Diretas	R\$ 4.832,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (114)	Aplicações Diretas	R\$ 3.791,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, em 18 de Dezembro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 3963/2020

Publicação Nº 2795271

Decreto 3.963 de 30 de Dezembro de 2020

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 2.048 de 20 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 30.232,84 (trinta mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), conforme discriminação seguinte:

02. PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS		
02.05 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRINEOPOLIS - FMEI		
12.361.0042.1.002 - Obras ref. e Ampliação de Escolas e Quadras - Ensino Infantil. Creche		
4.4.90.00.00.00.00.00.0194 (71)	Aplicações Diretas	R\$ 30.232,84

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação nas fontes de recursos 193 fonte TCESC 01.18; e 194 fonte TCE SC 01.19.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis, em 30 de Dezembro de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.964

Publicação Nº 2795921

DECRETO Nº 3.964, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-SC, DAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS ADOTADAS EM ÂMBITO REGIONAL, PELOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE, COM VISTAS A ESTABELECE O ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, no uso de suas atribuições legais, conferidas no artigo 65 Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e,

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid- 19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos e científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem risco sanitário a sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade, para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a Resolução da CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense Nº 001/2021 de 6 de Janeiro de 2021, que dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas a serem adotadas em âmbito regional, pelos Municípios do Planalto Norte Catarinense,

DECRETA:

Art.1º Terão vigência, no âmbito do Município Irineópolis, no período de 06/01/2021 à 12/01/2021, as disposições contidas na Resolução nº 001/2021, de 06 de Janeiro de 2021, emitida pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense–CIR, com estrita observância a capacidade máxima permitida e as seguintes deliberações em nível Municipal:

1. Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes padarias/confeitarias, food-trucks (ambulantes), bares, pub, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias espaços públicos e similares, determina-se o cumprimento das diretrizes sanitárias e ao seguinte:

1.1 Limite de capacidade de atendimento de 50% da ocupação total;

1.2 Horário de atendimento até as 22h00m, permitido a permanência até as 23h00m.

Art.2º Permanecem vigentes no âmbito do Município de Irineópolis, as decisões do Governo do Estado de Santa Catarina, e as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações da Portaria CIR nº 001/2021 e com o contido neste Decreto.

Parágrafo único. A vigência automática não se aplica nas hipóteses em que a autoridade municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Município de Irineópolis (SC), 06 de Janeiro 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 017/2021 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2796207

PORTARIA Nº 017/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR JUCELLI CRISTINA MOREIRA, nascida em 19/01/1988, portadora do CPF nº 054.696.389-79, RG nº 5.345.156 SSP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, criado através da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, com redação dada pela Lei Complementar nº 158/2020 de 16/12/2020, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 018/2021

Publicação Nº 2795195

PORTARIA Nº. 018/2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE :

Art 1st - NOMEAR a servidora WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, nascida em 15/03/1970, portadora do CPF nº 811.060.769-15, RG nº 5.104.357-0 – SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, criado através da Lei Complementar nº 158/2020 de 16/12/2020, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 019/2021

Publicação Nº 2795202

PORTARIA Nº. 019/2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE :

Art 1st - NOMEAR a servidora ROSANA MARCIA PERCIAK PEREIRA PIEKARZEWICZ, nascida em 10/10/1975, portadora do CPF nº 852.057.459-91, RG nº 3.110.289 SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DO SETOR DA FAMÍLIA, criado através da Lei Complementar nº 158/2020 de 16/12/2020, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 020/2021

Publicação Nº 2795929

PORTARIA Nº 020/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR EDSON JAIRO BINDER, nascido em 19/07/1971, portador do CPF nº 626.889.289-53, RG. nº 1.797.977 - SESP/SC, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de COORDENADOR DE SETOR DE TRANSPORTES, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Irineópolis, instituído pela Lei Complementar nº 158/2020, de 16/12/2020, com atividades junto ao Departamento de Transportes da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 021/2021

Publicação Nº 2795932

PORTARIA Nº. 021/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR DRIELI CUBAS CRISTOFOLINI, nascida em 05/05/1989, portadora do CPF nº 070.022.439-42, RG nº 5.560.321 – SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DE SETOR DA SAÚDE, criado através da Lei Complementar nº 158/2020 de 16/12/2020, para o desempenho de atividades junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 022/2021

Publicação Nº 2795943

PORTARIA N.º 022/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada Lei,

RESOLVE :

Art 1st - NOMEAR a servidora IVETE CARDOSO FRONCZAK, nascida em 09/01/1959, portadora do CPF nº 383.533.939-72, RG nº 18R - 1.450.942-3 – SESP/SC, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DO SETOR DE SERVIÇOS GERAIS, criado através da Lei Complementar nº 158/2020 de 16/12/2020, com atividades junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 023/2021

Publicação Nº 2795950

PORTARIA Nº. 023/2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COODENADORA DA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o Anexo II da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art 1st - NOMEAR DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, nascida em 05/04/1987, portadora do CPF n.º 050.814.489-23, RG. n.º 3.496.056, SESPD/SC, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DA ESF, criado através da Lei Complementar n.º 080/2014 de 27/02/2014 com lotação na Secretaria Municipal da Saúde.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 04 de Janeiro de 2021.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 025/2021

Publicação Nº 2795955

PORTARIA Nº 025/2021.

DISPENSA SERVIDORA EFETIVA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- DISPENSAR a servidora efetiva TATIANA ANDREIA RUCINSKI, do exercício da Função Gratificada de Assessoramento na Área Pedagógica, para a qual foi designada através da Portaria nº 367/2018 de 07/11/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.
LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 026/2021

Publicação Nº 2795959

PORTARIA Nº 026/2021.

“DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar nº 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR a servidora SIMONE ZIELINSKI, titular do cargo de Assistente Técnica Pedagógica (44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Assessoramento na Área Pedagógica, percebendo gratificação mensal equivalente a categoria assessoramento do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 027/2021

Publicação Nº 2795962

PORTARIA Nº 027/2021.

DISPENSA SERVIDOR EFETIVO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- DISPENSAR o servidor efetivo JULIO ANDREI NASCIMENTO do exercício da Função Gratificada de Responsável pelo Controle de Frotas, para a qual foi designado através da Portaria nº 030/2020, de 22/01/2020.

Art. 2.º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 028/2021

Publicação Nº 2795967

PORTARIA Nº 028/2021.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar n° 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar n° 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR o servidor OSMÁRIO NIGRIN, titular do cargo de Auxiliar de Manutenção (44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Chefe dos Serviços de Manutenção, percebendo gratificação mensal equivalente a Chefia I, do Quadro de Funções Gratificadas.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 029/2021

Publicação Nº 2795971

PORTARIA Nº 029/2021.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO PARA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n° 007/2001 de 15/10/2001 consoante o anexo VI – Quadro de Funções Gratificadas, da Lei Complementar n° 057/2012, de 27/03/2012, com redação dada pela Lei Complementar n° 066/2013, de 19/04/2013.

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR o servidor NELSON BENDLIN JÚNIOR, titular do emprego público de Técnico de Enfermagem (44h/sem), para exercer a Função Gratificada de Diretor do SAMU, percebendo gratificação mensal equivalente a categoria de Direção do Quadro de Funções Gratificadas da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 030/2021

Publicação N° 2795975

PORTARIA N.º. 030/2021.

NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o Item VII e IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título I, Capítulo IV, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 07/2001 de 15/10/2001, conforme disposto na Lei n.º 1.837 de 23/04/2015 e, de acordo com o resultado final do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, dado pelo Edital n.º 005/2019 de 07/10/2019, homologado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE:

Art. 1.º - NOMEAR NICOLAS BRAS LEZAN, nascido em 29/11/1992, portador do CPF n.º 082.528.579-81, RG n.º 4.917.812 SESPD/SC, para o desempenho da função pública de Conselheiro Tutelar no período de 04/01/2021 à 03/06/2021, para atuar em substituição aos conselheiros titulares, em gozo de férias regulamentares.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/01/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 06 de Janeiro de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

DECRETO Nº 009/2021

Publicação Nº 2795003

Decreto nº 009, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

“Delega Competências a Servidores e dá outras providências”.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 70 c/c o Art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada o Servidor JOCIAS ANDRE KURMANN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, para responder pela Tesouraria do Município de Itá, SC.

Art. 2º O servidor designado no artigo anterior poderá praticar todos os atos inerentes a Tesouraria do Município de Itá, podendo assinar em conjunto com um dos demais responsáveis pelas contas dos recursos próprios e vinculados do Município de Itá, bem como de todos os Fundos e Fundações, podendo:

I - Assinar em conjunto com os demais responsáveis, a documentação necessária para efetivação dos pagamentos, sendo cheques, ordens de pagamentos e demais movimentações financeiras junto a instituições bancárias;

II - Representar o Município em todos os atos necessários para os pagamentos mencionados neste Decreto junto às instituições bancárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 06 de janeiro de 2021.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 010/2021

Publicação Nº 2795004

DECRETO Nº 010, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

“Designa Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências”.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora DEISE FÁTIMA CALVI, para responder pela gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto delega competência pela gestão do Fundo de Assistência Social e do Fundo de Habitação de Interesse Social, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 3º Fica delegada a Servidora descrita no art. 1º, a competência para autorizar e efetuar, em conjunto com o servidor responsável pela tesouraria do Município, Senhor JOCIAS ANDRE KURMANN, os seguintes atos relativos aos Fundo Municipais descritos no art. 2º:

I - Assinar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos, cheques, ordens de pagamentos e demais movimentações financeiras junto a instituições bancárias;

II - Representar o Município em todos os atos necessários para os pagamentos mencionados neste Decreto junto às instituições bancárias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nºs 038/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC, 06 de janeiro de 2021

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NILVO NILTON BERTICELLI

Secretário de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 007/2019**

Publicação Nº 2796401

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 007/2019**

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: CANEPPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 27.038.081/0001-75, com sede na Rua 39, Quadra 66, Lote 42, nº144, Bairro Mirante, Itá-SC, CEP: 89.760-00.

Objeto: Alteração da vigência do Contrato nº 007/2019, pelo período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Itá, SC, 29 de dezembro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE ITÁ SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2021 AO CONTRATO 001/2021

Publicação Nº 2795266

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2021****AO CONTRATO 001/2021**

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, pela CONTRATADA, relativos ao Sistema de Gestão das Câmaras de Vereadores - CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, no período de 12 meses, que envolve as seguintes atividades:

I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;

II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores;

III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão;

IV – acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;

V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;

VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;

VII – economia dos recursos públicos

Contratada: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Estreito, CEP 88.070-800 Florianópolis-SC.

Forma de Pagamento: Mensal, Boleto Bancário, com Nota Fiscal.

Período: 05.01.2021 a 31.12.2021

Valor Contrato Mensal: R\$ 410,00 (Quatrocentos e dez reais)

Valor Global: R\$ 6.230,00 (Seis mil duzentos e trinta reais)

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
12	Serviços de Portal e Processo Legislativo: Ciga Câmara versão 2.0	410,00	4.920,00
01	Implantação e Treinamento	655,00	655,00
01	Migração de Dados	655,00	655,00
TOTAL			6.230,00

Data Assinatura: 05.01.2021

Itá, SC, 05 de Janeiro de 2021.

EVERALDO ANTONIO SALVI

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2021 AO CONTRATO 002/2021

Publicação Nº 2795278

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2021****AO CONTRATO 002/2021**

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: Contratação de empresa para fornecer locação de Sistema Administrativo e de hospedagem da legislação na internet, com suas devidas atualizações, manutenções conforme contrato de hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das leis municipais, Decretos, Portarias, Resoluções e Atas no servidor Web - GEDOC (Gerenciador Eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva em ambiente Windows. O Sistema destina-se ao gerenciamento

eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das sessões, Audiências Públicas, Certidões, Contratos, Convênios, Ofícios, Correspondências Enviadas Recebidas, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Lei Orgânica, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Pedidos de Informações, Relatório de Controle Interno, Projetos de Leis, Leis, Protocolos, Resoluções Subemendas e Vetos).
Contratada: INFO DIGITALL, CNPJ 86.731.494/001-08, com sede na Rua Ernesto Prada, Nº280 Bairro Vila Nova, TROMBUDO CENTRAL - SC

Forma de Pagamento: Mensal, BOLETO com Nota Fiscal.

Período:05.01.2021 a 31.12.2021

Valor Contrato Mensal: R\$470,00 (Quatrocentos e setenta reais)

Valor Global: R\$5.640,00 (Cinco mil seiscentos e quarenta reais)

Data Assinatura: 05.01.2021

Itá, SC, 05 de Janeiro de 2021

EVERALDO ANTONIO SALVI

Presidente

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2021 AO CONTRATO004/2021

Publicação Nº 2795287

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2021

AO CONTRATO004/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC,com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O presente contrato tem por objetivo queA CONTRATADA obriga-se a operar e manter acesso de serviços à internet via fibra óptica, plano DX100, Downloads 100megas, Uploads 30megas, para manutenção das atividades do Poder Legislativo Municipal.

Contratada: VUPT PROVEDORA DE INTERNET LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.501.178/0001-30, com sede na Rua 01, n. 155, Centro Comercial Azaléia, Sala 04, Centro, Itá, SC

Forma de Pagamento: Mensal,TED (Transferência Eletrônica Disponível) com emissão de boleto e Nota Fiscal.

Período:05.01.2021 a 31.12.2021

Valor Mensal: R\$ 98,00 (Noventa e oito reais)

Valor Global: R\$ 1.176,00 (Hum mil cento e setenta e seis reais).

Data Assinatura: 05.01.2021

Itá, SC, 05 de Janeiro de 2021

EVERALDO ANTONIO SALVI

Presidente

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021 CONTRATO 005/2021

Publicação Nº 2795292

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 005/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2021

CONTRATO 005/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC,com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Contratada: BONIMACHI INFORMÁTICA E MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.922.947/0001-50, com sede na Rua Marechal Deodoro 714, térreo, centro, Concórdia-SC.

Objeto: O presente objeto da dispensa de licitação refere-se à contratação do programa (software) de tratamento Secullum 4, com a finalidade de tornar o registro ponto dos servidores do Poder Legislativo Municipal de Itá-SC, realmente efetivo e garantindo assim as atividades realizadas junto a este Poder Público, de acordo com as especificações na lista abaixo:

Forma de Pagamento/Valor: Pela execução do serviço a ser pago da seguinte forma:TED (Transferência Eletrônica Disponível) ou Boleto com emissão Nota Fiscal, conforme descrição abaixo:

Quantidade	Especificação	Preço unitário	Preço total
12 meses (anuidade)	Programa de Tratamento de ponto Secullum 4 (software)	R\$23,25	R\$279,00
VALOR TOTAL		R\$ 279,00	

Período de Vigência: 05/01/2021 a 31/12/2021.

Itá, SC, 05 de Janeiro de 2021.
EVERALDO ANTONIO SALVI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO 2º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 012/2019

Publicação Nº 2796390

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DE SUSPENSÃO AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO 012/2019

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/0001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:
Contratada: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, com sede na Rua Marcelino Ramos, nº 681, Bairro Imperial, Concórdia/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.923.607/0001-95, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. Paulo Antônio Balbinot.

Objeto: O presente termo tem por objeto o aditamento da Suspensão ao Contrato n. 012/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PELO SISTEMA DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EDIFICAÇÃO DA SEDE LEGISLATIVA, EM DOIS PAVIMENTOS COM AREA TOTAL DE 729,99 M² (SETECENTOS E VINTE E NOVE VÍRGULA NOVENTA E NOVE METROS QUADRADOS), CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 001/2019.

Total: R\$ 454.061,24 (Quatrocentos e cinq-enta e quatro mil sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

Da vigência: o presente termo aditivo tem vigência imediata.

Do prazo: O prazo de execução, bem como o prazo de vigência do contrato original fica suspenso por tempo indeterminado.

Data Assinatura: 29 de dezembro de 2020.
CLÉO CARLOS MOCELLIN
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO AO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021 CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2021

Publicação Nº 2795284

EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO AO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2021
CONTRATO ADMINISTRATIVO 003/2021

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ-SC, com sede na Rua 01, no. 357, sala 01, Centro, Itá-SC, com CNPJ no. 10.561.999/001-00, através de seu presidente Infra firmado, nos termos da Lei 8.666/93 e demais alterações, torna público a seguinte publicação:

Objeto: O presente objeto do contrato é a locação de Sala Comercial localizada no pavimento térreo, ou seja, no 1º Pavimento do Edifício Benvenuti, com acesso a Rua 01, em Itá, SC, com área total de 333,16m² (trezentos e trinta e três vírgula dezesseis metros quadrados), conforme matrícula n. 3.142 do Registro de Imóveis da Comarca de Itá, SC, com a finalidade de instalar e dar funcionalidade as atividades exercidas as atividades do Poder Legislativo de Itá-SC.

Contratada: JAIMIR ANTÔNIO BENVENUTTI, brasileiro, turismólogo, casado, inscrito no CPF n. 853.742.299-15, portador do RG n. 14/R 2.695.777, residente e domiciliado na Rua Amazonas, 141, Apto 502, Camburiú-SC, CEP: 88.340-179 e DENIZE BENVENUTTI, brasileira, separada, inscrita no CPF n. 812.462.779-72, portadora do RG n. 2.690.715, residente e domiciliada nesta cidade.

Forma de Pagamento: Mensal, Transferência Bancária.

Período: 05.01.2021 a 31.12.2021

Valor Contrato Mensal: R\$ 3.000,00 (Três mil reais), sendo 50% do valor R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) pago ao contratado Jaimir Antonio Benvenuti e os outros 50% também no valor de R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) pago a contratada Denize Benvenuti.

Valor Global: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

Data Assinatura: 05.01.2021

Itá, SC, 05 de Janeiro de 2021
EVERALDO ANTONIO SALVI
Presidente Câmara de Vereadores de Itá-SC

PORTARIA Nº 001/2021 EVERALDO ANTONIO SALVI, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA, COM FULCRO NA LEI N. 8.666/93, RESOLVE

Publicação Nº 2796253

PORTARIA Nº 001/2021

EVERALDO ANTONIO SALVI, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na Lei n. 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º Para dar conformidade ao enunciado Art. 6º, inc. XVI da Lei 8.666/93 DESIGNA PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITAÇÕES, para conduzir os certames licitatórios do Poder Legislativo do Município de Itá-SC, a servidora Silvane Maria Bergamaschi Prigol, tendo como demais membros da COMISSÃO DE LICITAÇÕES os seguintes membros:

- 1) Silvana Colossi;
- 2) Diego Mior;
- 3) Diléia Marta Scheffler Cerutti;

Art. 2º O Presidente da Comissão de Licitações designado pelo artigo 1º desta Portaria, tem como atribuição precípua, procedimentos licitatórios que incluem, entre outros, o recebimento das propostas, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação, a adjudicação e homologação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 05 de Janeiro de 2021.

EVERALDO ANTONIO SALVI

Presidente da Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

SILVANA COLOSSI

Assistente Administrativa

Itapema

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO 037 - PROCESSO 202.2020 – HOMOLOGAÇÃO

Publicação N° 2796840

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itapema/SC, através da Prefeita Municipal, Nilza Nilda Simas, torna público que foi homologado o Processo licitatório nº 202/2020, Tomada de Preços 02.010.2020

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para repavimentação da Rua 440, no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATADO: PLM Construções e Comercio LTDA
CNPJ sob nº 01.513.315/0001-03

DO VALOR: R\$ 899.628,27 (oitocentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos).

ATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/01/2021

Itapema, 07 de janeiro de 2021
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 10, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796396

DECRETO Nº 10, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

ALTERA O CAPUT DO ART. 14 DO DECRETO Nº 37, DE 18 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XVIII do art. 59, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º De-se nova redação caput do art. 14, do decreto nº 37, de 18 de março de 2020, com a seguinte redação:

“Art. 14 Para fins de monitoramento da evolução da pandemia da COVID-19, fica criado no âmbito do Município de Itapiranga, o “Comitê de Crise”, composto pelos seguintes membros:

- I – Clair Maria Heck Heinen - Secretário Municipal de Saúde;
- II - Tiago Soder - Médico;
- III - Alcenir Benachio - Chefe da Vigilância Sanitária;
- IV - Arlei Eidt - Assessor Jurídico;
- V - Simone Felin - Secretária de Assistência Social;
- VI - Clenice dos Santos Becker - Secretária de Educação, Cultura e Desporto;
- VII - Alexandre Siqueira - Secretário Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos;
- VIII - Andréa Zanatta - Assessora Executiva;
- IX - Julian Wildner - Diretor de Comunicação;
- X - Juliano Bitencourt Pinter - Promotor de Justiça da Comarca de Itapiranga;
- XI - Sgt. Flávio Paulus - Representante da Polícia Militar;
- XII - Sgt. André Rauber - Comandante dos Bombeiros e da Defesa Civil;
- XIII - Angelo Altair Venzo da Encarnação - Presidente do Conselho Municipal de Saúde;
- XIV - Lucir Pedro Guareschi - Presidente da Assemit;
- XV - Alexandra Rafaeli - Representante da UCEFF;
- XVI - Janir Luiz Bach - Representante do Hospital Sagrada Família; e
- XVII - Renato José Zandonai - Representante da JBS Aves.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 141, de 13 de agosto de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Itapiranga/SC, 07 de janeiro de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Alexandre Siqueira

Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 11, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796405

DECRETO Nº 11, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORES MUNICIPAIS PARA AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º Fica delegada competência aos servidores JANETE FRANTZ BAUMANN, matrícula nº 11.824/02, JARLINE HOFER, matrícula nº 14.901/03 e ARLETE PREIS, matrícula nº 14.991/01, para efetuar as autenticações dos documentos referentes ao Departamento de Compras e Licitações do Município de Itapiranga/SC.

Art. 2º Fica delegada competência a servidora ANE ROHDEN, matrícula nº 11.733/03, para efetuar as autenticações dos documentos referentes ao Setor de Tributos do Município de Itapiranga/SC.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 91, de 25 de junho de 2020.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 07 de janeiro de 2021.
ALEXANDRE GOMES RIBAS
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Alexandre Siqueira
Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2019

Publicação Nº 2796219

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 004/2019
Aditivo Nº: 2 T.A 004/2019
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: ASSOCIACAO ANTONIO VIEIRA - ASAV
Licitação: Dispensa de Licitação 7/2019
Objeto: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA MUNICIPAL INTEGRAL RURAL OSCAR PUHL.
Vigência: Início: 15/01/2021 Término: 15/01/2022
Assinatura: 06/01/2021
Valor R\$: 45.600,00 (Quarenta e Cinco Mil e Seiscentos Reais)
Dotação: 73 - 06.002.2020.3339039100000000000.01011001
Itapiranga, 07 de janeiro de 2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2021

Publicação Nº 2795197

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 001/2021
Permitente: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Permissionário: RUDINEI BEUMER
Objeto: PERMISSÃO, A TÍTULO PRECÁRIO E GRATUITO, DE USO DE 03 BOTIJÕES CRIOGÊNICOS DE ARMAZENAMENTO DE SÊMEN BOVINO E NITROGÊNIO LÍQUIDO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM GADO LEITEIRO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, SENDO UM BOTIJÃO DE 34 LITROS, INSCRITO NO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO SOB O Nº 16930, UM BOTIJÃO DE 20 LITROS, INSCRITO NO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO SOB O Nº 16931 E UM BOTIJÃO DE 10 LITROS, INSCRITO NO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO SOB O Nº 5860.
Vigência: Início: 04/01/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 04/01/2021
Itapiranga, 07 de janeiro de 2021

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2021

Publicação Nº 2796275

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 002/2021
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada: TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICENTE VALE DO PIRAPOCU
Licitação: Inexigibilidade 155/2020
Objeto: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ 18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITUCIONAL OU CASA LAR PARA 2021.
Vigência: Início: 04/01/2021 Término: 31/12/2021
Assinatura: 04/01/2021
Valor R\$: 372.000,00 (Trezentos e Setenta e Dois Mil Reais)
Itapiranga, 07 de janeiro de 2021

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - CONCORRÊNCIA Nº 07/2020

Publicação Nº 2795180

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA

Data	07/01/2021	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 07/2020 Nº 38/2020 Nº 107/2020

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (TAPA BURACO E RECAPE) DE VIAS PAVIMENTADAS E CICLOVIAS ALTERNATIVAS, COM FORNECIMENTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE 600 TONELADAS DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) EM TODO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020, Observando que a Licitação foi publicada em Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 25/11/2020 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolou envelope a empresa:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
07/01/2021	1	08h28min	VIASAN ENGENHARIA EIRELI	13.307.680/0001-32

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação da empresa licitante, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foram achados conforme, portanto considerada HABILITADA. Em seguida foi aberto o envelope de proposta da empresa habilitada que foi achado conforme sendo julgada classificada, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Item	Descrição do objeto	Quant.	Valor Total R\$
1	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção (tapa buraco e recape) de vias pavimentadas e ciclovias, com fornecimento, transporte e aplicação de 600 toneladas de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) em todo Município de Itapoá, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.	1	R\$ 750.000,00

Sendo assim, a empresa VIASAN ENGENHARIA EIRELI, foi considerada HABILITADA e CLASSIFICADA. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, previsto na Lei nº 98.666/93. Nos termos da cláusula nº 27.1 da garantia contratual fica estipulado o prazo impreritavelmente de até 14/01/2021 em horário de expediente da Prefeitura, ou seja, das 07:30h às 13:30min para apresentação da garantia no valor de R\$37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais), que poderá ser enviado pelo e-mail: licitações@itapoa.sc.gov.br, ou protocolado através do protocolo oficial do Município, ou através do portal do cidadão. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
STEFANIE LIARA DE CASTILHO AGUIAR MEMBRO	RICARDO LASTRA MEMBRO
Licitante: VIASAN ENGENHARIA EIRELI Tatiana Busemayer	Participante/ouvinte: Taena Roberta Poeta Castilho da Silva Crea/SC Nº159945-3 Engenharia Civil

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA– EDITAL Nº 048/2020

Publicação Nº 2794917

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA– EDITAL Nº 048/2020

Processo Seletivo para contratação temporária de Operador de Máquinas Pesadas e Automatizadas

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
14297/2020	Simon Klaczek Dallago	82
13973/2020	João da Silva Pererira	80

14010/2020	Elemoel Lourenço da Silva	44
14066/2020	Helton Luis Yuseinski	44
13963/2020	Darci Kraieski	04
14341/2020	Juceuma de Oliveira Capetti	00
14229/2020	Eliandro Vaciele de Oliveira Castilho	00
14230/2020	Rodrigo Ledoux Cunha	00

· A comissão solicita ao classificado que acompanhe o site da Prefeitura de Itapoá para informações da próxima etapa.

Itapoá, 06 de janeiro de 2021.

Célia Maria Reinert
Presidente

Vandressa Aparecida Chervinski
Secretária

Rafael Borges Garcia
Membro

DECRETO MUNICIPAL Nº 4814, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795568

DECRETO MUNICIPAL Nº 4814, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia Secretária de Educação da Secretaria Municipal de Educação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. Luiza Montalvão de Oliveira, no cargo de Secretária de Educação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de janeiro de 2021.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito Municipal

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 4816, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795458

DECRETO MUNICIPAL Nº 4816, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia Diretoria do Departamento de Desenvolvimento, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Samuel Alves Silva no cargo de Diretor do Departamento de Desenvolvimento, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 07 de janeiro de 2021.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete

INFORMATIVO PARA PROVA EDITAL Nº 048/2020

Publicação Nº 2794929

EDITAL Nº 048/2020

Processo Seletivo para contratação temporária de
Operador de Maquinas Pesadas e Automatizadas

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais INFORMA:

1 – DA PROVA PRÁTICA

1.1 - A prova prática será com base no Decreto 4.246/2020 e Código Nacional de Trânsito;

1.2 – Os candidatos terão sua pontuação somada com a nota já obtida na primeira classificação;

1.3 – A prova prática será realizada no dia 10 DE JANEIRO DE 2021, às 07h30min, na Garagem da Prefeitura Municipal de Itapoá, Rua João Batista Velem, nº 829, Balneário Itapoá.

1.4 – O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de documento original com foto;

1.5 – Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado e o ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma;

2 – CLASSIFICAÇÃO PARCIAL E RECURSOS

2.1 – A classificação parcial será publicada até dia 12 de janeiro de 2021, no site da prefeitura: www.itapoa.sc.gov.br;

2.2 – A interposição de recurso poderá ser feita no dia 13 de janeiro de 2021, via processo digital. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto;

2.3 – A classificação final será publicada até o dia 15 de janeiro de 2021.

Itapoá, 06 de janeiro de 2021

CÉLIA MARIA REINERT

Presidente

VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI

Secretária

RAFAEL BORGES GARCIA

Membro

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE POSSE DOS SENHORES MARLON ROBERTO NEUBER, PREFEITO MUNICIPAL, JEFERSON RUBENS GARCIA, VICE-PREFEITO, E VEREADORES PARA O QUADRIÊNIO 2021/2024

Publicação Nº 2795198

ATA DE POSSE DOS SENHORES MARLON ROBERTO NEUBER, PREFEITO MUNICIPAL, JEFERSON RUBENS GARCIA, VICE-PREFEITO, E VEREADORES

Ao primeiro dia de janeiro de 2021, às 19h47min, sob a presidência do senhor Tiago de Oliveira, realizou-se a Sessão Solene para a posse dos senhores vereadores para o quadriênio 2021/2024, para a eleição da Mesa Diretora no mandato de 2021/2022 e para a posse do Prefeito e Vice-Prefeito no quadriênio 2021/2024. A Servidora Maria Inês Vargem Yalçinkaya, Mestre de Cerimônias, cumprimentou a todos e informou que a Solenidade seria realizada na modalidade à distância e por acesso remoto dos vereadores de Itapoá, sendo esta opção por motivo de força maior, em razão do regime de quarentena e da necessidade de afastamento social para conter o contágio e propagação do vírus COVID-19. Além disso, informou-se que a permissão legal está prevista na Resolução Legislativa nº 19/2020 aprovada pelo plenário, nos termos do parágrafo 1º do artigo 45 do Regimento Interno da Casa, alterando o local do plenário para o ambiente virtual oficial da Câmara Municipal, o qual é transmitido ao vivo pela internet a fim de resguardar o princípio da publicidade. Assim sendo, ressalta-se que a gravação é disponibilizada ao final da reunião no canal do YouTube. Após, a Mestre de Cerimônias comunicou que a Mesa seria presidida pelo Senhor Tiago de Oliveira (PL), enquanto candidato a Vereador mais votado na última eleição, nos termos do Regimento Interno e da Lei Orgânica Municipal. Informou também quem compunha a Mesa: Ezequiel de Andrade (PL), Fernando dos Santos Silva (MDB), Ivan Pinto da Luz (PSL), Janayna Gomes Silvino (PL), João Márcio Faligurski (PL), José Antônio Stoklosa (PSD), Luiz Martins Junior (CIDADANIA) e Paulo Neres do Rosário (MDB). A Mestre de Cerimônias, ainda, convidou todos a entoar o Hino Nacional. Após, o senhor Tiago de Oliveira, Presidente da Sessão, declarou abertos os trabalhos da Sessão Solene de Posse para a Legislatura 2021/2024, cumprimentando os vereadores eleitos, os Senhores Marlon Roberto Neuber e Jeferson Rubens Garcia, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para a gestão 2021/2024, bem como demais autoridades e munícipes que acompanhavam via internet, agradecendo a todos. Para dar andamento aos trabalhos, nomeou como Secretária "ad hoc" a Senhora Vereadora Janayna Gomes Silvino, de acordo com o art. 11 do Regimento Interno. O Senhor Presidente convidou os senhores vereadores para, em ordem alfabética, prestarem o Compromisso Regimental de Posse. Para tanto, o Presidente leu o art. 11 do Regimento Interno com os seguintes dizeres: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO." Prestado o compromisso pelo senhor Presidente em exercício, convidou cada um dos senhores vereadores, que, em ordem alfabética, diziam: "ASSIM O PROMETO". Após, declarou aberta a 9ª Legislatura que compreenderá os anos de 2021 a 2024. Além disso, declarou empossados os seguintes Vereadores: Ezequiel de Andrade (PL); Fernando dos Santos Silva (MDB); Ivan Pinto da Luz (PSL); Janayna Gomes Silvino (PL); João Márcio Faligurski (PL); José Antônio Stoklosa (PSD); Luiz Martins Junior (CIDADANIA); Paulo Neres do Rosário (MDB); e Tiago de Oliveira (PL). Empossados os vereadores, o Presidente pediu-lhes que entregassem à Secretária "ad hoc" os Diplomas expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral e Declaração de Bens, atendendo ao art. 14 do Regimento Interno. O Presidente em exercício passou à eleição da Mesa Diretora da Câmara com mandato de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022. A eleição se deu por formação de chapa, portanto, suspendeu a Sessão para proceder às inscrições das chapas. Reaberta a Sessão. Inscrita Chapa única com a seguinte composição: no cargo de Presidente, o Vereador Tiago de Oliveira; de Vice-Presidente, o Vereador Fernando dos Santos Silva; de Primeiro Secretário, o Vereador Paulo Neres do Rosário; e de Segundo Secretário, o Vereador Luiz Martins Junior. Iniciou-se a eleição da Mesa Diretora com mandato para 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, conforme o art. 19 do Regimento Interno e art. 37 da Lei Orgânica Municipal, observadas suas emendas. O voto para eleição foi aberto e se deu por sorteio que ocorreu da seguinte forma: apresentou-se uma lista por ordem alfabética e fez-se o sorteio com o globo contendo nove pedras numeradas de 01 a 09. Segue a lista constando o número que representou cada um: Vereador Ezequiel de Andrade, 03; Vereador Fernando dos Santos Silva, 06; Vereador Ivan Pinto da Luz, 05; Vereadora Janayna Gomes Silvino, 02; Vereador João Márcio Faligurski, 04;

Vereador José Antônio Stoklosa, 09; Vereador Luiz Martins Junior, 01; Vereador Paulo Neres do Rosário, 07; e Vereador Tiago de Oliveira, 08. Após a votação, declarou eleita a Chapa única, com todos os votos favoráveis, composta da seguinte forma: no cargo de Presidente, o Vereador Tiago de Oliveira; de Vice-Presidente, o Vereador Fernando Santos Silva; de Primeiro Secretário, o Vereador Paulo Neres do Rosário; e de Segundo Secretário, Vereador Luiz Martins Junior. Estando eleita a nova Mesa Diretora do Poder Legislativo de Itapoá, o Presidente da Sessão Solene, Vereador Tiago de Oliveira, torna-se, por votação, o Presidente da Mesa Diretora, dando assim continuidade aos trabalhos de Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito. O Presidente convidou o Senhor Thomaz William Palma Sohn, o qual exerceu a presidência do Poder Legislativo até 31 de dezembro de 2020, para proceder a entrega das chaves da sede do Poder Legislativo Municipal e do inventário de bens à nova presidência. Neste ato, o antigo presidente cumprimentou e desejou uma boa gestão à nova Mesa Diretora. Após, o Presidente convidou o senhor Marlon Roberto Neuber para que, perante o Plenário desta Casa, fosse investido no Cargo de Prefeito, prestando o compromisso previsto no art. 60 da Lei Orgânica Municipal: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE." O Prefeito eleito declarou encontrar-se desincompatibilizado para o exercício do cargo, na forma dos arts. 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil, e apresentou a relação de bens que constitui nesta data, todo o seu patrimônio. Conforme o art. 39, XIX do Regimento Interno, o Presidente da Mesa declarou o Senhor Marlon Roberto Neuber empossado no Cargo de Prefeito do Município de Itapoá para o mandato de 2021 a 2024. Em seguida, o Presidente convidou o Senhor Jeferson Rubens Garcia, para que, perante o Plenário desta Casa, fosse investido no Cargo de Vice-Prefeito, prestando o compromisso previsto no art. 60 da Lei Orgânica Municipal: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE." O Vice-Prefeito eleito declarou encontrar-se desincompatibilizado para o exercício do cargo, na forma dos arts. 37 e 38 da Constituição da República Federativa do Brasil, e apresentou a relação de bens que constitui nesta data, todo o seu patrimônio. Conforme o art. 39, XIX do Regimento Interno, o Presidente da Mesa declarou o Senhor Jeferson Rubens Garcia empossado no Cargo de Vice-Prefeito do Município de Itapoá para o mandato de 2021 a 2024. Após, a Mestre de Cerimônia passou a palavra aos vereadores, para seus pronunciamentos, na seguinte ordem: Vereador Ezequiel de Andrade, Vereador Fernando dos Santos Silva, Vereador Ivan Pinto da Luz, Vereadora Janayna Gomes Silvino, Vereador João Márcio Faligurski, Vereador José Antônio Stoklosa, Vereador Luiz Martins Junior e Vereador Paulo Neres do Rosário. Em seguida, passou a palavra para o Vice-Prefeito Jeferson Rubens Garcia e para o Prefeito Marlon Roberto Neuber. Finalizando os pronunciamentos, o Presidente da Casa fez as suas considerações finais e convidou a todos para juntos ouvirem o Hino à Itapoá. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a presente Sessão Solene, da qual foi lavrada a ata que vem assinada por mim, Janayna Gomes Silvino, Secretária "ad hoc", e demais vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito. Itapoá, 1º de janeiro de 2021.

Tiago de Oliveira Presidente	Fernando dos Santos Silva Vice-Presidente
Paulo Neres do Rosário Primeiro Secretário	Luiz Martins Junior Segundo Secretário
Marlon Roberto Neuber Prefeito	Jeferson Rubens Garcia Vice-Prefeito
Ezequiel de Andrade Vereador	Ivan Pinto da Luz Vereador
João Márcio Faligurski Vereador	José Antônio Stoklosa Vereador

Janayna Gomes Silvino
Vereadora e Secretária "ad hoc"

Ituporanga

CÂMARA MUNICIPAL

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2018-CM/ITU

Publicação Nº 2795009

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 003/2018-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA NOAR TURISMO LTDA ME.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Terceira – Da Origem dos Recursos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara de Vereadores de Ituporanga, em Reais (R\$), com recursos vinculados ao orçamento do exercício de 2021, devidamente assegurados através da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.33.01.000000	Passagens para o país
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 005/2018-CM/ITU

Publicação Nº 2795016

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 005/2018-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Terceira – Da Origem dos Recursos, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados pela Câmara de Vereadores de Ituporanga, em Reais (R\$), com recursos vinculados ao orçamento do exercício de 2021, devidamente assegurados através da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.04.000000	Comunicação de Dados
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 006/2019-CM/ITU

Publicação Nº 2795014

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 006/2019-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA IPM SISTEMAS LTDA.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotações do orçamento do exercício de 2021, e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.01.000000	Locação de equipamentos e softwares
1000601	Recursos Ordinários

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.02.000000	Desenvolvimento e manutenção de software
1000601	Recursos Ordinários

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.08.000000	Serviços técnicos profissionais de TIC
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 008/2019-CM/ITU

Publicação Nº 2795015

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 008/2019-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA MASTERCLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Terceira – Das Dotações Orçamentárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente instrumento correrão a conta de dotações do orçamento do exercício de 2021 e seguintes, e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES

1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.34.01.000000	Substituição de mão de obra (LRF, art. 18, §1º)
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 011/2019-CM/ITU

Publicação Nº 2795013

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 011/2019-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA ROMCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI EPP.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotações do orçamento do exercício de 2021 terá a seguinte classificação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.46.01.000000	Auxílio alimentação em pecúnia
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 012/2019-CM/ITU

Publicação Nº 2795002

2º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 012/2019-CM/ITU CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA E A EMPRESA SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA ME.

1 – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a alteração da Cláusula Quarta – Das Dotações Orçamentárias, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotações do orçamento do exercício de 2021, e terão as seguintes classificações orçamentárias:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara

3.3.90.40.01.000000	Locação de equipamentos e softwares
1000601	Recursos Ordinários

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.02.000000	Desenvolvimento e manutenção de software
1000601	Recursos Ordinários

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara
3.3.90.40.08.000000	Serviços técnicos profissionais de TIC
1000601	Recursos Ordinários

2 - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

Ituporanga, 06 de janeiro de 2021.

LEANDRO MAY

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

Jaborá

PREFEITURA

PORTARIA N. 024/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795891

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 024/2021, de 07 de janeiro de 2021.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor DAVI ANTONIO CHIOCHETTA RODRIGUES, para o cargo em comissão de COORDENADOR DE CADASTRO, subordinado a Secretaria de Desenvolvimento Social, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07/01/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 08/Janeiro/2021.

RICHARD MORO

Secretário de Administração

PORTARIA N. 025/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 2795895

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 025/2021, de 07 de janeiro de 2021.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora CAMILA ANGELA BERNART, para o cargo em comissão de COORDENADORA DO CRAS, subordinada a Secretaria de Desenvolvimento Social, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07/01/2021.

CLEVSON RODRIGO FREITAS

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 08/Janeiro/2021.

RICHARD MORO

Secretário de Administração

Jacinto Machado**PREFEITURA****DECRETO Nº 174 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2**

Publicação Nº 2794931

DECRETO Nº 174 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminada, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1.039 Pav. Recup. Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0080 (78) – Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 100.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 06 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 1.039 Pav. Recup. Vias, Rodovias, Logradouros, Pontes e Passeios

Modalidade de Aplicação: 4.4.93.00.00.00.0080 (82) – Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de Dezembro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 15 de Dezembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 175 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2794933

DECRETO Nº 175 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 114.000,00 (Cento e Quatorze Mil Reais), como segue:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (35) – 3.1.90.00.00.00.0092 – Aplicações Diretas R\$ 114.000,00

TOTAL GERAL R\$ 114.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal – FNDE – FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (vinculação 0092 – Fundão 60%) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta

corrente 17.737-7, Agência 2192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de Dezembro de 2020.

Jacinto Machado – (SC), 15 de Dezembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. B. CITADIN KLOCK
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO N° 176 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2794934

DECRETO N° 176 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade: 01- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.0080 (112) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade: 01- ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 2.063 – Manutenção dos Encargos Gerais

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.0080 (109) – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 TOTAL GERAL:
..... R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de Dezembro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 15 de Dezembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO N° 178 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação N° 2794936

DECRETO N° 178 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 18.000,00 (Dezoito Mil Reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (6) – 3.1.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 18.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (9) – 3.3.90.00.00.00.0696 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL GERAL R\$ 18.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 30 de Dezembro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 30 de Dezembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº 177 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2794935

DECRETO Nº 177 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA ENTIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 10º, I, da Lei Municipal nº 909 de 11 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no(s) Projeto(s)/Atividade(s) do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado(s), por conta do excesso de arrecadação, na forma do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 4.061,00 (Quatro Mil e Sessenta e Um Reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Mod. de Aplic.: (138) – 3.1.90.00.00.00.00.0741 – Aplicações Diretas R\$ 4.061,00

SUB-TOTAL R\$ 4.061,00

TOTAL GERAL R\$ 4.061,00

Art. 2º - Os recursos financeiros para suprir as despesas por conta da suplementação de que trata o Artigo 1º foram creditados na Conta Corrente/Aplicação nº 5.235-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil, tratando-se de recursos vinculados as Transferências da parcela correspondente ao Auxílio Financeiro "sem destinação específica" da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000, e dá outras providências. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados no Banco do Brasil, Agência 2192-X, Conta nº 18.777-1 de titularidade da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, destinada especificamente a movimentação destes valores financeiros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 30 de Dezembro de 2020.

Jacinto Machado/SC, 30 de Dezembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 008/2021

Publicação Nº 2796929

PORTARIANº 008/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o término da Gestão 2017/2020;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR, a partir de 31/12/2020, as Portarias Nºs 017/2019, de 24/01/2019; 030/2020, de 31/01/2020, que designou os servidores públicos municipais SÔNIA DE FÁTIMA KOSHINSKI DALL AGNOL, matrícula 8648; LUIZ FERNANDO SABOIA PITTA GONÇALVES, matrícula 7844; JULIANA BOLIGON, matrícula 9468; MARIANA ARAÚJO MARCÓRIO CASTRO, matrícula 11006; e KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913, para comporem a COMISSÃO DE READAPTAÇÃO E REMANEJAMENTO PROFISSIONAL.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 1.076/2020, de 21 de dezembro de 2020, com efeitos a partir de 31/12/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de janeiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 009/2021

Publicação Nº 2796930

PORTARIANº 009/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso §1º, do artigo 14, da Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, de 20/09/2018, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 221/2018, de 19/12/2018,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/01/2021, MÁRCIO ERDMANN para exercer o cargo de provimento em comissão de PRESIDENTE do Órgão Executivo do INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de janeiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 2796931

PORTARIANº 010/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 07/01/2021, ANDERSON GONÇALVES ZARDO, matrícula 9893, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTABILIDADE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de janeiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 011/2021

Publicação Nº 2796933

PORTARIANº 011/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 08/01/2021, NATÁLIA LUCIA PETRY para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER, do Poder Executivo do Município.

Art.2º NOMEAR, a partir de 08/01/2021, OTONIEL DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, do Poder Executivo do Município.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de janeiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 2796934

PORTARIANº 012/2021

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 4º, da Lei Municipal Nº 7.512/2017, de 07/12/2017,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 08/01/2021, ELCIO RICARDO ALBERTON, matrícula 7308, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, exercente do cargo de provimento em comissão de DIRETOR FINANCEIRO E CONTÁBIL, da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município, para exercer INTERINAMENTE a função de COORDENADOR FINANCEIRO do Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/01/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de janeiro de 2021.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 016/2021/SEMSA

Publicação Nº 2796923

PORTARIANº 016/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 001/2020/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR LAIS DANTAS SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Médica Clínica Geral, a partir de 05 de janeiro de 2021 até 03 de julho de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Adilson Bassani (Vila Nova)	200 horas/mês

Art.2º A servidora poderá ser realocada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de janeiro de 2021.
ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 017/2021/SEMSA

Publicação Nº 2796925

PORTARIANº 017/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 003/2020/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR OSVALDO FERNANDES DE OLIVEIRA NETO, para em Caráter Temporário atuar como Médico Clínico Geral, a partir de 07 de janeiro de 2021 até 05 de julho de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Dr. Alexander Otsa (Rau)	100 horas/mês

Art.2º O servidor poderá ser realocado, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde;

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de janeiro de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de janeiro de 2021.
ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde

SAMAE - EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 410/2020 - 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2020

Publicação Nº 2796917

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 410/2020
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2020

Processo: Pregão 167/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Transrech Transportes Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CAMINHÃO TRUCK, TRAÇADO, CAPACIDADE DE CARGA DE 12M³; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 012/2020, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original e nos termos aditivos firmados; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 6.1.1 da Cláusula Sexta, 12.1 da cláusula Décima Segunda do contrato e na justificativa do Gestor do contrato, constante no Memorando nº 1651/2020/Samae/DO; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recursos
25.002.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	Próprios
25.002.17.512.1400.4420	Aplicação e substituição de redes e ramais de água	4.4.90. - Aplicações Diretas	Próprios
25.003.17.122.0300.4402	Manutenção Patrimonial - Samae	3.3.90 - Aplicações Diretas	Próprios
25.003.17.512.1400.4422	Aplicação de redes coletoras e estações de recalque	4.4.90 - Aplicações Diretas	Próprios

Data da assinatura: 04/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Tarcisio Rech

Ademir Izidoro
Diretor Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

SAMAE - EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 421/2020 - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2020

Publicação Nº 2796918

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 421/2020
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2020**

Processo: Pregão 018/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Transrech Transportes Ltda - ME; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CAMINHÃO TRUCK, TRAÇADO, CAPACIDADE DE CARGA DE 12M³; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 101/2020, por mais 12 (doze) meses, com início em 01/01/2021 e término em 31/12/2021, nos moldes pactuados no contrato original; Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato tem fundamento legal no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, no item 6.1.1 da Cláusula Sexta, 12.1 da cláusula Décima Segunda do contrato e na justificativa do Gestor do contrato, constante no Memorando nº 1900/2020/Samae/DO; Item orçamentário: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2021, (conforme mensagem nº 193/2020 de 26/08/2020 da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2021), como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recursos
25.003.17.512.1400.3.402	Manutenção e ampliação da rede de Drenagem Pluvial	3.3.90 – Aplicações Diretas	Próprios

Data da assinatura: 10/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Tarcisio Rech.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente
Samae de Jaraguá do Sul

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 01.01.2021 - INSTALAÇÃO E POSSE LEGISLATURA 2021/2024**

Publicação Nº 2795653

ATA DA INSTALAÇÃO E POSSE DA LEGISLATURA 2021-2024 DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E DOS VEREADORES ELEITOS NO PLEITO DE 2020.

Ata da instalação e posse da legislatura 2021 a 2024 do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos no pleito de 2020. Sessão realizada no dia primeiro de janeiro de 2021 às dezessete horas, na Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 621, Centro, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina (SC), conduzida pela servidora Sandra Batistella e presidida pelo senhor Onésimo José Sell, Vereador com maior número de votos da última eleição. Ato contínuo, foi composta a mesa pelas seguintes autoridades: Prefeito do município de Jaraguá do Sul, Antídio Aleixo Lunelli; Vice-Prefeito do município de Jaraguá do Sul, José Jair Franzner; Deputado Estadual, senhor Vicente Caropreso; e o Deputado Federal, senhor Carlos Chiodini. A seguir, foram convidados os demais Vereadores eleitos para ocuparem seus respectivos lugares à mesa: Ademar Braz Winter, Anderson Kassner, Jair Luis Pedri, Jeferson Cardozo, Jonathan Reinke, Luís Fernando Almeida, Maria Santin Camello, Osmair Luiz Gadotti, Rodrigo Livramento Araújo, Sirley Maria Schappo. Após, houve a execução o Hino Nacional. Em seguida, o presidente solicitou um minuto de silêncio em homenagem aos mortos pelo vírus Covid-19 e deu por aberta a presente sessão solene. Em seguida, convidou para secretariar os trabalhos da mesa diretora a Vereadora eleita, senhora Maria Santin Camello. Ato contínuo, o Presidente convidou o Vereador eleito senhor Osmair Luiz Gadotti para fazer a leitura do versículo bíblico. Após, solicitou à Secretária que verificasse o recebimento e a legalidade dos documentos exigidos para a posse dos Vereadores eleitos. Estando a documentação em ordem, solicitou aos Vereadores que pronunciassem seu compromisso legal e assinassem o termo de posse, sendo, a seguir, declarados empossados no cargo de Vereador e de Vereadora do município de Jaraguá do Sul, para a legislatura de 2021/2024, os senhores: Onésimo José Sell, Ademar Braz Winter, Anderson Kassner, Jair Luis Pedri, Jeferson Cardozo, Jonathan Reinke, Luís Fernando Almeida, Maria Santin Camello, Osmair Luiz Gadotti, Rodrigo Livramento Araújo, Sirley Maria Schappo. Prontamente, foi tomada a presença dos Vereadores eleitos e, dando sequência ao ato solene da presente sessão, o Presidente procedeu a posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos. Em seguida, solicitou à Secretária para conferir o recebimento e a legalidade dos documentos exigidos. Estando toda documentação em ordem, conforme manifestação da Secretária da mesa, foi solicitado ao Prefeito do município de Jaraguá do Sul e Vice-Prefeito do município de Jaraguá do Sul que pronunciassem seu compromisso legal e assinassem o termo de posse, declarando empossados no cargo de Prefeito, o senhor Antídio Aleixo Lunelli e o Vice-Prefeito, o senhor José Jair Franzner, para a legislatura de 2021/2024. Após, foi convidado o Vereador mais votado na eleição, Onésimo José Sell, para proferir seu discurso, concedendo também o uso da palavra aos demais Vereadores eleitos para que, de forma breve, fizessem suas considerações e agradecimentos. Continuando, foram convidados para fazerem uso da palavra: o senhor José Jair Franzner, Vice-Prefeito do município de Jaraguá do Sul; senhor Vicente Caropreso, Deputado Estadual; senhor Carlos Chiodini, Deputado Federal; e o senhor Antídio Aleixo Lunelli, Prefeito do município de Jaraguá do Sul. Após, foi executado o Hino de Jaraguá do Sul. Feito isso, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a solenidade de instalação e posse dos novos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, suspendendo os trabalhos por dez minutos. Ato contínuo, o Presidente interino, Onésimo José Sell, declarou aberto os trabalhos para a eleição da mesa diretora da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul (CMJS) para o ano de 2021, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário que estarão automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro de 2021. Em seguida, foi aberta a votação para Presidente. Apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Vereador Onésimo José Sell com oito votos e Vereadora Sirley Maria Schappo com tres votos. Assim sendo, o Presidente interino declarou eleito Presidente da CMJS para o exercício de 2021, o Vereador Onésimo José Sell, que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2021. Em seguida, procedeu à votação para Vice-Presidente. Apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Vereadora Maria Santin Camello com nove votos e o Vereador Ademar Braz Winter com dois votos. Assim sendo, diante do resultado, o Presidente declarou eleita Vice-Presidente da CMJS para o exercício de 2021, a Vereadora Maria Santin Camello, que estará automaticamente empossada a partir de 1º de

janeiro de 2021. Aberta a votação para 1º Secretário e apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Vereador Jonathan Reinke com sete votos e Vereadora Sirley Maria Schappo com quatro votos. Assim sendo, diante do resultado, o Presidente declarou eleito 1º Secretário da CMJS para o exercício de 2021, o Vereador Jonathan Reinke, que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2021. Finalmente, procedeu-se à votação para 2º Secretário. Apurados os votos, obteve-se o seguinte resultado: Vereador Jair Luis Pedri com sete votos, Vereador Jeferson Cardoso com três votos e Vereador Luís Fernando Almeida com um voto. Assim sendo, diante do resultado, o Presidente declarou eleito o 2º Secretário da CMJS para o exercício de 2021, o Vereador Jair Luis Pedri que estará automaticamente empossado a partir de 1º de janeiro de 2021. O Presidente, cumprindo o disposto no art. 57 do Regimento Interno da CMJS, solicitou que a Secretária procedesse ao sorteio para as seguintes comissões provisórias: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Comissão de Finanças e Orçamento. Foram sorteados para participar da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: a Vereadora Sirley Maria Schappo e os Vereadores Jonathan Reinke e Anderson Kassner. Foram sorteados para participar da Comissão de Finanças e Orçamento: os Vereadores Luís Fernando Almeida, Osmair Luiz Gadotti e Rodrigo Livramento Araújo. Ao fim, o Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando os trabalhos e convocando sessão ordinária para o dia 02 de fevereiro de 2021, no horário regimental, às 17 horas.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de janeiro de 2021.

ONÉSIMO JOSÉ SELL
PRESIDENTE

JONATHAN REINKE
SECRETÁRIO

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO PL 81/2020/PMJ - TP 14/2020/PMJ

Publicação Nº 2796208

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2020/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2020/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 81/2020/PMJ – Tomada de Preço nº 14/2020/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de barracão em estrutura metálica no Distrito de Santa Helena, neste Município” fica designado o dia 11 de janeiro de 2021 as 15h, no setor de compras e licitações, para abertura dos envelopes das propostas e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de janeiro de 2021.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

AVISO PL 82/2020/PMJ - TP 15/2020/PMJ

Publicação Nº 2796251

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2020/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 15/2020/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 82/2020/PMJ – Tomada de Preço nº 15/2020/PMJ, cujo objeto é “A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pintura externa e interna da Escola Rotary Fritz Lucht, neste Município” a ata da sessão, realizada ontem, de julgamento da habilitação, está disponível no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis recursos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 07 de janeiro de 2021.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Comissão de Licitação

EXTRATO - CONTRATO 04/2021/FMS

Publicação Nº 2795183

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2021/FMS
PROCESSO Nº 32/2020/FMS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2020/FMS
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
CONTRATADA: CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA.

OBJETO: prestação, pela CREDENCIADA, de serviços de consultas médicas especializadas de oftalmologia, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC.

VALOR DO CONTRATO:

O valor estimado do contrato é de R\$ 303.984,00 (trezentos e três mil novecentos e oitenta e quatro reais), de acordo serviços especificados a seguir, em conformidade com o Anexo I do Edital 01/2020:

ITEM	QUANTIDADE ESTIMADA	DESCRIÇÃO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
CONSULTAS ESPECIALIZADAS				
4	2.400	OFTALMOLOGIA GERAL (INCLUSO GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA)	126,66	303.984,00
Total			R\$ 303.984,00	

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO:

2.124 – BLATB: BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.01.02.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.01.38.0614 – Aplicações Diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTTO.

DATA DE ASSINATURA: 07 de janeiro de 2021

Joaçaba – SC, 07 de janeiro de 2021

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO - CONTRATO 05/2021/FMS

Publicação N° 2795194

EXTRATO DO CONTRATO N° 05/2021/FMS

PROCESSO N° 31/2020/FMS

PREGÃO ELETRÔNICO N° 14/2020/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

CONTRATADA: CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA.

OBJETO: realização pela CREDENCIADA de consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

VALOR DO CONTRATO:

O valor estimado do contrato é de R\$ 101.979,72 (cento e um mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos), de acordo serviços especificados a seguir, em conformidade com o Anexo I do Edital 06/2018:

ITEM	QTDE	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
1	24	BIOMETRIA BINOCULAR	243,33
2	24	BIOMETRIA MONOCULAR	142,50
6	24	MICROSCOPIA MONOCULAR	191,67
7	24	MICROSCOPIA BINOCULAR	293,33
13	60	PAQUIMETRIA BINOCULAR	153,33
14	60	PAQUIMETRIA MONOCULAR	91,67
15	60	TOPOGRAFIA MONOCULAR	171,67
16	60	TOPOGRAFIA BINOCULAR	263,33
24	36	YAG LASER MONOCULAR	555,00
25	60	CAMPIMETRIA BINOCULAR	203,33
26	60	CAMPIMETRIA MONOCULAR	135,00
Total			R\$ 101.979,72

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

DOTAÇÃO:

2.124 – BLMAC – BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações diretas

FISCAL: MARIANA ZOPELETTTO.

DATA DE ASSINATURA: 07 de janeiro de 2021

Joaçaba – SC, 07 de janeiro de 2021

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020/PMJ

Publicação Nº 2795582

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

O CLUBE JOAÇABENSE DE TIRO, CAÇA E PESCA, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 78.502.9860001-95, com sede administrativa à Rua Estrada Linha Duas Casas SN, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUIZ FABIANO EUZÉBIO PINTO;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I- O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 28.500,00, EM TRÊS PARCELAS DE R\$ 9.500,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021 EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 5.700,00 PARCELA ÚNICA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO;

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LUIZ FABIANO EUZÉBIO PINTO

PRESIDENTE AMOB

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2020/PMJ

Publicação Nº 2795588

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE BOLÃO E BOCHA - AJBB, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 14.786.752/0001-34, com sede administrativa na Rua Borges de Castilho, 118, B. Tobias, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. RAFAEL GIONGO BURLIM;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 23.200,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, UMA DE R\$7.800,00 E DUAS DE R\$7.700,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021 EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 4.640,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL GIONGO BURLIM

PRESIDENTE AJBB

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2020/PMJ

Publicação Nº 2795593

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO REGIONAL ESPORTIVA CULTURAL DE JUDÔ - ARECJ, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 08.845.538/0001-09, com sede administrativa na Rua Trv. Franz Luck, 70, Centro, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. TIAGO CAMARGO DE ALMEIDA;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I- O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO DO VALOR DE R\$ 37.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO UMA DE R\$ 16.000,00, E DUAS DE R\$ 10.500,00 NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 7.400,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO;
E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

TIAGO CAMARGO DE ALMEIDA

PRESIDENTE ARECJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020/PMJ

Publicação Nº 2795598

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA REGIONAL E CULTURAL DE HANDEBOL - ADRECHA, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.225.109/00001-03, com sede administrativa na Rua Augusto Arbuseri, 22, B. Tobias, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. VICTOR HUGO BARROS LUCHESI;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 41.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS DE R\$ 13.666,67, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021 EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 27.000,00 EM 03 PARCELAS DE R\$9.000,00 NO EXERCÍCIO EM CURSO A VENCER NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021 DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VICTOR HUGO BARROS LUCHESI

PRESIDENTE ADRECHA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2020/PMJ

Publicação Nº 2795608

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO DE XADREZ DE JOAÇABA - AXJ, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.030.819/0001-88, com sede administrativa na Rua Augusto Arbuseri, 22, B. Tobias, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ASSIR LUIZ DE LUCCA;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 05/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO UMA DE R\$ 17.000,00 E DUAS DE R\$ 16.500,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 10.000,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ASSIR LUIZ DE LUCCA
PRESIDENTE AXJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 06/2020/PMJ

Publicação Nº 2795612

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 06/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO PRÓ TÊNIS DE MESA - APTM, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 11.087.307/0001-98, com sede administrativa na Rua Augusto Arbugeri, 22, B. Tobias, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. YURI REIS DE GODOI;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 06/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO UMA DE R\$ 16.700,00 E DUAS DE R\$ 16.650,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 10.000,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

YURI REIS DE GODOI
PRESIDENTE APTM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2020/PMJ

Publicação Nº 2795615

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE VOLEIBOL - AJOV, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 01.823.720/0001-10, com sede administrativa na Rua Almirante Barroso, 152, B. Tobias, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. VANDERLEI ANTÔNIO SEMIONE;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO UMA PARCELA DE R\$17.000,00 NA DATA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021 E DUAS PARCELAS DE R\$16.000,00 PARA AS DATAS DE 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021 EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - O CONCEDENTE CEDERÁ O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, O SERVIDOR CESAR LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO COM CARGA HORÁRIA DE 20H SEMANAIS PERFAZENDO UM TOTAL DE R\$ 29.779,04 A TÍTULO DE RECURSOS HUMANOS.

III - ESTE TERMO DE FOMENTO, COMPREENDENDO REPASSE FINANCEIRO E CESSÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PERFAZ O VALOR TOTAL DE R\$ 79.779,04.

IV - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 80.000,00 EM TRÊS PARCELA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VANDERLEI ANTONIO SEMIONE
PRESIDENTE AJOV

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2020/PMJ

Publicação Nº 2795619

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO JOAÇABA ESPORTE E CULTURA – AJEC, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 06.066.796/00001-61, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 77, sala 201, Centro, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. GUSTAVO LOCATELLI;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 08/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO R\$17.000,00 EM 10/02/2021, R\$16.000,00 EM 10/06/2021 E R\$ 17.000,00 EM 10/09/2021, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 16.999,26 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

GUSTAVO LOCATELLI

PRESIDENTE AJEC

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2020/PMJ

Publicação Nº 2795623

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO DE BASQUETE DE LUZERNA JOAÇABA E HERVAL D'OESTE - ABLUJHE, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.133.141/0001-70, com sede administrativa na Rua Martinho Lutero, 40, Centro, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. RENAN WILIAN BERCARO PAZIN;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO DUAS DE R\$17.000,00 E UMA DE R\$16.000,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 10.000,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RENAN WILIAN BERCARO PAZIN

PRESIDENTE ABLUJHE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2020/PMJ

Publicação Nº 2795627

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO MEIO OESTE DE BADMINTON - AMOB, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 17.962.426/0001-29, com sede administrativa na Rua Angelo Anzolin, 747, B. Anzolin, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. NILSON ARAÚJO;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 10/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 50.000,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS DE R\$ 16.166,66, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021, 10 DE JUNHO DE 2021 E 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - O CONCEDENTE CEDERÁ O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, O SERVIDOR ANDERSON ANDRES COM CARGA HORÁRIA DE 40 SEMANAIS PERFAZENDO UM TOTAL DE R\$ 36.417,44 A TÍTULO DE RECURSOS HUMANOS.

III - ESTE TERMO DE FOMENTO, COMPREENDENDO REPASSE FINANCEIRO E CESSÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PERFAZ O VALOR TOTAL DE R\$ 86.417,44.

IV - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 10.000,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

NILSON ARAUJO

PRESIDENTE AMOB

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 11/2020/PMJ

Publicação Nº 2795630

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 11/2020/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, n.º 378, centro, representada neste ato por seu Prefeito, Sr DIOCLÉSIO RAGNINI;

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE CICLISMO DE JOAÇABA - ADECIJO, Organização de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 26.498.182/0001-66, com sede administrativa na Rua Amabile Falavinha, 715, B. Vila Pedrini, Município de Joaçaba, neste ato representada por seu Presidente, Sr. VIVIANE MARIANO;

OBJETO: TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE FOMENTO Nº 11/2020/PMJ CELEBRADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020, O QUAL AS PARTES ADITAM A

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: I - O CONCEDENTE EFETUARÁ O REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 48.500,00, EM 03(TRÊS) PARCELAS, SENDO DUAS DE R\$ 16.500,00, NAS DATAS DE 10 DE FEVEREIRO DE 2021 E 10 DE JUNHO DE 2021 E UMA DE R\$15.500,00 EM 10 DE SETEMBRO DE 2021, RESPECTIVAMENTE, EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

II - A CONVENIENTE EMPREGARÁ COMO CONTRAPARTIDA NO PROJETO O VALOR DE R\$ 9.700,00 EM PARCELA ÚNICA PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO DE (ANO), EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO ADITIVO.

E CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO É DE 29/01/2021 A 30/12/2021.

JOAÇABA(SC), 07 DE JANEIRO DE 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

VIVIANE MARIANO

PRESIDENTE ADECIJO

PL 31/2020/FMS - IN 14/2020/FMS

Publicação Nº 2795091

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2020/FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 14/2020/FMS

1. DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA para a realização de consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.

2. DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 06/2018/FMS, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3. DA CREDENCIADA

Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 400754442, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.062.210-87, residente e domiciliada na Rua

Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC.

4. DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 101.979,72 (cento e um mil novecentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos), considerando a vigência do Contrato por 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Contrato, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0619 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0614 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 – Aplicações Diretas

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), 07 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 07 de janeiro de 2021

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba/SC, em 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PL 32/2020/FMS - IN 15/2020/FMS

Publicação Nº 2795099

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 32/2020/FMS

INEXIGIBILIDADE Nº 15/2020/FMS

1. DO OBJETO

CREDENCIAMENTO da empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA para a realização de consultas médicas especializadas a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC.

2. DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2020/FMS, o qual, pelas suas características, enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3. DA CREDENCIADA

Empresa CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.212/0001-04, estabelecida na Rua Francisco Lindner, nº. 188, 1º andar, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC, neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS BISCAINO PINTO, portador da Carteira de Identidade nº 400754442, inscrito no CPF/MF sob o nº 198.062.210-87, residente e domiciliada na Rua Francisco Lindner, nº. 188, Bairro Centro do Município de Joaçaba/SC.

4. DO VALOR

O custo total estimado para as contratações é de R\$ 303.984,00 (trezentos e três mil e novecentos e oitenta e quatro reais), considerando a vigência do Contrato por 12 (doze) meses.

Havendo prorrogação do Contrato, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.01.02.0002 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.01.38.0614 – Aplicações Diretas

6. DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), 07 de janeiro de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALMOR JOÃO REISDORFER

Secretário

RATIFICAÇÃO

Comunicado à autoridade superior em 07 de janeiro de 2021

Verificado o atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, ratifico o presente processo licitatório.

Joaçaba/SC, em 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PORTARIA Nº 040

Publicação Nº 2795565

PORTARIA Nº 040 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) ALINE APARECIDA SCHMIDT DAMBROS, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Especial Média Complexidade, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 041

Publicação Nº 2795570

PORTARIA Nº 041 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

“NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) EDOARDO TRINDADE DOS SANTOS, Profissional de Educação Física, para exercer as funções de Assistente de Instâncias Deliberativas, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 042

Publicação Nº 2795573

PORTARIA Nº 042 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) JULIANA CHIAMULERA, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 043

Publicação Nº 2795576

PORTARIA Nº 043 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) LARISSA NOVELLO, Psicólogo, para exercer as funções de Chefe de Proteção Social Básica, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 044

Publicação Nº 2795579

PORTARIA Nº 044 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) RUBIA KAREN PROVENSI, Assistente Social, para exercer as funções de Chefe de Vigilância, Monitoramento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios, nível FC-1, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 045

Publicação Nº 2795584

PORTARIA Nº 045 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"DESIGNA RESPONSABILIDADES A SERVIDOR(A) QUE ESPECÍFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º- DESIGNAR os servidores: JESIEL DE OLIVEIRA (Técnico de Administração) e PRISCILA CONTINI SCALABRIN (Técnico de Administração), para gerenciar a realização de despesas sob o regime de adiantamento, correspondente ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA - CNPJ 10.594.533/0001-00, conforme memorando nº 039/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as portarias nº 112/2017 e nº 3.907/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 046

Publicação Nº 2795591

PORTARIA Nº 046 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Sr.(a) SHERLON CRISTINA DE BASTIANI, Professor Nível III (Mestrado), para exercer as funções de Diretor Geral de Ensino Fundamental, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 047

Publicação Nº 2795597

PORTARIA Nº 047 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Sr.(a) DANIELA BORSOI DALLA LASTA, Professor Nível II (Pós Graduação), para

exercer as funções de Diretor Geral de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 048

Publicação Nº 2795601

PORTARIA Nº 048 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Sr.(a) CAMILA BRANCO SGARIA, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente Geral de Ensino, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 049

Publicação Nº 2795606

PORTARIA Nº 049 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Sr.(a) GICELE CARVALHO DA SILVA MARCON, Professor Nível II (Pós Graduação), para exercer as funções de Assistente Geral de Ensino, nível FCM-1, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 050

Publicação Nº 2795610

PORTARIA Nº 050 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Servidor(a) LUCIANA REESE PEREIRA TESSER, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Recursos Humanos da Educação, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 051

Publicação Nº 2795616

PORTARIA Nº 051 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 01 de janeiro de 2021, do(a) Sr(a) AISLIM RAMONA ARENHART, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, conforme memorando nº 34/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2021, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 052

Publicação Nº 2795622

PORTARIA Nº 052 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCIANA DE LURDES BARCELLOS durante o período de 04 de janeiro de 2021 a 03 de julho de 2021, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada em 07º lugar no edital de Chamada Pública nº 02/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude do pedido de desligamento da servidora Daiane Aparecida de Oliveira, conforme memorando n.º 560/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 053

Publicação Nº 2795626

PORTARIA Nº 053 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CAMILA APARECIDA DOS SANTOS, a partir de 29 de dezembro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 52º lugar (Professor de Educação Infantil) no edital de Processo Seletivo Nº 012/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de abertura de creche de plantão e a substituição de servidores efetivos exercendo função de confiança.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 012/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de janeiro de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 054

Publicação Nº 2795631

PORTARIA Nº 054 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MIRANDA ERICA DO NASCIMENTO BARDIN, a partir de 29 de dezembro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2021, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 53º lugar (Professor de Educação Infantil) no edital de Processo Seletivo Nº 012/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de abertura de creche de plantão e a substituição de servidores efetivos exercendo função de confiança.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 012/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de janeiro de 2021.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 055

Publicação Nº 2795636

PORTARIA Nº 055 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCIA REGINA DORINI DA SILVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2019 (30 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 04 de janeiro de 2021 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, Art. 59-A da Lei Complementar nº 287 de 19 de dezembro de 2014 e Art. 7 do Decreto 5.908 de 18 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 056

Publicação Nº 2795638

PORTARIA Nº 056 DE 04 DE JANEIRO DE 2021
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 04 de janeiro de 2021, o(a) Senhor(a) DAVI HENRIQUE SOARES SALGADO do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso I da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de janeiro de 2021.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____


www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 31-2020 IN 14-2020

Publicação Nº 2795174

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 14/2020
	Processo Adm.: 31/2020 Data do Processo: 22/12/2020

CNPJ: 10.594.533/0001-00 **Telefone:** (49) 3521-1555
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 31/2020
b) Nr. Licitação: 14/2020 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 07/01/2021
e) Objeto da Licitação: *É objeto do presente instrumento a realização pela CREDENCIADA de consultas, exames e procedimentos oftalmológicos, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, SC.*

Participante: CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BIOMETRIA BINOCULAR	24,000	SERVIÇ	243,33	5.839,92
2	BIOMETRIA MONOCULAR	24,000	SERVIÇ	142,50	3.420,00
3	MICROSCOPIA MONOCULAR	24,000	SERVIÇ	191,67	4.600,08
4	MICROSCOPIA BINOCULAR	24,000	SERVIÇ	293,33	7.039,92
5	PAQUIMETRIA BINOCULAR	60,000	SERVIÇ	153,33	9.199,80
6	PAQUIMETRIA MONOCULAR	60,000	SERVIÇ	91,67	5.500,20
7	TOPOGRAFIA MONOCULAR	60,000	SERVIÇ	171,67	10.300,20
8	TOPOGRAFIA BINOCULAR	60,000	SERVIÇ	263,33	15.799,80
9	YAG LASER MONOCULAR	36,000	SERVIÇ	555,00	19.980,00
10	CAMPIMETRIA BINOCULAR	60,000	SERVIÇ	203,33	12.199,80
11	CAMPIMETRIA MONOCULAR	60,000	SERVIÇ	135,00	8.100,00
Total do Participante:					101.979,72

Página: 2 / 2

Total Geral: 101.979,72


Joaçaba, 07/01/2021

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PL 32-2020 IN 15-2020

Publicação Nº 2795172

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE JOAÇABA	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 15/2020
	Processo Adm.: 32/2020 Data do Processo: 22/12/2020

CNPJ: 10.594.533/0001-00 **Telefone:** (49) 3521-1555
Endereço: Rua Getúlio Vargas, 205 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 32/2020
b) Nr. Licitação: 15/2020 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação: 07/01/2021
e) Objeto da Licitação: *É objeto do presente instrumento a prestação, pela CREDENCIADA, de serviços de consultas médicas especializadas a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população do Município de Joaçaba/SC, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.*

Participante: CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSULTA ESPECIALIZADA - OFTALMOLOGIA GERAL (INCLUSO GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA)	2.400,0	UN	126,66	303.984,00
Total do Participante:					303.984,00
Total Geral:					303.984,00

Joaçaba, 07/01/2021

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 008/2021 - NOMEAÇÃO ASSESSOR JURIDICO RICARDO MENEZES**

Publicação Nº 2796816

PORTARIA Nº 008/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos XVI e XXXIII do Regimento Interno, rESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Senhor RICARDO MARCELO DE MENEZES, OAB/SC 32.283, para exercer o Cargo Comissionado de Assessor Jurídico, nível CC-1, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 321 de 04 de janeiro de 2016 e alterações.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 07 de janeiro de 2021.

DIEGO MAURO BAIROS

Presidente

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO 2020

Publicação Nº 2796569

Página: 1 / 1
Data de emissão: 07/01/2021
Exercício de 2020
Período de: Janeiro à Dezembro
Despesa: Page

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Balanço Financeiro - Anexo 13
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE JOAÇABA



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00 DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.738.278,37
Ordinária		0,00 Ordinária	2.738.278,37
		Recursos Ordinários	2.738.278,37
Vinculada		0,00 Vinculada	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.043.895,65	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.305.617,28
EXTRAORÇAMENTÁRIAS	473.142,67	EXTRAORÇAMENTÁRIAS	473.142,67
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	473.142,67
SALDOS ANTERIORES	0,00	SALDOS ATUAIS	0,00
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	350.000,00	CONTAS CORRENTES	350.000,00
APLICAÇÕES	-350.000,00	APLICAÇÕES	-350.000,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	4.517.038,32	TOTAL	4.517.038,32

MARCIO ROBERTO PICCOLI
Contador CRCSC 025688/O

CRISTIANE MARIA DENARDI
Analista de Compras e Licitações

LEANDRO SARTORI
Controlador Interno

JOSÉ OTÁVIO CALLIARI FILHO
Presidente

PLASS**EXTRATO CONTRATO Nº 20/2020/PLASS**

Publicação Nº 2796203

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020/PLASS
Proveniente do PL Nº 08/2020/PLASS –
PP Nº 01/2020/PLASS

CONTRATANTE: PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS.
CONTRATADA: GRACIANI & ZANATTA LTDA.
OBJETO: Fornecimento de medicamentos, conforme o interesse dos segurados do PLASS, mediante desconto em folha de pagamento.
DESCONTO TOTAL: 89%
VIGÊNCIA: pelo período de 12 meses, a contar de 03 de dezembro de 2020.

Joaçaba, 03 de dezembro de 2020
JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 01/2021/PLASS

Publicação Nº 2796600

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 01/2021/PLASS
PROVENIENTE DO PL Nº 01/2021/PLASS – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2021/PLASS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS
Contratada: JLM LABORATÓRIO LTDA.
Data: 07/01/2021
Objeto: Prestação de serviços na área de Análises Clínicas, Anátomo Patologia e Citologia.
Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2021 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2021/PLASS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021/PLASS

Publicação Nº 2796776

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – PLASS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ STROHER CONSULTÓRIO MÉDICO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.061.347/0001-91 estabelecida na Avenida Santa Terezinha, 243 Edifício Centro Profissional, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pela Sra. CAMILA KLEBER STROHER portadora do CPF nº 071.602.229-03 e CREMESC nº 22544.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 07 de janeiro de 2021.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO

DE JOAÇABA(SC) – PLASS

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2021 - SIMAE

Publicação Nº 2795193

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2021

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESCORAS METÁLICAS, A SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DAS ÁREAS TÉCNICAS DO SIMAE, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0066/2020, PROCESSO JHL Nº 0074/2020, PROTOCOLO JHL Nº 1653/2020

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Adjunta Valdirene Aparecida Dorini, doravante denominado "SIMAE" e a empresa Adamantium Escoramentos de Valas Eireli - ME, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 4.388/2013, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0074/2020, Pregão Presencial JHL nº 0066/2020, homologado em 07/01/2021, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Adamantium Escoramentos de Valas Eireli - ME
	ENDEREÇO:	Av. Toaldo Tulio, nº 4230, Sala 01, Bairro São Braz, em Curitiba/PR.
	CNPJ/MF:	23.842.233/0001-37
	REPRESENTANTE LEGAL:	Eduardo Zanetti Silva
	CPF:	067.479.349-89
	RG:	9076786-0

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de escoras metálicas, a serem utilizados nas atividades das áreas técnicas do Simae, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 Os produtos registrados são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Escoras metálicas reguláveis, fabricada em tubos normatizados conforme NR18, tubo externo (capa) diâmetro mínimo de 47,5 mm e espessura mínima de 1,8 mm; tubo interno (flauta) diâmetro mínimo de 40 mm e espessura mínima de 1,8 mm, com furação de aproximadamente 10 mm a cada 100 mm para regulagem de tamanho; caneca/copo com alças soldadas, confeccionado em tubo normatizado com regulagem de altura entre 100 e 120 mm, rosca quadrada; Sapatas nas duas extremidades confeccionadas em chapas estampadas com espessura mínima de 5 mm, e largura mínima de 100 mm x 100 mm; Arruela/anel galvanizado de alta resistência para proteção da rosca; Pino de travamento em aço com espessura aproximada de 10 mm, dobrado de forma a impedir a movimentação dos tubos quando travados, o pino deve ser fixado ao equipamento através de dispositivo que impeça seu extravio. Produto confeccionado em aço carbono galvanizado, com pintura Epóxi preferencialmente na cor azul Royal. Necessária apresentação de ART. 10 unidades nas dimensões: entre 1200 a 1300 mm fechada, e 1900 a 2100 mm aberta, com capacidade mínima de carga: 1600 Kg (fechada) e 900 kg (aberta). 10 unidades nas dimensões: entre 900 a 1000 mm fechada, e 1500 a 1650 mm aberta, com capacidade mínima de carga: 1600 Kg (fechada) e 900 kg (aberta).	UN	20	R\$ 2.450,00	R\$ 49.000,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0066/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);
- Planilha de lances do Pregão.



3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 08 de janeiro de 2021.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações das licitantes vencedoras do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.4.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 A gestora dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do SIMAE, e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 A fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Nathalia D. Schlichting Oliari, Técnico de Segurança do Trabalho do SIMAE, e-mail: sst@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 O PRAZO PARA ENTREGA do objeto, depois de enviada Autorização de Fornecimento/Empenho, deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da autorização.

7.3 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto e com as exigências estabelecidas pelo SIMAE, constantes no Anexo I do Edital.

7.4 Os produtos deverão ser entregues na Sede Administrativa do SIMAE, localizada na Rua Tiradentes nº 123, Centro, em Joaçaba/SC.

7.4.1 O TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA SÃO DE RESPONSABILIDADE DA DETENTORA, devendo a mesma tomar os mínimos cuidados para que todo o processo de transporte seja realizado de forma íntegra e sem nenhum tipo de dano.

7.5 A rejeição total ou parcial do produto pelo SIMAE sujeitará a DETENTORA às sanções previstas no item 13 desta Ata de Registro de Preços e a devolução da nota fiscal/fatura.

7.6 O aceite do produto não exclui a responsabilidade civil da DETENTORA por vícios de quantidade ou de qualidade do produto, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

7.7 Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da DETENTORA de entregar o produto nas condições e especificações pactuadas e poderá sujeitá-la à multa e a suspensão de licitar e contratar com o SIMAE, conforme previsto no item 13 desta Ata de Registro de Preços, bem como a sua rescisão unilateral pelo SIMAE para os itens recusados.

7.8 Fica estabelecido que o produto será recebido:

a) provisoriamente, para verificação de conformidade com as especificações do Edital;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade dos produtos com as especificações e a consequente aceitação,

liberando o pagamento.

7.9 Somente será encaminhado a Nota Fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará até o 10º (dia) útil subsequente ao recebimento definitivo.

7.10 O produto recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à DETENTORA, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.11 O aceite do produto não exclui a responsabilidade civil da DETENTORA por vícios de quantidade ou qualidade, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

7.12 Se no prazo de garantia, o produto apresentar vício oculto ou defeito a DETENTORA deverá substituí-lo no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da notificação do SIMAE sem qualquer ônus para esta autarquia.

7.13 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelo envio e frete do produto, incluindo as situações onde houver a necessidade de troca ou devolução do produto recusados por não atendimento ao Edital.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado após o recebimento do item, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de produtos que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail nf@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o atesto do Fiscal, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do produto, ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O SIMAE exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega dos produtos, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2021, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/ 2.062

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Fornecer os produtos nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexos I do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

- a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o Contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;
- d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – A pedido da DETENTORA, em virtude de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

12.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega do produto, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da DETENTORA não entregar os produtos, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a DETENTORA, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o SIMAE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 07 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini
Diretora-Adjunta

Eduardo Zanetti Silva
Proprietário

Testemunhas:

Valdinei Antonio Gusatto
Gerente SMTP

Nathalia D. Schlichting Oliari
Técnico Segurança do Trabalho

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0027/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794889

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0026/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2020

PROTOCOLO Nº 1053/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de conexões para a padronização das ligações de água executadas pelo Simae nas unidades consumidoras de água.

EMPRESA: GUIMARÃES E CASTRO COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA ME

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	CONJUNTO FORMADO POR DOIS TUBETES COM ROSCA 1/2" E PORCA SEX-TAVADA, DEVERÁ POSSUIR BUCHA DE LIGA DE LATÃO E COM FURO PARA PASSAGEM DE FIO METÁLICO. OS TUBETES DEVERÃO SER FORNECIDOS EM FORMATO LONGO E TODO CONJUNTO FABRICADO EM POLIPROPILENO E DEVERAO SER FORNECIDOS COM ARRUELA DE VEDAÇÃO DE BORRACHA NITRILICA, COM ESPESSURA DE 3 MM. DEVERÁ VIR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL PARA CADA CONJUNTO. - Marca: ESSA	un	1.500	3,24	R\$ 4.860,00

VIGÊNCIA: 08/07/2020 a 07/07/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 07 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini– Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0028/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794897

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2020

PROTOCOLO Nº 0716/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, ampliação do sistema de automação, telemetria, telecomando e supervisão do sistema de abastecimento de água implantado pelo Simae, incluindo o fornecimento de materiais

EMPRESA: SCL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO LTDA

VALORES:

LOTE 01 – Serviços de manutenção e Desenvolvimento						
Item	Serviços de manutenção	Quanti. Anual	Unid.	Marca/ Modelo	Preço Uni (R\$)	Preço Total (R\$)
001	Manutenção CORRETIVA de campo em pontos de telemetria ou CCO, incluindo materiais e ferramentas	80	H	SCL AUTOMAÇÃO	205,00	16.400,00
002	Manutenção PREVENTIVA de campo em pontos de telemetria ou CCO, incluindo materiais e ferramentas.	120	H	SCL AUTOMAÇÃO	190,00	22.800,00
003	Serviço de manutenção eletrônica em laboratório incluindo fornecimento de materiais e componentes eletrônicos.	60	H	SCL AUTOMAÇÃO	200,00	12.000,00
004	Desenvolvimento, melhorias instalação de sistemas de supervisão Elipse E3 e software Ladder para CLP.	80	H	SCL AUTOMAÇÃO	180,00	14.400,00

VIGÊNCIA: 09/07/2020 a 08/07/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini– Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0029/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794906



Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto
Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO**JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA****EXTRATO DA TERCEIRA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2020**

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0015/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2020

PROTOCOLO Nº 0716/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, ampliação do sistema de automação, telemetria, telecomando e supervisão do sistema de abastecimento de água implantado pelo Simae, incluindo o fornecimento de materiais

EMPRESA: ALFACOMP AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA EPP**VALORES:**

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantida	Valor Unit.	Valor Total
5	CLP Dotado de IHM.	PC	ALTUS/DUO350	2,000	7.770,0000	15.540,00
6	RÁDIO MODEM 900 mHZ, 1W, 32km	PC	ALFACOMP/RM2060	5,000	2.419,8900	12.099,45
7	RÁDIO MODEM 900 MHZ, 1E, 60 KM	PC	MICROHARD/P900-ENC	10,000	3.888,0000	38.880,00
8	Fonte chaveada 12V e 24V com bateria 12V 7A.	PC	ALFACOMP/2061	5,000	1.013,3300	5.066,65
9	Multimedidor de grandezas elétricas.	PC	ALFACOMP/ST950R	3,000	2.285,7100	6.857,13
10	Isolador a relé 24 Vdc para 8 (oito) saídas digitais c/ indicação a LED de saída acionada	UN	ALFACOMP/ID2908	3,000	226,9500	680,85
11	Isolador a relé 24 Vdc para 4 (quatro) saídas digitais c/ indicação a LED de saída acionada e encaixe para trilho DIN.	UN	ALFACOMP/2004	3,000	180,9300	542,79
12	Interface analógica com 8 entradas 4 a 20mA	PC	ALFACOMP/IA2820	5,000	330,6700	1.653,35
13	Protetor contra surto Uc 275Vca, In 10KA, Imax 20KA, Up<1,5V, 60Hz fixação trilho DIN	PC	EMBRASSTEC/DPS ECOBX	10,000	264,3000	2.643,00
14	Seccionador protetor de surto com tomada. Tensão 220V entre Fase e Neutro; Proteção contra sobre corrente: 2 fusíveis de 5 A; Proteção contra sobre tensões: 3 varistores de óxido metálico	PC	ALFACOMP/SW3300	6,000	208,5000	1.251,00
15	Adaptador N com Centelhador, fêmea x fêmea, formato reto, com flange de fixação. Corpo em latão com banho em níquel, pino em bronze com banho de prata.	PC	ALFACOMP/CN3203	5,000	41,7600	208,80
16	Cabo interno de RF, RG58 50 ohms, comprimento 500 mm, com conectores.	PC	ALFACOMP/CB3101-05	5,000	62,7800	313,90

Rua Tiradentes, 123 – Centro, Joaçaba/SC – CEP 89.600-000 - CNPJ 84.591.890/0001-43
Fone: (49) 3551 8200 ou 115 - www.simae.sc.gov.br | Simae.jhl

	Conector SMA Macho angular 90° em uma das extremidades e na outra extremidade, conector N macho reto.					
17	Cabo RS 232 Comunicação entre CLP e Rádio	PC	ALFACOMP/CB3 105B	5,000	52,1200	260,60
18	Cabo coaxial RGC 213, 50 ohms.	M	DATALINK/DLC 213	200,000	13,5000	2.700,00
19	Conector N macho reto, com prensa cabo p/ cabo RGC213	PC	ALFACOMP/CN3 200	10,000	28,0100	280,10
20	Antena omnidirecional 8 dBi 900MHz	PC	ALFACOMP/AN2 401	3,000	445,0000	1.335,00
21	Antena Yagi ARRAY 10dBi 900 MHz	PC	ARS/DIRU110/28	3,000	2.435,1000	7.305,30
22	Antena direcional tipo Yagi 14dBi 900MHz	PC	AQUARIO/CF914	5,000	192,7500	963,75
23	Antena yagi 17 dBi 900MHz	PC	AQUARIO/CF917	5,000	369,4300	1.847,15

VIGÊNCIA: 09/07/2020 a 08/07/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini– Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0052/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794288

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0052/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2020

PROTOCOLO Nº 1384/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo Simae.

EMPRESA: AVANEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	<p>Coagulante a base de Policloreto de Alumínio a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características e especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fórmula Química: $Aln(OH)mCl3n-m$ Aspecto: Líquido viscoso límpido Teor de Al_2O_3: 10 a 12% (m/m) Cor: Âmbar claro Odor: Inodoro Densidade a 25°C: 1,23 a 1,29 g/cm3 Sólidos Sedimentáveis em Cone Imhoff: Máximo de 0,1 mL/L Basicidade: 60 a 68% pH tal qual a 25°C: 2,0 a 2,9 <p>Forma de entrega: o produto deverá ser fornecido a granel, em cargas máximas de 20 mil litros, de acordo com quantidade requerida pelo Simae.</p>	kg	300.000	1,00	300.000,00
4	<p>Cal Hidratada acondicionada em embalagens de 20kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> Fórmula Química: $Ca(OH)_2$ Concentração de $Ca(OH)_2$: Mínimo de 90% Concentração de Cão: Mínimo de 66% Concentração de $CaCO_3$: Máximo de 5,5% Aspecto: Pó branco <p>Forma de entrega: o produto deverá ser fornecido a granel, em cargas máximas de 10 mil kg, de acordo com quantidade requerida pelo Simae.</p>	kg	20.000	0,79	15.800,00

VIGÊNCIA: 09/10/2020 a 08/10/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini – Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0053/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794289

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2020

PROTOCOLO Nº 1384/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo Simae.

EMPRESA: BUSCHLE & LEPPER S/A

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	<p>Ácido fluossilícico a ser utilizado no tratamento de água para consumo humano, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórmula Química: H_2SiF_6 • Aspecto: Líquido levemente amarelado • Odor: Picante • Teor de H_2SiF_6: mínimo de 20% • Teor de Flúor Ativo: mínimo de 15% • Teor de HF: máximo de 1% (m/m) • Densidade: mínimo de $1,17g/cm^3$ • Características Adicionais: <p>o Arsênio: Máximo de 160mg/kg o Cádmio: Máximo de 400mg/kg o Chumbo: Máximo de 160mg/kg o Cromo: Máximo de 800mg/kg o Mercúrio: Máximo de 80mg/kg o Prata: Máximo de 800mg/kg o Selênio: Máximo de 800mg/kg</p> <p>Forma de entrega: o produto deverá ser fornecido a granel, em cargas máximas de 4 mil litros, de acordo com quantidade requerida pelo Simae..</p>	kg	25.000	1,07	26.750,00
6	<p>Solução aquosa de Hipoclorito de Sódio acondicionado em bombonas de 50kg, a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fórmula Química: $NaClO$ • Teor de Cloro Ativo: 10 a 12% • Aspecto: Líquido • Cor: Amarelo esverdeado • Odor: Picante • Densidade: 1,16 a 1,23 g/cm³ • Teor de Hidróxidos: mínimo de 0,5% 	kg	5.000	1,95	9.750,00

VIGÊNCIA: 09/10/2020 a 08/10/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini – Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0054/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794290

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0054/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2020

PROTOCOLO Nº 1384/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo Simae.

EMPRESA: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>Cloro Gás acondicionado em cilindros de aço de 50kg, 68kg ou 900kg a ser utilizado no tratamento de água para abastecimento público, com as seguintes características:</p> <p>Fórmula Química: Cl_2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concentração de Cl_2: mínimo de 99,5% • Ferro Total: < 15 ppm <p>Sólidos Totais Fixos: < 100 ppm</p> <ul style="list-style-type: none"> • Umidade: < 50 ppm de H_2O <p>Observação: Inicialmente a contratada deverá fornecer o cloro gás acondicionado em cilindros de aço de 50kg e/ou 68kg, contudo, devido ao processo de reforma da ETA, que passará a utilizar cilindros de 900kg, passará a contratada a fornecer o insumo neste tipo de cilindro, devendo o Simae comunicá-la com no mínimo 30 dias de antecedência acerca da mudança.</p>	kg	20.000	9,69	193.800,00

VIGÊNCIA: 09/10/2020 a 08/10/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini – Diretora-Adjunta

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0055/2020 - SIMAE

Publicação N° 2794291

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0055/2020

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0045/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0054/2020

PROTOCOLO N° 1384/2020

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de produtos químicos a serem utilizados no tratamento de água para abastecimento público a ser efetuado pelo Simae.

EMPRESA: PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

VALORES:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>Solução aquosa de Hidróxido de Cálcio em suspensão para tratamento de água para consumo humano, com as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Fórmula Química: Ca(OH)_2• Teor de Ca(OH)_2: 19 a 21 %• Substâncias Reativas ao<ul style="list-style-type: none">o HCL – CaCO_3 m/m = 0,80%o SiO_2 + RI = 0,25%o Mg(OH)_2 = 0,50%• Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP): em conformidade a ABNT NBR N° 15784/2017 e Portaria de Consolidação nº 05/17 do MS.• Propriedades Físicas:<ul style="list-style-type: none">o Massa específica: 1,0 a 1,2 g/mLo Viscosidade (Copo Ford 04mm) = 17 so Estabilidade da Suspensão (24h) = 95 %o Retido em peneira 200# (0,075 mm) = 0,60% <p>Forma de entrega: o produto deverá ser fornecido a granel, em cargas máximas de 10 mil litros, de acordo com quantidade requerida pelo Simae.</p>	kg	180.000	0,79	142.200,00

VIGÊNCIA: 09/10/2020 a 08/10/2021.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 08 de janeiro de 2021.

Valdirene Aparecida Dorini – Diretora-Adjunta

ATA TP 0006/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2794975



Rua Tiradentes, 123 - Centro - Joaçaba - SC
CEP: 89600-000 CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200
Site: <http://www.simae.sc.gov.br>

Página: 1 / 1
Data: 07/01/2021
143722

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO : 85/2020

Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um (07/01/2021), às oito horas e trinta minutos, no auditório do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-478/2020, de 30/12/2020, sob a presidência de Cesar Augusto Maciel Ribeiro, Presidente, estando presentes os membros Alessandra Marcon Zanchetta e Graciela Pratto, para continuação da Tomada de Preços JHL 0006/2020 - Licitação 0085/2020, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NAS RUAS ANGELINA LEMOS, ROSA HEBERLE, GUERINO A. BERNARDI, LUCIANO VIECELI E RINALDO FLAMIA, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC, após decorrido o prazo para a empresa vencedora Engepar Saneamento e Edificações Eireli apresentar a Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União regularizada. A empresa apresentou a referida documentação no dia 06/01/2021, ou seja, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sagrando-se vencedora do presente certame licitatório. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Cesar Augusto Maciel Ribeiro
Presidente da CPL


Graciela Pratto
Vogal da CPL

Alessandra Marcon Zanchetta
Vogal da CPL

HOMOLOGAÇÃO PR 0066/2020 - SIMAE

Publicação Nº 2795040

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA SIMAE - SERV. INTERM. ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA CNPJ: 84.591.890/0001-43 Endereço: Rua Tiradentes, 123 - Centro CEP: 89600-000 - Joaçaba	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2020
	Processo Adm.: 74/2020 Data do Processo: 10/11/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 74/2020
b) **Nr. Licitação:** 66/2020 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 07/01/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Aquisição de materiais e equipamentos de proteção e segurança a serem utilizados pelos servidores do Simae.*

Participante: ADAMANTIUM ESCORAMENTO DE VALA EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ESCORAS METÁLICAS - ESCORAS METÁLICAS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	20,000	UN	2.450,00	49.000,00
Total do Participante:					49.000,00
Total Geral:					49.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO 07/01/2021	14.001.17.512.0028.2061.3.3.90.00.00	R\$ 58.323,20

Joaçaba,

Jupirá

PREFEITURA

EDITAL N° 001/21 DE 06/01/2021

Publicação N° 2795097

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/21 de 06/01/2021

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Legislação Vigente, em especial o Resultado Final do Concurso Publico 001/2019, CONVOCA, o aprovado para tomar posse no seu respectivo cargo em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital os abaixo relacionados:

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	Classificação	Cargo
0026064	EDENIR BARBOSA	2°	Operador de Maquinas
0026014	VALMIR RENOSTO	3°	Operador de Maquinas

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Jupirá SC, em 06 de janeiro de 2021.

VALDELIRIO LOCATELLI DA CRUZ

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

DECRETO Nº 18.694/2021

Publicação Nº 2795457

DECRETO Nº 18.694, de 04 de janeiro de 2021.

Fixa o preço das passagens nos coletivos da concessionária de transporte coletivo urbano do município de Lages.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso das atribuições que lhe conferem o inc. VIII, do art. 94, e a letra 'j', do inc. I, do art. 119, todos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica tabelado o preço das passagens 'antecipada ao embarque' adquirida através do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, nos coletivos da concessionária de transporte coletivo urbano do município de Lages, a partir da zero hora do dia 10 de janeiro de 2021, da seguinte forma:

I – R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos) para a tarifa comum (antecipada);

II – R\$ 3,01 (três reais e um centavo) para a tarifa com desconto de 30% (trinta por cento);

III – R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) para a tarifa com desconto de 50% (cinquenta por cento);

Art. 2º. A aquisição da passagem para uso no serviço público de transporte coletivo urbano do Município de Lages, poderá ser realizada de duas maneiras:

I – 'antecipada ao embarque', que é a passagem em que o usuário adquire através do bilhete eletrônico, no posto de venda da concessionária ou pela internet, o direito de viagem antes de embarcar;

II – 'paga a bordo', que é a passagem em que o usuário adquire o direito de viagem diretamente da tripulação do veículo (cobrador, auxiliar de bordo ou motorista).

Parágrafo único. O valor unitário da passagem 'paga a bordo', calculado em função do custo de não utilização do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, fica fixado em R\$ 4,50 (quatro reais cinquenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da zero hora do dia 10 de janeiro de 2021.

Lages, 04 de janeiro de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

DECRETO Nº 18.697/2021

Publicação Nº 2796848

DECRETO Nº 18.697, de 04 de janeiro de 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 481/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR Maria Tereza Ternes Bayer (CPF nº 494.959.929-15), para ocupar, interinamente, o cargo de Secretária de Assistência Social e Habitação (SEC), a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 04 de janeiro de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2020 – PML/ADM - RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020

Publicação Nº 2795908

DISPENSA DE LICITAÇÃO 32/2020 – PML/ADM

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura da Dispensa de Licitação sob nº 32/2020, através do Município de Lages, com:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE – CISAMA, inscrita no CNPJ sob nº 11.173.405/0001-48

O valor total da presente Dispensa é R\$ 8.163,78 (oito mil cento e sessenta e três reais e setenta e oito centavos)

Objeto: "Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Lages ao CISAMA para pagamento de contrapartida referente ao projeto: Aquisição de Máquinas Agrícolas".

Face ao Disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de janeiro, de 2021

Antonio Cesar Alves de Arruda

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr(a) Antonio Cesar Alves de Arruda, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se

Lages, 05 de janeiro, de 2020

Antonio Ceron

Prefeito do Município

Laguna

PREFEITURA

DECRETO N.º 6.386/2021

Publicação Nº 2797041

DECRETO N.º 6.386, de 07 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19 no Município de Laguna

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Samir Azmi Ibrahim Muhammad Ahmad, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a portaria GAB/SES/SC nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como, as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da avaliação do risco potencial regional das regiões de saúde do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que na avaliação do risco potencial para COVID-19, do governo do Estado de Santa Catarina, na data de 07 de janeiro de 2021, a região de Laguna saiu do risco potencial gravíssimo e foi reclassificada como risco potencial grave, conforme demonstra a notícia disponível no site da SES, disponível em: <https://saude.sc.gov.br/index.php/noticias-geral/11936-matriz-de-risco-aponta-dez-regioes-em-estado-gravissimo> ;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da instituição de protocolos em saúde pública, com objetivo de minimizar os riscos e danos diante da pandemia vivenciada;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO que a cadeia produtiva do turismo, em especial os eventos e estabelecimentos de lazer, são atividades altamente impactadas pela pandemia do Coronavírus (COVID-19), principalmente no município de Laguna, que possui vocação turística, e que há a necessidade da retomada dessas atividades mediante a adoção de protocolos de segurança sanitária nas diversas áreas;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que altera o Decreto nº 562/2020 para organizar as medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 na temporada de verão, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO, por fim, as Portarias SES nº 1.024/2020 e SES nº 1.025/2020, que autorizam a retomada, de forma gradual e monitorada, de eventos sociais e estabelecimentos noturnos no Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Ficam adotadas novas medidas para enfrentamento à emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do vírus COVID-19, nos termos deste Decreto.

Art. 2º Ratifica-se em âmbito municipal, no que couber, as disposições dos Decretos Estaduais, em especial os Decretos Estaduais nº 562/2020 e nº 1.027/2020, devendo-se tomar por imediatamente aplicáveis eventuais medidas mais restritivas oriundas do Executivo Estadual ou de seus órgãos.

Parágrafo único. Eventual medida mais restritiva imposta por este Decreto Municipal prevalecerá em detrimento de medida menos restritiva oriunda de normas estaduais.

Art. 3º Quanto ao funcionamento do comércio de rua, que deverá seguir as recomendações dispostas na Portaria nº 244/SES/2020, alterada pela Portaria nº 743/SES/2020, e na Portaria nº 257/SES/2020, fica assim estabelecido:

I – permitido em qualquer dia da semana, em horário livre, sendo somente admitida 50% (cinquenta por cento) da capacidade total instalada, devendo ser respeitado o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas, salvo quando se tratar de indivíduos que coabitam;

II – deve-se respeitar as demais normas sanitárias previstas nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde, mencionadas no caput, como o uso de máscaras, a disponibilização de álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a limpeza das mãos, entre outras;

Parágrafo único. Para fins do presente artigo, entende-se por comércio de rua toda oferta de mercadorias, produtos, serviços e congêneres, inclusive os estabelecidos dentro de Shoppings, Centros Comerciais e Galerias.

Art. 4º Quanto ao funcionamento de Restaurantes, Lanchonetes, Pizzarias, Churrascarias, Sushis, Conveniências, Bares e Pubs, os quais deverão seguir as recomendações da Portaria nº 256/SES/2020, fica estabelecido:

I – fica permitido o ingresso de novos clientes até a meia-noite e permanência até à 01:00 hora, de segunda-feira a domingo, com 30% (trinta por cento) da capacidade total instalada, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, salvo quando se tratar de indivíduos que coabitam;

II – em qualquer horário de atendimento devem ser cumpridas todas as demais regras sanitárias da SES, em especial as previstas na Portaria indicada no caput, como a utilização de máscaras, exceto quando do consumo de alimentos, e disponibilização de álcool 70% aos clientes, por exemplo;

§1º Os restaurantes que dispõem os alimentos em buffets para o autosserviço devem colocar no local onde ficam os pratos e talheres, dispensadores de álcool 70% e luvas descartáveis. Os clientes deverão higienizar as mãos com o álcool gel e calçar as luvas antes de pegar os pratos e os talheres, conforme preceitua a Portaria nº 256/SES/2020.

§2º Quando se tratar de Pub ou afim, com conotação de casa noturna, boate ou casa de shows, fica proibido seu funcionamento.

§3º Quando se tratar de Conveniências, assim entendidas como pequenos estabelecimentos comerciais localizados quase sempre em postos de abastecimento, estações ferroviárias ou de embarque, fica vedado o consumo de bebidas no local.

§4º Fica permitida a apresentação de músicos nos estabelecimentos dispostos no caput, devendo-se limitar ao número de 01 (um) músico por vez, além de observar as demais orientações da Portaria nº 1.024/SES/2020.

Art. 5º Os serviços de entrega/delivery de alimentos, poderão funcionar sem qualquer restrição de horário, desde que observadas as orientações da Portaria nº 237/SES/2020, vez que foram considerados serviços essenciais pelo Decreto Estadual nº 562/2020.

Art. 6º Nos termos do Decreto Estadual nº 1.027/2020, fica permitida a realização de eventos sociais privados, desde que respeitada a capacidade máxima de 30% (trinta por cento) do local do evento.

Art. 7º Fica vedada qualquer prática de jogos de mesa, como carteados, dominó e similares nas dependências de clubes, parques e praças.

Art. 8º Ficam proibidas na faixa de areia de praias, entornos de rios e lagoas, a concentração e permanência de pessoas em grupos com mais de 06 (seis) pessoas, devendo os grupos estabelecer distância de 03 (três) metros em relação aos outros frequentadores, além de observar os regramentos sanitários impostos pelas Portarias emitidas pela SES.

§1º Fica proibido acessar os locais previstos no caput com caixa de som e/ou som automotivo.

§2º São permitidas atividades esportivas individuais de qualquer modalidade nos locais mencionados no caput, desde que respeitados o distanciamento social, o uso de máscaras e as demais normas sanitárias.

Art. 9º Quanto a atividade de hospedaria, como hotéis, pousadas e similares, fica permitida, com estrita observância às Portarias nº 244/SES/2020 e nº 1.023/SES/2020.

Parágrafo único. A utilização de restaurantes e salas de ginástica, devem seguir as normas já determinadas para estabelecimentos fora das áreas de hospedaria, respectivamente, na forma das Portarias nº 256/SES/2020 e nº 713/SES/2020, respectivamente.

Art. 10 Quanto a realização de velórios, fica estabelecido:

I - os velórios realizados em âmbito municipal, deverão ocorrer em no máximo 6 (seis) horas de duração;

II - fica limitada a entrada e permanência em quaisquer das áreas internas da capela mortuária, a apenas 10 (dez) pessoas por vez. Este item abrange também a área externa da capela, garantido o distanciamento de 1,5 metros e todas as normas e protocolos sanitários pre-estabelecidos;

III - as celebrações de despedidas limitar-se-ão à presença de somente 10 (dez) pessoas e desde que sejam realizadas no local do velório;

IV - os sepultamentos poderão ocorrer somente até as 17:30 horas e as capelas mortuárias permanecerão fechadas da meia-noite às 06:00 horas, salvo para recepção e preparo do corpo;

V - fica vedada a utilização de residências para velar o corpo durante a pandemia, salvo quando autorizado pela autoridade sanitária local;

VI - caso o velório seja de pessoa com confirmação ou suspeita de contaminação por COVID-19, será restrito a uma (1) hora e o caixão lacrado, cuja participação ficará restrita a familiares, não podendo ultrapassar o número de oito (8) pessoas.

Art. 11 A prática de atividades físico-desportivas em academias conhecidas como ao ar livre, somente são permitidas de forma individual, conforme o disposto na Portaria nº 275/SES/2020.

Parágrafo único. Nas academias em recinto fechado, das modalidades de ginástica, musculação, CrossFit, funcional, natação, hidroginástica, hidroterapia, ioga, pilates e congêneres, será permitida a prática de atividades físicas individuais, desde que sejam respeitadas as normativas dispostas na Portaria nº 713/SES/2020.

Art. 12 Nos termos do Decreto Estadual nº 1.027/2020, fica permitida a prática esportiva recreativa coletiva, a exemplo de futebol, basquete, vôlei, entre outros, passando a ser automaticamente proibida caso a matriz de risco potencial da região volte ao status de gravíssima.

Art. 13 Quanto à obrigatoriedade do uso de máscaras, cabe o cumprimento da Lei Federal nº 13.979/2020, com o acréscimo trazido pela Lei Federal nº 14.019/2020, que determina o uso obrigatório de máscaras por toda a população, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, taxi, Uber e análogos, aeronaves ou embarcações de uso coletivo.

Parágrafo único. Ao infrator poderá ser aplicada penalidade, conforme a norma legal sanitária vigente, podendo as autuações serem lançadas pela Guarda Municipal.

Art. 14 A operação de atividades industriais e construção civil, prosseguirão em conformidade com as recomendações dispostas no Decreto Estadual nº 1.027/2020.

§ 1º As agroindústrias, indústrias de alimentos e indústrias de insumos e produtos de saúde operarão sem qualquer redução do total de trabalhadores, de acordo com o disposto no art. 1º, §1º, da Portaria nº 272/SES/2020.

§ 2º O funcionamento das indústrias depende também das seguintes obrigações:

I - priorização do afastamento, sem prejuízo de salários, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes;

II - priorização de que os setores administrativos atuem remotamente;

III - adoção de medidas internas, especialmente à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente laboral; e

IV - utilização de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo.

Art. 15 Missas, celebrações e cultos religiosos, devem seguir a normativa constante da Portaria nº 254/SES/2020 e, em face da atual matriz de risco apontada pela Secretaria de Estado da Saúde, ficam autorizados com 30% (trinta por cento) da capacidade do local, nos termos no Decreto Estadual nº 1.027/2020, sendo obrigatório a todos os participantes o uso de máscaras, inclusive aos coordenadores e dirigentes do evento religioso, mantendo distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, exceto se tratarem-se de pais e filhos, membros da mesma família ou casal, com seguimento dos devidos protocolos.

Parágrafo único. Fica permitida a apresentação de músicos nos estabelecimentos dispostos no caput, devendo-se limitar ao número de 01 (um) músico por vez, além de observar as demais orientações sanitárias.

Art. 16 O atendimento por profissionais liberais em seus respectivos espaços/escritórios/consultórios, fica permitido, com observância às normas estabelecidas na Portaria nº 223/SES/2020.

Art. 17 No que diz respeito aos atendimentos em mercados, supermercados, lotéricas, agência bancárias e dos correios deste Município, fica estabelecida a obrigatoriedade de um atendente na entrada do estabelecimento comercial, munido de termômetro digital infravermelho e álcool 70%, com o fim de controlar o fluxo de clientes e cumprimento das regras sanitárias.

Parágrafo único. Conforme nova redação dada pela Portaria nº 743/SES/2020, ao art. 2º, da Portaria nº 180/SES/2020, fica irrestrita a entrada de pessoas nos estabelecimentos que comercializam medicamentos e gêneros alimentícios (farmácias, mercados e supermercados),

garantindo o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre as pessoas e cumprindo as demais medidas sanitárias com relação à proteção das mesmas.

Art. 18 O transporte coletivo urbano municipal poderá operar com o limite 70% (setenta por cento) da capacidade de passageiros do veículo. Parágrafo único. A travessia pela balsa deve ser realizada com as pessoas no interior dos veículos.

Art. 19 O Município poderá promover barreiras sanitárias e educativas nas vias de acesso à cidade podendo aferir a temperatura dos condutores.

Art. 20 Ficam permitidos os eventos na modalidade drive-in, nos termos da Portaria nº 465/SES/2020.

Art. 21 Fica autorizado o acesso de pessoas aos pontos turísticos da cidade, tais como, Mercado Público Municipal, Morro da Glória, Molhes da Barra, Pedra do Frade, Monumento de Tordesilhas, Farol de Santa Marta e demais atrativos turísticos, com o devido uso de máscaras e respeitando o distanciamento de 1,5 metros entre pessoas, exceto se tratarem-se de pais e filhos, membros da mesma família ou casal.

Art. 22 O presente Decreto reitera e ratifica a aplicação das demais normas sanitárias previstas pela Secretaria de Estado da Saúde - SES, sob pena de adoção imediata de medidas pertinentes por parte das autoridades sanitárias, contra os infratores, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 23 Além da Vigilância Sanitária Municipal, fica a Guarda Municipal de Laguna investida no poder de polícia sanitária, sem prejuízo das demais autoridades (Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiro Militar), assim investidas através do art. 33 do Decreto Estadual nº 562/2020.

Art. 24 Fica determinado aos órgãos de fiscalização sanitária que realizem abordagens face à normativa deste Decreto e usem dos meios necessários para que se cumpram as regras vigentes, especialmente para evitar aglomeração de pessoas e adequação à quantidade de clientes em estabelecimentos comerciais.

Art. 25 Fica vedada toda e qualquer atividade presencial de ensino infantil, fundamental, médio e superior.

Parágrafo único. Às autoescolas (Centro de Formação de Condutores), sem prejuízo das demais recomendações de que trata a Portaria nº 238/SES/2020, ficam permitidas aulas práticas e teóricas presenciais.

Art. 26 Os estabelecimentos flagrados em descumprimento das regras sanitárias vigentes serão advertidos para que as cumpram imediatamente.

Parágrafo único. O não cumprimento imediato das normas impostas neste decreto, quando da constatação de irregularidades pelos agentes competentes, implicará na suspensão da atividade por quinze (15) dias e, em caso de reincidência, o alvará de funcionamento será cancelado.

Art. 27 É de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil, Guarda Municipal, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, fiscalizar todos os estabelecimentos comerciais, locais públicos e privados com vistas a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas, conforme preconiza a Portaria nº 464/SES/2020.

Art. 28 Caberá às autoridades atuantes aplicar a legislação sanitária vigente, quanto à penalização do infrator.

Art. 29 As medidas para enfrentamento do COVID-19 no Município de Laguna, poderão ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário, em face de alteração da matriz de risco.

Art. 30 Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde mediante decisão fundamentada em parecer técnico, devendo sempre respeitar as diretrizes do Governo Estadual.

Art. 31 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Laguna, 07 de janeiro de 2021.

SAMIR AHMAD

Prefeito Municipal

GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA

Secretária de Saúde

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE

Coordenador Especial de Vigilância Sanitária

DECRETO N.º 6.387/2021

Publicação Nº 2797042

DECRETO N.º 6.387, de 07 de janeiro de 2021.

Revoga o Decreto n.º 6.380/2021, e dispõe sobre a assinatura de cheques e movimentação das contas e recursos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e ao Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Samir Ahmad, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA

Art. 1º A assinatura dos cheques e a movimentação das contas bancárias e recursos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde de Laguna, serão feitas em conjunto pela Secretária Municipal de Saúde, Gabrielle Siqueira da Cunha, CPF n.º 048.159.189-37, e pela Contadora Karine de Oliveira, CPF n.º 022.393.129-20.

Parágrafo Único. O presente Decreto se aplica também às operações bancárias realizadas por meio eletrônico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto n.º 6.380/2021.

Laguna, 07 de janeiro de 2021.

SAMIR AHMAD

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 429/2021

Publicação N° 2797043

Lei COMPLEMENTAR n.º 429, de 07 de janeiro de 2021.

REVOGA A LEI COMPLEMENTAR N. 423, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Samir Ahmad, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Laguna aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado a Lei Complementar n. 423, de 12 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SAMIR AHMAD
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO BETHA SISTEMAS LTDA TERMO DE ADITIVO N. 003/2021 AO CONTRATO N. 002/2019

Publicação Nº 2794951

3º TERMO ADITIVO

TERCEIRO (2º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEADO GRANDE E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, com Sede na Rua Vitória, 410 – centro - na cidade de Lajeado Grande/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.122.891/0001-35, neste ato representada por seu Presidente Senhor LEODI JOSÉ COLTRO, brasileiro, casado, agricultor e vereador, residente e domiciliado na Linha Navegantes, interior do Município de Lajeado Grande-SC, portador do RG n. 1.272.061-5, inscrito no CPF sob o nº 448.373.809-72, adiante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, sediada na Rua João Pessoa, nº 134, 1º andar, Centro, Criciúma-SC, neste ato representada por sua Procuradora Sr.ª Daniela Ramos Silva Guollo, doravante denominada CONTRATADA; e

Considerando os princípios que regem a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal consistentes na Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

Considerando que o objeto do contrato administrativo que antecedeu a este Termo Aditivo é essencial para o desenvolvimento das ações jurídico-administrativas da Câmara de Vereadores;

Considerando o objeto tratar-se de utilização de programas de informática, havendo previsão legal que possibilita a prorrogação do prazo de vigência dos contratos até 48 (quarenta e oito) meses, conforme disposições do inciso IV, do artigo 57, da Lei Federal n. 8.666/93, consolidada;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração da prazo do Contrato Administrativo n. 002/2019, firmado entre as partes acima qualificadas em 01 de abril de 2019, consistente no Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com início em 01 de janeiro de 2021 com término em 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RERRATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas e rerratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo n. 002/2019, de 01 de abril de 2019, que antecedeu ao presente Termo Aditivo.

E por assim estarem de pleno acordo, assinam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das habituais testemunhas, para que produza seus legais efeitos.

Lajeado Grande/SC, 30 de dezembro de 2020.

CÂMARA DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE

- CONTRATANTE -

LEODI JOSE COLTRO - PRESIDENTE

BETHA SISTEMAS LTDA

- CONTRATADA -

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR. - ADVOGADO

Visto em 30/12/2020

Julcemar Comachio

Advogado OAB/SC n. 18.445

Testemunha 1:

Ass.: _____

Nome: POLIANA RISSI

CPF: 078.506.919.46

Testemunha 2:

Ass.: _____

Nome: THAIS FERREIRA CAMARGO

CPF: 120.694.459.50

EXTRATO DE CONTRATO CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSAO AO VIVO TERMO ADITIVO 1º DE 2021 REFERENTE CONTRATO 001.2020

Publicação Nº 2794915

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: TERMO ADITIVO 001.2021 AO CONTRATO 001/2020
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSAO AO VIVO,
OBJETO: locação de sistema de transmissão de vídeo HD – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 12 meses
VALOR: 650,00 mensais
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 30 de DEZEMBRO de 2020.
LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO COMACHIO & BAPTISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS TERMO DE ADITIVO N. 002/2021 AO CONTRATO N. 004/2019

Publicação Nº 2794926

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 002/2021 ao Contrato n. 004/2019
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: COMACHIO & BAPTISTA ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO: Serviços Jurídicos – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 8 meses
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 30 de dezembro de 2020.
LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA CONTRATO N: 002/2020 TERMO DE ADITIVO N. 001/2021

Publicação Nº 2794945

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: 002/2020 1º TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.
OBJETO: prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação - Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 12 meses
VALOR: R\$ 410, 00 MENSAIS
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 31 de dezembro de 2020.
LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA TERMO DE ADITIVO N. 002/2021 AO CONTRATO N. 003/2019

Publicação Nº 2794970

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 001/2020 ao Contrato n. 003/2019
CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE
CONTRATADO: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA
OBJETO: Locação de Software – Controle Interno – Prorrogação do prazo de vigência.
PRAZO: 9 meses
FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 31 de março de 2020.
LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DE CONTRATO IV INFORMATICA TERMO DE ADITIVO N. 004/2021 AO CONTRATO N. 001/2017

Publicação Nº 2794982

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n: Termo de Aditivo n. 002/2021 ao Contrato n. 003/2019

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES LAJEADO GRANDE

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

OBJETO: Locação de Software – Controle Interno – Prorrogação do prazo de vigência.

PRAZO: 12 meses

FORO: Comarca de Xaxim

Lajeado Grande, 30 de dezembro de 2020.
LEODI JOSE COLTRO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO 001/2021**

Publicação Nº 2795525

DECRETO Nº 001/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JOSIANE GIRARDI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Recursos Humanos junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 002/2021

Publicação Nº 2795528

DECRETO Nº 002/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, SAMIRA DA SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 003/2021

Publicação Nº 2795531

DECRETO Nº 003/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, AGNALDO DIAS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 004/2021

Publicação Nº 2795533

DECRETO Nº 004/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, STELA MARIS BRISTOT MOTTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal junto a Secretaria Municipal de Saúde, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 005/2021

Publicação Nº 2795536

DECRETO Nº 005/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.944/2017 e Lei Municipal nº 2.049/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, REGINA RAMOS ANTUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor(a) Geral junto à Fundação de Saúde de Lauro M-ller/SC.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 006/2021

Publicação N° 2795541

DECRETO N° 006/2021

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal n° 1.944/2017 e Lei Municipal n° 2.049/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JOSÉ OTÁVIO FELTRIN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Atenção à Saúde junto à Fundação de Saúde de Lauro M-ller/SC.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

DECRETO 007/2021

Publicação N° 2795545

DECRETO N° 007/2021

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

SORAYA CURCIO LIBRELATO, PREFEITA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Prefeita Municipal em Exercício, Senhora Soraya Curcio Librelato, juntamente com a Contadora Senhora Rosana Benedet, autorizados a realizarem as seguintes movimentações das contas bancárias da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, CNPJ n° 82.558.909/0001-24, do Fundo Municipal de Habitação, CNPJ n° 19.059.896/0001-02, do Fundo Municipal de Assistência Social de CNPJ n° 12.851.043/0001-60 e do Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência de CNPJ n° 19.059.863/000-62, mantidas nesta instituição Financeira:

1 - CONTA CORRENTE

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE;
- EFETUAR SAQUES – POUPANÇA;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER –RPG;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITO;
- EMITIR COMPROVANTES;
- EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRÔNICO;
- FECHAR OPERAÇÕES DE DERIVATIVOS;

- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO;
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO – DDA.

2 – OPERAÇÕES

- CONCEDER ABATIMENTOS;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO;
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR;
- EFETUAR ACORDOS;
- EMITIR DUPLICATAS;
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO;
- ASSINAR ORCAMENTO;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO;
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO.

3 - INSTRUMENTO DE CRÉDITO

- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO;
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES;
- ASSINAR INSTR DE CREDITO;
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/SOCIOS;
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL;
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE;
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2021.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Prefeita Municipal em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

JOSIANE GIRARDI

Sup. Depto de Recursos Humanos

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/21 - CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2796462

Edital de Convocação n. 01/2021. - Conselho Tutelar.

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais, fundamentado no Artigo 16 da Resolução 170 de 10 de dezembro de 2014 (CONANDA), e Artigo 52 e 53 da Lei Municipal nº 1661 de 31 de maio de 2019, que dispõe sobre o Conselho Tutelar do Município de Lebon Régis.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a Conselheira Suplente LARESSA GABRIELA WEBBER, para substituir a Conselheira Tutelar Rosane Aparecida da Silva Pahl, durante o período de férias 04/01/2021 a 02/02/2021, concedido através da Portaria 013/21 de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º - A nomeação da suplente será pelo prazo que perdurar o afastamento da Conselheira Tutelar.

Lebon Régis (SC), 07 de janeiro de 2021.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2018

Publicação Nº 2795990

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2018 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS S - SC. CONTRATADO: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

Publicação Nº 2795994

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018 PRIMEIRA – Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezoito por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SC. CONTRATADO: EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR – ME, CNPJ nº 06.155.028/0001-84 LTDA. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

Publicação Nº 2795998

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018 PRIMEIRA – Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezoito por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR – ME, CNPJ nº 06.155.028/0001-84 LTDA. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

Publicação Nº 2796001

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 32/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

PRIMEIRA – Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: EVELIZE MARIA BARZOTTO AGUIAR – ME, CNPJ nº 06.155.028/0001-84 LTDA. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 25/2018 TOMADA DE PREÇOS TP05/2018

Publicação Nº 2796179

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 25/2018

TOMADA DE PREÇOS TP05/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL "SANTO ANTÔNIO" DE LEBON RÉGIS – SC - CONTRATADO: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - CNPJ sob o nº 72.332.778/0001-09. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. LEONIRO DA SILVA PAHL – Presidente do Conselho Superior.

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 24/2018 TOMADA DE PREÇOS TP04/2018

Publicação Nº 2796183

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2018 PROCESSO LICITATÓRIO 24/2018

TOMADA DE PREÇOS TP04/2018

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - CONTRATADO: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - CNPJ sob o nº 72.332.778/0001-09. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. ALICE GOMES DA ROCHA - Gestora.

TERMO ADITIVO Nº I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

Publicação Nº 2795761

TERMO ADITIVO Nº I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

CONTRATO Nº 34/2020 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a cláusula TERCEIRA do Contrato em epígrafe, para aditar o prazo de vigência do presente contrato alterando para até 01/07/2021, justificada pelo Art. 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: A.R.G. INDUSTRIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.415.095/0001-65, Lebon Régis, 23 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020 CONTRATO Nº 19/2020

Publicação Nº 2796103

TERMO ADITIVO Nº I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2020

CONTRATO Nº 19/2020 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a cláusula TERCEIRA do Contrato em epígrafe, para aditar o prazo de vigência do presente contrato alterando para até 28/02/2021, justificada pelo Art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. Permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81 Lebon Régis, 23 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº TP05/2020 CONTRATO Nº 20/2020

Publicação Nº 2796095

TERMO ADITIVO Nº I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº TP05/2020

CONTRATO Nº 20/2020 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO CLÁUSULA PRIMEIRA CLÁUSULA PRIMEIRA Fica alterada a cláusula TERCEIRA do Contrato em epígrafe, para aditar o prazo de vigência do presente contrato alterando para até 30/04/2021, justificada pelo Art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA. inscrita no CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81 Lebon Régis, 17 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº I PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL11/2020

Publicação Nº 2795987

TERMO ADITIVO Nº I

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL11/2020

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA NONA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: Município de Lebon Régis. CONTRATADO: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON RÉGIS - COOPERLAF CNPJ 11.419.727/0001-24 Início de vigência: 31/12/2021. Lebon Régis, 28 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019 CONTRATO Nº 10/2019

Publicação Nº 2796089

TERMO ADITIVO Nº II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

CONTRATO Nº 10/2019

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE Conforme negociação em anexo fica alterado na CLÁUSULA QUINTA do Contrato 48, parágrafo primeiro, os índices contratados, do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP- M, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO. Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO Todas as demais Cláusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes deste Termo Aditivo permanecem em vigor e obrigando as partes conforme originalmente pactuadas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA, CNPJ nº00.867.301/0002-06. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019 CONTRATO Nº 11/2019

Publicação Nº 2795972

TERMO ADITIVO Nº II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019

CONTRATO Nº 11/2019

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.2, os valores contratados ficam reajustados pela variação proporcional acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, CNPJ nº 04.310.564/0001-8. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019 CONTRATO Nº 12/2019

Publicação Nº 2795974

TERMO ADITIVO Nº II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019
CONTRATO Nº 12/2019

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE
Conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.2, os valores contratados ficam reajustados pela variação proporcional acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, CNPJ nº 04.310.564/0001-8. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019 CONTRATO Nº 13/2019

Publicação Nº 2795969

TERMO ADITIVO Nº II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019
CONTRATO Nº 13/2019

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE
Conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.2, os valores contratados ficam reajustados pela variação proporcional acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SC. CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, CNPJ nº 04.310.564/0001-8. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019 CONTRATO Nº 14/2019

Publicação Nº 2795977

TERMO ADITIVO Nº II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 02/2019
Contrato nº 14/2019

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE
Conforme previsto na CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.2, os valores contratados ficam reajustados pela variação proporcional acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA – ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC, CNPJ nº 04.310.564/0001-8. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº II PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019 - CONTRATO Nº 36/2019

Publicação Nº 2795917

TERMO ADITIVO Nº II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019 - CONTRATO Nº 36/2019 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE

Conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME,, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.425/0001-15. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 CONTRATO Nº 49/2018

Publicação Nº 2796173

TERMO ADITIVO Nº III
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018
CONTRATO Nº 49/2018

Objeto Conforme negociação em anexo fica alterado na CLÁUSULA QUINTA do Contrato 49, parágrafo primeiro, os índices contratados, do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP- M, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Todas as demais Cláusulas não especificamente modificadas pelas alterações decorrentes deste Termo Aditivo permanecem em vigor e obrigando as partes conforme originalmente pactuadas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC - CONTRATADO: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 11.258.607/0001-92. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020.

DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 CONTRATO Nº 22/2017

Publicação Nº 2796161

TERMO ADITIVO Nº III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017
CONTRATO Nº 22/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA – ME , CNPJ nº 10.515.415/0001-51. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 CONTRATO Nº 23/2017

Publicação Nº 2796166

TERMO ADITIVO Nº III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017
CONTRATO Nº 23/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA – ME , CNPJ nº 10.515.415/0001-51. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 38/2019

Publicação Nº 2795923

TERMO ADITIVO Nº III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 38/2019 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME,, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.425/0001-15. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 39/2019

Publicação Nº 2795941

TERMO ADITIVO Nº III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 39/2019 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME,, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.425/0001-15. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 40/2019

Publicação Nº 2795769

TERMO ADITIVO Nº III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 40/2019 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME,, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.425/0001-15. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº III PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 41/2019

Publicação Nº 2795944

TERMO ADITIVO Nº III

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 CONTRATO Nº 41/2019 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de preços ao Consumidor – IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC - SC. CONTRATADO: S. M. BUDNIAK & CIA LTDA - ME,, inscrita no CNPJ sob o nº 07.188.425/0001-15. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº IV PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 CONTRATO Nº 48/2018

Publicação Nº 2796176

TERMO ADITIVO Nº IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 28/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

CONTRATO Nº 48/2018 Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTEC onforme negociação em anexo fica alterado na CLÁUSULA QUINTA

do Contrato 48, parágrafo primeiro, os índices contratados, do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP- M, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA do Contrato, os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo IBGE em 4,31% (quatro vírgula trinta e um por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo para o exercício de 2021, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PÚBLICA TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 95.836.771/0001-20. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº V PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 CONTRATO Nº 15/2017

Publicação Nº 2796150

TERMO ADITIVO Nº V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
CONTRATO Nº 15/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, inscrita no CPF/CNPJ Nº 82.891.805/0001-37. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº V PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 CONTRATO Nº 16/2017

Publicação Nº 2796155

TERMO ADITIVO Nº V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
CONTRATO Nº 16/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, inscrita no CPF/CNPJ Nº 82.891.805/0001-37. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº V PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017 CONTRATO Nº 17/2017

Publicação Nº 2796157

TERMO ADITIVO Nº V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017
CONTRATO Nº 17/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renová-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA, inscrita no CPF/CNPJ Nº 82.891.805/0001-37. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO Nº V PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017 CONTRATO Nº 21/2017

Publicação Nº 2796160

TERMO ADITIVO Nº V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017
CONTRATO Nº 21/2017

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA do Contrato em epígrafe para renova-lo, alterando o seu vencimento para 31/12/2021, com base legal no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE Conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA, parágrafo único do Contrato os valores contratados ficam reajustados pela variação acumulada nos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo IBGE em 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento). CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC. CONTRATADO: PLUGNET INFORMÁTICA LTDA – ME , CNPJ nº 10.515.415/0001-51. Lebon Régis, 21 de dezembro de 2020. DOUGLAS F. DE MELLO – Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS DEZEMBRO 2020 PREF

Publicação Nº 2796196

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SSM Comércio de Tintas LTDA.

PROCESSO LICITAÇÃO: 46/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2020

Objeto: possível aquisição, de materiais para pintura

Valor: R\$ 23.850,00

Vigência: Até 29 de julho de 2021.

Assinatura: 18 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Benini Construtora e Materiais de Construção Ltda

PROCESSO LICITAÇÃO: 46/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2020

Objeto: possível aquisição, de materiais para pintura e matérias de construção

Valor: R\$ 53.528,25

Vigência: Até 29 de julho de 2021.

Assinatura: 18 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Conceito Comércio e Distribuidora Eirelli

PROCESSO LICITAÇÃO: 45/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2020

Objeto: para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas, fluídos.

Valor: R\$ 147.200,00

Vigência: Até 17 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Lubrifil Comércio de Lubrificantes e Filtros Ltda

PROCESSO LICITAÇÃO: 45/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2020

Objeto: para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas, fluídos.

Valor: R\$ 11.680,00

Vigência: Até 17 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Rogama Distribuidora e Serviços Eirelli- EPP

PROCESSO LICITAÇÃO: 45/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 09/2020

Objeto: para possível aquisição de óleos lubrificantes e graxas, fluídos.

Valor: R\$ 43.851,20

Vigência: Até 17 de dezembro de 2021.

Assinatura: 18 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: AUTO POSTO ATENA LTDA

PROCESSO LICITAÇÃO: 59/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2020

Objeto: registrar os preços para aquisição de combustíveis(Gasolina Comum).

Valor: R\$ 201.555,00

Vigência: Até 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 28 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Safra Diesel Ltda

PROCESSO LICITAÇÃO: 59/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2020

Objeto: registrar os preços para aquisição de combustíveis(Óleo Diesel S10).

Valor: R\$ 672.950,00

Vigência: Até 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 28 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: PÉRSIO COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA

PROCESSO LICITAÇÃO: 59/2020 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2020

Objeto: registrar os preços para aquisição de combustíveis(arla).

Valor: R\$ 5.850,00

Vigência: Até 01 de janeiro até 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 28 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

EXTRATOS ATAS DEZEMBRO DE 2020 FMS

Publicação Nº 2796200

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: RD Negócios de Informática Ltda.

PROCESSO: 04/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Objeto: Objetivando a possível aquisição equipamentos de informática, do Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 11.800,00

Vigência: Até 01 de dezembro de 2021.

Assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz

Secretária de Saúde e Ação Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: R.S. Varejo Eirelli.

PROCESSO: 04/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Objeto: Objetivando a possível aquisição equipamentos de informática, do Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 6.400,00

Vigência: Até 01 de dezembro de 2021.

Assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz

Secretária de Saúde e Ação Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: Via Lumen's Áudio, Vídeo e Infomática Ltda

PROCESSO: 04/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

Objeto: Objetivando a possível aquisição equipamentos de informática, do Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 3.255,00

Vigência: Até 01 de dezembro de 2021.

Assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz

Secretária de Saúde e Ação Social

EXTRATOS DE CONTRATOS DEZEMBRO 2020 PREF

Publicação Nº 2796186

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 122/2020

1º TA AO CONTRATO 21/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado COOPERATIVA SOCIAL DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE LINDÓIA DO SUL - COPAFAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2020 CHAMADA PÚBLICA: 01/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual, supressão.

Valor: 10.762,98 (dez mil setecentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos e oito centavos)

Assinatura: 01 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 123/2020

1º TA AO CONTRATO 23/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E ARTESANAL FAMILIAR DE IPUMIRIM – COPERIMIRIM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2020 CHAMADA PÚBLICA: 01/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual, supressão.

Valor: R\$ 2.040,14 (dois mil e quarenta reais e quatorze centavos).

Assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2020

1º TA AO CONTRATO 23/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL E ARTESANAL FAMILIAR DE IPUMIRIM – COPERIMIRIM.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02/2020 CHAMADA PÚBLICA: 01/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual, acréscimo.

Valor: R\$ 437,55 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinq-enta e cinco centavos)

Assinatura: 02 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 126/2020

1º TA AO CONTRATO 66/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado CNH INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO: 39/2020 INEXIGIBILIDADE: 03/2020

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo entrega do bem (ônibus), até 18/02/2021

Assinatura: 04 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 127/2020

3º TA AO CONTRATO 03/2019

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado LENI ROSSINI WEBER

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 76/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 59/2018

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual (redução).

Valor: redução de R\$ 22.338.

Assinatura: 07 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 128/2020

3º TA AO CONTRATO 04/2019

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado ROSICLER BELTRAME

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 76/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 59/2018

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual.(redução)

Valor: redução de R\$ 24.895,12

Assinatura: 07 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 129/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CORPLAN CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA

Objeto: a para prestação de serviço na legalização de processos de Licenciamento Ambiental, junto ao Instituto do Meio Ambiente – IMA, de 10 (dez) cemitérios existentes na área rural do Município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 19.628,60

Vigência: 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 11 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal – em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 130/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAURI ROSSETTO TRANSPORTES.

PROCESSO LICITAÇÃO 58/2020 PREGÃO PRESENCIAL 24/2020

Objeto: objetivando o fornecimento de serviços de caminhão equipado com tanque para distribuição de água.

Valor: R\$ 33.600,00

Vigência: data de assinatura até 31/12/2020.

Assinatura: 15 de dezembro de 2020

Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 131/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

PROCESSO LICITAÇÃO 60/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2020

Objeto: contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação

Valor: R\$ 6.825,00

Vigência: 01/01/2021 ATÉ 31/12/2021.

Assinatura: 16 de dezembro de 2020

Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 132/2020

1º TA AO CONTRATO 12/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 01/2020

Objeto: objetivando a reprogramação do valor contratual (acréscimo).

Valor: redução de R\$ 535,50.

Assinatura: 17 de dezembro de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 133/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: ELOSUL INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI.
PROCESSO LICITAÇÃO 53/2020 PREGÃO ELETRONICO 13/2020
Objeto: aquisição e instalação de brinquedos e parque infantil.
Valor: R\$ 22.800,00
Vigência: 17/03/2021
Assinatura: 17 de dezembro de 2020
Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 134/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: JULIO CESAR GASPARINI JUNIOR EIRELI
PROCESSO LICITAÇÃO 53/2020 PREGÃO ELETRONICO 13/2020
Objeto: aquisição e instalação de brinquedos e parque infantil.
Valor: R\$ 5.770,00
Vigência: 17/03/2021
Assinatura: 17 de dezembro de 2020
Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 135/2020

4º TA AO CONTRATO 69/2017
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado FACE CARD Administradora de Cartões LTDA ME
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 31/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 25/2017
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.
Vigência: 31 de dezembro de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 136/2020

3º TA AO CONTRATO 100/2018
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA.
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.
Vigência: 31 de dezembro de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 137/2020

4º TA AO CONTRATO 193/2017
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado DIGIMAQ MULTIMARCAS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 80/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 58/2017
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 11 meses.
Vigência: 30 de novembro de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 138/2020

3º TA AO CONTRATO 55/2019
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado EMPRESA EDITORA CONCÓRDIA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 19/2018 TOMADA DE PREÇOS: 02/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 139/2020

4º TA AO CONTRATO 24/2017

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado NC Comunicações S.A.

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 09/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 07/2017

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 140/2020

14º TA AO CONTRATO 109/2017

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado BETHA SISTEMAS LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 56/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 42/2017

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 06 meses.

Vigência: 30 de junho de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 141/2020

1º TA AO CONTRATO 57/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado CONECT TURBO TELECOM EIRELI

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 28/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 16/2020

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 142/2020

4º TA AO CONTRATO 45/2017

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato: Contratado Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 2 meses.

Vigência: 28 de fevereiro de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 143/2020

2º TA AO CONTRATO 06/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado EDITORA APRENDE BRASIL LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 68/2019 TOMADA DE PREÇOS: 08/2019

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.

Vigência: 31 de dezembro de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 144/2020

2º TA AO CONTRATO 87/2020

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 145/2020
1º TA AO CONTRATO 16/2020
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado CESAR SANTO BENELLI & CIA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 03/2020
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 146/2020
12º TA AO CONTRATO 106/2017
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado Gilmar Rossi Transportes
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 50/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 38/2017
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 147/2020
2º TA AO CONTRATO 88/2019
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado GILMAR ROSSI TRANSPORTES
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 148/2020
1º TA AO CONTRATO 90/2019
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado TRANSPORTES PIZZATTO LTDA- ME
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 149/2020
1º TA AO CONTRATO 17/2020
O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado VIAGENS ZONTA LTDA
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 04/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 03/2020
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 22 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 150/2020**1º TA AO CONTRATO 70/2020**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado VIAGENS ZONTA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 36/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 19/2020

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 151/2020****1º TA AO CONTRATO 59/2020**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado VIAGENS ZONTA LTDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 21/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 13/2020

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 152/2020****2º TA AO CONTRATO 89/2019**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado TRANSPORTES ARI BARBIERI LTDA. - ME

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 31/2019

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 153/2020**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GAMA CONTAB E ASSESSORIA LTDA

PROCESSO LICITAÇÃO 56/2020 TOMADA DE PREÇOS 11/2020

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços relacionados ao levantamento patrimonial e atualização de patrimônio público do Município de Lindóia do Sul/SC, de acordo com as exigências do Tribunal de Contas do Estado e com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Valor: R\$ 30.000,00

Vigência: 23/12/2021

Assinatura: 23 de dezembro de 2020

Flávio Luiz Benini – Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 154/2020****2º TA AO CONTRATO 43/2019**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado IVANIR CARLOS WICKERT E CLARICE SILVESTRE WICKERT

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 15/2019 PREGÃO PRESENCIAL: 12/2019

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 23 de dezembro de 2020.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº 155/2020****2º TA AO CONTRATO 110/2019**

O Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado Gotardo Agustini, e Nair Finger Agustini

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 54/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 10/2019

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 23 de dezembro de 2020.
Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 156/2020
4º TA AO CONTRATO 09/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: Ari Francisco Rossetto, Mauri Antônio Rossetto e Neli Seghetto Rossetto
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 01/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/2017
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 meses.
Vigência: 31 de dezembro de 2021.
Assinatura: 28 de dezembro de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 157/2020
9º TA AO CONTRATO 46/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: Mitra Diocesana de Joaçaba.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 21/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/2017
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.
Vigência: 31 de março de 2021.
Assinatura: 28 de dezembro de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 158/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
Objeto: entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados ao Consórcio Público com a finalidade do custeio das despesas de pessoal, correntes e de capital para atendimento do TERMO DE USO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS.
Valor: R\$ 35.640,00
Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021.
Assinatura: 28 de dezembro de 2020
Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 159/2020

10º TA AO CONTRATO 95/2019
O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado ANDRÉ LEMOS VIEIRA E CIA LTDA - ME
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 26/2019 TOMADA DE PREÇOS: 02/2019
Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência.
Vigência: 28 de março de 2021.
Assinatura: 28 de dezembro de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 160/2020
5º TA AO CONTRATO 24/2017

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado NC Comunicações S.A.
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 09/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 07/2017
Objeto: objetivando a reprogramação do valor inicial do contrato.
Valor: R\$ 224,00
Assinatura: 29 de dezembro de 2020.
Genir Loli - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 162/2020
4º TA AO CONTRATO 03/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:
Contratado: LENI ROSSINI WEBER

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 76/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 59/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 30 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 163/2020

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAURI ROSSETTO TRANSPORTES.

PROCESSO LICITAÇÃO 61/2020 PREGÃO PRESENCIAL 26/2020

Objeto: objetivando o fornecimento de serviços de caminhão equipado com tanque para distribuição de água.

Valor: R\$ 33.800,00

Vigência: data de assinatura até 31/03/2021.

Assinatura: 30 de dezembro de 2020

Genir Loli – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 164/2020

3º TA AO CONTRATO 03/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAIKON JECKSON KIEKOW

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 76/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 59/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 30 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 165/2020

3º TA AO CONTRATO 02/2019

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARIANA RISSI CASON MACHADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 76/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 59/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 30 de dezembro de 2020.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

EXTRATOS DE CONTRATOS DEZEMBRO DE 2020 FMS

Publicação Nº 2796190

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 04/2020

2º TA AO CONTRATO 47/2018

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA

PROCESSO LICITAÇÃO: 13/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 04/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz –Secretária de Saúde e Ação Social

MUNICIPIO DE LINDÓIA DO SUL**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 05/2020

3º TA AO CONTRATO 03/2018

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HOSPITAL LINDÓIA LTDA

PROCESSO LICITAÇÃO: 04/2018 CONCORRENCIA: 01/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz –Secretária de Saúde e Ação Social

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 06/2020

2º TA AO CONTRATO 01/2019

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LD HEALTH SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME

PROCESSO LICITAÇÃO: 17/2018 TOMAD DE PREÇOS: 01/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 22 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz –Secretária de Saúde e Ação Social

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 07/2020

3º TA AO CONTRATO 07/2018

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Valmir Cadore, Maritânia Terezinha Von Dentz Cadore,

PROCESSO LICITAÇÃO: 08/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/2018

Objeto: objetivando a prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 03 meses.

Vigência: 31 de março de 2021.

Assinatura: 28 de dezembro de 2020.

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz –Secretária de Saúde e Ação Social

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 08/2020

A Secretária Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – Hospital São Francisco

PROCESSO LICITAÇÃO 07/2020 INEXIGIBILIDADE 01/2020

Objeto: estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o MUNICÍPIO/FMS e o HOSPITAL, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do MUNICÍPIO/FMS, em regime de sobreaviso, no Pronto Socorro do HOSPITAL.

Valor: R\$ 31.016,02

Vigência: 01/01/2021 até 31/12/2021.

Assinatura: 30 de dezembro de 2020

Neiva Lúcia Pereira Chaves Von Dentz –Secretária de Saúde e Ação Social

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 01/2021

Publicação Nº 2795076

DECRETO Nº 01/2021

HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 91/2021 em 07 de janeiro de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 90/2020, FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS PARA OS CAMINHÕES PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I E II, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 07 de janeiro de 2021.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE ELEIÇÃO DE CARGOS DA MESA DIRETORA 2021-2022

Publicação Nº 2795997

ATA Nº 1/2021

1ª REUNIÃO SOLENE

15ª LEGISLATURA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um às dez horas, através da plataforma de videoconferência Zoom Meeting, conforme Portaria SES Nº 1025 de 30 de dezembro de 2020 do Governo do Estado de Santa Catarina e Portaria Nº 10, de 27 de julho de 2020 desta Casa Legislativa. Reuniram-se em Reunião Solene Especial, os vereadores da Câmara Municipal de Lontras eleitos no pleito de 15 de novembro de 2020 e devidamente empossados, conforme termo assinado. Verificando-se o número legal de vereadores, o vereador Geferson Roberto do Aragão, mais votado no pleito de 15 de novembro de 2020, assumiu a presidência dos trabalhos, conforme lhe faculta o artigo 22 da Lei Orgânica Municipal, e, invocando a proteção de Deus, declarou aberto os trabalhos. Declarada aberta a reunião com a finalidade específica da eleição da Mesa Diretora para o biênio 2021/2022, conforme determina o artigo 22 da Lei Orgânica Municipal. O Presidente designou o servidor Eduardo César Vicenti para secretariar a presente reunião. Em seguida foi suspensa a reunião por cinco minutos, a fim de que fosse procedida a apresentação dos candidatos visando a eleição da Mesa Diretora. Passados o tempo de suspensão, e, retornando-se aos trabalhos foram registrados os seguintes nomes: PRESIDENTE: 1) Geferson Roberto do Aragão – 2) Fabiano Junior Gielow; VICE-PRESIDENTE: 1) Humberto Koch; 1º SECRETARIO: 1) Daniel Tiago Martins; 2º SECRETARIO: 1) Glaucio Cristiano Mueller. Em seguida, nos termos do artigo 22 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Lontras foi procedida a votação, de forma aberta e nominal, para cada um dos cargos, sendo obtidos os seguintes votos: PRESIDENTE: 1) Geferson Roberto do Aragão com quatro votos – 2) Fabiano Junior Gielow com três votos e duas abstenções. Não havendo maioria absoluta, o Presidente convocou a segunda votação, conforme Inciso IV, Art. 23 do Regimento Interno da Câmara de Lontras. Obtendo o resultado: 1) Geferson Roberto do Aragão com quatro votos – 2) Fabiano Junior Gielow com três votos e duas abstenções; VICE-PRESIDENTE: 1) Humberto Koch com nove votos; 1º SECRETARIO: 1) Daniel Tiago Martins com nove votos; 2º SECRETARIO: 1) Glaucio Cristiano Mueller com seis votos e três abstenções. Ato contínuo, assumiu os trabalhos o vereador Geferson Roberto do Aragão, Presidente eleito. Empossando como Vice-Presidente o Vereador Humberto Koch, como 1º Secretário o Vereador Daniel Tiago Martins e 2º Secretário o Vereador Glaucio Cristiano Mueller. Nada mais havia a ser tratado o Presidente encerrou a presente reunião solene especial, e convocou os vereadores presentes, para a primeira reunião ordinária desta legislatura, a realizar-se no dia 8 de fevereiro de 2021, às 19:00 horas, na Sala de Sessões desta Casa Legislativa.

Lontras (SC), 1º de janeiro de 2021.

ADRIANO SERGIO MACHADO

FABIANO JUNIOR GIELOW

GLAUCIO CRISTIANO MUELLER

MARCELO DOS SANTOS

VALDEMAR IGNACZUK

DANIEL TIAGO MARTINS

GEFERTON ROBERTO DO ARAGÃO

HUMBERTO KOCH

REVELINO KLETEMBERG

Luzerna

PREFEITURA

PL 001/2021 - PP 001/2021 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR - PML

Publicação Nº 2796767

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 001/2021 - PML
Pregão Presencial nº 001/2021 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), representado neste ato pelo Sr. ITAMAR TONETTO, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios (hortifruti-granjeiros) destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros e pelo 5º Grupamento Policial Militar, conforme especificações constantes deste Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 20 de janeiro de 2020.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 20 de janeiro de 2020.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PORTARIA 006/21

Publicação Nº 2796836

PORTARIA Nº 006/21 de 07 de janeiro de 2021.

“FIXA CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

CRISTINA KÜLL, Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano do Município de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Portaria 098/19 de 12 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º- Fixar o CALENDÁRIO DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) para o exercício de 2021:

Mês	Pagamento mensal e férias
Janeiro	27/01/2021
Fevereiro	24/02/2021
Março	29/03/2021
Abril	28/04/2021
Maio	27/05/2021
13º Salário – 1ª Parcela	16/06/2021
Junho	28/06/2021
Julho	28/07/2021
Agosto	27/08/2021
Setembro	28/09/2021
Outubro	27/10/2021
13º Salário – 2ª Parcela	17/11/2021
Novembro	26/11/2021
Dezembro	22/12/2021

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de janeiro de 2021.

CRISTINA KÜLL

Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano

PORTARIA 007/21

Publicação N° 2796853

PORTARIA N° 007/21 de 07 de janeiro de 2021.
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR o servidor EDUARDO BREDÁ, para exercer o cargo público efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS – 44 HORAS SEMANAIS, Nível VI, Classe "A" do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar n° 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, aprovado no Concurso Público Edital n° 001/2020 de 09 de Junho de 2020, homologado em 20 de outubro de 2020, a partir de 11 de Janeiro de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de janeiro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 008/21

Publicação N° 2796854

PORTARIA N° 008/21 de 07 de Janeiro de 2021.
"EXONERA A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR a servidora ROSANGELA HACKBART, ocupante do cargo público de Assessora Administrativa de Atenção Básica, Nível CC-6, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar n° 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 08 de Janeiro de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de janeiro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 009/21

Publicação N° 2796855

PORTARIA N° 009/21 de 08 de janeiro de 2021.
"NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a servidora JULIANA HERICKS, para exercer o cargo público de provimento em comissão de Assessora Administrativa de Atenção Básica, Nível CC-6, do Anexo I - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão da Lei Complementar n° 202 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 11 de janeiro de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de janeiro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 010/2021

Publicação N° 2797179

PORTARIA N° 010/21 de 07 de janeiro de 2021.
"TORNA SEM EFEITO PORTARIA QUE ESPECIFICA"

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- TORNA SEM EFEITO a PORTARIA Nº 098/20 de 26 de maio de 2020 que designou a servidora comissionada JOANNA ENGRACIA ZAMBIAZZI, para responder pela Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, a partir de 26 de maio de 2020, sem percepção dos vencimentos do cargo comissionado de Subsecretária de Agropecuária e Meio Ambiente.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 098/20 de 26 de maio de 2020

Luzerna(SC), 07 de janeiro de 2021.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2020

Publicação Nº 2796211

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ZEUS COMERCIAL EIRELI -ME

CNPJ: 34.840.358/0001-44

Valor registrado: R\$ 10.472,00 (dez mil quatrocentos e setenta e dois reais).

Objeto: aquisição de pneus, destinados aos veículos da 9ª Ciretran de Mafra, através da 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil.

Origem: Processo nº 397/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 083/2020.

Data de assinatura: 23 de novembro de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 23 de novembro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2020

Publicação Nº 2796210

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 283/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: CAPERPASS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS PLÁSTICOS LTDA

CNPJ: 05.211.777/0001-19

Valor registrado: R\$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de segurança para combate ao COVID-19, destinados as Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil, através da Secretaria Municipal de Educação.

Origem: Processo nº 418/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 090/2020.

Data de assinatura: 25 de novembro de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de novembro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 043/2019

Publicação Nº 2796268

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 043/2019

Contrato nº: 043/2019

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: HEBE SOLANGE HAU SARTORI

CPF nº 558.437.789-91

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel constituído em três pavimentos com aproximadamente 464,50 m², situado na Rua: Gabriel Dequech nº 212, Centro - Mafra – SC, o qual a locatária destinará as atividades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório nº 279/2019. Dispensa Por Justificativa nº 014/2019.

Data de Assinatura do termo aditivo: 14 de dezembro de 2020.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2021.

Foro: Comarca de Mafra.

PORTARIA Nº 048/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796290

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 048/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. CRISLEY MARIA FUCHS VALÉRIO, inscrita no CPF sob o nº 036.317.359-52, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 049/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796303

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 049/21 em 05.01.2021.

NOMEIA DIRETORA DE ESTRATÉGIA E ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. IVANA JAHN, inscrita no CPF sob o nº 019.508.899-98, no cargo de DIRETORA DE ESTRATÉGIA E ORÇAMENTO, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796309

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 053/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. DARTAGNAN PLOTHOW CAMARGO, inscrito no CPF sob o nº 307.580.179-87, no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796313

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 055/21 em 05.01.2021.

NOMEIA PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. PATRICIA FINAMORI DE SOUZA KOSCHINSKI, inscrita no CPF sob o nº 726.392.101-49, no cargo de PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796315

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 056/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. DANIELLE KONDLATSCH, inscrita no CPF sob o nº 034.929.119-51, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 057/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. JAMINE EMMANUELLE HENNING, inscrita no CPF sob o nº 032.356.579-40, no cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796328

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 059/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. LUIZ VIDAL DA SILVA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 007.618.537-07, no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796340

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 060/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. LUIZ VIDAL DA SILVA JUNIOR, inscrito no CPF sob o nº 007.618.537-07, no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/21 EM 05.01.2021

Publicação Nº 2796354

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 061/21 em 05.01.2021.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CIDADANIA.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Mem. 002/SMA/2021 de 04 de Janeiro de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. JOÃO LÁZARO LELIS FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 416.817.549-91, no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E CIDADANIA, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º - Seus efeitos retroagem ao dia 04 de Janeiro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 05 de Janeiro de 2021.

EMERSON MAAS

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA N. 001/2021

Publicação N° 2795951

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N° 001/2021

OBJETIVO: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos diretamente da Agricultura Familiar para a merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Maracajá/SC, para o ano de 2021.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até 10 de fevereiro de 2021 às 09h00min.

ABERTURA: Dia 10 de fevereiro de 2021 às 09h15min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Licitações do Município de Maracajá, no horário das 08h30min às 17h30min, pelo telefone (48) 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 07 de janeiro de 2021.

ANIBAL BRAMBILA

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO INTERNO 01/2020

Publicação N° 2796164

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Publicação do Resultado do Processo Seletivo Interno 01/2020

Publicação da relação de candidatos com inscrições deferidas e habilitados para processo seletivo interno de alteração da carga horária por período determinado, de docentes do quadro pessoal do magistério do município de Maracajá.

NOME	SITUAÇÃO
Maria Juliani Peruchi Monterio	Habilitada
Karina Nunes De Medeiros Zandonadi	Habilitada

Edilane Rocha Nicoleite

Secretária de Administração

Maracajá, 6 de janeiro de 2021.

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO N. 018/2021

Publicação Nº 2797140

DECRETO Nº 018, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Designa servidor municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Complementar Municipal n. 157/2020, Decreto Municipal n. 814 e 815/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal, Senhor Berlin Marcos Fellipin, para atuar como Gestor Ambiental no processo de licenciamento ambiental no Município de Maravilha.

§ 1º O servidor designado possuirá as seguintes atribuições:

- I. Expedir Licença Ambiental Prévia – LAP;
- II. Expedir Licença Ambiental de Instalação -LAI;
- III. Expedir Licença Ambiental de Operação – LAO;
- IV. Expedir autorizações, certidões, licenças, emitir taxas e demais atos necessários vinculados ao processo de licenciamento ambiental;
- V. Expedir notificações, aplicar penalidades e demais atos necessários.
- VI. Demais atribuições consignadas na legislação que regulamenta o licenciamento ambiental municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito do Município de Maravilha

Registrado e publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda

DECRETO N. 019/2021

Publicação Nº 2797142

DECRETO Nº 019, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia Diretor Geral e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado LUIZ ROBERT, para assumir o cargo de Diretor Geral, lotado na Secretaria de Transp. Obras e Urbanismo, a partir do dia 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 020/2021

Publicação Nº 2797143

DECRETO Nº 020, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
Nomeia Diretor Geral e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado BERLIN MARCOS FELIPPIN, para assumir o cargo de Diretor Geral, lotado na Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 021/2021

Publicação Nº 2797145

DECRETO Nº 021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARCIA SCHERER, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 022/2021

Publicação Nº 2797147

DECRETO Nº 022, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LEONILCE ECKERT, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 023/2021

Publicação N° 2797149

DECRETO N° 023, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado JULIANO FAGAN, para assumir o cargo de Diretor, lotado na Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 024/2021

Publicação N° 2797151

DECRETO N° 024, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CAROLINE GOBBI, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda, a partir do dia 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 04 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 025/2021

Publicação Nº 2797154

DECRETO N. 025, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRO DONATI, Prefeito do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Art. 77, VI, da Lei Orgânica do Município de Maravilha,

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados, para constituir a Comissão Municipal de Licitações do Município de Maravilha, para o exercício de 2021.

PRESIDENTE

Juliano Fagan

MEMBROS

Julia Gabriela Schverz

Caroline Gobbi

SUPLENTE

Neiva Fátima Carnete

Claudio Zembruski

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 06 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito do Município de Maravilha

CLEITON BORGARO

Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda.

DECRETO N. 026/2021

Publicação Nº 2797157

DECRETO Nº 026, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 932, de 21 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 06 de janeiro de 2021 a 05 de janeiro de 2022, JANICE WEILER SCHIMIDT, brasileira, portadora do RG nº 4653941, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 06 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 027/2021

Publicação Nº 2797160

DECRETO Nº 027, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.
Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARLI TEREZINHA WEBER TUMELERO, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria de Ind. Com. e Turismo, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 06 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI
Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 028/2021

Publicação Nº 2797162

DECRETO N. 028, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Atualiza o valor da Unidade Monetária Ambiental do Município de Maravilha e dá outras providências.

SANDRO DONATI, Prefeito do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Art. 77, VI, da Lei Orgânica do Município de Maravilha, c/c a Lei Complementar Municipal n. 157/2020;

DECRETA:

Art.1º. Fica reajustado em 5,20% (cinco inteiros e vinte décimos por cento) o valor da Unidade Monetária Ambiental – UMA, de acordo com o estabelecido no art. 57 da LCM n. 157/2020.

Art. 2º. O valor monetário da UMA para o ano de 2021 fica estabelecido em R\$ 120,98 (cento e vinte reais com noventa e oito centavos).

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 06 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI
Prefeito do Município de Maravilha

CLEITON BORGARO
Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda.

DECRETO N. 029/2021

Publicação Nº 2797166

DECRETO Nº 029, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,
A solicitação da Secretária de Saúde,

O parecer jurídico,

O andamento do Processo Seletivo 002/2020 para o cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 7 de janeiro a 5 de fevereiro de 2021, SIMONE CRISTINA DALMAS SARTORI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 036.647.959-89, para ocupar o cargo de Farmacêutica, com carga

horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 030/2021

Publicação Nº 2797167

DECRETO Nº 30, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2020, homologado pelo Decreto nº 932, de 21 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 07 de janeiro de 2021 a 06 de janeiro de 2022, SIMONE NIENOW DE MIRANDA, brasileira, portadora do RG nº 5362142, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 07 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

DECRETO N. 031/2021

Publicação Nº 2797170

DECRETO Nº 031, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia Diretor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada CRISTIANE ROVERSI, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria de Planej. Adm. e Fazenda, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 07 de janeiro de 2021.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Massaranduba

PREFEITURA

TERMO DE POSSE QUE FAZ O PREFEITO ELEITO PARA A GESTÃO DE 2021/2024

Publicação Nº 2794999

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

TERMO DE POSSE QUE FAZ O PREFEITO ELEITO PARA A GESTÃO DE 2021/2024.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um) às 10 (dez) horas, perante o presidente da Câmara eleito para o ano de 2021 vereador Vanderlei Sasse, conforme estabelece o Regimento Interno no seu art. 11, Parágrafo Único, Incisos: I,II,III,IV,V e VI, alínea "a", compareceu munido dos documentos previsto em Lei, eleito para exercer o cargo de Prefeito, no pleito realizado no dia 15 de novembro de 2020, para o período de 1º de janeiro de 2021 à 31 de dezembro de 2024, o senhor: Armindo Sésar Tassi Fazendo o seguinte Compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da Republica Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Massaranduba e as demais leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi outorgado, trabalhando com patriotismo, sempre pelo progresso do Município e bem estar do povo de Massaranduba".

"ASSIM O PROMETO"

Massaranduba (SC) em 1º de janeiro de 2021.

Armindo Sésar Tassi
Prefeito Empossado.

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 01/2021 - PMMC**

Publicação N° 2796726

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2021 - PMMC

O Município de Matos Costa – SC, através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em seguro total dos veículos da frota municipal de Matos Costa – SC, incluindo assistência auto 24 horas completa, sem limite de quilometragem para atendimento de guincho e táxi (exceto para ônibus e micro-ônibus) para todos os passageiros, em todo território nacional, por um período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência constante do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 20/01/2021.

ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:15 horas do mesmo dia.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, n° 137, fone (49) 3572-1121, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 07 de janeiro de 2021 – Eliane Aparecida Castilho – Pregoeira Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO 001/2021

Publicação N° 2796425

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2021

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público n.º 001/2018, publicado através do Edital de Homologação n.º 07/2018 de 07 de Dezembro de 2018, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para comparecer ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de 30 (trinta) dias, munido da documentação exigida, para fins de Nomeação/Posse no cargo para a qual foi classificada.

CARGO: OPERADOR DE MAQUINA AGRICOLA

N ° INSC.	NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLAS.
682051	PAULO CESAR CAMARGO	84,80	1º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, que perderá o direito ao concurso de acordo com o item 10.6 do Edital, e será convocado o candidato imediatamente classificado na seq-ência do certame.

A Admissão/Nomeação e a Posse/ Exercício estão vinculados a apresentação prévia de toda a documentação citada no item 2. e subitens do Edital do Concurso Publico. A listagem também pode ser retirada no departamento de recursos humanos, dentro do prazo legal.

Matos Costa, 08 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

Prefeito Municipal

PORTARIA 001/2021

Publicação N° 2795843

PORTARIA N° 001/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER 09 (nove) dias de afastamento remunerado ao servidor CARLOS GIOVANI SILVA, contratado no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional de SERVIÇOS GERAIS para a categoria funcional de AGENTE/AUXILIAR DE DEFESA CIVIL, por motivo de luto, falecimento de sua mãe ocorrido no dia 28.12.2020, conforme estabelecido no art. 157, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 28.12.2020.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Assistente Administrativo I

PORTARIA 002/2021

Publicação Nº 2795845

PORTARIA Nº 002/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOCIMAR DA SILVA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MECANICO, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a contar do dia 29.12.2020, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 29.12.2020.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Assistente Administrativo I

PORTARIA 003/2021

Publicação Nº 2795848

PORTARIA Nº 003/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - REINTEGRAR o servidor JOÃO MORAES JUNIOR, investido no cargo em provimento de carreira de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de MOTORISTA, o qual estava afastado de Licença para tratar de Assuntos particulares / Licença Sem Vencimentos, pelo tempo máximo permitido e de licença para atividade política ate 31.12.2020, a contar do dia 01.01.2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 01.01.2021.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN

Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES

Assistente Administrativo I

PORTARIA 004/2021

Publicação Nº 2795855

PORTARIA Nº 004/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor FRANCISCO OLAVO RIBAS, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE, a contar do dia 01.01.2021.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 01.01.2021.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 005/2021

Publicação Nº 2795858

PORTARIA Nº 005/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora GRASIELE BARCELOS AMARAL, para ocupar o cargo de provimento em comissão de PROCURADOR GERAL.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 006/2021

Publicação Nº 2795861

PORTARIA Nº 006/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor GILBERTO GOMES, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, porem percebendo os proventos do cargo comissionado.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 007/2021

Publicação Nº 2795865

PORTARIA Nº 007/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 008/2021

Publicação Nº 2795867

PORTARIA Nº 008/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora RENATA MAGALY TOMACHEUSKI ORTIZ, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 009/2021

Publicação Nº 2795871

PORTARIA Nº 009/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora ELAINE CRISTINA CASTILHO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 010/2021

Publicação Nº 2795877

PORTARIA Nº 010/2021 – De 04 de Janeiro de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora CARIM CRISTINA CARNEIRO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Janeiro de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO N° 01/2021

Publicação N° 2795907

EDITAL DE CHAMAMENTO N°. 01 DE 05 DE JANEIRO DE 2021

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR HABILITADO DO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2018.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, os seguintes aprovados no Concurso Público nº 001/2018:

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Claudete Hofstatter	10º

Os candidatos acima relacionados deverão se apresentar dentro do prazo de 30 dias, conforme o art. 14, §1º, da Lei Municipal 3.195/06, a contar da data da publicação deste edital, até às 17h00min, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Concurso Público nº 01/2018.

Prefeitura Municipal de Mondaí/SC, 05 de janeiro de 2021.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL DL N° 003/2021 - PMM

Publicação N° 2796628

MUNICIPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2021

O Município de Mondaí – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 83.028.415/0001-09, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº 003/2021 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue:

Objeto: Locação e cessão de uso do Sistema TRRURAL – versão AMEOSC - para o Gerenciamento da Produção Primária Municipal de MONDAÍ - SC, durante o exercício de 2020 e subsequentes. CONTRATADO: TRSIS LTDA - ME, CNPJ sob nº. 10.523.866/0001-30. Valor Total Anual: R\$ 3.015,00 (três mil e quinze reais), pagas em parcela única, com vencimento no dia 10 de fevereiro de 2021. Vigência: até 31/12/2021. Mondaí/SC, 04 de janeiro de 2021. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Fazenda/Ordenador de Despesas

Monte Carlo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 001/2021/PM

Publicação Nº 2796497

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 001/2021/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pela Prefeita Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação de empresa para, IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU 2019. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 21/janeiro/2021 até as 09:45 horas do dia 21/janeiro/2021. Abertura da sessão no dia 21/janeiro/2021 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo menor preço, julgamento por item e valor máximo fixado, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 61/2020/PM

Publicação Nº 2796598

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

A comissão de Licitação do Município de Monte Carlo - SC, designado pelo decreto 022/2020, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital Pregão Presencial 61/2020/PM, com alteração na descrição do Item. Com nova data do certame definida para RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 25/janeiro/2021 até às 09:45 horas do dia 25/janeiro/2021 ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: as 10:00 horas do dia 25/janeiro/2021. Todas as outras informações permanecem sem alterações. Todas as outras informações permanecem sem alterações.

Monte Carlo, 06 de janeiro de 2021.
Gessica Caroline Cunen
Pregoeira

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 54/2020/PM

Publicação Nº 2796587

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

A comissão de Licitação do Município de Monte Carlo - SC, designado pelo decreto 022/2020, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital Pregão Presencial 54/2020/PM, com alteração na descrição do Item. Com nova data do certame definida para RECEBIMENTO DAS "PROPOSTA DE PREÇOS": das 08:00 horas do dia 25/janeiro/2021 até às 13:45 horas do dia 25/janeiro/2021 ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: as 14:00 horas do dia 25/janeiro/2021. Todas as outras informações permanecem sem alterações. Todas as outras informações permanecem sem alterações.

Monte Carlo, 06 de janeiro de 2021.
Gessica Caroline Cunen
Pregoeira

PORTARIA 01/2021

Publicação Nº 2796516

PORTARIA Nº 001/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º. EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, o(a) servidor(a) MARIZA LOPES DA SILVA CASTANHA, 3538473/SESP/

SC, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS do quadro de pessoal com provimento EFETIVO, nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "397-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS" e jornada de 40(Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de Janeiro de 2021 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 05 de Janeiro de 2021.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 02/2021

Publicação Nº 2796518

PORTARIA 002/2021

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS COLETIVAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO de 2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

MATRIC.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
546	ADEMIR MOACIR GOMES	01/09/2019 A 31/08/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1727	ADRIANA APARECIDA MACHADO RIBEIRO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1720	ALESSANDRA APARECIDA DEON PIERI	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
96	ALESSANDRA DA SILVA	13/03/2019 A 12/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
302	ALESSANDRA GONÇALVES	15/02/2019 A 14/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
474	ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA SCHEFFER	18/02/2019 A 17/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1667	ALVANIR RIBEIRO ZEMBRANI	01/06/2019 A 31/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1638	ALZIRA PRATES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1892	ANA PAULA BOGO GOETTEN DE OLIVEIRA	10/12/2019 A 09/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1719	ANA PAULA RIBEIRO DA SILVA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1726	ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGER	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2192	ANDRESSA ALBERTI MOLIN	19/05/2019 A 18/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1587	ANGELA LUZIA ALVES DE GOSS DE GODOY	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1735	ANTONIO BECKER JUNIOR	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

1717	ARACELI GIRARDI DA SILVA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
312	ARILDES TESSARO	02/03/2019 A 01/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1831	BEATRIZ FÁTIMA DE BARROS THIBES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
518	BERNADETE RIBEIRO FERREIRA	01/01/2020 A 31/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
306	CARMEN LUCIA TORMEN FRANÇA	01/06/2019 A 31/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2177	CAROLINE DE OLIVEIRA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1582	CAROLINE FORTES DIAS	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1829	CELIA APARECIDA BIOLCHI	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
629	CELIA DE FÁTIMA GOMES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1581	CLAIR DOS SANTOS	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1341	CLARICE DOS SANTOS CREMA	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
586	CLAUDENIR JOÃO PARISE	10/03/2019 A 09/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1343	CLAUDETE GONÇALVES	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
100	CLAUDIA APARECIDA PINTO BARBOSA MOREIRA	05/06/2019 A 04/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2175	CLAUDIA FABIANA BORTOLLI	14/04/2019 A 13/04/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1733	CLAUDIA ZANCAN	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1342	CLESMAR APARECIDA LUIZ GONÇALVES LANGA-RO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
198	CONCEIÇÃO SALETE DE SOUZA	09/02/2019 A 08/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2264	DAIANE VAZ DALGNOL	06/03/2019 A 05/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2187	DANIELA RIBEIRO DA SILVA	09/05/2019 A 08/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1585	DANIELI REGINA RIBEIRO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1737	DIRLEI APARECIDA DE MORAIS DE OLIVEIRA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

102	DORILDA DE OLIVEIRA DA ROSA	01/11/2019 A 31/10/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2251	EDERLEY CRUZ SOBRINHO PARISE	08/02/2019 A 07/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2339	EDILVANA CRUZ DA SILVA	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
107	EDIR SALETE DE SOUZA	09/05/2019 A 08/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1339	ELENICE TEREZINHA CASTANHA	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1580	ELISANE APARECIDA DA SILVA RIEGER	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2266	ELOIR VAS	06/03/2019 A 05/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
108	EMEDÍÁ BENTA DE ANDRADE ZANCA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1716	EVERALDO QUERINO	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
114	FABIANA CORREA DE DEUS	02/06/2019 A 01/06/2020	02/01/2020 A 31/01/2020
1665	FABIANA RIBEIRO	01/06/2019 A 31/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2174	FELIPE TIAGO RIBEIRO PONTES DOS SANTOS	14/04/2019 A 13/04/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2250	FERNANDA FORTES	08/02/2019 A 07/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2249	FERNANDA MOREIRA	13/02/2019 A 12/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1896	GEISIANE FUCCINA DE CAMPOS	10/12/2019 A 09/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
524	HAMILTON RIBEIRO	26/08/2019 A 25/08/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1590	ILCEMAR SCAPINELLO MENEGATT	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
211	IRIS ALBERTON BECKER	01/11/2019 A 31/10/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2335	IVANA BELINCANTA	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
121	IVANETE DA ROZA MACHADO	06/11/2019 A 05/11/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2248	IVONETE RAYZER DA CRUZ GONÇALVES	08/02/2019 A 07/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

2337	JACIRA KERALD	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2437	JHENNYFHER CORDEIRO RIZZI	17/10/2019 A 16/10/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
126	JOCELI DE FÁTIMA THIBES DE CAMPOS BARROS	27/08/2019 A 26/08/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2338	JOEDNA APARECIDA DA SILVA	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
632	JOICEMAR APARECIDA ALVES	05/01/2019 A 04/01/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1639	JORACI DOS SANTOS SOUZA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
124	JOSÉ JOACIR DE CAMPOS	02/04/2018 A 01/04/2019	04/01/2021 A 02/02/2021
1752	JOSIANE DA SILVA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1596	JUÇARA DONATTI	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2176	JULIANO ROBERTO DE SOUZA	14/04/2019 A 13/04/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
125	JURACI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	08/03/2019 A 07/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1579	KELLY ANGELA DE MORAES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2271	LARISSA DE CAMPOS	08/03/2019 A 07/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2189	LILIANE APARECIDA GONÇALVES	09/05/2019 A 08/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1860	LOINIR ROSSI RIBEIRO	02/05/2019 A 01/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1434	LOIVA APARECIDA SACRAMENTO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2196	LORIZETE COSTA DE MORAIS BUYNO	23/05/2019 A 22/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1732	LUCI APARECIDA GEMO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1723	LUCIA RITA BECKER DE SOUZA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2193	LUCIANA DA ROSA GEPFRICK	19/05/2019 A 18/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
657	LUCIANA MARIA PEREIRA	01/01/2020 A 31/12/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1589	LUCIANA TAVARES DA SILVA	13/02/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

2336	LUCIANE GERLACH DE MORAIS	14/02/2019 A 13/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
129	LUIZ CARLOS TURCATTO	19/08/2018 A 15/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
635	LURDES DE FÁTIMA DA SILVA RUAS	05/01/2020 A 04/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2367	LUZIA DA SILVA	01/08/2019 A 31/07/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1367	MABEL LUZIA GUEDES TURCATTO	12/06/2019 A 11/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1351	MAINE DA SILVA RODRIGUES GONÇALVES	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2195	MARGARETE DE FÁTIMA DOS SANTOS SACRAMENTO	23/05/2019 A 22/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
31	MARIA JOANA MEDEIROS	18/05/2018 A 12/10/2019	04/01/2021 A 02/02/2021
2183	MARALICE ZANCAN	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
209	MARCIANA LUIZ OZORIO	28/04/2019 A 27/04/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1830	MARCIONETE RIBEIRO BECKER MENEGATT	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2202	MARIA ALVES FERNANDES DE GODOY	17/06/2019 A 16/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1640	MARIA ANGELICA STEFANES MANGOLT	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
298	MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS	14/09/2019 A 13/09/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
293	MARIA DELAIR MENEZES	12/02/2019 A 11/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
231	MARIA DIRLENE THIBES DE CAMPOS	18/12/2019 A 17/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2204	MARIA INES BECKER	17/06/2018 A 16/06/2019	04/01/2021 A 02/02/2021
1724	MARIA ISOLINA MORAES	10/02/2019 A 09/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1591	MARIA IVONE SCUZZIATTO	02/01/2019 A 01/01/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1637	MARIA JANICE GONÇALVES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
531	MARIA LUCIMAR DE BARROS	01/01/2020 A 31/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
139	MARIA REGINA OLIVEIRA	02/03/2019 A 01/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

137	MARIA SALETE DA SILVA BATAGHIN	05/03/2019 A 04/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1718	MARIA SINCLAIR DA ROSA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2197	MARILEI CORSO STRATMANN	23/05/2019 A 22/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1586	MARIZA APARECIDA RIBEIRO DE JESUS DA SILVA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2206	MARTA TIZIAN CORREA DE ALMEIDA RIBEIRO	17/06/2019 A 16/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
131	MICHELE ROSANGELA PAULETTI	04/02/2019 A 03/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
148	NADIR RIBEIRO	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
146	NEIVA APARECIDA THIBES DE CAMPOS TATTO	29/03/2019 A 28/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
598	NERI BORSATO	04/05/2019 A 03/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
145	NEURA MARIA MARAFON	02/12/2019 A 01/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
234	NEUZA CAMPOLIM CAMARGO	04/07/2019 A 03/07/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2380	NILSO ALVES DE OLIVEIRA	18/09/2019 A 17/09/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
196	NIURA CRISTINA MANGOLT	01/09/2018 A 31/08/2019	04/01/2021 A 02/02/2021
142	NOELI ELZA GERLACH	01/01/2020 A 31/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
207	PATRÍCIA LUCIANA PROENCIO	29/04/2019 A 28/04/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2224	PAULO RICARDO BUYNO	12/11/2019 A 11/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
222	PUREZA CORREA DE DEUS	02/08/2019 A 01/08/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1729	RAQUEL APARECIDA RUAS	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
158	RITA DE CÁSSIA VICENTE FLESC	20/06/2019 A 19/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
157	ROSELI APARECIDA DA SILVA DIAS	02/09/2019 A 01/09/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1356	ROSELI DIAS VIEIRA DE ANDRADE	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
284	ROSENI TEREZINHA DA SILVA ARALDI	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

584	ROSEMERI DE FÁTIMA DA ROSA	01/12/2019 A 30/11/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
154	SALETE ANA MACARINI	01/03/2019 A 28/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2307	SALETE CORTES CORDEIRO	11/07/2019 A 10/07/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1584	SAMARA RODRIGUES	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
162	SANDRA APARECIDA CORDEIRO	01/01/2020 A 31/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2421	SANDRA FRANÇA	24/05/2019 A 23/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
528	SIMONE APARECIDA MOTA BECKER	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
2157	SOLANGE APARECIDA DE CAMARGO DE OLIVEIRA	17/03/2019 A 16/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1721	SIRLEY TORMEN DA SILVA	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1666	SOELI APARECIDA DOS SANTOS BORTOLI	01/06/2019 A 31/05/2020	02/01/2020 A 31/01/2020
1358	SOELY APARECIDA DA SILVA MARINS SEGALA	12/05/2019 A 11/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2247	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	08/02/2019 A 07/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1583	SONIA RIBEIRO DE JESUS	11/06/2019 A 10/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2190	SUELE CASTANGA GONÇALVES	09/05/2019 A 08/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
156	SUZANA DE FÁTIMA NUNES DA ROSA	18/02/2019 A 17/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2203	TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO	17/06/2019 A 16/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2188	TANIA TORMEN	09/05/2019 A 08/05/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
2364	VANESSA RODRIGUES	23/07/2019 A 22/07/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
1832	VERA MORAIS	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021
1715	VILMAR FAQUIN	02/01/2020 A 01/01/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 05 de Janeiro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PORTARIA 03/2021

Publicação Nº 2796520

PORTARIA Nº 003/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- ATRIBUIR a (o) servidor (a) VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA; investido na função de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, estará sendo designado como COORDENADOR DE TRÂNSITO, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º- MANTENDO A FUNÇÃO GRATIFICADA III, nos termos da Lei Complementar nº 027/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações.

Art. 3º- Esta Portaria gera efeitos a partir da data de 06 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 04/2021

Publicação Nº 2796521

PORTARIA Nº 004/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
GILMAR FRANCISCO FERRARI	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO.	GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros a partir da data de 06 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 05/2021

Publicação Nº 2796524

PORTARIA Nº 005/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR SEM JUSTA CAUSA, o servidor JULIANO ARTEMIO ZONTA RG 5.127.617/SESP SC, SUPERVISOR DE ESPORTE ESCOLAR lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV-III" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo a partir da data de 01 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.
Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 06/2021

Publicação Nº 2796531

PORTARIA Nº 006/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR SEM JUSTA CAUSA o(a) servidor(a) JAQUELINE DA SILVA VARELA RG 5750628/SSP/SC, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE CRECHE do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, nos termos da Lei Complementar Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e da Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia " 429- ASSISTENTE DE CRECHE" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 06 de janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 07/2021

Publicação Nº 2796533

PORTARIA Nº 007/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR SEM JUSTA CAUSA o(a) servidor(a) SOLANGE CASTANHA DOS SANTOS RG 4.249.342/SSP/SC, APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, para exercer o cargo de ASSISTENTE DE CRECHE do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, nos termos da Lei Complementar Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e da Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; Lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia " 429- ASSISTENTE DE CRECHE" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 06 de janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.
Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 08/2021

Publicação Nº 2796539

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 008/2021

O Prefeito Municipal em Exercício de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/ 2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
SAMARA TEIWEIRA	25/11/2019 A 24/11/2021	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 09/2021

Publicação Nº 2796546

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 009/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA	11/09/2019 A 10/09/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 10/2021

Publicação Nº 2796548

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 010/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
MARIA SOLANGE ROSA RIBEIRO	30/12/2019 A 29/12/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 11/2021

Publicação N° 2796549

PORTARIA 011/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (Trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LUCIANA CORREA BECKER	10/02/2019 A 09/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 12/2021

Publicação N° 2796550

PORTARIA 012/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ELVIS RENAN THIBES DE BARROS	20/06/2019 A 19/06/2020	04/01/2021 A 02/02/2021
JOÃO LUIS WIEST	04/10/2019 A 03/10/2020	04/01/2021 A 03/10/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 13/2021

Publicação N° 2796551

PORTARIA N° 06/20PORTARIA 377/2018

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de JULHO/ 2018, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JOSIANE RICHTER DEMENTÓVIS	01/06/2017 A 31/05/2018	12/07/2018 A 31/07/2018

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 12 de Julho de 2018, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 12 de Julho de 2018.
SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

LILIANE MARIA LAEUFER
Responsável pelo Expediente

PORTARIA 14/2021

Publicação Nº 2796552

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 014/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
VERÔNICA MARIA DE CARLI	06/03/2019	04/01/2021
	A	A
	05/03/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 15/2021

Publicação Nº 2796553

PORTARIA 015/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (Trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
NEIVA ARTIFON VARELLA	27/03/2018	03/03/2020
	A	A
	26/03/2019	21/03/2020

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo 06 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 16/2021

Publicação N° 2796554

PORTARIA 016/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
CAMILA GUEDES DE MELO	06/03/2019	04/01/2021
	A 05/03/2020	A 02/02/2021
ADÃO MARCOS CAMARGO	05/04/2018	04/01/2021
	A 04/04/2019	A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 17/2021

Publicação N° 2796558

PORTARIA 017/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ALTAIR PEREIRA PALHANO	11/03/2019	04/01/2021
	A 10/03/2020	A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 18/2021

Publicação N° 2796572

PORTARIA 018/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
DAIANA FRANZIONE	02/02/2019 A 01/02/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 19/2021

Publicação N° 2796575

PORTARIA 019/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO de 2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
VALDERI DA SILVA	20/03/2019 A 19/03/2020	04/01/2021 A 02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 20/2021

Publicação N° 2796579

PORTARIA 020/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15 (Quinze) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) no GABINETE DO PREFEITO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
NAIRA PASSONI	06/03/2019 A 05/03/2020	04/01/2021 A 18/01/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 06 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 21/2021

Publicação N° 2796614

PORTARIA 021/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados no GABINETE DA PREFEITA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MARCELA MARCON GONÇALVES	01/04/2019	04/01/2021
	A	A
	31/03/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 22/2021

Publicação N° 2796615

PORTARIA 022/2021

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO de 2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JORACI DOS SANTOS DE SOUZA	02/01/2020	04/01/2021
	A	A
	01/01/2021	02/02/2021
MARISTELA APARECIDA VIATER	18/02/2019	04/01/2021
	A	A
	17/02/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2020.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 23/2021

Publicação N° 2796618

PORTARIA N° 023/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RETORNO DO AFASTAMENTO POR AUXÍLIO-DOENÇA, do servidor MAYCO ANDRÉ DAL MOLIN RG 4928807/SESP SC, DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS IV" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 24/2021

Publicação Nº 2796619

PORTARIA 024/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ELIS REGINA DA ROSA	11/09/2019	04/01/2021
	A	A
	10/09/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo 07 de Janeiro 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 25/2021

Publicação Nº 2796622

PORTARIA 025/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
SANDRA REGINA DOS SANTOS	02/04/2019	04/01/2021
	A	A
	01/04/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo 07 de Janeiro 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 26/2021

Publicação N° 2796624

PORTARIA 026/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
JULIO SALVADOR MOTA	15/03/2019	04/01/2021
	A	A
	14/03/2020	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 27/2021

Publicação N° 2796626

PORTARIA 027/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ELUISA BEDIN SZLACHTA	02/12/2018	04/01/2021
	A	A
	01/12/2019	02/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 29/2021

Publicação N° 2796632

PORTARIA 029/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
CRESCENCIO ALVES PEPES	29/07/2018	06/01/2021
	A	A
	28/07/2019	04/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 06 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 30/2021

Publicação N° 2796641

PORTARIA 030/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER AFASTAMENTO TEMPORÁRIO DE SUAS FUNÇÕES, aos (as) servidores (as) investidos (as) do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

COD.	SERVIDOR	FUNÇÃO
727	JOÃO IGANCIO DO SACRAMENTO	SERVENTE

Art. 2º- O afastamento será tomando, como medidas de prevenção e combate a PANDEMIA, em virtude do servidor fazer parte do Grupo de Risco, conforme o Decreto Municipal nº 40/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 22 de Dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 31/2021

Publicação N° 2796646

PORTARIA 031/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado no GABINETE DO PREFEITO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ALCEU RIBEIRO	17/02/2018 A 16/12/2019	06/01/2021 A 04/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 06 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.
OSMAR MARQUES DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 32/2021

Publicação Nº 2796649

PORTARIA 032/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ADRIANO MANGOLT	15/06/2017	05/01/2021
	A	A
	14/06/2018	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 33/2021

Publicação Nº 2796653

PORTARIA 033/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MARCOS NEI SIQUEIRA	12/01/2019	05/01/2021
	A	A
	11/01/2020	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 34/2021

Publicação Nº 2796657

PORTARIA 034/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
ANGELO DOS SANTOS BITTENCOURT	12/06/2019	05/01/2021
	A	A
	11/06/2020	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 35/2021

Publicação N° 2796664

PORTARIA 036/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
JANIERI ROMANATTO	04/04/2017	05/01/2021
	A	A
	03/04/2018	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 36/2021

Publicação N° 2796669

PORTARIA 035/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
ELIZA BULLA	27/06/2016	05/01/2021
	A	A
	26/06/2017	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 37/2021

Publicação N° 2796673

PORTARIA 037/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
LUIS AUGUSTO POMPEO DA SILVA	14/03/2019	05/01/2021
	A	A
	13/03/2020	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 38/2021

Publicação Nº 2796677

PORTARIA 038/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
ADEMIR VALDUGA	25/09/2018	06/01/2021
	A	A
	24/09/2019	04/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 06 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 39/2021

Publicação Nº 2796681

PORTARIA 039/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
DANIELA VELOSO DE SOUZA	14/02/2019	05/01/2021
	A	A
	13/02/2020	03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 40/2021

Publicação Nº 2796684

PORTARIA Nº 06/20PORTARIA 040/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO/2021, para o

(s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
KALIANDRA CRISTINA SCHNEIDER	17/06/2019 A 16/06/2020	05/01/2021 A 03/02/2021

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 05 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de Janeiro de 2021.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 41/2021

Publicação N° 2796690

PORTARIA N° 06/201PORTARIA 041/2021

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1ºALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
MARCIA RIBAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data 07 de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de Janeiro de 2021.

OSMAR MARQUES DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 036/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2794901



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

PROJETO DE LEI Nº 036/2020, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

REESTIMA OS VALORES CONSTANTES DO ANEXO DE METAS FISCAIS PARA O RESULTADO NOMINAL DA LDO/2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte **Lei**:

Art. 1º. De acordo com o art. 4º, § 2º, "II", da LC 101/2000, o Anexo de Metas Fiscais conterá ainda, o "demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional";

Art. 2º. Que a alínea "b" do inciso IX, do Anexo II, da IN-TC nº 20/2015, dispõe sobre a avaliação do demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites, quando for o caso, levando em conta as audiências realizadas quadrimestralmente, para avaliação das metas;

Art. 3º. Fica autorizado o Executivo Municipal, por meio de sua equipe técnica da área contábil e de planejamento, promover a alteração dos dados constantes no Anexo da Metas Fiscais da LDO/2020, nos moldes do que dispõe o art. 4º, § 2º, "II", da LC 101/2000, ficando alterados: o Demonstrativo I – Metas Anuais e o Demonstrativo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal para o valor de R\$ 6.829.542,04 (seis milhões, oitocentos e vinte e nove mil, quinhentos e quarenta e dois reais e quatro centavos).

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo (SC), 05 de outubro de 2020.

LEANDRO SIMÕES DE LIMA
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 037 /2020 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2794928

**PROJETO DE LEI Nº 0 /2020 DE 01 DE OUTUBRO DE 2020****"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA, Prefeito do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte **Projeto de Lei Ordinária**:

CAPÍTULO I**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DA RECEITA E DA DESPESA****SEÇÃO I****DO ORÇAMENTO**

Art.1º. O Orçamento Consolidado do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina para o Exercício Financeiro de 2021 estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA** em **R\$ 23.000.000,00** (vinte e três milhões de reais).

SEÇÃO II**DA RECEITA**

Art.2º. A Receita Consolidada do Município de Monte Castelo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	23.602.450,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	3.235.914,25
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	310.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	175.100,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	15.000,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	40.000,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	17.237.635,75
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	115.000,00



II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.871.350,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	100,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	200.000,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	1.671.250,00
TOTAL GERAL.....	R\$	23.000.000,00

SEÇÃO III

DA DESPESA

Art.3º. A Despesa Consolidada do Município de Monte Castelo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a seguinte classificação:

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	20.070.986,96
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	10.452.916,85
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	508.750,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	9.109.320,11
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.899.013,04
2.1 – Investimentos	R\$	2.284.013,04
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	615.000,00
III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	30.000,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
TOTAL GERAL.....	R\$	23.000.000,00

CAPÍTULO II

DA ESTIMATIVA DA RECEITA E DA FIXAÇÃO DA DESPESA E DA REALIZAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

**SEÇÃO I****DA ESTIMATIVA DA RECEITA E DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art.4º. O Orçamento do Município de Monte Castelo para o Exercício Financeiro de 2021 estima a Receita em **R\$ 19.248.823,50 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)** e fixa a Despesa em **R\$ 19.248.823,50 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)**.

SEÇÃO II**DA REALIZAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA**

Art.5º. A Receita do **Município de Monte Castelo** será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminados no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	20.442.523,50
1.1 – Receita Tributária	R\$	3.235.914,25
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	310.000,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	151.600,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	15.000,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	40.000,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	14.101.209,25
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	115.000,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	1.280.100,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	100,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	200.000,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	1.080.000,00
TOTAL GERAL.....	R\$	19.248.823,50



Art.6º. A Despesa do Município de Monte Castelo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	13.183.769,49
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	6.773.103,75
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	508.750,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	5.901.915,74
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.783.393,75
2.1 – Investimentos	R\$	1.168.393,75
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	615.000,00
III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	30.000,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	30.000,00
IV – Transferências Financeiras	R\$	4.251.660,26
4.1 – Transferências Financeiras	R\$	4.251.660,26
TOTAL GERAL	R\$	19.248.823,50

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA E DAS RECEITAS E DESPESAS DOS FUNDOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art.7º. O Orçamento do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada para o Exercício Financeiro de 2021 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 3.037.100,00 (três milhões, trinta e sete mil e cem reais)** e a Receita Financeira em **R\$ 2.544.723,50 (dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)** e fixa a Despesa em **R\$ 5.581.823,50 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta centavos)**.

**SUBSEÇÃO I****DA RECEITA DO FUNDO**

Art.8º. A Receita do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	2.562,100,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0,00
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	12.500,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	0,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	0,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	2.549.600,00
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	475.000,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	475.000,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	2.544.723,50
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	2.544.723,50
TOTAL GERAL.....	R\$	5.581.823,50

**SUBSEÇÃO II****DA DESPESA DO FUNDO**

Art.9º. A Despesa do **Fundo Municipal de Saúde** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	4.793.964,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.511.293,10
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	0,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	2.282.670,90
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	787.859,50
2.1 – Investimentos	R\$	787.859,50
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	0,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	0,00
TOTAL GERAL.....	R\$	5.581.823,50

SEÇÃO II**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS**

Art.10. O Orçamento do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada para o Exercício Financeiro de 2021 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 587.076,50 (quinhentos e oitenta e sete mil, setenta e seis reais e cinquenta centavos)** e Receita Financeira em **R\$ 489.686,76 (quatrocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos)** e fixa a Despesa em **R\$ 1.076.763,26 (um milhão, setenta e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e vinte e seis centavos)**.

SUBSEÇÃO II**DA RECEITA DO FUNDO**



Art.11. A Receita do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	470.826,50
1.1 – Receita Tributária	R\$	0,00
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	4.000,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	0,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	0,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	466.826,50
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	116.250,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	116.250,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	489.686,76
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	489.686,76
TOTAL GERAL.....	R\$	1.076.763,26

**SUBSEÇÃO II****DA DESPESA DO FUNDO**

Art.12. A Despesa do **Fundo Municipal de Assistência Social** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, Obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	975.253,47
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	366.520,00
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	0,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	608.733,47
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	101.509,79
2.1 – Investimentos	R\$	101.509,79
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	0,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	0,00
TOTAL GERAL.....	R\$	1.076.763,26

SEÇÃO III**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA****E ADOLESCENCIA - FIA**

Art.13. O Orçamento do **Fundo Municipal da Infância e Adolescente - FIA** da administração descentralizada para o Exercício de 2021 estima e Receita Orçamentária em **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)** e a Receita Financeira em **R\$ 36.750,00 (trinta e seis mil, setecentos e cinquenta reais)** e fixa a Despesa em **R\$ 38.750,00 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais)**.

**SUBSEÇÃO I****DA RECEITA DO FUNDO**

Art.14. A Receita do **Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município, discriminados no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$	2.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0,00
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	2.000,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	0,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	0,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	0,00
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	0,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	36.750,00
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	36.750,00
TOTAL GERAL.....	R\$	38.750,00

**SUSEÇÃO II****DA DESPESA DO FUNDO**

Art.15. A Despesa do **Fundo Municipal da Infância e da Adolescência - FIA** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, Obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	37.500,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	0,00
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	0,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	37.500,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.250,00
2.1 – Investimentos	R\$	1.250,00
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	0,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	0,00
TOTAL GERAL.....	R\$	38.750,00

SEÇÃO IV**DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FHIS**

Art.16. O Orçamento do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada para o Exercício de 2021 estima a Receita Orçamentária em **R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)** e a Receita Financeira em **R\$ 232.000,00 (duzentos e trinta e dois mil reais)** e fixa a Despesa em **R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais)**.

SUBSEÇÃO I**DA RECEITA DO FUNDO**

Art.17. A Receita do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo com o seguinte desdobramento.



I - RECEITAS CORRENTES	R\$	125.000,00
1.1 – Receita Tributária	R\$	0,00
1.2 – Receita de Contribuições	R\$	0,00
1.3 – Receita Patrimonial	R\$	5.000,00
1.4 – Receita Agropecuária	R\$	0,00
1.5 – Receita Industrial	R\$	0,00
1.6 – Receita de Serviços	R\$	0,00
1.7 – Transferências Correntes	R\$	120.000,00
1.8 – Outras Receitas Correntes	R\$	0,00
II – RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1 – Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 – Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 – Amortização de Empréstimos	R\$	0,00
2.4 – Transferências de Capital	R\$	0,00
III – RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	232.000,00
3.1 – Transferências Financeiras do Município	R\$	232.000,00
TOTAL GERAL	R\$	357.000,00

SUBSEÇÃO II

DA DESPESA DO FUNDO

Art.18. A Despesa do **Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FHIS** da administração descentralizada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei obedecendo à seguinte classificação.

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	152.000,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	77.000,00
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	0,00



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO

Rua Alfredo Becker, 385 - fone: (47) 3654-0004 - camaramcastelo@idsul.com.br

89380-000 - MONTE CASTELO - SANTA CATARINA



1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	75.000,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	205.000,00
2.1 – Investimentos	R\$	205.000,00
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	0,00
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	0,00
TOTAL GERAL.....	R\$	357.000,00

CAPÍTULO IV

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES

SEÇÃO I

Art.19. O Orçamento da **Câmara Municipal de Vereadores** para o Exercício Financeiro de 2021 estima o recebimento de **TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS** em **R\$ 948.500,00** (novecentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais) e Fixa a **DESPESA** em **R\$ 948.500,00** (novecentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

SUBSEÇÃO I

DA RECEITA DA CÂMARA

Art.20. A Receita da **Câmara Municipal de Vereadores** será realizada mediante Transferência Financeira do Poder Executivo Municipal, na forma da legislação em vigor e Transferências Financeiras do Município discriminadas no quadro abaixo.

I – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	R\$	948.500,00
1.1 – Transferências Financeiras Recebidas	R\$	948.500,00
TOTAL GERAL.....	R\$	948.500,00

**SUBSEÇÃO I****DA DESPESA DA CÂMARA**

Art.21. A Despesa do **Poder Legislativo do Município** será segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à seguinte classificação:

I – DESPESAS CORRENTES	R\$	928.500,00
1.1 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$	725.000,00
1.2 – Juros e Encargos da Dívida	R\$	0,00
1.3 – Outras Despesas Correntes	R\$	203.500,00
II – DESPESAS DE CAPITAL	R\$	20.000,00
2.1 – Investimentos	R\$	20.000,00
2.2 – Inversões Financeiras	R\$	0,00
2.3 – Amortização da Dívida	R\$	0,00
III – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	0,00
3.1 – Reserva de Contingência	R\$	0,00
TOTAL GERAL.....	R\$	948.500,00

CAPÍTULO V**DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS****SEÇÃO I****DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Art.22. Os Recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, obedecido os seguintes critérios:

I- a utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo;



II- para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor;

III- não se efetivando até o dia 10 de Dezembro de 2021, os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no Inciso II deste artigo, desde que o Orçamento para 2021 tenha reservado para os mesmos riscos fiscais.

SEÇÃO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.23. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para o outro, dentro de cada projeto, atividade, operações especiais e fonte de recursos.

Art.24. O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo. 7º, da Lei Federal Nº. 4.320/64, e abrir créditos adicionais suplementares ou especiais, até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa estimada, utilizando como fontes de recursos:

I- a eventual arrecadação de receita de determinada fonte de recursos, vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei de Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, quando evidenciado o ingresso de recurso excedente ou comprovado através de convênio, firmado em cada fonte específica.

II- a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas; e

III- superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das fontes de recursos.

Parágrafo Único: Se exclui desse limite, crédito adicional suplementar por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art.25. As despesas por conta das dotações vinculadas e convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art.26. Os recursos oriundos de Convênios, Operações de Créditos e Alienação de Ativos e outras, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de Projetos/Atividades ou operações especiais, do orçamento vigente para efetuar a cobertura de recursos a título de contrapartida.



Art.27. O Decreto que da origem a abertura de Crédito Adicional suplementar e/ou Crédito Adicional Especial, constante no artigo 24 desta Lei, será encaminhado ao Poder Legislativo na forma de projeto de lei para ratificação do ato baixado pelo Poder Executivo Municipal.

Art.28. Durante a execução orçamentária do exercício de 2021, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a atualizar as fontes de recursos de acordo com as Funções, Sub-Funções e Programas de Governo, constantes nos anexos que fazem parte integrante desta Lei

Art.29. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado mediante plano de aplicação a celebrar convênios com entidades até o limite previsto no elemento de despesa 33500000 – Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, constante nesta Lei Orçamentária Anual.

Art.30. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Chefe do Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art.31. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de órgãos da administração direta ou indireta.

Art.32. Ficam aprovados os Anexos e Demonstrativos Contábeis que seguem anexados a presente lei, os quais fazem parte integrante e inseparável da mesma.

Art.33. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, surtindo os seus efeitos de aplicabilidade a contar da data de 01 de Janeiro de 2021 e vigorará até a data de 31 de Dezembro de 2021.

Art.34. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 01 de Outubro de 2020.

LEANDRO SIMÕES DE LIMA

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 038/2020 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020

Publicação Nº 2794911

**PROJETO DE LEI Nº 038/2020 DE 20 DE OUTUBRO DE 2020****“DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso III da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei Ordinária:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. Esta Lei institui a **Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS**, estabelece as diretrizes, a universalização do acesso aos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos do Município, dispõe sobre seus princípios e objetivos, bem como define as responsabilidades dos geradores e do Poder Público e sobre os instrumentos econômicos aplicáveis.

Art.2º. Para efeito do disposto nesta lei considera-se:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular de quaisquer substâncias ou resíduos;

III- área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV- ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V- coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

**FL.02**

VI- catadores informais e não organizados: munícipes reconhecidos pela representação municipal do Movimento Nacional dos Catadores de materiais recicláveis e de órgãos municipais competentes como sobreviventes do recolhimento desordenado do resíduo seco reciclável;

VII- cooperativas ou associações de coleta seletiva de resíduos: grupos autogestionáveis reconhecidos pelos órgãos municipais competentes como formados por munícipes demandatários de ocupação e renda, com atuação local;

VIII- controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas com os resíduos sólidos;

IX- destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do **Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária -SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Saúde Agropecuária-SUASA**, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

X- disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XI- galpão de triagem: estrutura física implantada Poder Público Municipal e adequada à triagem, classificação, armazenamento e comercialização dos materiais secos recicláveis;

XII- geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

XIII- gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – **PMGIRS** ou com o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;



FL.03

XIV- gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões das políticas, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XV- logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XVI- padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XVII- ponto de entrega de pequenos volumes - PEPV: equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de resíduos da construção civil em quantidade de até 1m³ (um metro cúbico), de resíduos volumosos e secos domiciliares recicláveis gerados e entregues pelos munícipes, podendo ainda ser coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores, equipamentos esses que, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, devem ser usados para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção, adequada destinação e disposição obedecendo às normas brasileiras pertinentes;

XVIII- pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis- PEV'S: equipamentos públicos destinados ao recebimento de materiais recicláveis constituídos de plásticos, vidros, metais e papéis, devidamente separados para a coleta seletiva, incentivando a segregação dos materiais recicláveis na fonte geradora e sua entrega voluntária;

XIX- postos de coleta solidária: instituições públicas ou privadas tais como escolas, igrejas, empresas, associações e outras, captadoras do lixo seco reciclável, participantes do processo de coleta seletiva solidária estabelecido em lei;

XX- reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - **SISNAMA** e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária- **SNVS** e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - **SUASA**;



FL.04

XXI- rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XXII- resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, no estado sólido ou semi sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente, inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XXIII- resíduos secos domiciliares recicláveis: resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por embalagens e que podem ser submetidos a um processo de reaproveitamento e ou reciclagem;

XXIV - resíduos sólidos especiais: aqueles cuja produção diária exceda o volume ou peso fixados para a coleta regular ou os que, por sua composição qualitativa ou quantitativa, requeiram cuidados especiais em, pelo menos uma das seguintes fases: acondicionamento, coleta, transporte, destinação e disposição final, assim classificados:

a-) perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentem significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b-) não perigosos: aqueles que não se enquadrem na alínea a do Inciso XXIV;

XXV- resíduos sólidos públicos: os resíduos sólidos resultantes das atividades de limpeza urbana executados em passeios, vias e logradouros públicos e do recolhimento dos resíduos depositados em cestos ou recipientes públicos;

XXVI- resíduos úmidos: resíduos provenientes de residências ou de qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares ou a estes equiparados, constituídos principalmente por matéria orgânica e que podem ser submetidos a um processo de reaproveitamento ou compostagem;



FL.05

XXVII- resíduos volumosos: resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, tais como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros similares;

XXVIII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XXIX - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária -SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Saúde Agropecuária- SUASA;

XXX- serviço público de coleta seletiva: parte integrante do serviço público de manejo de resíduos sólidos que trata da coleta dos resíduos secos recicláveis dos geradores com produção média inferior a 200 litros ou 100 Kg dia;

XXXI - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no Artigo 7º da Lei Federal Nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Seção I

Dos Princípios

Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;



FL.06

IV- o desenvolvimento sustentável;

V- a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI- a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII- a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII- o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Seção II Dos Objetivos

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- PMGIRS:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II- não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III- estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;



FL.07

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX- capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X- regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei Federal Nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007;

XI- prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a-) produtos reciclados e recicláveis;

b-) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII- integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII- estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV- incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV- estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III DOS INSTRUMENTOS

Art.5º. São instrumentos da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, entre outros:



FL.08

- I - o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS;
- II- o inventário e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;
- III- a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV- o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V- o monitoramento, a avaliação e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;
- VI- a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;
- VII - a pesquisa científica e tecnológica;
- VIII - a educação ambiental;
- IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- X - o Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- XI- o Sistema Municipal de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SIMIR;
- XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA;
- XIII- o órgão colegiado municipal destinado ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;
- XIV- o Cadastro Municipal de Operadores de Resíduos Perigosos;
- XV - os acordos setoriais;
- XVI - no que couber os instrumentos da Política Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente;



FL.09

XVII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta;

XVIII - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TITULO II DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.6º. Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Parágrafo único. Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

Art.7º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos articulado com o **Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA** e o **Sistema Nacional de Informações Sobre o Meio Ambiente - SINIMA**.

Parágrafo único. Incumbe ao município fornecer ao órgão federal e estadual responsável pela coordenação do **Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos- SINIR**, todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art.8º. Para os efeitos desta lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a-) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;



FL.10

b-) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c-)resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;

d-)resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;

e-)resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;

f-) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

g-) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente- SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária SNVS;

h-) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

i-) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

j-) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;

L-) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a-) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b-)resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a” do Inciso II.



FL.11

Parágrafo único. Respeitado o disposto no Artigo 12 desta lei, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do Caput, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I Das Disposições Gerais

Art.9º. Fica instituído o **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos- PMGIRS**, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal N°. 12.305 de 02 de Agosto de 2010.

Art.10. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I- diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II- identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o §1º do Artigo 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;

III- identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV- identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento específico nos termos do Artigo 12 ou o sistema de logística reversa na forma do Artigo 31, observadas as disposições desta lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS;

**FL.12**

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei Federal Nº. 11.445, de 05 de Janeiro de 2007;

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII- regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o Artigo 12 desta lei, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente- SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII- definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o Artigo 12 desta lei, a cargo do poder público;

IX- programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X- programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI- programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII- mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII- sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei Federal Nº 11.445, de 05 de Janeiro de 2007;

XIV- metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

**FL.13**

XV- descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no Artigo 31 desta lei e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI- meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o Artigo 12 desta lei e dos sistemas de logística reversa, previstos no seu Artigo 31;

XVII- ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII- identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras.

§1º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos, prioritariamente no período de vigência do plano plurianual municipal.

§2º. O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no “Caput” deste Artigo à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§3º. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- PMGIRS engloba integralmente todo o território do Município de Monte Castelo.

§4º. O processo de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PMGIRS dar-se-á com a participação da população, através de audiências públicas, bem como de outros meios que assegurem o seu acesso e será divulgado por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da *internet* e por meio de audiências públicas.

Art.11. O Município, para desenvolver os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, poderá participar da gestão associada com o compartilhamento entre os diferentes municípios da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense –AMPLANORTE, por meio da constituição de consórcio público para o desempenho das funções ou serviços públicos de interesse comum.

Seção II

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art.12. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do Artigo. 8º desta lei;

II- os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:



FL.14

a-) gerem resíduos perigosos;

b-) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III- as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA;

IV- os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do Artigo 8º. e, nos termos do regulamento ou de normas de transporte;

V- os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art.13. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA e, se houver o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a-) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;



FL.15

b-) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV- identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V- ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do Artigo 29 desta lei;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

§1º. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SUASA.

§2º. Serão estabelecidos em regulamento:

I- normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II- critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do Artigo 3º da Lei Complementar Nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

**FL.16**

Art.14. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art.15. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do SISNAMA e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§1º. Para a consecução do disposto no “Caput” deste Artigo, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma de regulamento.

§2º. Informações referidas no caput serão repassadas pelos órgãos públicos ao SIMIR, na forma do regulamento.

Art.16 O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

§1º. Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§2º. No processo de licenciamento ambiental referido no §1º deste Artigo a cargo de órgão federal ou estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Art.17. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância deste Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art.18. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta pública ou, nos casos abrangidos pelos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, com a devolução.



FL.17

§1º. O acondicionamento dos resíduos sólidos domiciliares produzidos em casa é de responsabilidade do gerador e deve ser realizado com a utilização de contêineres plásticos ou lixeiras com divisórias metálicas, em madeira ou policloreto de vinila (PVC), com dimensões adequadas à produção de resíduos da edificação, a serem instaladas no interior da propriedade, no alinhamento do muro, com vistas a facilitar a coleta sem obstruir a calçada.

§2º. O acondicionamento nas residências multifamiliares, nos edifícios e comércios em geral é de responsabilidade do gerador e deve ser realizado com a utilização de contêineres plásticos padronizados, com rodas e tampa.

§3º. O acondicionamento nas áreas comerciais e de calçadões devem utilizar os sistemas conteinerizados.

Art.19. Cabe ao poder público municipal agir, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do “Caput” deste Artigo.

Art.20. Os estabelecimentos dedicados ao manejo de resíduos, sucatas, ferros-velhos e aparas diversas terão a concessão de seu alvará de funcionamento condicionada à obtenção de licença ou Alvará Sanitário de funcionamento, expedida pela Vigilância Sanitária, e à apresentação de termo de compromisso do cumprimento das diretrizes definidas em legislação trabalhista.

§1º. A comprovação de descumprimento da licença ou Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou do termo de compromisso quanto à legislação trabalhista constituirá motivação suficiente para a cassação do alvará de localização e funcionamento.

§2º. Os estabelecimentos com alvará de funcionamento anterior à data de promulgação desta lei deverão cumprir os dispositivos do caput deste artigo e parágrafo primeiro e serão comunicados pela administração municipal para adequação de sua operação, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões em que estejam instalados.

§3º. Os estabelecimentos citados no parágrafo anterior terão prazo máximo de adequação de 60 (sessenta) dias para regularização após comunicado da administração municipal.

**FL.18**

§4º. Os operadores dos empreendimentos citados no caput deste artigo e em seus parágrafos deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas licenciadas junto à vigilância sanitária.

Art.21. Os órgãos públicos da administração municipal, estadual e federal, e demais estabelecimentos públicos de geração de resíduos sólidos especiais (grande gerador) deverão implantar, em cada uma de suas instalações e, principalmente, nas destinadas à realização de grandes eventos, procedimentos de coleta seletiva dos resíduos de características domiciliares gerados em suas atividades, observando dispositivos legais vigentes, destinando os resíduos secos recicláveis às cooperativas e associações de catadores locais.

§1º. Os órgãos públicos e demais estabelecimentos referidos no caput deste artigo deverão indicar, do seu quadro efetivo, em cada uma de suas instalações, os funcionários responsáveis pela eficiência do procedimento de coleta seletiva.

§2º. Os materiais recicláveis segregados e coletados serão destinados preferencialmente às Cooperativas ou Associações de Catadores existentes no Município, mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

§3º. Os órgãos públicos e demais estabelecimentos públicos com geração de resíduos inferior a 200 litros dia ou 100 Kg dia serão atendidos pelos serviços públicos de coleta seletiva e para imediata adequação de seus procedimentos, no momento de expansão do serviço público de coleta seletiva para as regiões onde estejam implantados, devendo os materiais recicláveis segregados serem destinados preferencialmente às cooperativas ou associações existentes no Município.

Art.22. Ficam os condomínios não residenciais e mistos instalados neste município, com geração de resíduos superior a 200 litros dia ou 100 Kg dia, obrigados a proceder à seleção prévia dos resíduos sólidos especiais (grande gerador) por eles gerados, separando os resíduos secos recicláveis dos resíduos úmidos (orgânicos) e rejeitos.

§1º. Os condomínios mencionados no caput deverão dispor de área coberta proporcional e adequada para disposição dos resíduos secos recicláveis.

§2º. A exigência de que trata o §1º deste artigo, fica estabelecida para os novos condomínios a serem implantados a partir da vigência desta lei, sendo que os instalados anteriormente a sua publicação apenas procederão à adequação de seus espaços para o acondicionamento e armazenamento dos resíduos secos recicláveis, a fim de facilitar a sua coleta.



FL.19

§3º. Os resíduos úmidos orgânicos e rejeitos dos condomínios mencionados no Caput deste Artigo deverão ser acondicionados em sacos plásticos resistentes com capacidade máxima de 100 (cem) litros e dispostos para coleta onde poderão ser coletados, a critério do gerador, pelo serviço público, ou por empresa privada devidamente cadastrada e licenciada para a atividade, mediante comprovação por meio de Controle de Transportes de Resíduos - CTR controle alimentos, papel higiênico, guardanapos, fraldas descartáveis, absorventes, preservativos, fotografias, etiquetas e fitas adesivas, papel carbono e esponja de aço, óculos, elenco esse não exaustivo.

§4º. Os resíduos secos recicláveis dos condomínios mencionados no caput deverão ser acondicionados em recipientes adequados e coletados, a critério do gerador, pelo serviço público de coleta seletiva ou por empresa privada devidamente cadastrada e licenciada para a atividade, mediante comprovação com CTR – Controle de Transporte de Resíduos. São assim categorizados como: garrafas, garrafões, frascos vazios de remédios e perfumes, copos, latas de bebidas e refrigerantes, ferragens, pregos, panelas, embalagens longa vida, listas telefônicas, jornais, cadernos, revistas, listas, caixas de papel, papelão, garrafas e sacolas plásticas, brinquedos, utensílios domésticos, embalagens de produtos de limpeza e de higiene pessoal, elenco esse não exaustivo.

§5º. No momento da implantação do serviço público de coleta seletiva os condomínios não residenciais e mistos com geração de resíduos inferior a 200 litros dia ou 100 Kg dia serão atendidos pelos serviços públicos de coleta seletiva secos e recicláveis e coleta domiciliar úmidos e rejeitos.

§6º. Os materiais recicláveis segregados e coletados serão destinados às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município, mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

§7º. Os resíduos da construção civil e volumosos, como ferragens, pregos, latas de tintas, vernizes, espelhos, vidros planos tais como janela e tampos de mesa, cujo volume seja inferior a 1m³ (um metro cúbico), deverão ser acondicionados previamente dentro dos condomínios, de forma adequada, para posterior envio às Áreas de Triagem e Transbordo existentes no município.



FL.20

§8º. No momento da implantação gradativa do serviço público de coleta seletiva nas modalidades porta a porta e aporte voluntário, os condomínios residenciais verticais e horizontais, assim como os domicílios em geral e os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços com geração inferior a 200 Litros dia ou 100 kg/dia, deverão segregar os resíduos sólidos secos recicláveis dos úmidos (orgânicos e rejeitos), disponibilizando os secos para coleta seletiva pública na modalidade implantada, com destinação exclusiva as cooperativas e associações de catadores, e os úmidos para a coleta domiciliar convencional, com destinação ao aterro sanitário municipal.

Art. 23. Ficam as empresas que trabalhem com manipulação de alimentos em geral, que manuseiem óleos vegetais de cozinha diretamente obrigadas a implantar em sua estrutura funcional programa de coleta do referido material para destiná-lo ao reaproveitamento na produção de resina para tintas, sabão, detergente, glicerina, cosméticos, biodiesel ou outros derivados, cujos estabelecimentos sejam licenciados e comprovem o recebimento dos óleos utilizados dos seus respectivos geradores, através de CTR - Controle de Transporte de Resíduos.

Parágrafo Único. Os profissionais que trabalham em feiras, mercados, hotéis, restaurantes e condomínios não residenciais ou de uso misto, também devem possuir métodos de coleta nos termos do Caput deste artigo.

Art.24. Os geradores de resíduos especiais serão assim definidos:

I - grandes geradores de resíduos sólidos urbanos – os que gerarem resíduos da Classe II, conforme a Norma Técnica - NBR Nº 10.004, com volume superior a 200 (duzentos) litros diários ou massa superior a 100 (cem) quilogramas diários, de acordo com o Artigo 20, II, “b”, da Lei Federal Nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010;

II - geradores de resíduos especiais - os que gerarem resíduos que, por sua natureza e periculosidade, sejam classificados pela norma legal como Resíduos Classe I.

Parágrafo único. É vedada a destinação dos resíduos definidos no inciso II deste artigo e incisos de I a VII do Artigo 27 desta lei ao Aterro Sanitário.

Art.25. Caberá aos grandes geradores de resíduos sólidos urbanos, como supermercados, atacadistas e shoppings, inclusive os descritos no Artigo 27, da Lei Federal Nº. 12.305 de 2 de Agosto de 2010:

I- elaborar seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, submetendo-os à aprovação dos órgãos municipais competentes, constituindo-se em condicionante para a expedição e renovação da licença de localização e do alvará de funcionamento;



FL.21

II- promover a segregação na fonte geradora entre os resíduos secos recicláveis e úmidos/rejeitos na fonte geradora;

III- implantar estrutura e equipamentos apropriados, desde que tecnicamente necessários, para triagem e acondicionamento dos resíduos no interior de suas dependências em locais que facilitem o seu armazenamento, triagem e remoção, de forma a não contaminar os resíduos secos recicláveis, atendendo às características do material a ser depositado, nos termos da legislação em vigor.

§1º. Para atendimento do Inciso III deste Artigo, o grande gerador, a seu critério, poderá contratar empresa licenciada/cadastrada, cooperativas ou associações de catadores, desde que considere necessário.

§2º. Os resíduos secos recicláveis segregados poderão, a critério do gerador, ser coletados pelo serviço público de coleta seletiva ou por empresa privada devidamente cadastrada e licenciada para a atividade, mediante comprovação por meio de CTR – Controle de Transporte de Resíduos.

§3º. Os resíduos secos recicláveis segregados e coletados serão destinados preferencialmente às Cooperativas ou Associações de catadores existentes no Município, mediante comprovação atestada pela receptora, exceto nos casos onde os grandes geradores realizarem o reaproveitamento ou a venda direta dos seus resíduos secos recicláveis.

§4º. Os grandes geradores de resíduos orgânicos, assim entendidos, como exemplo, os supermercados, restaurantes, quartéis, feiras, eventos periódicos, serrarias, beneficiadoras de arroz ou os pequenos comerciantes de coco, milho, cana e outros alimentos deverão ser objeto de destinação a empresas ou instituições que desenvolvam atividades de produção de vegetais orgânicos, compostos orgânicos, fibras, produtos industriais e artesanatos em geral.

§5º. Os resíduos de que trata o §4º deste Artigo poderão ser coletados, a critério do gerador, pelo serviço público de coleta seletiva ou por empresa privada devidamente cadastrada e licenciada para a atividade a critério do gerador, mediante comprovação por meio de CTR – Controle de Transporte de Resíduos.

§6º. Os resíduos orgânicos de que trata o §4º deste Artigo deverão ser encaminhados ao processo de tratamento de resíduos orgânicos. A utilização da estrutura municipal será mediante pagamento de preço público, bem como para os segmentos organizados ou outros locais de processamento de resíduos orgânicos, devidamente licenciados no Município.



FL.22

§7º. A destinação para projetos de reciclagem de que trata o §6º deste artigo constitui requisito a ser cumprido quando da liberação de autorização de ocupação do solo ou Alvará de Funcionamento das unidades processadoras de resíduos orgânicos.

§8º. O rejeito do grande gerador de resíduo orgânico, a seu critério, poderá ter a coleta, o transporte e o destino final realizado pelo serviço público municipal mediante pagamento de preço público ou por empresa licenciada e cadastrada no município para a atividade, comprovado através de Controle de Transporte de Resíduo- CTR a sua destinação adequada;

§9º. As empresas que operem na triagem e no transporte de resíduos especiais de grandes geradores deverão ter cadastro e licença como transportador obtida junto à Secretaria responsável e encaminhar relatório semestral dos volumes transportados à Secretaria responsável ou a sua sucedânea, a fim de que os dados fornecidos sejam sistematizados e informados à comunidade em geral.

Art. 26. Os resíduos da construção civil, provenientes das construções, reformas, reparos e demolições de obras da construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis e volumosos, são regidos por legislação municipal específica, devendo ser observado o caráter não exclusivo da prestação do serviço de coleta, triagem, tratamento e destinação final destes resíduos.

Art.27. São considerados, também, geradores de resíduos especiais os estabelecimentos geradores dos resíduos cujo armazenamento, triagem, transporte, destinação adequada ou disposição final devem seguir disposições legais e normas específicas, conforme discriminados a seguir:

- I- resíduos dos serviços públicos de saneamento básico;
- II- resíduos industriais, gerados nos processo produtivos e instalações industriais;
- III- resíduos de serviços de transportes, originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários;
- IV- resíduos agrossilvopastoris procedentes das atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- V- resíduos de mineração, advindos da atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

**FL.23**

VI- outros resíduos que, por sua natureza e periculosidade, estejam classificados, segundo as Normas Técnicas- NBR como resíduos Classe I.

§1º. Será de responsabilidade dos geradores de resíduos especiais de que trata este artigo, configurando como condição para a concessão do Alvará de Funcionamento anualmente:

I- a classificação e caracterização de seus resíduos segundo normas legais específicas a cada tipo de resíduo, devendo ser essas características comprovadas por laudos técnicos de laboratórios específicos;

II- a comprovação do transporte dos resíduos, através de Controle de Transporte de Resíduos – CTR específico, por empresa licenciada;

III- a comprovação da destinação final adequada dos resíduos, por empresa receptora licenciada para as finalidades de triagem, transbordo, reciclagem, tratamento e/ou disposição final, considerada a obrigatoriedade de licenciamento para aquelas finalidades necessárias em cada caso;

IV- o cumprimento de todas as normas federais, estaduais e municipais específicas.

§2º. Os resíduos caracterizados pelas normas como de Classe I, devido ao seu alto poder de contaminação, deverão ser classificados e destinados adequadamente, conforme normas pertinentes, não importando a quantidade gerada, ficando vedado o uso do Aterro Sanitário para esse fim.

§3º. A destinação adequada dos resíduos sólidos especiais deverá ser comprovada através dos Controles de Transporte de Resíduos – CTR's, a serem enviados semestralmente à Secretaria Municipal responsável ou a sua sucedânea, para sistematização das informações.

Art.28. As instituições, empresas, condomínios e outras organizações não governamentais que aderirem aos Programas de Coleta Seletiva do Município, e adotarem práticas conservacionistas e que promovam ações de educação ambiental a ele relacionadas farão jus ao recebimento de “Certificado de Qualificação Ambiental”, devendo a indicação ser feita por Resolução do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou Saneamento, que apreciará caso a caso, considerando os seguintes critérios:

a) economia no uso de água e energia;



FL.24

b-) separação prévia de resíduos recicláveis, inclusive óleos vegetais e destinação para cooperativas de catadores;

c-) arborização viária em fachadas;

d-) despoluição visual das fachadas;

e-) proibição de fumantes em áreas fechadas;

f-) disponibilidade de torneiras adicionais para lavagem das mãos fora dos banheiros;

g-) outras ações que impliquem na melhoria da qualidade do ambiente e da saúde das pessoas.

Parágrafo único. O procedimento para obtenção do selo a que se reporta este artigo será regulamentado pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

Art.29. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos neste Capítulo.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I- compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

II- reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

III- incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;



FL.25

IV- estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis.

Art.30. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I- investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a-) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b-) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível.

II- divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III- recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art.31. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I- agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária -SNVS e do Sistema Unificado de Atenção a Saúde - SUASA ou em normas técnicas;



FL.26

- II - pilhas e baterias;
- III - pneus;
- IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art.32. O poder público municipal poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
 - II- desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
 - III- implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
 - IV - estruturação de sistemas de coleta seletiva e formas de participação da logística reversa no âmbito local;
 - V - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
 - VI- desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;
 - VII- desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.
- §1º.** Instituições públicas e privadas que promovam ações complementares às obrigatórias, em consonância com os objetivos, princípios e diretrizes desta lei, terão prioridade na concessão de benefícios fiscais ou financeiros, por parte dos organismos de crédito e fomentos ligados ao governo municipal.



FL.27

§2º. O município poderá cobrar dos usuários tarifas ou taxas por serviços de coleta, transporte, tratamento, destinação e disposição final de resíduos sólidos originados em qualquer fonte geradora, desde que execute os serviços, direta ou indiretamente.

§3º. O município deverá instituir sistema de medição e cobrança diferenciada em função das características quali-quantitativas dos resíduos sólidos gerados por economia, a ser definido no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO DA LIMPEZA URBANA E DO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art.33. A Secretaria responsável ou a que a suceder, como órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, coordenará as ações relativas ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

§1º. O órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá promover a divulgação dos resultados da avaliação e alcance das metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, através de informativos ou boletins impressos, cartilhas, página da internet, seminários, dentre outros mecanismos que favoreça o acompanhamento e controle social, em conjunto com a Secretaria responsável, ou a que a suceder.

§2º. Nas reuniões a serem realizadas pelo órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, a ser devidamente regulamentada por Decreto, estará garantida a participação das Cooperativas ou Associações de Catadores e de outras instituições sociais envolvidas com a temática.

§3º. A Secretaria responsável, ou a que a suceder, será a responsável pelo cadastramento das empresas de coleta, transporte e destino final no Sistema Integrado de Informações Municipais de Resíduos Sólidos, incluindo as áreas de manejo de resíduos sólidos em sua área municipal.

Seção II

Do órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos

Art.34. São atribuições do órgão gestor da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:



FL.28

- I- implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- II- fomentar a educação ambiental em toda a cadeia dos resíduos sólidos;
- III- elaborar indicadores de desempenho operacional, ambiental e do grau de satisfação dos usuários dos serviços públicos;
- IV - acompanhar o gerenciamento dos resíduos considerados perigosos quanto às fontes geradoras, condições de coleta, transporte, tratamento e disposição final;
- V- subsidiar a Secretaria responsável, ou a que a suceder, com estudos relativos a modelos gerenciais e de cobrança, que assegurem a sustentabilidade econômica e financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos;
- VI- acompanhar a efetividade dos mecanismos de inclusão social nas atividades de gerenciamento de resíduos sólidos;
- VII- monitorar e fiscalizar os resultados dos programas de coleta seletiva, de resíduos da construção civil e volumosos e outros relativos ao manejo dos resíduos sólidos que venham a ser implementados no município;
- VIII- orientar os geradores, através de ações de educação ambiental, quanto aos locais adequados para a disposição de pequenos e grandes aos locais adequados para a disposição de pequenos e grandes volumes;
- IX- promover a avaliação contínua e o monitoramento dos resultados;
- X- divulgar aos transportadores sobre os locais licenciados para o descarte de resíduos da construção civil e volumosos;
- XI- monitorar os locais de descargas irregulares e bota-foras, visando contribuir com o controle e erradicação;
- XII- identificar as instituições e entidades locais com potencial multiplicador na difusão dos novos procedimentos de gestão e manejo dos resíduos, monitorando as parcerias constituídas;
- XIII- promover a avaliação contínua e o monitoramento dos resultados do PMGIRS;



FL.29

XIV- monitorar os resultados da planilha de fluxo de entrada e saída de resíduos nos Pontos de entrega para Pequenos Volumes e nas instalações para o manejo de grandes volumes;

XV- orientar as ações de fiscalização, monitorando os resultados.

Parágrafo único- Estas atribuições poderão ser realizadas no âmbito regional, na forma de gestão consorciada.

CAPÍTULO VII
DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA SELETIVA
Seção I
Das Disposições Gerais

Art.35. O serviço público de coleta seletiva será operacionalizado diretamente pelo poder público municipal, ou através de ação consorciada em âmbito regional, ou através de empresas terceirizadas, considerando os seguintes princípios:

I- priorização das ações geradoras de ocupação e renda;

II- compromisso com ações alteradoras do comportamento dos munícipes perante os resíduos que geram;

III- incentivo à solidariedade dos munícipes e suas instituições sociais com a ação de cooperativas ou associações de coleta seletiva;

IV- reconhecimento das cooperativas e associações autogestionárias como agentes ambientais da limpeza urbana;

V- desenvolvimento de ações de inclusão e apoio social para a população menos favorecida que possa ser integrada ao programa, constituindo a cadeia produtiva da reciclagem.

§1º. Esta operacionalização deve considerar a separação dos resíduos sólidos na origem em três tipos: **reciclável seco** (direcionado para a triagem e reciclagem); **reciclável orgânico** (para compostagem) e **rejeito** (disposição final em aterro sanitário).

§2º. Os geradores de resíduos domiciliares ou assemelhados são os responsáveis pelos resíduos de suas atividades e pelo atendimento das diretrizes do serviço público de coleta seletiva de resíduos secos recicláveis.



FL.30

Art.36. A triagem, classificação, beneficiamento e comercialização dos resíduos recicláveis coletados pelo serviço público de coleta seletiva serão prestados, preferencialmente, por cooperativas e associações autogestionárias de catadores do Município, nos Galpões de Triagem implantados pelo Poder Público Municipal.

§1º. As cooperativas ou associações de catadores contribuirão com o serviço público de coleta seletiva em programas específicos de informações ambientais voltados aos munícipes atendidos.

§2º. As cooperativas ou associações de catadores poderão utilizar os galpões de triagem implantados pela administração municipal para a operacionalização dos serviços de triagem, classificação, prensagem, beneficiamento e comercialização do resíduo seco reciclável oriundo da coleta pública seletiva em quaisquer de suas modalidades.

Art.37. É de responsabilidade da administração municipal a implantação e manutenção da rede de **Pontos de Entregas Voluntárias de Entulho e Materiais Recicláveis - PEV's** e **Locais de Entrega Voluntária de Recicláveis - LEV's**, contêineres para coleta solidária e galpões de triagem, em número e localização adequados ao atendimento no município, considerando o estabelecido nas metas do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

§1º. A rede de pontos de entrega, constituída de ecopontos, os **Pontos de Entregas Voluntárias de Entulho e Materiais Recicláveis - PEV's** e **Locais de Entrega Voluntária de Recicláveis - LEV's**, e Galpões de Triagem necessários ao serviço de coleta seletiva deverão obedecer à legislação ambiental, a de uso, ocupação e urbanização do solo, além das normas e recomendações técnicas pertinentes, podendo ser estabelecida pela administração municipal em áreas e instalações:

I- públicas;

II- cedidas por outros entes públicos ou por particulares.

§2º. A administração municipal poderá proceder à cessão de uso dos Galpões de Triagem para as cooperativas ou associações de catadores a fim de cumprirem suas atividades definidas em contrato, as quais deverão ser regulamentadas.

§3º. A administração municipal estabelecerá os mecanismos de controle e monitoramento das atividades remuneradas de informação ambiental desenvolvidas pelas cooperativas ou associações de catadores, bem como manterá um cadastro atualizado das cooperativas, associações e trabalhadores autônomos que atuem na coleta seletiva informal.



FL.31

Art.38. Cabe à administração municipal a implantação do serviço público de coleta seletiva nas modalidades de entrega voluntária e porta a porta, atendendo as metas estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos- PMGIRS.

Art.39. É responsabilidade da administração municipal o desenvolvimento de ações inibidoras de práticas não admitidas, tais como:

I- ação de catadores informais não organizados, fomentando a sua formalização;

II- armazenamento de resíduos em domicílios, com finalidade comercial, que causem qualquer tipo de poluição, prejuízo à saúde ambiental ou que propiciem a multiplicação de vetores ou outros animais nocivos à saúde humana.

Parágrafo único. As práticas anunciadas nos incisos I e II deste Artigo constituem infrações penalizáveis nos termos desta lei.

Seção II

Do planejamento do serviço público de coleta seletiva

Art.40. O planejamento do serviço público de coleta seletiva será desenvolvido pela Secretaria responsável, ou a que a suceder, visando o alcance das metas e ações estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS, mediante o estabelecimento de objetivos e estratégias, com a participação das cooperativas e associações de catadores, com o envolvimento dos agentes de controle de endemias, agentes comunitários de saúde e outros agentes inseridos nas políticas municipais inter setoriais.

Seção III

Dos aspectos econômicos e sociais

Art.41. Os serviços de triagem, classificação, prensagem, beneficiamento e comercialização dos materiais recicláveis provenientes dos serviços públicos de coleta seletiva, em quaisquer de suas modalidades previstas nesta lei, porta a porta ou aporte voluntário, quando prestados por cooperativas ou associações de catadores, mediante contratos prevendo, entre outros, os seguintes aspectos:

I- o controle contínuo das quantidades comercializadas, em obediência às metas traçadas no planejamento dos serviços, devidamente remunerado;

II- a contratação com dispensa de licitação, nos termos das Leis Federais de Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e 11.445 de 05 de Janeiro de 2007.

**FL.32**

III- a obrigatoriedade da coleta pelo serviço público de coleta domiciliar convencional dos resíduos e rejeitos não comercializáveis pelas cooperativas e associações.

Art.42. As ações das Cooperativas ou Associações de Catadores serão apoiadas pela administração pública municipal.

Seção IV Dos aspectos técnicos

Art.43. O serviço público de coleta seletiva e suas instalações correspondentes será implantado e operado em conformidade com as normas e os regulamentos técnicos e ambientais vigentes.

§1º. Os operadores dos galpões de triagem deverão promover o manejo integrado de pragas por meio de empresas licenciadas junto à vigilância sanitária.

§3º. Os contratos de cessão de uso dos galpões de triagem junto as Cooperativas ou associações estabelecerão a obrigatoriedade de existência de assessoria técnica, por profissional devidamente habilitado, que poderá também ser realizada por profissional habilitado do Consórcio.

Art.44. As cooperativas ou associações de catadores estarão obrigadas a orientar seus cooperados ou associados quanto ao uso adequado das instalações e equipamentos de galpões de triagem;

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art.45. Cabe aos órgãos de fiscalização do município, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta lei e aplicação de sanções por eventual descumprimento.

Art.46. No cumprimento das ações de fiscalização, os órgãos competentes do município devem:

I- orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de resíduos sólidos quanto às exigências desta lei;

II- vistoriar os veículos cadastrados para o transporte e os equipamentos acondicionadores de resíduos;

**FL.33**

III- expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;

IV- enviar aos órgãos competentes, os autos que não tenham sido pagos, para fins de inscrição na dívida ativa.

Art.47. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão, praticada a título de dolo ou culpa, que viole as disposições estabelecidas nesta lei e nas normas dela decorrentes.

Art.48. Por transgressão do disposto nesta lei e das normas dela decorrentes, consideram-se infratores:

I - o proprietário, o locatário ou aquele que estiver, a qualquer título, na posse do imóvel;

II- o condutor e o proprietário do veículo transportador;

III- o representante legal da empresa transportadora;

IV- o proprietário, o operador ou responsável técnico pela instalação receptora de resíduos.

Art.49. Considera-se reincidência o cometimento de nova infração dentre as tipificadas nesta lei, ou de normas dela decorrentes, dentro do prazo de doze meses após a data de aplicação de penalidade por infração anterior.

Art.50. No caso em que os efeitos da infração tenham sido sanados pelo Poder Público, o infrator deverá ressarcir os custos dela decorrentes, em dinheiro ou através de outra forma, a critério da autoridade administrativa.

Seção I

Das penalidades

Art. 51. O infrator está sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão do exercício de atividade por até noventa dias;

IV - interdição do exercício de atividade;



FL.34

V - perda de bens.

Art.52. A pena de multa consiste no pagamento de valor pecuniário definido mediante orientação descrita em lei, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas no Artigo 51 desta lei.

§1º. Será aplicada uma multa para cada infração, inclusive quando duas ou mais infrações tenham sido cometidas simultânea ou sucessivamente.

§2º. No caso de reincidência, o valor da multa será o dobro do valor previsto em lei.

§3º. A quitação da multa, pelo infrator, não exime do cumprimento de outras obrigações legais nem o isenta da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.

§4º. Os valores das multas a serem aplicadas serão previstos em lei, em razão da gravidade da infração e de seu impacto no meio ambiente e na saúde humana, sendo seus valores corrigidos anualmente, tendo como referência o Índice tradicionalmente utilizado pelo Município.

Art.53. A suspensão do exercício da atividade por até noventa dias será aplicada nas hipóteses de:

I - obstaculização da ação fiscalizadora;

II - não pagamento da pena de multa em até 120 (cento e vinte) dias após a sua aplicação;

III- resistência à apreensão de equipamentos e outros bens.

§1º. A suspensão do exercício de atividade consiste do afastamento temporário do desempenho de atividades determinadas.

§2º. A pena de suspensão do exercício de atividade poderá abranger todas as atividades que constituam o objeto empresarial do infrator.

§3º. A suspensão do exercício de atividade será aplicada por um mínimo de 10 (dez) dias, com exceção de quando aplicada com fundamento no inciso III do Caput deste artigo, cujo prazo mínimo será de 30 (trinta) dias.



FL.35

Art.54. Se, antes do decurso de um ano da aplicação da penalidade prevista no Artigo. 53 desta lei, houver cometimento de infração nela disposto, será aplicada a pena de cassação do alvará de funcionamento e caso não haja alvará de funcionamento, será aplicada a pena de interdição do exercício de atividade.

§1º. A pena de cassação de alvará de funcionamento perdurará por no mínimo 06 (seis) meses e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

§2º. A pena de interdição de atividade perdurará por no mínimo 05 (cinco) anos e incluirá a proibição de qualquer das pessoas físicas sócias da empresa infratora desempenhar atividade igual ou semelhante, diretamente ou por meio de outra empresa.

Art.55. A pena de perda de bens consiste na perda da posse e propriedade de bens antes apreendidos e poderá ser aplicada cumulativamente nas hipóteses de:

- I - cassação de alvará de funcionamento;
- II - interdição de atividades;
- III - desobediência à pena de interdição da atividade.

Seção II

Dos Procedimentos Administrativos

Art.56. A cada infração, ou conjunto de infrações cometidas simultânea ou sucessivamente, será emitido Auto de Infração, do qual constará:

- I - a descrição sucinta da infração cometida;
- II - o dispositivo legal ou regulamentar violado;
- III - a indicação de quem é o infrator e as penas a que estará sujeito;
- IV - as medidas preventivas eventualmente adotadas;
- V - o dia e a hora da autuação.

Art. 57. O infrator será notificado mediante a entrega de cópia do Auto de Infração e Multa para, querendo, exercer o seu direito de defesa em 05 (cinco) dias úteis.



FL.36

§1º. Considerar-se-á notificado o infrator mediante a assinatura ou rubrica de seu representante legal, ou de qualquer preposto seu presente no local da infração.

§2º. No caso de recusa em lançar a assinatura ou rubrica, poderá o agente fiscalizador declarar tal recusa e identificar o notificado por meio da menção a seu documento de identidade; caso inviável a menção ao documento de identidade, deverá descrever o notificado e indicar duas testemunhas idôneas, que comprovem que o notificado teve acesso ao teor do Auto de Infração.

§3º. No caso de erro ou equívoco na notificação, estes serão sanados por meio de publicação de extrato do Auto de Infração corrigido na imprensa oficial.

Art.58. Decorrido o prazo de defesa, o Auto de Infração será enviado à autoridade superior, que poderá confirmá-lo e aplicar as penalidades nele previstas, ou rejeitá-lo, de forma fundamentada.

Parágrafo único. Caso tenham sido juntados documentos ou informações novas ao Auto de Infração, o infrator será intimado para apresentar defesa.

Seção III

Das Medidas preventivas

Art.59. Sempre que em face da presença da fiscalização a atividade infracional não cessar, ou houver fundado receio de que ela venha a ser retomada, serão adotadas as seguintes medidas preventivas:

I - suspensão do exercício de atividade;

II - apreensão de bens.

§1º. As medidas preventivas poderão ser adotadas separadamente ou em conjunto.

§2º. As medidas preventivas previstas neste artigo poderão ser adotadas também no caso de o infrator não cooperar com a ação fiscalizadora, especialmente impedindo o acesso a locais e documentos, inclusive os de identificação de pessoas físicas ou jurídicas.

§3º. Os equipamentos apreendidos devem ser recolhidos ao local definido pelo órgão municipal competente e os documentos, especialmente os contábeis, ficarão na guarda da Administração ou em instituição bancária.



FL.37

§4º. Tendo sido sanada a irregularidade objeto de notificação, o infrator poderá requerer a liberação dos equipamentos ou documentos apreendidos desde que apurados e recolhidos os valores referentes aos custos de apreensão e remoção.

CAPÍTULO IX

DO SISTEMA MUNICIPAL INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

Da Definição e Composição

Art.60. A Política Municipal de Resíduos Sólidos contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal Integrado de Informações de Resíduos Sólidos.

Art.61. O Sistema Municipal Integrado de Informações de Resíduos Sólidos fica definido como o conjunto de agentes institucionais que, no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações referentes à limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos.

Art.62. O Sistema Municipal Integrado de Informações de Resíduos Sólidos - SIMIR é constituído dos seguintes instrumentos:

- I -** Plano Municipal de Saneamento Básico;
- II -** Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- III- Conferência Municipal de Saneamento Básico/Conferência Municipal de Meio ambiente;**
- IV- Conselho Municipal de Saneamento Básico/Conselho Municipal de Meio Ambiente;**
- V -** Fundo Municipal de Saneamento Básico;
- VI -** Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- VII -** Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico - SIMISA.



FL.38

Seção II

Do Sistema Municipal Unificado de Informações de Resíduos Sólidos - SIMIR

Art. 63. Fica instituído **Sistema Municipal de Informações em Resíduos Sólidos- SIMIR**, que poderá ser realizado de maneira consorciada, com os seguintes objetivos:

I- coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

II- disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

III- permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos.

§1º. As informações do Sistema Municipal Integrado de Informações em resíduos sólidos são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas na página eletrônica oficial da Prefeitura Municipal, sem prejuízo de outras de formas de divulgação.

§2º. O Sistema deverá ser compatível e estar articulado com outros afins, em especial o **Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR**, coordenado e articulado pelo Ministério do Meio Ambiente, nos termos do Artigo 12, da Lei Federal Nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010.

§3º. O Sistema Municipal de Informações em Resíduos Sólidos deverá ser regulamentado em 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei.

§4º. O Sistema unificado de informações deve atender aos seguintes objetivos:

I- monitorar o desempenho da prestação dos serviços públicos de gerenciamento de resíduos sólidos em face da demanda e da sustentabilidade econômico-financeira;

II- monitorar o cumprimento das metas do Plano por parte do poder público, das empresas e da sociedade;

III- fornecer à sociedade e às instituições públicas e privadas o acesso a informações seletivas, confiáveis e atualizadas sobre os dois objetivos anteriores, constituindo-se em instrumento de fiscalização e controle social das atividades no setor.



FL.39

Art.64. Caberá ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria responsável ou a sua sucedânea, organizar e manter sistema unificado de informações sobre as ações do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos- PMGIRS.

CAPÍTULO X DAS PROIBIÇÕES

Art.65. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I- lançamento em quaisquer corpos hídricos;
- II- lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III- queimar a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV- outras formas vedadas pelo poder público.

Parágrafo único. Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Município, e, quando couber, do Estado.

Art.66. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I- utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II- catação, respeitada as metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- III- criação de animais domésticos;
- IV- fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo poder público.



FL.40

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.67. Os órgãos e entidades municipais responsáveis pela limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos para atender o disposto nesta lei serão reestruturados, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da sua publicação.

Art.68. Estão sujeitas à observância desta lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada resíduos sólidos.

Art.69. Este plano é um processo permanente de planejamento para um horizonte de 20 (vinte) anos, ficando assegurada sua avaliação e revisão no máximo a cada 04 (quatro) anos, a fim de que se assegure a sua efetivação.

Art.70. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a celebrar convênios, acordos ou contratos para dar efetividade ao Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Art.71. Fica o Prefeito Municipal autorizado a expedir os decretos e regulamentos que se fizerem necessários à fiel execução da presente lei, respeitando tão somente as áreas e matérias reservadas a competência legislativa.

Art.72. Fica priorizada a gestão consorciada para implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Art.73. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.74. Revogam-se as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 20 de Outubro de 2020.

LEANDRO SIMÕES DE LIMA
Presidente

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796345

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	879.628,27	0,00
Pessoal Ativo	879.628,27	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	725.754,25	0,00
Obrigações Patronais	153.874,02	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	879.628,27	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.128.650,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	21.128.650,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	879.628,27	4,16
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.267.719,00	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.204.333,05	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.140.947,10	5,40

Monte Castelo, 07/01/2021

Leandro Simões de Lima
Presidente

Marli Langaro Rodrigues Carvalho
Tesoureiro

Silvana Ratochinski
Contador CRC/SC 042103/O

Antonio Carlos Machado de Lima
Controlador Interno

FONTE:

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO - PP Nº 16/2020 - PMMG

Publicação Nº 2797138

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020 - PMMG

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM PARA MANUTENÇÃO DAS FROTAS MUNICIPAIS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE

O Pregoeiro no uso de suas atribuições, em virtude do Decreto Municipal nº 10/2021, torna público o ADIAMENTO da sessão do Pregão Presencial nº 16/2020 - PMMG.

O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação será efetuado nas seguintes datas e horários:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 13/01/2021.

HORÁRIO: Até as 09h00min.

LOCAL: Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, situada a Rua Irmãos Biff, nº 50, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC.

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 13/01/2021.

HORÁRIO: Às 09h30min.

LOCAL: Auditório Municipal, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, situada a Rua Irmãos Biff, nº 50, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC.

Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br.

Morro Grande/SC, 08 de janeiro de 2021

Clélio Daniel Olivo

Prefeito Municipal.

DECRETO 10-2021

Publicação Nº 2797078

DECRETO Nº 10, DE 08 DE JANEIRO DE 2021.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.

O Prefeito do Município de Morro Grande, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o falecimento da Sra. Catiane Munaretto Piton, funcionária pública municipal;

DECRETA:

Art. 1º Luto oficial por três dias, estendendo as condolências a todos os familiares e amigos.

Art. 2º Hasteiam-se as bandeiras nacional, estadual e municipal conforme exige a situação de luto.

Art. 3º. Fica dispensada a marcação de ponto biométrico de todos os funcionários públicos municipais no dia 08 de janeiro de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 08 de janeiro de 2021.

CLELIO DANIEL OLIVO

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

046/2021

Publicação Nº 2795169

PORTARIA N º 46 DE 4 DE JANEIRO 2021.
DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo PROFESSORA 40HORAS, em virtude de aposentadoria de ROSI CLEIA DE SOUZA, matrícula 181401, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2020.01.08655P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE JANEIRO DE 2021.
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA DA SESSÃO 69/2020 FMS

Publicação Nº 2797146

ATA PREGÃO Nº 69/2020 FMS

AS OITO HORAS DO DIA SETE DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE UM, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA Nº 953 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO SESSENTA E NOVE DO ANO DE DOIS MIL E VINTE, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO EM CARÁTER VOLUNTÁRIO, PARA ATENDER ADOLESCENTES E ADULTOS DE AMBOS OS SEXOS, PARA TRATAMENTO DE DEPENDÊNCIA QUÍMICA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. INSTITUTO PARTICIPANTE: CASA DA SOLIDARIEDADE, REPRESENTADA POR MARCO ANTONIO MARQUES GODOY. NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE DA PROPOSTA DO INSTITUTO, ONDE A MESMA ESTAVA COM OS DOCUMENTOS DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DA PROPOSTA PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. PASSANDO A ETAPA DE LANCES, SAGROU-SE VENCEDORA O INSTITUTO CASA DA SOLIDARIEDADE, DO ITEM 8 PELO VALOR UNITÁRIO DE R\$ 34,34, OS ITENS RESTANTES DERAM-SE POR FRACASSADOS. ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DO INSTITUTO, ONDE OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES O DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 08H E 25MIN. EU CARLA CLAUDINO LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE CANCELAMENTO -- PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 FME

Publicação Nº 2797178

Setor de Compras e Licitações
AVISO DE CANCELAMENTO – REGISTRO DE PREÇO 04/2020 FME

A Prefeitura Municipal de Navegantes comunica que está CANCELADO por tempo indeterminado, conforme Mandado nº 0312052-81.2016.8.24.0023 do Tribunal de Justiça do Estado, a REGISTRO DE PREÇO 04/2020 FME, do objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, ASSOCIAÇÃO OU ENTIDADE ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM (ÁRBITROS, ÁRBITROS ASSISTENTES, MESÁRIOS, CRONOMETRISTAS E GANDULAS) PARA ATENDER OS EVENTOS ORGANIZADOS E APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC. Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9531.

Navegantes, 07 de Janeiro de 2021.

DECRETO 2/2021

Publicação Nº 2796784

DECRETO Nº 2, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

ALTERA MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL DE CRISE PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO, CONTENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu inciso III do art. 60 DECRETA:

Art. 1º Ficam alterado, por este ato, o art. 2º do Decreto 48, de 17 de março de 2020, para constar o seguinte:

“Art. 2º A Comissão de que trata o artigo 1º acima será formado pelos seguintes membros e representantes dos seguintes órgãos:

I - Evandro Fior Cruz - Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

II - João Emiliano de Moura Silva Miranda - Capitão do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina;

III - Ditmar Alfonso Zimath - Secretário de Administração e Logística do Município de Navegantes;

IV - Ricardo Muniz Ventura- Procurador-Geral do Município de Navegantes;

V – Marlova Cescon Haeffner - Secretária-adjunta de Saúde do Município de Navegantes;

VI - Pablo Sebastian Velho - Médico Servidor Público do Município de Navegantes;

VII - Joziel José Pereira – Secretário de Segurança e Defesa Social do Município de Navegantes;

VIII - Aldo Decker - Secretário de Assistência Social do Município de Navegantes;

IX - Marília Soares - Secretária de Educação do Município de Navegantes;

X – Ana Elisa Mamfrim Farias – Representante da OAB/SC Subseção de Navegantes;

XI - Carlos Alberto Mafra Júnior - Sub-Comandante do 25º Batalhão de Polícia Militar de Navegantes;

XII – Adriana Rodrigues Luz Macarini - Representante da Câmara de Vereadores de Navegante;

XIII - Rodrigo Coronha – Delegado da Polícia Civil de Navegantes;

XIV – Verner Dietterle – Representante da Associação Empresarial de Navegantes – ACIN;

XV - Claudio Jesus Cotiensi – Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Navegantes – CDL;

XVI – Laercio Benatti – Representante do Observatório Social do Brasil Navegantes.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura de Navegantes, 07 de janeiro de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza

Prefeito Municipal

Ditmar Alfonso Zimath

Secretário de Administração e Logística

DECRETO 3/2021

Publicação Nº 2796787

DECRETO Nº 3, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a continuidade de casos confirmados de infecção humana pelo novo Coronavírus na região dos Municípios que compõem a AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, na qual se inclui a cidade de Navegantes;

Considerando a Recomendação Conjunta nº 002/2020, da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI;

Considerando a Recomendação Conjunta expedida pela Procuradoria Geral de Justiça nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002405-5, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na data de 10 de julho de 2020;

Considerando os termos da Portaria SES nº 256, 592, alterada pela Portaria SES nº 658, de 28 de agosto de 2020, estabelecendo o dever de adoção de medidas de enfrentamento à Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), nas regiões de saúde do Estado de Santa Catarina, de acordo com a Matriz de Avaliação de Risco Potencial divulgada no sítio eletrônico www.coronavirus.sc.gov.br;

Considerando os termos das Portarias SES nº 710, 713, 715 e 716, 1000, 1023, 1024, 1025, estabelecendo critérios para a retomada de diversas atividades esportivas e sociais; e serviços diversos.

Considerando a Atualização da Avaliação de Risco Potencial divulgada pelo COES – Centro de Operações de Emergência em Saúde do Estado de Santa Catarina, no último dia 18/12/2020, no sítio eletrônico www.coronavirus.sc.gov.br,

DECRETA:

Art. 1º Pelo período de 14 dias, a partir de 07 de janeiro de 2021, a adoção das seguintes medidas:

§ 1º Quanto aos mercados:

I – Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados), determina-se:

a) A redução da capacidade de entrada de pessoas em no máximo 30% (trinta por cento) do limite permitido, sendo o horário previsto de funcionamento das 6 horas às 24 horas, de segunda-feira à domingo, devendo realizar a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos, fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros); e,

b) Os estabelecimentos devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

§ 2º Quanto aos serviços de alimentação:

I – Em relação aos serviços que envolvem a alimentação, tais como restaurantes, padarias, lanchonetes, carrinhos de lanche, petiscarias, conveniências, para manutenção de suas atividades econômicas, deverão funcionar das 6 horas às 24 horas, de segunda-feira à domingo e deverão seguir as seguintes medidas:

a) Permissão de entrada e permanência de pessoas em 100% (cem por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes (Portaria SES nº 256/2020);

b) Priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;

c) Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento, bem como em cada mesa ou balcão;

d) Disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;

e) Controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;

f) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

g) Controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);

h) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

i) Uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;

j) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;

l) Higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;

m) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;

n) Proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;

o) Afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos,

hipertensos e/ou diabéticos descompensados e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);

p) Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;

q) Fica vedada a utilização de bandas musicais;

r) Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre; e,

s) Fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários.

§ 3º Quanto às atividades das casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos – públicos e privados:

I – Autorizado 20% de ocupação (Portaria SES nº 1.024/2020, Decreto nº 562/2020, alterado pelo Decreto nº 1.027/2020);

II – Fica autorizada a realização de eventos sociais de acesso controlado, em ambientes privados, fechados ou abertos, com 50% de ocupação (Portaria SES nº 1.025/2020, Decreto nº 562/2020, alterado pelo Decreto nº 1.027/2020);

§ 4º Quanto à execução de música ao vivo em qualquer local:

I – Fica vedada a utilização de bandas musicais, sendo permitido voz e violão ou similares, executado por um único artista, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 5º Quanto aos espaços de parques, praças, clubes sociais e afins:

I – Ficam proibidos o funcionamento e acesso aos parques e praças, públicos e privados (as), em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo com exceção da prática de esportes individuais (Portaria SES nº 592/2020, alterada pela Portaria SES nº 658/2020);

II – Os clubes sociais ficam autorizados a realizar eventos na forma do § 3º, deste artigo, sendo permitido o funcionamento do bar, lanchonete ou restaurante, bem como academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, natação, hidroginástica, hidroterapia e quadras de futebol recreativo existentes em sua estrutura física, devendo, porém, observar a regulamentação específica para tais atividades dispostas neste Decreto.

§ 6º Quanto à realização de velórios:

I – Os velórios realizados no âmbito do Município de Navegantes terão a duração máxima de 4 (quatro) horas ininterruptas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, utilizando obrigatoriamente a máscara;

II – As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara;

III – O velório só será permitido no dia do sepultamento e este deverá ocorrer das 05horas até as 17horas e 30 minutos; e,

IV – Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

§ 7º Quanto às academias ao ar livre e playgrounds:

I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 8º Quanto às atividades esportivas coletivas:

I - Fica autorizada a retomada das competições e práticas esportivas, somente em ambientes privados e sem a presença de público (torcidas), das modalidades definidas no inciso I, do art. 2º, da Portaria SES nº 703, de 14 de setembro de 2020, como Modalidades sem contato direto, seguindo os protocolos sanitários específicos expedidos pela Secretaria do Estado da Saúde e pelos órgãos municipais de vigilância sanitária, especialmente aqueles definidos na própria Portaria SES nº 703, de 14 de setembro de 2020;

II - Ficam proibidas as competições e práticas esportivas das modalidades definidas nos incisos II e III, do art. 2º, da Portaria SES nº 703, de 14 de setembro de 2020, enquanto a Matriz de Avaliação de Risco COVID-19, da Região de Saúde a que pertence o Município de Navegantes, estiver no nível GRAVE, com exceção do futebol profissional (e seu treinamento com ou sem bola) e do futebol recreativo, ambos sem a presença do público (torcidas), em ambientes privados, podendo, o último, ser realizado de acordo com as disposições da Portaria SES nº 664, de 03 de setembro de 2020 e durante o horário do comércio em geral;

III - A exceção da prática do futebol recreativo prevista no inciso II acima se aplica apenas para os campos e quadras esportivas privadas (quadras de futebol sintético comerciais, campos de futebol particulares, campos de futebol de associações etc), não se aplicando aos espaços públicos de lazer, academias "ao ar livre", praças, campos, arena esportiva da praia, ginásios esportivos públicos e quadras poliesportivas públicas.

§ 09º Quanto Condomínios e Residenciais.:

I – Para utilização de piscinas fica autorizada a capacidade integral e manter distanciamento interpessoal de 1,5m. (Portaria SES nº 713/2020);

II - Fica proibida, a realização de festas em residências com pessoas que não as residentes do domicílio, com intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social. (Portaria SES nº 348/2020).

§ 10º Quanto às Praias:

I – Fica permitida a pesca profissional, esportiva e artesanal;

II - Deve ser mantido o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, exceto as que coabitam;

III. Não é permitido o agrupamento de pessoas que não coabitam nas faixas de areia e dentro da água de praias, rios, lagos e lagoas;

IV - Não são permitidos eventos de grupo, encontros ou reuniões, dentro e fora da água, se o distanciamento social de pelo menos 1,5m entre as pessoas que não coabitam não puder ser mantido;

V. Os guarda-sóis de pessoas ou grupos distintos devem estar afastados com uma distância de, no mínimo, 2 metros entre eles, contados a partir da borda exterior, exceto pessoas que coabitam. (Portaria SES nº 1.000/2020).

§ 11 Quanto às academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Nataação, Escolas e Escolinhas de Futebol, Hidroginástica em estabelecimentos privados e públicos:

I – Fica autorizada a manutenção das atividades dos estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos como Academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas e Escolinhas de Futebol, Nataação, Hidroginástica e Hidroterapia, Academias de Luta e áreas afins, somente em ambientes privados e seguindo os protocolos sanitários específicos expedidos pela Secretaria do Estado da Saúde e pelos órgãos municipais de vigilância sanitária, especialmente aqueles definidos na Portaria SES nº 713, de 18 de setembro de 2020.

§ 12 Quanto aos hotéis, pousadas e similares:

I – Autorização da capacidade integral, mantendo o distanciamento interpessoal de 1,5m (Portaria SES nº 1.023/2020 Decreto nº 1.003/2020);

II - O serviço de alimentação deve seguir a Portaria SES nº 256/2020;

III - Os estabelecimentos com áreas de piscina e academias para prática de exercícios físicos devem seguir o previsto na (Portaria SES nº 713/2020).

§ 13 Quanto às agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito:

I – Ficam autorizados o seu funcionamento, devendo o estabelecimento manter um funcionário para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras e, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

§ 14 Quanto às atividades religiosas:

I – Ficam permitidas a realização de missas e cultos presenciais com a manutenção das medidas sanitárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus e seguindo os limites e regras previstas na Portaria GAB/SES nº 254/2020, com as alterações dadas pela Portaria SES nº 736, de 23 de setembro de 2020;

II - Ficam permitidas às missas e cultos realizados na modalidade Drive in e/ou on-line.

§ 15 Quanto às aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e educação de jovens e adultos (EJA):

I – Ficam mantidas as suspensões de aulas presenciais, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo, na rede pública de ensino municipal;

II – Fica autorizado o retorno das aulas e atividades presenciais nas unidades de ensino da rede privada, nos termos e sob as condições das normas de segurança em saúde pública, especialmente as Portarias SES nº 900 e 901, ambas de 20 de novembro de 2020.

§ 16 Quanto às aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação, bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN, Centros de Formação de Condutores, Atividades Extracurriculares e de Reforço Pedagógico:

I – Ficam permitidas, condicionada ao cumprimento das Portarias da Secretaria do Estado da Saúde que regulamentam protocolos sanitários específicos, bem como demais regulamentações dos órgãos de vigilância sanitária municipal.

§ 17 Quanto às conferências públicas ou privadas, eventos na modalidade de Congressos, Palestras, Seminários e afins, e, Feiras e Exposições que acarretem aglomeração de pessoas:

I – Fica autorizada, de forma gradual e monitorada, a retomada dos eventos na modalidade de Congressos, Palestras, Seminários e afins,

bem como Feiras e Exposições, somente em ambientes privados e seguindo os protocolos sanitários específicos expedidos pela Secretaria do Estado da Saúde e pelos órgãos municipais de vigilância sanitária, especialmente aqueles definidos nas Portarias SES nº 715 e 716, ambas de 18 de setembro de 2020;

II – Excepcionalmente, poderão ser realizadas Feiras e Exposições em Equipamentos Públicos e Comunitários de posse ou propriedade do Município, desde que expressamente autorizado pela repartição competente e pelos serviços de fiscalização em saúde, vigilância sanitária e segurança, respeitando a capacidade de ocupação de 75% do espaço (Portaria SES nº 999/2020 e Decreto nº 1.027/2020) e seguindo os mesmos protocolos sanitários estabelecidos no inciso anterior.

§ 18 Quanto às cirurgias eletivas:

I - Ficam autorizadas as cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS, nos termos e sob as condições das normas de segurança em saúde pública, especialmente a Portaria SES/SC nº 659, de 31/08/2020.

§ 19 Quanto ao funcionamento do comércio em geral:

I – Fica permitida a abertura de segunda-feira a domingo das 08 horas às 24 horas;

II – O disposto no inciso I acima, também se aplica aos bares (que deverão utilizar as mesmas condições sanitárias de segurança previstas no § 2º, do art. 1º, deste Decreto), sendo vedado, porém, a prática e o uso das mesas de sinuca, bem como a prática e o uso de jogos de azar (dominó, baralho etc).

§ 20 Quanto às medidas para a Sociedade em Geral, recomenda-se:

- a) higienizar as mãos com frequência;
- b) adotar como prática a etiqueta da tosse;
- c) evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;
- d) ficar em casa a maior parte do tempo;
- e) ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;
- f) manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;
- g) não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;
- h) priorizar serviços de delivery;
- i) quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar danos à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;
- j) utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados; e,
- k) não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

§ 21 Quanto às medidas ao Setor Privado recomenda-se:

- a) adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) afastar colaboradores suspeitos de COVID-19;
- e) afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;
- f) apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de

37,5°C;

k) priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;

l) procurar testar regularmente colaboradores; e,

m) uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento.

§ 22 Quanto à fiscalização e sanção:

I – O descumprimento deste Decreto sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, às penalidades previstas no art. 74, da Lei Complementar nº 148, de 23 de fevereiro de 2012, além das penas previstas no art. 268, do Código Penal.

II – A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal e/ou Defesa Civil e Corpo de Bombeiro Militar, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

III – Todos os estabelecimentos citados neste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 de janeiro de 2020.
LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA
PREFEITO MUNICIPAL

Ditmar Alfonso Zimath
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 32/2020

Publicação Nº 2794963

ERRATA:

NA PORTARIA N º 32 DE 04 DE JANEIRO DE 2020, QUE AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA, PUBLICADA NA EDIÇÃO Nº 3371 DO DOM - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

ONDE SE LÊ:

PORTARIA N º 32 DE 04 DE JANEIRO DE 2020

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2020.

LEIA-SE:

PORTARIA N º 32 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2021.
Ditmar Alfonso Zimath
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 33/2020

Publicação Nº 2794964

ERRATA:

NA PORTARIA N º 33 DE 04 DE JANEIRO DE 2020, QUE AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA, PUBLICADA NA EDIÇÃO Nº 3371 DO DOM - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

ONDE SE LÊ:

PORTARIA N º 33 DE 04 DE JANEIRO DE 2020

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2020.

LEIA-SE:

PORTARIA N º 32 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE JANEIRO DE 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2021.

Ditmar Alfonso Zimath

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA PORTARIA 51/2020

Publicação Nº 2794965

ERRATA:

NA PORTARIA N º 51 DE 05 DE JANEIRO DE 2020, QUE AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR O VEÍCULO QUE ESPECIFICA, PUBLICADA NA EDIÇÃO Nº 3371 DO DOM - DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

ONDE SE LÊ:

PORTARIA N º 513 DE 05 DE JANEIRO DE 2020

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2020.

LEIA-SE:

PORTARIA N º 51 DE 05 DE JANEIRO DE 2021

[...]

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE JANEIRO DE 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE JANEIRO DE 2021.

Ditmar Alfonso Zimath

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL 01/10/2020 FMS

Publicação Nº 2794883

EXTRATO CONTRATUAL

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 01/10/2020 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Navegantes

Contratada: Cooperativa Médica Cooper Brasil

CNPJ ou CPF: 31.164.611/0001-07

Proprietário/Responsável...: Luis Augusto Luchtenberg

Vigência: Início: 14/01/2021 Término: 14/01/2022

Licitação: Credenciamento 62/2019 FMS

Valor Total: R\$ 220.200,00

Recursos: Dotações: 2.083.3390.00.00.00.00

Objeto : CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS CARDIOLÓGICAS E EXAMES CARDIOLÓGICOS (MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E A EMPRESA COOPERATIVA MÉDICA COOPER BRASIL.

Navegantes, 18 de dezembro de 2020

EXTRATO CONTRATUAL 01/21/2020 FMS

Publicação Nº 2794893

EXTRATO CONTRATUAL

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 01/21/2020 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Navegantes

Contratada: PHD - PATOLOGIA HUMANA E DIAGNÓSTICA LTDA

CNPJ ou CPF: 04.911.059/0001-92

Proprietário/Responsável...: Elisiário Pereira Neto

Vigência: Início: 01/02/2021 Término: 01/02/2022

Licitação: Credenciamento nº 60/2019 - FMS

Valor Total: R\$ 130.000,00

Recursos: Dotações: 2.160.3390.00.00.00.00

Objeto : CREDENCIAMENTO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE (CITOPATOLOGIA E ANATOMIA) PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, DE ACORDO COM A TABELA SIA/SUS

QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, E PHD PATOLOGIA HUMANA E DIAGNÓSTICA LTDA.

Navegantes, 18 de dezembro de 2020

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

Publicação Nº 2797227

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 012/2020

OBJETO: Solicitação de pagamento da Nota Fiscal nº 1684 emitida pela empresa RP Comercial Ltda, no valor de R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais).

REQUERENTE: RP COMERCIAL LTDA.

ASSUNTO: Trata-se de pedido protocolado pela empresa RP Comercial Ltda, no qual relatam que na data de 12/11/2019 foi emitida a Nota Fiscal nº 1684, no Valor de R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais) , relativa à AF 3424/2019 da Secretaria de Educação relativa ao Pregão Presencial nº 109/2018.

O documento de fl. (04) deflagrou o presente procedimento, requerendo o que segue:

"De acordo com os documentos anexos a este ofício, a autorização de fornecimento foi emitida, porém não foi empenhada. É possível confirmar também nos anexos que, nossa empresa realizou a entrega do material conforme havia sido solicitado.

Diante do exposto, solicitamos a abertura do processo administrativo para receber o valor de direito da empresa."

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura do Procedimento Administrativo (fl. 01);
2. Lei 2335/2010 (fl. 02);
3. Portaria 755/2020 (fl. 03);
4. Requerimento da empresa, no qual solicita o pagamento da NF 1684 (fl. 04);
5. AF 3424/2019 (fl. 05);
6. Nota Fiscal (fl. 06);
7. E-mails enviados à Secretaria de Educação (fls. 07-14);
8. C.I. enviada à Secretaria de Educação solicitando esclarecimentos para instrução do processo (fl. 15);
9. Resposta da Secretaria de Educação (fls. 16).

1. Dos Fatos:

A Requerente comprovou a entrega da mercadoria, contudo, apesar de incessantes e-mails durante o ano, obteve resposta confirmando que houve a falta de empenho da AF, mas reconhece que a mercadoria foi de fato recebida.

Em resposta a Secretaria de Educação esclareceu que:

"Com meus cordiais cumprimentos venho através deste memorando solicitar encaminhar resposta da Secretaria Municipal de Educação, referente o memorando 83/2020 que solicita esclarecimentos sobre o pedido de processo administrativo nº 12/2020 protocolado pela empresa RP CPMERCIAL LTDA.

Conforme a empresa anexa e-mails com vários departamentos da prefeitura e funcionários públicos relatando que "NÃO" recebeu o pagamento referente a NF 1684, declaramos de fato que os alegamentos são verdadeiros e a empresa deva ser ressarcida. Informamos ainda que a secretaria de educação verificar o que de fato aconteceu, constatou.

O Documento "AF" foi gerado no sistema sem número de empenho na contabilidade, repassado este documento para a Secretaria de Educação, como é feito de praxe, e foi solicitado o material. Se verificar nos próprios documentos que a empresa anexa sobre o ocorrido, vai ser verificado que a mesma tem razão de protocolar tal pedido. Esta Secretaria informa ainda que já havia relatado para a empresa essa necessidade de se instaurar um processo administrativo para que seja sanado este problema."

Convém destacarmos que, a decisão administrativa é para efetuar a devida quitação dos débitos, apontando as responsabilidades por possíveis prejuízos ao erário e posteriormente encaminhar todo processo para sindicância para apurar as devidas responsabilidades pela negligência de não encerramento do processo de liquidação de despesa pelo suposto extravio da nota de venda da mercadoria. Mediante ao alegado, fez-se necessária a abertura do presente processo administrativo para análise sobre o dever de pagar pela mercadoria entregue. É o relato necessário.

2. Do Direito:

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame se restringe à verificação acerca da possibilidade de pagamento referente à mercadoria entregue e não empenhada.

Sobre o assunto, não se pode deixar de observar que de acordo com o parágrafo único do art. 60 da lei 8.666/93, no que tange aos contratos públicos, em regra, devem ser formalizados com a adoção do instrumento adequado, admitindo os contratos verbais somente em pequenas compras:

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

Observa-se, portanto, que o valor pleiteado de R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais), referente aos materiais entregues, não excede os 5% do limite estabelecido no art. 23, II da Lei 8.666/93, contudo, não se enquadra na exceção legal pois não era oriunda de sistema de adiantamentos , ao contrário, fazia parte de um empenho maior oriundo de uma licitação que foi cancelado ao final do exercício financeiro pela falta de liquidação da despesa. Ou seja, deixou de existir no mundo jurídico passando quase a equiparar-se a um contrato verbal.

A Administração Pública deve observar o devido processo licitatório em suas contratações, conforme preceitua o artigo 37 incisos XXI da Constituição Federal, ressalvadas as hipóteses legais de contratação direta, e formalizar o instrumento contratual ou equivalente (no caso nota de empenho) em atendimento aos princípios da legalidade e do formalismo moderado.

A Lei nº 8.666/93 prevê expressamente que os contratos verbais são nulos de pleno direito, e, portanto, devem ser desconstituídos com

efeitos ex tunc. Muito embora o entendimento majoritário seja no sentido de que o Município não pode se eximir do pagamento por serviços prestados e por prejuízos comprovados, ressalvadas as hipóteses de má-fé ou de ter o contratado concorrido para a nulidade, sob pena de infração ao princípio da vedação ao enriquecimento ilícito, constata-se que houve negligência da Secretaria de Educação, que recebeu a mercadoria, e deveria realizar o devido empenho, que aliás, deve ser prévio, além de providenciar a liquidação da despesa, o que a nosso ver configura uma conduta omissiva.

Em razão disso, cumpre ao gestor público adotar todas as cautelas possíveis para evitar a manutenção de uma relação extracontratual, especialmente quando havia a emissão de uma Autorização de Fornecimento decorrente de um processo de Pregão, ainda que sem empenho prévio, que levou a Requerente a agir de boa-fé enviando a mercadoria e posteriormente aguardando por longa data a quitação do valor devido. Neste sentido os tribunais já se manifestaram em casos análogos:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PREGÃO ELETRÔNICO. NOTA DE EMPENHO CANCELADA. ENTREGA PARCELADA. NOTAS FISCAIS COM PROVA DE RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS. PROVA DA OBRIGAÇÃO. ENTREGA PARCIAL.

- Comprovado que a empresa autora venceu pregão eletrônico para prestação de serviços e fornecimento de bens ao Estado, a falta de empenho não afasta o dever de pagar os valores correspondentes aos produtos reconhecidamente entregues e recebidos pela Administração, sem qualquer ressalva quando ao prazo.

- A nota de empenho inicialmente emitida foi cancelada em decorrência do cumprimento parcelado da obrigação, demandando uma nova formalização, razão pela qual realizada a entrega sem prévio empenho, embora inequivocamente demonstrada a relação jurídica negocial.

- Quanto aos produtos registrados em nota fiscal não assinada, sem prova da efetiva entrega e recebimento, descabe a condenação a pagar.

- Recurso provido em parte.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.09.647532-2/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A) (S): THOMAS GREG & SONS GRAFICA SERVIÇOS INDUSTRIAS COMERCIO IMPO

A jurisprudência pátria reconhece o direito ao pagamento mesmo no caso de cancelamento do empenho, vejamos:

CANCELAMENTO DE NOTAS DE EMPENHO. DESPESAS EMPENHADAS LIQUIDADAS E EM VIAS DE LIQUIDAÇÃO. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS. INCLUSÃO. I- O término do exercício financeiro de 2014 não constitui fato extintivo do interesse de agir do impetrante que teve suas notas de empenho canceladas, pois o processo ainda é útil e necessário para reconhecer a ilegalidade apontada e determinar a inclusão em restos a pagar ou despesas de exercícios anteriores. II – Não se admite o cancelamento de empenho referente despesas liquidadas e em vias de liquidação, isto é, aquelas cuja a entrega dos bens ou o fornecimento dos serviços já foi iniciada ou realizada, estando o particular apenas aguardando os procedimentos para a efetiva verificação do seu adimplemento, para, então, receber o pagamento. III – Há desvio de finalidade, com a consequente nulidade do ato, o cancelamento de notas de empenho não em razão da ausência de disponibilidade financeira ou por falta de interesse administrativo em mantê-los, mas para afastar a incidência do art. 42 da LRF, que veda a assunção de despesas sem disponibilidade financeira nos dois últimos quadrimestres do mandato do Governador. IV – concedeu-se parcialmente a segurança. TJ-DF – Mandado de Segurança MSG 20140020333658 (TJ-DF).

A existência de verossimilhança do direito reclamado está caracterizada pela ofensa ao princípio da legalidade, posto que não observadas as formalidades exigidas pela Lei 8.666/93 e LRF, já que a fase de liquidação da despesa foi negligenciada.

A Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro. Tal normativa veda a realização de despesas sem o empenho prévio, nos termos do seu artigo 60. "É vedada a realização de despesas sem prévio empenho", ou seja, sem a devida previsão orçamentária.

Pelo texto legal, o empenho "prévio" é condição "sine qua non" para realização de despesas públicas de qualquer natureza.

Cumpra-se ressaltar que o empenho da despesa, conforme preceitua o Art. 58 da Lei nº 4.320/64, " (...) cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição", o que não se concretiza no caso analisado, considerando que não há previsão contratual e tampouco o devido empenho, contrariando o artigo 60 da mesma lei, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho e também a decisão do TCU que diz: " observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 e 70 da Lei nº 4.320/64". (TCU, Acórdão nº 1.404/2011, 1ª Câmara, el. Min. Ubiratan Aguiar, Dou de 11.03.2011). No mais, cabe a Secretaria competente efetuar adequado planejamento de suas contratações, em obediência aos princípios basilares do direito pátrio.

De toda sorte, não pode o Município quedar-se ao pagamento de mercadoria comprovadamente recebida, especialmente quando o cancelamento do empenho e a ausência de liquidação decorrem de negligência do ente, que responde pelos atos de seus prepostos, no caso, o secretário da época e os servidores responsáveis pelos trâmites de liquidação da despesa.

3. DA DECISÃO

Em face dos fatos e fundamentos ora aduzidos e trazidos para deliberação por esta comissão, com base nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no que tange a garantir a supremacia do interesse público e também evitar um enriquecimento sem causa por parte do ente municipal, tomando por base toda a legislação pátria e jurisprudencial aqui citada, decide-se que:

3.1 Ficou apurado que a empresa RP Comercial Ltda entregou a mercadoria objeto da NF nº 1684, totalizando o valor de R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais);

3.2 Conforme documentação acostada, a Secretaria de Educação reconhece os fatos relatados e ao final até requer que seja liquidada a despesa;

3.3 Seguindo o entendimento já pacificado nos tribunais de que não deve haver um enriquecimento sem causa e reconhecida a irregularidade na liquidação de empenho de mercadoria entregue, há a obrigação de efetuar o pagamento;

3.4 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, VERIFICAMOS A POSSIBILIDADE do pagamento pela via administrativa do valor de R\$ 538,00 (quinhentos e trinta e oito reais) referente à NF 1684 – AF 3424/2019, devendo para tanto ser lançada como "despesa de exercícios anteriores" devidamente instruída com a documentação que integra o presente processo administrativo.

3.5 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do valor pleiteado no PA nº 012/2020.

3.6 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue, após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis no sentido de apurar responsabilidades e aplicar possíveis penalidades caso seja possível.

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 05 de janeiro de 2021.

Elinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio

Membro da Comissão

Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão

Nelson da Cunha

Membro da Comissão

Maria Benedita Correa

Membro da Comissão

GRACY KELLY LUCINDO

membro

Libardoni Fronza Ditmar

Prefeito de Navegantes

Alfonso Zimath

Secretário de Administração

DECISAO: Procedimento Administrativo nº 012/2020

RP COMERCIAL LTDA

Nova Erechim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 169/2021 DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO E A CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA GISELE CORREA CAPITANI

Publicação Nº 2796851

PORTARIA Nº 169, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o cancelamento e a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica cancelado os períodos de gozo de Férias de 11.01.2021 a 30.01.2021, da Servidora Municipal GISELE CORREA CAPITANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concedida pela Portaria nº 163, de 22 de dezembro de 2020, em virtude da alteração do período.

Art. 2º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora GISELE CORREA CAPITANI, Matrícula 5434/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 18.01.2021 a 06.02.2021, referente ao período 01.01.2020 a 31.12.2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de janeiro de 2021.

EDILSON FERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2021 DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO E A CONCESSÃO DE FÉRIAS DA SERVIDORA SIRLEI DE FATIMA DE PAULA SOLIVO

Publicação Nº 2796852

PORTARIA Nº 170, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre o cancelamento e a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica cancelado os períodos de gozo de Férias de 11.01.2021 a 30.01.2021, da Servidora Municipal GISELE CORREA CAPITANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, concedida pela Portaria nº 163, de 22 de dezembro de 2020, em virtude da alteração do período.

Art. 2º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora GISELE CORREA CAPITANI, Matrícula 5434/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser usufruída no período de 18.01.2021 a 06.02.2021, referente ao período 01.01.2020 a 31.12.2020.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de janeiro de 2021.

EDILSON FERLA

Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE GUERTY CARLA BASSANI

Publicação N° 2796376

TERMO DE POSSE

Aos quatro dias do mês de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um), nas dependências da Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Nova Erechim – Estado de Santa Catarina, compareceu a senhorita: GUERTY CARLA BASSANI, munida da documentação exigida e solicitada previamente, a fim de tomar posse no Cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, nomeada pelo Decreto nº 382, de 04 de janeiro de 2021. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se o empossado a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

GUERTY CARLA BASSANI
Empossada

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 016/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797093

DECRETO Nº 016/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
"EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: que os Cargos em Comissão são de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerado das funções de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, o Sr. CRISTIANO PAVIN, cargo em comissão, com carga horária de 40 horas semanais, admitido pelo Decreto nº 071/2019.

ART. 2º - O servidor retorna para suas funções exclusivas do cargo efetivo.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de Janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 071/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON
Prefeito Municipal

JAIMIR LUPATINI
Chefe de Departamento

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 017/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797094

DECRETO Nº 017/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
"CANCELA FUNÇÃO DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

CONSIDERANDO: que as funções de confiança são de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - FICA cancelada a Função de Confiança de Encarregado de Geral de Departamento, do servidor municipal LUIZ GUSTAVO LUCIAN, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no percentual de 100% (cem por cento), conforme previsto, de acordo com os Artigos 15 e 16 e Anexo V, da Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Abril de 2020, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 152/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON
Prefeito Municipal

JAIMIR LUPATINI
Chefe de Departamento

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 018/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797095

DECRETO Nº 018/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Processo Seletivo nº 001/2021, o qual tem como objeto a seleção de Professores para o ano letivo de 2021, Estagiários para as escolas e Setores da Administração Municipal, Agente Comunitário de Saúde em cadastro de reserva para Micro área 11/área II, estagiário do Curso de Farmácia e Técnico em Enfermagem para substituições de vacância na Secretaria Municipal de Saúde e em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2021 conforme segue:

I – FERNANDA FIOREZE – Presidente;

II – ELZA FRANCESCHETTO BORIN – Secretário;

III – CHANE KEICE LUZA, LEOCIR MENDES DE MEDEIROS e MARISETE CONSALTER FILIPPINI- Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON

Prefeito Municipal

JAIMIR LUPATINI

Chefe de Departamento

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 019/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797097

DECRETO Nº 019/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

"EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração apresentado pela servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a servidora municipal CRIS-CIELI BIANCHI, cargo ACT, com carga horária de 40 horas semanais, admitida pelo Decreto nº 076/2020.

ART. 2º - Este decreto entra em vigor na de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de Janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 076/2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON

Prefeito Municipal

JAIMIR LUPATINI

Chefe de Departamento

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 020/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797098

DECRETO Nº 020/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

"NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

CONSIDERANDO: a necessidade de um Secretário para estar à frente dos trabalhos da Secretaria e coordenar as atividades pertinentes;

CONSIDERANDO: que o cargo é de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeada para exercer as funções de Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, a Sra. CRISCIELI BIANCHI, lotada na mesma Secretaria, percebendo a remuneração prevista no anexo III da Lei Municipal nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de Janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSE POSSEBON

Prefeito Municipal

JAIMIR ANTONIO LUPATINI

Chefe de Departamento

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 006/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797090

DECRETO Nº. 006/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

IVANIR JOSE POSSEBON, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.294/2020, de 25 de novembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento no Fundo Municipal de Saúde de Nova Itaberaba, no exercício 2021 no valor de R\$ 93.474,51 (Noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) no Projeto Atividade 2.018 – Manutenção das atividades da Saúde Pública, na modalidade de aplicação 31.90 e 33.90 - Aplicação Direta – criando a fonte 03.67 – Superávit – Transferência do Sistema Único de Saúde SUS/Estado, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PÚBLICA

Fonte: 0.3.67 - Superávit - Transferência Sistema Único de Saúde SUS/Estado

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0069 – NASF R\$ 44.279,45

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Detalhamento: 0071 – Farmácia Básica R\$ 15.755,29

Detalhamento: 0073 – Co Financiamento Estado R\$ 33.439,77

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.294/2020 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2020, no valor de R\$ 93.474,51 (Noventa e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

IVANIR JOSÉ POSSEBON

Prefeito Municipal

JAIMIR ANTONIO LUPATINI

Chefe de Departamento

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2794925

Retifica Portaria nº 10/2021

Fica retificada a Portaria nº 10/2021, de 04 de Janeiro de 2021, publicada em 05 de janeiro de 2021 no DOM/SC – edição nº 3371, páginas 1024, passando a vigorar a Portaria nº 10/2021, devidamente retificada, publicada na data de 08/01/2021, por motivo de equívoco na digitação da matrícula do servidor.

Nova Trento, 07 de Janeiro de 2021.
Leandra Maria Battisti
Diretora Recursos Humanos

CONTRATO Nº 105/2020

Publicação Nº 2796159

CONTRATO Nº 105/2020

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2016 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: ACESSE CONCURSOS LTDA - ME, com sede na Rua PARA, 162, BAIRRO DOS ESTADOS, município de Timbó, estado de Santa Catarina, CEP 89120-000, inscrita no CNPJ sob n. 23.028.069/0001-29, representada neste ato pelo Sra. Luzia Geruza Ferreira, CPF nº 035.444.149-37 objeto do contrato: contratação de empresa especializada para realização de processo seletivo, no município de Nova Trento/SC, ser executado pela proponente vencedora, de acordo com o termo de referência. O valor total estimado de R\$ 90.920,00 (noventa mil, novecentos e vinte reais). Vigência: até 31/12/2020.

Nova Trento, 16 de setembro de 2020.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PORTARIA N. 25/2021

Publicação Nº 2797181

PORTARIA N. 25/2021, de 7 de janeiro de 2021.
Dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações, nomeia leiloeiro e pregoeiro e dá outras providências.

TIAGO DALSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 51, da lei federal n. 8.666/93 (Lei de Licitações), em conformidade com o inciso VII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitações que será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: Marcondes Dalprá, inscrito no CPF sob o n. 068.452.089-30.

II – Membros efetivos: Fábio de Freitas, matrícula n. 7163, e Denner Soares de Oliveira, matrícula n. 7635.

III – Membros suplentes: Leticia Casagrande, inscrita no CPF sob o n. 059.646.199-24, e Leandro Silva Fantini, inscrito no CPF sob o n. 098.199849-63.

Art. 2º - Incumbe à Comissão promover, desde a abertura até o julgamento, as licitações para compra, serviços e alienações da Prefeitura, observada a legislação e demais normas aplicáveis às licitações.

Art. 3º - É facultado à Comissão sempre que entender necessário ao melhor julgamento, recorrer à manifestação instrutiva de quaisquer dos setores da Prefeitura.

Art. 4º - É de competência do Presidente:

I – dirigir os trabalhos e despachar o expediente da Comissão;

II – Convocar membros suplentes para substituírem os efetivos, quando ausentes ou impedidos, com atuação plena, bem como secretariar as reuniões da comissão, neste caso, sem direito de voto.

Art. 5º - Incumbe ao servidor público municipal Leandro Silva Fantini, membro suplente desta Comissão, substituir com plenitude de funções

o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 6º - As decisões da comissão serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros efetivos, considerando-se como tais, para esse efeito, os suplentes convocados na forma desta Portaria.

Art. 7º - Fica designado o servidor público municipal Fábio de Freitas, matrícula n. 7163, para funcionar como Leiloeiro e Pregoeiro dos Certames Licitatórios.

Parágrafo Único: Com a finalidade de assistir ao Leiloeiro e/ou Pregoeiro no desempenho das suas funções quando da abertura de processos licitatórios, nas modalidade Leilão e/ou Pregão, fica designada Equipe de Apoio, composta pelos membros designados no artigo 1º desta portaria.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, em 7 de janeiro de 2.021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria em 7 de janeiro de 2.021.

PORTARIA N.10/2021 (A)

Publicação Nº 2794924

PORTARIA Nº 10/2021 (A)

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Controle Interno

TIAGO DALSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR, a Servidora Pública Municipal CÁTIA MARIA BURIGO, inscrita no CPF sob nº 576.333.559-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Controle Interno, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Nova Trento, em 04 de janeiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA N.26/2021

Publicação Nº 2795373

PORTARIA Nº 26/2021

Concessão de Férias

Luiz Henrique Lauritzen, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (vinte) dias, à Servidora Pública Municipal, IVANA REGINA CADORE, matrícula nº 81, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 06/01/2021 a 25/01/2021, relativo ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de Janeiro de 2021.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA N.27/2021

Publicação Nº 2795379

PORTARIA Nº 27/2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 597/2020, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal MARLENE BATTISTI GIA-COMINI, matrícula nº 7781, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espirado, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90(noventa) dias, com efeitos a contar de 30 de dezembro de 2020 até 29 de março de 2021, conforme resultado pericial, datado de 05/01/2021.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de Janeiro de 2021.

Graciela Darós Piffer

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.28/2021

Publicação Nº 2795381

Portaria nº 028, de 07 de janeiro de 2021

Outorga Poderes ao Secretário Municipal de Administração e Finanças e Tesoureiro Geral da Prefeitura Municipal.

Tiago Dalsasso, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

Art. 1º – OUTORGAR ao servidor LUIZ HENRIQUE LAURITZEN, Secretário Municipal de Administração e Finanças, CPF 006.542.879-02 (Portaria nº 001/2021), e à servidora municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO WENTURINI, nomeada no cargo de Provimento em Comissão de Tesoureiro Geral, CPF 074.800.389-41, 40 (quarenta) horas semanais, pela Portaria nº 019/2020, para assinar em conjunto, acessar e movimentar as contas específicas do Município de Nova Trento - CNPJ nº 82.925.025/0001-60, Fundo Municipal de Saúde - CNPJ nº 08.858.200/0001-91, Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica do Município de Nova Trento CNPJ nº 31.149.029/0001-63 e Fundo Municipal de Assistência Social - CNPJ nº 14.860.908/0001-80, junto no Banco do Brasil – Agência nº 2356-6 - Nova Trento/SC, com poderes inclusive, para:

- Movimentar conta-corrente com cartão eletrônico;
- Emitir e endossar cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Abrir contas de depósitos;
- Assinar propostas ou contratos de abertura de contas;
- Autorizar débitos;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Efetuar transferências e pagamentos por carta, meio eletrônico ou qualquer outro meio legal;
- Sustar, contra-ordenar, cancelar e baixar cheques;
- Efetuar resgates de aplicações financeiras;
- Efetuar saques de conta-corrente e poupança;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Solicitar movimentação de contas no exterior;
- Consultar contas e aplicações de programas com repasse de recursos federais – RPG;

Portaria nº 028/2021

- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Conceder abatimentos;
- Caucionar títulos;

- Confessar, transigir, desistir;
- Assinar contrato de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações;
- Assinar proposta de abertura de carta de crédito de importação;
- Assinar termo de transferência de direitos sobre carta de crédito de exportação;
- Assinar carta vinculatória e cartas de compromisso;
- Avalizar cheques;
- Emitir, endossar, avalizar e descontar duplicatas;
- Emitir, endossar e avalizar letras de câmbio;
- Assinar proposta de empréstimos e financiamentos;
- Assinar orçamento;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Assinar contrato de abertura de crédito;
- Endossar e descontar títulos de crédito;
- Ajustar valores, cláusulas e condições de empréstimos e/ou financiamentos;
- Estipular cláusulas e condições;
- Assinar instrumento de crédito;
- Assinar menção adicional;
- Assinar aditivo de qualquer espécie;
- Emitir títulos de crédito rural, comercial, industrial e a exportação;
- Aceitar avaliações;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Dar em garantia penhor censual e hipoteca de bens pertencentes a empresa;
- Avalizar e prestar fiança;
- Onerar e alienar bens;
- Receber citações, intimações e notificações em procedimentos judiciais e extra-judiciais, inclusive iniciais;
- Vender os bens hipotecados e apenados;
- Reivindicar direitos;
- Receber gratificações, diárias, pensões e salário família;
- Consultar depósitos judiciais via Internet ou qualquer outro meio;
- Assinar apólice de seguro;
- Autorizar transações de agronegócios via Internet ou qualquer outro meio;
- Autorizar transações no balcão de comércio exterior;
- Depositar, retirar, transferir ouro lingote em custódia;
- Assinar boleto de câmbio;
- Receber ordens de pagamento do Brasil e exterior;
- Negociar e transferir títulos e valores mobiliários;
- Receber rendimentos de títulos e valores mobiliários;
- Assinar e receber correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos;
- Assinar relações de faturamento, balanços, demonstrativos e quaisquer outros documentos relacionados;

Portaria nº 028/2021

- Liberar arquivos de pagamentos nos canais de auto-atendimento;
- Retirar, solicitar e assinar documentos dirigidos a outorgante;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico;
- Efetuar transferência eletrônica para alívio de numerário COBAN;
- Encerrar contas de depósitos;
- Fechar operações de derivativos;
- Consultar obrigações do Débito Direto Autorizado – DDA;
- Incluir sacado eletrônico do Débito Direto Autorizado – DDA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de janeiro de 2021.

Tiago Dalsasso
Prefeito Municipal

Maria Cristina Adami
Secretária de Assist. Social e Habilitação

Graciela Darós Piffer
Secretária de Educação Municipal

Marcia Sueli Del Castanhel
Secretária de Saúde

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário M. de Administração e Finanças

Mariana Conceição Fagundes Bosio Wenturini
Tesorero

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N.29/2021

Publicação Nº 2795384

PORTARIA Nº 29/2021

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 464/2020 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal VANDERLI TOMIO, matrícula nº 964, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Transporte Escolar, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 28 de dezembro de 2021 até 27 de março de 2021, conforme resultado pericial, datado de 23/12/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de janeiro de 2021.

Graciela Darós Piffer

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N.30/2021

Publicação Nº 2795388

PORTARIA Nº 31/2021

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo

TIAGO DALSSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor Público Municipal FABIO DE FREITAS, concursado no cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 7163, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Nova Trento, em 07 de janeiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA N.31/2021

Publicação Nº 2795405

PORTARIA Nº 31/2021

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo

TIAGO DALSSASSO, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR, o Servidor Público Municipal FABIO DE FREITAS, concursado no cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 7163, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Nova Trento, em 07 de janeiro de 2021.

Tiago Dalsasso

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2020

Publicação Nº 2795256

TERMO ADITIVO DE PRAZO**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2020**

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Praça Del Comune, 126, Centro, representado pelo Sr. Prefeito TIAGO DALSASSO, inscrito no CPF nº 069.433.949-08, doravante denominado de "CONTRATANTE" e PAULO DOEMER MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 75.822.882/0001-70, com sede na Rua Biase Faraco, nº 171, Bairro Capoeiras, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Renato Doemer, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 102/2020, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o comodato de um Raio X móvel, marca VMI, modelo Águila 100 para radiologia geral com serviços de manutenção preventiva e corretiva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 102/2020, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de Março de 2021 (Vigência: 04/01/2021 até 31/03/2021), podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 102/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 04 de Janeiro de 2021.

Município de Nova Trento - SC TIAGO DALSASSO Prefeito	Paulo Doemer Manutenção de Equipamentos RENATO DOEMER Diretor Executivo
---	---

Neide Cipriani Motta
Diretor do Hospital

Testemunhas:

1. _____ Fábio de Freitas	2. _____ Denner Soares de Oliveira
------------------------------	---------------------------------------

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2020

Publicação Nº 2796384

TERMO ADITIVO DE VALOR**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2020**

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, JMM ELÉTRICA LTDA. ME., inscrita no CNPJ sob o Nº 13.226.152/0001-59, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 004/2020, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

Fica alterada a Cláusula Sexta do Contrato nº 004/2020, para aditar a importância de R\$ 57.400,00 (Cinquenta e sete mil e quatrocentos reais), referente ao Item – Luminárias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Visando a economicidade e manutenção dos Serviços de Iluminação Pública, considerados serviços essenciais para a População, propiciando melhor qualidade de vida e segurança, o Município em comum acordo com a Empresa, mantiveram os valores do contrato original. A empresa por ora é bem avaliada pela municipalidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 004/2020, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 23 de outubro de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	Jmm Elétrica Ltda ME Contratada
---	------------------------------------

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Fábio de Freitas
---	------------------------------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2019

Publicação Nº 2795274

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Praça Del Comune, 126, Centro, representado pelo Sr. Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönnau, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 134/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento de equipamentos adquiridos para uso do Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina, instalado no Município de Nova Trento, efetuada através do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA..

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 134/2019, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2020 (Vigência: 01/01/2021 até 31/03/2021), podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 134/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 23 de dezembro de 2020.

Município de Nova Trento - SC GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito	CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Valdemir Luis Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Denner Soares de Oliveira
-----------------------------------	---------------------------------------

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

Publicação Nº 2796545

TERMO ADITIVO DE VALO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 096/2018

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de "CREDENCIANTE" e de outro lado a empresa JAQUELINE APARECIDA PSCHIEDT ME, inscrita no CNPJ Nº 17.545.116/0001-09, estabelecida na Rua Geraldo Manoel Vargas, nº 105, Bairro Cardoso, cidade de São João Batista/SC, neste ato representada por André Guilherme Hoepfner, inscrito no CPF número 085.630.759-93, doravante denominada "CREDENCIADA", conforme decisão da Comissão de Licitações no Processo Licitatório Nº 113/2018 - Pregão Presencial Nº 076/2018, considerando o disposto no § 1º

do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre as partes, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o Contrato nº 096/2018, para dele constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos operacionais (leves e utilitários) e máquinas pesadas que compreendem a frota do Município de Nova Trento, conforme especificações Pregão Presencial nº 076/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DE VALOR

Fica alterada a Cláusula Sétima do Contrato nº 096/2018, para aditar a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para as Secretarias do Município, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Em face da situação de emergência pelo qual passa o estado brasileiro devido ao COVID 19, torna-se impossível de realizar novo certame licitatório. Em conversa com empresas que venceram licitação, estas concordaram em manter os preços e condições de processo licitatório de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 096/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 30 de outubro de 2020.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	JAQUELINE APARECIDA PSCHIEDT ME Contratada
---	---

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração

Testemunhas: 1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Fábio de Freitas
---	------------------------------

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2019

Publicação Nº 2795270

TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Praça Del Comune, 126, Centro, representado pelo Sr. Prefeito GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, o Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, sala 1305, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, firmam o presente para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 051/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas pelo CONTRATADO na prestação de serviços de plano diretor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 051/2019, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de junho de 2020 (Vigência: 01/01/2021 até 30/06/2021), podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 051/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 23 de dezembro de 2020.

Município de Nova Trento - SC GIAN FRANCESCO VOLTOLINI Prefeito Municipal	CIMCATARINA ELÓI RONNAU Diretor Executivo
---	---

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas:

1. _____ Aprígio José Botameli	2. _____ Denner Soares de Oliveira
-----------------------------------	---------------------------------------

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2018

Publicação Nº 2795327

TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 107/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune – Centro – representado pelo Sr. Prefeito Municipal GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, doravante denominado de “CONTRATANTE” e, de outro, a empresa TRANSP. DELL’AGNOLO LTDA – ME, com endereço à Rua Inês Eccher Trainotti, 263, Ponta Fina Sul – Nova Trento/SC. CEP 88270-000, sob registro no CNPJ, sob o nº 05.192.266/0001-05, neste ato representada pelo Sr. ALEXANDRO DELL’AGNOLO, inscrito no CPF nº 927.697.649-34, doravante denominado “CONTRATADA” firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 107/2018, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de transporte de lixo domiciliar produzido em Nova Trento, para o aterro sanitário de propriedade da empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, localizado no município de Brusque/SC, distante 40 km da sede do município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 107/2018, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2021 (Vigência: 04/01/2021 até 31/12/2021), tendo validade por 12 meses, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 107/2018, para alteração de valor, devido a aplicação do índice de reajuste INPC (últimos doze meses – DEZ/19 a NOV/20 – 5,2%), que passará a ser de no máximo R\$ 13.946,92 (treze mil, novecentos e quarente e seis reais, noventa e dois centavos) mensais, totalizando a importância de R\$ 167.363,06 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais, e seis centavos), obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 107/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 04 de Janeiro de 2021.

TIAGO DALSASSO Prefeito Contratante	Transportes Dell’Agnolo LTDA Contratada
---	--

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Dener Soares de Oliveira	2. _____ Fábio de Freitas
--	------------------------------

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE POSSE 01012021**

Publicação Nº 2795477

Ata da reunião da Câmara Municipal de Nova Trento, realizada no dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, com finalidade dar posse aos Vereadores eleitos, ao Prefeito e ao Vice-Prefeito do Município de Nova Trento, bem como a eleição da mesa diretora para o biênio dois mil e vinte e um e dois mil e dezoito. Aberta a sessão, conforme determina o regimento interno da casa, assumiu a presidência o Senhor Joel Garbari, Vereador mais votado, convidando para secretariar os trabalhos o Vereador Jucelini Marino Chini. Na sequência, o presidente convidou os Vereadores eleitos para apresentarem ao secretário os seus respectivos diplomas. O presidente com o braço estendido leu o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Após, o secretário, de pé e com o braço estendido, declarou: ASSIM EU PROMETO. Na sequência o secretário fez a chamada nominal dos Vereadores eleitos, sendo: Emerson Machado, Flávio Felipe Dalprá, Gustavo Orsi, Genésio Luiz Piazza, Gabriel Pereira Battisti, Joel Garbari, Jucelino Marino Chini, Luiz Fernando Eccel Rachadel, Silvio Cesar Correia; e no que, individualmente todos declararam em voz alta: ASSIM EU PROMETO. Tomados os compromissos, o Presidente proferiu: Declaro empossados os vereadores que prestaram o compromisso. Na sequência os Vereadores empossados foram convidados para assinarem o termo de posse que foi lavrado pelo secretário. Seguindo os trabalhos o Presidente suspendeu a sessão pelo prazo de dez minutos, com finalidade de que os Vereadores que tinham interesse na composição de chapa para concorrer aos cargos da mesa, apresentassem suas chapas para mesa de trabalho, comunicando aos Vereadores para que atentassem o que dispõe o Regimento Interno da Câmara e a Lei Orgânica Municipal. Apresentadas as chapas, o Presidente declarou aberta a sessão com a finalidade de providenciar a eleição da mesa. O Presidente convidou os vereadores Emerson Machado e Gabriel Pereira Battisti, para acompanharem a abertura das cédulas da eleição. Conhecido o resultado da eleição, sete votos favoráveis, o Presidente declarou empossados os eleitos em seus cargos, sendo: Presidente: Vereador Genésio Luiz Piazza; Vice-Presidente: Vereador Luiz Fernando Rachadel; Primeiro Secretário: Vereador Jucelino Marino Chini; Segundo Secretário: Joel Garbari, convidando os mesmos a assinarem o termo que foi lavrado pelo Senhor Secretário. Assinado o termo, o presidente Joel Garbari passou a presidência da sessão para o Presidente eleito, Vereador Genésio Luiz Piazza, o Presidente Senhor Genésio Luiz Piazza convidou o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos Senhores Tiago Dalsasso, e Moacir Tadeu Dalla Bida, respectivamente, para adentrarem ao recinto da reunião. Dando sequência, o Presidente convidou o Senhor Prefeito Tiago Dalsasso e o Senhor Vice- Moacir Tadeu Dalla Bida a apresentarem seus diplomas ao secretário. Após o Presidente solicitou ao Senhor Prefeito Tiago Dalsasso que, de pé, e com o braço estendido lê-se em voz alta o seguinte compromisso; "PROMETO manter, Defender, CUMPRIR e fazer cumprir A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, e desempenhar com lealdade o mandato que me foi confiado, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". após o prefeito terminar o compromisso, o secretário solicitou ao Vice- Prefeito Moacir Tadeu Dalla Bida, que de pé, com o braço estendido, declarasse em voz alta: ASSIM eu Prometo. Depois de tomar o compromisso do Prefeito e do Vice –Prefeito, o Presidente declarou empossados os mesmos, proferindo em voz alta: Declaro empossados o prefeito e o vice Prefeito que prestaram o compromisso. O presidente convidou o Prefeito e Vice-Prefeito a assinarem o termo de posse. Terminada a posse, o Presidente alertou a todos os empossados da obrigatoriedade da entrega da declaração de bens, prevista na Lei Orgânica Municipal. Em continuidade o Presidente concedeu a palavra ao Vice Prefeito e do Prefeito empossados, sendo que dela fizeram uso. Também foi oportunizada a palavra a demais autoridades. Após Presidente concedeu a palavra, pelo prazo de cinco minutos, a todos os vereadores que quisessem fazer uso. Nada mais havendo a tratar na presente reunião, foi lavrada a presente ata, no que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Vereadores presentes, pelo Prefeito, pelo Vice-Prefeito e demais autoridades presentes que assim o quisessem.

Nova Veneza

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2021

Publicação Nº 2795361

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2021

O Prefeito Municipal de Nova Veneza, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, diante da falta de candidatos aprovados no Processo Seletivo ACT Nº 002/2020 para preenchimento das vagas necessárias, torna público para o conhecimento de quem interessar possa, que fica aberta chamada pública para vagas de Auxiliar de Serviços Gerais I, com experiência comprovada, para exercer as atribuições inerentes ao cargo, para contratação em caráter temporário.

Maiores informações sobre a vaga disponível, tais como carga horária, unidade escolar e remuneração, poderão ser obtidas diretamente na Secretaria Municipal de Educação ou pelo telefone (48) 3436-5544. As vagas que surgirem no decorrer do ano vigente, ficarão como Cadastro Reserva para candidatos inscritos.

Interessados deverão apresentar a documentação exigida até as 12 horas o dia 15 de janeiro de 2021, na Secretaria Municipal de Educação, sito à rua Dr. Césare Tibaldeschi, 200 – Centro, Nova Veneza/SC.

A classificação dos candidatos inscritos obedecerá aos seguintes critérios:

1º) o de maior tempo de serviço exercendo a função (mediante apresentação do respectivo tempo de serviço, levando em consideração as atribuições do cargo prevista na Lei Complementar Nº 2, de abril de 2012.

Para fins de comprovação de tempo de serviço, serão aceitos os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado de tempo de serviço expedido pelo órgão competente;
- Declaração com firma reconhecida, constando dados do empregador, tempo de serviço e função.

2º) O número de filhos;

3º) O de maior idade.

DESCRIÇÃO E ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I ATRIBUIÇÕES:

a) DESCRIÇÃO SINTÉTICA: Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral; ajudar na remoção ou arrumação de móveis e utensílios; auxiliar nos serviços de cozinha, ou, Preparar, cozinhar e servir alimentos; supervisionar, coordenar e responsabilizar-se pela cozinha nas unidades escolares.

b) DESCRIÇÃO ANALÍTICA: Fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; limpar banheiros e toaletes; arrumar e trocar a roupa de cama; lavar e encerrar assoalhos; lavar e passar vestuários e roupas de cama, mesa e banho; coletar lixo dos depósitos colocando-os nos recipientes apropriados; lavar vidros, espelhos e persianas; varrer pátios; preparar

e servir café e similares; auxiliar nos serviços de cozinha em geral; fechar portas, janelas e vias de acesso; eventualmente, auxiliar na carga, descarga de veículos, montagem de móveis e equipamentos

e/ou responsabilizar-se pelos trabalhos da cozinha, zelando pela higiene e qualidade dos alimentos; preparar dietas e refeições de acordo com cardápios; preparar lanches, café, suco, chá e outros; encarregar-se de todos os tipos de cozimento em larga escala, tais como: vegetais, cereais, legumes e carnes de variadas espécies; eventualmente fazer pães, biscoitos, sorvetes e artigos de pastelaria em geral; servir os alimentos nos horários determinados; encarregar-se da guarda e conservação dos alimentos; fazer o pedido e controle de suprimentos de material necessário à cozinha e à preparação dos alimentos; operar diversos tipos de fogão, aparelhos e demais equipamentos de cozinha;; lavar louças e utensílios de cozinha; supervisionar os serviços de limpeza, zelando pela conservação e higiene dos equipamentos e instrumentos de cozinha; realizar outras atividades de limpeza e organização; outras atividades correlatas e/ou que lhe forem atribuídas.

Para investidura na vaga, os interessados deverão apresentar a documentação necessária, conforme previsto no Edital de Processo Seletivo n.º 002/2020 – e, estarem cientes das atribuições do cargo prescritas na Lei.

Ficam os candidatos cientes que a investidura na função ficará a critério da administração pública, sendo que o deslocamento para a unidade escolar será de inteira responsabilidade do candidato.

Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Nova Veneza (SC), 05 de janeiro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 01/2018 - PMNV

Publicação N° 2796968

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 11-01/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : R\$ 383.905,64 (trezentos e oitenta e três mil, novecentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 167/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 100/2020 - PMNV

Publicação N° 2796729

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-100/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 47/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para a repavimentação asfáltica da Rua dos Imigrantes.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 114/2020 - PMNV

Publicação N° 2796739

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-114/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 58/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para a repavimentação asfáltica Avenida José Ronchi/Antônio Milanez.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 115/2020 - PMNV

Publicação N° 2796746

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-115/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 32/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para a pavimentação da Rodovia Imigrante Giuseppe Gava.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 118/2020 - PMNV

Publicação N° 2796751

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-118/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONSTRUTORA NUNES LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 77/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para a pavimentação de acesso ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio – Nova Veneza, SC. Contrato de repasse OGU n.º 870727/2018 – Operação 1056130-87.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 132/2020 - PMNV

Publicação N° 2796754

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-132/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 63/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para a pavimentação asfáltica da Rua Silvestro Milanezi.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 182/2020 - PMNV

Publicação N° 2796758

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-182/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 116/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das ruas Francisco Ronchi, Conego Miguel Giacca e Angela Spillere no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 185/2020 - PMNV

Publicação N° 2796761

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-185/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 110/2020

Objeto : contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da Rodovia Giacomo Destro no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 194/2020 - PMNV

Publicação N° 2796762

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-194/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 121/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rua Jackson Malgaressi no Distrito de Caravaggio no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 197/2020 - PMNV

Publicação N° 2796766

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-197/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 125/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da rua Ítalo Amboni trecho I e II no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 201/2020 - PMNV

Publicação N° 2796768

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-201/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 122/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica das Ruas: Rua Bruno Warmeling, Rua Servidão Pedro Silveira, Rua Angelica Bortolotto Panato, Rua 03, Rua 05, Rua Ernesto Daminelli e Rua Angelica Alessio Cerimbelli; no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 211/2020 - PMNV

Publicação N° 2796770

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-211/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 126/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rua Alamanda e Rua Demostenes Júlio da Silva no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 213/2020 - PMNV

Publicação N° 2796775

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-213/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 130/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rodovia Pedro Fontana no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 216/2020 - PMNV

Publicação Nº 2796779

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 1-216/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: GENTE SEGURADORA S.A.
Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 15/09/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 127/2020
Objeto : aquisição de seguros para a frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 226/2020 - PMNV

Publicação Nº 2796780

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 1-226/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: FRANCIELI BORGES TARTARI PIETSCH EIRELI
Vigência : Início: 23/12/2020 Término: 29/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 151/2020
Objeto : aquisição de servidor novo e completo para banco de dados; e nobreak, em atendimento as demandas da Secretaria Administração e Finanças do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 228/2020 - PMNV

Publicação Nº 2796786

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 1-228/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 152/2020
Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rodovia Mario Nazari no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 232/2020 - PMNV

Publicação N° 2796791

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-232/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 155/2020

Objeto : contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rua Pedro Malgaressi Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 238/2020 - PMNV

Publicação N° 2796856

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-238/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 154/2020

Objeto : contratação de empresa para repavimentação asfáltica das Ruas Nicolau Pederneiras, Paulo Marini e Ponte sobre o Rio Mãe Luzia no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 239/2020 - PMNV

Publicação N° 2796857

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-239/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SCHMOELLER & CIA LTDA ME

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 30/06/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 158/2020

Objeto : contratação de empresa para reforma no Centro Comunitário São José no Distrito de Caravaggio do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 240/2020 - PMNV

Publicação N° 2796859

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-240/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: AI ELECTRIC COMERCIAL ELÉTRICA EIRELI ME
Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 31/03/2021
Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 136/2020
Objeto : contratação de empresa para revitalização da iluminação pública no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 264/2020 - PMNV

Publicação N° 2796865

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-264/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: GEAN MARCOS ME
Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 31/01/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 189/2020
Objeto : contratação de mão de obra para montagem e desmontagem de decoração de natal nos pontos turísticos do Município, bem como nos Distritos e Comunidades do interior.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 286/2020 - PMNV

Publicação N° 2796866

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-286/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: COOFANOVE – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA
Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 28/02/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 209/2020
Objeto : aquisição de flores e complementos para requalificação e melhorias no espaço externo do Carnevale de Venezia do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 77/2020 - FMS

Publicação N° 2795927

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 1-77/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
Contratada...: GAMA VEÍCULOS LTDA
Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 31/05/2021

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 39/2020

Objeto : aquisição de veículos para melhoria no atendimento da população, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica do Município de Nova Veneza, SC

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 109/2020 - PMNV

Publicação N° 2796734

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 1-109/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: ANGELO BRESSAN ME

Valor : R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 52/2020

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : contratação de assistência técnica com a locação das repetidoras de sinal de televisão, compreendendo a manutenção, limpeza e reposição de componentes de retransmissor.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 236/2020 - PMNV

Publicação N° 2796794

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 1-236/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: SCHMOELLER & CIA LTDA ME

Valor : R\$ 4.989,42 (quatro mil, novecentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos)

Vigência : Início: 09/12/2020 Término: 31/12/2020

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 157/2020

Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (173)

Objeto : contratação de empresa para pavimentação de calçadas com paver na Rua Imigrante Luiz Gava no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 246/2020 - PMNV

Publicação N° 2796860

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 1-246/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: DNG PANIFICADORA LTDA ME
Valor : R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 167/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : aquisição de marmita alimentícia para a Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 252/2020 - PMNV

Publicação N° 2796861

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 1-252/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: TEC SERV SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI ME
Valor : R\$ 1.748,50 (um mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 169/2020
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (86)
Objeto : contratação de empresa para a reforma de grades de proteção do Ginásio de Esportes do Caravaggio no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 261/2020 - PMNV

Publicação N° 2796862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 1-261/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: AFV PRESTADORA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI ME
Valor : R\$ 3.110,00 (três mil, cento e dez reais)
Vigência : Início: 01/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 184/2020
Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (76)
Objeto : contratação de mão de obra para montagem, desmontagem e assistência de iluminação de natal, em diversos pontos turísticos e comunidades do interior no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 261/2020 - PMNV

Publicação N° 2796873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 2-261/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: AFV PRESTADORA DE SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI ME

Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 31/01/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 184/2020

Objeto : contratação de mão de obra para montagem, desmontagem e assistência de iluminação de natal, em diversos pontos turísticos e comunidades do interior no Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 263/2020 - PMNV

Publicação Nº 2796876

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 1-263/2020

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Vigência : Início: 22/12/2020 Término: 10/11/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 188/2020

Objeto : contratação de empresa para realização do seguro total de um veículo Corolla XEI 2.0 do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 337/2019 - PMNV

Publicação Nº 2796877

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo Nº.: 2-337/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC

Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 28/02/2021

Objeto : disciplinar as relações estabelecidas entre as partes, consistente na transferência de atribuições e prestações dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, geridos de forma associada pelo Município Consorciado.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 261/2019 - PMNV

Publicação Nº 2796869

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 2-261/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: DIANA ALEXANDRE BORTOLIN

Valor : R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 31/12/2021

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (07)

Objeto : locação de 01 (uma) sala localizada a Rua Conselheiro Pedro Bortolotto, Distrito de São Bento Baixo, para acomodar as dependências da Intendência de São Bento Baixo.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 52/2019 - PMNV

Publicação N° 2796868

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 2-52/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor : R\$ 17.174,52 (dezesete mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 23/2019

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (46)

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço e implantação de solução de gestão escolar, incluindo: implantação do software público i-Educar, implantação de ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar, conforme especificações do edital (Anexo I). Inclui ainda serviços de migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 2º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 07/2019 - FMS

Publicação N° 2795935

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 2-07/2019

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA VENEZA

Valor : R\$ 115.544,65 (cento e quinze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 03/2019

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde de acordo com as normas do SUS.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO
Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 155/2020 - PMNV

Publicação N° 2796880

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 3-155/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: SCHMOELLER & CIA LTDA ME
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021
Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 94/2020
Objeto : contratação de empresa especializada para a repavimentação com paver da Rua dos Imigrantes (Centro).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 02/2018 - PMNV

Publicação N° 2796878

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 3-02/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
Valor : R\$ 10.771,56 (dez mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e seis centavos)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 186/2017
Recursos : Dotação: 2.009.3.3.93.00.00.00.00 (14)
Objeto : prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 110/2019 - PMNV

Publicação N° 2796879

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 3-110/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Valor : R\$ 4.179,96 (quatro mil, cento e setenta e nove reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 41/2019
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : contratação de empresa especializada para instalação de sinal de internet (fibra óptica) no ponto turístico denominado Casas de Pedra, incluídos equipamentos em comodato, instalação, configuração e todas as demais condições.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 256/2019 - PMNV

Publicação N° 2796884

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 3-256/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Valor : R\$ 3.509,76 (três mil, quinhentos e nove reais e setenta e seis centavos)

Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 152/2019

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : contratação de empresa especializada para instalação de sinal de internet (fibra óptica) de acesso público na Praça Pública do Distrito de São Bento Baixo, incluídos equipamentos em comodato, instalação, configuração e todas as demais condições.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 3º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 78/2018 - FMS

Publicação N° 2795942

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 3-78/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: CELK SISTEMAS LTDA EPP

Valor : R\$ 82.555,00 (oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 32/2018

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de licenciamento de uso de Sistema Integrado de Gestão da Saúde do Município de Nova Veneza, compreendendo implantação, treinamento, suporte, manutenção, visando manter os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, fortalecendo a administração através da gestão completa da Saúde.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 320/2018 - PMNV

Publicação N° 2796919

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 4-320/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: FESTMAN ENGENHARIA LTDA

Vigência : Início: 29/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 187/2018

Objeto : contratação de profissional com formação na área de trânsito ou de empresa especializada na área para criação do Departamento Municipal de Trânsito.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 155/2017 - PMNV

Publicação N° 2796897

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 4-155/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Valor : R\$ 26.582,29 (vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos)

Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 72/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : contratação de empresa que detém autorização para prestar SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 35 (trinta e cinco) códigos de acesso, com o fornecimento das 35 (trinta e cinco) estações móveis, devidamente ativadas, associadas a um plano pós pago de serviço, com franquia global estimada em 10.000 minutos/mês, dos quais 9.400 minutos/mês para ligações VC1, 300 minutos/mês para ligações VC2 e 300 minutos/mês para ligações VC3, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de longa distância nacional e roaming nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento (consulta de resumos de minutos e detalhamento de faturas de cada acesso) por meio de internet.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 210/2017 - PMNV

Publicação N° 2796903

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 4-210/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: CARLOS MÁRIO JOSÉ GORINI

Valor : R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 109/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : locação de um imóvel comercial situado a Rua Nicolau Pederneiras, nº 58, Centro, Município de Nova Veneza/SC, com área total de 109 m2 (cento e nove metros quadrados), que servirá como ponto de informações turísticas aos visitantes do Município.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 313/2018 - PMNV

Publicação N° 2796916

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 4-313/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: ORSEGUPS MONITORAMENTO ELETRÔNICO LTDA

Valor : R\$ 3.624,48 (seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 179/2018

Recursos : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (46)

Objeto : aquisição de rastreadores (comodato) e aplicativos para acompanhamento e monitoramento de rotas para os veículos da frota da Secretaria Municipal de Educação.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 34/2018 - PMNV

Publicação Nº 2796890

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 4-34/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Valor : R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 05/2018
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de comunicação de internet (fibra óptica), destinados a manutenção do prédio "sede administrativa" e demais repartições públicas do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 18/2018 - FMS

Publicação Nº 2795953

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 4-18/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
Contratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Valor : R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 02/2018
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00
Objeto : contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de comunicação de internet (fibra óptica e via rádio), destinados a Secretaria Municipal de Saúde e as UBS - Unidades Básicas de Saúde de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO
Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 33/2017 - FMS

Publicação Nº 2795966

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 4-33/2017
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
Contratada...: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA EPP
Valor : R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : contratação de empresa especializada, para realizar a coleta, transporte, tratamento e a destinação final de resíduos de saúde gerado pelas unidades sanitárias da rede municipal de saúde, em aterro devidamente licenciado por órgãos ambientais do lixo.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 74/2017 - FMS

Publicação Nº 2795980

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 4-74/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LEHMKUHL LTDA ME

Valor : R\$ 41.845,80 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 37/2017

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : prestação de serviços de saúde para atendimento em análises clínicas aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo (tabela sigtap.datasus.gov.br).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 75/2017 - FMS

Publicação Nº 2795983

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 4-75/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MBB. BERTI LTDA ME

Valor : R\$ 41.845,80 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº.: 37/2017

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : prestação de serviços de saúde para atendimento em análises clínicas aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo (tabela sigtap.datasus.gov.br).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 76/2017 - FMS

Publicação N° 2795991

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 4-76/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA

Contratada...: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS NOSSA SENHORA DO CARAVAGGIO LTDA ME

Valor : R\$ 41.845,80 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°.: 37/2017

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : prestação de serviços de saúde para atendimento em análises clínicas aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS e o contido no anexo (tabela sigtap.datasus.gov.br).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO

Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 83/2019 - PMNV

Publicação N° 2796927

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 5-83/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 03/2019

Objeto : pavimentação asfáltica com drenagem, passeio e acessibilidade dentro do perímetro urbano do município de Nova Veneza, SC (Rua Ipê e Rua Camélias).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 84/2019 - PMNV

Publicação N° 2796932

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 5-84/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 06/2019

Objeto : pavimentação em vias urbanas no Município de Nova Veneza, SC (Avenida José Ronchi, Rua Calixto Scotti e Rua Giuseppe Scotti).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 92/2019 - PMNV

Publicação N° 2796935

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo de Prazo N°.: 5-92/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA
Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 01/03/2021
Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 02/2019
Objeto : pavimentação em vias urbanas no Município de Nova Veneza, SC (Rua das Rosas e Rua Primavera).

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 22/2018 - PMNV

Publicação N° 2796922

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 5-22/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: VALDETE DESTRO MARANGONI
Valor : R\$ 12.766,80 (doze mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 03/2018
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : locação de um terreno rural, situado na Comunidade de Picadão, Município de Nova Veneza, SC, com fração total de cerca de 120.000 m².

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 120/2017 - PMNV

Publicação N° 2796938

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 6-120/2017
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: DACI NAZARI
Valor : R\$ 12.920,52 (doze mil, novecentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos)
Vigência : Início: 21/12/2020 Término: 31/12/2021
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 67/2017
Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)
Objeto : locação um terreno rural, situado em Secção Rio Sanga, São Bento Alto, Município de Nova Veneza, SC, com fração de 10.000,00 m², para funcionamento do Britador Municipal.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 27/2018 - PMNV

Publicação N° 2796937

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 6-27/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: FLB PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME

Valor : R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 152/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11); 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (05)

Objeto : contratação de serviços de agência de propaganda, que se compõe de planejamento, criação, execução, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias, promoções, materiais de divulgação, produção gráfica, eletrônica (Vt, Spot etc.), eventos e outros serviços necessários às ações da referida campanha, conforme justificativa técnica em anexo.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 178/2017 - PMNV

Publicação N° 2796952

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 7-178/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE NOVA VENEZA

Valor : R\$ 34.129,32 (trinta e quatro mil, cento e vinte e nove reais e trinta e dois centavos)

Vigência : Início: 23/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 98/2017

Recursos : Dotação: 2.052.3.3.90.00.00.00.00 (75)

Objeto : locação de 04 (quatro) salas comerciais e parte do salão superior localizado a Rua José Canela, nº 64, centro de Nova Veneza, para acomodar a Secretaria Municipal de Agricultura.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 53/2017 - PMNV

Publicação N° 2796939

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 7-53/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: ELIS BORTOLOTTI CARDOSO

Valor : R\$ 51.610,80 (cinquenta e um mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 28/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 32/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : locação de um prédio comercial, com área de 392,96m² (trezentos e noventa e dois e noventa e seis metros quadrados), localizado junto a Rua Dr. Cesare Tibaldeschi, n.º 200, Centro de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 80/2017 - PMNV

Publicação Nº 2796940

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 7-80/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: JARLANA MINATTO GAVA

Valor : R\$ 6.510,96 (seis mil, quinhentos e dez reais e noventa e seis centavos)

Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2021

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : locação de 01 (uma) sala comercial localizada a Rua Conselheiro Pedro Bortolotto, com área total de 24,00m2 (vinte e quatro metros quadrados), para acomodar as dependências do Correio de São Bento Baixo.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 91/2017 - PMNV

Publicação Nº 2796941

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 7-91/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: DAB ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA

Valor : R\$ 26.022,60 (vinte e seis mil, vinte e dois reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 53/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : locação de 01 (uma) sala comercial com área aproximada de 120 m² (cento e vinte metros quadrados), situada à Rua Nicolau Pederneiras, s/n.º, Centro, Nova Veneza, para fins de funcionamento da sede da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza – COOFANOVE, conforme autoriza a Lei Municipal n.º 1.720, de 29 de março de 2005.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 92/2017 - PMNV

Publicação Nº 2796942

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 7-92/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: SINDICATO RURAL DE NOVA VENEZA

Valor : R\$ 24.415,92 (vinte e quatro mil, quatrocentos e quinze reais e noventa e dois centavos)

Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 58/2017

Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (11)

Objeto : locação de 02 (duas) salas comerciais, localizadas à Travessa Oswaldo Búrigo, s/n.º, no Centro de Nova Veneza, para acomodar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Nova Veneza.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE 7º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 07/2017 - FMAS

Publicação N° 2795905

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 7-07/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: DIOCESE DE CRICIÚMA – PARÓQUIA SÃO MARCOS

Valor : R\$ 32.188,32 (trinta e dois mil, cento e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 03/2017

Recursos : Dotação: 2.034.4.4.90.00.00.00.00

Objeto : locação de três salas comerciais, com área aproximada de 315,96m², situadas a Rua Antônio Remor, s/n.º, Centro de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

JULIANE MARAVAI FERRO

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DE 7º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO N.º 08/2017 - FMAS

Publicação N° 2795916

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N°.: 7-08/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: GRUPO DE ESCOTEIROS DOUTOR CESARE TIBALDESCHI

Valor : R\$ 10.374,12 (dez mil, trezentos e setenta e quatro reais e doze centavos)

Vigência : Início: 10/12/2020 Término: 31/12/2021

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 04/2017

Recursos : Dotação: 2.034.4.4.90.00.00.00.00

Objeto : locação de 01 (um) imóvel, situado à Rua Ângelo Bortolotto, s/n.º, Bairro Bortolotto, Nova Veneza, SC, com aproximadamente 150 m², para funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS no Município de Nova Veneza.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

JULIANE MARAVAI FERRO

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO N.º 282/2020 - PMNV

Publicação N° 2796035

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 282/2020

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada...: CONSTRUTORA NUNES LTDA

Valor : R\$ 116.258,25 (cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 07/12/2020 Término: 01/03/2021

Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 200/2020

Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (178)

Objeto : contratação de empresa para recuperação de revestimento primário da Rodovia NVA 163 – Vila Maria – Linha Zoche, trecho 02.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 283/2020 - PMNV

Publicação N° 2796052

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 283/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: AROLDO FRIGO
Valor : R\$ 6.435,00 (seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 08/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 207/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (101); 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (178)
Objeto : aquisição de combustível conforme demanda para a frota de veículos da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 284/2020 - PMNV

Publicação N° 2796062

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 284/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: SÃO MARCOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONST. CIVIL LTDA
Valor : R\$ 1.240,00 (um mil, duzentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 08/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 203/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (105)
Objeto : aquisição de caixas d'água para o 4º Grupo de Bombeiros Militar de Forquilha.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 285/2020 - PMNV

Publicação N° 2796098

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 285/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: SAN MARINO ÔNIBUS LTDA
Valor : R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais)
Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 15/04/2020
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 202/2020
Recursos : Dotação: 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (28); 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (29); 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (171);
Objeto : aquisição de um ônibus escolar 0km para Secretaria de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 286/2020 - PMNV

Publicação N° 2796608

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 286/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: COOFANOVE – COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE NOVA VENEZA
Valor : R\$ 3.159,80 (três mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos)
Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 209/2020
Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00 (73)
Objeto : aquisição de flores e complementos para requalificação e melhorias no espaço externo do Carnevale de Venezia do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 287/2020 - PMNV

Publicação N° 2796617

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 287/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: LR COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
Valor : R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Vigência : Início: 14/12/2020 Término: 01/03/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 206/2020
Recursos : Dotação: 1.046.4.4.90.00.00.00.00 (115)
Objeto : aquisição de veículo automotor zero km, modelo SUV (Veículo Utilitário Esportivo) para utilização nas atividades desenvolvidas pela Polícia Militar do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 288/2020 - PMNV

Publicação N° 2796629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 288/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada.: SERRALHERIA E METAL MECÂNICA PIRES LTDA ME
Valor : R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 15/02/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 204/2020
Recursos : Dotação: 1.064.4.4.90.00.00.00.00 (151)
Objeto : aquisição de trainel fixo para Reserva Técnica do Museu do Imigrante Cônego Miguel Giacca do Município de Nova Veneza,

SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 289/2020 - PMNV

Publicação N° 2796666

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 289/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: INGÁ CAMINHÕES LTDA
Valor : R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)
Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 01/04/2021
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 208/2020
Recursos : Dotação: 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (28); 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (32)
Objeto : aquisição de uma van nova 0km para Secretaria de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 290/2020 - PMNV

Publicação N° 2796694

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 290/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA
Valor : R\$ 50.500,00 (cinquenta mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 01/04/2021
Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 208/2020
Recursos : Dotação: 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (28); 1.015.4.4.90.00.00.00.00.00 (32)
Objeto : aquisição de um carro novo 0km para Secretaria de Educação do Município de Nova Veneza, SC.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 291/2020 - PMNV

Publicação N° 2796701

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 291/2020
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: CONSTRUTORA NUNES LTDA
Valor : R\$ 32.695,73 (trinta e dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)
Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 01/03/2021
Licitação : TOMADA DE PREÇO N°.: 213/2020
Recursos : Dotação: 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (103)
Objeto : contratação de empresa para recuperação de revestimento primário da Rodovia NVA 163 – Vila Maria – Linha Zoche, trecho

01.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO N.º 81/2020 - FMS

Publicação N° 2796000

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N.º: 81/2020
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA
Contratada...: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC
Valor : R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/12/2020
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 43/2020
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (10);
Objeto : aquisição de produto/material para detecção do novo Corona Vírus – COVID-19.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

CESAR AUGUSTO PAZETTO
Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza

EXTRATO DE 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 101/2016 - PMNV

Publicação N° 2796957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo N.º: 10-101/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
Contratada...: RAC SANEAMENTO LTDA
Valor : R\$ 109.656,00 (cento e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais)
Vigência : Início: 15/12/2020 Término: 15/04/2021
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N.º: 61/2016
Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00 (101)
Objeto : contratação de empresa especializada na destinação final (depósito) de resíduos sólidos urbanos do Município de Nova Veneza, em aterro sanitário, devidamente licenciado.

Nova Veneza/SC, 05 de janeiro de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.717 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795160

DECRETO Nº 2.717 de 06 de janeiro de 2021

Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO 2019 e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito do Município de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal Nº 613 de 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação por superávit financeiro no exercício do ano 2020 para dotação insuficiente.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de R\$ 234.600.00 (Duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais), relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 - Manutenção Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.1.93-00.01.0003 aplicações diretas R\$ 58.000.00

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0075 aplicações diretas R\$ 17.300.00

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0074 aplicações diretas R\$ 14.000.00

Elemento de Despesa – 3.3.90-00.01.0072 aplicações diretas R\$ 5.800.00

Elemento de Despesa – 3.3.93-00.01.0003 aplicações diretas R\$ 139.500.00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 234.600.00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

Em 06 de janeiro de 2021.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e AIMAR FRANCISCO PAVELECINI

Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2.718 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795179

DECRETO Nº 2.718 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41-I, 42 e 43-III, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal nº 613 de 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação orçamentaria insuficiente.

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 300.000.00 (Trezentos mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de Despesa – 3.3.93.00.01.0003 – Aplicações DiretasR\$ 300.000.00

TOTAL R\$ 300.000.00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 300.000.00 (Trezentos mil reais)

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elementos de Despesa – 3.3.90.00.01.0003 – Aplicações DiretasR\$ 300.000.00

TOTAL R\$ 300.000.00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 06 de janeiro de 2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2.719 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795201

DECRETO Nº 2.719 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos artigos 41-I, 42 e 43-III, da Lei Federal nº 4.320/64 e amparado pela Lei Municipal nº 613 de 09 de dezembro de 2020.

CONSIDERANDO: Remanejamento de dotação orçamentaria insuficiente.

Art. 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação do orçamento vigente, no valor de R\$ 6.000.00 (Seis mil reais) relativos a recursos ordinários assim consignados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elementos de Despesa – 3.1.93.00.01.0003 – Aplicações DiretasR\$ 6.000.00

TOTAL R\$ 6.000.00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, no valor de R\$ 6.000.00 (Seis mil reais)

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
60.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elementos de Despesa – 3.3.90.00.01.0003 – Aplicações DiretasR\$ 6.000.00

TOTAL R\$ 6.000.00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder as alterações necessárias no PPA (Plano Plurianual) e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), resultantes desta suplementação por anulação de dotações orçamentárias.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC
Em 06 de janeiro de 2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Registre-se Aimar Francisco Pavelecini
Publique-se Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DO PL PM Nº 005/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

Publicação Nº 2796178

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 005/2021-PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR DE PNEU, CARRETÃO AGRÍCOLA, ENSILADEIRA E OPERADOR ESPECIALIZADO PARA OPERAR A ENSILADEIRA, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SILAGEM DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 20.01.2021, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 08 de Janeiro de 2021. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

RGF 2º SEM.20 NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2794907

Município de NOVO HORIZONTE - SC - Poder Executivo
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		UNIDADES												TOTAL (Últimos 12 Meses) (e)	NÃO PROCESSADOS (b)
		Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Agv/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		543.395,47	563.220,06	567.792,75	597.574,16	602.759,79	591.553,30	591.127,35	840.228,32	596.122,46	597.060,65	596.555,89	1.034.744,95	7.725.583,27	0,00
Pessoal Ativo		498.648,13	517.270,43	522.443,12	550.255,59	555.343,22	544.176,73	543.870,88	766.225,97	551.178,40	549.654,08	551.139,32	963.620,10	7.115.351,07	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		434.302,86	447.740,78	454.271,23	479.435,54	482.157,83	471.376,05	470.957,29	691.918,91	478.094,70	475.624,31	475.959,11	823.216,86	6.186.060,27	0,00
Obrigações Patronais		64.346,47	70.129,65	68.171,89	70.819,05	73.185,39	72.798,68	72.853,89	74.707,06	73.898,70	74.007,77	74.180,21	140.403,24	929.200,80	0,00
Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Reservistas		45.347,24	45.249,63	45.249,63	47.416,57	47.416,57	47.416,57	47.416,57	74.202,35	44.339,08	47.416,57	47.416,57	71.124,85	610.212,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas		38.182,26	38.184,65	38.184,65	41.261,59	41.261,59	41.261,59	41.261,59	61.262,38	41.261,59	41.261,59	41.261,59	61.852,38	530.187,26	0,00
Pensões		6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	12.039,96	3.077,49	6.154,98	6.154,98	9.252,47	80.024,74	0,00
Outras Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal Ativo ou Contratado (II) (art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (III) (art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdências por Contribuição e Benefícios a Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorretos de Demissão, Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDAS COM PESSOAL (III) = (I) - (II) - (III)		543.395,47	517.270,43	522.443,12	597.574,16	595.343,22	544.176,73	543.870,88	766.225,97	551.178,40	549.654,08	551.139,32	963.620,10	7.208.114,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LÍQUIDO		VALOR												% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		17.645.644,94												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		0,00												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)		0,00												-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV) - (V) - (VI)		17.645.644,94												-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (II) + (III) + (b)		7.208.114,98												40,85	
LIMITE MÁXIMO (IX) (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		9.526.648,27												54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,55 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		5.239.656,35												51,20	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		8.573.983,44												48,80	

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VALDIR B. SANGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AMAR FERNANDES
SECRETEÁRIO

JURIZ ZILLI
CONTROLOADOR INTERNO

VALDIR B. SANGIOTTO
TEL: 011 3178 1100

FONTE:



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 1/5

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	760.560,22	691.418,41	726.261,21
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	760.560,22	691.418,41	726.261,21
DEDUÇÕES (II)	23.762.270,48	23.748.228,34	25.522.985,21
Disponibilidade de Caixa	23.762.270,48	23.748.228,34	25.522.985,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.781.436,74	23.985.845,14	25.523.032,06
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	19.166,26	237.616,80	46,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-23.001.710,26	-23.056.809,93	-24.796.724,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.347.044,15	17.353.063,30	17.645.644,94
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	18.347.044,15	17.353.063,30	17.645.644,94
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	4,15%	3,98%	4,12%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-125,37%	-132,87%	-140,53%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	22.016.452,98	20.823.675,96	21.174.773,93
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.814.807,68	18.741.308,36	19.057.296,54

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	18.485.511,29	18.485.511,29	21.406.147,55
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(18.485.511,29)	(18.485.511,29)	(21.406.147,55)
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	1,96	20.300,09	66,26
RP NÃO-PROCESSADOS	842.369,88	4.804.086,32	540.773,54
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/5

orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOVO HORIZONTE, 08/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.645.644,94	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	0,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	17.645.644,94	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.823.303,19	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.540.972,87	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.235.195,15	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	17.645.644,94	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.208.114,98	40,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.528.648,27	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.052.215,86	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.575.783,44	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-24.796.724,00	-140,53
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.174.773,93	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.882.041,89	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.823.303,19	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.235.195,15	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	308.800,20	24.982.145,32

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

RGF 3º QUADR.20 - NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2794908

Município de NOVO HORIZONTE - SC - Poder Executivo
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESCISÓRIOS A PAGAR	
		UNIDADES												TOTAL (Últimos 12 Meses) (e)	NÃO PROCESSADOS (b)
		Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	Mai/20	Jun/20	Jul/20	Agv/20	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		543.395,47	563.220,06	567.792,75	597.574,16	602.759,79	591.553,30	591.127,35	840.228,32	596.122,46	597.060,65	596.555,89	1.034.744,95	7.725.583,27	0,00
Pessoal Ativo		498.648,13	517.270,43	522.443,12	550.255,59	555.343,22	544.176,73	543.870,88	766.225,97	551.178,40	549.654,08	551.139,32	963.620,10	7.115.351,07	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		434.302,86	447.740,78	454.271,23	479.435,54	482.157,83	471.376,05	470.957,29	691.918,91	478.094,70	475.624,31	475.959,11	823.216,86	6.185.060,27	0,00
Obrigações Patronais		64.346,47	70.129,65	68.171,89	70.819,05	73.185,39	72.798,68	72.853,89	74.707,06	73.898,70	74.007,77	74.180,21	140.433,24	939.300,80	0,00
Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Reservistas		45.347,24	45.249,63	45.249,63	47.416,57	47.416,57	47.416,57	47.416,57	74.202,35	44.339,08	47.416,57	47.416,57	71.124,85	610.212,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas		38.182,26	38.184,65	38.184,65	41.261,59	41.261,59	41.261,59	41.261,59	61.262,38	41.261,59	41.261,59	41.261,59	61.852,38	530.187,26	0,00
Pensões		6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	6.154,98	12.039,96	3.077,49	6.154,98	6.154,98	9.252,47	80.024,74	0,00
Outras Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas com Pessoal (II) - 1º do art. 18 da LRF		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS LÍQUIDADAS COM PESSOAL (I) - 1º do art. 19 da LRF (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciários por Demissão e Benefícios à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorretos de Demissão, Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)		543.395,47	517.270,43	522.443,12	597.574,16	595.343,22	544.176,73	543.870,88	766.225,97	551.178,40	549.654,08	551.139,32	963.620,10	7.208.114,98	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LÍQUIDO		VALOR												% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		17.645.644,94												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		0,00												-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)		0,00												-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV) - (V) - (VI)		17.645.644,94												-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II) b)		7.208.114,98												40,85	
LIMITE MÁXIMO (IX) (Inciso I, II e III, art. 20 da LRF)		9.526.648,27												54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,55 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		5.241.656,35												51,20	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		8.573.983,44												48,80	

NOVO HORIZONTE, 08/01/2021

VALDIR B. SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AMAR FARIANEIN
SECRETRIA

JUREZIL
CONTROLOADOR INTERNO

VALDIR B. R. G. B.
TELEFONE: 071 3781.10

FONTE:



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 1/6

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	760.560,22	733.037,31	818.450,29	726.261,21
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	760.560,22	733.037,31	818.450,29	726.261,21
DEDUÇÕES (II)	23.762.270,48	23.609.392,27	24.769.417,42	25.522.985,21
Disponibilidade de Caixa	23.762.270,48	23.609.392,27	24.769.417,42	25.522.985,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	23.781.436,74	23.759.243,18	25.059.095,86	25.523.032,06
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	19.166,26	149.850,91	289.678,44	46,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-23.001.710,26	-22.876.354,96	-23.950.967,13	-24.796.724,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.347.044,15	18.008.672,97	18.028.631,21	17.645.644,94
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	18.347.044,15	18.008.672,97	18.028.631,21	17.645.644,94
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	4,15%	4,07%	4,54%	4,12%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-125,37%	-127,03%	-132,85%	-140,53%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	22.016.452,98	21.610.407,56	21.634.357,45	21.174.773,93
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	19.814.807,68	19.449.366,81	19.470.921,71	19.057.296,54
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	18.485.511,29	18.485.511,29	21.406.147,55	21.406.147,55
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	(18.485.511,29)	(18.485.511,29)	(21.406.147,55)	(21.406.147,55)
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	1,96	5.380,18	20.536,83	66,26
RP NÃO-PROCESSADOS	842.369,88	4.815.333,00	4.512.078,55	540.773,54
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/6

orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

NOVO HORIZONTE, 08/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.645.644,94	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	0,00	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	17.645.644,94	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.823.303,19	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.540.972,87	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.235.195,15	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LÍQUIDOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	23.818.729,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.818.729,43	55.526,92	0,00	23.763.202,51
Recursos Ordinários	23.713.681,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.713.681,81	30.033,03	0,00	23.683.648,78
Outros Recursos não Vinculados	105.047,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.047,62	25.493,89	0,00	79.553,73
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.697.968,46	0,00	0,00	225.752,37	0,00	0,00	1.472.216,09	253.273,28	0,00	1.218.942,81
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	23.368,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.368,88	0,00	0,00	2.838,88
Outros Recursos Vinculados à Educação	134.047,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.047,75	0,00	0,00	134.047,75
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	95.731,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95.731,76	0,00	0,00	95.731,76
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	62.564,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.564,39	0,00	0,00	62.564,39
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	214,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214,88	0,00	0,00	214,88
Recursos de Aterção de Bens/Movos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	1.402.570,80	0,00	0,00	225.752,37	0,00	0,00	1.176.818,43	253.273,28	0,00	923.545,15
TOTAL (III) = (I + II)	25.516.697,98	0,00	0,00	225.752,37	0,00	0,00	25.290.945,52	308.800,20	0,00	24.982.145,32

NOVO HORIZONTE, 08/01/2021

VANDERLEI SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F. PAVELECHINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	17.645.644,94	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.208.114,98	40,85
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.528.648,27	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.052.215,86	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.575.783,44	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-24.796.724,00	-140,53
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.174.773,93	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.882.041,89	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.823.303,19	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.235.195,15	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	308.800,20	24.982.145,32

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

RREO 3º QUADR.20 - NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2794916

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = (a - b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	3.650.196,52	694.740,31	2.955.456,21	21.406.147,55
2020	2.252.943,04	585.787,05	1.667.155,99	23.073.303,54
2021	2.350.814,97	715.254,08	1.635.560,89	24.708.864,43
2022	2.452.451,71	807.609,83	1.644.841,88	26.353.706,31
2023	2.557.037,19	822.004,69	1.735.032,50	28.088.738,81
2024	2.666.829,03	836.960,82	1.829.868,21	29.918.607,02
2025	2.782.094,14	852.606,46	1.929.487,68	31.848.094,70
2026	2.896.406,99	1.083.242,49	1.813.164,50	33.661.259,20
2027	3.009.042,06	1.163.121,77	1.845.920,29	35.507.179,49
2028	3.124.112,02	1.195.046,51	1.929.065,51	37.436.245,00
2029	3.240.211,77	1.295.635,53	1.944.576,24	39.380.821,24
2030	3.359.138,05	1.361.531,42	1.997.606,63	41.378.427,87
2031	3.474.871,30	1.571.271,76	1.903.599,54	43.282.027,41
2032	3.586.425,22	1.884.165,08	1.702.260,14	44.984.287,55
2033	3.690.083,00	1.957.395,63	1.732.687,37	46.716.974,92
2034	3.799.231,94	1.959.167,20	1.840.064,74	48.557.039,66
2035	3.914.386,74	1.975.710,22	1.938.676,52	50.495.716,18
2036	4.034.883,12	2.014.031,96	2.020.851,16	52.516.567,34
2037	4.155.166,00	2.143.119,66	2.012.046,34	54.528.613,68
2038	4.279.501,26	2.183.603,24	2.095.898,02	56.624.511,70
2039	4.401.082,48	2.356.514,11	2.044.568,37	58.669.080,07
2040	4.515.200,48	2.626.047,45	1.889.153,03	60.558.233,10
2041	4.632.089,09	2.662.463,15	1.969.625,94	62.527.859,04
2042	4.750.239,24	2.749.336,94	2.000.902,30	64.528.761,34
2043	4.873.424,35	2.792.420,20	2.081.004,15	66.609.765,49
2044	4.997.313,46	2.883.056,44	2.114.257,02	68.724.022,51
2045	5.126.183,18	2.902.961,46	2.223.221,72	70.947.244,23
2046	5.259.855,01	2.951.385,64	2.308.469,37	73.255.713,60
2047	5.414.594,96	3.171.108,74	2.243.486,22	75.499.199,82
2048	5.555.199,02	3.222.047,82	2.333.151,20	77.832.351,02
2049	5.691.095,38	3.358.588,09	2.332.507,29	80.164.858,31
2050	5.826.891,46	3.408.751,13	2.418.140,33	82.582.998,64
2051	5.971.723,87	3.481.291,88	2.490.431,99	85.073.430,63
2052	6.117.969,98	3.499.871,07	2.618.098,91	87.691.529,54
2053	6.274.450,29	3.513.608,53	2.760.841,76	90.452.371,30
2054	6.437.802,99	3.517.253,84	2.920.549,15	93.372.920,45
2055	6.612.399,80	3.491.896,83	3.120.502,97	96.493.423,42
2056	6.799.238,37	3.481.583,15	3.317.655,22	99.811.078,64
2057	6.996.882,96	3.465.676,60	3.531.206,36	103.342.285,00
2058	7.206.884,11	3.452.588,57	3.754.295,54	107.096.580,54
2059	7.432.852,52	3.538.875,60	3.893.976,92	110.990.557,46
2060	7.653.642,73	3.556.640,36	4.097.002,37	115.087.559,83
2061	7.894.259,17	3.536.179,00	4.358.080,17	119.445.640,00
2062	8.149.520,94	3.481.775,20	4.667.745,74	124.113.385,74
2063	8.427.897,19	3.490.798,26	4.937.098,93	129.050.484,67
2064	8.714.694,57	3.461.357,13	5.253.337,44	134.303.822,11
2065	9.022.653,61	3.408.472,59	5.614.181,02	139.918.003,13
2066	9.354.553,11	3.397.634,42	5.956.918,69	145.874.921,82
2067	9.701.875,47	3.368.538,95	6.333.336,52	152.208.258,34
2068	10.074.051,04	3.361.689,18	6.712.361,86	158.920.620,20
2069	10.464.318,50	3.316.362,93	7.147.955,57	166.068.575,77
2070	10.885.824,13	3.311.545,21	7.574.278,92	173.642.854,69
2071	11.330.698,60	3.392.948,81	7.937.749,79	181.580.604,48
2072	11.789.237,84	3.411.910,50	8.377.327,34	189.957.931,82
2073	12.275.520,32	3.383.738,17	8.891.782,15	198.849.713,97
2074	12.797.847,64	3.396.743,68	9.401.103,96	208.250.817,93
2075	13.345.569,10	3.394.011,58	9.951.557,52	218.202.375,45
2076	13.925.967,73	3.336.587,78	10.589.379,95	228.791.755,40

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2077	14.550.822,69	3.354.300,56	11.196.522,13	239.988.277,53
2078	15.203.504,12	3.338.377,34	11.865.126,78	251.853.404,31
2079	15.899.077,82	3.320.246,86	12.578.830,96	264.432.235,27
2080	16.633.995,11	3.274.665,27	13.359.329,84	277.791.565,11
2081	17.417.253,81	3.210.474,66	14.206.779,15	291.998.344,26
2082	18.252.745,98	3.170.628,75	15.082.117,23	307.080.461,49
2083	19.137.193,85	3.128.489,39	16.008.704,46	323.089.165,95
2084	20.080.642,73	3.185.772,20	16.894.870,53	339.984.036,48
2085	21.061.386,42	3.152.524,18	17.908.862,24	357.892.898,72
2086	22.114.167,91	3.130.231,89	18.983.936,02	376.876.834,74
2087	23.227.288,14	3.088.996,43	20.138.291,71	397.015.126,45
2088	24.410.961,65	3.067.585,65	21.343.376,00	418.358.502,45
2089	25.664.219,03	3.054.937,15	22.609.281,88	440.967.784,33
2090	26.990.143,05	3.022.107,00	23.968.036,05	464.935.820,38
2091	28.399.504,09	3.025.660,01	25.373.844,08	490.309.664,46
2092	29.889.098,33	3.033.595,82	26.855.502,51	517.165.166,97
2093	31.466.780,43	3.074.446,80	28.392.333,63	545.557.500,60
2094	33.128.358,67	3.057.604,01	30.070.754,66	575.628.255,26

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
 PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
 SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
 CONTROLADOR INTE

VALDEMAR P. GOBI
 TÊC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Quadrimestre (b)				R\$ 1,00
							SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		24.203,00					24.203,00
Receita de Alienação De Bens Móveis		24.203,00					24.203,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00					0,00
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
	Despesas de Capital	43.067,93	43.064,93	17.571,04	17.571,04	25.493,89	3,00
	Investimentos	43.067,93	43.064,93	17.571,04	17.571,04	25.493,89	3,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (b - (III + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		0,00					-17.571,04
FONTE:							

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR FPAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TEC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										R\$ 1,00							
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS										PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			
												Até o Quadrimestre (b)		% (b/a)*100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)										614.680,00		614.680,00		732.282,09		119,13	
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU										102.850,00		102.850,00		64.101,53		62,33	
IPTU										72.600,00		72.600,00		56.784,54		78,22	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU										30.250,00		30.250,00		7.316,99		24,19	
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI										121.000,00		121.000,00		184.358,96		152,36	
ITBI										121.000,00		121.000,00		184.358,96		152,36	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI										0,00		0,00		0,00		0,00	
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS										124.630,00		124.630,00		79.337,11		63,66	
ISS										121.000,00		121.000,00		78.189,01		64,62	
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS										3.630,00		3.630,00		1.148,10		31,63	
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF										266.200,00		266.200,00		404.484,49		151,95	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)										15.935.700,00		15.935.700,00		13.096.923,26		82,19	
Cota-Parte FPM										9.922.000,00		9.922.000,00		7.046.317,98		71,02	
Cota-Parte ITR										12.100,00		12.100,00		7.423,01		61,35	
Cota-Parte IPVA										260.150,00		260.150,00		229.602,29		88,26	
Cota-Parte ICMS										5.626.500,00		5.626.500,00		5.734.412,81		101,92	
Cota-Parte IPI-Exportação										84.700,00		84.700,00		79.167,17		93,47	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais										30.250,00		30.250,00		0,00		0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/86)										30.250,00		30.250,00		0,00		0,00	
T O T A L D A S R E C E I T A S R E S U L T A N T E S D E I M P O S T O S E T R A N S F E R Ê N C I A S C O N S T I T U C I O N A I S E L E G A I S (I I I) = I + I I										16.550.380,00		16.550.380,00		13.829.205,35		83,56	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)				
							Até Quadrimestre (d)		% (d/c)*100		Até Quadrimestre (e)				% (e/c)*100		Até Quadrimestre (f)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)			2.660.402,80		2.964.061,82		2.401.083,07		81,01		2.401.083,07		81,01		0,00		
Despesas Correntes			2.599.902,80		2.943.561,82		2.398.988,07		81,50		2.398.988,07		81,50		0,00		
Despesas de Capital			60.500,00		20.500,00		2.095,00		10,22		2.095,00		10,22		0,00		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas Correntes			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas de Capital			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas Correntes			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas de Capital			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas Correntes			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas de Capital			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas Correntes			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		
Despesas de Capital			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		

Página 27/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Quadrimestre (d)	% (d/c)*100	Até Quadrimestre (e)	% (e/c)*100	Até Quadrimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.660.402,80	2.964.061,82	2.401.083,07	81,01	2.401.083,07	81,01	2.401.083,07	81,01	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
DESPESAS EMPENHADAS (d)					DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)					2.401.083,07		2.401.083,07		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)					0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)					0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)					0,00		0,00		
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)					2.401.083,07		2.401.083,07		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							2.074.380,80		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)					326.702,27		326.702,27		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)					0,00		-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)					17,36		17,36		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012					LIMITE NÃO CUMPRIDO		
Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Empenhadas (i)		Saldo Final (não aplicado)* (f-h - (ou j))			
		Liquidadas (j)	Pagas (k)				
-	-	-	-	-			
-	-	-	-	-			
-	-	-	-	-			
-	-	-	-	-			
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)							

Diferença de limite não cumprido em 2020
Diferença de limite não cumprido em 2019
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores

Página 28/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total Inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (iv)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS				
						Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)*100			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Quadrimestre (d)	% (d/c)*100	Até Quadrimestre (e)	% (e/c)*100	Até Quadrimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII) Despesas Correntes Despesas de Capital ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII) Despesas Correntes Despesas de Capital SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV) Despesas Correntes Despesas de Capital VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV) Despesas Correntes Despesas de Capital VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI) Despesas Correntes Despesas de Capital	931.460,00	1.757.585,68	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	0,00
	877.008,00	1.685.393,68	1.260.506,96	74,79	1.260.506,96	74,79	1.260.506,96	74,79	0,00
	54.452,00	72.192,00	2.700,00	3,74	2.700,00	3,74	2.700,00	3,74	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	931.460,00	1.757.585,68	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	0,00

Página 30/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Quadrimestre (a)	% (d/c)x100	Até Quadrimestre (e)	% (e/c)x100	Até Quadrimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F.PAVELEGINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 1/30

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Quadrimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			21.539.839,00	
Previsão Atualizada			22.189.839,00	
Receitas Realizadas			19.820.556,58	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			2.024.556,24	
DESPESAS				
Dotação Inicial			21.539.839,00	
Créditos Adicionais			4.907.150,53	
Dotação Atualizada			26.446.989,53	
Despesas Empenhadas			17.884.440,09	
Despesas Liquidadas			17.569.418,92	
Despesas pagas			17.569.372,07	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			315.021,17	
Superávit Orçamentário			2.251.137,66	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			17.884.440,09	
Liquidadas			17.569.418,92	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			315.021,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			17.645.644,94	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			17.645.644,94	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			1.792.874,73	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			610.212,30	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			610.212,30	
Resultado Previdenciário			1.182.662,43	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Quadrimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.772.352,12	0,00
Resultado Primário		316.388,80	628.267,68	1,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Quadrimestre	Pagamento até o Quadrimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	842.369,88	106.964,02	509.653,49	225.752,37
EXECUTIVO	825.024,12	102.907,42	496.364,33	225.752,37
LEGISLATIVO	17.345,76	4.056,60	13.289,16	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.166,26	19.166,26	0,00	0,00
EXECUTIVO	19.166,26	19.166,26	0,00	0,00
TOTAL:	861.536,14	126.130,28	509.653,49	225.752,37

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/30

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Quadrimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.852.600,13	25%	26,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		817.443,77	60%	81,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			173.126,42	476.875,58
Despesa de Capital Líquida			1.854.580,48	1.282.793,88
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	2.252.943,04	3.359.138,05	4.515.200,48	6.612.399,80
Despesas Previdenciárias	585.787,05	1.361.531,42	2.626.047,45	3.491.896,83
Resultado Previdenciário	1.667.155,99	1.997.606,63	1.889.153,03	3.120.502,97
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Quadrimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	24.203,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			43.064,93	3,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Quadrimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Quadrimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.401.083,07	15,00	17,36
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.959.039,00	21.609.039,00	7.544.579,30	34,91	19.315.171,36	89,38
RECEITAS CORRENTES	20.934.816,00	20.934.816,00	6.438.179,30	30,75	17.645.644,94	84,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	727.210,00	727.210,00	292.630,98	40,24	795.303,01	109,36
IMPOSTOS	602.580,00	602.580,00	277.883,64	46,12	726.526,08	120,57
TAXAS	124.630,00	124.630,00	14.747,34	11,83	68.776,93	55,18
CONTRIBUIÇÕES	502.150,00	502.150,00	168.752,44	33,61	437.595,59	87,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	453.750,00	453.750,00	150.955,82	33,27	383.663,03	84,99
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	48.400,00	48.400,00	17.796,62	36,77	51.932,56	107,30
RECEITA PATRIMONIAL	2.692.250,00	2.692.250,00	457.883,94	17,01	1.220.178,77	45,32
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	6.050,00	6.050,00	1,99	0,03	1,99	0,03
VALORES MOBILIÁRIOS	2.625.700,00	2.625.700,00	457.881,95	17,44	1.220.176,78	46,47
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTOF	60.500,00	60.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.100,00	12.100,00	420,00	3,47	1.470,00	12,15
RECEITA INDUSTRIAL	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	199.650,00	199.650,00	162.530,87	81,41	255.371,93	127,91
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	18.150,00	18.150,00	78.560,05	432,84	98.702,50	543,82
OUTROS SERVIÇOS	181.500,00	181.500,00	83.970,82	46,26	156.669,43	86,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.779.676,00	16.779.676,00	5.323.722,46	31,73	14.866.480,14	88,60
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.128.910,00	10.128.910,00	2.968.796,98	29,21	8.637.102,00	85,27
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.859.966,00	4.859.966,00	1.930.948,93	39,73	5.118.908,21	105,33
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	217.800,00	217.800,00	68.418,27	31,41	108.077,29	49,82
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.573.000,00	1.573.000,00	385.558,28	23,24	1.002.392,64	63,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.360,00	19.360,00	32.238,61	166,52	69.245,50	357,67
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUALS E JUDICIAIS	6.050,00	6.050,00	1.190,35	19,68	6.544,50	108,17
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.210,00	1.210,00	21.318,25	1.761,84	25.458,44	2.104,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	12.100,00	12.100,00	9.730,01	80,41	37.242,56	307,79
RECEITAS DE CAPITAL	24.223,00	674.223,00	1.106.400,00	164,10	1.669.526,42	247,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	17.312,42	26,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	17.312,42	26,63
ALIEÇÃO DE BENS	24.203,00	24.203,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	24.203,00	24.203,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	1.106.400,00	6.146.666,67	1.496.400,00	8.313.333,33
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6,00	6,00	576.400,00	9.606.666,67	576.400,00	9.606.666,67
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12,00	12,00	530.000,00	4.416.666,67	920.000,00	7.666.666,67
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.800,00	580.800,00	200.498,03	34,52	505.385,22	87,02
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.539.839,00	22.189.839,00	7.745.077,33	34,90	19.820.556,58	89,32
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Quadrimestre (b)	% (b/a)	Até o Quadrimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	21.539.839,00	22.189.839,00	7.745.077,33	34,90	19.820.556,58	2.369.282,42
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	21.539.839,00	22.189.839,00	7.745.077,33	34,90	19.820.556,58	2.369.282,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	—	—	2.024.556,24	—
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		—	—	—	2.024.556,24	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (f)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.963.298,20	25.830.448,73	2.869.301,91	17.379.054,87	8.451.383,86	6.788.949,54	17.064.033,70	8.766.415,03	17.063.986,85	315.021,17
DESPESAS CORRENTES	16.906.145,20	19.958.474,37	2.483.514,60	15.524.474,39	4.433.999,98	5.730.569,36	15.247.732,25	4.710.742,12	15.247.685,40	276.742,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.082.317,00	9.040.925,20	2.833.767,98	7.775.555,71	1.265.369,49	2.833.767,98	7.775.555,71	1.265.369,49	7.775.555,71	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.500,00	75.500,00	42.560,00	74.084,43	1.415,57	42.560,00	74.084,43	1.415,57	74.084,43	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.763.328,20	10.842.049,17	392.813,38	7.674.834,25	3.167.214,92	2.854.241,38	7.398.092,11	3.443.957,06	7.398.045,26	276.742,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.322.553,00	3.137.374,36	385.787,31	1.854.580,48	1.282.793,88	1.058.380,18	1.816.301,45	1.321.072,91	1.816.301,45	38.279,03
INVESTIMENTOS	1.020.053,00	2.929.874,36	293.596,23	1.647.155,05	1.282.719,31	966.191,10	1.808.876,02	1.320.998,34	1.808.876,02	38.279,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	302.500,00	207.500,00	92.189,08	207.425,43	74,57	92.189,08	207.425,43	74,57	207.425,43	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.734.600,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.734.600,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	576.540,80	616.540,80	199.655,69	505.385,22	111.155,58	199.655,69	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.539.839,00	26.446.989,53	3.068.957,60	17.884.440,09	8.562.549,44	6.988.605,23	17.569.418,92	8.877.570,61	17.569.372,07	315.021,17

Continua 2/4

Continuação 3/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	21.539.839,00	26.446.989,53	3.068.957,60	17.884.440,09	8.562.549,44	6.988.605,23	17.569.418,92	8.877.570,61	17.569.372,07	315.021,17
SUPERÁVIT (XIII)				1.936.116,49			2.251.137,66		2.251.184,51	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	21.539.839,00	26.446.989,53	3.068.957,60	19.820.556,58		6.988.605,23	19.820.556,58		19.820.556,58	315.021,17
RESERVA DO RPPS										

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Quadrimestre	% (b/a)	Até o Quadrimestre	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.800,00	580.800,00	200.498,03	34,52	505.385,22	87,02
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	580.800,00	580.800,00	200.498,03	34,52	505.385,22	87,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	580.800,00	580.800,00	200.498,03	34,52	505.385,22	87,02
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	580.800,00	580.800,00	200.498,03	34,52	505.385,22	87,02

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O QUADRIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	576.540,80	616.540,80	199.655,69	505.385,22	111.155,58	199.655,69	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
DESPESAS CORRENTES	576.540,80	616.540,80	199.655,69	505.385,22	111.155,58	199.655,69	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	576.540,80	616.540,80	199.655,69	505.385,22	111.155,58	199.655,69	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.251.137,66

Continua 3/4

Continuação 4/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Continuação 1/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (b/Total b)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.963.298,20	25.830.448,73	2.869.301,91	17.379.054,87	97,17	8.451.393,86	17.064.033,70	97,12	8.766.415,03	315.021,17	
Legislativa	880.517,00	835.517,00	207.543,29	643.401,42	3,60	192.115,58	637.180,45	3,63	198.336,55	6.220,97	
Ação Legislativa	880.517,00	835.517,00	207.543,29	643.401,42	3,60	192.115,58	637.180,45	3,63	198.336,55	6.220,97	
Administração	2.680.150,00	2.794.150,00	988.363,66	2.491.666,32	13,93	902.483,68	2.491.666,32	14,18	902.483,68	0,00	
Administração Geral	2.680.150,00	2.794.150,00	988.363,66	2.491.666,32	13,93	902.483,68	2.491.666,32	14,18	902.483,68	0,00	
Segurança Pública	42.350,00	93.002,51	19.590,35	37.616,11	0,21	55.386,40	37.616,11	0,21	55.386,40	0,00	
Policimento	27.830,00	68.482,51	6.953,68	17.719,94	0,10	50.762,57	17.719,94	0,10	50.762,57	0,00	
Defesa Civil	14.520,00	24.520,00	12.636,67	19.889,17	0,11	4.623,83	13.173,17	0,11	4.623,83	0,00	
Assistência Social	887.535,00	1.550.732,24	334.044,22	1.139.889,62	6,37	410.842,62	1.139.889,62	6,49	410.842,62	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	145.200,00	35.200,00	-8,73	11.510,89	0,06	23.689,11	11.510,89	0,07	23.689,11	0,00	
Assistência Comunitária	742.335,00	1.515.532,24	334.052,96	1.128.378,73	6,31	387.153,51	1.128.378,73	6,42	387.153,51	0,00	
Previdência Social	3.454.550,00	3.520.650,00	233.242,34	671.983,52	3,76	2.848.666,48	233.761,87	3,82	2.848.666,48	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	3.454.550,00	3.520.650,00	233.242,34	671.983,52	3,76	2.848.666,48	233.761,87	3,82	2.848.666,48	0,00	
Saúde	3.720.752,00	4.706.461,06	552.449,57	3.608.231,07	20,18	1.098.229,99	3.608.231,07	20,54	1.098.229,99	0,00	
Atenção Básica	3.454.552,00	4.598.336,70	528.219,46	3.515.259,30	19,66	1.044.078,40	3.515.258,30	20,01	1.044.078,40	0,00	
Alimentação e Nutrição	286.200,00	147.124,36	24.230,11	92.972,77	0,52	54.151,59	92.972,77	0,53	54.151,59	0,00	
Educação	4.189.648,20	4.626.794,61	-428.863,20	2.635.860,44	14,74	1.990.934,17	2.635.860,44	15,00	1.990.934,17	0,00	
E Ensino Fundamental	3.525.723,20	3.701.934,15	-220.170,08	2.146.506,04	12,00	1.555.428,11	2.146.506,04	12,22	1.555.428,11	0,00	
E Ensino Médio	251.887,80	302.853,26	-248.642,80	42.832,57	0,24	260.000,69	42.832,57	0,24	260.000,69	0,00	
E Ensino Superior	24.200,00	88.200,00	0,00	88.000,00	0,49	1.200,00	88.000,00	0,50	1.200,00	0,00	
Educação Especial	278.927,20	423.927,20	87.201,32	328.235,71	1,84	95.691,49	328.235,71	1,87	95.691,49	0,00	
Cultura	108.900,00	108.900,00	-47.251,64	30.286,12	0,17	78.613,88	22.000,00	0,17	78.613,88	0,00	
Diffusão Cultural	73.814,00	149.469,32	11.041,63	116.294,21	0,65	33.175,11	116.294,21	0,66	33.175,11	0,00	
Urbanismo	496.104,00	1.866.177,87	148.186,38	1.349.800,52	7,55	516.377,35	1.071.033,32	6,10	795.144,55	278.767,20	
Infra-Estrutura Urbana	121.002,00	1.027.341,31	49.549,23	698.044,12	3,68	369.297,19	632.550,23	3,60	394.791,08	25.493,86	
Serviços Urbanos	375.102,00	838.836,56	98.636,15	691.756,40	3,87	147.080,16	438.483,09	2,50	400.353,47	253.273,31	
Habituação	219.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00	0,00	0,00	1.375,00	0,00	
Habituação Rural	219.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	1.375,00	0,00	0,00	1.375,00	0,00	
Gestão Ambiental	42.350,00	77.350,00	71.000,00	77.034,54	0,43	65.689,86	71.724,40	0,41	5.625,60	5.310,14	
Recursos Hídricos	42.350,00	77.350,00	71.000,00	77.034,54	0,43	65.689,86	71.724,40	0,41	5.625,60	5.310,14	
Agricultura	2.076.365,00	2.587.051,00	682.333,25	2.501.494,16	13,99	85.556,84	2.468.494,16	14,22	88.556,84	3.000,00	
Extensão Rural	1.937.215,00	2.525.901,00	674.433,25	2.449.339,66	13,70	76.561,34	2.446.339,66	13,92	79.561,34	3.000,00	
Promoção da Produção Agropecuária	138.150,00	61.150,00	7.900,00	52.154,50	0,29	8.995,50	52.154,50	0,30	8.995,50	0,00	
Indústria	48.401,00	650.401,00	0,00	0,00	0,00	650.401,00	0,00	0,00	650.401,00	0,00	
Promoção Industrial	48.401,00	650.401,00	0,00	0,00	0,00	650.401,00	0,00	0,00	650.401,00	0,00	
Comunicações	12.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	
Telecomunicações	12.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	
Energia	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	151,00	0,00	0,00	151,00	0,00	
Energia Elétrica	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	151,00	0,00	0,00	151,00	0,00	
Transporte	1.800.484,00	2.114.414,12	405.552,46	1.925.584,78	10,77	188.829,34	1.903.861,92	10,84	210.352,20	21.722,86	
Transporte Rodoviário	1.800.484,00	2.114.414,12	405.552,46	1.925.584,78	10,77	188.829,34	1.903.861,92	10,84	210.352,20	21.722,86	

Continua 1/

0

0

2

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (d-f)	INSCRITOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (b total b)		No Quadrimestre	Até o Quadrimestre	% (d total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
Desporto e Lazer	20.963.298,20	25.830.448,73	2.869.301,91	17.379.054,87	97,17	8.451.393,86	6.788.949,54	17.064.033,70	97,12	8.766.415,03	315.021,17
Desporto Comunitário	314.602,00	250.602,00	44.818,97	180.198,16	1,01	70.403,84	69.056,74	180.198,16	1,03	70.403,84	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00	0,00	6.050,00	0,00	0,00	0,00	6.050,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa	576.540,80	616.540,80	199.655,69	505.385,22	2,83	111.155,58	199.655,69	505.385,22	2,88	111.155,58	0,00
Ação Legislativa	13.310,00	13.310,00	4.211,70	10.788,85	0,06	2.521,15	4.211,70	10.788,85	0,06	2.521,15	0,00
Administração	13.310,00	13.310,00	4.211,70	10.788,85	0,06	2.521,15	4.211,70	10.788,85	0,06	2.521,15	0,00
Administração Geral	90.750,00	80.750,00	29.517,70	75.103,39	0,42	5.646,61	29.517,70	75.103,39	0,43	5.646,61	0,00
Assistência Social	90.750,00	80.750,00	29.517,70	75.103,39	0,42	5.646,61	29.517,70	75.103,39	0,43	5.646,61	0,00
Assistência Comunitária	24.200,00	14.200,00	5.688,81	9.531,04	0,05	4.668,96	5.688,81	9.531,04	0,05	4.668,96	0,00
Saúde	24.200,00	14.200,00	5.688,81	9.531,04	0,05	4.668,96	5.688,81	9.531,04	0,05	4.668,96	0,00
Atenção Básica	137.310,80	162.310,80	58.372,96	149.031,73	0,83	13.279,07	58.372,96	149.031,73	0,85	13.279,07	0,00
Educação	137.310,80	162.310,80	58.372,96	149.031,73	0,83	13.279,07	58.372,96	149.031,73	0,85	13.279,07	0,00
Educação Infantil	165.770,00	200.770,00	52.145,89	134.416,91	0,75	66.353,09	52.145,89	134.416,91	0,77	66.353,09	0,00
Educação Fundamental	157.300,00	157.300,00	40.816,62	105.540,33	0,59	51.759,67	40.816,62	105.540,33	0,60	51.759,67	0,00
Agricultura	8.470,00	43.470,00	11.329,27	28.876,58	0,16	14.593,42	11.329,27	28.876,58	0,16	14.593,42	0,00
Extensão Rural	90.750,00	90.750,00	33.796,70	86.538,50	0,48	4.211,50	33.796,70	86.538,50	0,49	4.211,50	0,00
Transporte	90.750,00	90.750,00	33.796,70	86.538,50	0,48	4.211,50	33.796,70	86.538,50	0,49	4.211,50	0,00
Transporte Rodoviário	42.350,00	42.350,00	12.163,68	30.202,28	0,17	12.147,72	12.163,68	30.202,28	0,17	12.147,72	0,00
Desporto e Lazer	42.350,00	42.350,00	12.163,68	30.202,28	0,17	12.147,72	12.163,68	30.202,28	0,17	12.147,72	0,00
Desporto Comunitário	12.100,00	12.100,00	3.758,25	9.772,52	0,05	2.327,48	3.758,25	9.772,52	0,06	2.327,48	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.539.839,00	26.446.989,53	3.068.957,60	17.884.440,09	100,00	8.562.549,44	6.988.605,23	17.569.418,92	100,00	8.877.570,61	315.021,17

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELEGINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TEC.CONTÁBIL.CRC/SC 17691-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

0

]

,

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

)

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.619.725,38	1.806.183,17	1.427.377,43	1.299.846,96	1.405.621,15	1.612.016,95	2.082.505,90	1.894.831,42	1.222.913,61	1.638.231,18	1.846.655,10	2.057.200,89	20.271.108,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.256,23	43.476,63	63.520,75	56.381,45	82.357,69	84.901,19	66.919,17	57.612,93	47.276,41	72.830,12	83.838,69	86.655,76	801.059,02
I.P.T.U.	513,23	740,18	417,40	2.446,85	14.316,98	20.310,91	10.491,65	2.883,19	3.736,71	2.556,93	4.531,35	1.155,15	64.101,53
I.R.R.F.	24.820,52	27.294,72	29.650,78	33.197,46	33.089,46	32.614,59	29.839,11	34.792,20	32.772,61	32.507,31	33.132,07	60.773,66	404.484,49
I.S.S.	7.471,70	3.642,14	4.802,97	6.851,61	5.351,68	3.809,31	6.933,27	9.202,32	4.754,62	10.692,39	7.082,67	8.742,43	79.337,11
I.I.B.I.	16.994,00	9.774,00	21.110,72	11.302,00	20.630,00	7.283,01	11.540,00	7.659,49	1.390,00	23.162,38	34.703,36	16.900,00	124.630,00
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.468,78	2.025,59	7.539,88	1.984,53	8.967,57	20.883,37	7.115,14	3.055,73	4.612,47	3.921,11	4.389,24	1.824,52	68.776,93
Contribuições	30.428,57	32.373,34	36.610,71	31.692,55	34.865,37	33.948,77	33.778,88	35.114,96	35.412,75	34.675,06	34.957,88	63.706,75	437.595,59
Receta Patrimonial	153.251,03	83.582,46	5.787,37	4.909,71	17.424,01	172.269,16	320.791,90	4.279,19	-217.534,15	507,48	183.530,28	491.360,33	1.220.178,77
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,99	0,00	66.550,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	153.251,03	83.582,46	5.787,37	4.909,71	17.424,01	172.269,16	320.791,90	4.279,19	-217.534,15	507,48	183.530,28	491.360,33	1.220.176,78
Receta Agropecuária	180,00	120,00	60,00	60,00	150,00	420,00	30,00	30,00	90,00	60,00	120,00	150,00	1.470,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
Receta de Serviços	5.476,77	4.001,68	22.625,77	3.330,00	7.519,03	21.062,47	14.170,77	14.654,57	19.189,16	29.266,38	71.369,32	42.706,01	255.371,93
Transferências Correntes	1.366.354,30	1.637.766,75	1.295.696,13	1.161.082,96	1.252.984,65	1.294.969,69	1.946.712,27	1.579.163,64	1.335.601,35	1.486.252,76	1.470.831,73	1.946.658,10	17.486.817,33
Cota-Parte do FPM	646.958,94	933.381,83	545.774,19	534.975,49	559.932,49	455.001,03	784.375,24	489.254,06	401.340,03	540.052,44	715.758,61	1.057.311,41	7.681.167,80
Cota-Parte do ICMS	542.846,12	519.915,40	461.400,62	374.256,24	340.169,03	395.128,72	467.194,30	480.293,86	507.904,41	542.448,46	499.318,69	852.530,74	5.734.412,81
Cota-Parte do I.P.T.A.	15.098,92	18.855,73	19.994,44	21.382,64	19.655,79	24.250,35	29.436,23	25.092,88	26.965,17	14.566,46	10.112,66	4.222,98	229.602,29
Cota-Parte do ITR	0,00	22,36	0,00	25,57	161,63	30,00	12,59	290,65	2.390,65	3.627,03	387,64	475,11	7.423,01
Outras Transferências Correntes	66.469,00	66.429,05	146.303,95	157.700,47	263.442,57	395.000,27	279.190,19	480.082,67	303.119,87	296.268,19	147.480,16	182.544,22	2.752.021,61
Transferências da LC 61/1989	5.679,61	6.143,88	5.669,91	5.068,30	5.073,33	4.962,38	5.480,73	6.338,54	7.446,37	8.520,94	9.340,40	9.823,78	79.167,17
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	91.311,71	93.018,50	86.466,02	67.650,21	65.548,81	68.995,94	81.033,19	82.806,98	84.427,87	92.767,20	88.393,35	99.966,86	1.002.392,64
Outras Receitas Correntes	5.776,48	4.862,31	3.163,70	2.389,29	10.290,40	4.446,67	1.102,91	4.976,13	3.878,09	2.639,38	2.007,20	23.713,94	69.245,50
DEDUÇÕES (II)	241.916,53	295.663,65	212.597,36	187.487,09	186.768,71	176.505,91	194.661,67	202.070,80	189.210,51	221.843,07	246.991,47	269.776,43	2.625.463,20
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	241.916,53	295.663,65	212.597,36	187.487,09	186.768,71	176.505,91	194.661,67	202.070,80	189.210,51	221.843,07	246.991,47	269.776,43	2.625.463,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º, da CF) (IV):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV):	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 § 16, da CF) (V):													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - VI):	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00



Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre 2020	Até o Quadrimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados				0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	6,00	6,00	576.400,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	6,00	6,00	576.400,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.541.006,00	2.541.006,00	1.792.874,73	0,00

Continua 1/3

Contin

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Quadrimestre/2020	Até o Quadrimestre/2019	Até o Quadrimestre/2020	Até o Quadrimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	610.212,30	631.794,80	610.212,30	631.794,80	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	530.197,56	417.541,81	530.197,56	417.541,81	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	80.014,74	76.584,04	80.014,74	76.584,04	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	137.668,95	0,00	137.668,95	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	610.212,30	631.794,80	610.212,30	631.794,80	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	2.541.005,00	2.541.005,00	1.182.862,43	(631.794,80)	1.182.862,43	(631.794,80)	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Valor								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								2.728.550,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
Caixa e equivalentes de caixa								2.1406.147,55
Investimentos e Aplicações								0,00
Outros Bens e Direitos								0,00

Continua 2/3

Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre/2020	Até o Quadrimestre/2019
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre/2020	Até o Quadrimestre/2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	-62.945,51	-

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 08/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	ANMAR F. PAVELECHINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
--	--	-------------------------------------	--

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Ago 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	760.560,22	818.450,29	726.261,21
DEDUÇÕES (II)	2.356.122,93	2.491.848,14	2.593.386,47
Disponibilidade de Caixa	2.356.122,93	2.491.848,14	2.593.386,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.375.289,19	2.781.526,58	2.593.433,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	19.166,26	289.678,44	46,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	760.560,22	818.450,29	726.261,21
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-760.560,22	-818.450,29	-726.261,21

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Quadrimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2020 (VIc - VIa)
VALOR	92.189,08	34.299,01

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	919.931,65

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/30

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	20.920.296,00	17.644.174,94
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	727.210,00	795.303,01
I.P.T.U.	90.750,00	58.345,52
I.S.S.	124.630,00	79.337,11
I.T.B.I.	121.000,00	184.358,96
I.R.R.F.	266.200,00	404.484,49
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	124.630,00	68.776,93
Contribuições	502.150,00	437.595,59
Receita Patrimonial	2.692.250,00	1.220.178,77
Aplicações Financeiras(II)	2.625.700,00	1.220.176,78
Outras Receitas Patrimoniais	66.550,00	1,99
Transferências Correntes	16.779.676,00	14.866.480,14
Cota-Parte do FPM	8.663.600,00	6.271.904,21
Cota-Parte do ICMS	4.501.200,00	4.587.530,28
Cota-Parte do IPVA	208.120,00	183.359,24
Cota-Parte do ITR	9.680,00	5.938,41
Transferências da LC 87/196	24.200,00	0,00
Transferências da LC 61/199	67.760,00	63.333,75
Transferências do FUNDEB	1.573.000,00	1.002.392,64
Outras Transferências Correntes	1.732.116,00	2.752.021,61
Demais Receitas Correntes	219.010,00	324.617,43
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	219.010,00	324.617,43
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+III)	18.294.596,00	16.423.998,16
RECEITAS DE CAPITAL (V)	674.223,00	1.669.526,42
Operação de Crédito(VI)	650.002,00	173.126,42
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	24.203,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/30

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2020				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00					0,00
Outras Alienações de Bens	24.203,00					0,00
Transferências de Capital	18,00					1.496.400,00
Convênios	18,00					576.400,00
Outras Transferências de Capital	0,00					920.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	24.221,00					1.496.400,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	18.318.817,00	17.920.398,16				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	19.958.474,37	15.524.474,39	15.247.732,25	15.247.685,40	0,00	85.451,85	85.451,85
Pessoal e Encargos Sociais	9.040.925,20	7.775.555,71	7.775.555,71	7.775.555,71	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	75.500,00	74.084,43	74.084,43	74.084,43	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.842.049,17	7.674.834,25	7.398.092,11	7.398.045,26	0,00	85.451,85	85.451,85
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.842.049,17	7.674.834,25	7.398.092,11	7.398.045,26	0,00	85.451,85	85.451,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	19.882.974,37	15.450.389,96	15.173.647,82	15.173.600,97	0,00	85.451,85	85.451,85
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.137.374,36	1.854.580,48	1.816.301,45	1.816.301,45	0,00	424.201,64	424.201,64
Investimentos	2.929.874,36	1.647.155,05	1.608.876,02	1.608.876,02	0,00	424.201,64	424.201,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	207.500,00	207.425,43	207.425,43	207.425,43	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/30

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Quadrimestre 2020				RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.929.874,36	1.647.155,05	1.608.876,02	1.608.876,02	0,00	424.201,64	424.201,64
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	6.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	22.818.898,73	17.097.545,01	16.782.523,84	16.782.476,99	0,00	509.653,49	509.653,49
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		628.267,68					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO				VALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				316.388,80			
JUROS NOMINAIS					Até o Quadrimestre/2020		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)					VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)					1.218.168,87		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)					74.084,43		
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)					1.772.352,12		
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL				VALOR CORRENTE			
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				3.044.938,80			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA		SALDO		Até o Quadrimestre/2020(b)	
		Em 31 Dez 2019(a)					
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)		760.560,22				726.261,21	
Disponibilidade de Caixa		23.762.270,48				25.522.985,21	
Disponibilidade de Caixa Bruta		23.762.270,48				25.522.985,21	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		23.781.436,74				25.523.032,06	
		19.166,26				46,85	

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/30

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2019(a)	Até o Quadrimestre/2020(b)
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-23.001.710,26	-24.796.724,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.795.013,74	
AJUSTE METODOLÓGICO		
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		19.119,41
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)		1.775.894,33
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)		631.809,89
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	2.024.556,24	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2.024.556,24	
	0,00	

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F.PAVELECINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total L = (e+K)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	504.655,70	509.653,49	106.964,02
SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESQUEARIAS E MEIO AM	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	487.309,94	496.364,33	102.907,42
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	487.309,94	496.364,33	102.907,42
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.563,09	330.381,07	100.212,02
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.100,00	43.100,00	0,00
LEGISLATIVO									
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675,00	12.066,45	10.916,45	1.825,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.089,18	1.550,40	111.996,81	870,40
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.345,76	13.289,16	4.056,60
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.345,76	13.289,16	4.056,60
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	504.655,70	509.653,49	106.964,02

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAMAR F. PAVELEGINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRCSC-17.691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/30

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	602.580,00	602.580,00	726.526,08	120,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	90.750,00	90.750,00	58.345,52	64,29
1.1.1- IPTU	60.500,00	60.500,00	51.028,53	84,34
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.250,00	30.250,00	7.316,99	24,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36
1.2.1- ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	124.630,00	124.630,00	79.337,11	63,66
1.3.1- ISS	121.000,00	121.000,00	78.189,01	64,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.630,00	3.630,00	1.148,10	31,63
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	266.200,00	266.200,00	404.484,49	151,95
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.661.700,00	16.661.700,00	13.731.773,08	82,42
2.1- Cota-Parte FPM	10.648.000,00	10.648.000,00	7.681.167,80	72,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.922.000,00	9.922.000,00	7.046.317,98	71,02
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	726.000,00	726.000,00	634.849,82	87,44
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.626.500,00	5.626.500,00	5.734.412,81	101,92
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	84.700,00	84.700,00	79.167,17	93,47
2.5- Cota-Parte ITR	12.100,00	12.100,00	7.423,01	61,35
2.6- Cota-Parte IPVA	260.150,00	260.150,00	229.602,29	88,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.264.280,00	17.264.280,00	14.458.299,16	83,75

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	306.130,00	306.130,00	172.482,82	56,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	181.500,00	181.500,00	100.217,13	55,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.880,00	33.880,00	24.112,00	71,17
5.4- Transferências Diretas - PNATE	90.750,00	90.750,00	48.115,71	53,02
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	37,98	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	149.436,00	149.436,00	391.369,66	261,90
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	455.566,00	455.566,00	563.852,48	123,77

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.187.140,00	3.187.140,00	2.619.707,19	82,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.984.400,00	1.984.400,00	1.409.263,59	71,02
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.125.300,00	1.125.300,00	1.146.882,53	101,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.940,00	16.940,00	15.833,42	93,47
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.420,00	2.420,00	1.484,60	61,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	52.030,00	52.030,00	46.243,05	88,88
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.579.050,00	1.579.050,00	1.002.714,72	63,50
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.573.000,00	1.573.000,00	1.002.392,64	63,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	322,08	5,32
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.614.140,00	-1.614.140,00	-1.617.314,55	100,20

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/30

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.258.400,00	1.269.516,83	817.443,77	64,39	817.443,77	64,39	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.258.400,00	1.269.516,83	817.443,77	64,39	817.443,77	64,39	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	320.650,00	320.723,50	193.622,40	60,37	193.622,40	60,37	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	320.650,00	320.723,50	193.622,40	60,37	193.622,40	60,37	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.579.050,00	1.590.240,33	1.011.066,17	63,58	1.011.066,17	63,58	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.011.066,17
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							81,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							19,31
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							11.190,33
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							11.190,33
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	287.397,20	467.397,20	357.112,29	76,40	357.112,29	76,40	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.321.450,00	3.128.640,33	1.878.173,29	60,03	1.878.173,29	60,03	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.579.050,00	1.590.240,33	1.011.066,17	63,58	1.011.066,17	63,58	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.742.400,00	1.538.400,00	867.107,12	56,36	867.107,12	56,36	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.608.847,20	3.596.037,53	2.235.285,58	62,16	2.235.285,58	62,16	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.617.314,55
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.617.314,55
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							3.852.600,13
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							26,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Quadrimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Quadrimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	181.500,00	188.341,86	18.384,13	9,76	18.384,13	9,76	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	129.471,00	481.378,32	376.379,77	78,19	376.379,77	78,19	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	310.971,00	669.720,18	394.763,90	58,94	394.763,90	58,94	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.919.818,20	4.265.757,71	2.630.049,48	61,65	2.630.049,48	61,65	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/30

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O QUADRIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		11.190,33	6.841,86
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		1.002.392,64	100.217,13
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O QUADRIMESTRE		1.011.066,17	18.384,13
47.1 Orçamento do Exercício		1.011.066,17	18.384,13
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O QUADRIMESTRE		322,08	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O QUADRIMESTRE		2.838,88	88.674,86
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1.(+) Retenções		0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		2.838,88	88.674,86

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	650.002,00	173.126,42	476.875,58
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.137.374,36	1.854.580,48	1.282.793,88
Investimentos	2.929.874,36	1.647.155,05	1.282.719,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	207.500,00	207.425,43	74,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.137.374,36	1.854.580,48	1.282.793,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	2.487.372,36	1.681.454,06	805.918,30

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

RREO 6º BIM.20 - NOVO HORIZONTE

Publicação Nº 2794912

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = (a - b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	3.650.196,52	694.740,31	2.955.456,21	21.406.147,55
2020	2.252.943,04	585.787,05	1.667.155,99	23.073.303,54
2021	2.350.814,97	715.254,08	1.635.560,89	24.708.864,43
2022	2.452.451,71	807.609,83	1.644.841,88	26.353.706,31
2023	2.557.037,19	822.004,69	1.735.032,50	28.088.738,81
2024	2.666.829,03	836.960,82	1.829.868,21	29.918.607,02
2025	2.782.094,14	852.606,46	1.929.487,68	31.848.094,70
2026	2.896.406,99	1.083.242,49	1.813.164,50	33.661.259,20
2027	3.009.042,06	1.163.121,77	1.845.920,29	35.507.179,49
2028	3.124.112,02	1.195.046,51	1.929.065,51	37.436.245,00
2029	3.240.211,77	1.295.635,53	1.944.576,24	39.380.821,24
2030	3.359.138,05	1.361.531,42	1.997.606,63	41.378.427,87
2031	3.474.871,30	1.571.271,76	1.903.599,54	43.282.027,41
2032	3.586.425,22	1.884.165,08	1.702.260,14	44.984.287,55
2033	3.690.083,00	1.957.395,63	1.732.687,37	46.716.974,92
2034	3.799.231,94	1.959.167,20	1.840.064,74	48.557.039,66
2035	3.914.386,74	1.975.710,22	1.938.676,52	50.495.716,18
2036	4.034.883,12	2.014.031,96	2.020.851,16	52.516.567,34
2037	4.155.166,00	2.143.119,66	2.012.046,34	54.528.613,68
2038	4.279.501,26	2.183.603,24	2.095.898,02	56.624.511,70
2039	4.401.082,48	2.356.514,11	2.044.568,37	58.669.080,07
2040	4.515.200,48	2.626.047,45	1.889.153,03	60.558.233,10
2041	4.632.089,09	2.662.463,15	1.969.625,94	62.527.859,04
2042	4.750.239,24	2.749.336,94	2.000.902,30	64.528.761,34
2043	4.873.424,35	2.792.420,20	2.081.004,15	66.609.765,49
2044	4.997.313,46	2.883.056,44	2.114.257,02	68.724.022,51
2045	5.126.183,18	2.902.961,46	2.223.221,72	70.947.244,23
2046	5.259.855,01	2.951.385,64	2.308.469,37	73.255.713,60
2047	5.414.594,96	3.171.108,74	2.243.486,22	75.499.199,82
2048	5.555.199,02	3.222.047,82	2.333.151,20	77.832.351,02
2049	5.691.095,38	3.358.588,09	2.332.507,29	80.164.858,31
2050	5.826.891,46	3.408.751,13	2.418.140,33	82.582.998,64
2051	5.971.723,87	3.481.291,88	2.490.431,99	85.073.430,63
2052	6.117.969,98	3.499.871,07	2.618.098,91	87.691.529,54
2053	6.274.450,29	3.513.608,53	2.760.841,76	90.452.371,30
2054	6.437.802,99	3.517.253,84	2.920.549,15	93.372.920,45
2055	6.612.399,80	3.491.896,83	3.120.502,97	96.493.423,42
2056	6.799.238,37	3.481.583,15	3.317.655,22	99.811.078,64
2057	6.996.882,96	3.465.676,60	3.531.206,36	103.342.285,00
2058	7.206.884,11	3.452.588,57	3.754.295,54	107.096.580,54
2059	7.432.852,52	3.538.875,60	3.893.976,92	110.990.557,46
2060	7.653.642,73	3.556.640,36	4.097.002,37	115.087.559,83
2061	7.894.259,17	3.536.179,00	4.358.080,17	119.445.640,00
2062	8.149.520,94	3.481.775,20	4.667.745,74	124.113.385,74
2063	8.427.897,19	3.490.798,26	4.937.098,93	129.050.484,67
2064	8.714.694,57	3.461.357,13	5.253.337,44	134.303.822,11
2065	9.022.653,61	3.408.472,59	5.614.181,02	139.918.003,13
2066	9.354.553,11	3.397.634,42	5.956.918,69	145.874.921,82
2067	9.701.875,47	3.368.538,95	6.333.336,52	152.208.258,34
2068	10.074.051,04	3.361.689,18	6.712.361,86	158.920.620,20
2069	10.464.318,50	3.316.362,93	7.147.955,57	166.068.575,77
2070	10.885.824,13	3.311.545,21	7.574.278,92	173.642.854,69
2071	11.330.698,60	3.392.948,81	7.937.749,79	181.580.604,48
2072	11.789.237,84	3.411.910,50	8.377.327,34	189.957.931,82
2073	12.275.520,32	3.383.738,17	8.891.782,15	198.849.713,97
2074	12.797.847,64	3.396.743,68	9.401.103,96	208.250.817,93
2075	13.345.569,10	3.394.011,58	9.951.557,52	218.202.375,45
2076	13.925.967,73	3.336.587,78	10.589.379,95	228.791.755,40

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2077	14.550.822,69	3.354.300,56	11.196.522,13	239.988.277,53
2078	15.203.504,12	3.338.377,34	11.865.126,78	251.853.404,31
2079	15.899.077,82	3.320.246,86	12.578.830,96	264.432.235,27
2080	16.633.995,11	3.274.665,27	13.359.329,84	277.791.565,11
2081	17.417.253,81	3.210.474,66	14.206.779,15	291.998.344,26
2082	18.252.745,98	3.170.628,75	15.082.117,23	307.080.461,49
2083	19.137.193,85	3.128.489,39	16.008.704,46	323.089.165,95
2084	20.080.642,73	3.185.772,20	16.894.870,53	339.984.036,48
2085	21.061.386,42	3.152.524,18	17.908.862,24	357.892.898,72
2086	22.114.167,91	3.130.231,89	18.983.936,02	376.876.834,74
2087	23.227.288,14	3.088.996,43	20.138.291,71	397.015.126,45
2088	24.410.961,65	3.067.585,65	21.343.376,00	418.358.502,45
2089	25.664.219,03	3.054.937,15	22.609.281,88	440.967.784,33
2090	26.990.143,05	3.022.107,00	23.968.036,05	464.935.820,38
2091	28.399.504,09	3.025.660,01	25.373.844,08	490.309.664,46
2092	29.889.098,33	3.033.595,82	26.855.502,51	517.165.166,97
2093	31.466.780,43	3.074.446,80	28.392.333,63	545.557.500,60
2094	33.128.358,67	3.057.604,01	30.070.754,66	575.628.255,26

Projeção atuarial elaborada em 30/11/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
 PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELECINI
 SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
 CONTROLADOR INTE

VALDEMAR P. GOBI
 TÊC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
							SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		24.203,00					24.203,00
Receita de Alienação De Bens Móveis		24.203,00					24.203,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00					0,00
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		43.067,93	43.064,93	17.571,04	17.571,04	25.493,89	3,00
Investimentos		43.067,93	43.064,93	17.571,04	17.571,04	25.493,89	3,00
		43.067,93	43.064,93	17.571,04	17.571,04	25.493,89	3,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (b - (III + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
Valor(III)		0,00					-17.571,04
FONTE:							

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR FPAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALEDMAR P. GOBI
TEC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00									
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS									
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100					
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	614.680,00	614.680,00	732.282,09	119,13					
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	102.850,00	102.850,00	64.101,53	62,33					
IPTU	72.600,00	72.600,00	56.784,54	78,22					
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU	30.250,00	30.250,00	7.316,99	24,19					
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36					
ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36					
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00					
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	124.630,00	124.630,00	79.337,11	63,66					
ISS	121.000,00	121.000,00	78.189,01	64,62					
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS	3.630,00	3.630,00	1.148,10	31,63					
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	266.200,00	266.200,00	404.484,49	151,95					
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	15.935.700,00	15.935.700,00	13.096.923,26	82,19					
Cota-Parte FPM	9.922.000,00	9.922.000,00	7.046.317,98	71,02					
Cota-Parte ITR	12.100,00	12.100,00	7.423,01	61,35					
Cota-Parte IPVA	260.150,00	260.150,00	229.602,29	88,26					
Cota-Parte ICMS	5.626.500,00	5.626.500,00	5.734.412,81	101,92					
Cota-Parte IPI-Exportação	84.700,00	84.700,00	79.167,17	93,47					
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00					
Desoneração ICMS (LC 87/86)	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00					
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II	16.550.380,00	16.550.380,00	13.829.205,35	83,56					
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)		
			Até Bimestre (d)	%(d/c)*100	Até Bimestre (f)	%(f/c)*100			
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.660.402,80	2.964.061,82	2.401.083,07	81,01	2.401.083,07	81,01	0,00		
Despesas Correntes	2.599.902,80	2.943.561,82	2.398.988,07	81,50	2.398.988,07	81,50	0,00		
Despesas de Capital	60.500,00	20.500,00	2.095,00	10,22	2.095,00	10,22	0,00		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Página 25/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	2.660.402,80	2.964.061,82	2.401.083,07	81,01	2.401.083,07	81,01	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS							
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			2.401.083,07		2.401.083,07		2.401.083,07
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			0,00		0,00		0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			2.401.083,07		2.401.083,07		2.401.083,07
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							2.074.380,80
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			326.702,27		326.702,27		-
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			0,00		-		-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			17,36		17,36		-
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012			LIMITE NÃO CUMPRIDO				
			Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)* ¹ (f-h - (i ou j))	
				Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020			-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019			-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores			-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)			-	-	-	-	-

Diferença de limite não cumprido em 2020
Diferença de limite não cumprido em 2019
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores

Página 26/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)									
0,00										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012										
				Saldo Inicial (iv)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
PREVISÃO INICIAL					PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECETAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União - Fundo a Fundo					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO O DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)					0,00		0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Página 27/30

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	931.460,00	1.757.585,68	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	0,00
Despesas Correntes	877.008,00	1.685.393,68	1.260.506,96	74,79	1.260.506,96	74,79	1.260.506,96	74,79	0,00
Despesas de Capital	54.452,00	72.192,00	2.700,00	3,74	2.700,00	3,74	2.700,00	3,74	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	931.460,00	1.757.585,68	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	1.263.206,96	71,87	0,00

Página 28/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	3.591.862,80	4.721.647,50	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	3.664.290,03	77,61	0,00

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F.PAVELEGINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 1/30

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		21.539.839,00		
Previsão Atualizada		22.189.839,00		
Receitas Realizadas		19.820.556,58		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.024.556,24		
DESPESAS				
Dotação Inicial		21.539.839,00		
Créditos Adicionais		4.907.150,53		
Dotação Atualizada		26.446.989,53		
Despesas Empenhadas		17.884.440,09		
Despesas Liquidadas		17.569.418,92		
Despesas pagas		17.569.372,07		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		315.021,17		
Superávit Orçamentário		2.251.137,66		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		17.884.440,09		
Liquidadas		17.569.418,92		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		315.021,17		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		17.645.644,94		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		17.645.644,94		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		17.645.644,94		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.792.874,73		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		610.212,30		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		610.212,30		
Resultado Previdenciário		1.182.662,43		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		919.931,65	1.772.352,12	1,93
Resultado Primário		316.388,80	628.267,68	1,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	842.369,88	106.964,02	509.653,49	225.752,37
EXECUTIVO	825.024,12	102.907,42	496.364,33	225.752,37
LEGISLATIVO	17.345,76	4.056,60	13.289,16	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.166,26	19.166,26	0,00	0,00
EXECUTIVO	19.166,26	19.166,26	0,00	0,00
TOTAL:	861.536,14	126.130,28	509.653,49	225.752,37

Continua 1/2

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/30

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.852.600,13	25%	26,65
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		817.443,77	60%	81,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			173.126,42	-173.124,42
Despesa de Capital Líquida			1.854.580,48	1.282.793,88
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	2.252.943,04	3.359.138,05	4.515.200,48	6.612.399,80
Despesas Previdenciárias	585.787,05	1.361.531,42	2.626.047,45	3.491.896,83
Resultado Previdenciário	1.667.155,99	1.997.606,63	1.889.153,03	3.120.502,97
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	24.203,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			43.064,93	3,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.401.083,07	15,00	17,36
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.959.039,00	21.609.039,00	5.093.488,09	23,57	19.315.171,36	89,38	2.293.867,64
RECEITAS CORRENTES	20.934.816,00	20.934.816,00	3.987.088,09	19,05	17.645.644,94	84,29	3.289.171,06
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	727.210,00	727.210,00	172.524,45	23,72	795.303,01	109,36	-68.093,01
IMPOSTOS	602.580,00	602.580,00	166.310,89	27,60	726.526,08	120,57	-123.946,08
TAXAS	124.630,00	124.630,00	6.213,76	4,99	68.776,93	55,18	55.853,07
CONTRIBUIÇÕES	502.150,00	502.150,00	98.664,53	19,65	437.595,59	87,14	64.554,41
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	453.750,00	453.750,00	89.793,79	19,79	383.663,03	84,99	68.086,97
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	48.400,00	48.400,00	8.870,84	18,33	51.932,56	107,30	-3.532,56
RECEITA PATRIMONIAL	2.692.250,00	2.692.250,00	674.910,61	25,07	1.220.178,77	45,32	1.472.071,23
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	6.050,00	6.050,00	1,99	0,03	1,99	0,03	6.048,01
VALORES MOBILIÁRIOS	2.625.700,00	2.625.700,00	674.908,62	25,70	1.220.176,78	46,47	1.405.523,22
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTOF	60.500,00	60.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	12.100,00	12.100,00	270,00	2,23	1.470,00	12,15	10.630,00
RECEITA INDUSTRIAL	2.420,00	2.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	18.150,00	18.150,00	64.891,17	357,53	98.702,50	543,82	-80.552,50
OUTROS SERVIÇOS	181.500,00	181.500,00	49.184,16	27,10	156.669,43	86,32	24.830,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.779.676,00	16.779.676,00	2.900.921,93	17,29	14.866.480,14	88,60	1.913.195,86
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	10.128.910,00	10.128.910,00	1.673.453,04	16,52	8.637.102,00	85,27	1.491.808,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.859.966,00	4.859.966,00	999.446,86	20,56	5.118.908,21	105,33	-258.942,21
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	217.800,00	217.800,00	39.659,02	18,21	108.077,29	49,62	109.722,71
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.573.000,00	1.573.000,00	188.363,21	11,97	1.002.392,64	63,72	570.607,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.360,00	19.360,00	25.721,14	132,86	69.245,50	357,67	-49.885,50
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUALS E JUDICIAIS	6.050,00	6.050,00	473,96	7,83	6.544,50	108,17	-494,50
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1.210,00	1.210,00	21.268,25	1.757,71	25.458,44	2.104,00	-24.248,44
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	12.100,00	12.100,00	3.978,93	32,88	37.242,56	307,79	-25.142,56
RECEITAS DE CAPITAL	24.223,00	674.223,00	1.106.400,00	164,10	1.669.526,42	247,62	-995.303,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	17.3126,42	26,63	476.875,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	2,00	650.002,00	0,00	0,00	17.3126,42	26,63	476.875,58
ALIEÇÃO DE BENS	24.203,00	24.203,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.203,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	24.203,00	24.203,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.203,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	1.106.400,00	6.146.666,67	1.496.400,00	8.313.333,33	-1.496.382,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6,00	6,00	576.400,00	9.606.666,67	576.400,00	9.606.666,67	-576.394,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	12,00	12,00	530.000,00	4.416.666,67	920.000,00	7.666.666,67	-919.988,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.800,00	580.800,00	120.662,49	20,78	505.385,22	87,02	75.414,78
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.539.839,00	22.189.839,00	5.214.150,58	23,50	19.820.556,58	89,32	2.369.282,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	21.539.839,00	22.189.839,00	5.214.150,58	23,50	19.820.556,58	89,32
DÉFICIT (VI)		—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)		21.539.839,00	5.214.150,58	23,50	19.820.556,58	89,32
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	—	—	2.024.556,24	—
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		—	—	—	2.024.556,24	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.963.298,20	25.830.448,73	774.766,25	17.379.054,87	8.451.383,86	3.718.418,52	17.064.033,70	8.766.415,03	17.063.986,85	315.021,17
DESPESAS CORRENTES	16.906.145,20	19.958.474,37	636.496,70	15.524.474,39	4.433.999,98	3.093.746,19	15.247.732,25	4.710.742,12	15.247.685,40	276.742,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.082.317,00	9.040.925,20	1.603.334,66	7.775.555,71	1.265.369,49	1.603.334,66	7.775.555,71	1.265.369,49	7.775.555,71	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.500,00	75.500,00	21.044,78	74.084,43	1.415,57	21.044,78	74.084,43	1.415,57	74.084,43	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.763.328,20	10.842.049,17	987.882,74	7.874.834,25	3.167.214,92	1.469.386,75	7.398.092,11	3.443.957,06	7.398.045,26	276.742,14
DESPESAS DE CAPITAL	1.322.553,00	3.137.374,36	138.269,55	1.854.580,48	1.282.793,88	624.672,33	1.816.301,45	1.321.072,91	1.816.301,45	38.279,03
INVESTIMENTOS	1.020.053,00	2.929.874,36	92.175,01	1.847.155,05	1.282.719,31	578.577,79	1.808.876,02	1.320.998,34	1.808.876,02	38.279,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	302.500,00	207.500,00	46.094,54	207.425,43	74,57	46.094,54	207.425,43	74,57	207.425,43	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.734.600,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.734.600,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00	2.734.600,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	576.540,80	616.540,80	119.820,15	505.385,22	111.155,58	119.820,15	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.539.839,00	26.446.989,53	894.586,40	17.884.440,09	8.562.549,44	3.838.238,67	17.569.418,92	8.877.570,61	17.569.372,07	315.021,17

Continua 2/4

Continuação 3/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	21.539.839,00	26.446.989,53	894.586,40	17.884.440,09	8.562.549,44	3.838.238,67	17.569.418,92	8.877.570,61	17.569.372,07	315.021,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.936.116,49	—	—	2.251.137,66	—	2.251.184,51	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	21.539.839,00	26.446.989,53	894.586,40	19.820.556,58	—	3.838.238,67	19.820.556,58	—	19.820.556,58	315.021,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	580.800,00	580.800,00	120.662,49	20,78	505.385,22	87,02
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	580.800,00	580.800,00	120.662,49	20,78	505.385,22	87,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	580.800,00	580.800,00	120.662,49	20,78	505.385,22	87,02
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	580.800,00	580.800,00	120.662,49	20,78	505.385,22	87,02

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	(l)	(m)	(n)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	576.540,80	616.540,80	119.820,15	505.385,22	111.155,58	119.820,15	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
DESPESAS CORRENTES	576.540,80	616.540,80	119.820,15	505.385,22	111.155,58	119.820,15	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	576.540,80	616.540,80	119.820,15	505.385,22	111.155,58	119.820,15	505.385,22	111.155,58	505.385,22	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.251.137,66

Continua 3/4

Continuação 4/30

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TEC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Continuação 1/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.963.298,20	25.830.448,73	77.476,25	17.379.054,87	97,17	3.718.418,52	17.064.033,70	97,12	315.021,17
Legislativa	880.517,00	835.517,00	90.327,25	643.401,42	3,60	100.605,62	637.180,45	3,63	6.220,97
Ação Legislativa	880.517,00	835.517,00	90.327,25	643.401,42	3,60	100.605,62	637.180,45	3,63	6.220,97
Administração	2.680.150,00	2.794.150,00	320.917,61	2.491.666,32	13,93	532.854,04	2.491.666,32	14,18	0,00
Administração Geral	2.680.150,00	2.794.150,00	320.917,61	2.491.666,32	13,93	532.854,04	2.491.666,32	14,18	0,00
Segurança Pública	42.350,00	93.002,51	6.308,29	37.616,11	0,21	6.619,79	37.616,11	0,21	0,00
Policimento	27.830,00	68.482,51	1.082,19	17.719,94	0,10	1.062,19	17.719,94	0,10	0,00
Defesa Civil	14.520,00	24.520,00	5.246,10	19.886,17	0,11	5.557,60	19.886,17	0,11	0,00
Assistência Social	887.535,00	1.550.732,24	166.682,21	1.139.889,62	6,37	255.707,95	1.139.889,62	6,49	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	145.200,00	35.200,00	-8,73	11.510,89	0,06	442,86	11.510,89	0,07	0,00
Assistência Comunitária	742.335,00	1.515.532,24	166.690,94	1.128.378,73	6,31	255.265,09	1.128.378,73	6,42	0,00
Previdência Social	3.454.550,00	3.520.650,00	131.860,13	671.983,52	3,76	132.337,86	671.983,52	3,82	0,00
Previdência do Regime Estatutário	3.454.550,00	3.520.650,00	131.860,13	671.983,52	3,76	132.337,86	671.983,52	3,82	0,00
Saúde	3.720.752,00	4.706.461,06	139.567,11	3.608.231,07	20,18	787.202,80	3.608.231,07	20,54	0,00
Atenção Básica	3.454.552,00	4.559.336,70	147.730,16	3.515.258,30	19,66	788.496,31	3.515.258,30	20,01	0,00
Alimentação e Nutrição	286.200,00	147.124,36	-8.163,05	92.972,77	0,52	18.706,49	92.972,77	0,53	0,00
Educação	4.189.648,20	4.626.794,61	-625.898,19	2.635.860,44	14,74	618.073,56	2.635.860,44	15,00	0,00
E Ensino Fundamental	3.525.723,20	3.701.934,15	-330.059,63	2.146.506,04	12,00	584.183,67	2.146.506,04	12,22	0,00
E Ensino Médio	251.887,80	302.833,26	-248.642,80	42.832,57	0,24	3.100,00	42.832,57	0,24	0,00
E Ensino Superior	24.200,00	88.200,00	0,00	88.000,00	0,49	12.400,00	88.000,00	0,50	0,00
Educação Especial	278.927,20	423.927,20	31.055,88	328.235,71	1,84	31.055,89	328.235,71	1,87	0,00
Cultura	108.900,00	108.900,00	-49.251,64	30.286,12	0,17	7.334,00	30.286,12	0,17	0,00
Diffusão Cultural	73.814,00	149.469,32	10.666,63	116.294,21	0,65	32.486,73	116.294,21	0,66	0,00
Urbanismo	496.104,00	1.866.177,87	11.308,11	1.349.800,52	7,55	223.310,05	1.071.033,32	6,10	0,00
Infra-Estrutura Urbana	121.002,00	1.027.341,31	-1.153,99	698.044,12	3,68	10.133,73	632.550,23	2,50	25.493,86
Serviços Urbanos	375.102,00	838.836,56	12.462,10	681.756,40	3,87	213.176,32	438.483,09	2,50	253.273,31
Habituação	219.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Rural	219.375,00	1.375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	42.350,00	77.350,00	0,00	77.034,54	0,43	65.689,86	71.724,40	0,41	5.310,14
Recursos Hídricos	42.350,00	77.350,00	0,00	77.034,54	0,43	65.689,86	71.724,40	0,41	5.310,14
Agricultura	2.076.365,00	2.587.051,00	353.706,67	2.501.494,16	13,99	529.996,50	2.468.494,16	14,22	3.000,00
Extensão Rural	1.937.215,00	2.525.901,00	353.706,67	2.449.339,66	13,70	529.996,50	2.446.339,66	13,92	3.000,00
Promoção da Produção Agropecuária	138.150,00	61.150,00	0,00	52.154,50	0,29	0,00	52.154,50	0,30	0,00
Indústria	48.401,00	650.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	48.401,00	650.401,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	12.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	12.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	18.151,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.800.484,00	2.114.414,12	158.216,34	1.925.584,78	10,77	398.641,61	1.903.861,92	10,84	21.722,86
Transporte Rodoviário	1.800.484,00	2.114.414,12	158.216,34	1.925.584,78	10,77	398.641,61	1.903.861,92	10,84	21.722,86

Continua 1/

0

0

2

Continuação 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-f)	INSCRITOS EM RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Desporto e Lazer	20.963.298,20	25.830.448,73	774.766,25	17.379.054,87	97,17	3.718.418,52	17.064.033,70	8.766.415,03	315.021,17
Desporto Comunitário	314.602,00	250.602,00	11.104,09	180.198,16	1,01	34.892,15	180.198,16	70.403,84	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.050,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	576.540,80	616.540,80	119.820,15	505.385,22	2,83	119.820,15	505.385,22	111.155,58	0,00
Ação Legislativa	13.310,00	13.310,00	2.527,02	10.788,85	0,06	2.527,02	10.788,85	2.521,15	0,00
Administração	13.310,00	13.310,00	2.527,02	10.788,85	0,06	2.527,02	10.788,85	2.521,15	0,00
Administração Geral	90.750,00	80.750,00	17.697,50	75.103,39	0,42	17.697,50	75.103,39	5.646,61	0,00
Assistência Social	90.750,00	80.750,00	17.697,50	75.103,39	0,42	17.697,50	75.103,39	5.646,61	0,00
Assistência Comunitária	24.200,00	14.200,00	3.231,31	9.531,04	0,05	3.231,31	9.531,04	4.698,96	0,00
Saúde	24.200,00	14.200,00	3.231,31	9.531,04	0,05	3.231,31	9.531,04	4.698,96	0,00
Atenção Básica	137.310,80	162.310,80	34.928,18	149.031,73	0,83	34.928,18	149.031,73	13.279,07	0,00
Educação	137.310,80	162.310,80	34.928,18	149.031,73	0,83	34.928,18	149.031,73	13.279,07	0,00
Educação Infantil	165.770,00	200.770,00	31.637,81	134.416,91	0,75	31.637,81	134.416,91	66.353,09	0,00
Educação Fundamental	157.300,00	157.300,00	24.851,14	105.540,33	0,59	24.851,14	105.540,33	51.759,67	0,00
Agricultura	8.470,00	43.470,00	6.786,67	28.876,58	0,16	6.786,67	28.876,58	14.593,42	0,00
Extensão Rural	90.750,00	90.750,00	20.278,02	86.538,50	0,48	20.278,02	86.538,50	4.211,50	0,00
Transporte	42.350,00	42.350,00	7.265,36	30.202,28	0,17	7.265,36	30.202,28	12.147,72	0,00
Transporte Rodoviário	42.350,00	42.350,00	7.265,36	30.202,28	0,17	7.265,36	30.202,28	12.147,72	0,00
Desporto e Lazer	12.100,00	12.100,00	2.254,95	9.772,52	0,05	2.254,95	9.772,52	2.327,48	0,00
Desporto Comunitário	12.100,00	12.100,00	2.254,95	9.772,52	0,05	2.254,95	9.772,52	2.327,48	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.539.839,00	26.446.989,53	884.598,40	17.884.440,09	100,00	3.838.238,67	17.569.418,92	8.877.570,61	315.021,17

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F. PAVELEGINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TEC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

[illegible]

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.015.725,38	1.006.183,17	1.427.337,43	1.299.846,96	1.405.621,15	1.612.016,95	2.082.505,90	1.894.831,42	1.221.913,61	1.538.231,18	1.846.655,10	2.657.200,89	20.271.108,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.256,23	43.476,63	63.520,75	56.381,45	82.357,69	84.901,19	66.919,17	57.612,93	47.276,41	72.830,12	83.838,69	86.655,76	801.059,02
I.P.T.U.	513,23	740,18	417,40	2.446,85	14.316,98	20.310,91	10.491,65	2.883,19	3.736,71	2.556,93	4.531,35	1.155,15	64.101,53
I.R.R.F.	24.820,52	27.294,72	29.650,78	33.197,46	33.089,46	32.614,59	29.839,11	34.792,20	32.772,61	32.507,31	60.773,66	40.448,49	266.200,00
I.S.S.	7.471,70	3.642,14	4.802,97	6.851,61	5.351,68	3.809,31	6.933,27	9.202,32	4.754,62	10.692,39	7.082,67	8.742,43	79.337,11
I.T.B.I.	16.994,00	9.774,00	21.110,72	11.302,00	20.630,00	7.283,01	11.540,00	7.659,49	1.390,00	23.162,38	34.703,36	16.190,00	164.336,96
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.468,78	2.025,59	7.539,88	1.984,53	8.967,57	20.883,37	7.115,14	3.055,73	4.612,47	4.389,24	1.824,52	68.776,93	121.000,00
Contribuições	30.428,57	32.373,34	36.610,71	31.692,55	34.865,37	33.948,77	33.778,88	35.114,96	35.412,75	34.675,06	63.705,75	437.595,59	502.150,00
Recursos Patrimoniais	153.251,03	83.582,46	5.787,37	4.909,71	17.424,01	172.269,16	320.791,90	4.279,19	-217.534,15	507,48	183.530,28	491.360,33	1.220.178,77
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,99	0,00	66.550,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	153.251,03	83.582,46	5.787,37	4.909,71	17.424,01	172.269,16	320.791,90	4.279,19	-217.534,15	507,48	183.530,28	491.360,33	1.220.178,77
Recursos de Aplicação Financeira	180,00	120,00	60,00	60,00	150,00	420,00	30,00	30,00	90,00	60,00	120,00	150,00	1.470,00
Recursos Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.420,00
Recursos de Serviços	5.476,77	4.001,68	22.625,77	3.330,00	7.519,03	21.062,47	14.170,77	14.654,57	19.189,16	29.266,38	71.369,32	42.706,01	255.371,93
Transferências Correntes	1.366.354,30	1.637.766,75	1.295.696,13	1.161.082,96	1.252.984,65	1.294.969,69	1.946.712,27	1.579.163,64	1.335.601,35	1.486.252,76	1.470.831,73	1.946.658,10	17.486.817,33
Cota-Parte do FPM	646.958,94	933.381,83	545.774,19	534.975,49	559.932,49	455.001,03	784.375,24	489.254,06	401.340,03	540.052,44	715.758,61	1.057.311,41	7.681.167,80
Cota-Parte do ICMS	542.846,12	519.915,40	461.400,62	374.256,24	340.169,03	395.128,72	467.194,30	480.293,86	507.904,41	542.448,46	499.318,69	582.530,74	5.734.412,81
Cota-Parte do IPVA	15.098,92	18.855,73	19.994,44	21.382,64	19.655,79	24.250,35	29.436,23	25.092,88	26.965,17	14.566,46	10.112,66	4.222,98	229.602,29
Cota-Parte do ITR	0,00	22,36	0,00	25,57	161,63	30,00	12,59	230,65	2.390,65	3.627,03	357,64	475,11	7.423,01
Outras Transferências Correntes	66.469,00	66.429,05	146.303,95	157.700,47	263.442,57	395.000,27	279.190,19	480.082,67	303.119,87	296.268,19	147.480,16	182.544,22	2.752.021,61
Transferências da LC 87/1989	5.679,61	6.143,88	5.669,91	5.068,30	5.073,33	4.962,38	5.480,73	6.338,54	7.446,37	8.520,94	9.340,40	9.823,78	79.167,17
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	91.311,71	93.018,50	86.466,02	67.650,21	65.548,81	68.995,94	81.033,19	82.806,98	84.427,87	92.767,20	88.393,35	99.966,86	1.002.392,64
Outras Receitas Correntes	5.776,48	4.862,31	3.163,70	2.389,29	10.290,40	4.446,67	1.102,91	4.976,13	3.878,09	2.639,38	2.007,20	23.713,94	69.245,50
DEDUÇÕES (II)	241.916,53	295.663,65	212.597,36	187.487,09	186.768,71	176.505,91	194.661,67	202.070,80	188.210,51	221.843,07	246.991,47	269.776,43	2.625.463,20
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	241.916,53	295.663,65	212.597,36	187.487,09	186.768,71	176.505,91	194.661,67	202.070,80	188.210,51	221.843,07	246.991,47	269.776,43	2.625.463,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV)	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 § 16, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V)	1.373.808,85	1.510.519,52	1.214.810,07	1.072.359,87	1.218.852,44	1.435.511,04	1.887.844,23	1.493.760,62	1.034.703,10	1.416.388,11	1.599.663,63	2.387.424,46	20.934.916,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
 PREFEITO MUNICIPAL

ALVARO FPAVELECHINI
 SECRETARIAS/AF

JUAREZ ZILLI
 CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
 TFC CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Continu

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2020	Até o Bimestre 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados				0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	2.541.000,00	2.541.000,00	1.216.474,73	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	6,00	6,00	576.400,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	6,00	6,00	576.400,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	2.541.006,00	2.541.006,00	1.792.874,73	0,00

Continua 1/3

Contin

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	610.212,30	631.794,80	610.212,30	631.794,80	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	530.197,56	417.541,81	530.197,56	417.541,81	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	80.014,74	76.584,04	80.014,74	76.584,04	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	137.668,95	0,00	137.668,95	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Complementação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	610.212,30	631.794,80	610.212,30	631.794,80	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	2.541.005,00	2.541.005,00	1.182.862,43	(631.794,80)	1.182.862,43	(631.794,80)	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Valor								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								2.728.550,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2020		2019			
Caixa e equivalentes de caixa			22.929.598,74		21.406.147,55			
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00			
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00			

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continu

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
				Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019			
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00			
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)		0,00	0,00	-62.945,51	0,00	-62.945,51	-	-

FONTE:
NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	ANMAR F. PAVELECHINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO	VALDEMAR P. GOBI TÉC. CONTÁBIL CRC/SC 17691-0
--	--	-------------------------------------	--

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Out 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	760.560,22	772.355,75	726.261,21
DEDUÇÕES (II)	2.356.122,93	2.054.687,94	2.593.386,47
Disponibilidade de Caixa	2.356.122,93	2.054.687,94	2.593.386,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.375.289,19	2.205.037,92	2.593.433,32
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	19.166,26	150.349,98	46,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	760.560,22	772.355,75	726.261,21
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-760.560,22	-772.355,75	-726.261,21

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2020 (VIc - VIa)
VALOR	46.094,54	34.299,01

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	919.931,65

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPALAIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAFJUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNOVALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/30

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.120.896,00	14.854.796,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	727.210,00	795.303,01
I.P.T.U.	90.750,00	58.345,52
I.S.S.	124.630,00	79.337,11
I.T.B.I.	121.000,00	184.358,96
I.R.R.F.	266.200,00	404.484,49
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	124.630,00	68.776,93
Contribuições	48.400,00	51.932,56
Receita Patrimonial	235.950,00	12.785,79
Aplicações Financeiras(II)	169.400,00	12.783,80
Outras Receitas Patrimoniais	66.550,00	1,99
Transferências Correntes	15.896.376,00	13.768.560,04
Cota-Parte do FPM	8.663.600,00	6.271.904,21
Cota-Parte do ICMS	4.501.200,00	4.587.530,28
Cota-Parte do IPVA	208.120,00	183.359,24
Cota-Parte do ITR	9.680,00	5.938,41
Transferências da LC 87/1996	24.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	67.760,00	63.333,75
Transferências do FUNDEB	1.573.000,00	1.002.392,64
Outras Transferências Correntes	848.816,00	1.654.101,51
Demais Receitas Correntes	212.960,00	226.214,93
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	212.960,00	226.214,93
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I+III)	16.951.496,00	14.842.012,53
RECEITAS DE CAPITAL (V)	650.021,00	1.669.526,42
Operação de Crédito(VI)	650.002,00	173.126,42
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	3,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/30

ACIMA DA LINHA							
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		RECEITAS REALIZADAS(a)					
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00					0,00	
Outras Alienações de Bens	3,00					0,00	
Transferências de Capital	16,00					1.496.400,00	
Convênios	16,00					576.400,00	
Outras Transferências de Capital	0,00					920.000,00	
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	19,00					1.496.400,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	16.951.515,00	16.338.412,53					
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					PROCESSADOS PAGOS (b)		LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	13.893.849,67	10.698.304,82	10.423.308,65	10.423.308,65	0,00	84.453,85	84.453,85
Pessoal e Encargos Sociais	5.827.240,72	4.835.928,04	4.835.928,04	4.835.928,04	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	75.500,00	74.084,43	74.084,43	74.084,43	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.991.108,95	5.788.292,35	5.513.296,18	5.513.296,18	0,00	84.453,85	84.453,85
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.991.108,95	5.788.292,35	5.513.296,18	5.513.296,18	0,00	84.453,85	84.453,85
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	13.818.349,67	10.624.220,39	10.349.224,22	10.349.224,22	0,00	84.453,85	84.453,85
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.979.845,36	1.838.595,92	1.804.791,89	1.804.791,89	0,00	411.910,48	411.910,48
Investimentos	2.772.345,36	1.631.170,49	1.597.366,46	1.597.366,46	0,00	411.910,48	411.910,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	207.500,00	207.425,43	207.425,43	207.425,43	207.425,43	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/30

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.772.345,36	1.631.170,49	1.597.366,46	1.597.366,46	0,00	411.910,48	411.910,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	6.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	16.596.745,03	12.255.390,88	11.946.590,68	11.946.590,68	0,00	496.364,33	496.364,33
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		3.895.457,52					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		316.388,80					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		10.775,89					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		74.084,43					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		3.832.148,98					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		919.931,65					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2019(a)	Até o Bimestre/2020(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00	0,00				
DEDUÇÕES (XXIX)		760.560,22	726.261,21				
Disponibilidade de Caixa		1.740.036,79	2.264.832,62				
Disponibilidade de Caixa Bruta		1.740.036,79	2.264.832,62				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		1.759.203,05	2.264.832,62				
		19.166,26	0,00				

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/30

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2019(a)	Até o Bimestre/2020(b)
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-979.476,57	-1.538.571,41
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	559.094,84	
AJUSTE METODOLÓGICO		
	Até o Bimestre/2020	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	19.166,26	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00	
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00	
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	539.928,58	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	603.237,12	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.409.796,14	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.409.796,14	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO PREFEITO MUNICIPAL	AIMAR F.PAVELECINI SECRETARIA SAF	JUAREZ ZILLI CONTROLADOR INTERNO
VALDEMAR P. GOBI TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0		

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												RS 1,00	
	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e+k)	
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidadados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
	EXECUTIVO	-	19.166,26	-	19.166,26	-	337.714,18	504.655,70	509.653,49	509.653,49	106.964,02	225.752,37	225.752,37
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	487.309,94	496.364,33	496.364,33	102.907,42	225.752,37	225.752,37
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESQUISA E MEIO AM	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	487.309,94	496.364,33	496.364,33	102.907,42	225.752,37	225.752,37
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.593,09	330.381,07	330.381,07	330.381,07	100.212,02	-0,00	-0,00
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.100,00	43.100,00	43.100,00	43.100,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675,00	12.066,45	10.916,45	10.916,45	1.825,00	0,00	0,00
	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	337.039,18	1.550,40	111.996,81	111.996,81	870,40	225.752,37	225.752,37
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.345,76	13.289,16	13.289,16	4.056,60	0,00	0,00
	CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.345,76	13.289,16	13.289,16	4.056,60	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	19.166,26	0,00	19.166,26	0,00	337.714,18	504.655,70	509.653,49	509.653,49	106.964,02	225.752,37	225.752,37
FONTE:													

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AMAR F. PAVELEGINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC. CONTÁBIL CRCSC-17.691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 1/30

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	602.580,00	602.580,00	726.526,08	120,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	90.750,00	90.750,00	58.345,52	64,29
1.1.1- IPTU	60.500,00	60.500,00	51.028,53	84,34
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	30.250,00	30.250,00	7.316,99	24,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36
1.2.1- ITBI	121.000,00	121.000,00	184.358,96	152,36
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	124.630,00	124.630,00	79.337,11	63,66
1.3.1- ISS	121.000,00	121.000,00	78.189,01	64,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.630,00	3.630,00	1.148,10	31,63
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	266.200,00	266.200,00	404.484,49	151,95
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.661.700,00	16.661.700,00	13.731.773,08	82,42
2.1- Cota-Parte FPM	10.648.000,00	10.648.000,00	7.681.167,80	72,14
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.922.000,00	9.922.000,00	7.046.317,98	71,02
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	726.000,00	726.000,00	634.849,82	87,44
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.626.500,00	5.626.500,00	5.734.412,81	101,92
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	84.700,00	84.700,00	79.167,17	93,47
2.5- Cota-Parte ITR	12.100,00	12.100,00	7.423,01	61,35
2.6- Cota-Parte IPVA	260.150,00	260.150,00	229.602,29	88,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.264.280,00	17.264.280,00	14.458.299,16	83,75
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	306.130,00	306.130,00	172.482,82	56,34
5.1- Transferências do Salário-Educação	181.500,00	181.500,00	100.217,13	55,22
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.880,00	33.880,00	24.112,00	71,17
5.4- Transferências Diretas - PNATE	90.750,00	90.750,00	48.115,71	53,02
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	37,98	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	149.436,00	149.436,00	391.369,66	261,90
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	455.566,00	455.566,00	563.852,48	123,77
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.187.140,00	3.187.140,00	2.619.707,19	82,20
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.984.400,00	1.984.400,00	1.409.263,59	71,02
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.125.300,00	1.125.300,00	1.146.882,53	101,92
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.050,00	6.050,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.940,00	16.940,00	15.833,42	93,47
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.420,00	2.420,00	1.484,60	61,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	52.030,00	52.030,00	46.243,05	88,88
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.579.050,00	1.579.050,00	1.002.714,72	63,50
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.573.000,00	1.573.000,00	1.002.392,64	63,72
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	322,08	5,32
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-1.614.140,00	-1.614.140,00	-1.617.314,55	100,20
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/30

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.258.400,00	1.269.516,83	817.443,77	64,39	817.443,77	64,39	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.258.400,00	1.269.516,83	817.443,77	64,39	817.443,77	64,39	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	320.650,00	320.723,50	193.622,40	60,37	193.622,40	60,37	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	320.650,00	320.723,50	193.622,40	60,37	193.622,40	60,37	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.579.050,00	1.590.240,33	1.011.066,17	63,58	1.011.066,17	63,58	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.011.066,17
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							81,52
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							19,31
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							-0,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							11.190,33
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							11.190,33
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	287.397,20	467.397,20	357.112,29	76,40	357.112,29	76,40	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.321.450,00	3.128.640,33	1.878.173,29	60,03	1.878.173,29	60,03	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.579.050,00	1.590.240,33	1.011.066,17	63,58	1.011.066,17	63,58	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.742.400,00	1.538.400,00	867.107,12	56,36	867.107,12	56,36	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.608.847,20	3.596.037,53	2.235.285,58	62,16	2.235.285,58	62,16	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.617.314,55
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-1.617.314,55
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							3.852.600,13
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							26,65

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	181.500,00	188.341,86	18.384,13	9,76	18.384,13	9,76	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	129.471,00	481.378,32	376.379,77	78,19	376.379,77	78,19	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	310.971,00	669.720,18	394.763,90	58,94	394.763,90	58,94	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.919.818,20	4.265.757,71	2.630.049,48	61,65	2.630.049,48	61,65	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/30

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		11.190,33	6.841,86
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.002.392,64	100.217,13
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.011.066,17	18.384,13
47.1 Orçamento do Exercício		1.011.066,17	18.384,13
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		322,08	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		2.838,88	88.674,86
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1.(+) Retenções		0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		2.838,88	88.674,86

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de NOVO HORIZONTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2,00	173.126,42	-173.124,42
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.137.374,36	1.854.580,48	1.282.793,88
Investimentos	2.929.874,36	1.647.155,05	1.282.719,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	207.500,00	207.425,43	74,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.137.374,36	1.854.580,48	1.282.793,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	3.137.372,36	1.681.454,06	1.455.918,30

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NOVO HORIZONTE, 06/01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AIMAR F.PAVELECINI
SECRETARIA SAF

JUAREZ ZILLI
CONTROLADOR INTERNO

VALDEMAR P. GOBI
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Ouro

PREFEITURA

IN Nº 001/2021 CONTRATO Nº 004/2021

Publicação Nº 2795072

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0004/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0001/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO

Contratado: CEPAC CENTRO DE PESQUISAS EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 07/01/2021 até 31/12/2021. Ouro, 07/01/2021, Gabriela Minks Lopes Duarte, Secretária Municipal de Saúde.

Processo Licitatório n. 0004/2021

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0001/2021

CONTRATO N. 004/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: CEPAC CENTRO DE PESQUISAS EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para efetuar os serviços exames laboratoriais (coleta e análise) com materiais necessários para a realização de qualquer tipo de coleta (materiais descartáveis) e fornecimento de resultados, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Vigência: A partir de 07/01/2021 até 31/12/2021.

Data de assinatura: 07/01/2021.

PR Nº 0003/2021

Publicação Nº 2795815

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0003/2021

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 21/01/2021, às 09:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0005/2021, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0003/2021, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: Item 1 - Contratação de empresa especializada para disponibilizar de 02 (dois) profissionais de fisioterapia para prestar serviços com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, cada profissional, para suprir demanda da Clínica Municipal de Fisioterapia localizada na Rua Nossa Senhora dos Navegantes, Bairro Parque e Jardim Ouro, Ouro SC. Item 2 - Contratação de pessoa jurídica, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, para prestação de serviços de fisioterapia domiciliar. Os serviços deverão ser prestados na residência do paciente. A locomoção do profissional até a residência do paciente é por conta e risco da empresa contratada. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 07/01/2021. Claudir Duarte, Prefeito Municipal.

PR Nº 0004/2021

Publicação Nº 2794920

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2021

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 21/01/2021, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0006/2021, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0004/2021, menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: A presente licitação pelo sistema de Registro de Preços, COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, na área mecânica e elétrica, para os veículos leves, utilitários, máquinas pesadas e maquinários agrícolas das secretarias municipais, para o exercício de 2021, conforme descrito no anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 07/01/2021. Claudir Duarte, Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA Nº 01/2021 POSSE PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES LEGISLATURA 2021-2024**

Publicação Nº 2795850

Ata nº 001/2021

Ata da Solenidade de Posse dos Vereadores, do Prefeito e Vice-Prefeito para o quadriênio 2021-2024 e também Eleição Instalação e Posse da Mesa Diretora do Legislativo para o exercício de 2021.

Ao primeiro dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às 8:00 horas conforme alteração de horário aprovado pelos Vereadores em sessão preparatória para posse, conforme determina o Regimento Interno, nas dependências da Câmara Municipal do Município de Ouro, situada à Rua Formosa nº 73, reuniram-se os Senhores Vereadores o Prefeito e Vice Prefeito eleitos no pleito eleitoral de 2020 para a instalação da 14ª Legislatura da Câmara de Vereadores e também a posse do Prefeito e Vice Prefeito eleitos no Pleito Eleitoral de 2020. Com a presença unânime de todos os eleitos e sob a presidência do Vereador eleito, diplomado e mais idoso no último pleito conforme estabelece o Regimento interno, Senhor Cesar João Prando em conformidade com as normas dos artigos 10.11.12.13 e seus incisos, o Presidente em exercício Senhor Cesar João Prando convidou o Senhor Marlo Matielo para fazer o Cerimonial e protocolo desta solenidade, procedeu a abertura oficial da solenidade de instalação e posse dos Vereadores, Prefeito Vice-Prefeito e eleição da mesa Diretora conforme preconiza a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara de Vereadores. Iniciando o Protocolo desejou um bom dia um feliz e próspero ano novo a todos, cheio de paz, saúde, harmonia e realizações, com muita sabedoria, união e amor no coração, desejando que este novo ano que se inicia, comece sendo abençoado por Deus e que nossos passos e decisões sejam guiados e protegidos por ele, seguindo o protocolo reforçou que de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Município de Ouro, a Comunidade se reúne para participar da solenidade de instalação da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Ouro, solenidade de posse do Prefeito e Vice Prefeito eleitos no pleito de 2020, bem como dos Vereadores e vereadora que comporão esta casa Legislativa. Em cumprimento as cláusulas Regimentais, e respeitando as normas

de saúde para conter o avanço do novo coronavírus, (Covid 19), as homenagens aos Poderes Executivo e Legislativo, entrega de flores comunicados à população, fotografias com familiares, festejos e outras formalidades que não estejam no protocolo, não estão permitidos neste espaço, se alguém optar em fazer, ficará à critério dos Senhores e Senhoras, após o encerramento da sessão e da eleição da Mesa Diretora em local de sua preferência. Conforme artigo 11º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Ouro, convidou o anfitrião deste ato solene, o Vereador com mais idade entre os eleitos, Senhor Cesar João Prando para assumir a Presidência dos trabalhos. Informou a todos que devido as novas normas, a entrega da declaração de bens, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral e outros documentos exigidos e necessários para a posse, já foram entregues na Secretaria da Câmara de Vereadores, de acordo com o prazo estipulado na Legislação e Regimento Interno. Seguindo o protocolo foi solicitado por ordem alfabética aos representantes religiosos convidados para que fizessem a bênção dos trabalhos e das repartições do Legislativo, iniciando com Senhor Jaime Bertoldo, Diácono da Igreja Católica, também solicitado ao Pastor da Assembléia de Deus Senhor Tiago Gonçalves para suas manifestações, com a ausência do Pastor, seguiu-se os trabalhos, logo após o Mestre de cerimônia Senhor Marlo Matielo, convidou aos presentes para em pé e em posição de respeito ouvirem o hino Nacional Brasileiro, em seguida o Presidente em exercício Cesar João Prando cumprimentou a todos agradeceu a presença e leu o termo de Posse dos Vereadores, sendo que o mesmo solicitou para que em pé os Senhores Vereadores (a) eleitos (a) o acompanhassem em voz alta para prestarem o compromisso de posse nos seguintes termos: PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OURO, DESEMPENHANDO LEAL E FIELMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO EM FAVOR DO POVO OURENSE, respondendo os Vereadores: ASSIM PROMETO. após assinatura do livro de termo de posse, o Presidente Cesar João Prando declarou- os (as) empossados (as) para a décima quarta Legislatura que compreende o quadriênio

2021-2024 (Dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e quatro) composta pelos vereadores e seus respectivos partidos: AMARILDO JOSÉ, GANZALA - PL, CESAR JOÃO PRANDO - PSD, ELONE MARIA RIBEIRO MASSON- PT, EVANDRO MARCELO NEIS- MDB, IGOR FELIPE POYER- PSDB, DIEGO BARETTA - PP, DENIO CESAR VIGANÓ - PSDB, ROBSON MASSON- PL E PETRONIO LUIZ SPANGNOL- MDB. Em ato contínuo passou-se a Posse do Prefeito e Vice Prefeito eleitos no último pleito eleitoral, o Presidente Vereador Cesar João Prando convidou o Senhor Claudir Duarte, Prefeito eleito e o Senhor Renê Modena, vice-prefeito eleito para prestarem seus compromissos de posse nos seguintes termos: PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE OURO, DESEMPENHANDO LEAL E FIELMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO EM FAVOR DO POVO OURENSE, respondendo o Prefeito e Vice-Prefeito: ASSIM PROMETO. Após a assinatura do livro de termo de Posse pelo prefeito Claudir Duarte e Vice-Prefeito Renê Modena, acompanhado das assinaturas de todos os Vereadores já empossados o Presidente Cesar João Prando declarou empossados o Senhor Claudir Duarte Prefeito Municipal de Ouro e Senhor Renê Modena Vice-prefeito para a Administração 2021-2024 (dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e quatro). Na sequência o Presidente Cesar João Prando Concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Claudir Duarte, Prefeito Municipal eleito para a administração 2021/2024 para suas considerações, por até cinco minutos, seguindo com a fala do excelentíssimo Senhor Renê Modena, vice-prefeito Municipal da administração 2021-2024 para suas considerações, por até três minutos, da mesma forma concedeu a palavra ao Excelentíssimo Senhor Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal da administração 2017/2020 para suas considerações, por até cinco minutos, ao excelentíssimo Senhor José Camilo Pastore vice-prefeito Municipal da administração 2017-2020 Para suas considerações, por até três minutos, também por ordem alfabética, concedeu a palavra ao

Vereador nomeado Evandro Marcelo Neis, para representar o bloco dos Vereadores de oposição, para fazer suas considerações por até três minutos, seguido pelo Vereador nomeado Robson Masson, para Representar o bloco dos Vereadores de situação, para fazer suas considerações por até três minutos. Passando a palavra ao Mestre de Cerimônia Senhor Marlo Matielo para dar continuidade ao protocolo dos atos solenes da sessão. Neste momento convidou todos os presentes para que dirigirem seus olhares ao pavilhão do Município de ouro e em pé ouvirem o hino do Município de Ouro, dispensando desta tarefa as pessoas que tiverem limitações de saúde. Dando continuidade o Presidente Cesar João Prando em consonância com as normas contidas nos artigos 47 à 62 do regimento interno suspendeu a sessão por até 15 minutos, para a preparação e o registro dos nomes para os trabalhos de eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, que acontecerá em ato contínuo, nas dependências do Legislativo. Informou a todos que e a transmissão de cargo de Prefeito e Vice-Prefeito

aconteceria paralelamente no gabinete do Prefeito junto a Prefeitura Municipal, para todos se Sentirem a vontade e suspendeu a sessão. O Mestre de Cerimônia Marlo Matielo prosseguiu comunicando a todos os que no espaço de até 15 minutos fossem efetuadas as inscrições dos nomes para concorrerem aos cargos da Mesa Diretora, que deverá acontecer antes do reinício da sessão. Reabertos os trabalhos e conferido o quorum Regimental o presidente informou que houve o registro dos seguintes nomes para concorrerem aos os seguintes cargos da mesa Diretora: para presidente: Robson Masson, para vice- presidente Diego Baretta, para primeiro secretário(a) Elone Maria Ribeiro Masson, para segundo secretário Petronio Spanhol, informando que conforme normas do Regimento Interno da casa, a votação deverá ser aberta por ordem alfabética e vota-se por cargos e não por chapas, onde os vereadores deverão falar o nome do candidato em que está votando. Iniciando com a votação ao cargo de: Presidente. Solicitou ao Secretário da Mesa Vereador Evandro Marcelo Neis, assessoria na contagem e conferência dos votos a cada candidato. Iniciando a votação e concorrendo ao cargo de: Presidente o vereador Robson Masson, após votação, foi eleito por unanimidade, concorrendo ao cargo

de vice - presidente o Vereador Diego Baretta, após votação foi eleito por unanimidade, concorrendo ao cargo de primeiro secretário (a) a vereadora Elone Maria Ribeiro Masson, após votação foi eleita por unanimidade, concorrendo ao cargo de segundo secretário o vereador Petronio Spanhol, que após votação foi eleito por unanimidade de votos. Diante do resultado da votação, o presidente Cesar João Prando declarou eleita e empossada a nominata de Vereadores para a Mesa Diretora que dirigirá os destinos da Câmara Municipal durante o exercício de 2021, ficando assim composta: Presidente: Robson Masson; Vice-presidente: Diego Baretta; primeiro (a) secretário (a) Elone Maria Ribeiro Masson, e segundo secretário Petronio Luiz Spanhol. Logo após a posse o Presidente passou a presidência para nova Mesa Diretora eleita e empossada nesta data. O Presidente eleito Robson Masson, agradeceu e parabenizou ao Vereador Cesar João Prando que presidiu a solenidade, juntamente com o Secretário nomeado Vereador Evandro Marcelo Neis, aos vereadores pela confiança que nele depositaram, e aos funcionários pelo apoio na organização dos trabalhos. Cumprimentou a todos os presentes, a imprensa escrita e falada, a quem acompanhava pelas redes sociais, seus familiares e amigos, e de modo especial a todos os cidadãos Ourenses. Sendo estes os assuntos específicos e não havendo nada mais a tratar deu por encerrada a presente solenidade de instalação, posse e eleição da Mesa Diretora e convocou os Senhores Vereadores para a sessão extraordinária com o fim específico para a eleição e composição das comissões permanentes da câmara de vereadores de ouro, a ser realizada no dia 04 de janeiro de 2021 as 14:00 nas dependências Câmara Municipal de Ouro e agradeceu a presença de todos.

Amarildo José Ganzala
Cesar João Prando
Denio Cesar Viganó
Diego Baretta - Vice Presidente
Elone Maria Ribeiro Masson - 1º Sec.
Evandro Marcelo Neis
Igor Felipe Poyer
Petronio Luiz Spanhol - 2º Sec.
Robson Masson - Presidente

PORTARIA Nº 02/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795800

PORTARIA Nº 02/2021 DE 07.01.2021

Nomeia servidor que especifica.

O Vereador Robson Masson, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Legislação em vigor resolve:

NOMEAR o Senhor Ivonei Antonio Dambros, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1.707.451 e CPF nº 547.822.879-68, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO na Câmara Municipal, em conformidade com Lei Complementar nº 29 de 20 de junho de 2013 que altera dispositivos da Lei Complementar nº 24 de 23 de abril de 2012, e acrescenta na lei Complementar nº 23 de 29 de março de 2012, que dispõe sobre os Quadros de Pessoal e Plano de Carreira da Câmara de Vereadores de Ouro, e as alterações dadas pelas Leis Complementares nºs 26, 29, 30, percebendo os vencimentos regulamentados na Legislação vigente a contar da presente data.

Comunique-se, registre-se e publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO (SC), 07 de Janeiro de 2021.

Registrada comunicada e Publicada a presente Portaria, em data supra.

ROBSON MASSON
Presidente

PORTARIA Nº 03/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795802

PORTARIA Nº 03 DE 07 DE JANEIRO 2021

Nomeia Comissão Permanente de Licitação

Robson Masson, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo licitatório, que a Lei 8666/93 assim prever.

Art. 2º Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e suas respectivas funções, quais sejam:

Fernando Bedin - Presidente.

Maria Noemi Vieira Sarmento Bazo - Secretária.

Ivonei Antonio Dambros - Membro Titular.

Art. 3º Fica designada como membro suplente a Servidora Elena Aurora Riguel Masson, ficando a suplente indicada automaticamente, no caso de impedimento legal do titular e da mesma forma quando do impedimento do suplente conforme a Legislação.

Art. 4º - A mencionada Comissão terá validade até a data 31 de dezembro de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 02/2020 de 02 de Janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Ouro (SC), 07 de Janeiro de 2021.

Robson Masson

Presidente

PORTARIA Nº 04/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795805

PORTARIA Nº 04 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações, no âmbito da Câmara Municipal de Ouro.

O Presidente da Câmara Municipal de Ouro, Vereador Robson Masson, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e da Legislação vigente.

RESOLVE

Art. 1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações, no âmbito da Câmara Municipal, o servidor público municipal da Câmara de Vereadores, que exerce o cargo de Contador, Fernando Bedin.

Parágrafo Único. O Edital indicará em cada certame licitatório o nome do Pregoeiro.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações, no âmbito desta Câmara os servidores: Maria Noemi Viera Sarmento Bazo e Ivonei Antonio Dambros, como membros titulares e como membro suplente: a servidora Elena Aurora Rigel Masson, ficando a suplente indicada, automaticamente nomeada, no caso de impedimento legal do titular e da mesma forma quando impedimento do suplente, conforme a Legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficando revogada a portaria nº 01/2020 de 02 de Janeiro de 2020.

Câmara de Vereadores de Ouro, SC, 07 de janeiro de 2021.

Robson Masson

Presidente

PORTARIA Nº 05/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795806

PORTARIA Nº 05/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Designa servidor para atuar como fiscal da execução dos contratos celebrados pela administração da Câmara Municipal de Vereadores.

O Presidente do Legislativo no Município de Ouro, Estado de Santa Catarina, Robson Masson, usando das suas atribuições conforme regimento interno, combinado com as disposições do artigo 67 da Lei Federal n. 8666/93:

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor a baixo relacionado, para atuar como fiscal ou delegar outros servidores para a fiscalização da execução dos contratos celebrados pela Câmara Municipal de Vereadores para fornecimento de bens e serviços, quais sejam:

I - Ivonei Antonio Dambros, Brasileiro, casado, portador da RG: 1.707.451 e CPF nº 547.822.879-68, ocupante do cargo de Diretor Administrativo.

Art.2º O fiscal representante acima citado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos contratos, com

poderes para determinas o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos apontados.

Parágrafo único. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas ao respectivo superior hierárquico em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária e infração disciplinar punível nos termos do Estatuto dos Servidores e legislações vigentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º ficando revogada a portaria nº 008/2019 de 14 de fevereiro de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores de Ouro - SC 07 de Janeiro de 2021

Robson Masson

Presidente

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA Nº 06/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795808

PORTARIA Nº 06/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

O Vereador Robson Masson, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA QUE ESPECIFICA:

A Senhora MARIA NOEMI VIEIRA SARMENTO BAZO, exercendo o cargo efetivo de Assessora do Legislativo, relativo ao período de aquisição de 01.02.2020 à 31.01.2021, para serem gozadas a contar do dia 11.01.2021 à 30.01.2021 conforme prescreve o Art. 66 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro, sendo que os outros 10 dias de direito, ficarão para serem gozados posteriormente durante o exercício de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Ouro (SC), em 07 de janeiro de 2021

Robson Masson

Presidente

Publique-se e registre-se em data supra.

PORTARIA Nº 07/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795810

PORTARIA Nº 07/2021 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

O Vereador Robson Masson, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA QUE ESPECIFICA:

À Senhora Elena Aurora Rigel Masson, ocupante do cargo efetivo de Agente operacional da Câmara de Vereadores de Ouro, relativo ao período de aquisição de 10/03/2019 à 09/03/2020, sendo 20 dias para gozo, no período de 11.01.2021 à 30.01.2021 conforme prescreve o Art. 66 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ouro, sendo que os outros 10 dias de direito, ficarão para serem gozados posteriormente durante o exercício de 2021.

Câmara Municipal de Vereadores de Ouro (SC), 07 de janeiro de 2021

Robson Masson

Presidente

Publique-se e registre-se em data supra.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3556

Publicação Nº 2795086

DECRETO N.º 3556/2021

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. LENOIR NICACIO CANDIDO COSTA, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente de Urbanismo, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3557

Publicação Nº 2795088

DECRETO N.º 3557/2021

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. GILMAR DOS SANTOS LARA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, lotado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3558

Publicação Nº 2795098

DECRETO N.º 3558/2021

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. ADRIANO BENEDETTI, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3559

Publicação Nº 2795102

DECRETO N.º 3559/2021

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. ANTONIO ALBERI DE SIQUEIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Dirigente de Transportes e Obras, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3560

Publicação Nº 2795104

DECRETO N.º 3560/2021

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Diretor de Infraestrutura, Padrão FG-01, ao Servidor Público Municipal Sr. Edson Luiz Santos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3561

Publicação Nº 2795106

DECRETO N.º 3561/2021

"PROMOVE A AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DE 20 HORAS PARA 40 HORAS SEMANAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONSIDERANDO, o disposto no art. 19, parágrafo único, da Lei Complementar n. 023/2005;

CONSIDERANDO, o que estabelecido no art. 193, §§ 3º, 4º e 5º da Lei Complementar n. 022/2005;

CONSIDERANDO, o dever constitucional do Município de dar assistência e atendimento à sua população, especificamente no caso aos portadores de necessidades especiais;

CONSIDERANDO, que a ocupante do cargo manifesta anuência a ampliação da carga horária pretendida;

CONSIDERANDO, a necessidade de adequação do quadro de profissionais junto a APAE do Município visando o desenvolvimento adequado de suas atividades, com o consequente acesso a programas e incentivos de outras esferas de governo;

CONSIDERANDO, que para o atendimento da demanda de trabalho, junto a APAE, faz-se necessário a existência de profissional com carga horária de 40 horas semanais;

CONSIDERANDO, que a ampliação da carga horária está inserida na discricionariedade administrativa, para atendimento da necessidade, presente no caso;

CONSIDERANDO, que a análise sistemática dos dispositivos legais descritos anteriormente possibilitam a adoção da medida;

CONSIDERANDO, a jurisprudência firmada sobre o tema no Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina (dentre outros, autos: 2012.043255-8; 2013.032858-2; 2013.060051-8; 2010.058760-6);

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal n. 860/2013;

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica majorada, temporariamente, para 40 horas semanais a carga horária da servidora LIDIANE VITORIA BOLZAN, ocupante do cargo de assistente social 20 horas, que atua junto a Secretaria de Saúde, previsto na Lei Complementar n. 023/2005 com suas alterações.

§ 1º. Com a ampliação da carga horária fica majorada proporcionalmente a remuneração da ocupante do cargo, observado o valor inicial da carreira, em verba a ser destacada na folha de pagamento.

§ 2º. A ampliação da carga horária terá início em 06/01/2021 e validade até 31/12/2021, podendo ser revogada a qualquer momento, acaso cessada a necessidade.

Art. 2º. Fica designada para desenvolver as atividades inerentes a profissão junto a APAE do Município de Ouro Verde/SC, por 20 horas semanais.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA

Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3562

Publicação Nº 2795107

DECRETO N.º 3562/2021

"PROMOVE A AMPLIAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CARGO DE FARMACEUTICA DE 20 HORAS PARA 40 HORAS SEMANAIS, CONFORME ESPECIFICA"

CONSIDERANDO, o disposto no art. 19, parágrafo único, da Lei Complementar n. 023/2005;

CONSIDERANDO, o que estabelecido no art. 193, §§ 3º, 4º e 5º da Lei Complementar n. 022/2005;

CONSIDERANDO, o dever constitucional do Município de dar assistência e atendimento à saúde de sua população;

CONSIDERANDO, que o Município possui uma única vaga relativa ao cargo de farmacêutico 20 horas, mas a unidade de saúde possui funcionamento de 8 (oito) horas diárias;

CONSIDERANDO, que os medicamentos somente podem ser dispensados por profissional habilitado;

CONSIDERANDO, que o pagamento de horas extras visando o atingimento de referida carga horária onera de forma demasiada o erário público;

CONSIDERANDO, a necessidade de profissional com 40 horas semanais para manutenção das atividades e atendimento à população;

CONSIDERANDO, que a ampliação da carga horária está inserida na discricionariedade administrativa, para atendimento da necessidade, presente no caso;

CONSIDERANDO, que a análise sistemática dos dispositivos legais descritos anteriormente possibilitam a adoção da medida;
CONSIDERANDO, a jurisprudência firmada sobre o tema no Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina (dentre outros, autos: 2012.043255-8; 2013.032858-2; 2013.060051-8; 2010.058760-6);

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

DECRETA:

Art. 1º - Fica majorada, temporariamente, para 40 horas semanais a carga horária do ocupante do cargo de farmacêutico 20 horas previsto na Lei Complementar n. 023/2005 com suas alterações.

§ 1º. Com a ampliação da carga horária fica majorada proporcionalmente a remuneração do ocupante do cargo, em verba a ser destacada na folha de pagamento.

§ 2º. A ampliação da carga horária fica restrita ao período de 06/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser revogada a qualquer momento, acaso cessada a necessidade ou estendida acaso necessário.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

DECRETO Nº3563

Publicação Nº 2795109

DECRETO N.º 3563/2021

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOACIR MOTTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. LUCAS ANTONIO ALVES PAZ MORO, para exercer o Cargo em Comissão de Dirigente de Saúde, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 06 de janeiro de 2021.

MOACIR MOTTIN
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIOVANA DO PRADO DA MOTTA
Vice-Prefeita Municipal

Palhoça

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796863

CONVÊNIO Nº 001, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Câmara Municipal de Palhoça, para cedência de servidores municipais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FRECCIA, doravante denominado CONVENIENTE, e, de outro lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Josi José Martins, nº 101 - Parque Residencial Pagani, - Palhoça/SC, representada neste ato pelo seu Presidente Sr. JOEL FILIPE GASPAR, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.808, de 06 de março de 2013, e Decreto Legislativo nº 250/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnico-funcional entre as partes, visando o estabelecimento de condições adequadas para o funcionamento da CONVENIADA e CONVENIENTE, em atendimento aos interesses mútuos de agilidade e eficiência das atividades de competência legislativa e executiva, em prol dos interesses coletivos, para cessão de servidores municipais entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÔNUS

O ônus pela cessão de pessoal correrá da seguinte forma:

- Ressarcido à origem;
- Da origem do respectivo órgão de lotação do servidor efetivo, neste caso limitado ao número de 14 (quatorze) servidores.
- Do Poder solicitante no caso de exercício de cargo em comissão nas funções de chefia, direção ou assessoramento;

Parágrafo único. Em todas as hipóteses mencionadas acima as partes encaminham mensalmente o controle de ponto dos servidores cedidos, sempre até o dia quinze de cada mês.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio terá início a contar de 1º de janeiro de 2021 até em 31 de dezembro de 2024, podendo ser rescindido por decisão das partes.

Parágrafo único. As Portarias de cessão de funcionários deverão ser expedidas com data de início e término da cessão.

CLAUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

As partes, mediante Termo Aditivo, poderão alterar, a qualquer tempo, o presente instrumento de Convênio, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes conveniadas, independente de legislação específica ou autorização legislativa.

CLAUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por quaisquer das partes acima identificadas em caso de descumprimento das cláusulas aqui acordadas, mesmo que isoladamente e/ou unilateralmente, por motivos supervenientes que impeçam o seu cumprimento por parte do CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes conveniadas e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Palhoça, 07 de janeiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Palhoça

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

CONVÊNIONº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796864

CONVÊNIONº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA, para cedência de servidores municipais.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO FRECCIA, doravante denominado MUNICÍPIO, e, de outro lado, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – Ippa, entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 04.816.835/00011-75, com sede na Rua Carrara, 101, - Parque Residencial Pagani, - Palhoça/SC, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, com base na Lei Complementar nº 137, de 20 de março de 2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação técnico-funcional entre as partes, visando o estabelecimento de condições adequadas para o funcionamento da CONVENIADA, em atendimento aos interesses mútuos de agilidade e eficiência das atividades de sua competência, para cessão de servidores municipais entre as partes, em conformidade com a Lei Complementar nº 137, de 20 de março de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÔNUS

O ônus pela cessão de pessoal correrá da seguinte forma:

- a) Ressarcido à origem;
- b) Da origem do respectivo órgão de lotação do servidor efetivo;
- c) Da solicitante no caso de exercício de cargo em comissão nas funções de chefia, direção ou assessoramento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses mencionadas acima as partes encaminharão mensalmente o controle de ponto dos servidores cedidos, sempre até o dia quinze de cada mês.

CLAÚSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir de 1º de janeiro de 2021 e tem seu término em 31 de dezembro de 2024.

Parágrafo único. As Portarias de cessão de funcionários deverão ser expedidas com data de início e término da cessão.

CLAUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

Mediante Termo Aditivo, poderão ser feitas alterações, a qualquer tempo, ao Convênio, desde que preservado o seu objeto e a vontade mútua das partes conveniadas.

CLAUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido por quaisquer das partes acima identificadas em caso de descumprimento das cláusulas aqui acordadas, mesmo que isoladamente e/ou unilateralmente, por motivos supervenientes que impeçam o seu cumprimento por parte do CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelas partes conveniadas e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Palhoça, 07 de janeiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPÍNDOLA
Presidente do IPPA

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 2.732, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796835

DECRETO Nº 2.732, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

GRUPO DE TRABALHO. Institui Grupo de Trabalho para efetuar levantamento, diagnóstico e procedimentos para informatização, digitalização e desburocratização das atividades do Poder Executivo Municipais, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos públicos para atender com eficiência a população do Município de Palhoça, visando minimizar excessos e procedimentos burocráticos;

Considerando que a atividade pública é demasiadamente morosa e que compete ao gestor empreender mecanismos e esforços para que seja prestada de forma célere, salvaguardando o interesse público; e

Considerando o atendimento ao princípio constitucional de eficiência e eficácia, insculpidos no art. 37, da CF, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho, com as seguintes finalidades:

I - efetuar levantamento, diagnóstico e procedimentos para informatização, desburocratização e digitalização dos serviços e procedimentos prestados aos usuários;

II - definir critérios e medidas de atuação, bem como seus prazos e responsáveis pelo atendimento das metas a serem definidas para o processo de informatização, digitalização e desburocratização; e

III - propor a regulamentação de procedimentos, inclusive de fluxo de trabalho, para a consecução da finalidade de otimização dos serviços públicos municipais, com vistas à torná-los digitais;

IV - demais atividades relacionadas com o objetivo do Grupo de Trabalho, mesmo que não expressamente disciplinadas;

Art. 2º O Grupo de Trabalho a que se refere o artigo 1º do presente Decreto será composto pelos seguintes servidores:

I – Cristina Schwinden – representando a Secretaria Municipal de Administração;

II – Pedro Henrique da Rosa – representando o Gabinete do Prefeito Municipal;

III – Luciano Dalla Pozza – representando a Procuradoria Geral do Município;

IV – Rodolpho Pagani Martins – representando a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento;

V – Osvaldo Bossolan Neto – representando a Diretoria de Controle Interno.

Art. 3º A coordenação do Grupo de Trabalho será exercida pelo membro previsto no inciso IV do art. 2º deste Decreto, podendo o coordenador requerer informações e documentos diretamente aos órgãos de administração direta, indireta ou delegar atribuições aos seus membros.

Art. 4º Ficam todos os órgãos e servidores responsáveis por fornecer o suporte administrativo e as informações necessárias para o desenvolvimento das ações do Grupo de Trabalho.

Art. 5º A prestação de serviço no Grupo de Trabalho instituído por este Decreto será de caráter prioritário, de relevante interesse público e

não remunerada.

Art. 6º As reuniões do Grupo de Trabalho de que trata o presente Decreto serão realizadas de acordo com a necessidade das atividades, bem como a serem definidas por seu coordenador.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 04 de janeiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.734, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796837

DECRETO Nº 2.734, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

PRORROGA O DECRETO Nº 2.666/2020 QUE ESTABELECE SOBRE AS MEDIDAS PARA COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PALHOÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, e considerando a situação de emergência em saúde pública ocasionada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vigência do Decreto nº 2.666, de 17 de setembro de 2020 e suas alterações posteriores, por mais 07 (sete) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de janeiro de 2021.

Palhoça, 07 de janeiro de 2021.

EDUARDO FRECCIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 270/2020

Publicação Nº 2795217

EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 270/2020

Espécie: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 25, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Favorecido: IVO TABAJARA DE SOUZA PAIVA ME

Objeto: Concessão do direito de uso do sistema informatizado SAESC – Sistema de Alimentação Escolar, através da internet para três usuários simultâneos, com suporte técnico via WEB, email ou telefone, conforme especificação na proposta da contratada.

Vigência do Contrato: 6 meses. 01/01/2021 até 30/06/2021.

Processo: Inexigibilidade de Licitação nº 270/2020

Rubrica orçamentária: "25" – 3.3.90.40.01

Valor do Contrato: Valor Estimado em R\$ 6.936,00 (Seis mil novecentos e trinta e seis reais).

Autorização em 22/12/2020.

Ratificada em: 22/12/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 5181/2020

Publicação Nº 2795367

PORTARIA Nº. 5181/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1546 de 14 de março de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora JULIANA MARIA AMARAL GOMES

LESSA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/03/2020 a 19/03/2021.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5182/2020

Publicação Nº 2795369

PORTARIA Nº. 5182/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1434 de 06 de março de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora LIANA SANTOS, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/03/2020 a 08/03/2021.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5183/2020

Publicação Nº 2795370

PORTARIA Nº. 5183/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1438 de 06 de março de 2019, que Contratou por Tempo Determinado o servidor MICHAEL CORREIA ALCANTARA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/03/2020 a 01/05/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5184/2020

Publicação Nº 2795372

PORTARIA Nº. 5184/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1447 de 06 de março de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RENATA GOMES DE SOUZA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/03/2020 a 02/03/2021.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5185/2020

Publicação Nº 2795374

PORTARIA Nº. 5185/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
AMANDA CAMPOS DE SOUZA	PSICOLOGO	06	30/11/2020
ANA CAROLINA BOSSLE	DIRETOR DE COMUNICAÇÃO	06	25/11/2020
ANA CAROLINA BOSSLE	DIRETOR DE COMUNICAÇÃO	08	01/12/2020
ANDREZA SOCAS	MONITOR	05	30/11/2020
CARLOS EDUARDO SIQUEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	24/11/2020
CRISTIAN LOPEZ QUIROS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	08	23/11/2020
CRISTIANE DE SOUZA ASSUNCAO	ENFERMEIRO	01	26/11/2020
CRISTIANE DE SOUZA ASSUNCAO	ENFERMEIRO	30	27/11/2020
CYNTHIA CRISTIANE COELHO PETRY	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	08	27/11/2020
EDUARDO IZIDORO PEREIRA SAITO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09	27/11/2020
ELIANA MARIA DA SILVA	ASSESSOR	05	30/11/2020
ELIANE MARA DRANSFELD	PSICOLOGO	30	30/11/2020
ELISIANE DA SILVA	PROFESSOR	180	16/11/2020
FERNANDO MANOEL PEREIRA	ARTIFICE	15	25/11/2020
HEWERTON PEREIRA DOS SANTOS	GUARDA/AGENTE DE TRANSITO	06	01/12/2020
HUGO DEL CISTIA ANDRADE	PROFESSOR	07	30/11/2020
IVANILDA PAULA LISBOA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	01/12/2020
JAKELINE WEINGARTNER	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	06	26/11/2020
JANAINA TEREZINHA FARIAS PEREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	27/11/2020
JANAINA VENTURI DUTRA	ASSISTENTE SOCIAL	30	30/11/2020
JESSICA ALESSANDRA FEIJO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	26/11/2020
JESSICA SARTORI CARDOSO ALEXANDRE	FISIOTERAPEUTA	07	26/11/2020
JULIANO RODRIGUES BRASIL	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	26/11/2020
JULIANO RODRIGUES BRASIL	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	23/11/2020
KARINE KRETSCHMER	CIRURGIAO DENTISTA	09	30/11/2020
KAROLINE SCOTTI DE MEDEIROS	GUARDA/AGENTE DE TRANSITO	04	30/11/2020
KELLY VIVIAN DOS SANTOS DA SILVA	PROFESSOR	08	29/11/2020

LEONICE BUSSOLO DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	07	07/12/2020
MARCELI LUCHTENBERG DE MATOS	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	06	30/11/2020
MARIA REGINA SOARES STOCK	PROFESSOR	29	01/12/2020
MARIA TERESA CARDOSO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	18/11/2020
MARIA TERESA CARDOSO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	25/11/2020
MARTILA DA SILVA	ENFERMEIRO	03	31/10/2020
MARTILA DA SILVA	ENFERMEIRO	10	30/11/2020
ORIVAL GRAF	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	07	30/11/2020
PAULO CESAR DA SILVA GONCALVES	ENFERMEIRO	30	30/11/2020
RENE ALBERTO PACÍFICO	GUARDA/AGENTE DE TRANSITO	08	27/11/2020
ROSANGELA ZIMERMANN	MONITOR	08	30/11/2020
ROSEMIR PEDRO MEDEIROS	OPERADOR DE MAQUINAS	07	30/11/2020
SULAMITA DE AGUIAR	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30	30/11/2020
TALISNEIA SOUSA CANDIDO	TECNICO DE ENFERMAGEM	10	30/11/2020
THAIS HELENA MONTEIRO DA SILVA	PSICOLOGO	07	28/11/2020
THUANY ADRIANO	ASSESSOR	07	30/11/2020
THUANY MARIA DOS SANTOS	GERENTE DE FROTAS	10	29/11/2020
VANIO LAURO GARCIA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	18/11/2020
VANIO LAURO GARCIA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	27/11/2020

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5186/2020

Publicação Nº 2795375

PORTARIA Nº. 5186/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 4469 de 31 de agosto de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora LAYSE SANTOS SVALDI ALMEIDA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo do Secretário ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA que deverá ser Secretário de Segurança Pública, e não como consta na referida Portaria.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.
ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5187/2020

Publicação Nº 2795376

PORTARIA Nº. 5187/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 4470 de 31 de agosto de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor RICARDO QUENTEL MELO, do Quadro de

Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo do Secretário ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA que deverá ser Secretário de Segurança Pública, e não como consta na referida Portaria.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5188/2020

Publicação Nº 2795377

PORTARIA Nº. 5188/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 4471 de 31 de agosto de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor JOÃO OTÁVIO CARDOSO AMANTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo do Secretário ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA que deverá ser Secretário de Segurança Pública, e não como consta na referida Portaria.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5189/2020

Publicação Nº 2795378

PORTARIA Nº. 5189/2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 4871 de 26 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor LAYSE SANTOS SVALDI ALMEIDA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao cargo do Secretário ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA que deverá ser Secretário de Segurança Pública, e não como consta na referida Portaria.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

ALEXANDRE SILVEIRA DE SOUSA
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5190/2020

Publicação Nº 2795380

PORTARIA Nº. 5190/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária Municipal de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 5175 de 30 de novembro de 2020, que Concedeu Home Office a servidora ANA PAULA GOMES CUNHA, titular do cargo de Médico Endocrinologista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde Designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5191/2020

Publicação Nº 2795383

PORTARIA Nº. 5191/2020.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4884 de 26 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora SUZELLY ULIANA, titular do cargo de Engenheiro Ambiental do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, pelo período de 19/12/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5192/2020

Publicação Nº 2795385

PORTARIA Nº. 5192/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4886 de 26 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora CAROLINA ELISA PERES, no cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/12/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5193/2020

Publicação Nº 2795386

PORTARIA Nº. 5193/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4880 de 26 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office da servidora JOSIANE DE OLIVEIRA, no cargo de Gerente de Custos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 09/12/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5194/2020

Publicação Nº 2795387

PORTARIA Nº. 5194/2020.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para BIANCA MELO FARIAS CARDOSO, matrícula nº. 100455-9, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 18/06/2012 a 18/06/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/01/2021 a 04/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5195/2020

Publicação Nº 2795389

PORTARIA Nº. 5195/2020.

JACI HELEODORO MARTINS, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VALDIR ALFREDO GASPAR, matrícula nº. 900044-1 titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 03/06/2014 a 03/06/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 27/01/2021 a 27/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

JACI HELEODORO MARTINS
Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5196/2020

Publicação Nº 2795390

PORTARIA Nº. 5196/2020.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATYANA MARCONDES QUINT, matrícula nº. 130002-1, titular do cargo de Auditor Fiscal, do Quadro de Pessoal da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao q-inq-ênio de 23/01/2015 a 23/01/2020, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 07/01/2021 a 07/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

ANESTOR PEDRO DENONI
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5197/2020

Publicação Nº 2795391

PORTARIA Nº. 5197/2020.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDELANE HEIDEMANN, matrícula nº. 300212-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/10/2012 a 07/10/2017, por 01 (um) mês com efeitos a contar de 07/01/2021 a 07/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

LUCIANO DALLA POZZA
Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5198/2020

Publicação Nº 2795392

PORTARIA Nº. 5198/2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 0980 de 14 de fevereiro de 2020, que Contratou por Tempo Determinado a servidora FRANCIELLY BARCELOS HOFFMANN DE OLIVEIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 15/12/2020, face servidora ser gestante, conforme Processo 26518/2020.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5199/2020

Publicação Nº 2795393

PORTARIA Nº. 5199/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ALESSANDRA MACHADO SOTERO	TECNICO DE ENFERMAGEM	30	01/12/2020
AMANDA ARLENE FARIAS	TECNICO DE ENFERMAGEM	60	01/12/2020
AMANTINO RODRIGUES RAULINO	SOCORRISTA	30	01/12/2020
ANA AGDA DA SILVA VIEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	08	03/12/2020
ANA PAULA DA SILVA CANTUDO	MERENDEIRA	09	27/11/2020
ANA PAULA MILIAN DE AZEVEDO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	60	24/11/2020
ANABELLE BARROSO DE PAIVA	PROFESSOR	29	01/12/2020
ANDREA FEIJO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	01/12/2020
ANDREA FEIJO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	04/11/2020
ANDREA SERAFIM WEHMUTH	SUPERVISOR ESCOLAR	05	30/11/2020
ANGELICA SOCAS DOIN VIEIRA	MEDICO	04	30/11/2020
ANGELITA DE SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	24/11/2020
ANTONIO VENTURA DA SILVA FILHO	MOTORISTA	30	03/12/2020
ANTONIO VENTURA DA SILVA FILHO	MOTORISTA	01	01/12/2020
CLAUDIA MARIA LEONEL	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	60	01/12/2020
CLEDER BATISTA MACIEL	COVEIRO	08	03/12/2020
CLEOMAR APARECIDA GONCALVES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	30/11/2020
CRISTINA DOS SANTOS GONCALVES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	05	30/11/2020
DAIANE EDENA GEIB	ASSISTENTE SOCIAL	10	01/12/2020
EDNA REGINA DE SOUZA SOTERO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	02/12/2020
ELENICE MARIA MENDES	ASSISTENTE SOCIAL	06	02/12/2020
ELIANE SCHREIBER	ASSISTENTE DE EDUCACAO	30	02/12/2020
FERNANDA DE FATIMA DIAS VELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	30/11/2020
FERNANDA DE FATIMA DIAS VELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	03	04/11/2020
GEOVANIA DE ABREU	PROFESSOR	09	30/11/2020
GILBERTO DA ROSA	SECRETÁRIO ADJUNTO	07	01/12/2020
GLAYSE MINELLI MARTINS GOMES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	02/12/2020
GRASIELLI PERES DA SILVA SCHMITZ	PROFESSOR	30	30/11/2020
HORACIO DUTRA MELLO	PROFESSOR COLABORADOR	17	15/11/2020
IVONETE GONCALVES DA ROSA GREGORIO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	04	02/12/2020
JANAINA DE SOUZA PINNOW	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	10	01/12/2020
KARINA DA SILVA SANCEVERINO	MERENDEIRA	09	02/12/2020
LAERCIO MEDEIROS JUNIOR	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	02/12/2020
LARISSA DA SILVA PEREIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	07	30/11/2020
MARCIA OSVALDA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	28/11/2020
MARGARETE MEYER BONETTI	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	09	02/12/2020
MARIA CLAUDETE ROGERIO DA SILVEIRA	PROFESSOR	15	01/12/2020
MARISOL DE AZEVEDO DUARTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06	01/12/2020
MARIVONE FERMINA NUNES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	21	02/12/2020
MAURO CESAR MACHADO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	120	13/10/2020
MIRLANE MEDEIROS PORTELA	PROFESSOR	09	30/11/2020

MORGANA PAMPLONA	ENFERMEIRO	14	02/12/2020
NORIVAL NUNES	MOTORISTA	15	12/11/2020
PANMELA PAULA ORLEANS PEREIRA DA SILVA	ASSESSOR	10	02/12/2020
PERLA CAMARGO	TECNICO DE ENFERMAGEM	04	03/12/2020
PERLA CAMARGO	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	03/12/2020
PRISCILA DA CRUZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	04	30/11/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	30	30/11/2020
PRISCILA ZAPELINI MENDES	TELEFONISTA	01	11/11/2020
ROSELANE MARLI MARTINS	MERENDEIRA	10	01/12/2020
ROSEMAR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE TUBINO	PROFESSOR	90	30/11/2020
SILVANA DA ROSA	TECNICO DE ENFERMAGEM	02	30/11/2020
SILVANA DA ROSA	TECNICO DE ENFERMAGEM	40	11/11/2020
SONIA ADRIANA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	10	02/12/2020
SONIA SALVELINA DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	30	30/11/2020
TAMARA CRISTINA FELISBINO CLASEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	11	01/12/2020
THOMAS GOES SCHEFFMACHER	ENFERMEIRO	11	26/11/2020
VALDETE MARIA PINHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	90	01/12/2020
VALDIRENE APARECIDA MEURER	PROFESSOR	30	02/12/2020
WESLEY ANTONIO DE BRITO	ASSESSOR	07	02/12/2020

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5200/2020

Publicação Nº 2795394

PORTARIA Nº. 5200/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016
RESOLVE:

CONCEDER HOME OFFICE para JANE DAS DORES DA SILVA, matrícula nº. 300498-6, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Decreto nº. 2600 de 15 de junho de 2020 e memorando nº. 77.317/2020, pelo período de 10/12/2020 a 31/12/2020.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5201/2020

Publicação Nº 2795396

PORTARIA Nº. 5201/2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE, Secretária de Fazenda designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 4883 de 26 de outubro de 2020, que Prorrogou Home Office do servidor SILVIO LUIZ OLIVEIRA MENDES, titular do cargo de ASO do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 19/12/2020 a

22/12/2020.

Palhoça, SC, em, 30 de novembro de 2020.

TARSYANE ZENILDA DA SILVA STANGE
Secretária de Fazenda Designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5202/2020

Publicação Nº 2795397

PORTARIA Nº. 5202/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ADELAIDE DE OLIVEIRA NUNES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	03/12/2020
ALINE FURLANI DA SILVA	MONITOR	30	02/12/2020
AMABILE BOTELHO GONCALVES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	02/12/2020
AMANTINO RODRIGUES RAULINO	SOCORRISTA	11	09/12/2020
ANDREA FEIJO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	01/12/2020
ANDREA FEIJO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	02	02/12/2020
ANGELICA SOCAS DOIN VIEIRA	MEDICO VETERINARIO	08	04/12/2020
BIANCA LUCHI BARTUCHESKI	AUDITOR FISCAL	14	01/12/2020
BRUNA SCHWEITZER DELDUQUE MELO	ASSISTENTE SOCIAL	30	03/12/2020
CRISTIANO DA FONSECA KOLLING	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	02/12/2020
CRISTINA PEREIRA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	01	02/12/2020
CRISTINA PEREIRA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	05	03/12/2020
DAIANE CRISTINA GONCALVES MAURICIO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	06	03/12/2020
DENISE GONCALVES PINHEIRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	02/12/2020
DRIELLY DE OLIVEIRA CARVALHO FARIA CANDIDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09	03/12/2020
EDENILSON NERI DA ROSA	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	08	04/12/2020
EDSON ADELINO DA SILVA	ASSESSOR	01	30/11/2020
EDSON ADELINO DA SILVA	ASSESSOR	03	03/12/2020
EDUARDO HIRT PINTO	ENGENHEIRO CIVIL	07	03/12/2020
ELISABETH JANSON FERREIRA	MEDICO	30	04/12/2020
ELISIERE DALIANE CIRINO NUNES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	15	03/12/2020
FERNANDA DE SOUZA OLIVEIRA	ENFERMEIRO	09	04/12/2020
FLAVIA RAMOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	13	04/12/2020
FRANCISCA ARCOVERDE ITAMARO	MERENDEIRA	13	02/12/2020
GUSTAVO AMARAL DE ABREU	MEDICO	04	03/12/2020
JANE LOURDES APARECIDA DOS SANTOS SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	09	03/12/2020
JESSICA DOS SANTOS DE CARVALHO	ASSESSOR	08	17/11/2020
JUCILENE EDITE TOMAZ	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	07	03/12/2020
JULIANA MARIA AMARAL GOMES LESSA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	06	04/12/2020

LENITA PEREIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	09	27/11/2020
LUCIA DA SILVA DE OLIVEIRA	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	02/12/2020
MARAISA MELO FARIAS	ASSESSOR	10	29/11/2020
MARIA APARECIDA BITTENCOURT	VIGIA	27	07/11/2020
MARIA APARECIDA DE SOUZA MACHADO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	60	02/12/2020
MARIA ESTER MARTINS	PSICOLOGO	06	02/12/2020
MARIA EUNICE DAMASCENO DA ROSA	TECNICO DE ENFERMAGEM	09	04/12/2020
MARIANA PAULA RAMOS	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	30	03/12/2020
MARIANA PAULA RAMOS	AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS	03	30/11/2020
MARIELLI CECCHIN	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	03/12/2020
MARLENE DUTRA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	06	02/12/2020
NAIARA VALENTIM GOMES	FONOAUDIOLOGO	08	03/12/2020
NILTON JOAO ESPINDOLA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	07	02/12/2020
ROBERTA CATIUSCA JAKOBY	PROFESSOR	14	05/12/2020
ROBERTA MARIANA MARTENDAL	PEDAGOGO	15	01/12/2020
ROGERIA DOS SANTOS	SUPERVISOR ESCOLAR	15	02/12/2020
ROSEMERIE MARIA ESPINDOLA	PROFESSOR	28	02/12/2020
SIRLENE WOLF DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	03/12/2020
SIRLENE WOLF DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	01/12/2020
SUZANE NIENKOTTER	PSICOLOGO	10	03/12/2020
TATIANA ANDRADE DE SOUSA	FISIOTERAPEUTA	30	03/12/2020
TATIANI MELLO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIONAIS	09	03/12/2020
THAMMY DACOREGIO	MEDICO	07	02/12/2020
VANIZE MELO DA COSTA	TELEFONISTA	10	02/12/2020
WALQUIRIA ALVES	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	60	24/11/2020

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5203/2020

Publicação Nº 2795398

PORTARIA Nº. 5203/2020.

KRISTY CARDOSO FABRE, Secretária de Infraestrutura e Saneamento designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TELMO DA ROCHA, matrícula nº. 500534-3, titular do cargo de Técnico em Edificações, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 28/02/2012 a 28/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/01/2021 a 07/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

KRISTY CARDOSO FABRE
Secretária de Infraestrutura e Saneamento designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5204/2020

Publicação Nº 2795399

PORTARIA Nº. 5204/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
ALEXANDRA SALAZAR MATIAS	ASSISTENTE DE EDUCACAO	07	07/12/2020
ANA PAULA RAMOS	ENFERMEIRO	07	07/12/2020
ARLETE DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	04	08/12/2020
BRENDA LORENA COSTA PISSOLITO	PROFESSOR	180	10/12/2020
BRUNA CRISTINA FREDERICO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	08/12/2020
CAMILA GISELE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	05	06/12/2020
CAMILLA MARTINS	ASSISTENTE DE EDUCACAO	06	07/12/2020
CAROLINA SARA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	07/12/2020
CATIUSCIA ALVES REYNAUD	MONITOR	15	04/12/2020
CELIZA ENYA HORINO ISOPPO	MEDICO	02	03/12/2020
CELIZA ENYA HORINO ISOPPO	MEDICO	03	07/12/2020
CLAUDETE NILDA FRANCISCO PEREIRA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	05	07/12/2020
CRISTIANO DA FONSECA KOLLING	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	08/12/2020
DEBORA LEONIA DE ASSUNCAO	PROFESSOR	08	28/11/2020
DEBORAH CRISTINA DA SILVA MENEZES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	07/12/2020
DEISE DOMINGOS	VIGIA	06	07/12/2020
DOUGLAS GARCIA	PSICOLOGO	14	07/12/2020
EDNEIA NADIR DE AGUIAR	MERENDEIRA	08	07/12/2020
ELIZIANE ALVES	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	02	03/12/2020
ELIZIANE ALVES	AGENTE DE SAUDE PUBLICA	05	07/12/2020
ESTELA MELO PROVESANO	PEDAGOGO	07	07/12/2020
EVADIO FRANCISCO BROERING	GERENTE DE MANUTENÇÃO	14	16/11/2020
FERNANDA LUIZA RIBEIRO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	03	07/12/2020
FERNANDA SCHROEDER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	01	07/12/2020
FERNANDA SCHROEDER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	08/12/2020
FLAVIA COELHO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	09	05/12/2020
FRANCIELLE LEITE SERAPIAO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	05	06/12/2020
FRANCIELLE LEITE SERAPIAO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	03/12/2020
GABRIELLA TOGGWEILER	TECNICO DE ENFERMAGEM	14	07/12/2020
HELENA MARCIA SEBOLD	PROFESSOR	15	08/12/2020
ISABEL CRISTINA MENDES	VIGIA	04	07/12/2020
JAQUELINE DAMIANI RICARDO JOSE	ASSISTENTE SOCIAL	07	07/12/2020
JOICE MENEZES	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	10	07/12/2020
KATUZA CARBONARA	PSICOLOGO	05	07/12/2020
LUCIANA GONCALVES PEREIRA DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	04	06/12/2020
MAC WEVERTON WILLIAN FROIS	SOCORRISTA	05	05/12/2020
MANUELA TESSIANI	ASSESSOR	09	07/12/2020
MARIA APARECIDA BITTENCOURT	VIGIA	90	07/11/2020
MARIA MICAEL PEREIRA MARTINS	MERENDEIRA	08	07/12/2020
MARISOL DE AZEVEDO DUARTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	07	07/12/2020
MARLENE FLORES CARDOSO FILHA	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	08	08/12/2020
MICHELLE PAULA SANTIAGO	AGENTE DE SERVICOS OPERACIO-NAIS	10	07/12/2020

MICHELLI SOARES	TECNICO DE ENFERMAGEM	15	04/12/2020
NAYARA VIEIRA CIPRIANO	PROFESSOR	180	02/12/2020
NICOLAS HERCILIO HOFFMANN DE AMORIM	GERENTE DE ATENDIMENTO	05	18/11/2020
PERLLA TANIRA CHRAIM	MERENDEIRA	08	07/12/2020
REJANI MARIA BASEGGIO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	07	06/12/2020
ROSANGELA SANTINA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	30	03/12/2020
ROSICLEIA MARIA DE AZEVEDO	PROFESSOR	30	07/12/2020
TATIANA ANDRADE DE SOUSA	FISIOTERAPEUTA	15	03/12/2020
TATIANA LOBATO DIAS	PROFESSOR	07	07/12/2020
THAIS HELENA MONTEIRO DA SILVA	PSICOLOGO	05	07/12/2020
THAISA MENDES PEREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	15	03/12/2020
THALYTA INDJA DITTERT CABRAL	MEDICO	14	07/12/2020
THAYOMARA DE SOUZA	ENFERMEIRO	04	03/12/2020
VERA LUCIA DINIZ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	02/12/2020
VERA LUCIA SCHNEIDER DA SILVA	MERENDEIRA	07	07/12/2020

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5205/2020

Publicação Nº 2795400

PORTARIA Nº. 5205/2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JOSELINO AGOSTINHO FARIAS, matrícula nº. 300035-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao q-inq-ênio de 01/06/2008 a 01/06/2013, por 01 (um) mês, a contar de 07/01/2021 a 07/02/2021.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5206/2020

Publicação Nº 2795401

PORTARIA Nº. 5206/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDUARDO DA SILVA BISPO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2007 e Chamada Pública 003/2020, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPSi, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/12/2020 a 01/12/2021, face a substituição da servidora Maria Lucia Gonzaga de Jesus, que solicitou exoneração.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5207/2020

Publicação Nº 2795402

PORTARIA Nº. 5207/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AMANDA RICCI REGIS de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SMA/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS do Cambirela, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/12/2020 a 01/12/2021, face a substituição da servidora Carina Aparecida de Melo, que solicitou exoneração.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 5208/2020

Publicação Nº 2795403

PORTARIA Nº. 5208/2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU, Secretária de Saúde designada, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA SEARA DA CONCEIÇÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Plano Verão da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/11/2020 a 27/11/2021, face a substituição da servidora Roseli de Fátima da Rosa, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 30 de novembro de 2020.

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Secretário de Saúde designada

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 20/2021**

Publicação Nº 2797048

PORTARIA Nº 20 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS no Gabinete do Senhor Vereador GILBERTO ADAILTON DE FARIAS, como servidores, para ocupar os cargos em comissão conforme abaixo:

Servidores	Cargos	Vencimentos
FABIANO SCHUTZ	ASSESSOR ESPECIAL	R\$ 6.334,26
FABIOLA DA LUZ MEDEIROS	ASSESSORA PARLAMENTAR	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº17/2021

Publicação Nº 2797045

PORTARIA Nº 17 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º - Fica NOMEADO no Gabinete do Senhor Vereador GILBERTO ADAILTON DE FARIAS, como servidor, para ocupar o cargo em comissão conforme abaixo:

Servidor	Cargo	Vencimento
ROBERTO LUIS CORDEIRO	Chefe de Gabinete	R\$ 8.445,68

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº18/2021

Publicação Nº 2797046

PORTARIA Nº 18 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º - Fica NOMEADO no Gabinete do Senhor Vereador ESTEFANO BROERING, como servidor, para ocupar o cargo em comissão conforme abaixo:

Servidor	Cargo	Vencimento
MANOEL MAURY SANTOS	ASSESSOR PARLAMENTAR	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

PORTARIA Nº19/2021

Publicação Nº 2797047

PORTARIA Nº 19, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia motorista exclusivo da Presidência

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, resolve:

CONCEDER:

Art. 1º Fica concedida Função Gratificada ao servidor à disposição abaixo relacionado, conforme Lei Complementar n. 145 de outubro de 2013:

Servidor	Função	Valor	%
Cleber da Silva	Motorista Exclusivo da Presidência	R\$ 2.740,07	100

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de Janeiro de 2021, em continuação a Portaria n. 12 de 23 de Janeiro de 2017.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

Palma Sola

PREFEITURA

EDITAL 009/2020 - DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO ISENÇÃO

Publicação Nº 2795045

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 09/2020

DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS DOADORES DE SANGUE E/OU MEDULA

A Comissão Municipal de Processo Seletivo, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos dos processos, instaurados através do Edital de Processo Seletivo nº 09/2020, torna público o DEFERIMENTO e INDEFERIMENTO dos pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição dos candidatos doadores de sangue e/ou medula, que requereram isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO)		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
106	VINICIUS FLORES GRACIOLI	INDEFERIDA
PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
63	BRUNA DOS SANTOS FORTES	INDEFERIDA
PROFESSOR DE ARTE (LICENCIATURA) HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
12	MARLI MATIAS DOS SANTOS	INDEFERIDA
12	MARLI MATIAS DOS SANTOS	INDEFERIDA
52	MARLI MATIAS DOS SANTOS	INDEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	Isenção Taxa Inscrição
66	ASMA MOHD DAOD SHEIKHA	INDEFERIDA
81	LUZINETE MARIA DOS SANTOS	INDEFERIDA

Palma Sola/SC, em 06 de Janeiro de 2021.

Suélem Patrícia Soligo Bianqueto
PresidenteIzabel Vissotto
MembroMarli Isabel Werlang
MembroRosalina de Lara Vargas
Membro

PORTARIA 482/2020

Publicação Nº 2795409

Portaria 482/2020, de 01 de dezembro de 2020.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Juliana Hilário Ferreira, portador a do CPF 076.182.729-30 e RG 5.114.661 SESP SC, para exercer o cargo Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 483/2020

Publicação Nº 2795412

Portaria 483/2020, de 01 de dezembro de 2020.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Paulo Cesar Klein, portador do CPF 070.498.459-81 e RG 5.758.913 SESP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível SAU-1A com 40 horas semanais.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 484/2020

Publicação Nº 2795413

Portaria 484/2020, de 01 de dezembro de 2020.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Pablo Souza, portador do CPF 994.699.010-53 e RG 80.716.955-82 SSP RS, Procurador Geral do Município, Nível DAS-5, referentes ao período aquisitivo de 24/02/2018 á 23/02/2019, que serão usufruídas de 01/12/2020 à 05/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 485/2020

Publicação Nº 2795414

Portaria 485/2000, de 01 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Comissionada Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.
Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Comissionada Nádia Terezinha Perini, portadora do CPF 646.288.769-91 e RG 2.942.330. SSPDT SC, Monitor de Agente Jovem, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 23/01/2020 à 22/01/2021 que serão usufruídas de 01/12/2020 à 30/12/2020

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 486/2020

Publicação Nº 2795416

Portaria 486/2020, de 02 de dezembro de 2020.
Concede Exoneração a Servidor Municipal Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a servidora efetiva Tatiane Pauletti, portadora do CPF 093.421.829-33 e RG 5.723.484 SSP SC, Recepcionista, Nível SAU-1A, a partir de 02 de dezembro de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 02 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 487/2020

Publicação Nº 2795417

Portaria 487/2020, de 01 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Clarice Fátima de Lara Dapper, portadora do CPF 061.712.999-10 e RG 4.303.750 SESP SC, Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2018 à 31/03/2019 que serão usufruídas de 01/12/2020 à 15/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 488/2020

Publicação Nº 2795419

Portaria 488/2020, de 01 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo, Munir Giroldi, portador do CPF 018.797.379-22 e RG 2.793.719 SSP SC, Agente de Combate às Endemias, Nível A, referente ao período aquisitivo de 20/06/2019 à 19/06/2020, que será usufruída de 01/12/2020 à 30/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 489/2020

Publicação Nº 2795420

Portaria 489/2020, de 06 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Pablo Souza, portador do CPF 994.699.010-53 e RG 80.716.955-82 SSP RS, Procurador Geral do Município Nível DAS-5, referentes ao período aquisitivo de 24/02/2019 à 23/02/2020, que serão usufruídas de 06/12/2020 à 10/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 490/2020

Publicação Nº 2795422

Portaria 490/2020, de 06 de dezembro de 2020

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Silvio Antonio Neugebauer, portador do CPF 242.619.120-15 e RG 1.014.976.029, SSP RS para exercer o cargo de Médico, Nível ATNS-3ª, com 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2020.

Art. 2º Contratação de excepcional interesse público para a substituição de servidores efetivos em virtude do afastamento pela COVID-19. Observa-se que o exercício ocorre na UBS, impossibilitando o exercício de atividades tele presenciais , razão pela qual justifica-se a contratação.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 01 de dezembro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 06 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 491/2020

Publicação Nº 2795423

Portaria 491/2020, de 07 de dezembro de 2020

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Cassiane Andréia Poersch, portadora do CPF 057.368.379-43 e RG 5.217.324 SSP SC para exercer o cargo de Farmacêutico, Nível ATNS-3A, com 40 horas semanais, a partir de 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º Contratação de excepcional interesse público para a substituição de servidores efetivos em virtude do afastamento pela COVID-19. Observa-se que o exercício ocorre na UBS, impossibilitando o exercício de atividades tele presenciais , razão pela qual justifica-se a contratação.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos á 01 de dezembro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 492/2020

Publicação Nº 2795425

Portaria 492/2020, de 07 de dezembro de 2020.

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Comissionada Tamara Scatola Luvison, portadora do CPF 021.829.649-59 e RG 5.019.216 SSPSC SC, Diretor de Administração Material e Patrimônio, Nível DAS-3, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2019 À 31/03/2020 que serão usufruídas de 07/12/2020 à 16/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 493/2020

Publicação Nº 2795427

Portaria 493/2020, de 07 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidor Público Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o Servidor Silvio Antonio Neugebauer, portador do CPF 242.619.120-15 e RG 1.014.976.029 SESPRS SC, do cargo de Médico, Nível ATNS-3A, a partir de 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 494/2020

Publicação Nº 2795429

Portaria 494/2020, de 09 de dezembro de 2020.

Exonera Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da lei 1.605/2007

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a servidora, Giceli Triches, portadora do CPF 085.305.789-37 e RG 5.656.864 SESP SC, exercente do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 09 de dezembro de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 09 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 495/2020

Publicação Nº 2795433

Portaria 495/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Manoelina Leal Bittencourt, portadora do CPF 646.281.679-15 e RG 13/R 2.793.154 SSP SC, Merendeira, Nível TSG-1A referentes ao período aquisitivo de 22/10/2019 à 21/10/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 496/2020

Publicação Nº 2795440

Portaria 496/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Leozani de Oliveira Machado Holz, portadora do CPF 760.747.069-72 e RG 13/R 2.790.483 SSP SC, Merendeira, Nível TSG 1-A, referentes ao período aquisitivo de 01/11/2019 à 31/10/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 497/2020

Publicação Nº 2795442

Portaria 497/2020, de 10 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Jurita Aparecida Conte Ludwig, portadora do CPF 674.402.319-53 e RG 13/R 2.237.860 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais Nível TSG 1-A, referentes ao período aquisitivo de 09/08/2019 à 08/08/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 498/2020

Publicação Nº 2795443

Portaria 498/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Cladir Terezinha Capellari Zambonin, portadora do CPF 646.272.849-34 e RG 13/R 4.413.409 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, Referentes ao período aquisitivo de 14/02/2019 à 13/02/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 499/2020

Publicação Nº 2795445

Portaria 499/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Noeli Lurdes Marx Regner, portadora do CPF 025.878.049-57 e RG 7.764.386-9 SSP PR, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG -1A, referentes ao período aquisitivo de 01/09/2019 à 31/08/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 500/2020

Publicação Nº 2795446

Portaria 500/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Sandra Matilde Vargas Brustolin, portadora do CPF 033.335.439-74 e RG 13/R 3.932.331 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG 1A, referentes ao período aquisitivo de 25/02/2018 à 24/02/2019, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 501/2020

Publicação Nº 2795465

Portaria 501/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Beatriz Fátima Boeira, portadora do CPF 416.913.930-53 e RG 1.033.594.043 SSP RS, Servente Escolar, Nível L, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 10/12/2020 à

08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 502/2020

Publicação Nº 2795466

Portaria 502/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Ivanete Prevedello, portadora do CPF 938.383.799-34 e RG 13/C 3.380.391 SSP SC, Servente Escolar Nível L, referentes ao período aquisitivo de 13/02/2019 à 12/02/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 503/2020

Publicação Nº 2795467

Portaria 503/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Licete Teresinha Muller de Lima, portadora do CPF 017.033.019-27 e RG 13/R 3.826.975 SESP SC, Servente Escolar, Nível L, referentes ao período aquisitivo de 13/02/2019 à 12/02/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 504/2020

Publicação Nº 2795468

Portaria 504/2020, de 10 de dezembro de 2021.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Veronilde Ferraz Benetti, portadora do CPF 679.654.829-91 e RG 13/R 2.644.052 SSP SC, Servente Escolar, Nível L, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 505/2020

Publicação Nº 2795470

Portaria 505/2020, de 10 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Edivania Dalla Rizzarda, portadora do CPF 039.538.259-92 e RG 4.255.702 SESP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2019 À 02/10/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 506/2020

Publicação Nº 2795471

Portaria 506/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Joana Lete dos Santos Ribeiro, portadora do CPF 014.582.509-46 e RG 2.793.699 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais Nível TSG 1-A, referentes ao período aquisitivo de 07/11/2019 à 06/11/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 507/2020

Publicação Nº 2795472

Portaria 507/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Luana dos Santos, portadora do CPF 085.167.149-77 e RG 5.845.421 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A referentes ao período aquisitivo de 07/11/2019 à 06/11/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 508/2020

Publicação Nº 2795474

Portaria 508/2020, de 10 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Iliane Baroni Appio, portadora do CPF 021.134.009-01 e RG 13/C 3.400.698 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG 1-A, referentes ao período aquisitivo de 16/04/2019 à 15/04/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 509/2020

Publicação Nº 2795475

Portaria 509/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Cleodete Cardoso da Silva, portadora do CPF 334.660.628-70 e RG 5.113.063 SESP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG -1A, referentes ao período aquisitivo de 16/04/2019 à 15/04/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 510/2020

Publicação Nº 2795478

Portaria 510/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Fernanda Maria Binsfeld, portadora do CPF 072.171.949-03 e RG 5.114.571 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2019 à 04/03/2020 que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 511/2020

Publicação Nº 2795480

Portaria 511/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Ivanete de Fátima Cirino Pedroso, portadora do CPF 060.917.319-71 e RG 3.492.184 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais Nível TSG 1-A, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2019 à 04/03/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 512/2020

Publicação Nº 2795484

Portaria 512/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Clarice Nuncio Silva Gonçalves, portadora do CPF 074.136.789-00 e RG 5.362.853 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 11/03/2019 à 10/03/2020, que serão

usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 513/2020

Publicação Nº 2795487

Portaria 513/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Margaret Strapasson Benetti, portadora do CPF 933.018.049-34 e RG 2.948.267 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 12/03/2019 à 11/03/2020 que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 514/2020

Publicação Nº 2795488

Portaria 514/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Efetiva Adriana Vibrantz, portadora do CPF 009.524.411-52 e RG 3.920.255 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 17/03/2019 à 16/03/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 19/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 515/2020

Publicação Nº 2795489

Portaria 515/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Lizete Maria Anschau, portadora do CPF 760.743.749-53 e RG 2.520.934 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2020 à 31/03/2021 que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 516/2020

Publicação Nº 2795490

Portaria 516/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Sonia Roselei Slongo Bregalda, portadora do CPF 020.054.289-30 e RG 2.793.673 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2019 à 31/03/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 517/2020

Publicação Nº 2795492

Portaria 517/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Lelisa Franco Ribeiro de Primo, portadora do CPF 023.308.479-71 e RG 3.963.497 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2019 à 31/03/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 518/2020

Publicação Nº 2795493

Portaria 518/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Marceli Weschenfelder, portadora do CPF 018.327.219-65 e RG 2.070.942-0 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 09/04/2016 à 08/04/2017, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 519/2020

Publicação Nº 2795494

Portaria 519/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Tereza Aparecida Maroli, portadora do CPF 593.795.029-15 e RG 2.070.942-0 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 10/04/2018 à 09/04/2019, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 520/2020

Publicação Nº 2795498

Portaria 520/2020, de 10 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Irene Fátima Jabornik, portadora do CPF 592.256.109-04 e RG 13/R 1.941.945 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 09/02/2019 à 08/02/2020, que serão usufruídas de 10/12/2020 à 08/01/2021

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 10 de dezembro de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 521/2020

Publicação Nº 2795500

Portaria 521/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Raquel Baroni, portadora do CPF 056.520.099-26 e RG 5.041.718 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 522/2020

Publicação Nº 2795501

Portaria 522/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Mayara Regina Benetti, portadora do CPF 055.840.069-80 e RG 5.114.652 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 523/2020

Publicação Nº 2795503

Portaria 523/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Ana Paola Sevald Goffi, portadora do CPF 088.427.709-73 e RG 5.625.112 SSP SC, do cargo de Professor

Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 524/2020

Publicação Nº 2795504

Portaria 524/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Irisan José de Moura, portadora do CPF 450.798.973-68 e RG 29.913.089-7 SSP SP, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 525/2020

Publicação Nº 2795505

Portaria 525/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Juliana Rodrigues do Prado Wille, portadora do CPF 082.125.689-03 e RG 5.656.269 SESPDC SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 526/2020

Publicação Nº 2795506

Portaria 526/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Angela Rovani Ribeiro Cirino, portadora do CPF 026.603.749-61 e RG 13/R 3.609.615 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 527/2020

Publicação Nº 2795508

Portaria 527/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera o Servidor Público Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o Servidor Flavio Xavier, portador do CPF 085.247.479-27 e RG 10.844.244-1 SSP PR, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 528/2020

Publicação Nº 2795510

Portaria 528/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Débora Kuhn da Silva, portadora do CPF 010.155.059-61 e RG 4.828.682 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 529/2020

Publicação Nº 2795512

Portaria 529/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Laidés de Lara, portadora do CPF 035.099.849-35 e RG 4.016.777 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 530/2020

Publicação Nº 2795514

Portaria 530/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Marizete Venson Sandri, portadora do CPF 024.517.699-39 e RG 3.872.383 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 531/2020

Publicação Nº 2795515

Portaria 531/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Rafaela Carla Todescatto, portadora do CPF 008.787.649-33 e RG 5.333.664 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 532/2020

Publicação Nº 2795517

Portaria 532/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso

IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Rosane de Souza Pereira Dalavale, portadora do CPF 077.700.139-97 e RG 7.068.727-5 SESP PR, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 533/2020

Publicação Nº 2795518

Portaria 533/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Simone Regina Zanatta, portadora do CPF 017.044.629-83 e RG 3.330.278 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 534/2020

Publicação Nº 2795520

Portaria 534/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Edina Francieli Bastos, portadora do CPF 096.964.729-86 e RG 6.007.735 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 535/2020

Publicação Nº 2795522

Portaria 535/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Fernanda de Oliveira, portadora do CPF 071.417.529-35 e RG 10.653.917-0 SSP PR, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 536/2020

Publicação Nº 2795523

Portaria 536/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Juliana Miorando, portadora do CPF 010.194.139-05 e RG 5.153.776 SSP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 537/2020

Publicação Nº 2795524

Portaria 537/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Mariza da Aparecida Dalcero, portadora do CPF 020.321.839-60 e RG 7.168.463-6 SESP PR, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 538/2020

Publicação Nº 2795527

Portaria 538/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Elizandra de Fátima Ribeiro, portadora do CPF 069.695.549-02 e RG 5.057.323 SESP SC, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 539/2020

Publicação Nº 2795530

Portaria 539/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Exonera a Servidor Público Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Exonerar a Servidora Denir Ferraz, portadora do CPF 022.987.269-73 e RG 2.526.902 SESP SC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 14 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 540/2020

Publicação Nº 2795532

Portaria 540/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Claudete Miorando, portadora do CPF 638.336.549-53 e RG 13/R 1.654.523 SSI SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-I9, referentes ao período aquisitivo de 14/03/2018 à 13/03/2019, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 541/2020

Publicação Nº 2795538

Portaria 541/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Denize Ivete Gasperin Groth, portadora do CPF 760.748.979-72 e RG 13/R 2.794.313 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2019 à 28/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 542/2020

Publicação Nº 2795540

Portaria 542/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Celetista Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Celetista Leni Maria Tumelero Strapazzon, portadora do CPF 592.270.369-20 e RG 13/R 2.204.618 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível E-O, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2019 à 31/03/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 543/2020

Publicação Nº 2795543

Portaria 543/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Ivone Madalena Koerich Bonavigo portadora do CPF 681.939.049-15 e RG 13/R 2.528.148 SSP SC, Professor Licenciatura Plena Nível, C-19, referentes ao período aquisitivo de 19/02/2019 à 18/02/2020 que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 544/2020

Publicação Nº 2795546

Portaria 544/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Leonilde Vissoto, portadora do CPF 609.367.209-30 e RG 13/R 1.419.635 SSI SC, Professor Licenciatura Plena, Nível B-19, referentes ao período aquisitivo de 15/02/2019 à 14/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 545/2020

Publicação Nº 2795547

Portaria 545/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Marilena de Melo dos Santos Vanin, portadora do CPF 617.970.149-00 e RG 13/R 1.947.214 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-M13, referentes ao período aquisitivo de 15/05/2019 à 14/05/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 546/2020

Publicação Nº 2795548

Portaria 546/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Cleusa Regina Hentz Lunkes, portadora do CPF 576.726.019-20 e RG 13/R 1.659.753 SSI SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-I9, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2020 à 01/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 547/2020

Publicação Nº 2795549

Portaria 547/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Rosemeri Paim Lisboa Triches, portadora do CPF 014.376.989-80 e RG 3.369.870 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-I9, referentes ao período aquisitivo de 01/06/2019 à 31/05/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 548/2020

Publicação Nº 2795550

Portaria 548/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Adriane Daneli de Mello, portadora do CPF 034.082.209-05 e RG 13/C 3.746.938 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 14/02/2019 à 13/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 549/2020

Publicação Nº 2795551

Portaria 549/2020, de 14 de dezembro de 2020..

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Claudir Reginatto, portador do CPF 840.181.789-72 e RG 13/R 2.523.580 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 01/10/2019 à 30/09/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 550/2020

Publicação N° 2795552

Portaria 550/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Gelson Antonio Pedroso da Silva, portador do CPF 646.256.809-72 e RG 13/R 2.944.323 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 551/2020

Publicação N° 2795554

Portaria 551/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Claudia Perini, portadora do CPF 027.448.969-42 e RG 13/R 2.942.332 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 552/2020

Publicação Nº 2795555

Portaria 552/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Elma Paixão Cirino, portadora do CPF 796.699.489-91 e RG 13/R 2.646.389 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/20 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 553/2020

Publicação Nº 2795557

Portaria 553/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Lucia Silvania M-Iler Reichert, portadora do CPF 017.663.469-01 e RG 13/R 2.948.880 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11 referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 554/2020

Publicação Nº 2795560

Portaria 554/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Nádia Aparecida Petry, portadora do CPF 646.282.219-87 e RG 13/R 1.654.096 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-I9, referentes ao período aquisitivo de 04/01/2020 à 03/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 555/2020

Publicação Nº 2795563

Portaria 555/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Rosane Maria Werlang, portadora do CPF 854.172.039-04 e RG 13/R 2.209.329 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2020 à 04/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 556/2020

Publicação Nº 2795567

Portaria 556/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Andriara Ferraz, portadora do CPF 016.962.879-52 e RG 3.560.954 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 10/02/2019 à 09/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 557/2020

Publicação Nº 2795571

Portaria 557/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Sonia Mara Kaefer Pauletti portadora do CPF 030.377.319-74 e RG 77.701.095 SSP PR, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 558/2020

Publicação Nº 2795574

Portaria 558/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Cleide Maria Siebert Perondi, portadora do CPF 045.993.369-80 e RG 4.270.927 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão

usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 559/2020

Publicação Nº 2795577

Portaria 559/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Inelves Perin Stanislawski, portadora do CPF 537.952.021-91 e RG 17/R 1.698.595 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2019 à 02/01/2020, que serão usufruídas de 14/12/2019 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 560/2020

Publicação Nº 2795581

Portaria 560/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Margarete Maria Bortoli, portadora do CPF 655.853.059-72 e RG 13/R 898.604 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5 referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 561/2020

Publicação Nº 2795586

Portaria 561/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Elisangela Maria Soligo Pauletti, portadora do CPF 026.111.519-70 e RG 4.084.842 SESP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 562/2020

Publicação Nº 2795587

Portaria 562/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de férias a Servidora Efetiva Analígia Vieira Rampanelli, portadora do CPF 026.240.259-95 e RG 13/R 3.381.204 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2019 à 04/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 16/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 563/2020

Publicação Nº 2795592

Portaria 563/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Tatiana de Fátima Giroldi, portadora do CPF 044.698.929-04 e RG 13/R 3.920.827 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 564/2020

Publicação Nº 2795594

Portaria 564/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Fernanda Daneli, portadora do CPF 047.053.989-55 e RG 13/R 4.303.742 SESP SC, Assistente de Educação, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 565/2020

Publicação Nº 2795600

Portaria 565/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Aparecido Feitoza da Silva, portador do CPF 005.042.588-93 e RG 13/104.659-7 SSP SP, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 566/2020

Publicação Nº 2795602

Portaria 566/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Claudete Ivone Rockembach Rusch, portadora do CPF 022.287.849-58 e RG 13/R 3.330.668 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/08/2019 à 01/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 567/2020

Publicação Nº 2795607

Portaria 567/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Rosana Salete Perin Filippi, portadora do CPF 023.437.849-22 e RG 13/R 3.963.484 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/08/2019 à 01/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 568/2020

Publicação Nº 2795611

Portaria 568/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Janete Maria Dapper Regner, portadora do CPF 029.722.659-20 e RG 13/R 3.872.379 SSP SC, Professor Licenciatura Plena Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/08/2019 à 01/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 569/2020

Publicação Nº 2795614

Portaria 569/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Merlania da Paixão portadora do CPF 038.898.229-24 e RG 13/R 3.920.838 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/08/2019 à 01/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 570/2020

Publicação N° 2795620

Portaria 570/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Alexandra Fátima Ahmann, portadora do CPF 039.295.759-06 e RG 13/C 3.431.657 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 571/2020

Publicação N° 2795624

Portaria 571/2020, de 14 de dezembro de 2020.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Milene Martinelli Goetz, portadora do CPF 020.883.149-54 e RG 3.380.755 SESP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 572/2020

Publicação N° 2795632

Portaria 572/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Kadia Bosa Santin, portadora do CPF 019.343.269-25 e RG 3.826.022 SESP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 573/2020

Publicação N° 2795639

Portaria 573/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Osani Sueli da Costa, portadora do CPF 646.295.209-10 e RG 13/C 2.529.010 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 574/2020

Publicação Nº 2795642

Portaria 574/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Simone Vendruscolo, portadora do CPF 026.822.979-19 e RG 13/R 3.793.847 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 575/2020

Publicação Nº 2795644

Portaria 575/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Mariane Fátima Capellari, portadora do CPF 021.169.509-29 e RG 13/C 3.712.607 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5 referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 576/2020

Publicação Nº 2795647

Portaria 576/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Edegar Luiz Pies, portador do CPF 060.774.099-01 e RG 4.219.898 SESP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 577/2020

Publicação Nº 2795649

Portaria 577/2020, de 14 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Alecxandra Cristina Schein, portadora do CPF 055.805.239-80 e RG 4.676.412 SESP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 578/2020

Publicação Nº 2795661

Portaria 578/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Gilmar Teresa Pedó, portadora do CPF 016.172.319-59 e RG 2.205.733 SSP SC, Assistente de Educação, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 579/2020

Publicação Nº 2795662

Portaria 579/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Silmara Inês Mathias da Silva, portadora do CPF 018.839.199-16 e RG 7.213.257-2 SSP PR, Professor Licenciatura Plena, Nível B-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2019 à 02/10/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 580/2020

Publicação Nº 2795665

Portaria 580/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Rodrigo Gritti, portador do CPF 066.400.659-08 e RG 5.114.918 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 03/10/2019 à 02/10/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 581/2020

Publicação Nº 2795666

Portaria 581/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Valdir Inácio Reichert, portador do CPF 592.270.019-72 e RG 13/R 1.945.343 SSP SC, Motorista de Ônibus, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 06/02/2019 à 05/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 582/2020

Publicação Nº 2795667

Portaria 582/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Adailson Piccoli, portador do CPF 038.950.949-35 e RG 4.828.152 SESPDC SC, Motorista de Ônibus, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 08/02/2018 à 07/02/2019, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 583/2020

Publicação Nº 2795670

Portaria 583/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Edson Frigo, portador do CPF 023.296.989-25 e RG 3.963.443 SESP SC, Motorista de Ônibus, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 09/02/2019 à 08/02/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 584/2020

Publicação Nº 2795671

Portaria 584/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Gilmar Luiz Vendrusculo, portador do CPF 031.444.689-32 e RG 4.219.077 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 16/10/2019 à 15/10/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 585/2020

Publicação Nº 2795674

Portaria 585/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Comissionado José Battisti Borges, portador do CPF 425.219.049-53 e RG 13/R 1.159.804 SSP SC, Chefe da Divisão de Esporte e Turismo, Nível DAI-2, referentes ao período aquisitivo de 09/04/2019 a 08/04/2020, que será usufruída de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 586/2020

Publicação Nº 2795675

Portaria 586/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Elaine Suzana Staudt, portadora do CPF 053.954.509-04 e RG 5.102.741 SSP SC, Recepcionista, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/03/2019 à 01/03/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 587/2020

Publicação Nº 2795677

Portaria 587/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Claudia Sierota Pavinatto, portadora do CPF 042.384.269-24 e RG 4.675.891 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-O, referentes ao período aquisitivo de 15/08/2019 à 14/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 588/2020

Publicação Nº 2795680

Portaria 588/2020, de 14 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Cricieli Jana Tomazeli, portadora do CPF 066.681.149-03 e RG 12.806.228-9 SSP PR, Professor Licenciatura Plena, Nível C-O, referentes ao período aquisitivo de 22/08/2019 à 21/08/2020, que serão usufruídas de 14/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 14 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 589/2020

Publicação Nº 2795681

Portaria 589/2020, de 16 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Clarice Fátima de Lara Dapper, portadora do CPF 061.712.999-10 e RG 4.303.750 SESP SC, Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 01/04/2019 à 31/03/2020 que serão usufruídas de 16/12/2020 à 30/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 16 de dezembro de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 590/2020

Publicação Nº 2795684

Portaria 590/2020, de 17 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Efetiva Analigia Vieira Rampanelli, portadora do CPF 026.240.259-95 e RG 13/R 3.381.204 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível C-E5, referentes ao período aquisitivo de 05/02/2020 à 04/02/2021, que serão usufruídas de 17/12/2020 à 12/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 17 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 591/2020

Publicação Nº 2795685

Portaria 591/2020, de 20 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Efetiva Adriana Vibrantz, portadora do CPF 009.524.411-52 e RG 3.920.255 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 17/03/2020 à 16/03/2021, que serão usufruídas de 20/12/2020 à 08/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 20 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 592/2020

Publicação Nº 2795687

Portaria 592/2020, de 21 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Janete de Oliveira, portadora do CPF 029.722.599-55 e RG 6.827.775-2 SESP PR, Servente Escolar, Nível L, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2020 à 02/01/2021, que serão usufruídas de 21/12/2020 à 19/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 593/2020

Publicação Nº 2795688

Portaria 593/2020, de 21 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora ACT, Liziane Maria Paetzold, portadora do CPF 066.215.519-8 e RG 5.268.856 SSP SC, Nutricionista, Nível ATNS-2A, referente ao período aquisitivo de 18/01/2019 à 17/01/2020, que será usufruída de 21/12/2020 à 04/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 594/2020

Publicação Nº 2795691

Portaria 594/2020, de 21 de dezembro de 2020
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo Claudinei Pavinatto, portador do CPF 037.378.409-03 e RG 4.479.023 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 11/07/2019 à 10/07/2020, que serão usufruídas de 21/12/2020 à 19/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 595/2020

Publicação Nº 2795695

Portaria 595/2020, de 21 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Agente Política Débora Cristina Prevedello, portadora do CPF 059.067.959-79 e RG 5.384.539 SSP SC, Secretária de Saúde, Nível DAS 4, referentes ao período aquisitivo de 03/01/2018 à 02/01/2019, que será usufruída de 21/12/2020 á 04/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 596/2020

Publicação Nº 2795697

Portaria 596/2020, de 23 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art.

106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidor Efetivo Ivânio Bregalda, portador do CPF 760.751.099-00 e RG 13/R 2.641.471 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 à 01/02/2018, que será usufruída de 23/12/2020 à 06/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de dezembro de 2020

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 597/2020

Publicação Nº 2795700

Portaria 597/2020, de 23 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Efetivo Roberto Carlos Hentz, portador do CPF 016.270.719-38 e RG 1.858.807 SESP SC, Operador de Máquinas, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2020 à 01/02/2021, que serão usufruídas de 23/12/2020 à 01/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 598/2020

Publicação Nº 2795701

Portaria 598/2020, de 23 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Efetivo Eliseu Oscar Disner, portador do CPF 016.863.189-01 e RG 3.609.622 SSP SC, Operador de Máquinas, Nível TSG-6A, referentes ao período aquisitivo de 03/06/2019 à 02/06/2020, que serão usufruídas de 23/12/2020 à 06/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 599/2020

Publicação Nº 2795702

Portaria 599/2020, de 23 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Comissionado Douglas Fernando Ribeiro, portador do CPF 041.926.589-92 e RG 13/R 3.996.566 SSP SC, Diretor de Defesa Civil e Meio Ambiente, Nível DAS 3.1, referentes ao período aquisitivo de 24/03/2017 à 23/03/2018 que serão usufruídas de 23/12/2020 à 01/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 600/2020

Publicação Nº 2795704

Portaria 600/2020, de 23 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Marcos Alberto Vívian, portador do CPF 075.370.369-69 e RG 5.217.917 SSP SC, Técnico em Agropecuária, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 23/12/2020 à 27/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 23 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 601/2020

Publicação N° 2795707

Portaria 601/2020, de 28 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Nadieska Caldato da Silva Crestani, portadora do CPF 043.698.859-30 e RG 4.157.775 SESPDC SC, Fisioterapeuta, Nível ATNS-5A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2019 à 01/02/2020, que serão usufruídas de 28/12/2020 à 26/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 602/2020

Publicação N° 2795708

Portaria 602/2020, de 28 de dezembro de 2020.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Efetivo Marcos Alberto Vívian, portador do CPF 075.370.369-69 e RG 5.217.917 SSP SC, Técnico em Agropecuária, Nível ATNM-2A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2020 à 01/02/2021, que serão usufruídas de 28/12/2020 à 06/01/2021.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 603/2020

Publicação N° 2795710

Portaria 603/2020, de 31 de dezembro de 2020.

Exonera Servidor Municipal Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o servidor com vínculo Comissionado, Tamara Scatola Luvison, portador do CPF 021.829.649-59 e RG 5.019.216 SSPSC SC, do Cargo de Comissionado Diretor de Administração Material e Patrimônio, Nível DAS- 3, a partir de 31/12/2020.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 31 de dezembro de 2020.

Cleomar José Mantelli
Prefeito municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO N. 3033 - DE 07.01.2021- ADOTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA AS MEDIDAS RECOMENDADAS PELA RESOLUÇÃO Nº 001/2021 DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE, CONFORME CONSTA

Publicação Nº 2795714

Decreto nº 3033, de 07 de janeiro de 2021.

Adota no âmbito do Município de Papanduva as medidas recomendadas pela Resolução nº 001/2021 da COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE, conforme consta.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e
Considerando as decisões da COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE – através da RESOLUÇÃO N. 001/2021,

DECRETA

Art. 1º As medidas integrantes da Resolução nº 001/2021 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense - CIR, que passa a integrar o Anexo ÚNICO do presente Decreto, passam a valer para o todo o território do Município de Papanduva, no período até 06.01.2021 a 12.01.2021, podendo ser prorrogado e as medidas revistas a qualquer tempo, observadas as razões e justificativas apresentadas pelas Autoridades Sanitárias.

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais determinações já expedidas pelo Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina desde que não conflitantes e que não restaram expressamente revogadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 3021, 3025 e 3029/2020

Município de Papanduva, 07 de janeiro de 2021.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Estela Mari Ferens
Administradora

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N. 3033, DE 07.01.2021.

Municípios da Região do Planalto Norte – Bela Vista do Toldo- Campo Alegre – Canoinhas – Irineópolis – Itaiópolis- Mafra- Major Vieira- Monte Castelo- Papanduva- Porto União- Rio Negrinho- São Bento do Sul- Três Barras

COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DE SAÚDE DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

RESOLUÇÃO Nº 001/2021

Esta resolução é de caráter deliberativo aos municípios, devendo estes motivar suas decisões caso resolvam não segui-las; deliberado que as restrições poderão ser tomadas de forma municipal ou por microrregiões de saúde do Planalto Norte. Dispondo sobre as medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte.

A coordenadora da CIR, no uso de suas atribuições e em cumprimento as disposições, acolhendo a recomendação emitida pelas portarias e decretos emitidas pelo Estado de Santa Catarina,

Considerando a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e a Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Saúde, declarando em todo território nacional o estado de transmissão comunitária do novo coronavírus, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de Covid-19;

Considerando a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do Planalto Norte, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

Considerando a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

Considerando as discussões entre a Comissão Intergestores Regional em reunião no dia 06 de janeiro de 2021.

Resolve:

Entre os dias 06 à 12 de janeiro de 2021, a adoção das seguintes medidas:

1. Ficam liberadas para o funcionamento as lanchonetes padarias/confeitarias, food-trucks (ambulantes), bares, conveniências (em postos de gasolina ou não), tabacarias, espaços públicos e similares. Determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
 - 1.1 Limite de capacidade de atendimento de 50 % da ocupação total.
 - 1.2 Horário de funcionamento até as 23:00, permitido a permanência até às 00:00.
 - 1.3 Música ao vivo - permitido apenas voz e violão (com proteção de acrílico).
 - 1.4 Proibido bandas e danças no local.
2. Conforme Portaria SES n. 1004 de 23 de dezembro de 2020, está liberado com 30 % da capacidade do espaço, a realização de Congressos, Seminários, e Palestras.
3. Autorizado a prova de roupas no comércio de vestuário na Região de Saúde do Planalto Norte, devendo seguir as medidas sanitárias estabelecidas.
4. Ficam liberados para o funcionamento os restaurantes/ pizzarias. Determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
 - 4.1 Limite de capacidade de atendimento de 50 % da ocupação total.
 - 4.2 Horário de funcionamento até às 23:00, permitido a permanência até às 00:00.
 - 4.3 Música ao vivo - permitido apenas voz e violão (com proteção de acrílico).
 - 4.4 Proibido bandas e danças no local.
5. Ficam liberados para o funcionamento os salões de beleza e estética. E determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias da Portaria SES nº 223, de 05 de abril de 2020 e da Instrução normativa nº 004/DIVS/2013.
6. O funcionamento das academias de ginástica, musculação, crossfit, estúdios, danças, pilates, funcionais, escolas de natação deverão atuar com no máximo, 30% de sua capacidade. Os Municípios deverão utilizar as ferramentas de análise de dados municipais e as ferramentas disponibilizadas pelo Governo do Estado, a fim de identificar situações de risco mais elevado de transmissão para reduzir o tempo de funcionamento. Conforme a portaria 713.
7. Conforme portaria SES n 1005 de 23 de dezembro de 2020, ficam autorizados os esportes individuais sem contato físico, e ficam proibidos a prática do esporte coletivo na região do Planalto Norte.
8. Ficam liberados para o funcionamento os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, medicamentos, comércio em geral (farmácias, drogarias, mercados, mercearias e supermercados, açougues, verdureiros e afins). E determina-se o cumprimento das Medidas e Diretrizes Sanitárias conforme Portaria SES 180 de 18/03/2020 alterada pela Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 5º:
 - 8.1 Recomenda-se a não entrada de crianças menores de 12 anos.
 - 8.2 Recomenda-se a não entrada de idosos nos supermercados.
 - 8.3 Recomenda-se a entrada de apenas uma pessoa por família.
9. Conforme a portaria SES n. 998 de 23 de dezembro de 2020, fica liberado a abertura de parques aquáticos com 50 % da capacidade de ocupação.
10. Ficam liberadas as atividades do comércio, bancário (bancos e lotéricas) e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
11. Ficam liberadas as atividades da indústria e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
 - 11.1 Adotar medidas internas, especialmente às relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho.
 - 11.2 Utilizar de veículos de fretamento para transporte de trabalhadores, limitando a 70% (setenta por cento) da capacidade de lotação de cada veículo, obedecendo todas as medidas sanitárias.
12. Cursos Livres continuam liberados. Determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias Municipais e Estaduais, com distanciamento de 1,5m.
13. Ficam liberadas a realização de cultos religiosos e determina-se o cumprimento das Diretrizes Sanitárias.
 - 13.1 A lotação máxima autorizada será de até 30% (trinta por cento) da capacidade do local; ou conforme novas determinações estaduais; liberado à modalidade drive-in.

14. Liberação do transporte coletivo urbano municipal, bem como transporte por táxis e aplicativos, com 70 % da capacidade de lotação. Conforme portaria 658 de 28 de agosto de 2020.

15. Os hotéis, pousadas e estabelecimentos congêneres estão autorizados a funcionar com 30 % da capacidade conforme portaria SES n. 1023 de 30 de dezembro de 2020.

16. As operadoras de transporte intermunicipal, urbano ou rodoviário, estão autorizadas a retomarem as atividades, desde que atendam às regras estabelecidas na Portaria N.º 583/2020 SIE/SES de 24 de agosto de 2020. A autorização de operação prevista na portaria abrange todo território catarinense e independe da matriz de avaliação de indicadores de risco potencial por região do governo estadual.

17. Determina-se que os velórios realizados em âmbito municipal tenham duração máxima de 6 (seis) horas nos casos que não são suspeitos de COVID19 e sejam realizados entre as 07 horas até as 18 horas limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, sob responsabilidade pela funerária. As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara. Quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até às 18:00, sendo que nos casos a liberação do corpo seja liberado após às 18:00, esta deverá permanecer na funerária até o horário que é permitido a realização do velório. E nos casos confirmados e suspeitos de COVID19 não existirá o velório. Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).

18. Determina-se o uso obrigatório de máscaras em todo o território da Região do Planalto Norte, em todos os ambientes públicos (vias públicas) e privados, exceto domiciliar.

19. Recomenda-se o isolamento domiciliar a toda pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos visando restringir a circulação e evitar a disseminação do vírus SARS- CoV-2 entre a população idosa considerando que são os mais vulneráveis. Excetua-se a circulação para desempenho das atividades laborativas, comparecimento a atendimento de saúde e aquisição de produtos alimentícios e de saúde.

20. Determina-se o isolamento dos pacientes confirmados ou suspeita de COVID19:
Para contenção da transmissibilidade do COVID-19, deverá ser adotada como medida não-farmacológica, o isolamento domiciliar conforme determinação da vigilância epidemiológica com reavaliação médica com ou sem exame de acompanhamento da pessoa com sintomas respiratórios e das pessoas que residam no mesmo endereço, ainda que estejam assintomáticos sob pena do artigo 268 do Código Penal: "Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa".

21. Conforme Portaria SES 743 de 24 de setembro de 2020 art. 3º, o acesso simultâneo de pessoas nas dependências dos shoppings, centros comerciais e galerias fica acesso de 50% (cinquenta por cento) da capacidade para as Regiões de Saúde, garantindo o cumprimento das medidas sanitárias descritas na Portaria nº 257/20;

22. Reuniões presenciais deverão respeitar as diretrizes sanitárias. Recomenda-se as reuniões on-line.

23. Conforme portaria SES n. 1010 de 28 de dezembro de 2020, estão liberados o funcionamento de teatros e cinemas.

24. Proibi-se a concentração e permanência com aglomeração de pessoas em espaços públicos de uso coletivo como parques e praças.

25. Ficam autorizados o funcionamento das aulas práticas com 50 % da capacidade nos cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos ou privados nas modalidades de ensino superior e pós graduação bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores, condicionado ao cumprimento de Portarias da SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, de acordo com Portaria SES 658 de 28 de agosto de 2020;

As portarias específicas são: para aulas de cursos técnicos (Portaria nº 448 de 29 de junho de 2020), cursos livres (Portaria nº 352 de 25 de maio de 2020 e nº 357 de 26 de maio de 2020), ensino superior presencial (Portaria 447 de 29 de junho de 2020), estágios curriculares e aulas em laboratórios (Decreto 630 de 01 de junho de 2020 Art. 8º § 1º).

26. O retorno das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, retornarão, dependendo da aprovação e homologação dos planos de contingência entre a saúde e educação municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente de acordo com a Portaria Conjunta SED/SES 612 de 19 de agosto de 2020, Portaria SES 592 de 17 de agosto e na Portaria SES 658 de 28 de agosto de 2020; A Portaria SES nº 769 de 01 de outubro de 2020 no seu Art. 1º alterou o Art. 4º da Portaria SES 592, e faculta aos estabelecimentos de ensino desenvolver atividades de reforço pedagógico individualizado. A Portaria Conjunta SES/SED nº 778 de 06 de outubro de 2020 no seu Art. 2º Parágrafo único define que nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVE na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19 é facultado aos estabelecimentos de ensino desenvolver atividades de reforço pedagógico individualizado, desde que tenham os Planos de Contingência homologados, conforme determina a Portaria Conjunta SED/SES/DCSC nº 750 de 25 de setembro de 2020.

27. O Município deverá prever em sua normatização que as atividades de fiscalização e de poder de polícia, necessárias ao cumprimento do disposto, poderão ser realizados em aplicação das penalidades sanitárias previstas na lei estadual, na legislação municipal específica, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

28. Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelo Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas nesta resolução.

Parágrafo único. Além das determinações acima, mantem-se todas as Diretrizes Sanitárias, notas técnicas e portarias vigentes orientadas pelo Estado de Santa Catarina.

A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões nestas recomendações sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

Canoinhas, 06 de janeiro de 2021.

Katia Oliskowski Munhoz Pires Batista
Vice Coordenadora da CIR Planalto Norte
Secretária de Saúde de Canoinhas

EXTRATO CANCELAMENTO T.P 029/2020

Publicação Nº 2795170

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE CANCELAMENTO

OBJETO: EXTRATO DE CANCELAMENTO REFERENTE AO TERMO DE HOMOLOGÃO E ADJUDICAÇÃO BEM COMO CONTRATO Nº 032/2020-PRADO E PRADO LTDA EPP, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO Nº 029/2020.

Papanduva, 29 de DEZEMBRO de 2020. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001-2020 E Nº 002-2021 - CISAMURC

Publicação Nº 2794898

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001 e 002/2021

OBJETO: Prestação de serviços do CISAMURC. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CISAMURC. Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Papanduva, 04 de Janeiro de 2021. Luiz Henrique- Prefeito municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049-2020 E EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº029-2020

Publicação Nº 2795836

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE CONTRATO N.º 049/2020.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.º 029/2020.

Objeto: Extrato de contrato nº 049/2020 e extrato de HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 029/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: PRADO E PRADO LTDA – EPP. Valor: R\$ 1.401.619,90 (hum milhão e quatrocentos e um mil e seiscentos e dezenove reais e noventa centavos). Validade: 01 ano a partir da assinatura.

Papanduva/SC, 29 de Dezembro de 2020.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ORDEM DE SERVIÇO N.º 021-2020

Publicação Nº 2795835

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 021/2020.

ORDEM DE SERVIÇO N.º 021/2020.

Autorizo por meio desta, a empresa: PRADO E PRADO LTDA - EPP, a dar início aos serviços referentes ao objeto do qual foi vencedora na modalidade CONCORRENCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 029/2020, de acordo com as especificações pertinentes formalizadas nos termos do CONTRATO Nº 049/2020, firmado em 29 de Dezembro de 2020. Tendo como valor global a quantia de R\$: 1.401.619,90 (um milhão quinhentos e sessenta e sete mil cento e oito reais e oitenta e nove reais), os quais serão pagos na conformidade com as cláusulas contratuais. Os serviços pertinentes devem ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de recebimento desta ordem de serviços, e deverão ter andamento de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro.

Papanduva/SC, 29 de Dezembro de 2020. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

EXTRATO DE ° TERMO ADITIVO A ATA N° 032-2020 - AUTO POSTO PIRÂMIDE

Publicação N° 2795747

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE 3º ADITIVO

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA N° 032/2020, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial n° 032/2020.
CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: AUTO POSTO PIRÂMIDE. Base Legal: n° 8666/93. Papanduva, 07 de Janeiro de 2021. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 0001/2021**

Publicação N° 2795938

PORTARIA N° 0001/2021

NOMEIA O SENHOR LUIZ HENRIQUE SALIBA FILHO PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA.

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina**, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:

Art. 1º - Nomear o senhor **LUIZ HENRIQUE SALIBA FILHO**, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Papanduva, .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a contar de 07/01/2021.

Câmara Municipal de Papanduva em, 07 de janeiro de 2021

Esta Portaria foi registrada eletronicamente na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Cezar Augusto Bussularo dos Santos

Presidente

Valdecir Vaneski

Vice-Presidente

Sandra Aparecida da Silva

1ª Secretária

Jeferson Chupel

2º Secretário

TERMO DE POSSE Nº 0012/2021

Publicação Nº 2796920

TERMO DE POSSE Nº 0012/2021**DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EM CARGO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA.**

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, na Sede do Poder Legislativo Municipal, situado à Rua Simeão Alves de Almeida, nº 392, Centro, neste município, em reunião com a presidência da casa com a finalidade de empossar servidor em cargo da estrutura administrativa, o senhor **LUIZ HENRIQUE SALIBA FILHO**, após apresentação da documentação exigida por lei, tomou posse e assumiu o cargo de **Assessor Parlamentar**, iniciando as atividades funcionais na presente data.

Para constar, foi lavrado o presente termo que vai assinado pelo empossado e pelo Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, bem como publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Papanduva, 07 de janeiro de 2021.

Cezar Augusto Bussularo dos Santos
Presidente

Luiz Henrique Saliba Filho
Servidor empossado

Paraíso

PREFEITURA

CONTRATO N° 03/2021 FMS

Publicação N° 2795229

MUNICIPIO DE PARAÍSO/SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO N° 03/2021 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2021

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARATER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

DA CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde/SC.

DA CONTRATADA: MAICON NARCISO ME.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2021.

VALOR: R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

VALDECIR SILVEIRA MENEGAI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO N° 05/2021 PREFEITURA

Publicação N° 2795210

MUNICIPIO DE PARAÍSO/SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO N° 05/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2021

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARATER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC.

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC.

DA CONTRATADA: MAICON NARCISO ME.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2021.

VALOR: R\$ 555,00 (Quinhentos e cinquenta e cinco reais).

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL.

CONTRATO N° 06/2021 PREFEITURA

Publicação N° 2795220

MUNICIPIO DE PARAÍSO/SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO N° 06/2021
PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 04/2021

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARATER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC.

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC.

DA CONTRATADA: MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2021.

VALOR: R\$ 1.043,00 (Hum mil e quarenta e três reais)

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL.

CONTRATO Nº 07/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 2795964

MUNICIPIO DE PARAÍSO/SANTA CATARINA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA EMISSÃO E CONTROLE DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, MOVIMENTO ECONOMICO RURAL E GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

A CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC.

DA CONTRATADA: TRSIS LTDA.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2021.

VALOR: R\$ 3.015,00 (Três mil e quinze reais)

DO FUNDAMENTO: Inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021

Publicação Nº 2795238

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2021
MULTIENTIDADES

O MUNICIPIO DE PARAÍSO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM CARATER EMERGENCIAL PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ R\$ 1.928,00 (Hum mil, novecentos e vinte e oito reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/SC

DOS CONTRATADOS: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA e MAICON NARCISO ME

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de janeiro de 2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24, Inciso IV da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

Publicação Nº 2795937

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PARAÍSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

O MUNICIPIO DE PARAÍSO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE PARA EMISSÃO E CONTROLE DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR RURAL, MOVIMENTO ECONOMICO RURAL E GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS.

DO VALOR TOTAL: R\$ 3.015,00 (Três mil e quinze reais).

DA CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

DO CONTRATADO: TRSIS LTDA.

DA VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2021.

DO FUNDAMENTO: Inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93.

DO FORO: Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

Paraíso/SC, 04 de janeiro de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI

PREFEITA MUNICIPAL.

Passos Maia

PREFEITURA

DECRETO 011/2021

Publicação Nº 2796017

DECRETO Nº 011, de 06 de janeiro de 2021.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

OSMAR TOZZO, Prefeito Municipal de Passos Maia - SC, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a servidora **ROSIMERI PEROZA NUNES**, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo, para responder pela Tesouraria Municipal, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência, Secretaria Municipal de Educação e Esportes – SME/FUNDEB, juntamente com o Prefeito Municipal, Sr. Osmar Tozzo.

Parágrafo único: As movimentações poderão ser assinadas conjuntamente pelo Prefeito Municipal e a servidora Rosimeri Peroza Nunes, nomeada por meio deste ato.

Art. 2º. Ficam delegados ao mesmo os seguintes poderes:

- Abrir contas de depósito;
- Autorizar cobrança;
- Autorizar débito em conta relativo à operações;
- Cadastrar;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Cancelar cheques;
- Consultar contas/aplic. programas repasse recursos;
- Consultar depósitos judiciais via internet;
- Consultar obrigações do debito direto autorizado;
- Efetuar movimentação financeira;
- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar saques em conta corrente;
- Emitir extratos;
- Emitir cheques;
- Emitir comprovantes;
- Encerrar contas de depósito;
- Endossar cheque;
- Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro;
- Receber ordens de pagamento;
- Requisitar talonários de cheques;
- Retirar cheques devolvidos;

- Solicitar saldos e extratos;
- Solicitar saldos/extratos de conta judicial unificada;
- Solicitar saldo/extrato de operações de crédito;
- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- Sustar/contrapor ordenar cheques.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência a partir de 1º de JANEIRO de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Passos Maia – SC, 06 de janeiro de 2021.

OSMAR TOZZO

PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

GIUVANI AUGUSTO PEROZA

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2017

Publicação N° 2795038

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 09/2017, conforme Processo Licitatório 14/2017. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e Locatário MAURIZA FLORIPES MARTINS. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência ao contrato n° 09/2017 por 12 (doze) meses, à partir de 01/01/2021. Locação de uma sala comercial de aproximadamente 66,00m², localizada na Rua José Pereira da Silva, n° 155, Centro, Paulo Lopes-SC, para funcionamento do Conselho Tutelar Municipal. Código do Imóvel 282 [1.1.001]

Penha

PREFEITURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 06 DE JANEIRO DE 2021. DISCIPLINA O MODELO DE "GESTÃO INTELIGENTE", VISANDO A CONTENÇÃO DE DESPESAS E O CORTE DE GASTOS NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE PENHA

Publicação Nº 2795928

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

DISCIPLINA O MODELO DE "GESTÃO INTELIGENTE", VISANDO A CONTENÇÃO DE DESPESAS E O CORTE DE GASTOS NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE PENHA.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PENHA, de acordo com a Lei Complementar 143/2020, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que esta Controladoria orienta para que seja observado o princípio da economicidade, da continuidade dos serviços, legalidade e o primordial interesse público;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 01/2020, que dispõe sobre as rotinas e procedimentos a serem observados no registro de frequência dos servidores no âmbito do Poder Executivo do Município de Penha/SC.

CONSIDERANDO os princípios constitucionais aplicáveis à administração pública, em especial da legalidade, impessoalidade, probidade, publicidade, e, sobretudo pela moralidade, eficiência e efetividade, além da necessidade de se zelar pela correta aplicação de recursos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de equilíbrio entre as receitas e despesas do Município;

CONSIDERANDO a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal que impõe aos administradores obrigações quanto a boa aplicação dos recursos públicos, bem como, cortar e reduzir gastos e levando em consideração o princípio da economicidade;

RESOLVE:

Art. 1º A partir desta data, todos os Secretários Municipais, Superintendentes e dirigentes de Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Penha, deverão contingenciar os gastos dos seus setores e consultar previamente a Secretaria de Fazenda, antes de efetuar qualquer espécie de despesa.

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Administração fica proibido de realizar o pagamento de horas extras, sem a devida justificativa e autorização, exceto em casos de extrema urgência e necessidade.

§1º Fica vedada, no período de vigência da presente Instrução Normativa, no âmbito da Administração Direta e Indireta, a prática de qualquer ato que importe em realização e pagamento de horas extras de trabalho.

§2º O Secretário da Pasta deverá encaminhar à Secretaria de Administração, até o dia 10 de cada mês, a relação dos servidores que se encontram nas exceções previstas no caput.

§3º O exercício de Cargo em Comissão ou de Função Gratificada exclui o usufruto de compensatórias por serviço extraordinário, podendo apenas ser utilizado para compensar atrasos.

§4º Será responsabilizado e punido, nos termos da legislação vigente, o servidor que atestar falsamente a prestação de plantão ou serviço extraordinário, bem como o que propuser ou permitir gratificação sob este título por serviço não realizado.

Art. 3º Todos os servidores deverão responder pela racionalização e economia de energia elétrica, telefone, combustível, papel, tinta de impressora, equipamentos e ferramentas, bem como pela conservação e segurança no uso de todo equipamento e veículo.

Art. 4º A Secretaria de Administração fará um controle rigoroso nos gastos com material de expediente de todas as Secretarias e demais Órgãos Públicos Municipais.

Art. 5º Todas as Portarias de Gratificação vigentes no âmbito da Administração Pública Municipal deverão ser revogadas.

Parágrafo único. Poderão ser concedidas novas Portarias de Gratificação, desde que haja o devido interesse público e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da mesma.

Penha, 05 de janeiro de 2021.

LUIZ EDUARDO BUENO
Controlador Geral

Registrado e publicado a presente Instrução Normativa na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 01/2021

Publicação Nº 2796293

PORTARIA N.º 01/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. NILSANDRO SILVA DOS SANTOS JUNIOR do cargo em comissão de ASSESSOR DE GABINETE da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 02/2021

Publicação Nº 2796297

PORTARIA N.º 02/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. VANESSA CRISTINA BUZZI do cargo em comissão de ASSESSORA ESPECIAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 03/2021

Publicação Nº 2796300

PORTARIA N.º 03/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SILVÂNÍ DA SILVA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DA SECRETARIA DE GOVERNO II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 04/2021

Publicação Nº 2796306

PORTARIA N.º 04/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ADRIANO DE SOUZA do cargo em comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 05/2021

Publicação Nº 2796307

PORTARIA N.º 05/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JUVAN DE SOUZA NETO do cargo em comissão de COORDENADOR DE MÍDIA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 06/2021

Publicação Nº 2796310

PORTARIA N.º 06/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ROGÉRIO CHAGAS SAMPAIO, do cargo em comissão de DIRETOR DO GABINETE DO VICE PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 07/2021

Publicação Nº 2796311

PORTARIA N.º 07/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. GRAZZIELE MORATELLI VOLPI, do cargo em comissão de PROCURADORA ADJUNTA da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 08/2021

Publicação Nº 2796317

PORTARIA N.º 08/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ARÃO JOÃO DA SILVA, do cargo em comissão de DIRETOR DA CASA DA CIDADANIA, da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 09/2021

Publicação Nº 2796321

PORTARIA N.º 09/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDIVALDO GOMES DA SILVA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE CONCILIAÇÃO, da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 10/2021

Publicação Nº 2796323

PORTARIA N.º 10/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. AMARILDO GARCIA NANTES do cargo em comissão de COORDENADOR DO PROCON da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 100/2021

Publicação Nº 2796613

PORTARIA N.º 100/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. BRUNO ANTONIO DA SILVA do cargo em comissão COORDENADOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 101/2021

Publicação Nº 2796627

PORTARIA N.º 101/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CAROLINE SCHNEIDER PEREIRA do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 102/2021

Publicação Nº 2796631

PORTARIA N.º 102/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANDREZA CIPRIANO COELHO do cargo em comissão COORDENADOR DE MARKETING E EVENTOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 103/2021

Publicação Nº 2796635

PORTARIA N.º 103/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. AYNOÃ THAISSA LIMA DE MELLO do cargo em comissão COORDENADOR DE MARKETING E EVENTOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 104/2021

Publicação Nº 2796636

PORTARIA N.º 104/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. VALMOR LUIS FLORES do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 105/2021

Publicação Nº 2796638

PORTARIA N.º 105/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LIA NARA LACAVA do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO II da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 106/2021

Publicação Nº 2796639

PORTARIA N.º 106/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RICHARD GUSTAVO OLIVEIRA CARDOZO do cargo em comissão COORDENADOR HABITACIONAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 107/2021

Publicação Nº 2796642

PORTARIA N.º 107/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANDRIELI SEVERINO CORDEIRO do cargo em comissão COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 108/2021

Publicação Nº 2796643

PORTARIA N.º 108/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ALCEMAR DE SOUZA do cargo em comissão DIRETOR DE ENGENHARIA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 109/2021

Publicação Nº 2796645

PORTARIA N.º 109/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. KETELIN CELMIRA FERRARI do cargo em comissão CHEFE DE SETOR DE CONVÊNIOS E PROJETOS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 11/2021

Publicação Nº 2796329

PORTARIA N.º 11/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARICLÉIA XAVIER do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DO PROCON I da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 110/2021

Publicação Nº 2796647

PORTARIA N.º 110/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ÉDIPO CRISTIANO BENTO do cargo em comissão GESTOR DE ÁGUAS E SANEAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 111/2021

Publicação Nº 2796648

PORTARIA N.º 111/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. FERNANDA BASTOS ALVES do cargo em comissão COORDENADOR OPERACIONAL DE AGUAS E SANEAMENTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 112/2021

Publicação Nº 2796651

PORTARIA N.º 112/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDSON SEVERINO do cargo em comissão DIRETOR DO DETRANPEN da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 113/2021

Publicação Nº 2796652

PORTARIA N.º 113/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARCIA FERNANDES DA ROCHA do cargo em comissão CHEFE SETOR DO DETRAPEN I da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 114/2021

Publicação Nº 2796654

PORTARIA N.º 114/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JULIO SANDRO EVARISTO do cargo em comissão COORDENADOR DA DEFESA CIVIL da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 115/2021

Publicação Nº 2796656

PORTARIA N.º 115/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. CARLOS CESAR DE SOUZA do cargo em comissão SUPERINTENDENTE DE ESPORTES da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 116/2021

Publicação N° 2796658

PORTARIA N.º 116/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. PAULO ROBERTO DA SILVA do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 117/2021

Publicação N° 2796661

PORTARIA N.º 117/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. LUIZ RENATO CARIAS DE OLIVEIRA FILHO do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO I da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 118/2021

Publicação N° 2796665

PORTARIA N.º 118/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MAICON ROBERTO TOMAZ do cargo em comissão COORDENADOR DE ESPORTES da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 119/2021

Publicação Nº 2796668

PORTARIA N.º 119/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. GLEYSIANE SERRA MOREIRA do cargo em comissão CHEFE SETOR ESPORTE I da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 12/2021

Publicação Nº 2796331

PORTARIA N.º 12/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. SIDNEI MAURICIO DE SOUZA JUNIOR do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 120/2021

Publicação Nº 2796670

PORTARIA N.º 120/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MARCOS ANTONIO CHIARELLO FERREIRA do cargo em comissão COORDENADOR DE EVENTOS COMUNITÁRIOS da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 121/2021

Publicação Nº 2796674

PORTARIA N.º 121/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. PAULO AFONSO DEMANTOVA do cargo em comissão CHEFE SETOR DE ESPORTES II da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 122/2021

Publicação Nº 2796675

PORTARIA N.º 122/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDUARDO JOÃO DE SOUZA do cargo em comissão SUPERINTENDENTE DE CULTURA da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 123/2021

Publicação Nº 2796678

PORTARIA N.º 123/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RODRIGO RENAN MEDEIROS do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 124/2021

Publicação Nº 2796680

PORTARIA N.º 124/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 1.278/2020, que nomeava a Sra. EDIMARA TAMBANI, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 125/2021

Publicação Nº 2796683

PORTARIA N.º 125/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. PATRICK MIRANDA MORAIS do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 126/2021

Publicação Nº 2796685

PORTARIA N.º 126/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. FABIANA DE SOUZA CARDOSO do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO II da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 127/2021

Publicação Nº 2796687

PORTARIA N.º 127/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. CLAUDIO BENEDITO DE LIMA do cargo em comissão COORDENADOR DE MANUTENÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 128/2021

Publicação Nº 2796689

PORTARIA N.º 128/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MARCOS ANTONIO PRADO HERBER do cargo em comissão COORDENADOR DE FROTAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 129/2021

Publicação Nº 2796692

PORTARIA N.º 129/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. CLAUDINO LUIZ SETTE do cargo em comissão COORDENADOR DE SEGURANÇA PATRIMONIAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 13/2021

Publicação Nº 2796333

PORTARIA N.º 13/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MATHEUS SOUZA DE MELO do cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 130/2021

Publicação Nº 2796696

PORTARIA N.º 130/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. LAFAIETE SCHNEIDER JUNIOR do cargo em comissão COORDENADOR DE ESTOQUE da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 131/2021

Publicação Nº 2797185

PORTARIA N.º 131/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. LAUDENOR FOLTCH do cargo em comissão CHEFE SETOR DE ESTOQUE I da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 132/2021

Publicação Nº 2797186

PORTARIA N.º 132/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. THAYARA CORSANI do cargo em comissão CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 133/2021

Publicação Nº 2797188

PORTARIA N.º 133/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ANDRE FAGUNDES FLORES do cargo em comissão COORDENADOR DE SISTEMA II da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 134/2021

Publicação N° 2797189

PORTARIA N.º 134/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. TAINÁ CAROLINE PINTO do cargo em comissão CHEFE SETOR DE SISTEMAS II da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 135/2021

Publicação N° 2797190

PORTARIA N.º 135/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 1412/2019, que nomeava a Sra. VALDINEIA BORTOLATO GERMANO, para ocupar o cargo em comissão de ASSESSORA EDUCACIONAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 136/2021

Publicação N° 2797192

PORTARIA N.º 136/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARIA EDUARDA CORDEIRO do cargo em comissão AUXILIAR DE COORDENAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 137/2021

Publicação Nº 2797193

PORTARIA N.º 137/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. NAYARA BEATRIZ DA SILVA FELICIO do cargo em comissão AUXILIAR DE COORDENAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 138/2021

Publicação Nº 2797195

PORTARIA N.º 138/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 554/2020, que nomeava a Sra. PATRICIA MARIA INOCÊNCIO DOS SANTOS, para ocupar o cargo em comissão de AUXILIAR DE COORDENAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 139/2021

Publicação Nº 2797197

PORTARIA N.º 139/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALCEMIR ANTONIO FERREIRA do cargo em comissão COORDENADOR TECNOLOGIA E INFORMATICA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 14/2021

Publicação Nº 2796335

PORTARIA N.º 14/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. PATRICK PAULO DOS SANTOS do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 140/2021

Publicação Nº 2797199

PORTARIA N.º 140/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LEONELA DE SOUSA NASCIMENTO ROMÃO do cargo em comissão DIRETORA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 141/2021

Publicação Nº 2797201

PORTARIA N.º 141/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CHEILA CATIANE GONÇALVES do cargo em comissão SECRETÁRIA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 142/2021

Publicação Nº 2797203

PORTARIA N.º 142/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CELIMAR GEREMIAS do cargo em comissão DIRETORA NA C.E.I TEREZINHA MARLENE CORREA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 143/2021

Publicação Nº 2797206

PORTARIA N.º 143/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RAFAEL SIQUEIRA do cargo em comissão DIRETOR NA C.E.I CASA DA AMIZADE da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 144/2021

Publicação Nº 2797208

PORTARIA N.º 144/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SIMONE PEREIRA DE LIMA BELTRAMINI do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I CASA DA AMIZADE da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 145/2021

Publicação Nº 2797210

PORTARIA N.º 145/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença, sem ônus para Município de Penha, ao servidor FABIANO JOSÉ ALVES, matrícula nº 4359, no que determina a Lei Complementar nº 01/2005, para ocupar o cargo eletivo de Vice-Prefeito no Município de Balneário Piçarras, a contar de 01/01/2021.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia primeiro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 146/2021

Publicação Nº 2797211

PORTARIA N.º 146/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. VITORIA GABRIELA PEREIRA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I ANJOS DO ITAPOCOROI da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 147/2021

Publicação Nº 2797212

PORTARIA N.º 147/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CISILANE DA SILVA FISCHER do cargo em comissão DIRETORA NA C.E.I JOÃO BATISTA DA CRUZ da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 148/2021

Publicação Nº 2797213

PORTARIA N.º 148/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CHRISTIANE SOUZA ROMAO DE SOUZA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I JOÃO BATISTA DA CRUZ da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 149/2021

Publicação Nº 2797215

PORTARIA N.º 149/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANDRIELE PERA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I PINGO DE GENTE da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 15/2021

Publicação Nº 2796338

PORTARIA N.º 15/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. SANDOR CARLOS PEREIRA JUNIOR do cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 150/2021

Publicação Nº 2797216

PORTARIA N.º 150/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANDREA VANESSA DA SILVA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I DONA BELINHA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 151/2021

Publicação Nº 2797219

PORTARIA N.º 151/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CARINA MARIA SEVERINO SOARES do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I. PROFESSORA SIMONE APARECIDA REIS DE SOUZA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 152/2021

Publicação Nº 2797221

PORTARIA N.º 152/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. TATIANA SOUZA KURECK do cargo em comissão SECRETÁRIA NA C.E.I. PROFESSORA SIMONE APARECIDA REIS DE SOUZA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 153/2021

Publicação Nº 2797224

PORTARIA N.º 153/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DA CRUZ da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 154/2021

Publicação Nº 2797226

PORTARIA N.º 154/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 1.317/2019, que nomeava a Sra. ELIZANE APARECIDA FRANCISCO para ocupar cargo em comissão de SECRETÁRIA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL JOÃO BATISTA DA CRUZ.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

CAMILA LUCHTENBERG
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 155/2021

Publicação Nº 2797228

PORTARIA N.º 155/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EUNIDIO LUIS RANNOV do cargo em comissão SECRETÁRIO NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL RUBENS JOÃO DE SOUZA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 156/2021

Publicação Nº 2797229

PORTARIA N.º 156/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SUELI LIMA PEREIRA do cargo em comissão SECRETÁRIA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL RUBENS JOÃO DE SOUZA da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 157//2021

Publicação Nº 2797230

PORTARIA N.º 157/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 1.392/2019, que nomeava a Sra. RITA DE CASSIA DE SOUZA MARQUETTI, para ocupar o cargo em comissão de DIRETORA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL JOÃO ANTONIO PINTO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 158/2021

Publicação Nº 2797231

PORTARIA N.º 158/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JANE TEREZINHA VITORINO DE CAMPOS do cargo em comissão SECRETÁRIA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL JOÃO ANTONIO PINTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 159/2021

Publicação Nº 2797232

PORTARIA N.º 159/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JONATA JOSUE SCHULZE do cargo em comissão SECRETÁRIO NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL JOÃO ANTONIO PINTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 16/2021

Publicação Nº 2796346

PORTARIA N.º 16/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. GRAZIELI GUAREZI FELICIO BENTO do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMONIO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 160/2021

Publicação Nº 2797233

PORTARIA N.º 160/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SANDRA REGINA GONÇALVES do cargo em comissão DIRETORA NA ESCOLA BASICA MUNICIPAL ANTONIO JOAQUIM TAVARES da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 17/2021

Publicação Nº 2796348

PORTARIA N.º 17/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MARCIO JOSE FERREIRA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 18/2021

Publicação Nº 2796349

PORTARIA N.º 18/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JOÃO HENRIQUE CALDEIRA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS II, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 19/2021

Publicação Nº 2796350

PORTARIA N.º 19/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. KELLYM ESMENIA XAVIER MILANI do cargo em comissão de COORDENADORA DE COMPRAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 20/2021

Publicação Nº 2796353

PORTARIA N.º 20/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARCIA CRISTINA EMKE ZANETTE do cargo em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR da SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 21/2021

Publicação Nº 2796355

PORTARIA N.º 21/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. BÁRBARA JUMA LUGOGO do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO da PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 22/2021

Publicação Nº 2796357

PORTARIA N.º 22/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. LUIZ ROBERTO CUNHA do cargo em comissão de DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 23/2021

Publicação Nº 2796358

PORTARIA N.º 23/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARIA EDUARDA CARDOSO PSCHIEDT do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE COMPRAS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 24/2021

Publicação Nº 2796360

PORTARIA N.º 24/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JUCELIA TEREZINHA MARTINS DA SILVA do cargo em comissão de CHEFE DE DIRETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 25/2021

Publicação Nº 2796363

PORTARIA N.º 25/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. VANESSA ANDREA DA SILVA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 26/2021

Publicação Nº 2796366

PORTARIA N.º 26/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SUSANA PERINOTTI do cargo em comissão de SECRETÁRIA DA FAZENDA MUNICIPAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 27/2021

Publicação Nº 2796367

PORTARIA N.º 27/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LISANDRA DOS SANTOS PENNA REY do cargo em comissão de DIRETOR TRIBUTAÇÃO E CADASTRO da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 28/2021

Publicação Nº 2796369

PORTARIA N.º 28/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDESIO DE ARAUJO do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 29/2021

Publicação Nº 2796371

PORTARIA N.º 29/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ANDRE LUIS SANTOS VALADÃO do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 30/2021

Publicação Nº 2796372

PORTARIA N.º 30/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. GABRIEL SANTOS PINTO do cargo em comissão de COORDENADOR DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 31/2021

Publicação Nº 2796374

PORTARIA N.º 31/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RONAN CARLOS DIAS do cargo em comissão de CHEFE DE ORÇAMENTO E CONTABILIDADE I da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 32/2021

Publicação Nº 2796375

PORTARIA N.º 32/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JOSÉ VERISSÍMO DA SILVA NETO do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 33/2021

Publicação Nº 2796377

PORTARIA N.º 33/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. FERNANDA DOS SANTOS TEIXEIRA do cargo em comissão de COORDENADOR FINANCEIRO da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 34/2021

Publicação Nº 2796378

PORTARIA N.º 34/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MARCELO ALVES CRIVELATTI do cargo em comissão de CONTROLADOR GERAL da CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 35/2021

Publicação Nº 2796381

PORTARIA N.º 35/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CAROLINE DANIELLE REIS HESS do cargo em comissão de CONTROLADOR ADJUNTO da CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 36/2021

Publicação Nº 2796382

PORTARIA N.º 36/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. MAX RIESEMBERG BASTOS do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 37/2021

Publicação Nº 2796387

PORTARIA N.º 37/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. FERNANDA CRISTINA VIEIRA do cargo em comissão de COORDENADOR DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 38/2021

Publicação Nº 2796389

PORTARIA N.º 38/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. DANIELLA CUGNIER DE LIMA do cargo em comissão de CHEFE SETOR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 39/2021

Publicação Nº 2796392

PORTARIA N.º 39/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALINE DOS SANTOS VIEIRA do cargo em comissão de COORDENADOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 40/2021

Publicação Nº 2796393

PORTARIA N.º 40/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. TONI JOEL BUENO DE ALMEIDA do cargo em comissão de CHEFE SETOR DE INDUSTRIA E COMERCIO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 41/2021

Publicação Nº 2796404

PORTARIA N.º 41/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. HEDER JULIANO MAFRA do cargo em comissão de COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 42/2021

Publicação Nº 2796409

PORTARIA N.º 42/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RODRIGO JOSE BISSOLI do cargo em comissão de CHEFE SETOR DE MEIO AMBIENTE I da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 43/2021

Publicação Nº 2796413

PORTARIA N.º 43/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. NEREU RAMOS CALDEIRA FILHO do cargo em comissão de SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 44/2021

Publicação Nº 2796417

PORTARIA N.º 44/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDINEI VIEIRA do cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 45/2021

Publicação Nº 2796418

PORTARIA N.º 45/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MAIARA CELISTA do cargo em comissão de CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 46/2021

Publicação Nº 2796420

PORTARIA N.º 46/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ELAINE CRISTINA DE SOUZA LOTH do cargo em comissão de COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 47/2021

Publicação Nº 2796427

PORTARIA N.º 47/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ANA PAULA DA SILVA DIONIZIO do cargo em comissão de COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL II da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 48/2021

Publicação Nº 2796429

PORTARIA N.º 48/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JOARI CARLOS ANACLETO do cargo em comissão de COORDENADOR DE PROMOÇÃO SOCIAL III da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 49/2021

Publicação Nº 2796433

PORTARIA N.º 49/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. DONISETTE DE SOUZA do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE PROMOÇÃO SOCIAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 50/2021

Publicação Nº 2796435

PORTARIA N.º 50/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALINE JANETE VICENTE do cargo em comissão COORDENADOR DO CRAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 51/2021

Publicação Nº 2796439

PORTARIA N.º 51/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. GIDEONE DANIEL LIMA do cargo em comissão CHEFE SETOR DO CRAS II da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 52/2021

Publicação Nº 2796442

PORTARIA N.º 52/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SOELI APARECIDA RAMALHO VIANA do cargo em comissão COORDENADOR DO CREAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 53/021

Publicação Nº 2796444

PORTARIA N.º 53/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JESSICA FERNANDA DAMASIO do cargo em comissão CHEFE SETOR DO CREAS II da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 54/2021

Publicação Nº 2796449

PORTARIA N.º 54/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. RUBENS JOÃO DE SOUZA FILHO do cargo em comissão SECRETÁRIO DE PESCA E AGRICULTURA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 55/2021

Publicação Nº 2796452

PORTARIA N.º 55/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. PAULO RENATO FREITAS DE SOUZA do cargo em comissão COORDENADOR DE PESCA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 56/2021

Publicação Nº 2796455

PORTARIA N.º 56/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JOSÉ IRINEU ANDRÉ do cargo em comissão CHEFE SETOR DE PESCA I da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 57/2021

Publicação Nº 2796458

PORTARIA N.º 57/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. GILIANE DOS SANTOS do cargo em comissão COORDENADOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 58/2021

Publicação Nº 2796461

PORTARIA N.º 58/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. GILBERTO COUSO SANTOS JUNIOR do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO II da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 59/2021

Publicação Nº 2796463

PORTARIA N.º 59/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JOSÉ SIMONI DE ALMEIDA BORGES do cargo em comissão COORDENADOR DE AGRICULTURA da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 60/2021

Publicação Nº 2796466

PORTARIA N.º 60/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ALESSANDRO RUBENS DA SILVA do cargo em comissão SECRETÁRIO DE SERVIÇOS URBANOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 61/2021

Publicação Nº 2796470

PORTARIA N.º 61/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ORLI CARLOS FERREIRA JUNIOR do cargo em comissão SECRETÁRIO ADJUNTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 62/2021

Publicação Nº 2796475

PORTARIA N.º 62/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. EDIVAN DA COSTA ALVES do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 63/2021

Publicação Nº 2796476

PORTARIA N.º 63/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ADEMIR HARBS do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO II da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 64/2021

Publicação Nº 2796478

PORTARIA N.º 64/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALINE ZENAIDE DA SILVA do cargo em comissão COORDENADOR DE FROTAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 65/2021

Publicação Nº 2796480

PORTARIA N.º 65/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JEAN MARCIO RAULINO do cargo em comissão CHEFE SETOR FROTAS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 66/2021

Publicação Nº 2796482

PORTARIA N.º 66/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. DAVID COSTA MOURA do cargo em comissão COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 67/2021

Publicação Nº 2796483

PORTARIA N.º 67/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. JERUSA MARCIA DE SOUZA DA SILVA do cargo em comissão CHEFE SETOR DE SERVIÇOS URBANOS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 68/2021

Publicação Nº 2796485

PORTARIA N.º 68/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. STEFANY VALMIRA TEIXEIRA do cargo em comissão COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE PREDIAL da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 69/2021

Publicação Nº 2796486

PORTARIA N.º 69/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. FELIPE MARTINI do cargo em comissão CHEFE SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 70/2021

Publicação Nº 2796489

PORTARIA N.º 70/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JOÃO PLÁCIDO VIEIRA JÚNIOR do cargo em comissão COORDENADOR DE MÁQUINAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 71/2021

Publicação Nº 2796555

PORTARIA N.º 71/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. RENATA GRAÇA PEREIRA do cargo em comissão CHEFE SETOR DE MAQUINAS I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 72/2021

Publicação Nº 2796556

PORTARIA N.º 72/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. SÉRGIO DE MELLO do cargo em comissão SECRETÁRIO DE SAÚDE da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 73/2021

Publicação Nº 2796557

PORTARIA N.º 73/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LUCIANA MARIA DE SOUZA do cargo em comissão SECRETÁRIO ADJUNTO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 74/2021

Publicação Nº 2796559

PORTARIA N.º 74/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 1.485/2020, que nomeava a Sra. ADELLY CRISTINE BENTO DE BORBA a ocupar cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 75/2021

Publicação Nº 2796560

PORTARIA N.º 75/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MARGARETE APARECIDA DA ROSA do cargo em comissão CHEFE SETOR ADMINISTRATIVO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 76/2021

Publicação Nº 2796561

PORTARIA N.º 76/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. SILVANEI VALTERNIR DE FREITAS do cargo em comissão COORDENADOR DE MANUTENÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 77/2021

Publicação Nº 2796562

PORTARIA N.º 77/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. ANDREI FELIPE DOS SANTOS do cargo em comissão CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 78/2021

Publicação Nº 2796563

PORTARIA N.º 78/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CYNTIA BREISCHATT VENTURA DIAS do cargo em comissão COORDENADOR DE FROTAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 79/2021

Publicação Nº 2796564

PORTARIA N.º 79/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. GUILHERME ANTONIO DA SILVA do cargo em comissão COORDENADOR DE COMPRAS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 80/2021

Publicação Nº 2796565

PORTARIA N.º 80/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. KEILA CAROLINE DA COSTA COTA do cargo em comissão COORDENADOR DE SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 81/2021

Publicação Nº 2796566

PORTARIA N.º 81/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SANDRIELI TELLES DA SILVA do cargo em comissão CHEFE SETOR SAÚDE E ATENÇÃO BÁSICA I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 82/2021

Publicação Nº 2796567

PORTARIA N.º 82/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALINE FRANCIELE ALVES do cargo em comissão COORDENADOR DAS UBS'S da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 83/2021

Publicação Nº 2796568

PORTARIA N.º 83/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. MAIARA NEZELI DE SOUZA do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 84/2021

Publicação Nº 2796570

PORTARIA N.º 84/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CHAIANE FLORIANO DOS PASSOS do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's II da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 85/2021

Publicação Nº 2796571

PORTARIA N.º 85/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ROSANE MARA DA LUZ BALDAIA do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's III da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 86/2021

Publicação Nº 2796573

PORTARIA N.º 86/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. CAMILA SCHEFFER do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's IV da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 87/2021

Publicação Nº 2796574

PORTARIA N.º 87/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. HELENA MARIA GONZAGA BASÍLIO do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's V da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 88/2021

Publicação Nº 2796576

PORTARIA N.º 88/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. ALINE DOMECIANO do cargo em comissão CHEFE SETOR UBS's VI da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 89/2021

Publicação Nº 2796577

PORTARIA N.º 89/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SILVINHA MAXIMIANO do cargo em comissão DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 90/2021

Publicação Nº 2796580

PORTARIA N.º 90/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. DANIELA ISABEL MARCOS do cargo em comissão CHEFE SETOR VIGILANCIA SANITÁRIA I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 91/2021

Publicação Nº 2796582

PORTARIA N.º 91/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º BAIXAR a Portaria nº 860/2020, que nomeava o Sr. JULIANO ANTONIO LANCANA, para responder como Responsável Técnico de Enfermagem do Pronto Atendimento perante o COREN, recebendo um adicional de função de 04 (quatro) UFM's (Unidade Fiscal Municipal) mensalmente nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 131/2019.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 92/2021

Publicação N° 2796583

PORTARIA N.º 92/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LUCIANA CAMILO VICENTE do cargo em comissão CHEFE SETOR P.A 24 I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 93/2021

Publicação N° 2796585

PORTARIA N.º 93/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. CLEBERSON DAMY BEZERRA do cargo em comissão COORDENADOR DO CEFIR da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N° 94/2021

Publicação N° 2796588

PORTARIA N.º 94/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. JEAN CARLOS SCHMULLER do cargo em comissão CHEFE SETOR CEFIR I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 95/2021

Publicação Nº 2796589

PORTARIA N.º 95/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. VALDILENE APARECIDA STOLFA do cargo em comissão CHEFE SETOR NAM I da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 96/2021

Publicação Nº 2796591

PORTARIA N.º 96/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. LAYSA CAROLINE RITA do cargo em comissão COORDENADOR DST/AIDS da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 97/2021

Publicação Nº 2796595

PORTARIA N.º 97/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. SILVANIRA RASSVEILER DA MOTTA do cargo em comissão COORDENADOR DO SETOR DE REGULAÇÃO da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 98/2021

Publicação Nº 2796604

PORTARIA N.º 98/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. CLEBER MARCIEL NEUMANN do cargo em comissão SECRETÁRIO DE TURISMO da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 99/2021

Publicação Nº 2796610

PORTARIA N.º 99/2021

A Secretária Municipal de Governo/Ordenadora de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1356/2020, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a Sra. RAFAELA PATRICIA FERREIRA do cargo em comissão DIRETOR ADMINISTRATIVO da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos a partir do dia quatro de janeiro de dois mil e vinte e um, revogando todas as portarias anteriores.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de janeiro de 2021.

Camila Luchtenberg
SECRETÁRIA DE GOVERNO/
ORDENADORA DE DESPESAS

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

Jaylon Jander Cordeiro Da Silva
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE INSTALAÇÃO DA 16ª LEGISLATURA 2021.2024

Publicação Nº 2795828

Ata da Sessão Solene de instalação da 16ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha e posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeita, eleitos no pleito de 2020, para o mandato de 2021 a 2024. Vereador eleito Adriano de Souza, Vereador reeleito Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Vereador eleito Célio Adolfo Francisco, Vereador reeleito Everaldo Dal Pozzo, Vereador eleito João Antônio Costa, Vereador eleito Luiz Fernando Vailatti, Vereador eleito Mario Dionísio Moser, Vereador reeleito Maurício Brockveld, Vereador reeleito Maurício da Costa, Vereador eleito Roberto Antônio Leite Junior e Vereador eleito Sebastião José Reis Junior. Devido a pandemia COVID-19 e Decreto Estadual, a solenidade aconteceu concomitante Resolução da Mesa Diretora, com a presença apenas dos eleitos e funcionários designados, sem a presença de familiares e visitantes, sendo transmitida ao vivo pelas redes sociais e posteriormente disponibilizada no youtube. Iniciando a solenidade, foi convidado o vereador eleito mais velho entre todos, Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, para conduzir a posse dos demais, que por sua vez designou o Vereador reeleito Maurício da Costa para secretariá-lo neste primeiro momento da solenidade. Após a execução do Hino Nacional, foi dado início à chamada dos Vereadores por ordem alfabética, para o ato de Posse: PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PENHA E AS DEMAIS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, TRABALHANDO COM PATRIOTISMO, SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO POVO DE PENHA. posicionando-se de pé com o braço estendido, cada vereador empossado, declarou: "ASSIM O PROMETO". Devidamente empossado os senhores Vereadores, foi dado início a apresentação da nova chapa da Mesa Diretora para o exercício de 2021, sendo assim composta: PRESIDENTE - Maurício Olívio Brockveld, VICE- PRESIDENTE - Adriano de Souza, 1º SECRETÁRIO - Sebastião José Reis Júnior e 2º SECRETÁRIO - Célio Adolfo Francisco. Após votação nominal a chapa única foi aprovada por unanimidade dos vereadores empossados. Ato contínuo o Presidente interino Antônio Alfredo Cordeiro Filho convidou os membros da nova Mesa Diretora, a ocuparem seus respectivos lugares. Dando início ao momento de posse do Prefeito reeleito para o mandato de 2021 a 2024, Exmo. Sr. Aquiles José Schneider da Costa e Vice Prefeita de Penha Exma. Sr.ª Maria Juraci Alexandrino, que de pé, com o braço estendido, proferiram o seguinte juramento: PROMETO MANTER, CUMPRIR E DEFENDER A LEI ORGANICA MUNICIPAL, A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBSEVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DE PENHA E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA HONRADEZ, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE. Em seguida, o Presidente Maurício Olívio Brockveld convidou os Senhores Vereadores a pronunciarem-se em tribuna, a qual externaram agradecimentos e teceram comentários sobre a expectativa e a responsabilidade de trabalhar como representante do povo. De igual modo, pronunciaram-se em tribuna a Exma Vice Prefeita e Exmo Sr. Prefeito Municipal, tecendo agradecimentos pela confiança depositada para mais um mandato poder trabalhar pelo povo e continuar promovendo melhorias na qualidade de vida da população penhense. Encerrada a solenidade, O Exmo. Sr. Presidente Vereador Maurício Olívio Brockveld convocou os Senhores Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeita, para a reunião solene de instalação da primeira sessão legislativa anual, conforme artigo 18 do Regimento Interno, após o fim do recesso legislativo. Em seguida, reuniram-se todos ao centro do Plenário para registro fotográfico e deu-se por encerrada a solenidade de posse de Vereadores, Vice Prefeita e Prefeito de Penha, para o mandato de 2021 a 2024. E para que conste nos anais desta Casa, Eu, Ivana da Costa, Secretária, fiz o presente registro, tendo anexos a esta, os respectivos termos de posse e protocolo da chapa única da Mesa Diretora. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 1º de Janeiro de 2021.

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
Presidente

SEBASTIÃO JOSÉ REIS JÚNIOR
1º Secretário

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO 603 - 21 - CORONA 24

Publicação Nº 2794962

DECRETO Nº 603, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, A SEREM OBSERVADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, MUNICÍPIOS E DEMAIS CIDADÃOS, NO TERRITÓRIO DESTES MUNICÍPIO DIANTE DA ATUAL MATRIZ DE RISCO DIVULGADA PELO ESTADO DE SANTA CATARINA.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a informação contida na matriz de risco potencial para Covid-19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em data de 29 de Dezembro do ano de 2020, classificando a nossa Região de Saúde em Risco Potencial Gravíssimo;

CONSIDERANDO a existência de portarias próprias dispostas pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina que regulamentam as mais diversas atividades;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam prorrogadas as determinações contidas nos Decretos Municipais nºs 561, de 26 de Agosto de 2020, 567 de 04 de Setembro de 2020 e 583 de 27 de Novembro de 2020, desde que não alteradas por decretos posteriores e não sejam conflitantes com o disposto no presente Decreto e nas portarias da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde com decisão e emissão de parecer técnico.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de Janeiro de 2021 até as 23:59 horas do dia 21 de Janeiro de 2021, revogadas disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 07 de Janeiro de 2021.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 602 - DECRETO ALVARÁ E ISS FIXO

Publicação Nº 2794953

DECRETO Nº 602, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO ISS FIXO E TAXAS PARA O ANO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e o prazo de pagamento das taxas municipais de localização e funcionamento, nos termos do art. 114 da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e o prazo de pagamento do ISSQN na modalidade fixa, nos termos do artigo 94, §3º, da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores; CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e o prazo de pagamento da Taxa de Alvará Sanitário Anual, nos termos do artigo 117 Lei Complementar nº 050 de 28 de Abril de 2017 (Código de Vigilância em Saúde) com alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - As Taxas de Licença de Localização (TLL) e de Fiscalização Anual (TFA) - Alvará/2021 serão pagas em cota única até 15/04/2021.
Art. 2º - A Taxa decorrente da fiscalização e emissão do Alvará Sanitário Anual será paga em cota única até 15/04/2021.

Art. 3º - O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN FIXO/2020, previsto no §3º, do artigo 94, da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores será efetuado em 03 (três) Parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 15/02/2021, 2ª parcela com vencimento em 15/03/2021 e a 3ª parcela com vencimento em 15/04/2021.

Art. 4º - Os pedidos administrativos de isenção e remissão para o exercício de 2021 serão recepcionados na forma prevista na Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores e na Lei Complementar nº 57/2017 obedecendo-se o disposto no artigo 4º, da mesma Lei.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 07 de Janeiro de 2021.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 001/2021

Publicação Nº 2795342

PORTARIA Nº 001/2021

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar cargo de servidor para exercer o cargo de tipo "AGENTE POLITICO", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
MATHEUS DE SOUZA VICENTE	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 01 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2021

Publicação Nº 2795347

PORTARIA Nº 002/2021

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir, o(a) servidor (a) do cargo de tipos "CONTRATADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
TAIRES VIEIRA CORRÊA	MONITORA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.
Pescaria Brava/SC, 01 de janeiro de 2021.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 001, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795318

ATO Nº 001, de 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELOS ART. 35 INCISO DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora ELOISA COSTA DOS SANTOS, CPF 102.876.189-94 do cargo comissionado de ASSESSORA LEGISLATIVA, pertencente ao quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Pescaria Brava.

Art. 2º. Esse ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 05 de Janeiro de 2020.

JAISSON CASTRO DE SOUZA
PRESIDENTE

ATO Nº 002, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795319

ATO Nº 002, de 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELOS ART. 35 INCISO DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o servidor MURILO MEDEIROS DA SILVA, CPF N. 066.045.059-36, do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE, pertencente ao quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Pescaria Brava.

Art. 2º. Esse ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 05 de Janeiro de 2020.

JAISSON CASTRO DE SOUZA
PRESIDENTE

ATO Nº 003, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795320

ATO Nº 003, de 04 de Janeiro de 2021.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELOS ART. 35 INCISO DO REGIMENTO INTERNO DESTE PODER.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o servidor RUI FRANCISCO LISBOA RAUPP, CPF 305.915.549-68, do cargo comissionado de CONTADOR pertencente ao quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Pescaria Brava.

Art. 2º. Esse ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 05 de Janeiro de 2020.

JAISSON CASTRO DE SOUZA
PRESIDENTE

ATO Nº 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795349

ATO Nº 004, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XII, do artigo 35, do Regimento Interno desse Poder, vem instituir as Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento do Município de Pescaria Brava/SC, alicerçado ao Art. 47 e seguintes do regimento interno da Câmara Municipal de Vereadores de Pescaria Brava/SC.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeadas as Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal do Município de Pescaria Brava/SC.

Art. 2º - A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, será composta pelos Vereadores(as) Rosilene faísca da silva (MDB), Miguel da Silva (MDB) e José Eraldo Francisco (PP).

Art. 3º - A Comissão de Finanças e Orçamento do Município, será composta pelos Vereadores Jairo Ronaldo Corrêa (MDB), Leandro Francisco (MDB) e Rinaldo Rodrigues (PSDB)

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pescaria Brava/SC, 05 de Janeiro de 2021.

JAISSON CASTRO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Pescaria Brava

ATO Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795365

ATO Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 35, INCISO XIV DO REGIMENTO INTERNO DESTA PÓDE,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a servidora MANUELA PINTER IZIDORO, CPF 059.234.239-52, para o cargo comissionado de ASSESSOR JURÍDICO, pertencente ao quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Pescaria Brava.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pescaria Brava/SC, 04 de Janeiro de 2021.

JAISSON CASTRO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Pescaria Brava

Petrolândia

PREFEITURA

2 AD CONTRATO 2 2019

Publicação N° 2796264

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 17/2018

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 01/2018

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 02/2019

2º Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, inscrita no CNPJ: 86.185.220/0006-67. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE RADIOLOGIA – RAIOS X E EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS. Data: 06/01/2021. Valor do Serviço: R\$ 5.500,00. Vigência: 30 dias. Petrolândia, 08 de janeiro de 2021. Ângela Adriana Krindges da Mota – Prefeita Municipal Interina.

Pinhalzinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796012

PORTARIA Nº 013 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º TRANSFERIR o Servidor Público Municipal MARCOS ALFREDO DEUFEL, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 022.009.219-26, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ADMINISTRACAO, lotado na Secretaria de Educação para atuar na mesma função na Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 04.01.2021.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 04 de janeiro de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Vice-prefeito

Registrada e Publicada em data supra.

Kelly de Fatima Kopcheski Feronato
Diretora do Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 014 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796020

PORTARIA Nº 014 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º TRANSFERIR a Servidora Pública Municipal NATANA ZUCCO KNORST, brasileira, inscrita no CPF sob o n. 083.120.999-21, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Educação para atuar na mesma função na Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 04.01.2021.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 04 de janeiro de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Vice-prefeito

Registrada e Publicada em data supra.

Kelly de Fatima Kopcheski Feronato
Diretora do Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 015 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796021

PORTARIA Nº 015 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º NOMEAR, o Servidor JOAO LUIZ SEVERO, brasileiro, inscrito no CPF n. 385.806.839-04, para ocupar o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR – CC 01, com dedicação integral, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 06.01.2021.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 06 de janeiro de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Vice-prefeito

Registrada e Publicada em data supra.

Kelly de Fatima Kopcheski Feronato

Diretora do Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 016 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796025

PORTARIA Nº 016 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º NOMEAR, a Servidora MAELI PRISCILA BRANDALISE, brasileira, inscrita no CPF n. 086.078.809-18, para ocupar o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE PROJETOS/PROGRAMAS – CC 02, com dedicação integral, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 06.01.2021.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 06 de janeiro de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Vice-prefeito

Registrada e Publicada em data supra.

Kelly de Fatima Kopcheski Feronato

Diretora do Setor de Recursos Humanos

Pinheiro Preto

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2021

Publicação Nº 2794942

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIA-RANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 95/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2020, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços futura FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, TIPO GASOLINA COMUM, GASOLINA ADITIVADA, ÓLEO DIESEL, ÓLEO S10, ARLA 32 E, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE / ITEM	UNID MEDIDA	COMBUSTÍVEL	VLR por litro R\$
LOTE 02	litro	Gasolina aditivada	R\$ 4,15

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: POSTO BOTTEGA EIRELI

CNPJ: 18.900.212/0001-90

Endereço: Rua Francisco Nardi, nº 142, Centro, Tangara SC

Responsável: Simone Bandeira Bottega

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Município de Pinheiro Preto
- Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
- Fundo de Assistência Social

5. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VALIDADE DA ATA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da

penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7.892/13.

9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 05 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	POSTO BOTTEGA EIRELI
GILBERTO CHIARANI	Representante
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04/2021

Publicação Nº 2795105

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GILBERTO CHIARANI, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de REGISTRO DE PREÇOS, PREGÃO ELETRONICO nº 93/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2020, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TROCA DE CARPETE DE DUAS CANCHAS DE BOCHA LOCALIZADAS NO COMPLEXO ESPORTIVO DÉLCIO BRESSAN, INCLUINDO A RETIRADA DO CARPETE DA BASE, ALINHAMENTO DO PISO, COLOCAÇÃO DE CARPETE NA AREA, LATERAIS E FUNDOS. INCLUI-SE DEMAIS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO conforme especificações

estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE / ITEM	SERVIÇO/MATERIAL	VALOR
LOTE 01	SERVIÇOS DE TROCA DE CARPETE DE DUAS CANCHAS DE BOCHA LOCALIZADAS NO COMPLEXO ESPORTIVO DÉLCIO BRESSAN, INCLUINDO A RETIRADA DO CARPETE DA BASE, ALINHAMENTO DO PISO, COLOCAÇÃO DE CARPETE NA ÁREA, LATERAIS E FUNDOS. INCLUI-SE DEMAIS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	R\$ 23.583,30

3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:

Empresa: CIDIMAR DA ROSA ME

CNPJ: 11.312.247/0001-60

Endereço: Rua da Paz, 43, Bairro São Cristóvão Fraiburgo SC

Responsável: Cidimar da Rosa

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- Município de Pinheiro Preto

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

6. VALIDADE DA ATA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

7. REVISÃO E CANCELAMENTO

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).
- 8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.
- 9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.
- 9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.
- 9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 06 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	CIDIMAR DA ROSA ME
GILBERTO CHIARANI	Representante
Prefeito Municipal	

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO Nº 5.378, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795192

DECRETO Nº 5.378, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO – SIMASPP

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.165 de 17 de novembro de 2020.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

60.01.08.244.0007.2.28.3.3.90.00.00.00.00.00

2028 – Manutenção da Assistência Médica a Segurados

Fonte de Recursos: 03.00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto de 2020, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, em 07 de janeiro de 2021.

GILBERTO CHIARANI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.379, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796131

DECRETO Nº 5.379, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA NOVO MEMBRO PARA COMPOR A COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 10 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.149, DE 14 DE JULHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO CHIARANI, prefeito municipal de Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a lei Municipal nº 2.149, de 14 de julho de 2020,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5283, de 04 de agosto de 2020,

CONSIDERANDO a saída da Sra Ivanete Bado da comissão,

CONSIDERANDO a indicação da Secretaria Municipal da Saúde e Bem-Estar Social,

DECRETA:

Art. 1º Altera membro da comissão responsável pela escolha dos contemplados na aquisição de lotes localizados no loteamento público "Bairro São José III", nomeando o seguinte membro:

[...]

VI – Um representante das agentes comunitárias de saúde:

a) Maria Joana Chelest.

[...]

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 5283/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de janeiro de 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL N. 01/2021

Publicação Nº 2795672

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 22/01/2021 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021, VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA, PEDRISCO E PÓ DE BRITA, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS PARA O ANO DE 2021.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 22/01/2021, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 07 DE JANEIRO DE 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA 33/2021

Publicação Nº 2795108

PORTARIA Nº 33, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 93/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

GILBERTO CHIARANI Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 093/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE SERVIÇOS DE TROCA DE CARPETE DE DUAS CANCHAS DE BOCHA LOCALIZADAS NO COMPLEXO ESPORTIVO DÉLCIO BRESSAN NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. CIDIMAR DA ROSA ME, inscrita no CNPJ /MF sob nº. 11.312.247/0001-60, o lote e respectivo valor: nº: Lote 01 valor total R\$ 23.583,30 (vinte e três mil quinhentos e oitenta e três reais e trinta centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE JANEIRO DE 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 044, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795164

PORTARIA Nº 044, DE 07 de janeiro DE 2021.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Marcos Cordeiro Moraes.

Gilberto Chiarani, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Marcos Cordeiro Moraes, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 01/08/2019 a 31/07/2020, cujo gozo se dará de 07/01/2021 a 26/01/2021, devendo retornar a suas atividades em 27/01/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de janeiro de 2021.

Centro Administrativo Municipal, 07 de janeiro de 2021.

Gilberto Chiarani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 36, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2794887

PORTARIA Nº 36, de 06 de janeiro de 2021.

EXONERA ivanete simionato bado do emprego público de agente comunitária de saúde.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 03 de janeiro de 2021, IVANETE SIMIONATO BADO, brasileira, inscrita no CPF sob nº. 585.077.609-53, do emprego público de "AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE", lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, o último dia trabalhado foi 03 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de janeiro de 2021.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de janeiro de 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 654, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795516

PORTARIA Nº 654, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020

DESIGNA FUNCIONÁRIO PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 67, da lei nº 8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços;

CONSIDERANDO a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público

RESOLVE:

Art. 1º Designar o funcionário José Aldair dos Santos ocupante do cargo de Operador de Retroescavadeira, para atuar como Fiscal do contrato Administrativo decorrente da Licitação 017/2020 modalidade Tomada de Preços.

Art. 2º Constituem atribuições do fiscal de contrato administrativo:

I – Conhecer o processo de contratação, bem como, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas, sanando qualquer dúvida com os demais setores responsáveis pela Administração e/ou com a Comissão Permanente de Licitações –CPL, para o fiel cumprimento do contrato, principalmente quanto:

- a) Ao objeto da contratação;
- b) A forma de execução;
- c) A forma de fornecimento de materiais, prazo de entrega, assistência técnica ou prestação de serviços;
- d) O cronograma de serviços;
- e) As obrigações da contratante e da contratada;
- f) As condições de pagamento;
- g) As atribuições da fiscalização;
- h) As sanções administrativas previstas no instrumento contratual.

II – Manter o processo de fiscalização em ordem cronológica, para arquivamento dos documentos relativos à execução, tais como: cópia do contrato e termos aditivos, se houver, relatórios de execução, cópias de correspondências enviadas e recebidas, inclusive e-mails, devendo-se juntar os documentos originais ao processo de contratação da empresa;

III – Conhecer a proposta comercial da contratada com todos os seus itens, condições e preços;

IV – Acompanhar, administrar e fiscalizar o contrato administrativo para o qual foi nomeado, proporcionando não só ao contratante como à contratada, todos os meios legais para o desempenho das atividades contratadas;

V – Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização dos materiais, equipamentos, contingente em quantidades suficientes para que seja mantida a qualidade dos mesmos;

VI – Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;

VII – Zelar pela fiel execução do contrato, sobretudo no que concerne à qualidade dos materiais utilizados e dos serviços prestados;

VIII – Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à autoridade competente, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros;

IX – Notificar a contratada, com o auxílio do Gestor de Contratos, quanto à ocorrência de qualquer fato que gere o descumprimento das cláusulas contratuais, juntando o respectivo documento ao processo de contratação da empresa ou profissional;

X – Sugerir à autoridade competente, aplicação de penalidades à contratada em face do inadimplemento das obrigações, de documento instruído para esse fim;

XI – Comunicar, formalmente, ao Gestor de Contratos, quando houver a necessidade de acréscimo ou supressão contratual, quando assim o contrato permitir, com a devida justificativa, de forma a subsidiar o cálculo, a existência de saldo e dotação orçamentária e demais

providências necessárias;

XII – Comunicar o Gestor de Contratos todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos atrasos, faltas ou defeitos eventualmente observados;

XIII – Solicitar, quando for o caso, a substituição dos serviços ou do bem adquirido, por inadequação ou vícios que apresentem;

Art. 4º Qualquer dúvida suscitada, com relação à contratação, deverá ser dirimida junto ao Gestor de Contratos e/ou Comissão Permanente de Licitações.

Art. 5º As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal de contrato deverão ser solicitadas ao Gestor de Contratos em tempo hábil para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 6º Toda comunicação realizada pelo fiscal deve ser feita por escrito, com comprovação do recebimento;

§ 1º As anotações que não forem oficialmente formalizadas (por escrito) impedem a aplicação de qualquer penalidade a que está sujeita a contratada, mesmo se tratando de um contrato cuja execução esteja ineficiente;

§ 2º Para que a fiscalização não seja caracterizada como omissa, todas as tratativas junto à contratada, deverão ser registradas, principalmente para as providências e recomendações que o fiscal tenha formulado;

Art. 7º Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – Os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – Arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – Exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “As built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) Comprovação das ligações de energia e água;

c) Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) Carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 8º O funcionário designado para fiscalização de contratos deverá ser capacitado e orientado para o desempenho de suas atribuições;

Art. 9º O fiscal deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE NOVEMBRO DE 2020

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA Nº 01 – 15ª LEGISLATURA (2021/2024)

Publicação Nº 2797076

Ata de Instalação da 15ª Legislatura (2021/2024), Posse aos Novos Integrantes do Poder Legislativo e Executivo, Eleição da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto para o Primeiro Biênio (2021/2022).

Ata nº 01 – 15ª Legislatura (2021/2024)

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas, nesta cidade de Pinheiro Preto- SC, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, situada, na Avenida Marechal Costa e Silva, 111, Centro, foi realizada a Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal, para Instalação da 15ª Legislatura, posse aos novos integrantes do Poder Legislativo e Executivo, eleição da Mesa Diretora e das Comissões Técnicas desta Casa. De acordo com o que determina o § 1º do Art. 12, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, presidiu a Sessão o Senhor Vereador Antoninho Waldir Bogoni, por ser o mais idoso dentre os vereadores eleitos, nas eleições Municipais realizadas em 15/11/2020. O Sr. Presidente “Ad hoc” frisou que estamos em meio a uma pandemia, e que deve ser seguido as normas de saúde, solicitou a todos que mantenham o distanciamento de um metro e meio entre um

e outro, utilizassem sua máscara de proteção e álcool gel. O Sr. Presidente "Ad hoc" declarou aberta a presente Sessão Solene de posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos para o mandato de 2021 a 2024. E, convidou a todos, para de pé ouvirem o Hino do Município. Em seguida, o Sr. Presidente, comunicou que todos os edis eleitos apresentaram o Diploma da Justiça Eleitoral e a documentação necessária, assim convidou o Sr. Vereador Odair Vailatti para tomar assento à Mesa, a fim de secretariar os trabalhos da Sessão solene, como determina o Art. 13 do Regimento Interno. Dando sequência aos trabalhos o Sr. Presidente "Ad hoc" proferiu o juramento, nos seguintes termos: "Prometo guardar a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do município de Pinheiro Preto, e as leis em geral, bem como a desempenhar fiel e lealmente o mandato de vereador que o povo me conferiu, promovendo o bem geral do município de Pinheiro Preto". Na sequência, o Sr. Presidente "Ad hoc" assinou o termo de posse. O Sr. Secretário "Ad Hoc" prestou seu compromisso, conforme determina o § 2º do Art. 13 do Regimento Interno, pronunciando "Assim o Prometo" e assinou o termo de posse. Dando sequência aos trabalhos, o Secretário "Ad Hoc" fez a chamada dos Srs. Vereadores em ordem alfabética, que prestaram juramento, um a um, nos seguintes termos: "Assim o Prometo". E, na sequência cada um assinou o termo de posse. Prestados os juramentos, o Sr. Presidente "Ad Hoc" declarou empossados os Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Pinheiro Preto, para exercerem o mandato de 01/01/2021 à 31/12/2024 e convidou os mesmos a tomarem assento à Mesa. Em seguida, o Sr. Presidente "Ad Hoc", convidou o Prefeito Municipal Gilberto Chiarani, o qual prestou seu juramento, nos seguintes termos: "Prometo guardar a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município de Pinheiro Preto, as leis em geral, e a desempenhar fiel e lealmente o mandato de prefeito que o povo me conferiu, promovendo o bem geral do Município de Pinheiro Preto". E, por fim, assinou o termo de posse. A seguir, o Sr. Presidente "Ad Hoc", convidou o Vice-Prefeito Sr Edson Rabuske, o qual também prestou o seu juramento nos seguintes termos: "Prometo guardar a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município de Pinheiro Preto, as leis em geral, e a desempenhar fiel e lealmente o mandato de Vice-Prefeito que o povo me conferiu, promovendo o bem geral do Município de Pinheiro Preto". E, por fim, assinou o termo de posse. O Sr. Presidente "Ad Hoc" declarou empossados o Prefeito Sr. Gilberto Chiarani e o Vice-Prefeito Sr. Edson Rabuske e os convidou para que tomassem assento à Mesa. Ato seguinte, concedeu tempo ao Prefeito e Vice-Prefeito Municipal para fazerem o discurso de posse, tendo se manifestado o Sr. Prefeito Municipal Gilberto Chiarani, que agradeceu a todos e reforçou o compromisso de trabalhar em prol do Município. O Sr. Vice Prefeito Edson Rabuske também se manifestou nos mesmos termos. Ainda o Padre Edimar, fez uma pequena bênção. O Sr. Presidente "Ad Hoc" nos termos do Art. 13, § 8º do Regimento Interno, declarou suspensos os trabalhos desta sessão por trinta minutos para promover a eleição da nova Mesa Diretora e informou ao Prefeito e Vice-Prefeito empossados que poderiam se retirar do recinto e se dirigir ao Executivo a fim de proceder a transmissão de cargos. Retomando os trabalhos, nos termos do Art. 15, do regimento Interno, havendo a maioria absoluta dos vereadores eleitos, o Sr. Presidente "Ad hoc" convidou o Secretario "Ad Hoc" para ler a composição das bancadas partidárias e dos blocos parlamentares. O Sr. Secretário "Ad hoc", disse que as bancadas partidárias, ficou assim representada PP – QUATRO VEREADORES; PSDB – DOIS VEREADOR; MDB – UM VEREADOR; PSL – UM VEREADOR e PSD – UM VEREADOR. Dando sequência a realização da eleição para Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário da MESA DIRETORA, para o primeiro biênio 2021/2022, o Sr. Presidente em exercício, solicitou aos Líderes Partidários que encaminhassem a Mesa para registro, o acordo de liderança ou as chapas completas, e aos candidatos avulsos o registro de seus nomes, sendo que foi apresentado acordo de liderança indicando chapa, e não houve candidatos inscritos avulsos. O Sr. Secretário "Ad Hoc" fez a leitura da chapa apresentada e do nome dos candidatos inscritos, que ficou assim: Chapa: PRESIDENTE: Edimilson Antonio Cardoso de Aguiar (PP), VICE-PRESIDENTE: Ademir Luiz Fontana (PSDB), 1º SECRETÁRIO: Odair Vailatti (MDB), 2º SECRETÁRIO: Cristiano Rabuske (PP). O Sr. Presidente "Ad Hoc" verificou a proporcionalidade dos partidos e dos blocos parlamentares, e solicitou que caso algum vereador ou líder partidário quisesse impugnar o registro da candidatura das chapas, e/ou os nomes avulsos se manifeste. Como não houve manifestação e estando de acordo com os termos regimentais, o Sr. Presidente "Ad Hoc" declarou empossados os eleitos para a MESA DIRETORA e convidou o Presidente Eleito para que tomasse assento junto a mesa, assumisse os trabalhos deste ponto em diante e, se quisesse, fizesse uso da palavra. O Presidente Eleito, cumprimentou a todos e ressaltou que irá procurar desempenhar um bom trabalho junto aos colegas eleitos para a Mesa Diretora. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente Eleito, procedeu a eleição das comissões técnicas, com observância ao disposto no Art. 19, do Regimento Interno. Disse que como foi apresentado acordo de lideranças também para as Comissões Técnicas, observo que está respeitada a proporcionalidade dos partidos e blocos partidários pediu para o secretário fazer a leitura dos nomes constantes do acordo. O Sr. Secretário Odair Vailatti fez a leitura dos nomes inscritos que ficou assim: COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO; Presidente: FELIPE DALL BOSCO (PP), Relator: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Membro: ODAIR JOSE WURLITZER (PSD). COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E CONTAS DO MUNICÍPIO; Presidente: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Relator: CRISTIANO RABUSKE (PP), Membro: ADEMIR LUIZ FONTANA (PSDB). COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; Presidente: CRISTIANO RABUSKE (PP), Relator: LORINEZ DENARDI CARDOSO (PSDB), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). COMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL; Presidente: ADEMIR LUIZ FONTANA (PSDB), Relator: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). COMISSÃO DE ECONOMIA, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMERCIO E ECOLOGIA; Presidente: ODAIR JOSE WURLITZER (PSD), Relator: FELIPE DALL BOSCO (PP), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). O Sr. Presidente Eleito solicitou que caso algum vereador ou líder partidário quisesse impugnar o registro da candidatura dos vereadores as comissões se manifestassem. Ato seguinte, o Sr. Presidente Eleito proclamou eleito para a COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO; Presidente: FELIPE DALL BOSCO (PP), Relator: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Membro: ODAIR JOSE WURLITZER (PSD). COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E CONTAS DO MUNICÍPIO; Presidente: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Relator: CRISTIANO RABUSKE (PP), Membro: ADEMIR LUIZ FONTANA (PSDB). COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; Presidente: CRISTIANO RABUSKE (PP), Relator: LORINEZ DENARDI CARDOSO (PSDB), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). COMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL; Presidente: ADEMIR LUIZ FONTANA (PSDB), Relator: ANTONINHO WALDIR BOGONI (PSL), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). COMISSÃO DE ECONOMIA, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMERCIO E ECOLOGIA; Presidente: ODAIR JOSE WURLITZER (PSD), Relator: FELIPE DALL BOSCO (PP), Membro: ANTONINHO MERGERT (PP). Dando encerramento a solenidade, o Sr. Presidente Eleito, nos termos do Art. 19, § 7º do Regimento Interno, convidou os Líderes de Partidos para se pronunciarem, caso quisessem, sendo que ninguém se manifestou. Não havendo nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente Eleito agradeceu a presença de todos e convocou os Senhores Vereadores e convidou os demais presentes a participarem da primeira sessão ordinária da 15ª legislatura a se realizar no dia 02 de fevereiro de 2021 as 19:30 horas. Por fim, declarou encerrada a presente sessão solene. Do que eu, Odair Vailatti, Secretário, determinei que fosse digitada a presente ata que será assinada por mim e pelos demais Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, empossados para a Gestão 2021/2024. pronunciamentos proferidos nesta Sessão Solene do Legislativo Municipal Pinheiropretense, bem como os documentos citados encontram-se gravados e arquivados na sua íntegra nesta Casa Legislativa.

Gilberto Chiarani Prefeito	Edson Rabuske Vice-Prefeito
Ademir Luiz Fontana Vereador	Felipe Dall Bosco Vereador
Antoninho Mergert Vereador	Lorinez Denardi Cardoso Vereador
Antoninho Waldir Bogoni Vereador	Odair Jose Wurlitzer Vereador
Cristiano Rabuske Vereador	Odair Vailatti Vereador
Edimilson Antonio Cardoso de Aguiar Vereador	

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA N° 014/2021

Publicação N° 2795007

PORTARIA N° N°014/2.021, de 05 de janeiro de 2021
Concede gratificação de função a servidor público municipal.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 10 da Lei Complementar n° 67/2015, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências.

CONCEDE

ALTAIR PERREIRA DUARTE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Alto Gramado s/nº, Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-2.148.857, inscrito no CPF sob o nº743.939.019-91, funcionário efetivo no exercício do cargo de Motorista, gratificação de função de 30% sobre seus vencimentos, para exercer concomitantemente com atividades do seu cargo efetivo a função de responsável pelo transporte escolar do município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 05 de janeiro de 2021

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 05 de janeiro de 2021

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 018/2021

Publicação N° 2795010

PORTARIA N°018/2021
NOMEIA PREFEITO MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELA FUNDAÇÃO DE CULTURA E EVENTOS DE PIRATUBA.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar n° 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida 18 de fevereiro, nº 1657, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº938177 e CPF sob o nº 437.462.509-78, Prefeito Municipal, para exercer concomitantemente a função de RESPONSÁVEL PELA FUNDAÇÃO DE CULTURA E EVENTOS DE PIRATUBA.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 05 de janeiro de 2021

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.
Em 05 de janeiro de 2021

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 019/2021

Publicação Nº 2795012

PORTARIA Nº 019/2021

Cede servidor público para Gerência Regional de Educação de Concórdia

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso VI do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e artigo 37 da Lei Complementar nº 67/2015, de 02 de janeiro de 2015 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências e considerando:

a) Conforme Lei Complementar nº 67/2015, de 02 de janeiro de 2015, que autoriza o Chefe do Poder competente estabelecido no art. 16 do estatuto Dos Servidores Públicos Do Município, que servidores municipais prestem com ou sem ônus, serviços a entidades de direito público ou filantrópicos e sem fins lucrativos, desde que esses serviços executados sejam do interesse da comunidade.

CEDE

JOSSEANE BENJAMINI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio Ko Freitag, nº345, na Cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/C-3.305.273, e CPF sob o nº 024.635.669-30, cargo de provimento efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da lei complementar nº 28/2007, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, sendo Professora 1ª a 4ª, lotada na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

O ônus da cedência será de responsabilidade de ente requisitante, conforme comunicação interna nº 10/2021, de 04 de janeiro de 2021. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2023. Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 05 de janeiro de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.
Em 05 de janeiro de 2021
Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDDL01_2021

Publicação N° 2796162

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°. 001/2021

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO 001/2021

LOCADOR: JOÃO BATISTA GIRARDELO.

VALOR MENSAL: R\$ 1.157,94 (mil cento e cinquenta e sete reais com noventa centavos).

Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL EM ALVENARIA MEDINDO 100M², LOCALIZADO NA AVENIDA JULIO CHIARELLO, CENTRO, PLANALTO ALEGRE, SOB LOTE URBANO N. 01 DA QUADRA 12, PERTENCENTE A MATRICULA N. 5839

VIGÊNCIA: 01/01/2021 a 31/12/2021

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações

PLANALTO ALEGRE, 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito Municipal.

EDDL02_2021

Publicação N° 2796193

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°. PM – 002/2021

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Edital: PM/DL – 002/2021.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° PM-02/2021

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

VALOR: 4.851,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta e um reais).

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

VIGÊNCIA: 01/01/2021 a 31/12/2021

O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site: www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações.

PLANALTO ALEGRE, 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito Municipal.

EDDL03_2021

Publicação N° 2796194

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº DL/PM – 03/2021

Fundamento: Lei 8.666/93 Art . 24 VIII - Para aquisição por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior a vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Contrato: Contrato Administrativo nº 03/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

Objeto: O PRESENTE INSTRUMENTO DE CONTRATO TEM COMO OBJETIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PELA CONTRATADA PARA CONTRATANTE, CONTENDO AS AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

Valor Total: 32.054,29 (Trinta e dois mil cinquenta e quatro reais com vinte e nove centavos).

Vigência: 02/01/2021 a 31/12/2021.

Planalto Alegre- SC em 07 de Janeiro 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito

EDDL04_2021

Publicação Nº 2796197

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Processo Administrativo nº DL/PM-04/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE – APACO.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA PARA ATENDIMENTO NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE/SC.

Fundamento Legal: Lei 13.019/14, art. 31, inciso II

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

A) Lei Municipal nº 552/2010.

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência: 01/01/2021 a 31/12/2021.

Planalto Alegre- SC em 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE

Prefeito

PORTARIA 025/2021

Publicação Nº 2797214

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 025/2021

CONCEDE LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GIOVANI JOSÉ MINUZZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 76 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença por motivo de doença ao Servidor Público Municipal GIOVANI JOSÉ MINUZZI, ocupante do cargo de Contador, lotado (a) na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do dia 06/01/2021 a 04/07/2021, conforme atestado médico apresentado.

Paragrafo Único. De conformidade com o atestado médico o servidor ficará em benefício do INSS a partir do dia 21/01/2021.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 026/2021

Publicação Nº 2797217

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 026/2021

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SENHORA MARI LUI MORASWIKI DE CHAVES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido a (s) Servidora (es) Pública (s) Municipal Senhora MARI LUCI MORAWSKI DE CHAVES, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada (s) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 05 de Janeiro de 2021 conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 027/2021

Publicação Nº 2797220

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
PORTARIA Nº 027/2021

DESIGNA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL JORGE LUIZ AGNE PARA DESEMPENHAR INTERINAMENTE SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI DALLACORTTE, Prefeito de Planalto alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal Sr. Jorge Luiz Agne, ocupante do cargo de Motorista na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, para desempenhar interinamente suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 1º de Janeiro de 2021.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 07 de Janeiro de 2021.

SADI DALLACORTTE
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 003/2021

Publicação N° 2795248

PORTARIA N° 003/2021

CONSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PLANALTO ALEGRE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, publica e promulga a seguinte PORTARIA:

Art. 1º Fica instituída a comissão de licitação da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre, composta por dois membros titulares, diante do pequeno número de funcionários da Câmara e respectivas qualificações, conforme disposto na Lei nº 8.666/93, para dar procedência legal aos processos licitatórios, a partir desta data, conforme segue:

Presidente: Daniela Bet – lotada no cargo de contadora, provimento efetivo;

Membro: Camila dos Santos Bê – lotada no cargo de Assessor da Presidência e Legislativo, cargo em comissão.

Art. 2º. Para condução dos trabalhos de pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, ficam designados os seguintes membros:

Pregoeira: Daniela Bet;

Membro: Camila dos Santos Bê

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, 07 de Janeiro de 2021.

Paulo Rohrbek

Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto Alegre

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

CREENCIAMENTO 01/2021 - FMS

Publicação Nº 2795883

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2021. F.M.S.

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa, na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO, 243 Centro, inscrita no CNPJ 95.991.287/0001-75, representada neste ato pelo seu Gestor, e em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Comunica que está procedendo ao Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, interessadas na prestação de serviços de assistência à saúde de forma complementar do Sistema Único de Saúde no município (artigo 24, da Lei nº 8.080/90).

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Sessão	Fisioterapia	R\$ 35,00
02	Exames	Laboratório de análises	Tabela SUS + 50%
03	Consulta	Pediatra	R\$ 82,00
04	Consulta	Neuropsiquiatra	R\$ 198,00
05	Consulta+exame	Cardiologista + eletrocardiograma	R\$ 180,00
06	Consulta	Ortopedia	R\$ 170,00
07	Consulta	Medicina Vascular	R\$ 210,00
08	Consulta	Oftalmologista	R\$ 210,00
09	Consulta	Anestesista	R\$ 210,00
10	Consulta	Nefrologista	R\$ 100,00
11	Consulta	Cirurgião geral	R\$ 100,00
12	Consulta	Otorrinolaringologia	R\$ 184,00
13	Consulta	Ginecologia e obstetrícia (Procedimentos: biopsia R\$ 210,00 retirada de ponto R\$ 70,00; retirada de pólipos R\$ 140,00; cauterização R\$ 280,00; DIU R\$ 280,00)	R\$ 98,00
14	Exame	Endoscopia	R\$ 300,00
15	Exame	Retosigmoidoscopia	R\$ 320,00
16	Exame	Colposcopia	R\$ 150,00
17	Exame	Ultrassom	R\$ 70,00
18	Exame	Ecocardiograma	R\$ 300,00
19	Consulta	Gastrologista	R\$ 250,00

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 08h30min às 12h00min e 13h00min às 17h00min - site www.pmpan.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpan.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 07/01/2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

CREENCIAMENTO 02/2021 - FMS

Publicação Nº 2795889

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2021. F.M.S.

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa, na RUA JOÃO DA SILVA CALOMENO, 243 Centro, inscrita no CNPJ 95.991.287/0001-75, representada neste ato pelo seu Gestor, e em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Comunica que está procedendo ao Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, interessadas na prestação de serviços de assistência à saúde de forma complementar do Sistema Único de Saúde no município (artigo 24, da Lei nº 8.080/90). As contratações são destinadas a atender necessidade temporária e excepcional relacionada à emergência em saúde e calamidade pública decorrente da COVID-19.

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR
01	Hora Trabalhada	Médico para atuar no centro de triagem e orientação de doenças respiratórias e sintomas gripais. Todos os dias da Semana. (Regime de Plantão) das 09:00 às 17h	R\$ 200,00 Hora
02	Exames	Laboratório de análises – PCR para COVID 19 por pessoa Coleta material biológico para COVID-19	R\$ 200,00 R\$ 10,00
03	Exame		R\$ 190,00

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 08h30min às 12h00mm e 13h00min às 17h00mm - site www.pmpan.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpan.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 07/01/2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

EXTRATO PP 01/2021 - FMAS

Publicação Nº 2795874

PROCESSO LICITATÓRIO 1/2021 – F.M.A.S.
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2020 – F.M.A.S.

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 135/2020 de 11 de Julho de 2020, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 21/01/2021 às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA MANUTENÇÃO DE PROGRAMA ASSISTENCIAL CONFORME A LEI Nº. 705/2007 DE 29/03/2007 E DEMAIS ALTERAÇÕES

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ponte Alta do Norte, até o horário limite de 09h00min do dia 21/01/2021.
O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 21/01/2021

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 08h30min às 12h00mm e 13h00min às 17h00mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 07/01/2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

EXTRATO PP 10/2021 - FMS

Publicação Nº 2796029

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2021

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 131/2020 de 09 de Julho de 2020, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 22/01/2021 às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, DE A á Z CONSTANTES DA TABELA ABC FARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ponte Alta do Norte, até o horário limite de 09h30min do dia 22/01/2021.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 22/01/2021

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 07/01/2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA-020-2021- DIR LEONILDO

Publicação Nº 2795129

PORTARIA N.º 020/2021
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARI ALVES WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art.1º Fica nomeado o servidor LEONILDO JONAS PASQUALLI GUI SOLPHI, matrícula nº 530, no cargo em comissão de Diretor de Administração e Planejamento, a contar de 04 de janeiro de 2021, em conformidade LC Nº 035/2010, percebendo os valores do cargo comissionado, afastando-se do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, ficando suspenso a contagem de tempo para efeitos de direitos a progressão funcional, do cargo de provimento efetivo, que reinicia com seu retorno.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 07 de janeiro de 2021.

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos sete dias do mês de janeiro do ano de 2021, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Porto Belo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020 - PMPB**

Publicação Nº 2795694

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão 002/2021 - Pregão Eletrônico - Nº 002/2021 - PMPB

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de lembranças personalizadas para homenagens a serem realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, lotado no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Data e local de entrega da sessão eletrônica: Às 09h00min do dia 20/01/2021, no site www.portaldecompraspublicas.com.brO edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações, no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248

Porto Belo, 08 de Janeiro de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2017 - PMPB

Publicação Nº 2795037

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 035/2017 - PMPB - 7º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação Serviços de assessoria e apoio técnico nas rotinas diárias e mensais do departamento de Recursos Humanos, contando com a capacitação dos usuários dos sistemas da prefeitura, fundos e fundações que envolve o departamento de RH (folha de pagamento, ponto, RAIS, DIRF, SEFIP e Esfinge UG, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA

CNPJ: 08.640.413/0001-42

SÓCIOS: RODRIGO FIGUEIRA PAIM

VALOR: R\$ 26.412,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e doze reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 03 meses

VIGÊNCIA: 18/09/2020 à 20/12/2020

DATA DA ASSINATURA: 18/09/2020

Porto Belo, 18 de setembro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2017 - PMPB

Publicação Nº 2795039

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 035/2017 - PMPB - 8º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação Serviços de assessoria e apoio técnico nas rotinas diárias e mensais do departamento de Recursos Humanos, contando com a capacitação dos usuários dos sistemas da prefeitura, fundos e fundações que envolve o departamento de RH (folha de pagamento, ponto, RAIS, DIRF, SEFIP e Esfinge UG, conforme Termo de Referência Anexo I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO LTDA

CNPJ: 08.640.413/0001-42

SÓCIOS: RODRIGO FIGUEIRA PAIM

VALOR: R\$ 26.412,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e doze reais)

VALIDADE DO CONTRATO: 03 meses

VIGÊNCIA: 20/12/2020 à 20/03/2021

DATA DA ASSINATURA: 18/12/2020

Porto Belo, 18 de dezembro de 2020.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.096/2021

Publicação Nº 2797063

DECRETO Nº 1.096 de 04 de janeiro de 2021.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA RAFAEL SAMPAIO SANTOS, para o cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Administrativo, Compras e Financeiro da Saúde, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Revoga o Decreto nº 920, de 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de janeiro de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1.097/2021

Publicação Nº 2797064

DECRETO Nº 1.097, de 04 de janeiro de 2021.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ALCIONÍ TEREZINHA GRABOWSKI CALIKOSKI, para o cargo de Provimento em Comissão de Chefe Administrativo da Saúde, Símbolo CH, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 04 de janeiro de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 001/2021

Publicação Nº 2795185

PORTARIA Nº 01/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Guido Woeltje Junior do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo DS-3, do Quadro Funcional da

Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação.

Porto União - SC, 07 de janeiro de 2021.

Gildo Luiz Masselai
Presidente da Câmara Municipal de Porto União

PORTARIA Nº 02/2021

Publicação Nº 2795187

PORTARIA Nº 02/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Antonio Irany de Paula do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo DS-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação.

Porto União - SC, 07 de janeiro de 2021.

Gildo Luiz Masselai
Presidente da Câmara Municipal de Porto União

PORTARIA Nº 03/2021

Publicação Nº 2795189

PORTARIA Nº 03/2021

O Presidente da Câmara Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas que lhes são conferidas pelo artigo 39, inciso XXIX do Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Patrícia Naiara dos Santos do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, Símbolo DS-3, do Quadro Funcional da Câmara de Vereadores de Porto União.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação.

Porto União - SC, 07 de janeiro de 2021.

Gildo Luiz Masselai
Presidente da Câmara Municipal de Porto União

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO N° 002/2021 DE 06/01/2021 - ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO N° 108/2020 DE 17/08/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2794956

DECRETO N° 002/2021 de 06/01/2021

Altera membro da Comissão de acompanhamento dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Pouso Redondo, nomeada através do Decreto n° 108/2020 de 17/08/2020, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Altera o inciso III, do artigo 1º, do Decreto n° 108/2020, passando a assim vigorar:

III – Pablo da Cunha.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 06 de janeiro de 2021.

OSCAR GUTZ Prefeito Municipal

PORTARIA 335/2020

Publicação N° 2796416

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 335/2020 DE 30/11/2020

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora GISELI APARECIDA TRENTINI, lotado nesta Prefeitura, no período de 30/11/2020 à 14/12/2020, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de novembro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 336/2020

Publicação N° 2796468

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 336/2020 DE 30/11/2020

Revoga a Portaria N° 302/2020 e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica revogada a partir de 30/11/2020 a Portaria N° 302/2020 de 23/09/2020, do Servidor de matrícula 506042 que autoriza o exercício de suas funções em home office.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de novembro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 337/2020

Publicação N° 2796493

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 337/2020 DE 30/11/2020

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar a Servidora GLEISI GRACIELLI DOS SANTOS, na data de 30/11/2020, ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO ADJUNTO DE GABIENTE, do Grupo Ocupacional 01 – Gabinete do Prefeito, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de novembro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 338/2020

Publicação N° 2796512

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

PORTARIA N° 338/2020 DE 30/11/2020

Exonera Servidor e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Exonerar o Servidor THIAGO ESSER, na data de 30/11/2020, ocupante do cargo em comissão de ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E OBRAS, do Grupo Ocupacional 03 – Departamento de Planejamento, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de novembro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 001/2021**

Publicação Nº 2795046

PORTARIA N.º 001/2021 DE 05.01.2021

NOMEIA " JACKSON MACIEL DE MORAES " PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO NESTA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ PROVIDÊNCIAS.

RICARDO RAFAEL PATERNO, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo e a Lei Complementar nº 002/2012 de 13/03/12...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, " JACKSON MACIEL DE MORAES ", a partir desta data, para exercer a função de Chefe de Gabinete – Cargo Comissionado – nível 24 na Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 002/2012, de 13/03/12.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2021.

RICARDO RAFAEL PATERNO
Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

PORTARIA 002/2021

Publicação Nº 2795049

PORTARIA N.º 002/2021 DE 05.01.2021

NOMEIA "JANINI DE SOUZA " PARA OCUPAR A FUNÇÃO ASSESSORA DE GABINETE NESTA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ PROVIDÊNCIAS.

RICARDO RAFAEL PATERNO, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo e a Lei Complementar nº 002/2012 de 13/03/12...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, " JANINI DE SOUZA ", a partir desta data, para exercer a função de Assessora de Gabinete – Cargo Comissionado – nível 20 - 35 horas semanais - na Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 002/2012, de 13/03/12, e alterada pela Lei Complementar nº 003/2015 de 21.07.15.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de Janeiro de 2021.

RICARDO RAFAEL PATERNO
Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

PORTARIA 003/2021

Publicação Nº 2795051

PORTARIA N.º 003/2021 DE 05.01.2021

NOMEIA "CARLA VERDI " PARA OCUPAR A FUNÇÃO ASSESSORA DE GABINETE NESTA CÂMARA DE VEREADORES E DÁ PROVIDÊNCIAS.

RICARDO RAFAEL PATERNO, Presidente da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pouso Redondo e a Lei Complementar nº 002/2012 de 13/03/12...

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, " CARLA VERDI ", a partir desta data, para exercer a função de Assessora de Gabinete – Cargo Comissionado – nível 13 - 20 horas semanais - na Câmara de Vereadores de Pouso Redondo, de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 002/2012, de 13/03/12, e alterada pela Lei Complementar nº 003/2015 de 21.07.15.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de janeiro de 2021.

RICARDO RAFAEL PATERNO
Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI
Diretor de Secretaria

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 08/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2794882

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2021

CONTRATO Nº 08/2021

CONTRATADA: LIA JUSSARA DA SILVA PIONER

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, SITUADO NA RUA DONA MARIA JOSÉ, 200, CENTRO, PRAIA GRANDE/SC PARA 2021.

DO VALOR: R\$ 9.000,00

DA VIGENCIA: 04/01/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE - SC, 04 DE JANEIRO DE 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 008/2021

Publicação Nº 2795408

DECRETO Nº 008/2021

Altera a Tabela XII da Lei nº 642, de 15 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO, Prefeito Municipal de Praia Grande, no uso das atribuições que lhes confere o art. 83, VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 370 da Lei nº 642, de 15 de dezembro de 1993, (Código Tributário Municipal), que dispõe que a base de cálculo da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (Coleta de Lixo), é o custo do serviço, utilizado ou colocado à disposição do contribuinte, e será calculada em função da frequência em que é realizado,

CONSIDERANDO o disposto no art. 414, parágrafo único, da Lei nº 642, de 15 de dezembro de 1993, (Código Tributário Municipal), que dispõe que as tabelas que integram a presente Lei, são atualizadas por ato do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que a referida Taxa, desde a edição do Código Tributário, no ano de 1993, não sofreu atualização para adequação ao custo do serviço, de conformidade com o art. nº 370 do referido Código, salvo as atualizações monetárias do Unidade Fiscal Municipal,

CONSIDERANDO que o valor lançado anualmente da presente Taxa representa, aproximadamente, 10% do custo do serviço prestado pelo Município,

DECRETA:

Art. 1º A Tabela XII da Lei nº 642, de 15 de dezembro de 1993, (Código Tributário Municipal), passa a vigorar conforme Tabela anexa a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 7 de janeiro de 2021.

Praia Grande/SC, 07 de janeiro de 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

FILIPE MORAES LIMA

Secretário de Administração e Finanças

TABELA XI I

VALORES PARA A TAXA DE COLETA DE RESIDUOS SOLIDOS

(Art. 370, da Lei nº 642/1993 – CTM)

Imóveis residenciais 0,40% UFM por passada

Demais 0,80%UFM/por passada

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO

Publicação Nº 2795171

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 001/2021

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.420.153/0001-37, com sede na Rua Frei Protásio, s/nº, na cidade de Praia Grande/SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, para o período de 10/01/2021 à 31/12/2021, que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil - OSC no valor de R\$ 360.000,00 conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o terceiro setor, em destaque com a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - SC, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - SC, tem por finalidade manter e gerir o único hospital da cidade, o Hospital Nossa Senhora de Fátima; Atualmente atende uma média de 1.000 atendimentos mês; possui contratualização junto ao Sistema Único de Saúde, e mantém Pronto Atendimento 24h/dia, com atendimentos de Urgência/Emergência, atendimentos ambulatoriais, internações clínicas, psiquiátricas e cirúrgicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, fundamentado no art. 30, VI, do mesmo Diploma Legal.

Praia Grande, 07 de janeiro de 2021.

Elisandro Pereira Machado

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2021 PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2021

Publicação N° 2795813

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2021

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 21 (vinte e um) de janeiro de 2021, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível, "gasolina comum, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10", a serem entregues diretamente nos tanques de depósito de combustíveis municipal, para atender a frota de veículos das Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e do Fundo de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, no exercício de 2021, em regime de entrega parcelada. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 07 DE JANEIRO DE 2021.

Tarcílio Secco
Prefeito Municipal

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 004/2021

Publicação Nº 2796120

DECRETO Nº. 004/2021

NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 80, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Presidente Getúlio, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021, os servidores a seguir relacionados:

- Ivanir Gonçalves – CPF nº. 754.033.159-34;
- Ivanete Hammes – CPF nº. 003.263.880-95;
- Heliane Helena Malicheschi Avi – CPF nº. 586.739.039-04.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 005/2021

Publicação Nº 2796051

DECRETO Nº. 005/2021

DISPÕE SOBRE O RECADASTRAMENTO MUNICIPAL DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUE MENCIONA E HOMOLOGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE PERMISSIONÁRIO DE PONTO DE TAXI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que para o cumprimento do desiderato inscrito na Constituição Federal, a Lei n. 8.987/1995 e a Lei Municipal nº. 1.042/1984, que regulamentou a permissão de serviço público;

CONSIDERANDO que a regularização cadastral de que trata este Decreto realizar-se-á através do permissionário titular, de conformidade com o Termo de Renúncia e Declaração anexas ao presente;

CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 9º. da Lei Ordinária nº. 1.042/1984 e o advento da Lei Federal,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologada a alteração do cadastro de permissão de serviço público concedido na forma precária e não contratual de nº. 720 observado o expresse termo do permissionário, cujo objetivo é administrar e controlar o fornecimento dos serviços públicos, a cargo do Município, aos usuários.

Art. 2º. A emissão ou renovação ou transferência da permissão, alvará, declarações e certidões, pelo Setor de Tributação e Cadastro, estão sujeitos ao pagamento de taxas de expediente, fixadas pela Municipalidade.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta das dotações específicas de Orçamento próprio.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 05 DE JANEIRO DE 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 264/2020

Publicação Nº 2796114

DECRETO Nº. 264/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar destinação de recursos e suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 14252 – Auxílio Financeiro da UNIÃO, no valor de R\$ 76.427,95 (setenta e seis mil, quatrocentos e vinte sete reais e noventa e cinco centavos):

ÓRGÃO	03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
FUNÇÃO	11	Trabalho
SUBFUNÇÃO	331	Proteção e Benefício do Trabalhador
PROGRAMA	020	Gerência Administrativa e Financeira Geral
ATIVIDADE	2006	Contribuição ao PASEP
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	14252	Auxílio Financeiro da UNIÃO 76.427,95
TOTAL		76.427,95

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 265/2020

Publicação Nº 2796109

DECRETO Nº. 265/2020

CRIA DESTINAÇÃO DE RECURSOS E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.300/19, de 03 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e suplementar, por conta do excesso de arrecadação, sob a codificação 14203 – Defesa Civil – Ações de Resposta, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
PROGRAMA	070	Transporte e Obras
ATIVIDADE	2023	Manutenção da Secretaria de Obras e Serv. Urbanos
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	14203	Defesa Civil – Ações de Resposta 30.000,00
TOTAL		30.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO – CONTRATO Nº 1/2021

Publicação Nº 2795234

EXTRATO - CONTRATO Nº 1/2021

Partes: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E A LR COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ 10.459.491/0001-97

Objeto: Aquisição de veículo médio para Secretaria de Assistência Social

Processo Administrativo Nº 151/2020

Prazo: vigência até o dia 31 de dezembro de 2021

Preço: R\$ 72.600,00 (setenta e dois mil e seiscentos reais)

Data de Assinatura: 7 de janeiro de 2021

PORTARIA Nº. 007/2021

Publicação Nº 2794996

PORTARIA Nº 007/2021

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais Prefeitura municipal de presidente Getúlio/SC, de conformidade com o Inciso V, do Artigo 80, da Lei Orgânica Municipal, de 1º de junho de 1990, resolve, APROVAR:

A ESCALA DE FÉRIAS COLETIVAS, a serem gozadas, conforme segue, datas e denominações específicas, abaixo, na respectiva Secretaria da Educação Cultura e Desporto - SECULDE:

Férias entre 04/01/2021 e 31/01/2021 (28 dias)

ANDRESSA HANCK

BRUNA MARINHEIRO DE ALCANTARA

CHIRLES VERIDIANA RATH

DAIANI PEDROSO

FABIANA SARDAGNA

FERNANDA DE ANDRADE

JANAINA ZIMMERMANN

JOICE MARIA LOOS

JOICE SEMIANO

KARINA VISSOVATI

NADIA SUELI DOS SANTOS KRENKEL

SCHEILA SCHROEDER DAGOSTIN

SIMONI BARTH

TAMI CRISTINA FARIA MAKIYAMA

Férias entre 04/01/2021 e 14/01/2021 (11 dias)

SUELI STEUCK

Presidente Getúlio/SC em, 05 de janeiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 05 DE JANEIRO DE 2021

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 008/2021

Publicação Nº 2795260

PORTARIA Nº 008/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO DEFENSOR AD HOC.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 4º da Lei Complementar Municipal nº 2.414, de 24 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor ALEXANDRE VELAME MIRANDA DA SILVA, para atuar como defensor ad hoc nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº, de 515/2020, de conformidade com o previsto no parágrafo 3º do artigo 56, LCM 2.414/2019.

Prefeitura Municipal – SC., 07 de janeiro de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 07 DE JANEIRO DE 2021.
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 009/2021

Publicação Nº 2795288

PORTARIA Nº 009/2021

DESIGNA LOCAL DE EXERCÍCIO DE SERVIDOR MUNICIPAL

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 10, Parágrafo da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, combinado com o artigo 9º da Lei Complementar nº 2.289 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

DESIGNAR:

A partir do dia 04 de janeiro de 2021, TANIA MARA GOEBEL DA ROCHA, Auxiliar Administrativo, Nível 30, Classe E do Quadro de Pessoal de Provisão Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, para o exercício de suas funções junto a Centro Administrativo, subordinada Secretaria de Saúde - SESA, com a carga horária de 35 horas semanais de trabalho.

Presidente Getúlio/SC em, 07 de janeiro de 2021

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO. 07 DE JANEIRO DE 2021
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2021 - FMS

Publicação Nº 2796007

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO PARA OS POSTOS DE SAÚDE DO CENTRO E NITERÓI, EM RAZÃO DE DANIFICAÇÕES OCACIONADAS PELA ENXURRADA

CNPJ: 07.816.261/0001-23

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso VI do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 261/2020.

VENCEDOR: PG INFORMÁTICA LTDA.

VALOR: R\$ 1.680,00 (trinta e três mil duzentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 13/01/2021

Presidente Getúlio, SC, em 07 de janeiro de 2021
IARA POSSAMAI – Secretária de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2020

Publicação Nº 2795167

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 45/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/2020

OBJETO: LOCAÇÃO DE CAMINHÃO HIDROJATO DE ALTA PRESSÃO PARA LIMPEZA DE TUBULAÇÕES E VIAS URBANAS

CNPJ: 31.393.071/0001-25

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso VI do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 261/2020.

VENCEDORES: ALTO VALE HIDRO-JATEAMENTO E TRATAMENTO EIRELI

VALOR: R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais)

VIGÊNCIA: 29/01/2021

Presidente Getúlio, SC, em 07 de janeiro de 2021
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2020

Publicação Nº 2796795

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL P/NORMAL Nº. 79/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2020

AVISO DE REVOGAÇÃO – EM RAZÃO DO INTERESSE PÚBLICO, POR MOTIVO DE COVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 38, DA LEI DE LICITAÇÕES.

AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA UNIDADES EDUCACIONAIS. Informações: Departamento de Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade ou no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 07 de janeiro de 2021.
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2020

Publicação Nº 2796792

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL P/NORMAL Nº. 05/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2020

AVISO DE REVOGAÇÃO – EM RAZÃO DO INTERESSE PÚBLICO, POR MOTIVO DE COVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 38, DA LEI DE LICITAÇÕES.

AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS PARA UNIDADES DA REDE DE ENSINO. Informações: Departamento de Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade ou no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 07 de janeiro de 2021.
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Publicação Nº 2797091

EDITAL Pregão Presencial Nº 01 /2021 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO

A pregoeira do Município de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 85/2021 de 05/01/2021 torna público aos interessados, que através do Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 01/2021, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. Constitui objeto do presente certame: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 01/02/2021.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) prefeitura municipal de Presidente Nereu sala de licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 01/02/2021 às 09:15:00 horas.

1.3 JUSTIFICATIVA

Tendo como justificativa a necessidade de contratação temporária de Médico veterinário para atendimento em todo território municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de contratar um profissional até a realização de um processo seletivo, ou concurso público havendo vacância do cargo.

CONSIDERANDO que o município tem sua base na agricultura e pecuária, e sempre teve este serviço prestado pelo município à toda municipalidade.

CONSIDERANDO que o município não possui clínica veterinária e tão pouco veterinária autônomo para atender a demanda.

CONSIDERANDO o dever de atendimento dos interesses da população agrícola, visando as necessidades dos animais da agropecuária municipal.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2021.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 01/02/2021 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio, quando se tratar de empresa.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição) se for o caso.**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas e físicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as pessoas Jurídicas e Físicas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ ou CPF da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2021 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

5.1.6 Conter no lado de fora dos envelopes ou no envelope de proposta o anexo VI.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

PESSOAS JURÍDICAS:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA, com a certificação do EPROC.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela junta do Estado.

6.1.14 Declaração de possuir em seu quadro de funcionários profissional para realização dos serviços objeto deste edital, com a comprovação de vínculo.

6.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

PESSOA JURÍDICA

6.2.1 Comprovação de que a empresa possui profissional habilitado para os serviços devidamente registrados no Conselho Regional competente.

6.2.2 Comprovação de registro e regularidade no conselho regional competente do responsável técnico;

PESSOA FÍSICA:

- 6.3.1 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.3.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.3.4 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO VII;
- 6.3.5 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO IX;
- 6.3.6 Certidão de negativa de INSOLVENCIA FINANCEIRA, com a certificação do EPROC.

6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 Comprovação de registro e regularidade no conselho regional competente do responsável técnico;

6.5 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.6 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.7 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.8 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.9 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.10 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.11 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.12 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E OU PESSOA FÍSICA:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida

Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as

licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item "7"** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório formulará o contrato entre as partes com os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DA CONTRATAÇÃO

12.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do

contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
11.01 – 2015 – 33903401 – 0100000	

XIV - DO PAGAMENTO:

14.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

14.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XV - DO REAJUSTE:

15.1. O objeto licitado não poderá sofrer revisão reajustes.

XVI - DAS PENALIDADES:

16.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVII - DA RESCISÃO

17.1. A rescisão do presente poderá ser:

17.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

17.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

17.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

17.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1. A empresa vencedora obriga-se a:

18.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.3 Executar os objetos licitados, **conforme contratação**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após assinatura do contrato através de ordem de

serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

18.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

18.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

18.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

18.1.7 Será recusado o serviço, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam de acordo com o contratado sob pena de multa e ou rescisão contratual;

18.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte para execução do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

18.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

18.1.10 O vencedor deverá prestar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência, no posto de Saúde do município de Presidente Nereu.

XIX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

19.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

19.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

19.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente quando da realização de processo seletivo ou concurso público na vacância do cargo.

XXII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.5.1 Adiada a abertura da licitação;

22.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

22.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexo no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexo no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexo no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexo no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexo no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexo no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexo no lado interno do**

envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

22.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

22.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 07 de janeiro de 2021.

CELSO AUGUSTO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL N°/20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

**DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°
...../20... E SEUS ANEXOS.**

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua estrada geral bandeira, s/nº neste município, inscrito no CPF 607.000.509-06 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente.

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$
#.#0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até 31/12/2020

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 04 (quatro) meses, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente

contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a) **Executar os objetos licitados**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação a assinatura do contrato através de ordem de serviço, no posto de saúde de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de

condições.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Municipal Prefeito Assinaturas fornecedores

Testemunhas:

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	04	mês	Serviços de Médico veterinário a ser prestado em todo território do município de Presidente Nereu, em uma carga horaria de 35 horas semanais.	4.444,56	17.778,24

O profissional a ser contrato deverá prestar os serviços na seguinte forma:

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 35 horas

ATRIBUIÇÕES:

- * Planejar e desenvolver campanhas e serviços de fomento e assistência técnica, relacionados com a pecuária e saúde pública animal, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento dos recursos orçamentários existentes, para favorecer a sanidade e a produtividade do rebanho;
- * Elaborar e executar projetos agropecuários, prestando assessoramento, assistência e orientação e fazendo o acompanhamento desses projetos, para garantir a produção racional e lucrativa dos alimentos;
- * Fazer profilaxia diagnóstica e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais;
- * Realizar exames laboratoriais, colhendo material e/ou procedendo a análise anatomopatológica, histopatológica, hematológica e imunológica, para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica;
- * Promover o melhoramento genético procedendo à inseminação artificial, orientando a seleção das espécies mais convenientes a cada região e a cada finalidade para assegurar o rendimento da exploração pecuária;
- * Desenvolver e executar programas de nutrição animal, formulando e balanceando rações, para baixar o índice de conversão alimentar, prevenir doenças carenciais e aumentar a produtividade;
- * Efetuar o controle sanitário do produto animal, destinado ao consumo, realizando os exames clínicos anatomopatológicos ante e post mortem, para proteger a saúde individual e coletiva da população;
- * Promover a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como de sua qualidade, determinado visita *in loco*, para fazer cumprir a legislação pertinente;
- * Orientar quanto ao preparo tecnológico dos alimentos de origem animal, elaborando executando projetos de maior lucratividade e melhor qualidade dos alimentos;
- * Desenvolver programas de pesca e piscicultura, orientando sobre a captura de peixes conservação e industrialização dos mesmos, para incrementar a exploração econômica;

- * Procede ao controle de zoonoses, efetivando levantamentos de dados, avaliação epidemiológica;
- * Elaboração de programas, execução supervisão e pesquisa para possibilitar a profilaxia dessas doenças;
- * Prestar assistência técnica aos produtores rurais do Município;
- * Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
- * Planejar e executar as políticas locais de incentivo e desenvolvimento pecuário;
- * Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega** menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL N°./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL N° .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial n°./20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL N°. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

PROPOSTA COMERCIAL

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____

BAIRRO: _____

CEP: _____

CIDADE: _____ UF: _____

FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta visando a contratação temporária Serviços de Médico veterinário a ser prestado em todo território do município de Presidente Nereu, em uma carga horaria de 40 horas semanais em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. .../20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	04	mês	Serviços de Médico veterinário a ser prestado em todo território do município de Presidente Nereu, em uma carga horaria de 35 horas semanais.		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

Princesa

PREFEITURA

CONTRATO 01/2021 CONDER AMBIENTAL

Publicação N° 2795173

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 01/2021
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION
Valor : 22.373,28 (vinte e dois mil trezentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 08/01/2021 Término: 31/12/2021
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 1/2021
Recursos : Dotação: 2.090.3.1.71.00.00.00.00.00 (149),
2.090.3.3.71.00.00.00.00.00 (150), 2.090.4.4.71.00.00.00.00.00 (151)
Objeto : Contrato de Rateio das despesas do programa Gestão Ambiental no Município de Princesa/SC, conforme LEI N° 1009, de 22 de agosto de 2019.
Princesa, 7 de Janeiro de 2021

CONTRATO 02/2020 GENTE SEGURADORA

Publicação N° 2797176

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 02/2021
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
Contratada...: GENTE SEGURADORA S/A
Valor : 1.983,86 (um mil novecentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos)
Vigência : Início: 08/01/2021 Término: 07/01/2022
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 54/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (104)
Objeto : Contratação de apólices de seguro para veículos da Secretaria de Educação e do Fundo Municipal de Saúde de Princesa, com vigência de 01 ano.
Princesa, 8 de Janeiro de 2021

CONTRATO 03/2021 MAPFRE SEGUROS

Publicação N° 2797187

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 03/2021
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinq-enta reais)
Vigência : Início: 08/01/2021 Término: 07/01/2022
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 54/2020
Recursos : Dotação: 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (104)
Objeto : Contratação de apólices de seguro para veículos da Secretaria de Educação e do Fundo Municipal de Saúde de Princesa, com vigência de 01 ano.
Princesa, 8 de Janeiro de 2021

DECRETO Nº 775 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795114

DECRETO Nº. 775, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"TRANSFERE PATRIMÔNIO ENTRE SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a grande demanda de serviços na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a necessidade do veículo, para atendimento eficaz dos trabalhos relativos ao departamento;

CONSIDERANDO, que a Secretaria supracitada, manifestou interesse em responsabilizar-se pelo veículo;

CONSIDERANDO, que o veículo está sendo utilizado pela Secretaria de Saúde, mas que a frota restante, atende à demanda da secretaria.

DECRETA:

Art. 1º. Fica TRANSFERIDO MEDIANTE CESSÃO da Secretaria de Saúde à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a qual passará a responder pelo uso e manutenção, o VEÍCULO COBALT LTZ 1.8, cor branca, placa MFU9232, ano 2013/2014, chassi 9BGJC69ZOEB132912, RENAVAL 995715319, motor CPA039129, cadastrado no Patrimônio do Município sob nº 3639.

Art. 2º. Providenciem-se as alterações com averbações necessárias no Patrimônio e na Contabilidade do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigência da data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 02 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 07 de Janeiro de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.

Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2795114.

Data da Publicação: 08 de janeiro de 2021

Edineia Inês Wille

DECRETO Nº 776 DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795111

DECRETO Nº. 776, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"TRANSFERE PATRIMÔNIO ENTRE SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a grande demanda de serviços na Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo e a necessidade do veículo, para atendimento eficaz dos trabalhos relativos ao departamento;

CONSIDERANDO, que a Secretaria supracitada, manifestou interesse em responsabilizar-se pelo veículo;

CONSIDERANDO, que o veículo está sendo utilizado pela Secretaria de Saúde, mas que a frota restante, atende à demanda da secretaria.

DECRETA:

Art. 1º. Fica TRANSFERIDO MEDIANTE CESSÃO da Secretaria de Saúde à Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo, a qual passará a responder pelo uso e manutenção, o VEÍCULO FIAT DUCATO, cor branca, placa MML4095, ano 2014, chassi 93W245H34E2134301, RENAVAL 1011595980, cadastrado no Patrimônio do Município sob nº 3791.

Art. 2º. Providenciem-se as alterações com averbações necessárias no Patrimônio e na Contabilidade do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigência da data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 02 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,
em 07 de Janeiro de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.

Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2795111.

Data da Publicação: 08 de janeiro de 2021

Edineia Inês Wille

PROCESSO LICITATÓRIO 02.2021-PM - DISPENSA 01.2021 - CONDER - GESTÃO AMBIENTAL

Publicação Nº 2794985

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM

OBJETO

Contrato de Rateio das despesas de implantação do programa Gestão Ambiental no Município de Princesa/SC, conforme LEI Nº 1009, de 22 de agosto de 2019.

JUSTIFICATIVA

A contratação tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção do Programa de "Gestão Ambiental" que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de PRINCESA/SC.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER criou o programa "GESTÃO AMBIENTAL" que tem como objeto a gestão associada dos serviços públicos de licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial dos municípios consorciados.

A criação do Programa de "Gestão Ambiental" no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER veio ao encontro dos anseios dos prefeitos dos municípios consorciados e da própria população desses municípios que reiteradamente manifestam seus descontentamentos com a grande demora na análise e liberação de projetos junto ao órgão estadual de licenciamento ambiental – IMA que, por muitas vezes, posterga ou mesmo impossibilita a realização de atividades de impacto ambiental geradoras de renda e desenvolvimento local.

Nesse sentido, através da Gestão Ambiental associada entre município e consórcio busca-se promover a habilitação dos municípios junto ao CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente de Santa Catarina permitindo que estes órgãos públicos realizem os encaminhamentos necessários com vista a análise e liberação de atividades ambientais de impacto local no afã de prestar um serviço mais célere e eficiente aos usuários, contribuir para o progresso e desenvolvimento dos municípios consorciados através da implantação de novas atividades e/ou empreendimentos, além de possibilitar que os municípios consorciados recebam os valores pertinentes as taxas e tarifas relacionados ao programa.

Nesse sentido, justifica-se esta dispensa para que o Município de PRINCESA possa efetuar as transferências de recursos financeiros necessários à manutenção do Programa "Gestão Ambiental" pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral Ordinária do consórcio.

Princesa, 04 de janeiro de 2021.
Eldor Barth
Secretário Municipal de Agricultura
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no inciso XXVI, do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Princesa, 04 de janeiro de 2021.
Eldor Barth
Secretário Municipal de Agricultura
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor é o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste.

A razão da escolha recaiu sobre o Consorcio Público em comento, com o propósito de desenvolver ações e soluções para o desenvolvimento do Municípios consorciados, por meio de diversos Programas de livre adesão. A adesão a seus serviços, gratuitos ou não, objetivam contribuir e aprimorar a gestão municipal nos mais diversos setores. O município de Princesa é consorciado podendo contratar e aderir aos Programas aprovados em Assembleia.

Considerando que o CONDER é órgão público, portanto sem fins lucrativos, não existe competição entre possíveis interessados, sendo desnecessária a pesquisa de preço para o serviço objeto do contrato. Diante das considerações, solicitamos deferimento.

Os valores foram definidos em Assembleia, realizada em 14/07/2020 e registrado sob ata nº 003/2020, o valor de R\$ 1.200,00 (mil duzentos reais), acrescido de R\$ 0,20 (zero vinte centavos) habitante/município - dados ano base IGBE/2020 - aplicando sobre este o indexador de reajuste do IPCA aprovado em assembleia em 01/12/2020, sendo este o acumulado de Dezembro de 2019 à Novembro de 2020 que foi de (4,31%).

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Repasse de recursos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER - com o objetivo de rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de "Gestão Ambiental" que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de PRINCESA/SC	12	meses	1.864,44	22.373,28
Total				22.373,28

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 04 de janeiro de 2021.

Eldor Barth
Secretário Municipal de Agricultura

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler
Presidente

Luciane M. T. da Silveira
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, objetivando o "Contrato de Rateio das despesas de implantação do programa Gestão Ambiental no Município de Princesa/SC, conforme LEI Nº 1009, de 22 de agosto de 2019", conforme segue:

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Repasse de recursos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER - com o objetivo de rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de "Gestão Ambiental" que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de PRINCESA/SC	12	meses	1.864,44	22.373,28
Total				22.373,28

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Princesa, 04 de janeiro de 2021.

Eldor Barth
Secretário Municipal de Agricultura

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler
Presidente

Luciane M. T. da Silveira
Membro

Alessandra dos Santos
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso XXVI, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2021-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2021-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 04 de janeiro de 2021.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

PROCESSO LICITATÓRIO 03.2021-PM - DISPENSA 02.2021 - CONDER

Publicação Nº 2797163

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM

OBJETO

Contrato de rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

JUSTIFICATIVA

Esta Dispensa de Licitação é pelo fato que o Município de Princesa/SC está autorizado por meio da Lei Municipal nº 878, de 24 de maio de 2017 a ingressar no Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, que oportuniza a adoção de esforços em conjunto com outros municípios para atender finalidades públicas. Entre elas destaca-se a promoção da saúde pública, o atendimento as necessidades básicas como o fornecimento de água potável, a promoção do uso racional dos recursos hídricos e o fomento ao desenvolvimento econômico, finalidades que embasam o Município de Princesa a aderir ao Consórcio e desenvolver atividades que são metas deste.

Objetiva-se a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções e 1ª Alteração Contratual.

Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

- Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.
- Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.
- Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.
- Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

Demais objetivos do Consórcio encontram-se expressos na Segunda Alteração Contratual do Consórcio Público de 13 de junho de 2019, em anexo a esta dispensa.

Ante, o exposto, conclui-se pela efetivação do Contrato de Rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Princesa, 04 de janeiro de 2021.
Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no inciso XXVI, do artigo 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É dispensável a licitação:

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

Princesa, 04 de janeiro de 2021.
Luciane M. T. da Silveira
Chefe de Gabinete
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O fornecedor é o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, centro, município de São Miguel do Oeste.

A razão da escolha recaiu sobre o Consorcio Público em comento, com o propósito de desenvolver ações e soluções para o desenvolvimento do Municípios consorciados, por meio de diversos Programas de livre adesão. A adesão a seus serviços, gratuitos ou não, objetivam contribuir e aprimorar a gestão municipal nos mais diversos setores. O município de Princesa é consorciado podendo contratar e aderir aos Programas aprovados em Assembleia.

Considerando que o CONDER é órgão público, portanto sem fins lucrativos, não existe competição entre possíveis interessados, sendo desnecessária a pesquisa de preço para o serviço objeto do contrato.

Os valores foram definidos em Assembleia, realizada em 14/07/2020 e registrado sob ata nº 003/2020, o valor de R\$ 650.00 (seiscentos e cinquenta reais), acrescido de R\$ 0,03 (zero três centavos) habitante/município - dados ano base IGBE/2020 - aplicando sobre este o indexador de reajuste do IPCA aprovado em assembleia em 01/12/2020, sendo este o acumulado de Dezembro de 2019 à Novembro de 2020 que foi de (4,31%).

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
<p>Repasse de recursos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, com objetivo de ratear despesas entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.</p> <p>Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:</p> <p>a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.</p> <p>b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.</p> <p>c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.</p> <p>d) Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.</p>	12	meses	769,92	9.239,04
Total				9.239,04

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

<p>Princesa, 04 de janeiro de 2021.</p> <p>Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete</p> <p>COMISSÃO DE LICITAÇÃO</p> <p>Michele C. Kunzler Presidente</p> <p>Simone Pinheiro Membro</p> <p>Alessandra dos Santos Membro</p>		
--	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, objetivando o "repasse de recursos para o rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05", conforme segue:

Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
<p>Repasse de recursos ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, com objetivo de ratear despesas entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.</p> <p>Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:</p> <p>a) Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.</p> <p>b) Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.</p> <p>c) Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.</p> <p>d) Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.</p>	12	meses	769,92	9.239,04
Total				9.239,04

Para custear as despesas decorrentes desta dispensa de licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

<p>Princesa, 04 de janeiro de 2021.</p> <p>Luciane M. T. da Silveira Chefe de Gabinete</p> <p>COMISSÃO DE LICITAÇÃO</p> <p>Michele C. Kunzler Presidente</p> <p>Simone Pinheiro Membro</p> <p>Alessandra dos Santos Membro</p>	
--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso XXVI, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2021-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 02/2021-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 04 de janeiro de 2021.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 02.2021-PM, DL 02.2021-PM - CONDER AMBIENTAL

Publicação Nº 2794994

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 2/2021 b) Licitação Nr.: 1 /2021-DL c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços d) Data Homologação: 04/01/2021

e) Data da Adjudicação: 04/01/2021 Sequência: 0

f) Objeto da Licitação Contrato de Rateio das despesas do programa Gestão Ambiental no Município de Princesa/SC, conforme LEI Nº 1009, de 22 de agosto de 2019.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 009132 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION	1	0,0000	22.373,28

1 22.373,28

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.090.3.1.71.00.00.00.00.00 (149), 2.090.3.3.71.00.00.00.00.00 (150), 2.090.4.4.71.00.00.00.00.00 (151)

Princesa, 4 de Janeiro de 2021. -----

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL 03.2021-PM, DL 03.2021-PM - CONDER

Publicação Nº 2797168

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:	3/2021 2 /2021-DL Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
--	---

d) Data Homologação: 04/01/2021

e) Data da Adjudicação: Sequência: 0

f) Objeto da Licitação Contrato de Rateio das despesas do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

(em Reais R\$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 009132 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION	1	0,0000	9.239,04

1 9.239,04

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.093.3.1.71.00.00.00.00.00 (19), 2.093.3.3.71.00.00.00.00.00 (20), 2.093.4.4.71.00.00.00.00.00 (22)

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 442/2020 – DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2795930

DECRETO Nº. 442/2020 – DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE QUILOMBO NO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Quilombo para o ano de 2020 no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de novembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	07
Unidade	FDO MUN.DE SAÚDE DE QUILOMBO	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa	GESTÃO DE SAÚDE MUNICIPAL/REGIONAL	0017
Ação	MÉDIA ALTA COMPEX/TETO/FMS	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
()	Aplicação Direta – 3.3.90	0.3.38 – Transf.do SUS-União
Valor Total R\$:		110.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2019 de recurso vinculado.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 31 de dezembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA
TC/CRC/SC 15.171/0/1
Registrada e Publicado
Em ____/____/20____.
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos
Funcionário Designado

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01-2021

Publicação Nº 2796364

PORTARIA Nº 01/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SENHOR EDISON SOUZA NUNES, NO PODER LEGISLATIVO.

KAUANA VAILON, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e Regimentais, em especial as que lhe são conferidas pelo Art. 38, inciso XXX do Regimento Interno, e de acordo com a Lei Complementar nº 114/2015, de 01 de abril de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor EDISON SOUZA NUNES, no quadro único de pessoal – Anexo II – Cargos em Comissão, no quadro permanente de Pessoal, conforme Lei Complementar nº 114/2015, como segue:

LOTAÇÃO: Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo

ÓRGÃO: SECRETARIA ADMINISTRATIVA
CATEGORIA FUNCIONAL: ASSESSOR JURÍDICO
NÍVEL: CC 4 – CARGO EM COMISSÃO
CODIGO DA CATEGORIA: 05.02
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta do orçamento municipal vigente e próprio da Câmara.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Quilombo,
Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2021.

KAUANA VAILON
Presidente

Registrada e Publicada em data supra.

Jovino Cambri
Funcionário designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 01-2021 CHAMAMENTO Nº 01-2021

Publicação Nº 2795797

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO - AVISO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2021 CHAMAMENTO Nº. 01/2021

O MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO/SC TORNA PÚBLICO EDITAL PARA CADASTRO DE FORNECEDORES PARA OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC POSSIBILITARÁ, AO INTERESSADO, A PARTICIPAÇÃO EM TODAS AS LICITAÇÕES REALIZADAS PELO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO E SEUS FUNDOS OU PARA CONTRATAÇÃO DIRETA, GUARDADA A CONFORMIDADE DO OBJETO LICITADO COM O RAMO DE ATIVIDADE DA EMPRESA CADASTRADA. ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Os interessados em se inscrever e/ou renovar o Registro Cadastral junto ao Setor de Licitações, deverão encaminhar a documentação para a Comissão Permanente de Licitações, localizada à Praça Leonardo Sell, nº 40 – Centro – Rancho Queimado – CEP 88470-000, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00 às 12:00min e 13h30 às 17h00, conforme o Edital. INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do telefone: (48) 3275-3100, solicitar por e-mail licitacoes@ranchoqueimado.sc.gov.br e/ou retirar do edital através da página do município www.ranchoqueimado.sc.gov.br. Rancho Queimado, 07 de janeiro de 2021. Cleci Aparecida Veronezi –Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02-2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 01-2021

Publicação Nº 2795798

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2021 - TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2021 - Objeto: Faz se necessário à abertura de Processo de Licitação para a contratação de Empresa especializada em obras e serviços de engenharia cujo objeto é a CONSTRUÇÃO DO MURO DE GABIÃO LOCALIZADO NA RUA DONA OTÍLIA SCHAPPO BUNN – CENTRO DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO/SC, em conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº 01/2021, seus anexos e os projetos, cujos recursos são Próprios. Tipo de Licitação: Menor Preço. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Regime de Execução: Empreitada Por Preço Global. Tipo de Execução: Indireta. Horário final de apresentação dos envelopes: 09h00min do dia 26/01/2021. Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Obras. REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações. ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09h30min horas do dia 26 de janeiro de 2021, no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Rancho Queimado. INFORMAÇÕES: O edital e seus anexos poderão ser obtidos através da página online do município www.ranchoqueimado.sc.gov.br e/ou e-mail: licitacoes@ranchoqueimado.sc.gov.br. Rancho Queimado, 07 de janeiro de 2021. Cleci Aparecida Veronezi –Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

049 PORTARIA Nº 049 NOMEIA ADRIANO PEREIRA PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Publicação Nº 2794930

Portaria nº. 049, de 07 de janeiro de 2021.

“Nomeia Adriano Pereira para exercer o cargo Comissionado de Chefe do Departamento de Recursos Humanos”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a lei 1.755 de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor ADRIANO PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Recursos Humanos, nível CC-10, anexo I – Quadro geral de cargos comissionados, lei nº 1.755 de 17 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 07 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

050 PORTARIA Nº 050 NOMEIA SIDNEI FLORENCIO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Publicação Nº 2794932

Portaria nº. 050, de 07 de janeiro de 2021.

“Nomeia SIDNEI FLORENCIO para exercer o cargo de Secretária de Transportes, obras e serviços públicos”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a lei 1.755 de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Senhor SIDNEI FLORENCIO, portador do CPF nº 038.555.099-56 para exercer o cargo de Secretário de Transportes, obras e serviços públicos, nível CC-2, anexo I – Quadro geral de cargos comissionados, lei nº 1.755 de 17 de junho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 07 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

052 PORTARIA Nº 052 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDOR CARLOS EDUARDO BELETTI

Publicação Nº 2796261

Portaria nº. 52, de 07 de Janeiro de 2021.

“Dispõe sobre a exoneração do Servidor CARLOS EDUARDO BELETTI”.

vidal balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido o servidor CARLOS EDUARDO BELETTI, matrícula 33952, nomeado pela portaria 263/2013, admitido para exercer o cargo efetivo de Motorista, 40 horas semanais, grupo III, nível 1-207-A-02, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 05 de Janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretaria de Administração e Finanças

053 PORTARIA Nº 053 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDOR ELENA SCHMIDT CORDEIRO

Publicação Nº 2796292

Portaria nº. 53, de 07 de janeiro de 2021.

“Dispõe sobre a exoneração da Servidora ELENA SCHMIDT CORDEIRO”.

vidal balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor ELENA SCHMIDT CORDEIRO, matrícula 33345, contratado em caráter temporário, pela portaria 136/2019, para exercer o cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO E SAÚDE DA FAMÍLIA, nível VIII, com carga horaria de 40(quarenta) horas semanais, conforme Anexo I – Quadro Geral de cargos de provimento efetivo, Anexo III, da lei 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 051 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2795795

Portaria nº. 051, de 07 de janeiro de 2021.

“Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores municipais da Secretaria de Educação”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidas férias aos servidores da Secretaria de Educação, conforme segue:

NOME	MATRICULA	PERÍODO DE GOZO		PERÍODO AQUISITIVO	
ACY KEINER	100	04/01/2021	23/01/2021	02/01/2020	01/01/2021
ADENILDE AMARAL NOVAK	32914	04/01/2021	02/02/2021	02/11/2019	01/11/2020
ÁDILA CONINK	33509	04/01/2021	23/01/2021	18/12/2019	17/12/2020

ADRIANA VAVASSORI	34083	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
ALEXSANDRA DE BAIROS	33859	04/01/2021	02/02/2021	01/03/2019	29/02/2020
AMILTO SALVADOR	4600	04/01/2021	20/01/2021	03/04/2019	02/04/2020
ANA LUCIA BACK SCHORNER	33807	04/01/2021	02/02/2021	02/09/2019	01/09/2020
ANA LUCIA BACK SCHORNER	33807	04/01/2021	02/02/2021	20/12/2019	19/12/2020
ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI	13003	04/01/2021	02/02/2021	18/12/2017	17/12/2018
ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI	13003	03/02/2021	04/03/2021	18/12/2018	17/12/2019
ANDRÉA GIOVANA LEITE ANDREANI	13003	05/03/2021	03/04/2021	18/12/2019	17/12/2020
ANISIA KALESKI	33710	04/01/2021	02/02/2021	20/12/2019	19/12/2020
CLAUDIA CRISTINA DA SILVA ANDRADE	34348	04/01/2021	02/02/2021	06/03/2019	05/03/2020
CLAUDIA REGINA LOBO MERISIO	33333	04/01/2021	02/02/2021	06/06/2019	05/06/2020
DAIANE EMMERT SOARES BECKER	34162	04/01/2021	02/02/2021	06/03/2019	05/03/2020
DIONEIA CARDOUZO	34189	04/01/2021	02/02/2021	10/02/2019	09/02/2020
EDMUNDO SEIDE	4200	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
EDSON BALAK	33798	04/01/2021	02/02/2021	26/08/2019	25/08/2020
ELIZANGELA NOVAK	34025	04/01/2021	02/02/2021	04/02/2019	03/02/2020
EMILIANE LISS	34206	04/01/2021	02/02/2021	04/02/2020	03/02/2021
ERONITE WEISS	34089	04/01/2021	18/01/2021	02/01/2020	01/01/2021
EVA CORBANI LONGEN	32907	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
GISELI HACKBARTH RIBEIRO	34240	04/01/2021	02/02/2021	10/02/2019	09/02/2020
ILDA KALESKI DEMATTE	34232	04/01/2021	02/02/2021	26/02/2018	25/02/2019
ILDA KALESKI DEMATTE	34232	03/02/2021	04/03/2021	26/02/2019	25/02/2020
ISONETE DA ROSA	33682	04/01/2021	02/02/2021	17/05/2019	16/05/2020
JIOVANA LENZI BENINCA	33432	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
JOSE AILTON OLIVEIRA	34364	04/01/2021	02/02/2021	04/11/2019	03/11/2020
JOVITA SAVICKI WOLLINGER	34293	04/01/2021	02/02/2021	14/02/2019	13/02/2020
JUCENIRA LEITE DE SOUZA	33877	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
LUCIA APARECIDA ISRAEL	34244	04/01/2021	02/02/2021	06/03/2019	05/03/2020
LUCIANA KALESKI	33748	04/01/2021	02/02/2021	20/12/2019	19/12/2020
LUCINEIDE LEITE	34090	04/01/2021	02/02/2021	02/09/2019	01/09/2020
LUZIA DA SILVA ALBANO	34239	04/01/2021	02/02/2021	15/02/2019	14/02/2020
MARCIA REGINA MORATELLI	33913	04/01/2021	02/02/2021	14/02/2020	13/02/2021
NEIVA KUCHLLER CARARA	34246	04/01/2021	02/02/2021	04/02/2019	03/02/2020
NIRACI ALVES WOLLINGER WAJSZCZYK	33655	04/01/2021	02/02/2021	23/02/2019	22/02/2020
PATRICIA GEICI NOVAK PALHANO	33398	04/01/2021	02/02/2021	01/10/2019	30/09/2020
PEDRO ORLANDO MUNIZ	33002	04/01/2021	18/01/2021	01/01/2020	31/12/2020
ROSILEI DE FÁTIMA SOUZA	7300	04/01/2021	23/01/2021	02/01/2020	01/01/2021

SAMARA FERNANDA SGARIA KUSTER	34243	04/01/2021	02/02/2021	04/02/2019	03/02/2020
SAMARA HONORATO MEES	34029	04/01/2021	02/02/2021	04/02/2019	03/02/2020
SANDRA SADLOWSKI	33427	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
VERONI ALVES	33522	04/01/2021	02/02/2021	02/01/2020	01/01/2021
VILSON AGOSTINI	10700	04/01/2021	23/01/2021	04/11/2019	03/11/2021
VIVIANE PINHEIRO	34328	04/01/2021	02/02/2021	08/04/2019	07/04/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de janeiro de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO
Portaria registrada e publicada
em 08/01/2021
DOM – Diário Oficial dos Municípios

PREGÃO PRESENCIAL NR 01/2021 COMBUSTIVEL

Publicação Nº 2796543

PROCESSO LICITATORIO NR 02/2021

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL NR 01/2021

A Prefeitura Municipal de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de gasolina comum, óleo diesel S-500 e óleo diesel S-10 aditivado, que será utilizado para frota municipal durante 12 meses. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes de documentos e propostas para dia 21 de janeiro de 2021, até as 09h00min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 09h05min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo – SC. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Maiores informações poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico eliane@riodocampo.sc.gov.br.

Rio do Campo, 07 de janeiro de 2021. Vidal Balak – Prefeito Municipal

Rio do Oeste

PREFEITURA

LEI_COMPLEMENTAR_069_2021_REGULARIZACAO_EDIFICACOES

Publicação Nº 2795212



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 - Fone 47-3543.0261

Home page: www.riodooste.sc.gov.brE-mail: pmro@riodooste.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 69, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a regularização de edificações residenciais, comerciais, institucionais e industriais e dá outras providências.

O **PREFEITO DE RIO DO OESTE SC**, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e ele sancionou a seguinte Lei

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, responsável pela aplicação e cumprimento das Leis Complementares Nº 063/2019 e 743/1992, as quais tratam das normas relativas às edificações no Município de Rio do Oeste SC, fica autorizado a celebrar termo de compromisso de ajustamento de conduta, com pessoas físicas e jurídicas, responsáveis pela construção, ampliação e/ou reformas que tenham sido executadas em desacordo com as referidas Leis Complementares.

Art. 2º O termo de compromisso de ajustamento de conduta a que se refere o artigo 1º destina-se a permitir a regularização de edificações desde que obedecidos os critérios estipulados nesta Lei, bem como na legislação estadual e federal, no que couber.

§ 1º O Poder Executivo, através das Secretarias de Serviços Urbanos e da Administração e Fazenda, convencionará, para cada caso de regularização, medidas compensatórias e/ou de adequação da edificação.

§ 2º Não são passíveis de regularização, as edificações que tenham sido executadas:

I - em áreas de risco e alagadiças;

II - em áreas de preservação permanente;

III - em áreas "non aedificandi" (não edificáveis);

IV - dentro das faixas de domínio das rodovias federais e estaduais.

Art. 3º São passíveis de enquadramento nesta Lei, todas as edificações que tenham condições mínimas de uso, segurança, higiene, estabilidade e habitabilidade, comprovadamente conforme laudo técnico, e que tenham sido construídas de modo irreversível quanto à estrutura e adequação espacial.

§ 1º Entende-se por habitabilidade a condição da edificação de ser utilizada, devendo a mesma apresentar conforto termo-acústico, ventilação, ausência total de umidade, iluminação natural (ou mecânica com eficácia devidamente comprovada) e estabilidade estrutural.



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista
CEP 89180-000 - Fone 47-3543.0261
Home page: www.riodooeste.sc.gov.br
E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

§ 2º São consideradas condições irreversíveis aquelas em que não é possível alterar a estrutura sem prejudicar a estabilidade, devendo as eventuais alterações não comprometerem a habitabilidade da edificação.

Art. 4º Os pedidos de regularização contemplados por esta Lei Complementar deverão ser encaminhados para análise até o dia 31/12/2021.

§ 1º Toda e qualquer edificação que tiver iniciada sua execução após a vigência dessa lei não poderá ser contemplada com o benefício nela estabelecido.

§ 2º Na análise do projeto de regularização, a Prefeitura Municipal se resguarda o direito de exigir obras de adequação, para dar condições de estabilidade, acessibilidade, segurança, higiene e salubridade da edificação, independentemente do pagamento das medidas compensatórias.

§ 3º O prazo de análise e conclusão do processo de regularização, de acordo com as normas do artigo 6º, é de 20 (vinte) dias úteis, salvo motivo justificado que retarde o cumprimento desse prazo.

Art. 5º São medidas compensatórias para a regularização de edificações, o pagamento aos cofres públicos de valor correspondente à área ocupada pela edificação em desconformidade com a legislação vigente.

§ 1º O cálculo do valor estabelecido como medida compensatória será baseado no Custo Unitário Básico (CUB) da Construção Civil, estabelecido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Santa Catarina (SINDUSCON SC), e deverá obedecer aos índices da tabela abaixo, que poderão ser cumulativas conforme a infração cometida:

TABELA DE VALORES PARA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES	
EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS	
Padrão de acabamento	Valor da Compensação
Baixo	Área acrescida (m²) X 0,05 CUB para: Aumento do potencial construtivo com acréscimo na Taxa de Ocupação (T.O.), índice de Aproveitamento (I.A.) e Gabarito (GAB.);
	Área invadida (m²) X 0,05 CUB para: ocupação de recuo frontal e/ou afastamentos laterais e fundos;
	Área de estacionamento: 0,50 CUB por vaga de estacionamento suprimida ou reduzida;
	10% CUB para o resultado da altura excedente multiplicada pela extensão da parede cega em m², para: altura de parede cega acima do limite



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 - Fone 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

	<p>permitido;</p> <p>0,50 CUB para: demais irregularidades.</p>
Médio	<p>Área acrescida (m²) X 0,07 CUB para: Aumento do potencial construtivo com acréscimo na Taxa de Ocupação (T.O.), Índice de Aproveitamento (I.A.) e Gabarito (GAB.);</p> <p>Área invadida (m²) X 0,10 CUB para: ocupação de recuo frontal e/ou afastamentos laterais e fundos;</p> <p>Área de estacionamento: 0,70 CUB por vaga de estacionamento suprimida ou reduzida;</p> <p>15% CUB para o resultado altura excedente multiplicada pela extensão da parede cega em m², para: altura de parede cega acima do limite permitido;</p> <p>0,70 CUB para: demais irregularidades.</p>
Alto ou multifamiliar	<p>Área acrescida (m²) X 0,10 CUB para: Aumento do potencial construtivo com acréscimo na Taxa de Ocupação (T.O.), Índice de Aproveitamento (I.A.) e Gabarito (GAB.);</p> <p>Área invadida (m²) X 0,20 CUB para: ocupação de recuo frontal e/ou afastamentos laterais e fundos;</p> <p>Área de estacionamento: 1,0 CUB por vaga de estacionamento suprimida ou reduzida;</p> <p>0,30 CUB para o resultado da altura excedente multiplicada pela extensão da parede cega em m², para: altura de parede cega acima do limite permitido;</p> <p>01 CUB para: demais irregularidades.</p>
EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E INDUSTRIAL	
Único	<p>Área acrescida (m²) X 0,10 CUB para: Aumento do potencial construtivo com acréscimo na Taxa de Ocupação (T.O.), Índice de Aproveitamento (I.A.) e Gabarito (GAB.);</p> <p>Área invadida (m²) X 0,20 CUB para: ocupação de recuo frontal e/ou afastamentos laterais e fundos;</p> <p>Área de estacionamento: 1,0 (um) CUB por vaga de estacionamento suprimida ou reduzida;</p> <p>Área de estacionamento para caminhões ou ônibus: 1,0 (dois) CUB por vaga de estacionamento suprimida ou reduzida;</p>



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 - Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 - Fone 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

0,30 CUB para o resultado da altura excedente multiplicada pela extensão da parede cega em m ² , para: altura de parede cega acima do limite permitido;
--

1,50 CUB para: demais irregularidades.
--

§ 2º Englobando o somatório de todas as irregularidades apontadas em uma edificação, os valores de compensação de que trata a tabela do parágrafo anterior, obedecerão o teto máximo de:

I - 1,5 CUB para edificações residenciais padrão baixo;

II - 2,5 CUB para edificações residenciais padrão médio;

III - 3,5 CUB para edificações residenciais padrão alto ou multifamiliar;

IV - 4,0 CUB para edificações comerciais, de prestação de serviços e industrial.

§ 3º O valor apurado poderá ser pago em até 12 (doze) parcelas consecutivas, com vencimento mensal, devidamente atualizado pela Unidade Fiscal Municipal (UFM), observando-se os seguintes critérios:

I- para contribuinte pessoa jurídica, não poderá a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 100 (cem) UFM's, e desde que o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 300 (trezentas) UFM's;

II- para o contribuinte pessoa física, não poderá a parcela resultante do parcelamento ser inferior a 30 (trinta) UFM's e desde que o valor mínimo do débito seja igual ou superior a 60 (sessenta) UFM's;

§ 4º No caso de residência unifamiliar com área superior a 70 m² e inferior ou igual a 120 m² de área construída, cujo proprietário não seja dono de outro imóvel e seja comprovadamente de baixa renda, conforme avaliação socioeconômica realizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o valor das medidas compensatórias poderá ser pago em até 24 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela Unidade Fiscal Municipal (UFM), desde que o valor mensal de cada parcela não seja inferior a 30 (trinta) UFM's.

§ 5º Serão isentas de medidas compensatórias, residência unifamiliar com área de até 70,00 m² de área construída, cujo proprietário não seja dono de outro imóvel e seja comprovadamente de baixa renda, conforme avaliação socioeconômica realizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

§ 6º Sendo a edificação de uso misto, as medidas compensatórias serão aplicadas individualmente de acordo com cada tipo de uso do imóvel, sobre a área a regularizar.

Art. 6º O processo de solicitação de regularização de edificações será constituído das seguintes etapas:



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

§ 1º Primeira etapa:

I - Requerimento para Regularização de Edificações, fornecido pelo Município de Rio do Oeste.

II - cópia atualizada da matrícula do imóvel expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas, e se o requerente não for proprietário, também a autorização do titular, com firma devidamente reconhecida;

III - desenho técnico (arquitetônico), demonstrando claramente a situação de irregularidade através de cores, pontilhados, hachuras etc.

§ 2º Segunda etapa:

I - Termo de Concordância e de Cumprimento das medidas compensatórias e/ou de adequação da edificação;

II - laudo técnico datado atestando a irregularidade de edificação contendo levantamento fotográfico e anotação de responsabilidade técnica (ART), específica para regularização de edificação, devidamente quitada;

III - comprovante de recolhimento de preço público referente à análise de projeto.

Art. 7º O alvará de regularização de edificação e subsequentemente o habite-se somente serão emitidos após a confirmação do cumprimento das medidas compensatórias e/ou de adequação da edificação.

Art. 8º As edificações que se encontrem em processo de regularização, não serão passíveis de sanção, podendo continuar o seu uso e utilização quando não estiverem sendo prejudiciais ao meio ambiente e não acarretem risco a vida.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Oeste – SC, 06 de janeiro de 2021.

ARNILDO FERRARI

Lei Complementar nº 69/2021

Pg. 5



MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE

Estado de Santa Catarina

Rua Paulo Sardagna, 797 – Bairro Bela Vista

CEP 89180-000 – Fone 47-3543.0261

Home page: www.riodooeste.sc.gov.br

E-mail: pmro@riodooeste.sc.gov.br

Prefeito de Rio do Oeste

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE POSSE Nº 01/2021**

Publicação Nº 2797070

ATA Nº 001/2021 – SESSÃO SOLENE
INSTALAÇÃO DA 16ª LEGISLATURA

Ata da Sessão Solene de Instalação da Décima Sexta Legislatura do Município de Rio do Oeste. Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, realizou-se no Plenário Vereador Augustinho Haverroth, Câmara Municipal de Rio do Oeste, Santa Catarina, às dez horas, a Sessão Solene de Instalação da Décima Sexta Legislatura. Devido medidas de prevenção à pandemia do COVID-19 (novo coronavírus), a Sessão Solene também foi transmitida para a população por videoconferência, através das mídias sociais. A Mesa Principal foi composta pelas seguintes autoridades: Senhor Jonas Guber, Vereador eleito; Senhor Arnildo Ferrari, Prefeito eleito e digníssima esposa; Senhor Clovis Marco Rossa, Vice-Prefeito eleito e digníssima esposa; Senhores Vereadores eleitos: Cassio Benito Ronchi, Deolindo Trentini, Dino Michels, Marta Luiza Ronchi Sora, Paulo Spengler, Rivelino Noll, Silvio dos Santos e Silvio Santino da Silva; Senhor Luis Carlos Muller, Prefeito que deixou o cargo e digníssima esposa; Senhor Bruno Pessatti e Senhora Ivanilde Perini Pessatti, representando o Prefeito Humberto Pessatti (in memorian). Após a composição da Mesa, o Vereador Jonas Guber, mais votado no pleito de quinze de novembro de dois mil e vinte, assumiu a Presidência dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo quinze da Lei Orgânica Municipal. O Presidente em exercício iniciou a Sessão Solene de Posse do Prefeito, do Vice-prefeito e dos Vereadores eleitos no dia quinze de novembro de dois mil e vinte. Inicialmente, convidou a todos para cantarem o Hino Nacional. Prosseguindo, passou-se aos trâmites de Posse. Com a apresentação e verificação dos Diplomas e Declarações de Bens, o Presidente convidou os senhores Vereadores para que, de pé, prestassem o seguinte Compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as Leis, desempenhar leal e sinceramente o mandato a mim conferido, e trabalhar pelo engrandecimento deste município e bem estar de seu Povo". Após a chamada nominal, cada vereador respondeu: "Assim o prometo". Ao final, o Presidente declarou os Vereadores acima citados empossados em seus cargos, e cada Vereador assinou o Termo de Posse. Ato contínuo, convidou o Prefeito Arnildo Ferrari e o Vice-Prefeito Clovis Marco Rossa, para também prestarem o seguinte Compromisso: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, promover o bem geral dos munícipes e exercer o cargo sob inspiração democrática da legitimidade e da legalidade". Ao final responderam: "Assim o prometo". Logo após, o Presidente declarou o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito empossados em seus cargos, e os mesmos assinaram o Termo de Posse. Ato contínuo fizeram uso da palavra as seguintes autoridades: senhor Paulo Breve da Silva, Pastor da Igreja Evangélica; senhor Frei Darci Roberto Catafesta, Pároco; senhor Bruno Pessatti, representando o ex-prefeito Humberto Pessatti (in memorian); senhor Luis Carlos Muller, ex-prefeito, que efetuou a leitura da Prestação de Contas da Prefeitura – Situação financeira preliminar em 30/12/2020 (trinta de dezembro de dois mil e vinte); senhor Clovis Marco Rossa, vice-prefeito; senhor Silvio Santino da Silva, vereador eleito representando os demais vereadores; senhor Jonas Guber, presidente da Sessão Solene; senhor Arnildo Ferrari, prefeito municipal. Em seguida, o Presidente dos trabalhos agradeceu a todos pela presença e encerrou a Solenidade de Posse, convocando os vereadores para a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal para o biênio 2021/2022 (dois mil e vinte um/dois mil e vinte e dois), suspendendo a sessão por alguns minutos para a apresentação das Chapas. Voltando aos trabalhos, o Presidente em exercício procedeu à leitura das duas Chapas apresentadas - Chapa 01: Presidente: Jonas Guber, Vice-Presidente: Rivelino Noll, Primeira Secretária: Marta Luiza Ronchi Sora, Segundo Secretário: Cassio Benito Ronchi; Chapa 02: Presidente: Dino Michels, Vice-Presidente: Silvio dos Santos, Primeiro Secretário: Deolindo Trentini, Segundo Secretário: Paulo Spengler. Em seguida, o Presidente designou o início da votação nominal, sendo vencedora a Chapa 01. Dessa forma, a Mesa Diretora para o biênio 2021/2022 ficou assim constituída: Presidente: Jonas Guber, Vice-Presidente: Rivelino Noll, Primeira Secretária: Marta Luiza Ronchi Sora, Segundo Secretário: Cassio Benito Ronchi. O Presidente dos trabalhos, Vereador Jonas Guber, declarou-os empossados nos respectivos cargos. Em seguida, na condição de Presidente da Mesa Diretora fez uso da palavra e comunicou aos Edis que as Comissões Permanentes da Câmara serão formadas e aprovadas na primeira sessão a ser realizada, convocando para a Sessão Ordinária no dia 02 (dois) do mês de fevereiro, às 19 (dezenove) horas, nas dependências da Câmara Municipal. Em seguida encerrou a presente Sessão. Eu, Mariana Natali Rossa, Agente Legislativa, lavrei a presente ata, que após lida e achada de acordo, vai assinada pela Mesa Diretora. Rio do Oeste, 1º de Janeiro de 2021.

Jonas Guber
PresidenteRivelino Noll
Vice-PresidenteMarta Luiza Ronchi Sora
1ª SecretáriaCassio Benito Ronchi
2º Secretário**PORTARIA Nº 001/2021**

Publicação Nº 2795247

PORTARIA Nº 001/2021, de 06 de janeiro de 2021

"ESPECIFICA ATRIBUIÇÕES DE TESOUREARIA"

A PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o Art. 25, II, da Lei Orgânica Municipal...

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Vereadora Marta Luiza Ronchi Sora, para responder pelos serviços de Tesouraria da Câmara Municipal, controlando saldos bancários, assinando cheques e ordens de pagamento juntamente com o Presidente, e cumprindo as atribuições pertinentes que lhe forem delegadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da presente data.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 008/2019, de 02 de janeiro de 2019.

Rio do Oeste, 06 de janeiro de 2021

JONAS GUBER
Presidente

CIENTE:

Marta Luiza Ronchi Sora

Publicado no DOM/SC _____

Publicado no Mural _____

Assinatura:

Rio do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 033/2020/FMS

Publicação Nº 2795296

1º TERMO ADITIVO Nº 033/2020/FMS – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 036/2020/FMS, REFERENTE À COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ORIUNDOS DA SAÚDE, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

Ao segundo (02) dia do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa GTA – Gestão Ambiental LTDA, com sede na Av. Martin Luther, 111 – Sala 312, Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, CEP 89.012-010, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.813.163/0001-44, representada neste ato por seu Representante, Sr. José Luiz Knihs, portador do RG n. 756.708, CPF n. 309.813.799-15, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas no Pregão Eletrônico 026/2020/FMS, e no Contrato original de Prestação de Serviços nº 036/2020/FMS, datado de 29 de agosto de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na alínea “b”, inciso I, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 26 de novembro de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido o valor de R\$1.024,23 (um mil e vinte e quatro reais e vinte e três centavos), assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

O acréscimo se refere a inclusão da Unidade da Rede Feminina de Combate ao Câncer no itinerário de recolhimento de resíduos, sendo a importância final resultante da soma do valor de R\$134,77 (cento e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos) referente ao item 01 (coleta e transporte de resíduos) e R\$889,46 (oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e seis centavos), referente ao item 02 (tratamento e destinação final de resíduos), conforme Memorando nº 1571/2020/GAB/SEC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Roberta Hochleitner

CONTRATANTE

GTA – Gestão Ambiental LTDA

José Luiz Knihs

CONTRATADA

DECRETO Nº 9.569, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795332

DECRETO Nº 9.569, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com inciso VI, art. 37 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a entrada em vigor do Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que organizou as medidas de enfrentamento da pandemia causada pelo COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o rol de atividades regradas de acordo com a matriz de risco potencial epidemiológico-sanitário da Secretaria de Estado da Saúde, sem prejuízo dos demais regramentos emitidos por autoridade sanitária federal ou estadual:

I – atividades esportivas coletivas, em que haja contato entre os participantes, de caráter recreativo:

- a) proibidas no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas nos demais níveis de risco.

II – atividades em cinemas e teatros:

- a) autorizadas com 30% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;
- c) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

III – atividades em casas noturnas, boates, casas de shows e afins:

- a) proibidas no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 20% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;
- c) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

IV – realização de eventos sociais:

- a) autorizadas com 30% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;
- c) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

V – atividades em parques aquáticos:

- a) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- c) autorizadas com ocupação integral nos Riscos Potenciais Alto e Moderado.

VI – realização de congressos, feiras e exposições:

- a) autorizadas com 30% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;
- c) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

VII – realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa:

- a) autorizadas com 30% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;
- c) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

VIII – atividades em museus:

- a) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 75% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- c) autorizadas com ocupação integral nos Riscos Potenciais Alto e Moderado.

IX – a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, fica condicionada à observação dos regramentos sanitários emitidos pela Secretaria de Estado da Saúde;

X - estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares ficam autorizados a funcionar com sua capacidade total, independente do nível de Risco Potencial;

XI - academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, hidroginástica, hidroterapia, academias de lutas e áreas afins:

- a) autorizadas com 30% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Gravíssimo;
- b) autorizadas com 50% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Grave;

- c) autorizadas com 70% da capacidade de ocupação no Risco Potencial Alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no Risco Potencial Moderado.

XII – atividades industriais permitidas em qualquer nível de Risco Potencial.

§ 1º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

§ 2º Fica autorizada a apresentação de música ao vivo, nos restaurantes, lanchonetes, pizzarias, bares e similares, limitada a 3 (três) músicos em conjunto.

§ 3º O horário de funcionamento de bares, lanchonetes, restaurantes, pizzarias e estabelecimentos afins fica restrito até a meia-noite, permitido o ingresso de novos clientes até as 23:00 horas.

§ 4º Aplica-se a restrição de horário de funcionamento do § 3º a todos os estabelecimentos que realizarem a apresentação de música ao vivo ou música mecânica ambiente.

§ 5º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências de postos de combustível e similares, devendo o consumo ocorrer em mesas, com os consumidores sentados, quando permanecerem nos estabelecimentos.

§ 6º As atividades mencionadas neste artigo deverão observar os protocolos e regramentos sanitários específicos emitidos pela Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Parágrafo único. Os estabelecimentos comerciais deverão orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo.

Art. 3º Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 4º Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos, desde que a morte tenha ocorrido dentro do período em que ocorre a transmissão do vírus.

Art. 5º Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais.

Art. 6º O descumprimento das obrigações contidas neste Decreto caracteriza infração, nos moldes do art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 28, de 15 de dezembro de 1997, sendo aplicado, ao estabelecimento infrator, pena de multa na graduação abaixo, bem como, seu proprietário poderá vir a ser responsabilizado na esfera penal, por força do disposto no art. 268 do Código Penal.

I – na primeira infração, pagamento de valor correspondente à 125 UFM;

II – na segunda infração, pagamento de valor correspondente à 500 UFM.

§ 1º Quando for constatado o descumprimento de medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia da COVID-19, constante em norma municipal, estadual ou federal, a autoridade fiscalizatória promoverá, imediatamente, o fechamento do estabelecimento infrator, fazendo cessar as atividades que estiverem em funcionamento, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Se constatada a reiteração do descumprimento de medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia da COVID-19, além do fechamento imediato, conforme § 1º, e da aplicação da penalidade prevista no inciso II deste artigo, o estabelecimento infrator terá seu alvará de funcionamento suspenso por 15 (quinze) dias, mediante procedimento a ser realizado pela Fiscalização de Posturas do Município, após o recebimento do auto de fiscalização lavrado pela autoridade respectiva.

Art. 7º As determinações contidas neste Decreto poderão ser revistas e/ou revogadas a qualquer tempo, de acordo com a evolução da pandemia e seu impacto na rede municipal de saúde.

Art. 8º A fiscalização das medidas contidas neste Decreto será realizada pelas autoridades elencadas no Decreto Municipal nº 9.108, de 23 de junho de 2020.

Art. 9º Ficam revogados os Decretos nºs 9.235, de 10 de agosto de 2020, 9.268, de 20 de agosto de 2020, 9.273, de 21 de agosto de 2020, 9.285, de 28 de agosto de 2020, de 03 de setembro de 2020, 9.310, de 09 de setembro de 2020, 9.334, de 23 de setembro de 2020, 9.338, de 24 de setembro de 2020, 9.352, de 29 de setembro de 2020, 9.357, de 30 de setembro de 2020, 9.376, de 08 de outubro de 2020, 9.388, de 15 de outubro de 2020, 9.389, de 16 de outubro de 2020, 9.398, de 19 de outubro de 2020, 9.408, de 23 de outubro de 2020, 9.416, de 26 de outubro de 2020, 9.422, de 29 de outubro de 2020, 9.448, de 12 de novembro de 2020, 9.463, de 18 de novembro de 2020, 9.476,

de 23 de novembro de 2020, 9.491, de 26 de novembro de 2020, 9.499, de 30 de novembro de 2020, 9.515, de 10 de dezembro de 2020, e 9.551, de 22 de dezembro de 2020.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vigorando enquanto vigente o Decreto Legislativo nº 6/2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.

GABINETE DO PREFEITO
07 de janeiro de 2021

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9570, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797205

DECRETO Nº 9570, de 07 de janeiro de 2021.

"PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica prorrogado por dois anos a partir do dia 09/01/2021 o prazo de validade do Concurso Público n. 001/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul para preenchimento de vagas de provimento efetivo, cuja homologação de resultado foi dada pelo Edital Nº 11/2019 – Homologação do Resultado Final - de 03/01/2019 publicado no DOM em 09/01/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de janeiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 9571, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795331

DECRETO Nº 9571, de 07 de janeiro de 2021.

"EXONERA MARA LUCIA PROBST".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar n. 401/2018,

DECRETA:

Art.1º – Exonera a partir de 04/01/2021, a servidora MARA LUCIA PROBST do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Programa Complementar e de Modalidade de Ensino, nos termos do § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 401 de 22/08/2018, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
07 de janeiro de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

Publicação Nº 2795406

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Velcy Pinheiro	Xxx.714.019-xx	134969
Gilson Matias da Silva	Xxx.314.459-xx	138974
Letícia Regina Sasse	Xxx.138.049-xx	164100

Rio do Sul, 07 de Janeiro de 2021

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 002/2021

Publicação Nº 2794891

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 002/2021

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM OS CONTRIBUINTE CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 295, § 5º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003 (TRINTA DIAS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA REGULARIZAR A SITUAÇÃO RESULTANTE DAS NOTIFICAÇÕES DE IRREGULARIDADE CADASTRAL.

NOTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE CADASTRAL	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
	27/11/20	RAINILDA BOLL DOS SANTOS 54784743987	27.363.492/0001-36
	05/12/19	MAQTRONICA EQUIPAMENTOS DE SOLDA E PLASMA LTDA	09.200.103/0001-70
	03/12/20	BAR JAIME E JANINHA LTDA	23.706.380/0001-80

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2021.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 003/2021

Publicação Nº 2794895

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 003/2021

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTE, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO,

NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
2/2021	04/01/21	ALEXANDRE RODRIGUES 00406853908	32.052.240/0001-26

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2021.

Alexandre Matos Pereira Secretário Municipal de Administração e Fazenda	José Luiz do Nascimento Diretor Técnico da Fazenda
--	---

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº073/2020/FMS

Publicação Nº 2795308

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO NO SUS Nº 73/2020.

A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, CNPJ Nº 10.469.199/0001-55, conforme Edital de Chamada Pública nº 49/2020, e em conformidade com a lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, o Decreto Federal nº 7.508/2011 e as Portarias/MS/GM nº. 3.390/2013, GM nº. 3.410/2013 e Portarias de Consolidação MS/GM de 28 de setembro de 2017; torna público a contratualização de serviços de assistência à saúde de forma complementar ao Sistema Único de Saúde da Entidade Privada Sem Fins Lucrativos:

ENTIDADE: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI

Inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde-CNES: 2568713

MUNICÍPIO: RIO DO SUL

CNPJ nº 73.433.427/0001-57

OBJETO: Integrar a Conveniada ao Sistema Único de Saúde-SUS e definir sua inserção na rede regionalizada hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, para prestar assistência ambulatorial eletivo, urgência e emergência, diagnóstico e tratamento e para internações hospitalares.

VALOR DO CONVÊNIO/Orçamentação Parcial: Valor anual estimado de R\$ 54.198.876,48 (cinquenta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, oitocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), conforme programação orçamentária Anexo I.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: órgão 40-Fundo Municipal de Saúde, Unidade 01-Fundo Municipal de Saúde, Projeto/Atividade 2.080-BLMA-C-Manutenção da Gestão Plena-MAC.

VIGÊNCIA: 01/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogável até 60 meses, mediante Termo Aditivo.

FORO: os partícipes elegem o Foro da Comarca do Município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina para dirimir questões relacionadas ao presente Convênio.

ASSINATURA: 18/12/2020.

SIGNATÁRIO: pela CONVENIENTE, Roberta Hochleitner, e pela CONVENIADA, Osmar Peters.

ANEXO I

Programação Orçamentária			
Pós-Fixado	Mensal R\$	Anual R\$	Fonte Recursos
Alta Complexidade - ambulatorial	231.321,53	2.775.858,36	Federal
Alta Complexidade - Hospitalar	854.672,96	10.256.075,52	Federal
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	6.193,74	74.324,88	Federal
TOTAL PÓS-FIXADO	1.092.188,23	13.106.258,76	//////////
Pré-Fixado	Mensal R\$	Anual R\$	//////////
Produção de Média Complexidade - Ambulatorial	278.667,65	3.344.011,80	Federal
Produção de Média Complexidade - Hospitalar	1.854.752,37	22.257.028,44	Federal
Subtotal pré-fixado - Média Complexidade	2.133.420,02	25.601.040,24	//////////
Incentivo à Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH)	592.688,45	7.112.261,40	Federal
Incentivo de Integração SUS-INTEGRASUS	57.453,67	689.444,04	Federal
Incentivo Estadual Sistema de Transplantes/SC	6.843,72	82.124,64	Estadual

Subtotal pré-fixado -Incentivos	656.985,84	7.883.830,08	//////////
Rede de Atenção às Urgências-RAS / Porta Entrada	300.000,00	3.600.000,00	Federal
Rede de Atenção às Urgências-RAS / 17 Leitos UTI qualificados	149.515,68	1.794.188,16	
Subtotal pré-fixado – Redes RUE	449.515,68	5.394.188,16	
4 Leitos UTIN, tipo II	35.180,16	422.161,92	Federal
2 leitos UTI-adulto, tipo II	17.590,08	211.080,96	Federal
7 leitos UCIN (convencional)	53.655,00	643.860,00	Federal
3 leitos UCIN (canguru)	12.318,75	147.825,00	Federal
9 leitos Gestação de Alto Risco-GAR	51.191,25	614.295,00	Federal
Incentivo ambulator�o Gestação Alto Risco	14.528,03	174.336,36	Estadual
Subtotal pré-fixado – Rede Cegonha	184.463,27	2.213.559,24	//////////
TOTAL Pré-Fixado – Redes de Atenção � saúde	633.978,95	7.607.747,40	//////////
TOTAL – PRÉ-FIXADO	3.424.384,81	41.092.617,72	
TOTAL GERAL	4.516.573,04	54.198.876,48	//////////
Valor Estimado Relativo � Renúncias e Isenções Fiscais (2020)	460.600,50	5.527.206,00	//////////

Roberta Hochleitner
Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO N 074/2020/FMS

Publicação N  2795314

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO NO SUS N . 74/2020.

A Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, CNPJ N  10.469.199/0001-55, conforme Edital de Chamada Pública n  49/2020, e em conformidade com a lei Federal n  8.666/1993 e alterações, o Decreto Federal n  7.508/2011 e as Portarias/MS/GM n . GM n  3.390/2013, GM n . 3.410/2013 e Portarias de Consolidação MS/GM de 28 de setembro de 2017, torna público a contratualização de serviços de assistência   saúde de forma complementar ao Sistema  nico de Saúde da Entidade Privada Sem Fins Lucrativos:

ENTIDADE: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL, mantenedora do HOSPITAL SAM RIA.

Inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES: 2379627

MUNICÍPIO: RIO DO SUL

CNPJ N  mantenedora 82.763.798/0001-98, mantida 82.763.798/0004-30.

OBJETO: Integrar a Conveniada ao Sistema  nico de Saúde-SUS e definir sua inserção na rede regionalizada hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral   saúde dos municípios que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida, para prestar assistência ambulatorial eletivo, urgência e emergência, diagnóstico e tratamento e para internações hospitalares.

VALOR DO CONVÊNIO/Orçamentação Parcial: Valor anual estimado de R\$ 3.253.077,12 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, setenta e sete reais e doze centavos), conforme programação orçamentária Anexo I.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  rg o 40-Fundo Municipal de Saúde, Unidade 01-Fundo Municipal de Saúde, Projeto/Atividade 2.080-BLMA-C-Manutenção da Gestão Plena-MAC.

VIGÊNCIA: : 01/01/2021 até 31/12/2021, podendo ser prorrogável até 60 meses, mediante Termo Aditivo.

FORO: os partícipes elegem o Foro da Comarca do Município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina para dirimir questões relacionadas ao presente Convênio.

ASSINATURA: 18/12/2020.

SIGNATÁRIO: pela CONVENETE Roberta Hochleitner e pela CONVENIADA Adriano Luis do Amaral..

ANEXO I

Programação Orçamentária			
Pré-Fixado	Mensal R\$	Anual R\$	Fonte Recursos
Produção de Média Complexidade - Ambulatorial	764,75	9.177,00	Federal

Produção de Média Complexidade - Hospitalar	36.599,52	439.194,24	Federal
Subtotal pré-fixado- Média Complexidade	37.364,27	448.371,24	Federal
Incentivo de Adesão à Contratualização-IAC	42.394,42	508.733,04	Federal
INTEGRASUS	3. 273,23	39.278,76	Federal
Subtotal pré-fixado - Incentivos	45.667,65	548.011,80	Federal
12 leitos de Saúde Mental/RAPS	67.321,32	807.855,84	Federal
10 leitos de Saúde Mental/RAPS	56.101,10	673.213,20	Federal
10 leitos Clínicos de Retaguarda às Urgências;RUE	64.635,42	775.625,04	Federal
Subtotal – Redes de Atenção à Saúde	188.057,84	2.256.694,08	Federal
TOTAL GERAL Pré-Fixado	271.089,79	3.253.077,12	Federal
Valor Estimado Relativo à Renúncias e Isenções Fiscais (2019)	87.730,24	1.052.762,91	////////

Roberta Hochleitner
Secretária Municipal de Saúde

RESUMO DO CONTRATO Nº 213/2020

Publicação Nº 2795410

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 213/2020

Tomada de Preços nº 162/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: LZK Construtora Ltda

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica e sinalização viária da rua Lauro Fronza – Rio do Sul/SC.

Valor: R\$322.339,32 (trezentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos)

Vigência: 180 (cento e oitenta) dias.

Recurso: 86.07.1072.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 21 de dezembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1383/2021**

Publicação Nº 2795460



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1383, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Designa o servidor Roberto Andrade Bastos, Procurador Legislativo, na função de confiança de Direção Geral

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pelo art. 40 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor ROBERTO ANDRADE BASTOS, ocupante do cargo de Provimento Efetivo, Procurador Legislativo, grau I, classe C, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, para atuar na função de confiança de Direção Geral.

Art. 2º Em caso de ausências ou impedimentos, a Diretora Administrativa substituirá o Diretor Geral.

§1º Nas ausências ou impedimentos simultâneos do Diretor Geral e da Diretora Administrativa, as funções serão exercidas pelo Diretor Legislativo.

§2º Em caso de acumulação de funções de Direção, em razão de ausências ou impedimentos do titular, o substituto fará jus somente à gratificação para qual foi nomeado originariamente, vedada a acumulação de gratificação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de janeiro de 2021.

MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939

Assinado de forma digital por
MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2021.01.07 13:14:46 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul
[Assinado Digitalmente]

Portaria nº 1.383/2021 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1384/2021

Publicação Nº 2795461



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1384, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Designa a servidora Thayná Fiamoncini,
Técnica Legislativa – Área Administrativa,
na função de confiança de Direção
Administrativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pelo art. 40 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 07 de janeiro de 2021, a servidora THAYNÁ FIAMONCINI, ocupante do cargo de Provimento Efetivo, Técnica Legislativa – Área Administrativa, grau I, classe D, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, para atuar na função de confiança de Direção Administrativa.

Art. 2º Em caso de ausências ou impedimentos, o Diretor Geral substituirá a Diretora Administrativa.

§1º Nas ausências ou impedimentos simultâneos do Diretor Geral e da Diretora Administrativa, as funções serão exercidas pela Diretora Legislativa.

§2º Em caso de acumulação de funções de Direção, em razão de ausências ou impedimentos do titular, o substituto fará jus somente à gratificação para qual foi nomeado originariamente, vedada a acumulação de gratificação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939

Assinado de forma digital por
MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2021.01.07 13:15:10 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul
[Assinado Digitalmente]

Portaria nº 1.384/2021 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

PORTARIA Nº 1385/2021

Publicação Nº 2795463



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariosul.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 1385, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Designa o servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa, na função de confiança de Direção Legislativa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pelo art. 40 da Resolução nº 597, de 13 de dezembro de 2010 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 07 de janeiro de 2021, o servidor LEONARDO SIMON RUTZEN, ocupante do cargo de Provimento Efetivo, Técnico Legislativo – Área Legislativa, grau I, classe C, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, para atuar na função de confiança de Direção Legislativa.

Art. 2º Em caso de ausências ou impedimentos, o Diretor Geral substituirá o Diretor Legislativo.

§1º Nas ausências ou impedimentos simultâneos do Diretor Geral e do Diretor Legislativo, as funções serão exercidas pela Diretora Administrativa.

§2º Em caso de acumulação de funções de Direção, em razão de ausências ou impedimentos do titular, o substituto fará jus somente à gratificação para qual foi nomeado originariamente, vedada a acumulação de gratificação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS
NORBERTO

ZANIS:00340358939

Assinado de forma digital
por MARCOS NORBERTO
ZANIS:00340358939
Dados: 2021.01.07
13:15:30 -03'00'

MARCOS NORBERTO ZANIS

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul
[Assinado Digitalmente]

Portaria nº 1.385/2021 – Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1050/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ERRATA: PROCESSO ADMINISTRATIVO JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 002/2021 OBJETO: EXTRAÇÃO E RETIRADA DE SAIBRO, MACADAME, E OUTROS MINÉRIOS EM PROPRIEDADE DE ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI - REQUISIÇÃO - PARECER E DECISÃO

Publicação Nº 2795213

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Processo Administrativo

Justificativa para dispensa/inexigibilidade de licitação 002/2021

Objeto: extração e retirada de saibro, macadame, e outros minérios em propriedade de ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI

Requisição

O Sr.Diego Ricardo Fernandes, Secretário de Infraestrutura, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO que:

- 1) O Município de Rio dos Cedros possui uma área territorial de aproximadamente 556km² e possui cerca de 600km de estradas municipais;
- 2) Cerca de 95% do total de quilômetros das estradas municipais não são pavimentadas, constituindo-se de logradouros de revestimento primário;
- 3) Por não serem pavimentadas, as estradas de revestimento primário precisam de constante manutenção;
- 4) A manutenção das mencionadas estradas ocorre mediante a colocação de saibro e cascalho nas vias, possibilitando o regular trafego nas mesmas;
- 5) Pelo pequeno número de acessos secundários,a interrupção de determinadas vias municipais acarreta , inquestionavelmente, o isolamento de determinadas comunidades riocedrenses;
- 6) Ante os fatos narrados anteriormente torna-se imperioso que o Município possua determinados locais, dentro de seu território, para que possa efetuar a retirada de saibro e cascalho, e assim providenciar, de forma célere e, em determinadas situações, não raras, até urgente, a imediata manutenção e/ou reconstituição das vias, restando pois, completamente inviável a aquisição do material fora do território municipal, espacialmente se for observado que:
- 7) O município trabalha com maquinário próprio o que reduz significativamente o custo do produto (saibro e cascalho), e possibilita sua extração e imediata colocação nos respectivos canteiros de obras;
- 8) A Prefeitura não possui um local para realizar o depósito de saibro e cascalho e mantê-lo estocado para quando das necessidades prementes possa utilizá-lo e, com eficácia e agilidade, sanar os problemas das estradas locais;
- 9) Não existe conveniência em manter e/ou construir um depósito para que seja estocado saibro e cascalho;
- 10) É necessário que o material seja levado até o local onde se estão realizando as obras nas pistas de rolamento, trabalho este que é realizado com a patrulha mecanizada da prefeitura;
- 11) No mais o imóvel onde irá ser realizada a extração de saibro, cascalho e outros minérios deverá estar localizado em ponto estratégico dentro do território municipal, viabilizando o trabalho das administração de forma eficiente.

CONSIDERANDO que:

- 1) Para que o Município promova a retirada de saibro e cascalho é necessária a obtenção das respectiva autorização /licença ambiental do órgão competente;
- 2) O Município enfrenta problemas com a escassez do material (saibro, cascalho, macadame e outros minérios) o que tem inviabilizado a manutenção de determinadas estradas/vias, causando transtornos de toda a ordem à população;
- 3) O procedimento de obtenção da licença ambiental, conforme reiteradamente comprova a vivência da Administração Pública Municipal, tem-se mostrado extremamente demorado;
- 4) É dever do Poder Público municipal manter/reconstituir/construir/corrigir/consertar/reformar/conservar suas estradas.

CONSIDERANDO que:

- 1) Existe no município de Rio dos Cedros imóvel de propriedade de ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI, representado pelos herdeiros EMA OSTI, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 3/R 2.481.322, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 937.627.989-15, residente e domiciliada na localidade de Ribeirão Tigre – Benedito Novo; ELISABETE OSTI, brasileira, divorciada, costureira, portadora da cédula de identidade nº 3.666.249, expedida pela SSP, SP, inscrita no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, BERNARDETE OSTI, brasileira, solteira, cozinheira, portadora da cédula de identidade nº 4.382.485-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 009.061.369-46, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, EDGAR OSTI, brasileiro, solteiro, líder de produção, portador da cédula de identidade nº 4.382.461-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 007.580.639-89, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, ARCEU OSTI, brasileiro, solteiro, operário, portador da cédula de identidade nº 4.382.460, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo que, pela extensão territorial e pela qualidade do material mineral ali existentes poderiam suprir eventuais necessidades da municipalidade;
- 2) O imóvel encontra-se em posição estratégica possibilitando a imediata retirada de macadame, cascalho, saibro e outros minérios com o

maquinário municipal e seu pronto atendimento a pelo menos cinco comunidades/localidades, situadas em Rio dos Cedros, especialmente as do interior, tais como as de Rio Cunha, Baixo Rio Cunha, Rio Tigre, Cedro Alto, entre outras;

3)Pelas características do imóvel conforme vistoria in loco realizada por mim, Secretário de Infraestrutura, verifica-se que a área onde poder-se-á efetivamente realizar a retirada de saibro e macadame de modo a suprir, ao menos parcialmente, eventuais necessidades do município de Rio dos Cedros, que, em virtude das calamidades ocorridas, acabaram por transformar nossas estradas em constante pátio de obras, é maior que a dos imóveis até hoje contratados para tal finalidade;

4)A posição logística do imóvel impõe sua utilização para a retirada, razão pela qual dever-se-ia proceder a sua contratação e/ou imediata desapropriação, mostrando-se inviável qualquer tipo de competição, vez que outros imóveis, mesmo localizados nesta região, não reúnem as características até o presente momento apontadas, e que são, em suma fundamentais para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.

CONSIDERANDO que:

1)Pelos motivos anteriormente narrados e, tendo em vista a capacidade de exploração do terreno bem como a necessidade do município de Rio dos Cedros, se mostra recomendável a contratação do imóvel de propriedade de ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI, representado pelos herdeiros EMA OSTI, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 3/R 2.481.322, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 937.627.989-15, residente e domiciliada na localidade de Ribeirão Tigre – Benedito Novo; ELISABETE OSTI, brasileira, divorciada, costureira, portadora da cédula de identidade nº 3.666.249, expedida pela SSP, SP, inscrita no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, BERNARDETE OSTI, brasileira, solteira, cozinheira, portadora da cédula de identidade nº 4.382.485-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 009.061.369-46, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, EDGAR OSTI, brasileiro, solteiro, líder de produção, portador da cédula de identidade nº 4.382.461-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 007.580.639-89, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, ARCEU OSTI, brasileiro, solteiro, operário, portador da cédula de identidade nº 4.382.460, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, do imóvel constituído de uma área de 90.446,00m², sem benfeitorias, localizado na esquina da Rodovia Municipal BNV-230 m(rio Fortuna) com a Rodovia Municipal BNV-010(Ribeirão Tigre), em benedito novo, que extrema entre a estrada , terras de Germano Venske e Gita Miloschadt, confrontando pela frente em 287,70m com a Rodovia Municipal BNV 010 (Ribeirão Tigre); fundos em 425m com terras de Daniel Pasqualli; lado esquerdo em 324m com terras de Bertoldo Schuster e a outra área de 92.333,00m², sem benfeitorias, cortada pela Rodovia Municipal BNV-230 (Rio Fortuna) em Benedito Novo, distando pelo lado esquerdo 392,20m da esquina com a Rodovia Municipal BNV-010 (Ribeirão Tigre), que extrema pela frente em 168metros com terras de Eudoso Lenzi, Fundos em 168,00metros com terras de Bertoldo Schuster; lado direito em 550metros com terras de Daniel Pasqualli; lado esquerdo em 550,00metros com terras de Daniel Pasqualli, matriculado sob nº 5.493, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sendo a locação especificamente para a cava de macadame que se encontra localizada nos imóveis antes referenciados, sendo a respectiva proporção alugada (cava de macadame), concedendo o direito de extração e retirada de saibro, macadame, cascalho e outros minérios, que será destinada a conservação de estradas e outras obras públicas do Município, por período de 04/01/2021 até 31/12/2022, sendo que a locação se dará sem exclusividade, podendo o locador realizar extração ou autorizar terceiros a promover a retirada de minérios da lavra;

2)A área a ser explorada e o preço ofertado pelo proprietário para a contratação de seu imóvel para a finalidade de extração de saibro, cascalho, macadame e outros minérios com passagem de veículos municipais até o local da exploração, pelo período anteriormente mencionado, no valor de mensal de R\$1.100,00(UM MIL E CEM REAIS) PELO PERÍODO DE 04/01/2021 até 31/12/2021 mostra-se completamente razoável e proporcional vez que se trata de extensa área, com um produto (saibro e cascalho), conforme assinalado anteriormente, de ótima qualidade, sendo que o município não possuirá uma quantidade máxima de extração durante o período podendo retirar quantas cargas d e saibro e cascalho forem necessárias, sempre de acordo com a respectiva licença ambiental;

3)A utilização de maquinário próprio, bem como a necessidade de adoção de tais medidas mostram-se inclusive como meio mais econômico; É que requisito a contratação do imóvel indicado para os fins acima aludido.

Rio dos Cedros, 04 de Janeiro de 2021.

Diego Ricardo Fernandes
Secretário de Infraestrutura

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
PROCURADORIA GERAL
ASSESSORIA JURÍDICA
Processo Administrativo

Justificativa para dispensa/inexigibilidade de licitação 002/2021

Objeto: extração e retirada de saibro, macadame, e outros minérios em propriedade de ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI

Requerente: Secretaria de Infraestrutura

PARECER

Trata-se de requerimento administrativo para contratação direta de imóvel para retirada de cascalho, saibro, macadame e outros minérios na propriedade do ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI, formulado pelo Secretário de Infraestrutura sustentando em apertada síntese, inviabilidade de competição por motivos que sintetizou em seus considerandos que embasaram a requisição.

É o relatório.

Passo à análise da matéria.

A Lei 8.666/93, em seu artigo 25, caput, dispõe que:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

O artigo em comento é claro, conforme remansosa doutrina sobre o tema, que trata de situação de inviabilidade de competição traçando

em seus incisos situações em numerus abertus.

Desta forma, outras serão as situações em que poderá haver contratação direta com base na inviabilidade de competição que não sejam aquelas previstas nos incisos da norma retro transcrita.

O próprio requerente menciona taxativamente que:

“3)Pelas características do imóvel conforme vistoria in loco realizada por mim, Secretário de Infraestrutura, verifica-se que a área onde poder-se-á efetivamente realizar a retirada de saibro e macadame de modo a suprir, ao menos parcialmente, eventuais necessidades do município de Rio dos Cedros, que, em virtude das calamidades ocorridas, acabaram por transformar nossas estradas em constante pátio de obras, é maior que a dos imóveis até hoje contratados para tal finalidade;

4)A posição logística do imóvel impõe sua utilização para a retirada, razão pela qual dever-se-ia proceder a sua contratação e/ou imediata desapropriação, mostrando-se inviável qualquer tipo de competição, vez que outros imóveis, mesmo localizados nesta região, não reúnem as características até o presente momento apontadas, e que são, em suma fundamentais para o bom desempenho dos trabalhos da Administração Pública.”

Todavia, a situação dos autos, refletida pelos elementos contidos no requerimento de contratação direta, a primeira vista, não parece tratar de hipótese de inviabilidade de competição, manejando a utilização do artigo 25 da Lei de Licitações.

Contudo, considerando as razões apontadas que condicionam a escolha do imóvel, bem como as próprias características do pacto, tem-se que na realidade o que haverá na hipótese será um contrato de locação, através do qual a municipalidade poderá utilizar o imóvel (passagem de carros) extraindo inclusive os minérios que nele se encontrem.

Assim, embora a situação não seja de inviabilidade de competição, tendo em vista as razões peculiares do caso concreto, parece que a competição se mostrará frustrada por outros motivos que condicionam a escolha do imóvel em preferência a quaisquer outros, isto porque, conforme observou o requerente: “a posição logística do imóvel impõe sua utilização para a retirada”.

A situação é contemplada pela lei de licitações em seu artigo 24, inciso X o qual passamos a transcrever:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

Assim, as necessidades de instalação e localização, mencionadas pela Secretaria, condicionariam a locação pleiteada dos mencionados imóveis.

No mais, o dever constitucional de prestação de serviços eficazes também reforça a contratação no caso vertente tendo em vista a própria situação da frota municipal, considerada a população de mais de 10.000 habitantes e a imensidão do território municipal; e, diante da urgência que determinadas situações impõe, condicionariam, da mesma forma, a locação do imóvel pleiteados à eficácia dos serviços de obras públicas prestados pelo município de Rio dos Cedros.

Nos dizeres de Marçal Justen Filho, comentando o inc. X do art.24 da lei 8.666/93:

“A ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a Administração não tem outra escolha. Quando a Administração necessita de imóvel para destinação peculiar ou com localização determinada, não se torna possível a competição entre particulares.” (Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos, 2001, p.252).

Contudo, o artigo 26 do mesmo diploma reza:

“ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

Sobre a matéria Petrônio Braz, leciona que:

“A dispensa ocorre quando se verifica situações onde a licitação, embora possível em face de viabilidade de competição, não se justifica, em presença do interesse público. Em qualquer caso há necessidade de justificação através de parecer jurídico, com comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, para a necessária satisfação, sob pena de ineficácia do ato.

Os casos de dispensa de licitação vêm elencados no art.24, do Estatuto das Licitações. No caso de obras, serviços de engenharia, compras e outros serviços, os incisos I e II, do artigo referido, definem os limites vinculados aos valores vigentes e devidamente reajustados, constantes do art.23, I e II, da Lei em referência.

Também fica dispensada a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública (art.24,III), disposição que se complementa com a ocorrência de casos de emergência ou de calamidade pública, constantes do inc. IV do mesmo artigo.

Como esclarece TOSHIO MUKAI, a novidade é que tais contratações somente poderão ser efetuadas para bens necessários ao atendimento de situação de urgência, e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência, vedada a prorrogação dos contratos decorrentes. (in Manual de Direito Administrativo,

2001, p.287).

O condicionamento da locação por critérios de instalação e localização vem esposado no requerimento formulado pelo Secretário de Infraestrutura e deverá passar pelo critério discricionário do Ilmo. Sr. Prefeito para que este analise e veja a conveniência e oportunidade de se efetuar a contratação direta.

“É de sabença que a alienação da res publica reclama, em regra, licitação, à luz do sistema de imposições legais que condicionam e delimitam a atuação daqueles que lidam com o patrimônio e com o interesse públicos. Todavia, o art. 17, I, "b", da lei 8.666/93 dispensa a licitação para a alienação de bens da Administração Pública, quando exsurge o interesse público e desde que haja valoração da oportunidade e conveniência, conceitos estes inerentes ao mérito administrativo, insindicável, portanto, pelo Judiciário.” (REsp 480.387/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16.03.2004, DJ 24.05.2004 p. 163).

No concernente ao preço, este deverá ser ponderado pelos critérios norteadores da Administração Pública, sendo que o Secretário de Infraestrutura já fez ponderação nos seguintes termos:

1) Pelos motivos anteriormente narrados e, tendo em vista a capacidade de exploração do terreno bem como a necessidade do município de Rio dos Cedros, se mostra recomendável a contratação do imóvel de propriedade de ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI, representado pelos herdeiros EMA OSTI, brasileira, viúva, do lar, portadora da cédula de identidade nº 3/R 2.481.322, expedida pela SSP/SC, inscrita no CPF sob nº 937.627.989-15, residente e domiciliada na localidade de Ribeirão Tigre – Benedito Novo; ELISABETE OSTI, brasileira, divorciada, costureira, portadora da cédula de identidade nº 3.666.249, expedida pela SSP, SP, inscrita no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, BERNARDETE OSTI, brasileira, solteira, cozinheira, portadora da cédula de identidade nº 4.382.485-4, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF sob nº 009.061.369-46, residente e domiciliada na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, EDGAR OSTI, brasileiro, solteiro, líder de produção, portador da cédula de identidade nº 4.382.461-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 007.580.639-89, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, ARCEU OSTI, brasileiro, solteiro, operário, portador da cédula de identidade nº 4.382.460, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 003.490.149-30, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/nº, em Benedito Novo, do imóvel constituído de uma área de 90.446,00m², sem benfeitorias, localizado na esquina da Rodovia Municipal BNV-230 m(rio Fortuna) com a Rodovia Municipal BNV-010(Ribeirão Tigre), em benedito novo, que extrema entre a estrada, terras de Germano Venske e Gita Miloschadt, confrontando pela frente em 287,70m com a Rodovia Municipal BNV 010 (Ribeirão Tigre); fundos em 425m com terras de Daniel Pasqualli; lado esquerdo em 324m com terras de Bertoldo Schuster e a outra área de 92.333,00m², sem benfeitorias, cortada pela Rodovia Municipal BNV-230 (Rio Fortuna) em Benedito Novo, distando pelo lado esquerdo 392,20m da esquina com a Rodovia Municipal BNV-010 (Ribeirão Tigre), que extrema pela frente em 168metros com terras de Eudoso Lenzi, Fundos em 168,00metros com terras de Bertoldo Schuster; lado direito em 550metros com terras de Daniel Pasqualli; lado esquerdo em 550,00metros com terras de Daniel Pasqualli, matriculado sob nº 5.493, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sendo a locação especificamente para a cava de macadame que se encontra localizada nos imóveis antes referenciados, sendo a respectiva proporção alugada (cava de macadame), concedendo o direito de extração e retirada de saibro, macadame, cascalho e outros minérios, que será destinada a conservação de estradas e outras obras públicas do Município, por período de 04/01/2021 até 31/12/2021, sendo que a locação se dará sem exclusividade, podendo o locador realizar extração ou autorizar terceiros a promover a retirada de minérios da lava;

2) A área a ser explorada e o preço ofertado pelo proprietário para a contratação de seu imóvel para a finalidade de extração de saibro, cascalho, macadame e outros minérios com passagem de veículos municipais até o local da exploração, pelo período anteriormente mencionado, no valor de mensal de R\$1.100,00(UM MIL E CEM REAIS) PELO PERÍODO DE 04/01/2021 até 31/12/2021 mostra-se completamente razoável e proporcional vez que se trata de extensa área, com um produto (saibro e cascalho), conforme assinalado anteriormente, de ótima qualidade, sendo que o município não possuirá uma quantidade máxima de extração durante o período podendo retirar quantas cargas de saibro e cascalho forem necessárias, sempre de acordo com a respectiva licença ambiental;

3) A utilização de maquinário próprio, bem como a necessidade de adoção de tais medidas mostram-se inclusive como meio mais econômico; É que requisito a contratação do imóvel indicado para os fins acima aludido.

Saliente-se que refoge a alçada desta Procuradoria a pesquisa de preços, bem como análise dos critérios de logística, os quais foram devidamente ponderados pelo requisitante, a qual deve ser realizada pelo setor competente dentro do respectivo órgão.

Da ensinança de Edmir Netto de Araújo:

“Locação ou compra de imóvel para a Administração(art.24, X). este caso de dispensa de licitação dá maior destaque às necessidades de instalação e localização do imóvel que seria adquirido ou alugado para o desempenho de serviço público ou outra finalidade precípua da Administração. Por exemplo, a Procuradoria-Geral do Estado, em São Paulo, adquirir ou locar imóveis nas proximidades do Fórum central e Tribunais.

Deve ser, no entanto, demonstrada essa necessidade em relação ao serviço, e realizada avaliação prévia, para que se configure que os valores são compatíveis com os de mercado.”(Edmir Netto de Araújo. Curso de Direito Administrativo, 2005. p.528).

Ante o exposto, é o parecer pela possibilidade de contratação direta do imóvel mencionado pelo Sr. Diego Ricardo Fernandes, Dd. Secretário de Infraestrutura, mediante dispensa de licitação (art.24, X, da lei 8.666/93), mesmo que equivocado o nome dado ao contrato originariamente constante do requerimento desde que, analisado pelo Prefeito de Rio dos Cedros este constata a presença dos pressupostos caracterizadores do interesse público e entenda ser oportuna e conveniente a contratação, no uso de seu poder discricionário.

Ao Ilmo. Sr. Prefeito de Rio dos Cedros para que, querendo, ratifique as razões da justificativa, e proceda a contratação de locação mediante dispensa de licitação.

Rio dos Cedros, 04 de Janeiro de 2021.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado
OAB/SC 17.721

Portaria 679/08

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº002/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO
REQUERENTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

RATIFICAÇÃO

Analisando os documentos constantes do processo administrativo nº 002/2021 constatei a presença de interesse público na contratação direta de locação do imóvel de propriedade do ESPÓLIO DE DANIEL PASQUALLI, para fins de retirada de saibro e macadame, conforme apontado pelo Sr. Diego Ricardo Fernandes, Dd. Secretário de Infraestrutura.

O parecer jurídico acostado aos autos dá conta da legalidade e viabilidade do procedimento, mediante dispensa de licitação (art.24, X, da Lei 8.666/93), razão pela qual convalido suas razões utilizando das mesmas como fundamento desta ratificação.

Destarte, promova-se a contratação direta, nos termos legais esposados no parecer jurídico, considerando-se ratificado o processo a partir da data de publicação da minuta do contrato (art.26 da Lei 8.666/93) a qual deverá fazer expressa menção a esta justificativa e seu fundamento legal.

P.R.I.A.-se.

Atente-se ao disposto no art.2º da Lei Ordinária Municipal nro.1.489/06.

Rio dos Cedros, 04 de Janeiro de 2021.

Jorge Luiz Stolf
Prefeito de Rio dos Cedros

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 04/2021 TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 2795840

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC**AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 04/2021
TOMADA DE PREÇOS**

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço. **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE PASSEIOS, CICLOFAIXA, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E ACESSIBILIDADE DA RUA 1º DE MAIO - TRECHO II, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 730,177 METROS, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL E CONVENIO 2020TR000574. ENTREGA DOS ENVELOPES:** até às 9h do dia 25 de Janeiro de 2021. **ABERTURA:** às 9:05h do dia 25 de Janeiro de 2021. **LOCAL:** Salão Nobre Municipal, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, 205, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3386-1050 R: 2006, no site: www.riodoscedros.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br. Rio dos Cedros (SC), 07 de Janeiro de 2021.

Jorge Luiz Stolf
Prefeito

Rio Negrinho

PREFEITURA

EXTRATO DE PORTARIAS Nº 01/2021

Publicação Nº 2797200

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar as seguintes Portarias.

Portaria nº 25034 de 04/01/2021. Promove Exonerações no quadro de Provimento em Comissão e Dispensa do Quadro de Funções Gratificadas de Confiança.

Portaria nº 25035 de 04/01/2021. Promove Nomeações no quadro de Provimento em Comissão da Administração Municipal Direta e Indireta.

Portaria nº 25036 de 04/01/2021. Nomeia Médico Perito Oficial e Médico Perito Adjunto.

Rio Negrinho, 07 de janeiro de 2021.

CAIO CESAR TREML

Prefeito Municipal

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

Rio Rufino

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL Nº004

Publicação Nº 2794960

PORTARIA Nº004,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO POLÍTICO DE DIRETOR(A) DE AUTARQUIA – SASB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários e diretores, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários e diretores nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de DIRETOR(A) DE AUTARQUIA – SASB, RAFAEL BASQUEROTI DE LIZ CPF Nº 101.061.839-31 o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 05 de janeiro de 2021

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº008

Publicação Nº 2794984

PORTARIA Nº008,
de 04 de janeiro de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO os requerimentos de férias apresentados;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal permite o acúmulo máximo de 2 (dois) períodos de férias, desde que haja necessidade do serviço, devidamente fundamentado, como prescreve o art. 62, do diploma legal citado;

CONSIDERANDO que nos casos apresentados não há registro da necessidade do serviço que demande a permanência do servidor no serviço que implique o acúmulo de mais de um período de férias,

RESOLVE

Art.1º Conceder férias aos seguintes servidores:

I – Integrantes do Magistério Municipal;

PROFESSORES

Claudia Cabral – 297 - 1763
 Emilene da Silva – 495 - 1879
 Jonara de Liz - 1921
 Paulina Pereira Cabral Costa – 35 – 1906
 Erlita Fracetto Banck – 1621
 Wiliany Kalinka Kunhen – 1891
 Cleusa Aparecida de Souza – 293 - 1934
 Maria Pedroso Bernardo Cesconeto – 32 – 474
 Mislene Rozanski Copetti - 498
 Cineide Mendes de Abreu - 1901
 Hingrid Alvim Cristoff - 1903
 Camila Vargas - 1905
 Otilia Baldessar - 1908
 Elizete Costa – 231
 Márcia de Liz e Souza Pickler - 13
 Marcia Henkemaier Padilha - 234
 Maristela Piucco - 81
 Luciana Baldessar Ghizoni - 233
 Sidney Donizette da Silva - 15
 Marli das Graças Souza da Silva – 102 - 488
 Juçara Custódio de Oliveira Antunes – 235 - 1892
 Karla Oselame Vieira Oliveira – 236 – 1907
 Silvia de Souza – 292-475

II – Integrantes de outras carreiras:

MERENDEIRAS E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Ioiete Terezinha da Silva - 09
 Mariléia Lima - 471
 Daniela dos Santos - 1657
 Gescica de Liz Medeiros - 1709
 Luiza Marimar Fernandes - 64
 Emília Terezinha Vaz - 480
 Eliane Copetti - 502
 Angélica de Brito - 1929
 Juçara Dias - 1764
 Cladis de Oliveira - 1605
 Giara de Liz - 1627

MOTORISTAS

Alisson Mufatto - 1715
 Antônio Cleres dos Santos - 247
 Cledson Perão Costa - 256
 Juliano da Silva - 917
 João Aires Arcênio – 515
 Douglas Alexandre Coelho – 1718

PROFESSORES READAPTADOS

Silvia de Souza – 292 – 475
 Ketlin Oselame Vieira – 221 – 477
 Edinara Wiggers – 487 - 222

PSCICOLOGA

Ana Luisa Wolff – ANS- 1737

VIGIA

Edimar Martins-962

CIRURGIÃO DENTISTA

Ana Carolina Matias -1157

AUXILIAR DE APOIO A SAÚDE

Rosa Helena de Liz Mendes – 499

AGENTE DE SAÚDE

Vivian Valente Buratto – 675

FARMACÊUTICO

Matheus Melo de Arruda

§ 1º No caso do inciso I, o período de férias inicia no dia 04/01/2021, e termina em 02/02/2021.

§ 2º No caso do inciso II, o período de férias inicia no dia 04/01/2021, e termina em 02/02/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 04 de janeiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº 003

Publicação Nº 2794955

PORTARIA Nº003,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO POLÍTICO DE SECRETÁRIO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, ANDREIA APARECIDA CAMARGO SILVA, CPFº 027.753.759-28, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 06 de janeiro de 2021

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº 005

Publicação Nº 2794974

PORTARIA Nº005,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO POLÍTICO DE SECRETÁRIO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes DILVANA SOARES MACCARINI CPFº 893.729.489-34, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 05 de janeiro de 2021

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº002

Publicação Nº 2794947

PORTARIA Nº002,
de 05 de janeiro de 2021.

“EXONERA OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DE FUNÇÕES GRATIFICADAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que a gestão anterior se encerrou sem que seu titular promovesse a exoneração de toda a sua equipe de trabalho;

CONSIDERANDO que é direito do Chefe do Poder Executivo cercar-se de pessoas de sua confiança, por ocasião da montagem de sua equipe de trabalho, composta de secretários e outros cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO, ainda, que no mesmo sentido é a situação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, mas que por discricionariedade da autoridade nomeante acabaram sendo designadas para ocuparem funções gratificadas de direção, chefia e assessoramento da antiga gestão,

RESOLVE

Art.1º Exonerar dos cargos de provimento em comissão de:

I - Diretor(a) de Administração Geral: MARIZA BARBOZA

II - Diretor do Centro de Referência em Assistência Social: SUZETE DE SOUZA OSELAME

III - Diretor(a) de Administração Geral: MARCIA DA APARECIDA KOBESKI

IV - Diretor de Auditoria e Controle Interno: JOSIELI BANCK

Parágrafo único. Se os ocupantes dos cargos de que trata este artigo forem servidores efetivos do Poder Executivo Municipal, deverão retornar ao exercício das atribuições dos cargos nos quais foram investidos, nos setores definidos pela reestruturação administrativa.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 05 de janeiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº006

Publicação Nº 2794978

PORTARIA Nº006 ,
de 04 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO POLÍTICO DE SECRETÁRIO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de Secretário(a) Municipal de Saúde CELIA COSTA CPFº 018.513.879-94, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 04 de janeiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº007

Publicação Nº 2794981

PORTARIA Nº007,
de 04 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários e outros nomeados, na forma da Lei, para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR(A) DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, KATIUSCE MARINA ANDRADE ABREU CPF Nº 082.881.699-96, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº009

Publicação Nº 2794995

PORTARIA Nº009,
de 04 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO POLÍTICO DE SECRETÁRIO(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de Secretário(a) Municipal de Agricultura NILTON ANTONIO PEREIRA, CPF Nº 806.949.189-20, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº010

Publicação Nº 2794997

PORTARIA Nº010,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO COORDENADORA DE PROGRAMAS ESPECIAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de Coordenadora de Programas Especiais, FRANCIELE CORREIA MUNDI PEREIRA , CPF Nº 039.485.619-82 , o qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº011

Publicação Nº 2795011

PORTARIA Nº011,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA SERVIDOR(A) PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários e outros nomeados, na forma da Lei, para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício da função gratificada de GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS na Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, MARCIA DA APARECIDA KOBESKI, CPF Nº 028.991009-98, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 241, o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e legislação correlata, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 05 de janeiro de 2021.

ERLON TANCREDO COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº012

Publicação Nº 2795032

PORTARIA Nº012,
de 05 de janeiro de 2021.

“NOMEIA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR(A) DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Chefe do Poder Executivo Municipal exerce a gestão municipal com o auxílio direto de seus secretários e diretores, conforme disposto no artigo 64 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que compete aos secretários e diretores nomeados a execução das competências atribuídas pela Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001,

RESOLVE

Art.1º Nomear para o exercício do cargo de DIRETOR DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO, ANTONIO MARCOS GHIZONI CPF Nº

735.382.489-15 o(a) qual assumirá o compromisso de desempenhar fielmente as atribuições e competências definidas na Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 205, de 11 de junho de 2001, sem prejuízo das disposições constantes das Constituições Federal e Estadual e legislação vigente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 05 de janeiro de 2021.
ERLON TANCREDOS COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº013

Publicação Nº 2796634

PORTARIA Nº013,
de 07 janeiro de 2021.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, COM FUNDAMENTO NO ART. 70 C/C ART. 65, III E SEQUENTES DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, À SERVIDORA LETICIA FRANCIÉLI DE FERREIRA PELO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o nascimento do filho(a) ocorrido na data de 23/12/2020, comprovado por meio da certidão de nascimento cuja cópia foi arquivada nos assentamentos funcionais da servidora,

RESOLVE

Art.1º Conceder licença maternidade à servidora (preencher nome completo, cargo e matrícula) pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), com fundamento no art. 70 c/c art. 65, III.

Parágrafo único. O prazo de início da licença de que trata o caput tem início no exato dia do nascimento da criança, que aconteceu na data de 23/12/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 07 janeiro de 2021.
ERLON TANCREDOS COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

PORTARIA MUNICIPAL Nº013

Publicação Nº 2796415

PORTARIA Nº013,
de 07 janeiro de 2021.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE, COM FUNDAMENTO NO ART. 70 C/C ART. 65, III E SEQUENTES DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 5, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2004, À SERVIDORA LETICIA FRANCIÉLI DE FERREIRA PELO PRAZO DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Rio Rufino/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o nascimento do filho(a) ocorrido na data de 23/12/2020, comprovado por meio da certidão de nascimento cuja cópia foi arquivada nos assentamentos funcionais da servidora,

RESOLVE

Art.1º Conceder licença maternidade à servidora (preencher nome completo, cargo e matrícula) pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), com fundamento no art. 70 c/c art. 65, III.

Parágrafo único. O prazo de início da licença de que trata o caput tem início no exato dia do nascimento da criança, que aconteceu na data de 23/12/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Rufino, 07 janeiro de 2021.
ERLON TANCREDOS COSTA
Prefeito do Município de Rio Rufino

Romelândia

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 01/2021

Publicação Nº 2794885

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 01/2021

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES – Através do Procedimento de Dispensa de Licitação 005/2020, Contratado: INFORMATICA PERONDI LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.447.212/0001-14, estabelecida na Rua Barrão do Rio Branco, n 569-centro- Município de Romelândia- SC.

06 de janeiro de 2021.

Esmael Barpp

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DO CONTRATO 02/2021

Publicação Nº 2794905

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 002/2021

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES – Através do Procedimento de Dispensa de Licitação 005/2020, Contratado: BIESDORF PAPELARIA BAZAER E CONFECÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 09.235.361/0001-91, estabelecida na RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 160, Município de Romelândia- SC.

06 de janeiro de 2021.

Esmael Barpp

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DO CONTRATO 03/2021

Publicação Nº 2794913

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 003/2021

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS ADMINISTRATIVOS DA CÂMARA DE VEREADORES – Através do Procedimento de Dispensa de Licitação 05/2020, Contratado: GM Motos, Brindes e comunicação Visual Ltda, inscrita no CNPJ nº 15.095.023/0001-02, estabelecida na Avenida Brasil-Centro, Município de Romelândia- SC.

06 de janeiro de 2021.

Esmael Barpp

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DO CONTRATO 04/2021

Publicação Nº 2794919

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO 04/2021

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS DA CÂMARA DE VEREADORES – Através do Procedimento de Dispensa de Licitação 006/2020, Contratado: ATILIO FRANCISCO FERREIRA ME, inscrita no CNPJ nº 02.370.841/0001-16, estabelecida na RUA GETÚLIO VARGAS, Nº 77, Município de Romelândia- SC Romelândia, 06 de janeiro de 2021.

Esmael Barpp

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

EXTRATO DO CONTRATO 05/2021

Publicação N° 2794923

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 05/2021

A Câmara Municipal de Vereadores de Romelândia (SC), comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS DA CÂMARA DE VEREADORES – Através do Procedimento de Dispensa de Licitação 006/2020, Contratado: MERCADO SAUL-EIRELI-ME, inscrita no CNPJ nº 02.370.841/0001-1604.315.832/0001-58, estabelecida na RUA 07 DE SETEMBRO, N 261- CENTRO, Município de Romelândia- SC Romelândia, 06 de janeiro de 2021.

Esmael Barpp

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021

Publicação Nº 2795738

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2021

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 04/2021, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS, NO RAMO DE PEDIATRIA, NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SALTO VELOSO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 20/01/2021 até as 10h00min.

Abertura: 20/01/2021, às 10h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 06 DE JANEIRO DE 2021.

NEREU BORGA
Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.452, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795721

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.452, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 104, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o teor do Decreto Nº 1.027, de 18 de Dezembro de 2020, baixado pelo Governador do Estado de Santa Catarina, o qual o Município acata em todos os seus termos; e
Considerando que o Município de Santa Cecília encontra-se em região classificada como de RISCO GRAVISSIMO para o contágio do COVID-19,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o rol de atividades regradas de acordo com a matriz de risco epidemiológico-sanitário divulgado pela Secretaria de Estado de Saúde, sem prejuízo dos demais regramentos sanitários emitidos por autoridade sanitária federal, estadual ou municipal:

I – atividades esportivas de caráter recreativo: proibidas no nível gravíssimo e autorizadas nos demais níveis de risco;

II – casas noturnas:

- a) proibidas no nível gravíssimo;
- b) autorizadas com 20% de ocupação no nível grave;
- c) autorizadas com 50% de ocupação no nível alto;
- d) autorizadas com ocupação integral no nível moderado;

Estado de Santa Catarina
Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.452, DE 06 DE JANEIRO DE 2021
FL. 02

III – congressos, feiras e exposições:

- a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;
- d) autorizados com ocupação integral no nível moderado.

IV – eventos e competições esportivas organizados pela iniciativa privada, por meio de entidades de administração esportiva ou pela FESPORTE, ficam permitidos em todos os níveis de risco, ficando proibido o acesso de público, de acordo com o estabelecido no Artigo 2º do Decreto Estadual Nº 1.027, de 18 de Dezembro de 2020;

V – eventos sociais:

- a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;
- d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

VI – igrejas e templos religiosos:

- a) autorizados com 30% de ocupação no nível gravíssimo;
- b) autorizados com 50% de ocupação no nível grave;
- c) autorizados com 75% de ocupação no nível alto;
- d) autorizados com ocupação integral no nível moderado;

Estado de Santa Catarina

Prefeitura do Município de Santa Cecília

DECRETO Nº 1.452, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

FL. 02

Art. 2º. Os estabelecimentos e atividades que não estiverem atendendo às normas estabelecidas pelos protocolos e regimentos sanitários estabelecidos para a prevenção do COVID-19, sejam elas orientadas por normas Estaduais ou Municipais, terão suas atividades encerradas através da cassação do Alvará de Funcionamento por período indeterminado.

Art. 3º. Fica OBRIGATÓRIO o uso de máscara por todos os habitantes do Município, nas vias públicas, nos estabelecimentos públicos e privados e inclusive durante a realização de prática de esportes individuais.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 1.432, de 07 de Dezembro de 2020, o qual fica totalmente revogado.

Santa Cecília, 06 de Janeiro de 2021

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Este decreto foi publicado na data de 06 de Janeiro de 2021.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

Santa Helena

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 182/2021/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795780

PORTARIA Nº 0182/2021

NOMEIA ASSESSOR JURIDICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

WAGNER LUIZ GIORDANO, Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e o Regimento Interno da Câmara Municipal e a Lei nº 949/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEIA o Advogado DANIEL STASIAK, advogado devidamente inscrito nos quadros da OAB/SC nº 36.088, para ocupar o Cargo de ASSESSOR JURÍDICO da Câmara Municipal de Vereadores do município de Santa Helena – SC, Cargo de Provimento em Comissão, com carga horária de 20 horas semanais e com vencimento de R\$ 4.344,56 (quatro mil trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), nos termos da Lei nº 949/2017 e enquadrado de forma subsidiária no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Santa Helena - SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA
Em 06 de janeiro de 2021.

WAGNER LUIZ GIORDANO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada e Publicada a
Presente em data supra.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 004-2021

Publicação Nº 2796592

DECRETO Nº004/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS

CARGO: DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

NÍVEL: CC-02

CÓDIGO: 1027

LOTAÇÃO: Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 005-2021

Publicação Nº 2796620

DECRETO Nº005/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada no cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: DEBORA BECKER BADIA

CARGO: GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO

NÍVEL: CC-01

CÓDIGO: 1024

LOTAÇÃO: Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 006-2021

Publicação Nº 2796623

DECRETO Nº006/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada no cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: CLEONICE APARECIDA GARCIA COMPARIN

CARGO: SECRETARIA MUNICIPAL

NIVEL: AP-06

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO: Secretaria de Assistência Social.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 007-2021

Publicação N° 2796625

DECRETO N°007/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: LUIZ GUILHERME DAMAREN

CARGO: ASSESSOR JURIDICO

NIVEL: CC-00

CODIGO: 1071

LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 008-2021

Publicação N° 2796630

DECRETO N°008/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: JACOB GILMAR JUNGES

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

NIVEL: AP-05

CODIGO: 0003

LOTAÇÃO: Secretaria de Agricultura.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 009-2021

Publicação Nº 2796633

DECRETO Nº009/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: ELOIR ROGERIO PIMEL

CARGO: ASSESSOR DE PLANEJAMENTO

NIVEL: CC-03

CODIGO: 1067

LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 010-2021

Publicação Nº 2796637

DECRETO Nº010/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeada no cargo de provimento em comissão, a seguinte servidora pública municipal:

NOME: MARLA CRISTINA FACHINI SUTIL

CARGO: DIRETORA DE SAUDE PUBLICA

NIVEL: CC-02

CODIGO:1030

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 011-2021

Publicação Nº 2796640

DECRETO Nº011/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: CLEZIO COMONELO

CARGO: SECRETARIO MUNICIPAL

NIVEL: AP-01

CODIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 012-2021

Publicação Nº 2796644

DECRETO Nº012/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº12 e 27 de janeiro de 2010.

DECRETA

Art.1º. Fica nomeado no cargo de provimento em comissão, o seguinte servidor público municipal:

NOME: ELI ORTIZ GEHLEN

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL

NÍVEL: AP-02

CODIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 07 de janeiro de 2021.

Márcia Detofol
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

DECRETO 013-2021

Publicação Nº 2796655

DECRETO Nº 013/2021

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DE PREGOEIRO E MEMBROS DE SUA EQUIPE DE APOIO PARA ATUAÇÃO EM PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso/ estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da lei orgânica Municipal.

- Considerando o disposto na Lei Federal 10.520/2002 e em seus regulamentos;
- Considerando o disposto no Decreto Federal 10.024/2019;
- Considerando o disposto nos Decretos 141/2017 e 146/2020 que dispõe sobre o regulamento para a modalidade de pregão presencial e eletrônico, respectivamente, no âmbito do poder Executivo Municipal de Santa Terezinha do Progresso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado como PREGOEIRO, para atuação em pregão presencial e pregão eletrônico no âmbito do Município de Santa Terezinha do Progresso, o servidor Clézio Comonelo.

Art. 2º. Ficam designados como membros de sua equipe de apoio os servidores abaixo relacionados:

Eroni Allebrandt

Solange Braga

Lucas de Oliveira Santo

Vinicius Ferreira

Juliana Dal Mago

Parágrafo Único Quando da ausência do pregoeiro, assumirá como pregoeiro o membro Eroni Allebrandt.

Art. 3º. O mandato dos Membros da comissão de Licitação será de 07 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de janeiro de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

DECRETO 014-2021

Publicação Nº 2796659

DECRETO Nº 014/2020

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIA DETOFOL, prefeito municipal de Santa Terezinha do Progresso/ estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da lei orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores relacionados a integrarem a Comissão Municipal de julgamento dos Registros Cadastrais.

Presidente: Clézio Comonelo

Membro: Eroni Allebrandt

Membro: Solange Braga

Membro: Lucas de Oliveira Santo

Membro: Vinicius Ferreira

Membro: Juliana Dal Mago

Art. 2º. Ficam designados os servidores a integrarem a Comissão Permanente de Licitações do Município de Santa Terezinha do Progresso:

Presidente: Clézio Comonelo

Membro: Eroni Allebrandt

Membro: Solange Braga

Membro: Lucas de Oliveira Santo

Membro: Vinicius Ferreira

Membro: Juliana Dal Mago

§ 1º A Comissão deverá contar com a presença de 02 (dois) membros mais o presidente.

§ 2º Quando da ausência do presidente, assumirá a presidência o membro Eroni Allebrandt.

Art. 3º. O mandato dos Membros da comissão de Licitação será de 07 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 07 de janeiro de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

PORTARIA 001-2021 ATRIBUIR FUNÇÃO LUCAS

Publicação Nº 2796612

PORTARIA Nº 001/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE E SEM ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designado o servidor público municipal LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula 13137/03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Econômico, para responder cumulativamente e sem acréscimo de remuneração pelo Setor de Recursos Humanos

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de janeiro de 2021.

MÁRCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA 002-2021 REVOGAÇÃO

Publicação N° 2797194

PORTARIA N° 002/2021
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 294/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada integralmente a Portaria 294/2020 de 22 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de janeiro de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA 003-2021 REVOGAÇÃO

Publicação N° 2797202

PORTARIA N° 003/2021
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 295/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada integralmente a Portaria 295/2020 de 22 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 08 de janeiro de 2021.

MARCIA DETOFOL
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 02, DE 07 DE JANEIRO DE 2021**

Publicação Nº 2795986

PORTARIA N. 02, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Nomeia Servidor Público Municipal e dá outras providências.

IRENO DEOLA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores e Lei complementar n. 09, de 16 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. . Nomear a servidora ARIANI PAULA BONFANTI, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5.624.619 e do CPF nº 113.616.439-19, para responsabilizar pela tesouraria, bem como pelas operações bancárias referentes às contas da Câmara Municipal em conjunto com o presidente, inclusive emissão cheques, obter saldos, extratos, retirar talão de cheques, abertura e encerramento de contas e outras operações disponibilizadas pelo banco..

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente, em cada exercício.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 07 de janeiro de 2021.

IRENO DEOLA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

ALICE CLAIR STAUDT GEHLEN

CONTADORA

Santiago do Sul

PREFEITURA

02.2021 IGE

Publicação Nº 2795056

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 02/2021
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.02/2021
Objeto: Locação de software de informática para controle dos serviços prestados pelo Município aos Municípios Santiaguenses, relativos à programas com utilização de serviços de máquinas/equipamentos agrícolas, rodoviários e afins, para o período exercício 2021.
Fornecedor: IGE Informática e Suprimentos Ltda - Me
Valor R\$ 5.340,00 (Cinco mil trezentos e quarenta reais)
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2021.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

03.2021 IGE

Publicação Nº 2795022

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	03/2021
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	IGE Informática e Suprimentos Ltda - Me
Objeto	Locação de software de informática.
Vigência	02 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.
Valor	R\$ 5.340,00
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2021.	
JULCIMAR A. LORENZETTI	
Prefeito Municipal	

87-2020 REFITICANDO

Publicação Nº 2796240

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL- Retificação	
Contrato Nº	87/2020
Processo Licitatório	43/2019
Pregão	28/2019
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	LACUA SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO LTDA
Objeto	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRATAMENTO E ANÁLISES DE SISTEMAS DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL.
Vigência	01 de (maio) janeiro à 31 de dezembro de 2021.
Valor	R\$ 44.400,00
Santiago do Sul-SC, 23 de dezembro de 2020	

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

AVISO DE CREDENCIAMENTO 01.2021

Publicação Nº 2795838

O MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Rua Angelo Toazza, 600, centro, SANTIAGO DO SUL, SC - CEP 89854-000, através de seu PREGOEIRO, designado pelo Decreto Nº. 024/2017 de 02 de janeiro de 2017, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições para Credenciamento de Pessoas Jurídicas, para o Fornecimento de Refeições para Servidores e/ou Agentes Políticos do Município de Santiago do Sul e do Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras na Prefeitura de Santiago do Sul, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Angelo Toazza, das 07h30m às 11h30m, das 13h00min às 17h00min, no período de 07 de JANEIRO a 31 de Dezembro de 2021.

Acesse – www.Santiagodosul.sc.gov.br e confira Edital de credenciamento 01.2021.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 01/2021 - DE 04 DE JANEIRO DE 2021, DESIGNA TESOUREIRO DA CÂMARA DE VEREADORES**

Publicação Nº 2796611

Portaria Nº 01/2021 - de 04 de janeiro de 2021.

Designa Tesoureiro da Câmara de Vereadores.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. Claudino Pereira da Silva portador RG 4.006.126, CPF 028.165.699-18 no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santiago do Sul – SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Senhor Sidinei Moreira Pereira, RG 5.365.989, CPF 088.132.879-09 servidor ocupante do cargo de Diretor Legislativo para exercer as atividades de Tesouraria da Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul- SC, CNPJ 15.643.767/0001-06.

§ 1 O tesoureiro terá poderes para:

- Emitir cheques;
- Abrir contas de depósito;
- Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
- Requisitar talonários de cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Sustar / contra-ordenar cheques;
- Cancelar cheques;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates / Aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro;
- Solicitar saldos / extratos de investimentos;
- Solicitar saldos / extratos de operações de crédito;
- Efetuar transferência para mesma titularidade;
- Encerrar contas de depósitos.

§ 2 Os poderes listados acima terão vigência enquanto o servidor fizer parte do quadro funcional da câmara.

Art. 2º O tesoureiro será responsável juntamente com o presidente da câmara de Vereadores pelas movimentações financeiras do órgão.

Art. 3º Os serviços do servidor são considerados de caráter relevante, não sendo atribuído à mesmo qualquer remuneração, incluindo a não geração de direito ou obrigação social trabalhista.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 001/2012, de 01 de junho de 2012, Portaria Nº 003/2013 - de 05 de setembro de 2013, portaria 02/2017 de 03 de janeiro de 2017, portaria 02/2018 de 02 de janeiro de 2018, portaria 01/2019 de 02 de janeiro de 2019, portaria 04/2019 de 06 de março 2019, portaria 01/2020 de 02 de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de janeiro de 2021.

Claudino Pereira da Silva

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Sidinei Moreira Pereira
Diretor Legislativo

PORTARIA Nº 02/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021, EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR EDERNEI DHEIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2796621

Portaria Nº 02/2021, de 07 de janeiro de 2021.

Exonera o Servidor Público Municipal Senhor EDERNEI DHEIN e dá outras providências.

CLAUDINO PEREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso III, alínea j, art. 43 da Resolução nº. 01/2019, de 30 de outubro de 2019 (Regimento Interno), combinado com o Art. 3º da Lei Municipal nº. 221/2003, de 14 de abril de 2003 (Quadro Geral de Pessoal do Poder Legislativo Municipal);

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a partir do dia 07 de JANEIRO de 2021, o servidor público Municipal Senhor Edernei Dhein, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR JURIDICO, código 11.01, nível CC-2, da Lei Complementar Municipal nº. 045/2019 de 31 de maio de 2019, com lotação na Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria correrão por conta de dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 07 de janeiro de 2021.

Claudino Pereira da Silva
PRESIDENTE

Registrada e publicada em data supra.
Sidinei Moreira Pereira
Diretor Legislativo

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

DECRETO 7.068-2020- IPRE

Publicação Nº 2795535

DECRETO Nº 7.068, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Concede Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo JOÃO JOSÉ MARTINHO, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 002/2000, observada a aplicação do art. 23, §8º da Emenda Constitucional nº 103/2019, à dependente NADIA GONÇALVES ADRIANO MARTINHO (cônjuge), com efeitos a partir de 29/11/2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, Pensão por Morte, em face do óbito do servidor inativo JOÃO JOSÉ MARTINHO, brasileiro, casado, ex-portador do RG nº 2.065.118, SSP/SC, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar Municipal nº 002/2000, e do art. 23, §8º da Emenda Constitucional nº 103/2019, à dependente NADIA GONÇALVES ADRIANO MARTINHO (cônjuge).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Pensão por Morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 1.898,50 (um mil oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) que serão pagos mensalmente pelo IPRESANTOAMARO.

Parágrafo único. O valor dos proventos de Pensão por Morte será revisado com a aplicação do instituto da paridade.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 29/11/2020 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz, 07 de janeiro de 2021.

Ricardo Lauro da Costa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.048/2021

Publicação Nº 2795449

DECRETO Nº 7.048, de 04 de janeiro de 2021.

APROVA CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2021.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com o Art. 59 da Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o ano de 2021, na forma do Anexo I, que passa a fazer parte integrante deste decreto.

Art. 2º O Atendimento dos serviços públicos essenciais (tais como coleta de lixo e saúde), nas datas mencionadas do Anexo I, deverão ser garantidos pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

ANEXO I – Decreto 7.048/2021

CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS – 2021

15/01 FERIADO MUNICIPAL (PADROEIRO);

15/02 PONTO FACULTATIVO (2ª FEIRA DE CARNAVAL);
16/02 PONTO FACULTATIVO (3ª FEIRA DE CARNAVAL);
17/02 PONTO FACULTATIVO (ATÉ 12 HORAS/4ª FEIRA DE CINZAS);
01/04 PONTO FACULTATIVO (INÍCIO DOS ATOS RELIGIOSOS DA SEMANA SANTA)
02/04 FERIADO NACIONAL (PAIXÃO DE CRISTO)
21/04 FERIADO NACIONAL (TIRADENTES);
01/05 FERIADO NACIONAL (DIA MUNDIAL DO TRABALHO);
24/05 FERIADO MUNICIPAL (FESTA DO DIVINO);
03/06 PONTO FACULTATIVO (CORPUS CHRISTI);
04/06 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS;
10/07 FERIADO MUNICIPAL (EMANCIPAÇÃO POLÍTICA);
06/09 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS;
07/09 FERIADO NACIONAL (INDEPENDÊNCIA DO BRASIL);
11/10 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DIA DO PROFESSOR;
12/10 FERIADO NACIONAL (NOSSA SENHORA APARECIDA);
28/10 PONTO FACULTATIVO (DIA DO SERVIDOR PÚBLICO);
01/11 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS;
02/11 FERIADO NACIONAL (FINADOS);
15/11 FERIADO NACIONAL (PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA);
24/12 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS;
25/12 FERIADO NACIONAL (NATAL);
31/12 PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS;

DECRETO Nº 7.054/2021

Publicação Nº 2796707

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.054, de 04 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR:

ALESSANDRA KRAUTZ COELHO, para o cargo de Assessor de Planejamento, a partir de 04/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.060/2021

Publicação Nº 2796702

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.060, de 06 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDOR PARA OCUPAR
CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :
VALDIR PEDRO DA SILVA, para o Cargo em Comissão de Diretor de Defesa Civil, código CC-1, a partir de 06/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO N° 7.061/2021

Publicação N° 2796704

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO N° 7.061, de 06 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR
CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :
RITA DE CASSIA MULLER ROSA, para o Cargo de Assessor Executivo de Arrecadação e Finanças, a partir de 06/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO N° 7.062/2021

Publicação N° 2796699

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO N° 7.063, de 06 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR:

DIEGO STEIMBACH, para o cargo de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, a partir de 06/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.063/2021

Publicação Nº 2796697

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.063 de 06 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR:

EMANUEL GENTILE SALA MORAES CAIÇARA, para o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, a partir de 06/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.064/2021

Publicação Nº 2796703

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.064, de 06 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR:

ANTONIO CARLOS BORBA, para o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, a partir de 06/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.065/2021

Publicação Nº 2796706

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.065, de 07 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR
CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :

JAQUELINE KRAUS, para o Cargo em Comissão de Diretor de Saúde Pública, código CC-1, a partir de 07/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.066/2021

Publicação Nº 2796709

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 7.066, de 07 de Janeiro de 2021.

NOMEA SERVIDOR PARA OCUPAR

CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :

LUCIANO FRANÇA, para o Cargo em Comissão de Assessor de Manutenção das Estradas Vicinais e Vias Urbanas, código CC-1, a partir de 07/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.296/2021

Publicação Nº 2796686

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.296, de 04 de Janeiro de 2021.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando as Comunicações Internas nºs 286/2020 e 008/2021 expedida pela Secretaria da Saúde e considerando a Pandemia do Coronavírus

RESOLVE :

Prorrogar até 31/03/2021 a designação dos servidores GABRIELA BORTOLI e MARIA LUIZA CARDOSO, ocupantes do cargo de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem (Portarias nºs 16.074 e 15.957/20).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.303/2021

Publicação Nº 2796679



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 16.303, de 04 de Janeiro de 2021.

CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

C O N C E D E R:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
8349	Julia Machado Hegner

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.304/2021

Publicação Nº 2796682

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.304, de 04 de Janeiro de 2021.
CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 138 da lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder licença com vencimento, à funcionária MARIA DO CARMO VIANA DE JESUS, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com efeitos retroativos a partir de 28.12.2020 à 26.04.2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.305/2021

Publicação Nº 2796688

PORTARIA Nº 16.305, de 04 de Janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

ANGÉLICA DE BORBA, matrícula nº 6561, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer atividades no Centro Educacional Municipal Antônio Rodolfo Fabrício, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 04/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.306/2021

Publicação Nº 2796691

PORTARIA Nº 16.306, de 04 de Janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

MARISTELA HILLESHEIM LEHMKUHL, matrícula nº 8288, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer atividades na Escola Básica Municipal Profª Maria Andréia Goulart Hillesheim, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 04/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.307/2021

Publicação Nº 2796695

PORTARIA Nº 16.307, de 04 de Janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORES PARA RESPONDER PELAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

DEBORA DA SILVEIRA GASPARG, para responder pelas funções de Encarregado da Educação Infantil, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

EDERSON DA ROSA, para responder pelas funções de Encarregado da Manutenção dos Prédios Escolares, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

GEOVANA BROERING, para responder pelas funções de Encarregado do Apoio Pedagógico, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

GIOVANA MÁRCIA DOS SANTOS GUIMARÃES, para responder pelas funções de Encarregado do Controle e Distribuição da Alimentação Escolar, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

GRACIANE ZIMMERMANN GRAH, para responder pelas funções de Encarregado do Apoio Pedagógico, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

JORGE JOSÉ DA CUNHA, para responder pelas funções de Encarregado da Educação Básica Séries Finais (6º ao 9º ano), FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

LUCIMAR ONOFRE, para responder pelas funções de Encarregado da Educação Infantil, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

MARIA APARECIDA COELHO SILVA, para responder pelas funções de Encarregado das Tecnologias Educacionais, FG-3, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.311/2021

Publicação Nº 2796714

PORTARIA Nº 16.311, de 04 de Janeiro de 2021.

**DESIGNA SERVIDORES PARA RESPONDER
PELAS FUNÇÕES QUE ESPECIFICA.**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

ANA CARMOLINA DOS SANTOS COELHO, para responder pelas funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil José Rogério Sommer, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

ANA CAROLINA SCHMITZ, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica da Escola Municipal Sul do Rio Cubatão, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

CLEONICE APARECIDA KEMPFER BOKORNI, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Estrada Velha, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

ELAINE CRISTINA LEHMKUHL HASCKEL, para responder pelas funções de Assessora de Direção da Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

ELIZANGELA DA SILVA SOUZA MACHADO, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil José Rogério Sommer, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

EVELISE SILVEIRA DE SOUSA, para responder pelas funções de Diretora Adjunta da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

FABIANE ELZA TURNES, para responder pelas funções de Diretora da Escola Básica Municipal Judite Adelina Schurhaus, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

FABRICIO RIBEIRO DA SILVA, para responder pelas funções de Assessor de Direção da Escola Básica Municipal Vila Santana, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

GESSICA DE SOUZA DA SILVA, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica da Escola Municipal Braço São João, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

IONE REGINA MARTENDAL HEINZ, para responder pelas funções de Assessora de Direção da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

JANAINA LEHMKUHL ROSA, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

KARINA RAIMUNDO HENRIQUE, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

LOURDES TEREZINHA CAMPOS KLOPPPEL, para responder pelas funções de Assessora de Direção da Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

LUCIANA SEEMANN BROERING, para responder pelas funções de Assessora de Direção da Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

MATILDES MERENCIA RODRIGUES DA SILVA, para responder pelas funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Recanto Feliz, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

MICHELI GOULARTE RODRIGUES, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Educacional Municipal Antônio Rodolfo Fabrício, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

NILCELÉIA DE OLIVEIRA DA ROSA, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Caminho do Aprender, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

PATRICIA SEEMANN FARIAS, para responder pelas funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

PRISCILA ROSE DA SILVA, para responder pelas funções de professora responsável pela parte administrativa e pedagógica da Escola Básica Municipal Vila Santana, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

RAQUEL COSTA DA SILVA RODRIGUES, para responder pelas funções de Diretora do Centro Educacional Municipal Antônio Rodolfo Fabrício, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

ROSIANE MONTEIRO, para responder pelas funções de Diretora do Centro Municipal de Educação Infantil Caminho do Aprender, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

ROZEMERI CONSTANTE, para responder pelas funções de Diretora da Escola Básica Municipal Professora Maria Andréia Goulart Hilleshein, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

SÔNIA MARIA MARTINS HEINZEN, para responder pelas funções de Assessora de Direção da Escola Básica Municipal Professora Maria Andréia Goulart Hilleshein, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

VANDRESSA BERTOLIN SCHEIDT, para responder pelas funções de Diretora da Escola Básica Municipal Alvim Duarte da Silva, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

VIVIANE HELOISA GARCIA PAWLICK, para responder pelas funções de Diretora da Escola Básica Municipal Prefeito Augusto Althoff, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

VOLNEI VIEIRA, para responder pelas funções de Diretor da Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia, atribuindo-lhe a gratificação prevista em lei.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.312/2021

Publicação Nº 2796713

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.312, de 04 de Janeiro de 2021.

FIXA CARGA HORÁRIA
DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE :

- Fixar em 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do servidor FABRICIO RIBEIRO DA SILVA, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, enquanto perdurar sua designação como Assessor de Direção da Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 04/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.313/2021

Publicação Nº 2796710

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.313, de 04 de Janeiro de 2021.

FIXA CARGA HORÁRIA
DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE :

- Fixar em 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora KARINA RAIMUNDO HENRIQUE, matrícula nº 3206 ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, enquanto perdurar sua designação professor responsável pela parte administrativa e pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, a partir de 04/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.315/2021

Publicação Nº 2796716

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 16.315, de 04 de Janeiro de 2021.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde ao servidor JOÃO CÂNDIDO, matrícula nº 044, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com efeitos retroativos a partir de 03/01/2021 à 03/03/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.316/2021

Publicação Nº 2796719

PORTARIA Nº 16.316, de 04 de Janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORA PARA FUNÇÕES JUNTO AO IPRESANTOAMARO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de manutenção dos serviços do IPRESANTOAMARO, resolve

D E S I G N A R :

LAYS MILLENA VIEIRA MANN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro da Prefeitura Municipal, matrícula nº 6037, para exercer as funções de Auxiliar Contábil/Financeiro junto ao IPRESANTOAMARO, sem prejuízo de suas funções junto a origem, em substituição ao servidor ADOLFO JULIO DERNER, matrícula nº 004.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 16.318, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796801

PORTARIA Nº 16.318, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.
AUTORIZA A DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica autorizado o servidor comissionado Valdir Pedro da Silva, inscrito no CPF sob o nº 781.402.699-72 e CNH nº 00819118203 a conduzir o veículo Suzuki Jimmy 4x4 placas QHN 6870 do Gabinete do Prefeito (Defesa Civil).

Art. 2º - O uso indevido do veículo oficial ou da autorização que lhe tenha sido concedida implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo Único – Ao servidor comissionado caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de janeiro de 2021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

15-2020 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03

Publicação Nº 2795509

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/9

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 15/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2020**

No dia 25 do mês de Novembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.307.876/0001-00, com sede administrativa localizada na Praça Governador Ivo Silveira, bairro Centro, CEP nº. 88140-000, nesta cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, representado pelo(a) Secretária Municipal de Saúde, o Sr(a). Jaqueline Kraus, inscrito no CPF sob o nº. 061.935.299-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 15/2020, Processo Licitatório nº. 15/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de equipamentos de proteção individual a ser utilizados pelos profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde Municipais e do Centro de Triagem do COVID-19, conforme especificações contidas nos anexos I e II, parte integrante deste Edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6093	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	5
8238	BMI PROSPER EIRELI	1
8239	COMERCIAL KS EIRELI	
8159	HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS L	
8253	MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	
6616	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	6, 7, 8, 9
8251	R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE ALIMENTO	2, 13
8252	RP COMERCIAL LTDA	3
8213	Saúde Imperial Comércio de Produtos Hospitalares L	
7839	SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E EQUI	4, 10, 11, 12
8250	SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	CLEITON ANDRE WAGNER	029.131.619-01
BMI PROSPER EIRELI	14.012.375/0001-86	GUSTAVO CHEREM DE ATHAIDE	075.227.339-60
COMERCIAL KS EIRELI	33.668.279/0001-35	LEONARDO CAMILO INACIO	728.436.409-20
HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICO	28.655.764/0001-34	ALINE TEREZINHA MACHADO	074.914.379-74
MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	18.274.923/0001-05		
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.	03.033.589/0001-12	ROBSON EMANUEL ALBANO BASCHI	063.372.779-29
R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE ALIM	19.364.427/0001-05	GUILHERME NUNES BOFF	002.847.890-89
RP COMERCIAL LTDA	20.604.417/0001-70	ANDREI MARCELO OECHSLER	084.024.079-19
Saúde Imperial Comércio de Produtos Hospitalares L	00.301.460/0001-50	DJONATA DE PINHO	094.677.059-07
SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E E	09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO SEBOLD	051.400.039-29
SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI	35.830.997/0001-91	INDIOE ALAN AUTOVICZ	076.191.779-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisição de equipamentos de proteção individual a ser utilizados pelos profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde Municipais e do Centro de Triagem do COVID-19, conforme especificações contidas nos anexos I e II, parte integrante deste Edital. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 2/9

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6093 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Protetor de calçado - Pro-pé: com gramatura mínima de 30, 100% polipropileno, descartável, com elásticos e costuras firmes, pacote com 100 unidades.	un		1.000,000	18,5000	18.500,00

Fornecedor: 6616 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Luva procedimento, tam. Extra P, descartáveis, em latex uniforme, não estéril, hipoalérgica, resistente, forma ambidestra e lubrificante bio absorvível. Isenta de resíduos e impurezas. Embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade e registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.	cx		500,000	48,0000	24.000,00
7	Luva procedimento, tam. Pequeno, descartáveis, em latex uniforme, deve corresponder ao n.º 7,0 (tamanho nacional), não estéril, hipoalérgica, resistente, forma ambidestra e lubrificante bio absorvível. Isenta de resíduos e impurezas. Embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade e registro na ANVISA. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.	cx		500,000	48,0000	24.000,00
8	Luva procedimento, tam. Médio, descartáveis, em latex uniforme, deve corresponder ao n.º 7,5 (tamanho nacional), não estéril, hipoalérgica, resistente, forma ambidestra e lubrificante bio absorvível. Isenta de resíduos e impurezas. Embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade e registro na ANVISA. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.	cx		500,000	48,0000	24.000,00
9	Luva procedimento, tam. Grande, descartáveis, em latex uniforme, deve corresponder ao n.º 8,0 (tamanho nacional), não estéril, hipoalérgica, resistente, forma ambidestra e lubrificante bio absorvível. Isenta de resíduos e impurezas. Embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade e registro na ANVISA. Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho. Caixa com 100 unidades.	cx		500,000	48,0000	24.000,00

Fornecedor: 7839 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E EQUI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Touca cirúrgica c/ elástico c/ 100 unidades	pct		10.000,000	0,1200	1.200,00
10	Luva de vinil Transparente tamanho P Luva de segurança, confeccionada em resina vinílica, com pulverização de amido. Ideal para manipulação de silicone de adição, já que existe incompatibilidade desse produto com látex. Luvas descartáveis, ambidestras; s; Proporciona ótima destreza e precisão nos movimentos; Antialérgica; Sem amido; Luvas com maior resistência e ótima sensibilidade tátil; Espessura: 120 micras; Comprimento: 24cm; Validade: 2 anos; Registro Anvisa.	cx		250,000	46,0000	11.500,00
11	Luva de vinil Transparente tamanho M Luva de segurança, confeccionada em resina vinílica, com pulverização de amido. Ideal para manipulação de silicone de adição, já que existe incompatibilidade desse produto com látex. Luvas descartáveis, ambidestras; Proporciona ótima destreza e precisão nos movimentos; Antialérgica; Sem amido; Luvas com maior resistência e ótima sensibilidade tátil; Espessura: 120 micras; Comprimento: 24cm; Validade: 2 anos; Registro Anvisa.	cx		250,000	46,0000	11.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 3/9

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

Fornecedor: 7839 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E EQUI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Luva de vinil Transparente tamanho G Luva de segurança, confeccionada em resina vinílica, com pulverização de amido. Ideal para manipulação de silicone de adição, já que existe incompatibilidade desse produto com látex. Luvas descartáveis, ambidestras; Proporciona ótima destreza e precisão nos movimentos; Antialérgica; Sem amido; Luvas com maior resistência e ótima sensibilidade tátil; Espessura:120 micras; Comprimento: 24cm; Validade: 2 anos; Registro Anvisa.	cx		250,000	46,0000	11.500,00

Fornecedor: 8238 - BMI PROSPER EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Avental, com manga longa, descartável, não estéril, em não tecido, processo sms, hidrorrepelente, com densidade entre 40g/m a 60g/m, tamanho aproximado 120cm de altura x 150cm de largura, com punhos anatômicos tipo ribana, com par de amarrilhos na cintura, fixado na frente ou na lateral e um par de amarrilhos na gola para ajuste. Todo conjunto deve ser resistente e seguro, proporcionar conforto e de fácil manuseio. Pacote com 10 unidades seguras, com identificação do produto e lote e registro na ANVISA.	pct		60.000,000	4,2500	255.000,00

Fornecedor: 8251 - R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE ALIMENTO

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Máscara cirúrgica descart. /elást. c/ 50 un. branca, tripla camada c/ elástico. Hipoalérgica, atóxica, não-estéril, não-inflamável, sem látex e filtragem 96,9%, especificações externas de validade, nº. do lote e registro de responsável técnico,	un		60.000,000	0,4200	25.200,00
13	CAMISOLA: Avental Confeccionado em TNT, Sem Manga, Cor Azul Marinho não transparente. Produto descartável, leve, não estéril, atóxico, pacote com 10 unidades.	un		360,000	7,9400	2.858,40

Fornecedor: 8252 - RP COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	máscara de proteção PFF-2 N95 indicação: Recomendado para proteção das vias respiratórias e redução da exposição contra certos aerodispersóides em uma faixa de tamanho de partículas de 0,1 a 10 micra (diâmetro aerodinâmico médio) ou maiores,	un		20.000,000	1,7800	35.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/9

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 15/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 5/9
Processo Nº.: 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 6/9
Processo Nº.: 15/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/9

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo N°: 15/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2020**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/9

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 15/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Página: 9/9

Processo Nº.: 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santo Amaro da Imperatriz, 25 de Novembro de 2020.

Jaqueline Kraus
Secretária Municipal de Saúde

Empresas Participantes:

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

BMI PROSPER EIRELI

CNPJ: 14.012.375/0001-86

COMERCIAL KS EIRELI

CNPJ: 33.668.279/0001-35

HERA MEDICAL REPRESENTACOES, COMERCIO E SERVICOS CNPJ: 28.655.764/0001-34

MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CNPJ: 18.274.923/0001-05

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 03.033.589/0001-12

R&G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMERCIO DE ALIMEN CNPJ: 19.364.427/0001-05

RP COMERCIAL LTDA

CNPJ: 20.604.417/0001-70

Saúde Imperial Comércio de Produtos Hospitalares L

CNPJ: 00.301.460/0001-50

SEBOLD COMERCIAL ATACADO PRODUTOS ALIMENTOS E EC CNPJ: 09.196.745/0001-42

SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ: 35.830.997/0001-91

16-2020 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04

Publicação Nº 2795529

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 16/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020**

No dia 24 do mês de Dezembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.307.876/0001-00, com sede administrativa localizada na Praça Governador Ivo Silveira, bairro Centro, CEP nº. 88140-000, nesta cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, representado pelo(a) Secretária Municipal de Saúde, o Sr(a). Jaqueline Kraus, inscrito no CPF sob o nº. 061.935.299-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2020, Processo Licitatório nº. 16/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição estimada de medicamentos para farmácia básica do Município, abaixo dividido por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8265	A G KIENEN E CIA LTDA	14, 41, 48, 50, 74, 93, 101, 112, 115, 140
6093	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	23, 34, 37, 38, 43, 52, 63, 65, 78, 79, 82, 83, 84, 86, 109, 116, 134, 135, 149, 152, 166, 174, 203, 209, 215, 224, 229, 230, 234
7131	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	30, 46, 88, 104, 127, 128, 154, 155, 161, 187, 204, 207, 208, 232, 244
8243	Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	1, 3, 8, 18, 21, 22, 25, 29, 35, 40, 60, 61, 62, 67, 76, 107, 129, 136, 137, 138, 139, 153, 164, 167, 169, 177, 181, 186, 199, 211, 216, 217, 218, 219, 220
8103	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	15, 19, 49, 59, 95, 196
8266	F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	13, 53, 54, 64, 111, 117, 118, 141, 142, 144, 197, 235, 243
7862	Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	4, 6, 24, 27, 87, 90, 92, 94, 102, 103, 148, 162, 163, 165, 171, 184, 185, 205, 206, 222, 225
7380	MEDILAR IMP. DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA	
6497	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
7559	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	12, 20, 28, 32, 33, 39, 44, 45, 56, 57, 71, 72, 73, 77, 85, 91, 98, 100, 106, 110, 113, 130, 131, 132, 151, 156, 157, 158, 170, 175, 176, 178, 182, 183, 190, 195, 201, 210, 221, 223, 227, 228, 231, 237, 238, 239, 242
6586	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	2, 5, 7, 9, 10, 11, 16, 17, 26, 36, 42, 47, 51, 55, 58, 66, 68, 69, 70, 75, 89, 96, 97, 108, 114, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 145, 150, 159, 160, 168, 172, 173, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 198, 226, 233, 236, 240
7676	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	99, 143, 146, 147, 241
8264	VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	81, 179, 180

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A G KIENEN E CIA LTDA	82.225.947/0001-65	LUCIO JOSE DE OLIVEIRA	094.842.569-53
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	FABIO ELIAS LEAL,	007.730.839-52
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	67.729.178/0004-91	HEITOR OLIVEIRA SAMPAIO	061.648.339-22
Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	02.520.829/0003-02	IVAN CARLOS FACIOLI	958.229.920-72
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	76.386.283/0001-13	IGOR ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS	030.737.980-99
F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	PAULO ERNESTO COLA	006.061.059-05
Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	12.889.035/0001-02	FLAVIO ALBERTO BIANCHI	392.069.800-25
MEDILAR IMP. DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA	07.752.236/0001-23	ANELIZE FLOR ZIMMERMANN	080.527.929-67
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	JEFFERSON MENDES	987.128.109-91
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	FERNANDO DE LACERDA	055.718.849-08
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	05.531.725/0001-20	FABIO SILVEIRA MARCELINO	004.134.789-71
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	ROGER FERNANDES DE SOUZA	081.977.519-35
VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	21.783.698/0001-39		

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
Aquisição estimada de medicamentos para farmácia básica do Município, abaixo dividido por itens, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste edital.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6093 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
23	Amoxicilina + clavulonato de potássio 50 mg + 12,5 mg/ml pó para suspensão oral, com 100 ml.	vd	GSK	3.000,000	21,4812	64.443,60
34	Dipropionato de Beclometasona 50ug/dose aerosol	fr	GSK	1.000,000	22,5000	22.500,00
37	Benzilpenicilina 1.200.000 UI pó p/ suspensão injetável	fr/am	TEUTO	2.500,000	8,4900	21.225,00
38	Benzilpenicilina procaina + potássica 300.000 UI + 100.000UI pó p/ suspensão injetável.	fr	BLAU	300,000	4,7680	1.430,40
43	Carbamazepina 200 mg	comp	TEUTO	200.000,000	0,1800	36.000,00
52	Cefalexina monoidratada 50mg/ml, pó p/ suspensão oral, com 60 ml	fr	TEUTO	2.500,000	7,6000	19.000,00
63	Citalopram 20 mg	comp	TORRENT	1.200,000	0,0960	115,20
65	Clonazepam 0,5 mg	comp	GEOLAB	100.000,000	0,0620	6.200,00
78	Clorpromazina sol oral 40 mg/ml c/ 20 ml	fr	CRISTALIA	1.000,000	6,8200	6.820,00
79	Fosfato de Codeína 30mg + Paracetamol 500mg	comp	GEOLAB	200.000,000	0,3290	65.800,00
82	Dexametasona 4mg	comp	TEUTO	5.000,000	0,2000	1.000,00
83	Dexametasona + ciprofloxacino 1mg + 3,5mg/ml colírio 5ml	fr	GEOLAB	100,000	12,2423	1.224,23
84	Dexametasona + Sulfato de neomicina + Sulfato de polimixina B 0,001g + 3,5mg + 6000UI/ml colírio 5ml	fr	GENOM	100,000	14,1366	1.413,66
86	Dexametasona, fosfato dissódico de, 4 mg/ml solução injetável 2,5 ml	fr/am	TEUTO	600,000	0,9113	546,78
109	Butilbrometo de Escopolamina + dipirona sódica 5 ml	amp	HYPOFARMA	2.000,000	4,4800	8.960,00
116	Fenobarbital 40 mg/ml gts c/ 20 ml	fr	CRISTALIA	500,000	3,9041	1.952,05
134	Hidrocortisona 100 mg	fr/am	TEUTO	1.000,000	2,5000	2.500,00
135	Hidrocortisona 500 mg	fr/am	TEUTO	600,000	5,2900	3.174,00
149	Mononitrato de isossorbida 40mg	comp	ZYDUS	30.000,000	0,2270	6.810,00
152	Levodopa 250 mg + Carbidopa 25 mg	comp	CRISTALIA	20.000,000	0,8200	16.400,00
166	Mebendazol 100 mg	comp	BELFAR	3.000,000	0,2470	741,00
174	Metoclopramida oral gts 4 mg/ml c/ 10 ml	fr	MARIOL	2.000,000	0,9800	1.960,00
203	Cloridrato de Piridoxina (B6) - Complexo B 1mg/ml solução oral gotas	fr	ARTE NATIVA	1.000,000	2,7000	2.700,00
209	Propiltiouracila 100mg	comp	BIOLAB	2.000,000	0,6000	1.200,00
215	Soro ringer com lactato, 500 ml, sistema fechado	fr	FRESENIUS	500,000	2,7500	1.375,00
224	Sulfametoxazol 40mg+ trimetoprima 8mg/ml suspensão oral 100ml	fr	PRATI DONAI	600,000	2,9639	1.778,34
229	Terbutalina, sulfato 0,5mg/ml 1ml solução injetável	amp	GREEN PHAF	300,000	1,6753	502,59
230	Cloridrato de tetraciclina 500 mg	comp	PRATI DONAI	2.000,000	0,2800	560,00
234	Cloridrato de tramadol, 50 mg/ml ampola de 2 ml	amp	TEUTO	1.000,000	0,8000	800,00

Fornecedor: 6586 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Ácido Fólico 15 mg	comp	HIPOLABOR	10.000,000	1,2700	12.700,00
5	Acido acetilsalicílico 100 mg	comp	BRASTERAPI	300.000,000	0,0320	9.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo N°: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2020

Fornecedor: 6586 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	Água destilada embalagem individual, frasco contendo 10 ml, estéril, para uso endovenoso. Em frasco/ampolas plásticas, que proporcione abertura asséptica, todo o produto deve estar seguro pela ANVISA e a embalagem nas formas da ABNT (N° do lote, validade e responsável técnico e registro na ANVISA), caixas com 200 unidades.	amp	FARMACE	10.000,000	0,2600	2.600,00
9	Albendazol suspensão oral 40mg/1ml c/ 10 ml	fr	PRATI	10.000,000	0,8820	8.820,00
10	Alendronato sódico 70 mg	comp	CELLERA	30.000,000	0,1600	4.800,00
11	Alopurinol 100mg	comp	PRATI	80.000,000	0,1600	12.800,00
16	Aminofilina 100 mg	comp	HIPOLABOR	30.000,000	0,0590	1.770,00
17	Aminofilina 0,24g/ml - Ampolas c/ 10 ml	amp	FARMACE	400,000	1,0400	416,00
26	Besilato de anopidino 5 mg	comp	GEOLAB	200.000,000	0,0310	6.200,00
36	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI	fr/am	TEUTO	1.000,000	8,5900	8.590,00
42	Captopril 25 mg	comp	GEOLAB	100.000,000	0,0350	3.500,00
47	Carbonato de Lítio 300 mg	comp	HIPOLABOR	300.000,000	0,4090	122.700,00
51	Cefalexina 500 mg	cáps	TEUTO	80.000,000	0,3200	25.600,00
55	Ceftriaxona sódica 1g pó p/ solução injetável, uso IM/IV	fr/am	EUROFARMA	2.000,000	12,0000	24.000,00
58	Cetoconazol 20mg/g creme	tb	CIMED	3.000,000	3,7800	11.340,00
66	Clonazepam 2 mg	comp	GEOLAB	300.000,000	0,0530	15.900,00
68	Soro fisiológico 0,9%, em frasco estéril de 100ml, em sistema fechado, resistente, com abertura segura e asséptica e fácil manuseio, que garanta a esterilidade do sistema. Todo o material deve estar livre de resíduos e impurezas. O rótulo deve conter as especificações do produto, com cor padronizada pela ANVISA assim como seu registro junto ao órgão.	fr	EQUIPLEX	8.000,000	1,6500	13.200,00
69	Soro fisiológico 0,9%, em frasco estéril de 250ml, em sistema fechado, resistente, com abertura segura e asséptica e fácil manuseio, que garanta a esterilidade do sistema. Todo o material deve estar livre de resíduos e impurezas. O rótulo deve conter as especificações do produto, com cor padronizada pela ANVISA assim como seu registro junto ao órgão.	fr	EQUIPLEX	10.000,000	1,9760	19.760,00
70	Soro fisiológico 0,9%, em frasco estéril de 500ml, em sistema fechado, resistente, com abertura segura e asséptica e fácil manuseio, que garanta a esterilidade do sistema. Todo o material deve estar livre de resíduos e impurezas. O rótulo deve conter as especificações do produto, com cor padronizada pela ANVISA assim como seu registro junto ao órgão.	fr	EQUIPLEX	6.000,000	2,3600	14.160,00
75	Cloridrato de Bupropiona 150 mg	comp	EMS	900,000	0,4300	387,00
89	Diazepam 5 mg/ml injetável	fr/am	SANTISA	1.000,000	0,6825	682,50
96	Dipirona sódica 500 mg	comp	PRATI	250.000,000	0,1200	30.000,00
97	Dipirona sódica gotas 10 ml	fr	FARMACE	5.000,000	0,7000	3.500,00
108	butilbrometo de escopolamina 20mg/ml solução injetável 1 ml	fr/am	FARMACE	800,000	1,1340	907,20
114	Fenitoína 100 mg	comp	TEUTO	50.000,000	0,1280	6.400,00
119	Fluconazol 150 mg	comp	MEDQUIMICA	15.000,000	0,3500	5.250,00
120	Fluoxetina 20 mg	comp	TEUTO	300.000,000	0,0630	18.900,00
121	Furosemida 40 mg	comp	HIPOLABOR	150.000,000	0,0399	5.985,00
122	Furosemida 10 mg/ml injetável	fr/am	FARMACE	1.000,000	0,5300	530,00
123	Glibenclâmida 5 mg	comp	MEDQUIMICA	180.000,000	0,0260	4.680,00
124	Glicose Solução Hipertônica 10 ml 25%	fr	FARMACE	1.000,000	0,3150	315,00
125	Glicose hipertônica 50% 10 ml	amp	FARMACE	1.000,000	0,3465	346,50
126	Glicose hipertônica 25% 10 ml	amp	FARMACE	1.000,000	0,3150	315,00
133	Hidroclorotiazida 25 mg	comp	MEDQUIMICA	300.000,000	0,0200	6.000,00
145	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml, solução inalante	fr	HIPOLABOR	2.000,000	0,6500	1.300,00
150	Ivermectina 6mg	comp	VITAMEDIC	10.000,000	0,6900	6.900,00
159	Cloridrato de lidocaína 2% solução injetável frasco 20 ml	fr	HYPOFARMA	1.000,000	2,9400	2.940,00
160	Cloridrato de lidocaína + epinefrina 20mg/ml (2%) + 0,005 mg/ml frasco 20 ml.	fr	HYPOFARMA	1.000,000	2,6250	2.625,00
168	Acetato de medroxiprogesterona 150 mg/ml suspensão injetável	fr/am	EMS	500,000	10,5800	5.290,00
172	Metildopa 500 mg	comp	SANVAL	40.000,000	0,8240	32.960,00
173	Metoclopramida 10 mg	comp	BELFAR	50.000,000	0,0770	3.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

Fornecedor: 6586 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
188	Nitrato de Miconazol, creme vaginal 2% g/g - bisnagas com 40 g + 7/14 aplicadores	bisn	HIPOLABOR	1.000,000	4,8300	4.830,00
189	Nitrofurantoina 100 mg	comp	TEUTO	20.000,000	0,2000	4.000,00
191	Norfloxacino 400 mg	comp	MEDQUIMICA	20.000,000	0,3885	7.770,00
192	Óleo mineral puro c/ 100 ml	fr	FARMACE	2.000,000	2,1000	4.200,00
193	Omeprazol Solução injetável 40 mg + diluente 10 ml	fr/am	BLAU	500,000	26,0000	13.000,00
194	Omeprazol 20 mg	comp	PHARLAB	800.000,000	0,0800	64.000,00
198	Paracetamol 500 mg	comp	HIPOLABOR	500.000,000	0,0760	38.000,00
226	Sulfato ferroso gts 25mg/ml c/ 30 ml	fr	HIPOLABOR	1.000,000	0,6562	656,20
233	Cloridrato de tramadol 50mg	comp	HIPOLABOR	20.000,000	0,2205	4.410,00
236	Valproato de Sódio 50mg/ml solução oral 100ml	vd	HIPOLABOR	4.000,000	3,3500	13.400,00
240	Cloridrato de verapamil 80 mg	comp	SANVAL	20.000,000	0,1312	2.624,00

Fornecedor: 7131 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	Sulfato de atropina 0,5mg/ml - 1 ml	amp	HYPOLABOR	500,000	0,7344	367,20
46	Carbonato de cálcio 600 mg + colecalciferol 400UI	comp	NUTIVIT	150.000,000	0,0950	14.250,00
88	Diazepam 10 mg	comp	NEO Q/HYP/E	180.000,000	0,0615	11.070,00
104	Cloridrato de Epinefrina 1mg/ml (adrenalina)	amp	HIPOLABOR	600,000	1,6800	1.008,00
127	Glicose, solução injetável, 5%, frasco bolsa 250 ml I.V.	un	EQUIPLEX	1.000,000	2,6000	2.600,00
128	Glicose, solução injetável, 5% frasco/bolsa 100 ml	un	EQUIPLEX	1.000,000	2,0900	2.090,00
154	Levomepromazina 100 mg	comp	CRISTALIA	80.000,000	0,7500	60.000,00
155	Levomopromazina solução oral com 40 mg/ml com 20 ml	fr	CRISTALIA	2.000,000	9,3499	18.699,80
161	Cloridrato de lidocaína 20 mg/g geléia	bisn	NEO Q/HYP/E	2.000,000	2,2400	4.480,00
187	Nitrato de miconazol creme dermatológico, uso tópico 2% g/g - Frasco c/ 28 g	fr	HIPOLABOR	1.000,000	1,7490	1.749,00
204	Prednisolona 3mg/ml - c/ 60 ml	fr	HIPOLABOR	1.200,000	2,9800	3.576,00
207	Prometazina 25 mg	comp	CRISTALIA	100.000,000	0,1350	13.500,00
208	Prometazina 25mg/ml c/ 2 ml	amp	SANVAL	1.000,000	1,6800	1.680,00
232	Tobramicina 0,3% colírio	fr	CRISTALIA/L/	1.000,000	10,0000	10.000,00
244	Vitaminas + Sais Minerais	comp	BIONATUS	45.000,000	0,0670	3.015,00

Fornecedor: 7559 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Alopurinol 300mg	comp	SANDOZ	40.000,000	0,2480	9.920,00
20	Amoxicilina 500 mg	comp	BRAINFARMA	100.000,000	0,1650	16.500,00
28	Atenolol 25 mg	comp	PRATI	150.000,000	0,0350	5.250,00
32	Azitromicina 500 mg	comp	MEDQUIMICA	50.000,000	1,0990	54.950,00
33	Azitromicina 40 mg/ml susp	fr	BRAINFARMA	5.000,000	6,0000	30.000,00
39	Acetato de betametasona + fosfato dissódico de betametasona 3mg + 3mg/ml solução injetável	amp	UNIAO QUIMI	5.000,000	5,9300	29.650,00
44	Carbamazepina 200 mg /10ml susp. c/ 100 ml	fr	UNIAO QUIMI	3.000,000	8,9500	26.850,00
45	Carbonato de cálcio 500mg	comp	VITAMED	30.000,000	0,0610	1.830,00
56	Cloridrato de tiamina + cloridrato de piridoxina + cianocobalamina 100mg + 100mg + 5000mcg, sol. injetável, uso IM.	fr/am	ARESE	2.000,000	3,1700	6.340,00
57	Cetoconazol 2% xampu	fr	NATIVITA	1.500,000	4,6900	7.035,00
71	Cloreto de sódio 9,0mg/ml, solução nal 30 ml	fr	FARMACE	1.000,000	0,7400	740,00
72	Cloridrato de ambroxol 6mg/ml frasco 100 ml + copo medida	fr	FARMACE	1.000,000	1,5800	1.580,00
73	Cloridrato de ambroxol 3mg/ml frasco com 120 ml + copo medida	fr	FARMACE	1.000,000	1,7300	1.730,00
77	Clorpromazina 100 mg	comp	UNIAO QUIMI	100.000,000	0,2550	25.500,00
85	Acetato de dexametasona 0,1% creme 10g	bisn	GREENPHAR	5.000,000	0,8790	4.395,00
91	Diclofenaco Sódico 75 mg/ 3ml	fr/am	FARMACE	1.000,000	0,6350	635,00
98	Dipirona sódica 500mg/ml solução injetável	fr/am	FARMACE	3.000,000	0,5300	1.590,00
100	mesilato de doxazosina 4mg	comp	SANDOZ	40.000,000	0,1879	7.516,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

Fornecedor: 7559 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
106	Eritromicina 250mg/5ml	fr	PRATI	200,000	5,0000	1.000,00
110	Espironolactona 25 mg	comp	ASPEN	150.000,000	0,1280	19.200,00
113	Etinilestradiol 0,03 + levonorgestrel 0,15 mg c/ 21 cp	comp	BIOLAB	10.000,000	0,0728	728,00
130	Haloperidol 2 mg/ml c/ 20 ml gotas	fr	UNIAO QUIMI	500,000	2,3300	1.165,00
131	Haloperidol, ampola de 1 ml com 5 mg	amp	UNIAO QUIMI	1.000,000	1,1000	1.100,00
132	Haloperidol, decanoato de - 50 mg/ml solução injetável	fr/am	UNIAO QUIMI	3.000,000	6,3000	18.900,00
151	Levodopa 200mg + benzerazida 50 mg	comp	ROCHE	50.000,000	1,9250	96.250,00
156	Levotiroxina sódica 25 mcg	comp	MERCK	250.000,000	0,0935	23.375,00
157	Levotiroxina sódica 50 mcg	comp	MERCK	200.000,000	0,0785	15.700,00
158	Levotiroxina sódica 100 mcg	comp	MERCK	120.000,000	0,0920	11.040,00
170	Metformina 850 mg	comp	MERCK	250.000,000	0,0720	18.000,00
175	Metoclopramida 5 mg/ml 2 ml	fr/am	FARMACE	2.000,000	0,4780	956,00
176	Metronidazol 250 mg	comp	BRAINFARMA	40.000,000	0,1150	4.600,00
178	Metronidazol 40 mg/ml - c/ 100ml	fr	BELFAR	500,000	4,7000	2.350,00
182	Nifedipino 10 mg	comp	BRAINFARMA	20.000,000	0,0850	1.700,00
183	Nifedipino 20 mg	comp	BRAINFARMA	30.000,000	0,0700	2.100,00
190	Norestisterona 0,35 mcg	comp	BIOLAB	500,000	4,8000	2.400,00
195	Cloridrato de ondansetrona 2mg/ml ampola 2 ml	amp	HALEX ISTAR	1.000,000	1,1800	1.180,00
201	Permetrina 1% loção, c/ 60 ml	fr	NATIVITA	2.000,000	1,4500	2.900,00
210	Propatilnitrito 10mg	comp	FARMOQUIMI	100.000,000	0,4170	41.700,00
221	Sinvastatina cp 20 mg	comp	SANDOZ	800.000,000	0,0580	46.400,00
223	Sulfametoxazol + trimetoprima 400/80 mg	comp	PRATI	20.000,000	0,1300	2.600,00
227	Sulfadiazina de prata 1% creme 10 mg/g com 50 g	tb	SILVESTRE	1.000,000	5,5000	5.500,00
228	Tenoxicam 40 mg pó para solução injetável + diluente	fr/am	UNIAO QUIMI	2.000,000	9,2800	18.560,00
231	Maleato de Timolol 0,5% solução oftálmica	fr	UNIAO QUIMI	500,000	2,2700	1.135,00
237	Valproato de sódio 250 mg	comp	BIOLAB	80.000,000	0,2000	16.000,00
238	Valproato de sódio 500 mg	comp	BIOLAB	200.000,000	0,5100	102.000,00
239	Varfarina sódica 5 mg	comp	FARMOQUIMI	50.000,000	0,1180	5.900,00
242	Vidagliptina + cloridrato de metformina 50/1000 mg	comp	NOVARTIS	5.000,000	2,4880	12.440,00

Fornecedor: 7676 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
99	Mesilato de Doxazosina 2 mg	comp	E.M.S	800.000,000	0,1040	83.200,00
143	Insulina asparte (Novorapid Penfill) 100 UI/ml carpules com 3 ml	un	NOVO NORDI	150,000	39,5000	5.925,00
146	Dinitrato de Isossorbida 5 mg sub lingual (sl)	comp	E.M.S	15.000,000	0,2040	3.060,00
147	Dinitrato de isossorbida 10 mg	comp	E.M.S	20.000,000	0,2269	4.538,00
241	Cloridrato de Verapamil 120 mg	comp	ACHÉ	15.000,000	0,8000	12.000,00

Fornecedor: 7862 - Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Aciclovir 5% creme	tb	CIMED	1.000,000	1,8800	1.880,00
6	Ácido Fólico 5 mg	comp	HIPOLABOR	100.000,000	0,0380	3.800,00
24	Ampicilina sódica 500 mg	comp	PRATI	5.000,000	0,3500	1.750,00
27	Bensilato de anlodipino 10 mg	comp	CIMED	150.000,000	0,0660	9.900,00
87	Diazepam 5mg	comp	SANTISA	80.000,000	0,0590	4.720,00
90	Diclofenaco Potássico 50mg	comp	CIMED	100.000,000	0,0700	7.000,00
92	Digoxina 0,25 mg	comp	PHARLAB	40.000,000	0,0770	3.080,00
94	Simeticona 40mg	comp	PHARMASCIE	50.000,000	0,0900	4.500,00
102	Maleato de Enalapril 10mg	comp	1FARMA/CIMI	250.000,000	0,0290	7.250,00
103	Maleato de Enalapril 20mg	comp	1FARMA/CIMI	250.000,000	0,0490	12.250,00
148	Mononitrato de isossorbida 20mg	comp	ZYDUS	50.000,000	0,1000	5.000,00
162	Loratadina 10mg	comp	CIMED	60.000,000	0,0790	4.740,00
163	Loratadina 1mg/ml xarope 100ml	vd	CIMED	1.500,000	2,2000	3.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

Fornecedor: 7862 - Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
165	Losartana potássica 100 mg	comp	PRATI	200.000,000	0,2000	40.000,00
171	Metildopa 250 mg	comp	SANVAL	30.000,000	0,3800	11.400,00
184	Nimesulida 100 mg	comp	CIMED	150.000,000	0,0590	8.850,00
185	Nistatina 100.000UI/ml susp. oral c/ 30 ml	fr	PRATI	400,000	3,0380	1.215,20
205	Prednisona 5 mg	comp	SANVAL	30.000,000	0,0610	1.830,00
206	Prednisona 20 mg	comp	SANVAL	30.000,000	0,1390	4.170,00
222	Sertralina 50 mg.	comp	CIMED	500.000,000	0,1250	62.500,00
225	Sulfato ferroso 40 mg	comp	VITAMED	100.000,000	0,0300	3.000,00

Fornecedor: 8103 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Amantadina 100 mg	comp	MOMENTA	1.200,000	0,7970	956,40
19	Amitriptilina 25 mg	comp	GERMED	250.000,000	0,1170	29.250,00
49	Carvedilol 6,25 mg	comp	GERMED	50.000,000	0,0830	4.150,00
59	Cilostazol 50 mg	comp	ACHE	1.200,000	0,2099	251,88
95	Simeticona (simeticona) 75 mg/ml suspensão oral (gotas) 10 ml	fr	HIPOLABOR	3.000,000	0,7900	2.370,00
196	Oxido de zinco + retinol + colesterciferol, pomada c/ 30 g	bisn	CIMED	10.000,000	3,1000	31.000,00

Fornecedor: 8243 - Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Acetato de retinol + colecalciferol 50000UI + 10000UI gotas	fr	NATULAB	10.000,000	4,6700	46.700,00
3	Aciclovir 200 mg	comp	RANBAXY	50.000,000	0,1860	9.300,00
8	Albendazol 400 mg	comp	PRATI	10.000,000	0,3000	3.000,00
18	Cloridrato de Amiodarona 200 mg	comp	RANBAXY	60.000,000	0,5290	31.740,00
21	Amoxicilina 50mg/ml pó p/ suspensão oral 60 ml	fr	PRATI	5.000,000	2,3900	11.950,00
22	Amoxicilina + clavulonato de potássio 500 mg + 125 mg	cáps	RANBAXY	180.000,000	0,6850	123.300,00
25	Ampicilina sódica 50mg/ml pó p/ suspensão oral	fr	PRATI	500,000	3,6400	1.820,00
29	Atenolol 50 mg	comp	PRATI	300.000,000	0,0750	22.500,00
35	Dipropionato de Beclometasona 250ug/dose aerosol	fr	GLENMARK	1.000,000	28,9000	28.900,00
40	Biperideno 2 mg	comp	CRISTALIA	70.000,000	0,1999	13.993,00
60	Cinarizina 25 mg	comp	RANBAXY	25.000,000	0,1000	2.500,00
61	Cinarizina 75 mg	comp	RANBAXY	25.000,000	0,1200	3.000,00
62	Ciprofloxacino 500 mg	comp	PRATI	40.000,000	0,1840	7.360,00
67	Clopidogrel 75 mg	comp	RANBAXY	130.000,000	0,2590	33.670,00
76	Clorpromazina 25 mg	comp	CRISTALIA	100.000,000	0,2100	21.000,00
107	Butilbrometo de Escopolamina 10 mg	comp	GREEN PHAF	40.000,000	0,4450	17.800,00
129	Haloperidol 5 mg	comp	CRISTALIA	80.000,000	0,2150	17.200,00
136	Hidróxido de alumínio + magnésio 60 + 40 mg/ml susp. 100 ml	fr	NATULAB	1.000,000	2,3000	2.300,00
137	Ibuprofeno 600 mg	comp	PRATI	150.000,000	0,1520	22.800,00
138	Ibuprofeno 50mg/ml suspensão oral/gotas 20ml	fr	NATULAB	5.000,000	1,1900	5.950,00
139	Imipramina 25 mg	comp	CRISTALIA	80.000,000	0,2990	23.920,00
153	Levomepromazina 25 mg	comp	CRISTALIA	80.000,000	0,3770	30.160,00
164	Losartana potássica 50 mg	comp	PRATI	400.000,000	0,0805	32.200,00
167	Mebendazol 20mg/ml c/ 30ml	fr	NATULAB	1.000,000	1,6700	1.670,00
169	Metformina 500 mg	comp	PRATI	200.000,000	0,0795	15.900,00
177	Metronidazol 100mg/g creme vaginal 50 g + 7 aplicadores	tb	PRATI	1.000,000	4,4900	4.490,00
181	Sulfato de Neomicina + Bacitracina pomada 5mg+250UI pomada c/15 g	tb	PRATI	5.000,000	1,8000	9.000,00
186	Nistatina creme vaginal 25.000UI/G 50g + aplicadores	un	GREEN PHAF	3.000,000	3,3400	10.020,00
199	Paracetamol oral gts 200 Mg/ml com 15 ml com sabor	fr	NATULAB	5.000,000	0,7900	3.950,00
211	Propranolol 40 mg	comp	OSORIO DE M	100.000,000	0,0320	3.200,00
216	Risperidona sol. 1mg/ml com 30 ml	fr	PRATI	200,000	9,0000	1.800,00
217	Rosuvastatina 10 mg	comp	RANBAXY	1.200,000	0,3200	384,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

Fornecedor: 8243 - Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
218	Sais para reidratação oral envelope c/ 27,9 g	env	NATULAB	3.500,000	0,5400	1.890,00
219	Salbutamol xpe 2mg/5ml c/ 100 ml	fr	NATULAB	500,000	1,0900	545,00
220	Sulfato de Salbutamol 100ug/ 200 doses aerossol	fr	GLENMARK	5.000,000	7,8900	39.450,00

Fornecedor: 8264 - VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
81	Colagenase + Cloranfenicol 0,6UI + 0,01g pomada 30g	tb	KOLLAGENA	2.000,000	12,4040	24.808,00
179	Sulfato de Morfina Solução injetável 10 mg/ml 1 ml I.V ou IM	amp	DIMORF/CRIE	600,000	3,3300	1.998,00
180	Sulfato de morfina 10 mg	comp	DIMORF/CRIE	900,000	0,5690	512,10

Fornecedor: 8265 - A G KIENEN E CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	Alprazolam 0,5 mg	comp	GERMED	1.200,000	0,0700	84,00
41	Bisoprolol 10 mg	comp	EMS	1.200,000	0,2900	348,00
48	Carvedilol 3,125mg	comp	NOVA QUIMIC	100.000,000	0,0750	7.500,00
50	Carvedilol 12,5mg	comp	GERMED	150.000,000	0,1290	19.350,00
74	Cloridrato de paroxetina 20 mg	comp	NOVA QUIMIC	150.000,000	0,2300	34.500,00
93	Dimenidrinato 30 mg, cloridrato de piridoxina 50 mg, glicose 1.000 mg, frutose 1.000 mg (Dramin B6 DL) c/ 10 ml	amp	TAKEDA	1.000,000	3,1000	3.100,00
101	Doxicilina 100 mg	comp	PHARLAB	5.000,000	0,1590	795,00
112	Estradiol + noretisterona 50 + 5mg/ml solução injetável	fr/am	CIFARMA	500,000	15,4000	7.700,00
115	Fenobarbital 100 mg	comp	U. QUIMICA	80.000,000	0,1200	9.600,00
140	Insulina Humana 70N/30R suspensão injetável 10ml	fr	LILLY	200,000	48,8000	9.760,00

Fornecedor: 8266 - F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	Alprazolam XR, 0,5 mg liberação lenta	comp	PFIZER	1.200,000	1,4600	1.752,00
53	Ceftriaxona sódica 500mg pó p/ sol. Injetável, uso IM	amp	TEUTO	3.000,000	8,3500	25.050,00
54	Cetoprofeno 25 mg/g 30 g gel	bisn	MEDLEY	2.000,000	6,5400	13.080,00
64	Claritromicina 500mg	comp	EMS	5.000,000	2,7700	13.850,00
111	Espironolactona 100 mg	comp	EMS	10.000,000	0,5400	5.400,00
117	Brometo de fenoterol 0,25mg/ml solução inalante	un	HIPOLABOR	2.000,000	7,5000	15.000,00
118	Finasterida 5mg comprimido revestido	comp	NOVA QUIMIC	30.000,000	0,4500	13.500,00
141	Insulina Glargina (Lantus) 100 UI/ml caneta descartável preenchida 3 ml	un	ELI LILLY	100,000	83,0000	8.300,00
142	Insulina Glargina 100 UI/ml solução injetável (lantus) 3 ml	Refil	ELI LILLY	100,000	45,0000	4.500,00
144	Insulina glulisina 100UI/ml (apidra), 3 ml	Refil	SANOFI	200,000	31,5000	6.300,00
197	Pantoprazol 40 mg	comp	EMS	1.200,000	0,1400	168,00
235	Trimetazidina 35 mg	comp	EMS	1.200,000	1,5700	1.884,00
243	Fosfato de sitalgliptina + cloridrato de metformina 50/1000 mg	comp	MERCK	1.344,000	2,7000	3.628,80

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo N°: 16/2020****PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2020**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 16/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 16/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Página: 11/13

Processo Nº.: 16/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 12/13
Processo Nº.: 16/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2020

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/13

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo N°: 16/2020****PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2020****CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santo Amaro da Imperatriz, 24 de Dezembro de 2020.

Jaqueline Kraus
Secretária Municipal de Saúde

Empresas Participantes:

A G KIENEN E CIA LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
Dimaster - Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.	CNPJ: 02.520.829/0003-02	_____
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	CNPJ: 76.386.283/0001-13	_____
F & F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 28.093.678/0001-85	_____
Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
MEDILAR IMP. DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 07.752.236/0001-23	_____
METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	CNPJ: 81.706.251/0001-98	_____
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	CNPJ: 09.944.371/0001-04	_____
VISAO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 21.783.698/0001-39	_____

52-2020 - ATA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2795544

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/18

MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**Processo Nº.: 52/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2020**

No dia 23 do mês de Dezembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.892.324/0001-46, com sede administrativa localizada na Praça Governador Ivo Silveira, bairro Centro, CEP nº. 88140-000, nesta cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edésio Justen, inscrito no CPF sob o nº. 288.673.009-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 52/2020, Processo Licitatório nº. 52/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender o Programa de "Alimentação Escolar" e para refeições dos alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), nas quantidades e especificações constantes dos Anexos I, II, III e IV, parte integrante deste edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8698	EDIGA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	22, 55, 63, 73, 81, 82, 88, 89, 93, 94
112816	ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI	
11998	ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	8, 12, 13, 29, 32, 40, 42, 44, 50, 56
112619	Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment	9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 31, 37, 39, 41, 51
10387	MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP	1, 2, 4
11858	MAYCON WILL - ME	34, 43, 46, 95
11928	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	47, 48
112675	PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN	28, 30, 52, 57
10899	PLANETA COMERCIAL LTDA	3, 5, 6, 7, 14, 33, 35, 45, 49, 53, 54, 62, 71, 72, 75, 79, 92
112762	Safi Comércio Atacadista Eirelli	27, 38, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
EDIGA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	03.489.604/0001-31	JORGE DANILO MATOS	223.825.939-20
ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI	21.912.865/0001-02		-
ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	14.990.312/0001-02	LEONARDO CAMILO INACIO	728.436.409-20
Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment	14.546.646/0001-83	JULIANO JAIRO MELO	008.612.319-02
MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP	05.327.107/0001-62	MARCIO CODONI	075.226.668-30
MAYCON WILL - ME	18.712.730/0001-80	GABRIEL SEBOLD	069.246.669-06
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	NATHALIA NAIMI DE OLIVEIRA	370.405.818-17
PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN	01.620.490/0001-91	ALYSSON RAUL KREMER	007.656.329-42
PLANETA COMERCIAL LTDA	04.112.923/0001-96	FALVIO ADRIANO DO CARMO	066.475.549-63
Safi Comércio Atacadista Eirelli	13.839.796/0001-12	GUILHERME NUNES BOFF	002.847.890-89

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender o Programa de "Alimentação Escolar" e para refeições dos alunos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), nas quantidades e especificações constantes dos Anexos I, II, III e IV, parte integrante deste edital. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 2/18
 Processo Nº.: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8698 - EDIGA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
22	Couve - Flor Comum- tamanho médio, cabeça com diâmetro maior, pesando no mínimo 700 a unidade isenta de folhas. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	un		225,000	2,9500	663,75
55	Milho verde (espiga) - Características Técnicas: In natura, espiga sem palha. Grãos dentados amarelos, espigas grandes e cilíndricas, sabugo branco, firme. Peso aproximado da espiga de 200 gramas. Não poderá apresentar grãos envelhecidos e mofados. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	un		1.800,000	0,6000	1.080,00
63	Repolho verde médio - Tamanho médio, de conformidade com a Resolução CNNPA de 12/78 e Decreto 986 de 21/10/69. Deve apresentar a cabeça fechada e com as folhas verdes, apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formado, limpo, com coloração própria, com superfície praticamente lisa, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	un		90,000	2,6800	241,20
73	Aipim - branco ou amarelo. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg		45,000	4,4600	200,70
81	ESPINAFRE - Características Técnicas: Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, folhas limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, e estar em perfeitas condições de conservação. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg		500,000	7,0000	3.500,00
82	KIWI - Características Técnicas: apresentar cor, textura, sabor, aroma característicos da espécie. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, sã, bem formada, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação e isenta de substâncias nocivas à saúde. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg		500,000	9,3500	4.675,00
88	RÚCULA - Características Técnicas: Rúculas limpas, verde escuro vivo. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, em perfeito estado de conservação e maturação. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg		180,000	9,0000	1.620,00
89	BERINJELA - Características Técnicas: de tamanho médio, lisa, com polpa intacta e limpa. Tamanho e coloração uniformes típicos da variedade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, sã, bem formada, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças, apodrecimento e livres de umidade externa anormal. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação e isenta de substâncias nocivas à saúde. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg		500,000	4,0000	2.000,00
93	Salsa	maço		90,000	1,7000	153,00
94	Cebolinha verde	maço		90,000	1,7000	153,00

Fornecedor: 10387 - MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Carne bovina moída (acém): limpa e magra. Congelada, embalagem em saco plástico transparente de até 01 kg. Contendo até 10% de gordura, com registro em órgão competente. Validade mínima de 6 meses a contar a partir da data de entrega. Registro de rótulo do corte da carne e nº do registro no SIF, SIE ou SIM;	kg		7.500,000	30,9000	231.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 3/18
 Processo Nº.: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 10387 - MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Carne bovina em cubos - Paleta, congelada, de segunda, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponeuroses e sem gorduras, com características organolépticas (cor, sabor e odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. (da Paleta inteira ou molda). Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a legislação vigente e especificação de prazo de validade.	kg		3.000,000	30,9000	92.700,00
4	Carne bovina (acém): inteira, limpa e magra, congelada, embalagem em saco plástico transparente de até 01 kg, com no máximo 10% de gordura. Com registro em órgão competente. Validade mínima de 6 meses a contar a partir da entrega. Registro de rótulo do corte da carne e nº do registro no SIF, SIE ou SIM.	kg		300,000	27,9000	8.370,00

Fornecedor: 10899 - PLANETA COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Salsicha comum a granel - congelada ou resfriada / Certificado de Inspeção Estadual ou federal. Embalagem: embalada à vácuo em pacotes de 3 Kg, devidamente identificadas e de acordo com a legislação vigente e especificação de prazo de validade.	kg	NOBRE	100,000	9,0000	900,00
5	Mortadela fatiada sem gordura. De 1ª qualidade. Acondicionada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, pacotes com no mínimo 200 gramas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, data de validade, qualidade do produto, número de registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega na unidade escolar.	kg	JCW	100,000	23,5000	2.350,00
6	Cortes Congelados de Frango - Sobre-coxa - Características Técnicas: Peças individuais pesando entre 100 a 200 gramas cada unidade. Deve ter certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: saco de polietileno, fechado por solda térmica, devidamente rotulado de acordo com a legislação vigente ou bandeja de poliestireno envolvido com filme plástico, devidamente rotulada de acordo com a legislação vigente. Peso líquido de 01 Kg. Apresentar Certificado de Inspeção Federal ou Estadual. Embalagem : por unidade com rótulo. Especificar prazo de validade.	kg	AVE SERRA	4.650,000	13,5000	62.775,00
7	Filé de peito de frango do tipo sassami - Características técnicas: Corte de frango in-natura provenientes de animais sadios e abatidos sob inspeção veterinária. Deverá ser realizada a aparagem (eliminação de toda gordura aderida e pele) durante o processamento. Os cortes de frango deverão ser isentos de tecidos inferiores como (cartilagens, ossos, aponeuroses, tendões, coágulos, nodos linfáticos). Deve apresentar-se livre de parasitas e de quaisquer substâncias contaminantes que possam alterá-la ou encobrir alguma alteração. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Deve conter no máximo 2% de soro na embalagem. Deverá estar de acordo com a RDC nº 13 de 02 de janeiro de 2001. Embalagem primária: Polietileno atóxica, transparente e termossoldada. Pacotes de 1 kg, devidamente identificados com rótulo impresso ou etiqueta adesiva, de acordo com a legislação vigente. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias no ato da entrega.	kg	AVE SERRA	5.300,000	14,3000	75.790,00
14	Feijão preto - Grupo I/ Tipo I - isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 15%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 01 kg. Embalagem secundária: sacos de polipropileno reforçados e lacrados com fitas adesivas plastificadas, com capacidade para no máximo 30 kg. Data de Fabricação do Produto: máximo de 30 dias Data de validade : 12 meses	kg	MALU	3.580,000	8,9900	32.184,20
33	BROA DE POLVILHO SEM GLÚTEN - Ingredientes: Polvilho de mandioca, amido de milho, açúcar, ovos, margarina vegetal e fermento químico. Embalagem primária: Saco plástico incolor, atóxico, transparente, termosoldado, resistente, rotulado de acordo com a legislação vigente. Pacotes de até 500 g. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.	pct	PAULI	70,000	6,5000	455,00
35	ACHOCOLATADO - em pó instantâneo enriquecido com 8 vitaminas (vitamina A, vitamina D, vitamina C, vitamina E, vitaminas B1, B2 e B6 e vitamina PP). Embalagem: pacote de polietileno metalizado contendo 1kg. Rendimento mínimo: 40 porções de 200ml. Validade mínima: 12 meses.	kg	ITAGUARY	160,000	19,0000	3.040,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/18

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 52/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 10899 - PLANETA COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	FARINHA DE ARROZ - Características Técnicas: Produto totalmente natural, resultante da moagem dos grãos de arroz polido, previamente selecionados. Moagem por intermédio de desintegrador de cereais, utilizado exclusivamente para arroz e seus subprodutos, evitando assim a contaminação por glúten. Produto com aroma, sabor e valor nutricional característicos de arroz. Embalagem primária: Saco de polietileno resistente termossoldado, atóxico, transparente ou leitoso. Com rótulo de acordo com legislação vigente. Pacotes com capacidade de 1kg. Observação: Não devem conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	pct	FAZENDA	300,000	9,9000	2.970,00
49	IOGURTE NATURAL SEM AÇÚCAR - Ingredientes básicos: leite, soro de leite, fermentos lácteos. Normas de produção e embalagem que sigam as orientações sanitárias vigentes. Embalagem plástica, contendo 1 litro, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (até 10°C ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embalagens não se apresentem estufadas ou alteradas. Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega.	l	HOLANDÊS	1.800,000	8,1500	14.670,00
53	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - Embalagem com dados de identificação, data de fabricação e de validade, e registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (10°C ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando a características do produto. De modo que as embalagens não se apresentem alteradas. Embalagens de 200 até 400 gr. Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar da data da entrega.	kg	HOLANDÊS	450,000	33,4000	15.030,00
54	Manteiga sem sal - Características técnicas: Tipo: 1ª qualidade sem sal. Embalagem: Devem estar íntegras, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Saúde e/ou Agricultura. Embalagens de 200g. Deverá ser transportado em carros fechados refrigerados, em embalagens e temperaturas corretas (10°C ou de acordo com o fabricante) e adequadas, respeitando as características do produto. Data de fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Prazo de validade: conforme fabricante.	un	HOLANDÊS	3.750,000	11,0000	41.250,00
62	Cenoura - sem folhas, classe: médio. Tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A. n.º 412 de 07/10/86. Composição das raízes de 12 a 17 cm. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, não lenhosa, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	90,000	3,3500	301,50
71	Alface - Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, não lenhoso, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	un	IN NATURA	200,000	2,0000	400,00
72	Brócolis - Com tamanho médio, deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, não lenhoso, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	Molho	IN NATURA	225,000	3,9000	877,50
75	Batata doce, lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre da maior parte de terra aderente à casca e de resíduos de fertilizantes. Isenta de umidade externa anormal.	kg	IN NATURA	90,000	3,3500	301,50
79	AIPIM PRÉ ELABORADO, HIGIENIZADO CONGELADO. Características Técnicas: Aipim descascado, picado e congelado. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Deverá ser entregue em saco plástico transparente próprio para alimentos e selado. Embalagens normalmente contendo 1kg.	kg	MAIS FRIOS	2.300,000	6,8000	15.640,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 5/18
 Processo N°: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2020

Fornecedor: 10899 - PLANETA COMERCIAL LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
92	Sal - Características Técnicas: Sal refinado iodado. Não deve apresentar sujidade e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg Embalagem Secundária: Sacos de polipropileno reforçados e lacrados, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no máximo 10 kg. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias Prazo de validade: No mínimo 12 meses da data de fabricação.	kg	ZIZO	650,000	1,3800	897,00

Fornecedor: 11858 - MAYCON WILL - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
34	Leite em pó integral: Características Técnicas: Instantâneo, contendo no mínimo 25% de proteína e no máximo de 27% de lipídios. Umidade máxima de 3,5%. Somente será aceito produto de origem nacional (IN n° 11 de 09/09/1999 - MAA). Embalagem: Sacos de poliéster metalizado, pacotes com capacidade de 1 kg. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	kg	Piracanjuba	6.450,000	33,9500	218.977,50
43	Mistura para o preparo de chocolate fonte de vitaminas em pó 50% cacau - formulado a partir de matéria-prima selecionada. Cacau em pó, preferencialmente açúcar orgânico e vitaminas (C, B3, B2, B6, B1 e A). Contém glúten. Alérgicos: pode conter aveia, cevada, leite, ovo, soja e trigo. Prazo de validade: 12 meses. Embalagem primária: saco de poliéster metalizado/PEBD. Embalagem de 1kg.	pct	Biolac	1.200,000	26,4700	31.764,00
46	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA - Fórmula infantil padrão de 400g para recém-nascidos de 0 a 6 meses. A fonte de carboidrato deve ser de lactose predominantemente, como fonte protéica deve conter proteínas do soro de leite e caseína e como fonte lipídica a predominância deve ser de gorduras de origem vegetal e com acréscimo de ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa: docosahexaenóico (DHA) e araquidônico (ARA). Deve conter acréscimo de vitaminas e minerais e ser ausente de glúten. Atendendo as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS.	lt	Nan Confort 1	100,000	16,0000	1.600,00
95	Vinagre - Características Técnicas: Vinagre de álcool. Embalagem primária: Garrafa plástica com capacidade para até 1 litro. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.	fr	Heinig	370,000	2,0300	751,10

Fornecedor: 11928 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
47	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO - Fórmula infantil padrão de seguimento de 400g, indicada para lactentes a partir de 6 meses de idade com proteínas lácteas adequadas para idade. A fonte de carboidrato deve ser de lactose predominantemente, como fonte protéica deve conter proteínas do soro de leite e caseína e como fonte lipídica a predominância deve ser de gorduras de origem vegetal e com acréscimo de ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa: docosahexaenóico (DHA) e araquidônico (ARA). Deve conter acréscimo de vitaminas e minerais e ser ausente de glúten. Atendendo as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS.	lt	APTAMIL PRE	2.500,000	18,0000	45.000,00
48	FÓRMULA INFANTIL DE SEGUIMENTO A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA - Fórmula infantil de 400g à base de proteína isolada de soja enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicado para lactentes a partir de 6 meses de idade com alergia a proteína do leite de vaca e intolerância à lactose ou em outras situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta. Atendendo as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS.	lt	APTAMIL SOJ	100,000	35,0000	3.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 6/18
 Processo Nº.: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 11998 - ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitos e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem primária: sacos de polietileno leitoso ou transparente, pacotes de 01 kg. Embalagem secundária: sacos de papel reforçados e lacrados, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no máximo 10 kg Data de fabricação do produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses	kg		3.100,000	3,6500	11.315,00
12	Doce em pasta de frutas -Características Técnicas : produto cremoso , obtido pela mistura e processamento adequado de polpa de frutas, açúcar deverá possuir cor, odor e sabor próprios da fruta. embalagem primária potes ou baldes de polietileno fechados hermeticamente com lacre de segurança, potes com 400 gr, com embalagem secundárias : caixa de papelão reforçadas. A entrega deverá ser realizada com sabores variados /Registro do Produto no Ministério da Saúde/Alvará sanitário.	pote		1.500,000	4,0000	6.000,00
13	Farinha de trigo especial - Deverá ser fabricada a partir de grãos de trigo, são e limpos, isentos de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação, não podendo estar úmida, fermentada, nem rançosa. Embalagem: a embalagem primária deverá ser de papel resistente, lacrado, com Informação Nutricional, com 01 kg. Embalagem secundária: deverá ser sacos de polipropileno ou sacos de papel reforçados e lacrados, com fitas adesivas plastificadas, identificadas com o nome da empresa, com capacidade para no máximo 10 kg. O produto deverá ser rotulado de acordo com a Legislação. Data de Fabricação do Produto: de no máximo 30 (trinta) dias da data de autorização de fornecimento expedida pela Prefeitura. Prazo de Validade: de no mínimo 06 (seis) meses.	kg		2.700,000	3,8000	10.260,00
29	Amido de milho - fabricado a partir de matérias primas são e limpas, isentas de matéria terrosa e parasitas, isento de umidade, fermentação e ranço. Sob a forma de pó deverá produzir ligeira crepitação quando comprimido entre os dedos. Ingrediente: amido de milho. Embalagem primária: sacos de polietileno atóxico, leitoso, resistente, termossoldado, pacotes de 1 kg.	kg		500,000	6,5900	3.295,00
32	Massa para sopa tipo cabelo de anjo - Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais urucum e cúrcuma. Deve conter ferro mínimo de 3 mg e cálcio mínimo de 17 mg. Umidade máxima de 13%. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, termossoldado, pacotes de 500 g. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	pct		1.000,000	4,9000	4.900,00
40	Aveia em flocos finos - produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Embalada em polietileno atóxico com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. A validade do produto não poderá ser inferior a 12 meses do recebimento. Embalagem de 165g até 500g.	kg		1.200,000	13,6700	16.404,00
42	Biscoito água e sal - farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, gordura vegetal hidrogenada zero trans, açúcar invertido, açúcar, sal, fermentos químicos (bicarbonato de sódio, bicarbonato de amônio e pirofosfato ácido de sódio), fermento biológico, estabilizante lecitina de soja, proteinase, metabisulfito de sódio. Sem colesterol, sem lactose e sem proteína do leite. Isento de produtos de origem animal. Contém glúten.	pct		3.000,000	6,4000	19.200,00
44	BISCOITO DOCE MARIA SABOR AVEIA E MEL - Descrição: Produto obtido pelo amassamento e cozimento de ingredientes permitidos na legislação vigente, em formato redondo, estampado, de textura lisa, crocante, coloração dourada. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal de palma, açúcar invertido, amido de milho, aveia em flocos, mel, sal, aromatizante, emulsificante lecitina de soja, fermentos químicos bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabisulfito de sódio. Contém glúten. Não contem lactose. Alérgicos: Contém aveia e derivados de soja e trigo, pode conter centeio, cevada e leite. Apresentação: Embalagem de refil em BOPP de 134g, reembalados em sacos de 400g de produto. Prazo de validade 8 meses.	pct		3.000,000	6,3300	18.990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/18

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 52/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 11998 - ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
50	LENTILHA - Características Técnicas: Classe graúda, tipo 1, conforme a Portaria nº 65, de 16/02/93. O produto deverá estar em bom estado de conservação, isento de processos de fermentação, mofo, odor estranho e substâncias nocivas à saúde. Deve possuir registro no Ministério da Agricultura. O produto deverá ser da safra corrente. Características sensoriais (organolépticas): aspecto de grãos, cor, odor e sabor próprios. Apresentação: Embalagem deve ser limpa, resistente e estar intacta, em bom estado de conservação e higiene. Acondicionada em pacotes de polietileno incolor e transparente, bem vedados, conteúdo 500 g. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	pct		1.000,000	8,1500	8.150,00
56	Gelatina - Pó para preparo de gelatina; em embalagens de 1 kg, íntegras, contendo informações nutricionais, data de fabricação e validade mínima de 6 meses após a entrega. Sabores Morango, Uva, Framboesa, limão e Amora.	un		120,000	10,8400	1.300,80

Fornecedor: 112619 - Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	Bolacha doce tipo maisena - Características técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 8% e lipídios mínimo de 8%. Ingredientes: Farinha de trigo, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, açúcar invertido, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos (bicarbonato de amônio, bicarbonato de sódio, fosfato de monocalcário) e aromatizante. Embalagem primária: tripla embalagem interna em polipropileno bi-orientado e externa em filme laminado flexível composto de polipropileno bi-orientado, pacotes de 400 gr. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome do fabricante, com capacidade de até 12 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses.	pct	DIANA	100,000	3,8500	385,00
10	Bolacha salgada tipo cream cracker integral - Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa de farinha de trigo preparada com farinhas, amidos, féculas, fermentadas ou não e outras substâncias permitidas na legislação. Umidade máxima de 8% e lipídios mínimo de 10%. Ingredientes: Farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, extrato de malte, sal, açúcar invertido, fermento biológico, estabilizante lecitina de soja, fermento químico (bicarbonato de sódio) e regulador de acidez (ácido láctico). Embalagem primária: Dupla embalagem, interna em polipropileno bi-orientado e externa em polipropileno mono-orientado, pacotes de 360 até 500 g. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas com fita adesiva plastificada, identificada com o nome do fabricante, com capacidade de até 12 kg. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses.	pct	ORQUIDEA	60,000	4,2000	252,00
11	Café em pó, torrado e moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo extra forte, com selo de pureza e qualidade ABIC. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado com até 500 gramas do produto, reembalados em caixa de papelão reforçado. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses.	pct	COAMO	2.440,000	13,2700	32.378,80
15	Fermento em pó químico - Características Técnicas: Formado de substâncias ou mistura de substâncias químicas que, pela influência do calor e/ou da umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. No rótulo deve constar as denominações "Fermento Químico" e "Conservar em lugar fresco e seco". Ingredientes: Amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcário, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalagem primária: Lata de papelão resistente com parte superior e inferior aluminizada, com capacidade para 100 gr. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: mínimo de 6 meses	lt	FLEISCHAMA	2.040,000	4,0500	8.262,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 8/18
 Processo Nº.: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 112619 - Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	Fermento biológico (p/ pão). Características Técnicas: Seco, instantâneo, 100% natural. No rótulo deve constar as denominações: "Fermento Biológico Seco" e "Conservar em lugar fresco e seco". Embalagem Primária: Embalado à vácuo em pacotes de 125 gramas. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses.	pct	FLEISCHAMA	60,000	6,1800	370,80
17	Macarrão espaguetti - Características Técnicas: Tipo longo, contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo com ferro e ácido fólico, ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses.	pct	ROSANE	100,000	2,9900	299,00
18	Óleo refinado de soja - Característica Técnicas: Óleo de soja refinado, 100% natural. Não deve apresentar embalagem frágil, mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem primária: embalagens plásticas resistentes atóxicas contendo 900 ml. Embalagem secundária: Caixa de papelão reforçado, com as abas inferiores e superiores totalmente lacradas com fita adesiva plastificada e identificada com o nome do fabricante, com capacidade para 20 unidades. Data de fabricação: Máximo 30 (trinta) dias. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses	fr	COAMO	2.600,000	9,8500	25.610,00
19	Farinha de Mandioca - Características Técnicas: Grupo: farinha seca. Subgrupo: extra-fina. Classe: branca. Tipo 1. Não deverá apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 01 kg. Embalagem secundária: Sacos de polipropileno reforçados e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no máximo 30 kg. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de Validade: Mínimo de 05 meses.	kg	ROCHA	1.260,000	3,8500	4.851,00
20	Margarina Vegetal - com sal. Contendo no mínimo 60 % de lipídeo. Deve possuir lacre de proteção e Registro do produto no Ministério da saúde. Embalagem: potes com 500 g. Data de fabricação : máximo de 30 dias . Prazo de validade: 6 meses.	pote	COAMO	130,000	5,2300	679,90
21	Farinha de milho pré-cozido - Características Técnicas: Isento de resíduos, impurezas, bolor e odor não característico. Embalagem primária: sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Embalagem Secundária: Sacos de polipropileno reforçados e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no Máximo de 30 kg. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias Prazo de validade: Mínimo de 10 meses	kg	SINHA	610,000	4,0000	2.440,00
23	Suco em pó, sabores uva, laranja, tangerina e abacaxi, embalagem pacote de 1kg	pct	NEILAR	70,000	6,3000	441,00
25	Macarrão Parafuso com ovos. Características Técnicas: Contendo farinha de trigo especial ou sêmola de trigo e ovos, massa seca. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem: Sacos de polietileno transparente, atóxico, com tabela de composição nutricional, pacotes de 500g. Data de fabricação: Máximo de 30 dias. Prazo de validade: Mínimo de 10 meses. Marca pré-aprovada: Isabela, Renata, Galo, Urbano, Oglia, Bortoline.	pct	ROSANE	4.100,000	3,0500	12.505,00
26	Arroz branco - tipo 1 Arroz branco, tipo 1, longo fino; polido; grãos inteiros, com teor de umidade máxima de 15%; isento de sujidades e materiais estranhos; acondicionado em saco plástico, validade mínima de 06 meses a contar da data da entrega, em embalagem de 1 kg;	kg	KIKA	1.000,000	5,9200	5.920,00
31	Arroz parboilizado. Características técnicas: beneficiado, parboilizado, longo, fino, tipo I. Umidade máxima de 14%. Embalagem primária : sacos de polietileno, transparente, pacotes de 1 Kg. Data de fabricação: máximo de 30 dias. Prazo de Validade mínimo de 6 meses.	kg	KIKA	9.480,000	5,9000	55.932,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/18

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Processo Nº.: 52/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 112619 - Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	FEIJÃO VERMELHO - Características Técnicas: Grupo 1 - Feijão Comum, Classe vermelho e Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 18%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, termossoldado, pacotes com capacidade de 1 kg. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	un	BIEL	80,000	10,6500	852,00
39	Trigo para quibe - de ótima qualidade, cor, sabor e aroma característicos do produto. Embalagem íntegra de 500g, na embalagem deverá constar data da fabricação, data de validade e número do lote do produto. Validade mínima de 6 meses na data da entrega.	pct	YOKI	600,000	6,9000	4.140,00
41	Milho de pipoca - tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, parasitas e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% da umidade. O produto deverá ter validade não inferior a 120 dias. Embalagem de 500g. Produto sujeito a verificação no ato da entrega.	pct	YOKI	600,000	3,1300	1.878,00
51	MACARRÃO PARAFUSO OU PENNE DE ARROZ SEM GLÚTEN - Características Técnicas: Massa alimentícia de arroz, 100% natural, seca, tipo curto. Isento de glúten. Ingredientes: Massa alimentícia de arroz, corantes naturais cúrcuma e/ou urucum, água. Pode conter outros ingredientes desde que declarados e de acordo com a legislação em vigor. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: Sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de 500g. Observação: Não deve conter glúten, lactose, corantes e conservantes artificiais. Data de fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	pct	URBANO	100,000	7,0000	700,00

Fornecedor: 112675 - PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
28	Pão Francês - produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água e sal, podendo conter outras substâncias alimentícias. Deverá pesar 50 gramas a unidade a ser feito no dia da entrega ou na tarde anterior. deverá ter boa aparência e boa qualidade.	un		5.400,000	0,9600	5.184,00
30	Pao doce liso, sem farofa, sem creme sem recheio (50g gr) cada	un		50.400,000	0,8900	44.856,00
52	PÃO LISO TIPO BISNAGUINHA - Características técnicas: Produto obtido pela cocção, em condições técnicas adequadas, de massa preparada com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, sal refinado, podendo conter outras substâncias alimentícias. Deverá pesar no mínimo 25 gramas a unidade, ter boa aparência e boa qualidade. Umidade máxima de 30%. Será rejeitado pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de caramelo e corantes de qualquer natureza em sua confecção. Observação: NÃO DEVE CONTER GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, LACTOSE E AÇÚCAR. Embalagem primária: Saco de polipropileno ou de polietileno transparente, atóxico, resistente, termossoldado. Pacote de até 500 gramas. Data de fabricação: deverá ser feito no dia da entrega ou na tarde anterior. Prazo de validade: mínimo de 7 (sete) dias.	un		80.000,000	0,6500	52.000,00
57	Pão branco - Características: conhecido como pão francês ou pão de sal, o pão branco tem seu miolo revestido por uma casca fina e levemente crocante. Constando data de fabricação e validade, e dados do fornecedor (50 gramas de peso por unidade).	un		5.400,000	0,9600	5.184,00

Fornecedor: 112762 - Safi Comércio Atacadista Eirelli

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	Bolacha Doce tipo Maria chocolate. Características Técnicas: Produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada, amido, açúcar invertido, cacau em pó, corante natural caramelo, soro de leite, sal, estabilizante lecitina de soja, fermentos químicos: bicarbonato de sódio e bicarbonato de amônio, aromatizantes acidulante ácido láctico. Contém Glúten. Embalagem Primária: Filme BOPP, conforme ETE - 00120, pacotes de 400 gr. Embalagem Secundária: caixa de papelão Kraft reforçada, conforme ETE - 00003, totalmente lacrada com fita adesiva plastificada, com 8 Kg. (20 x 400). Data de Fabricação: Máximo de 30 dias.	pct	MOSMANN	100,000	5,0000	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 10/18

Processo Nº.: 52/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 112762 - Safi Comércio Atacadista Eirelli

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
38	Flocos de milho açucarados - (tipo sucrilhos) características: deverá conter os seguintes ingredientes: milho, açúcar, sal, extrato de malte, no mínimo 7 (sete) vitaminas, ferro, zinco e ácido fólico. B) embalagem: embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, vedado hermeticamente, contendo no máximo 01 (um) kg, devidamente rotulado, conforme legislação vigente. Validade de no mínimo 90 dias a partir da data de entrega do produto.	kg	GRANOMEL	200,000	17,3000	3.460,00
58	Ovo de galinha - fresco tipo especial, vermelho de 55 à 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687. Data de classificação: de no máximo 7 dias de cada entrega./Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal na data das amostras. Embalagem: com rótulo, descartável, fechada com 01 dúzia. Data de produção e validade. Embalagem Secundária: Caixa de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas com fitas adesivas plastificada, identificada com o nome do fabricante.	dz	AUREA	7.760,000	8,3000	64.408,00
59	Alho Nobre - Características Técnicas: tipo especial, classe 6, Portaria nº 242 de 17/09/92 e Portaria nº 127 de 04/10/91, do Ministério da Agricultura e Reforma agrária. Devem apresentar as características do cultivar bem definidos, estarem fisiologicamente desenvolvidos, inteiro, sadio e isento de substâncias nocivas à saúde. Observação: Apresentar Certificado de Classificação de Vegetais, devidamente credenciado pelo Ministério da Agricultura em modelo oficial e de acordo com a legislação específica.	kg	SAO FRANCIS	310,000	27,9900	8.676,90
60	Batata inglesa - cuja grupo I ou II, classe 2, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A. 69 de 21/02/95 e Portaria M.A. 523 de 28/08/96. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	9.475,000	3,9700	37.615,75
61	Cebola de cabeça - Classe média, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. n.º 529 de 18/03/97. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	5.425,000	4,1900	22.730,75
64	Tomate - Grupo oblongo ou redondo, subgrupo verde maduro a pintado, classe: médio ou grande, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. n.º 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	10.405,000	5,4000	56.187,00
65	Chuchu - classe média tipo especial, pesando entre 300 a 400 gramas a unidade, de acordo com a Portaria MA 412 de 07/10/86. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidos, não lenhoso, bem formados, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	45,000	3,1800	143,10
66	Beterraba Sem Folhas - Tamanho médio, de conformidade com a Portaria M.A. n.º 529 de 18/03/97. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, não lenhosa, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	180,000	3,4100	613,80
67	Banana branca - Grupo II, tipo especial, de conformidade com a Portaria M.A. n.º 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	23.630,000	4,0000	94.520,00
68	Laranja Pera - Grupo I, classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm), tipo especial, Portaria M.A. 125 de 15/05/81. Deve de conformidade com a Portaria M.A. n.º 529 de 18/03/97. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	20.200,000	4,2300	85.446,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 11/18

Processo N°: 52/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2020

Fornecedor: 112762 - Safi Comércio Atacadista Eirelli

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
69	Maçã fuji - Grupo Rajada, classe de 70 a 80 mm, Tipo ou Categoria 2, Portaria M.A n.º 122 de 30/03/93. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	kg	IN NATURA	9.050,000	5,8900	53.304,50
70	ABÓBORA MENINA - Tamanho médio. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições e conservação e maturação. Obs.: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitido apenas as tolerâncias previstas em lei, conforme Resolução CNNPA 12/78 e Decreto Lei 986 de 21/10/69. Embalagem: acondicionadas em sacos de polietileno ou propileno II, de acordo com a Portaria MA n° 127, de 04/10/91.	kg	IN NATURA	45,000	3,2800	147,60
74	Mamão comum - tamanho médio, pesando entre 1000g e 1200g a unidade. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	un	IN NATURA	6.000,000	6,5000	39.000,00
76	ABACATE MANTEIGA - Características Técnicas: casca verde escura brilhante, lisa, fina, polpa cremosa aveludada cor amarela claro. De primeira qualidade, apresentado grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Deverá estar de acordo com a Resolução n° 12/78 da CNNPA. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	750,000	7,9700	5.977,50
77	ABACAXI PÉROLA - Características Técnicas: Frutos perfeitos, são, forma piramidal arredondada e cheia, a polpa consistente, isentos de danos mecânicos. Apresentado grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução n° 12/78 da CNNPA. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	1.200,000	5,0500	6.060,00
78	ABOBRINHA - Características Técnicas: Casca fina e de cor verde, sempre brilhante e firme, haste aparada, peso entre 200 a 500 gramas; polpa deverá ser amarelo claro. Não poderá apresentar casca suja ou manchada, polpa amolecida ou mofada. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	1.000,000	3,1500	3.150,00
80	CAQUI CAFÉ OU CHOCOLATE - Características Técnicas: Grupo doce, cor alaranjada, Classe ou Calibre 7 ou 8 (variando de 8 a 9 cm), tipo ou categoria 1, conforme o Programa de Adesão Voluntária do CEAGESP. Cada unidade deverá pesar entre 150 e 250 gramas. Os frutos devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Período de fornecimento: as entregas e a variedade dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	500,000	6,9500	3.475,00
83	MANGA TOMMY - Características Técnicas: Fruto de formato oval e coloração da casca laranja/amarela coberta com vermelho e púrpura. Polpa firme e coloração amarela. As frutas deverão ser de primeira qualidade de acordo com a Resolução n° 12/78 da CNNPA, com características bem definidas, sãs, inteiras, isentas de enfermidades, parasitas, larvas e sujidades. Não deve apresentar danos físicos e/ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Deverá ser de colheita recente e livre de resíduos de fertilizantes. Grau de maturação que permita o consumo mediato. Período de fornecimento: as entregas e a variedade dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	1.000,000	5,8300	5.830,00
84	MELÃO AMARELO - Características Técnicas: fruta de primeira qualidade, consistência firme, tamanho e coloração uniforme, devendo se bem desenvolvido e maduro, com polpa intacta e firme, livres de resíduos e fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de acordo com a Resolução n° 12/78 da CNNPA. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	3.000,000	6,2900	18.870,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 12/18
 Processo Nº.: 52/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

Fornecedor: 112762 - Safi Comércio Atacadista Eirelli

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
85	PERA - Características Técnicas: frutos de primeira qualidade, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos e mecânicos, com casca uniforme, semi maturada. De acordo com a Resolução nº 12/78 da CNNPA, aspecto firme e casca íntegra, e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação e o transporte. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	900,000	8,1500	7.335,00
86	PÊSSEGO - Características Técnicas: frutos de primeira qualidade de acordo com a Resolução nº 12/78 da CNNPA, aspecto firme e casca íntegra, aroma, cor e sabor próprios. Tamanho uniforme e grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação e o transporte. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	500,000	8,9000	4.450,00
87	PIMENTÃO - Características Técnicas: apresentar cor, textura, sabor, aroma característicos da espécie. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, são, bem formado, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação e isento de substâncias nocivas à saúde. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	450,000	5,7700	2.596,50
90	MORANGO - Características Técnicas: apresentar cor, textura, sabor, aroma característicos da espécie. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, são, bem formado, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e sinais de fungos e apodrecimento. Estar em perfeitas condições de conservação e maturação e isenta de substâncias nocivas à saúde e munida de cálice e pedúnculo verde. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	500,000	13,9500	6.975,00
91	TANGERINA (MEXERICA, BERGAMOTA OU VERGAMOTA) - Características Técnicas: deve apresentar as características da variedade bem definidas (cor, textura, sabor), aroma levemente perfumado, estar fisiologicamente desenvolvida, são e isenta de substâncias nocivas à saúde. Apresentado grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Período de fornecimento: as entregas dependerão da sazonalidade.	kg	IN NATURA	9.450,000	4,9500	46.777,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 13/18
Processo Nº.: 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 14/18
Processo Nº.: 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 15/18
Processo Nº.: 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 16/18
Processo N°. 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 52/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 17/18
Processo Nº.: 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 18/18
Processo Nº.: 52/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santo Amaro da Imperatriz, 23 de Dezembro de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

EDIGA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 03.489.604/0001-31

ELO BRASIL COBRANCAS EIRELI

CNPJ: 21.912.865/0001-02

ELO COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

CNPJ: 14.990.312/0001-02

Imperatriz Comércio Atacadista de Produtos Aliment

CNPJ: 14.546.646/0001-83

MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP

CNPJ: 05.327.107/0001-62

MAYCON WILL - ME

CNPJ: 18.712.730/0001-80

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 03.612.312/0004-97

PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN

CNPJ: 01.620.490/0001-91

PLANETA COMERCIAL LTDA

CNPJ: 04.112.923/0001-96

Safi Comércio Atacadista Eirelli

CNPJ: 13.839.796/0001-12

57-2020 - ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21

Publicação Nº 2795559

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZPágina: 1/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2020**

No dia 14 do mês de Dezembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.892.324/0001-46, com sede administrativa localizada na Praça Governador Ivo Silveira, bairro Centro, CEP nº. 88140-000, nesta cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edésio Justen, inscrito no CPF sob o nº. 288.673.009-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 57/2020, Processo Licitatório nº. 57/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição estimada de fórmulas infantis e de fraldas geriátricas para atender pacientes cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades e especificações constantes do Anexo I e II, parte integrante deste Edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11858	MAYCON WILL - ME	12, 13, 15
11930	MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA	9
12273	METROMED COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA	14
11928	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	4, 5, 6, 7, 8, 10, 11
112804	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MAYCON WILL - ME	18.712.730/0001-80	LUIZ FERNANDO SEBOLD	051.400.039-29
MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA	05.912.018/0001-83	ALAN MARCELO PIEIRN	078.948.799-32
METROMED COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA	83.157.032/0001-22	JEFERSON MENDES	987.128.109-91
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.	03.612.312/0004-97	NATHALIA NAIMI DE OLIVEIRA SOUZA	370.405.818-17
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI	09.944.371/0001-04	ROGER FERNANDES D ESOUZA	081.977.519-35

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisição estimada de fórmulas infantis e de fraldas geriátricas para atender pacientes cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, nas quantidades e especificações constantes do Anexo I e II, parte integrante deste Edital.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 2/10
 Processo Nº.: 57/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

Fornecedor: 11858 - MAYCON WILL - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	Fralda geriátrica tamanho: p - pequena cintura: 40 até 80 centímetros peso: até 20 até 40 kg com as seguintes características: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras mais altas proporcionando mais segurança contra vazamentos laterais; design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com aloe vera, tornando a cobertura macia ao toque na pele; camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; indicador de umidade para maior praticidade: a listra se torna azul sinalizando a hora de trocar o produto; os componentes são atóxicos e pré-testados. composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, capacidade mínima de absorção de 1.100 ml. (anexar à proposta laudo microbiológico e laudo de capacidade de absorção)	un	Tena Confort	15.000,000	1,3700	20.550,00
13	Fralda geriátrica tamanho: m - média cintura: 70 até 120 centímetros peso: até 40 até 70 kg, com as seguintes características: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com aloe vera, tonando a cobertura macia ao toque na pele; camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; indicador de umidade para maior praticidade: a listra se torna azul sinalizando a hora de trocar o produto; os componentes são atóxicos e pré-testados. composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, capacidade mínima de absorção de 1.200 ml. (anexar à proposta laudo microbiológico e laudo de capacidade de absorção)	un	Tena Confort	45.000,000	1,5700	70.650,00
15	Fralda geriátrica tamanho: eg - extragrande (pacote com 07 fraldas) cintura: 110 até 165 centímetros peso: acima de 90 kg, com as seguintes características: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com aloe vera, tonando a cobertura macia ao toque na pele; camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; indicador de umidade para maior praticidade: a listra se torna azul sinalizando a hora de trocar o produto; os componentes são atóxicos e pré-testados. composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, capacidade mínima de absorção de 1.500 ml. (anexar à proposta laudo microbiológico e laudo de capacidade de absorção).	un	Tena Confort	50.000,000	2,4500	122.500,00

Fornecedor: 11928 - NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Fórmula infantil de 400g à base de proteína de soja, com adição de ferro, sem sacarose, enriquecida de L-metionina, acrescida de vitamina C. Indicado para lactentes desde o nascimento até os 06 meses com intolerância à lactose ou em situações nas quais for indicado retirar o leite de vaca da dieta	lt	APTAMIL SOJ	300,000	31,0000	9.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 3/10
 Processo Nº.: 57/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

Fornecedor: 11928 - NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Fórmula infantil de seguimento para lactentes, à base de proteína isolada de soja, enriquecida com ferro e adicionada de L-metionina. Isenta de sacarose, lactose e proteínas lácteas. Indicada para a alimentação de lactentes acima de 06 (seis) meses de idade, com intolerância à lactose ou para dietas restritas ao leite de vaca. Densidade calórica 68 Kcal/100 ml. Possui 10% de proteínas vegetais (proteína isolada de soja + L-metionina), 48% de carboidratos (100% maltodextrina) e 42% de lipídios (100% de gordura vegetal - óleos de palma, girassol, canola e coco). Embalagem: 1 lata de 400g = 2900 ml/1970 Kcal. Código alfanumérico: 1901.1090. Número do registro: 6.6577.0021.001-0. Validade do produto: 24 (vinte e quatro) meses. Lata com 400 gr.	lt	APTAMIL SOJ	300,000	29,0000	8.700,00
6	FORMULA INFANTIL SEM LACTOSE - Lata com 400g - Formula infantil para lactentes com intolerância à lactose, isenta de lactose à base de leite de vaca óleos vegetais e maltodextrina enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Atendendo as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS.	lt	APTAMIL SL	300,000	22,0000	6.600,00
7	Formula infantil para lactentes desde o seu nascimento destinado a necessidades dietoterápicas específicas com restrições de lactose a base de aminoácidos livres e hipoalergênica carboidratos 100% xarope de glicose lipídios óleos vegetais de açafrão coco e canola com densidade calórica de 71 kcal /100 ml em diluição de 15% apresentação. Lata de 400 gr isenta de proteína lactose sacarose galactose e glúten.	un	NEOCATE LC	300,000	113,8000	34.140,00
8	Dieta a base de aminoácido nao alergênicos, elementar e nutricionalmente completa, adicionada de carboidratos, gorduras, vitaminas, minerais e oligoelementos, isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Validade mínima igual ou superior a 80% do prazo total de validade contado a partir da data de sua fabricação. Contém 100% aminoácidos sintéticos e é produzido em ambiente livre de proteína do leite de vaca. Lata com 400g. Indicado para crianças de 1 a 10 anos.	lt	NEO ADVANC	300,000	168,0000	50.400,00
10	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR SEM LACTOSE - Lata contendo entre 400g - Formula infantil para lactentes semi elementar à base de proteína do leite extensamente hidrolisada hipoalergênico, com tcm e maltodextrina, enriquecido com vitaminas, ferro e outros oligoelementos. Atendendo as recomendações do CodexAlimentarius FAO/OMS Isenta de lactose e sacarose.	lt	PREGOMIN P	300,000	68,0000	20.400,00
11	FORMULA INFANTIL SEMI ELEMENTAR - Lata contendo entre 400g - Formula infantil para lactentes à base de proteína do leite hidrolisada, hipoalergênico, contendo maltodextrina, lactose, enriquecido com vitaminas, ferro e outros oligoelementos atendendo as recomendações do CodexAlimentarius FAO/OMS.	un	APTAMIL PEF	300,000	57,0000	17.100,00

Fornecedor: 11930 - MERCOSOLUCOES EM SAUDE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	DIETA EM PÓ PEDIÁTRICA A BASE DE PEPTÍDEOS - Alimento em pó para nutrição enteral ou oral à base de peptídeos, nutricionalmente completo, normocalórico na diluição padrão (1,0kcal/ml) para pacientes pediátricos críticos com intolerância gastrointestinal e/ou com dificuldade na absorção da proteína intacta. Isento lactose e glúten. Lata com 400 gr. Validade mínima de 12 meses. Apresentação em embalagem devidamente rotulada conforme a legislação vigente.	lt		300,000	101,5000	30.450,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 4/10
 Processo Nº.: 57/2020
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

Fornecedor: 12273 - METROMED COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	Fralda geriátrica tamanho: g - grande cintura: 80 até 150 centímetros peso: até 70 até 90 kg , com as seguintes características: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras mais altas proporcionando muito mais segurança contra vazamentos laterais; novo design com núcleo de formato anatômico proporcionando maior conforto; cobertura interior de não tecido, que oferece maior conforto, com aloe vera, tonando a cobertura macia ao toque na pele; camada externa toque suave dando maciez ao produto com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança e conforto; indicador de umidade para maior praticidade: a listra se torna azul sinalizando a hora de trocar o produto; os componentes são atóxicos e pré-testados. composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação, capacidade mínima de absorção de 1.300 ml. (anexar à proposta laudo microbiológico e laudo de capacidade de absorção).	un	ESSITY/TENA	90.000,000	2,0300	182.700,00

Fornecedor: 112804 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Fórmula infantil padrão de 400g para recém-nascidos de 0 a 6 meses. A fonte de carboidratos deve ser de lactose predominantemente, como fonte proteica deve conter proteínas do soro do leite e caseína e como fonte lipídica a predominância deve ser de gorduras de origem vegetal e com acréscimo de ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa: docosahexaenóico (DHA) e araquidônico (ARA). Deve conter acréscimo de vitaminas e minerais e ser ausente de glúten.	lt	NESTLÉ	1.500,000	16,0000	24.000,00
2	Fórmula infantil padrão de seguimento de 400g, indicada para recém-nascidos a partir dos 6 meses de idade. Deve conter acréscimo de vitaminas e minerais e ser ausente de glúten.	lt	NESTLÉ	2.000,000	15,5000	31.000,00
3	Formula infantil de 400g para lactentes com regurgitação, de maior viscosidade, com agentes espessantes, acrescida de óleo vegetal, enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos, atendendo as recomendações do codex alimentarius FAO/OMS.	lt	NESTLÉ	1.000,000	23,0000	23.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 5/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 6/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 7/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 8/10
Processo N°.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL N°. 57/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 9/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Página: 10/10
Processo Nº.: 57/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santo Amaro da Imperatriz, 14 de Dezembro de 2020.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

MAYCON WILL - ME

CNPJ: 18.712.730/0001-80

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA

CNPJ: 05.912.018/0001-83

METROMED COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 03.612.312/0004-97

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ: 09.944.371/0001-04

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 0053/2021

Publicação Nº 2796269

DECRETO Nº 0053, DE 6 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PARA O EXERCÍCIO 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Fundação Cultural os seguintes membros:

Marla Huebl Kaiser - Presidente
Sergio Ricardo Pereira - Suplente
Elisiane Jaschefsky - Secretário
Daniele Celeski Wojakiewicz - Suplente
Sara Giovana Dadam Ziliotto - Membro
Sandra Maria Sadowski Andrzejewski - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade Convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Diretor Presidente

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 0058/2021

Publicação Nº 2796408

DECRETO Nº 0058, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS PARA O EXERCÍCIO 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS os seguintes membros:

Airton Nery Rocha - Presidente
Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa - Suplente
Nilva Aparecida Cardoso da Luz - Secretária
Solange de Fátima Senn - Suplente

Keiti Milena Iendras Vieira Lemos - Membro
Altair Hardt Júnior - Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade Convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

CLIFFORD JELINSKY

Diretor Presidente

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 0059/2021

Publicação Nº 2796414

DECRETO Nº 0059, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, para o exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, os servidores:

Airton Nery Rocha – Pregoeiro

Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa – Apoio

Solange de Fátima Senn – Apoio

Keiti Milena Iendras Vieira Lemos – Apoio

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

CLIFFORD JELINSKY

Diretor Presidente

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

DECRETO Nº 0060/2021

Publicação Nº 2796428

DECRETO Nº 0060, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul os seguintes membros:

- Leila Mara de Oliveira Jeller: Presidente
- Sirlei Aparecida Dambroz: Suplente
- Larissa Juliane Jablonski: Secretária
- Sandra Maria Sadowski Andrzejewski: Suplente
- Andrezza da Silva Andrade: Membro
- Lisane Krisz Ilg: Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade Convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 0061/2021

Publicação Nº 2796507

DECRETO Nº 0061, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Saúde os seguintes membros:

- Debora Cintia de Quadros Pereira: Presidente
- Daniele Celeski Wojakiewicz: Suplente
- Mauro Siqueira Ramos: Secretário
- Larissa Juliane Jablonski: Suplente
- Antônio Marcos Costa Nunes: Membro
- Carla Eloise M-Ibauer: Suplente

Parágrafo Único – Compete à Comissão de Licitação, receber e julgar as licitações até o valor constante da modalidade Convite.

Art. 2º A Comissão de Licitação fica investida em todas as prerrogativas legais pertinentes às licitações públicas a serem realizadas naquela modalidade.

Art. 3º Os suplentes ficam designados para substituir os titulares quando do impedimento dos mesmos, de conformidade com o artigo 118 da Lei nº 8.666/93.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 0062/2021

Publicação Nº 2796441

DECRETO Nº 0062, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, da Fundação Cultural de São Bento do Sul e da Fundação Municipal de Desportos, para o exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuarem como Pregoeiros e Equipe de Apoio: SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI, CARLA ELOISE MÜL-BAUER, DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA, MAURO SIQUEIRA RAMOS, LEILA MARA DE OLIVEIRA JELLER, DANIELE CELESKI WO-JAKIEWICZ, IVO HENNING FILHO, IGOR WEISS, MARLA HUEBL KAISER, ELISIANE JASCHEFSKY, RAFAELA RANK e CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA, nas Licitações na modalidade de Pregão Presencial e Eletrônico, no âmbito da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, do Fundo Municipal de Saúde, da Empresa Municipal de Habitação – EMHAB, da Fundação Municipal de Desportos – FMD e da Fundação Cultural de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Fica designado o Departamento de Suprimentos e Patrimônio para a gestão dos contratos administrativos, com as funcionárias Lisane Krisz Ilg e Larissa Juliane Jablonski.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

DECRETO Nº 0063/2021

Publicação Nº 2796445

DECRETO Nº 0063, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 1721, DE 26 DE MARÇO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, e

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto 1721, de 26 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Comitê de Crise, instituído por este Decreto, terá a seguinte composição:

I - Gabinete do Prefeito:

- a) Antonio Joaquim Tomazini Filho, Prefeito Municipal;
- b) Simone Lesnhak Willemann, Chefe de Gabinete;
- c) Luiz Antonio Novaski, Assessor de Governo;
- d) Marcos Aparecido Lemos, Diretor de Comunicação Social.

II - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Carmen Regina Binotto, Secretária Municipal de Saúde;
- b) Silvana Maria Bianco Bauer, Diretora do Departamento de Proteção à Saúde e Vigilância;
- b) Cristiane Sestren, Coordenadora de Vigilância em Saúde;
- c) Ricardo Larroyed de Oliveira, ocupante do cargo de Médico Generalista.

III - Procuradoria do Município

- a) Álvaro Skiba Júnior, Procurador do Município.

IV - Outras Secretarias Municipais:

- a) Cássio Luiz Zschoerper, Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo;
- b) Patrick Vicente, Secretário Municipal de Administração;
- c) Gilmar Luis Pollum, Secretário Municipal de Assistência Social;
- d) Marcos Rodrigo Schuhmacher, Secretário Municipal de Finanças.

V - Defesa Civil do Município:

- a) Marcelo Laynes Milla, Diretor da Defesa Civil.

VI - Poder Legislativo Municipal:

- a) Carla Odete Hofmann, Presidente da Câmara de Vereadores.

VII - Ministério Público do Estado de Santa Catarina:

- a) Marcos Schlickmann Alberton, Promotor de Justiça na 1ª PJ da Comarca de São Bento do Sul;
- b) Djônata Winter, Promotor de Justiça na 2ª PJ da Comarca de São Bento do Sul;
- c) Matheus Azevedo Ferreira, Promotor de Justiça na 3ª PJ da Comarca de São Bento do Sul.

VIII - Polícia Militar de Santa Catarina:

- a) João Carlos Benassi Borges Kuze, Tenente Coronel do 23º BPM Polícia Militar;

IX - Polícia Civil do Estado de Santa Catarina:

- a) Odair Rogério Sobreira Xavier, Delegado Regional de Polícia Civil;

X - Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina:

- a) João Ricardo Trochmann, integrante do Corpo de Bombeiros;

XI - Sociedade Civil Organizada:

- a) Julio César Teixeira, Presidente da ACISBS;
- b) Rafael Celeski, Presidente da CDL;
- c) Roseli Rosencheck Schlogl, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul e Região.

XII - Hospital e Maternidade Sagrada Família:

- a) Renato de Figueiredo Santos, Superintendente do Hospital.

§ 1º O Comitê de Crise funcionará por tempo indeterminado e suas reuniões e deliberações poderão ocorrer por meio remoto (videoconferência).

§ 2º As deliberações do Comitê de Crise deverão ser amplamente divulgadas no site e redes sociais do Município de São Bento do Sul e à imprensa.

§ 3º A coordenação do Comitê de Crise ficará sob responsabilidade da Secretária Municipal de Saúde, CARMEN REGINA BINOTTO.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, produzindo efeitos a partir de 7 de janeiro de 2021.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2021

Publicação Nº 2797116

LEI COMPLEMENTAR Nº 01, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Estabelece o valor da Unidade Fiscal do Município (UFM), altera a Lei Municipal nº 679/2000 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece o valor da Unidade Fiscal do Município (UFM) e altera a redação da Lei Municipal nº 679/2000.

Art. 2º O valor da UFM anual, a partir de 1º de janeiro de 2021, é de R\$ 4,7322.

§ 1º É vedada a aplicação do valor da UFM estabelecido no caput de forma retroativa.

§ 2º A partir do dia 1º de janeiro de 2021 os créditos tributários inscritos em dívida ativa do Município serão atualizados pela última variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, respeitada a data de vencimento de cada parcela, fatura ou a data correspondente à inscrição do crédito em dívida ativa.

Art. 3º O art. 1º da Lei Municipal nº 679/2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM será atualizado tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da seguinte forma:

I - anualmente, a partir do dia 1º de janeiro, de forma automática pelo sistema operacional do Município, com base no percentual acumulado correspondente às 12 (doze) últimas variações mensais do IPCA divulgadas pelo IBGE, para atualização da base de cálculo dos tributos e outros créditos fiscais;

II - mensalmente, de forma automática pelo sistema operacional do Município, com base no percentual correspondente à última variação mensal do IPCA divulgada pelo IBGE, para atualização de créditos tributários e fiscais, não liquidados até a data do seu vencimento.

Art. 4º Atualização dos valores previstos em contratos administrativos firmados pela Administração direta e indireta do Município, bem como os firmados pelo poder Legislativo Municipal, em razão de reajuste de preços previsto nos próprios contratos administrativos ou em razão de necessidade de prorrogação contratual respeitará, como limite máximo de atualização da moeda, o percentual correspondente à variação acumulada das 12 (doze) últimas variações mensais do IPCA divulgadas pelo IBGE, respeitada a data de vencimento do contrato.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bento do Sul, em 7 de janeiro de 2021.

Antônio Joaquim Tomazini Filho
Prefeito Municipal

Álvaro Skiba Júnior
Procurador do Município

Luiz Antonio Novaski
Assessor de Governo

Marcos Rodrigo Schuhmacher
Secretário Municipal de Finanças

PORTARIA Nº 0019/2021

Publicação Nº 2796247

PORTARIA Nº 0019, DE 6 DE JANEIRO DE 2021.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em obediência ao art. 154, da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa a fim de promover os atos necessários ao esclarecimento dos apontamentos inseridos no processo administrativo nº 20412/2020.

Art. 2º Fica designada a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pelo Decreto nº 1.034, de 22 de agosto de 2018, ou decreto que o substitua, a qual deverá proceder a devida instrução para apuração dos fatos.

Art. 3º A Comissão Permanente poderá utilizar todas as informações e documentos que já constam no processo administrativo nº 20412/2020, bem como, e se necessário for, oficiar outros órgãos judiciais ou administrativos, a fim de obter eventuais provas por eles já produzidas e que tenham pertinência com o presente caso.

Art. 4º A Comissão deverá iniciar a execução de seus trabalhos a partir da publicação deste ato, tendo o prazo de 30 (trinta dias), podendo ser prorrogado.

São Bento do Sul, 6 de janeiro de 2021.

ANTÔNIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0020/2021

Publicação Nº 2796255

PORTARIA Nº 0020, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores MARCELO LEVANDOWSKI, PRISCILA JAENSCH, MICHAEL AUGUSTO DE OLIVEIRA, RAPHAEL BEDIN BUENO, SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, HENRIQUE VALDIVIO SCHROEDER, PAULO ROBERTO SCHUHMACHER, JURACI CLAUDIO ROSSETTO, BRUNO BAPTISTA FRAGOZO, FERNANDO LUTKE, ARILDO RIBEIRO, ARI RIBEIRO DA SILVA, HIAGO DE SOUZA FERNANDES, WAGNER GROSSL, ALEXSANDRO MACHALEVSKI, FÁBIO MARCELO SCHLOEGEL, ROSANA KOMAR, BRUNO VINICIUS PASTI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- GM/Celta, placas MES 5242;
- GM/Corsa Classic, placas MLB 4516;
- GM/Corsa, placas MIU 1477;
- GM/Corsa, placas MIU 1547;
- GM/Corsa, placas MJA 1377;
- VW/Gol, placas MHQ 6962;
- GM/Astra Sedan, placas ARH5A26;

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 0008, de 5 de janeiro de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0021/2021

Publicação Nº 2796257

PORTARIA Nº 0021, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os servidores, MICHAEL AUGUSTO DE OLIVEIRA, HENRIQUE VALDIVIO SCHROEDER, PAULO ROBERTO SCHUHMACHER, JURACI CLAUDIO ROSSETTO, BRUNO BAPTISTA FRAGOZO, FERNANDO LUTKE, ARILDO RIBEIRO, HIAGO DE SOUZA FERNANDES, WAGNER GROSSL, ROSANA KOMAR, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial motocicleta Honda/CG 125, placas MCM 5592.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0022/2021

Publicação Nº 2796260

PORTARIA Nº 0022, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001, e

RESOLVE:

REMOVER, a partir de 4 de janeiro de 2021, o servidor público EDERVAL JOSÉ NEIDERT, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo para o quadro da Secretaria Municipal de Administração.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0023/2021

Publicação Nº 2796263

PORTARIA Nº 0023, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001, e

RESOLVE:

REMOVER, a partir de 4 de janeiro de 2021, a servidora pública ROSANE FIEDLER, ocupante do cargo de Administrador, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo para o quadro do Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0024/2021

Publicação Nº 2796265

PORTARIA Nº 0024, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
REVOGA CEDÊNCIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício nº 427.2020.000393 DPCAMI,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 4 de janeiro de 2021, a Portaria 0428/2017 que cedeu a servidora pública MARISA DO AMARAL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para prestar serviços junto à Delegacia de Polícia da Comarca de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0025/2021

Publicação Nº 2796271

PORTARIA Nº 0025, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Opera remoção de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, nos termos do art. 51, da Lei nº 228/2001, e

RESOLVE:

REMOVER, a partir de 4 de janeiro de 2021, a servidora pública MARISA DO AMARAL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Administração para o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0026/2021

Publicação Nº 2796407

PORTARIA Nº 0026, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder ao servidor ARIEL POLLETO STRICKER, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Fiscalização de Obra Pública, com gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 0027/2021

Publicação Nº 2796422

PORTARIA Nº 0027, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder ao servidor GABRIEL LOUREIRO, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Fiscalização de Obra Pública, com gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA N° 0028/2021

Publicação N° 2796437

PORTARIA N° 0028, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder à servidora CHIARA MARIELE GURGACZ DESTRO, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto e Urbanista, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Fiscalização de Obra Pública, com gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 0029/2021

Publicação N° 2796448

PORTARIA N° 0029, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder à servidora IARA CARINA DUMS WERLICH, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Responsabilidade de Gestão e Otimização de Recursos Humanos, com gratificação pecuniária de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 0030/2021

Publicação N° 2796459

PORTARIA N° 0030, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,
RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder à servidora ELIANE FURST, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Responsabilidade de Coordenação da Equipe Técnica do Plano Municipal de

Educação, com gratificação pecuniária de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021.

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 0031/2021

Publicação N° 2796474

PORTARIA N° 0031, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder ao servidor RICARDO ANTONIO HOMECHEN, ocupante do cargo efetivo de Contador, na Secretaria Municipal de Finanças, a Função Gratificada de Responsabilidade pela Contabilidade Geral do Município, atribuindo-lhe o percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento de seu cargo de carreira, a título de gratificação pecuniária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 0032/2021

Publicação N° 2796488

PORTARIA N° 0032, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.
Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 4 de janeiro de 2021, conceder à servidora JANETE RANK RUTHES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Finanças, a Função Gratificada de Responsabilidade pela Tesouraria, com gratificação pecuniária de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 7 de janeiro de 2021

ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito Municipal

PATRICK VICENTE
Secretário Municipal de Administração

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA: _____

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N 01 DE 2021

Publicação Nº 2795462

PORTARIA Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

“Concede Afastamento ao Servidor Efetivo Heráclio Steinbach para assumir cargo em Comissão.”

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Afastamento a partir de 04 de janeiro de 2021 ao Servidor Heráclio Steinbach, ocupante do Cargo Efetivo de Advogado, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Letra B, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com o Artigo 25, inciso I da Lei nº 228/2001, de 28 de dezembro de 2001, tendo em vista a sua Nomeação ao Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, no Gabinete do Prefeito do Município, através do Decreto nº 0038, de 04 de janeiro de 2021.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

São Bento do Sul, 06 de janeiro de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

PORTARIA N 02 DE 2021

Publicação Nº 2795464

PORTARIA Nº 002, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

“Nomeia Assessor Parlamentar.”

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor Vinicius Fagundes Neumann no cargo de Assessor Parlamentar da Vereadora/Presidente Carla Odete Hofmann, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 05 de janeiro de 2021.

São Bento do Sul, 06 de janeiro de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 25/2021

Publicação Nº 2795153

DECRETO Nº 25/2021 DE 05/01/2021

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 51 § 4º da Lei 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Cidadãos abaixo relacionados para comporem a Comissão Permanente de Licitações, para os Processos de Licitações promovidos pela Administração Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Presidente: ALCINO BELOLI BORGES
CPF: 867.254.759-49

Membro: MARLI TALIAN KRINDGES (Presidente substituta)
CPF: 016.359.849-55

Membro: GIOMAR PASTORELLO LOPES
CPF: 771.895.749-72

Suplente: Membro: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Art. 2º - Os Cidadãos a que se refere o artigo anterior não serão atribuídos qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a partir desta data o Decreto nº 259/2020.

	Gabinete do Prefeito Municipal de Bernardino-SC, em 05 de Janeiro de 2021.
--	---

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

AIRTON ANTONIO CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 26/2021

Publicação Nº 2795447

DECRETO Nº 026/2021 DE 05/01/2021

	DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DOS VALORES DO SUBSÍDIO E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no § 6º Art. 39 CF.

DECRETA:

Art. 1º - Fica demonstrada a relação dos cargos e empregos públicos com seus respectivos valores remuneratórios, bem como dos subsídios, do Município de São Bernardino – SC, nos termos do Anexo Único deste Decreto.



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 05 de Janeiro de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

AIRTON ANTONIO CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E MANUTENÇÃO

00020	Auxiliar de Serviços Gerais	I	(21)	40 horas
00021	Vigia	I	02	40 horas
00022	Motorista	XIX	21...	40 horas
00023	Auxiliar de Administração	VI	03	40 horas
00024	Auxiliar de Enfermagem	III	01	40 horas
00025	Telefonista	I	02	40 horas
00026	Operador I	XX	12.	40 horas
00027	Operador II	VIII	06..	40 horas
00028	Mecânico	III	01	40 horas
00029	Auxiliar de Consultório Dentário	VII.	01	40 horas
00030	Zeladora	IV	11..	40 horas
00037	Agente Auxiliar de Creche	III	03	40 horas
00038	Monitor de Creche	XIX	03	40 horas
00114	Inspetor Escolar	V	01	40 horas
00121	Auxiliar em Informática	VII	02	40 horas
00120	Agente Municipal de Defesa Civil	VIII	01	40 horas
		SUB TOTAL	90	

GRUPO II – SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Código	Cargos /CE	Vcto/base nível	Vagas	Carga horária semanal
00040	Agente Administrativo	III	05	40 horas
00041	Assistente Administrativo	VII	02	40 horas
00042	Fiscal de Tributos e Obras	VIII	01	40 horas
00043	Fiscal de Vigilância Sanitária	VI	01	40 horas
00044	Auxiliar de Contabilidade	X	02	40 horas
00045	Orientador Assistencial	XI	01	40 horas
00046	Tesoureiro	X	01	40 horas
00048	Coordenador Educacional	XII	03.	40 horas
00049	Supervisor Educacional	VIII	01	40 horas
00090	Assistente de Contabilidade	VI	01	40 horas
00091	Agente Bibliotecário	VII	01	40 horas
00093	Supervisor Administrativo	XI	03.	40 horas
	SUB TOTAL		22	

GRUPO III – ATIVIDADE TÉCNICA MÉDIA

Código	Cargos /CE	Vcto/base nível	Vagas	Carga horária semanal
00050	Técnico em Contabilidade	VIII	01	40 horas
00052	Técnico em Agropecuária	IX	02	40 horas
00053	Técnico em Enfermagem – extinto LC 29	XII	01	40 horas
00054	Técnico em Administração	XIV	01	40 horas

00055	Técnico em Atividade Financeira	X	03.	40 horas
00056	Técnico em Atividade Econômica	VII	01	40 horas
00057	Auxiliar Técnico em Enfermagem	XX	03.	40 horas
00111	Técnico em saúde bucal	XX	01.	40 horas
		SUB TOTAL	14	

GRUPO IV – ATIVIDADE TÉCNICA SUPERIOR

Código	Cargos /CE	Vcto/base nível	Vagas	Carga horária semanal
00060	Engenheiro Agrônomo	XIII	01	40 horas
00061	Assistente Social	XII	02.	40 horas
00062	Odontóloga	XVI	02	40 horas
00063	Enfermeiro	XV	01	40 horas
00064	Médico	XVIII	01	40 horas
00065	Contador	XVII	01	40 horas
00096	Técnico em Administração Rural	IX	02.	40 horas
00104	Farmacêutico	XII	02	40 horas
00105	Nutricionista	XII	02	30 horas
00106	Médico Veterinário	XVII	01	10 horas
00107	Fisioterapeuta	XII	01	20 horas
00108	Fonoaudiólogo	XII	01	20 horas
00109	Psicólogo	XII	01	20 horas
00110	Engenheiro civil	XVI	01.	10 horas
00116	Assistente Pedagógico.	XI	02	40 horas
00122.	Enfermeiro de Atenção Básica	XII	02	40 horas
		SUB TOTAL	20	

TABELA DE NÍVEIS DE VENCIMENTOS

PESSOAL EM CARGO EFETIVO

Nível	1.296/2019 2,53%
I	1.083,78
II	1.147,53
III	1.173,04
IV	1.236,79
IV-A (XIX)	1.351,55
V	1.402,54
VI	1.568,28
VI-A (A- XX)	1.721,29
VII	1.950,80
VIII	2.269,57
IX	2.873,86
X	3.042,88
XI	3.211,96
XII	3.921,96
XIII	4.293,87
XIV	4.959,96
XV	6.356,32
XVI	7.708,72
XVII	7.810,17
XVIII	14.977,93

CARGOS COMISSIONADOS

Código	Cargos /CC	Vagas	Vencimento nível	Carga horária semanal
00001	Chefe de Gabinete	01	IV	40 horas
00002	Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa	01	IV	40 horas

00003	Diretor	06	III	40 horas
00004	Sub Diretor	03	II	40 horas
00005	Coordenador dos Serviços da Junta de Serviço Militar	01	I	40 horas
00006	Coordenador de Controle Interno	01	IV	40 horas
00007	Coordenador	05.	V	40 horas
00014	Assessor Jurídico	01	VI	10 horas
00112	Diretor Creche	01	III	40 horas
	SUB-TOTAL	18		

VENCIMENTO PESSOAL EM CARGO COMISSIONADO

Nível	1.296/2019 2,53%
I-A (V)	1.083,77
I	1.825,77
II	2.096,23
III	3.178,19
IV	4.960,03
VI	3.307,41

AGENTES POLÍTICOS

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	Nível
00011	Prefeito Municipal	01	III
00012	Vice-Prefeito	01	II
00013	Secretários Municipais	06	I
	Vereadores	09	

VENCIMENTO AGENTES POLÍTICOS

Nível	1.316/2020 subsídios
II	3.933,72
I	3.615,96
III	11.795,70

QUADRO DE VENCIMENTO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO EFETIVO

R\$ 2.886,24 – piso nacional 2020

CÓDIGO	CARGOS	CARGA HORÁRIA	1.296/2019 2,53%
00070	Professor Normal 23vagas	40 Horas	2.295,07
00072	Professor com Licenciatura 22	40 Horas	3.162,09
00080	Especialista em Administração Escolar 01	40 Horas	3.086,50

QUADRO DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

CÓDIGO	CARGOS	CARGA HORÁRIA	1.296/2019 2,53%
00073	Professor Normal 08	40 Horas	2.294,88
00074	Professor com Licenciatura 28	40 Horas	3.161,78

TEMPORÁRIOS

GRUPO I – SERVIÇOS GERAIS DE APOIO E MANUTENÇÃO

Código	Cargos /CE	Vcto/base nível	Vagas	Carga horária semanal
00031	Auxiliar de Serviços Gerais	I	09	40 horas
00032	Vigia	I	01	40 horas
00033	Motorista	V	03	40 horas

00034	Operador I	XX	03	40 horas
00035	Operador II	VIII	02	40 horas
00036	Zeladora	IV	06	40 horas
00039	Agente Auxiliar de Creche	III	04	40 horas
00113	Monitor de Creche	XIX	02	40 horas
00117	Inspetor Escolar	V	01	40 horas

GRUPO IV – ATIVIDADE TÉCNICA SUPERIOR

Código	Cargos /CE	Vcto/base nível	Vagas	Carga horária semanal
00119	Assistente pedagógico	XI	01	40 horas
00123	Farmacêutica	XII	01	20 horas

QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO – EXTINTOS QUANDO VAGAR

Código	Cargos /CC	Vagas	1.296/2019 2,53%
00071	Professor Normal Superior	12	2.741,32

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS

CARGO	Código	Nível	Vaga	COD - TCE	C/H	1.296/2019 2,53%
Agente de Saúde Comunitário	00098	I	08.	A - 001	40 horas	1.400,00
Agente de Combate a Endemias	00125		01	A - 001	40 horas	1.400,00

QUADRO DE EMPREGOS PÚBLICOS / CRAS

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CÓDIGO TCE	CARGA HORÁRIA	1.296/2019 2,53%
00100	Psicólogo	01	A – 002	40 horas	2.695,36
00101	Auxiliar Administrativo	01	A – 004	40 horas	1.776,76
00102	Coordenador CRA/PAIF	01	A – 003	40 horas	1.965,50
00103	Assistente Social	01	A – 002	40 horas	2.695,37

CONSELHEIROS TUTELARES – 30 horas

CÓDIGO	CARGO	C-TCE	C/H		1.296/2019 2,53%
00099	Conselheiro Tutelar	A – 019	20 h/s	Presidente	1.463,10
				Conselheiro	1.463,10

PORTARIA Nº 64/2021

Publicação Nº 2795148

PORTARIA Nº 64/2021 DE 05/01/2021

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 29 de agosto de 1997 e o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto nº 170/2020 de 25/06/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. MARLI TALIAN KRINDGES, portadora do CPF nº 016.359.849-55, para atuar como PREGOEIRA nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º Fica designado o Sr. ALCINO BELOLI BORGES, portador do CPF n. 867.254.759-49 para realizar Atas necessárias e para atuar como Pregoeiro substituto, nos casos em que a Pregoeira oficial não puder participar.

Art. 3º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Eletrônico, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Membro: GIOMAR PASTORELLO LOPES
CPF: 771.895.749-72

Membro: ALCINO BELOLLI BORGES
CPF: 867.254.759-49

Membro: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Art. 4º - Aos Cidadãos (ãs) a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Janeiro de 2021.
--	---

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

AIRTON ANTONIO CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 65/2021

Publicação Nº 2795151

PORTARIA Nº 65/2021 DE 05/01/2021

	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAR NOS PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no Art. 3º da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002 e Artigo 8º do Decreto nº 017/2006 de 02/01/2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. ALCINO BELOLI BORGES, portador do CPF nº 867.254.759-49, para atuar como PREGOEIRO nos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Art. 2º - Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a equipe de apoio relativo aos Processos de Licitação, na Modalidade de Pregão Presencial, promovidos pela Administração Pública Municipal e pelo Fundo Municipal de Saúde de São Bernardino-SC, em qualquer de suas unidades ou órgãos.

Membro: MARLI TALIAN KRINDGES (Pregoeira substituta)
CPF: 016.359.849-55

Membro: JULIANO DA SILVA
CPF: 008.606.799-00

Suplente: GIOMAR PASTORELLO LOPES
CPF: 771.895.749-72

Art. 3º - Aos Cidadões a que se referem os artigos anteriores, não será atribuída qualquer remuneração por se tratar de serviço relevante de interesse público.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Janeiro de 2021.
--	---

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

AIRTON ANTONIO CARNIEL
Sec. Adm. e Fazenda

TERMO DE POSSE Nº 01/2021

Publicação Nº 2795482

TERMO DE POSSE

No 01(primeiro) dia do mês de janeiro de 2021 na área coberta em anexo a secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Bernardino-SC, compareceu o Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, a fim de tomar posse no Cargo de Prefeito para o mandato 2021/2024.

Nesta oportunidade tomou posse comprometendo-se o empossado a desempenhar suas atribuições de acordo com regimento interno e demais normas afins, com dignidade, disciplina, honradez e moralidade.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pela parte.

DALVIR LUIZ LUDWIG
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE POSSE Nº 02/2021

Publicação Nº 2795483

TERMO DE POSSE

No 01(primeiro) dia do mês de janeiro de 2021 na área coberta em anexo a secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Bernardino-SC, compareceu o Sr. JAIR XAVIER, a fim de tomar posse no Cargo de Vice-Prefeito para o mandato 2021/2024.

Nesta oportunidade tomou posse comprometendo-se o empossado a desempenhar suas atribuições de acordo com regimento interno e demais normas afins, com dignidade, disciplina, honradez e moralidade.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai devidamente assinado pela parte.

JAIR XAVIER
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LIC. 55/2020

Publicação Nº 2795116

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.812.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2020 - TP Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 25/11/2020
Folha: 1/4	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DALVIR LUIZ LUDWIG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2020
b) Licitação Nr.: 9/2020-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 07/01/2021
e) Data da Adjudicação: 07/01/2021 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE PRAÇA COM ÁREA DE 259 M2 CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA, A SER CONSTRUÍDO NO BAIRRO SCHEID. ESTA OBRA VISA FORNECER UM LUGAR DE LAZER E DESCANSO A POPULAÇÃO.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Preço Unitário	Total do Item
	Unid.	Qtidade	Descrto. (%)			
CONSTRUTORA SENHORE LTDA (3859)						
1 PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO - Marca:	M2	2,5	-	250,00		625,00
2 EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA - Marca:	M2	6	-	120,00		720,00
3 Concretagem de pilares, fck = 25 MPA, lançamento, adensamento e acabamento - Marca:	M3	2,83	-	490,39		1.387,80
4 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - Marca:	KG	58,03	-	16,01		929,06
5 ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE UMA ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO EM UMA EDIFICAÇÃO TÉRREA OU SOBRADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,00MM - Marca:	Km	148,68	-	12,64		1.879,32
6 FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, COM MADEIRA SERRADA, E= 25 MM - Marca:	M2	37,64	-	30,00		1.129,20
7 BROCA DE CONCRETO DIAMETRO DE Ø20cm, INCLUSO ESCAVACAO CONCRETAGEM E FERRAGEM - Marca:	M	9	-	62,61		563,49
8 REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MECÂNICA DO LEITO, SOLO 1ª CAT. - E=15CM - Marca:	M3	247,9	-	1,72		426,39
9 LASTRO DE MATERIAL GRANULAR, PEDRA BRITADA Nº1, COM ESPESURA DE 5CM, FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO - Marca:	M3	12,4	-	134,74		1.670,78
10 PISO CIMENTADO TRACO 1:3 ACABAMENTO LISO ESPESURA 10 CM - Marca:	M3	12,26	-	523,25		6.415,05
11 TELA DE AÇO SOLDADA NERVURADA CA-60, Q-92 (1,48kg/m²), diametro do fio=4,2 MM, largura 2,45 x 6,0m de comprimento - Marca:	M2	122,63	-	10,72		1.314,59
12 FABRICAÇÃO DE FORMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, COM MADEIRA SERRADA, E= 25 MM - Marca:	M2	12,04	-	115,45		1.390,02
13 PISO EMBORRACHADO 1000 X 1000 X 40MM - Marca:	M2	78,39	-	300,00		23.517,00
14 escavação manual de solo prof. até 1,30mt - Marca:	M3	0,32	-	75,70		24,22

São Bernardino, 7 de Janeiro de 2021.

.....
DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO</p> <p>CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 25/11/2020</p>
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**CONSTRUTORA SENHORE LTDA (3859)**

15	CAMADA DRENANTE DE BRITA Nº 1, ESPESSURA 5 CM - Marca:	M3	0,03	-	134,74	4,04
16	CONCRETAGEM DE SAPATAS, FCK 25 MPA, LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO BROCA Ø20CM - Marca:	M3	0,16	-	507,25	81,16
17	ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 8MM, INCLUSO FORNECIMENTO, CORTE DOBRA E COLOCAÇÃO - Marca:	KG	6,95	-	11,81	82,08
18	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE - Marca:	M3	0,16	-	45,90	7,34
19	PILAR DE MADEIRA 18 X18 CM COM H=350CM - 4 UND EUCALIPTO TRATADO - Marca:	M3	4	-	120,00	480,00
20	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES - Marca:	HR	8	-	26,20	209,60
21	Pintura em verniz sintético brilhante em madeira, três demãos - Marca:	M2	7,2	-	20,87	150,26
22	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE ENCAIXE DE CERÂMICA OU CONCRETO, INCLUSO TRANSPORTE - Marca:	M2	25	-	90,83	2.270,75
23	TELHAMENTO COM TELHA CERAMICA TIPO ROMANA, INCLUSO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M2	25	-	86,58	2.164,50
24	Pintura em verniz sintético brilhante em madeira, três demãos - Marca:	M2	25	-	20,87	521,75
25	LIXEIRA PARA COLETA SELETIVA DE LIXO COMPLETA, INCLUSIVE INSTALACAO 50 LITROS C/ 4 LIXEIRAS - Marca:	Und	2	-	635,00	1.270,00
26	BANCO DE MADEIRA E FERRO PARA DESCANCO - Marca:	Und	6	-	650,00	3.900,00
27	MESA PARA JOGOS DE MADEIRA COM QUATRO BANCOS - Marca:	Und	3	-	420,00	1.260,00
28	PLAYGRAUD DE MADEIRA COMPLETO CONFORME PROJETO - Marca:	Und	1	-	10.890,84	10.890,84
29	CARROSEL DE FERRO COM Ø1,50 M INFANTIL COLORIDO CONFORME PROJETO - Marca:	Und	1	-	1.400,00	1.400,00
30	GANGORRA DE FERRO DUPLA COLORIDO CONFORME PROJETO - Marca:	Und	1	-	800,00	800,00
31	CERCA DE GRADE DE FERRO EM BARRA CHATA 3/16 " - Marca:	M2	40,7	-	99,72	4.058,60
32	PORTAO EM TELA ARAME GALVANIZADO Nº 12 100X110 CM, INCLUSO FERRAGENS - Marca:	M2	1,1	-	383,81	422,19
33	escavação manual de solo prof. até 1,30mt - Marca:	M3	1,44	-	75,70	109,01
34	LASTRO DE MATERIAL GRANULAR, PEDRA BRITADA Nº1, COM ESPESSURA DE 5CM, FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO - Marca:	M3	8	-	134,74	1.077,92
35	CONCRETAGEM DE SAPATAS - Marca:	M3	0,72	-	169,84	122,28
36	ARMAÇÃO DE AÇO CA-50 8MM, INCLUSO FORNECIMENTO, CORTE DOBRA E COLOCAÇÃO - Marca:	KG	18,96	-	11,81	223,92
37	REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE - Marca:	M3	0,72	-	45,90	33,05

São Bernardino, 7 de Janeiro de 2021.

.....
DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID,1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2020 - TP Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 25/11/2020
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CONSTRUTORA SENHORE LTDA (3859)

38 KIT POSTE DE CONCRETO (KIT POSTINHO) INCLUINDO CAIXA PARA O MEDIDOR EMBUTIDA NO POSTE, BORNES SAK OU TERMINAL RETRÁTIL, CONDUTORES E SEUS TERMINAIS, DISJUNTOR, DPS, ARMAÇÃO, ROLDANA, HASTE DE ATERRAMENTO ALTA CAMADA Ø5/8"X2400MM 254µM E CAIXA DE INSPEÇÃO DE ATERRAMENTO CONCRETO Ø30X40CM - PADRÃO CELESC 7/150DAN MONOFÁSICO 40A, ENTRADA AÉREA MULTIPLEXADA EM ALUMÍNIO 1X1X10 + 10MM² E SAÍDA SUBTERRÂNEA #10(10)10MM² Ø1.1/4", INCLUSA CAIXA HERMÉTICA COM DISJUNTOR 40A MONOFÁSICO FIXADO NO PRÓPRIO PADRÃO PARA DERIVAÇÃO DO RAMAL DE CARGA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	1	-	2.507,52	2.507,52
39 POSTE RETO TELE CÔNICO ESCALONADO COM SEÇÕES REDONDAS, FABRICADO EM AÇO CARBONO SAE 1010/1020, COM BASE 250X250MM (FLANGE) PARA FIXAR AO SOLO CO CHUMBADORES, GALVANIZADO A FOGO (NBR 6323), PINTURA FINAL COR CINZA, COM JANELA DE INSPEÇÃO (50X140MM), ALTURA DE 5 METROS, DIÂMETRO NO TOPO MÁXIMO DE Ø60MM, DEVE ATENDER A ABNT NBR 14744:2001 E ABNT NBR 6323:2016 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	563,59	4.508,72
40 LUMINÁRIA PÚBLICA LED COM SELO DE CERTIFICAÇÃO INMETRO EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA Nº 20/2017, POTÊNCIA MÁXIMA 70W, 5000K, FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DE 10481 LÚMENS (149,73LM/W), ENCAIXE PARA SUPORTE COM BRAÇO DIÂMETRO ENTRE Ø30-63MM, GARANTIA MÍNIMA 5 ANOS, MARCAÇÕES CONFORME ABNT NBR 15129 GRAVADAS DE FORMA LEGÍVEL E INDELEÍVEL NA LUMINÁRIA, IP66 MÍNIMO, IK08 MÍNIMO, COM FIAÇÃO INTERNA PP 3X#1,50MM² IDENTIFICADA PRONTA PARA CONEXÃO COM A REDE, COM RELÉ FOTOELÉTRICO ACOPLADO, FATOR DE POTÊNCIA FP ? 0,92, IRC ? 70, FAIXA DE TENSÃO 90-300VCA @50-60HZ, COM DPS MÍNIMO 12KA CLASSE II, CLASSIFICAÇÃO FOTOMÉTRICA TIPO II MÉDIA LIMITADA, MATERIAL CONSTRUTIVO EM ALUMÍNIO INJETADO, ACABAMENTO COR CINZA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	1.530,96	12.247,68
41 SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE 1 LUMINÁRIA EM TOPO DE POSTE, COM BRAÇO DIÂMETRO Ø30-60MM, INCLINAÇÃO 0-10°, EM AÇO CARBONO, PINTURA ELETROSTÁTICA, COR CINZA, COM PARAFUSOS INCLUSOS FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	128,51	1.028,08

São Bernardino, 7 de Janeiro de 2021.

.....
DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO</p> <p>CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEIDT, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2020 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 55/2020 Processo de Licitação: 55/2020 Data do Processo: 25/11/2020</p>
	Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**CONSTRUTORA SENHORE LTDA (3859)**

42	SAPATA CIRCULAR DE CONCRETO PARA FIXAÇÃO DOS POSTES EM CHUMBADORES, DIMENSÕES Ø600X600MM (DXA) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	169,84	1.358,72
43	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, COBERTURA EM PVC, ANTICHAMA, 0,6/1KV, 3 CONDUTORES DE 2,50 MM² - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M	100	-	8,71	871,00
44	HASTE DE ATERRAMENTO RETILÍNEA, CONSTITUÍDA DE NÚCLEO SÓLIDO DE AÇO CARBONO, REVESTIDA POR CAMADA UNIFORME DE COBRE ELETROLÍTICO (MÍNIMO 254 MICRONS) Ø5/8"X2400MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	63,11	504,88
45	CONECTOR TIPO PRESILHA PARA CABO 2,50MM² E HASTE Ø5/8" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	8	-	8,71	69,68
46	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PEAD, DN 40MM (Ø 1.1/4"), SUBTERRÂNEO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M	100	-	12,53	1.253,00
47	FITA DE ADVERTÊNCIA SUBTERRÂNEA COM INDICAÇÃO "CUIDADO!" REDE ELÉTRICA ABAIXO" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M	100	-	0,60	60,00
48	FITA ISOLANTE AUTOFUSÃO, USO ATÉ 750V, EM ROLO DE 19MM X 10M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	Und	2	-	25,22	50,44
49	CAIXA DE PASSAGEM DE CONCRETO DIMENSÕES LIVRES INTERNAS 30X30X30CM (AXLXP), COM 5 CM DE BRITA NO FUNDO, COM TIJOLOS MACIÇOS, COM TAMPA DE CONCRETO 40X40X5CM, COM ALÇA RETRÁTIL DE ABERTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M	8	-	206,49	1.651,92
50	ABERTURA DE VALA 30X60CM (LXP) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M3	18	-	45,90	826,20
51	REABERTURA DE VALA 30X60CM (LXP) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - Marca:	M3	18	-	75,70	1.362,60
52	LIMPEZA FINAL DA OBRA - Marca:	M2	259	-	0,65	168,35
Total do Fornecedor:					102.000,00	
Total Geral:					102.000,00	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (92), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (89)

São Bernardino, 7 de Janeiro de 2021.

.....

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

ALIENAÇÕES - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796088

Município de SÃO BERNARDINO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre					R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	(b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00				100.666,40	-100.666,40
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00				100.350,00	-100.350,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00				0,00	0,00
		0,00				316,40	-316,40
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		106.108,88	105.311,79	105.311,79	0,00	0,00	797,09
Investimentos		106.108,88	105.311,79	105.311,79	0,00	0,00	797,09
		106.108,88	105.311,79	105.311,79	0,00	0,00	797,09
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (lif + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + llj)
Valor(III)		5.275,06					629,67

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL	EDILAINE GOMES WERNER	VOLMIR GREGOLIN
PREFEITO MUNICIPAL	RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA	CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

BAL. FIN.CONS - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796093

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Dezembro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.793.808,06	ORÇAMENTÁRIAS	794.624,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	64.441,40	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	794.624,17
Contribuições	3.877,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	922.027,25
Receita Patrimonial	1.968,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-284.236,24
Receita de Serviços	24.767,38	INVESTIMENTOS	156.833,16
Transferências Correntes	1.695.278,56		
Transferências de Capital	3.475,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	388.956,26	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	388.956,26
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	388.956,26	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	388.956,26
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.933.458,33	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.357.316,71
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.939,05	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.939,05
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	144.568,18	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	149.711,26
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.666.678,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.824.190,88
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	4.000,00	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	91.046,34
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.113.272,81	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.287.429,18
SALDOS ANTERIORES	3.717.352,50	SALDOS ATUAIS	3.292.678,01
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	961.300,38	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	725.263,16
BANCO C/ MOVIMENTO	2.213.400,32	BANCO C/ MOVIMENTO	2.024.860,47
BANCOS C/ VINCULADAS	542.482,55	BANCOS C/ VINCULADAS	542.554,38
TESOURARIA GERAL	169,25		
TOTAL	9.833.575,15	TOTAL	9.833.575,15

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

BAL.FIN.CON.S. -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796054

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
 Exercício de 2020
 Período: Dezembro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.793.808,06	ORÇAMENTÁRIAS	794.624,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	64.441,40	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	794.624,17
Contribuições	3.877,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	922.027,25
Receita Patrimonial	1.968,12	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-284.236,24
Receita de Serviços	24.767,38	INVESTIMENTOS	156.833,16
Transferências Correntes	1.695.278,56		
Transferências de Capital	3.475,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	388.956,26	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	388.956,26
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	388.956,26	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	388.956,26
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.933.458,33	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.357.316,71
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.939,05	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.939,05
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	144.568,18	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	149.711,26
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.666.678,29	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.824.190,88
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.000,00	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	91.046,34
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.113.272,81	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.287.429,18
SALDOS ANTERIORES	3.717.352,50	SALDOS ATUAIS	3.292.678,01
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	961.300,38	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	725.263,16
BANCO C/ MOVIMENTO	2.213.400,32	BANCO C/ MOVIMENTO	2.024.860,47
BANCOS C/ VINCULADAS	542.482,55	BANCOS C/ VINCULADAS	542.554,38
TESOURARIA GERAL	169,25		
TOTAL	9.833.575,15	TOTAL	9.833.575,15

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
 PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
 CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

BAL.ORÇ - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796099

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.026.830,00	16.026.830,00	3.068.939,07	19,15	16.476.860,46	102,81	-450.030,46
RECEITAS CORRENTES	16.026.830,00	16.026.830,00	3.065.464,07	19,13	15.795.675,04	98,56	231.154,96
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	539.040,00	539.040,00	113.629,44	21,08	546.372,39	101,36	-7.332,39
IMPOSTOS	497.590,00	497.590,00	105.156,21	21,13	507.761,46	102,04	-10.171,46
TAXAS	40.970,00	40.970,00	8.473,23	20,68	38.610,93	94,24	2.359,07
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	480,00
CONTRIBUIÇÕES	44.000,00	44.000,00	7.248,21	16,47	40.607,24	92,29	3.392,76
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	44.000,00	44.000,00	7.248,21	16,47	40.607,24	92,29	3.392,76
RECEITA PATRIMONIAL	58.490,00	58.490,00	3.257,57	5,57	28.203,04	48,22	30.286,96
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	410,00	410,00	2.472,31	603,00	16.279,58	3.970,63	-15.869,58
VALORES MOBILIÁRIOS	58.080,00	58.080,00	785,26	1,35	11.923,46	20,53	46.156,54
RECEITA DE SERVIÇOS	126.400,00	126.400,00	41.932,45	33,17	183.745,98	145,37	-57.345,98
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	4.000,00	4.000,00	2.820,65	70,52	19.219,79	480,49	-15.219,79
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	1.200,00	1.200,00	2.056,97	171,41	15.012,28	1.251,02	-13.812,28
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	639,75	0,00	-639,75
OUTROS SERVIÇOS	121.200,00	121.200,00	37.054,83	30,57	148.874,16	122,83	-27.674,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.258.900,00	15.258.900,00	2.899.396,40	19,00	14.978.461,52	98,16	280.438,48
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.134.200,00	9.134.200,00	1.742.318,86	19,07	9.085.633,89	99,47	48.566,11
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.224.700,00	4.224.700,00	878.647,04	20,80	4.410.189,74	104,39	-185.489,74
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.900.000,00	1.900.000,00	278.430,50	14,65	1.482.637,89	78,03	417.362,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	18.284,87	0,00	-18.284,87
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	7.872,00	0,00	-7.872,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	10.245,35	0,00	-10.245,35
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	167,52	0,00	-167,52
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	3.475,00	0,00	681.185,42	0,00	-681.185,42
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	100.350,00	0,00	-100.350,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	100.350,00	0,00	-100.350,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	580.835,42	0,00	-580.835,42
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	3.475,00	0,00	236.083,96	0,00	-236.083,96
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	344.751,46	0,00	-344.751,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.026.830,00	16.026.830,00	3.068.939,07	19,15	16.476.860,46	102,81	-450.030,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contábil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/01MESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SAÍDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	16.026.830,00	16.026.830,00	3.068.939,07	19,15	16.476.861,46	102,81	-450.030,46
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	16.026.830,00	16.026.830,00	3.068.939,07	19,15	16.476.861,46	102,81	-450.030,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.996.068,64	—	—	1.996.068,64	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.996.068,64	—	—	1.996.068,64	—	—

[illegible]

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	16.026.830,00	20.390.208,96	1.540.789,22	15.356.435,53	5.034.073,43	3.236.185,56	15.187.980,68	5.202.228,28	15.183.556,12	168.154,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.120.724,93	—	—	1.288.879,78	—	1.293.304,34	—
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	16.026.830,00	20.390.208,96	1.540.789,22	16.476.860,46	—	3.236.185,56	16.476.860,46	—	16.476.860,46	168.154,85
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.288.879,78

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINE GOMES WERNER RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3
---	---	--

DEM SIMP.RREO - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796108

Município de SÃO BERNARDINO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1.00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.026.830,00		
Previsão Atualizada		16.026.830,00		
Receitas Realizadas		16.476.860,46		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.996.068,64		
DESPESAS				
Dotação Inicial		16.026.830,00		
Créditos Adicionais		4.363.378,96		
Dotação Atualizada		20.390.208,96		
Despesas Empenhadas		15.356.135,53		
Despesas Liquidadas		15.187.980,68		
Despesas pagas		15.183.556,12		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		168.154,85		
Superavit Orçamentário		1.288.879,78		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.356.135,53		
Liquidadas		15.187.980,68		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		168.154,85		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		15.395.502,98		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		14.995.231,16		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		14.995.231,16		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.071.022,46	0,00
Resultado Primário		0,00	1.059.099,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	297.439,34	33.040,03	212.149,31	52.250,00
EXECUTIVO	297.439,34	33.040,03	212.149,31	52.250,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	15.632,57	0,00	10.132,57	5.500,00
EXECUTIVO	15.632,57	0,00	10.132,57	5.500,00
TOTAL:	313.071,91	33.040,03	222.281,88	57.750,00

Continua 1/2

Município de SÃO BERNARDINO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.552.155,23	25%	26,91
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.148.351,14	60%	74,46
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.543.875,57	1.481.107,68
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			100.666,40	-100.666,40
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			105.311,79	797,09
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.378.731,34	15,00	18,93
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

DEM. DESP. - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796104

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	16.026.830,00	20.390.208,96	1.540.789,22	15.356.135,53	100,00	3.236.185,56	15.187.980,88	5.202.228,28	168.154,85
Legislativa	750.000,00	750.000,00	137.793,19	646.565,38	4,21	155.720,44	646.565,38	103.434,62	0,00
Ação Legislativa	750.000,00	750.000,00	137.793,19	646.565,38	4,21	155.720,44	646.565,38	103.434,62	0,00
Administração	2.434.000,00	1.974.300,48	247.329,10	1.930.223,15	12,57	361.703,60	1.929.273,15	45.027,33	950,00
Administração Geral	1.524.000,00	1.200.835,16	126.431,05	1.169.649,01	7,62	218.909,49	1.168.699,01	32.136,15	950,00
Administração Financeira	690.000,00	566.465,32	111.745,01	585.191,22	3,81	111.745,01	585.191,22	1.274,10	0,00
Tecnologia da Informação	180.000,00	132.000,00	0,00	131.376,36	0,86	21.896,06	131.376,36	623,64	0,00
Defesa Civil	40.000,00	55.000,00	9.153,04	44.006,56	0,29	9.153,04	44.006,56	10.993,44	0,00
Segurança Pública	83.000,00	140.584,00	22.564,98	92.240,62	0,60	33.570,78	92.240,62	48.343,38	0,00
Policimento	64.000,00	76.584,00	-1.552,22	32.338,42	0,21	6.379,78	32.338,42	44.245,56	0,00
Habituação Rural	19.000,00	64.000,00	24.117,20	59.902,20	0,39	27.191,00	59.902,20	4.097,80	0,00
Assistência Social	1.312.730,00	1.219.228,50	52.684,24	912.862,35	5,94	179.144,02	912.862,35	306.366,15	0,00
Assistência ao Idoso	37.000,00	6.000,00	-13.014,62	5.876,18	0,04	246,30	5.876,18	123,82	0,00
Assistência Comunitária	1.275.730,00	1.213.228,50	65.698,86	906.986,17	5,91	178.895,72	906.986,17	306.242,33	0,00
Saúde	3.713.836,20	5.709.908,33	273.282,92	4.000.869,85	26,05	833.001,23	4.000.394,85	1.709.513,48	475,00
Atenção Básica	2.687.586,20	4.361.027,76	408.363,84	3.184.884,45	20,74	612.834,82	3.184.409,45	1.176.618,31	475,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	975.500,00	1.235.218,87	-134.847,48	795.396,02	5,18	217.456,91	795.396,02	457.822,85	0,00
Veiculação Sanitária	50.750,00	96.681,70	-233,44	20.589,38	0,13	2.709,50	20.589,38	75.072,32	0,00
Educação	3.631.554,30	4.404.276,37	301.451,97	2.864.534,72	18,65	678.087,64	2.864.534,72	1.539.741,65	0,00
Alimentação e Nutrição	80.350,00	49.273,23	-36.124,21	29.872,92	0,19	7.979,99	29.872,92	19.400,31	0,00
Ensino Fundamental	2.627.204,30	3.106.903,14	339.946,08	2.078.026,23	13,53	539.365,27	2.078.026,23	1.028.876,91	0,00
Ensino Médio	85.000,00	66.000,00	-34.572,00	5.628,00	0,04	0,00	5.628,00	59.372,00	0,00
Ensino Superior	60.000,00	7.100,00	-30.175,00	7.100,00	0,05	0,00	7.100,00	0,00	0,00
Educação Infantil	748.000,00	1.145.000,00	64.851,90	729.445,92	4,75	127.675,78	729.445,92	415.554,08	0,00
Cultura	31.000,00	31.000,00	-2.474,80	14.461,65	0,09	3.066,60	14.461,65	16.538,35	0,00
Educação Especial	150.000,00	15.700,00	2.769,59	14.130,15	0,09	5.857,07	14.130,15	1.569,85	0,00
Difusão Cultural	150.000,00	15.700,00	2.769,59	14.130,15	0,09	5.857,07	14.130,15	1.569,85	0,00
Direitos da Cidadania	50.000,00	4.600,00	-3.834,01	672,90	0,00	0,00	672,90	3.927,10	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	40.000,00	4.600,00	-3.834,01	672,90	0,00	0,00	672,90	3.927,10	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	323.509,50	606.040,77	37.990,21	595.924,80	3,88	63.579,77	595.924,80	12.115,97	0,00
Infra-Estrutura Urbana	14.000,00	326.383,47	361,15	324.883,88	2,12	361,15	324.883,88	1.499,99	0,00
Serviços Urbanos	309.509,50	281.657,30	37.629,06	271.040,92	1,77	63.218,62	271.040,92	10.616,38	0,00
Habituação	19.000,00	38.800,00	14.277,54	38.266,56	0,25	16.098,74	38.266,56	533,44	0,00
Habituação Urbana	19.000,00	38.800,00	14.277,54	38.266,56	0,25	16.098,74	38.266,56	533,44	0,00
Saneamento	136.000,00	510.000,00	0,00	9.950,00	0,06	1.208,42	9.950,00	500.050,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	120.000,00	510.000,00	0,00	9.950,00	0,06	1.208,42	9.950,00	500.050,00	0,00
Defesa Agropecuária	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.371.200,00	2.023.095,43	202.478,86	1.978.044,63	12,88	488.646,28	1.978.044,63	45.050,80	0,00
Extensão Rural	1.371.200,00	2.023.095,43	202.478,86	1.978.044,63	12,88	488.646,28	1.978.044,63	45.050,80	0,00
Indústria	10.000,00	395.400,00	-49.803,01	312.552,98	2,04	82.847,02	285.438,57	109.941,43	27.094,41
Promoção Industrial	10.000,00	395.400,00	-49.803,01	312.552,98	2,04	82.847,02	285.438,57	109.941,43	27.094,41

Continua 1/2

Continuação 22

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	16.026.830,00	20.390.208,96	1.540.789,22	15.356.135,53	5.034.073,43	3.236.185,56	15.187.980,88	5.202.228,28	166.154,85
Comunicações	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	99.000,00	254.000,00	127.903,92	244.893,60	9.306,40	8.858,92	125.378,60	128.621,40	119.315,00
Energia Elétrica	99.000,00	254.000,00	127.903,92	244.893,60	9.306,40	8.858,92	125.378,60	128.621,40	119.315,00
Transporte	1.353.000,00	1.954.724,35	144.670,33	1.332.469,20	8,68	239.288,30	1.322.669,20	632.055,15	9.800,00
Transporte Rodoviário	1.353.000,00	1.954.724,35	144.670,33	1.332.469,20	8,68	239.288,30	1.322.669,20	632.055,15	9.800,00
Desporto e Lazer	280.000,00	247.550,73	3.059,99	244.938,78	1,60	12.186,87	234.418,34	13.132,39	10.520,44
Desporto Comunitário	280.000,00	247.550,73	3.059,99	244.938,78	1,60	12.186,87	234.418,34	13.132,39	10.520,44
Encargos Especiais	220.000,00	140.000,00	26.169,40	137.195,86	0,89	26.169,40	137.195,86	2.804,14	0,00
Administração Geral	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	180.000,00	140.000,00	26.169,40	137.195,86	0,89	26.169,40	137.195,86	2.804,14	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.026.830,00	20.390.208,96	1.540.789,22	15.356.135,53	5.034.073,43	3.236.185,56	15.187.980,88	5.202.228,28	166.154,85

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEM. DISP. CAIXA. -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796058

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOSA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b + c + d + e) - f	(h)	(i) = (g - h)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.987.687,61	0,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	1.931.013,05	188.154,85	1.762.858,20		
Recursos Ordinários	1.987.687,61	0,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	1.931.013,05	188.154,85	1.762.858,20		
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.304.990,40	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299.490,40	0,00	1.299.490,40		
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do FUNDEB	22.932,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.932,32	0,00	22.932,32		
Outros Recursos Vinculados à Educação	323.473,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.473,01	0,00	323.473,01		
Recargas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos Vinculados à Saúde	356.472,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.472,55	0,00	356.472,55		
Recursos Vinculados à Assistência Social	208.886,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.886,11	0,00	208.886,11		
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao Crédito (exceto destinados à Ez)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ez)	629,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	629,67	0,00	629,67		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	392.596,74	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387.096,74	0,00	387.096,74		
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)	3.292.678,01	5.500,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	3.230.503,45	188.154,85	3.062.348,60		

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3	EDILANE GOMES WERNER RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA
---	--	--

DEM. GARANTIAS -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796060

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.076.099,18	15.080.382,46	15.395.502,98
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	400.000,00	400.271,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	15.076.099,18	14.680.382,46	14.995.231,16
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.316.741,82	3.317.684,14	3.387.010,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.985.067,64	2.985.915,73	3.048.309,59

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (VII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DEM. OPERAÇÕES DE CRÉDITO - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796034

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.395.502,98	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF)	400.271,82	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	14.995.231,16	—
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.399.236,99	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.159.313,29	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.049.666,18	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPALVOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DEM. OPOR. CREDI. -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796064

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.395.502,98	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF)	400.271,82	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	14.995.231,16	—
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.399.236,99	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.159.313,29	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.049.666,18	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DEM.D GARANTIAS - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796032

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.076.099,18	15.080.382,46	15.395.502,98
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	400.000,00	400.271,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	15.076.099,18	14.680.382,46	14.995.231,16
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.316.741,82	3.317.684,14	3.387.010,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.985.067,64	2.985.915,73	3.048.309,59

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (VII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DEM.DISP.CAIXA - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796024

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Débitos Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b) + (c) + (d) - (e) - (f)	(h)	(i) = (g) - (h)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.987.687,61	0,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	1.931.013,05	168.154,85	0,00	0,00	1.762.858,20
Receitas Ordinárias	1.987.687,61	0,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	1.931.013,05	168.154,85	0,00	0,00	1.762.858,20
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	1.304.990,40	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.299.490,40	0,00	0,00	0,00	1.299.490,40
Recursos Vinculados à Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	22.932,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.932,32	0,00	0,00	0,00	22.932,32
Outros Recursos Vinculados à Educação	323.473,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.473,01	0,00	0,00	0,00	323.473,01
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	356.472,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.472,55	0,00	0,00	0,00	356.472,55
Recursos Vinculados à Assistência Social	208.886,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.886,11	0,00	0,00	0,00	208.886,11
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao Crédito (exceto destinados à Ez)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados de Aterro/Aterro	629,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	629,67	0,00	0,00	0,00	629,67
Outros Recursos Vinculados	392.596,74	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	387.096,74	0,00	0,00	0,00	387.096,74
TOTAL (III) = (I + II)	3.292.678,01	5.500,00	4.424,56	52.250,00	0,00	0,00	3.230.503,45	168.154,85	0,00	0,00	3.062.348,60

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3	EDILANE GOMES WERNER RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA
---	--	--

DEM.SIMP.RGF -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796068

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	15.395.502,98	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	14.995.231,16	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	14.995.231,16	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.341.756,49	48,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.997.138,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.547.281,77	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.097.424,83	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.282.753,45	-21,89
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.994.277,39	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.387.010,66	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.463.280,48	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.077.685,21	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	168.154,85	3.062.348,60

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DEM.SIMPLI.RGF - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796040

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Semestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	15.395.502,98	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	14.995.231,16	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	14.995.231,16	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.341.756,49	48,96
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.997.138,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.547.281,77	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.097.424,83	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.282.753,45	-21,89
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.994.277,39	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.387.010,66	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.463.280,48	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.077.685,21	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	168.154,85	3.062.348,60

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

DIV. CONS. LIQ -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796071

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.206.022,98	2.503.037,95	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa	2.206.022,98	2.503.037,95	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.221.655,55	2.697.979,40	3.292.678,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.632,57	194.941,45	9.924,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.206.022,98	-2.503.037,95	-3.282.753,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.076.099,18	15.080.382,46	15.395.502,98
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	400.000,00	400.271,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.076.099,18	14.680.382,46	14.995.231,16
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-14,63%	-17,05%	-21,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.091.319,02	17.616.458,95	17.994.277,39
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.282.187,11	15.854.813,06	16.194.849,65
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	4.759,85	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	297.439,34	2.979.817,81	220.404,85
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira"; no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DAADM. E FAZENDA

FONTE:

DIV. CONS. LIQU - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796043

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.206.022,98	2.503.037,95	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa	2.206.022,98	2.503.037,95	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.221.655,55	2.697.979,40	3.292.678,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.632,57	194.941,45	9.924,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.206.022,98	-2.503.037,95	-3.282.753,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.076.099,18	15.080.382,46	15.395.502,98
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	400.000,00	400.271,82
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.076.099,18	14.680.382,46	14.995.231,16
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-14,63%	-17,05%	-21,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.091.319,02	17.616.458,95	17.994.277,39
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.282.187,11	15.854.813,06	16.194.849,65
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	4.759,85	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	297.439,34	2.979.817,81	220.404,85
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira"; no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

FONTE:

DPESSOAL EXERC - 2º SEMESTRE

Publicação Nº 2796045

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.954.213,86	0,00
Pessoal Ativo	6.952.269,32	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.759.392,43	0,00
Obrigações Patronais	1.192.876,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.944,54	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	1.944,54	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	101.384,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	101.384,94	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.852.828,92	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.395.502,98	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	400.271,82	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	14.995.231,16	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	6.852.828,92	45,70
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.097.424,83	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.692.553,59	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.287.682,35	48,60

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPALVOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

FONTE:

GASTOS COM EDUCAÇÃO - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796113

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	497.590,00	497.590,00	507.761,46	102,04
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	80.940,00	80.940,00	56.136,70	69,36
1.1.1- IPTU	72.000,00	72.000,00	47.471,55	65,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	8.940,00	8.940,00	8.665,15	96,93
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	83.469,22	166,94
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	83.469,22	166,94
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	102.650,00	102.650,00	70.741,14	68,91
1.3.1- ISS	100.000,00	100.000,00	70.674,95	70,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.650,00	2.650,00	66,19	2,50
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	264.000,00	264.000,00	297.414,40	112,66
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.536.500,00	14.536.500,00	12.691.703,72	87,31
2.1- Cota-Parte FPM	9.630.000,00	9.630.000,00	7.681.167,40	79,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.000.000,00	9.000.000,00	7.046.317,58	78,29
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	350.000,00	350.000,00	317.086,89	90,60
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	280.000,00	280.000,00	317.762,93	113,49
2.2- Cota-Parte ICMS	4.600.000,00	4.600.000,00	4.728.926,73	102,80
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	20.500,00	20.500,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	65.273,68	81,59
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	11.524,29	192,07
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	204.811,62	102,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.034.090,00	15.034.090,00	13.199.465,18	87,80
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	253.550,00	253.550,00	228.673,78	90,19
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	145.023,39	80,57
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	35.000,00	35.000,00	38.625,40	110,36
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	44.174,75	147,25
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.550,00	8.550,00	850,24	9,94
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	180.000,00	180.000,00	79.914,97	44,40
6.1- Transferências de Convênios	180.000,00	180.000,00	79.914,97	44,40
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	162.350,00	162.350,00	178.977,70	110,24
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	595.900,00	595.900,00	487.566,45	81,82
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.778.100,00	2.778.100,00	2.411.368,39	86,80
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.409.263,19	78,29
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	920.000,00	920.000,00	945.784,22	102,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.800,00	12.800,00	13.054,71	101,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	2.304,79	192,07
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	40.961,48	102,40
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.907.000,00	1.907.000,00	1.482.816,22	77,76
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.900.000,00	1.900.000,00	1.482.637,89	78,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	7.000,00	7.000,00	178,33	2,55
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-878.100,00	-878.100,00	-926.730,50	105,77
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.242.000,00	1.286.291,56	1.148.351,14	89,28	1.148.351,14	89,28	0,00
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	360.000,00	340.340,54	94,54	340.340,54	94,54	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	972.000,00	926.291,56	808.010,60	87,23	808.010,60	87,23	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	665.000,00	665.000,00	355.824,32	53,51	355.824,32	53,51	0,00
14.1- Com Educação Infantil	160.000,00	200.000,00	158.191,25	79,10	158.191,25	79,10	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	505.000,00	465.000,00	197.633,07	42,50	197.633,07	42,50	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.907.000,00	1.951.291,56	1.504.175,46	77,09	1.504.175,46	77,09	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							44.294,56
17.1 - FUNDEB 60%							44.294,56
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							44.294,56
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.459.880,90
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							74,46
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							24,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							1,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020 ²							44.291,56
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	619.000,00	1.024.000,00	682.879,45	66,69	682.879,45	66,69	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.399.004,30	2.718.329,79	1.984.836,84	73,02	1.984.836,84	73,02	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.477.000,00	1.391.291,56	1.005.643,67	72,28	1.005.643,67	72,28	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	922.004,30	1.327.038,23	979.193,17	73,79	979.193,17	73,79	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.018.004,30	3.742.329,79	2.667.716,29	71,28	2.667.716,29	71,28	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-928.730,50
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							44.291,56
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							-884.438,94
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))							3.552.155,23
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 2							26,91

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	187.000,00	191.756,32	107.941,49	56,29	107.941,49	56,29	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	246.550,00	375.677,57	35.038,78	9,33	35.038,78	9,33	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	433.550,00	567.433,89	142.980,27	25,20	142.980,27	25,20	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.451.554,30	4.309.763,68	2.810.696,56	65,22	2.810.696,56	65,22	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		44.291,56	4.756,32
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.482.637,89	145.023,39
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.504.175,46	107.941,49
47.1 Orçamento do Exercício		1.504.175,46	107.941,49
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		178,33	131,31
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		22.932,32	41.969,53
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1.(+) Retenções		0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		22.932,32	41.969,53

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPALEDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDAVOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

OP. CRED. - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796121

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.024.983,25	1.543.875,57	1.481.107,68
Investimentos	3.024.983,25	1.543.875,57	1.481.107,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.024.983,25	1.543.875,57	1.481.107,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	3.024.983,25	1.543.875,57	1.481.107,68

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

PARCERIAS - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796124

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

EDILaine GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

PESOA EXC. -3º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2796075

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.954.213,86	0,00
Pessoal Ativo	6.952.269,32	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.759.392,43	0,00
Obrigações Patronais	1.192.876,89	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.944,54	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	1.944,54	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	101.384,94	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	101.384,94	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	6.852.828,92	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.395.502,98	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	400.271,82	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	14.995.231,16	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	6.852.828,92	45,70
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.097.424,83	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	7.692.553,59	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.287.682,35	48,60

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPALVOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3EDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA

FONTE:

RCL - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796128

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2020 A DEZEMBRO 2020

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
		Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agô/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	
RECEITAS CORRENTES (I)														
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.391.703,82	1.668.064,56	1.302.117,61	1.297.312,45	1.483.539,55	955.782,62	1.930.611,70	1.358.413,07	1.348.697,85	1.526.588,09	1.503.506,19	2.038.534,06	17.806.871,37	18.804.830,00
IPTU	29.551,52	39.857,97	30.645,98	29.206,69	28.853,33	64.746,39	30.693,72	48.706,74	43.286,65	86.169,56	48.168,04	64.441,40	546.372,39	80.940,00
IRPF	24.889,86	22.549,08	23.832,88	23.629,89	23.145,34	22.796,07	21.962,25	22.513,20	22.757,24	23.864,16	23.447,33	42.027,10	297.414,40	284.000,00
ISS	3.365,88	5.309,39	4.210,24	4.211,37	3.879,55	5.076,62	5.066,25	11.887,91	6.123,84	5.386,29	7.241,11	7.741,14	102.650,00	102.650,00
ITBI	0,00	1.000,00	0,00	0,00	700,00	35.019,33	3.268,53	14.863,20	12.904,00	5.386,56	4.754,00	5.561,60	83.469,22	50.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.040,51	10.892,39	2.602,86	829,28	676,48	1.329,63	179,32	565,41	513,41	11.508,41	4.297,11	4.176,12	38.610,93	41.450,00
Contribuições	3.465,35	3.959,96	3.827,12	2.277,10	3.197,56	3.264,33	3.137,32	3.400,99	3.297,73	3.511,57	3.370,61	3.877,60	40.607,24	44.000,00
Recita Patrimonial	3.879,72	3.303,86	3.265,77	3.548,46	2.055,46	1.888,99	2.415,21	1.305,99	2.040,46	1.123,31	1.259,28	1.934,87	28.030,98	58.460,00
Outras Recitas Patrimoniais	1.572,70	1.356,40	1.356,40	2.524,33	900,94	900,94	1.593,94	900,94	1.799,74	900,94	903,57	1.687,74	16.279,58	410,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	2.307,02	1.947,46	1.909,37	1.024,13	1.154,52	988,05	821,27	404,65	240,72	222,37	355,71	366,13	11.751,40	58.080,00
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	16.163,02	9.567,37	9.251,92	11.391,05	8.153,91	17.771,58	10.167,57	22.006,89	18.644,89	18.674,93	17.165,07	24.767,38	183.745,98	126.400,00
Transferências Correntes	1.326.338,66	1.611.375,40	1.254.626,62	1.243.349,43	1.441.277,29	886.098,73	1.884.197,88	1.281.192,86	1.282.428,12	1.417.088,72	1.432.323,19	1.944.512,61	16.959.829,91	18.037.000,00
Cota-Parte do FPM	646.958,94	933.381,83	545.774,19	534.979,53	558.932,49	455.001,03	784.375,24	498.254,06	401.348,03	540.052,44	715.796,61	1.067.311,01	7.681.167,40	9.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	447.757,97	428.829,16	704.704,60	308.704,60	280.604,41	318.522,09	385.203,69	396.006,01	418.769,36	447.251,95	411.689,11	480.297,99	4.728.926,73	4.600.000,00
Cota-Parte do IPVA	16.777,30	14.888,52	20.103,94	22.807,19	29.418,46	22.901,92	18.074,33	19.143,08	16.873,55	13.163,03	6.476,75	4.144,55	204.811,62	200.000,00
Cota-Parte do ITR	751,74	0,00	65,35	0,00	0,00	22,04	21,88	9,03	3.424,94	3.461,70	362,00	3.405,61	11.524,29	6.000,00
Outras Transferências Correntes	77.536,25	91.573,98	150.744,67	272.448,13	471.024,01	-34.344,32	572.193,88	240.924,67	311.055,34	269.012,74	159.827,04	233.461,91	2.815.488,30	1.600.500,00
Transferências da LC 87/1996	4.682,84	5.065,66	4.674,87	4.195,32	4.182,99	3.761,71	4.518,88	5.226,16	6.138,76	7.025,57	7.701,22	8.099,70	65.273,68	80.000,00
Transferências do FUNDEC	134.893,62	137.636,25	127.973,41	100.214,66	97.114,93	102.195,26	119.809,98	122.429,85	124.818,14	137.121,29	130.668,46	147.762,04	1.462.637,89	1.900.000,00
Outras Receitas Correntes	10.246,35	0,00	500,00	7.539,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.284,67	0,00
DEDUÇÕES (II)														
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	223.185,55	276.432,84	195.181,50	174.137,13	174.627,49	160.046,37	174.886,02	183.727,44	168.310,69	202.190,76	228.405,35	249.234,25	2.411.388,39	2.778.100,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.168.518,07	1.391.631,72	1.106.936,11	1.123.175,32	1.308.912,06	795.733,25	1.755.725,68	1.174.685,63	1.180.387,16	1.324.397,33	1.275.100,84	1.790.299,81	15.395.929,98	16.026.830,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	27,52	54,60	31,82	53,48	52,88	51,52	400.271,82	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENQUADRAMENTO (V) = (III - IV):	1.168.518,07	1.391.631,72	1.106.936,11	1.123.175,32	1.308.912,06	395.733,25	1.755.698,16	1.174.631,03	1.180.355,34	1.324.343,85	1.275.047,96	1.790.248,29	14.995.658,16	16.026.830,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI):	1.168.518,07	1.391.631,72	1.106.936,11	1.123.175,32	1.308.912,06	395.733,25	1.755.698,16	1.174.631,03	1.180.355,34	1.324.343,85	1.275.047,96	1.790.248,29	14.995.658,16	16.026.830,00
FONTE:														



RES. NIM. - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796130

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 31 Out 2020 (B)	Em 31 Dez 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.206.022,98	3.452.421,77	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa	2.206.022,98	3.452.421,77	3.282.753,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.221.655,55	3.560.322,54	3.292.678,01
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.632,57	107.900,77	9.924,56
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2020 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPALEDILAINE GOMES WERNER
RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDAVOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3

RES. PRIM. - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796134

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA
	Até o Bimestre/2020
	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	15.795.675,04
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	
I.P.T.U.	546.372,39
I.S.S.	56.136,70
I.T.B.I.	70.741,14
I.R.R.F.	83.469,22
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	297.414,40
Contribuições	38.610,93
Receita Patrimonial	40.607,24
Aplicações Financeiras (II)	28.203,04
Outras Receitas Patrimoniais	11.923,46
Transferências Correntes	16.279,58
Cota-Parte do FPM	14.978.461,52
Cota-Parte do ICMS	6.271.904,21
Cota-Parte do IPVA	3.783.142,51
Cota-Parte do ITR	163.850,14
Transferências da LC 87/1996	9.219,50
Transferências da LC 61/1989	0,00
Transferências do FUNDEB	52.218,97
Outras Transferências Correntes	1.482.637,89
Demais Receitas Correntes	3.215.488,30
Outras Receitas Financeiras (III)	202.030,85
Receitas Correntes Restantes	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	202.030,85
RECEITAS DE CAPITAL (V)	15.783.751,58
Operação de Crédito(VI)	681.185,42
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00
Alienação de Bens	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	100.350,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00

Continua 1/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Alienações de Bens	0,00	100.350,00				
Transferências de Capital	0,00	580.835,42				
Convênios	0,00	49.751,46				
Outras Transferências de Capital	0,00	531.083,96				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	681.185,42				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	15.968.750,00	16.464.937,00				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	17.365.225,71	13.812.259,96	13.681.719,96	13.677.295,40	10.132,57	4.303,00	4.303,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.948.281,90	7.766.964,58	7.766.964,58	7.766.964,58	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.416.943,81	6.045.295,38	5.914.755,38	5.910.330,82	10.132,57	4.303,00	4.303,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	8.416.943,81	6.045.295,38	5.914.755,38	5.910.330,82	10.132,57	4.303,00	4.303,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	17.365.225,71	13.812.259,96	13.681.719,96	13.677.295,40	10.132,57	4.303,00	4.303,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	3.024.983,25	1.543.875,57	1.506.260,72	1.506.260,72	0,00	207.846,31	207.846,31
Investimentos	3.024.983,25	1.543.875,57	1.506.260,72	1.506.260,72	0,00	207.846,31	207.846,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	3.024.983,25	1.543.875,57	1.506.260,72	1.506.260,72	0,00	207.846,31	207.846,31

Continua 2/4

Continua 2/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	20.390.208,96	15.356.135,53	15.187.980,68	15.183.556,12	10.132,57	212.149,31	212.149,31	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
1.059.099,00								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								
545.320,00								
Até o Bimestre/2020								
VALOR INCORRIDO								
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	11.923,46							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.071.022,46							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL								
VALOR CORRENTE								
487.240,00								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								
ABAXO DA LINHA								
SALDO								
Até o Bimestre/2020(b)								
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00							
DEDUÇÕES (XXIX)	2.206.022,98							
Disponibilidade de Caixa	2.206.022,98							
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.221.655,55							
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	15.632,57							
Demais Haveres Financeiros	0,00							
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.206.022,98							
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.076.730,47							
-3.282.753,45								

Continua 3/4

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	5.708,01
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.071.022,46
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	1.059.099,00
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	1.996.068,64
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	1.996.068,64
	0,00

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINE GOMES WERNER RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.916/O-3
---	---	--

Publicação Nº 2796135

R\$ 1,00

FONTE:

MADELI JOSE RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

VOLMIR GREGOLIN
CONTADOR CRC/SC 015.916/D-3

SAÚDE - 6º BIMESTRE

Publicação Nº 2796138

Página 1/5

Município de SÃO BERNARDINO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										R\$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre(b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					497.590,00	497.590,00	507.761,46	102,04		
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					80.940,00	80.940,00	56.136,70	69,36		
IPTU					72.000,00	72.000,00	47.471,55	65,93		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU					8.940,00	8.940,00	8.665,15	96,93		
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI					50.000,00	50.000,00	83.469,22	166,94		
ITBI					50.000,00	50.000,00	83.469,22	166,94		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI					0,00	0,00	0,00	0,00		
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					102.650,00	102.650,00	70.741,14	68,91		
ISS					100.000,00	100.000,00	70.674,95	70,67		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS					2.650,00	2.650,00	66,19	2,50		
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					264.000,00	264.000,00	297.414,40	112,66		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					13.906.500,00	13.906.500,00	12.056.853,90	86,70		
Cota-Parte FPM					9.000.000,00	9.000.000,00	7.046.317,58	78,29		
Cota-Parte ITR					6.000,00	6.000,00	11.524,29	192,07		
Cota-Parte IPVA					200.000,00	200.000,00	204.811,62	102,41		
Cota-Parte ICMS					4.600.000,00	4.600.000,00	4.728.926,73	102,80		
Cota-Parte IPI-Exportação					80.000,00	80.000,00	65.273,68	81,59		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					20.500,00	20.500,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/96)					20.500,00	20.500,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II					14.404.090,00	14.404.090,00	12.564.615,36	87,23		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA					DESPESAS EMPENHADAS (d)(c)*100	DESPESAS LIQUIDADAS (e)(c)*100	DESPESAS PAGAS (f)(c)*100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)		
					Até Bimestre (d)	Até Bimestre (e)	Até Bimestre (f)	%		
ATENÇÃO BÁSICA (IV)					1.686.624,19	1.686.149,19	1.686.149,19	82,09	475,00	
Despesas Correntes					1.659.927,99	1.659.452,99	1.659.452,99	81,87	475,00	
Despesas de Capital					26.696,20	26.696,20	26.696,20	98,87	0,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)					692.107,15	692.107,15	692.107,15	73,58	0,00	
Despesas Correntes					687.420,10	687.420,10	687.420,10	74,91	0,00	
Despesas de Capital					4.687,05	4.687,05	4.687,05	20,41	0,00	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCUADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado)* (= h - (i ou j))
		Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Pagas (k)		
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)			
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-	
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-	

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indivíduo em Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2019	15,00	22,27	7,27	7.243,00	0,00	7.235,73	6.723,00	520,00	7.27
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)									
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS									
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar(XXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
		776.100,00	776.100,00	779.773,75	100,47				
		776.100,00	776.100,00	667.571,97	86,02				
		0,00	0,00	112.201,78	0,00				
		0,00	0,00	0,00	0,00				
		0,00	0,00	0,00	0,00				
		0,00	0,00	252,97	0,00				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO O DA SAÚDE (XXX) = (XXVIII + XXIX + XXX)		776.100,00	776.100,00	780.026,72	100,51				

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	569.850,00	2.157.840,56	1.349.120,26	62,52	1.349.120,26	62,52	1.349.120,26	62,52	0,00
Despesas Correntes	569.850,00	2.157.840,56	1.349.120,26	62,52	1.349.120,26	62,52	1.349.120,26	62,52	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	220.500,00	312.598,87	103.288,87	33,04	103.288,87	33,04	103.288,87	33,04	0,00
Despesas Correntes	220.500,00	312.598,87	103.288,87	33,04	103.288,87	33,04	103.288,87	33,04	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	50.750,00	95.661,70	20.589,38	21,52	20.589,38	21,52	20.589,38	21,52	0,00
Despesas Correntes	40.750,00	85.661,70	20.589,38	24,04	20.589,38	24,04	20.589,38	24,04	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	841.100,00	2.566.101,13	1.472.998,51	57,40	1.472.998,51	57,40	1.472.998,51	57,40	0,00

Município de SÃO BERNARDINO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2020/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	2.687.586,20	4.361.027,76	3.184.884,45	73,03	3.184.409,45	73,02	3.184.409,45	73,02	475,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	975.500,00	1.253.218,87	795.396,02	63,47	795.396,02	63,47	795.396,02	63,47	0,00
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	50.750,00	95.661,70	20.589,38	21,52	20.589,38	21,52	20.589,38	21,52	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLI-VI) = (XI + XXXIX)	3.713.836,20	5.709.908,33	4.000.869,85	70,07	4.000.394,85	70,06	4.000.394,85	70,06	475,00
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS(XL-VIII)	3.713.836,20	5.709.908,33	4.000.869,85	70,07	4.000.394,85	70,06	4.000.394,85	70,06	475,00

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SÃO BERNARDINO, 31/12/2020

ADELI JOSE RIFFEL PREFEITO MUNICIPAL	EDILAINE GOMES WERNER RESP. SEC. DA ADM. E FAZENDA	VOLMIR GREGOLIN CONTADOR CRC/SC 015.91
---	---	---

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2021

Publicação Nº 2796789

DECRETO Nº 001, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Delega Poderes ao Secretário Municipal de Finanças.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, RESOLVE:

DELEGAR:

Art. 1º Fica delegado a Secretária Municipal de Finanças, Marisa Moenster Backes, para agir conjuntamente com o Prefeito Municipal, os poderes abaixo relacionados:

- 01 – emitir cheques
- 02 – abrir contas de depósito
- 03 – autorizar cobrança
- 04 – utilizar o crédito aberto na forma e condições
- 05 – receber, passar recibo e dar quitação
- 06 – solicitar saldos e extratos
- 07 – requisitar talonários de cheques
- 08 – autorizar débito em conta relativo a operações
- 09 – retirar cheques devolvidos
- 10 – endossar cheques
- 11 – requisitar cartão eletrônico
- 12 – movimentar conta corrente com cartão eletrônico
- 13 – efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico
- 14 – sustar/contrarordenar cheques
- 15 – cancelar cheques
- 16 – baixar cheques
- 17 – efetuar resgates/aplicações financeiras
- 18 – cadastrar, alterar e desbloquear senhas
- 19 – efetuar saques – conta corrente
- 20 – efetuar saques – BB rural rápido
- 21 – efetuar saques – poupança
- 22 – efetuar pagamento por meio eletrônico
- 23 – efetuar transferências por meio eletrônico
- 24 – efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico
- 25 – efetuar transferências, exceto por meio eletrônico
- 26 – solicitar movimentação de contas no exterior
- 27 – efetuar movimentação financeira no RPG
- 28 – consultar contas/aplic. Programas repasse recursos federais – RPG
- 29 – liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro/AASP
- 30 – solicitar saldos/extratos, exceto investimentos e op. Crédito
- 31 – solicitar saldos/extratos de investimentos
- 32 – solicitar saldos/extratos de operações de crédito
- 33 – emitir comprovantes
- 34 – efetuar transferência para mesma titularidade – meio eletrônico
- 35 – efetuar transf. Eletrônica p/alívio de numerário coban
- 36 – fechar operações de derivativos
- 37 – encerrar contas de depósito
- 38 – consultar obrigações de débito direto autorizado – DDA
- 39 – cartão transporte – autorizar déb/transf meio eletrônico
- 40 – atualizar fat pelo gerenciador financeiro

Art. 2º A presente delegação refere-se às Contas da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Fundo Municipal de Habitação e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, todas do Município de São Bonifácio.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, sobremaneira o Decreto nº 060/2019.

São Bonifácio, 06 de janeiro de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A.S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 002/2021

Publicação Nº 2796790

DECRETO Nº 002, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Homologa Calendário de Feriados e Pontos Facultativos.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de sua competência que lhe confere o item III, do artigo 60, seção II, da Lei Orgânica de São Bonifácio, RESOLVE:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o exercício de 2021, do Município de São Bonifácio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogado o Decreto nº 88/2020.

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA 2021.

DIA / MÊS	DIA DA SEMANA	EVENTO	FERIADO / P. FACULTATIVO
01/01	Sexta-feira	Confraternização Universal	Feriado Nacional
15/02	Segunda-feira	Carnaval	Ponto Facultativo
16/02	Terça-feira	Carnaval	Feriado Nacional
17/02	Quarta-feira	Cinzas	Ponto Facultativo até às 12h
02/04	Sexta-feira	Paixão de Cristo	Feriado Nacional/Municipal
21/04	Quarta-feira	Tiradentes	Feriado Nacional
01/05	Sábado	Dia do Trabalhador	Feriado Nacional
13/05	Quinta-feira	Ascensão do Senhor	Ponto Facultativo
03/06	Quinta-feira	Corpus Christi	Feriado Nacional
05/06	Sábado	Dia do Padroeiro	Feriado Municipal
15/08	Domingo	Assunção de Nossa Senhora	Ponto Facultativo
07/09	Terça-feira	Independência do Brasil (1822)	Feriado Nacional
12/10	Terça-feira	N. S. Aparecida - Padroeira do Brasil	Feriado Nacional
28/10	Quinta-feira	Dia do Funcionário Público	Ponto Facultativo/Nacional
02/11	Terça-feira	Finados	Feriado Nacional
15/11	Segunda-feira	Proclamação da República (1889)	Feriado Nacional
08/12	Quarta-feira	Imaculada Conceição	Feriado Municipal
24/12	Sexta-feira	Véspera de Natal	Ponto Facultativo
25/12	Sábado	Natal	Feriado Nacional
29/12	Quarta-feira	Emancipação Política (1962)	Feriado Municipal
31/12	Sexta-feira	Véspera de Ano Novo	Ponto Facultativo

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 040/2021

Publicação Nº 2796781

Portaria n º 040/2021
Declara Vago.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DECLARAR VAGO CARGO de Auxiliar de Serviços Gerais, nível 2101-F, ocupado pela funcionária Norma Dero Heerdt, falecida em 05 de janeiro de 2021, conforme Declaração de Óbito nº 30832330-0.

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.
Laurino Peters
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2021

Publicação Nº 2796782

Portaria n º 041/2021
Nomeia Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR, JOSE JERONIMO SELHORST, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 986.361.039-91, RG 3417976 – SSP/SC, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, do Município de São Bonifácio, com efeitos retro-ativos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.
Laurino Peters
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042/2021

Publicação Nº 2796783

Portaria n º 042/2021
Concede Férias.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 106, da Lei Complementar nº 144/2020, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5696/2021, deferido em 06/01/2021,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A SILVIA ROSA MANENTE, brasileira, casada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, nível 2103-G pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 11 de janeiro de 2021, referente ao exercício 2019/2020.

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.
Laurino Peters
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2021

Publicação Nº 2796785

Portaria n º 043/2021
Concede Férias.

LAURINO PETERS, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 106, e o disposto no artigo 107 ambas da Lei Complementar nº 144/2020, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5697/2021, deferido em 07/01/2021, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A VANDERLEIA SCHMITZ ROHLING, brasileira, casada, ocupante do cargo de Técnico em Saúde Bucal, nível 2705-G, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo 15 dias para serem folgados a partir do dia 11 de janeiro de 2021 e os 15 dias restantes a partir do dia 05 de abril de 2021, referente ao exercício 2019/2020.

São Bonifácio, 07 de janeiro de 2021.
Laurino Peters
Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 003/2021 - ADM

Publicação Nº 2796144

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 003/2021- ADM
Pregão Presencial nº 003/2021- ADM
Tipo: Menor Preço por por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A MANUNTEÇÃO DE ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07h45min – dia 20 de janeiro de 2021.
Abertura dos Envelopes: 07h46min – dia 20 de janeiro de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lórenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. www.saocarlos.atende.net.

SAO CARLOS/SC, 07 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO 002/2018

Publicação Nº 2795070

CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 002/2018

O Prefeito do Município de São Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e considerando a homologação do Resultado Final do Concurso Público realizado através do Edital nº 002/2018, vem por meio desta, CONVOCAR OS(AS) CANDIDATOS(AS) NOS CARGOS A SEGUIR:

CANDIDATO CARGO

ANDREA CRISTINA BAUERMANN DAMIN ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGOGICO

Os convocados(as) deverão comparecer no prazo de 30 dias a contar da data de publicação desta convocação, no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura de São Carlos, sito na Rua Demétrio Lorenz, 747, centro, para apresentação, entrega dos documentos constantes do edital do concurso e agendamento de exames de saúde pré-admissionais, tudo em conformidade do edital de abertura do concurso público municipal.

São Carlos – SC, 07 de Janeiro de 2021

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

1837/2021

Publicação Nº 2796498

DECRETO Nº 1837/2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM GRAU MÁXIMO A TODOS OS SERVIDORES LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ESTEJAM ATUANDO DIRETAMENTE NO ATENDIMENTO DE ENFRENTAMENTO À COVID-19, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 800 DE 27 DE JULHO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul, na forma da lei nº 800/2020 e ainda;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 18.332/2020, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

CONSIDERANDO o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO que o Município de São Cristóvão do Sul decretou estado de calamidade pública, através do Decreto Municipal nº 1765 de 26 de março de 2020;

CONSIDERANDO o atual estágio de contaminação pelo vírus SARS-CoV-2, causador da Infecção Humana COVID-19 em São Cristóvão do Sul, que requer esforço redobrado principalmente aos servidores atuantes na Secretaria Municipal de Saúde.

DECRETA:

Art. 1º- Fica prorrogado o pagamento para todos os servidores municipais da área da Saúde, bem como os que por designação ou portaria e os servidores afastados por contaminação pelo COVID-19, que estiveram ou estejam atuando no Enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus, do adicional de insalubridade em grau máximo de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º - O adicional de que trata o art. 1º possui natureza excepcional, precária e temporária, extinguindo-se em 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.

§ 1º - O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado mediante novo decreto, sucessivamente a cada 30 (trinta) dias, enquanto perdurar o reconhecimento de Calamidade Pública no âmbito do Município de São Cristóvão do Sul, e desde que haja disponibilidade financeira e orçamentária, nos moldes da Lei Municipal nº 800/2020.

Art. 3º- As medidas previstas neste Decreto possuem vigor imediatamente na data de sua publicação.

São Cristóvão do Sul, 06 de janeiro de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um no Mural Público do Paço Municipal, situado na portaria da Prefeitura Municipal.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

1839/2021

Publicação Nº 2796500

DECRETO Nº1839/2021

DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas pelo Artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - A partir de 05 de janeiro de 2021 o horário de atendimento ao público fica assim definido nas seguintes Secretarias e Departamentos Municipais:

I - Secretaria de Saúde funcionará de segunda-feira a sexta-feira com atendimento ao público no horário das 7h30min às 17h00min.

II – Secretaria de Assistência Social funcionará de segunda-feira a sexta-feira com atendimento ao público no horário das 8h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os incisos III e V do decreto 1836/2021.

São Cristóvão do Sul, 05 de janeiro de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um no Mural Público do Paço Municipal, situado na portaria da Prefeitura Municipal.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

1840/2021

Publicação Nº 2796504

DECRETO 1840/2021

“NOMEIA PREGOEIRO E LEILOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO E EQUIPE DE APOIO PARA CONDUZIR LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul, e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados o Pregoeiro e leiloeiro Oficial do Município e sua equipe de apoio para conduzir a realização dos processos de Licitação na modalidade de Pregão, com as atribuições e prerrogativas previstas em lei:

- MAIRA VARGAS FERNANDES – Pregoeiro e Leiloeiro
- ULDA ISABEL GOETTEN – Membro
- ALINE ALBERTON DOS SANTOS – Membro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 06 de janeiro de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um no Mural Público do Paço Municipal, situado na portaria da Prefeitura Municipal.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

1841/2021

Publicação Nº 2796508

DECRETO 1841/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ILSE AMÉLIA LEOBET, Prefeita Municipal de São Cristóvão do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas, conferidas pelo artigo 79, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul, e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os funcionários abaixo relacionados, em caráter provisório, para comporem a Comissão Municipal de Licitação, com as atribuições e prerrogativas previstas em lei:

- MAIRA VARGAS FERNANDES – Presidente
- ULDA ISABEL GOETTEN – Membro
- ALINE ALBERTON DOS SANTOS - Membro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 06 de janeiro de 2021.

ILSE AMÉLIA LEOBET
Prefeita Municipal

Publicado o presente decreto, aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um no Mural Público do Paço Municipal, situado na portaria da Prefeitura Municipal.

VALMIR DA LEVE RODRIGUES
Secretário de Planejamento, Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Publicação Nº 2795819

A V I S O

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2021
TERMO DE DISPENSA 01/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, em obediência ao art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, torna público o Processo de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços abaixo especificados.

OBJETO: Prestação de serviços continuados de tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, notadamente o Programa Gestão das Câmaras de Vereadores - CIGA Câmara - Versão 2.0, em plataforma web, que envolve as seguintes atividades:

- I – sistema todo eletrônico e digital com funcionalidades acessíveis também por dispositivos móveis, para atender às necessidades do processo legislativo das Câmaras Municipais;
- II – portal eletrônico compatível com a legislação atual acerca de acessibilidade e transparência, alimentado automaticamente com as informações cabíveis do sistema legislativo;
- III – transmissões ao vivo das sessões plenárias em áudio e vídeo;
- IV – sistema de protocolo/processo administrativo com certificação digital;
- V – sistema de votação eletrônica com possibilidade de contingência off-line; e
- VI – integração com o CIGA Diário quando se tratar de Município e ou Câmara que publique nesse Sistema.

VALOR ESTIMADO: R\$ 7.790,00 (Sete mil setecentos e noventa reais)

EMPRESA CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), CNPJ nº 09.427.503/0001-12 com sede Rua General Liberato Bittencourt, 1.885 – Centro Executivo Imperatriz, sala 102, Bairro Canto – Florianópolis/SC, CEP 88.070-800.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, c/c o Art. 13, inciso III da Lei nº 8.666/93.

São Cristóvão do Sul/SC, 08 de janeiro de 2021.

MICHELY GIRARDI SANTOS JOSÉ GILBERTO MARTIN JUNIOR
Presidente 1º Secretário

PORTARIA Nº 02/2021

Publicação Nº 2795834

PORTARIA nº 02/2021

MICHELY GIRARDI SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de São Cristóvão do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 26, inciso II da Lei Orgânica do Município de São Cristóvão do Sul e demais legislações vigentes

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer o expediente da Câmara de Vereadores do Município de São Cristóvão do Sul/SC, com horário de atendimento das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira, conforme Decreto Municipal nº 1836/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Cristóvão do Sul, 05 de janeiro de 2021.

MICHELY GIRARDI SANTOS

Presidente da Câmara

Publicada a presente portaria aos quatro dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, na portaria da Câmara Municipal de Vereadores.

JOSÉ GILBERTO MARTIN JUNIOR

1º Secretário

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 014 DE 07 01 2021

Publicação Nº 2794904

DECRETO Nº 014, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Abilio Vlademir Debortoli, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.00, Nível AP-01, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de janeiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos Andre Morschheiser
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 016 DE 07 01 2021

Publicação Nº 2794922

DECRETO Nº 016, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Luis Carlos Dantas, para exercer o cargo de Consultor Técnico, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.04, Nível CC-02, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de janeiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos Andre Morschheiser
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 020 DE 07 01 2021

Publicação Nº 2795996

DECRETO Nº 020, DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica do Município; pelo disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada; e;

- Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;
- Considerando a demanda de processos licitatórios que devem ter andamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações, com a seguinte composição:

- Paulo Jung – Presidente
- Alyne Nayara Lammel – 1º membro;
- Ivani Terezinha Scatolin – 2º membro;
- Gilvane Silvério – 1º suplente;
- Marcos André Morschheiser – 2º suplente.

Art. 2º A comissão permanente de licitações será responsável pelo processamento e julgamento das licitações, em todas as modalidades, nos termos da legislação pertinente.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão permanente de licitações não serão remunerados.

Art. 4º A supervisão e acompanhamento dos trabalhos da comissão serão efetuados pela assessoria jurídica e pelo setor de contabilidade do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de janeiro de 2021.

Márcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos André Morschheiser
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 015 DE 07 01 21

Publicação Nº 2795068

DECRETO Nº 015, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a vacância de cargo público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

- Considerando que a servidora pública municipal Ivonete Rodrigues, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez - NB 1973290470 espécie 32, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;
- Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, onde dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do quadro de cargos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por invalidez - NB 1973290470 espécie 32, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a servidora pública municipal Ivonete Rodrigues, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 319, de 31 de março de 2018, nº 682, de 28 de março de 2019 e, nº 175, de 28 de agosto de 2017, nº 1613, de 26 de maio de 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010, nº 131, de 08 de abril de 2008, todas no que diz respeito a servidora.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de janeiro de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Marcos Andre Morschheiser
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO 003 DE 07 01 21 ALTERA HORARIO EXPEDIENTE

Publicação Nº 2794943

DECRETO Nº 003/2021, DE 07.01.2021.

FIXA TURNO ÚNICO DE TRABALHO NA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS/SC.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Lei Complementar nº 045/2012 (Estatuto dos Servidores Municipais) e Lei Complementar nº 060/2018, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Secretária Administrativa do Poder Legislativo, quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos cargos do Poder Legislativo do Município de São Domingos/SC, e dá outras providências e

- Considerando o relevante interesse público;
- Considerando que não terá prejuízos ao erário.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a realização de turno único, em razão das necessidades de trabalho da Secretaria Municipal da Câmara de Vereadores de São Domingos/SC, com horário compreendido das 13h00min às 19h00min, a partir de 11 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos-SC, 07 de janeiro de 2021.

PAULO CESAR DOS SANTOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

ANDREI POGGERE DE OLIVEIRA
1º SECRETÁRIO

ERRATA

Publicação Nº 2797209

ERRATA – Por Equívoco de digitação nos aditivos publicados em 31 de dezembro de 2020, firmados com as empresas BETHA SISTEMAS LTDA, FAEI SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA e ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP constou-se como data de vencimento dos aditivos 31/03/2020. Assim, onde lê-se 31/03/2020, leia-se 31/03/2021. Conservam-se as demais disposições. São Domingos, 08 de janeiro de 2021.

Paulo César dos Santos – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

PORTARIA 002 DE 06 01 21 AUTORIZA PAULA CONDUZIR VEICULOS

Publicação Nº 2795159

PORTARIA Nº 002 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

AUTORIZA SERVIDORA A CONDUZIR OS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO DOMINGOS, nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e resolução n. 001/2011 que disciplinou a utilização dos veículos da Câmara de vereadores;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a servidora PAULA NATANA COMACHIO, ocupante do cargo de Secretária Administrativa, a CONDUZIR o veículo Gol, Placas MKT3130 e o veículo Cronos, placas QJM3898, ambos da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, 06 de janeiro de 2021.

Paulo César dos Santos
Presidente da Câmara Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

ANDREI POGGERE DE OLIVEIRA
1º SECRETÁRIO

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - 3MED

Publicação Nº 2795141

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 114-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: 3MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PROCESSO: Licitação 045/2020 Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 2.689,98 (dois mil seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e oito centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - ABC

Publicação Nº 2795168

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 115-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PROCESSO: 045/2020 PREGÃO ELETRÔNICO.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 37.657,50 (trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - ACL

Publicação Nº 2795178

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 116-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ACL ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOSPARA LABORATÓRIO LTDA

PROCESSO: 045/2020, PREGÃO ELETRÔNICO.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - BRASIL DEVICE

Publicação Nº 2795196

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 117-2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
PROCESSO: Licitação 045/2020 PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - GANDAN

Publicação Nº 2795199

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 118-2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: GANDAN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES EIRELI
PROCESSO: Licitação 045/2020 – MODALIDADE: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - IVANIL RIBEIRO

Publicação Nº 2795360

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 126-2020
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: IVANIL MARIA DOS SANTOS & LTDA – ME,
PROCESSO: INEXIGIBILIDADE Nº. 049-2020.

OBJETO: A credenciada compromete-se a prestar serviços de Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de acolhimento a pessoas de 18 a 59 anos, com distúrbios psiquiátricos, deficiência mental e dependência química.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Credenciamento terá vigor pelo período de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, ou seja de 14/12/2020 a 13/12/2021, podendo ser prorrogado, por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses mediante termo aditivo e

consensual, à critério de conveniência da administração pública.

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, que será empenhada e liquidada conforme a produção da credenciada. R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) anual.

DATA: São Francisco do Sul, 14 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - LOTUS

Publicação Nº 2795203

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 119-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: LOTUS MEDICAL LTDA

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 2.632,50 (dois mil seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - MAYCON WILL

Publicação Nº 2795205

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 120-2020

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde

CONTRATANTE: MAICON WILL EIRELI

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (tres) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 21.070,00 (vinte e um mil e setenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - MULLER

Publicação Nº 2795207

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 121-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MULLER PRODUTOS PARA SAÚDE

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais

integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (tres) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 106.275,89 (cento e seis mil duzentos e setenta e cinco reais).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - PRIOM

Publicação Nº 2795224

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 122-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: PRIOM TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS EIRELI – ME

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - PROMEDI

Publicação Nº 2795228

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 123-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (tres) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 8.415,00 (oito mil quatrocentos e quinze reais).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - RP

Publicação Nº 2795232

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 118-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: RP COMERCIAL LTDA

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (três) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 106.275,89 (cento e seis mil duzentos e setenta e cinco reais).

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 045-2020 FMS - S.V.BRAGA

Publicação Nº 2795359

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 118-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: S.V BRAGA IMPORTADORA

PROCESSO: Licitação 045/2020 – Modalidade: Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de materiais médico/hospitalares e materiais de proteção e segurança, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 03 (tres) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 02 (dois) meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)

DATA: São Francisco do Sul, 08 de dezembro de 2020.

NADIA MOREIRA RAPOSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO PE 048-2020 FMS - MUSSE

Publicação Nº 2795134

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 113-2020

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS MUSSE LTDA

PROCESSO: Licitação n.º 048/2020 Pregão Eletrônico.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de combustível para abastecimento de veículos leves e pesados, pertencentes à Frota da Secretaria Municipal de Saúde para um período de 06(seis) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura e execução 06 (seis) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 216.455,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais).

DATA: São Francisco do Sul, 03 de dezembro de 2020.

NÁDIA MOREIRA RAPOSO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL
DE SAUDE

PORTARIA Nº 16.929/2021

Publicação Nº 2795739

PORTARIA nº 16.929, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR LEONARDO MANOEL MENDES, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 051.993.319-22, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Cadastro Técnico Imobiliário, nível CC03, da Diretoria do Cadastro Técnico Imobiliário, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.931/2021

Publicação Nº 2795742

PORTARIA nº 16.931, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR BRUNO DE ANDRADE CLEMENTE, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 059.568.019-48, para exercer o cargo em comissão de Controlador Geral, nível CC01, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 16.932/2021

Publicação Nº 2795751

PORTARIA nº 16.932, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR KAROLINA DOS SANTOS FELESMINO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 082.391.629-40, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Guarda, Controle e Distribuição de Materiais, nível CC04, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.933/2021

Publicação Nº 2795762

PORTARIA nº 16.933, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica

do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR RODRIGO GRAF, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 045.535.859-10, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Ensino, nível CC02, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.934/2021

Publicação Nº 2795818

PORTARIA nº 16.934, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ELIZABETE KIRCHOFF, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 030.120.149-85, para exercer o cargo em comissão de Gerente Administrativo-Financeiro, nível CC02, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.935/2021

Publicação Nº 2795820

PORTARIA nº 16.935, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FLÁVIA DA COSTA MALUCHE, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 036.714.899-44, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Finanças, nível CC03, da Gerência Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.936/2021

Publicação Nº 2795822

PORTARIA nº 16.936, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ADRIANE MARIA MENDES GUIMARÃES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 033.434.389-52, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Administração, nível CC03, da Gerência Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.937/2021

Publicação Nº 2795823

PORTARIA nº 16.937, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CIBELE ROMANA DOS SANTOS BECK, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 006.865.230-59, para exercer o cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Manutenção das Unidades Escolares, nível CC-04, da Gerência Administrativo-Financeira, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 4 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.938/2021

Publicação Nº 2795825

PORTARIA nº 16.938, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR FÁTIMA REGINA MARTINS SIEBERS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 486.185.949-20, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Ensino Infantil, nível CC03, da Gerência de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.939/2021

Publicação Nº 2795827

PORTARIA nº 16.939, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR GISELE ALMODI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 031.445.259-10, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Ensino Especial e Núcleo Tecnológico Municipal, nível CC03, da Gerência de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.940/2021

Publicação Nº 2795829

PORTARIA nº 16.940, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR IVANA RAMOS PACÍFICO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 466.405.259-68, para exercer o cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Ensino Fundamental I, II e EJA, nível CC03, da Gerência de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

PORTARIA Nº 16.941/2021

Publicação Nº 2795831

PORTARIA nº 16.941, de 4 de janeiro de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARIANA CABRAL DE OLIVEIRA, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 006.875.629-10, para exercer o cargo em comissão de Gerente Financeiro, nível CC02, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de janeiro de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO FUNCIONAL N° 38/2021

Publicação N° 2794890

DECRETO FUNCIONAL 38/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada RENATA GONÇALVES MOTTER para o cargo de OUVIDOR, a contar de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 05 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 39/2021

Publicação N° 2794892

DECRETO FUNCIONAL 39/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado PLÁCIDO VARGAS para o cargo de ASSESSOR DE GABINETE, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 40/2021

Publicação N° 2794894

DECRETO FUNCIONAL 40/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei n° 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado GIUVANO DE SOUZA para o cargo em comissão de DIRETOR OPERACIONAL - SISAM, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 41/2021

Publicação N° 2794896

DECRETO FUNCIONAL 41/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos

do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada FLAVIANI REINERT VOLTOLINI para o cargo em comissão de COORDENADORA DE COMPRAS E LICITAÇÕES - SISAM, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 42/2021

Publicação N° 2794899

DECRETO FUNCIONAL 42/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeada BRUNA NATALIA TAMANINI para o cargo em comissão de COORDENADORA DE FATURAMENTO E COBRANÇA - SISAM, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 43/2021

Publicação N° 2794902

DECRETO FUNCIONAL 43/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado DANIEL FORMENTO para o cargo em comissão de COORDENADOR DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE AGUA - SISAM, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL N° 44/2021

Publicação N° 2794903

DECRETO FUNCIONAL 44/2021

Nomeação

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 2.737/2005 decreta:

Art. 1º Fica nomeado DOUGLAS SANTOS SOARES para o cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 06 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 05/2021

Publicação Nº 2796184

PORTARIA Nº 05/2021

Prorrogação de Contrato.

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3729/2017 resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 1º/01/2021 à 1º/07/2021 o contrato do servidor MAICON RAFAEL MOREIRA DA SILVA, admitido para a função de AUXILIAR GERAL – COLETA DE LIXO – SISAM, nos termos do Processo nº 02/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 07 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 06/2021

Publicação Nº 2796215

PORTARIA Nº 06/2021

Revoga Portaria

O Prefeito Municipal, no exercício da competência outorgada pelo artigo 67, incisos II, IX e XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto 002/2005, considerando o interesse da Administração e de acordo com a Lei nº 3729/2017, decreta:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 03/2021 publicado no Diário Oficial dos Municípios, no dia 06/01/2021, Edição nº 3372, página 1.480.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 07 de janeiro de 2021.

Pedro Alfredo Ramos

Prefeito Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 04/2021

Publicação Nº 2795776

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 04/2021

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Laboratório Prevent Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2021

OBJETO: "o credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN, para pacientes da Secretaria Municipal da Saúde, conforme Decreto Municipal nº 103/16, para o ano de 2021, para a execução/fornecimento total/parcial dos serviços mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes, com os valores constantes no Anexo I"

VALOR: R\$ 150.000,00

PRAZO: 05.01.2021 até 31.01.2021

São João do Oeste – 07 de janeiro de 2021

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2021 DISPENSA 01/2021

Publicação Nº 2795775

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 03/2021 E CONTRATO 03/2021

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João

ORIGEM: Dispensa de licitação nº 001/2021

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos de clínica geral, em regime de urgência e emergência, para atuar junto ao ESF - Centro de Saúde do Município de São João do Oeste-SC, até dia 31 de janeiro de 2021."

VALOR: R\$ 18.000,00

PRAZO: 04.01.2021 até 31.01.2021

São João do Oeste – 07 de janeiro de 2021

Genésio Marino Anton – Prefeito Municipal

PP 01.2021 FMS PASSAGENS RODOVIARIAS

Publicação Nº 2795017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços para eventual aquisição conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos usuários do SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio, e para acompanhante, quando necessário para o exercício de 2021/2022.

Tipo: menor preço por lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 21 de janeiro de 2021 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de janeiro de 2021. GENESIO MARINO ANTON – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL Nº 002/2021

Publicação Nº 2795777

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2021
EDITAL Nº 002/2021

RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL Nº 002/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto Nº 127, de 22 de dezembro de 2020, no uso de suas atribuições legais, torna pública Retificação 01 do edital 002/2021, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

1.2 Os cargos, quantidade de vagas reservadas para ampla concorrência, vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência, vencimentos, pré-requisitos, carga horária semanal de trabalho e valor das inscrições são os estabelecidos na tabela que segue:

03 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR							
ITEM	CARGO	VAGAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)	ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITOS	INSCRIÇÃO (R\$)
		Ampla Concorrência	PPD				
035	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º Ano) (NÃO HABILITADO)	CR	*	20h	R\$ 1.433,43	CERTIDÃO DE FREQUÊNCIA A PARTIR DA 5ª FASE EM CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	R\$ 70,00
037	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NÃO HABILITADO)	CR	*	20h	R\$ 1.433,43	CERTIDÃO DE FREQUÊNCIA A PARTIR DA 5ª FASE EM CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 70,00
040	NUTRICIONISTA	1+CR	*	20h	R\$ 1.568,25	CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO ÓRGÃO FISCALIZADOR	R\$ 70,00

LEIA-SE:

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

1.2 Os cargos, quantidade de vagas reservadas para ampla concorrência, vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência, vencimentos, pré-requisitos, carga horária semanal de trabalho e valor das inscrições são os estabelecidos na tabela que segue:

03 – CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR							
ITEM	CARGO	VAGAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)	ESCOLARIDADE / PRÉ-REQUISITOS	INSCRIÇÃO (R\$)
		Ampla Concorrência	PPD				

035	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 5º Ano) (NÃO HABILITADO)	CR	*	20h	R\$1.146,76	CERTIDÃO DE FREQUÊNCIA A PARTIR DA 5ª FASE EM CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA	R\$ 70,00
037	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (NÃO HABILITADO)	CR	*	20h	R\$1.146,76	CERTIDÃO DE FREQUÊNCIA A PARTIR DA 5ª FASE EM CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$ 70,00
040	NUTRICIONISTA	1+CR	*	30h	R\$ 2.352,36	CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR EM NUTRIÇÃO E REGISTRO NO ÓRGÃO FISCALIZADOR	R\$ 70,00

As demais normas permanecem inalteradas

SÃO JOÃO DO SUL/SC, em 07 de JANEIRO de 2021.

TAÍSE DOS SANTOS ALVES

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado a RETIFICAÇÃO 01 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2021.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO DE LOCAL - 59/2020 PP 08/2020 FMS

Publicação Nº 2795766

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO MUDANÇA DE LOCAL

Processo Nº 59/2020

Pregão Presencial 08/2020

Objeto: Aquisição de medicamentos para a Assistência Farmacêutica Básica, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Medicamentos para o atendimento de demandas judiciais.

O LOCAL PARA O RECEBIMENTO DE ENVELOPES E A REALIZAÇÃO DO CERTAME SERÁ:

SECRETARIA DE TURISMO / CASA DO TURISTA - PRÉDIO VERDE
Praça Cesário Amarante nº 01 á 09h30min.

Qualquer dúvida ligar para o número 49-32336458.

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 07 de janeiro de 2020.

Giovani Nunes
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 011/2021

Publicação Nº 2795575

DECRETO Nº 011/2021

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A NOVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 462/2019, DE 10/12/2019 ”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA A NOVA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, integrada pelos seguintes MEMBROS:

- 01 – ADRIANA BAESSO – PREGOEIRA;
- 02 – ADRIANA BAESSO – PRESIDENTE;
- 03 – JAISON COMIN LIMA – SECRETÁRIO;
- 04 – ANA DAS GRAÇAS DUTRA HACKEL - MEMBRO;
- 05 – VINICIUS CARDOSO BOLZANI – MEMBRO;
- 06 – AMARILDO NUNES DA SILVEIRA – MEMBRO;
- 07 – CLEO RODRIGO NEZI – SUPLENTE;
- 08 – CLAUDIO MATOS GOULART – SUPLENTE.

Parágrafo Único - A servidora ADRIANA BAESSO exercerá, cumulativamente, as funções de PREGOEIRA.

Art. 2º - Fica determinado que o secretário substituirá a Presidente e Pregoeira em suas funções, no caso de ausências e impedimentos legais da mesma, e na impossibilidade de ambos, excepcionalmente, será exercida pelo membro Vinicius Cardoso Bolzani.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 462/2019, de 10 de dezembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO N° 012/2021

Publicação N° 2795583

DECRETO N° 012/2021

**"QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO
E REMEMBRAMENTO DE LOTES"**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o requerimento protocolado sob o nº 165/2020, datado de 15/06/2020; Fica autorizado o DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE LOTES nos termos em que foi requerido por COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL PAIQUERÊ LTDA, de um imóvel urbano de terras medindo 1.228,62 m², situado na Rua Ismael Nunes, nesta cidade, conforme especificações que segue:

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano

Proprietários: Orival Eduardo de Sá, Célia Costa Proença de Sá e Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda.

Endereço: Rua Ismael Nunes, fundos com Rua Tito Carvalho

Município: São Joaquim SC

Matrícula: N° 17.146

Área: 998,00M²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Um terreno urbano com área superficial de 998,00m² (Novecentos e noventa e oito metros quadrados), situado na Rua Ismael Nunes, distante 44,00m da esquina com a Rua Inácio Palma (lado impar), município de São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: A poligonal tem início no vértice V1, situado no muro que faz divisa com a Rua Ismael Nunes, segue com rumo de 52°58'15"SE e percorre 19,56m, até o vértice V2.

Deste segue confrontando com Lairdes Paiva (M-13848) com rumo de 36°48'27"SO e distancia de 30,00m até o Vértice V3, deste segue com rumo de 52°58'15"SE e distancia de 12,00m até o vértice V4.

Deste segue confrontando com Elaine Tavares Nunes e Nair Tavares (M-9937) com rumo de 36°48'27"SO e distancia de 9,29m até o vértice V5.

Deste segue confrontando com Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda. (M-13849) com o rumo de 53°25'41"NO e distancia de 13,74m até o vértice V6, deste segue com rumo de 36°21'59"SO e percorre 30,00m até o vértice V7.

Deste segue confrontando com a Rua Tito Carvalho com rumo de 53°25'42"NO e distancia de 4,00m até o vértice V8.

Deste segue confrontando com Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda. (M-13850) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 30,00m até o vértice V9, deste segue com o rumo de 53°25'42"NO e distancia de 13,51m até o vértice V10.

Deste segue confrontando com Lauro Toshihiro Sato (M-4630) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 39,55m até o vértice V1, onde teve inicio esta descrição.

Terreno este que será desmembrado em duas áreas distintas cada uma com as seguintes medidas e confrontações:

ÁREA A=583,63M²

**PROPRIETÁRIO: ORIVAL EDUARDO DE SÁ E CÉLIA
COSTA PROENÇA DE SÁ**

Um terreno urbano com área superficial de 583,63m² (Quinhentos e oitenta e três metros e sessenta e três centímetros quadrados), situado na Rua Ismael Nunes, distante 44,00m da esquina com a Rua Inácio Palma (lado impar), município de São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: A poligonal tem inicio no vértice V1, situado no muro que faz divisa com a Rua Ismael Nunes, segue com rumo de 52°58'15"SE e percorre 19,56m, até o vértice V2.

Deste segue confrontando com Lairdes Paiva (M-13848) com rumo de 36°48'27"SO e distancia de 30,00m até o Vértice V3.

Deste segue confrontando com Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda. (M-17.146) com o rumo de 53°8'50"NW e distancia de 19,32m até o vértice V11.

Deste segue confrontando com Lauro Toshihiro Sato (M-4630) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 30,06 até o vértice V1, onde teve inicio esta descrição.

ÁREA B=414,37M²

**PROPRIETÁRIO: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL E
COMERCIAL PAIQUERÊ LTDA.**

Um terreno urbano com área superficial de 414,37M² (Quatrocentos e quatorze metros e trinta e sete centímetros quadrados), situado na Rua Tito Carvalho, distante 44,00m da esquina com a Rua Inácio Palma (lado par), município de São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: A poligonal tem inicio no vértice V11, situado no muro que faz divisa com a Orival Eduardo de Sá e Célia Costa Proença de Sá (M-17.146), segue com rumo de 53°8'50"SE e percorre 19,32, até o vértice V3

Deste segue confrontando com Lairdes Paiva (M-13.848) com rumo de 52°58'15"SE e distancia de 12,00m até o vértice V4.

Deste segue confrontando com Elaine Tavares Nunes e Nair Tavares (M-9.937) com rumo de 36°48'27"SO e distancia de 9,29m até o vértice V5.

Deste segue confrontando com Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda. (M-13.849) com o rumo de 53°25'41"NO e distancia

de 13,74m até o vértice V6, deste segue com rumo de 36°21'59"SO e percorre 30,00m até o vértice V7.
Deste segue confrontando com a Rua Tito Carvalho com rumo de 53°25'42"NO e distancia de 4,00m até o vértice V8.
Deste segue confrontando com Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda. (M-13.850) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 30,00m até o vértice V9, deste segue com o rumo de 53°25'42"NO e distancia de 13,51m até o vértice V10.
Deste segue confrontando com Lauro Toshihiro Sato (M-4630) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 9,48m até o vértice V11, onde teve inicio esta descrição.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: Terreno Urbano
Proprietário: Cooperativa Agroindustrial e Comercial Paiquerê Ltda.
Endereço: Rua Tito Carvalho
Município: São Joaquim SC
Matrícula: Nº 13.850 (405,45m²)
Matrícula: Nº 13.849 (408,80m²)
Matrícula: Nº 17.146 (414,37m²)

Memorial descritivo de uma unificação de lote referente as matrículas acima citadas:

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

Um terreno urbano com área superficial de 1.228,62m² (Hum mil duzentos e vinte e oito metros e sessenta e dois centímetros quadrados), situado na Rua Tito Carvalho, distante 44,00m da esquina com a Rua Inácio Palma (lado par), município de São Joaquim SC, com as seguintes medidas e confrontações: A poligonal tem inicio no vértice V1, situado no muro que faz divisa com a Orival Eduardo de Sá e Célia Costa Proença de Sá (M-17.146), segue com rumo de 53°8'50"SE e percorre 19,32, até o vértice V2.
Deste segue confrontando com Lairdes Paiva (M-13.848) com rumo de 52°58'15"SE e distancia de 12,00m até o vértice V3.
Deste segue confrontando com Elaine Tavares Nunes e Nair Tavares (M-9937) com rumo de 36°48'27"SW e distancia de 39,29m até o vértice V4.
Deste segue confrontando com a Rua Tito Carvalho com rumo de 53°25'42"NO e distancia de 31,02 até o vértice V5.
Deste segue confrontando com Lauro Toshihiro Sato (M-4630) com o rumo de 36°21'59"NE e distancia de 39,48m até o vértice V1, onde teve inicio esta descrição.

Art. 2º - Expeça-se cópia dos documentos apresentados especialmente do Memorial Descritivo, quanto às confrontações para as providências que se fizerem necessárias junto ao Cartório do Registro Geral de Imóveis desta Comarca.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 013/2021

Publicação Nº 2795596

DECRETO Nº 013/2021

"QUE NOMEIA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 003/2021, de 06/01/2021, ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - MARILDA DOS SANTOS RODRIGUES, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistência Social (sendo que a servidora opta pela gratificação do referido cargo). - CLAUDIOMAR FARIAS, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Administração de Pessoal. - LUCAS DA SILVA, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Compras (sendo que o servidor opta pela gratificação do referido cargo). - EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Esportes. - MYCCHER HUDSON LINHAGUE, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular do Gabinete do Prefeito - CC-1. - PAULO SERGIO HUGEN DE ABREU, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular de Ouvidoria - CC-1. - ELISANGELA VELHO RITA, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe da Secretaria Particular da Secretaria de Agricultura - CC-1. - SAMUEL DEUCHER GOULART MATIAS, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessor de Diretoria do Gabinete do Prefeito - CC-3. - VANDERLI PEREIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente) CC-4.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 06 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 014/2021

Publicação Nº 2795604

DECRETO Nº 014/2021

“QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 003/2021, de 06/01/2021, fica NOMEADO o senhor OSMAR MOTA, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular - Manutenção de Rodovias Secretaria Municipal de Obras e Viação – CC-1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 015/2021

Publicação Nº 2795618

DECRET O Nº 015/2021

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A
COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO E REVOGA OS EFEITOS DO
DECRETO Nº 384/2020, DE 11/11/2020”

O Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Inquérito Administrativo da Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC, integrada pelos seguintes membros:

- 1) Mayara Nunes Ribeiro - Matrícula Nº 9189: Presidente;
- 2) Daiane Hugen Tomaz - Matrícula Nº 10185: Secretária;
- 3) Valéria Silva Rodrigues - Matrícula Nº 10402: Membro.

Parágrafo Único – A referida Comissão deverá atuar a partir desta data em todos os Processos Disciplinares e Inquéritos Administrativos, que a Administração Pública julgar necessário ser aberto.

Art. 2º - A servidora Luana Boeira Pereira, Matrícula Nº 10700, cargo Coordenadora Jurídica, atuará prestando assessoria jurídica à Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Inquérito Disciplinar, designada neste ato. Esta nomeação não exclui consulta aos demais Advogados/Assessores Jurídicos do Município, sempre que necessário.

Art. 3º - A servidora Celenira de Oliveira Cabral, Matrícula Nº 11353, cargo Controladora Interna, atuará nos termos do TAC 006/2018, cláusula 5º, item 3.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 384/2020, de 11/11/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 031/2021

Publicação Nº 2795635

PORTARIANº 031/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS COLETIVAS aos seguintes servidores: - TANIA MARA BORGES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - TANIA MARIA SEIFERT CARDOSO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - TATIANE SOUZA CARDOSO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - TATIANI FOGAÇA VELHO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - TATYANA VIEIRA DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - THAYSE GREICI DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VALDELI APARECIDA COSTA CAMARGO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VANEZA GODINHO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VANUZA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VERA LUCIA BECCARI, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA NUNES, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VILMA NUNES DE JESUS, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - VIVIANE PEREIRA DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - ZELI RIBEIRO, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - ZULEICA APARECIDA DA COSTA ANDRADE LIMA, ocupante do cargo de Professora, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021. - CINTIA ANTUNES DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 04/01/2021 à 02/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 032/2021

Publicação Nº 2795640

PORTARIANº 032/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à servidora: - SAMEA KURDI ROSSI, ocupante da função de Odontóloga - ESF, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 21/12/2020 até 18/06/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os efeitos retroagem ao dia 21 de dezembro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 033/2021

Publicação Nº 2795646

PORTARIANº 033/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Declaração expedida pela Justiça Eleitoral, fica CONCEDIDO DISPENSA de 02 (dois) dias, referente ao dia 15/11/2020, nos dias 01/01/2021 e 03/01/2021 ao servidor MARIO OLIVEIRA FLORES, pelos serviços prestados na realização das eleições a qual atendeu a convocação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2021

Publicação Nº 2795652

PORTARIANº 034/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a servidora RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de saúde - ESF, referente ao exercício de 2020/2021, a contar do dia 06/01/2021 à 20/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 035/2021

Publicação Nº 2795658

PORTARIANº 035/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – MARCIO DA SILVA TOMAZ, ocupante do cargo de Carpinteiro, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 18/01/2021. – MICHELI FABRE EDUARDO, ocupante da função de Terapeuta Ocupacional - CAPS, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 23/01/2021. – NAIANA RODRIGUES NUNES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 23/01/2021. – STELA CANDIDO CHIODELLI, ocupante da função de Enfermeira - ESF, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 04/01/2021 à 18/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2021

Publicação Nº 2795663

PORTARIANº 036/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: – ADRIANA DE JESUS ANSELMO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 05/01/2021 à 03/02/2021. – GRASIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 05/01/2021 à 03/02/2021. – LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 05/01/2021 à 03/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 037/2021

Publicação N° 2796774

PORTARIAN° 037/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo nº 03/2019, homologado em 14/01/2020, Lei N° 4.323/2015, Lei N° 4.324/2015, Lei N° 4.6644/2019, e Lei N° 4.398/2016; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - JANETE BERTAN DE OLIVEIRA, para exercer a função de Odontóloga - CEO, na Secretaria Municipal da Saúde, períodos matutino, com 20 horas semanais, a contar do dia 07/01/2021.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA N° 038/2021

Publicação N° 2796777

PORTARIAN° 038/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 15/12/2020, para tratamento de saúde de pessoa da família. – DIOGO XAVIER, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 15/12/2020. – LUANA BOEIRA PEREIRA, ocupante do cargo de Coordenadora Jurídica, por 01 (um) dia, no dia 15/12/2020. – ELIZABETE MORAES PESSOA, ocupante da função de Enfermeira, por 14 (quatorze) dias, a contar do dia 16/12/2020. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 16/12/2020. – JULIANA VIEIRA RABELO PEREIRA, ocupante do cargo de Enfermeira, por 02 (dois) dias, a contar do dia 17/12/2020. – VANESSA ANDRADE CARDOSO, ocupante da função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 18/12/2020. – ELIZABETE MORAES PESSOA, ocupante da função de Enfermeira, por 01 (um) dia, no dia 23/12/2020. – JOSE SEBASTIÃO MORAIS DAS CHAGAS, ocupante da função de Médico, por 01 (um) dia, no dia 23/12/2020. – FILIPE DA SILVEIRA, ocupante da função de Vigia, por 08 (oito) dias, a contar do dia 28/12/2020. – ROSA CRISTIANE MORAIS DUTRA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, por 07 (sete) dias, a contar do dia 04/01/2021. – KATIELI NASCIMENTO DOS SANTOS, ocupante da função de Odontóloga - ESF, por 06 (seis) dias, a contar do dia 04/01/2021. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante da função de Auxiliar Odontológico - ESF, por 01 (um) dia, no dia 04/01/2021, para tratamento de saúde de pessoa da família. – DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do cargo de Calceteiro, por 02 (dois) dias, a contar do dia 04/01/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 039/2021

Publicação N° 2796793

PORTARIAN° 039/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com as normas Estaduais e Municipais e as recomendações do Ministério da Saúde que dispõe sobre medidas de enfrentamento ao combate a pandemia; fica AFASTADA de suas atividades laborativas presenciais, com manutenção de seus vencimentos, por tempo indeterminado, conforme apresentação de atestado médico, a servidora ZENIR BORGES DE ANSELMO, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais - Merendeira, a contar do dia 03/08/2020, incluída no chamado GRUPO DE RISCO.

Parágrafo Único – A referida servidora poderá ser convocada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de agosto de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 040/2021

Publicação N° 2796796

PORTARIAN° 040/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao servidor BRUNO QUIRINO PADILHA, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 05/01/2021 à 03/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 041/2021

Publicação N° 2796797

PORTARIAN° 041/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao servidor MOISES LEMOS PADILHA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 06/01/2021 à 04/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de janeiro de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 042/2021

Publicação N° 2796798

PORTARIANº 042/2021

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao servidor DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do cargo de Motorista, referente ao exercício de 2019/2020, a contar do dia 07/01/2021 à 05/02/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de janeiro de 2021.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

COMUNICADO DE ERRATA E NOVA DATA DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2020

Publicação Nº 2795924

ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 140/2020

PROCESSO Nº 532/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6297/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTAIS E MATERIAIS PERMANENTES PARA REPOSIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO DE ODONTOLOGIA, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CENTROS ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA REDE DA ATENÇÃO À SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A Prefeitura de São José, por intermédio de sua Pregoeira e equipe de apoio informa alteração na descrição dos itens 01, 42 e 43 e na data de abertura do certame:

Onde se lê:

ITEM 01 – AFASTADOR FARABEUF – Confeccionadas em aço inoxidável conforme NBR 7153-1, com acabamento e polimento perfeitos, autoclavável, com marca a laser gravada. Com lote e registro na ANVISA na embalagem.

ITEM 42 – LIMA K-FILE Nº 8 DE 21MM em aço inoxidável, com secção transversal quadrangular, tipo K-file, número 06 em caixa com 06 unidades de 21 mm. A embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.

ITEM 43 – LIMA K-FILE Nº 8 DE 31MM em aço inoxidável, com secção transversal quadrangular, tipo K-file, número 06 em caixa com 06 unidades de 31 mm. A embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.

Leia-se:

ITEM 01 – AFASTADOR DE MINESSOTA – Confeccionado em aço inoxidável conforme NBR 7153-1, com acabamento e polimento perfeitos, autoclavável, com marca a laser gravada. Com lote e registro na ANVISA na embalagem.

ITEM 42 – LIMA K-FILE Nº 8 DE 21MM em aço inoxidável, com secção transversal quadrangular, tipo K-file, número 08 em caixa com 06 unidades de 21 mm. A embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.

ITEM 43 – LIMA K-FILE Nº 8 DE 31MM em aço inoxidável, com secção transversal quadrangular, tipo K-file, número 08 em caixa com 06 unidades de 31 mm. A embalagem deverá conter os dados de identificação do produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde.

NOVA DATA DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS

Recebimento das propostas/documentos de habilitação: de 08 de janeiro de 2021 às 13h00min até 20 de janeiro de 2021 às 09h00min;

Abertura das propostas: 20 de janeiro de 2021 às 09h01min;

Início da disputa de preços: 20 de janeiro de 2021 às 09h01min;

As demais condições do edital permanecem inalteradas

São José, 07 de janeiro de 2021.

Kety Silva Trierveiler
Pregoeira

DECRETO Nº 14071/2020

Publicação Nº 2796769

DECRETO Nº 14071/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.560.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Manutenção do Ensino Fundamental

163 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 44.000,00
44424 – 3.3.90.08.00.00.0098 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60 % - FUNDEB R\$ 10.000,00
192 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 1.000,00
Total desta Atividade R\$ 55.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Manutenção da Educação Infantil – Creche

44426 – 3.3.90.08.00.00.0098 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos da Valorização do Magistério – 60 % - FUNDEB R\$ 15.000,00
Total desta Atividade R\$ 15.000,00
Total do Órgão R\$ 70.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.110.2.261 – Manutenção da Guarda Municipal

364 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 670.000,00
Total desta Atividade R\$ 670.000,00
Total do Órgão R\$ 670.000,00

15.00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.01.04.122.0105.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

778 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 530.000,00
Total desta Atividade R\$ 530.000,00
Total do Órgão R\$ 530.000,00

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

21.01.12.364.103.2.461 – Manutenção do Centro Universitário Municipal – USJ

925 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 290.000,00
Total desta Atividade R\$ 290.000,00
Total do Órgão R\$ 290.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.560.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.560.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**08.01.12.361.0103.2.031 – Manutenção do Ensino Fundamental**

165 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60 % - FUNDEB R\$ 25.000,00
 Total desta Atividade R\$ 25.000,00
 Total do Órgão R\$ 25.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****10.01.08.244.0111.2.063 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social**

504 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 160.000,00
 505 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 890.000,00 506 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas
 Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 160.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.210.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.210.000,00

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ**21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ****21.01.12.364.103.2.461 – Manutenção do Centro Universitário Municipal – USJ**

924 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 325.000,00
 Total desta Atividade R\$ 325.000,00
 Total do Órgão R\$ 325.000,00
 Total da Anulação R\$ 1.560.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de dezembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 14072/2020

Publicação Nº 2796771

DECRETO Nº 14072/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.839.000,00 (quatro milhões e oitocentos e trinta e nove mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – SECRETARIA DA CASA CIVIL**02.01 – SECRETARIA DA CASA CIVIL****02.01.04.122.105.2.002 – Manutenção da Secretaria da Casa Civil**

23 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 87.000,00
 Total desta Atividade R\$ 87.000,00
 Total do Órgão R\$ 87.000,00

03.00 – GABINETE DO VICE-PREFEITO**03.01 – GABINETE DO VICE-PREFEITO****03.01.04.122.0105.2.004 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito**

42 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 41.000,00
Total desta Atividade R\$ 41.000,00
Total do Órgão R\$ 41.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

139 – 3.1.90.94.00.00.0081 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 41.000,00
Total desta Atividade R\$ 41.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Manutenção do Ensino Fundamental

159 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 147.000,00
163 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 17.000,00
171 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 118.000,00
174 – 3.1.90.94.00.00.0099 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 49.000,00
192 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 9.000,00
Total desta Atividade R\$ 340.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Manutenção da Educação Infantil – Creche

264 – 3.1.90.94.00.00.0098 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 559.000,00
Total desta Atividade R\$ 559.000,00

08.01.12.363.0103.2.042 – Manutenção do Ensino Profissional

231 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 76.000,00
Total desta Atividade R\$ 76.000,00

08.01.12.364.103.2.240 – Manutenção do Polo UAB

244 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 5.000,00

08.01.12.367.0103.2.528 – Manutenção da Educação Especial – Fundamental

216 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 862.000,00
221 – 3.1.90.94.00.00.0098 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 567.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.429.000,00

08.01.12.365.103.2.529 – Manutenção da Educação Especial – Educação Infantil

323 – 3.1.90.94.00.00.0098 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 69.000,00
Total desta Atividade R\$ 69.000,00
Total do Órgão R\$ 2.519.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.110.2.131 – Manutenção da Secretaria de Segurança, Defesa Social
e Trânsito

397 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 44.000,00
 Total desta Atividade R\$ 44.000,00
 Total do Órgão R\$ 44.000,00

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social

505 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 81.000,00
 Total desta Atividade R\$ 81.000,00
 Total do Órgão R\$ 81.000,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01.11.334.0108.2.060 – Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação

528 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 29.000,00
 Total desta Atividade R\$ 29.000,00
 Total do Órgão R\$ 29.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.105.2.015 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

616 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 28.000,00
 Total desta Atividade R\$ 28.000,00
 Total do Órgão R\$ 28.000,00

15.00 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.01 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

15.01.04.122.105.2.005 – Manutenção da Procuradoria Geral do Município

778 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 105.000,00
 Total desta Atividade R\$ 105.000,00
 Total do Órgão R\$ 105.000,00

16.00 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16.01 – SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16.01.04.131.105.2.451 – Manutenção da Secretaria Executiva de Comunicação Social

788 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 22.000,00
 Total desta Atividade R\$ 22.000,00
 Total do Órgão R\$ 22.000,00

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Manutenção da Fundação de Esporte e Lazer

818 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 38.000,00
 820 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
 Recursos Próprios R\$ 101.000,00
 Total desta Atividade R\$ 139.000,00
 Total do Órgão R\$ 139.000,00

19.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0109.2.411 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento de Projetos Sustentáveis

869 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 37.000,00
Total desta Atividade R\$ 37.000,00
Total do Órgão R\$ 37.000,00

20.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
20.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.391.113.2.498 – Projeto Culturais e Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo
888 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 61.000,00
Total desta Atividade R\$ 61.000,00
Total do Órgão R\$ 61.000,00

21.00 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ
21.01 – FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ

21.01.12.364.103.2.462 – Manutenção da Fundação Educacional

948 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 31.000,00
Total desta Atividade R\$ 31.000,00
Total do Órgão R\$ 31.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

1377 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 1.615.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.615.000,00
Total do Órgão R\$ 1.615.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 4.839.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.839.000,00 (quatro milhões e oitocentos e trinta e nove mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.2.039 – Manutenção da Educação Infantil – Creche

258 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 1.600.000,00
267 – 3.3.90.08.00.00.0081 – Outros Benefícios Assistenciais,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.800.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola

299 – 3.1.90.94.00.00.0081 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 933.000,00
Total desta Atividade R\$ 933.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 – Manutenção do Ensino Fundamental

165 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 706.000,00
166 – 3.1.90.11.00.00.0099 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 1.400.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.106.000,00
 Total do Órgão R\$ 4.839.000,00
 Total da Anulação R\$ 4.839.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de dezembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 14086/2020

Publicação Nº 2796772

DECRETO Nº 14086/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 6.765.000,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1014 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.509.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.509.000,00

25.01.10.301.102.2.532 – Ações de Saúde da Família

1039 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 735.000,00
 1040 – 3.1.90.11.00.00.0138 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 300.000,00
 1042 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 15.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.050.000,00

25.01.10.301.102.2.533 – Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

44476 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 117.000,00
 44477 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 4.000,00
 Total desta Atividade R\$ 121.000,00

25.01.10.301.102.2.535 – Ações com Agentes Comunitários

1055 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 272.000,00
 1056 – 3.1.90.11.00.00.0138 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 300.000,00
 1059 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 61.000,00
 Total desta Atividade R\$ 633.000,00

25.01.10.301.102.2.536 – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ

1060 – 3.1.90.11.00.00.0138 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 127.000,00
 Total desta Atividade R\$ 127.000,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1066 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 1.291.000,00
1067 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 16.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.307.000,00

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

1089 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 64.000,00
1090 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 19.000,00
Total desta Atividade R\$ 83.000,00

25.01.10.302.102.2.540 – Ações do Centro de Atendimento Psicossocial

1104 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 248.000,00
Total desta Atividade R\$ 248.000,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1126 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.000,00
1131 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 62.000,00
Total desta Atividade R\$ 64.000,00

25.01.10.305.102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1148 – 3.1.90.11.00.00.0138 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 12.000,00
1149 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 6.000,00
Total desta Atividade R\$ 18.000,00

25.01.10.305.102.2.544 – Ações de DST/AIDS/Hepatites Virais

1162 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 124.000,00
1163 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.000,00
1170 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 1.000,00
Total desta Atividade R\$ 128.000,00

25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

996 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 477.000,00
Total desta Atividade R\$ 477.000,00
Total do Órgão R\$ 6.765.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 6.765.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 6.765.000,00 (seis milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1012 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 462.000,00
1015 – 3.1.90.11.00.00.0138 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos do SUS – UNIÃO R\$ 739.000,00
 1016 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 43.000,00
 1017 – 3.1.90.94.00.00.0082 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 31.000,00
 1018 – 3.3.90.08.00.00.0082 – Outros Benefícios Assistenciais,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 17.000,00
 1030 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 148.000,00
 1038 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 129.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.569.000,00

25.01.10.301.102.2.532 – Ações de Saúde da Família

1044 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 126.000,00
 Total desta Atividade R\$ 126.000,00

25.01.10.301.102.2.533 – Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

44524 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.000,00
 1049 – 4.4.90.52.00.00.0082 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 20.000,00
 Total desta Atividade R\$ 23.000,00

25.01.10.301.102.2.535 – Ações com Agentes Comunitários

1057 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 9.000,00
 Total desta Atividade R\$ 9.000,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1065 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 31.000,00
 1073 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos
 de Terceirização
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 86.000,00
 1078 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 9.000,00
 Total desta Atividade R\$ 126.000,00

25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

1088 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.000,00

25.01.10.302.102.2.540 – Ações do Centro de Atendimento Psicossocial

1105 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.000,00
 1114 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 5.000,00
 Total desta Atividade R\$ 7.000,00

25.01.10.303.102.2.541 – Ações da Assistência Farmacêutica

1120 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 111.000,00
 Total desta Atividade R\$ 111.000,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1129 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 172.000,00
 1143 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,

Recursos Ordinários – Saúde R\$ 25.000,00
 Total desta Atividade R\$ 197.000,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1146 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 3.000,00
 1147 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 131.000,00
 1159 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 44.000,00
 Total desta Atividade R\$ 178.000,00

25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

995 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 232.000,00
 997 – 3.1.90.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 179.000,00
 998 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 139.000,00
 1004 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos
 de Terceirização
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 204.000,00
 1007 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 135.000,00
 Total desta Atividade R\$ 889.000,00

25.01.10.301.102.2.554 – Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros

1061 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 174.000,00
 Total desta Atividade R\$ 174.000,00

25.01.10.303.102.2.555 – Fornecimento de Medicamentos Judiciais

1124 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 99.000,00
 Total desta Atividade R\$ 99.000,00

25.01.10.301.102.2.557 – Alimentação e Nutrição

1062 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,
 Recursos Ordinários – Saúde R\$ 31.000,00
 Total desta Atividade R\$ 31.000,00
 Total do Órgão R\$ 3.541.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.106.2.513 – Limpeza de Vias Públicas, Praças, Parques e Jardins

723 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 3.224.000,00
 Total desta Atividade R\$ 3.224.000,00
 Total do Órgão R\$ 3.224.000,00
 Total da Anulação R\$ 6.765.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de dezembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

DECRETO Nº 14087/2020

Publicação Nº 2796773

DECRETO Nº 14087/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 33 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

1014 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 38.000,00
1016 – 3.1.90.16.00.00.0082 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 31.000,00
1030 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.000,00
Total desta Atividade R\$ 71.000,00

25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

1078 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 1.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.000,00

25.01.10.304.0102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

1129 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 61.000,00
1143 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 2.000,00
Total desta Atividade R\$ 63.000,00

25.01.10.305.102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

1147 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 4.000,00
Total desta Atividade R\$ 4.000,00
Total do Órgão R\$ 139.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 139.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

59 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 139.000,00
Total desta Atividade R\$ 139.000,00
Total do Órgão R\$ 139.000,00
Total da Anulação R\$ 139.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC) 22 de dezembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 14118/2021

Publicação Nº 2795023

DECRETO Nº 14118/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GABRIELA BRASIL DOS ANJOS para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SM, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14119/2021

Publicação Nº 2795024

DECRETO Nº 14119/2021

PRORROGA A DATA DE VENCIMENTO PARA PAGAMENTO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS – TFPU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, e pelo art. 312, §1º, do Código Tributário Municipal aprovado pela Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a data para pagamento em cota única da Taxa de Fiscalização, Posturas e Normas Urbanísticas – TFPU, prevista no art. 312, inciso IV do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 021/2005) até o dia 30 de junho de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14121/2021

Publicação Nº 2795026

DECRETO Nº 14121/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica nomeado GEAN CARLO CHIQUETTI para exercer o cargo de Diretor-Geral de Tecnologia da Informação – CCM-9, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14133/2021

Publicação Nº 2796881

DECRETO Nº 14133/2021

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Concedidas as Funções Gratificadas para os servidores abaixo relacionados:

Inc.	FUNÇÃO GRATIFICADA	NOMES	MATRÍCULA	FUNÇÃO
I	FG-DI	Cleidiamar A. Furlanetto	22693-9	Gestão do SUAS
II	FG-DI	Francine Valente Favaretto	28536-0	Alta Complexidade
III	FG-DI	Maria Aparecida da Silva	23055-3	Cadastro Único/Bolsa Família
IV	FG-DI	Sandra Maria Veber Santos	3086-4	Recursos Humanos
V	FG-DI	Marla Sacco Martins	0093-9	Proteção Social Especial

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 14134/2021

Publicação N° 2795219

DECRETO N° 14134/2021

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL PARA A PRÁTICA DE ATOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, II, IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e o artigo 19 da Lei Complementar nº 014/2004,

DECRETA:

Art. 1º – Fica delegada competência ao Secretário Municipal da Casa Civil e ao seu respectivo Secretário adjunto para a prática dos seguintes atos, no âmbito de todos os órgãos da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal:

I – autorizar a abertura de procedimento licitatório;

II – assinar as autorizações de fornecimento e as ordens de serviços referentes aos contratos vigentes.

III – realizar a gestão do Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP

Art. 2º – A delegação de competência prevista neste Decreto não abrangerá os seguintes casos:

I – concessão de exploração de serviços públicos, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

II – alienação de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizada pela Câmara Municipal;

III – aquisição de itens imóveis por compra ou permuta, depois de autorizada pela Câmara Municipal.

Art. 3º – Os Secretários Municipais referidos no artigo 1º deste Decreto responderão isoladamente por todo ato que ultrapassar a competência ora delegada por ou se o fizer com infração à legislação vigente.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO N° 14135/2021

Publicação N° 2796882

DECRETO N° 14135/2021

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedida a Função Gratificada para a servidora abaixo relacionada:

Inc.	FUNÇÃO GRATIFICADA	NOMES	MATRÍCULA	FUNÇÃO
I	FG-DI	Michele Martendal	23176-2	Diretoria

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14136/2021

Publicação Nº 2796883

DECRETO Nº 14136/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GILMARA VIEIRA BASTOS para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO – SM, com lotação na Fundação de Cultura e Turismo, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14137/2021

Publicação Nº 2796885

DECRETO Nº 14137/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado EDILSON ALZEMIRO VIEIRA para exercer o cargo de SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS– SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14138/2021

Publicação Nº 2796886

DECRETO Nº 14138/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado VERA SUELY DE ANDRADE para exercer o cargo de PRESIDENTE DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – SM, com lotação na Autarquia São José Previdência, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14139/2021

Publicação Nº 2796887

DECRETO Nº 14139/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GUSTAVO DUARTE DO VALE PEREIRA para exercer o cargo de SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CONTROLE INTERNO

E TRANSPARÊNCIA- SM, com lotação na Secretaria Executiva de Controle Interno e Transparência, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14140/2021

Publicação Nº 2796888

DECRETO Nº 14140/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JOÃO DAVID GARCIA para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER – SM, com lotação na Fundação de Esportes e Lazer, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14141/2021

Publicação Nº 2796889

DECRETO Nº 14141/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ALESSANDRA CRISTINA LAURINDO ARRUDA para exercer o cargo Procuradora-Geral Adjunta do Município - SMA, com lotação na Procuradoria-Geral do Município, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14142/2021

Publicação Nº 2796891

DECRETO Nº 14142/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ANA CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA HOFFMANN para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE SÃO JOSÉ – SM, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14143/2021

Publicação Nº 2796892

DECRETO Nº 14143/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO para exercer o cargo de Secretária Adjunta de Assistência Social – SMA, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14145/2021

Publicação Nº 2796893

DECRETO Nº 14145/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ADRIANA ISOLETE DE SOUZA para exercer o cargo de Secretária Adjunta de Administração – SMA, com lotação na Secretaria da Administração, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14146/2021

Publicação Nº 2796894

DECRETO Nº 14146/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado GABRIEL NIENCHOTTER para exercer o cargo de SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES E LAZER – SMA, com lotação na Fundação de Esportes e Lazer, nos termos da Lei Complementar N.º 087, de 28 de setembro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14147/2021

Publicação Nº 2796895

DECRETO Nº 14147/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JUNIOR SPIES para o cargo em comissão de Secretário Adjunto da Casa Civil – SMA, com lotação na Secretaria da Casa Civil, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14148/2021

Publicação Nº 2796896

DECRETO Nº 14148/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado JAMIR MACHADO PIMENTA JÚNIOR para exercer o cargo de Diretor de Fiscalização e Base Tributária – CCM-7, com lotação na Secretaria da Receita, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14151/2021

Publicação Nº 2796900

DECRETO Nº 14151/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MICHELLE CRISTINA PINHEIRO para exercer o cargo de Coordenador de Logística – CCM-5, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 4 de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14152/2021

Publicação Nº 2796901

DECRETO Nº 14152/2021
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JANAINA APARECIDA DE MELO BRASIL para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II– CCM-2, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 4 de janeiro de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 14154/2021

Publicação Nº 2796902

DECRETO Nº 14154/2021

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ROSEMERI BARTUCHESKI para o cargo em comissão de SECRETÁRIA ADJUNTA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - SMA, com lotação na Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, nos termos da Lei Complementar N.º 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de janeiro de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 046/2021 REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 2796242

PORTARIA Nº 046/2021 (REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Convocar o servidor Georges Iesus Fleury Camargo, matrícula nº 16, a retornar às suas atividades no dia 07 de janeiro de 2021, por motivo de superior interesse público, com fulcro no art. 97 da Lei Ordinária 2.248, de 20 de março de 1991.

Câmara Municipal de São José, SC, 06 de janeiro de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

PRESIDENTE

(*) Republica-se por conter erro material na versão disponibilizada no DOM/SC, edição 3373, do dia 7 de janeiro de 2021. ONDE SE LÊ: Michel da Silva Schlemper LEIA-SE: Meri Terezinha de Melo Hang

PORTARIA Nº 047/2021

Publicação Nº 2796849

PORTARIA Nº 0047/2021

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Romeu Cesar Moreira Junior para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete do Vereador Alexandre Cidade.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de janeiro de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

PRESIDENTE

PORTARIA Nº 048/2021

Publicação Nº 2796850

PORTARIA Nº 0048/2021

A Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Rafael Eder Moreira para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Alexandre Cidade.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de janeiro de 2021.

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
PRESIDENTE

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS MES 12/2020

Publicação Nº 2795133

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 163.2020 - Contrato Nº: 110.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: IDIANA AMELIA DALSOLIO Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 10/05/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer um a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Contrato Nº.: 164.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 224.380,48 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e oito centavos) Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 01/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 132/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, na RUA LEOBERTO LEAL, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 165.2020 - Contrato Nº: 185.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 02/12/2020 Término: 02/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 182/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (acréscimo) dos ITENS 02 E 03 licitado conforme Pregão Presencial n.º182/2019, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 166.2020 - Contrato Nº: 63.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 42/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Rua João Busato", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU nº889160/2019, programa Planejamento Urbano e Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 167.2020 - Contrato Nº: 64.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 43/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Rua Hermínio Conte", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU 884514/2019, programa "Planejamento Urbano" e Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 168.2020 - Contrato Nº: 65.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 44/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Avenida Salgado Filho", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Contrato OGU 893309/2019, programa "Planejamento Urbano" e Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 169.2020 - Contrato Nº: 66.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 04/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 45/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Avenida Salgado Filho", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 170.2020 - Contrato Nº: 131.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: SIMÃO MEOTTI ME Valor : 139,35 (cento e trinta e nove reais e trinta e cinco centavos) Vigência : Início: 05/12/2020 Término: 04/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 167/2018 Recursos : Dotação: 2.099.3.3.90.00.00.00.00 (169) Saldo: 17.859,90 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONSERTOS, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 171.2020 - Contrato Nº: 130.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INTERAGE INFORMÁTICA E ELETRONICOS LTDA Valor : 160,81 (cento e sessenta reais e oitenta e um centavos)

Vigência : Início: 05/12/2020 Término: 04/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 167/2018 Recursos : Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00 (131) Saldo: 11.878,79 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONSERTOS, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS/SEMAE. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Contrato Nº.: 172.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI SERVICOS EIRELI Valor : 116.545,39 (cento e dezesseis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) Vigência : Início: 08/12/2020 Término: 07/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 129/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO "Rua Maranhão E Rua Darico Mortari. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 173.2020 - Contrato Nº: 66.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 18.503,08 (dezoito mil quinhentos e três reais e oito centavos) Vigência : Início: 11/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 45/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA "Avenida Salgado Filho", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recursos Próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 174.2020 - Contrato Nº: 111.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 25/12/2020 Término: 28/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 98/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO MOBILIDADE URBANA GRUPO-1 da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506341-45. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 175.2020 - Contrato Nº: 117.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 16/12/2020 Término: 20/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 100/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente do Programa PRÓ-TRANSPORTES, AÇÃO TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO da Caixa Econômica Federal sob nº da operação 0506316-3. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 176.2020 - Contrato Nº: 141.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI SERVICOS EIRELI Valor : 9.531,52 (nove mil quinhentos e trinta e um reais e cinq-enta e dois centavos) Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 18/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 108/2020 Recursos : Dotação: 1.039.4.4.90.00.00.00.00.00 (125) Saldo: 19.508,82 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo e fazer o acréscimo ao valor do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE PARALELEPÍPEDOS (CALÇAMENTO), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL, EM VÁRIAS RUAS NO PERÍMETRO URBANO E NA COMUNIDADE DE NOVO SARANDI. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 177.2020 - Contrato Nº: 185.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 02/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 182/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (supressão) dos ITENS 02 E 03 licitado conforme Pregão Presencial n.º182/2019, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Contrato Nº.: 178.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA Valor : 38.395,70 (trinta e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta centavos) Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 17/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 139/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER NA RUA "SANTOS DUMOND" E RUA "CABRIÚVAS", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 179.2020 - Contrato Nº: 122.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 17/12/2020 Término: 17/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 83/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO (CALÇAMENTO), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL SITUADO NA RUA CLÁUDIO INÁCIO JUSTEN - LOTEAMENTO KIPPER. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 180.2020 - Contrato Nº: 60.2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 30/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 181.2020 - Contrato Nº: 147.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 18/12/2020 Término: 30/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 115/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "3ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", construção da "CHURRASQUEIRA", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 182.2020 - Contrato Nº: 185.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,01 (um centavo) Vigência : Início: 22/12/2020 Término: 02/01/2021 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 182/2019 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (acréscimo) do ITEM 01 licitado conforme Pregão Presencial n.º182/2019, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 186.2020 - Contrato Nº: 101.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 22/12/2020 Término: 21/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 68/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer a prorrogação de prazo do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM QUIOSQUE COM BANHEIROS PÚBLICOS NA PRAÇA ANTÔNIO FOPPA. Recursos provenientes do Convênio nº 2020TR000862 com a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Santa Catarina e próprios do Município. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Contrato Nº..: 193.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 102.557,87 (cento e dois mil quinhentos e cinq-enta e sete reais e oitenta e sete centavos) Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 28/02/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 141/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, na "RUA LUIZ BIZOTTO", CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

-Aditivo Nº : 194.2020 - Contrato Nº: 60.2020 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO
Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 16.459,70 (dezesesseis mil quatrocentos e cinq-enta e nove reais e setenta centavos) Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 30/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2020 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, SUPRIMIR itens do orçamento que faz parte do projeto global da obra licitada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS.

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE EXTRATO CONTRATUAL- Aditivo Nº : 13.20201 - Contrato Nº: 08.2020 Contratante..: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE

Contratada...: IDIANA AMELIA DALSOLIO Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 31/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2020 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DE ABRIGO PARA CAIXAS D'ÁGUA QUE FAZEM ABASTECIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL, LOCALIZADO NA LINHA IMPERATRIZ, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

EXTRATO HOMOLOGADOS MES 12/2020

Publicação Nº 2795137

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO

TOMADA DE PREÇO Nº 132/2020 PROCESSO Nº 132/2020 HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, na RUA LEOBERTO LEAL, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.-----CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 224.380,48 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2020 PROCESSO Nº 136/2020 HOMOLOGAÇÃO: 01/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS e CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, VISANDO MANUTENÇÃO/CONCERTOS MECÂNICOS, COM SERVIÇO DE SOLDA MIG E SERVIÇO DE TORNO em TRATORES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO-----CONTRATADO: MECANICA AGRICOLA CASMAC LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 157.691,00 (cento e cinq-enta e sete mil seiscentos e noventa e um reais)-----CONTRATADO: MECÂNICA AGRÍCOLA MEOTTI LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 87.351,50 (oitenta e sete mil trezentos e cinq-enta e um reais e cinq-enta centavos)-----CONTRATADO: MECÂNICA INDUSTRIAL MBO LTDA EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 139.709,92 (cento e trinta e nove mil setecentos e nove reais e noventa e dois centavos)-----CONTRATADO: MECANICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 213.299,56 (duzentos e treze mil duzentos e noventa e nove reais e cinq-enta e seis centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2020 PROCESSO Nº 138/2020 HOMOLOGAÇÃO: 04/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA (Motosserra), EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA, ELETRODOMÉSTICOS e MÓVEIS PARA SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.-----CONTRATADO: AGROPECUARIA TREVISOL LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais)-----CONTRATADO:

RUI NIEDERMAIER -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.809,00 (três mil oitocentos e nove reais)-----CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.712,00 (três mil setecentos e doze reais)-----CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 4.670,00 (quatro mil seiscentos e setenta reais)-----CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL VALOR DA DESPESA: R\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta reais) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 129/2020 PROCESSO Nº 129/2020 HOMOLOGAÇÃO: 07/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES (CALÇAMENTO), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO "Rua Maranhão E Rua Darico Mortari."-----CONTRATADO: PAGNUSSATTI SERVICOS EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 116.545,39 (cento e dezesseis mil quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 139/2020 PROCESSO Nº 139/2020 HOMOLOGAÇÃO: 17/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PAVER NA RUA "SANTOS DUMOND" E RUA "CABRIÚVAS", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS."-----CONTRATADO: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 38.395,70 (trinta e oito mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2020 PROCESSO Nº 144/2020 HOMOLOGAÇÃO: 23/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA O NOVO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - CTG.--CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 18.250,00 (dezoito mil duzentos e cinq-enta reais)-----CONTRATADO: POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.473,00 (três mil quatrocentos e setenta e três reais)-----CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME VALOR DA DESPESA: R\$ 8.694,00 (oito mil seiscentos e noventa e quatro reais)-----CONTRATADO: MAGALI SOLDA EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais)-----CONTRATADO: MAB EQUIPAMENTOS EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 141/2020 PROCESSO Nº 141/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, COM DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL, na "RUA LUIZ BIZOTTO", CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO."-----CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 102.557,87 (cento e dois mil quinhentos e cinq-enta e sete reais e oitenta e sete centavos) =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2020 PROCESSO Nº 147/2020 HOMOLOGAÇÃO: 30/12/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO QUE FORNEÇA O ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS DE "0" ATÉ "11" ANOS E "364" DIAS DE IDADE, VÍTIMAS DE MAUS TRATOS, DE NEGLIGÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO, EXPLORAÇÃO, VIOLÊNCIA, CRUELDADE E OPRRESSÃO, ENCAMINHADAS PELO CONSELHO TUTELAR, MINISTÉRIO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO, EM ATENDIMENTO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA SOB Nº06.2010.003757-0 E PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO DE TAC Nº09.2012.00000174-5."-----CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEF. SOC. EDUC. E CULT. -APRISCO VALOR DA DESPESA: R\$ 39.932,20 (trinta e nove mil novecentos e trinta e dois reais e vinte centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações. =====

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Aditivo Nº : 195.2020 - Contrato Nº: 60.2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 79.006,00 (setenta e nove mil e seis reais) Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2020 Recursos : Dotação: 1.101.4.4.90.00.00.00.00 (91), 1.101.4.4.90.00.00.00.00 (202) Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal, que tem como objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Aditivo Nº : 196.2020 - Contrato Nº: 60.2020 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: BRUNO HENRIQUE LANZARINI Valor : 52.040,78 (cinq-enta e dois mil e quarenta reais e setenta e oito centavos) Vigência : Início: 30/12/2020 Término: 31/01/2021 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2020 Recursos : Dotação: 1.101.4.4.90.00.00.00.00 (202) Saldo: 64.530,50 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer REEQUILIBRO FINANCEIRO ao contrato principal, que tem como objetivo: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DA "2ª Etapa" do Centro de Tradições Gaúchas "CTG", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. São José do Cedro, 7 de Janeiro de 2021

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2020 PROCESSO Nº 24/2020 HOMOLOGAÇÃO: 02/12/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER MOLDAGEM E CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA POPULAÇÃO ADULTA E TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 3.964/2012."-----CONTRATADO: DIRCEU ANTONIO PERONDI - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 92.999,20 (noventa e dois mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos) =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2020 PROCESSO Nº 26/2020 HOMOLOGAÇÃO: 22/12/2020 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS A TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO."-----CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A. VALOR DA DESPESA: R\$ 83.540,50 (oitenta e três mil quinhentos e quarenta reais e cinq-enta centavos) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações. =====

PORTARIA Nº 008/2021

Publicação Nº 2794938

PORTARIA Nº 008/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas no Art. 16, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, a partir de 01 de janeiro de 2021, o servidor público municipal, Tálison Grégori Zini, ocupante do cargo efetivo de Motorista, matrícula nº 3.630, para ter exercício junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 05 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito.

SONIA INEZ VOLKWEIS FERNANDES,
Coordenador Geral dos ESFs
Respondendo pela Secretaria Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 009/2021

Publicação Nº 2794939

PORTARIA Nº 009/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas na Lei Municipal nº 4.426, de 27 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a partir de 04 de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria nº 394/2015, que designou o servidor público municipal, Oseias Paulo Johner, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 2.912, para atuar como plantonista do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 05 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Vice-Prefeito
Respondendo pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 2794944

PORTARIA Nº 010/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso

IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas nos Arts. 82 e 84, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a partir de 04 de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria nº 230/2015, que concedeu adicional de insalubridade em grau máximo ao servidor público municipal, Oseias Paulo Johner, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 2.912, por não realizar mais a distribuição de adubo orgânico a parti desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 05 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Vice-Prefeito
Respondendo pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 011/2021

Publicação Nº 2794971

PORTARIA Nº 011/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas nos Arts. 82 e 84, da Lei Complementar nº 083, de 29 de novembro de 2019 – Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 04 de janeiro de 2021, adicional de insalubridade em grau médio, que fica estabelecido em valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo nacional, ao servidor público municipal, Oseias Paulo Johner, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 2.912, conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – Sesi, devido à exposição ao agente físico ruído encontrar-se acima do limite de tolerância estabelecido pela Portaria 3214/78, NR-15, anexo 01 e o valor da aceleração resultante da exposição à vibração medido está acima do limite de tolerância estabelecido pela Portaria 1.297/14, NR-15, anexo 08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 05 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Vice-Prefeito
Respondendo pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 2794973

PORTARIA Nº 012/2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com as disposições contidas na Lei Municipal nº 4.426, de 27 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, a partir de 04 de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria nº 395/2015, que designou o servidor público municipal, Dilo José Ruckhaber, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, matrícula nº 1.232, para atuar como plantonista do Conselho Tutelar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de janeiro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 05 de janeiro de 2021.

JOÃO LUIZ DE ANDRADE,
Prefeito.

ELMAR JOSÉ HENTZ,
Vice-Prefeito
Respondendo pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 125, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795117

PORTARIA Nº 125, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, do servidor público municipal, MARCOS ROBERTO GUIMARAES ocupante do cargo efetivo de Professor de Informática , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3706/01 , ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM São Roque e EBM Santa Inês

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 126, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795118

PORTARIA Nº 126, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Designar, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, do servidor público municipal, MARCOS ROBERTO GUIMARAES ocupante do cargo efetivo de Professor de Informática , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3706/01 , ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 127, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795121

PORTARIA Nº 127, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, ADRIANE SILVA DOS REIS ocupante do cargo efetivo de Professor de Inglês, carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3110/03, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Irmã Neusa e 10 horas, Mat./Vesp. EBM Nossa Senhora de Lourdes.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 128, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795124

PORTARIA Nº 128, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal EDENILSON RAFAEL MENDO, matrícula nº 1806/01, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, de 01 de fevereiro a 02 de março de 2021, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 129, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795125

PORTARIA Nº 129, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal TATIANE BABINSKI, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3000/91, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 04 a 18 de janeiro de 2021.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de janeiro de 2021.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 130, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795128

PORTARIA Nº 130, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,
RESOLVE:

Art.1º Remover 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, SIMONE BREZOLIN ocupante do cargo efetivo de Professor de Inglês , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3265/06 , ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM São Roque e EBM Santa Inês

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 131, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795131

PORTARIA Nº 131, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,
RESOLVE:

Art.1º Designar, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, SIMONE BREZOLIN ocupante do cargo efetivo de Professora de Inglês , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3265/06 , ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 132, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795136

PORTARIA Nº 132, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, LUCINEIA DA SILVA ROSA ocupante do cargo efetivo de Professora de Português , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3697/01, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM São Roque e 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 133, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795142

PORTARIA Nº 133, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Designar, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, LUCINEIA DA SILVA ROSA ocupante do cargo efetivo de Professora de Português , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3697/01 , ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 134, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795143

PORTARIA Nº 134, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover, 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, ANGELA SANTINA SANDRINI GOBBI ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3687/01, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Nossa Senhora de Lourdes e 10 horas, Mat./Vesp. na EBM São Lourenço.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 135, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795145

PORTARIA Nº 135, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover, 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, do servidor público municipal, GIVANILDO GUARDA ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº3703/01, ficando 20 horas, Mat./Vesp. na EBM São Roque.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 136, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795147

PORTARIA Nº 136, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover, 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, EDINA MARA PONCIANO ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3700/01 , ficando 20 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Maria Goretti.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 137, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795150

PORTARIA Nº 137, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,
RESOLVE:

Art.1º Remover, 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, FABIELY FRACARO ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3417/03, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Irmã Neusa e 10 horas, Mat./Vesp na EBM Irmã Cecília.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 138, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795154

PORTARIA Nº 138, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,
RESOLVE:

Art.1º Remover, 20 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, ROSANI JIRARDI DE ALMEIDA ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 1623/02, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Cora Coralina e 10 horas, Mat./Vesp na EBM Santa Catarina.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 139, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795155

PORTARIA Nº 139, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Remover, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, CLACIANE VILLA ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3500/03, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM São Roque e 10 horas, Mat./Vesp na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 140, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795157

PORTARIA Nº 140, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, o Edital de Chamamento Público nº001/2020, de 25 de Setembro de 2020, para o Concurso de Lotação; Remoção; Remoção por Permuta; Mudança de Área; Alteração definitiva e temporária de carga horária dos profissionais do Magistério Público Municipal, CONSIDERANDO, o Memorando nº 6811/2020, do Sistema 1Doc,

RESOLVE:

Art.1º Designar, 10 horas semanais, Mat./Vesp. da Secretaria Municipal de Educação, da servidora pública municipal, CLACIANE VILLA ocupante do cargo efetivo de Professora de Artes , carga horária 20 horas semanais, matrícula nº 3500/03, ficando 10 horas, Mat./Vesp. na EBM Santa Inês.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 141, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795362

PORTARIA Nº 141, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 98 da Lei Complementar nº 118,

RESOLVE:

Art.1º Interromper, no período de 07 a 18 de janeiro de 2021, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei

Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da servidora pública municipal KELI ADRIANE HINTZ RADTKE, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3000/03, férias concedidas através da Portaria nº 1.275/2020.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, a servidora terá direito de gozar 12 (doze) dias em outro período.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 142, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795363

PORTARIA Nº 142, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 98 da Lei Complementar nº 118,

RESOLVE:

Art.1º Interromper, no período de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2021, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da servidora pública municipal LOIRI SALETE ACKRE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 3000/03, férias concedidas através da Portaria nº 1.277/2020.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, a servidora terá direito de gozar 30 (trinta) dias em outro período.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 143, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795366

PORTARIA Nº 143, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 98 da Lei Complementar nº 118,

RESOLVE:

Art.1º Interromper, no período de 07 a 18 de janeiro de 2021, por motivos de superior interesse público, nas condições do art. 98 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, as férias da servidora pública municipal FRANCIELLI LIGIA GRACIOLLI, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 3000/16, férias concedidas através da Portaria nº 1.264/2020.

Parágrafo único. Pela interrupção dos dias de férias, a servidora terá direito de gozar 12 (doze) dias em outro período.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

São Ludgero

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2021 - FMSL

Publicação N° 2795716

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUDGERO

Departamento de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 003/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

N° PROCESSO P/ MODALIDADE: N° 002/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MAIOR DESCONTO REAL PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL E CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, A FINS DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TABELA ABC FARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico).

Data da Abertura do Processo Licitação: 26/01/2021

Horário da Abertura do Processo Licitação: 14h00min

O edital, anexos e esclarecimentos poderão ser obtidos através do endereço e horários: Av. Monsenhor Frederico Tombrock, n.º 1300 – Centro - 88730-000 - São Ludgero – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13 h as 17 h, site: www.saoludgero.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3657-8800.

São Ludgero (SC), 07 de Janeiro de 2021.

Nilva Schlickmann Pickler

Secretária Municipal de Saúde

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CHAMAMENTO PUBLICO 01/2021 - CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORÁRIA DE FISIOTERAPEUTA PARA A UNIDADE BASICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

Publicação N° 2796248

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2021

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido na Rua São Luiz, 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82, representado neste ato pelo Prefeito Municipal o Sr. VANDERLEI BONALDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESPDC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os interessados em assumir contratação emergencial e temporária para o cargo de Fisioterapeuta, que se apresentem junto ao RH da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, endereço acima mencionado, para protocolo de documentação, até o dia 15 de janeiro de 2021. Edital na integra com atribuições, carga horária e vencimentos, bem como documentação necessária se encontram publicados no site do município, e disponível para os interessados junto ao Recursos Humanos do município. São Miguel da Boa Vista (SC), 08 de janeiro de 2021. VANDERLEI BONALDO – Prefeito Municipal.

EDITAL 01-2021 FMS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PEDIATRIA E COM ESPECIALIDADE EM GINECOLOGIA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC

Publicação N° 2795371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2021 FMS
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL, com fundamento na Lei 8.666/93, para EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM ESPECIALIDADE EM PEDIATRIA E COM ESPECIALIDADE EM GINECOLOGIA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 20/01/2021. Maiores informações, bem como cópia do edital na integra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 07 de janeiro de 2021. VANDERLEI BONALDO – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0017/2021

Publicação Nº 2794937

PORTARIA SGPT/DDP N. 0017/2020

INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE EM SINISTRO ENVOLVENDO O VEÍCULO OFICIAL FIAT CRONOS, PLACA QJB2645, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

CONSIDERANDO os termos do Art. 143 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor) que dispõe que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO que a comissão de Sindicância será designada pelo Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência nos termos do Art. 3º do Decreto Municipal n. 9.229, de 09 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o Memorando n. 5.322/2020, que relatou o sinistro envolvendo o veículo oficial FIAT CRONOS, placa QJB2645, da Secretaria Municipal de Saúde, ocorrido em 12/08/2019, conforme boletim de ocorrência nº 0485637/2019-RO-02474.2019.0001588, no qual a Secretária Municipal de Saúde solicita a abertura de Processo Sindicante para apuração dos fatos e da responsabilidade dos envolvidos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Rafaela Perondi, matrícula funcional nº 21933401, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário, Sergion Klein, matrícula funcional nº 22004001, ocupante do cargo de Fiscal Sanitário e Karla Miotto Utzig, matrícula funcional nº 21489202, ocupante do cargo de Jornalista, todos membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pelo Decreto n. 9.229/2020 para compor Comissão de Sindicância para a apuração dos fatos ocorridos em decorrência do sinistro que envolveu o veículo oficial FIAT CRONOS de placa QJB2645 da Secretaria Municipal de Saúde, que ocorreu em 12 de agosto de 2019, conforme boletim de ocorrência nº 0485637/2019-RO-02474.2019.0001588, bem como para identificar o valor do dano causado e a responsabilidade dos servidores envolvidos.

Parágrafo único. A Presidência da Comissão ficará a cargo da servidora Karla Miotto Utzig.

Art. 2º Os membros ora nomeados, quando reunidos para efetuarem os trabalhos da Comissão instituída por meio desta Portaria ficam dispensados de suas funções normais de trabalho.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão de seus trabalhos, nos termos do Art. 145, parágrafo único, do Estatuto do Servidor, e para tanto deverá seguir o procedimento estabelecido no Título V, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

Em, 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0018/2021

Publicação Nº 2794940

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0018/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

Considerando que os pedidos de férias foram protocolados junto ao sistema 1DOC e devidamente autorizados pelas chefias imediatas.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS para os servidores públicos municipais, nas referidas datas, conforme Anexo I desta portaria.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

Anexo I

Servidor	Data inicial	Data Final
ADEMIR HILBIG	04/01/2021	18/01/2021
ALCIONES MANTO	01/01/2021	15/01/2021
ALCIONES MANTO	16/01/2021	14/02/2021
ANDREZA EUGENIA FEDERHEN	04/01/2021	21/01/2021
ANDRIELLI CRISTINA ANDRIOLI	02/01/2021	31/01/2021
ANGELA ANTONIA DE MATIA	04/01/2021	02/02/2021
ANGELICA HEISLER SCHLINDWEIN	04/01/2021	02/02/2021
ANTONIO CARLOS SOUZA FILHO	05/01/2021	19/01/2021
ANTONIO DARIFF	05/01/2021	19/01/2021
ATAULFO DA SILVA MOREIRA	04/01/2021	21/01/2021
BARBARA CAMILA DA SILVA	04/01/2021	02/02/2021
CAMILA BEATRIZ SPAGNOL SCHERETTE	13/01/2021	27/01/2021
CAMILA CHIESA	05/01/2021	03/02/2021
CARLA ADRIANE FREY POTTKER	11/01/2021	09/02/2021
CAROLINE WELTER	04/01/2021	02/02/2021
CATIA REGINA SILVA POMPERMAYER LOCH	04/01/2021	21/01/2021
CELI MAZIERO	04/01/2021	02/02/2021
CELOI TEREZINHA VICHROSKI	04/01/2021	21/01/2021
CLARINDA LUCIA SCHIRMANN VON DENTZ	04/01/2021	21/01/2021
CLAUDIA REGINA MELZ	04/01/2021	21/01/2021
DAIANA BERTE	04/01/2021	02/02/2021
DAIANA CARLA PEROTTO	04/01/2021	02/02/2021
DAIANA SARA SIRTOLI	04/01/2021	02/02/2021
DAIANE LENIR VACCARIN MOREIRA	04/01/2021	21/01/2021
DALIANNE CASSIA ZANCHET CAMILOTTI MARTINY	04/01/2021	02/02/2021
DANIELA VANUSA IAROCESKI SPADA	11/01/2021	09/02/2021
DANIELE PISKE POHLMANN	04/01/2021	02/02/2021
DANIELI DALLA ROSA	04/01/2021	02/02/2021
DANIELLE NARDI	11/01/2021	20/01/2021
DANIELLE NARDI	21/01/2021	09/02/2021
DENISE APARECIDA BACH WEBER	04/01/2021	21/01/2021
DENISE MARIANE WISSMANN	11/01/2021	09/02/2021
DIANA CLAUDIA BALBINOT KOCHHANN	04/01/2021	21/01/2021
DIANE APARECIDA DA ROZA	04/01/2021	02/02/2021
DIANE MARIA ZANETTI ANVERÇA	04/01/2021	02/02/2021
DOUGLAS ARCARI	04/01/2021	16/01/2021
DUANY SCHENKEL	04/01/2021	23/01/2021
EDINEIA LORENZET	04/01/2021	23/01/2021
ELENICE FRANCISCA CARNETTI FINN	04/01/2021	21/01/2021
ELENIR FOLMER	04/01/2021	02/02/2021
ELIESE KARCZEWSKI	04/01/2021	21/01/2021
EMERSON ZANON	06/01/2021	04/02/2021
ENI SALETE BATISTA LOPES	04/01/2021	21/01/2021
ERIDSON POSTAL MARQUES	04/01/2021	02/02/2021
FABIANE DALLA VECCHIA BELLO	04/01/2021	02/02/2021
FABIO LUCIO DORNELES	04/01/2021	23/01/2021
FABRIELA ANDREIA ZORDAN	04/01/2021	21/01/2021
GENI DE OLIVEIRA	04/01/2021	02/02/2021
GILCI DILL GAZZOLA	04/01/2021	21/01/2021
GRASIELE REGINA PRESTES DA LUZ	04/01/2021	02/02/2021
INES CARLA PERSCH THEOBALD	08/01/2021	22/01/2021
ISABEL CRISTINA RAUBER	04/01/2021	21/01/2021

IVANIA BARBIERI	04/01/2021	21/01/2021
IVETE PEITER DE RAMOS	11/01/2021	20/01/2021
JANE DENASI WICKERT KOSMANN	04/01/2021	21/01/2021
JAQUELINE GABOARDI	04/01/2021	02/02/2021
JAQUELINE MACHADO	04/01/2021	21/01/2021
JIULIANO LUIZ MAZON	04/01/2021	02/02/2021
JULIANA RITA PINHEIRO	04/01/2021	18/01/2021
KEISSY GABRIELA DE ROS	04/01/2021	02/02/2021
KELI CRISTINA COLLE	04/01/2021	02/02/2021
LIDIA APARECIDA REMOWICZ DRASZEWSKI	04/01/2021	02/02/2021
LILIANE CRISTINE MACHADO	11/01/2021	09/02/2021
LORECI CRISTINA MULLER CALDATTO	04/01/2021	18/01/2021
LORENA MOSQUEN	04/01/2021	18/01/2021
LUCIANO KUNTZ ENCARNACAO	11/01/2021	30/01/2021
LUCILENE MARISA PINTO	04/01/2021	02/02/2021
LURDES BORTOLI	02/01/2021	31/01/2021
MARCELO PAGANINI	04/01/2021	21/01/2021
MARCIA BOTH WINTER	04/01/2021	21/01/2021
MARCIANA MIOTTO	04/01/2021	21/01/2021
MARCOS ALBERTO BORTOLANZA	06/01/2021	15/01/2021
MARCOS ALBERTO BORTOLANZA	16/01/2021	25/01/2021
MARGARETE GASPERIN	04/01/2021	21/01/2021
MARIA ANGÉLICA ARCARI	04/01/2021	18/01/2021
MARIA ROSELAINE BEDIN	04/01/2021	21/01/2021
MARLI CARMEN SCHONS PELISSARI	04/01/2021	02/02/2021
MAURICIO JOSE AGUSTINI	04/01/2021	21/01/2021
MERIDIANA SCHUBERT DO NASCIMENTO	04/01/2021	18/01/2021
NADIA LUZIA CORTE	04/01/2021	21/01/2021
NADINE MARISA SCHUTZ	04/01/2021	23/01/2021
ONEIDE CE WRONSKI	04/01/2021	18/01/2021
RAQUELE CRISTIANE MENDES	04/01/2021	18/01/2021
REGINALDO DE PÁDUA ROCHA	04/01/2021	18/01/2021
ROBERTO GUILHERME CHRISTMANN	04/01/2021	21/01/2021
ROSALINA SALETE DE OLIVEIRA DOMINGUES	04/01/2021	21/01/2021
ROSANE MARIA CAPPELLARO	04/01/2021	02/02/2021
ROSANE TRAMPUSCH	04/01/2021	02/02/2021
ROSELI ARLEI WERLANG	04/01/2021	21/01/2021
ROZANE LACERDA DE OLIVEIRA	04/01/2021	02/02/2021
RUBIELE SCARIOT	04/01/2021	21/01/2021
SAYONARA JAQUELINA MASSOCCO HOFFMANN	14/01/2021	12/02/2021
SIDENEI CAUREO DA SILVA	04/01/2021	13/01/2021
SIMONE ANA LAZAROTTO PAINI	04/01/2021	21/01/2021
SIMONE CARMEM THOMAS	05/01/2021	19/01/2021
SOFIE BOHRZ	04/01/2021	18/01/2021
TATIANE RIGONI	04/01/2021	21/01/2021
TEREZINHA FIAMETTI	04/01/2021	21/01/2021
VALCELINO MACIEL DE LIMA	04/01/2021	18/01/2021
VANESSA CRISTINA FACCIO	04/01/2021	02/02/2021
VANIA FORGIARINI	04/01/2021	02/02/2021
VANIA SCHMITZ EIDT	04/01/2021	21/01/2021
VERA REGINA GONÇALVES SCHEFELBANIS	04/01/2021	21/01/2021

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0019/2021

Publicação Nº 2794941

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0019/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

Considerando o memorando 4.279/2020, da Secretaria Municipal de Educação, informando as férias coletivas dos servidores efetivos,



autorizado pela chefia imediata.

Considerando a Portaria SGPT 602/2020 de 14 de abril de 2020, que interrompeu as férias dos profissionais do Magistério em 14 de abril de 2020, restando 18 dias de férias para usufruir em outra oportunidade.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS, de 18 dias restante, para os servidores públicos municipais efetivos do Magistério, no período de 04 de janeiro de 2021 à 21 de janeiro de 2021, conforme Anexo I.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Débora Gonçalves Altomani Moreira
Técnico Administrativo

Anexo I:

ACSA DE SOUZA MONTEIRO OLSZERSKI
ADELAIDE MARIA DILLI
ADREANA GREGOLON
ADRIANE GISELE MARCANTE
AGLIMONE BERNARDI CHITTO
ALICE CAVAGNOLI
ALICE FONTANA
ANA CARLA PORTH HORN
ANA LUCIA BENCKE
ANA PAULA CARDOSO
ANA RITA SKUNIECZNY
ANDREIA WANTZ
ANGELA KREWER ANDRIOLI
ANGELA SIMONE KUNTZ
ANGELITA GUSMAO TAROUCO
ANISE CASOTTI
ARIANE ANGELITA DE OLIVEIRA
ASSIR DIOGE MORANDIN
BRUNA DA COSTA SCOTA MASSAROTTE
CAMILA SUELI MANFE
CARIN SANDRA LORENSKI
CARLA ADRIANE RITTER
CAROLINE DALMAGRO
CATIA STUANI
CECILIA MARCIA GRALOW SCHMIDT
CIMÉIA TAVARES MACHADO
CLARICE DE FATIMA STRATMANN
CLARICE GIORDANO
CLAUDIA REGINA FLORIANO DAL MAGRO
CLAUDIA RIVA SCHEMMER
CLAUDIA ROMA
CLAUDIA STAUB HAPPKE
CLECI ELIAS
CLEUSA DE FATIMA NUNES DE ARNOTE KLAGENBERG
CLEUSA INÊZ CIELO
CLEUSA SCHNEIDER VORMA
CRISTIANE MORAES CIPRIANI SCHWENGBER
CRISTIANE SCHULZ LAZZAROTTO
CRISTIANE VIZENTIN
CRISTINA FERNANDES POSSER
DAIANA SANTIN MARTINI
DAIANE TAIS DALSOTTO
DALILA BUSNELLO SPIES
DALVANA GALLINA MULINARI

DANI CARLA BONAMIGO PREVIDE
DANIEL NUNES
DANIELA ALVES DE SOUZA
DANIELA EVELIN DE SOUZA
DANIELE CASAGRANDE DALPIAZ
DANIELI ANSCHAU MARTINS
DARCIA NE FABIULA PIRAN
DÉBORA ALANA FLACH
DEBORA PAOLA BLEUTEW
DEBORA SIMONETTI
DELCILENE BIANCHI
DENISE FAUST DE OLIVEIRA
DIANA TEREZINHA ZANETTI
DIONEIDE LORENCINI SEGALA
DULCE PRANTE KRESTZEL
EDINA CRISTINA GASPERIN
EDUARDA ARCARI HEINEN
ELAINE MARIA PORSCH DIAS
ELENIR FATIMA GOMES DE OLIVEIRA MENEGAI
ELIANE SANDRA FANTINEL
ELIS SANDRA MULLER SONDA
ELISA HENKLEIN
ELISANGELA IRMA MACHADO GREGGIO
ELIZABETE FRANCESCON MELLO
ELIZANDRA REINKE
ELIZANDRA SCHUTZ
ELIZANDRA TOLDO
FABIANA SPIES
FERNANDA CARARO KAISER
FERNANDA PARENTE MORENO ARAUJO
FRANCIELE BERNARDON
FRANCIELE HERBERT MANTOVANI
FRANCILENE FATIMA LOPES SANTOS
GABRIELA DILKIN
GABRIELA KETLIIM DE SOUZA RUEDEL
GABRIELA PALUDO
GABRIELY KLEIN WRONSKI
GEIZIBEL GRASSI
GENECI ROSA HERBSTTRITH
GERECI SCAPIN GEHLEN
GESMARI TEREZINHA FRANZON RODRIGUES
GISELE CRISTINA HAMMES MASSIGNANI
GLAUCIA GRACIELE BREMM
GRASIELI TESSARO
IDIAMARA ELY
IGOR MERCAUS DA SILVA
ILCE FREITAG DUTRA
ILIETE MARIA FERRANDIN
ILOI DE FATIMA MASSIGNANI
ILONI CANEI
INDIANARA SISSGLER TEODOSIO
IVETE KAEFER BRUNETTO
IZAIDA VERONICA SKONIECZNI PEROTTO
JACINTA LUCIA DAMO
JANE MARIA RODIGHIERI
JANETE CARNIEL DA SILVA
JANETE TEREZINHA DEGANI
JAQUELINE CHIESA
JÉSSICA CITTOLIN TRENHAGO
JESSICA KARINA DESBESELL
JOCEVÂNIA KUHN
JOCIANE CARME BATISTA DA SILVA BORTONCELLO
JOCIANE MOSCHEN
JOSE CARLOS MENEGOTTO
JOSICLER DE CARVALHO KLEIN
JUCELIA DE MATOS NOGUEIRA ZANETTI
JULIANA FINGER
JULIANA ROCESSKI
JULIANE RINALDI KINSEL

JULIANE TANIA SIMIONI
JUSSARA BASSO
KARINE ENGEL DA CUNHA
KASSIANA ZIEMNICZAK
KASSIANE AGOSTINI
KATIANE FRAPORTI
KATYANA TANARA VON DENTZ
LEANDRA INES PELLE DELPINO
LEDA ARCARI BARP
LEDI CARLA BEDIN SOARES DE LIMA
LEONARA JULIANA PALOSKI
LIANA CECILIA WRONSKI GHIZZI
LILIANE CRISTINA DALL AGNOL
LUCIANE DRASZEWSKI ZAMPIN
LUCIANE FATIMA DALL AGNOL
LUCILEINE GAIARDO
LUCINEIA ACCADROLI
LUCIVANE FERREIRA AMARO
LUDIMILA ANDREIA BELLETZ DE MELLO
MADALENA PAULA FROZZA
MARCHELI WERBERICH
MARCIANE D ANHAIA
MARGARETE ARCARO GOBI
MARIA DE FATIMA COSTEIRA HERNANDES
MARIA DE LOURDES KOCHER
MARIA ROSANGELA HEINRICH
MARIA TRESSOLDI
MARICI NUNES BOTH
MARILI LEÃO
MARISA ROSA MENDONCA
MARISTELA ALBERTI
MARISTELA RAUTTA BERNARDI
MARIVONE BARICHELLO JACOMELLI
MARIZETE BRUSTOLIN VALENTINI
MARIZETE MARCIANE STAHLHOFFER
MARLENE LÚCIA BOURSCHEIDT
MARLETE DILL DALTOE
MARLETE MADALENA BOURSCHEIDT
MARLI MARCHI
MARLI TEREZINHA FABIANI
MARSIANE INES HAHN
MICHELE WRONSKI
MICHELI LOPES DA SILVA SCHIAVINI
NAIANA CONSTANTE DE OLIVEIRA
NEIDE RENZ CADORE
NILSO BONAMIGO
NIVIA CRISTINA BENCKE BRANDENBURG
NOELI RODRIGUES DA SILVA
NORMELIA LUIZA RUEDELL STANGA
NORMELIA RECKZIEGEL
ODETE MARIA BRUST CAYE
OSMERI FATIMA GONZATTI SCHNEIDER
PATRICIA FERREIRA
PATRICIA GABIATTI
QUELI LUCIA SCARAVONATTI PASQUALI
REGINA JULIA IAROCESKI
RENATE BEATRIZ GRAEBNER
RONISE BRITTO SCHWENGBER
ROSANE MARIA SCHWENGBER ROLHANO
ROSANI CESCONE
ROSELI MARI GAVA BARP
ROSEMARI REGINA SCAPIN SLAVIERO
ROSENI TEREZINHA NEGRI
ROSILEI JEZUIR
ROSILEI KROETZ
SAIONARA VANDERLEIA MATANA
SALETE BIAZUTTI
SALETE MERLINI
SANDRA HERBER

SANDRA STEFANELLO
SANTA ELZA PAGANINI FAÉ
SERGIO LUIZ NARDI
SIDINARA ANDREOLA
SIMONE MARTINAZZO SPINELLI
SIMONE REGINA STOER SCHMITT
SIRLEI MARTINS FERRASSO
SIRLEI PASTORE
SIRLEI TEREZINHA GRIEBLER CANDATEN
SIRLENE STUELPE GIEHL
SOLANGE FRIGERI
SOLANGE PEDRAO ROMAN
SONIA SILVIA ANDREOLLA
SUZANE BUSS
TALITA ANTUNES ASSUMPTÃO
TÂNIA GONZATTI HOELSCHER
TATIANE CRISTINA COPPINI DE LIMA
TATIANE STAUB
TATIANE THOMAS
VAINÉ ROSALI FREESE PLAUTZ
VANDERLEIA BRANDEMBURG
VANDERLEIA ZANIN
VANESSA BRIEDIS
VANESSA DAL MAS
VANESSA MIOLA
VANIA KRETSCHMER MATEUS
VANILSE GAVA RODRIGUES
VANUZA WEBER
VILSON JOSE PERICO
VIVIAN MICHELI MANTEUFEL
ZENIR LUIZA HERMANN

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0020/2021

Publicação Nº 2794966

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0020/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente aqueles exercidos pela Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando o cronograma de férias para os servidores ocupantes do cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Unidade de Pronto Atendimento - UPA: no mês de janeiro de 2021 Lurdes Bortolli, em fevereiro de 2021 Jusilene Gelain, em março de 2021 Marizete Zancanaro, em abril de 2021 Elizandra Klein Cavalheiro, em maio de 2021 Odair José Pastoriza e em junho de 2021 Edriane Cescon Occai ;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Simplificado Edital 005/2020;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO a Sra. IVETE

WEIS, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06 de janeiro de 2021 até que perdure o afastamento dos titulares ou até 05 de julho de 2021.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º O Regime Jurídico Único aplicável ao servidor é o Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento. Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat Técnico Administrativo

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9E01-A047-5B2D-B878

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANIELA APARECIDA MENEGAT (CPF 028.970.339-59) em 06/01/2021 15:25:23 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALENCAR BARBIERI (CPF 004.503.869-45) em 06/01/2021 15:53:34 (GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link: <https://saomigueldooste.1doc.com.br/verificacao/9E01-A047-5B2D-B878>

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0021/2021

Publicação N° 2794967

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0021/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII e X do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pela LCM 024/2013 e suas alterações;

Considerando o memorando 133/2021, com a solicitação da exoneração do cargo de Diretor de Tributação e Cadastro, do servidor Emerson Zanon;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR, os efeitos da portaria SGPT 0798/2020 de 17 de junho de 2020, que designou o servidor público municipal efetivo EMERSON ZANON, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para responder interinamente pelo cargo de Chefe de Divisão de Dívidas na Secretaria Adjunta de Finanças, a partir de 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 05 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0022/2021

Publicação Nº 2794968

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0022/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 243/2021, com a solicitação da exoneração do cargo de Diretor de Assistência Social, da servidora Marcionize Filipini;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, do cargo de Diretor de Assistência Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a servidora pública municipal efetiva MARCIONIZE FILIPINI, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 1º Fica revogada a portaria 0187/2017 de 03 de fevereiro de 2017 e demais disposições em contrário;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0023/2021

Publicação Nº 2794969

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0023/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 243/2021, com a solicitação da exoneração do cargo de Diretor de Assistência Social, da servidora Marcionize Filipini;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a servidora pública municipal TAINÉ GREGORY, do cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 07 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0024/2021

Publicação Nº 2796188

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0024/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013,

Considerando o memorando 295/2021 com o pedido de nomeação do senhor Thiago Vinícios Denardi, para o cargo de Assessor Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor THIAGO VINICIOS DENARDI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 038.870.669-44, RG 8551515, SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR EXECUTIVO, pelo regime estatutário, 40 horas semanais, junto ao Gabinete do Prefeito, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e na legislação municipal que fixa o subsídio dos Secretários.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0025/2021

Publicação Nº 2796189

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0025/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,
usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 116/2021 com a solicitação de designação da servidora Andressa Wiebbelling, para passar a atuar junto ao Setor de Compras, na Secretaria Adjunta de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva ANDRESSA WIEBBELLING, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao Setor de Compras, na Secretaria Adjunta de Administração, a partir de 22 de janeiro de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat Técnico Administrativo

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 776F-4D6D-5245-5CC1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANIELA APARECIDA MENEGAT (CPF 028.970.339-59) em 07/01/2021 09:04:48 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALENCAR BARBIERI (CPF 004.503.869-45) em 07/01/2021 09:29:42 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link: <https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/776F-4D6D-5245-5CC1>

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0026/2021

Publicação N° 2796201

PORTARIA SAFGP/DDP N° 0026/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 116/2021 com a solicitação de designação da servidora readaptada Raquele Cristiane Mendes, para atuar junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR os efeitos da portaria SAFGP 1293/2020 de 06 de novembro de 2020, da readaptação da servidora pública municipal efetiva RAQUELE CRISTIANE MENDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, para passar a atuar como Técnico Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 19 de janeiro de 2021 até 09 de maio de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat Técnico Administrativo

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 52BA-4AB7-BBD3-6CEF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANIELA APARECIDA MENEGAT (CPF 028.970.339-59) em 07/01/2021 08:40:45 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALENCAR BARBIERI (CPF 004.503.869-45) em 07/01/2021 08:44:56 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link: <https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/52BA-4AB7-BBD3-6CEF>

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0027/2021

Publicação Nº 2796217

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0027/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 243/2021, com a solicitação da exoneração do cargo de Diretor de Assistência Social, da servidora Marcionize Filipini;

Considerando o memorando 252/2021 com a solicitação de nomeação da servidora Daiana Machado, para o cargo de Diretor de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal DAIANA MACHADO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 077.809.189-98, RG 55496245 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Assistência Social, 40 horas semanais, a partir de 06 de janeiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Fica revogada a portaria SGPT 1444/2019 de 11 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat Técnico Administrativo

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: B8E6-85BF-79D5-61A0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

DANIELA APARECIDA MENEGAT (CPF 028.970.339-59) em 07/01/2021 10:46:16 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ALENCAR BARBIERI (CPF 004.503.869-45) em 07/01/2021 10:54:26 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link: <https://saomigueldooeste.1doc.com.br/verificacao/B8E6-85BF-79D5-61A0>

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0028/2021

Publicação Nº 2796220

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0028/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 5954/2020, com a solicitação de exoneração da servidora Cristiane Cavasin.

Considerando o memorando 225/2021 com a solicitação de nomeação da servidora Vanessa Serigheli Groth, para o cargo de Diretor de Gestão Administrativa, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora pública municipal VANESSA SERIGHELI GROTH, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 067.208.299-39, RG 5625526 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Gestão Administrativa, pelo regime estatutário, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 07 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0029/2021

Publicação Nº 2796228

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0029/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 6720/2020, com a solicitação de exoneração da servidora Caroline Arcari.

Considerando o memorando 6863/2020 com a solicitação de nomeação da servidora Ariane Devicari, para o cargo de Diretor de Unidade Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora pública municipal ARIANE DEVICARI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 073.578.469-89, RG 5217068 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, pelo regime estatutário, 40 horas semanais, junto ao CEI Sonho Feliz, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 07 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0030/2021

Publicação Nº 2796230

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0030/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 6859/2020, com a solicitação da exoneração do cargo de Diretor de Unidade Escolar, da servidora Marciana Miotto;

Considerando o memorando 6862/2020 com a solicitação de nomeação da servidora Keli Adriani Taparelo, para o cargo de Diretor de Unidade Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a servidora pública municipal KELI ADRIANI TAPARELO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 050.054.959-16, RG 4391550 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Unidade Escolar, pelo regime estatutário, 40 horas semanais, junto ao CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07 de janeiro de 2021.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta referida no "caput" do artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 07 de janeiro de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROCESSO Nº 3/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2796730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 3/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2021

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade dispensa de licitação tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, para o exercício de 2021, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste/SC, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8666/93.

Contratado: Caixa Econômica Federal.

CNPJ: 00.360.305/0702-34.

Valor total de R\$ 37.300,00 (trinta e sete mil e trezentos reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Márcilio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 07 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

PROCESSO Nº 4/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2796731

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2021

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade dispensa de licitação tendo como objeto o rateio celebrado entre o Município de São Miguel do Oeste/SC e o Consórcio

Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, objetivando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.
CNPJ: 23.773.012/0001-54.

Valor total de R\$ 23.482,80 (vinte e três mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 07 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

PROCESSO Nº 5/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 2796735

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2021

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade dispensa de licitação tendo como objeto o rateio celebrado entre o Município de São Miguel do Oeste e o Consórcio

Intermunicipal de Desenvolvimento Regional com o objetivo de estruturar e manter o programa de gestão ambiental, oferecido pelo CONDER, que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.
CNPJ: 23.773.012/0001-54.

Valor total de R\$ 117.331,20 (cento e dezessete mil e trezentos e trinta e um reais e vinte centavos).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 07 de janeiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.

RESCISÃO CONTRATO 36/2020 - SAÚDE

Publicação Nº 2795061

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020
INEXIGIBILIDADE Nº 01/2020
CREDENCIAMENTO Nº 01/2020
CONTRATO Nº 36/2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MÉDICOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÕES DE SEGUNDA A SEGUNDA, INCLUINDO FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS, COM ESCALA REALIZADA PELA DIREÇÃO, DE ACORDO COM O ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CONTRATADO: D RISSI SERVIÇO MÉDICO LTDA

RESCISÃO: A partir de 30/12/2020

ASSINA pela CONTRATANTE: GENI MARIA PADILHA GIRELLI

São Miguel do Oeste, SC., 07 de janeiro de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 0001/2021 - NOMEAÇÃO**

Publicação Nº 2795705

PORTARIA Nº 0001/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º NOMEAR, a partir de 5 de janeiro de 2021, o Senhor FLÁVIO JOSÉ DE RAMOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº 627.027.269-68 e RG nº 1.658.662, para o Cargo de Secretário Executivo, em conformidade com a Lei Complementar nº 020/2013 datada de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º As atribuições, competências, remuneração e carga horária do servidor seguirá às regras previstas nas Leis Complementares nº 020/13 e nº 053/17, especialmente as destinadas ao cargo de Secretário Executivo, ante o ônus estabelecido.

Parágrafo Único. Diante do que preconiza a Portaria SAFGP/DDP 0012/2021, expedida pelo Poder Executivo, eventuais distorções em relação a carga horária relativas ao cargo efetivo do servidor, serão de inteira responsabilidade do Poder Cedente, notadamente porque no âmbito desse Poder Legislativo é defeso jornada laboral diferenciada entre os mesmo cargos pela força das Leis Complementares nº 020/2013 e nº 053/2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigorando pelo período da licença maternidade objeto da substituição.

Art. 5º Registre-se, publique-se e comunique-se o interessado.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 06 de janeiro de 2021.

Vanirto José Conrad
Presidente

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Anaíse Lohmann Staats
Técnica Legislativa

PORTARIA 0002/2021 - NOMEAÇÃO

Publicação Nº 2795711

PORTARIA Nº 0002/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º NOMEAR, a partir de 05 de janeiro de 2021, a Senhora ANDRÉIA THAINARA THALHEIMER, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 077.419.079-56 e RG nº 5.199.302, no Cargo de Chefe de Gabinete, em conformidade com a Lei Complementar nº 020/2013 datada de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º As atribuições e competências do (a) Chefe de Gabinete, são as previstas nas Leis Complementares nº 020/13 e nº 053/17, e demais legislações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e comunique-se o interessado.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 06 de janeiro de 2021.

Vanirto José Conrad
Presidente

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Anaíse Lohmann Staats
Técnica Legislativa

PORTARIA 0003/2021 - HORÁRIO

Publicação Nº 2795713

PORTARIA Nº 0003/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DA COMPETÊNCIA QUE LHE CONFERE O ART. 46 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL C/C O ART. 24 DA RESOLUÇÃO Nº 004/92 - REGIMENTO INTERNO: CONSIDERANDO a novel regulamentação do horário de funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e regulamentação do horário de expediente dos servidores do Poder Legislativo do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º O horário de expediente do servidor efetivo Fernando José de Quadros, pertencente ao quadro do Poder Legislativo de São Miguel do Oeste, com carga horária de 30 horas semanais, observará a seguinte regulamentação:

Horário de Expediente - Servidores com carga horária de 30 horas semanais:

SERVIDOR	CARGO	DIAS					
			Matutino		Vespertino		
			Entrada	Saída	Entrada	Saída	
Fernando José de Quadros	Telefonista	Segunda a Quarta Feira e Sexta-Feira	08:15	11:45	13:30	17:30	

Art. 2º Eventual prorrogação de jornada será inclusa no banco de horas do servidor para compensação posterior, desde que atendido o interesse público e a conveniência administrativa, mediante autorização por escrito.

§ 1º. O Servidor por determinação da Mesa Diretora que trabalhareem nas sessões da Câmara, bem como além do horário de expediente, compensarão as horas através de um banco de horas.

§ 2º As horas realizadas fora do horário de funcionamento ao público pela Câmara de Vereadores, em atendimento a solicitação a de um superior hierárquico, são computadas normalmente ao servidor, com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. Fica vedado ao servidor faltar ao trabalho sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas do banco de horas.

Art. 4º Somente serão computadas como horas créditos com direito a compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas através do registro ponto de frequência dos servidores, com exceção da previsão contida no §2º do artigo 2º.

Parágrafo único. As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita pelo servidor, e após autorização expressa com a devida comunicação ao Departamento de Recursos Humanos, para registros e controle, afim de evitar prejuízos ao desenvolvimento dos trabalhos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara de São Miguel do Oeste, SC,
Em 06 de janeiro de 2021.

Vanirto José Conrad
Presidente
Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Anaíse Lohmann Staats
Técnica Legislativa

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO N.º 002/2021

Publicação Nº 2795244

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 002/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 035.907.489-82, residente e domiciliada a Rua Mathias Leopoldo Hoffmann, s/nº. – Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/01/2021, findando no dia 30/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

FABIANA ROSA

CONTRATADA

Testemunhas:

CONTRATO N.º 003/2021

Publicação Nº 2795435

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 003/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor UESLEI BRAZ BICA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 025.253.660-69, residente a Rua José Matias Junckes, s/nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento

no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/01/2021, findando no dia 23/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo

ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

UESLEI BRAZ BICA

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 004/2021

Publicação Nº 2795450

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 004/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ALDO ERHARDT, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 812.337.019-31, residente a Rua Geral Campo de Demonstração, s/nº, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/01/2021, findando no dia 23/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

ALDO ERHARDT

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 005/2021

Publicação Nº 2795451

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 005/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JAISON SOARES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 107.201.989-25, residente a Rua José Matias Junckes, s/nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/01/2021, findando no dia 23/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

JAISON SOARES DA SILVA

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 006/2021

Publicação Nº 2795832

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 006/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANTÔNIO CARLOS ELIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 037.340.779-31, residente a Rua Antônio José Zimmermann, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 07/01/2021, findando no dia 23/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS ELIAS
CONTRATADO
Testemunhas:

CONTRATO N.º 007/2021

Publicação Nº 2795925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 007/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor ANDERSON FRANÇA DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 008.167.339-61, residente e domiciliado a Rodovia Amaro Antônio Vieira, nº. 2371 – Itacorubi – Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, e Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de CIRURGIÃO DENTISTA - PNAISP, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 07/01/2021, findando no dia 30/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

ANDERSON FRANÇA DA COSTA

CONTRATADO

Testemunhas:

CONTRATO N.º 008/2021

Publicação Nº 2796044

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 008/2021

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CHARLES DA CUNHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 066.071.219-93, residente e domiciliado a Rua João Stahelin, nº 2249, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita EVELISE BITENCOURT MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 829.361.020-49, residente e domiciliada a Rua Mathias Schell, nº. 132 – Sertão do Maruim – São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, e Lei Complementar nº 121/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - PNAISP, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 07/01/2021, findando no dia 30/12/2021, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

EVELISE BITENCOURT MARTINS

CONTRATADA

Testemunhas:

PORTARIA N.º 038/2021

Publicação Nº 2795218

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 038/2021

Admite em Caráter Temporário FABIANA ROSA para o cargo de Auxiliar de Enfermagem do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, FABIANA ROSA para o cargo de Auxiliar de Enfermagem do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, contrato de trabalho nº. 002/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 039/2021

Publicação Nº 2795221

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 039/2021
NOMEIA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear como Pregoeira deste Município a Servidora MICHELLE NALOVAIKO.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 040/2021

Publicação Nº 2795223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 040/2021
NOMEIA EQUIPE DE APOIO A PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear como equipe de apoio a Pregoeira deste Município, os seguintes servidores:

- I- IVONE LUZIA VENTURA;
- II- LUANA REGINA SCHMITZ.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 041/2021

Publicação Nº 2795227

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 041/2021

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, composta pelos seguintes Servidores:

I- LUANA REGINA SCHMITZ, na qualidade de Presidente;

II- IVONE LUZIA VENTURA, na qualidade de Membro;

III- RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA, na qualidade de Membro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 042/2021

Publicação Nº 2795230

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 042/2021

Concede Função Gratificada a Servidora IVONE LUZIA VENTURA.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede a servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 043/2021

Publicação N° 2795233

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 043/2021

Concede Função Gratificada a Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 044/2021

Publicação N° 2795236

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 044/2021

Concede Função Gratificada ao Servidor RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Concede ao servidor RAFAEL LUCIANO DE ALMEIDA DA SILVA, ocupante do cargo de Assessor de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 045/2021

Publicação N° 2795237

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 045/2021

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar temporariamente a carga horária da servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Educação, de vinte para quarenta horas semanais, no período de 05/01/2021 a 31/12/2021, devido à necessidade de profissional para atuar junto a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 046/2021

Publicação Nº 2795240

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 046/2021

Nomeia ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO para o cargo em Comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO para o cargo em Comissão de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 047/2021

Publicação Nº 2795241

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 047/2021

Concede Função Gratificada a Servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 089/2013,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Secretária de Educação, Cultura e Desporto, a Função Gratificada FG-1 Secretário Municipal.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 048/2021

Publicação N° 2795454

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 048/2021
Admite em Caráter Temporário UESLEI BRAZ BICA para o cargo de Trabalhador Braçal.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, UESLEI BRAZ BICA para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 003/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 049/2021

Publicação N° 2795455

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 049/2021
Admite em Caráter Temporário ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALDO ERHARDT para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho n.º. 004/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 050/2021

Publicação N° 2795456

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 050/2021
Admite em Caráter Temporário JAISON SOARES DA SILVA para o cargo de Trabalhador Braçal.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JAISON SOARES DA SILVA para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 005/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 051/2021

Publicação N° 2795830

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 051/2021
Admite em Caráter Temporário ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANTÔNIO CARLOS ELIAS para o cargo de Trabalhador Braçal, contrato de trabalho nº. 006/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 052/2021

Publicação N° 2795922

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 052/2021

Admite em Caráter Temporário ANDERSON FRANÇA DA COSTA para o cargo de Cirurgião Dentista - PNAISP.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ANDERSON FRANÇA DA COSTA para o cargo de Cirurgião Dentista - PNAISP, contrato de trabalho nº. 007/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 053/2021

Publicação N° 2796039

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 053/2021

Admite em Caráter Temporário EVELISE BITENCOURT MARTINS para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal - PNAISP.

CHARLES DA CUNHA Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, EVELISE BITENCOURT MARTINS para o cargo de Auxiliar de Saúde Bucal - PNAISP, contrato de trabalho nº. 008/2021.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PORTARIA N.º 054/2021

Publicação N° 2796324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 054/2021

Nomeia RAFAEL KRETZER para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete.

CHARLES DA CUNHA, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear RAFAEL KRETZER para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2021.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2021

Publicação Nº 2796352

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br –

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88113-250 torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, Inc. XXVII, da Lei nº. 8.666/1993, “na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública”

Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei nº 8.666/1993, expõe-se o que segue”, sugiro: “Em observância irrestrita aos mandamentos contidos no art.26, da Lei 8.666/1993, a razão da escolha do executante (P.Ú, II, do art. 26), assim como a justificativa do preço (P.Ú, III, do art.26), encontram-se abaixo delineadas.

1 – CONSIDERANDO: Que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece como um dos princípios a articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica para a gestão integrada de resíduos sólidos;

2- CONSIDERANDO: A dispensa de licitação para associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis na contratação do serviço de coleta seletiva, preconizada na Lei Nacional N.º 11.445, de 2007;

3- CONSIDERANDO: A priorização da contratação de organizações de catadores de materiais recicláveis para os serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, preconizada tanto na Lei Federal N.º: 12.305, de 02 de Agosto de 2010;

4- CONSIDERANDO: O grande benefício ambiental, econômico e social que a coleta seletiva com a inclusão sócio-produtiva das Organizações de Catadores pode possibilitar, uma vez que a legislação faculta tal procedimento administrativo;

5- CONSIDERANDO: a razão da escolha do executante também se dá pela precificação praticada dentro dos valores de mercado, com o estabelecimento de um preço global, já que se trata de execução de obra ou de serviço por preço certo e total (art. 6º, VIII, “a”, da Lei n. 8.666/93), com cálculo de orçamento feito através da estimativa do volume coletado. Considerando que não é o primeiro contrato administrativo firmado com a executante, aquela medida, advinda do desenvolvimento pretérito dos trabalhos de coleta, dá conta de identificar a precificação adequada, por ora. Desde já, por força contratual, a executante compromete-se a manter atualizadas as informações sobre a arrecadação média do volume coletado. Frente à informação do volume recolhido, poderá o gestor modificar o valor do contrato administrativo, mediante orçamento prévio, sempre em observância ao equilíbrio financeiro e aos princípios constitucionais da Administração Pública, mormente ao da eficiência, neste caso, e à Lei nº 8.666/1993. Ademais, o processo nº @CON-13/00050885, em que foi emitido parecer nº COG- 108/2013, pela Consultoria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, foi utilizado para embasar o presente processo de dispensa de licitação, estando atendido, neste caso, o planejamento prévio e adequado das ações da Administração Pública, ressalta-se, porque já se avalia o volume do serviço contratado de forma global, conforme mencionado.

6 – RESOLVE: O Município contrata-se com a pessoa jurídica COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE afim de realizar a Coleta Seletiva do Material Reciclável considerado lixo e fazer o trabalho de conscientização dos Munícipes.

7- Além das rotas já estabelecidas no Município, a contratada deverá incluir as rotas abaixo, definidas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambientes.

7.1- Área Urbana –

- * Rua Bertoldo Honorato – Santa Tereza
- * Rua Nossa Senhora Aparecida – Boa Parada
- * Rua Matias Nicolau Hoffmann – Boa Parada

7.2- Área Rural -

- * Comunidade da Alta Varginha e acesso a Vila Junkes
- * Acesso ao Sítio do Palica e Campo de Demonstração
- * Santa Filomena e Barro Branco
- * Rio Forquilha Baixo e Alto, até a divisa com Águas Mornas.
- * Invernada seguindo até Barro Branco, terminando no bar da Figueira.

8- As Coletas em toda a área Urbana do Município deverão ser realizadas 02 (duas) vezes por semana e nas áreas rurais quinzenalmente.

9- O valor total a ser pago ao contratado é de R\$ 13.953,60 (treze mil novecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), divididos em 03 (três) parcelas de R\$ 4.651,20 (quatro mil seiscentos e quinhentos e um reais e vinte centavos) mensais, com início em 06/01/2020 até 31/03/2021, podendo o contrato firmado ser prorrogado nos termos da legislação vigente e, mais especificamente, em observância aos prazos e prorrogações dispostos no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.”

9.2 - Os pagamentos da presente licitação dar-se-ão no último dia útil de cada mês, sendo que para o pagamento o licitante deverá apresentar, até o dia 25 de cada mês, relatório demonstrando a efetivação do serviço e os valores a serem pagos.

9.3- Para a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar:

- a) Cartão CNPJ
- b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);
- c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual (CND);
- d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal (CND);
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CND);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.”

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei nº. 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de JANEIRO de 2021.

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 45.2020

Publicação Nº 2796252

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 –www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br – rafaellalmeida@pmspa.sc.gov.br

**SUSPENSÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO
PREGÃO PRESENCIAL n.º 45.2020**

Objeto do Pregão: Aquisição parcelada e estimada de Filtros, óleos lubrificantes e baterias para os veículos Oficiais das frotas pertencentes ao Município de São Pedro de Alcântara, com fornecimento e mão de obra para a troca.

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e com fundamento no art. 49, caput da Lei 8.666/93.

RESOLVE o Prefeito Municipal, juntamente com a Pregoeira e Equipe de Apoio, suspender a abertura da sessão pública de licitação que se realizaria no dia 08 de janeiro de 2021, às 09h.

A nova data de Abertura da sessão com recebimento dos envelopes será no dia 13 de janeiro de 2021, às 09h.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

CHARLES DA CUNHA

Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA 06 ENF

Publicação Nº 2795690

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – juridico@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, Rochele Carla Soares da Silva, inscrita no CPF/MF sob o 003.832.550-07, declaro para os devidos fins que DESISTO da vaga para qual fui classificada no Processo Seletivo Edital n.º 001/2018, da Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC, relativo ao cargo de Enfermeiro - ESF, classificação n.º 06, por motivos de ordem pessoal/profissional.

Declaro, também, estar ciente que esta renúncia é irrevogável e irretroatável e que a partir da publicação deste termo deixo de ter quaisquer direitos sobre a vaga para a qual havia sido classificado(a) no referido processo seletivo, por expressa renúncia a esses direitos.

Outrossim, declaro que essa desistência se faz por minha livre iniciativa.

Sendo esta expressão da verdade, firmo o presente em duas vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de janeiro de 2021.

Nome: Rochele Carla Soares da Silva

CPF: 003.832.550-07

TERMO DE POSSE DO SR. RAFAEL KRETZER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE

Publicação Nº 2796316

TERMO DE POSSE DO SR. RAFAEL KRETZER PARA O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE GABINETE.

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte um, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal CHARLES DA CUNHA, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. RAFAEL KRETZER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Município de São Pedro de Alcântara/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Chefe de Gabinete, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 07 de janeiro de 2021.

CHARLES DA CUNHA RAFAEL KRETZER

Prefeito Municipal Empossado

Saudades

PREFEITURA

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796212

PORTARIA Nº 004, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Secretária de Educação a Sra. GISELA IVANI HERMANN, com lotação na Secretaria de Educação, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, índice 4,46225, do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796214

PORTARIA Nº 005, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Secretária de Assistência Social a Sra. CLAUCINEIDE FREITAG SCHMITZ, com lotação na Secretaria de Assistência Social, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, índice 4,46225, do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796216

PORTARIA Nº 006, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico o Sr. DARCI PEDRO THOME, com lotação na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, índice 4,46225, do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796218

PORTARIA Nº 007, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA COORDENADORA DE INTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Coordenadora de Intendência Administrativa Municipal a Sra. IVETE ERNA DUMKE SCHMIDT, com lotação no Gabinete do Prefeito, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível IV do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796221

PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA ASSESSOR DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Assessor de Habitação e Regularização Fundiária o Sr. LUIZ ADÃO DULLIUS, com lotação na Secretaria de Fazenda e Administração, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível V do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796222

PORTARIA Nº 009, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Diretora de Administração a Sra. TÂNIA MARIA ROHRS SCHWENDLER, com lotação na Secretaria de Fazenda e Administração, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VI do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796223

PORTARIA Nº 010, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Assessor de Gabinete do Prefeito o Sr. CLEVERSON LUIZ SCHUH, com lotação no Gabinete do Prefeito, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VI do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796225

PORTARIA Nº 011, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Diretor de Infraestrutura o Sr. INÁCIO METZGER, com lotação na Secretaria da Infraestrutura, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VI do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796226

PORTARIA Nº 012, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Secretária de Saúde Pública a Sra. AULIANE DONA GROTH HACKENHAAR, com lotação na Secretaria de Saúde Pública, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, índice 4,46225, do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 05 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796227

PORTARIA Nº 013, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA GERENTE DE ABASTECIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Gerente de Abastecimento a Sra. SANDRA KLAUCK, com lotação na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível III do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 05 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796229

PORTARIA Nº 014, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA CONTADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Contador Geral do Município o Sr. ALBERTO CRISTÓVÃO HACKENHAAR, com lotação no Gabinete do Prefeito, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VIII do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 05 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796232

PORTARIA Nº 015, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA DIRETORA DE SAÚDE PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Diretora de Saúde Pública a Sra. GRACIELA WICKERT ULSENHEIMER, com lotação na Secretaria de Saúde Pública, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível VI do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 05 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796238

PORTARIA Nº 016, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso X, do art. 93 da Lei Complementar n. 006, de 25 de outubro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 026, de 19 de Maio de 2009,

CONSIDERANDO a apresentação do Atestado médico, em que atesta o repouso por 180 (cento e oitenta) dias por motivo de parto,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, a partir de 01 de janeiro de 2021, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a servidora RENATA HUBNER, ocupante do cargo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 017, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796243

PORTARIA Nº 017, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

“NOMEIA ASSESSOR DE IMPRENSA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea “c”, da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para exercer as funções do cargo de Assessor de Imprensa o Sr. MARCOS MAHLE, com lotação no Gabinete do Prefeito, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível V do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. O nomeado será regido pelo regime jurídico estatutário e vinculado ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART

Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PORTARIA Nº 018, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796245

PORTARIA Nº 018, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

"NOMEIA ASSESSORA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MACIEL SCHNEIDER, Prefeito Municipal de Saudades, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo artigo 44, art. 47 e art. 54, inciso I, alínea "c", da Lei Orgânica Municipal, com o disposto no inciso II do artigo 37 da Carta Federal de 1988, e Leis Complementares nº. 06/2002 e 027/2009 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para exercer as funções do cargo de Assessora de Agricultura e Meio Ambiente a Sra. LIANE WIEBBELING BIEGER, com lotação na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, percebendo o vencimento fixado pelo quadro de Pessoal Comissionado, nível V do Anexo II da Lei Complementar nº 027/2009, a partir de 04 de Janeiro de 2021.

Art. 2º. A nomeada será regida pelo regime jurídico estatutário e vinculada ao regime geral de previdência social, nos termos das Leis Complementares nº 05/02 e 06/02, ambas de 25 de outubro de 2002.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades, SC, em 04 de Janeiro de 2021.

MACIEL SCHNEIDER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na forma da lei nesta Secretaria em data supra.

MÁRCIO OTAIR HART
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

Schroeder

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 8.617/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796141

PORTARIA Nº. 8.617/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR Michele Vanessa Alves Urnau, para exercer o Cargo Comissionado de Assessora de Planejamento, Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 06 de janeiro de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TANIA MARIA ZOZ
Auxiliar de Administração

PORTARIA Nº. 8.618/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796143

PORTARIA Nº. 8.618/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR Jorge de Souza Neves Junior para exercer o Cargo Comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, percebendo o nível salarial nº 001 - Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de janeiro de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TANIA MARIA ZOZ
Auxiliar de Administração

PORTARIA Nº. 8.619/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796145

PORTARIA Nº. 8.619/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR Tânia Maria Zoz, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária Executiva, percebendo o nível salarial nº 002 Comissionados (Nível 179), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 04 de janeiro de 2021.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de janeiro de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Publicada por:

TANIA MARIA ZOZ
Auxiliar de Administração

DECRETO Nº 5.435/2020, DE 5 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796148

DECRETO Nº 5.435/2020, DE 5 DE JANEIRO DE 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.510/2020 de 30 de novembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 416.297,21 (quatrocentos e dezesseis mil duzentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. R\$ 42.000,00

08.02 - DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL

08.02.18.541.0006.2.039 - Manutenção da Coleta de Lixo
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0225 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 374.297,21

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA MUN DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO

08.01.17.512.0009.2.043 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 42.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 5 de Janeiro de 2021.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por **TÂNIA MARIA ZOZ**

Seara

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021

Publicação Nº 2796136

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2020. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2020 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 001/2020

Gestor: PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SEARA/SC

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Adriana Carla Baseggio 05438065969, CNPJ nº 40.144.011/0001-60, estabelecida na rua Paraguai, nº 174, bairro Das Nações, Seara, SC, neste ato representada pela Sra. Adriana Carla Baseggio, brasileira, RG nº 4334631, CPF nº 054.380.659-69, residente e domiciliado na rua Paraguai, nº 174, bairro Das Nações, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 107/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços inerentes a educação e avaliação física e sessões de alongamento, destinados ao atendimento do projeto caminhada orientada, conforme especificações do termo de referência (anexo 06), para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 26.700,00 (vinte e seis mil e setecentos reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 07/01/2021, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 06/01/2022.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 107/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/01/2021.

Edemilson Canale
Adriana Carla Baseggio
Prefeito Municipal
Adriana Carla Baseggio 05438065969
Município de Seara Contratada

DECRETO Nº 2112

Publicação Nº 2796195

DECRETO Nº 2112, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Congela temporariamente os valores dos serviços de Máquinas, Equipamentos e Veículos do Município de Seara, Estado de Santa Catarina. O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria/MS de nº 188, de 3 de fevereiro que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO o Decreto do Senado Federal nº 6 de 20 de março de 2020 que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto do Estado de Santa Catarina de nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1856, de 25 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Seara, e prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências, e, em especial,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1857, de 26 de março de 2020 e Decreto nº 2046, de 21 de outubro de 2020, que decretaram a situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", nas áreas do Município de Seara/SC afetadas por Estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0), conforme IN/MI nº 02/2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam congelados por um prazo de 90 (noventa) dias, contado a partir da data de publicação do presente Decreto os valores da Tabela de Serviços de Máquinas e Equipamentos e Veículos estabelecidos no art. 2º da Lei nº 1658, de 6 de outubro de 2010 e Tabela de Serviços de Máquinas, Equipamentos e Veículos estabelecidos no art. 17 da Lei nº 1981, de 17 de outubro de 2018.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 07 de janeiro de 2021

EDEMILSON CANALE

Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 07 de janeiro de 2021

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

DECRETO Nº 2113

Publicação Nº 2796198

DECRETO Nº 2113, de 07 de janeiro de 2021.

Suspende o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2018.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de acordo com o art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS de 04 de fevereiro de 2020, que declara emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso o prazo de validade do Concurso Público nº 001/2018, estabelecido pelo Decreto 1575 de 30 de janeiro de 2019, com efeitos retroativos de 28 de maio de 2020 até o término da vigência do estado de calamidade pública estabelecida pela União, conforme art. 10 da Lei Complementar nº 173/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 07 de janeiro de 2021.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 07 de janeiro de 2021.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária de Administração

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2021

Publicação Nº 2794979

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 005/2021

O Município de Seara – SC, torna público que se encontram abertas nos dias 08 a 22 de janeiro de 2021, inscrições para processo seletivo objetivando o preenchimento de vagas, em caráter temporário, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Educação, para os cargos de Professor Titulado e Professor Não titulado – áreas de atuação Língua Kaingang e Educação Infantil (área indígena). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Educação, telefone (49) 3452-4053, pelo site <http://www.seara.sc.gov.br> através do link “TRANSPARÊNCIA/ CONCURSOSPÚBLICOS E PROCESSO SELETIVO”, listado na “Aba” superior do site.

Seara - SC – 06 de janeiro de 2021.

EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2021-FMS

Publicação Nº 2795459

Processo Licitatório nº 001/2021-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021-FMS.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde e unidades hospitalares, com sessões de fonoaudiologia e psicopedagogia.

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 002/2017, objetivando o credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Ludokids Espaço Terapeutico em Fonoaudiologia. Psicopedagogia e Equoterapia Ltda comprovou capacidade para realização de sessões fonoaudiologia e psicopedagogia.

Fundamento Legal - Lei nº 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 05 de janeiro de 2021.

Flávio Joel Zolet
Secretário Municipal da Saúde
Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS

Publicação Nº 2796693

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2017 – FMS

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Seara, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA – FMS, no uso de suas atribuições, consoante às disposições da Lei 8.666/1.993, em especial o art. 25, TORNA PÚBLICO, que estará realizando alteração do ANEXO "C" do Processo Licitatório nº 025/2017 – Edital de Chamamento para Credenciamento nº 002/2017 – FMS, para Credenciamento de Profissionais de Serviços Especializados na Área de Saúde Pública.

2. TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. Modalidade da Licitação – Inexigibilidade

2.2. Tipo de Licitação – Credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares.

2.3. Legislação Aplicável – O presente edital rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes, do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, de 28 de julho de 2017 e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

3. DO OBJETO

3.1. Acrescenta e altera itens nos Serviços de Serviços de Consultas Médicas e Similares do Anexo "C" do Processo Licitatório nº 025/2017 – Edital de Chamamento para Credenciamento – n.º 002/2017– FMS para Credenciamento de Profissionais de Serviços Especializados na Área de Saúde Pública e acrescenta requisitos de qualificação técnica mínimos para credenciamento nas áreas de fonoaudiologia e psicopedagogia, altera os serviços de sessão de terapia fonoaudiológica individual; terapia fonoaudiológica grupo – até 4 pessoas; sessão de terapia ocupacional e sessão de psicopedagogia para horas semanais determinadas.

4. DAS DEMAS CLÁUSULAS:

4.1. Ficam inalteradas as demais Cláusulas e ANEXOS do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, de 28 de julho de 2017.

Seara/SC, 07 de janeiro de 2021

Flávio Zolet
Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2017 – FMS

ANEXO "C"

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA						
Ordem	Tipo de Procedimento	Código	Unidade Seções / mensal	Valor por hora relógio (R\$)	Período (meses)	Total (R\$)
01	SESSÃO DE TERAPIA FONOAU- DIOLÓGICA INDIVIDUAL – FI- XADO EM 32 HORAS SEMANAIS	433413358		R\$ 57,00	24	
02	SESSÃO DE TERAPIA FONO- AUDIOLÓGICA GRUPO ATÉ 4 PESSOAS – FIXADO EM 32 HORAS SEMANAIS	433413359		R\$ 57,00	24	
03	SESSÃO DE TERAPIA OCU- PACIONAL – FIXADO EM 20 HORAS SEMANAIS	433413360		R\$ 75,00	24	
04	SESSÃO DE PSICOPEDAGO- GIA – FIXADO EM 32 HORAS SEMANAIS	433413361		R\$ 57,00	24	

Requisitos de qualificação técnica e parâmetro para prestação dos serviços:

Credenciamento das Terapias de Fonoaudiologia 32 horas semanais, com a finalidade de atendimento à demanda especial junto à secretaria de Saúde, contemplando equipe multidisciplinar; Profissional com formação em Equoterapia, capacitação mínima 40 horas, com certificação; para realizar atividade de Gestão Operacional da atividade de Equoterapia e Atendimento da demanda Especial, que contempla o programa AMA D +; atendimento especializado nas áreas neurológicas e funcional; Realização diagnóstico Fonoaudiológico, intervenção terapêutica e tratamento, assim como acompanhamento familiar, orientação e acessoria educacional;

-Terapia de Psicopedagogia: 32 horas semanais; Profissional com formação específica, com capacitação nas áreas de Gamificação, aplicação de testes cognitivos, perceptomotores, projetos temáticos e arcepção infantil, intervenção e diagnóstico psicopedagógico e, acessoria e planejamento educacional individual.

-Terapeuta Ocupacional: 20 horas semanais, com formação específica na área, para atuar junto ao desenvolvimento do projeto Ama D +, na secretaria municipal de Saúde.

OBS: O tempo de duração de cada sessão (individual ou de grupos) será de no mínimo 40 minutos.

Seara/SC, 07 de janeiro de 2021

Flávio Zolet
Secretário Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2021

Publicação N° 2796146

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtdde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 228/2020 Licitação: 107/2020 - PR Fornecedor: 13581 - ADRIANA CARLA BASEGGIO 05438065969 Data da Homologação: 07/01/2021									
1	433413905	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INERENTES A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA PARA O PROGRAMA TERCEIRA IDADE SAUDÁVEL. PROJETO CAMINHADA ORIENTADA E SESSÕES DE ALONGAMENTO. O ATENDIMENTO SERÁ REALIZADO 2 DIAS POR SEMANA, NO TOTAL DE 6 HORAS SEMANAIS. A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTEMPLARÁ AVALIAÇÃO FÍSICA COMPLETA COM PERÍMETRIA, COMPOSIÇÃO CORPORAL, TESTE DE MILHA, BEM COMO A PRESCRIÇÃO E O ACOMPANHAMENTO AOS IDOSOS DURANTE E A EXECUÇÃO DA CAMINHADA ORIENTADA E DESENVOLVIMENTO DAS SESSÕES DE ALONGAMENTO. OBS: 1 HORA DE ALONGAMENTO E 2 HORAS DE CAMINHADA POR DIA DE ATIVIDADE.	ADRIANA C. BASEGGIO	H	300,000	0,0000	89,0000	26.700,00	Vencido
Total do Fornecedor ----->						300,000		26.700,00	

Seara, 7 de Janeiro de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1/2021**

Publicação Nº 2795281

PORTARIA Nº 1/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.
Concede férias a servidor

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, RESOLVE:

Conceder férias ao servidor ANILTON GUIOTTO CONSALTER, matrícula 3, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Advogado, Nível 40, referente ao período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020, por 30 (trinta) dias, a partir do dia 11 de janeiro de 2021.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ADÃO KRONBAUER (DESENHO)

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 2/2021

Publicação Nº 2795282

PORTARIA Nº 2/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.
Concede férias à servidora

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, conforme art. 129 §4º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, RESOLVE:

Conceder, conforme requerido em 6 de janeiro de 2021, protocolo 18870, férias à servidora WANDERLÉIA TONDELLO, matrícula 51, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Servente, Nível 10, referente ao período aquisitivo de 10 de dezembro de 2019 a 09 de dezembro de 2020, por 20 (vinte) dias, a partir de 11 de janeiro de 2021.

A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ADÃO KRONBAUER (DESENHO)

Presidente da Mesa

RESUMO CONTRATOS 19 A 29/2020

Publicação Nº 2795280

Contrato nº 19/2020, de 28 de dezembro de 2020 – Termo de Aditamento nº 02/2020, ao Contrato nº 02/2019. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP, Contratada, CNPJ nº 00.685.840/0001-35. Objeto: prorroga prazo de vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021 e redução de valores. Legislador: R\$ 545,00 mensal; Legislador web: R\$ 205,00 mensal. Valor total: R\$ 9.000,00. Valor hora técnica 140,00.

Contrato nº 20/2020, de 28 de dezembro 2020 – Termo de Aditamento nº 4/2020, ao Contrato nº 10/2018. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa MHNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI EPP, Contratada, CNPJ nº 05.245.502/0001-04. Objeto: Prorroga prazo do contrato de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Valor mensal R\$ 150,00 por mês (sem alteração). Valor total R\$ 1.800,00.

Contrato nº 21/2020, de 28 de dezembro de 2020 – Termo de Aditamento nº 2/2020, ao Contrato nº 01/2019. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa AGENOR ROSA – Contratada, CNPJ nº 11.886.448/0001-70. Objeto: prorroga prazo, altera índice e reajusta valor. Valor mensal R\$ 182,39, reajustado pelo IPCA. Valor total R\$ 2.188,68. Prazo do contrato: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Contrato nº 22/2020, de 28 de dezembro de 2020 – Termo de Aditamento nº 1/2020, ao Contrato nº 9/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa PKS SERVIÇOS LTDA ME, Contratada, CNPJ nº 05.631.897/0001-75. Objeto: prorroga prazo por doze meses, altera índice e reajusta valor. Valor total R\$ 4.697,88, reajustado pelo IPCA. Valor mensal: R\$ 391,49. Prazo: 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Contrato nº 23/2020, de 28 de dezembro de 2020 - Termo de Rescisão Amigável, ao Contrato nº 4/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa AMIGÃO4 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, Contratada CNPJ nº 35.356.315/0001-50. Objeto: Rescisão amigável ao Contrato, correspondendo a 357,994 litros de gasolina comum (R\$ 1.503,22).

Contrato nº 24/2020, de 28 de dezembro de 2020 - Termo de Rescisão Amigável, ao Contrato nº 5/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa CEZAR CARLOS ZONTA, Contratada CNPJ nº 31.347.896/0001-03. Objeto: Rescisão amigável ao contrato, correspondendo a quatro lavagens. (R\$ 120,00).

Contrato nº 25/2020, de 28 de dezembro de 2020 – Termo de Aditamento nº 2, ao Contrato nº 1/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa PINTURAS CERUTTI LTDA – Contratada. CNPJ nº 06.138.940/0001-28. Objeto: prorroga prazo, altera índice e reajusta valor. Valor total: R\$ 4.311,40, reajustado pelo IPCA. Prazo do contrato: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Contrato nº 26/2020, de 28 de dezembro de 2020 – Termo de Aditamento nº 1, ao Contrato nº 10/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA – Contratado, CNPJ nº 09.427.503/0001-12. Objeto: Prorroga prazo de vigência, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Valor mensal: R\$ 450,00 (sem alteração). Valor Total R\$ 5.400,00.

Contrato nº 27/2020, de 29 de dezembro de 2020 - Termo de Aditamento nº 3/2020 ao Contrato nº 03/2019. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA, CNPJ: 81.387.490/0001-22. Objeto: prorroga prazo, altera índice e reajusta valor. Valor por minuto R\$ 52,78 reajustado pelo IPCA. Valor total: R\$ 18.473,00. Prazo: de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Contrato nº 28/2020, de 29 de dezembro de 2020 – Termo de Rescisão Amigável ao Contrato nº 1/2016, aditado pelo Contrato nº 20/2019. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA – Contratante e a empresa EDITORA BELOS MONTES LTDA ME, Contratada, CNPJ nº 04.348.476/0001-79. Objeto: Rescisão amigável de R\$ 4.098,90.

Contrato nº 29/2020, de 29 de dezembro de 2020 – Termo de Rescisão Amigável ao Contrato nº 11/2020. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a empresa EMSO - EMPRESA DE MEDICINA E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA – Contratada, CNPJ nº 01.515.044/0001-17. Objeto: Rescisão amigável de contrato. Valor R\$ 120,00.

Serra Alta

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2021

Publicação Nº 2797069

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004 DE 05/01/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE ATOS LEGAIS DESTINADO A ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, COMPREENDENDO A CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS, E ACESSO EXCLUSIVO A BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS EM UM ÚNICO AMBIENTE DE PESQUISA.

Pelo presente instrumento contratual, de um lado O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 830, centro, inscrita no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representada por seu Prefeito Sr. RAFAEL MARIN, portador do RG sob o nº 3.668.373 SSP/SC e CPF nº 006.201.999-62, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 222, nº 246, Salas 1, 2 e 3, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio LeisMunicipais.com.br, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CIC nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, ajustam entre si o abaixo discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviço de gerenciamento, divulgação e publicação de atos legais, para:

1.1- Atualização dos Atos Oficiais de efeito externo (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias), expedidos pelo Município, publicados no site LeisMunicipais.com.br e com link de direcionamento ao website oficial da CONTRATANTE, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", por meio do seguinte endereço eletrônico (URL): <https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/serraalta>:

1.2- Indexação das normas mencionadas na íntegra dos textos – Interligação e acesso imediato, com único clique, ao conteúdo da respectiva legislação municipal e estadual, quando mencionadas dentro da própria legislação municipal;

1.3- Consolidação por dentro do texto, Compilação e Versionamento das normas, criando Histórico de alterações (versões específicas do conteúdo de cada norma alterada, a fim de permitir acesso à íntegra, em qualquer data, sem as modificações posteriores);

1.4- Publicação e pesquisa de documentos administrativos de efeito interno, com acesso exclusivo e restrito aos servidores municipais;

1.5- Acesso exclusivo a banco de dados – Pesquisa Nacional – compreendendo mais de 4 milhões de normas Municipais e Estaduais, em um único ambiente de pesquisa, por meio de contas individualizadas aos servidores municipais;

1.6- Acesso a canal de notícias/matérias sobre leis criadas em todo território nacional;

1.7- Acesso às ferramentas para acompanhamento e notificações por termos específicos, em tempo real, acerca de novas Normas disponibilizadas no banco de dados por quaisquer municípios integrados no portal LeisMunicipais;

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA

2. Compreendem as características mínimas do sistema:

2.1 - Acesso ao portal de legislação municipal através do site LeisMunicipais.com.br e link direcionado ao website oficial da CONTRATANTE, em menu específico "LEIS MUNICIPAIS", por meio do seguinte endereço eletrônico (URL): <https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/serraalta>:

2.2 - Acesso ao portal de legislação municipal por meio de Smartphones/Tablets via aplicativo mobile;

2.3 - Formatação e disponibilização das Normas de efeito externo conforme padrões estabelecidos pela Técnica Legislativa (Lei Complementar Federal nº 95/1998 e Decreto 9.191/2017);

2.4 - Sistema de pesquisa que permite realizar buscas estratificadas, de forma separada ou conjuntamente, por:

2.4.1 - Período de Tempo;

2.4.2 - Palavras-chave na ementa e/ou íntegra;

2.4.3 - Número do Ato;

2.4.4 - Normas em vigor;

2.4.5 - Normas revogadas;

- 2.4.6 - Normas revogadas tacitamente;
- 2.4.7 - Normas com vigência esgotada;
- 2.4.8 - Normas declaradas inconstitucionais;
- 2.4.9 - Normas repristinadas;

2.5 - O resultado da busca efetuada nas leis municipais deve apresentar as Leis Estaduais do respectivo Estado do Município em um único ambiente de pesquisa, conforme termos/palavras utilizados na pesquisa;

2.6 – Dashboard gerencial exclusivo e individual para o corpo técnico da CONTRATANTE, permitindo:

- 2.6.1 - Salvar número ilimitado de normas consultadas de quaisquer municípios e/ou estados dentro do portal;
- 2.6.2 - Registrar anotações particulares nas normas consultadas;
- 2.6.3 - Acessar relatório de normas faltantes do seu município no banco de dados;
- 2.6.4 - Acessar relatório de Inconsistências localizadas durante a consolidação da legislação;
- 2.6.5 - Acessar relatório de leis que necessitam de regulamentação;
- 2.6.6 - Acessar relatório de normas mais acessadas;
- 2.6.7 - Acessar relatório de quantidade de acessos à legislação;
- 2.6.8 - Acessar relatório de número de Atos publicados em cada exercício;
- 2.6.9 - Acessar relatório da quantidade de normas em vigor e revogadas, por exercício;
- 2.6.10 - Acessar relatório com quantificação e discriminação dos Atos publicados, por número, tipo e data de disponibilização no portal;
- 2.6.11 - Publicar, em formato .pdf (ou equivalente), as normas e demais documentos administrativos que serão consultados de forma interna no portal pelos servidores autorizados.

2.7- Protocolo “https” para garantia de segurança durante o acesso à legislação, permitindo conexão segura do cidadão com as informações exibidas.

2.8- O conteúdo que compõe o software utilizado pela CONTRATADA para a prestação dos serviços é de propriedade única e exclusiva da LIZ Serviços Online Ltda. Todas as nuances dos conteúdos são processadas para atualizar o software online, incluindo código-fonte, base de dados e informações do gênero, os quais não são fornecidos, e estão protegidas pela Lei nº 9.609/98, a qual dispõe sobre a proteção da Propriedade Intelectual.

CLÁUSULA TERCEIRA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A CONTRATANTE obriga-se a:

3.1 - Indicar formalmente à CONTRATADA, no prazo de 07 (sete) dias úteis após assinatura do contrato, o gestor/setor responsável para acompanhamento, geração e encaminhamento das informações e documentos, bem como a fiscalização da execução dos serviços, visando o cumprimento do objeto contratado.

3.2 – Manter o envio contínuo das novas Normas expedidas pelo Município, a partir da data de assinatura do contrato, em arquivos digitais nos formatos de texto editável (.doc ou .txt) e imagem digitalizada (.pdf ou .jpeg/png). O envio do material de atualização deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da assinatura pelas autoridades.

- a) A CONTRATANTE deverá sempre fornecer arquivo de texto editável da legislação, a fim de garantir celeridade no processo de publicação e atualização do portal.
- b) Os arquivos entregues pela CONTRATANTE devem apresentar seus textos na íntegra, permitindo a completa identificação da redação, conforme preconiza a técnica legislativa estabelecida na Lei Complementar Federal nº 95/1995, contendo epígrafe, ementa, preâmbulo, texto normativo, data de publicação e nominata das autoridades que foram signatárias.
- c) A CONTRATADA fica autorizada a solicitar o reenvio do material caso identifique informações que impossibilitem a execução dos serviços (textos ilegíveis ou incompletos).

3.3 - Utilizar o endereço de e-mail fornecido pela CONTRATADA como meio de transmissão dos arquivos, observando o limite máximo de 20MB por e-mail encaminhado, por razões de ordem técnica. Dados superiores ao estabelecido neste item serão encaminhados de acordo com as instruções dadas pela equipe técnica da CONTRATADA à CONTRATANTE.

3.4 - Utilizar o sistema interno habilitado aos servidores previamente cadastrados e autorizados, a fim de proceder com a publicação das Normas e documentos administrativos de efeito interno. A publicação destes documentos será de responsabilidade da CONTRATANTE.

- a) A publicação e consulta destes documentos será acessível apenas aos servidores cadastrados e autorizados no portal.
- b) Após cadastro do servidor, a CONTRATANTE deverá encaminhar solicitação escrita – via e-mail – para a CONTRATADA, por meio do gestor/setor designado no item 3.1, requisitando a autorização para acesso às ferramentas de publicação e respectiva consulta dos documentos.

3.5- Criar link em sua página oficial, com ícone de abertura descrito “LEIS MUNICIPAIS”, por meio da seguinte URL de direcionamento:

[https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/serraalta:](https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/serraalta)

A CONTRATADA obriga-se a:

3.6 - Publicar a legislação de atualização, compreendendo-se as Normas do mês corrente, no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento do material encaminhado pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no item 3.2.

3.7 - Disponibilizar a legislação municipal de forma consolidada por indexação e por dentro do texto. A consolidação por dentro do texto ocorrerá após a publicação de toda legislação municipal.

3.8 - Nos casos das Normas encaminhadas pela CONTRATANTE em formato "pdf", que sejam consideradas obsoletas ou que não tenham vínculo de alterações com outras Normas, disponibilizá-las em imagem, digitando-os com fiel observância o tipo e número do Ato, sua ementa na íntegra, e inserindo link para visualização da imagem original da Norma contendo sua íntegra.

3.9 - Informar via e-mail, ao gestor/setor responsável pelo acompanhamento do trabalho, os procedimentos a serem executados pelo corpo técnico da CONTRATANTE a fim de obter acesso aos recursos exclusivos por meio de suas contas individualizadas no portal, bem como publicar os documentos administrativos de efeito interno que a CONTRATANTE decida disponibilizar no portal, para consulta exclusiva dos servidores.

3.10 - Mediante solicitação da CONTRATANTE, fornecer em formato digital todo conteúdo das normas encaminhadas pela CONTRATANTE, durante o período de 30 (trinta) dias antecedentes ao término de cada mandato.

3.11. Mediante solicitação da CONTRATANTE, fornecer em formato digital todo conteúdo original das normas encaminhadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 O presente contrato é válido de 05/01/2021 a 31/12/2021, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA QUINTA DO PAGAMENTO E ENCARGOS

5.1- Pela prestação do Serviço de Gerenciamento, Divulgação e Publicação de Atos Legais, pagará a CONTRATANTE prestações trimestrais e sucessivas de R\$ 646,26 (Seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) totalizando R\$ 2.585,04 (Dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) que serão reajustadas anualmente de acordo com o IGPM-FGV ou, na impossibilidade de aplicá-lo, conforme o índice que vier oficialmente substituí-lo.

5.2- A falta de pagamento por período superior a 30 (trinta) dias da última nota fiscal emitida autorizará a CONTRATADA a suspender os serviços de gerenciamento, divulgação e publicação de atos legais, bem como rescindir o contrato ora pactuado, sem prejuízo de cobrar o período contratual previsto neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES E SEGURANÇA

6.1 - A CONTRATADA não será responsável pela fidelidade dos atos oficiais disponibilizados até o momento do fornecimento dos dados pelo Município, podendo manter sob sua custódia os textos originais enviados para prova do seu encaminhamento e teor.

6.2 - A CONTRATANTE manterá constante vigilância sobre os produtos finais gerados e encaminhados, ficando a CONTRATADA obrigada a tomar as medidas corretivas aos textos das leis que se fizerem necessárias tão logo seja certificada de qualquer anormalidade constatada pela CONTRATANTE.

6.3 - Em razão de a legislação ser de domínio público, a CONTRATADA não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de decisões administrativas, gerenciais ou comerciais tomadas com suporte nas informações fornecidas pelo site, assim como não se responsabilizará por danos ou prejuízos decorrentes de falhas de operação por pessoa não habilitada.

6.4 - A CONTRATADA se obriga a fornecer orientação, em seu horário comercial, por suporte de telecomunicação, ao pessoal técnico da CONTRATANTE e/ou ao público em geral interessado nas informações.

6.5 - A CONTRATADA é desobrigada a abrir as informações de seu banco de dados para qualquer outra Pessoa Jurídica de Direito Público que não tenha vínculo contratual com esta.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES

7.1 Pelo atraso injustificado na prestação dos serviços, objeto deste instrumento contratual, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

b) pela inexecução total ou parcial das Cláusulas deste contrato, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na legislação, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2 As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseq-entemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA DO DISTRATO

8.1 As partes poderão, a qualquer momento, rescindir o presente contrato mediante prévio aviso, expresso e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, período em que serão inteiramente válidas todas as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA DO FORO

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato e para assegurar a sua fiel execução.

Assim, ajustadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Serra Alta/SC, 05 de janeiro de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA
CARLITO MELLO DE LIZ
Responsável
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

TESTEMUNHAS:

MARCONDES LEONARDO MULLER	ÉDNA PAULA MAGRIN
CPF: 053.864.149-50	CPF: 085.151.989-08
Sec. de Administração	Técnico em Contratos e Convênios

PORTARIA Nº 003.2021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2795211

PORTARIA Nº. 003/2021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 045/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	002/2021 e 003/2021		
OBJETO:	AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, ATRAVÉS DE SUAS UNIDADES GESTORAS, DE COMBUSTÍVEIS: (GASOLINA, ÓLEO DIESEL TIPO S-500 E ÓLEO DIESEL TIPO S-10) para o abastecimento e manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos rodoviários das Secretarias e do Fundo Municipal de Saúde do Município, objetivando manter a realização das atividades no decorrer do ano de 2021.		
EMPRESA:	AUTO POSTO SERRA ALTA LTDA		
CNPJ Nº:	03.336.373/0001-26		
EMPRESA:	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPÚ - FILIAL		
CNPJ Nº:	83.220.723/0043-82		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	MARCONDES LEONARDO MULLER		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	053.864.149-50	MATRÍCULA:	1240
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econômico		
E-MAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL SUBSTITUTO			

SERVIDOR:	ANTONINHO LUIZ DE SOUZA		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	032.920.699-04	MATRÍCULA:	1241
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde		
E-MAIL:	secretaria_saude@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0092		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	IDINÉIA CECATTO		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	054.794.899-92	MATRÍCULA:	1242
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes		
E-MAIL:	educacao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364-0403		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 06 de janeiro de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

EXTRATO 1-89/2020

Publicação Nº 2796191

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 1-82/2020 - Contrato Nº: 82/2020
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: F.AGUIAR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA
Valor.....: 0,00 (zero)
Vigência.....: Início: 30/12/2020 Término: 30/04/2021
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 15/2020
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Contratação de empresa especializada em serviços de
recuperação de estradas vicinais na Rodovia SID152 - Bairro Rio Jorão
Médio, conforme convênio do Governo Federal através do Ministério da
Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 892803/2019 - Contrato nº
1068322-96/2019 - Proposta nº 1655/2019.
Siderópolis, 7 de Janeiro de 2021

Sombrio

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO P.P 001/2021-S.R.P

Publicação Nº 2795431

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de colhedora(s) de forragens, conforme especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital, para o município de Sombrio/SC.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 20 de janeiro de 2021, com início do credenciamento e abertura marcada para às 09h30min do dia 20 de janeiro de 2021.

O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, pelo e-mail: licita.sombrio@gmail.com ou pelo tel. (48) 3533-5225.

Sombrio/SC, 07 de janeiro de 2021.

Gislane Dias da Cunha
Prefeita Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 19.2021 COMDEC

Publicação Nº 2795041

DECRETO Nº19/2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 827/2012, de 22/02/2012 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituído o CONSELHO MUNICIPAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL COMDEC do Município de Sul Brasil-SC, composto pelos seguintes membros:

1. MAURILIO OSTROSKI – Prefeito Municipal - Presidente;
2. FÁBIO DAL SANTO – Servidor Público Municipal – Vice Presidente;
3. DIEGO GUSTAVO KIRCK – Secretaria Municipal de Administração;
4. GERI MARCOS SIGNOR – Secretaria Municipal de Agricultura;
5. GABRIEL DEOBALD – EPAGRI (agricultura);
6. EDSON BUGS – Sindicato – SINTRAF.

Art. 2º. O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Defesa Civil será considerado prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial ao Decreto nº.169/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil - SC,
em 06 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO FISCAL DE CONTRATOS 2021

Publicação Nº 2795050

DECRETO Nº 018 /2021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA FISCAIS DE CONTRATO, DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do cargo, de conformidade com o disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que a Administração Pública deve observar os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

Considerando o disposto nos artigos 67, da lei municipal nº.8.666/93, que determina o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

Considerando o disposto no artigo 73, Incisos I e II, da lei nº 8.666/93, que trata do recebimento, pela Administração Pública, do objeto ou da prestação de serviços.

Considerando o disposto no Decreto 0217/2018, o qual aprova a Instrução Normativa SCL 001/2018 que disciplina os procedimentos e normas para celebração, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres, assim como a publicidade destes, no poder Executivo Municipal.

Considerando a importância de a administração pública adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos administrativos; além da necessidade de padronizar os procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos contratos mantidos por este órgão público.

DECRETA:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para desempenhar as atribuições de "Fiscal de Contrato", do Município de Sul Brasil/SC e do Fundo Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar, durante a sua vigência, os contratos firmados, sendo:

Fiscal de Contrato	Contrato / Objeto
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Titular: Loreni Liston Martins Suplente: Aline Grave	Material de escritório; Higiene e limpeza Compras diretas referentes aos itens acima. Gás de cozinha
Titular: Diego Gustavo Kirch Suplente: Joel Pagliari	Contratos de terceirizados; Consultas demissionais e admissionais; Aquisição de combustível; Conserto de pneus e lavagens; Manutenção e revisão dos veículos; Manutenção e equipamentos para edificação (Prefeitura) Contratação de empresa para realização de processo seletivo e concurso público; Energia elétrica, internet, telefone; Referente Estação de Água e Esgoto; Informática.
Titular: Diego Gustavo Kirch Suplente: Joel Pagliari	Obras em geral.
Titular: Diego Gustavo Kirch Suplente: Ilaine Maite Amann	Serviços radiofônicos; jornalísticos. Professores de voz; de dança e instrumento.
SECRETARIA DE DMER E AGRICULTURA	
Titular: Francieli dos Santos Gubert Suplente: Valdir Hackenhaar	Aquisição de sêmen, luva, baina, aveia, sementes diversas, nitrogênio, e correlatos.
Titular: Vanderlei Cremonini Suplente: Antonio Kviatkoski	Serviços mecânicos; Aquisição de peças e outros relacionados aos serviços mecânicos; Compra direta em relação aos itens acima.
Titular: Vanderlei Cremonini Suplente: Valdir Hackenhaar	Conserto de pneus e lavagens; Recapagem de pneus; Aquisição de combustível- diesel; Óleos lubrificantes; Combustível para carros pequenos.
Titular: Antonio Kviatkoski Suplente: Joel Pagliari	Aquisição de combustível para carros pequenos E Compras Diretas. Terceirização de Serviços de Máquinas Pesadas. Prestação de Serviços – EPAGRI. Aquisição de marmitas para servidores que estão em serviço sem a possibilidade de retorno ao meio dia;
Titular: Valdir Hackenhaar Suplente: Antonio Kviatkoski	Compras diretas de equipamentos, materiais e outros itens e/ou serviços para o perímetro urbano do município. Manutenção de vias urbanas;
Titular: Valdir Hackenhaar Suplente: Antonio Kviatkoski	Aquisição de tubos concreto e demais artefatos de cimento. Manutenção e equipamentos para edificação. (Garragem)
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Titular: Paula Andressa Bernardes De Oliveira Suplente: Claudete Saugo Valmorbida	Merenda escolar; Merenda para SCFV; Merenda de Agricultura Familiar.
Titular: Adilton Pietro Biasi Suplente: Silvana Damo Salvador	Material de escritório e didáticos; Higiene e limpeza. Compras diretas referentes aos itens acima. Gás de cozinha
Titular: Adilton Pietro Biasi Suplente: Silvana Damo Salvador	Transporte Escolar. Combustível. Revisão Manutenção Carros e Ônibus.
Titular: Adilton Pietro Biasi Suplente: Silvana Damo Salvador	Contratos de terceirizados. Manutenção e equipamentos para edificação (Escolas, Creche e Ginásios)
Janete Ferrari Galina Adilton Pietro Biasi Silvana Damo Salvador	Conserto de pneus e lavagens.
Titular: Adilton Pietro Biasi Suplente: Janete Ferrari Galina	Materiais esportivos; Arbitragem, troféus, medalhas e lanches. Compras Diretas dos itens acima.
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	

Titular: Indiamara Neckel Suplente: Simone Rottava Ferrari	Material de escritório e didáticos; Higiene e limpeza. Compras diretas referentes aos itens acima. Gás de cozinha. Aquisição de combustível; Conserto de pneus e lavagens; Manutenção e revisão dos veículos. Aquisição de gêneros alimentícios para os diversos grupos pertencentes ao CRAS.
Titular: Indiamara Neckel Suplente: Simone Rottava Ferrari	Materiais de escritório e didáticos; Uniformes, transportes; Contrato dos terceirizados; Professores; todos relacionados aos Projetos Social.
Titular: Gleici Werlang Suplente: Lediane Amann Pereira (Conselho Tutelar)	Aquisição de combustível; Conserto de pneus e lavagens; Manutenção e revisão dos veículos.
Titular: Indiamara Neckel Suplente: Simone Rottava Ferrari	Manutenção e equipamentos para edificação (CRAS)
SECRETARIA DE SAÚDE	
Titular: Maristela Godois Kroth Suplente: Viviane Orben	Aquisição de medicamento para farmácia básica.
Titular: Viviana Orben Suplente: Franciane Aparecida Pereira	Aquisição de materiais odontológicos, Próteses. Manutenção dos equipamentos Odontológicos.
Titular: Francieli Hollas Suplente: Aline Lemes de Souza	Materiais e medicamentos de enfermagem; Fraldas geriátricas. Compras diretas referentes aos itens acima. Manutenção dos equipamentos da Saúde.
Titular: Maristela Godois Kroth Suplente: Ágata Paula Valmorbida	Materiais de limpeza e higiene; Expediente. Compras diretas referentes aos itens acima. Gás de cozinha.
Titular: Ágata Paula Valmorbida Suplente: Maristela Godois Kroth	Contratos dos Terceirizados. Manutenção e equipamentos para edificação (UBS, Academia de Saúde e Centro de Idosos)
Titulares: Micheli Roos Odimar Caprini Claudino Zanco Luciano Ferrari Renato Signor	Aquisição de combustível; Conserto de pneus e lavagens; Manutenção e revisão dos veículos.
Titular: Teresinha Laueremann Backes (Vigilância Sanitária) Suplente: Fabiana Moterle	Aquisição de combustível; Conserto de pneus e; Manutenção e revisão do veículo (vigilância). Contratos de Coleta de Lixo.

Conforme especificado na Instrução Normativa SCL nº 001/2018, Art. 4º, inciso VII, o Fiscal de Contratos:

“é responsável pelo acompanhamento da execução e fiscalização dos convênios, contratos e instrumentos congêneres, selecionado entre os servidores dotados de conhecimento técnicos mínimos para bem exercer a função, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas às normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública. É o elo de comunicação entre a Administração e o contratado.”

Parágrafo único: O suplente declarado acima, somente atuará na falta do titular, por motivo de férias, afastamento ou licença.

Art. 2º. Entre o contrato e o recebimento, dá-se a execução, ensejando o fiscal de contrato, conforme impõe o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93: “A execução do contrato deverá ser ACOMPANHADA E FISCALIZADA por um representante da Administração especialmente designado”.

Art. 3º. O Fiscal de Contratos deverá acumular suas tarefas normais do cargo que ocupa com as de fiscal de contrato. O exercício da função de Fiscal não será remunerado, porém, considerando serviço público relevante.

Art. 4º. Ficando sob a responsabilidade específica de cada Secretaria a comunicação antecipada de quaisquer substituições que poderão ocorrer com relação ao Fiscal nomeado por este Decreto.

Art. 5º - Ficando sob a responsabilidade destes Fiscal a observância da Instrução Normativa supramencionada na sua integridade.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº.198/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 06 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO Nº 023 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797218

DECRETO Nº23/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 827/2012, de 22/02/2012 e artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituído o CONSELHO MUNICIPAL DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL COMDEC do Município de Sul Brasil-SC, composto pelos seguintes membros:

1. MAURILIO OSTROSKI – Prefeito Municipal - Presidente;
2. FÁBIO DAL SANTO – Servidor Público Municipal – Vice Presidente;
3. DIEGO GUSTAVO KIRCK – Secretaria Municipal de Administração;
4. GERI MARCOS SIGNOR – Secretaria Municipal de Agricultura;
5. GABRIEL DEOBALD – EPAGRI (agricultura);
6. EDSON BUGS – Sindicato – SINTRAF.

Parágrafo Único – Responderá pela função de Coordenador Municipal da Defesa Civil o Sr.MAURILIO OSTROSKI – Prefeito Municipal.

Art. 2º. O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Defesa Civil será considerado prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM Lei 1.027/2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial ao Decreto nº.19/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil - SC,
em 07 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO Nº 020 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796499

DECRETO Nº 21 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS NO ANO 2021, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº.277/98 (Código Tributário Municipal) e Lei nº.1224 de 28 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. O Calendário Fiscal do Município de Sul Brasil-SC, para o exercício financeiro de 2021, definindo tributos, data de vencimento para recolhimento e parcelamento, será o seguinte:

TIPO DE TRIBUTO VENCIMENTO

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	29/03/2021
ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1. POR OCASIÃO DO FATO GERADOR, QUANDO O PRESTADOR E O CONTRATANTE NÃO ESTIVEREM CADASTRADOS COMO CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO; 2. QUANDO POR ESTIMATIVA FISCAL, EM PARCELAS MENSAS ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA; 3. QUANDO FIXO, EM ATÉ 06 (SEIS) PARCELAS ATÉ O DIA 15 DE CADA MÊS; 4. QUANDO RETIDO NA FONTE OU POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA; NOS DEMAIS CASOS SOB O PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, APURADO MENSALMENTE, ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA.
IPTU E TAXAS RELATIVAS	
PARCELA ÚNICA	30.06.2021
1A. PARCELA	30.06.2021
2A. PARCELA	30/07/2021
3A. PARCELA	28/08/2021
ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER VIVOS	CONFORME ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 49 E SEGUINTE DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS	NO ATO DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, Lei 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 21, de 15 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 07 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO Nº 021 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796014

DECRETO Nº 021, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.
DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO PARCIAL DO DECRETO Nº 0404 DE 15/12/2020 DE AFASTAMENTO DAS GESTANTES.

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Considerando o atestado médico informando a licença maternidade da servidora.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogado parcial o decreto nº 0404 de 15/12/2020 de afastamento das gestantes em especial da Servidora Pública Municipal TEREZINHA BACKES, ocupante do cargo de Vigilante Sanitário com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
06 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO Nº 022 DE 06 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796036

DECRETO Nº 022, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA LAUERMANN BACKES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURILIO OSTROSKI Prefeito Municipal de Sul Brasil, , Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal TEREZINHA LAUERMANN BACKES, ocupante do cargo de Vigilante Sanitário, pelo período de 180 dias, a contar do dia 06.01.2021 até 04.07.2021, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 06 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

DIEGO GUSTAVO KIRCH
Diretor de Administração

DECRETO _CALENDÁRIO FISCAL_ 2021

Publicação Nº 2797184

DECRETO Nº 21 DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS NO ANO 2021, QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURILIO OSTROSKI, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº.277/98 (Código Tributário Municipal) e Lei nº.1224 de 28 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. O Calendário Fiscal do Município de Sul Brasil-SC, para o exercício financeiro de 2021, definindo tributos, data de vencimento para recolhimento e parcelamento, será o seguinte:

TIPO DE TRIBUTO VENCIMENTO

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA	29/03/2021
ISSQN - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1. POR OCASIÃO DO FATO GERADOR, QUANDO O PRESTADOR E O CONTRATANTE NÃO ESTIVEREM CADASTRADOS COMO CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO; 2. QUANDO POR ESTIMATIVA FISCAL, EM PARCELAS MENSAIS ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA; 3. QUANDO FIXO, EM ATÉ 06 (SEIS) PARCELAS ATÉ O DIA 15 DE CADA MÊS; 4. QUANDO RETIDO NA FONTE OU POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA; NOS DEMAIS CASOS SOB O PREÇO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, APURADO MENSALMENTE, ATÉ O DIA 15 DO MÊS SEGUINTE AO DE REFERÊNCIA.
IPTU E TAXAS RELATIVAS	
PARCELA ÚNICA	30.06.2021
1A. PARCELA	30.06.2021

2A. PARCELA	30/07/2021
3A. PARCELA	28/08/2021
ITBI - IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS INTER VIVOS	CONFORME ESTABELECIDO NOS ARTIGOS 49 E SEGUINTE DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
TAXAS DE SERVIÇOS DIVERSOS	NO ATO DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, Lei 1.027/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 21, de 15 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 07 de janeiro de 2021.

MAURILIO OSTROSKI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA

DIEGO GUSTAVO KIRCH

Diretor de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 01/2021

Publicação Nº 2795469

DECRETO LEGISLATIVO Nº.01, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração da servidora do legislativo, Sra. Jaíne Zanco da Cruz, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Senhorita Janice Possenti, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 153, § 1º, g, e artigo 44, XXX, ambos do Regimento Interno da Câmara, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Resolve exonerar a servidora do legislativo JAÍNE ZANCO DA CRUZ, inscrita no CPF sob nº.105.784.849-27, portadora do RG nº.6.460.704-SESP/SC, ocupante do cargo de Assessora Legislativa desta Casa Legislativa.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº.1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 06 de janeiro de 2021.

Janice Possenti

Presidente da Câmara de Vereadores

DECRETO Nº 02/2021

Publicação Nº 2795476

DECRETO LEGISLATIVO Nº.02, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração da servidora do legislativo, Sra. Elizandra Vani Vivan, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Senhorita Janice Possenti, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 153, § 1º, g, e artigo 44, XXX, ambos do Regimento Interno da Câmara, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Resolve exonerar a servidora do legislativo ELIZANDRA VANI VIVAN, inscrita no CPF sob nº.038.950.599-43, portadora do RG nº. 4.042.892-SESP/SC, ocupante do cargo de Assessora Legislativa para os "Vereadores Mirins", desta Casa Legislativa.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº.1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 06 de janeiro de 2021.

Janice Possenti

Presidente da Câmara de Vereadores

DECRETO Nº 03/2021

Publicação Nº 2795485

DECRETO LEGISLATIVO Nº.03, DE 06 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a exoneração da servidora do legislativo, Dr. Felipe Tonatto, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Senhorita Janice Possenti, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 153, § 1º, g, e artigo 44, XXX, ambos do Regimento Interno da Câmara, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Resolve exonerar o servidor do legislativo FELIPE TONATTO, ocupante do cargo de Assessor Jurídico.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº.1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 06 de janeiro de 2021.

Janice Possenti
Presidente da Câmara de Vereadores

DECRETO Nº 04/2021

Publicação Nº 2795491

DECRETO LEGISLATIVO Nº.04, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação da servidora do legislativo, Sra. Lindamir Pricila da Veiga Pirolli, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Senhorita Janice Possenti, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 153, § 1º, g, e artigo 44, XXX, ambos do Regimento Interno da Câmara, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Resolve nomear a servidora do legislativo LINDAMIR PRICILA DA VEIGA PIROLLI, inscrita no CPF sob nº.077.352.069-41, portadora do RG nº.5.153.434-SESP/SC, para ocupar o cargo de Assessora Legislativa desta Casa Legislativa.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº.1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 07 de janeiro de 2021.

Janice Possenti
Presidente da Câmara de Vereadores

DECRETO Nº 05/2021

Publicação Nº 2795495

DECRETO LEGISLATIVO Nº.05, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação da servidora do legislativo Elisandra Albani, e dá outras providências.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, Senhorita Janice Possenti, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 153, § 1º, g, e artigo 44, XXX, ambos do Regimento Interno da Câmara, promulga o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Resolve nomear a servidora do legislativo ELISANDRA ALBANI, inscrita no CPF sob nº.045.864.809-47, portadora do RG nº.4.704.455-1-SESP/SC, para ocupar o cargo de Assessora Jurídica desta Casa Legislativa.

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº.1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sul Brasil – SC, 07 de janeiro de 2021.

Janice Possenti
Presidente da Câmara de Vereadores

Taió

PREFEITURA

PORTARIA Nº14989/2021

Publicação Nº 2795166

PORTARIA No 14.989, de 07/01/2021

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, e com fundamento no inciso III do art. 50 da Lei no 712, de 08 de março de 1972.

CONSIDERANDO a certidão de óbito protocolada sob n.º 113/2021.

RESOLVE:

conceder afastamento em virtude de luto pelo falecimento de pai ao servidor público municipal VALDERI LEITE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, no período de 05 a 12/01/2021.

P.R.I.

Taió, 07 de janeiro de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

Tangará

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATA 195/2020

Publicação Nº 2796326


Ata n.º 195

Às 14hs do dia vinte e quatro do mês de setembro de dois mil e vinte, na sala de reuniões do Departamento de Assistência Social, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para reunião ordinária, tendo como pauta principal: 1) Eleição do Presidente, vice-presidente e secretário do Conselho Municipal de Assistência Social. A reunião foi conduzida pela Sra. Carolina Luschesi Maciel e a Sra. Tais Matté, que deu as boas-vindas aos presentes e deu início a pauta para o novo mandato do Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando novos membros: 1 – Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças: Daniela Zampronhe Vargas Slongo – Titular; Estela Aparecida Belini Menoncin – Suplente; 2 – Representantes da Secretaria Municipal da Saúde: Josiane Possara Bevilaqua Pontel – Titular; Francieli Silva – Suplente; 3 – Representantes do Departamento de Assistência Social: Carolina Luschesi Maciel – Titular; Luci Aparecida Cardoso da Silva Lazzari – Suplente; Tais Matte – Titular; Silvana Tragancin do Amaral – Suplente; 4 – Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte: Marizete Maria Ceron Piana – Titular; Leandro da Silva – Suplente; 5 – Representantes da Associação de Pais e Professores dos Excepcionais: Eliane Weber – Titular; Janete Teles – Suplente; 6 – Representantes dos Usuários: Inês Kaipers – Titular; Margareth Samistraro Walter – Suplente; Osnir do Domingos dos Santos – Titular; Diva Romilda dos Santos – Suplente; Daiane Denardi Renier – Titular; Mariele Moreira – Suplente; Luciana Regina Balbinote – Titular; Cristiane Regina Borges Corrêa -Suplente. 1) Para viabilizar a realização da eleição foi realizado uma consulta prévia dos interessados, pois apesar de convocados, nem todos os titulares poderiam se fazer presente. Deste modo, foram nomeadas: Sra Carolina Luschesi Maciel – Presidente; Sra Eliane Weber – Vice Presidente e Sra Marizete Maria Ceron Piana – Secretária, na qual foi aprovada de forma unanime. Desta forma, não havendo mais nada a tratar, encerramos a reunião e a presente ata que será assinada por mim e pelos presentes. Tangará, 24/09/2020.

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 076.2020

Publicação Nº 2795315

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-1522 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará / null	Pregão presencial 76/2020
	Número Processo: 154/2020 Data do Processo: 11/12/2020

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE NOTAS E CAPAS DE PRODUTOR RURAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2020

No dia 07/01/2021 às 10:01 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 235/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 154/2020 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participa deste certame a seguinte empresa:

1. POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME, representada neste ato por Julimar Antonio Salvador.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do lote 01 a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA - ME com o valor total de R\$ 14.650,00 (quatorze mil seiscentos e cinquenta reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que estava de acordo com as exigências do edital. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 07/01/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Lote: 1

Fornecedor: POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	NOTAS DE PRODUTOR RURAL, DE BOA QUALIDADE, TAMANHO DE 240X216MM, 4 VIAS AUTOCOPIATIVAS, 1 COR	UN		20.000,00	0,4200	8.400,00
	NOTAS DE PRODUTOR RURAL, DE BOA QUALIDADE, TAMANHO DE 240X216MM, 4 VIAS AUTOCOPIATIVAS, 1 COR					
2	CAPAS COLORIDAS PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL, TAMANHO DE 240X515MM	UN		5.000,00	1,2500	6.250,00
	CAPAS COLORIDAS PARA BLOCO DE PRODUTOR RURAL, TAMANHO DE 240X515MM					
Valor total do lote:						14.650,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 07/01/2021

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

CRISTIANE PICCININ

PREGOEIRO

DAIANE NEIS ALVES DOS SANTOS

MEMBRO

PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

JULIMAR ANTONIO SALVADOR

(POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA)

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005-2021 SAÚDE

Publicação Nº 2795896

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 005/2021 com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS - CNPJ: 01.201.427/0001-10 no valor total de R\$ 79.140,00 (anual) para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS, durante o exercício 2021.

TIGRINHOS/SC, em 07 de janeiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 011-2021

Publicação Nº 2796256

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 011/2021 com o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS – CNPJ18.011.183/0001-06 no valor total de R\$ 6.325,20 (anual) para manutenção das atividades do CIGAMERIOS, durante o exercício 2021.

TIGRINHOS/SC, em 07 de janeiro de 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003-2021

Publicação Nº 2795052

Página: 1 / 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TIGRINHOS

Processo Nº
50/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3 / 2021

No dia 8 do mês de Janeiro do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na Avenida Felipe Baczinski, 479, bairro Centro, CEP nº 89875000, nesta cidade de Tigrinhos, SC, representado pelo, o Sr(a) CLEISE HONAIER inscrito no cpf sob o nº 039.486.429-82, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 33/2020, Processo licitatório nº 50/2020 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SCS COMERCIO LTDA	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC, COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SCS COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	AÇUCAR CRISTAL - PACOTE DE 05 KG: obtido de cana de Pacotes açúcar, com aspecto, cor, cheiro próprios, sabor doce, com teor de sacarose mínimo de 99% P/P e umidade máxima de 0,3% P/P, sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais. Informação nutricional em porção de 5g deverá conter: valor energetico 20 kcal, carboidratos 5g; proteínas, gorduras totais, gorduras saturadas, gorduras trans, fibra alimentar e sódio 0g/mg. Acondicionado em pacote plástico, íntegro, resistente com solda reforçada, vedado hermeticamente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega do		ESTRELA	150	13,95	2092,50

requisitante.

2	ARROZ - PCT DE 05KG: sub-grupo: parboilizado, classe longofino, tipo 1. Constituído de grãos inteiros, com teor de umidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. 100% gelatinado. Embalagem de 5kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionado em fardos lacrados. Deverá apresentar validade mínima de seis meses a partir da data de entrega.	Pacotes	MOENDA	150	27,95	4192,50
3	BANANA CATURRA: semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo mediano e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas/rupturas e /ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em pencas íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	Kilogramas	REAL	250	4,75	1187,50
4	BATATA INGLESA: escovada, nova, de 1ª qualidade, acondicionadas em embalagens especial para alimentos, constando etiqueta de peso e data.	Kilogramas	REAL	350	4,35	1522,50
5	BISCOITO INDUSTRIALIZADO DOCE TIPO MARIA - PCT 400GRAMAS: ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido de milho, sal refinado, fermento químico, melhorador de farinha. Pode conter traços de cacau, leite e amendoim. Contém Glúten.	Pacotes	DIANA	250	5,45	1362,50
6	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO - EMBALAGEM DE VIDRO: VIDRO peso líquido 200gramas. Ingredientes: 100% café puro. Deverá apresentar modo de preparo, data de fabricação e validade, bem como lote do produto.	VIDRO	AMIGO	150	14,45	2167,50
7	CHIMIA: ARTESANAL, SABOR UVA/MORANGO/ABÓBORA, POTES DE 01KG.	Unidades	DASERRA	150	8,45	1267,50
8	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO: qualidade de 1ª, em embalagens de 1kg, embalagens plásticas resistentes e lacradas contendo selo de inspeção e prazo de validade.	Kilogramas	AGRO	350	9,25	3237,50
9	CREME DENTAL - BISNAGA DE 90gramas	Unidades	FRESH	150	2,95	442,50
10	FARINHA DE MILHO FINO - PCT DE 01 KG: tipo 1. Composição: 100% milho, FERRO E ÁCIDO FÓLICO, cor amarela, não pré-cozido, em embalagem plástica, transparente, resistente, com solda reforçada e íntegra. Com data de fabricação e prazo de validade.	Kilogramas	DALLA	250	3,25	812,50
11	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - TIPO I: pacotes de 5kg, fortificada com ferro e ácido fólico. Conter data de fabricação, prazo de validade e lote do produto.	Pacotes	CLARISSIMA	150	12,95	1942,50
12	FEIJÃO PRETO ESCOLHIDO: pacote de 01kg, classe preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, embalagem plástica, transparente e atóxico, com solda reforçada e íntegra, não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. Sem a presença de grãos mofados, carunchados e torrados. Data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da entrega.	Kilogramas	SIVIEIRO	250	8,45	2112,50
13	LEITE INTEGRAL UHT: leite processado pelo Sistema UHT a uma temperatura de 138°C embalagens Tetra Pak de 1 litro. Ingredientes: leite integral, estabilizante citrato de sódio (INS 33 I iii), trifosfato de sódio (INS 45 li), monofosfato monossódico (INS 339i) e difosfato dissódico (INS 450i). Informação nutricional em porção de 200ml (1 copo) deve conter: valor energético 114kcal; carboidratos 9g; proteínas 6g; gorduras totais 7g; gorduras saturadas 4,2g; gorduras trans e fibra alimentar 0g; cálcio 240mg; sódio 100mg.	Litros	LATVIDA	250	4,15	1037,50
14	MAÇÃ FUNGI: devem ser sãs, sem rupturas ou pancadas. Com grau de maturação tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo mediano e imediato. Com polpa íntacta e firme, apresentando, tamanho e coloração uniforme. Não deverá conter manchas, pancadas, bolores, sujidades, ferrugem,	Kilogramas	REAL	250	8,45	2112,50

	sardas e/ou granizadas, murchas ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Livres de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. Acondicionamento em caixas de papelao devidamente higienizadas. Tamanho 120, encarteladas.					
15	MARGARINA - CREMOSA COM SAL: de primeira qualidade, pote com no mínimo 80% de lipídios, isenta de gorduras trans. Embalagem de 500gr. Deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade.	PRIME	150	5,45	817,50	
16	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS - pct de 500gramas, embalagem plastica, transparente, resistente com solda reforçada e íntegra. Deve constar registro no Ministério da Saúde, com data e prazo de validade de no mínimo 8 meses.	Pacotes DIANA	650	3,85	2502,50	
17	OLEO DE SOJA REFINADO - EMBALADO EM GARRAFAS PET: contendo 900ml, limpas, bem lacradas, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedencia, informação nutricional, numero do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Devem ser entregues em caixas de papelao resistentes com 20 unidades pets.	FRASCO COCAMAR	250	8,75	2187,50	
18	OVOS DE GALINHA: CARTELAS COM 12 UNIDADES (1 DUZIA), vermelhos, médios, fresco, casca firme e homogênea, liso, limpo, sem rachadura, validade mínima de 15 dias contados a partir da entrega. Entregues em bandejas próprias, com 1 dúzia em cada.	duzia CARMINATI	250	6,95	1737,50	
19	SABAO GLICERINADO NEUTRO - BARRA DE 200GR	Unidades ZAVASKI	150	3,95	592,50	
20	SABONETE DE 90GR	Unidades MOTIVUS	150	2,25	337,50	
21	SAL REFINADO IODADO - PACOTE DE 01 KG	Pacotes SALSUL	150	2,15	322,50	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade

de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

Página: 7 / 7

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Tigrinhos, 8 de Janeiro de 2021

SCS COMERCIO LTDA
CNPJ: 13.995.853/0001-52

CLEISE HONAISSER

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.647 PRORROGA ESTADO DE EMERGÊNCIA - CORONAVIRUS

Publicação Nº 2797086

DECRETO Nº 1.647, 07 DE JANEIRO DE 2021.

Prorroga até o dia 28 de fevereiro de 2021 o Decreto nº 1.516, 18 de março de 2020, que Decreta Estado de Emergência no Município de Tijucas e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19 (novo coronavírus).

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.027, de 18 de dezembro de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19, até 28 de fevereiro de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 28 de fevereiro de 2021 o Decreto nº 1.516, de 18 de março de 2020, que decreta Estado de Emergência no Município de Tijucas e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19 (novo coronavírus).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 07 de janeiro de 2021.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1.648 CONVALIDAÇÃO DO ATOS ESTADUAIS - COVID 19

Publicação Nº 2797096

DECRETO Nº 1.648, 07 DE JANEIRO DE 2021.

Recepção e ratifica Leis, Decretos e Portarias estaduais que disponham sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19).

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO a prorrogação do Decreto nº 1.516, 18 de março de 2020, por meio do Decreto nº 1.647, 07 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO as dúvidas quanto à aplicabilidade de normas estaduais posteriores à edição do Decreto nº 1.647, 07 de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO a convalidação automática dos regulamentos editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), independentemente de ato administrativo municipal previsto no Decreto nº 1.521, 30 de março de 2020 e ratificado no Decreto nº 1.525, de 12 de abril de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Ficam recepcionadas e ratificadas todas as normas previstas em leis, decretos e portarias, que disponham sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina e seus Órgãos Diretivos.

Parágrafo único. Não serão recepcionadas e ratificadas as normas estabelecidas no caput deste artigo quando a autoridade municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito local.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 07 de janeiro de 2021.

ELOI MARIANO ROCHA
Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 177/PMT/2020 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° 090/PMT/2020

Publicação N° 2795120

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO N° 177/PMT/2020 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO N° 086/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado de diversos BTU'S para atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Ação Social e Fundo Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: VMLX ELETRONICOS EIRELI, foi vencedora dos itens: 01 e 02 no valor de R\$ 168.494,00 (Cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais).

Empresa Vencedora do Processo: MAB EQUIPAMENTOS EIRELI, foi vencedora dos itens: 05 e 06 no valor de R\$ 84.060,00 (Oitenta e quatro mil, sessenta reais).

Empresa Vencedora do Processo: MARCIELE DE LIMA DA SILVA ME, foi vencedora do item: 03 no valor de R\$ 7.740,00 (Sete mil, setecentos e quarenta reais).

Empresa Vencedora do Processo: ECOMAIS AR CONDICIONADO LTDA, foi vencedora do item: 04 no valor de R\$ 39.312,00 (Trinta e nove mil, trezentos e doze reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

-

-

Timbé do Sul

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO SAMAE N. 1/2021 - QUIMITEX

Publicação Nº 2796410

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 1/2021

CONTRATO N. 1/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: QUIMITEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – ME

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de 6.000 Kg de Hipoclorito de Sódio (NaClO) para Utilização no Tratamento de Água durante o Exercício de 2021, no valor de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) por quilo, com base na Ata do Certame da Licitação Compartilha CISAM-SUL N. 16/2020, modalidade PE 06/2020

VALOR CONTRATUAL: Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 8.700,00 (oito mil, setecentos reais).

VIGÊNCIA: 04/01/2021 a 31/12/2021.

DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 10 (SAMAE)

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)

Recurso: 17 (RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS)

Projeto/Atividade: 2.032

Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico.

Timbé do Sul/SC, 04 de janeiro de 2021.

AMARILDO SCRSEL ALEXANDRE – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

CONTRATO SAMAE N. 2/2021 BUSCHLE & LEPPER

Publicação Nº 2796450

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2/2021

CONTRATO N. 2/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE TIMBÉ DO SUL.

CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER SA

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de 6.000 Kg de (Ácido Fluossilícico) para Utilização no Tratamento de Água durante o Exercício de 2021, no valor de R\$ 1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) por quilo, com base na Ata do Certame da Licitação Compartilha CISAM-SUL N. 16/2020, modalidade PE 06/2020

VALOR CONTRATUAL: Pela aquisição constante na Cláusula Primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

VIGÊNCIA: 04/01/2021 a 31/12/2021.

DOTAÇÃO:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2021, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

Órgão: 10 (SAMAE)

Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)

Função: 17 (Saneamento)

Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)

Subfunção: 512 (Saneamento Básico Urbano)
Recurso: 17 (RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS)
Projeto/Atividade: 2.032
Elemento: 3.3.90.30.11.00.00.00 - Material Químico.

Timbé do Sul/SC, 04 de janeiro de 2021.

AMARILDO SCRSEL ALEXANDRE – Diretor SAMAE de Timbé do Sul

CONTRATO SAMAE N. 3/2021 - BANCO DO BRASIL SA

Publicação Nº 2796477

Processo n.º 3/2021

CONTRATO N.º 3/2021

TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO
CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
INTRODUÇÃO: Proposta número 2107364
CONVENIENTE:

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CPF ou CNPJ: 83.820.076/0001-90
Endereço: RUA CARLOS SAVI, 365
Cidade: TIMBE DO SUL UF: SC CEP: 88940-000

BANCO:
UF: DF
CNPJ: 00.000.000/0001-91
Agência: TIMBE DO SUL
Cidade: Brasília
Prefixo-dv: 5300-7
Banco do Brasil S/A
Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Norte
CEP: 70040-912

CLÁUSULA PRIMEIRA: Ao assinar este TERMO DE ADESÃO o CONVENIENTE acima identificado pactua com o Banco do Brasil S.A. as condições adiante estabelecidas, confirma as informações acima relacionadas e se declara automática e expressamente vinculado às disposições previstas no CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CLÁUSULAS GERAIS, registrado no Cartório do Primeiro Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos da cidade de Brasília-DF, às quais o CONVENIENTE adere e declara, ao assinar este Termo, ter pleno conhecimento, estar de acordo com seu teor, ter recebido cópia das referidas CLÁUSULAS GERAIS, bem como das informações técnicas referentes à sistemática de transmissão e recepção de dados.

CLÁUSULA SEGUNDA: Data início de vigência: 06/01/2021 Data fim de vigência: 05/01/2022.

A data de início de vigência das condições deste Termo condiciona-se à formalização do presente documento. Quando negociada em conjunto com outras empresas, condiciona-se à assinatura por todas as empresas integrantes da negociação e somente será efetivada quando todos os representantes legais necessários assinarem este Termo. Neste caso, se a última assinatura necessária ocorrer após a data de vigência prevista acima, a mesma passará ao dia útil posterior à referida assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas com as tarifas cobradas pelo Banco correrão por conta da dotação do orçamento no respectivo exercício dentro da validade do contrato:

Órgão: 10 (SAMAE)
Unidade: 1 (Sistema de Água e Esgoto)
Função: 17 (Saneamento)
Programa: 15 (SAMAE Águas Timbeleza)
Subfunção: 512 (Saneamento básico Urbano)
Recurso: 17 (RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS)
Projeto/Atividade: 2.032
Despesa 7 Elemento: 3.3.90.39.81.00.00.00 - Serviços Bancários

CLÁUSULA QUARTA: PARÂMETROS PARA ARRECADAÇÃO DE GUIAS NÃO COMPENSÁVEIS:

Identificação do Cliente/Convênio (*1)
000052501
Conta para crédito automático
Agência Conta Corrente
5300-7 6589-7 100.00 %

Conta para débito da tarifa
Agência Conta Corrente
5300-7 6589-7
Conta para débito de ressarcimento de prejuízo e multa
Agência Conta Corrente
5300-7 6589-7
Tarifa (Descrição da tarifa): Valor (R\$)
Água, Esgoto e Saneamento - Lançamento 2,10
Periodicidade do débito da tarifa: Na data da liberação de float
Float: 2 dias Percentual de retenção: 100,00 %

Responsável pela coleta e guarda da Autorização de Débito: Banco e Conveniente
Versão do Leiaute
Leiaute disponível no Manual do Débito Automático da Versão publicada pela Febraban.

PARÂMETROS PARA ARRECADAÇÃO DE GUIAS NÃO COMPENSÁVEIS:

Identificação do Cliente/Convênio (*1)
000100482
Conta para crédito
Agência Conta Corrente
5300-7 6589-7 100.00 %
Conta para débito da tarifa
Agência Conta Corrente
5300-7 6589-7
Conta para débito de ressarcimento de prejuízo e multa
Agência Conta Corrente
0-0 0-0
Adesão à Lista de Débitos: Não
Tarifa inicial por evento
Tarifa (Descrição da tarifa): Valor (R\$)
Guia cod barras -Internet PF- água, esgoto, saneam 2,10
Guia cod barras - TAA - água, esgoto, saneamento 2,10
Guia cod barras - GFN - água, esgoto, saneamento 2,10
Guia cód barras - Coban - água, esgoto, saneamento 2,10
Guia cód barra - Call Center -água, esgoto, saneam 2,10
Guia código barra - BPostal - água, esgoto, saneam 2,10
Tarifa inicial por evento
Periodicidade do débito da tarifa: Na data da liberação de float
Float: 2 dias Percentual de retenção: 100,00 %

CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, SC, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato. E, por estarem de acordo, lavram o presente Contrato n.º 3/2021, em 02 (duas) vias de igual teor, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Timbé do Sul-SC, 06 de janeiro de 2021

BANCO:
UF: DF
CNPJ: 00.000.000/0001-91
Agência: TIMBE DO SUL
Cidade: Brasília
Prefixo-dv: 5300-7
Banco do Brasil S/A
Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Norte
CEP: 70040-912

CONVENIENTE:

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE
ADMINISTRADOR
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL
residente em TIMBE DO SUL-SC
portador da cédula de identidade 13268040 SESP SC
inscrito no CPF/MF sob o nº 501.858.109-34

JUCIANA CARLESSI BURIN
CONTADORA
CASADO(A)-COMUNHAO PARCIAL

residente em TURVO-SC
portador da cédula de identidade 19792832 SESP SC
inscrito no CPF/MF sob o nº 669.450.709-72

Observações quando contratado o serviço:

(*1) Definir os parâmetros de cada convênio cadastrado para o cliente. No caso de propostas, o número será alterado após a ativação do convênio.

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 74-01.2020 PMT - LUCENA DO NASCIMENTO ME

Publicação Nº 2796041

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 74-01/2021 PMT
CREDENCIAMENTO Nº 74/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante LUCENA DO NASCIMENTO ME, CNPJ nº. 20.740.501/0001-11, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 15/01/2021.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 07 de janeiro de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 74-02.2021 PMT - REFRIGERAÇÃO LENZI

Publicação Nº 2796046

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 74-02/2021 PMT
CREDENCIAMENTO Nº 74/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante REFRIGERAÇÃO LENZI EIRELI, CNPJ nº. 79.294.187/0001-33, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 15/01/2021.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 07 de janeiro de 2021.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

DECISÃO - CHAMADA PÚBLICA 03 2020 - RECURSO COOPERAR

Publicação Nº 2796049

DECISÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020
OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE
RECORRENTE: COOPERAR ITAJAÍ

I. RELATÓRIO

Trata-se de novo recurso intentado pela COOPERAR de Itajaí, contra nova decisão proferida pela comissão de licitações que, após a interposição e procedência parcial de seu recurso, retificou a classificação final determinando como vencedora a recorrente para os itens 05, 06, 07, 08, 09, 14, 16, 19, 20 do certame.

Em suas razões de recurso, insiste a recorrente que a comissão de licitações não cumpriu ao estabelecido na decisão do secretário e preconizado nas normas de regência, insistindo que pelas regras estabelecidas ela seria vencedora dos itens 05, 06, 07, 08, 09, 14, 16, 19, 20 do certame, repisando os argumentos já avaliados e decididos no recurso originário.

É o breve relato dos fatos.

II. MÉRITO

Vistos e examinados os autos do processo em questão, denota-se que, salvo melhor juízo, pretende a recorrente a revisão do ato para confirmação de sua preferencia no fornecimento dos itens, levando a crer que a comissão, na revisão da ata realizada em 17/12/2020, após o resultado procedente do recurso intentado, não teria garantido tal direito.

Todavia, com o devido respeito a idiossincrasia da recorrente, da análise da decisão da comissão ora objeto de recurso, não se vislumbra qualquer afronta as regras estabelecidas para o tema, eis que reviu o ato e sagrou vencedora a recorrente dos exatos itens pelos quais requer, novamente e sem fundamento, sua procedência.

Val registrar que embora a legislação estabeleça que toda decisão proferida seja passível de recurso, tal fato se dá quando o tema já não tenha sido objeto de discussão análise e decisão, em última instancia administrativa, hipótese em que se encerra a possibilidade de revisão, na esfera administrativa, do ato vergastado, nos termos do art. 63, inciso IV da Lei 9.784/99, e intelecção do que dispõe o art. 109 da lei 8.666/93.

No caso em questão, conforme observa-se dos autos, o recorrente insiste em recorrer do ato revisto, repisando os argumentos já decididos quando da apresentação de seu recurso, qual seja de aplicação das normas da resolução 06/2020, que, diante do cenário apresentado no certame confere a ele o direito de sagrar-se vencedor dos itens 05, 06, 07, 08, 09, 14, 16, 19, 20.

Tal fato já fora objeto de recurso, análise e decisão em ultima instancia administrativa, exaurindo-se, portanto, qualquer possibilidade de rediscussão da matéria.

Não bastasse isso, no mérito, **NÃO HÁ RAZÕES PARA O RECURSO**, pois o que a recorrente almeja FOI EXATAMENTE AQUILO QUE A ATA CONTEMPLA, ou seja, declarar vencedora a recorrente para os itens 05, 06, 07, 08, 09, 14, 16, 19, 20 do certame.

Ante o exposto, **NÃO SE CONHECE** do recurso intentando, eis que o tema trazido a lume já restou exaurido na esfera administrativa, bem como que o objeto e pedido contemplados nesse recurso já foram atendidos quando do julgamento do recurso anterior, inexistindo razão para sua existência, mantendo-se incólume a decisão proferida pela comissão de licitações, que corresponde aos exatos termos decididos em ultima instancia administrativa por esta autoridade sobre o tema em questão.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 04 de janeiro de 2021.

ALFROH POSTAI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 34.2019 FMDE - RICHESSE

Publicação Nº 2796050

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 34-04/2019 FMDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Educação.
CONTRATADO: RICHESSE MÓVEIS EIRELLI EPP.
OBJETO: Reequilíbrio financeiro do valor do item 07 (Armário Alto), que passa a ter o valor de R\$ 427.71.
DATA DA ASSINATURA: 30/12/2020

ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 150 2020

Publicação Nº 2796055

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 150/2020
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.
CONTRATADO: ANA FLÁVIA MARQUES.
OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.
PROJETO CULTURAL: Traçando letras, conhecendo Timbó.
PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 151 2020

Publicação Nº 2796057

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 151/2020
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.
CONTRATADO: BERNARDETE SEVERINA PETERMANN.
OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.
PROJETO CULTURAL: Pintura sobre tela.
PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso
VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 152 2020

Publicação Nº 2796059

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 152/2020
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.
CONTRATADO: BIRIBA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.
PROJETO CULTURAL: Circo Teatro Biriba em Cores Manutenção do espaço itinerante.
PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso
VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 153 2020

Publicação Nº 2796063

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 153/2020
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.
CONTRATADO: BRUNA LETÍCIA SOARES NASATO.
OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.
PROJETO CULTURAL: Timbó nosso chão, terra do sul do Brasil.
PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso
VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 154 2020

Publicação Nº 2796070

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 154/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: BRUNA NICOLE TAFNER PASQUALINI.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Óleo sobre tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 155 2020

Publicação Nº 2796077

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 155/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: BRUNA NICOLE TAFNER PASQUALINI.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: A essência da poesia.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 156 2020

Publicação Nº 2796081

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 156/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: CORNELIA AUGUSTA FLORIANI.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Pintura em porcelana.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 157 2020

Publicação Nº 2796086

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 157/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Live Dany & Rafa.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 158 2020

Publicação Nº 2796094

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 158/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: DANY & RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Dany & Rafa e Fãs – 20 anos.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 159 2020

Publicação Nº 2796100

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 159/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: EGÍDIO FRANKENBERGER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Entalhe em madeira.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 160 2020

Publicação Nº 2796102

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 160/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: ELISA GESSNER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Arte em tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 161 2020

Publicação Nº 2796107

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 161/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: EVANIR ELENA GIRARDI TAFNER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Pintura a óleo.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 162 2020

Publicação Nº 2796111

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 162/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: GERALDO MULLER JUNIOR 06619627927.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Emir em cena 5 anos – um olhar sobre a trajetória.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 163 2020

Publicação Nº 2796115

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 163/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: GILMARA MENDES GOULART 00510601910.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Verão cultural – Fruição e Formação.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 164 2020

Publicação Nº 2796119

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 164/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: GILMARA MENDES GOULART 00510601910.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Contos Orientais – Criação de material audiovisual e portfólio.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 165 2020

Publicação Nº 2796123

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 165/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: JAILSON ROBERTO VAILATTI.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Videoclipes Solo Violeta.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 166 2020

Publicação Nº 2796151

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 166/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: JULIO CESAR CORNETET 07350173954.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Escala pentatônica na guitarra.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 167 2020

Publicação Nº 2796153

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 167/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: LEILA FÁTIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANTOS.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Artístico, óleo sobre tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 168 2020

Publicação Nº 2796154

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 168/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: NAIR THEILACKER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: O sítio – pintura óleo sobre tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 169 2020

Publicação Nº 2796156

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 169/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: NAIR THEILACKER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: O casario – pintura óleo sobre tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 170 2020

Publicação Nº 2796158

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 170/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: SOLANGE GLÓRIA LENZI PACKER.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Óleo sobre tela.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 171 2020

Publicação Nº 2796170

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 171/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: TERESA CRISTINA DE ALCÂNTARA ZIMMERMANN.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Inocência e beleza.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 172 2020

Publicação Nº 2796172

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 172/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: VÁRIAS ARTES ESCOLA DE MÚSICA E ARTES LTDA ME.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Música faz bem.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO Nº 173 2020

Publicação Nº 2796174

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO Nº. 173/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.

CONTRATADO: WILMAR SCOZ.

OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, de Projeto Cultural contemplado pelos recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), no município de Timbó, Edital de Concurso nº 08/2020 FCT.

PROJETO CULTURAL: Viagem pela Leitura.

PRAZO DE EXECUÇÃO: até 90 (noventa) dias, a contar do efetivo recebimento do recurso

VALOR TOTAL: O valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2020

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.953 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2797127

DECRETO Nº. 4.953 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
EXONERA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE
ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – “SAMASA”.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo
65 inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica exonerado oSr ERNANI WOGGINAKI – do cargo de Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento – SAMASA, a contar da presente data.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),em 31 de Dezembro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

DECRETO Nº 4.954 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2797124

DECRETO Nº. 4.954 DE 04 DE JANEIRO DE 2021.
NOMEIAPRESENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO AUTONOMO MUNICIPAL
DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL – “SAMASA”.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso
de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica
Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica nomeado o SrERNANI WOGGINAKI, para exercer o cargo de Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental – “SAMASA”, de acordo com a Lei Complementar nº. 143/2010, a contar da presente data.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC),em 04 de Janeiro de 2021.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 0724/2021**

Publicação Nº 2795852

PORTARIA Nº 0724/2021

NOMEIA SERVIDORA MAYARA BASÍLIO

EDENILSON ENGUEL, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhorita MAYARA BASÍLIO, CPF N. 057.257.999-30 no cargo de Assessor Parlamentar de Apoio Técnico, Padrão CC-02- A, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras, com vencimento de R\$ 2.252,91.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores, em 7 de janeiro de 2021.

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 8 de janeiro de 2021.

Joel Antonio Voigt
Gestor legislativo e Contábil

Edenilson Enguel
Presidente

PORTARIA Nº 0725/2021

Publicação Nº 2795854

PORTARIA Nº 0725/2021

NOMEAÇÃO DE SERVIDOR SAMUEL IRIAS BUENO.

EDENILSON ENGUEL, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor Samuel Irias Bueno, CPF N. 088.882.429-70 no cargo de Assessor de Gabinete da Presidência, Padrão PC-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Câmara de Vereadores de Três Barras, com vencimento mensal de R\$ 1.844,51 (um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinq-enta e um centavos), a contar desta data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores, em 7 de Janeiro de 2021.

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 08 de Janeiro de 2021.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

Edenilson Enguel
Presidente

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 20/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796169

DECRETO Nº 20/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

DESIGNA RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 45, incisos XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado sem ônus, a partir desta data, SIDINEI VIOLA, brasileiro, portador do CPF nº 854.926.719-87, ocupante das funções do emprego de Secretário de Viação, Obras e Serviços, para RESPONDER e ASSINAR pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente deste Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 04 de janeiro de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de janeiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 21/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796171

DECRETO Nº 21/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

NOMEIA MARIA DAS GRAÇAS VENHOLD LOSSO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA ESTRATÉGICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 04 de janeiro de 2021, MARIA DAS GRAÇAS VENHOLD LOSSO para exercer o cargo comissionado de ASSESSORA ESTRATÉGICA, vinculada ao Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo Único. A remuneração da servidora acima especificada será de acordo com os valores constantes na Lei nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007 e alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 04 de janeiro de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de janeiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 22/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796175

DECRETO Nº 22/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, FRANCIELI FOGLIARINI, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE RECEPCIONISTA E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 04 de janeiro de 2021, por tempo determinado, FRANCIELI FOGLIARINI, para exercer as funções do emprego de RECEPCIONISTA, vinculada ao Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação faz-se necessária, visto que não há candidato aprovado do Processo Seletivo nº 001/2019 para ocupar a vaga.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será até 30 de junho de 2021.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por esta profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O salário base da empregada acima especificada será de acordo com os valores constantes do Anexo II – Quadro de Empregos Públicos Permanentes do Município constantes da Lei nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007, e alterações posteriores e, em caso específico, proporcional às horas trabalhadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 04 de janeiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de janeiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 23/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796182

DECRETO Nº 23/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

REVOGA DECRETO Nº 548/2020, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020 QUE "ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALERIO MORETTI, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 45, incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado nesta data o Decreto nº 548/2020, de 27 de novembro de 2020, que "Estabelece Horário de Funcionamento das Secretarias De Viação, Obras e Serviços e Agricultura e Meio Ambiente do Município e dá Outras Providências".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 04 de janeiro de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de janeiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 13/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796165

PORTARIA Nº 13/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021.

REVOGA A PORTARIA QUE "CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 02 - A EMPREGADA JAQUELINE SCUSSEL A PARTIR DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020".

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 37 ao 39 da Lei Municipal nº 468/07, de 18 de dezembro de 2008, alterações posteriores e Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada, nesta data, a Portaria que "CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 02 - A EMPREGADA JAQUELINE SCUSSEL A PARTIR DE 17 DE FEVEREIRO DE 2020".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 04 de janeiro de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de janeiro de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2021

Publicação Nº 2796537

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 01/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2021

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e plantão 24 horas para as secretarias municipais, conforme descrição constante no anexo I do presente edital. O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 19/01/2021, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

PORTARIA Nº 018/21

Publicação Nº 2795686

PORTARIA Nº 018/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. SILVIO REMI ZANG, CPF nº 942.170.689-72, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO (CC2), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 019/21

Publicação Nº 2795689

PORTARIA Nº 019/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. GUSTAVO ADOLFO GSCHWENDTNER, CPF nº 062.846.859-80, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E OBRAS (CC3), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 020/21

Publicação Nº 2795693

PORTARIA Nº 020/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. JANICE BURTSCHER MARGREITER, CPF nº 005.710.099-30, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETORA GERAL DE UNIDADE ESCOLAR (CC4), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 021/21

Publicação Nº 2795696

PORTARIA Nº 021/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Sra. JUSSARA APARECIDA VIERA DRESCH, CPF nº 894.732.999-15, residente e domiciliada neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETORA GERAL DE UNIDADE ESCOLAR (CC4), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 022/21

Publicação Nº 2795699

PORTARIA Nº 022/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. CLÁUDIO LUIS COLLA, CPF nº 036.566.309-33, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E TRÂNSITO (CC3), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 023/21

Publicação Nº 2796258

PORTARIA Nº 023/21 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. WAGNER LEODORO, CPF nº 064.362.569-03, residente e domiciliado neste município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR GERAL DE ESPORTES (CC4), conforme Lei Complementar nº 110/2018 de 22 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE JANEIRO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

IARA DE ROSS
Sec. Municipal de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2021

Publicação Nº 2797121

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2021

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, CEP 89.840-000, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. MARINO JOSÉ FREY, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 003/2018, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.351/18 de 02/04/2018, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 03/2018020.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020 do Município de Tunápolis: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 03/2018 e 14/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO - Para a execução do objeto deste contrato o CONTRATANTE repassará ao Consórcio a importância de R\$ 23.400,00 (Vinte três mil e quatrocentos reais), durante o exercício de 2021, com parcelas iguais mensais de R\$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais) a partir do mês de janeiro de 2021 a dezembro de 2021.

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

85,95% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.41, correspondente a R\$ 1.676,02 (um mil e seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos);

14,05% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.41, correspondente a R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO: Fica o CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2021, e vigorará até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição

amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC

Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella.

CONTRATADO.

Fiscal deste contrato

Jackson Scherer

Técnico em Projetos

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL N° 14/2021

Publicação N° 2797132

CONTRATO DE LOCACAO DE IMOVEL N° 14/2021.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. EDGAR PREIS, inscrito no CPF nº 760.385.489-04, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.643.997, residente e domiciliado na Linha Felipe Schmidt, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 3.850 m² (três mil, oitocentos e cinq-enta metros quadrados), da área total de 38.304,00 m² (trinta e oito mil, trezentos e quatro metros quadrados), localizada em Linha Felipe Schmidt, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 14.182.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO;

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 3.053,04 (Três mil cinquenta e três reais e quatro centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 254,42 (Duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos) pelo período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, conforme a ordem cronológica do setor da tesouraria deste Município. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde à variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência presente contrato é a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR:

Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

- I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;
- II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
- III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (223) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA OITAVA :

Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de janeiro de 2021.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EDGAR PREIS
CPF nº 760.385.489-04
LOCADOR/CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff CPF:918.368.409-34	Sheila Inês Bieger CPF: 020.226.259.60
---	---

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 05/2021

Publicação Nº 2797111

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 05/2021.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 81 da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, neste ato representada por Sidinei Egon Simon inscrito(a) no CPF nº 773.903.859-87 e portador(a) do RG nº 2540533, órgão expedidor SSP SC Gerente Regional da Epagri de São Miguel do Oeste, CNPJ nº 83.052.191/0025-30, com endereço na Rodovia SC, 386, KM 3, Linha Cruzinhas,

CEP: 89900-000, Cidade São Miguel do Oeste, SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado nos arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.171/1991 e vinculado à Dispensa de Licitação nº 24/2020, com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de São Miguel do Oeste, unidade da CONTRATADA.

Parágrafo único. O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte 132 (3.3.90.39.05) do exercício financeiro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT);
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de Trabalho (PAT), nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT);
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos servidores públicos da CONTRATANTE que atuam no atendimento aos agricultores residentes no Município;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de Trabalho (PAT) no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano Anual de Trabalho (PAT);
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR) e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição na esfera Municipal;
9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento;
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos;
6. Disponibilizar o espaço físico e mobiliário adequados para a instalação do escritório municipal da CONTRATADA (incluindo o fornecimento de linha telefônica, internet, energia elétrica, água e serviços de limpeza), respeitadas as normas de segurança e saúde do trabalho e acessibilidade, podendo esse ser compartilhado com outros órgãos e entidades relacionadas com o escopo deste contrato;
7. Responsabilizar-se pelo pagamento de tributos e demais despesas relativas ao espaço físico e mobiliário disponibilizados à CONTRATADA para a execução dos serviços, conforme item anterior, incluindo o pagamento de aluguel, se for o caso.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, terá início em 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021 facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 37.440,00(trinta e sete mil quatrocentos e quarenta reais) divididos em R\$ 3.120,0(Três mil cento e vinte reais) que serão pagas até o último dia útil de cada mês, no período de vigência desse contrato.

Parágrafo primeiro. Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação federal e municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

Parágrafo segundo. O reajuste dos preços dos serviços prestados e ora contratados se dará após 12 (doze) meses de vigência do contrato, em conformidade com o artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.192/2001, e será medido pela variação anual do INPC (IBGE) ou de acordo com outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo Município CONTRATANTE para a CONTRATADA, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal deverá ser emitida até o dia 20(vinte) de cada mês da prestação do serviço, com vencimento no último dia do mês.

Parágrafo segundo. Os valores pagos com atraso serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme índice previsto na legislação federal e municipal vigente, com a incidência de juros de mora, de acordo com os artigos 54, caput e 55, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigos 394, 395 e 397 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do

instrumento ora ajustado, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consultantes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesca.

Parágrafo único. A CONTRATADA se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes, caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

Parágrafo único. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Tunápolis, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS
CONTRATANTE

Sidinei Egon Simon

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CONTRATADA

Fiscal deste contrato
Dircelei Arenhardt
Secretária Municipal da Agricultura

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas :

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE RATEIO Nº 08/2021

Publicação Nº 2797119

CONTRATO DE RATEIO Nº 08/2021

De um lado:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL- CONSAD, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, com sede na Rua Odilon Cairo de Oliveira, nº 515, Bairro São Gotardo na

cidade de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Marino José Frey, Prefeito Municipal de Tunápolis, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, no Município de Tunápolis/SC.

De outro lado:

O Município de TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC.

Resolvem firmar o presente Contrato de Rateio para disciplinar o rateio dos recursos necessários para a manutenção das atividades administrativas e financeiras do consórcio, para prestação de serviços no município, no exercício fiscal de 2021.

Este contrato terá como base legal a Lei Federal nº 8.666/93 com fundamento no artigo nº 24, inciso XXVI, sendo dispensada a realização de licitação para a celebração do mesmo; Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos; Lei Municipal nº 0989/2010 que autorizou o município a aderir ao Consórcio, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Contrato de Rateio tem como objeto disciplinar o repasse de recursos financeiros, pelo Município ao Consórcio, referente ao custeio administrativo mensal do consórcio, bem como para participação no Programa SUASA -Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária do Consórcio, o qual possui a finalidade de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA nos municípios consorciados interessados em aderir ao sistema, com fundamento na Portaria nº 62, de 15 de Julho de 2016, emitida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além do Programa SUASA oferecer a possibilidade da comercialização dos produtos de origem animal em todo território nacional, os estabelecimentos que não estejam interessados em aderir ao SISBI-POA poderão comercializar seus produtos por intermédio do livre comércio, conforme previsto no Decreto nº 10.032, de 1 de outubro de 2019, que altera o Anexo ao Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, para dispor sobre as competências dos Consórcios Públicos de Município no âmbito do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, bem como na Instrução Normativa nº 29, de 23 de abril de 2020, que estabelece os requisitos para o livre comércio de produtos de origem animal, inspecionados por Consórcio Público de Municípios.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula primeira serão prestados pelo CONTRATADO na sede do CONSAD ou "in loco", conforme necessidade. O consórcio não terá nenhuma obrigação de cumprimento de carga horária no município, cabendo-lhe apenas a obrigação de prestar os serviços de maneira que melhor lhe couber (presencial ou não) nos dias e horários que lhe forem propícios. O Consórcio CONSAD será o Órgão Coordenador de todo o sistema e será responsável por oferecer suporte técnico aos municípios, seja antes ou após conseguirem a equivalência, monitorando, exigindo e verificando se os serviços de inspeção municipais estão cumprindo com os requisitos estabelecidos para a mesma. Nesse caso, o consórcio terá o poder de reconhecer a equivalência dos serviços de inspeção dos municípios, bem como de suspender os mesmos no caso de não cumprimento das legislações em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência a partir 04 de Janeiro de 2021 até 31 de Dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO pagará ao CONSÓRCIO o valor total de R\$ 29.113,56 (vinte e nove mil, cento e treze reais e cinquenta e seis centavos) com o seguinte desdobramento:

Parcela	Vencimento	Rubrica 3.1.71.70.01	Rubrica 3.3.71.70.01	Rubrica 4.4.71.70.01	Valor total Mensal
1	30/01/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
2	28/02/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
3	30/03/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
4	30/04/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
5	30/05/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
6	30/06/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
7	30/07/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
8	30/08/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
9	30/09/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
10	30/10/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
11	30/11/2021	R\$ 2.070,14	R\$ 330,98	R\$ 25,00	R\$ 2.426,12
12	30/12/2021	R\$ 2.070,21	R\$ 331,03	R\$ 25,00	R\$ 2.426,24
Total anual		R\$ 24.841,75	R\$ 3.971,81	R\$ 300,00	R\$ 29.113,56

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura de cada Município.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

- 1) O valor contratual previsto será pago em 12 (doze) parcelas, com vencimento no dia 30 (trinta) de cada mês, mediante pagamento de boleto bancário.
- 2) Após 15 (quinze) dias corridos do vencimento do boleto, o mesmo irá a protesto, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do Município.
- 3) É de responsabilidade do município a efetivação do pagamento de eventuais taxas oriundas do protesto dos boletos em caso de atraso do pagamento.
- 4) Os boletos serão disponibilizados em sua totalidade no e-mail compras3@tunapolis.sc.gov.br.
- 5) O Consórcio enviará Nota Fiscal Eletrônica mensalmente até o dia 20 de cada mês no e-mail citado acima.
- 6) As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias constantes do orçamento do Município, vigentes para o exercício financeiro de 2021, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica 3.1.71.70.01	Rubrica 3.3.71.70.01	Rubrica 4.4. 71.	Total Geral
24.841,75	3.971,81	300,00	29.113,56

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser aditado de acordo com a Lei nº 8666/93 e conforme Resolução Administrativa nº 23/2020– CONSAD, desde que houver interesse entre ambas as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do Consórcio:

- 1) Colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços objeto do presente Contrato de Rateio;
- 2) Comunicar ao MUNICÍPIO as anormalidades verificadas durante a execução do programa.
- 3) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante toda prestação dos serviços;
- 4) Orientar e notificar a Secretaria Municipal de Administração e Secretaria da Agricultura em relação aos procedimentos adotados em caso de não cumprimento das atividades por parte do serviço de inspeção municipal;
- 5) Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio;
- 6) Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- 7) Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitadas, inclusive prestando contas na forma da lei.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- 1) Efetuar mensalmente o repasse dos recursos financeiros, nos valores e condições firmadas;
- 2) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento e a execução do presente instrumento;
- 3) Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- 4) Disponibilizar profissionais capacitados para o desenvolvimento do programa a nível municipal;
- 5) Autorizar a participação dos profissionais envolvidos no programa em capacitações, seminários e demais eventos os quais estão diretamente ligados ao desenvolvimento do serviço de inspeção municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deste contrato será regrada da seguinte forma:

- 1) Para a prestação de contas será emitido o relatório de valores executados por ente consorciado bimestralmente, este será enviado no e-mail citado na cláusula sexta deste contrato, para acompanhamento dos entes.
- 2) Toda a documentação contábil física estará disponível para que em qualquer momento o ente possa fazer a conferência pessoalmente junto a sede do Consórcio;
- 3) O Consórcio fará segmento como prestação de contas geral o cumprimento da Instrução Normativa 20/2015 do Tribunal de Contas/SC, com envio Bimestral do e-Sfinge;
- 3) Todos os dados do consórcio, estarão disponíveis no Portal da Transparência no site da entidade: <http://www.consadextremo.org.br/>.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1) Os casos omissos ao presente contrato serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/2005, lei 8666/93 e demais instrumentos legais aplicáveis;
- 2) Havendo a restrição na realização de despesas, empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o CONSÓRCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir contribuição prevista neste instrumento;
- 3) A eventual impossibilidade de o CONSÓRCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.
- 4) Poderá ser excluído do consórcio público, mediante prévia notificação, o ente consorciado que não consignar em sua Lei Orçamentária ou créditos adicionais as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio, sendo que a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

5) Constitui ato de improbidade administrativa nos termos do disposto no artigo 10, inciso XV, da Lei 8.429 de 02 de Junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste -SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Município de Tunápolis,SC., 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
Presidente do CONSAD
PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE TUNAPOLIS

Fiscal deste contrato
Dircelei Arenhardt
Secretária Municipal da Agricultura

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE RATEIO Nº 06/2021

Publicação Nº 2797113

CONTRATO DE RATEIO Nº 06/2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TUNÁPOLIS e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER.

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, e do outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. CLÁUDIO JUNIOR WESCHWNFELDER, brasileiro, solteiro, Prefeito de Guarujá do Sul, SC, portador da Carteira de Identidade nº 4.899.402, órgão expedidor SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 061.266.679-48, residente e domiciliado na Linha Barro Preto, interior, município de Guarujá do Sul, SC, resolvem firmar o presente Contrato de Rateio objetivando a GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS DESENVOLVIDOS PELO CONSÓRCIO, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços transferidos, conforme Protocolo de Intenções e Alterações Contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, Lei Federal nº 8.666/93, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, legislação municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, e Alterações Contratuais do CONDER, Lei Municipal nº 1.314/2017, bem como, as cláusulas do Contrato de Consórcio Público – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS LEGAIS

É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto RATEAR AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional-CONDER, entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei nº. 11.107/05.

Parágrafo Único. Consideram-se despesas do Consórcio entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

Despesas de instalação, aquisição de equipamentos, mobiliário e manutenção da estrutura existente, inclusive reposição.

Despesas de execução do objeto e das finalidades do Consórcio previstos no contrato de consórcio público.

Despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas previstas em lei.

Despesas relativas à prestação de serviços, aquisição de materiais de uso e consumo, locação de softwares de gestão, necessários para o desempenho das atividades administrativas e financeiras do Consórcio.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DE RATEIO E VENCIMENTOS

Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município repassará mensalmente ao CONDER, durante o exercício de 2021, conforme definido em assembleia realizada em 14/07/2020 e registrado sob ata nº 003/2020, o valor de R\$ 650.00 (seiscentos e cinquenta reais), acrescido de R\$ 0,03 (zero três centavos) habitante/município - dados ano base IGBE/2020 - aplicando sobre este o indexador de reajuste do IPCA aprovado em assembleia em 01/12/2020, sendo este o acumulado de Dezembro de 2019 à Novembro de 2020 que foi de (4,31%), conforme segue:

Parcela	Vencimento	Repasso mensal R\$
01	30.01.2021	819,61
02	28.02.2021	819,61
03	30.03.2021	819,61
04	30.04.2021	819,61
05	30.05.2021	819,61
06	30.06.2021	819,61
07	30.07.2021	819,61
08	30.08.2021	819,61
09	30.09.2021	819,61
10	30.10.2021	819,61
11	30.11.2021	819,61
12	30.12.2021	819,61
REPASSE TOTAL ANUAL		R\$ 9.835,32

Os valores serão depositados em conta específica do CONDER: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 123.456-0.

CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta da rubrica orçamentária de acordo com a Lei Orçamentária Anual sob nº 1446 de 30 de outubro de 2020 e respectivos anexos, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica Dotação	Especificação	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	(%)
3.1.71.70 (....)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Pessoal	6.487,49	80%
3.3.71.70 (....)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Manutenção	1.216,26	15%
4.4.71.70 (....)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Investimento	405,60	5%
TOTAL		819,61	9.835,32	100,00%

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONDER:

- Acompanhar e controlar a qualidade técnica dos serviços prestados durante todo o processo, através de relatórios das atividades;
- Fornecer mensalmente recibo do valor pago pelo Município.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

- Acompanhar os serviços oferecidos pelo Consórcio;
- Auxiliar o Consórcio a ampliar o rol de benefícios para os consorciados;
- Definir conjuntamente com o Consórcio a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato de rateio terá vigência a partir de sua assinatura até o dia 31/12/2021, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC, para dirimir as questões e/ou procedimentos decorrentes ao cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato de Rateio em 02(duas) vias de igual teor e forma.
Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
CONTRATANTE

CLÁUDIO JUNIOR WESCHWNFELDER
Presidente do CONDER
CONTRATADO

Fiscal deste contrato
Jackson Scherer
Técnico em Projetos

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO DE RATEIO Nº 07/2021

Publicação Nº 2797115

CONTRATO DE RATEIO Nº 07/2021

“Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o Município de TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, e do outro lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, município de São Miguel do Oeste, neste ato representado pelo seu presidente Sr. CLÁUDIO JUNIOR WESCHWNFELDER, brasileiro, solteiro, Prefeito de Guarujá do Sul, SC, portador da Carteira de Identidade nº 4.899.402, órgão expedidor SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 061.266.679-48, residente e domiciliado na Linha Barro Preto, interior, município de Guarujá do Sul, SC, , resolvem firmar o presente CONTRATO DE RATEIO com o objetivo de estruturar e manter o PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL, oferecido pelo CONDER, tendo como base legal a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 e ao Decreto nº 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei Municipal de Ratificação do Consórcio Público, Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais do município de TUNÁPOLIS através do CONDER no exercício fiscal de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, do uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais será executada de forma parcial pelo CONDER, consistindo na elaboração de estudos, pareceres, ações, programas e projetos, com vistas ao assessoramento técnico, planejamento integrado, controle e/ou execução de atividades do órgão ambiental local.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, o município de TUNÁPOLIS transfere ao CONDER o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de “Gestão Ambiental” entre o município e o CONDER para a gestão associada do objeto deste contrato.

3.2. A falta de repasse dos valores constante do presente contrato poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem

prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações.

3.3. Na eventualidade de não observância dos prazos de repasses pelo município este deverá inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados.

3.4. Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia do CONDER e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO/VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato de rateio terá vigência a partir da sua assinatura até o dia 31/12/2021, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DE RATEIO E VENCIMENTOS

5.1. Para a execução do objeto deste Contrato de Rateio, e pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o Município repassará mensalmente ao CONDER, durante o exercício de 2021, conforme definido em assembleia realizada em 14/07/2020 e registrado sob ata nº 003/2020, o valor de R\$ 1.200,00 (mil duzentos reais), acrescido de R\$ 0,20 (zero vinte centavos) habitante/município - dados ano base IGBE/2020 - aplicando sobre este o indexador de reajuste do IPCA aprovado em assembleia em 01/12/2020, sendo este o acumulado de Dezembro de 2019 à Novembro de 2020 que foi de (4,31%), conforme segue:

Parcela	Vencimento	Repasso mensal R\$
01	30/01/2021	2.195,72
02	28/02/2021	2.195,72
03	30/03/2021	2.195,72
04	30/04/2021	2.195,72
05	30/05/2021	2.195,72
06	30/06/2021	2.195,72
07	30/07/2021	2.195,72
08	30/08/2021	2.195,72
09	30/09/2021	2.195,72
10	30/10/2021	2.195,72
11	30/11/2021	2.195,72
12	30/12/2021	2.195,72
REPASSE TOTAL ANUAL		26.348,64

Os valores serão depositados em conta específica do Programa Gestão Ambiental do CONDER: Banco: 001 – Banco do Brasil, agência 0599-1, conta corrente 52571-5.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da transferência financeira previstas no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do município de TUNAPOLIS vigentes para o exercício financeiro de 2021, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Rubrica Dotação	Especificação	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)	(%)
3.1.71.70. 70. (...)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Pessoal	75%
3.3.71.70. 70. (...)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Manutenção	15%
4.4.71.70. 70. (...)	Transferência a Consórcios Públicos - Rateio Despesas de Investimento	10%
TOTAL		2.195,72	26.348,64	100,00%

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONDER responsável por:

- Promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- Contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo município de TUNAPOLIS;
- Aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- Facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- Fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CONDER, Contrato de Consórcio Público e suas alterações, fica o município de TUNAPOLIS desde já responsável por:

- Efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados neste contrato;
- Designar servidor para responder pelo órgão ambiental municipal com quem o CONDER manterá todos os contatos pertinentes ao Programa "Gestão Ambiental"
- Inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o CONDER deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município de TUNÁPOLIS todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, o Município de TUNÁPOLIS ficará sujeito à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato em caso de inadimplência, sendo suspensos os serviços até a regularização da dívida.

9.2. Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 60 (sessenta) dias, o Município de TUNÁPOLIS poderá ser excluído do Programa de "Gestão Ambiental" sendo que a exclusão não exime o município do pagamento dos valores constantes neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As demais questões serão resolvidas consoante às disposições do Estatuto Social, Contrato de Consórcio Público e posteriores alterações do CONDER e das normas da Lei Federal nº 11.107/2005, bem como pelas deliberações tomadas em Assembleia Geral.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY	CLÁUDIO JUNIOR WESCHWNFELDER
PREFEITO MUNICIPAL	Presidente do CONDER
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS	CONTRATADO
CONTRATANTE	

Fiscal deste contrato
Jackson Scherer
Técnico em Projetos

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N ° 01/2021

Publicação Nº 2797102

CONTRATO N ° 01/2021.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 506.483 e inscrito no CPF sob nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, Centro do Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, empresa TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.078.578.0001-00, estabelecida á Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Franciano Blanc Alves, inscrito no CPF sob o nº. 001.310.250-82 e doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 13/2020, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.

Item	Quantidade	Unid.	Preço UNIT	Especificação
------	------------	-------	------------	---------------

1	800,00	atendi	45,00	<p>Contratação de serviços veterinários, para prestar atendimento clínico nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por médico veterinário habilitado, nos rebanhos de ovinos, suínos, bovinos, caprinos, equinos, devendo para tanto, o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais e medicamentos e demais acessórios necessários acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo, a serem cobrados pelo contratado junto ao produtor rural atendido. Quando o veterinário contratado atender o chamado na propriedade e tiver mais de um animal a ser atendido, somente poderá cobrar 1(um) atendimento, por chamado.</p> <p>A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência</p>
---	--------	--------	-------	---

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade da Contratada, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais. Somente serão pagas as notas fiscais para as CONTRATADAS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 45,00(quarenta e cinco reais) por chamado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (136) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021. Os recursos financeiros serão próprios do Município. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais

substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

A CONTRATADA que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente termo entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2021 e vigora até o dia 31.12.2021, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 02 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

TRANS. E REPRES. COMER. PAMPEIRO LTDA-ME
CONTRATADO
Franciano Blanc Alves
Sócio Administrador

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.520

Dircelei Arenhardt
Secretária Municipal da Agricultura
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO N º 02/2021

Publicação Nº 2797104

CONTRATO N º 02/2021.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 506.483 e inscrito no CPF sob nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, Centro do Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa AGROTUNAS LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Arcádio Luis Orth, inscrito no CPF sob o nº. 024.491.829-50 e doravante denominado de CONTRATADA, resolvem celebrar a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 13/2020, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo UNIT	Especificação
1	800,00	atendi	45,00	Contratação de serviços veterinários, para prestar atendimento clínico nas propriedades rurais do município de Tunápolis, por médico veterinário habilitado, nos rebanhos de ovinos, suínos, bovinos, caprinos, equinos, devendo para tanto, o contratado providenciar todos os instrumentos, materiais e medicamentos e demais acessórios necessários para o atendimento que serão de responsabilidade do mesmo, a serem cobrados pelo contratado junto ao produtor rural atendido. Quando o veterinário contratado atender o chamado na propriedade e tiver mais de um animal a ser atendido, somente poderá cobrar 1(um) atendimento, por chamado. A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade da Contratada, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais. Somente serão pagas as notas fiscais para as CONTRATADAS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). A relação dos atendimentos realizados no período, deverão ser

entregues na Secretaria Municipal de Agricultura no máximo até dia 25 de cada mês OBRIGATORIAMENTE, para possibilitar a conferência e emissão do documento fiscal dentro do mês de competência

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 45,00(quarenta e cinco reais) por chamado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. Somente serão pagas as notas fiscais para os CONTRATADOS que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (136) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021. Os recursos financeiros serão próprios do Município. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

A CONTRATADA que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;

e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente termo entra em vigor no dia 02 de janeiro de 2021 e vigora até o dia 31.12.2021, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 02 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AGROTUNAS LTDA ME

CONTRATADO

Arcádio Luis Orth

Sócio Administrador

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.

OAB/SC 31.520

Dircelei Arenhardt

Secretária Municipal da Agricultura

Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 04/2021

Publicação Nº 2797108

CONTRATO Nº 04/2021

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 506.483 e inscrito no CPF sob nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, Centro do Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TRANSPORTES SERNI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.026.402/0001-89, estabelecida a Rua Teotônia Nº 104 na cidade de Iporã do Oeste-SC, representada pelo sócio-gerente Sr. Sérgio Osvino Mallmann, portador do CPF nº 347.581.519-20 e Identidade nº 714.683, residente no endereço anteriormente mencionado, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares, e comerciais, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços nº 12/2020, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais, conforme a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	12,00	MES	11.053,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CONVENCIONAIS (ORGÂNICOS E SIMILARES) EM TODO O PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.
2	12,00	MES	5.526,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA DA CIDADE E INTERIOR (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

– A coleta, transporte, triagem e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais convencionais da cidade e parte do interior do Município deverá ser executada em conformidade com o Memorial Descritivo identificado como ANEXO I e II a este contrato, podendo os mesmos sofrer alterações e adequações conforme a necessidade do Município, sem ônus.

DO PESSOAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- O quadro de funcionários será de inteira responsabilidade da empresa contratada, em número suficiente para efetuar os trabalhos contratados de forma satisfatória e dentro das exigências dos órgãos competentes, da Lei e, das normas de segurança e saúde.
- A fiscalização municipal que será feita através do Setor de Urbanismo, terá direito de exigir dispensa que se efetivará, dentro de 48 h (quarenta e oito horas), de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços. Se a dispensa der origem a ação judicial, a municipalidade não terá qualquer responsabilidade.
- Será terminantemente proibido aos funcionários ingerirem bebidas alcoólicas em serviço e pedirem gratificações, ou donativos de qualquer espécie e discutir com os munícipes a forma em que estão sendo realizados os serviços, sendo que, qualquer reclamação, deverá ser efetuada ao Setor de Urbanismo.

FREQÜÊNCIA E HORÁRIO

A freqüência e dias de recolha deverá ser conforme determinado no Memorial Descritivo identificado como ANEXO I e II a este contrato, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, podendo os mesmos sofrer alterações e adequações conforme a necessidade do Município, sem ônus.

DA EXECUÇÃO DA COLETA

- Os recipientes deverão ser manuseados com precaução, esvaziados completamente, a fim de que se evite danificá-los e a queda de lixo nas vias públicas.
- As coletas deverão ser feitas também dos recipientes tombados, ou caídos nas vias públicas, inclusive com varredura complementar.
- O vasilhame em que está depositado o lixo deverá ser manuseado com bons modos e deixado, após esvaziado totalmente, nas mesmas condições de uso e no local que estava.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Município pagará o valor de R\$ 16.579,00(dezesseis mil quinhentos e setenta e nove reais) por mês, sendo efetuado MENSALMENTE, ATÉ O DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE ao do serviço prestado, mediante o recebimento da Nota Fiscal, acompanhada de cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS. Com fundamento na Instrução Normativa SRP nº 03/2005 (art. 172, 173 e 174) e no LTCAT da empresa o percentual da retenção aplicado sobre o valor dos serviços prestados por estes segurados, deve ser acrescido de dois pontos percentuais, respectivamente, perfazendo o total de treze pontos percentuais.

O Valor total do Contrato é de R\$ 198.948,00 (cento e noventa e oito mil novecentos e quarenta e oito reais.).

- O pagamento será efetuado MENSALMENTE, ATÉ O DIA 10 DO MES SUBSEQUENTE ao do serviço prestado, mediante o recebimento da Nota Fiscal, acompanhada de cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS. Com fundamento na Instrução Normativa SRP nº 03/2005 (art. 172, 173 e 174) e no LTCAT da empresa o percentual da retenção aplicado sobre o valor dos serviços prestados por estes segurados, deve ser acrescido de dois pontos percentuais, respectivamente, perfazendo o total de treze pontos percentuais.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Durante os primeiros doze meses o valor mensal não sofrerá reajuste. Após será aplicada a variação do IGPM dos últimos 12 (doze) meses ou de outro índice que, eventualmente, o substitua. Na indisponibilidade do IGPM de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da

data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO podendo ser renovado por períodos de 12 meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, posto que tem caráter continuado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESPESA

Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados recursos:

Unid. Org. / Projeto / Atividade	Descrição
06.02.2028.33903900000000 Dotação 163	SEC. MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO. Manutenção dos Serviços de obras e Urbanismo

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

A CONTRATADA é a única responsável civil, administrativa e criminalmente, por eventuais danos causados ao meio ambiente e a qualquer pessoa em razão de contaminação, acidentes ou qualquer outro fato decorrente da execução da prestação de serviços, desde o momento da coleta, durante o transporte e, inclusive, quanto ao destino final que for dado aos resíduos sólidos que constituem o objeto deste contrato. A CONTRATADA assume a defesa contra quaisquer reclamações ou demandas e arca com os respectivos ônus, por quaisquer danos que venham a ser causados durante o período de execução dos serviços ora contratados (coleta, acondicionamento, transporte e destinação final), por seus empregados ou prepostos, a qualquer pessoa, em quaisquer circunstâncias, pelos quais a CONTRATANTE sofra prejuízo ou venha a ser reclamada ou demandada em juízo ou extrajudicialmente.

A CONTRATADA fará com que seus empregados e/ou prepostos trabalhem devidamente uniformizados e protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

A CONTRATADA suportará integralmente as despesas de alimentação, hospedagem, deslocamento e transportes dos seus empregados, prepostos e contratados para a execução do objeto do presente certame, bem como os respectivos riscos.

A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços dentro das exigências dos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, com mão-de-obra especializada e qualificada, equipamentos, utensílios, containeres, veículos, entre outros, para a competente execução dos serviços ora contratados.

A CONTRATADA deverá apresentar ao Município, no prazo máximo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, a ART de execução dos serviços contratados, sob pena de motivo justo para rescisão contratual e aplicação das penalidades.

Caberá à Contratada:

- Obter todas as licenças e franquias;
- O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e observação de todas as posturas referente ao serviço;
- Manter as Licenças de Operação sempre vigente;
- Manter em dia o pagamento da Taxa de Regulação à ARIS – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, bem como as informações sobre a regulação e fiscalização dos serviços pelas ARIS.

CLAUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços nº 13/2020, Processo Licitatório nº 323/2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Licitação, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, a serem registradas junto ao SICAF, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais

sanções ou multas;

- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

Obs.: A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão considerados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo Setor de Urbanismo.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

A empresa contratada deverá informar à fiscalização os casos de depósitos irregulares de resíduos e/ou falta de recipiente adequado.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização será feita mediante ofício protocolado.

A fiscalização terá acesso livre às dependências, instalações e maquinário da contratada, que deverá sempre, que solicitado, complementar as informações que o Município entender necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula décima primeira deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações.

Parágrafo Único – Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Integram o presente contrato para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – Memorial Descritivo.

ANEXO II – Memorial Descritivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Marino José Frey

TRANSPORTES SERNI LTDA

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Sérgio Osvino Mallmann
Sócio Gerente
CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.520

JUNIOR CESAR BOURSCHIEDT
AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS
FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas: _____

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF:: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 01/2021

Publicação Nº 2797148

CONTRATO Nº 01/2021

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a Associação Hospitalar de Tunápolis, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Vanduir Matias Deters, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 026.453.069-18, RG nº 3.401.415 e doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de PLANTÃO MÉDICO para os munícipes de Tunápolis, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 09/2020 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1.741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de PLANTÃO MÉDICO para os munícipes de Tunápolis para o exercício financeiro de 2021, conforme segue

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	PLANTÃO MÉDICO em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	h	4.016	64,00	257.024,00
2	PLANTÃO MÉDICO estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	h	2.880	84,64	243.763,20

TOTAL GERAL	500.787,20
-------------	------------

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS -

Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS –

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (44) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A credenciada deverá realizar o PLANTÃO MÉDICO para os munícipes de Tunápolis para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

A credenciada que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.

b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 01/01/2021 e vigorará até dia 31/12/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 02 de janeiro 2021.

Roseli Gabriel Bonavigo
Gestora do Fundo Municipal da Saúde
Fiscal do Contrato

Associação Hospitalar de Tunápolis
Vanduir |Matias Deters
Presidente da Asso. Hospitalar de Tunápolis

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.52

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

CONTRATO Nº 02/2021

Publicação Nº 2797153

CONTRATO Nº 02/2021

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Henrique Delavy Zinhani- sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 019.848.360-05, considerada doravante CONTRATADA

FUNDAMENTO LEGAL: FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº
Processo de Compra Nº.: 330/2020, Pregão Presencial nº: 137/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DURANTE O ANO DE 2021.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário
01	180	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES.	33,00
02	200	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" E "AMBULÂNCIA".	42,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, durante o ano 2021, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas na cláusula primeira deste contrato.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 330/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde, isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Fundo, documento de autorização para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (19) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

Roseli Gabriel Bonavigo Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME GESTORA DO FUNDO Henrique Delavy Zinhani/CPF: 019.848.360-05.

CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 03/2021

Publicação Nº 2797106

CONTRATO Nº 03/2021.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 506.483 e inscrito no CPF sob nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, Centro do Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TUNÁPOLIS INSEMINAÇÕES LTDA -ME, com sede na Rua São Luiz nº 63, Bairro Colina, no Município de Tunápolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 27.821.475/0001-03, representado pelo sócio administrador o Sr. Sérgio Preis, inscrito no CPF sob o nº 811.619.809-20, considerado doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para prestação de SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 15/2020, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993

atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto credenciar SERVIÇOS DE INSEMINAÇÃO A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR EMPRESA HABILITADA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021, CONFORME SEGUE ABAIXO:

Item	Unid.	Preço Máximo UNIT	Especificação
1	atendi	17,00	Contratação de serviço de inseminação artificial, a serem prestados nas propriedades rurais do município de Tunápolis, pela empresa credenciada.

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Contratação do serviço de inseminação artificial deve ser executado por: inseminador com certificado de curso de inseminação artificial, empresa com sede no município de Tunápolis, com telefone residencial ou celular, que vai servir de meio de comunicação entre os Produtores Rurais solicitantes do serviço de inseminação e a empresa cadastrada; ter a disposição veículo/Motocicleta com plenas condições de uso para se deslocar até as propriedades rurais dos agricultores solicitantes do serviço. Para a execução do serviço de inseminação deve ser proprietário dos seguintes equipamentos e Materiais: botijão de inseminação em plenas condições de uso; aplicador universal; bainhas descartáveis; cortador de palheta; papel higienizador descartáveis; descongelador de sêmen; termômetro; pinça; luvas descartáveis e bloco de inseminação. O sêmen que será usado neste serviço será adquirido pelo Município de Tunápolis. A celebração do contrato fica condicionada à aprovação, pelos técnicos da Secretaria Municipal da Agricultura, do equipamento (botijão de conservação) e dos materiais destinados à execução do serviço: pinça metálica, vareta para medir o nível de nitrogênio, cortador de palheta, termômetro, aplicador, e demais materiais utilizados na inseminação, com exceção do sêmen e as Luvas e bainhas.

A execução dos serviços, será de forma continuada, com disponibilidade do CONTRATADO, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo até 5 horas após comunicado. O produtor rural deverá entrar em contato diretamente com o prestador cadastrado, nos números de telefone por ele fornecido. O Inseminador deverá preencher em bloco específico após a inseminação, para posterior prestação de contas, onde deverá constar, nome do inseminador, data da inseminação, nome do produtor, localidade, e descrever a procedência do sêmen utilizado, esses comprovantes deverão ser entregues mensalmente na Secretaria Municipal da Agricultura. O sêmen será fornecido pelo Município de acordo com a Lei 1233/2015 de 19 de agosto de 2015;

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 - A remuneração dos serviços prestados pela empresa CONTRATADA deverá ser realizado pelo produtor Rural diretamente para o Inseminador, após a execução do serviço, sendo o preço máximo estipulado de R\$ 17,00(dezessete reais). O valor de R\$ 17,00(dezessete reais) será por uma aplicação de inseminação efetivamente prestada, e 1(um) retorno se necessário for. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as demandas e necessidades do Município assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário. A CONTRATADA será responsável pelo acondicionamento do sêmen em botijão adequadamente manejado. A CONTRATADA será responsável pelo descongelamento da palheta em recipiente descongelador a uma temperatura de 35° C, aferido por termômetro, por 30 segundos, bem como pelo encaixe da palheta em bainha descartável, uma por animal, acoplada em aplicador universal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- efetuar o pagamento ajustado;
- dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2021 e vigorará até dia 31 de janeiro de 2021, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 02 de Janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

Marino José Frey
Prefeito Municipal
Contratante

TUNÁPOLIS INSEMINAÇÕES LTDA -ME

Sérgio Preis/ CPF: 811.619.809-20
Sócio Administrador
CONTRATADA

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.520

Dircelei Arenhardt
Secretária Municipal da Agricultura
Fiscal deste contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 04/2021

Publicação Nº 2797164

CONTRATO Nº 04/2021.

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunapolis/ SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Henrique Delavy Zinhani- sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 019.848.360-05, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 325/2020, e Pregão Presencial nº 132/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, propriedade do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, para o exercício de 2021, conforme segue abaixo:

tem	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço Total R\$	
06	20.000,00	L	Gasolina Comum. Marca Charrua	4,37	87.400,00	
			TOTAL GERAL		87.400,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento do presente contrato será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal da Saúde, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo.

2.3 O valor do preço unitário dos itens constantes no objeto do presente contrato sofrerão reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores a proponente contratada, devendo apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela contratada. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – A Gasolina Comum deverá ser fornecida ao Fundo Municipal da Saúde, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, de acordo com a legislação pertinente, diretamente no reservatório dos veículos, durante todo o exercício financeiro de 2021, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo a ser abastecido e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Fundo Municipal da Saúde acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos

padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 325/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Fundo Municipal da Saúde, documento de autorização para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Fundo Municipal da Saúde obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas foram baseados no consumo do ano de 2020, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2020.

Roseli Gabriel Bonavigo	Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME
GESTORA DO FUNDO	Henrique Delavy Zinhani/CPF: 019.848.360-05.
CONTRATANTE	Sócio Administrador
CONTRATADA	

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 05/2021

Publicação Nº 2797169

CONTRATO Nº 05/2021

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunapolis/ SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, nº 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 325/2020, e Pregão Presencial nº 132/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos de propriedade do Fundo Municipal de Tunápolis para o exercício financeiro de 2021, conforme segue abaixo:

tem	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário
03	6.000,00	L	Óleo Diesel Comum. Marca Ciapetro	3,48
04	15.000,00	L	Óleo Diesel S10. Marca Ciapetro	3,51
05	1.500,00	L	Etanol combustível comum. Marca Ciapetro	3,65

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal da Saúde, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário dos itens constantes no objeto do presente contrato sofrerão reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores a proponente contratada, devendo apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela contratada. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Fundo Municipal da Saúde, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, de acordo com a legislação pertinente, diretamente no reservatório dos veículos,

máquinas ou equipamentos durante todo o exercício financeiro de 2021, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Fundo Municipal da Saúde acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 325/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o Fundo Municipal da Saúde isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Fundo Municipal da Saúde obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas foram baseados no consumo do ano de 2020, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4.Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

Roseli Gabriel Bonavigo Auto Posto Canarinho Ltda
GESTORA DO FUNDO Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 06/2021

Publicação Nº 2797172

CONTRATO Nº 06/2021

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CONTRATADA, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Vanduir Matias Deters, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 026.453.069-18, RG nº 3.401.415 e doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente CONTRATO referente a prestação dos serviços, para estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e a Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado no Plano Operativo da Atenção Pactuada, em decorrência da Inexigibilidade de licitação e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO –

O presente Contrato tem objeto a prestação dos serviços, estabelecer as ações, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores pactuados entre o Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis e Associação Hospitalar de Tunápolis, em conformidade com a Lei 8080/90 de 19 de setembro de 1990 com alterações e amparado no Plano Operativo da Atenção Pactuada entre ambos conforme segue abaixo:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Eletrcardiograma 02.11.02.003-6	UNID	170	R\$ 6,70	R\$ 1.139,00

2	Excisão de lesão e/ou sutura de ferimento da pele anexos e mucosa 04.01.01.005-8 consiste no procedimento no qual, após administrada anestesia local, é realizada uma incisão com bisturi, envolvendo a lesão a ser removida, atingindo todas as camadas da pele. O fechamento da ferida é realizado com sutura com pontos. Os pontos externos podem ser retirados em 5 a 10 dias. Este procedimento prevê a excisão de uma lesão ou o fechamento de um ferimento na pele, anexos e mucosas em qualquer região do corpo.	UNID	220	R\$ 30,11	R\$ 6.624,20
3	Inalação / nebulização 03.01.10.010-1. procedimento de inaloterapia/nebulização, que inclui medicamentos	UNID	500	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
4	Cateterismo vesical de demora 03.01.10.005-5 introdução, com técnica asséptica, de um cateter estéril na bexiga, através da uretra, com o objetivo de drenar a urina em situações de incompetência vesical e incontinência urinária.	UNID	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
5	Drenagem de abscesso 04.01.01.003-1	UNID	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
6	Administração de medicamentos na atenção especializada. 03.01.10.001-2 consiste no ato de administrar medicamentos, por paciente, independente da quantidade de medicação administrada, prescritos nas consultas/atendimentos, incluindo as consultas/atendimentos realizadas no domicílio.	UNID	2500	R\$ 0,82	R\$ 2.050,00
7	Atendimento ortopédico com imobilização provisória 03.01.06.010-0 compreende a consulta médica e a realização imobilização provisória. No caso de realização de exame radiológico (raio x) para este atendimento, este deve ser registrado em separado com o registro do código próprio de cada tipo de exame existente no sigtap.	UNID	60	R\$ 16,90	R\$ 1.014,00
8	Curativo grau i c/ ou s/ debridamento 04.01.01.002-3 tratamento de lesão aberta, caracterizada por pequena área de tecido afetado nos aspectos de extensão, profundidade e exsudato (grau i), com a finalidade de promover cicatrização, evitar contaminação e/ou tratar infecção. Realizado em serviços de saúde e no ambiente domiciliar.	UNID	320	R\$ 15,00	R\$ 4.800,00
9	Curativo grau ii c/ ou s/ debridamento (04.01.01.001-5) tratamento de lesão aberta, em que ha grande área de tecido afetado nos aspectos de extensão, profundidade e exsudato (grau ii), com a finalidade de promover cicatrização, evitar contaminação e/ou tratar infecção. Necessitando de cuidados mais complexos.	UNID	350	R\$ 42,12	R\$ 14.742,00
10	Retirada de corpo estranho subcutaneo 04.01.01.011-2	UNID	40	R\$ 15,39	R\$ 615,60
11	Retirada de corpo estranho de ouvido / faringe / laringe / nariz 04.04.01.031-8	UNID	50	R\$ 34,35	R\$ 1.717,50
12	Remoção de cerumen de conduto auditivo externo uni / bilateral 04.04.01.027-0	UNID	20	R\$ 7,32	R\$ 146,40

13	02.02.02.038-0 - Hemograma completo	UNID	250	R\$ 4,11	R\$ 1.027,50
14	02.02.01.031-7 - Dosagem de creatinina	UNID	100	R\$ 1,85	R\$ 185,00
15	02.02.01.047-3 - Dosagem de glicose	UNID	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
16	02.02.01.064-3 - Dosagem de transaminaseutamico-oxalacetica tgo	UNID	60	R\$ 2,01	R\$ 120,60
17	02.02.01.065-1 - Dosagem de transaminase glutamico-piruvica (tgp)	UNID	60	R\$ 2,01	R\$ 120,60
18	02.02.01.069-4 - Dosagem de ureia	UNID	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
19	02.02.05.001-7 - Analise de caracteres físicos, elementos e sedimento da urina	UNID	200	R\$ 3,70	R\$ 740,00
20	02.02.03.120-9 - Dosagem de troponina	UNID	60	R\$ 9,00	R\$ 540,00
21	02.02.01.018-0 - Dosagem de amilase	UNID	30	R\$ 2,25	R\$ 67,50
22	02.02.03.020-2 - Dosagem de proteína c reativa	UNID	100	R\$ 2,83	R\$ 283,00
23	02.02.01.042-2 - Dosagem de fosfatase alcalina	UNID	25	R\$ 2,01	R\$ 50,25
24	02.02.01.020-1 - Dosagem de bilirrubina total e frações	UNID	25	R\$ 2,01	R\$ 50,25
25	02.02.01.012-0 - Dosagem de acido úrico	UNID	20	R\$ 1,85	R\$ 37,00
26	02.02.03.111-0 - Teste não treponemico p/ detecção de sífilis vdrl	UNID	10	R\$ 2,83	R\$ 28,30
27	02.02.01.063-5 Sódio	UNID	15	R\$ 1,85	R\$ 27,75
28	02.02.01.060-0 Dosagem de potássio	UNID	15	R\$ 1,85	R\$ 27,75
29	02.02.01.046-5 Dosagem de gama-glutamil-transferase (gama gt)	UNID	10	R\$ 3,51	R\$ 35,10
30	02.02.02.007-0 - Determinação de tempo de coagulacao – tc	UNID	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
31	02.02.02.014-2 - Determinação de tempo e atividade da Protrombina - tap	UNID	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
32	02.02.02.009-6 - Determinação de tempo de sangramento - ts	UNID	20	R\$ 2,73	R\$ 54,60
SUBTOTAL GRUPO 01 – R\$ 39.838,10					

33	Atendimento de urgência c/ observação até 24 horas em atenção especializada 03.01.06.002-9. Compreende o exame inicial e o acompanhamento ao paciente em situação de urgência. Neste caso o atendimento vai além consulta, pois o paciente permanece em observação por até no máximo 24 horas. Neste tempo pode ser administrado medicação conforme o quadro clínico do paciente, ou ainda podem ser realizados exames para esclarecimento diagnóstico. Até 24 horas o paciente pode ter condições de ser liberado e se ultrapassar às 24 horas ele deve ser internado ou transferido. Este atendimento pode ser prestado no setor de urgência de unidades hospitalares, pronto socorro ou outros serviços de atenção as urgências como as upas. Neste procedimento não estão incluídos os exames realizados durante as 24 horas previstas, podendo estes exames serem apresentados em separado, ou seja, adicionalmente na produção de serviços da unidade.	UNID	1300	R\$ 16,21	R\$ 21.073,00
TOTAL SO SUBGRUPO II R\$ 21.073,00					
34	Incentivo Hospitalar	UNID	12	R\$ 4.403,72	R\$ 52.844,64
SUBTOTAL DO GRUPO III R\$ 52.885,20					
TOTAL GERAL					R\$ 113.755,74

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS deverá oferecer os serviços de Urgência e emergência, o Pronto Atendimento ambulatorial e serviço de observação hospitalar bem como estrutural, compreendendo a disponibilidade de toda estrutura para o atendimento efetivo sendo a estrutura física e de todos os profissionais tais como: Enfermeiros, técnicos em enfermagem, profissionais de limpeza e do corpo administrativo, para complementar a equipe necessária para a prestação correta e adequada de todos os serviços inerentes para o bom atendimento. A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS se compromete a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da instituição, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item 1 anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS –

Na eventualidade do Fundo Municipal da Saúde, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (19) do Fundo Municipal da Saúde do ano de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS deverá realizar os serviços constantes no objeto deste contrato sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. Deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos,

prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. A Instituição obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, sob pena de rescisão por não cumprimento do mesmo. A Instituição deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste contrato, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Fundo Municipal da Saúde deverá disponibilizar os profissionais médicos para a execução dos serviços constantes no objeto deste contrato. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Instituição, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS bem como o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE deverão criar comissões para avaliação do desempenho institucional, estas Comissões deverão realizar trimestralmente avaliações em relação aos recursos transferidos, metas físicas e quantitativas. A transferência dos recursos serão disponibilizados de acordo com a análise do cumprimento de metas, conforme o estabelecido nas faixas de desempenho discriminadas abaixo:

Faixa de Desempenho Metas Quanti e Qualitativas	Percentual de Total de Recursos Destinados ao Desempenho
Menor que 75%	Revisão de valores
75% ou mais	Manter o valor

Comissões atuantes obrigatoriamente

Da parte da Instituição Credenciada:

- 1) Comissão de Revisão de Prontuários
- 2) Comissão de Infecção Hospitalar

Da parte do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis:

- 1) Comissão de avaliação e desempenho
- 2) Comissão de auditoria.

Dos relatórios mensais:

A Instituição Credenciada deverá como forma de prestação de contas, apresentar os seguintes relatórios:

- 1) Apresentar mensalmente relatório de desempenho das metas.
- 2) Revisão das metas quantitativas trimestralmente.

A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS não deverá descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS através do FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 05/01/2021 e vigorará até dia 31/12/2021 podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 04 de Janeiro de 2021.

ROSELI GABRIEL BONAVIDO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.
Fiscal deste Contrato

VANDUIR MATIAS DETERS
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO.
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 07/2021 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2797174

CONTRATO Nº 07/2021 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, S/N, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CONTRATADA, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.201.022.0001-36, com sede na Rua João Castilho, Centro, deste Município, neste ato representada pela Presidenta da APAE, Sra. Elise Gretzler Trenhago, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 3.592.295, e inscrita no CPF nº 017.628.959-35, doravante denominada de CONTRATADA para Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8080/90, nº 8142/90 e nº 8666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 3277, de 22/12/2006, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública de Licitação, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM); RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente Contrato tem por objeto o atendimento /Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, aos alunos de Escola Especial e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos), sendo parte integrantes deste Contrato.

Código procedimento	Número de procedimentos	Valor unitário	Valor total no mês R\$	Total do ano R\$
03.01.07.007-5	554	17,67	9.789,18	117.470.16

Parágrafo Único - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial e populacional com base na Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Assistência Ambulatorial e o Plano Diretor de Regionalização (PDR), sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL:

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE do município de Tunápolis com alvará de licença para funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal e alvará sanitário sob nº. 807-9, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do Vanderlei Stoffel, sob a credencial n. 841-311º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral. § 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES; § 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais: § 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços. § 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo: I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou; II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado. § 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE; § 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os participantes deverão observar as seguintes condições:

I – É vedada a cobrança por serviços ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II – A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga: § 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência, ressalvadas as situações de urgência. § 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento; § 3º - Colocar à disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal; § 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS; § 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição; § 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento; § 7º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços; § 8º - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato; § 9º - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação; § 10º - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal; § 11º - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo gestor local de saúde; § 12º - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde – PNASS. § 13º - Garantir o acesso do Conselho de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga: § 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite definido na Cláusula Sétima e em conformidade com a PPI da Assistência. § 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS. § 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima. § 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA:

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato. Parágrafo Único – A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE os recursos para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - As despesas decorrentes do atendimento de "Ações de Média e Alta Complexidade Ambulatorial", consignados nos Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS têm o valor limite definido na FPO – Ficha de Programação Orçamentária conforme abaixo especificado: Resumo da Programação Orçamentária Mensal Anual Mensal Anual Média Complexidade Ambulatorial – MAC Alta Complexidade Ambulatorial TOTAL

§ 2º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

§ 3º - Os valores correspondem a média de 12 (doze) procedimentos/mês por aluno, ao valor de R\$ 17,67 por procedimento (Tabela SUS) para os alunos devidamente atendidos/acompanhados.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS. § 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (35) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2019, por conta dos exercícios subsequentes, os quais serão aditados ao presente termo.

CLÁUSULA NONA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma: § 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE. § 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais; § 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível; § 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas; § 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de prestação de serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE; § 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98. § 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Contrato não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais. § 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA:

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados. § 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688 de 2 de Outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219 que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde. § 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato. § 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato. § 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim. § 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos. § 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor. § 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA. § 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular. § 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente

das responsabilidades criminal e/ou ética deste. § 4º - A violação ao disposto no inciso I do § 4º da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida. §

5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde – SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento – OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 à 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações: § 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa; § 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa; § 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação; § 4º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior.

Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei; § 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos; § 6º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS:

Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA: § 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata; § 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato. § 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

O prazo de vigência do presente Contrato é 31 de dezembro de 2021, tendo por termo inicial na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses. § 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias. § 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários. § 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:

Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos. § 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo; § 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas; § 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Itapiranga/SC, para solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (vias) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Tunápolis – SC, 04 de janeiro de 2021.

ROSELI GABRIEL BONAVIDO

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CRENCIANTE-FISCAL DESTE CONTRATO

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUNÁPOLIS-APAE

Elise Gretzler Trenhago

CPF nº 017.628.959-35

Presidenta da APAE

CRENCIADA

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 10/2021

Publicação Nº 2797123

CONTRATO nº 10/2021

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. JOÃO GUIDO KERKHOFF, inscrito no CPF nº 313.778.409-30, portador da cédula de identidade nº 1.858.435, residente e domiciliado na Rodovia SC 496, Bairro Progresso, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 22.500 m² (vinte dois mil e quinhentos reais), localizada na Rodovia SC 496,S/N, Bairro Progresso do Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO: Pela locação a CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 17.842,80 (Dezessete mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 1.486,90 (Um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) pelo período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela "Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência é de 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR: Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES: O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (223) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC, para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS

MARINO JOSÉ FREY JOÃO GUIDO KERKHOFF

Prefeito Municipal CPF nº 313.778.409-30 LOCADOR/CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro

Eng Sanitarista e Ambiental

Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 11/2021

Publicação Nº 2797126

CONTRATO Nº 11/2021.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. JOÃO CARLOS DE BRITO, inscrito no CPF nº 691.043.289-49, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.457.3388, residente e domiciliado na Linha Pitangueira, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições da Lei Federal nº 8666 de 21/06/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 700 m² (setecentos metros quadrados), da área total de 140.900,00 m² (cento e quarenta mil e novecentos metros quadrados), localizada em Linha Felipe Pitangueira, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 3.630.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Pela locação CONTRATANTE pagará o valor de R\$ 555,12 (Quinhentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 46,26(quarenta e seis reais e vinte e seis centavos) pelo período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis, decorrentes do exercício financeiro de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência é de 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR:

Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;

II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;

III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (223) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA OITAVA - Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acordados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de janeiro de 2021.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOÃO CARLOS DE BRITO
CPF nº 691.043.289-49
LOCADOR/CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 12/2021

Publicação Nº 2797129

CONTRATO Nº 12/2021.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. BENÍCIO BAUMGRATZ, inscrito no CPF nº 800.313.159-68, portador da cédula de identidade nº 13/R-2.941.871, residente e domiciliado na Linha Felipe Schmidt na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro nas disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 7000 m² (setecentos metros quadrados), localizada em Linha Felipe Schmidt, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 11.567.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Pela locação o município pagará o valor de R\$ 5.550,24 (Cinco mil quinhentos e cinquenta reais e vinte e quatro centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 462,52 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) pelo período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela "Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde à variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência será de 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR:

Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

- I – ressalvar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;
 - II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
 - III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.
- CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (223) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA OITAVA -

Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de Janeiro de 2021.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

BENÍCIO BAUMGRATZ
CPF nº 800.313.159-68
LOCADOR/ CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 13/2021

Publicação Nº 2797130

CONTRATO nº 13/2021.

Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. INOCÊNCIO HECK, inscrito no CPF nº 675.263.499-87, portador da cédula de identidade nº 13/R-1.419.602, residente e domiciliado na Linha Pitangueira, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente LOCADOR, celebram o presente contrato de locação de imóvel para abastecimento do sistema de água do Município, com fulcro disposições do Art. 24, inc. X da Lei de Licitações - Lei 8666/93, especialmente pela Lei Municipal nº 1.182/2014 de 26 de junho de 2014 e nas condições estabelecidas nas clausulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente contrato consiste na locação de parte ideal de uma área de terra com 8.000 m² (oito mil metros quadrados), da área total de 150.000 m² (cento e cinq-enta mil metros quadrados), localizada em Linha Pitangueira, Município de Tunápolis, de propriedade do LOCADOR registrada no registro de imóveis de Itapiranga, sob a matrícula nº 829.

§ 1º O imóvel de que trata esta cláusula permite ao Município a captação de água de fontes existentes nesta propriedade, o acesso com

máquinas e equipamentos necessários para a instalação e bombeamento da água, para ser utilizado para o sistema de abastecimento de água do Município.

§ 2º As instalações e equipamentos instalados ao imóvel pelo Município, em virtude da ocupação a que se destina a presente locação reverterão à Municipalidade após o término do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:

Pela locação o CONTRANTE pagará o valor de R\$ 6.343,32 (Seis mil trezentos e quarenta e três reais e trinta e dois centavos) sendo este pago mensalmente no valor de R\$ 528,61 (Quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) pelo período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, depositado conforme ordem cronológica do setor da tesouraria. O valor foi determinado de acordo com o laudo de avaliação das fontes de água e açudes, emitido pela " Comissão de Avaliação" designados através da Portaria nº 5.216/2019).

PARÁGRAFO ÚNICO –

Os valores estabelecidos nesta cláusula sofrerão reajuste anualmente pelo mesmo índice usado pelo setor de tributos do Município, que corresponde a variação do IGPM do período.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência é do dia 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 de dezembro de 2021, iniciando-se da data da assinatura do presente contrato, podendo estender-se até que o Município necessitar do presente imóvel para o sistema de abastecimento de água.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Além de efetuar os pagamentos na forma e prazos aqui avençados, o MUNICÍPIO deverá zelar o imóvel locado, devolvendo-o nas mesmas condições em que o mesmo foi recebido.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DO LOCADOR:

Além do fiel cumprimento das demais cláusulas deste contrato, obriga-se o Locador:

- I – ressaltar o presente contrato em caso de venda do imóvel ora locado;
- II – abster-se de qualquer ato ou atitude que possa interferir no bom uso do imóvel pelo Locatário;
- III – garantir, ao Município, já na assinatura do presente contrato, a posse da área locada, livre de qualquer embaraço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento, por parte do Proprietário, de qualquer das cláusulas deste contrato ensejará a aplicação de multa de dez por cento do valor total avençado, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (206) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2020.

CLÁUSULA OITAVA :

Elegem de comum acordo o FORO da Comarca de Itapiranga – SC., para dirimir questões inerentes ao presente contrato.

Estando juntos e acertados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma, para que sejam alcançadas as finalidades colimadas.

Tunápolis, SC, aos 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

INOCÊNCIO HECK
LOCADOR/CONTRATADO
CPF nº 675.263.499-87

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 15/2021

Publicação Nº 2797134

CONTRATO nº 15/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Henrique Delavy Zinhani- sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 019.848.360-05, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 330/2020, e Pregão Presencial nº 137/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

Item	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário
01	220	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos LEVES.	33,00
02	80	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de veículos tipo "VAN" E "AMBULÂNCIA".	42,00
03	120	UNI	Serviço para Lavagem interna (A lavagem interna compreende limpeza dos tapetes, bancos, painel, porta malas) e externa de ÔNIBUS.	57,00

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O contratante pagará ao contratado os valores constantes da cláusula primeira deste contrato, e serão efetivados pagos em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 Somente serão pagas as notas para a empresa que estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.3 A emissão das NOTAS FISCAIS devem estar acompanhadas da autorização de fornecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo .

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, durante o ano 2021, devendo ocorrer no dia em que o mesmo for solicitado pela Secretaria Responsável pelo veículo a ser lavado. As lavagens deverão ser feitas conforme descritas na cláusula primeira deste contrato.

3.2 – As lavagens só poderão ser efetuadas mediante ordem do contratante, a qual mencionará o veículo a ser lavado, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente a lavagem, discriminando o veículo. Para cada lavagem deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo motorista do veículo lavado.

3.3 Somente serão emitidas autorizações de fornecimento para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual;

Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 O CONTRATADO obriga-se a PRESTAR OS SERVIÇOS (lavagem) contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 330/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a execução do serviço (lavagem), a fim de comprovar o serviço.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os serviços acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7,10,3546,58,83,87,94,156,118,128,137) do Município de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA SETIMA - DO PRAZO.

7.1 – O contrato a ser firmado terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

8.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

8.1.2. Por acordo entre as partes;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

9.1.3. Declaração de inidoneidade;

9.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

MARINO JOSÉ FREY

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME

Henrique Delavy Zinhani/CPF: 019.848.360-05.

Sócio Administrador

CONTRATADA

Fiscal deste contrato

Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo

Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 16/2021

Publicação Nº 2797135

CONTRATO Nº 16/2021.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, do outro lado a SICOOB CREDITAPIRANGA-COOPERATIVA DE CRÉDITOS DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ITAPIRANGA, estabelecida na Rua do Comércio, 248, Centro na cidade e Município de Itapiranga/SC, inscrita no CNPJ sob n. 78.483.310/00001-00, representada neste ato pelo Diretor Administrativo Sr. Norberto Lengert, brasileiro, portador do CPF n. 990.942.239-53, residente e domiciliado no Município de Itapiranga, e doravante denominado credenciada, resolvem celebrar o presente contrato em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de CREDENCIAMENTO Nº. 14/2020 de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADA A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, PARA PROCEDER A ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS SEM QUAISQUER ÔNUS OU ENCARGOS PARA O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O contrato de Prestação de Serviços terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até o dia 31 dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS:

O Município de Tunápolis fica isento de quaisquer ônus ou encargos para a execução dos serviços prestados para as instituições credenciadas.

O Município de Tunápolis se compromete em fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para a execução do objeto, os equipamentos deverão devidamente registrados e etiquetados no patrimônio do Município.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

São direitos e responsabilidades das partes:

§ 1º. Constituem direitos do CONTRATANTE - receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

§ 2º. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, e

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução da recuperação do equipamento com vistas a execução do objeto deste Contrato.

§ 3º. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- d) É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- e) A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na entrega dos serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente Contrato pode ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Parágrafo único. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao PROCESSO Nº 339/2020 E AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 14/2020 para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 04 de Janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY

PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE TUNAPOLIS

CONTRATANTE

SICOOB CRED. COOP. DE CRÉD. DE LIVRA ADMISSÃO DE ASSOC. ITAPIRANGA

CONTRATADA

Norberto Lengert.

Diretor Administrativo

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.

OAB/SC 31.520

ADRIANA RODRIGUES DA SILVA

TESOUREIRA

FISCAL DESTE CONTRATO

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF:: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 17/2021

Publicação Nº 2797136

CONTRATO Nº 17/2021.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, e inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, o laboratório TERRANALISES LABORATÓRIO DE ANÁLISES AMBIENTAIS LTDA -ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida João Marques Vieira, nº 440, Centro no Município de Fraiburgo/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 09.579.096/0001-69, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Fabiano Martinello, brasileiro, portador do CPF nº 004.853.709-80, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO(ETE), de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LABORATORIO ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE ANALISES DE AGUA DE AMOSTRAS COLETADAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA AO CONSUMO HUMANO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 2.914/2011, DO MINISTERIO DA SAUDE, E ANÁLISES LABORATORIAIS PARA MANTER A QUALIDADE E A EFICIÊNCIA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO(ETE).

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Análises de Ph da água Entrada e Saída	und.	12	2,8775	34,53
2	Análises de temperatura entrada e saída	und.	12	0,4015	4,82
3	Análises de materiais sedimentáveis na entrada e saída	und.	12	3,0917	37,10
4	Análises de DBO na entrada e saída	und.	24	14,4548	346,92
5	Análises de substancias solúveis em hexano na saída de tratamento	und.	12	12,8085	153,70

6	Análises de materiais flutuantes na saída de tratamento	und.	12	2,2084	26,50
7	Arsênio total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
8	Bário total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
9	Cádmio total na saída de tratamento	und.	12	13,25,02	159,00
10	Chumbo total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
11	Cianeto total na saída de tratamento	und.	12	15,2578	183,09
12	Cobre dissolvido na saída de tratamento	und.	12	10,8411	130,09
13	Manganês dissolvido na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
14	Mercúrio total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
15	Níquel total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
16	Prata total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
17	Selênio total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
18	Zinco total na saída de tratamento	und.	12	13,2502	159,00
19	Benzeno na saída de tratamento	und.	12	4,4167	53,00
20	fenóis totais na saída de tratamento	und.	12	13,6919	164,30
21	Tolueno na saída de tratamento	und.	12	20,8791	250,55
22	Xileno na saída de tratamento	und.	12	28,1065	337,28
23	Análises de Cianobactérias da água	unid.	36	60,2282	2.168,22
24	Análises de Escherichia coli da água	unid.	1092	13,384	14.615,33
25	Análises de Clorofila-a da água	unid.	140	35,3339	4.946,75
26	Análises de Coliformes Totais da água	unid.	984	14,7224	14.486,84
27	Análises de Gosto e Odor da água	unid.	14	11,1444	156,02
28	Análises de água de amostras coletadas nas ETA's destinadas ao consumo humano, atendendo as exigências e relação de exames contidos na Portaria 2.914/2011, conforme anexo VII, VIII, IX e X (essa análise abordará substâncias organolépticas, inorgânicas, orgânicas, agrotóxicos, desinfetantes e produtos secundários da desinfecção, radioatividade)	unid.	10	981,4963	9.814,96
	TOTAL GERAL DO LOTE				49.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

2.1—Os laudos contendo os resultados das análises deverão ser entregues no Centro Administrativo Municipal, sito a Rua João Castilho n.111, Centro deste Município, devendo ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município e encaminhamento das amostras.

2.2—A contratada deverá efetuar todas as análises das amostras de água enviadas, levando em conta todos os parâmetros de qualidade de água obrigatórios e estabelecidos pela Portaria 2.914/MS/2011, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e a legislação pertinente.

2.3—A contratada será responsável pelo fornecimento das embalagens a serem utilizadas para armazenar as amostras da água.

2.4—As amostras das análises serão coletadas pelos técnicos do Município, porém o laboratório vencedor será responsável pela retirada do material coletado no mesmo dia da coleta no município de Tunápolis. Os dias das coletas serão informados ao laboratório vencedor com antecedência pelo setor do SAMAE deste Município.

2.5 O Setor do SAMAE deste Município, comunicará com antecedência a data da coleta e data limite para retirada do material coletado, sendo que todas as despesas com transporte, deslocamento, impostos e outros que surgirem serão de responsabilidade do laboratório contratado.

2.6—A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

2.7—Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

2.8 Somente será emitido Autorização de fornecimento se a empresa estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 Somente serão pagas as notas fiscais se a empresa estiver com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

3.1 —Os pagamentos devidos ao contratado serão efetuados EM ATE 10 DIAS APOS A EMISSAO DA NOTA FISCAL dos laudos das análises e

efetiva apresentação da nota fiscal de acordo com os preços das análises constante na cláusula primeira deste contrato. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos EXAMES, conforme itens, objeto deste contrato, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE - Não haverá reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

O presente contrato tem vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2021 até dia 31 de dezembro de 2021, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (223) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, do ano de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será efetuada pelo responsável do SAMAE.

A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Processo de Compra Nº.: 329/2020, Pregão Presencial nº: 136/2020 para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal
Sócio Administrador
CPF: 004.853.709-80

TERRANALISES LABORATORIO DE ANALISES
AMBIENTAIS LTDA -ME CONTRATANTE FABIANO MARTINELLO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas: _____
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 18/2021

Publicação Nº 2797137

CONTRATO Nº 18/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Henrique Delavy Zinhani- sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 019.848.360-05, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 325/2020, e Pregão Presencial nº 132/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2021 conforme segue abaixo:

tem	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário	Preço R\$ total	
06	20.000,00	L	Gasolina Comum. Marca Charrua	4,37	87.400,00	
			TOTAL GERAL		87.400,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário do item constantes no objeto do presente contrato sofrerão reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores a proponente contratada, devendo apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela contratada. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – A Gasolina Comum deverá ser fornecida ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, em bomba de abastecimento devidamente habilitada de acordo com a legislação pertinente, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos durante todo o ano de 2021, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 325/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isenta de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas foram baseados no consumo do ano de 2020, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2020.

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS

MARINO JOSÉ FREY Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME PREFEITO MUNICIPAL Henrique Delavy Zinhani/CPF: 019.848.360-05.

CONTRATANTE Sócio Administrador

CONTRATADA

Fiscal deste contrato

Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo

Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.

Assessor Jurídico Município de Tunápolis

OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 19/2021

Publicação Nº 2797139

CONTRATO Nº 19/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa AUTO POSTO PITANGA LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Linha Pitangueira, s/n, interior de Tunápolis, -SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.920.016/0001-00, neste ato representado pelo PROCURADOR o senhor GERVANE LOCKS, inscrito no CPF sob nº 030.631.919-57, considerado doravante CONTRATADO

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 325/2020, e Pregão Presencial nº 132/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2021.

tem	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário
01	51.000,00	L	Óleo Diesel Comum, a ser entregue durante o exercício de 2021 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado. Marca Rodoil	3,54
02	20.000,00	L	Óleo Diesel S10, a ser entregue durante o exercício de 2021 nas máquinas a serviço do Município no interior, o óleo diesel deverá ser transportado pelo licitante vencedor em veículo apropriado. Marca Rodoil	3,59

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário dos itens constantes no objeto do presente contrato sofrerão reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores a proponente contratada, devendo apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante

requerimento a ser formalizado pela contratada. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – A contratada deverá entregar o óleo diesel em veículo próprio e apropriado, sempre que solicitado pelo Secretário Municipal dos Transportes e Obras, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, no interior do Município, ou aonde for solicitado, as entregas somente poderão ser efetuadas mediante ordem de abastecimento do contratante, constando a quantidade de litros que deverão ser entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente discriminando a quantidade de litros e respectivos valores.

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos

padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 325/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 O CONTRATADO responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência a partir do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas foram baseados no consumo do ano de 2020, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro 2021.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE
CONTRATADA

AUTO POSTO PITANGA LTDA .
GERVANE LOCKS/ CPF sob nº 030.631.919-57
PROCURADOR

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 20/2021

Publicação Nº 2797141

CONTRATO Nº 20/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, nº 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 325/2020, e Pregão Presencial nº 132/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício financeiro de 2021, conforme segue abaixo:

tem	Qtd.	Uni	DESCRIÇÃO	Preço R\$ Unitário
03	174.000,00	L	Óleo Diesel Comum. Marca Ciapetro	3,48
04	35.000,00	L	Óleo Diesel S10. Marca Ciapetro	3,51
05	1.500,00	L	Etanol combustível comum. Marca Ciapetro	3,65

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

2.1 – O pagamento da presente licitação será efetivado em até 8 (oito) dias após a entrega da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de Tunápolis, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, e da autorização de fornecimento.

2.2 A emissão das NOTAS FISCAIS que comprovem os litros abastecidos deve ser obrigatoriamente quantificada, com as quantidades e valores praticados naquele instante e acompanhadas da ordem de abastecimento autorizada pelo titular da pasta à qual pertencer o veículo ou máquina.

2.3 O valor do preço unitário dos itens constantes no objeto do presente contrato sofrerão reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores a proponente contratada, devendo apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela contratada. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato.

2.4 Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

3.1 – Os COMBUSTÍVEIS deverão ser fornecidos ao Município, em bomba de abastecimento habilitada, no horário das 6:00 (seis) às 19:00 (dezenove) horas, de segunda a sábado, de acordo com a legislação pertinente, diretamente no reservatório dos veículos, máquinas ou equipamentos durante todo o exercício financeiro de 2021, mediante ordem de abastecimento do contratante, a qual mencionará o veículo ou máquina a ser abastecida e a quantidade de litros a serem entregues, sendo que a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente ao abastecimento, discriminando o veículo/máquina abastecida, a quantidade de litros e respectivos valores, bem como a quilometragem ou horas do mesmo. Para cada abastecimento deverá ser emitida uma nota fiscal, a qual deverá ser assinada pelo operador/motorista do veículo abastecido

3.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

3.3 Os combustíveis deverão ser originais e corresponder à bandeira da companhia representada pela proponente vencedora.

3.4 A CONTRATADA deverá fornecer os combustíveis descritos neste contrato, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

3.5 Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do presente contrato e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

4.1 A CONTRATADA obriga-se fornecer os combustíveis contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 325/2020 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

4.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

4.3 A CONTRATADA responderá pelos vícios dos produtos que se compromete a fornecer, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal isento de qualquer responsabilidade, em virtude da aquisição dos produtos, objeto do presente contrato.

4.4 Manter, durante a execução do objeto todas as condições de habilitação previstas neste contrato, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

4.6 Fornecer os combustíveis de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela Agência Nacional do Petróleo – ANP;

4.7 Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação do combustível solicitado, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 O Município obriga-se adquirir os combustíveis acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO.

6.1 – O contrato a ser firmado terá vigência do dia 04 de janeiro de 2021 até dia 31 de Dezembro de 2021, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente. As quantidades estimadas foram baseados no consumo do ano de 2020, sendo que para os anos seguintes poderá haver variações.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

7.1.1. Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

7.1.2. Por acordo entre as partes;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA– PENALIDADES

8.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência.

8.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

8.1.3. Declaração de inidoneidade;

8.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA NONA - FORO COMPETENTE

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 04 de janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY Auto Posto Canarinho Ltda
PREFEITO MUNICIPAL Canisio Thomas/ CPF nº 347.592.209-68
CONTRATANTE Sócio Administrador
CONTRATADA

Fiscal deste contrato
Elise Beatriz Rabuske/Agente Administrativo
Responsável pelo Frotas.

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 21/2021

Publicação Nº 2797144

CONTRATO nº 21/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº 78.486.198/0001-52, com sede na Rua João Castilho, nº 111, centro, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Marino José Frey, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 506.483, inscrito no CPF nº 345.967.559-49, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, nº 100, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Empresa RONIVAN LUIZ TRANTENMULLER, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Paulo I, 1180, sala 01, Bairro Vila Nova, na cidade de Iporã do Oeste/SC, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 21.028.053/0001-90, neste ato representado pelo sócio administrador Sr. Ronivan Luiz Trantenm-ller, inscrito sob o CPF nº 032.468.459-21, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 326/2020 e Pregão Presencial nº 133/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 Contração de empresa que ofereçam o menor custo para prestação de serviço de limpeza de fossas residenciais e em locais públicos, conforme Lei autorizativa n. 1.215/2015 de 18 de março de 2015, de acordo com o programa abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Descrição	Quant	Unid	Valor unitário	Valor Total
1	Serviços de esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos provenientes de limpeza de fossa, por meio de caminhões em bom estado de conservação, de no mínimo 5.000 (cinco mil litros) equipado com bomba de sucção e mangote de no mínimo 40 metros, com condutor e fornecimento de combustível, para atendimento em diversos logradouros do município de Tunápolis para descarte com destinação correta de acordo com as normas ambientais. (PARA RESIDENCIAS FAMILIARES).	300	m³	134,00	40.200,00

2	Serviços de esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos provenientes de limpeza de fossa, por meio de caminhões em bom estado de conservação, de no mínimo 5.000 (cinco mil litros) equipado com bomba de sucção e mangote de no mínimo 40 metros, com condutor e fornecimento de combustível, para atendimento em diversos logradouros do município de Tunápolis para descarte com destinação correta de acordo com as normas ambientais. (PARA ORGÃOS PÚBLICOS).	150	M³	134,00	20.100,00
Total Geral			60.300,00		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 8(oito) dias quando a limpeza ocorrer em locais públicos, o CONTRATADO deverá entregar a nota fiscal juntamente com o relatório de comprovação de execução de serviços devidamente assinadas pelo Setor do SAMAE deste Município.

2.2 O pagamento dos serviços dos beneficiados pela Lei autorizativa n. 1.215/2015 executados pelo CONTRATADO, (quanto à parte pertinente ao Município), será feito ATÉ O DIA 05 DO MÊS SUBSEQÜENTE AOS SERVIÇOS PRESTADOS, conforme os preços constantes na cláusula primeira deste contrato. A diferença do valor, o CONTRATADO deverá cobrar diretamente do beneficiário dos serviços, sendo por sua conta e risco. O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhado de Relatório dos serviços prestados e da apresentação pelo CONTRATADO das Notas Fiscais (3ª via) correspondentes aos serviços executados em nome da família beneficiada (tomador do serviço).

2.3. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços e estar devidamente atestada pelo Setor de Saneamento Básico, por intermédio de servidor designado para recebimento dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 O objeto deste contrato será executado sob inteira responsabilidade da CONTRATADA que utilizará seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições deste Edital.

4.2 Durante a execução do objeto a CONTRATADA deverá manter o número necessário e suficiente de empregados incumbidos da execução dos serviços, devidamente contratados na forma da Lei, em seu quadro de empregados ou por meio de contrato de prestação de serviços específico.

4.3. As famílias que queiram usufruir dos benefícios concedidos pela Lei 1.215/2015 deverão requerer junto ao setor do SAMAE deste Município, o qual solicitará a empresa vencedora do certame a prestação do serviço, sendo que o município assume o pagamento de 2m³ ao ano, o restante deverá ser acertado pelo proprietário diretamente com a empresa.

4.3.1 Para a limpeza das fossas dos locais públicos o Setor do SAMAE deste Município emitirá uma ordem de Serviço, que deverão ser executados no máximo 12 horas após a notificação, sendo que o licitante vencedor deverá encaminhar a nota fiscal e relatório constando o número total dos metros cúbicos retirados.

4.4 A relação das famílias que tem interesse em usufruir dos benefícios concedidos pela Lei nº 1.215/2015 serão encaminhados semanalmente para a CONTRATADA. A CONTRATADA deverá executar rigorosamente os serviços conforme autorizações e listas dos serviços a serem executados que serão repassadas pelo Setor do SAMAE deste Município.

4.5 Os serviços deverão ser executados de forma imediata, a contar do recebimento da Ordem de Serviço, emitida pelo Setor de Saneamento Básico deste Município em no máximo 12 horas após a emissão da ordem de serviço.

4.6 Os serviços deverão ser prestados nos locais indicados pelo Setor de Saneamento Básico deste Município de Segunda a Sábado no horário de 8h às 17h.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;

5.2 A empresa deves designar motoristas devidamente habilitados para a condução do veículo;

5.3 O descarte deverá ser feito na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) com destinação correta de acordo as Leis Ambientais.

5.4 Substituir os veículos locados que estão prestando serviço no prazo de 24(vinte e quatro) horas em caso de acidente, ou defeitos mecânicos, que demandem um tempo maior para sua manutenção. O veículo substituído deverá possuir as mesmas características e condições previstas.

5.5 As manutenções corretivas e preventivas dos veículos serão providenciadas pela empresa vencedora, sem ônus para o Município.

5.6 Responder, em relação aos seus funcionários, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho,

prevista na Legislação Federal, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, equipamentos de segurança e de proteção individual, uniformes e calçados, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

5.7 As despesas com combustível, manutenção e assistência técnica, seguros e demais despesas que venham a decorrer dos serviços ora contratados, correrão por conta da empresa vencedora.

5.8 Os serviços deverão ser executados dentro das normas ambientais inerentes a matéria, com todo zelo e cuidado uma vez que serão executados em áreas com presença de pessoas.

5.9 Observar que não fique nenhum resíduo em superfícies, gramas, calçadas e Passeios. Caso haja algum vazamento o mesmo deverá ser limpo imediatamente.

5.10 Durante a execução dos serviços contratados, assume a CONTRATADA integral responsabilidade pelos danos que causar AO MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o MUNICÍPIO de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

5.11 A contratada cumprirá, rigorosamente, as normas de conduta estipulada no Regulamento do Código Nacional de Trânsito e na Legislação complementar.

5.12 Atender a todas as Ordens de Serviços emitidas, executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta.

5.13 Comunicar o setor de Saneamento Básico de toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O Município de Tunápolis obriga-se executar o serviço acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (189) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do de ano de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro 2021, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, com fulcro no inciso IV do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que tenha interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 04 de Janeiro de 2021.

MARINO JOSÉ FREY
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RONIVAN LUIZ TRANTENMULLER
Rodrigo Boneti
Sócio Administrador
CPF: 038.345.099-30
CONTRATADO

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis.
OAB/SC 31.520

Maria Fernanda Rodriguez Hierro
Eng Sanitarista e Ambiental
Fiscal deste Contrato

Testemunhas :

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2021

Publicação Nº 2797155

TERMO DE CREDENCIAMENTO nº 03/2021.

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representada pela Gestora do Fundo Sra. Roseli Gabriel Bonavigo, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.826.184 e inscrita no CPF sob nº 02.465.921.924, residente e domiciliada na Linha Felipe Schmidt, SN, interior, do Município de Tunápolis/ SC, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, o laboratório HCL LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA com sede na Rua Albino Frantz, 148, nesta cidade de Tunápolis/SC inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.611.027/0001-74, neste ato representado por HILTON CÉSAR LAMOUR, brasileiro, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 544.362.909-30 e doravante denominado, CREDENCIADO resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Credenciamento de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o credenciamento para prestação de serviços de exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS para a população do Município de Tunápolis - SC., a saber:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTOS NA URINA - 02.02.05.001-7	UNID	2000	R\$ 3,70	R\$ 7.400,00
2	ANTIBIOGRAMA - 02.02.08.001-3	UNID	150	R\$ 4,98	R\$ 747,00
3	BACTERIOSCOPIA (GRAM) - 02.02.08.007-2	UNID	150	R\$ 2,80	R\$ 420,00
4	CLEARANCE DE CREATININA - 02.02.05.002-5	UNID	600	R\$ 3,51	R\$ 2.106,00
5	CONTAGEM DE PLAQUETAS - 02.02.02.002-9	UNID	4000	R\$ 6,48	R\$ 25.920,00
6	CULTURA DE BACTÉRIAS PARA IDENTIFICAÇÃO - 02.02.08.008-0	UNID	650	R\$ 5,62	R\$ 3.653,00
9	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (5 DOSAGENS) - 02.02.01.007-4	UNID	150	R\$ 10,00	R\$ 1.500,00
10	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE - 02.02.03.007-5	UNID	600	R\$ 2,83	R\$ 1.698,00
11	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO - 02.02.02.007-0	UNID	100	R\$ 2,73	R\$ 273,00
12	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO – DUKE - 02.02.02.009-6	UNID	10	R\$ 2,73	R\$ 27,30
13	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP) - 02.02.02.014-2	UNID	600	R\$ 2,73	R\$ 1.638,00
14	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS) - 02.02.02.015-0	UNID	200	R\$ 2,73	R\$ 546,00
15	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPOS ABO - 02.02.12.002-3	UNID	200	R\$ 1,37	R\$ 274,00
16	DETERMINAÇÃO DO TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIALATIVADA (TPP ATIVADA) - 02.02.02.013-4	UNID	400	R\$ 5,77	R\$ 2.308,00
18	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO - 02.02.01.012-0	UNID	800	R\$ 1,85	R\$ 1.480,00
19	DOSAGEM DE AMILASE - 02.02.01.018-0	UNID	10	R\$ 2,25	R\$ 22,50
20	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) - 02.02.03.010-5	UNID	1000	R\$ 16,42	R\$ 16.420,00
21	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES - 02.02.01.020-1	UNID	200	R\$ 2,01	R\$ 402,00
25	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL - 02.02.01.027-9	UNID	2500	R\$ 3,51	R\$ 8.775,00
26	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL - 02.02.01.028-7	UNID	2500	R\$ 3,51	R\$ 8.775,00

27	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL - 02.02.01.029-5	UNID	2500	R\$ 1,85	R\$ 4.625,00
28	DOSAGEM DE COLINESTERASE - 02.02.01.030-9	UNID	100	R\$ 3,68	R\$ 368,00
30	DOSAGEM DE CREATININA - 02.02.01.031-7	UNID	2500	R\$ 1,85	R\$ 4.625,00
31	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK) - 02.02.01.032-5	UNID	20	R\$ 3,68	R\$ 73,60
32	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB - 02.02.01.033-3	UNID	20	R\$ 4,12	R\$ 82,40
33	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA - 02.02.01.036-8	UNID	20	R\$ 3,68	R\$ 73,60
34	DOSAGEM DE ESTRADIOL - 02.02.06.016-0	UNID	100	R\$ 10,15	R\$ 1.015,00
35	DOSAGEM DE FERRITINA - 02.02.01.038-4	UNID	100	R\$ 15,59	R\$ 1.559,00
36	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO - 02.02.01.039-2	UNID	100	R\$ 3,51	R\$ 351,00
37	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA - 02.02.01.042-2	UNID	150	R\$ 2,01	R\$ 301,50
38	DOSAGEM DE GLICOSE - 02.02.01.047-3	UNID	3500	R\$ 1,85	R\$ 6.475,00
39	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG) - 02.02.06.021-7	UNID	200	R\$ 7,85	R\$ 1.570,00
40	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA - 02.02.01.050-3	UNID	800	R\$ 7,86	R\$ 6.288,00
41	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLÍCULO-ESTIMULANTE (FSH) - 02.02.06.023-3	UNID	50	R\$ 7,89	R\$ 394,50
43	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH) - 02.02.06.025-0	UNID	250	R\$ 8,96	R\$ 2.240
44	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) - 02.02.03.016-4	UNID	100	R\$ 9,25	R\$ 925,00
45	DOSAGEM DE LIPASE - 02.02.01.055-4	UNID	50	R\$ 2,25	R\$ 112,50
47	DOSAGEM DE POTÁSSIO - 02.02.01.060-0	UNID	150	R\$ 1,85	R\$ 277,50
48	DOSAGEM DE PROGESTERONA - 02.02.06.029-2	UNID	100	R\$ 10,22	R\$ 1.022,00
49	DOSAGEM DE PROLACTINA - 02.02.06.030-6	UNID	100	R\$ 10,15	R\$ 1.015,00
50	DOSAGEM DE PROTEÍNA C REATIVA - 02.02.03.020-2	UNID	660	R\$ 2,83	R\$ 1.867,80
51	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS) - 02.02.05.011-4	UNID	100	R\$ 2,04	R\$ 204,00
52	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS - 02.02.01.061-9	UNID	10	R\$ 1,40	R\$ 14,00
53	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES - 02.02.01.062-7	UNID	10	R\$ 1,85	R\$ 18,50
54	DOSAGEM DE SÓDIO - 02.02.01.063-5	UNID	150	R\$ 1,85	R\$ 277,50
57	DOSAGEM DE TIROXINA (T4) - 02.02.06.037-3	UNID	100	R\$ 8,76	R\$ 876,00
58	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE) - 02.02.06.038-1	UNID	100	R\$ 11,60	R\$ 1.160,00
59	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO PIRÚVICA (TGP) - 02.02.01.065-1	UNID	2500	R\$ 2,01	R\$ 5.025,00
60	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO) - 02.02.01.064-3	UNID	2500	R\$ 2,01	R\$ 5.025,00

61	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS - 02.02.01.067-8	UNID	2500	R\$ 3,51	R\$ 8.775,00
62	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3) - 02.02.06.039-0	UNID	50	R\$ 8,71	R\$ 435,50
63	DOSAGEM DE UREIA - 02.02.01.069-4	UNID	1500	R\$ 1,85	R\$ 2.775,00
64	DOSAGEM DE VITAMINA B12 - 02.02.01.070-8	UNID	150	R\$ 15,24	R\$ 2.286,00
66	DOSAGEM GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT) - 02.02.01.046-5	UNID	50	R\$ 3,51	R\$ 175,50
68	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO) - 02.02.02.036-3	UNID	10	R\$ 2,73	R\$ 27,30
69	HEMOGRAMA COMPLETO - 02.02.02.038-0	UNID	4000	R\$ 4,11	R\$ 16.440,00
70	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO) - 02.02.03.047-4	UNID	150	R\$ 2,83	R\$ 424,50
71	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV1+HIV2 (ELISA) - 02.02.03.030-0	UNID	400	R\$ 10,00	R\$ 4.000,00
72	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV1+HTLV2 - 02.02.03.031-8	UNID	10	R\$ 18,55	R\$ 185,50
73	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA - 02.02.03.076-8	UNID	200	R\$ 16,97	R\$ 3.394,00
74	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG) - 02.02.03.080-6	UNID	20	R\$ 18,55	R\$ 371,00
75	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA - 02.02.03.087-3	UNID	200	R\$ 18,55	R\$ 3.710,00
76	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) - 02.02.03.097-0	UNID	150	R\$ 18,55	R\$ 2.782,50
77	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG) - 02.02.03.098-9	UNID	50	R\$ 18,55	R\$ 927,50
79	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO) - 02.02.12.008-2	UNID	250	R\$ 1,37	R\$ 342,50
80	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS - 02.02.04.012-7	UNID	1000	R\$ 1,65	R\$ 1.650,00
81	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES - 02.02.04.014-3	UNID	400	R\$ 1,65	R\$ 660,00
82	TESTE DE VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS - 02.02.03.111-0	UNID	400	R\$ 2,83	R\$ 1.132,00
83	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA - 02.02.02.054-1	UNID	10	R\$ 2,73	R\$ 27,30
84	TESTE FTA-ABS IGM PARA DIAGNÓSTICO DE SÍFILIS - 02.02.03.113-6	UNID	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
85	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) - 02.02.12.009-0	UNID	50	R\$ 2,73	R\$ 136,50
86	VDRL PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS EM GESTANTE - 02.02.03.117-9	UNID	200	R\$ 2,83	R\$ 566,00
88	DOSAGEM DE FRUTOSE - 02.02.09.010-8	UNID	10	R\$ 2,01	R\$ 20,10
89	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTIHCV) - 02.02.03.067-9	UNID	50	R\$ 18,55	R\$ 927,5
91	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA - 02.02.05.009-2	UNID	50	R\$ 8,12	R\$ 406,00
92	CLEARANCE DE UREIA - 02.02.05.004-1	UNID	50	R\$ 3,51	175,50
93	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA - 02.02.02.035-5	UNID	100	R\$5,41	R\$541,00
94	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) - 02.02.02.054-1	UNID	10	R\$ 2,73	R\$ 27,30

95	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFÍCIE DO VIRUS DA HEPATITE B – ANTIHBS - 02.02.03.06.36	UNID	100	R\$ 18,55	R\$ 1.855,00
96	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B – ANTIHBE - 202030644	UNID	50	R\$ 18,55	R\$ 927,50
TOTAL GERAL					R\$ 188.849,70

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Realizar a coleta do material no horário comercial de segunda a sexta-feira em laboratório devidamente autorizado; Fornecer todo o material de coleta e realização de exames; Utilizar material descartável para a realização dos exames, previstas pela vigilância sanitária e pelo Ministério da Saúde; Exigir a guia de encaminhamento devidamente preenchida e assinada, pela pessoa responsável pela autorização para a realização do(s) exame(s). Reter a guia de encaminhamento no ato do atendimento e devolver semanalmente ao Fundo Municipal da Saúde; Encaminhar as notas fiscais dos serviços prestados ao Setor de licitações mensalmente, até o último dia útil de cada mês, fins de efetuar o pagamento; Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições; Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados; O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste contrato. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou rescisão do contrato, no teor da Lei e deste instrumento editalício. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. Somente poderão executar os serviços as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII). Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. Deverão ser encaminhadas as seguintes Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT. As CND's poderão ser enviadas para um dos e-mails: compras@tunapolis.sc.gov.br; compras3@tunapolis.sc.gov.br; contabil@tunapolis.sc.gov.br, acompanhadas da nota fiscal. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da Tabela de Referência do SUS, na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (31,32) do Fundo Municipal da Saúde de Tunápolis, do ano de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os exames laboratoriais para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser

interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor a partir do dia 04 de Janeiro de 2021 e vigorará até dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC., 04 de dezembro de 2020.

Roseli Gabriel Bonavigo
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Fiscal do credenciamento
CREDENCIADA

HCL Laboratório Clínico Ltda ME
Hilton César Lamour- CPF nº 544.362.909-30
Representante legal

Flávio Marcos Lazarotto.
Assessor Jurídico Município de Tunápolis
OAB/SC 31.520

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA MESA DIRETORA 2021**

Publicação Nº 2797191

ATA DA SESSÃO SOLENE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA EM 01.01.2021.

No primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, com início às onze horas, no auditório Municipal, situado a Rua João Castilho, Centro, sob a presidência da Vereadora mais votada na eleição de 15 de novembro de 2020, Vereadora Elisabeth Scherer, realizou-se a Sessão Solene da Câmara Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, para eleição da Mesa Diretora para o ano de dois mil e vinte e um. A Senhora Presidente declarou aberta esta Sessão Especial e Solene e solicitou a Secretária Ad Hoc efetuar a chamada dos Edis. A chamada se deu pela seguinte ordem: Aloísio Lehmen, Arno M-Iler, Elisabeth Scherer, Fernando Weiss, Gustavo Lawisch, Leandro Bortolini, Neide Scherer Bamberg, Renato Gluitz e Volnei Paulo Deters. Feita a chamada verificou-se a presença de todos e em seguida a Senhora Presidente comunicou a forma da votação e convocou para ajudar na apuração dos votos a Vereadora Neide Scherer Bamberg e o Vereador Fernando Weiss. Seguindo convidou a Secretária, para efetuar a distribuição das cédulas carimbadas e rubricadas. Foram chamados nominalmente os Senhores Vereadores para depositarem seu voto na urna. O mesmo procedimento foi adotado para todos os Cargos da Mesa Diretora. Ao final da votação a mesa Diretora ficou assim composta: Presidente Senhor Aloísio José Lehmen; Vice-Presidente Senhora Elisabeth Scherer; Primeiro Secretário Senhor Fernando Weiss; Segundo Secretário Senhor Gustavo Lawisch. O senhor Presidente declarou-os empossados para o período de dois mil e vinte e um e ainda informou que a Comissão de recesso fica sob a cargo da nova mesa Diretora eleita. E sem mais, eu Crisleine Eidt, Secretária Ad hoc designada, lavrei a presente ata que após lida e achada conforme será assinada por todos os Edis. Tunápolis, 01 de janeiro de 2021.

Aloísio Lehmen Arno M-Iler Elisabeth Scherer
Vereador Vereador Vereadora

Fernando Weiss Gustavo Lawisch Leandro Bortolini
Vereador Vereador Vereador

Neide Scherer Bamberg Renato Gluitz Volnei Paulo Deters
Vereadora Vereador Vereador

ATA DE POSSE LEGISLATURA 2021/2024

Publicação Nº 2797180

ATA DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 9ª LEGISLATURA 2021-2024, TOMADA DE POSSE DOS VEREADORES, PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL ELEITOS EM 15 DE NOVEMBRO DE 2020, E A TRANSFERÊNCIA DE CARGOS, REALIZADA EM 01.01.2021.

No primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, com início às nove horas, no Auditório Municipal, situado na Rua João Castilho, Centro de Tunápolis, realizou-se a Sessão Solene de instalação da 9ª (nona) Legislatura para os anos 2021-2024 (dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro), tomada de Posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito Municipal eleitos em quinze de novembro do ano de 2020, e a transferência de Cargos. O Ato sucedeu-se conforme o preconizado pelo Regimento Interno Cameral. Deu início e presidiu esta Sessão Solene, a Vereadora mais votada Senhora Elisabeth Scherer, com o Protocolo organizado pela Câmara Municipal de Vereadores e tendo como Mestre de Cerimonial a Sra. Luize Schroeder. Formado o Palanque oficial pelo Cerimonial, a Presidente Elisabeth Scherer declarou aberta a Sessão Solene, seguindo-se a execução do Hino Nacional. Na sequência, a Presidente desta Sessão, chamou os Senhores Vereadores para professar o Termo de Compromisso, sendo os seguintes Vereadores: Aloísio Lehmen, Arno M-Iler, Elisabeth Scherer, Fernando Weiss, Gustavo Lawisch, Leandro Bortolini, Neide Scherer Bamberg, Renato Gluitz e Volnei Paulo Deters. A Senhora Presidente pronunciou o Termo de Compromisso como segue: "Prometo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal, observar as Leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do município e pelo bem estar de seu povo". Chamados pela Secretária "Ad hoc" todos os Vereadores responderam individualmente "Assim o Prometo", quando então assinaram o Termo de Tomada de Posse, e imediatamente a Sra. Presidente declarou-os empossados para o período de primeiro de janeiro de dois mil e vinte e um até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. A seguir o Senhor Presidente tomou o Termo de Compromisso do Prefeito Eleito Senhor Marino José Frey, bem como do Vice-Prefeito Senhor Loivo Francisco Zoz. Tanto o Prefeito como o Vice-Prefeito proferiram o Termo de Compromisso na forma da Lei e assinaram o Termo de Tomada de Posse. A Senhora Presidente declarou empossados o Prefeito Municipal Senhor Marino José Frey, bem como, o Vice-Prefeito Senhor Loivo Francisco Zoz, para o período de primeiro de janeiro de dois mil e vinte e um até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e quatro. Na sequência foi convidada a Secretária Ad hoc para efetuar a leitura do Termo de Tomada de Posse assinado pelo Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores empossados. A seguir passou-se a transferência de cargos, quando o Senhor Renato Paulata e o Senhor Aquiles Bamberg, Prefeito e Vice na gestão dois mil e dezessete a dois mil e vinte, transferiram os cargos respectivamente ao Prefeito Municipal Senhor Marino José Frey e Vice-Prefeito Senhor Loivo Francisco Zoz ora empossados para a gestão dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro. O ex-Prefeito Senhor Renato Paulata efetuou a entrega das chaves da prefeitura ao atual Prefeito, e ainda, a entrega dos relatórios financeiros, contábeis e do patrimônio do Município. Após o Ato de Transmissão de cargos a Secretária "Ad hoc" efetuou a leitura do Termo de Transferência de Cargos nº 01/2021. Na sequência os novos legisladores receberam a benção, e fizeram o uso da palavra. Concluindo, a Presidente desta Sessão Senhora Elisabeth Scherer, declarou encerrada esta Sessão Solene e convocou os Senhores Vereadores para a Sessão solene de Eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores para o período de dois mil e vinte e um, a realizar-se logo em sequência. A Solenidade culminou com a execução do Hino do Município de Tunápolis, acompanhado pelos presentes em posição de respeito. E, não havendo mais nada a constar, eu Crisleine Eidt, Secretária Ad hoc designada, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e por todos os empossados nesta oportunidade.

Tunápolis/SC, 01 de janeiro de 2021.

Crisleine Eidt Marino
Secretária Ad Hoc

José Frey
Prefeito 2021-2024

Loivo Francisco Zoz
Vice-Prefeito 2021-2024

Aloísio Lehmen
Vereador

Arno M-Iler
Vereador

Elisabeth Scherer
Vereadora

Fernando Weiss
Vereador

Gustavo Lawisch
Vereador

Leandro Bortolini
Vereador

Neide Scherer Bamberg
Vereadora

Renato Gluitz
Vereador

Volnei Paulo Deters
Vereador

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 01/2021 - DISPENSA Nº 01/2021

Publicação Nº 2796337

Estado de Santa Catarina
Município de União do Oeste

EXTRATO:
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 01/2021
MODALIDADE: DISPENSA PARA COMPRAS E SERVIÇOS N. 01/2021

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS E EXAMES COMPLEMENTARES PERTINENTES PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

CONTRATADO: SÃO LOURENÇO SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

CNPJ: 17.805.302/0001-30

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAL E EXAMES COMPLEMENTARES PERTINENTES PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE/SC.

VALOR R\$ 17.515,60 (dezessete mil quinhentos e quinze reais e sessenta centavos).

União do Oeste, 07 de janeiro de 2021.

VALMOR GOLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO MUNICIPAL Nº 4634/2021

Publicação Nº 2796224

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.634 de 07 de janeiro de 2021

Dispõe sobre concessão de licença à servidora pública municipal, para tratar de interesses particulares e dá outras providências”.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Art. 73. Da Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida, a pedido, LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES à Servidora Pública Municipal Senhora TANIA MARIA BRANCAGLIONE MEURER, ocupante do Cargo de TELEFONISTA, 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o período de 01(um) ano, a contar da data de 11 de janeiro de 2021 até 10 de janeiro de 2022.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 07 de janeiro de 2021.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 4.628/2021

Publicação N° 2795434

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.628, De 06 de janeiro de 2021.

Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de Diretora de Departamento e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 090, de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores e Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, PATRICIA GONCALVES SOARES ALVES, portadora do CPF n.º 058.401.869-02 e do RG n.º 4.910.227 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de Diretora de Departamento da Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-7, com a verba de gratificação.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 06 de janeiro de 2021.

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2021

Publicação Nº 2796002

PORTARIA Nº 001/2021

Nomeia Grupo Executivo de Licitações – GEL

MARIZA COSTA, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o Grupo Executivo de Licitações – GEL, com atuação no âmbito da Prefeitura Municipal, para preparar, apreciar e julgar todos os processos licitatórios, que será composto pelos seguintes servidores:

1 PATRICIA FIGUEREDO WIGGERS - PRESIDENTE

Matrícula nº 1316

2 GUILHERME WESTPHAL MEURER - MEMBRO

Matrícula nº 1313

3 ESTHER FRISCHEMBRUDER - MEMBRO

Matrícula nº 3329

4 LILIAN SILVA DE OLIVEIRA ZEEBERG – MEMBRO

Matrícula nº 595

MEMBROS SUPLENTE:

4 CASSIANO RODRIGO DE SOUZA – Matrícula nº 365

5 FÁTIMA MARIA DE SOUZA DA CRUZ – Matrícula nº 384

Art. 2º - Na ausência do presidente ora nomeado, substituirá o membro seguinte na ordem acima exposta.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 209/2020.

Art. 4º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

MARIZA COSTA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 002/2021

Publicação Nº 2796004

PORTARIA Nº 002/2021

Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio

MARIZA COSTA, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado através desta Portaria o Sr. Guilherme Westphal Meurer, Pregoeiro Oficial, responsável pela condução da fase externa do Pregão, a partir do Edital até a adjudicação do objeto licitado ao vencedor, reunindo-se em si, quando não houver recursos administrativos, todas as atribuições conferidas pela Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 8.666/1993.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes Servidores para compor a Equipe de Apoio:

1 PATRICIA FIGUEREDO WIGGERS - MEMBRO

Matrícula nº 1316

2 ESTHER FRISCHEMBRUDER - MEMBRO

Matrícula nº 3329

3 LILIAN SILVA DE OLIVEIRA ZEEBERG – MEMBRO

Matrícula nº 595

MEMBROS SUPLENTE:

3 CASSIANO RODRIGO DE SOUZA – Matrícula nº 365

4 FÁTIMA MARIA DE SOUZA DA CRUZ – Matrícula nº 384

Art. 3º - Fica nomeado através desta Portaria a Sra. Patricia Figueredo Wiggers, Pregoeira Substituta para atuar na ausência do Pregoeiro Oficial.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

MARIZA COSTA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 003/2021

Publicação Nº 2796005

PORTARIA Nº 003/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Clenio Luiz de Souza, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Geral, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 004/2021

Publicação Nº 2796006

PORTARIA Nº 004/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Eduarda Sahlit Fontes Braga, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora de Imprensa, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 005/2021

Publicação N° 2796009

PORTARIA N° 005/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor João Cesar Matos Borges, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 006/2021

Publicação N° 2796010

PORTARIA N° 006/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Theo Piucco Rocker, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 007/2021

Publicação N° 2796011

PORTARIA N° 007/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Carlos Stange, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Saúde Pública, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 008/2021

Publicação Nº 2796015

PORTARIA Nº 008/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Luiz Cesar Israel, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Saúde Pública, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2021

Publicação Nº 2796019

PORTARIA Nº 009/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Rosilene Terezinha da Rosa Abreu, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Educação Cultura e Desporto, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 010/2021

Publicação Nº 2796022

PORTARIA Nº 010/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Zelia Heinzen, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Fazenda e Administração, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 011/2021

Publicação Nº 2796023

PORTARIA Nº 011/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Verlane Pickler Tomielo, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Auditoria Interna, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 012/2021

Publicação Nº 2796026

PORTARIA Nº 012/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 38 incisos II e III da Constituição Federal

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Senhor Gilberto Morgan, Funcionário Público Municipal, exercendo o cargo de Motorista, Licença para Tratar de Assuntos Particulares e sem vencimentos, por um período de 04 (quatro) anos, em virtude do mandato de Vereador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 013/2021

Publicação Nº 2796028

PORTARIA Nº 013/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Joagmar da Silva, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Ensino Básico, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 014/2021

Publicação Nº 2796031

PORTARIA Nº 014/2021

Mariza Costa, Prefeita Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Marinês da Conceição Walkowski, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Indústria Comércio e Turismo, anexo IV, Grupo DAS-I, nos termos dos Artigos 4º e 6º da Lei Complementar nº 770/2002, com vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Janeiro de 2021.

Mariza Costa
Prefeita Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 2796244

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 CHAMAMENTO PÚBLICO

Objeto: Tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, para atendimento a Secretaria de Educação, que serão distribuídos aos alunos em forma de Kit Emergencial de Alimentação Escolar, verba FNDE/PNAE, para o ano de 2021, na forma condições e cronograma estabelecido no presente Edital e seus Anexos. Com fundamento no caput do Artigo 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no art. 21 da Lei nº 11.947/2009, no art. 21-A da Lei nº 13.987/2020 e na Resolução FNDE/CD nº 06 de 08 de maio de 2020, destinados à merenda escolar. Recebimento dos envelopes: até às 09h00 do dia 04/02/2021, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h15 do dia 04/02/2021, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital estará a disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º12 ou poderá ser solicitado no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES da página principal, fazendo-se a opção pelo ano de 2021, em situação ABERTA.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2020

Publicação Nº 2739168

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 47/2020 Pregão Presencial 34/2020 - Ata de Registro de Preços nº 76/2020, visando registrar preço para aquisição parcelada de serviços de desmonte de rochas com o uso de massa expansiva e rompedor pneumático, com qualidade e pontualidade, conforme especificações mínimas constante do edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3195 de 09/07/2020, Pág. nº 1276, 1277, 1278, 1279 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 07/07/2021
3ª Publicação

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2019

Publicação Nº 2794927

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2020
CONTRATO: 143/2020

DATA DE ASSINATURA: 06/01/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 53/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 35/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

CNPJ: 82.930.181/0001-10

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CNPJ/CPF: 61.074.175/0001-38

QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES – QSA: RAPHAEL DE LUCA JUNIOR, LUIS GUTIERREZ MATEO, AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES, FRANCISCO EUGENIO LABOURT, ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO, OSCAR GARCIA SERRANO JIMENEZ, SIMONE PEREIRA NEGRÃO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO ESPECIALIZADA PARA COBERTURA DE SEGURO DA FROTA NO MUNICÍPIO.

PRAZO DE VIGÊNCIA 16/07/2021

VALOR GLOBAL: R\$ 1.802,26

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2021

Publicação Nº 2795809

DECRETO Nº 005/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

ATUALIZA O VALOR DA PARCELA DO PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o valor da parcela do financiamento do Programa Habitacional Popular Municipal para R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

Parágrafo Único - A atualização será realizada nos termos do parágrafo único do artigo 32 da Lei 462/2002, tendo como base o salário mínimo para o exercício de 2020, fixado em R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 07 de janeiro de 2021.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 08/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

DECRETO Nº 006/2021

Publicação Nº 2795811

DECRETO Nº 006/2021, DE 07 DE JANEIRO DE 2021.

ATUALIZA A UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - A UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) será atualizada em 3,93% (três vírgula noventa e três por cento) segundo o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, passando a vigorar com o valor de R\$ 96,47 (noventa e seis reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Vargem Bonita, 07 de janeiro de 2021.

ROSAMARCIA HETKOWSKI ROMAN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 08/01/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Vidal Ramos

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2021 - VIGAS

Publicação Nº 2795272

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2021
EDITAL CREDENCIAMENTO nº. 01/2021

Chamamento público CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA USO EM PONTES NAS ZONAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, SC, NELSON BACK, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO e apresentação de documentos, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas com início 11 DE JANEIRO DE 2021, na Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 1180 - Centro – Vidal Ramos, SC, para fins de CREDENCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA USO EM PONTES NAS ZONAS RURAIS – conforme a necessidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, EM DIVERSAS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Vidal Ramos, 07 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE 2021

Publicação Nº 2795849

TERMO DE POSSE Nº 002/2021

Ao primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores de Vidal Ramos, situado na Avenida Jorge Lacerda, 547, neste município, em Sessão Solene de instalação da Nova Legislatura, sob a presidência da Vereadora mais votada dentre os eleitos, Senhora RAQUEL RHODEN KREUSH, representante da legenda do Partido Movimento Democrático Brasileiro - MDB, os Senhores IVANOR COELHO e IVONÉZIO HECK, também representantes da legenda do Partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, os Senhores FABIO JUTEL BARNI e FLÁVIO ZEITZ, representantes da legenda do Partido Progressista – PP, e os (as) Senhores (as) ARIANI FRANÇA, JAISON BOING, JAIR DE SOUZA e LAURO BACKES representantes da legenda do Partido Social Democrático PSD. O Senhor NELSON BACK e o Senhor AMBRÓSIO RUBICK, eleitos respectivamente Prefeitos e Vice-Prefeito Municipal, no pleito de 15 de novembro de 2020, nos termos do Artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Orgânica do Município de Vidal Ramos, após terem apresentado o Diploma conferido pela Justiça Eleitoral e entregue a Declaração de Bens, Direitos, e Obrigações de seus patrimônios nesta data, prestaram o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGANICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS, E EXERCER O CARGO SOB INSPIRAÇÃO DEMOCRÁTICA DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE". E, com assinatura do presente Termo, foram declarados empossados nos respectivos cargos.

Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK AMBRÓSIO RUBICK
Prefeito Vice-Prefeito

RAQUEL ROHDEN KREUSH ARIANI FRANÇA
Presidente em exercício. Vereadora

FABIO JUTTEL BARNI FLÁVIO ZEITZ
Vereador Vereador

IVANOR COELHO IVONÉZIO HECK
Vereador Vereador

JAISON BOING JAIR DA SILVA
Vereador Vereador

LAURO BACKES
Vereador

TRANSMISSÃO DE CARGO 2021

Publicação Nº 2795853

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Ao 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de 2021 (dois mil e vinte e um), nesta cidade de Vidal Ramos, tendo por local a Câmara de Vereadores, no centro do município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao que dispõe artigo 29, inciso III, da Constituição Federal vigente, o Senhor ODILMAR DE SOUZA, em fim de mandato, TRANSMITIU o exercício do cargo de Prefeito Municipal ao Senhor NELSON BACK, eleito no pleito de 15 de novembro de 2020, na forma do artigo 52, da Lei Orgânica Municipal, com mandato para o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024.

Nada mais havendo a tratar e a registrar, e feitas as verificações e conferências dos documentos legais apresentados, eu, João Schmitz, Delegado incumbido de presidir este Ato, encerrei o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, passou a ser assinado por mim na condição de Delegado, pelo Senhor ODILMAR DE SOUZA na condição de Prefeito em final de mandato e pelo Senhor NELSON BACK, na condição de Prefeito empossado.

Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

ODILMAR DE SOUZA
Prefeito em Final de Mandato

João Schmitz
Delegado

NELSON BACK
Prefeito Empossado

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.741/21

Publicação Nº 2795337

DECRETO Nº 17.741/21, DE 7 DE JANEIRO DE 2021.

Dispõe sobre medidas excepcionais de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando a taxa de ocupação dos leitos de UTI e a taxa de positividade dos testes realizados no Município, bem como em toda região da AMARP;

Considerando a alta procura por atendimento junto ao Hospital Divino Salvador e na UPA;

Considerando a falta de consciência da população no cumprimento das regras sanitárias e isolamento para prevenção ao COVID-19;

Considerando os relatos de alta quantidade de viagens e o risco de contaminação da população;

Considerando a exaustão dos profissionais de saúde em decorrência do alto número de atendimentos;

Considerando a atual situação local e regional de contaminação;

Considerando a deliberação do Comitê de Gestão Preventiva COVID-19, em reunião ocorrida em 7 de janeiro de 2021.
DECRETA

Art. 1º Ficam suspensos os seguintes eventos:

I – Eventos comemorativos relativos a casamentos, batizados, formaturas, aniversários, reuniões familiares e sociais, e afins, sendo permitidas apenas as celebrações religiosas;

II – Eventos esportivos, tais como: campeonatos, torneios, competições e afins, bem como, a participação de atletas Videirenses nos eventos esportivos realizados fora do Município;

III – Eventos integrativos empresariais, tais como: reuniões, assembleias, confraternizações e afins;

IV – Eventos, reuniões e/ou confraternizações em locais de uso coletivo, tais como: sedes sociais, churrasqueiras coletivas, sítios e chácaras que acarretam aglomeração.

Art. 2º Fica proibida a realização de música ao vivo, em qualquer ambiente ou estabelecimento.

Art. 3º As medidas de restrição previstas neste Decreto, perdurarão pelo período de 14 dias, podendo ser prorrogado conforme a classificação da matriz de risco da região e a situação local.

Art. 4º O descumprimento das determinações contidas neste Decreto caracteriza infração sanitária sujeita a aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de janeiro de 2021.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de janeiro de 2021.

EURO VIECELI
Secretário de Administração

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - FMS

Publicação Nº 2795715

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2021

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP/CONTRATADO RELATIVO AO RATEIO FIXO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, (PAGAMENTO DE PESSOAL, OBRIGAÇÕES PATRONAIS, ENCARGOS SOBRE MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS E TAXAS BANCÁRIAS, DESPESAS DE CAPITAL E DESPESAS DE CONSUMO) PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.516,00 (Trinta e três mil quinhentos e dezesseis reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, XXVI, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - PMV

Publicação Nº 2795119

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 01/01/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DA EMPRESA "IPM SISTEMAS LTDA" TENDO EM VISTA O MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5003092-48.2019.8.24.0079/SC REFERENTE AO PR 78/2019 - PMV.

CONTRATADA IPM SISTEMAS LTDA

VALOR: R\$ 85.290,36 (Oitenta e cinco mil duzentos e noventa reais e trinta e seis centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 01 de janeiro de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 - FMS

Publicação Nº 2796206

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2021 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2021

OBJETO: ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS VARIÁVEIS PELO CONSORCIADO/CONTRATANTE AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP/CONTRATO, RELATIVO A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS REFERENTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXAMES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, CONSULTAS ESPECIALIZADAS E INTERNAÇÕES DE PACIENTES COM DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, PARA O ANO DE 2021.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.640.000,00 (Um milhão seiscentos e quarenta mil reais).

FUNDAMENTO: Artigos 24, XXVI, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de Janeiro de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 01/2021

Publicação Nº 2795329

Termo Aditivo nº 01/2021
Contrato/CT nº 102/2016
Processo: CC 01/2016 - PMV
Contratado: ASTRAL BAR E LANCHONETE LTDA
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga de Permissão nº 102/2016, com efeitos a partir de 11/01/2021 até 01/07/2021.
Data: 04/01/2021.

TERMO ADITIVO Nº 02/2021

Publicação Nº 2795334

Termo Aditivo nº 02/2021
Contrato/CT nº 107/2016
Processo: CC 01/2016 - PMV
Contratado: NELSON PELENTIR ME
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Termo de Outorga de Permissão nº 107/2016, com efeitos a partir de 11/01/2021 até 01/07/2021.
Data: 04/01/2021.

TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020 - PMV - RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2795312

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da nova documentação de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADO E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA VICTÓRIO NAVARINI, LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO TOTAL DE 2.190,00M² E ÁREA DE EXTENSÃO DE 300,00M, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO (CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CONTRATO DE REPASSE Nº 900524/2020/MDR/CAIXA), a qual foi encerrada sem vencedores, ante a inabilitação da única empresa participante do certame. Outrossim, ficam os interessados notificados para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira/SC, 07 de janeiro de 2021.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 02 PROGRESSO CÉLIO**

Publicação Nº 2796106

PORTARIA Nº 02/2021

CONCEDE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO AO SERVIDOR CÉLIO DE JESUS CAMPOS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

WILMAR ANTUNES PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Concede Progressão por Merecimento ao Servidor Célio de Jesus Campos, detentor do cargo de provimento efetivo de Contador, relativo ao período de avaliação de 04/01/2019 a 04/01/2021, progredindo para letra "C" da tabela de vencimentos e da remuneração do anexo II da Resolução Legislativa nº 04/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2021.

Videira/SC, 06 de janeiro de 2021.

WILMAR ANTUNES PEREIRA
Presidente

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**TERMO ADITIVO Nº 01/2021 - VISAN**

Publicação Nº 2795407

Termo Aditivo nº 01/2021

Contrato/CT nº 28/2020

Processo: TP 04/2020 - VISAN

Contratado: A.M.A LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de execução do Contrato de Prestação de Serviços nº 28/2020 10/02/2021

Data: 07/01/2020.

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 002/2021

Publicação Nº 2796471

Processo de Licitação 002/2021
Modalidade: Pregão 002/2021
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão Eletrônico

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

Recebimento das propostas: até as 13 h e 30 min do dia 20/01/2021.

Início da Sessão: dia 20/01/2021 as 14 h e 00 min.

Em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 08 de janeiro de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

Witmarsum

PREFEITURA

236/2020

Publicação N° 2794987

DECRETO N° 236/2020**Abre crédito adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 86 da Lei Orgânica, redação dada pela Emenda nº 28, de 19 de junho de 2000.

FAZ SABER

Art. 1 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente de 2020, no valor de cinco reais e vinte e dois centavos, consignado(s) a(s) seguinte(s) unidade(s) orçamentária(s):

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
09	Fundo Municipal de Assistencia Social-fmas
09.001	Fundo Municipal de Assistencia Social-fmas
09.001.0008.0244.0005.2025	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIA
33390000000000000000	Aplicações diretas
Valor Suplementado:	5,22
Valor Total:	5,22

Art. 2 - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por Excesso de Arrecadação através da(s) fonte(s) abaixo relacionada(s):

Vínculo de Recurso	
Código	Descrição
01520300	Auxilio Financeiro Estado LC 173/2020

Art. 3 - Este(a) DECRETO entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável á sua plena eficácia.

Witmarsum - Santa Catarina, 18 de dezembro de 2020

CESAR PANINI
Ordenador da Despesa

DECRETO 01 - PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO LICITAÇÕES

Publicação N° 2797156

DECRETO N° 1/2021.**NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina,
no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1 – Ficam nomeados o Pregoeiro e a Equipe de apoio para as licitações, pelo período de um ano, com início em 6 de janeiro de 2021, conforme abaixo discriminado:

PREGOEIRO: MAURÍCIO SOARES

Equipe de Apoio: DOMINGOS BERTOTI

ANA CAROLINA FERREIRA FAVARIN

GISLANA IGNACZUK WALDRICH

ROGÉRIO ADRIANO

Art. 2º - O Pregoeiro e a Equipe de apoio terão a incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar as propostas, lances, documentos e procedimentos relativos as licitações deste município, bem como receber, examinar, apreciar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes, tudo em conformidade com a Lei Federal 10.520/2002.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

Witmarsum , 06 de janeiro de 2021.

Cesar Panini
Prefeito Municipal

DECRETO 02 - COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicação Nº 2797161

DECRETO Nº 2/2021**INSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO.**

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 121 da Lei Orgânica do Município, combinado com o parágrafo 1º do art 51 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e demais dispositivos legais em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a COMISSÃO PERMANENTE de Julgamento de Licitações e de Análises dos Pedidos de registros de fornecedor.

Presidente: Ino José Juniur Schramm

Membros: Fernando Schmidt

Ana Carolina Fereira Favarim

Gislana Ignaczuk Waldrich

Art. 2º - A comissão terá mandato de 01(um) ano, com início em 6 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Sempre que for necessária, a comissão poderá requerer assessoria técnica para a avaliação de propostas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável à sua plena eficácia.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, em 06 de janeiro de 2021.

CESAR PANINI
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA TOMADA PREÇOS Nº 0001/2021

Publicação Nº 2795364

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2021

Objeto: Contratação de Empresa para o complemento da Construção do Centro de Multiuso do Bairro Santa Cruz (2ª etapa), localizado na Rua Batista Fabricio – Chácara P/178, Bairro Santa Cruz, no Município de Xanxerê.

Fica retificado o texto do item 9.2 do edital: Onde se lê: O preço global não poderá exceder o valor estimado pelo Município que é de R\$ 373.809,68 (trezentos e setenta e três mil, oitocentos e nove reais e sessenta e oito centavos); Lê-se: O preço global não poderá exceder o valor estimado pelo Município que é de R\$ 153.319,39 (cento e cinquenta e três mil e trezentos e dezenove reais e nove centavos). Fica mantida a data do recebimento das propostas, ou seja, até às 08:45h, do dia 26/01/2021, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Xanxerê-SC, 07 de janeiro de 2021. Oscar Martarello – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 004/2021

Publicação Nº 2796304

DECRETO Nº 004/2021

DESIGNA SERVIDOR COMO ASSESSOR DE PLANEJAMENTO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o senhor RIVAEEL SANDER FRESCHI, brasileiro, servidor público municipal, inscrito no cpf/mf sob nº 758.526.679-00, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.425.592, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento Urbano, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4.066/19, de 26 de março de 2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 005/2021

Publicação Nº 2796308

DECRETO Nº 005/2021

REVOGA DECRETO Nº 161/2019, NOMEIA CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal e na Lei Complementar nº 4.066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora THAISE PALUDO, brasileira, casada, inscrita no cpf/mf sob nº 009.560.389-13, portadora da Cédula de Identidade 4.164.873, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete do Prefeito, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4.066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 161, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 006/2021

Publicação N° 2796397

DECRETO N° 006/2021

REVOGA DECRETO N° 167/2019, DESIGNA SERVIDORA COMO OFICIAL DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar n° 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal KELIN REGINA BIANCHI, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob n° 020.856.799-27, portadora da Cédula de Identidade n° 2.877.141, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Oficial de Gabinete, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar n° 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto n° 167, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 007/2021

Publicação N° 2796400

DECRETO N° 007/2021

DISPENSA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado o servidor WINICIUS PERTILE, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador Executivo do PROCON, designado pelo Decreto n° 163/2019, de 08 de abril de 2019.

Parágrafo Único. O servidor dispensado do cargo de provimento em comissão retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n° 163, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 008/2021

Publicação N° 2796402

DECRETO N° 008/2021

DESIGNA SERVIDOR COMO COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar n° 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal ENIOIVAN MARQUES, brasileiro, casado, inscrito no cpf/mf sob n° 895.592.740-15, portador da Cédula de Identidade RG n° 2024241982, expedida pela SSP/RS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Executivo do PROCON, vinculado ao Gabinete do Prefeito, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar n° 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 009/2021

Publicação N° 2796406

DECRETO N° 009/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar n° 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal CAROLINE ALBERTI RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob n° 093.728.479-33, portadora da Cédula de Identidade RG n° 5.873.937, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Apoio ao Contencioso Administrativo, vinculada a Procuradoria-Geral, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar n° 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 010/2021

Publicação N° 2796411

DECRETO N° 010/2021

DISPENSA SERVIDOR DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado o servidor EDISON NILSON, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenador de Serviços Gerais, designado pelo Decreto n° 187/2019, de 08 de abril de 2019.

Parágrafo Único. O servidor dispensado da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n° 187, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO N° 011/2021

Publicação N° 2796419

DECRETO N° 011/2021

DISPENSA SERVIDOR DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado o servidor PÉRICLES ANTÔNIO CORREIA, da Função Comissionada de Direção – FCD, ocupante do cargo de Diretor de Esportes, Eventos e Lazer, designado pelo Decreto n° 179/2019, de 08 de abril de 2019.

Parágrafo Único. O servidor dispensado da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n° 179, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 012/2021

Publicação Nº 2796426

DECRETO Nº 012/2021
DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora ARLETE TEREZINHA HERTTAL, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenadora de Incentivo ao Turismo, designada pelo Decreto nº 192/2020, de 18 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 192, de 18 de agosto de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 013/2021

Publicação Nº 2796431

DECRETO Nº 013/2021
DISPENSA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensado o servidor FRANCISCO DE ASSIS PAGOTTO, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Agricultura, designado pelo Decreto nº 187/2020, de 13 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. O servidor dispensado do cargo de provimento em comissão retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 187, de 13 de agosto de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 014/2021

Publicação Nº 2796440

DECRETO Nº 014/2021

DESIGNA SERVIDOR COMO DIRETOR DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal VALDEMAR TURELLA, inscrito no cpf/mf sob nº 386.055.899-49, portador da Cédula de Identidade RG nº 699.771 expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 015/2021

Publicação Nº 2796447

DECRETO Nº 015/2021

NOMEIA COORDENADORA DE SERVIÇOS GERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora EDINÉIA PALUDO, brasileira, solteira, inscrita no cpf/mf sob nº 058.946.589-93, portadora da Cédula de Identidade 3.942.866, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenadora de Serviços Gerais, vinculado a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 192, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 016/2021

Publicação Nº 2796451

DECRETO Nº 016/2021

REVOGA DECRETO Nº 288/2020, DESIGNA SERVIDORA COMO DIRETORA DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal ELISIANE RODRIGUES DA SILVEIRA MENEGOLLA, brasileira, casada, inscrita no cpf/mf sob nº 034.239.099-60, portadora da Cédula de Identidade nº 4.563.123-9, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Turismo, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para o qual perceberá o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 288, de 16 de novembro de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 017/2021

Publicação Nº 2796460

DECRETO Nº 017/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal WINICIUS PERTILE, brasileiro, solteiro, inscrito no cpf/mf sob nº 063.441.389-98, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.525.217, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenador Disciplinar, vinculado a Controladoria Geral, para o qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 018/2021

Publicação Nº 2796465

DECRETO Nº 018/2021

DISPENSA SERVIDOR DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora ELISE ROSANE ENGERS TOFOLO, da Função Comissionada de Direção – FCD, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Pedagógica e Democrática, designada pelo Decreto nº 435/2019, de 20 de dezembro de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 435, de 20 de dezembro de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 019/2021

Publicação Nº 2796472

DECRETO Nº 019/2021

REVOGA DECRETO Nº 199/2019, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal JULYANA ZWICKER TONIAL, inscrita no cpf/mf sob nº 021.610.119-01, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.593.898-0, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Diretora de Gestão Pedagógica e Democrática, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, para a qual perceberá a Função Comissionada de Direção – FCD fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 199, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 020/2021

Publicação Nº 2796479

DECRETO Nº 020/2021
DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora ELIANE SCANAGATTA GABRIELLI, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenadora de Ensino Fundamental Séries Iniciais, designada pelo Decreto nº 288/2019, de 03 de junho de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 288, de 03 de junho de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 021/2021

Publicação Nº 2796484

DECRETO Nº 021/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal EMILENE SALETE CANELLO STEIN, inscrita no cpf/mf sob nº 944.364.289-15, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2.878.805-2, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Ensino Fundamental Séries Iniciais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 022/2021

Publicação Nº 2796487

DECRETO Nº 022/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal ELIANE MÜLLER, inscrita no cpf/mf sob nº 933.630.609-04, portadora da Cédula de Identidade RG nº 320.937-3, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Ensino Fundamental Séries Finais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 023/2021

Publicação Nº 2796491

DECRETO Nº 023/2021

REVOGA DECRETO Nº 406/2019, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal FABIANA MARIA WUICK MASCARELLO, inscrita no cpf/mf sob nº 032.747.209-09, portadora da Cédula de Identidade nº 4.108.841-7, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Educação Infantil, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 406, de 20 de novembro de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 024/2021

Publicação Nº 2796494

DECRETO Nº 024/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal SALETE BRIZOLA DE JESUS, inscrita no cpf/mf sob nº 794.249.619-87, portadora da Cédula de Identidade nº 2.077.630, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Gestão Democrática, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 025/2021

Publicação Nº 2796495

DECRETO Nº 025/2021
DISPENSA SERVIDORA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora LILIAN DA ROZA BARRETA, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Regulação, controle e avaliação, designada pelo Decreto nº 271/2020, de 03 de novembro de 2020.

Parágrafo Único. A servidora dispensada do cargo de provimento em comissão retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 271, de 03 de novembro de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 026/2021

Publicação Nº 2796502

DECRETO Nº 026/2021
DISPENSA SERVIDORA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora LUCIVANIA ROSA DALEASTE, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Atenção a Saúde, designada pelo Decreto nº 403/2019, de 19 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada do cargo de provimento em comissão retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 403, de 19 de novembro de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 027/2021

Publicação Nº 2796503

DECRETO Nº 027/2021

REVOGA DECRETO Nº 286/2020, NOMEIA DIRETORA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CLECI SCHEIBEL ZANIN, brasileira, casada, inscrita no cpf/mf sob nº 677.948.159-91, portadora da Cédula de Identidade nº 2.434.073-1, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora de Regulação, Controle e Avaliação, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, com o vencimento mensal fixado no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 286, de 13 de novembro de 2020.
Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 028/2021

Publicação Nº 2796506

DECRETO Nº 028/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal BRUNA FIUZA DE CARVALHO, inscrita no cpf/mf sob nº 058.288.949-94, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.371.145, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Diretora de Atenção a Saúde, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Direção – FCD fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 029/2021

Publicação Nº 2796509

DECRETO Nº 029/2021

REVOGA DECRETO Nº 207/2019, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal FRANCIELE OGLIARI ZAPE, inscrita no cpf/mf sob nº 026.256.249-90, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.406.847, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Diretora de Administração, Finanças e Infraestrutura, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Direção – FCD fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 207, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 030/2021

Publicação Nº 2796511

DECRETO Nº 030/2021

DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora MÁRCIA PUCCINI VIEIRA, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de

Coordenadora de Vigilância em Saúde, designada pelo Decreto nº 205/2019, de 08 de abril de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 205, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2021

Publicação Nº 2796515

DECRETO Nº 031/2021
DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora JULIANA ANDREIA DUARTE ARAÚJO, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenadora de Enfermagem, designada pelo Decreto nº 375/2019, de 17 de outubro de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 375, de 17 de outubro de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 032/2021

Publicação Nº 2796517

DECRETO Nº 032/2021

REVOGA DECRETO Nº 251/2019, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal CAROLINE CENZI, inscrita no cpf/mf sob nº 969.354.130-87, portadora da Cédula de Identidade nº 1073757476, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Vigilância em Saúde, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 251, de 25 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 033/2021

Publicação Nº 2796519

DECRETO Nº 033/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal CRISTINA ERPEN, inscrita no cpf/mf sob nº 034.464.619-06, portadora da Cédula de Identidade nº 4.193.517, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Apoio Operacional, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 034/2021

Publicação Nº 2796522

DECRETO Nº 034/2021

REVOGA DECRETO Nº 243/2020, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal KELYN PROVENCIO MACHADO, inscrita no cpf/mf sob nº 024.287.189-59, portadora da Cédula de Identidade nº 1.697.751, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Enfermagem, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 243, de 1º de outubro de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 035/2021

Publicação Nº 2796525

DECRETO Nº 035/2021

REVOGA DECRETO Nº 051/2020, DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal KARINE FERRONATO PRETTO, inscrita no cpf/mf sob nº 049.136.019-38, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.867.099, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Diretora de Gestão SUAS, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, para a qual perceberá a Função Comissionada de Direção – FCD fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 051, de 02 de março de 2020.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 036/2021

Publicação Nº 2796526

DECRETO Nº 036/2021
DISPENSA SERVIDORA DA FUNÇÃO COMISSIONADA.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a servidora ALINE CRISTINA DAL ZOT RAUBER, da Função Comissionada de Coordenação – FCC, ocupante do cargo de Coordenadora de Proteção Social Básica, designada pelo Decreto nº 212/2019, de 08 de abril de 2019.

Parágrafo Único. A servidora dispensada da função comissionada retornará automaticamente a seu cargo e funções de origem.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 212, de 08 de abril de 2019.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 037/2020

Publicação Nº 2796528

DECRETO Nº 037/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal LUCIANE LISTON DOS SANTOS BANDEIRA, inscrita no cpf/mf sob nº 023.881.989-25, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.406.174, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenadora de Proteção Social Básica, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social, para a qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 04 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 038/2021

Publicação Nº 2796530

DECRETO Nº 038/2021
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO – CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EDITAL 007/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos ao processo seletivo – contratações temporárias, conforme relação anexa, parte

integrante desde Decreto, referente ao Edital nº 013/2020, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 05 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 039/2021

Publicação Nº 2796532

DECRETO Nº 039/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal LUIZ VICENTE PAGLIA JUNIOR, inscrito no cpf/mf sob nº 004.429.909-52, portador da Cédula de Identidade nº 3.342.962, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenador de Esportes, vinculado a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, para o qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 06 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 040/2021

Publicação Nº 2796534

DECRETO Nº 040/2021

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº 4066/19, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Organização Administrativa do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor público municipal DOUGLAS RICHARD BIN, inscrito no cpf/mf sob nº 007.217.089-19, portador da Cédula de Identidade nº 3.842.965-9, expedida pela SSP/SC, para exercer o cargo de Coordenador de Eventos e Lazer, vinculado a Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, para o qual perceberá a Função Comissionada de Coordenação – FCC fixada no Anexo III, da Lei Complementar nº 4066/19, de 26/03/2019.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 06 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 041/2021

Publicação Nº 2796541

DECRETO Nº 041/2021

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº HW 1.775/91 de 17 de junho de 1991, Lei Municipal nº HW 1.776/91 de 17 de junho de 1991 e Instrução Normativa CGC nº 003/2020, homologada pelo Decreto nº 200, de 25 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar para atuação no âmbito do serviço público municipal, composta pelos seguintes membros:

- I – WINICIUS PERTILE, matrícula nº 4411;
- II – CARLOS ALBERTO PERETTI, matrícula nº 2267;
- III – FERNANDA CIMADON, matrícula nº 4494.

Art. 2º Fica designado como presidente da Comissão o Sr. Winicius Pertile.

Art. 3º A comissão terá como atribuições àquelas estabelecidas no Título V – Do Processo Disciplinar, da Lei Municipal nº HW 1775/91 de 17.06.91 e da Lei Municipal nº HW 1776/91 de 17.06.91, e demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o decreto nº AM 117, de 02 de julho de 2018.

Xanxerê/SC, 06 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 042/2021

Publicação Nº 2796542

DECRETO Nº 042/2021

ALTERA MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSCAR MARTARELLO, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o disposto no Ofício SME 002/2021, de 05 de janeiro de 2021, da Secretária Municipal de Educação que solicita alteração de alguns membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação;

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação, nos incisos I, V e X do artigo 1º do decreto nº 267, 28.10.2020, nas representatividades abaixo especificadas:

“Art. 1º ...

I – um representante da Secretaria Municipal de Educação, que o presidirá:
VERA LÚCIA CORRÊA

V – um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças
ANDREZA GALLAS Titular
EDUARDA CRISTINA SCHUCKES Suplente

X – um representante das Comissões Escolares
DANIEL VERZA Titular
ARIANE TRIACA ROMANI Suplente”

Art. 2º Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº 267, de 28 de outubro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 06 de janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal

PORTARIA N° 014/2021

Publicação N° 2795090

PORTARIA N° 014/2021
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER, férias a partir de 04.01.2021 a 02.02.2021, 30 (trinta) dias ao Servidor Público Municipal Sr. MARLON CESAR DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador da CI n° 4.738.940-0 e CPF n° 049.465.269-19 nomeada pelo Decreto Municipal BLB 210/09 para o cargo de PINTOR DE LETREIROS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

As férias referem-se ao período aquisitivo de 03.03.2019 a 02.03.2020.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 015/2021

Publicação N° 2797223

PORTARIA N° 015/2021
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. ANA ALICE TURATTI BEZ pelo período de 04.01.2021 a 02.02.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 23.03.2019 a 22.03.2020;

A Sra. CLARICE TEREZINHA SUZIN pelo período de 05.01.2021 a 03.02.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 18.04.2019 a 17.04.2020;

Ao Sr. EDILSON MARCOS PERDONCINI pelo período de 11.01.2021 a 09.02.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 01.04.2020 a 31.03.2021;

Ao Sr. MATHEUS LUCAS FERREIRA pelo período de 04.01.2021 a 23.01.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 16.03.2020 a 15.03.2021;

A Sra. MUNIQUE FRIEDERICH pelo período de 11.01.2021 a 30.01.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 01.07.2018 a 31.07.2019;

A Sra. SANDRA MARA ALBURQUERQUE MOREIRA pelo período de 04.01.2021 a 02.02.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 05.12.2019 a 04.12.2020;

A Sra. VALDIRENE FICAGNA MORO pelo período de 11.01.2021 a 09.02.2021, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de: 04.04.2019 a 03.04.2020;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 04 de Janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 016/2021

Publicação Nº 2795534

PORTARIA Nº 016/2021
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 05.01.2021 a 19.01.2021, ao Servidor Público Municipal, Sr. ADEMAR BIAZUZ, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do CI n.º 1.781.469 e CPF n.º 527.996.549-91 nomeado pelo Decreto Municipal JB nº 304/94, no cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000004/2021 datado de 04.01.2021.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.10.2001 a 24.07.2006 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 05.01.2021. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Janeiro de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITACAO Nº 01/2021- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021-RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 2796332

Processo Licitatório Nº 01/2021
Dispensa de Licitação Nº 01/2021
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Sra. Rosane Antunes Pires Infeld, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Log Master Transportes E Serviços Ltda, no valor total de R\$ 57.720,00 (cinquenta e sete mil setecentos e vinte reais) para aquisição emergencial de combustíveis para veículos e máquinas da frota municipal.

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 05 de janeiro de 2021.

Rosane Antunes Pires Infeld
Prefeita Municipal

DISPENSA DE LICITACAO Nº 02/2021-PROCESSO LICITATORIO Nº 02/2021-RATIFICACAO DE JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 2796302

Processo Licitatório Nº 02/2021
Dispensa de Licitação Nº 02/2021
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Sra. Rosane Antunes Pires Infeld, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretaria Municipal de Infraestrutura, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Lojas Quero Quero, no valor total de R\$ 7.799,99 (sete mil, setecentos noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para aquisição emergencial de uma caixa de água de 20.000 (vinte mil) litros para troca de caixa de água do Bairro Conceição, pelo DMAE Municipal.

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 07 de janeiro de 2021.

Rosane Antunes Pires Infeld
Prefeita Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021-RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA(SAUDE)

Publicação Nº 2796361

Processo Licitatório Nº 01/2021
Dispensa de Licitação Nº 01/2021
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Analu Chiamolera Schimit, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Log Master Transportes E Serviços Ltda, no valor total de R\$ R\$ 11.775,00 (onze mil setecentos e setenta e cinco reais), para aquisição emergencial de combustíveis para veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 05 de janeiro de 2021.

Analu Chiamolera Schimit
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Associações

AMERIOS

ATA Nº 01-2021 -ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA 2021

Publicação Nº 2797177

ATA Nº 01/2021

Ata da centésima nonagésima sétima Assembleia Geral de Prefeitos da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89.874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às nove horas, na sede da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos (as) para a Assembleia Geral, dos Municípios associados de: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, em atendimento ao Edital de Convocação nº 07/2020, do dia 11/12/2020, ato publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, edição n. 3352, do dia 15/12/2020, tendo como ordem do dia: Eleição e posse da Diretoria Executiva para o ano de 2021. Inicialmente o Presidente Interino da AMERIOS, Sr. Dair Jocely Enge - Prefeito de Palmitos, fez a abertura da Assembleia Geral Ordinária, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou os presentes, falando de sua alegria em recebê-los nesta primeira Assembleia. O Primeiro assunto foi com relação a Eleição da nova diretoria executiva para o exercício de 2021 da AMERIOS, do CIS/AMERIOS e do CIGAMERIOS, para tanto, conferiu-se o número de Prefeitos presentes, formando assim, conforme lista de registro de presença, QUÓRUM necessário para promover a eleição, sendo a sessão SUSPensa para um intervalo por dez minutos para que os Prefeitos (as) definissem a composição de chapas para os cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o ano vigente. Após o intervalo, o Presidente Interino reiniciou os trabalhos, momento em que foi apresentada uma chapa de consenso a que foi submetida a votação e ELEITA por unanimidade dos votos válidos a diretoria executiva da AMERIOS, do CIS/AMERIOS e CIGAMERIOS para o EXERCÍCIO DE 2021. Ato contínuo, nos termos do Estatuto Social da AMERIOS, o presidente interino deu POSSE à diretoria executiva e ao conselho fiscal para o mandato do exercício financeiro de 2021, que ficou assim constituída: Presidente: Jean Carlos Nyland, RG: 4.479.638 e CPF: 057.328.099-10, profissão: empresário, estado civil: casado, endereço: Rua São José, 111, CEP: 89891-000, Iraceminha/SC; Vice-Presidente: Luzia Iliane Vacarin, RG: 1.493.914, CPF: 016.975.789-77, profissão: Empresária, Estado civil: Separada, endereço completo: Rua Barbosa, 240, apto 403, CEP: 89890-000, Município: Cunha Porã/SC; 1º Secretário: Sidnei José Willinghofer, RG: 1.711.118 e CPF: 503.319.819-04, profissão: contador, estado civil: casado, endereço: Rua Afonso Cedenese, 607, centro, CEP: 89878-000, Flor do Sertão/SC; 2º Secretário: Maciel Schneider, RG: 3.373.844, CPF: 045.338.149-99, Profissão: Administrador, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua Marechal Deodoro, 1500, CEP: 89868-000, Município: Saudades/SC; Tesoureira: Marcia Detofol, RG: 4.748.388, CPF: 051.289.169-95, Profissão: Farmacêutica, Estado civil: solteira, Endereço Completo: AV. Tancredo Neves, CEP: 89983-000, Município: Santa Terezinha do Progresso/SC. Conselho Fiscal efetivo: Eder Picoli, RG: 3.619.031, CPF: 016.627.519-07, profissão: Empresário, estado civil: casado, endereço completo: Rua dos Imigrantes 464, CEP: 89873-000, Município: Caibi/SC; Renaldo Mueller, RG: 1.658.176 e CPF: 526.329.119-15, profissão: empresário, estado civil: solteiro, endereço: Avenida José Bressan, 2265, CEP: 89895-000, Riqueza/SC e Rozane Bortoncello Moreira, RG: 3.450.621, CPF: 019.664.789-41, profissão: Professora Estado civil: casada, endereço Completo: Rua Maria Nelly Trapp Catusso 186, CEP: 89980-000, Município: Campo Erê/SC. Conselho Fiscal suplente: Sandro Donati, RG: 1.719.818, CPF: 477.117.529-20, profissão: Empresário, Estado civil: casado, endereço completo: Rua General Osório, 117 apto. 301, CEP: 89.874-000, Município: Maravilha/SC; Dirceu Silveira, RG: 1.716.585, CPF: 538.309.899-20, profissão: Radialista, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua 7 de setembro nº 665, CEP: 89873-000, Município: Modelo/SC e Dair Jocely Enge, RG: 150.366 e CPF: 031.845.879-91, profissão: aposentado, estado civil: casado, endereço: Rua Euclides da Cunha, 103, CEP: 89887-000, Palmitos/SC. Concluído o cerimonial de posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o exercício de 2021, o Presidente Interino que presidiu a Assembleia Geral, agradeceu a oportunidade, passando a palavra ao Presidente empossado, Sr. Jean Carlos Nyland, Prefeito de Iraceminha, agradeceu a confiança depositada e disse que objetivo é trabalho em conjunto e a união do grupo. Em seguida, o Presidente comunicou da decisão tomada pela Assembleia Geral Ordinária do dia onze de dezembro de dois mil e vinte, que indicou a Srª Luzia Iliane Vacarin Prefeita eleita por Cunha Porã, para ocupar, no ano de 2021, um cargo na FECAM. O Presidente relatou que a Prefeita de Cunha Porã, Sra. Luzia Vacarin, manifestou interesse em participar da chapa da FECAM, sendo que a indicação foi aceita pela Assembleia geral e enviada antes da posse dos novos prefeitos e da presente Assembleia Geral, motivo pelo qual segue para ratificação. Da mesma forma, o Prefeito de Riqueza, Sr. Renaldo Mueller, manifestou interesse em participar da chapa no CIGA. Colocado em deliberação, por unanimidade a Assembleia Geral ratifica a indicação da Prefeita de Cunha Porã, Sra. Luzia Iliane Vacarin, para participar da chapa na Federação Catarinense de Municípios - FECAM e o Prefeito de Riqueza, Sr. Renaldo Mueller, para a chapa no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA. Em seguida, o Presidente passou algumas regras já estabelecidas na AMERIOS: que a Contribuição para a AMERIOS está estabelecida em Lei municipal dos respectivos municípios associados e tem como parâmetro legal de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior (2020), que passa a ser aplicado a contar das contribuições mensais de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022; que todos os colaboradores são regidos pela CLT e o reajuste do salário dos empregados, ocorre conforme o índice do salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, conforme previsto no Estatuto Social, esse índice terá vigência a partir de janeiro de 2021. Em seguida, o Presidente deixou a palavra livre, momento em que o Prefeito de Romelândia Juarez Furtado, apresentou a situação precária da Rodovia SC 161, solicitando apoio da Assembleia Geral para reivindicar a intervenção do Estado na revitalização dessa Rodovia Estadual. Da mesma forma, foi reivindicado os mesmos procedimentos na SC 160 pelo Prefeito de Modelo, Sr. Dirceu Silveira, juntamente com o vice-Prefeito e a SC 305 de Campo Erê a São Lourenço do Oeste pelos Prefeitos e Prefeitas. Da mesma forma, o Prefeito de Modelo enfatizou da necessidade da AMERIOS se tornar mais resolutiva nas questões, usando a força regional para buscar mais eficácia nas deficiências, principalmente nas rodovias estaduais. O Prefeito Renaldo de Riqueza ratificou a fala do Vice-Prefeito Cesar de Modelo, ao referir-se da precariedade da SC 283, sugerindo criar uma comissão na AMERIOS e buscar reunir a bancada do Oeste na Câmara dos Deputados e exigir a solução imediata da situação das rodovias estaduais, sendo apoiados por toda a Assembleia Geral. Por fim, a Assembleia Geral prestou homenagem alusiva aos 25 anos de instalação da AMERIOS, que acontecerá no próximo dia 12/01/2021. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente eleito e empossado, encerrou a Assembleia Geral, mandou lavrar a presente ata, que após conferida pelo Assessor Jurídico, foi lida, aprovada e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 7 de janeiro de 2021.

AMNOROESTE**RESOLUÇÃO 001/2021**

Publicação Nº 2795683

RESOLUÇÃO Nº 01/2021

VANDERLEI SANAGIOTTO, Presidente da AMNOROESTE e Prefeito Municipal de Novo Horizonte, no uso das atribuições conferidas pelo Capítulo II, art. 30, Parágrafo único, do Estatuto Social.

RESOLVE

Parágrafo único. A contribuição individual dos Municípios para a entidade prevista no inciso I, deste artigo, não poderá ser inferior a 0,3% (zero vírgula três por cento) e nem superior a 2,5% (dois vírgula cinco por cento) do montante da Receita Total Arrecadada mensalmente pelos Municípios associados, conforme a seguir:

MUNICÍPIOS	VALOR R\$
CORONEL MARTINS	9.000,00
GALVÃO	9.800,00
IRATI	9.000,00
JUPIÁ	9.000,00
NOVO HORIZONTE	9.800,00
QUILOMBO	10.900,00
SÃO BERNARDINO	9.800,00
SÃO LOURENÇO DO OESTE	31.200,00
TOTAL	98.500,00

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 05 de Janeiro de 2021.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Presidente da AMNOROESTE

Prefeito Municipal de Novo Horizonte

AMOSC**ATA 363 AMOSC**

Publicação Nº 2796359

ATA Nº 363/21

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, as nove horas, no Auditório da AMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os Prefeitos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, CNPJ nº 82.805.961/0001-38, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó - SC, com registro de presença em livro próprio. O Prefeito de Caxambu do Sul Glauber Burtet, na forma estatutária, deu abertura aos trabalhos, conforme edital nº 24/2020, que trata da convocação da presente Assembleia. Iniciando os trabalhos passou-se a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2021, sendo suspensos os trabalhos, visando a composição das chapas para que os partidos possam indicar seus representantes. Na retomada dos trabalhos foi apresentado o registro da chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A chapa única registrada e eleita por aclamação e empossada para o período 07 de janeiro a 31 de dezembro de 2021 da AMOSC ficou assim constituída: Presidente: Nevio Antônio Mortari, Prefeito de Paial, inscrito sob CPF número 310.840.959-04; 1º Vice-Presidente: Jorge Antonio Comunello, Prefeito de Formosa do Sul, inscrito sob CPF número 369.252.330-00; 2º Vice-Presidente: Mario Afonso Woitexem, Prefeito de Pinhalzinho, inscrito sob CPF número 449.194.929-87; 3º Vice-Presidente Mauro Francisco Risso, Prefeito de Jardinópolis, inscrito sob CPF número 729.799.849-49; 1º Secretário: Leonir Antônio Hetges, Prefeito de Águas de Chapecó, inscrito sob CPF número 756.568.339-68; 2º Secretário: Rafael Marin, Prefeito de Serra Alta, inscrito sob CPF número 006.201.999-62; Conselho Fiscal - Efetivos: Glauber Burtet, Prefeito de Caxambu do Sul, inscrito sob CPF número 039.072.199-96; Clodoaldo Briancini, Prefeito de Cordilheira Alta, inscrito sob CPF número 708.433.929-91; Edilson Ferla, Prefeito de Nova Erechim, inscrito sob CPF número 690.947.569-00 Luiz Clóvis Dal Piva, Prefeito de Guatambú, inscrito sob CPF número 543.458.399-04 e Luiz José Daga, Prefeito de Águas Frias, inscrito sob CPF número 625.899.119-04. Conselho Fiscal - Suplentes: Ivanir José Possebon, Prefeito de Nova Itaberaba, inscrito sob CPF número 625.902.609-97; Sadi Dallacorte, Prefeito de Planalto Alegre, inscrito sob CPF número 015.356.039-84; Neuri Meneguzzi, Prefeito de Arvoredo, inscrito sob CPF número 347.928.309-82; Valmor Golo, Prefeito de União do Oeste, inscrito sob CPF número 589.929.799-91 e Delir Cassaro, Prefeito de Coronel Freitas, inscrito sob CPF número 682.623.379-72. Foram indicados para compor a chapa que concorrem a eleição da FECAM e CIGA os Prefeitos: Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos, inscrito sob CPF número 868.119.249-34 e Clodoaldo Briancini, Prefeito de Cordilheira Alta, inscrito sob CPF número 708.433.929-91; e indicado para diretoria da ARIS, o Prefeito Mario Afonso Woitexem, Prefeito de Pinhalzinho, inscrito sob CPF número 449.194.929-87. Ato contínuo foi nomeado para responder pelo cargo de Secretário Executivo o Senhor Morciel Araújo Faraum, inscrito no CPF sob o nº 028.455.019-19 para praticar atos administrativos e a movimentação financeira da AMOSC; como Diretora Administrativa a senhora Marlete Bruschi Weschenfelder, inscrita no CPF sob o nº 021.357.429-29 e como Diretor Técnico o senhor Jorge César Drews, inscrito no CPF sob o nº 852.047.659-72. Nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Prefeitos presentes. Chapecó, SC, 07 de janeiro de 2021.

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 094/2021 - SUBSTITUIÇÃO PROVISÓRIA PARA A PRESIDÊNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR

Publicação Nº 2795499

DECRETO Nº 094/2021

APROVA E CONFERE PUBLICIDADE A SUBSTITUIÇÃO PROVISÓRIA PARA A PRESIDÊNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA AGIR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JORGE LUIZ STOLF, Presidente em exercício da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, nos termos do § 4º, da Cláusula 18, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso X, Cláusula 26 do Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados e, CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada no dia 10 de dezembro de 2020, na qual os representantes legais dos municípios consorciados aprovaram que a eleição para a composição da Diretoria Executiva da AGIR se dará no mês de janeiro de 2021;

CONSIDERANDO que na data de 31 dezembro de 2020 ocorreu o término do mandato do Prefeito Marildo Domingos Felippi, de Rio dos Cedros e detentor do cargo de Presidente da AGIR;

CONSIDERANDO que a Assembleia Geral acima mencionada, autorizou que a presidência temporária será exercida nos termos do § 4º da Cláusula 18, do Protocolo de Intenções da AGIR, que estabelece que a Presidência da Diretoria Executiva da AGIR, após o término dos mandatos dos prefeitos, será ocupada pelo Prefeito do município detentor deste cargo, se dará até a data da primeira Assembleia Geral convocada para a eleição da Diretoria Executiva;

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificada e aprovada a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada no dia 10 de dezembro de 2020, quanto a deliberação que a Presidência da Diretoria Executiva será exercida pelo prefeito eleito do município de Rio dos Cedros, Senhor JORGE LUIZ STOLF.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2021.

Blumenau (SC), em 05 de janeiro de 2021.

JORGE LUIZ STOLF

Presidente em Exercício da Diretoria Executiva da AGIR.

ARIS

PORTARIA/DIRETOR-GERAL Nº 02, DE 07 JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 2796616

PORTARIA/Diretor-Geral nº 02, de 07 janeiro de 2021

Nomeia os membros da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar decorrente dos processos de Auto de Infração nºs 0920100.2020.9840659; 0920100.2020.9840162; 0920100.2020.9839952 e 0920100.2020.9840660, emitidos pela Receita Federal e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso de suas atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções da ARIS e nos termos do artigo 110 e seguintes do Estatuto dos Servidores da ARIS,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, decorrente das multas emitidas pela Receita Federal, que será composta pelos seguintes membros:

I – Presidente: Ricardo Francisco Pitta;

II – Secretário: Joana Mayara Dysarz e

III – Membro Titular: Tatiana Owczarzak Correa.

Art. 2º Compete à Comissão:

I – analisar os fatos, documentação, entrevistar a servidora responsável pela remessa das informações à Receita Federal e ouvir testemunhos sobre as multas aplicadas à ARIS, com objetivo de apurar, verificar o dever funcional e a responsabilidade sobre as ocorrências;

II – elaborar relatório de avaliação, parecer da comissão;

III – encaminhar para homologação do Diretor-Geral;

Art. 3º As reuniões da Comissão serão públicas e previamente agendadas, podendo qualquer pessoa acompanhar os trabalhos da Comissão, desde que mantida a ordem, a moralidade e o respeito ao processo de avaliação.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2021.

Adir Faccio
Diretor-Geral da ARIS

CIDEMA

ATA 73 CIDEMA

Publicação N° 2796362

ATA N° 73/2020

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, as nove horas, no Auditório da AMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e do Meio Ambiente - CIDEMA, CNPJ nº 03.455.536/0001-90, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, Centro, Chapecó - SC, com registro de presença em livro próprio. O Prefeito de Paial Névio Antônio Mortari, na forma estatutária, deu abertura aos trabalhos, conforme Edital nº 04/2020, que trata da convocação da presente Assembleia. Em seguida passou-se a apresentação e registro da chapa da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2021. A chapa única registrada, eleita por aclamação e empossada para o período 07 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 do CIDEMA ficou assim constituída: Presidente: Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos, inscrito sob CPF número 868.119.249-34; 1º Vice-Presidente: Luiz Clóvis Dal Piva, Prefeito de Gautambú, inscrito sob CPF número 543.458.399-04; 2º Vice-Presidente: Julcimar Antônio Lorenzetti, Prefeito de Santiago do Sul, inscrito sob CPF número 950.918.909-04; 1º Secretário João Rodrigues, Prefeito de Chapecó, inscrito sob CPF número 232.789.513-89; 2º Secretário: Leonir Antônio Hetges, Prefeito de Águas de Chapecó, inscrito sob CPF número 756.568.339-68. Conselho Fiscal - Efetivos: Rafael Marin, Prefeito de Serra Alta, inscrito sob CPF número 006.201.999-62; Glauber Burtet, Prefeito de Caxambu do Sul, inscrito sob CPF número 039.072.199-96 e Delir Cassaro, Prefeito de Coronel Freitas, inscrito sob CPF número 682.623.379-72. Conselho Fiscal - Suplentes: Mario Afonso Woitexem, Prefeito de Pinhalzinho, inscrito sob CPF número 449.194.929-87; Maurílio Ostroski, Prefeito de Sul Brasil, inscrito sob CPF número 017.517.149-18 e Ivanir José Possebon, Prefeito de Nova Itaberaba, inscrito sob CPF número 625.902.609-97. Foi nomeado para o cargo de Diretor Executivo Morciel de Araújo Faraum, inscrito no CPF sob o nº 028.455.019-19, para praticar atos administrativos e a movimentação financeira do CIDEMA. Como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos Prefeitos presentes. Chapecó, SC, 07 de janeiro de 2021.

CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 426 / 2020 - MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Publicação N° 2795079

EXTRATO DE CONTRATO N° 426/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CNPJ: 80.989.965/0001-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º 259/2020

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - CIGA Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 6.531,00 (seis mil e quinhentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 23 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 427 / 2020 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

Publicação Nº 2795706

EXTRATO DE CONTRATO Nº 427/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio Rufino

CONTRATANTE: Município de Rio Rufino

CNPJ: 95.991.071/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 5.937,84 (cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO N. 427 / 2020 - MUNICÍPIO DE RIO RUFINO

Publicação Nº 2795881

EXTRATO DE CONTRATO Nº 427/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Rio Rufino

CONTRATANTE: Município de Rio Rufino

CNPJ: 95.991.071/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CIGA Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional.

VALOR: R\$ 5.937,84 (cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2021.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2020.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº330/2020

Publicação Nº 2795330

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº330/2020

TERMO DE RERRATIFICAÇÃO. EXTRATO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA E A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais, pelo presente Instrumento, vem RETIFICAR, de ofício, o EXTRATO DE CONTRATO 330/2020, que 'Dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação':

I – DA RETIFICAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Tendo em vista que, por um equívoco, perfeitamente perceptível e corrigível, sem qualquer prejuízo às partes ou a terceiros, pois que inclusive preservada a legibilidade do arquivo original, constou incorretamente no Extrato de Contrato 330/2020 a razão social da Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Verde (CNPJ: 04.041.533/0001-72) em vez de Câmara Municipal de Vereadores de Ouro (CNPJ: 00.083.494/0001-15). Portanto, retifica-se, por este instrumento:

a) A contratante da prestação de serviços apresentados no 'Extrato de Contrato 330/2020' é a Câmara Municipal de Vereadores de Ouro.

Assim, onde se lê:

'Câmara Municipal de Vereadores de Ouro Verde (CNPJ: 04.041.533/0001-72)'

Leia-se:

'Câmara Municipal de Vereadores de Ouro (CNPJ: 00.083.494/0001-15)'

II – DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA. Em decorrência das correções acima, fica consolidada a publicação do 'Extrato de Contrato Nº 330/2020', RATIFICANDO-SE todos os demais termos e condições, não alterados ou substituídos por este instrumento, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Por conseguinte, este texto não substitui o publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC em 23 de dezembro de 2020, Edição n.º 3360, página 3478, apenas o complementa, a fim de que passe a constar a data correta do ato.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2021.

GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

CINCATARINA**AC20CIN0070 - OGAZ COMUNICAÇÃO**

Publicação Nº 2796481

TERMO ADITIVO AC20CIN0070

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	OGAZ COMUNICAÇÃO
OBJETO:	A contratação de empresa para comunicação e designer gráfico para apresentação institucional do CINCATARINA.
PROCESSO:	Processo Administrativo Licitatório Eletrônico nº 0106/2020-e, Dispensa de Licitação nº 002/2020 (art. 24, II e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93).
CONTRATO:	CT20CIN0004
DATA:	09.01.2020
VIGÊNCIAS:	10.01.2020 a 31.12.2020

Considerando que o os serviços contratados tem sido prestados de forma regular, sem aplicação de penalidades, havendo interesse da Administração Pública na manutenção do serviço, nos termos do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

Considerando que a prorrogação do prazo, com consequente alteração do valor total do contrato, continua abaixo do valor de dispensa previsto no art. 24, II e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, para o ano de 2021;

Considerando que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração Pública, compatíveis com o mercado, atendendo o princípio da economicidade;

Considerando que a Contratada mantém regularidade fiscal, nos termos da Lei, tendo manifestado a concordância na prorrogação.

Art. 1º As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e contratuais, ajustam e contratam de comum acordo, a prorrogação do prazo de vigência previsto na cláusula oitava, para o período de 1º de janeiro de 2021 até 30 de junho de 2021.

Art. 2º Em razão da prorrogação do prazo de vigência do contrato, fica previsto o valor total do contrato em epígrafe para o ano de 2021 em R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser pago em 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na forma da cláusula terceira do contrato em epígrafe.

Art. 3º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Florianópolis (SC), 30 de dezembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo Contratante	OGAZ COMUNICAÇÃO JOSIANE ZAGO Contratada
---	--

Testemunhas: Assessoria Jurídica:

1ª –
2ª –

AC20CIN0071 - TIM

Publicação N° 2796492

TERMO ADITIVO AC20CIN0071

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA
CONTRATADO:	TIM S/A
OBJETO:	Contratação de serviços continuados de telefonia e comunicação de dados a partir de terminais móveis, na modalidade SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na categoria tipo Plano Corporativo Pós-pago, com fornecimento de cartões SIM (Módulo de Identificação de Assinante), para atender as necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, conforme as condições estabelecidas no Contrato de Prestação de Serviços e sem a disponibilização de aparelhos por parte da Credenciada.
PROCESSO:	Processo Administrativo Licitatório nº 0287/2019 – CIMCATARINA, Chamada Pública para Credenciamento n. 0007/2019 e Inexigibilidade n. 005/2019.
CONTRATO:	CT19CIM0016 / AC20CIN0030 / AC20CIN0050 / AC20CIN0059
DATA:	11.07.2019
VIGÊNCIA:	11.07.2019 a 31.12.2020

Art. 1º - Fica prorrogada a vigência do contrato em epígrafe, presente na cláusula oitava, passando a vigorar até 28/02/2021.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Florianópolis (SC), 30 de dezembro 2020.

Elói Rönnau Diretor Executivo CINCATARINA	TIM S/A Bernard Zeitune Contratada
--	--

Testemunhas:

1ª –
2ª –

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2021

Publicação N° 2795736

Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA

Aviso de Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO N° 77/2021-e

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2021

Contratada: GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

Valor: Valor total de R\$ 8.580,00 (oito mil, quinhentos e oitenta reais), pagos em 12(doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 715,00(setecentos e quinze reais) cada.

Objeto: Contratação para fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneos para 2(dois) atendentes e usuários ilimitados, mediante contratação de empresa para locação de software AQUILA Help Desk, com aplicações em Help Desk, Service Desk, Call Center, 0800, SAC.

Florianópolis (SC), 07 de janeiro de 2021.

Elói Rönnau

Diretor Executivo

AVISO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA CH0001_2021 - CADASTRO DE FORNECEDORES

Publicação Nº 2795243

EDITAL Nº 0001/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 161/2021-e

CHAMADA PÚBLICA PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE FORNECEDORES

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto à Sede do CINCATARINA, situada a Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1. Serão exigidos dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);

II. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);

III. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;

IV. Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);

V. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

VI. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

VII. Prova de Inscrição Estadual;

VIII. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

IX. Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;

X. Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

XI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2. Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via e podem ser apresentados por meio eletrônico, através do e-mail licitacoes@cincatarina.sc.gov.br.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2021.

[Assinado Eletronicamente]

Elói Rönnau

Diretor Executivo

DECISÃO ADMINISTRATIVA - DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO ANALISSA PASE DO PRADO

Publicação Nº 2795821

Processo Administrativo	0991/2019
Interessado:	Consortio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA
Interessado (a):	Análisa Pase do Prado
Assunto	Documentos para Admissão
Referência	Edital de Concurso Público n. 01/2019

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista os fatos narrados no despacho retro, no que tange a falta da entrega de documentação exigida no ato de convocação da candidata a Senhora Analissa Pase do Prado, em especial a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) o que acarreta na inaptidão da candidata para assumir o cargo (tomar posse).

Cabe destacar que no rol de atribuições do cargo é taxativo, sendo claro no que se refere a condução de veículos do consórcio. O CINCATARINA presta serviços técnicos aos seus municípios consorciados (116 municípios catarinenses), em especial ao cargo de analista técnico IV com formação em Engenharia Florestal, este deverá transitar entre os vários municípios consorciados para atendê-los em suas demandas, como por exemplo fazer o inventário de vegetação em um processo de licenciamento de supressão, essa é uma das atividades que exige visita "in loco".

Deste modo, ao não apresentar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), conforme exigido termo de convocação item "r", publicado no Diário Oficial dos Municípios em 10 de dezembro de 2020, edição n. 3347, pg. 1747 e 1748, fica a candidata condicionada aos atos previstos no item 13 do edital, sendo este:

13 CONTRATAÇÃO

13.1 A inscrição do candidato presume estarem satisfeitas as exigências dispostas no Edital. Os documentos comprobatórios serão exigidos dos candidatos no momento da contratação. A não apresentação destes documentos comprobatórios ou de qualquer dos documentos exigidos para a contratação, resultará na anulação de todos os atos que tiver praticado e sua eliminação do Concurso Público.

13.2 Os candidatos aprovados e classificados serão admitidos, por ordem de classificação, respeitados o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos.

13.3 A convocação e contratação dos candidatos aprovados e classificados será efetivada por ato próprio e é de competência e responsabilidade do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA. (grifo nosso)

Por fim, acatado a recomendação do despacho retro exarado pela Controladoria Interna do CINCATARINA, acrescentando ainda que de tal decisão esta em consonância com o princípio da vinculação do Edital, princípio da legalidade, visto que as atribuições dos cargos estão definidas no protocolo de intenções ratificado por Lei pelos municípios consorciados.

Portanto, passo a declarar a inaptidão da candidata a Senhora Analissa Pase do Prado, para assumir (tomar posse) do cargo de Analista Técnico IV, tendo em vista a não comprovação e apresentação de documento que comprove estar apta a exercer as atribuições do cargo. Notifica-se a interessada sobre os termos da decisão administrativa e publique-se.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2021

[assinado eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

DESPACHO DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO - ANALISSA PASE DO PRADO

Publicação Nº 2795817

Processo Administrativo	0991/2019
Interessado:	Consortio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA
Interessado (a):	Analissa Pase do Prado
Assunto	Documentos para Admissão
Referência	Edital de Concurso Público n. 01/2019

Ao
DIRETOR EXECUTIVO

DESPACHO

Tendo em vista o concurso público realizado em 12 de janeiro de 2020, e a necessidade do preenchimento de vagas no quadro de empregados públicos do CINCATARINA, haja visto a necessidade e demandas dos municípios consorciados, procedemos a convocação do (a) Analista Técnico IV, para a função de Engenheira Florestal na data de 10 de dezembro de 2020, a Senhora Analissa Pase do Prado.

A convocação publicada possui um rol de documentos a serem apresentados pelo então candidato, nos termos do item "2" do Edital de Concurso Público. No entanto, após apresentação da documentação pela candidata Analissa Pase do Prado, foi observado que a mesma não possui Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Deste modo, observadas as atribuições do cargo de Analista Técnico IV, parte integrante do Edital de Concurso Público, podemos verificar que uma das atribuições do referido cargo refere-se: "27. Conduzir veículos de propriedade do consórcio público, observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela manutenção e limpeza e elaborando relatórios sobre a quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências;"

Outrossim, observados os termos de do item "13" do Edital de Concurso Público, a não apresentação dos documentos comprobatórios ou de qualquer dos documentos exigidos para a contratação, resulta na anulação de todos os atos que tiver praticado e sua eliminação do Concurso Público.

Por fim, passo a concluir e recomendar ao Diretor Executivo que em face do não preenchimento e apresentação da documentação necessária para a sua contratação a candidata Analissa Pase do Prado não está apta a cumprir com as atribuições do cargo de Analista Técnico IV, devendo ser anulado os atos de classificação, convocação e consequentemente a eliminação da então candidata do Concurso Público. Fraiburgo (SC), 07 de janeiro de 2021.

[assinado eletronicamente]

MICHEL CLUVES DICK
Controle Interno CINCATARINA

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

EXTRATO DE ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO 001_2021

Publicação Nº 2796757

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 001/2021
CONCEDENTE: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA
ESTÁGIÁRIO (A): João Vitor Borges da Silva Matias

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto alteração do horário previsto no Termo de Compromisso nº 005/2020, passando a ser das 10:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30. As respectivas alterações passam a vigorar a partir do dia 05/01/2021.

Fraiburgo (SC), 05 de janeiro de 2021.

Elói Rönnau
Diretor Executivo do CINCATARINA

CIS/AMARP**RESOLUÇÃO Nº 01/2021 CPL PEDIACLIN**

Publicação Nº 2796249

Resolução nº 01/2021 – CPL

Viviam Fiabane Rissardi, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 26/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa CLÍNICA PEDIÁTRICA PEDIACLIN LTDA, CNPJ 16.989.732/0001-96 situada na Rua Coronel Alberto Schmidt nº 10 Ed. Laura sala 6, – Centro, Videira/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
CONSULTA MÉDICA EM PEDIATRIA	00.09.01.677-5	R\$ 70,00
CONSULTA DE RETORNO	10.80.30-133-9	R\$ 00,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 07 de janeiro de 2021.

VIVIAM FIABANE RISSARDI
Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

CIS/AMOSC**ATA 74/2021**

Publicação Nº 2797175

ATA Nº 74/2021

Aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, no Auditório da ACAMOSC, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, CNPJ 01.336.261/0001-40, com endereço na Rua Adolfo Konder, 33D, Jardim Itália, Chapecó - SC, com registro de presença de todos em lista anexa. Geísa Muller de Oliveira, Diretora Executiva do CIS-AMOSC deu abertura aos trabalhos, conforme edital nº 03/2020, que trata da convocação da presente Assembleia. Na sequência, passou-se a apresentação e registro da chapa única da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal para o mandato de 2021. A chapa registrada, eleita por aclamação e empossada para o período de 07 de janeiro de 2021 a 31 dezembro de 2021 do CIS-AMOSC ficou assim constituída: Presidente: Rafael Caleffi, Prefeito de São Lourenço do Oeste, CPF nº 026.437.969-18, 1º Vice-Presidente: Nevio Antônio Mortari, Prefeito de Paial, CPF nº 310.840.959-04, 2º Vice-Presidente: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, CPF nº 492.348.549-34, 1º Secretário: Alceu Alberto Wrubel, Prefeito de Ponte Serrada, CPF nº 469.966.309-59, 2º Secretário: Clodoaldo Breancini, Prefeito de Cordilheira Alta, CPF nº 708.433.929-91 Conselho Fiscal - Efetivos: Mauro Francisco Risso, Prefeito de Jardinópolis, CPF nº 729.799.849-49, Julcimar Antônio Lorenzetti, Prefeito de Santiago do Sul, CPF nº 950.918.909-04, Rudi Miguel Sander, Prefeito de São Carlos, CPF nº 868.119.249-34, Marcos Henrique Khel, Secretário de Saúde de Irati, CPF nº 024.644.428-14 e Secretário de Saúde de

Nova Erechim, CPF nº 068.404.179-05. Conselho Fiscal - Suplentes: Luiz Jose Daga, Prefeito de Aguas Frias, CPF nº 625.899.119-04, Delir Cassaro, Prefeito de Coronel Freitas, CPF nº 682.623.379-72, Jorge Antônio Comunello, Prefeito de Formosa do Sul, CPF nº 369.252.330-00, Elisangela da Silva, Secretária de Saúde de Coronel Freitas, CPF nº 947.168.110-34 e Adilo de Almeida Gosch, Secretário de Saúde de Ipumirim, CPF nº 526.685.419-72 Ato contínuo foi nomeada para o cargo de Diretora Executiva Geísa M-ller de Oliveira, CPF nº 981.666.890-49, para praticar atos administrativos e a movimentação financeira do CIS-AMOSC. Outros assuntos de pauta foram tratados: o resumo das atividades desenvolvidas em 2020 e o resumo da situação financeira do Consorcio em janeiro 2021 ficando todos informados que no mês de fevereiro haverá uma assembleia especifica para prestação de contas e do relatório de atividades 2020 e metas 2021 tendo em vista que o exercício contábil 2020 ainda não foi encerrado. Também foi aprovada a continuidade do convenio SARA/SAER para o exercício 2021 e como nada mais havia a tratar o Presidente encerrou a Assembleia e solicitou o registro dos assuntos na presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Presidente e pela Diretora Executiva. Chapecó, SC, 7 de janeiro de 2021.

RESOLUCAO 36/2020

Publicação Nº 2797171

RESOLUÇÃO Nº 36/2020

Dispõe sobre a homologação do Relatório Anual de Atividades e o Balanço Geral do Exercício de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN, Prefeita de Arvoredo e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, inciso VII do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar Relatório Anual de Atividades e o Balanço Geral do Exercício de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, 31 de dezembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Prefeita de Arvoredo

Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMVI

545.2021 - RESOLUÇÃO - CISAMVI - DELEGA COMPETÊNCIA AO GERENTE DE SERVIÇOS

Publicação Nº 2797133

RESOLUÇÃO Nº 545, DE 07 DE JANEIRO DE 2021

Delega atribuições ao Gerente de Serviços, nos termos do artigo 34, XI do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, em especial pelo disposto no inciso XI do seu artigo 34, e considerando:

1. o gozo do seu período de férias entre os dias 11 de janeiro de 2021 e 25 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Delegar à Gerente de Serviços Mônica Marcia Campos de Menezes Silva as competências estabelecidas no artigo 34, do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, bem como aquelas delegadas por força da Resolução nº 428, de 09 de junho de 2020 e previstas no artigo 28 do mesmo Contrato de Consórcio Público:

Art. 34. Compete ao Diretor Executivo:

I. promover a execução das atividades do consórcio;

II. colher e avaliar as sugestões apontadas pelo Colegiado de Saúde e promover sua execução no âmbito do consórcio;

III. realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

IV. elaborar o plano de trabalho e a proposta orçamentária anual;

V. elaborar o relatório anual de atividades;

VI. elaborar os balancetes mensais para ciência do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral;

VII. elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;

VIII. promover os atos de transparência do consórcio;

IX. movimentar em conjunto com o Presidente do consórcio, ou pessoa por ele delegada, as contas bancárias e os recursos financeiros;

X. autorizar a abertura de licitações públicas e celebrar os contratos administrativos, respeitados os limites do orçamento do consórcio aprovado pela Assembleia Geral;

XI. designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente;

XII. providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral;

XIII. providenciar todas as diligências solicitadas pela Assembleia Geral e pelos conselhos Administrativo e Fiscal;

XIV. propor à Assembleia Geral a requisição de servidores públicos municipais para serem cedidos ao consórcio.

Art. 28. O Presidente do Conselho Administrativo responderá como Presidente do Consórcio, a quem compete:

I. representar o CISAMVI ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores ad negotia e ad judicia;

II. presidir a Assembleia Geral e manifestar o voto de qualidade e de Minerva, caso necessário;

III. dar posse aos membros do Conselho Fiscal; IV - celebrar convênios e acordos congêneres;

V. prestar contas ao órgão concedente dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

VI. ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se por sua prestação de contas;

VII. movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio;

VIII. aceitar a cessão de servidores, onerosa ou gratuita, do ente consorciado ao consórcio;

IX. convocar as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;

X. zelar pelos interesses do consórcio, exercendo as demais competências que não tenham sido outorgadas a outro órgão do consórcio.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2021 até 25 de janeiro de 2021.

Blumenau – SC, 07 de janeiro de 2021.

CLEONES HOSTINS
Diretor Executivo CISAMVI

ARP 01_2021 - PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA

Publicação Nº 2795772

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 01/2021
POR FORNECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO 08/2020
(Vigência de 07/01/2021 até 25/04/2021)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 12889.035/0001-02 solicitou o REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO do item 13 da Ata de Registro de Preços 98/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item, a PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA., manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020, habilitar PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 73.856.593/0001-66, situada à Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, bairro Centro Industrial Nilton Arruda, CEP 85903-630, Toledo/PR, neste ato representada pelo Sr. Virgílio Del Giudice Júnior, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA. - CNPJ 73.856.593/0001-66					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
13	Alopurinol, 300 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	PRATI DONADUZZI	28300 CPR	R\$ 0,2600	R\$ 7.358,00

3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 25/04/2021 (07/01/2021 até 25/04/2021).

4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

4.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

1.1 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

1.2 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato

praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços), infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

1.3 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

2 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerado o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

5.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

5.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

5.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

5.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

5.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

5.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

6.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

6.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

6.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

6.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

6.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

6.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

6.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI

6.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

6.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

6.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 08/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 08/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, 04 de janeiro de 2021.

Cleones Hostins
Diretor Executivo CISAMVI

Virgílio Del Giudice Júnior
PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA

ARP 02_2021 - S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Publicação Nº 2795774

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 02 / 2021
POR FORNECEDOR
PREGÃO ELETRÔNICO 08 / 2020
(Vigência de 07/01/2021 até 25/04/2021)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 12889.035/0001-02 solicitou o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO do item 12 da Ata de Registro de Preços 98/2020; e considerando que dentre os licitantes classificados para fornecimento do item, a S & R DISTRIBUIDORA LTDA, manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020, habilitar S & R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.889.315/0001-92, situada à Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451 - D, bairro São Cristóvão, CEP 89803-230, na cidade de Chapecó/SC, neste ato representada pelo Sr. Sérgio Jacir Portela, inscrito no CPF sob o nº 182.633.649-49, para fornecimento dos saldos remanescentes dos itens abaixo relacionados, constantes da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região

do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 08/2020.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido (20 dias corridos), sob pena de multa pelo atraso registrado.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

PRATI DONADUZZI & CIA. LTDA. - CNPJ 73.856.593/0001-66					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
12	Alopurinol, 100 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos	Sandoz	532500 CPR	R\$ 0,12500	R\$ 66.562,50

3 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 25/04/2021 (08/01/2021 até 25/04/2021).

4 DAS BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

3.1 A fornecedora declara ter ciência do dever de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme os requisitos das Normas Anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à Lei Federal nº 12.846/13 e Decreto Federal nº 8.420/15, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados, colaboradores e terceiros que a representem a obrigação de cumprir as diretrizes estabelecidas na legislação indicada.

3.1.1 A fornecedora declara que nenhum valor pago a ela com base na presente Ata de Registro de Preços será utilizado na prática de atos que infrinjam ou possam infringir as Normas Anticorrupção.

3.1.2 A fornecedora fica obrigada a informar ao CISAMVI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da sua ciência, qualquer ato praticado por si, seus acionistas/sócios, administradores, diretores, empregados, contratados, representantes e/ou terceiros que, sendo relacionado com o CISAMVI ou com esta Ata de Registro de Preços, infrinja ou represente uma potencial infração às Normas Anticorrupção.

3.1.3 O CISAMVI poderá, a qualquer tempo, solicitar à fornecedora documentos com a finalidade de verificar o cumprimento das Normas Anticorrupção.

4 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

5.2 Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser protocolados/encaminhados para a sede do CISAMVI, não sendo conhecidos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro encaminhados por e-mail ou fac-símile.

5.2.1 Todas as Autorizações de Fornecimento emitidas até o protocolo do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro devem ser atendidas considerando o valor até então registrado, ficando o item suspenso para novos pedidos desde a data do protocolo do pedido até a análise final do requerimento.

5.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

5.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

5.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

5.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento.

5.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

5.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.5 Independentemente de solicitação, o Consórcio poderá convocar o fornecedor, após a aprovação da Ata, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicados na proposta, em virtude de redução dos preços de mercado.

5.6 A critério do CISAMVI, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

5.7 Caso a beneficiária do registro venha a se locupletar com a redução efetiva dos preços de mercado, não a repassando à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

5.8 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 É de responsabilidade do fornecedor registrado:

6.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, ao fabricante, ao modelo, à procedência, e ao prazo

de validade, constando na embalagem do produto a observação "PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO";

6.1.3 Substituir, às suas expensas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação expedida pelo CISAMVI e/ou município consorciado, o(s) produto(s) que apresentarem defeitos de fabricação ou discordância em relação às especificações previstas no Termo de Referência;

6.1.4 Reparar, corrigir e remover às suas expensas, no todo ou em parte, dos objetos licitados, em que se verifique danos em decorrência do transporte, ou técnico, bem como, providências à substituição dos mesmos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

6.1.5 Comunicar por escrito, ao CISAMVI a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

6.1.6 Observar rigorosamente as normas técnicas em vigor;

6.1.7 Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.8 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da produção, fornecimento e entrega do produto, inclusive as despesas de embarque e transporte, embalagens, frete e seguro, e eventuais perdas e danos;

6.1.9 Acessar o Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI a fim de efetuar o recebimento das Autorizações de Fornecimento;

6.1.10 Incluir a Nota Fiscal em formato .pdf no Sistema Informatizado de Gestão de Compras Compartilhadas do CISAMVI

6.1.11 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da contratação objeto desta licitação ou a ela relacionada;

6.1.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CISAMVI e aos municípios consorciados em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações editalícias ou legais a que estiver sujeito;

6.1.13 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Edital e seus anexos.

7 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Aos fornecedores que não cumprirem com o prazo estabelecido para a entrega será aplicada automaticamente multa, nos seguintes termos:

7.1.1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto ficam os fornecedores sujeitos a multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada desde o 1º (primeiro) dia de atraso, incidente sobre o valor total do item, na respectiva Autorização de Fornecimento (AF).

6.0.2 Finda a contagem da multa no momento da entrega ou no fim do período de 30 dias.

6.0.3 Ficará suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 5,00 (cinco reais), facultando-se ao CISAMVI exigí-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar este limite.

6.1 Nos atrasos de entrega acima de 30 (trinta) dias o fornecedor estará sujeito, além da multa automática prevista no subitem 7.1, à aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, com a observância do devido processo administrativo previsto na Resolução nº 293/2019 do CISAMVI:

7.2.1 Advertência por escrito.

7.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.3 São consideradas ainda situações de aplicação das sanções previstas no subitem 7.2:

7.3.1 Recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato Administrativo dentro do prazo estabelecido pelo CISAMVI.

7.3.2 Não atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência ou na Autorização de Fornecimento.

7.3.3 Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso ou em desconformidade com a referência técnica da ANVISA, como se verdadeiro ou perfeito fosse.

7 DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s) e demais condições do ajuste encontram-se definidos no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 08/2020 e no Termo de Referência correspondente.

8.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

8.3 A quantidade registrada serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

8.4 Todas as obrigações estabelecidas no Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 08/2020 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

8.5 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02, e dos Decretos nºs nº 7.892/13 e 10.024/19.

Blumenau - SC, 06 de janeiro de 2021.

Cleones Hostins

Diretor Executivo CISAMVI

Sr. Sérgio Jacir Portela

S & R DISTRIBUIDORA LTDA

CISAMREC**PROCESSO ADM. 138.CISAMREC.2020 REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO PARA O ITEM 90 CODEINA + PARACETAMOL 30MG + 500 MG CPR PARA EMPRESA ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR**

Publicação Nº 2796296

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 138/PA/CISAMREC/2020
Pregão Eletrônico nº. 020-2020
ARP nº. 007/CISAMREC/2020
Requerente: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certificamos para os devidos fins, a remessa, nesta data, para publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, o teor da decisão do Processo supra, conforme abaixo:

Teor do ato: Visto etc... "nos termos dos autos do processo supra, defiro o realinhamento do item 90 CODEINA + PARACETAMOL 30MG + 500 MG CPR, registrado na Ata de Registro de Preços supra, conforme requerido pela empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., para o preço unitário de R\$ 0,3440, uma vez que atende os requisitos do Art. 65, II da Lei nº. 8.666/93, levando-se em conta em consideração que trata-se de medicamento imprescindível aos tratamentos clínicos dos usuários do SUS e, consequentemente, para atendimento aos municípios consorciados, cumprindo-se, desta forma, os princípios constitucionais estampados no Art. 196 e SS da CF/88 e na Lei nº. 8.080/90. Ressalta-se, todavia, que as OCs emitidas anteriormente a data do recebimento do pedido de cancelamento (29/10/2020), se houver, deverão serem cumpridas pelo preço ofertado e adjudicado no certame, sem prejuízo das sanções decorrentes do descumprimento contratual pactuado na Cláusula 3ª e, consequentemente, da aplicabilidade das sanções previstas na Cláusula 9ª da ARP correspondente, se for o caso". Publique-se, registre-se, comunique-se e archive-se. Criciúma SC, 07 de janeiro de 2021.

DANTELINO BONETTI
Setor de Compras do CISAMREC

RESOLUÇÃO 018.CISAMREC.2020 - ORÇAMENTO 2021

Publicação Nº 2796180

RESOLUÇÃO nº 018, de 28/12/2020.
Estima a Receita e fixa a Despesa do CISAMREC para o exercício de 2021.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMREC, com base na Lei nº 4.320 de 17/03/1964, na Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000 e considerando a aprovação da proposta orçamentária pela Assembleia Geral Ordinária;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC para o exercício de 2021, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 48.731.285,08 (Quarenta e oito milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oito centavos).

§ 1º - A Receita do CISAMREC será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada abaixo, com os seguintes desdobramentos:

1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITAS CORRENTES 45.731.285,08
1.3.0.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITA PATRIMONIAL 50.000,00
1.3.2.0.00.0.0.00.00.00 – RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS 50.000,00
1.3.2.9.00.1.1.00.00.00 – Outros Valores Mobiliários 50.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 45.681.285,08
1.7.3.0.00.0.0.00.00.00 – TRANSF. DOS MUNICÍPIOS 45.681.285,08
1.7.3.8.00.0.0.00.00.00 – TRANSF. DOS MUNICÍPIOS 45.681.285,08
1.7.3.8.02.0.0.00.00.00 – Transf. a Consórcios Públicos 45.681.285,08
1.7.3.8.02.1.0.00.00.00 – Transf. a Consórcio Públicos 45.681.285,08
1.7.3.8.02.1.1.00.00.00 – Contratos de Rateio 1.181.285,08
1.7.3.8.02.1.1.99.00.00 – Contratos de Rateio 1.181.285,08
1.7.3.8.02.1.2.00.00.00 – Serviço à Saúde 18.000.000,00
1.7.3.8.02.1.2.99.00.00 – Serviço à Saúde 18.000.000,00
1.7.3.8.02.1.3.00.00.00 – Insumos 28.000.000,00
1.7.3.8.02.1.3.99.00.00 – Insumos 28.000.000,00
1.7.3.8.02.1.4.00.00.00 – SVO – Serv. de Verif. de Óbito 850.000,00
1.7.3.8.02.1.4.99.00.00 – SVO – Serv. de Verif. de Óbito 850.000,00

1.7.3.8.02.1.5.00.00.00 – Medicina e Segurança do Trabalho 650.000,00
1.7.3.8.02.1.5.99.00.00 – Medicina e Segurança do Trabalho 650.000,00

§ 2º - As Despesas do CISAMREC serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

Órgão: 01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC
Unidade: 01 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC – CISAMREC
Proj./Ativ.: 2.001 – Manutenção do CISAMREC
Elem.: (1) – 3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 1.035.675,48
Elem.: (2) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 174.499,92
Elem.: (3) – 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 21.109,68

Proj./Ativ.: 2.002 – Manutenção do Programa de Serviço à Saúde
Elem.: (4) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.000.000,00

Proj./Ativ.: 2.003 – Manutenção do Programa de Insumos
Elem.: (5) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 28.000.000,00

Proj./Ativ.: 2.004 – Manutenção dos Serviços de Verificação de Óbito - SVO
Elem.: (6) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 850.000,00

Proj./Ativ.: 2.005 – Manutenção dos Serviços de Medicina e Segurança do Trabalho
Elem.: (7) – 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Art. 2º - A Presidência do CISAMREC fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CISAMREC está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit financeiro do exercício anterior;

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Criciúma (SC), 28 de dezembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal de Siderópolis
Presidente do CISAMREC

CISNORDESTE

RESOLUÇÃO Nº 38/2020

Publicação Nº 2795718

Resolução nº 38/2020.

Dispõe da Abertura de Crédito Suplementar pelo dos valores de superávit do exercício.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Julio César Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar pelo Superávit apurado através da Fonte de Recurso 03000102, no valor de R\$ 819.708,00 (oitocentos e dezenove mil, setecentos e oito reais) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC.

Art. 2º - Os créditos são oriundos dos saldos de créditos de exercícios anteriores, conforme as funcionais programáticas, categorias econômicas e fontes de recursos acima informado.

Joinville/SC, 28 de dezembro de 2020.

Julio César Ronconi
Prefeito Municipal de Rio Negrinho
Presidente do CISNORDESTE/SC

IBERE**EDITAL Nº 001/2021 - CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2795112

Chapecó/SC, 05 de janeiro de 2021
CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental – Consórcio Iberê, Sr. Luciano José Buligon, no uso de suas atribuições, CONVOCA o Conselho de Associados, para participar da Assembleia Geral Ordinária.

Data: 14 de janeiro de 2021.
Horário: Das 14 horas às 14:40 horas.
Local: Por Videoconferência – online

OBS: O link será encaminhado com antecedência ao horário da reunião.

PAUTA:

1. Apresentação: o que o Consórcio Iberê fará para apoiar e desenvolver a gestão municipal;
2. Prestação de Contas de 2020;
3. Eleição mandato 2021-2022;
4. Assuntos Gerais.

Luciano José Buligon
Presidente do Consórcio Iberê

CIM-AMREC**AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 323/CIM-AMREC/2020**

Publicação Nº 2796423

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC - CIM-AMREC. AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 323/CIM-AMREC/2020. (Processo Administrativo n.º 007/2020) O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC - CIM-AMREC, leva ao conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO do edital acima epigrafado, com base na solicitação da Diretoria Executiva do CIM-AMREC. RETIFICA: I - Retificação do Edital do Pregão Eletrônico Nº 323/CIM-AMREC/2020, alterando a especificação do equipamento descrito no item "5" do Anexo I – Termo de Referência. ONDE SE LÊ: Semeadora, adubadora hidráulica com plataforma de acesso, batente de roda, deposição de semente através de 2 discos desencontrados, conjunto de duas rodas para fechamento do sulco de plantio, com terceira roda compactadora emborracha, regulagem do adubo por alavanca; LEIA-SE: Semeadora adubadora hidráulica (mínimo 4 linhas), com plataforma de acesso, batente de roda, deposição de semente através de 2 discos desencontrados, conjunto de duas rodas para fechamento do sulco de plantio, com terceira roda compactadora emborracha, regulagem do adubo por alavanca. OS DEMAIS ITENS E SUBITENS DO CITADO EDITAL PERMANECEM INALTERADOS. Comunicamos ainda que a data de realização do mesmo foi prorrogado para o dia 20-01-2021, às 09h00. O EDITAL RETIFICADO PODERÁ SER OBTIDO ATRAVÉS DO SITE WWW.CRICIUMA.SC.GOV.BR e WWW.BLL.ORG.BR. Criciúma, 07 de janeiro de 2021. MARIAH DE FREITAS MARQUES - Diretora Executiva e.e.

CIGAMERIOS**ATA N. 01-2021 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA 2021**

Publicação Nº 2797073

ATA N. 001/2021

Ata da Assembleia Geral Ordinária de Prefeitos do Consórcio Integrado Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e as Prefeitas para a primeira Assembleia Geral do exercício de 2021, em atendimento ao Edital de Convocação nº 07/2020, do dia 11/12/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, Edição n. 3352, dia 15/12/2020, tendo como ordem do dia: Apresentação da Diretoria eleita na Assembleia Geral da AMERIOS para o exercício de 2021. Inicialmente o Senhor Dair Jocely Enge - Prefeito de Palmitos, no exercício interino da presidência do Consórcio, em atendimento a Cláusula 34 do Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, fez a abertura da Assembleia Geral Ordinária, agradecendo a presença de todos, parabenizando os Prefeitos eleitos e reeleitos. O Presidente em exercício, fez a apresentação da Diretoria Executiva já eleita na Assembleia Geral Ordinária da AMERIOS para o exercício de 2017, que concomitantemente presidirá o Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios-CIGAMERIOS. Na apresentação, o Presidente Interino, esclareceu que conforme previsto na Cláusula 24, § 9º e 25, § 3º do Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, combinado com o artigo 3º, parágrafo único do Estatuto Social da AMERIOS, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da AMERIOS é concomitantemente Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do CIGAMERIOS, portanto, a Diretoria executiva da AMERIOS e CIGAMERIOS eleita e aprovada pela Assembleia Geral da AMERIOS, realizada no dia de hoje, para o exercício de 2021, passa a assumir automaticamente a partir desta

data, assim constituída: Presidente: Jean Carlos Nyland, RG: 4.479.638 e CPF: 057.328.099-10, profissão: empresário, estado civil: casado, endereço: Rua São José, 111, CEP: 89891-000, Iraceminha/SC; Vice-Presidente: Luzia Iliane Vacarin, RG: 1.493.914, CPF: 016.975.789-77, profissão: Empresária, Estado civil: Separada, endereço completo: Rua Barbosa, 240, apto 403, CEP: 89890-000, Município: Cunha Porã/SC; 1º Secretário: Sidnei José Willinghofer, RG: 1.711.118 e CPF: 503.319.819-04, profissão: contador, estado civil: casado, endereço: Rua Afonso Cedenese, 607, centro, CEP: 89878-000, Flor do Sertão/SC; 2º Secretário: Maciel Schneider, RG: 3.373.844, CPF: 045.338.149-99, Profissão: Administrador, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua Marechal Deodoro, 1500, CEP: 89868-000, Município: Saudades/SC; Tesoureira: Marcia Detofol, RG: 4.748.388, CPF: 051.289.169-95, Profissão: Farmacêutica, Estado civil: solteira, Endereço Completo: AV. Tancredo Neves, CEP: 89983-000, Município: Santa Terezinha do Progresso/SC. Conselho Fiscal efetivo: Eder Picoli, RG: 3.619.031, CPF: 016.627.519-07, profissão: Empresário, estado civil: casado, endereço completo: Rua dos Imigrantes 464, CEP: 89873-000, Município: Caibi/SC; Renaldo Mueller, RG: 1.658.176 e CPF: 526.329.119-15, profissão: empresário, estado civil: solteiro, endereço: Avenida José Bressan, 2265, CEP: 89895-000, Riqueza/SC e Rozane Bortoncello Moreira, RG: 3.450.621, CPF: 019.664.789-41, profissão: Professora Estado civil: casada, endereço Completo: Rua Maria Nelly Trapp Catusso 186, CEP: 89980-000, Município: Campo Erê/SC. Conselho Fiscal suplente: Sandro Donati, RG: 1.719.818, CPF: 477.117.529-20, profissão: Empresário, Estado civil: casado, endereço completo: Rua General Osório, 117 apto. 301, CEP: 89.874-000, Município: Maravilha/SC; Dirceu Silveira, RG: 1.716.585, CPF: 538.309.899-20, profissão: Radialista, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua 7 de setembro nº 665, CEP: 89873-000, Município: Modelo/SC e Dair Jocely Enge, RG: 150.366 e CPF: 031.845.879-91, profissão: aposentado, estado civil: casado, endereço: Rua Euclides da Cunha, 103, CEP: 89887-000, Palmitos/SC. Empossada a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, o Sr. Jean Carlos Nyland, Presidente empossado, agradeceu a confiança nele depositada e não havendo mais nada a tratar, encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após conferida pelo Assessor Jurídico que a subscreve, foi lida, aprovada e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 7 de janeiro de 2021.

CIS/AMERIOS

ATA Nº 01-2021 -ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA 2021

Publicação Nº 2797173

ATA Nº 01/2021

Ata da octogésima terceira Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, às dez horas, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e as Prefeitas para a Assembleia Geral Ordinária dos municípios consorciados de: Bom Jesus do Oeste, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Flor do Sertão, Iraceminha, Maravilha, Modelo, Palmitos, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, Saudades e Tigrinhos, em atendimento ao Edital de Convocação nº 08/2020, do dia 11/12/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, Edição nº. 3352, do dia 15/12/2020, tendo como ordem do dia: Apresentação e posse da Diretoria do CIS/AMERIOS, já eleita na Assembleia Geral Ordinária da AMERIOS para o exercício de 2021. O primeiro assunto foi apresentação e posse da Diretoria Executiva do CIS/AMERIOS, eleita na 197ª Assembleia Geral Ordinária da AMERIOS para o exercício de 2021, que concomitantemente presidirá o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS-AMERIOS. O Presidente Interino Dair Jocely Enge - Prefeito de Palmitos, esclareceu que conforme previsto na cláusula sexta do Contrato de Consórcio Público e no art. 8º., Parágrafo único do Estatuto Social do CIS/AMERIOS, a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da AMERIOS é concomitantemente Assembleia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do CIS/AMERIOS, portanto, a Diretoria executiva da AMERIOS e CIS/AMERIOS eleita e aprovada pela Assembleia Geral da AMERIOS e do CIS/AMERIOS, realizada no dia de hoje, para o exercício de 2021 passa a assumir automaticamente a partir desta data, assim constituída: Presidente: Jean Carlos Nyland, RG: 4.479.638 e CPF: 057.328.099-10, profissão: empresário, estado civil: casado, endereço: Rua São José, 111, CEP: 89891-000, Iraceminha/SC; Vice-Presidente: Luzia Iliane Vacarin, RG: 1.493.914, CPF: 016.975.789-77, profissão: Empresária, Estado civil: Separada, endereço completo: Rua Barbosa, 240, apto 403, CEP: 89890-000, Município: Cunha Porã/SC; 1º Secretário: Sidnei José Willinghofer, RG: 1.711.118 e CPF: 503.319.819-04, profissão: contador, estado civil: casado, endereço: Rua Afonso Cedenese, 607, centro, CEP: 89878-000, Flor do Sertão/SC; 2º Secretário: Maciel Schneider, RG: 3.373.844, CPF: 045.338.149-99, Profissão: Administrador, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua Marechal Deodoro, 1500, CEP: 89868-000, Município: Saudades/SC; Tesoureira: Marcia Detofol, RG: 4.748.388, CPF: 051.289.169-95, Profissão: Farmacêutica, Estado civil: solteira, Endereço Completo: AV. Tancredo Neves, CEP: 89983-000, Município: Santa Terezinha do Progresso/SC. Conselho Fiscal efetivo: Eder Picoli, RG: 3.619.031, CPF: 016.627.519-07, profissão: Empresário, estado civil: casado, endereço completo: Rua dos Imigrantes 464, CEP: 89873-000, Município: Caibi/SC; Renaldo Mueller, RG: 1.658.176 e CPF: 526.329.119-15, profissão: empresário, estado civil: solteiro, endereço: Avenida José Bressan, 2265, CEP: 89895-000, Riqueza/SC e Rozane Bortoncello Moreira, RG: 3.450.621, CPF: 019.664.789-41, profissão: Professora Estado civil: casada, endereço Completo: Rua Maria Nelly Trapp Catusso 186, CEP: 89980-000, Município: Campo Erê/SC. Conselho Fiscal suplente: Sandro Donati, RG: 1.719.818, CPF: 477.117.529-20, profissão: Empresário, Estado civil: casado, endereço completo: Rua General Osório, 117 apto. 301, CEP: 89.874-000, Município: Maravilha/SC; Dirceu Silveira, RG: 1.716.585, CPF: 538.309.899-20, profissão: Radialista, Estado civil: casado, Endereço Completo: Rua 7 de setembro nº 665, CEP: 89873-000, Município: Modelo/SC e Dair Jocely Enge, RG: 150.366 e CPF: 031.845.879-91, profissão: aposentado, estado civil: casado, endereço: Rua Euclides da Cunha, 103, CEP: 89887-000, Palmitos/SC. Empossada a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, o Sr. Jean Carlos Nyland, Presidente empossado, agradeceu a confiança nele depositada. Em seguida, o Presidente passou algumas regras já estabelecidas no Consórcio CIS/AMERIOS: que a Contribuição e repasses para o CIS/AMERIOS está estabelecida em Lei municipal dos respectivos municípios consorciados e formalizado em Contrato de Rateio; que todos os colaboradores são empregados públicos em regime CLT nos termos da lei e o reajuste salarial ocorre conforme o índice do salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, esse índice terá vigência a partir de janeiro de 2021. Não havendo mais nada a tratar, encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, que após conferida pelo Assessor Jurídico que a subscreve, foi lida, aprovada e segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 7 de janeiro de 2021.

CIASS**ATA 01 DE 05/01/2021 NOVA DIRETORIA PARA 2021**

Publicação Nº 2797054

ATA da Assembleia Geral Ordinária do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Data: 05 de Janeiro de 2021.

Horas: 08:30 horas

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo

Rua: Nereu Ramos, 588 – Centro - Turvo

Aos cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e um as oitos horas e trinta minutos, reuniram-se em público na sala de reuniões da Prefeitura municipal de Turvo estado de Santa Catarina os prefeitos de Turvo, Morro Grande, Timbé do Sul, Ermo, Jacinto Machado e Meleiro, com o objetivo de eleger a nova diretoria do CIASS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE, devidamente inscrito no CNPJ 21.938.445/0001-97. Dando inicio aos trabalhos, seguimos direto para o objeto da reunião que trata da eleição na nova diretoria do CIASS em virtude da posse do novo Prefeito de Turvo, que será o Senhor Sandro Cirimbelli CPF 461.035.039-49. Demais membros do CIASS, sendo Vice-Presidente o Sr. Paulo Della Vecchia CPF 999.910.129-15, prefeito de Ermo e Secretário o Sr. Clelio Daniel Olivo cpf 415.065.109-49 prefeito de Morro Grande. Prosseguindo os trabalhos do dia, os membros foram empossados nos cargos. Em seguida foi nomeado para tesoureiro o Prefeito de Morro Grande Clelio Daniel Olivo para assinar em conjunto com o Presidente Sandro Cirimbelli a movimentação financeira a partir desta data. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos, em seguida os presentes na assembleia abaixo assinam a presente ata, para que depois de lida, produza seus efeitos legais.

Turvo SC, 05 de Janeiro de 2021.

Sandro Cirimbelli
Presidente
Prefeito de Turvo

Paulo Della Vecchia
Vice-Presidente
Prefeito de Ermo

Clelio Daniel Olivo
Secretário e Tesoureiro
Prefeito de Morro Grande

Pedro Luiz Schuvartz
Membro
Prefeito de Meleiro em Exercício

João Batista Mezzari
Membro
Prefeito de Jacinto Machado

Roberto Biava
Membro
Prefeito de Timbé do Sul

ATA 02 DE 05/01/2021 ORCAM PARA 2021

Publicação Nº 2797055

ATA da Assembleia Geral Ordinária do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Data: 05 de Janeiro de 2021.

Horas: 14:30 horas

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo

Rua: Nereu Ramos, 588 – Centro - Turvo

O Presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES Sandro Cirimbelli conforme artigo 25 do protocolo de intenções submeteu a assembleia geral ordinária composta pelos prefeitos dos municípios seguintes: Prefeito de Turvo Senhor Sandro Cirimbelli, Prefeito de Meleiro, Senhor Eder Mattos, Prefeito de Morro Grande, Senhor Clelio Daniel Olivo, Prefeito de Timbé do Sul, Senhor Roberto Biava, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Joao Batista Mezzari, Prefeito de Ermo, Senhor Paulo Della Vecchia apresentaram o orçamento anual para 2021 do Cias no valor de 950.000,00, assim discriminado:

A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS	Repasse Mensal Total	População estimada	% População por Município	R\$ Orçado
1.7	Transferências				950.000,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	24.312,08	12.452	30,71%	291.745,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	20.773,33	10.642	26,24%	249.280,00
1.7.2.3.37.3	Ermo	4.053,33	2.079	5,12%	48.640,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	10.505,42	5.385	13,27%	126.065,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	13.814,58	7.076	17,45%	165.775,00

1.7.2.3.37.6	Morro Grande	5.707,92		2.925	7,21%	68.495,00
	Total	79.166,67		40.559	100%	950.000,00

A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da forma abaixo discriminada:

I - DESPESA POR ÓRGÃO

Manutenção e Funcionamento do CIIAS de Turvo e Municípios Limítrofes R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente R\$ 950.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES R\$ 650.000,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 450.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 200.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 300.000,00

Investimentos R\$ 300.000,00

TOTAL R\$ 950.000,00

A assembleia aprovou o orçamento apresentado por unanimidade. Sendo assim, não tendo mais nada a ser discutido, deu-se a reunião por encerrada.

Participaram desta assembleia:

Prefeito de Turvo Senhor Sandro Cirimbelli, Prefeito de Meleiro em exercício, Senhor Pedro Luiz Schuvartz, Prefeito de Morro Grande, Senhor Clelio Daniel Olivo, Prefeito de Timbó do Sul, Senhor Roberto Biava, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Joao Batista Mezzari e Prefeito de Ermo, Senhor Paulo Della Vechia.

Sandro Cirimbelli Pedro Luiz Schuvartz

Clelio Daniel Olivo Roberto Biava

Paulo Della Vechia João Batista Mezzari

CONTRATO DE RATEIO 01/2021 TURVO

Publicação Nº 2797056

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 01 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TURVO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Turvo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.548.983/0001-60, com sede administrativa na Rua Nereu Ramos, 588 Centro - Turvo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Sandro Cirimbelli e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.035.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Turvo nº 2.226/2014 de 16/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;
IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

- I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
- II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
- III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
- IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

- I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
- II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
- IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 24.312,08.
Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2020, nos termos da Lei Orçamentaria para 2021..

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 11.519,07;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 5.117,69;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 7.675,32.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

Sandro Cirimbelli
Prefeito de Turvo

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 02/2021 JACINTO MACHADO

Publicação Nº 2797057

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 02 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de JACINTO MACHADO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Jacinto Machado, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.960.758/0001-36., com sede administrativa na Rua Pool Jorge Zacca, 75 Centro – Jacinto Machado, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Joao Batista Mezzari e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.035.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Jacinto Machado nº 767/2014 de 19/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 20.773,33.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO

o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIIAS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2020, nos termos da Lei Orçamentária para o ano de 2021. Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 9.842,41;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 4.372,78;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 6.558,14.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIIAS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

João Batista Mezzari
Prefeito de Jacinto Machado

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIIAS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 03/2021 ERMO

Publicação Nº 2797058

CIIAS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 03 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de ERMO e o CIIAS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES.

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Ermo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.608.905/0001-01, com sede administrativa na Rodovia SC 485 KM 06, nº 120 - Centro – Ermo, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Paulo Della Vecchia e o CIIAS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500, Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIIAS, Sr. Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.035.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Ermo nº 376/2014 de 23/12/2014..

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo. Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;
III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;
IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
V – não desmembramento de grupos de irmãos;
VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
VII – participação na vida da comunidade local;
VIII – preparação gradativa para o desligamento;
IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;
X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;
XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;
XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;
XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;
XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;
XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;
XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;
XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;
XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;
XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;
II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;
III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;
IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;
II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;
IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 4.053,33.
Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2021).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

- a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 1.920,48;
- b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 853,22;
- c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 1.279,63.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

Paulo Della Vecchia
Prefeito de Ermo

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 04/2021 TIMBE DO SUL

Publicação Nº 2797059

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 04 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de TIMBE DO SUL e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Timbé do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.915.234/0001-34, com sede administrativa na Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 - Centro - Timbé do Sul, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Roberto Biava e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.035.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Timbe do Sul nº 1739/2014 de 09/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e

críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipuladas neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 10.505,42.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2020, nos termos da Lei Orçamentaria para o ano de 2021.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 4.977,47;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 2.211,39;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 3.316,56.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

Roberto Biava
Prefeito de Timbé do Sul

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 05/2021 MELEIRO

Publicação Nº 2797060

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

CONTRATO DE RATEIO Nº 05 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MELEIRO e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Meleiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.837.741/0001-96, com sede administrativa na Rua Sete de Setembro, 371 - Centro – Meleiro, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. Pedro Luiz Schuvartz e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr.

Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.0358.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Meleiro nº. 1680/2014 de 23/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 13.814,58

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2021, nos termos da Lei Orçamentária para o ano de 2020).

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 6.545,36;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 2.907,96;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 4.361,26

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

Pedro Luiz Schuvartz
Prefeito de Meleiro em Exercício

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo

CONTRATO DE RATEIO 06/2021 MORRO GRANDE

Publicação Nº 2797062

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES
CONTRATO DE RATEIO Nº 06 /2021

Contrato de Rateio celebrado entre o Município de MORRO GRANDE e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES .

Pelo presente instrumento de contrato de rateio, relativo à prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/GM/2002) que celebram entre si o Município de Morro Grande, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 95.782.785/0001-08., com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 310 - Centro – Morro Grande, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Clelio Daniel Olivo e o CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 21.938.445/0001-97, com sede na Rua Romulo Pescador, 500 , Centro, Turvo/SC, neste ato representado por seu Presidente do CIASS, Sr. Sandro Cirimbelli (Prefeito de Turvo), brasileiro, casado, CPF nº 461.035.039-49.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal de Morro Grande nº. 818/2014 de 17/12/2014.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a prestação de serviços sócio assistencial de saúde na modalidade de abrigo institucional para crianças e adolescentes, que tenham seus direitos ameaçados ou violados, observando os princípios do art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (LEI 8742/93) e Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (Portaria/SNAS 224/1992 e Portaria 336/MS/2002)

Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;

II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III – atendimento individualizado e em pequenos grupos;

IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;

V – não desmembramento de grupos de irmãos;

VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;

VII – participação na vida da comunidade local;

VIII – preparação gradativa para o desligamento;

IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo;

X – atendimento ao contido na Portaria MS 336/2002 do Ministério da Saúde;

XI – atendimento ao contido no art. 6º - C, § 3º da Lei 8742/93 incluído pela Lei 12435/11;

XII – prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial;

XIII – fortalecer as redes sociais de apoio à família;

XIV – contribuir no combate de estigmas e preconceitos;

XV – assegurar proteção social imediata a atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando sua integridade física, mental e social;

XVI – prevenir o abandono e a institucionalização;

XVII – fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família;

XIX – proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais;

XX – desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CIASS as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

III - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

IV - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CIASS:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - manter equipe de profissionais especializados, capaz de atender às demandas e solicitações apresentadas pelo MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - assumir a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços efetuados, bem como por quaisquer danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;

VI - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o MUNICÍPIO repassará mensalmente ao CIASS a importância de R\$ 5.707,92.

Cláusula oitava. Fica o CIASS autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do MUNICÍPIO o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIASS deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.41 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais), nº 3.3.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas correntes) e nº 4.4.71.41 (transferência a consórcio intermunicipal para suporte a outras despesas de capital previstas no orçamento do MUNICÍPIO para o exercício de 2020, nos termos da Lei Orçamentaria para o ano de 2021.

Parágrafo único. Mensalmente deverão ser alocada nas dotações orçamentárias informadas no caput na seguinte razão:

a) dotação orçamentária nº 3.1.71.41 no valor de R\$ 2.704,42;

b) dotação orçamentária nº 3.3.71.41 no valor de R\$ 1.201,51;

c) dotação orçamentária nº 4.4.71.41 no valor de R\$ 1.801,99.

DO REAJUSTE

Cláusula décima primeira. Havendo prorrogação do contrato, os valores repassados serão reajustados de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do CIASS.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima segunda. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

DA EXECUÇÃO

Cláusula décima terceira. Este contrato terá prazo de execução até 31 de dezembro de 2021, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

DA VIGÊNCIA

Cláusula décima quarta. Este contrato terá vigência até 30 dias após o encerramento do prazo de execução, prazo em que deverão restar adimplidas as obrigações de ambas as partes.

DO FORO

Cláusula décima quinta. Fica eleito o foro da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima sexta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma. Turvo, 05 de Janeiro de 2021.

Clelio Daniel Olivo
Prefeito de Morro Grande

Sandro Cirimbelli
Presidente do CIASS e Prefeito de Turvo